



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 2560

Terça-feira - 26 de Junho de 2018

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Agronômica	3	Forquilha	193	Maravilha	401
Água Doce	4	Fraiburgo	195	Massaranduba	402
Alto Bela Vista	15	Galvão	196	Matos Costa	403
Anchieta	16	Garopaba	197	Meleiro	405
Angelina	17	Garuva	201	Modelo	406
Anitápolis	18	Gaspar	203	Mondaí	408
Antônio Carlos	57	Governador Celso Ramos	207	Monte Carlo	409
Apiuna	60	Grão Pará	210	Monte Castelo	412
Arabutã	61	Gravatal	211	Morro Grande	414
Arvoredo	63	Guaraciaba	215	Navegantes	415
Ascurra	64	Guaramirim	219	Nova Erechim	427
Atalanta	72	Guarujá do Sul	221	Nova Trento	429
Aurora	73	Herval d'Oeste	222	Nova Veneza	434
Balneário Piçarras	74	Ibiam	225	Novo Horizonte	435
Balneário Rincão	75	Ibicare	226	Orleans	436
Barra Bonita	76	Ilhota	227	Ouro	452
Barra Velha	77	Imarui	245	Palhoça	459
Bela Vista do Toldo	78	Imbituba	246	Palma Sola	468
Benedito Novo	85	Imbuia	250	Papanduva	469
Biguaçu	86	Indaial	251	Paraíso	470
Blumenau	88	Iomerê	262	Passo de Torres	471
Bom Jardim da Serra	98	Ipira	291	Passos Maia	472
Bom Jesus do Oeste	100	Ipuacú	292	Paulo Lopes	473
Bom Retiro	101	Ipumirim	294	Penha	474
Botuvera	102	Iraceminha	297	Peritiba	480
Braço do Trombudo	103	Irani	298	Pinhalzinho	486
Brusque	105	Iratí	299	Pinheiro Preto	487
Caçador	110	Irineópolis	300	Piratuba	495
Caibi	111	Itaiópolis	317	Ponte Serrada	497
Camboriú	113	Itapema	318	Porto Belo	498
Campo Alegre	116	Itapiranga	320	Porto União	499
Campo Erê	131	Itapoá	331	Pouso Redondo	502
Campos Novos	135	Jaborá	336	Praia Grande	503
Canoinhas	137	Jacinto Machado	337	Presidente Castello Branco	504
Capinzal	155	Jaraguá do Sul	338	Princesa	505
Caxambu do Sul	159	Joaçaba	351	Quilombo	506
Cerro Negro	160	José Boiteux	377	Rancho Queimado	516
Chapadão do Lageado	161	Lages	378	Rio do Campo	521
Concórdia	162	Laguna	379	Rio do Oeste	531
Cordilheira Alta	164	Lauro Muller	380	Rio dos Cedros	540
Coronel Freitas	166	Lebon Regis	381	Rio do Sul	532
Correia Pinto	167	Leoberto Leal	382	Romelândia	541
Curitibanos	172	Lindóia do Sul	384	Santa Rosa de Lima	552
Dionísio Cerqueira	181	Lontras	386	Santa Terezinha do Progresso	553
Doutor Pedrinho	183	Luiz Alves	387	Santiago do Sul	554
Ermo	184	Luzerna	395	São Bento do Sul	556
Eral Velho	185	Macieira	396	São Bernardino	565
Floral dos Guedes	186	Mafrá	399	São Bonifácio	582
Flor do Sertão	192	Maracajá	400	São Domingos	585

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Rua Gen. Liberato Bittencourt, n.º 1885 - Sala 1307, Canto - CEP 88070-800 - Florianópolis / SC

<http://diariomunicipal.sc.gov.br>

Atendimento: Fone/Fax (48) 3321 5300

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br





Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 2560

Terça-feira - 26 de Junho de 2018

Florianópolis/SC

Sumário

São Francisco do Sul.....	587	Seara	647	Turvo	698
São João Batista.....	589	Serra Alta	650	União do Oeste	702
São João do Oeste	594	Siderópolis.....	652	Urubici	756
São João do Sul	595	Sombrio.....	653	Urussanga	757
São Joaquim	598	Tangará	656	Vargem Bonita	758
São José.....	600	Tigrinhos	658	Vidal Ramos.....	760
São José do Cedro.....	605	Tijucas	659	Videira.....	761
São Lourenço do Oeste.....	611	Timbó	666	Vitor Meireles.....	776
São Miguel da Boa Vista	616	Três Barras	671	Xanxerê.....	777
São Miguel do Oeste.....	621	Treze Tílias	686	Xavantina	782
São Pedro de Alcântara.....	631	Trombudo Central.....	688	Xaxim	784
Schroeder	632	Tunápolis.....	692	Zortéa	786

Associações

AMAVI.....	789	AMERIOS.....	790	FECAM	791
------------	-----	--------------	-----	-------------	-----

Consórcios

CIGA	792
CIMCATARINA.....	887
CIMVI.....	887
CIS/AMAUC.....	893
CIS/AMMVI.....	893
CIS/AMURES.....	895
CIGAMERIOS	896
CIS/AMERIOS	897



Agronômica

PREFEITURA

Decreto Nº 037/2018

Publicação Nº 1663488

DECRETO Nº 037/2018, DE 26 DE JUNHO DE 2018.

"NOMEIA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO COORDENADORA E A EQUIPE TÉCNICA DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE AGRONOMICA/SC."

CESAR LUIZ CUNHA, Prefeito Municipal de Agronômica, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto na Lei Orgânica do Município e considerando a Lei Complementar a Lei nº 1030/2015 do PME e o Decreto nº 055/2016.

DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados os membros da Comissão Coordenadora e a Equipe Técnica, responsáveis pelo monitoramento e avaliação do Plano Municipal de Educação, conforme abaixo discriminado:

I - Comissão Coordenadora de Monitoramento e Avaliação do Plano Municipal de Educação:

A) - DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO:

Titular: ELIS REGINA FONTANIVE LOSI

Suplente: CRISTIANI VASSELAI JUSTEN

Titular: LUCIANI ELIDIA SCHEWINSKI

Suplente: HEIDE KESKE ANTUNES

B) - COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, ESPORTE, CULTURA E TURISMO DA CÂMARA DE VEREADORES:

Titular: FABIO ALVES VIEIRA

Suplente: JOAO ALMIR ALEXANDRE

C) - CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - CME:

Titular: MARIA REGINA MEDEIROS

Suplente: MOISES DELA JUSTINA

Titular: JUREMA TESTONI ESPINDOLA

Suplente: ANELITA KNAUL

D) - FÓRUM MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO:

Titular: PRISCILA BORK

Suplente: MARIA REGINA MEDEIROS

Titular: ELISANGELA RAQUEL ESPINDOLA FERNANDES

Suplente: JONAS CAPSITRANO

II - Equipe Técnica de Monitoramento e Avaliação do Plano Municipal de Educação:

A) REPRESENTANTE DO ENSINO FUNDAMENTAL:

Titular: MÁRCIO ROBERTO SILVA

Suplente: FERNANDA ANTUNES RAFAELLI

B) REPRESENTANTE DA EDUCAÇÃO INFANTIL:

Titular: CATIA SCHLATTER ALVES VIEIRA

Suplente: MARIZE STUHLERT ALBERTON

C) REPRESENTANTES DO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO:

Titular: CRISTIANI VASSELAI JUSTEN

Suplente: ELIS REGINA FONTANIVE LOSI

Titular: MARIA REGINA MEDEIROS

Suplente: CATIA REGINA TESTONI HELMANN

D) REPRESENTANTE DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS:

Titular: ACIR TADEU CARDOSO

Suplente: VOLNICE REGINA FLAUSINO

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Agronômica, 26 de junho de 2018.

CESAR LUIZ CUNHA

Prefeito Municipal

Registrado e publicada na presente data

FRANCISCO ALEXANDRE DUARTE NETO

Diretor do Dpt. de Administração e Finanças

Água Doce

PREFEITURA

221/2018

Publicação Nº 1664206

PORTARIA Nº 221/2018 – DE 25 DE JUNHO DE 2018

"EXONERA DO CARGO DE MERENDEIRA A SERVIDORA QUE MENCIONA"

ANTONIO JOSÉ BISSANI, Prefeito do Município de Água Doce - SC, no uso de suas atribuições e em conformidade com o art. 27, V da Lei 015/99

RESOLVE:

Artigo 1º Exonerar a servidora VANISE DANIZETE FRESKI, inscrita sob CPF nº 907.327.909-72, ocupante do cargo efetivo de Merendeira, em virtude de Aposentadoria Invalidez NB 31/550.097.326-2.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 25 de junho de 2018.

ANTONIO JOSÉ BISSANI LILIAN BITTENCOURT CHÜLER

Prefeito Municipal Diretora do Dpto Recursos Humanos

ALTERAÇÃO DE ABERTURA PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 70/2018 - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 59/2018

Publicação Nº 1663517

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE

ALTERAÇÃO DE ABERTURA

PROCESSO LICITATÓRIO 70/2018

PREGÃO PRESENCIAL 59/2018

O MUNICÍPIO DE AGUA DOCE, com sua sede Administrativa situada à Praça João Macagnan 322, torna público, para conhecimento dos interessados, que o PROCESSO LICITATÓRIO nº 70/2018, na modalidade "PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO nº 59/2018", do tipo "MENOR PREÇO POR LOTE", destinado a futura e eventual contratação de empresa(s) especializada(s) para a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de veículos e máquinas e no fornecimento de peças, componentes, materiais e acessórios automotivos originais ou genuínos, teve sua data de abertura alterada para dia 06 de julho de 2018 às 08h00, em consonância com a Lei Federal n.º 8.666, de 31 de junho de 1.993 consolidada, e demais normas legais aplicáveis à espécie.

Alterações disponíveis em: www.aguadoce.sc.gov.br

Água Doce, SC, 25 de junho de 2018

ANTONIO JOSÉ BISSANI

Prefeito Municipal

CONTRATO Nº 56/2018

Publicação Nº 1663714

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº. 56/2018 DE 210/06/2018

O MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. ANTÔNIO JOSÉ BISSANI, por intermédio da PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE, com sede na Praça João Macagnan, 322, Centro, Água Doce - SC, inscrito no CNPJ nº 82.939.398/0001-90, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa JOHN RR SEGURANÇA LTDA ME, inscrita no CNPJ sob o nº 14.356.881/0001-92, estabelecida na Avenida Catharina Seger, 491, Centro, no Município de Palma Sola - SC, representada por seu procurador Sr. DANIEL DE OLIVEIRA, portador do CPF 021.922.539-74, doravante denominada CONTRATADA, celebram entre si o presente TERMO DE CONTRATO, mediante cláusulas e condições que aceitam, ratificam e outorgam na forma abaixo estabelecida, tudo de acordo com o capítulo III da Lei 8.666/93 e alterações, e o Processo de Licitação nº 58/2018, instaurado pelo edital PP nº 49/2018, homologado no dia 21/06/2018, o qual é parte integrante do presente instrumento.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DA FORMA DE EXECUÇÃO**1. DO OBJETO**

Contratação de pessoa jurídica especializada para prestação serviços de segurança desarmada, para atuação durante as festividades do município de Água Doce - SC, no período de 01/07/2018 à 29/07/2018, em dias e horários específicos, conforme descrição constante no Anexo I do presente edital.

1.2. DA FORMA DE EXECUÇÃO

A execução dos serviços licitados será imediatamente após assinatura do contrato nos seguintes termos:

- 1.2.1 Os serviços da presente licitação deverão ser prestados no Parque de Exposições da Comunidade de Nova Vicenza, localizado às margens da SC-355, Km 114,150, no município de Água Doce – SC, conforme orientação da Comissão Organizadora.
- 1.2.2 O licitante vencedor deverá atender as seguintes exigências:
- A empresa deverá estar devidamente autorizada pela Polícia Federal e órgãos competentes e disponibilizar profissionais autorizados e com curso de reciclagem em dia.
 - É de responsabilidade da contratada a emissão de alvará e qualquer documento pertinente ao evento junto aos órgãos fiscalizadores (Polícia).
 - Os profissionais devem estar devidamente uniformizados e com crachá de identificação.
 - Durante o evento, é vedado aos seguranças: fumar, consumir bebida alcoólica ou portar brincos, piercings, aparelhos de som (celulares, mp3) com fones de ouvidos ou qualquer outro objeto ou equipamentos que possa atrapalhar a qualidade do serviço.
 - A critério da comissão organizadora, o número total de componentes da equipe será conferido (contagem) diariamente antes do início e depois do evento sendo que todos os componentes da equipe devem portar o documento pessoal de identificação.
 - Nos horários de chegada previstos no Anexo I do presente edital, todos os seguranças deverão apresentar-se à Comissão Organizadora, portando documento original de identificação e assinar o livro de registro.
 - Entre os escalados para o serviço deverá ser destacado um supervisor que será responsável pelos demais integrantes da equipe.
 - Todos os serviços serão fiscalizados e subordinados a Comissão Organizadora, que quando julgar necessário apontará instruções verbais, tendo em vista a qualidade do evento.
- 1.2.3 O licitante contratado assumirá toda responsabilidade técnica e ética pelo serviço que prestar, respondendo civil e criminalmente pelos atos que praticar, sem prejuízos das medidas e sanções administrativas por eventuais danos/prejuízos suportados pelo Município decorrente da prestação de forma negligente, imprudente ou imperita dos serviços ora contratados.
- 1.2.4 As despesas de locomoção, diárias, hospedagem e alimentação, quando do deslocamento e permanência no Município para a prestação dos serviços, são de inteira responsabilidade da proponente vencedora;
- 1.2.5 Serão de total responsabilidade da proponente vencedora, eventuais danos decorrentes de acidentes de veículos quando do deslocamento para realização dos trabalhos contratados, sejam eles pessoais, materiais ou morais, inclusive de terceiros, além de notificações por infrações ao Código de Trânsito Brasileiro.
- 1.2.6 Caberá exclusivamente à proponente vencedora, na prestação dos serviços, a responsabilidade pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários e de acidentes do trabalho, referentes ao pessoal integrante de sua sociedade, e bem assim, empregados, funcionários, prepostos ou terceiros que a empresa contratada colocar a serviço no atendimento do objeto.
- 1.2.7 Todas as especificações, quantitativos e condições estabelecidas neste edital e seus anexos deverão ser cumpridas na íntegra.
- 1.2.8 Na execução dos serviços deverão ser observadas, de modo geral, as especificações das normas técnicas e legais vigentes e aquelas complementares e pertinentes aos serviços ora licitados.
- 1.2.9 Os serviços deverão ser exercidos por profissionais com comprovada habilitação e experiência, contratados pela licitante vencedora, que deverá garantir a adequada e plena execução de todas as atividades, conforme as necessidades do Município.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA E DO PAGAMENTO

- 2.1. O pagamento ocorrerá conforme, em até 10 dias após prestação dos serviços, através de crédito em conta indicada pela contratada, mediante a apresentação de documento fiscal devidamente atestado pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo.
- 2.2. A empresa contratada deverá apresentar à Secretaria de Administração, até o 5º (quinto) dia as Notas Fiscais referentes aos serviços prestados. Caberá a Secretaria de Administração ou Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo certificar os serviços prestados e encaminhar as notas para o devido pagamento.
- 2.3. No valor ora contratado já estão incluídos os impostos, taxas, seguros e fretes, todas as despesas que se fizerem necessárias durante o período de execução dos serviços, despesas de locomoção, diárias, hospedagem e alimentação, quando do deslocamento e permanência no Município para a prestação dos serviços, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, assim como os relativos a uniformes, crachás e EPI's, bem como os de indenização devida a terceiros por fatos oriundos dos serviços contratados da qual a contratada der causa, além de quaisquer outras despesas incidentes sobre o contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS RECURSOS FINANCEIROS E ORÇAMENTÁRIOS

- 3.1. Para cobrir a despesa decorrente da execução do objeto desta licitação, serão empregadas as dotações orçamentárias:

06 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE

05 – DEPTO DE PROGRAMAS CULTURAIS

2.054 – Promoção de Eventos

3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000/117 – Aplicações Diretas

- 13.1. O custo total desta contratação é de R\$ 14.790,00 (quatorze mil setecentos e noventa reais), conforme quadro abaixo:

Item	Descrição do evento	Qtde de seguranças	Horário	Data	Valor unitário	Valor Total
1	Festa do produtor Rural – Parque de Exposições – Nova Vicenza	6	10h00 – 17h00	01/07/2018	R\$ 141,4750	R\$ 848,85
2	Praça de alimentação – em frente ao Ginásio Municipal Walter Roque Cavalet	10	17h30 – 03h00	14/07/2018	R\$ 184,5304	R\$ 1.845,30

3	Show com João Bosco e Vinícius – Campo Municipal aos fundos do Ginásio Municipal de Esportes Walter Roque Cavalet	40	22h00 – 03h00	14/07/2018	R\$ 186,8086	R\$ 7.472,34
4	Praça de alimentação – em frente ao Ginásio Municipal Walter Roque Cavalet	15	13h30 – 20h00	15/07/2018	R\$ 141,4733	R\$ 2.122,10
5	Jantar Italiano – Comunidade de Santo Antonio	6	20h00 – 01h00	21/07/2018	R\$ 112,7686	R\$ 676,61
6	Show de Mountain Bike – Praça João Macagnan	10	15h00 – 18h00	22/07/2018	R\$ 84,0639	R\$ 840,64
7	Evento Moto Clube – Praça João Macagnan	10	14h00 – 18h00	08/07/2018	R\$ 98,4162	R\$ 984,16
TO-TAL						R\$ 14.790,00

CLÁUSULA QUARTA – DOS DIREITOS E RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE

- 4.1. Tomar todas as providências necessárias à execução do presente edital;
- 4.2. Fiscalizar a execução do contrato oriundo do presente processo;
- 4.3. Emitir, através do setor competente, a Autorização de Fornecimento para o início da execução do objeto e disponibilizar, em tempo hábil, todas as instalações, equipamentos e suprimentos necessários à perfeita execução dos serviços;
- 4.4. Facilitar o acesso dos técnicos da proponente vencedora às áreas de trabalho.
- 4.5. Ter reservado o direito de não mais utilizar os serviços da proponente vencedora caso a mesma não cumpra o estabelecido no presente contrato, aplicando ao infrator as penalidades previstas na Lei nº 8.666/93;
- 4.6. Acompanhar o andamento dos serviços e expedir instruções verbais ou escritas sobre a sua execução, podendo solicitar sua revisão.
- 4.7. Intervir na prestação dos serviços ou interromper a sua execução nos casos e condições previstos na Lei nº 8.666/93;
- 4.8. Efetuar os pagamentos devidos à contratada pelos serviços executados de acordo com as disposições do presente contrato;
- 4.9. Denunciar as infrações cometidas pela contratada e aplicar-lhe as penalidades cabíveis nos termos da Lei nº 8.666/93;
- 4.10. Modificar ou rescindir unilateralmente o contrato nos casos previstos na Lei nº 8.666/93;
- 4.11. Permitir a subcontratação de partes dos serviços desde que seja solicitada pela contratada e que haja conveniência para a contratante.
- 4.12. Responsabilizar-se pela tomada de providências em relação às sugestões e orientações emitidas pelos consultores da contratada.

CLÁUSULA QUINTA – DOS DIREITOS E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA:

- 5.1. Executar o objeto de acordo com o estipulado no subitem 1.2 - da forma de execução - e de acordo com os prazos estipulados no Item 13, deste edital;
- 5.2. Manter, durante a execução do contrato todas as condições de habilitação previstas no edital e em compatibilidade com as obrigações assumidas;
- 5.3. Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do contrato;
- 5.4. Submeter-se à fiscalização do CONTRATANTE, durante toda a vigência do contrato;
- 5.5. Não ceder ou subcontratar, inteira ou parcialmente, os direitos e obrigações do contrato ou os dele resultantes, sem prévia e formal anuência do CONTRATANTE;
- 5.6. Suspende, eventual ou definitivamente, os serviços contratados conforme permissivos legais elencados na Lei 8.666/93.
- 5.7. Emitir a nota fiscal da prestação dos serviços.

CLÁUSULA SEXTA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

As penalidades contratuais aplicáveis às partes, conforme os casos são:

- 6.1. Nos termos do art. 7º da Lei 10.520/2002, se o Licitante, convocado no prazo estipulado, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.
- 6.2. O atraso na execução dos serviços, observado o prazo estipulado, sujeitará a proponente vencedora à multa de mora, no valor de R\$ 125,00 (cento e vinte e cinco reais) por dia de atraso.
- 6.3. A multa aludida acima não impede que a Administração aplique as outras sanções previstas em Lei.
- 6.4. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato no prazo previsto implicará na multa de 10% (dez por cento), do valor do contrato.
- 6.5. Quando comprovados que os serviços não correspondem ao especificado na proposta, fica assegurado ao CONTRATANTE o direito de exigir a substituição sem qualquer ônus, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, bem como o ressarcimento de eventuais prejuízos que o fato ocasionar.
- 6.6. O não cumprimento do disposto no tópico acima, implica na aplicação, a partir do 6º (sexto) dia, de multa de 0,06%, por dia, calculada sobre o preço proposto, limitado a 30 dias após o pedido de substituição, quando então o Município deverá adotar as providências legais pertinentes.
- 6.7. O Município, para garantir o fiel pagamento das multas, reserva-se o direito de reter o valor contra qualquer crédito gerado pela proponente adjudicada, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial.
- 6.8. As penalidades acima poderão ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, nos termos do art. 87, da Lei 8.666/93 e suas alterações.
- 6.9. Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, que prevê o contraditório e a ampla defesa prévia do interessado e recurso nos prazos definidos em lei, sendo-lhe franqueada vista ao processo.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

Os serviços serão acompanhados e fiscalizados pela Comissão Organizadora da Festividades em comemoração ao Aniversário do Município.

CLÁUSULA OITAVA – DA INEXECUÇÃO E RESCISÃO

8.1. O presente contrato poderá ser rescindido nos seguintes casos:

8.1.1. Por ato unilateral, por escrito, do CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII, do art. 78, da Lei nº 8.666/93;

8.1.2. Amigavelmente por acordo das partes, mediante formalização de aviso prévio com antecedência mínima de trinta (30) dias, não cabendo indenização a qualquer uma das partes, resguardado o interesse público;

8.1.3. Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

8.2. O descumprimento, por parte da CONTRATADA, de suas obrigações legais e/ou contratuais, assegura ao CONTRATANTE o direito de rescindir o contrato a qualquer tempo, independente de aviso, interpelação judicial e/ou extrajudicial.

8.3. A rescisão do contrato, com base no item anterior, sujeita à CONTRATADA a aplicação das penalidades relacionadas na cláusula sexta deste contrato.

8.4. Na aplicação destas penalidades serão admitidos os recursos previstos em Lei e garantido o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Joaçaba, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para nele serem dirimidas dúvidas e questões oriundas do presente contrato.

E, por estarem acordes, as partes assinam este instrumento em 2 (duas) vias de igual forma e teor, na presença das testemunhas abaixo.

Água Doce (SC), 21 de junho de 2018.

ANTONIO JOSÉ BISSANI	DANIEL DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal	John RR Segurança Ltda ME
Contratante	Contratada

TESTEMUNHAS:

CRISTIANO SAVARIS DA SILVA	GLÁUCIA REGINA VARASCHIN
CPF: 005.614.419-95	CPF: 006.597.239-21

Visto e Aprovado pela Assessoria Jurídica
MARIA HELENA LUCIETTI
OAB/SC 38261

CONTRATO Nº 57/2018

Publicação Nº 1663717

CONTRATO DE EXPLORAÇÃO DE ESPAÇO Nº. 57/2018 DE 22/06/2018

O MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. ANTÔNIO JOSÉ BISSANI, por intermédio da PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE, com sede na Praça João Macagnan, 322, Centro, Água Doce - SC, inscrito no CNPJ nº 82.939.398/0001-90, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa DOMINGOS SIGNORI LANCHERIA ME, inscrita no CNPJ sob o nº 00.312.225/0001-83, estabelecida na Avenida Independência, 732, Centro, no Município de Água Doce/SC, representada por DOMINGOS SIGNORI, portador do CPF 346.737.419-00, doravante denominada CONTRATADA, celebram entre si o presente TERMO DE CONTRATO, mediante cláusulas e condições que aceitam, ratificam e outorgam na forma abaixo estabelecida, tudo de acordo com o capítulo III da Lei 8.666/93 e alterações, e o Processo de Licitação nº 63/2018, instaurado pelo edital PP nº 54/2018, homologado no dia 22/06/2018, o qual é parte integrante do presente instrumento.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DA FORMA DE EXECUÇÃO**1. 1. DO OBJETO**

A presente licitação tem por objeto a exploração de espaços para comercialização de alimentação (pastel e batata frita, cachorro quente e x-salada, quentão e sopa de agnoline, crepe e churros) ao público em geral, durante as festividades em comemoração aos 60 anos do Município de Água Doce, nos dias 14 e 15 de julho, em frente ao Ginásio Municipal de Esportes Walter Roque Cavalet, no município de Água Doce – SC, conforme abaixo:

1.2. DA EXECUÇÃO

A execução dos serviços licitados será imediatamente após assinatura do contrato nos seguintes termos:

Item	Especificação	Prato	Valor Proposto
01	Box 1: Exploração de espaço para comercialização de alimentação. Tamanho: 3,00m x 3,00m	Pastel e batata frita	R\$ 565,00
02	Box 2: Exploração de espaço para comercialização de alimentação. Tamanho: 3,00m x 3,00m	Cachorro quente e x-salada	R\$ 555,00
TOTAL			R\$ 1.120,00

1.2.1. A disposição dos pontos de venda, será de acordo com Croqui.

1.2.2. Os preços de comercialização dos itens a serem vendidos serão definidos pela Comissão Organizadora, após a homologação do processo, de acordo com a política de preços praticados pelo mercado. Os licitantes obrigam-se a manter os preços de venda praticados inicialmente inalterados no decorrer da festa, sob pena de sanções.

1.2.3. As licitantes deverão apresentar na proposta a relação dos demais alimentos que serão comercializados durante o evento.

1.2.4. Não poderão ser comercializadas qualquer tipo de bebidas, exceto, café com leite dentro da proposta apresentada.

1.2.5. O Município disponibilizará a estrutura para cada espaço.

1.2.6. É absolutamente proibida a veiculação de quaisquer ações de propaganda, promoção ou merchandising de marcas que não sejam patrocinadoras/ apoiadoras / fornecedoras oficiais do evento, sob qualquer forma. A não observância desse quesito ensejará o imediato fechamento do ponto de venda.

1.2.7. Os pontos de vendas somente serão liberados para funcionamento após aprovação da Vigilância Sanitária.

1.2.8. O abastecimento de produtos, bem como, a entrada para manutenção de estoque de distribuição deverá ser realizada nos períodos de menor fluxo do evento e ocorrerá pela porta que dá acesso aos fundos da Praça de Alimentação.

1.2.9. Serão de responsabilidade da proponente vencedora, o transporte, montagem, desmontagem, operação, instalação, bem como, os equipamentos necessários para a refrigeração e conservação dos alimentos, utilizados pela empresa, inclusive ferramentas e mão de obra. T

1.2.10. Todo material utilizado no evento, deverá ser retirado do Parque de Exposições em no máximo dois dias após seu encerramento, sendo que a segurança dos mesmos, durante todo período do evento, é de inteira responsabilidade da contratada.

1.2.11. Será responsável igualmente pela disciplina e ordem de seu pessoal, fazendo cumprir a execução dos serviços com o uso de equipamentos de proteção individual. Todos precisarão trabalhar uniformizados e identificados com crachá e acessórios de higiene, tais como: luva, máscara e touca para os atendentes.

1.2.12. A proponente vencedora somente poderá utilizar o espaço previsto no Anexo I para comercialização de seus produtos. Qualquer material fora dos limites será recolhido.

1.2.13. Cada proponente vencedora deverá manter durante todo o período da festa estoques suficientes para atender o público, sendo que a eventual falta de alimentos será penalizada conforme item 11 do presente edital.

1.2.14. Os locais permitidos para a comercialização dos alimentos ao público deverão estar identificados pelos fornecedores, com placas alusivas ao evento e dentro do tema utilizado na decoração da festa, previamente aprovados pela comissão organizadora.

1.2.15. Cada proponente vencedora deverá disponibilizar um número adequado de funcionários com o propósito de agilizar o atendimento e evitar filas.

1.2.16. A proponente vencedora terá até 5 (cinco) dias corridos antes do início da festa para a montagem dos equipamentos, devendo dar como concluída a instalação pronta para operação e vistoria técnica da Comissão Organizadora e outras autoridades, em até um dia anterior ao início do evento. A empresa também poderá manter os equipamentos constantemente durante a realização da festa.

1.2.17. Fica estabelecido o limite máximo de 35 amperes por cada espaço. Sendo que a empresa que não atender este limite não será liberada para comercialização. Cada espaço terá 4 tomadas. A empresa que fará uso de gás deverá seguir as normas do Corpo de Bombeiros de Santa Catarina.

1.2.18. Os licitantes interessados poderão cotar apenas dois espaços por CNPJ, salvo que, ao final, os restantes espaços não comercializados, poderão ser negociados com os participantes presentes.

1.2.19. A empresa vencedora deverá apresentar em até 10 dias após o evento relatório de vendas realizadas durante o evento.

1.2.20. Correrão por conta, responsabilidade e risco da CONTRATADA, quando devidamente comprovada a sua imputação, as consequências de: imprudência, imperícia ou negligência, inclusive de seus empregados e prepostos; falta de solidez ou de segurança dos serviços durante a execução ou após a sua entrega; acidentes de qualquer natureza com materiais ou equipamentos, empregados seus ou de

terceiros, durante o serviço ou em decorrência dele.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA E DO PAGAMENTO

2.1. O pagamento deverá ser efetuado pelas empresas vencedoras de forma integral: até o dia 25/06/2018, mediante depósito na conta corrente da Prefeitura Municipal de Água Doce, no Banco do Brasil, Agência 0207-0, Conta Corrente 12039-1.

2.2. O proponente deverá apresentar obrigatoriamente cópia do comprovante no Setor de Licitações no prazo de dois dias úteis após o pagamento.

2.2.1. O descumprimento dessa exigência implicará na desclassificação imediata da proponente.

2.3. O presente contrato terá início imediato a partir da data de sua assinatura e término previsto para 31/07/2018.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS RECURSOS FINANCEIROS E ORÇAMENTÁRIOS

3.1. A receita proveniente desta permissão integrará o orçamento da Administração Municipal através da Rúbrica Orçamentária:

05 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

05 – DEPTO DE PROGRAMAS CULTURAIS

2.054 – Promoção de Eventos

3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000/117 – Aplicações Diretas

CLÁUSULA QUARTA – DOS DIREITOS E RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE

4.1. Tomar todas as providências necessárias à execução do presente edital;

4.2. Fiscalizar a execução do contrato oriundo do presente processo;

4.3. Emitir, através do setor competente, a Autorização de Fornecimento para o início da execução do objeto e disponibilizar, em tempo hábil, todas as instalações necessárias à perfeita execução dos serviços;

4.4. Facilitar o acesso da proponente vencedora às áreas de trabalho e demais informações necessárias ao bom desempenho das funções.

4.5. Ter reservado o direito de não mais utilizar os serviços da proponente vencedora caso a mesma não cumpra o estabelecido no presente contrato, aplicando ao infrator as penalidades previstas na Lei nº 8.666/93;

4.6. Acompanhar o andamento dos serviços e expedir instruções verbais ou escritas sobre a sua execução, podendo solicitar sua revisão.

4.7. Intervir na prestação dos serviços ou interromper a sua execução nos casos e condições previstos na Lei nº 8.666/93;

4.8. Denunciar as infrações cometidas pela contratada e aplicar-lhe as penalidades cabíveis nos termos da Lei nº 8.666/93;

4.9. Modificar ou rescindir unilateralmente o contrato nos casos previstos na Lei nº 8.666/93;

4.10. Responsabilizar-se pela tomada de providências em relação às sugestões e orientações emitidas pelos consultores da contratada.

4.11. Responsabilizar-se pelos atos praticados pela gestão de forma isolada e/ou de caráter omissivo que contrariem as orientações dadas pelos consultores da contratada.

CLÁUSULA QUINTA – DOS DIREITOS E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA:

5.1. Executar o objeto de acordo com o estipulado no subitem 1.2 - da forma de execução - e de acordo com os prazos estipulados no Item 13, deste edital;

5.2. Efetuar o pagamento a Contratante conforme prazos estipulados.

5.3. Manter, durante a execução do contrato todas as condições de habilitação previstas no edital e em compatibilidade com as obrigações assumidas;

5.4. Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do contrato;

5.5. Submeter-se à fiscalização do CONTRATANTE, durante toda a vigência do contrato.

5.6. Suspender, eventual ou definitivamente, os serviços contratados conforme permissivos legais elencados na Lei 8.666/93.

5.7. Eximir-se da responsabilidade pelos atos omissos e aqueles praticados pelo gestor em dissonância com as orientações passadas pelos consultores em cumprimento ao objeto deste contrato;

CLÁUSULA SEXTA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

As penalidades contratuais aplicáveis às partes, conforme os casos são:

6.1. Nos termos do art. 7º da Lei 10.520/2002, se o Licitante, convocado no prazo estipulado, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.

6.2. O atraso na execução dos serviços, observado o prazo estipulado, sujeitará a proponente vencedora à multa de mora, no valor de R\$ 125,00 (cento e vinte e cinco reais) por dia de atraso.

6.3. A multa aludida acima não impede que a Administração aplique as outras sanções previstas em Lei.

6.4. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato no prazo previsto implicará na multa de 10% (dez por cento), do valor do contrato.

6.5. Quando comprovados que os serviços não correspondem ao especificado na proposta, fica assegurado ao CONTRATANTE o direito de exigir a substituição sem qualquer ônus, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, bem como o ressarcimento de eventuais prejuízos que o fato ocasionar.

6.6. O não cumprimento do disposto no tópico acima, implica na aplicação, a partir do 6º (sexto) dia, de multa de 0,06%, por dia, calculada sobre o preço proposto, limitado a 30 dias após o pedido de substituição, quando então o Município deverá adotar as providências legais pertinentes.

6.7. As penalidades acima poderão ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, nos termos do art. 87, da Lei 8.666/93 e suas alterações.

6.8. Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, que prevê o contraditório e a ampla defesa prévia do interessado e recurso nos prazos definidos em lei, sendo-lhe franqueada vista ao processo.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

7.1. Os serviços serão acompanhados e fiscalizados pela Comissão Organizadora das Festividades do Município.

CLÁUSULA OITAVA – DA INEXECUÇÃO E RESCISÃO

8.1. O presente contrato poderá ser rescindido nos seguintes casos:

8.1.1. Por ato unilateral, por escrito, do CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII, do art. 78, da Lei nº 8.666/93;

8.1.2. Amigavelmente por acordo das partes, mediante formalização de aviso prévio com antecedência mínima de trinta (30) dias, não cabendo indenização a qualquer uma das partes, resguardado o interesse público;

8.1.3. Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

8.2. O descumprimento, por parte da CONTRATADA, de suas obrigações legais e/ou contratuais, assegura ao CONTRATANTE o direito de rescindir o contrato a qualquer tempo, independente de aviso, interpelação judicial e/ou extrajudicial.

8.3. A rescisão do contrato, com base no item anterior, sujeita à CONTRATADA a aplicação das penalidades relacionadas na cláusula sexta deste contrato.

8.4. Na aplicação destas penalidades serão admitidos os recursos previstos em Lei e garantido o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

9.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Joaçaba, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para nele serem dirimidas dúvidas e questões oriundas do presente contrato.

9.2. E, por estarem acordes, as partes assinam este instrumento em 4 (quatro) vias de igual forma e teor, na presença das testemunhas abaixo.

Água Doce (SC), 22 de junho de 2018.

ANTONIO JOSÉ BISSANI	DOMINGOS SIGNORI
Prefeito Municipal	Domingos Signori Lancheria ME
Contratante	Contratada

TESTEMUNHAS:

CRISTIANO SAVARIS DA SILVA	GLÁUCIA REGINA VARASCHIN
CPF: 005.614.419-95	CPF: 006.597.239-21

Visto e Aprovado pela Assessoria Jurídica
MARIA HELENA LUCIETTI
OAB/SC 38261

CONTRATO Nº 58/2018

Publicação Nº 1663719

CONTRATO DE EXPLORAÇÃO DE ESPAÇO Nº. 58/2018 DE 22/06/2018

O MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. ANTÔNIO JOSÉ BISSANI, por intermédio da PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE, com sede na Praça João Macagnan, 322, Centro, Água Doce - SC, inscrito no CNPJ nº 82.939.398/0001-90, doravante denominado CONTRATANTE, e COOPERATIVA AGUADOCENSE DE PEQUENOS PRODUTORES ARTESANAIS – COAPPA, inscrita no CNPJ sob o nº 07.923.843/0001-09, estabelecida na Avenida Independência, 615, Centro, no Município de Água Doce/SC, representada por ADAIR LUIZ ARALDI, portador do CPF 894.738.689-87, doravante denominada CONTRATADA, celebram entre si o presente TERMO DE CONTRATO, mediante cláusulas e condições que aceitam, ratificam e outorgam na forma abaixo estabelecida, tudo de acordo com o capítulo III da Lei 8.666/93 e alterações, e o Processo de Licitação nº 63/2018, instaurado pelo edital PP nº 54/2018, homologado no dia 22/06/2018, o qual é parte integrante do presente instrumento.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DA FORMA DE EXECUÇÃO**1. 1. DO OBJETO**

A presente licitação tem por objeto a exploração de espaços para comercialização de alimentação (pastel e batata frita, cachorro quente e x-salada, quentão e sopa de agnoline, crepe e churros) ao público em geral, durante as festividades em comemoração aos 60 anos do Município de Água Doce, nos dias 14 e 15 de julho, em frente ao Ginásio Municipal de Esportes Walter Roque Cavalet, no município de Água Doce – SC, conforme abaixo:

1.2. DA EXECUÇÃO

A execução dos serviços licitados será imediatamente após assinatura do contrato nos seguintes termos:

Item	Especificação	Prato	Valor Proposto
03	Box 3: Exploração de espaço para comercialização de alimentação. Tamanho: 3,00m x 3,00m	Quentão e sopa de agnoline	R\$ 521,00
TOTAL			R\$ 521,00

1.2.1. A disposição dos pontos de venda, será de acordo com Croqui.

1.2.2. Os preços de comercialização dos itens a serem vendidos serão definidos pela Comissão Organizadora, após a homologação do processo, de acordo com a política de preços praticados pelo mercado. Os licitantes obrigam-se a manter os preços de venda praticados inicialmente inalterados no decorrer da festa, sob pena de sanções.

1.2.3. As licitantes deverão apresentar na proposta a relação dos demais alimentos que serão comercializados durante o evento.

1.2.4. Não poderão ser comercializadas qualquer tipo de bebidas, exceto, café com leite dentro da proposta apresentada.

1.2.5. O Município disponibilizará a estrutura para cada espaço.

1.2.6. É absolutamente proibida a veiculação de quaisquer ações de propaganda, promoção ou merchandising de marcas que não sejam patrocinadoras/ apoiadoras / fornecedoras oficiais do evento, sob qualquer forma. A não observância desse quesito ensejará o imediato fechamento do ponto de venda.

1.2.7. Os pontos de vendas somente serão liberados para funcionamento após aprovação da Vigilância Sanitária.

1.2.8. O abastecimento de produtos, bem como, a entrada para manutenção de estoque de distribuição deverá ser realizada nos períodos de menor fluxo do evento e ocorrerá pela porta que dá acesso aos fundos da Praça de Alimentação.

1.2.9. Serão de responsabilidade da proponente vencedora, o transporte, montagem, desmontagem, operação, instalação, bem como, os equipamentos necessários para a refrigeração e conservação dos alimentos, utilizados pela empresa, inclusive ferramentas e mão de obra. T

1.2.10. Todo material utilizado no evento, deverá ser retirado do Parque de Exposições em no máximo dois dias após seu encerramento, sendo que a segurança dos mesmos, durante todo período do evento, é de inteira responsabilidade da contratada.

1.2.11. Será responsável igualmente pela disciplina e ordem de seu pessoal, fazendo cumprir a execução dos serviços com o uso de equipamentos de proteção individual. Todos precisarão trabalhar uniformizados e identificados com crachá e acessórios de higiene, tais como:

luva, máscara e touca para os atendentes.

1.2.12. A proponente vencedora somente poderá utilizar o espaço previsto no Anexo I para comercialização de seus produtos. Qualquer material fora dos limites será recolhido.

1.2.13. Cada proponente vencedora deverá manter durante todo o período da festa estoques suficientes para atender o público, sendo que a eventual falta de alimentos será penalizada conforme item 11 do presente edital.

1.2.14. Os locais permitidos para a comercialização dos alimentos ao público deverão estar identificados pelos fornecedores, com placas alusivas ao evento e dentro do tema utilizado na decoração da festa, previamente aprovados pela comissão organizadora.

1.2.15. Cada proponente vencedora deverá disponibilizar um número adequado de funcionários com o propósito de agilizar o atendimento e evitar filas.

1.2.16. A proponente vencedora terá até 5 (cinco) dias corridos antes do início da festa para a montagem dos equipamentos, devendo dar como concluída a instalação pronta para operação e vistoria técnica da Comissão Organizadora e outras autoridades, em até um dia anterior ao início do evento. A empresa também poderá manter os equipamentos constantemente durante a realização da festa.

1.2.17. Fica estabelecido o limite máximo de 35 amperes por cada espaço. Sendo que a empresa que não atender este limite não será liberada para comercialização. Cada espaço terá 4 tomadas. A empresa que fará uso de gás deverá seguir as normas do Corpo de Bombeiros de Santa Catarina.

1.2.18. Os licitantes interessados poderão cotar apenas dois espaços por CNPJ, salvo que, ao final, os restantes espaços não comercializados, poderão ser negociados com os participantes presentes.

1.2.19. A empresa vencedora deverá apresentar em até 10 dias após o evento relatório de vendas realizadas durante o evento.

1.2.20. Correrão por conta, responsabilidade e risco da CONTRATADA, quando devidamente comprovada a sua imputação, as consequências de: imprudência, imperícia ou negligência, inclusive de seus empregados e prepostos; falta de solidez ou de segurança dos serviços durante a execução ou após a sua entrega; acidentes de qualquer natureza com materiais ou equipamentos, empregados seus ou de terceiros, durante o serviço ou em decorrência dele.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA E DO PAGAMENTO

2.1. O pagamento deverá ser efetuado pelas empresas vencedoras de forma integral: até o dia 25/06/2018, mediante depósito na conta corrente da Prefeitura Municipal de Água Doce, no Banco do Brasil, Agência 0207-0, Conta Corrente 12039-1.

2.2. O proponente deverá apresentar obrigatoriamente cópia do comprovante no Setor de Licitações no prazo de dois dias úteis após o pagamento.

2.2.1. O descumprimento dessa exigência implicará na desclassificação imediata da proponente.

2.3. O presente contrato terá início imediato a partir da data de sua assinatura e término previsto para 31/07/2018.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS RECURSOS FINANCEIROS E ORÇAMENTÁRIOS

3.1. A receita proveniente desta permissão integrará o orçamento da Administração Municipal através da Rúbrica Orçamentária:

05 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

05 – DEPTO DE PROGRAMAS CULTURAIS

2.054 – Promoção de Eventos

3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000/117 – Aplicações Diretas

CLÁUSULA QUARTA – DOS DIREITOS E RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE

4.1. Tomar todas as providências necessárias à execução do presente edital;

4.2. Fiscalizar a execução do contrato oriundo do presente processo;

4.3. Emitir, através do setor competente, a Autorização de Fornecimento para o início da execução do objeto e disponibilizar, em tempo hábil, todas as instalações necessárias à perfeita execução dos serviços;

4.4. Facilitar o acesso da proponente vencedora às áreas de trabalho e demais informações necessárias ao bom desempenho das funções.

4.5. Ter reservado o direito de não mais utilizar os serviços da proponente vencedora caso a mesma não cumpra o estabelecido no presente contrato, aplicando ao infrator as penalidades previstas na Lei nº 8.666/93;

4.6. Acompanhar o andamento dos serviços e expedir instruções verbais ou escritas sobre a sua execução, podendo solicitar sua revisão.

4.7. Intervir na prestação dos serviços ou interromper a sua execução nos casos e condições previstos na Lei nº 8.666/93;

- 4.8. Denunciar as infrações cometidas pela contratada e aplicar-lhe as penalidades cabíveis nos termos da Lei nº 8.666/93;
- 4.9. Modificar ou rescindir unilateralmente o contrato nos casos previstos na Lei nº 8.666/93;
- 4.10. Responsabilizar-se pela tomada de providências em relação às sugestões e orientações emitidas pelos consultores da contratada.
- 4.11. Responsabilizar-se pelos atos praticados pela gestão de forma isolada e/ou de caráter omissivo que contrariem as orientações dadas pelos consultores da contratada.

CLÁUSULA QUINTA – DOS DIREITOS E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA:

- 5.1. Executar o objeto de acordo com o estipulado no subitem 1.2 - da forma de execução - e de acordo com os prazos estipulados no Item 13, deste edital;
- 5.2. Efetuar o pagamento a Contratante conforme prazos estipulados.
- 5.3. Manter, durante a execução do contrato todas as condições de habilitação previstas no edital e em compatibilidade com as obrigações assumidas;
- 5.4. Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do contrato;
- 5.5. Submeter-se à fiscalização do CONTRATANTE, durante toda a vigência do contrato.
- 5.6. Suspender, eventual ou definitivamente, os serviços contratados conforme permissivos legais elencados na Lei 8.666/93.
- 5.7. Eximir-se da responsabilidade pelos atos omissos e aqueles praticados pelo gestor em dissonância com as orientações passadas pelos consultores em cumprimento ao objeto deste contrato;

CLÁUSULA SEXTA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

As penalidades contratuais aplicáveis às partes, conforme os casos são:

- 6.1. Nos termos do art. 7º da Lei 10.520/2002, se o Licitante, convocado no prazo estipulado, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.
- 6.2. O atraso na execução dos serviços, observado o prazo estipulado, sujeitará a proponente vencedora à multa de mora, no valor de R\$ 125,00 (cento e vinte e cinco reais) por dia de atraso.
- 6.3. A multa aludida acima não impede que a Administração aplique as outras sanções previstas em Lei.
- 6.4. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato no prazo previsto implicará na multa de 10% (dez por cento), do valor do contrato.
- 6.5. Quando comprovados que os serviços não correspondem ao especificado na proposta, fica assegurado ao CONTRATANTE o direito de exigir a substituição sem qualquer ônus, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, bem como o ressarcimento de eventuais prejuízos que o fato ocasionar.
- 6.6. O não cumprimento do disposto no tópico acima, implica na aplicação, a partir do 6º (sexto) dia, de multa de 0,06%, por dia, calculada sobre o preço proposto, limitado a 30 dias após o pedido de substituição, quando então o Município deverá adotar as providências legais pertinentes.
- 6.7. As penalidades acima poderão ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, nos termos do art. 87, da Lei 8.666/93 e suas alterações.
- 6.8. Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, que prevê o contraditório e a ampla defesa prévia do interessado e recurso nos prazos definidos em lei, sendo-lhe franqueada vista ao processo.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

- 7.1. Os serviços serão acompanhados e fiscalizados pela Comissão Organizadora das Festividades do Município.

CLÁUSULA OITAVA – DA INEXECUÇÃO E RESCISÃO

- 8.1. O presente contrato poderá ser rescindido nos seguintes casos:
- 8.1.1. Por ato unilateral, por escrito, do CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII, do art. 78, da Lei nº 8.666/93;

8.1.2. Amigavelmente por acordo das partes, mediante formalização de aviso prévio com antecedência mínima de trinta (30) dias, não cabendo indenização a qualquer uma das partes, resguardado o interesse público;

8.1.3. Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

8.2. O descumprimento, por parte da CONTRATADA, de suas obrigações legais e/ou contratuais, assegura ao CONTRATANTE o direito de rescindir o contrato a qualquer tempo, independente de aviso, interpelação judicial e/ou extrajudicial.

8.3. A rescisão do contrato, com base no item anterior, sujeita à CONTRATADA a aplicação das penalidades relacionadas na cláusula sexta deste contrato.

8.4. Na aplicação destas penalidades serão admitidos os recursos previstos em Lei e garantido o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

9.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Joaçaba, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para nele serem dirimidas dúvidas e questões oriundas do presente contrato.

9.2. E, por estarem acordes, as partes assinam este instrumento em 4 (quatro) vias de igual forma e teor, na presença das testemunhas abaixo.

Água Doce (SC), 22 de junho de 2018.

ANTONIO JOSÉ BISSANI	ADAIR LUIZ ARALDI
Prefeito Municipal	Presidente – COAPPA
Contratante	Contratada

TESTEMUNHAS:

CRISTIANO SAVARIS DA SILVA	GLÁUCIA REGINA VARASCHIN
CPF: 005.614.419-95	CPF: 006.597.239-21

Visto e Aprovado pela Assessoria Jurídica

MARIA HELENA LUCIETTI
OAB/SC 38261

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 75/2018 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 64/2018

Publicação Nº 1664060

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE
PROCESSO LICITATÓRIO 75/2018
PREGÃO PRESENCIAL 64/2018

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE, com sua sede Administrativa situada à Praça João Macagnan 322, torna público, para conhecimento dos interessados, que se encontra aberto PROCESSO LICITATÓRIO nº 75/2018, na modalidade "PREGÃO PRESENCIAL nº 64/2018", do tipo "MENOR PREÇO GLOBAL", para contratação de empresa para prestação de serviços para revisão do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, o qual será processado e julgado no dia 06 de julho de 2018 às 14h00, em consonância com a Lei Federal n. 8.666, de 21 de junho de 1.993 consolidada, e demais normas legais aplicáveis à espécie.

Integra do edital disponível em: www.aguadoce.sc.gov.br

Água Doce, SC, 25 de junho de 2018

ANTONIO JOSÉ BISSANI
Prefeito Municipal

Alto Bela Vista

PREFEITURA

ADENDO 001 AO PREGÃO PRESENCIAL N° 023/2018

Publicação N° 1663837

MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA – SC
ADENDO 001 AO PREGÃO PRESENCIAL N° 023/2018

O Município de Alto Bela Vista, SC, através da Prefeita Municipal, leva ao conhecimento dos interessados que o edital de licitação em referência, cujo objeto é o Registro de Preços para possível aquisição tubos de concreto, sofreu alteração em seu Anexo "E".

Informações complementares: o Edital e a alteração em questão, em inteiro teor, estão à disposição dos interessados na home page www.altobelavista.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas no Setor de Compras do Município de Alto Bela Vista, situado à Rua do Comércio, nº 1015, Centro, em horário de expediente normal, ou pelo telefone (49) 3455-9022.

Alto Bela Vista, SC, 25 de junho de 2018.

CATIA TESSMANN REICHERT

Prefeita Municipal

Anchieta

PREFEITURA

PORTARIA Nº294/2018

Publicação Nº 1664228

PORTARIA Nº. 294/2018
De, 22 de Junho de 2018.

O Prefeito Municipal do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Transferir Veículo do Gabinete do Prefeito para a Secretaria Municipal da Saúde Pública - FMS,

Art. 1º - Fica transferido o veículo Focus, placa MGA 2523 lotado no Gabinete do Prefeito para a Secretaria Municipal da Saúde - FMS, no período de dia 23 de à 30 de Junho de 2018.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),
Em 22 de Junho de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ivan José Canci
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria em data supra.
Fernanda Cristina Segalin – Secretária da Administração e Gestão.

PORTARIA Nº295/2018

Publicação Nº 1663967

PORTARIA Nº. 295/2018
De, 22 de Junho de 2018.

Ivan José Canci, Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de acordo com o Art. 62 da Lei Complementar nº 033/2011,

RESOLVE:

Efetuar pagamento de aula excedente,

Art. 1º - Fica determinado o pagamento de 04 (quatro) aulas excedentes à Servidora Pública Municipal efetiva Luciana do Amaral Crestani, ocupante do cargo de Professor de 5ª. à 8ª. Série – Educação Física.

Art. 2º - O pagamento das aulas excedentes se dará somente no mês de Junho de 2018.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Anchieta, SC
Em, 22 de Junho de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ivan José Canci,

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria em data supra.
Fernanda Cristina Segalin– Secretária de Administração e Gestão.

PORTARIA Nº296/2018

Publicação Nº 1663973

PORTARIA Nº. 296/2018
De, 22 de Junho de 2018.

Ivan José Canci, Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de acordo com o Art. 62 da Lei Complementar nº 033/2011,

RESOLVE:

Efetuar pagamento de aula excedente,

Art. 1º - Fica determinado o pagamento de 01 (uma) aula excedente à Servidora Pública Municipal Leonela Sabrina Biluca, ocupante do cargo de Professor de 5ª. à 8ª. Série – Disciplina de Espanhol.

Art. 2º - O pagamento das aulas excedentes se dará somente no período de Junho à Dezembro de 2018.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Anchieta, SC
Em, 22 de Junho de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ivan José Canci,
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria em data supra.
Fernanda Cristina Segalin– Secretária de Administração e Gestão.

Angelina

PREFEITURA

DECRETO Nº 060/2018

Publicação Nº 1664254

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANGELINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

DECRETO Nº 060/18
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR

EXCESSO DE ARRECADAÇÃO

GILBERTO ORLANDO DORIGON, Prefeito Municipal, no exercício das atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica do Município de Angelina Município de ANGELINA e autorização contida na Lei Municipal nº 001243 de 13 de Dezembro de 2017
DECRETA

Art. 1º -	Fica aberto no corrente exercício Crédito para as seguintes dotações orçamentárias:
--------------	---

09 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
09.02 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
(1) 4.4.90.00.00.00.00.00.1.016-0.1.33 - Aplicação Direta	32.089,50
(86) 4.4.90.00.00.00.00.00.2.057-0.1.38 - Aplicação Direta	50.000,00
Total Suplementação	82.089,50

Art. 2º -	Para atendimento da suplementação de que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação verificado até o mês e ano corrente.
--------------	--

Art. 3º -	Este DECRETO entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.
--------------	--

Angelina, 22 de junho de 2018.
GILBERTO ORLANDO DORIGON
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 057/2018

Publicação Nº 1663547

PORTARIA Nº 057/2018

CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO

GILBERTO ORLANDO DORIGON, Prefeito Municipal de Angelina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Municipal nº 021/2013 art. 221;

DECIDE:

Art. 1º - Conceder Licença Prêmio á servidora Jéssica Martins Otto, matrícula funcional nº 1239 ocupante do cargo de provimento efetivo de Especialista em Educação 5 do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Angelina no período de 31/05/2018 à 28/08/2018, referente ao período aquisitivo de 04/02/2013 à 03/02/2018.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 31/05/2018.

Art. 3º - Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Angelina, 19 de junho de 2018.
Gilberto Orlando Dorigon
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 058/2018

Publicação Nº 1663482

Portaria Nº 58/2018

“Nomeia, Interinamente, Servidor Para Responder Como Secretário de Educação, Cultura e Desporto do Município de Angelina”.

Gilberto Orlando Dorigon, Prefeito Municipal de Angelina, no uso de suas atribuições legais, e com base nas prerrogativas que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,
Resolve

Art. 1º Nomear, interinamente, o Servidor Público Municipal José Valmir Schmitt, para responder como Secretário de Educação, Cultura e Desporto do Município de Angelina, sem prejuízo das suas atuais atribuições funcionais, no temporal resultante das férias do titular no exercício de 2018.

Parágrafo único. O nomeado não receberá qualquer espécie de remuneração e ou adicional para exercício da função elencada no caput.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.
Angelina, 25 de Junho de 2018
Gilberto Orlando Dorigon
Prefeito Municipal

Anitápolis

PREFEITURA

CONTRATO TRABALHO ACT- 001/18 WILSON HAH

Publicação Nº 1663496

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

CONTRATO Nº001/2018

O MUNICÍPIO DE ANITÁPOLIS, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 82.892.332/0001-92, cuja Prefeitura se localiza na Rua Gonçalves Júnior, 260, Centro, doravante denominada MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Senhor ROGERIO HASSE, brasileiro, casado, inscrito no CPF/MF sob o nº 025.419.409-55, residente e domiciliado na Rodovia SC 108, s/n, Rio Branco, Anitápolis/SC, autorizado pelo art. 37, IX da Constituição Federal e Leis Municipais n.º 504/00, 505/00 e 616/05, e o Senhor WILSON HAHN, brasileiro, casado, inscrito no CPF/MF sob o nº 928.491.649-68, portador da Carteira de Identidade nº 2.069.937-9, residente e domiciliado na Estrada Geral Rio Itiriba, S/N, Rio Itiriba, Anitápolis, SC, CEP 88475-000, doravante denominado CONTRATADO, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao regime estatutário, constante na Lei Municipal n.º504/2000.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo Contratado das atribuições do cargo de operário braçal, descrito no quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Anitápolis, conforme justificativa em anexo.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O Contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus à remuneração mensal, paga juntamente com a dos servidores efetivos e sujeita aos mesmos reajustes, aumentos, equivalente ao vencimento do cargo referido na cláusula segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado até 31/03/2018, podendo ser prorrogado, entretanto, nunca além do período necessário para a realização de concurso público e para o preenchimento do cargo.

CLÁUSULA QUINTA – DA RESCISÃO

I - Este contrato rescinde-se automaticamente, independente da vontade das partes, por ocasião da nomeação e posse de candidato a ser aprovado em concurso público para o cargo de Operário Braçal, por falta de docente por aposentadoria, afastamento tratamento de saúde, situação alias que motivou a presente contratação temporária, sem qualquer direito a indenizações ou recebimento de valores pelo período não trabalhado, salvo o pagamento de verbas rescisórias.

II - Este contrato poderá ser rescindido:

a – por acordo entre as partes;

b – pelo Município sem prévio aviso, se o contratado violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;
c – pelo Contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias;
d – pelo Município, mediante aviso de 30 (trinta) dias; e,
e – Pela nomeação de servidor concursado para o preenchimento da vaga do servidor licenciado, no caso do não efetivo retorno.

CLÁUSULA SEXTA – DA ASSISTÊNCIA PREVIDENCIÁRIA

Durante a vigência contratual, o Contratado estará vinculado ao regime geral de previdência social.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do Contratado são as previstas no Estatuto dos Servidores Municipais.

CLÁUSULA OITAVA – DOS DIREITOS DO CONTRATADO

Os direitos do Contratado são os previstos no Estatuto dos Servidores, excetuadas os específicos ao servidor municipal efetivo.

CLÁUSULA NONA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O Contratado cumprirá jornada diária de trabalho de 08 horas, de segunda a sexta-feira, totalizando 40 horas semanais, obedecido ao início, intervalos e término fixados aos servidores efetivos.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o Foro da Comarca de Santo Amaro da Imperatriz, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado.

Contratados na forma que ficou expressa Município e Contratado assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Anitápolis/SC, em 02 de janeiro de 2018.
Rogerio Hasse Wilson Hahn
Prefeito Municipal Contratado

Testemunha Testemunha

PRORROGAÇÃO DE CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

CONTRATO Nº 001/2018

O MUNICÍPIO DE ANITÁPOLIS, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 82.892.332/0001-92, cuja Prefeitura se localiza na Rua Gonçalves Júnior, 260, Centro, doravante denominada MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Senhor LAUDIR PEDRO COELHO, brasileiro, casado, inscrito no CPF/MF sob o nº 112.896.009-53, residente e domiciliado na Rua Gonçalves Junior, nº 71, Centro, Anitápolis/SC, autorizado pelo art. 37, IX da Constituição Federal e Leis Municipais n.º 504/00, 505/00 e 616/05, e WILSON HAHN, brasileiro, casado, inscrito no CPF/MF sob o nº 928.491.649-68, portador da Carteira de Identidade nº 2.069.937-9, residente e domiciliado na Estrada Geral Rio Itiriba, S/N, Rio Itiriba, Anitápolis, SC, CEP 88475-000, doravante

denominado CONTRATADO, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA PRORROGAÇÃO DO CONTRATO

O presente instrumento tem a finalidade de comunicar a prorrogação do contrato de temporário, inicialmente celebrado pelas partes em 02/01/2018.

Fica estabelecido que o contrato de trabalho, que deveria terminar em 31/03/2018, será prorrogado até 30/04/2018.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato de trabalho inicialmente firmado entre as partes.

Anitápolis/SC, em 28 de março de 2018.

Laudir Pedro Coelho

Prefeito Municipal Contratado

Testemunha

Testemunha

CONTRATO TRABALHO ACT- 002/18 ADEMIR BATISTA

Publicação Nº 1663497

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

CONTRATO Nº02/2018

O MUNICÍPIO DE ANITÁPOLIS, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 82.892.332/0001-92, cuja Prefeitura se localiza na Rua Gonçalves Júnior, 260, Centro, doravante denominada MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Senhor ROGERIO HASSE, brasileiro, casado, inscrito no CPF/MF sob o nº 025.419.409-55, residente e domiciliado na Rodovia SC 108, s/n, Rio Branco, Anitápolis/SC, autorizado pelo art. 37, IX da Constituição Federal e Leis Municipais n.º 504/00, 505/00 e 616/05, e o Senhor ADEMIR BATISTA, brasileiro, casado, inscrito no CPF/MF sob o n.º 950.539.809-34, portador da Carteira de Identidade n.º 3.605.299, residente e domiciliado na Estrada Geral Rio do Ouro, S/N, Rio do Ouro, Anitápolis, SC, CEP 88475-000, doravante denominado CONTRATADO, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao regime estatutário, constante na Lei Municipal n.º504/2000.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo Contratado das atribuições do cargo de operário braçal, descrito no quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Anitápolis, conforme justificativa em anexo.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O Contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus à remuneração mensal, paga juntamente com a dos servidores efetivos e sujeita aos mesmos reajustes, aumentos, equivalente ao vencimento do cargo referido na cláusula segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado até 31/03/2018, podendo ser prorrogado, entretanto, nunca além do período necessário para a realização de concurso público e para o preenchimento do cargo.

CLÁUSULA QUINTA – DA RESCISÃO

I - Este contrato rescinde-se automaticamente, independente da vontade das partes, por ocasião da nomeação e posse de candidato a ser aprovado em concurso público para o cargo de Operário Braçal, por falta de docente por aposentadoria, afastamento tratamento de saúde, situação alias que motivou a presente contratação temporária, sem qualquer direito a indenizações ou recebimento de valores pelo período não trabalhado, salvo o pagamento de verbas rescisórias.

II - Este contrato poderá ser rescindido:

- a – por acordo entre as partes;
- b – pelo Município sem prévio aviso, se o contratado violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;
- c – pelo Contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias;
- d – pelo Município, mediante aviso de 30 (trinta) dias; e,
- e – Pela nomeação de servidor concursado para o preenchimento da vaga do servidor licenciado, no caso do não efetivo retorno.

CLÁUSULA SEXTA – DA ASSISTÊNCIA PREVIDENCIÁRIA

Durante a vigência contratual, o Contratado estará vinculado ao regime geral de previdência social.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do Contratado são as previstas no Estatuto dos Servidores Municipais.

CLÁUSULA OITAVA – DOS DIREITOS DO CONTRATADO

Os direitos do Contratado são os previstos no Estatuto dos Servidores, excetuadas os específicos ao servidor municipal efetivo.

CLÁUSULA NONA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O Contratado cumprirá jornada diária de trabalho de 08 horas, de segunda a sexta-feira, totalizando 40 horas semanais, obedecido ao início, intervalos e término fixados aos servidores efetivos.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o Foro da Comarca de Santo Amaro da Imperatriz, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado.

Contratados na forma que ficou expressa Município e Contratado assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Anitápolis/SC, em 02 de janeiro de 2018.

Rogerio Hasse

Ademir Batista

Prefeito Municipal

Contratado

Testemunha Testemunha

PRORROGAÇÃO DE CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

CONTRATO Nº 002/2018

O MUNICÍPIO DE ANITÁPOLIS, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 82.892.332/0001-92, cuja Prefeitura se localiza na Rua Gonçalves Júnior, 260, Centro, doravante denominada MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Senhor LAUDIR PEDRO COELHO, brasileiro, casado, inscrito no CPF/MF sob o nº 112.896.009-53, residente e domiciliado na Rua Gonçalves Junior, nº 71, Centro, Anitápolis/SC, autorizado pelo art. 37, IX da Constituição Federal e Leis Municipais n.º 504/00, 505/00 e 616/05, e ADEMIR BATISTA, brasileiro, casado, inscrito no CPF/MF sob o n.º 950.539.809-34, portador da Carteira de Identidade n.º 3.605.299, residente e domiciliado na Estrada Geral Rio do Ouro, S/N, Rio do Ouro, Anitápolis, SC, CEP 88475-000, doravante denominado CONTRATADO, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA PRORROGAÇÃO DO CONTRATO

O presente instrumento tem a finalidade de comunicar a prorrogação do contrato de temporário, inicialmente celebrado pelas partes em 02/01/2018.

Fica estabelecido que o contrato de trabalho, que deveria terminar em 31/03/2018, será prorrogado até 30/04/2018.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato de trabalho inicialmente firmado entre as partes.

Anitápolis/SC, em 28 de março de 2018.
Laudir Pedro Coelho
Prefeito Municipal Contratado

Testemunha Testemunha

CONTRATO TRABALHO ACT- 003/18 ALESSANDRA SCHREIBER MARTINS

Publicação Nº 1663501

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

CONTRATO Nº 03/2018

O MUNICÍPIO DE ANITÁPOLIS, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 82.892.332/0001-92, cuja Prefeitura se localiza na Rua Gonçalves Júnior, 260, Centro, doravante denominada MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Senhor ROGERIO HASSE, brasileiro, casado, inscrito no CPF/MF sob o nº 025.419.409-55, residente e domiciliado na Rodovia SC 108, s/n, Rio Branco, Anitápolis/SC, autorizado pelo art. 37, IX da Constituição Federal e Leis Municipais n.º 504/00, 505/00 e 616/05 e a Senhora ALESSANDRA SCHREIBER MARTINS, brasileira, solteira, inscrita no CPF/MF sob o n.º 017.260.949-60, portadora da Carteira de Identidade n.º 2.932.461, residente e domiciliada na Estrada Geral Rio da Várzea, s/n, Rio da Várzea, SC, CEP 88475-000, doravante denominada CONTRATADA, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao regime estatutário, constante na Lei Municipal nº 504/2000.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo Contratado das atribuições do cargo de Enfermeira - PSF, descrito no quadro

de pessoal da Prefeitura Municipal de Anitápolis, conforme justificativa em anexo.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O Contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus à remuneração mensal, paga juntamente com a dos servidores efetivos e sujeita aos mesmos reajustes, aumentos, equivalente ao vencimento do cargo referido na cláusula segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado até 31/03/2018, podendo ser prorrogado, entretanto, nunca além do período necessário para a realização de concurso público e para o preenchimento do cargo.

CLÁUSULA QUINTA – DA RESCISÃO

I - Este contrato rescinde-se automaticamente, independente da vontade das partes, por ocasião da nomeação e posse de candidato a ser aprovado em concurso público para o cargo de ENFERMEIRO - PSF, situação alias que motivou a presente contratação temporária, sem qualquer direito a indenizações ou recebimento de valores pelo período não trabalhado, salvo o pagamento de verbas rescisórias.

II - Este contrato poderá ser rescindido:

- a – por acordo entre as partes;
- b – pelo Município sem prévio aviso, se o contratado violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;
- c – pelo Contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias;
- d – pelo Município, mediante aviso de 30 (trinta) dias; e,
- e – Pela nomeação de servidor concursado para o preenchimento da vaga do servidor licenciado, no caso do não efetivo retorno.

CLÁUSULA SEXTA – DA ASSISTÊNCIA PREVIDENCIÁRIA

Durante a vigência contratual, o Contratado estará vinculado ao regime geral de previdência social.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do Contratado são as previstas no Estatuto dos Servidores Municipais.

CLÁUSULA OITAVA – DOS DIREITOS DO CONTRATADO

Os direitos do Contratado são os previstos no Estatuto dos Servidores, excetuadas os específicos ao servidor municipal efetivo.

CLÁUSULA NONA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O Contratado cumprirá jornada diária de trabalho de 08 (oito) horas, de segunda a sexta-feira, totalizando 40 (quarenta) horas semanais, obedecido ao início, intervalos e término fixados aos servidores efetivos.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o Foro da Comarca de Santo Amaro da Imperatriz, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado.

Contratados na forma que ficou expressa Município e Contratado assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.
Anitápolis/SC, em 02 de janeiro de 2018.

Rogério Hasse
Prefeito Municipal

Alessandra Schreiber Martins
Contratado

Testemunha Testemunha

--	--

PRORROGAÇÃO DE CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

CONTRATO Nº 003/2018

O MUNICÍPIO DE ANITÁPOLIS, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 82.892.332/0001-92, cuja Prefeitura se localiza na Rua Gonçalves Júnior, 260, Centro, doravante denominada MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Senhor LAUDIR PEDRO COELHO, brasileiro, casado, inscrito no CPF/MF sob o nº 112.896.009-53, residente e domiciliado na Rua Gonçalves Junior, nº 71, Centro, Anitápolis/SC, autorizado pelo art. 37, IX da Constituição Federal e Leis Municipais n.º 504/00, 505/00 e 616/05, e ALESSANDRA SCHREIBER MARTINS, brasileira, solteira, inscrita no CPF/MF sob o n.º 017.260.949-60, portadora da Carteira de Identidade n.º 2.932.461, residente e domiciliada na Estrada Geral Rio da Várzea, s/n, Rio da Várzea, SC, CEP 88475-000, doravante denominado CONTRATADO, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA PRORROGAÇÃO DO CONTRATO

O presente instrumento tem a finalidade de comunicar a prorrogação do contrato de temporário, inicialmente celebrado pelas partes em 02/01/2018.

Fica estabelecido que o contrato de trabalho, que deveria terminar em 31/03/2018, será prorrogado até 30/04/2018.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato de trabalho inicialmente firmado entre as partes.

Anitápolis/SC, em 28 de março de 2018.

Laudir Pedro Coelho
Prefeito Municipal Contratado

Testemunha Testemunha

CONTRATO TRABALHO ACT- 004/18 MARIA BEATRIZ DE ALMEIDA COELHO VAND SAND

Publicação Nº 1663504

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

CONTRATO Nº 04/2018

O MUNICÍPIO DE ANITÁPOLIS, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 82.892.332/0001-92, cuja Prefeitura se localiza na Rua Gonçalves Júnior, 260, Centro, doravante denominada MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Senhor ROGERIO HASSE, brasileiro, casado, inscrito no CPF/MF sob o nº 025.419.409-55, residente e domiciliado na Rodovia SC 108, s/n, Rio Branco, Anitápolis/SC, autorizado pelo art. 37, IX da Constituição Federal e Leis Municipais n.º 504/00, 505/00 e 616/05 e a Senhora MARIA BEATRIZ DE ALMEIDA COELHO VAN DE SAND, brasileira, casada, inscrita no CPF/MF sob o n.º 074.351.549-89,

portadora da Carteira de Identidade n.º 3.941.142, residente e domiciliada na Rua Gonçalves Junior, S/N, Centro, SC, CEP 88475-000, doravante denominada CONTRATADA, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao regime estatutário, constante na Lei Municipal nº 504/2000.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo Contratado das atribuições do cargo de ODONTOLOGA DE SAÚDE DA FAMÍLIA, descrito no quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Anitápolis, conforme justificativa em anexo.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O Contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus à remuneração mensal, paga juntamente com a dos servidores efetivos e sujeita aos mesmos reajustes, aumentos, equivalente ao vencimento do cargo referido na cláusula segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado até 31/03/2018, podendo ser prorrogado, entretanto, nunca além do período necessário para a realização de concurso público e para o preenchimento do cargo.

CLÁUSULA QUINTA – DA RESCISÃO

I - Este contrato rescinde-se automaticamente, independente da vontade das partes, por ocasião de candidato a ser aprovado em concurso público para o cargo de ODONTOLOGA DE SAÚDE DA FAMÍLIA, situação alias que motivou a presente contratação temporária, sem qualquer direito a indenizações ou recebimento de valores pelo período não trabalhado, salvo o pagamento de verbas rescisórias.

II - Este contrato poderá ser rescindido:

- a – por acordo entre as partes;
- b – pelo Município sem prévio aviso, se o contratado violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;
- c – pelo Contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias;
- d – pelo Município, mediante aviso de 30 (trinta) dias; e,
- e – Pela nomeação de servidor concursado para o preenchimento da vaga do servidor licenciado, no caso do não efetivo retorno.

CLÁUSULA SEXTA – DA ASSISTÊNCIA PREVIDENCIÁRIA

Durante a vigência contratual, o Contratado estará vinculado ao regime geral de previdência social.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do Contratado são as previstas no Estatuto dos Servidores Municipais.

CLÁUSULA OITAVA – DOS DIREITOS DO CONTRATADO

Os direitos do Contratado são os previstos no Estatuto dos Servidores, excetuadas os específicos ao servidor municipal efetivo.

CLÁUSULA NONA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O Contratado cumprirá jornada diária de trabalho de 08 (quatro) horas, de segunda a sexta-feira, totalizando 40 (quarenta) horas semanais, obedecido ao início, intervalos e término fixados aos servidores efetivos.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o Foro da Comarca de Santo Amaro da Imperatriz, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado.

Contratados na forma que ficou expressa Município e Contratado assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Anitápolis/SC, em 02 de janeiro de 2018.

Rogério Hasse Maria Beatriz de Almeida Coelho Van de Sand
Prefeito Municipal Contratada

Testemunha Testemunha

PRORROGAÇÃO DE CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER
NECESSIDADE TEMPORÁRIA EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

CONTRATO Nº 004/2018

O MUNICÍPIO DE ANITÁPOLIS, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 82.892.332/0001-92, cuja Prefeitura se localiza na Rua Gonçalves Júnior, 260, Centro, doravante denominada MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Senhor LAUDIR PEDRO COELHO, brasileiro, casado, inscrito no CPF/MF sob o nº 112.896.009-53, residente e domiciliado na Rua Gonçalves Junior, nº 71, Centro, Anitápolis/SC, autorizado pelo art. 37, IX da Constituição Federal e Leis Municipais n.º 504/00, 505/00 e 616/05, e MARIA BEATRIZ DE ALMEIDA COELHO VAN DE SAND, brasileira, casada, inscrita no CPF/MF sob o n.º 074.351.549-89, portadora da Carteira de Identidade n.º 3.941.142, residente e domiciliada na Rua Gonçalves Junior, S/N, Centro, SC, CEP 88475-000, doravante denominado CONTRATADO, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA PRORROGAÇÃO DO CONTRATO

O presente instrumento tem a finalidade de comunicar a prorrogação do contrato de temporário, inicialmente celebrado pelas partes em 02/01/2018.

Fica estabelecido que o contrato de trabalho, que deveria terminar em 31/03/2018, será prorrogado até 30/04/2018.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato de trabalho inicialmente firmado entre as partes.

Anitápolis/SC, em 28 de março de 2018.

Laudir Pedro Coelho
Prefeito Municipal Contratado

Testemunha Testemunha

CONTRATO TRABALHO ACT- 005/18 GILVANE MAYER

Publicação Nº 1663510

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

CONTRATO Nº005/2018

O MUNICÍPIO DE ANITÁPOLIS, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 82.892.332/0001-92, cuja Prefeitura se localiza na Rua Gonçalves Júnior, 260, Centro, doravante denominada MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Senhor LAUDIR PEDRO COELHO, brasileiro, casado, inscrito no CPF/MF sob o nº 112.896.009-53, residente e domiciliado na Rua Gonçalves Junior, nº 71, Centro, Anitápolis/SC, autorizado pelo art. 37, IX da Constituição Federal e Leis Municipais n.º 504/00, 505/00 e 616/05, e o Senhor GILVANE MAYER, brasileiro, casado, inscrito no CPF/MF sob o n.º 051.370.599-60, portador da Carteira de Identidade n.º 4.007.488, residente e domiciliado na Avenida Ivo Silveira,

sn, Centro, Anitápolis, SC, CEP 88475-000, doravante denominado CONTRATADO, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao regime estatutário, constante na Lei Municipal n.º504/2000.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo Contratado das atribuições do cargo de Motorista II, descrito no quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Anitápolis, conforme justificativa em anexo.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O Contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus à remuneração mensal, paga juntamente com a dos servidores efetivos e sujeita aos mesmos reajustes, aumentos, equivalente ao vencimento do cargo referido na cláusula segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado até 31/03/2018, podendo ser prorrogado, entretanto, nunca além do período necessário para a realização de concurso público e para o preenchimento do cargo.

CLÁUSULA QUINTA – DA RESCISÃO

I - Este contrato rescinde-se automaticamente, independente da vontade das partes, por ocasião da nomeação e posse de candidato a ser aprovado em concurso público para o cargo de Motorista II, por falta de docente, tratamento de saúde, situação alias que motivou a presente contratação temporária, sem qualquer direito a indenizações ou recebimento de valores pelo período não trabalhado, salvo o pagamento de verbas rescisórias.

II - Este contrato poderá ser rescindido:

- a – por acordo entre as partes;
- b – pelo Município sem prévio aviso, se o contratado violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;
- c – pelo Contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias;
- d – pelo Município, mediante aviso de 30 (trinta) dias; e,
- e – Pela nomeação de servidor concursado para o preenchimento da vaga do servidor licenciado, no caso do não efetivo retorno.

CLÁUSULA SEXTA – DA ASSISTÊNCIA PREVIDENCIÁRIA

Durante a vigência contratual, o Contratado estará vinculado ao regime geral de previdência social.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do Contratado são as previstas no Estatuto dos Servidores Municipais.

CLÁUSULA OITAVA – DOS DIREITOS DO CONTRATADO

Os direitos do Contratado são os previstos no Estatuto dos Servidores, excetuadas os específicos ao servidor municipal efetivo.

CLÁUSULA NONA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O Contratado cumprirá jornada diária de trabalho de 08 horas, de

segunda a sexta-feira, totalizando 40 horas semanais, obedecido ao início, intervalos e término fixados aos servidores efetivos.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o Foro da Comarca de Santo Amaro da Imperatriz, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado.

Contratados na forma que ficou expressa Município e Contratado assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Anitápolis/SC, em 22 de fevereiro de 2018.

Laudir Pedro Coelho	Gilvane Mayer
Prefeito Municipal	Contratado

Testemunha Testemunha

--	--

PRORROGAÇÃO DE CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

CONTRATO Nº 005/2018

O MUNICÍPIO DE ANITÁPOLIS, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 82.892.332/0001-92, cuja Prefeitura se localiza na Rua Gonçalves Júnior, 260, Centro, doravante denominada MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Senhor LAUDIR PEDRO COELHO, brasileiro, casado, inscrito no CPF/MF sob o nº 112.896.009-53, residente e domiciliado na Rua Gonçalves Junior, nº 71, Centro, Anitápolis/SC, autorizado pelo art. 37, IX da Constituição Federal e Leis Municipais n.º 504/00, 505/00 e 616/05, e GILVANE MAYER, brasileiro, casado, inscrito no CPF/MF sob o nº 051.370.599-60, portador da Carteira de Identidade n.º 4.007.488, residente e domiciliado na Avenida Ivo Silveira, sn, Centro, Anitápolis, SC, CEP 88475-000, doravante denominado CONTRATADO, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA PRORROGAÇÃO DO CONTRATO

O presente instrumento tem a finalidade de comunicar a prorrogação do contrato de temporário, inicialmente celebrado pelas partes em 22/02/2018.

Fica estabelecido que o contrato de trabalho, que deveria terminar em 31/03/2018, será prorrogado até 30/04/2018.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato de trabalho inicialmente firmado entre as partes.

Anitápolis/SC, em 28 de março de 2018.

Laudir Pedro Coelho	Contratado
Prefeito Municipal	

Testemunha Testemunha

CONTRATO TRABALHO ACT- 006/18 ALENCAR SCHUMACHER

Publicação Nº 1663514

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

CONTRATO Nº006/2018

O MUNICÍPIO DE ANITÁPOLIS, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 82.892.332/0001-92, cuja Prefeitura se localiza na Rua Gonçalves Júnior, 260, Centro, doravante denominada MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Senhor LAUDIR PEDRO COELHO, brasileiro, casado, inscrito no CPF/MF sob o nº 112.896.009-53, residente e domiciliado na Rua Gonçalves Junior, nº 71, Centro, Anitápolis/SC, autorizado pelo art. 37, IX da Constituição Federal e Leis Municipais n.º 504/00, 505/00 e 616/05, e o Senhor ALENCAR SCHUMACHER, brasileiro, casado, inscrito no CPF/MF sob o nº 033.966.729-09, portador da Carteira de Identidade n.º 4.469.790, residente e domiciliado na Estrada Geral Rio do Meio, S/N, Rio do Meio, Anitápolis, SC, CEP 88475-000, doravante denominado CONTRATADO, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao regime estatutário, constante na Lei Municipal n.º504/2000.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo Contratado das atribuições do cargo de Motorista II, descrito no quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Anitápolis, conforme justificativa em anexo.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O Contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus à remuneração mensal, paga juntamente com a dos servidores efetivos e sujeita aos mesmos reajustes, aumentos, equivalente ao vencimento do cargo referido na cláusula segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado até 31/03/2018, podendo ser prorrogado, entretanto, nunca além do período necessário para a realização de concurso público e para o preenchimento do cargo.

CLÁUSULA QUINTA – DA RESCISÃO

I - Este contrato rescinde-se automaticamente, independente da vontade das partes, por ocasião da nomeação e posse de candidato a ser aprovado em concurso público para o cargo de Motorista II, por falta de docente, tratamento de saúde, situação alias que motivou a presente contratação temporária, sem qualquer direito a indenizações ou recebimento de valores pelo período não trabalhado, salvo o pagamento de verbas rescisórias.

II - Este contrato poderá ser rescindido:

- a – por acordo entre as partes;
- b – pelo Município sem prévio aviso, se o contratado violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;
- c – pelo Contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias;
- d – pelo Município, mediante aviso de 30 (trinta) dias; e,
- e – Pela nomeação de servidor concursado para o preenchimento

da vaga do servidor licenciado, no caso do não efetivo retorno.

CLÁUSULA SEXTA – DA ASSISTÊNCIA PREVIDENCIÁRIA

Durante a vigência contratual, o Contratado estará vinculado ao regime geral de previdência social.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do Contratado são as previstas no Estatuto dos Servidores Municipais.

CLÁUSULA OITAVA – DOS DIREITOS DO CONTRATADO

Os direitos do Contratado são os previstos no Estatuto dos Servidores, excetuadas os específicos ao servidor municipal efetivo.

CLÁUSULA NONA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O Contratado cumprirá jornada diária de trabalho de 08 horas, de segunda a sexta-feira, totalizando 40 horas semanais, obedecido ao início, intervalos e término fixados aos servidores efetivos.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o Foro da Comarca de Santo Amaro da Imperatriz, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado.

Contratados na forma que ficou expressa Município e Contratado assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Anitápolis/SC, em 22 de fevereiro de 2018.

Laudir Pedro Coelho Alencar Schumacher

Prefeito Municipal Contratado

Testemunha Testemunha

PRORROGAÇÃO DE CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

CONTRATO Nº 006/2018

O MUNICÍPIO DE ANITÁPOLIS, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 82.892.332/0001-92, cuja Prefeitura se localiza na Rua Gonçalves Júnior, 260, Centro, doravante denominada MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Senhor LAUDIR PEDRO COELHO, brasileiro, casado, inscrito no CPF/MF sob o nº 112.896.009-53, residente e domiciliado na Rua Gonçalves Junior, nº 71, Centro, Anitápolis/SC, autorizado pelo art. 37, IX da Constituição Federal e Leis Municipais n.º 504/00, 505/00 e 616/05, e ALENCAR SCHUMACHER, brasileiro, casado, inscrito no CPF/MF sob o nº 033.966.729-09, portador da Carteira de Identidade n.º 4.469.790, residente e domiciliado na Estrada Geral Rio do Meio, S/N, Rio do Meio, Anitápolis, SC, CEP 88475-000, doravante denominado CONTRATADO, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA PRORROGAÇÃO DO CONTRATO

O presente instrumento tem a finalidade de comunicar a prorrogação do contrato de temporário, inicialmente celebrado pelas partes em 22/02/2018.

Fica estabelecido que o contrato de trabalho, que deveria terminar em 31/03/2018, será prorrogado até 30/04/2018.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato de trabalho inicialmente firmado entre as partes.

Anitápolis/SC, em 28 de março de 2018.

Laudir Pedro Coelho

Prefeito Municipal

Contratado

Testemunha Testemunha

CONTRATO TRABALHO ACT- 007/18 OTTO PAULO PATERA

Publicação Nº 1663515

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

CONTRATO Nº007/2018

O MUNICÍPIO DE ANITÁPOLIS, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 82.892.332/0001-92, cuja Prefeitura se localiza na Rua Gonçalves Júnior, 260, Centro, doravante denominada MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Senhor LAUDIR PEDRO COELHO, brasileiro, casado, inscrito no CPF/MF sob o nº 112.896.009-53, residente e domiciliado na Rua Gonçalves Junior, nº 71, Centro, Anitápolis/SC, autorizado pelo art. 37, IX da Constituição Federal e Leis Municipais n.º 504/00, 505/00 e 616/05, e o Senhor OTTO PAULO PATERA, brasileiro, casado, inscrito no CPF/MF sob o nº 078.646.259-08, portador da Carteira de Identidade n.º 3.941.191, residente e domiciliado na Rua Gonçalves Júnior, S/N, Centro, Anitápolis, SC, CEP 88475-000, doravante denominado CONTRATADO, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao regime estatutário, constante na Lei Municipal n.º504/2000.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo Contratado das atribuições do cargo de Motorista II, descrito no quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Anitápolis, conforme justificativa em anexo.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O Contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus à remuneração mensal, paga juntamente com a dos servidores efetivos e sujeita aos mesmos reajustes, aumentos, equivalente ao vencimento do cargo referido na cláusula segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado até 31/03/2018, podendo ser prorrogado, entretanto, nunca além do período necessário para a realização de concurso público e para o preenchimento do cargo.

CLÁUSULA QUINTA – DA RESCISÃO

I - Este contrato rescinde-se automaticamente, independente da vontade das partes, por ocasião da nomeação e posse de candidato a ser aprovado em concurso público para o cargo de Motorista II, por falta de docente, tratamento de saúde, retorno do titular ao cargo de motorista II.

II - Este contrato poderá ser rescindido:

a – por acordo entre as partes;
b – pelo Município sem prévio aviso, se o contratado violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;
c – pelo Contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias;
d – pelo Município, mediante aviso de 30 (trinta) dias; e,
e – Pela nomeação de servidor concursado para o preenchimento da vaga do servidor licenciado, no caso do não efetivo retorno.

CLÁUSULA SEXTA – DA ASSISTÊNCIA PREVIDENCIÁRIA

Durante a vigência contratual, o Contratado estará vinculado ao regime geral de previdência social.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do Contratado são as previstas no Estatuto dos Servidores Municipais.

CLÁUSULA OITAVA – DOS DIREITOS DO CONTRATADO

Os direitos do Contratado são os previstos no Estatuto dos Servidores, excetuadas os específicos ao servidor municipal efetivo.

CLÁUSULA NONA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O Contratado cumprirá jornada diária de trabalho de 08 horas, de segunda a sexta-feira, totalizando 40 horas semanais, obedecido ao início, intervalos e término fixados aos servidores efetivos.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o Foro da Comarca de Santo Amaro da Imperatriz, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado.

Contratados na forma que ficou expressa Município e Contratado assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Anitápolis/SC, em 22 de fevereiro de 2018.
Laudir Pedro Coelho Otto Paulo Patera
Prefeito Municipal Contratado

Testemunha Testemunha

PRORROGAÇÃO DE CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

CONTRATO Nº 007/2018

O MUNICÍPIO DE ANITÁPOLIS, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 82.892.332/0001-92, cuja Prefeitura se localiza na Rua Gonçalves Júnior, 260, Centro, doravante denominada MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Senhor LAUDIR PEDRO COELHO, brasileiro, casado, inscrito no CPF/MF sob o nº 112.896.009-53, residente e domiciliado na Rua Gonçalves Junior, nº 71, Centro, Anitápolis/SC, autorizado pelo art. 37, IX da Constituição Federal e Leis Municipais n.º 504/00, 505/00 e 616/05, e OTTO PAULO PATERA, brasileiro, casado, inscrito no CPF/MF sob o nº 078.646.259-08, portador da Carteira de Identidade n.º 3.941.191, residente e domiciliado na Rua Gonçalves Júnior, S/N, Centro, Anitápolis, SC, CEP 88475-000, doravante denominado CONTRATADO, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA PRORROGAÇÃO DO CONTRATO

O presente instrumento tem a finalidade de comunicar a prorrogação do contrato de temporário, inicialmente celebrado pelas partes em 22/02/2018.

Fica estabelecido que o contrato de trabalho, que deveria terminar em 31/03/2018, será prorrogado até 30/04/2018.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato de trabalho inicialmente firmado entre as partes.

Anitápolis/SC, em 28 de março de 2018.

Laudir Pedro Coelho

Prefeito Municipal

Contratado

Testemunha Testemunha

CONTRATO TRABALHO ACT- 008 TIAGO BONETTI

Publicação Nº 1663518

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

CONTRATO Nº008/2018

O MUNICÍPIO DE ANITÁPOLIS, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 82.892.332/0001-92, cuja Prefeitura se localiza na Rua Gonçalves Júnior, 260, Centro, doravante denominada MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Senhor LAUDIR PEDRO COELHO, brasileiro, casado, inscrito no CPF/MF sob o nº 112.896.009-53, residente e domiciliado na Rua Gonçalves Junior, nº 71, Centro, Anitápolis/SC, autorizado pelo art. 37, IX da Constituição Federal e Leis Municipais n.º 504/00, 505/00 e 616/05, e o Senhor TIAGO BONETTI, brasileiro, casado, inscrito no CPF/MF sob o n.º 084.658.909-51, portador da Carteira de Identidade n.º 5.275.872, residente e domiciliado na Estrada Geral Maracujá, S/N, Maracujá, Anitápolis, SC, CEP 88475-000, doravante denominado CONTRATADO, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao regime estatutário, constante na Lei Municipal n.º504/2000.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo Contratado das atribuições do cargo de Motorista II, descrito no quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Anitápolis, conforme justificativa em anexo.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O Contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus à remuneração mensal, paga juntamente com a dos servidores efetivos e sujeita aos mesmos reajustes, aumentos, equivalente ao vencimento do cargo referido na cláusula segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado até 31/03/2018, podendo ser prorrogado, entretanto, nunca além do período necessário para a realização de concurso público e para o preenchimento do cargo.

CLÁUSULA QUINTA – DA RESCISÃO

I - Este contrato rescinde-se automaticamente, independente da

vontade das partes, por ocasião da nomeação e posse de candidato a ser aprovado em concurso público para o cargo de Motorista II, por falta de docente, tratamento de saúde, retorno do titular ao cargo de motorista II.

II - Este contrato poderá ser rescindido:

- a – por acordo entre as partes;
- b – pelo Município sem prévio aviso, se o contratado violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;
- c – pelo Contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias;
- d – pelo Município, mediante aviso de 30 (trinta) dias; e,
- e – Pela nomeação de servidor concursado para o preenchimento da vaga do servidor licenciado, no caso do não efetivo retorno.

CLÁUSULA SEXTA – DA ASSISTÊNCIA PREVIDENCIÁRIA

Durante a vigência contratual, o Contratado estará vinculado ao regime geral de previdência social.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do Contratado são as previstas no Estatuto dos Servidores Municipais.

CLÁUSULA OITAVA – DOS DIREITOS DO CONTRATADO

Os direitos do Contratado são os previstos no Estatuto dos Servidores, excetuadas os específicos ao servidor municipal efetivo.

CLÁUSULA NONA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O Contratado cumprirá jornada diária de trabalho de 08 horas, de segunda a sexta-feira, totalizando 40 horas semanais, obedecido ao início, intervalos e término fixados aos servidores efetivos.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o Foro da Comarca de Santo Amaro da Imperatriz, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado.

Contratados na forma que ficou expressa Município e Contratado assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Anitápolis/SC, em 22 de fevereiro de 2018.

Laudir Pedro Coelho Tiago Bonetti

Prefeito Municipal Contratado

Testemunha Testemunha

PRORROGAÇÃO DE CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

CONTRATO Nº 008/2018

O MUNICÍPIO DE ANITÁPOLIS, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 82.892.332/0001-92, cuja Prefeitura se localiza na Rua Gonçalves Júnior, 260, Centro, doravante denominada MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Senhor LAUDIR PEDRO COELHO, brasileiro, casado, inscrito no CPF/MF sob o nº 112.896.009-53, residente e domiciliado na Rua Gonçalves Junior, nº 71, Centro, Anitápolis/SC, autorizado pelo art. 37, IX da Constituição Federal e Leis Municipais n.º 504/00, 505/00 e 616/05, e TIAGO BONETTI, brasileiro, casado, inscrito no CPF/MF sob o nº 084.658.909-51, portador da Carteira de Identidade n.º 5.275.872, residente e domiciliado na Estrada Geral Maracujá, S/N, Maracujá, Anitápolis, SC, CEP 88475-000, doravante denominado

CONTRATADO, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA PRORROGAÇÃO DO CONTRATO

O presente instrumento tem a finalidade de comunicar a prorrogação do contrato de temporário, inicialmente celebrado pelas partes em 22/02/2018.

Fica estabelecido que o contrato de trabalho, que deveria terminar em 31/03/2018, será prorrogado até 30/04/2018.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato de trabalho inicialmente firmado entre as partes.

Anitápolis/SC, em 28 de março de 2018.

Laudir Pedro Coelho

Prefeito Municipal

Contratado

Testemunha Testemunha

CONTRATO TRABALHO ACT- 009/18 KENDY KOETTERS

Publicação Nº 1663521

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

CONTRATO Nº 009/2018

O MUNICÍPIO DE ANITÁPOLIS, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 82.892.332/0001-92, cuja Prefeitura se localiza na Rua Gonçalves Júnior, 260, Centro, doravante denominada MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Senhor LAUDIR PEDRO COELHO, brasileiro, casado, inscrito no CPF/MF sob o nº 112.896.009-53, residente e domiciliado na Rua Gonçalves Junior, nº 71, Centro, Anitápolis/SC, autorizado pelo art. 37, IX da Constituição Federal e Leis Municipais n.º 504/00, 505/00 e 616/05 e a Senhora KENDY KOETTERS, brasileira, solteira, inscrita no CPF/MF sob o nº 063.446.199-02, portadora da Carteira de Identidade n.º 3.941.269, residente e domiciliada na Rua Gonçalves Junior, S/N, Centro, SC, CEP 88475-000, doravante denominada CONTRATADA, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao regime estatutário, constante na Lei Municipal nº 504/2000.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo Contratado das atribuições do cargo de PROFESSORA NIVEL II, descrito no quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Anitápolis, conforme justificativa em anexo.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O Contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus à remuneração mensal, paga juntamente com a dos servidores efetivos e sujeita aos mesmos reajustes, aumentos, equivalente ao vencimento do cargo referido na cláusula segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado até 31/03/2018, podendo ser prorrogado, entretanto, nunca além do período necessário para a realização de concurso público e para o preenchimento do cargo.

CLÁUSULA QUINTA – DA RESCISÃO

I - Este contrato rescinde-se automaticamente, independente da vontade das partes, por ocasião de retorno da servidora afastada para tratamento de saúde, ou da nomeação e posse de candidato a ser aprovado em concurso público para o cargo de PROFESSORA NIVEL II, situação alias que motivou a presente contratação temporária, sem qualquer direito a indenizações ou recebimento de valores pelo período não trabalhado, salvo o pagamento de verbas rescisórias.

II - Este contrato poderá ser rescindido:

- a – por acordo entre as partes;
- b – pelo Município sem prévio aviso, se o contratado violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;
- c – pelo Contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias;
- d – pelo Município, mediante aviso de 30 (trinta) dias; e,
- e – Pela nomeação de servidor concursado para o preenchimento da vaga do servidor licenciado, no caso do não efetivo retorno.

CLÁUSULA SEXTA – DA ASSISTÊNCIA PREVIDENCIÁRIA

Durante a vigência contratual, o Contratado estará vinculado ao regime geral de previdência social.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do Contratado são as previstas no Estatuto dos Servidores Municipais.

CLÁUSULA OITAVA – DOS DIREITOS DO CONTRATADO

Os direitos do Contratado são os previstos no Estatuto dos Servidores, excetuadas os específicos ao servidor municipal efetivo.

CLÁUSULA NONA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O Contratado cumprirá jornada diária de trabalho de 08 (quatro) horas, de segunda a sexta-feira, totalizando 40 (quarenta) horas semanais, obedecido ao início, intervalos e término fixados aos servidores efetivos.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o Foro da Comarca de Santo Amaro da Imperatriz, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado.

Contratados na forma que ficou expressa Município e Contratado assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Anitápolis/SC, em 01 de março de 2018.

Laudir Pedro Coelho Kendy Koettters
Prefeito Municipal Contratada

Testemunha Testemunha

PRORROGAÇÃO DE CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

CONTRATO Nº 009/2018

O MUNICÍPIO DE ANITÁPOLIS, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 82.892.332/0001-92, cuja Prefeitura se localiza na Rua Gonçalves Júnior, 260, Centro, doravante denominada MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Senhor LAUDIR PEDRO COELHO, brasileiro, casado, inscrito no CPF/MF sob o nº 112.896.009-53, residente e domiciliado na Rua Gonçalves Junior, nº 71, Centro, Anitápolis/SC, autorizado pelo art. 37, IX da Constituição Federal e Leis Municipais n.º 504/00, 505/00 e 616/05, e KENDY KOETTERS, brasileira, solteira, inscrita no CPF/MF sob o n.º 063.446.199-02, portadora da Carteira de Identidade n.º 3.941.269, residente e domiciliada na Rua Gonçalves Junior,

S/N, Centro, SC, CEP 88475-000, doravante denominado CONTRATADO, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA PRORROGAÇÃO DO CONTRATO

O presente instrumento tem a finalidade de comunicar a prorrogação do contrato de temporário, inicialmente celebrado pelas partes em 06/03/2018.

Fica estabelecido que o contrato de trabalho, que deveria terminar em 31/03/2018, será prorrogado até 30/04/2018.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato de trabalho inicialmente firmado entre as partes.

Anitápolis/SC, em 28 de março de 2018.

Laudir Pedro Coelho

Prefeito Municipal

Contratado

Testemunha Testemunha

CONTRATO TRABALHO ACT- 010/18 DIOGO BONETTI

Publicação Nº 1663524

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

CONTRATO Nº010/2018

O MUNICÍPIO DE ANITÁPOLIS, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 82.892.332/0001-92, cuja Prefeitura se localiza na Rua Gonçalves Júnior, 260, Centro, doravante denominada MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Senhor LAUDIR PEDRO COELHO, brasileiro, casado, inscrito no CPF/MF sob o nº 112.896.009-53, residente e domiciliado na Rua Gonçalves Junior, nº 71, Centro, Anitápolis/SC, autorizado pelo art. 37, IX da Constituição Federal e Leis Municipais n.º 504/00, 505/00 e 616/05 e o Senhor DIOGO BONETTI, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF/MF sob o n.º 075.030.639-47, portadora da Carteira de Identidade n.º 3.941.140, residente e domiciliado na Rua Gonçalves Junior, 478, Centro, SC, CEP 88475-000, doravante denominada CONTRATADO, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao regime estatutário, constante na Lei Municipal nº 504/2000.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo Contratado das atribuições do cargo de PROFESSOR NIVEL II, descrito no quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Anitápolis, conforme justificativa em anexo.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O Contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus à remuneração mensal, paga juntamente com a dos servidores efetivos e sujeita aos mesmos reajustes, aumentos, equivalente ao vencimento do cargo referido na cláusula segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado até 31/03/2018, podendo ser prorrogado, entretanto, nunca além do período necessário para a realização de concurso público e para o preenchimento do cargo.

CLÁUSULA QUINTA – DA RESCISÃO

I - Este contrato rescinde-se automaticamente, independente da vontade das partes, por ocasião de retorno da servidora afastada para tratamento de saúde, ou da nomeação e posse de candidato a ser aprovado em concurso público para o cargo de PROFESSORA NIVEL II, situação alias que motivou a presente contratação temporária, sem qualquer direito a indenizações ou recebimento de valores pelo período não trabalhado, salvo o pagamento de verbas rescisórias.

II - Este contrato poderá ser rescindido:

- a – por acordo entre as partes;
- b – pelo Município sem prévio aviso, se o contratado violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;
- c – pelo Contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias;
- d – pelo Município, mediante aviso de 30 (trinta) dias; e,
- e – Pela nomeação de servidor concursado para o preenchimento da vaga do servidor licenciado, no caso do não efetivo retorno.

CLÁUSULA SEXTA – DA ASSISTÊNCIA PREVIDENCIÁRIA

Durante a vigência contratual, o Contratado estará vinculado ao regime geral de previdência social.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do Contratado são as previstas no Estatuto dos Servidores Municipais.

CLÁUSULA OITAVA – DOS DIREITOS DO CONTRATADO

Os direitos do Contratado são os previstos no Estatuto dos Servidores, excetuadas os específicos ao servidor municipal efetivo.

CLÁUSULA NONA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O Contratado cumprirá jornada diária de trabalho de 08 (quatro) horas, de segunda a sexta-feira, totalizando 40 (quarenta) horas semanais, obedecido ao início, intervalos e término fixados aos servidores efetivos.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o Foro da Comarca de Santo Amaro da Imperatriz, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado.

Contratados na forma que ficou expressa Município e Contratado assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Anitápolis/SC, em 06 de março de 2018.

Laudir Pedro Coelho Diogo Bonetti
Prefeito Municipal Contratada

Testemunha Testemunha

PRORROGAÇÃO DE CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

CONTRATO Nº 010/2018

O MUNICÍPIO DE ANITÁPOLIS, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 82.892.332/0001-92, cuja Prefeitura se localiza na Rua Gonçalves Júnior, 260, Centro, doravante denominada MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Senhor LAUDIR PEDRO COELHO, brasileiro, casado, inscrito no CPF/MF sob o nº 112.896.009-53, residente e domiciliado na Rua Gonçalves Junior, nº 71, Centro, Anitápolis/SC, autorizado pelo art. 37, IX da Constituição Federal e Leis Municipais n.º 504/00, 505/00 e 616/05, e DIOGO BONETTI, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF/MF sob o n.º 075.030.639-47, portadora da Carteira de Identidade n.º 3.941.140, residente e domiciliado na Rua Gonçalves Junior, 478,

Centro, SC, CEP 88475-000, doravante denominado CONTRATADO, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA PRORROGAÇÃO DO CONTRATO

O presente instrumento tem a finalidade de comunicar a prorrogação do contrato de temporário, inicialmente celebrado pelas partes em 06/03/2018.

Fica estabelecido que o contrato de trabalho, que deveria terminar em 31/03/2018, será prorrogado até 30/04/2018.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato de trabalho inicialmente firmado entre as partes.

Anitápolis/SC, em 28 de março de 2018.

Laudir Pedro Coelho

Prefeito Municipal

Contratado

Testemunha Testemunha

CONTRATO TRABALHO ACT- 011/18 KELEN C.R. FREITAS

Publicação Nº 1663526

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

CONTRATO Nº011/2018

O MUNICÍPIO DE ANITÁPOLIS, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 82.892.332/0001-92, cuja Prefeitura se localiza na Rua Gonçalves Júnior, 260, Centro, doravante denominada MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Senhor LAUDIR PEDRO COELHO, brasileiro, casado, inscrito no CPF/MF sob o nº 112.896.009-53, residente e domiciliado na Rua Gonçalves Junior, nº 71, Centro, Anitápolis/SC, autorizado pelo art. 37, IX da Constituição Federal e Leis Municipais n.º 504/00, 505/00 e 616/05 e a Senhora KELEN CRISTINA RIBEIRO FREITAS, brasileira, casada, inscrita no CPF/MF sob o n.º 031.465.749-50, portadora da Carteira de Identidade n.º 3.728.009, residente e domiciliada na Rua Gonçalves Junior, s/n, Centro, SC, CEP 88475-000, doravante denominada CONTRATADA, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao regime estatutário, constante na Lei Municipal nº 504/2000.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo Contratado das atribuições do cargo de PROFESSORA, descrito no quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Anitápolis, conforme justificativa em anexo.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O Contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus à remuneração mensal, paga juntamente com a dos servidores efetivos e sujeita aos mesmos reajustes, aumentos, equivalente ao vencimento do cargo referido na cláusula segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado até 31/03/2018, podendo ser prorrogado, entretanto, nunca além do período necessário para a realização de concurso público e para o preenchimento do cargo.

CLÁUSULA QUINTA – DA RESCISÃO

I - Este contrato rescinde-se automaticamente, independente da vontade das partes, por ocasião da nomeação e posse de candidato a ser aprovado em concurso público para o cargo de PROFESSORA NIVEL II, situação alias que motivou a presente contratação temporária, sem qualquer direito a indenizações ou recebimento de valores pelo período não trabalhado, salvo o pagamento de verbas rescisórias.

II - Este contrato poderá ser rescindido:

- a – por acordo entre as partes;
- b – pelo Município sem prévio aviso, se o contratado violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;
- c – pelo Contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias;
- d – pelo Município, mediante aviso de 30 (trinta) dias; e,
- e – Pela nomeação de servidor concursado para o preenchimento da vaga do servidor licenciado, no caso do não efetivo retorno.

CLÁUSULA SEXTA – DA ASSISTÊNCIA PREVIDENCIÁRIA

Durante a vigência contratual, o Contratado estará vinculado ao regime geral de previdência social.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do Contratado são as previstas no Estatuto dos Servidores Municipais.

CLÁUSULA OITAVA – DOS DIREITOS DO CONTRATADO

Os direitos do Contratado são os previstos no Estatuto dos Servidores, excetuadas os específicos ao servidor municipal efetivo.

CLÁUSULA NONA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O Contratado cumprirá jornada diária de trabalho de 08 (OITO) horas, de segunda a sexta-feira, totalizando 40 (QUARENTA) horas semanais, obedecido ao início, intervalos e término fixados aos servidores efetivos.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o Foro da Comarca de Santo Amaro da Imperatriz, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado.

Contratados na forma que ficou expressa Município e Contratado assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Anitápolis/SC, em 06 de março de 2018.
Laudir Pedro Coelho Kelen Cristina Ribeiro Freitas
Prefeito Municipal Contratado

Testemunha Testemunha

PRORROGAÇÃO DE CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

CONTRATO Nº 011/2018

O MUNICÍPIO DE ANITÁPOLIS, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 82.892.332/0001-92, cuja Prefeitura se localiza na Rua Gonçalves Júnior, 260, Centro, doravante denominada MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Senhor LAUDIR PEDRO COELHO, brasileiro, casado, inscrito no CPF/MF sob o nº 112.896.009-53, residente e domiciliado na Rua Gonçalves Junior, nº 71, Centro, Anitápolis/SC, autorizado pelo art. 37, IX da Constituição Federal e Leis Municipais n.º 504/00, 505/00 e 616/05, e KELEN CRISTINA RIBEIRO FREITAS, brasileira, casada, inscrita no CPF/MF sob o n.º 031.465.749-50, portadora da Carteira de Identidade n.º 3.728.009, residente e domiciliada na Rua Gonçalves Junior, s/n, Centro, SC, CEP 88475-000, doravante denominado CONTRATADO, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA PRORROGAÇÃO DO CONTRATO

O presente instrumento tem a finalidade de comunicar a prorrogação do contrato de temporário, inicialmente celebrado pelas partes em 06/03/2018.

Fica estabelecido que o contrato de trabalho, que deveria terminar em 31/03/2018, será prorrogado até 30/04/2018.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato de trabalho inicialmente firmado entre as partes.

Anitápolis/SC, em 28 de março de 2018.
Laudir Pedro Coelho
Prefeito Municipal Contratado

Testemunha Testemunha

CONTRATO TRABALHO ACT- 012/18 VANIELLI WENCESLAU WITT

Publicação Nº 1663527

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

CONTRATO Nº012/2018

O MUNICÍPIO DE ANITÁPOLIS, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 82.892.332/0001-92, cuja Prefeitura se localiza na Rua Gonçalves Júnior, 260, Centro, doravante denominada MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Senhor LAUDIR PEDRO COELHO, brasileiro, casado, inscrito no CPF/MF sob o nº 112.896.009-53, residente e domiciliado na Rua Gonçalves Junior, nº 71, Centro, Anitápolis/SC, autorizado pelo art. 37, IX da Constituição Federal e Leis Municipais n.º 504/00, 505/00 e 616/05, e a Senhora, VANIELLE WENCESLAU WITT, brasileira, casada, inscrita no CPF/MF sob o n.º 087.638.409-28, portadora da Carteira de Identidade n.º 4.469.383, residente e domiciliada na Rua Manoel Felisberto da Silva, 149, Centro, Anitápolis, SC, CEP 88475-000, doravante denominado CONTRATADO, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao regime estatutário, constante na Lei Municipal n.º504/2000.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo Contratado das atribuições do cargo de PROFESSOR DE ARTES NIVEL II, descrito no quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Anitápolis, conforme justificativa em anexo.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O Contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus à remuneração mensal, paga juntamente com a dos servidores efetivos e sujeita aos mesmos reajustes, aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado pelo prazo de até 31/03/2018, podendo ser prorrogado, entretanto, nunca além do período necessário para a realização de concurso público e para o preenchimento do cargo.

CLÁUSULA QUINTA – DA RESCISÃO

I - Este contrato rescinde-se automaticamente, independente da vontade das partes, por ocasião da nomeação e posse de candidato a ser aprovado em concurso público para o cargo PROFESSOR DE ARTES NIVEL II, situação alias que motivou a presente contratação temporária, sem qualquer direito a indenizações ou recebimento de valores pelo período não trabalhado, salvo o pagamento de verbas rescisórias.

II - Este contrato poderá ser rescindido:

- a – por acordo entre as partes;
- b – pelo Município sem prévio aviso, se o contratado violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;
- c – pelo Contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias;
- d – pelo Município, mediante aviso de 30 (trinta) dias; e,
- e – Pela nomeação de servidor concursado para o preenchimento da vaga do servidor licenciado, no caso do não efetivo retorno.

CLÁUSULA SEXTA – DA ASSISTÊNCIA PREVIDENCIÁRIA

Durante a vigência contratual, o Contratado estará vinculado ao regime geral de previdência social.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do Contratado são as previstas no Estatuto dos Servidores Municipais.

CLÁUSULA OITAVA – DOS DIREITOS DO CONTRATADO

Os direitos do Contratado são os previstos no Estatuto dos Servidores, excetuadas os específicos ao servidor municipal efetivo.

CLÁUSULA NONA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O Contratado cumprirá jornada diária de trabalho de 08 (OITO) horas, de segunda a sexta-feira, totalizando 40 (quarenta) horas semanais, obedecido ao início, intervalos e término fixados aos servidores efetivos.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o Foro da Comarca de Santo Amaro da Imperatriz, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado.

Contratados na forma que ficou expressa Município e Contratado assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma,

com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Anitápolis/SC, em 06 de março de 2018.

Laudir Pedro Coelho

Prefeito Municipal Contratado

Testemunha Testemunha

PRORROGAÇÃO DE CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

CONTRATO Nº 012/2018

O MUNICÍPIO DE ANITÁPOLIS, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 82.892.332/0001-92, cuja Prefeitura se localiza na Rua Gonçalves Júnior, 260, Centro, doravante denominada MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Senhor LAUDIR PEDRO COELHO, brasileiro, casado, inscrito no CPF/MF sob o nº 112.896.009-53, residente e domiciliado na Rua Gonçalves Junior, nº 71, Centro, Anitápolis/SC, autorizado pelo art. 37, IX da Constituição Federal e Leis Municipais n.º 504/00, 505/00 e 616/05, e VANIELLE WENCESLAU WITT, brasileira, casada, inscrita no CPF/MF sob o n.º 087.638.409-28, portadora da Carteira de Identidade n.º 4.469.383, residente e domiciliada na Rua Manoel Felisberto da Silva, 149, Centro, Anitápolis, SC, CEP 88475-000, doravante denominado CONTRATADO, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA PRORROGAÇÃO DO CONTRATO

O presente instrumento tem a finalidade de comunicar a prorrogação do contrato de temporário, inicialmente celebrado pelas partes em 06/03/2018.

Fica estabelecido que o contrato de trabalho, que deveria terminar em 31/03/2018, será prorrogado até 30/04/2018.

Na prorrogação do contrato de trabalho o contratado cumprirá jornada diária de trabalho de 04 (quatro) horas, de segunda a sexta-feira, totalizando 20 (vinte) horas semanais, obedecido ao início, intervalos e término fixados aos servidores efetivos.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato de trabalho inicialmente firmado entre as partes.

Anitápolis/SC, em 28 de março de 2018.

Laudir Pedro Coelho

Prefeito Municipal

Contratado

Testemunha Testemunha

CONTRATO TRABALHO ACT- 013 ROSELI DEMETRIO GARCIA

Publicação Nº 1663529

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

CONTRATO Nº013/2018

O MUNICÍPIO DE ANITÁPOLIS, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 82.892.332/0001-92, cuja Prefeitura se localiza na Rua Gonçalves Júnior, 260, Centro, doravante denominada MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Senhor LAUDIR PEDRO COELHO, brasileiro, casado, inscrito no CPF/MF sob o nº 112.896.009-53, residente e domiciliado na Rua Gonçalves Junior, nº 71, Centro, Anitápolis/SC, autorizado pelo art. 37,

IX da Constituição Federal e Leis Municipais n.º 504/00, 505/00 e 616/05 e a Senhora ROSELI DEMÉTRIO GARCIA, brasileira, casada, inscrita no CPF/MF sob o n.º 039.310.379-08, portadora da Carteira de Identidade n.º 4.147.510, residente e domiciliada na Estrada Geral Rio do Ouro, s/n, Rio do Ouro, Anitápolis, SC, CEP 88475-000, doravante denominada CONTRATADA, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao regime estatutário, constante na Lei Municipal n.º 504/2000.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo Contratado das atribuições do cargo de PROFESSOR NIVEL II, descrito no quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Anitápolis, conforme justificativa em anexo.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O Contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus à remuneração mensal, paga juntamente com a dos servidores efetivos e sujeita aos mesmos reajustes, aumentos, equivalente ao vencimento do cargo referido na cláusula segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado pelo prazo de até 31/03/2018, podendo ser prorrogado, entretanto, nunca além do período necessário para a realização de concurso público e para o preenchimento do cargo.

CLÁUSULA QUINTA – DA RESCISÃO

I - Este contrato rescinde-se automaticamente, independente da vontade das partes, por ocasião da nomeação e posse de candidato a ser aprovado em concurso público para o cargo PROFESSOR NIVEL II, situação alínea que motivou a presente contratação temporária, sem qualquer direito a indenizações ou recebimento de valores pelo período não trabalhado, salvo o pagamento de verbas rescisórias.

II - Este contrato poderá ser rescindido:

- a – por acordo entre as partes;
- b – pelo Município sem prévio aviso, se o contratado violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;
- c – pelo Contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias;
- d – pelo Município, mediante aviso de 30 (trinta) dias; e,
- e – Pela nomeação de servidor concursado para o preenchimento da vaga do servidor licenciado, no caso do não efetivo retorno.

CLÁUSULA SEXTA – DA ASSISTÊNCIA PREVIDENCIÁRIA

Durante a vigência contratual, o Contratado estará vinculado ao regime geral de previdência social.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do Contratado são as previstas no Estatuto dos Servidores Municipais.

CLÁUSULA OITAVA – DOS DIREITOS DO CONTRATADO

Os direitos do Contratado são os previstos no Estatuto dos

Servidores, excetuadas os específicos ao servidor municipal efetivo.

CLÁUSULA NONA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O Contratado cumprirá jornada diária de trabalho de 08 horas, de segunda a sexta-feira, totalizando 40 horas semanais, obedecido ao início, intervalos e término fixados aos servidores efetivos.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o Foro da Comarca de Santo Amaro da Imperatriz, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado.

Contratados na forma que ficou expressa Município e Contratado assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Anitápolis/SC, em 08 de março de 2018.

Prefeito Municipal Contratado

Testemunha Testemunha
PRORROGAÇÃO DE CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER
NECESSIDADE TEMPORÁRIA EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

CONTRATO Nº 013/2018

O MUNICÍPIO DE ANITÁPOLIS, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 82.892.332/0001-92, cuja Prefeitura se localiza na Rua Gonçalves Júnior, 260, Centro, doravante denominada MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Senhor LAUDIR PEDRO COELHO, brasileiro, casado, inscrito no CPF/MF sob o nº 112.896.009-53, residente e domiciliado na Rua Gonçalves Junior, nº 71, Centro, Anitápolis/SC, autorizado pelo art. 37, IX da Constituição Federal e Leis Municipais n.º 504/00, 505/00 e 616/05, e ROSELI DEMÉTRIO GARCIA, brasileira, casada, inscrita no CPF/MF sob o n.º 039.310.379-08, portadora da Carteira de Identidade n.º 4.147.510, residente e domiciliada na Estrada Geral Rio do Ouro, s/n, Rio do Ouro, Anitápolis, SC, CEP 88475-000, doravante denominado CONTRATADO, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA PRORROGAÇÃO DO CONTRATO

O presente instrumento tem a finalidade de comunicar a prorrogação do contrato de temporário, inicialmente celebrado pelas partes em 08/03/2018.

Fica estabelecido que o contrato de trabalho, que deveria terminar em 31/03/2018, será prorrogado até 30/04/2018.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato de trabalho inicialmente firmado entre as partes.

Anitápolis/SC, em 28 de março de 2018.

Laudir Pedro Coelho

Prefeito Municipal

Contratado

Testemunha Testemunha

--	--

CONTRATO TRABALHO ACT- 014 MARIANI SCHAFFER

Publicação Nº 1663531

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

CONTRATO Nº014/2018

O MUNICÍPIO DE ANITÁPOLIS, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 82.892.332/0001-92, cuja Prefeitura se localiza na Rua Gonçalves Júnior, 260, Centro, doravante denominada MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Senhor LAUDIR PEDRO COELHO, brasileiro, casado, inscrito no CPF/MF sob o nº 112.896.009-53, residente e domiciliado na Rua Gonçalves Junior, nº 71, Centro, Anitápolis/SC, autorizado pelo art. 37, IX da Constituição Federal e Leis Municipais n.º 504/00, 505/00 e 616/05, e a Senhora, MARIANI SCHAFFER, brasileira, solteira, inscrita no CPF/MF sob o n.º 059.403.329-27, portadora da Carteira de Identidade n.º 5.433.484-5, residente e domiciliada na Rodovia SC 108, sn, Rio Alfa, Anitápolis, SC, CEP 88475-000, doravante denominado CONTRATADO, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao regime estatutário, constante na Lei Municipal n.º504/2000.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo Contratado das atribuições do cargo de PROFESSOR DE ARTES NIVEL II, descrito no quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Anitápolis, conforme justificativa em anexo.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O Contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus à remuneração mensal, paga juntamente com a dos servidores efetivos e sujeita aos mesmos reajustes, aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado pelo prazo de até 31/03/2018, podendo ser prorrogado, entretanto, nunca além do período necessário para a realização de concurso público e para o preenchimento do cargo.

CLÁUSULA QUINTA – DA RESCISÃO

I - Este contrato rescinde-se automaticamente, independente da vontade das partes, por ocasião da nomeação e posse de candidato a ser aprovado em concurso público para o cargo PROFESSOR DE ARTES NIVEL II, situação alias que motivou a presente contratação temporária, sem qualquer direito a indenizações ou recebimento de valores pelo período não trabalhado, salvo o pagamento de verbas rescisórias.

II - Este contrato poderá ser rescindido:

- a – por acordo entre as partes;
- b – pelo Município sem prévio aviso, se o contratado violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;
- c – pelo Contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias;
- d – pelo Município, mediante aviso de 30 (trinta) dias; e,
- e – Pela nomeação de servidor concursado para o preenchimento da vaga do servidor licenciado, no caso do não efetivo retorno.

CLÁUSULA SEXTA – DA ASSISTÊNCIA PREVIDENCIÁRIA

Durante a vigência contratual, o Contratado estará vinculado ao regime geral de previdência social.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do Contratado são as previstas no Estatuto dos Servidores Municipais.

CLÁUSULA OITAVA – DOS DIREITOS DO CONTRATADO

Os direitos do Contratado são os previstos no Estatuto dos Servidores, excetuadas os específicos ao servidor municipal efetivo.

CLÁUSULA NONA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O Contratado cumprirá jornada diária de trabalho de 08 (OITO) horas, de segunda a sexta-feira, totalizando 40 (quarenta) horas semanais, obedecido ao início, intervalos e término fixados aos servidores efetivos.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o Foro da Comarca de Santo Amaro da Imperatriz, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado.

Contratados na forma que ficou expressa Município e Contratado assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Anitápolis/SC, em 08 de março de 2018.

Laudir Pedro Coelho

Prefeito Municipal Contratado

Testemunha Testemunha

PRORROGAÇÃO DE CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

CONTRATO Nº 014/2018

O MUNICÍPIO DE ANITÁPOLIS, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 82.892.332/0001-92, cuja Prefeitura se localiza na Rua Gonçalves Júnior, 260, Centro, doravante denominada MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Senhor LAUDIR PEDRO COELHO, brasileiro, casado, inscrito no CPF/MF sob o nº 112.896.009-53, residente e domiciliado na Rua Gonçalves Junior, nº 71, Centro, Anitápolis/SC, autorizado pelo art. 37, IX da Constituição Federal e Leis Municipais n.º 504/00, 505/00 e 616/05, e MARIANI SCHAFFER, brasileira, solteira, inscrita no CPF/MF sob o n.º 059.403.329-27, portadora da Carteira de Identidade n.º 5.433.484-5, residente e domiciliada na Rodovia SC 108, sn, Rio Alfa, Anitápolis, SC, CEP 88475-000, doravante denominado CONTRATADO, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA PRORROGAÇÃO DO CONTRATO

O presente instrumento tem a finalidade de comunicar a prorrogação do contrato de temporário, inicialmente celebrado pelas partes em 08/03/2018.

Fica estabelecido que o contrato de trabalho, que deveria terminar em 31/03/2018, será prorrogado até 30/04/2018.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato de trabalho inicialmente firmado entre as partes.

Anitápolis/SC, em 28 de março de 2018.

Laudir Pedro Coelho

Prefeito Municipal Contratado

Testemunha Testemunha

CONTRATO TRABALHO ACT- 015/18 DANIELE HEINZEN LAZAI

Publicação Nº 1663534

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

CONTRATO Nº015/2018

O MUNICÍPIO DE ANITÁPOLIS, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 82.892.332/0001-92, cuja Prefeitura se localiza na Rua Gonçalves Júnior, 260, Centro, doravante denominada MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Senhor LAUDIR PEDRO COELHO, brasileiro, casado, inscrito no CPF/MF sob o nº 112.896.009-53, residente e domiciliado na Rua Gonçalves Junior, nº 71, Centro, Anitápolis/SC, autorizado pelo art. 37, IX da Constituição Federal e Leis Municipais n.º 504/00, 505/00 e 616/05, e a Senhora, DANIELI HEINZEN LAZAI, brasileira, casada, inscrita no CPF/MF sob o n.º 105.503.439-03, portadora da Carteira de Identidade n.º 5.051.082, residente e domiciliada na Rua Gonçalves Junior, sn, centro, Anitápolis, SC, CEP 88475-000, doravante denominado CONTRATADO, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao regime estatutário, constante na Lei Municipal n.º504/2000.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo Contratado das atribuições do cargo de PROFESSOR DE ARTES NIVEL II, descrito no quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Anitápolis, conforme justificativa em anexo.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O Contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus à remuneração mensal, paga juntamente com a dos servidores efetivos e sujeita aos mesmos reajustes, aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado pelo prazo de até 31/03/2018, podendo ser prorrogado, entretanto, nunca além do período necessário para a realização de concurso público e para o preenchimento do cargo.

CLÁUSULA QUINTA – DA RESCISÃO

I - Este contrato rescinde-se automaticamente, independente da vontade das partes, por ocasião da nomeação e posse de candidato a ser aprovado em concurso público para o cargo PROFESSOR DE ARTES NIVEL II, situação alias que motivou a presente contratação temporária, sem qualquer direito a indenizações ou recebimento de valores pelo período não trabalhado, salvo o pagamento de verbas rescisórias.

II - Este contrato poderá ser rescindido:

- a – por acordo entre as partes;
- b – pelo Município sem prévio aviso, se o contratado violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;
- c – pelo Contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias;
- d – pelo Município, mediante aviso de 30 (trinta) dias; e,
- e – Pela nomeação de servidor concursado para o preenchimento da vaga do servidor licenciado, no caso do não efetivo retorno.

CLÁUSULA SEXTA – DA ASSISTÊNCIA PREVIDENCIÁRIA

Durante a vigência contratual, o Contratado estará vinculado ao regime geral de previdência social.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do Contratado são as previstas no Estatuto dos Servidores Municipais.

CLÁUSULA OITAVA – DOS DIREITOS DO CONTRATADO

Os direitos do Contratado são os previstos no Estatuto dos Servidores, excetuadas os específicos ao servidor municipal efetivo.

CLÁUSULA NONA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O Contratado cumprirá jornada diária de trabalho de 04 (QUATRO) horas, de segunda a sexta-feira, totalizando 20 (VINTE) horas semanais, obedecido ao início, intervalos e término fixados aos servidores efetivos.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o Foro da Comarca de Santo Amaro da Imperatriz, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado.

Contratados na forma que ficou expressa Município e Contratado assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Anitápolis/SC, em 08 de março de 2018.

Laudir Pedro Coelho

Prefeito Municipal Contratado

Testemunha Testemunha

PRORROGAÇÃO DE CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

CONTRATO Nº 015/2018

O MUNICÍPIO DE ANITÁPOLIS, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 82.892.332/0001-92, cuja Prefeitura se localiza na Rua Gonçalves Júnior, 260, Centro, doravante denominada MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Senhor LAUDIR PEDRO COELHO, brasileiro, casado, inscrito no CPF/MF sob o nº 112.896.009-53, residente e domiciliado na Rua Gonçalves Junior, nº 71, Centro, Anitápolis/SC, autorizado pelo art. 37, IX da Constituição Federal e Leis Municipais n.º 504/00, 505/00 e 616/05, e DANIELI HEINZEN LAZAI, brasileira, casada, inscrita no CPF/MF sob o n.º 105.503.439-03, portadora da Carteira de Identidade n.º 5.051.082, residente e domiciliada na Rua Gonçalves Junior, sn, centro, Anitápolis, SC, CEP 88475-000, doravante denominado CONTRATADO, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA PRORROGAÇÃO DO CONTRATO

O presente instrumento tem a finalidade de comunicar a prorrogação do contrato de temporário, inicialmente celebrado pelas partes em 08/03/2018.

Fica estabelecido que o contrato de trabalho, que deveria terminar em 31/03/2018, será prorrogado até 30/04/2018.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato de trabalho inicialmente firmado entre as partes.

Anitápolis/SC, em 28 de março de 2018.

Laudir Pedro Coelho

Prefeito Municipal Contratado

Testemunha Testemunha

CONTRATO TRABALHO ACT-016/18 LUIZE KOETTERS

Publicação Nº 1663537

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

CONTRATO Nº016/2018

O MUNICÍPIO DE ANITÁPOLIS, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 82.892.332/0001-92, cuja Prefeitura se localiza na Rua Gonçalves Júnior, 260, Centro, doravante denominada MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Senhor LAUDIR PEDRO COELHO, brasileiro, casado, inscrito no CPF/MF sob o nº 112.896.009-53, residente e domiciliado na Rua Gonçalves Junior, nº 71, Centro, Anitápolis/SC, autorizado pelo art. 37, IX da Constituição Federal e Leis Municipais n.º 504/00, 505/00 e 616/05, e a Senhora, LUIZE FERREIRA KOETTERS, brasileira, solteira, inscrita no CPF/MF sob o n.º 108.313.159-11, portadora da Carteira de Identidade n.º 5.709.447, residente e domiciliada na Rua Gonçalves Junior, sn, centro, Anitápolis, SC, CEP 88475-000, doravante denominado CONTRATADO, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao regime estatutário, constante na Lei Municipal n.º504/2000.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo Contratado das atribuições do cargo de PROFESSOR DE ARTES NIVEL II, descrito no quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Anitápolis, conforme justificativa em anexo.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O Contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus à remuneração mensal, paga juntamente com a dos servidores efetivos e sujeita aos mesmos reajustes, aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado pelo prazo de até 31/03/2018, podendo ser prorrogado, entretanto, nunca além do período necessário para a realização de concurso público e para o preenchimento do cargo.

CLÁUSULA QUINTA – DA RESCISÃO

I - Este contrato rescinde-se automaticamente, independente da vontade das partes, por ocasião da nomeação e posse de candidato a ser aprovado em concurso público para o cargo PROFESSOR DE ARTES NIVEL II, situação alínea que motivou a presente contratação temporária, sem qualquer direito a indenizações ou recebimento de valores pelo período não trabalhado, salvo o pagamento de verbas rescisórias.

II - Este contrato poderá ser rescindido:

a – por acordo entre as partes;

b – pelo Município sem prévio aviso, se o contratado violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;

c – pelo Contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias;

d – pelo Município, mediante aviso de 30 (trinta) dias; e,

e – Pela nomeação de servidor concursado para o preenchimento da vaga do servidor licenciado, no caso do não efetivo retorno.

CLÁUSULA SEXTA – DA ASSISTÊNCIA PREVIDENCIÁRIA

Durante a vigência contratual, o Contratado estará vinculado ao regime geral de previdência social.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do Contratado são as previstas no Estatuto dos Servidores Municipais.

CLÁUSULA OITAVA – DOS DIREITOS DO CONTRATADO

Os direitos do Contratado são os previstos no Estatuto dos Servidores, excetuadas as específicas ao servidor municipal efetivo.

CLÁUSULA NONA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O Contratado cumprirá jornada diária de trabalho de 04 (QUATRO) horas, de segunda a sexta-feira, totalizando 20 (VINTE) horas semanais, obedecido ao início, intervalos e término fixados aos servidores efetivos.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o Foro da Comarca de Santo Amaro da Imperatriz, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado.

Contratados na forma que ficou expressa Município e Contratado assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Anitápolis/SC, em 08 de março de 2018.

Laudir Pedro Coelho

Prefeito Municipal Contratado

Testemunha Testemunha

PRORROGAÇÃO DE CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

CONTRATO Nº 016/2018

O MUNICÍPIO DE ANITÁPOLIS, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 82.892.332/0001-92, cuja Prefeitura se localiza na Rua Gonçalves Júnior, 260, Centro, doravante denominada MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Senhor LAUDIR PEDRO COELHO, brasileiro, casado, inscrito no CPF/MF sob o nº 112.896.009-53, residente e domiciliado na Rua Gonçalves Junior, nº 71, Centro, Anitápolis/SC, autorizado pelo art. 37,

IX da Constituição Federal e Leis Municipais n.º 504/00, 505/00 e 616/05, e LUIZE FERREIRA KOETTERS, brasileira, solteira, inscrita no CPF/MF sob o n.º 108.313.159-11, portadora da Carteira de Identidade n.º 5.709.447, residente e domiciliada na Rua Gonçalves Junior, sn, centro, Anitápolis, SC, CEP 88475-000, doravante denominado CONTRATADO, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA PRORROGAÇÃO DO CONTRATO

O presente instrumento tem a finalidade de comunicar a prorrogação do contrato de temporário, inicialmente celebrado pelas partes em 08/03/2018.

Fica estabelecido que o contrato de trabalho, que deveria terminar em 31/03/2018, será prorrogado até 30/04/2018.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato de trabalho inicialmente firmado entre as partes.

Anitápolis/SC, em 28 de março de 2018.

Laudir Pedro Coelho

Prefeito Municipal Contratado

Testemunha Testemunha

CONTRATO TRABALHO ACT- 017/18 LAURA FERNANDES

Publicação Nº 1663540

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

CONTRATO Nº017/2018

O MUNICÍPIO DE ANITÁPOLIS, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 82.892.332/0001-92, cuja Prefeitura se localiza na Rua Gonçalves Júnior, 260, Centro, doravante denominada MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Senhor LAUDIR PEDRO COELHO, brasileiro, casado, inscrito no CPF/MF sob o nº 112.896.009-53, residente e domiciliado na Rua Gonçalves Junior, nº 71, Centro, Anitápolis/SC, autorizado pelo art. 37, IX da Constituição Federal e Leis Municipais n.º 504/00, 505/00 e 616/05, e a Senhora, LAURA BACK FERNANDES, brasileira, solteira, inscrita no CPF/MF sob o n.º 095.896.179-48, portadora da Carteira de Identidade n.º 5.709.451, residente e domiciliada na Rua Tarcisio Fernandes, sn, Vila Antonio David, Anitápolis, SC, CEP 88475-000, doravante denominado CONTRATADO, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao regime estatutário, constante na Lei Municipal n.º504/2000.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo Contratado das atribuições do cargo de PROFESSOR DE ARTES NIVEL II, descrito no quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Anitápolis, conforme justificativa em anexo.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O Contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus à remuneração mensal, paga juntamente com a dos servidores efetivos e

sujeita aos mesmos reajustes, aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado pelo prazo de até 31/03/2018, podendo ser prorrogado, entretanto, nunca além do período necessário para a realização de concurso público e para o preenchimento do cargo.

CLÁUSULA QUINTA – DA RESCISÃO

I - Este contrato rescinde-se automaticamente, independente da vontade das partes, por ocasião da nomeação e posse de candidato a ser aprovado em concurso público para o cargo PROFESSOR DE ARTES NIVEL II, situação alias que motivou a presente contratação temporária, sem qualquer direito a indenizações ou recebimento de valores pelo período não trabalhado, salvo o pagamento de verbas rescisórias.

II - Este contrato poderá ser rescindido:

a – por acordo entre as partes;

b – pelo Município sem prévio aviso, se o contratado violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;

c – pelo Contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias;

d – pelo Município, mediante aviso de 30 (trinta) dias; e,

e – Pela nomeação de servidor concursado para o preenchimento da vaga do servidor licenciado, no caso do não efetivo retorno.

CLÁUSULA SEXTA – DA ASSISTÊNCIA PREVIDENCIÁRIA

Durante a vigência contratual, o Contratado estará vinculado ao regime geral de previdência social.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do Contratado são as previstas no Estatuto dos Servidores Municipais.

CLÁUSULA OITAVA – DOS DIREITOS DO CONTRATADO

Os direitos do Contratado são os previstos no Estatuto dos Servidores, excetuadas os específicos ao servidor municipal efetivo.

CLÁUSULA NONA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O Contratado cumprirá jornada diária de trabalho de 04 (QUATRO) horas, de segunda a sexta-feira, totalizando 20 (VINTE) horas semanais, obedecido ao início, intervalos e término fixados aos servidores efetivos.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o Foro da Comarca de Santo Amaro da Imperatriz, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado.

Contratados na forma que ficou expressa Município e Contratado assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Anitápolis/SC, em 08 de março de 2018.

Laudir Pedro Coelho

Prefeito Municipal Contratado

Testemunha Testemunha

PRORROGAÇÃO DE CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

CONTRATO Nº017/2018

O MUNICÍPIO DE ANITÁPOLIS, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 82.892.332/0001-92, cuja Prefeitura se localiza na Rua Gonçalves Júnior, 260, Centro, doravante denominada MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Senhor LAUDIR PEDRO COELHO, brasileiro, casado, inscrito no CPF/MF sob o nº 112.896.009-53, residente e domiciliado na Rua Gonçalves Junior, nº 71, Centro, Anitápolis/SC, autorizado pelo art. 37, IX da Constituição Federal e Leis Municipais n.º 504/00, 505/00 e 616/05, e LAURA BACK FERNANDES, brasileira, solteira, inscrita no CPF/MF sob o n.º 095.896.179-48, portadora da Carteira de Identidade n.º 5.709.451, residente e domiciliada na Rua Tarcisio Fernandes, sn, Vila Antonio David, Anitápolis, SC, CEP 88475-000, doravante denominado CONTRATADO, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA PRORROGAÇÃO DO CONTRATO

O presente instrumento tem a finalidade de comunicar a prorrogação do contrato de temporário, inicialmente celebrado pelas partes em 08/03/2018.

Fica estabelecido que o contrato de trabalho, que deveria terminar em 31/03/2018, será prorrogado até 30/04/2018.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato de trabalho inicialmente firmado entre as partes.

Anitápolis/SC, em 28 de março de 2018.

Laudir Pedro Coelho

Prefeito Municipal Contratado

Testemunha Testemunha

CONTRATO TRABALHO ACT- 018/18 MARLENE SCHULLER

Publicação Nº 1663541

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

CONTRATO Nº018/2018

O MUNICÍPIO DE ANITÁPOLIS, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 82.892.332/0001-92, cuja Prefeitura se localiza na Rua Gonçalves Júnior, 260, Centro, doravante denominada MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Senhor LAUDIR PEDRO COELHO, brasileiro, casado, inscrito no CPF/MF sob o nº 112.896.009-53, residente e domiciliado na Rua Gonçalves Junior, nº 71, Centro, Anitápolis/SC, autorizado pelo art. 37, IX da Constituição Federal e Leis Municipais n.º 504/00, 505/00 e 616/05, e a Senhora, MARLENE SCHULLER, brasileira, solteira, inscrita no CPF/MF sob o n.º 111.328.059-02, portadora da Carteira de Identidade n.º 5.709.505, residente e domiciliada na Estrada Geral Rio do Ouro, S/N, Rio do Ouro, Anitápolis, SC, CEP 88475-000, doravante denominado CONTRATADO, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao regime estatutário, constante na Lei Municipal n.º 504/2000.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo Contratado das atribuições do cargo de servente/merendeira, descrito no quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Anitápolis, conforme justificativa em anexo.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O Contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus à remuneração mensal, paga juntamente com a dos servidores efetivos e sujeita aos mesmos reajustes, aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado pelo prazo de até 03/06/2018, podendo ser prorrogado, entretanto, nunca além do período necessário para a realização de concurso público e para o preenchimento do cargo.

CLÁUSULA QUINTA – DA RESCISÃO

I - Este contrato rescinde-se automaticamente, independente da vontade das partes, por ocasião da nomeação e posse de candidato a ser aprovado em concurso público para o cargo SERVENTE/MERENDEIRA, situação alias que motivou a presente contratação temporária, sem qualquer direito a indenizações ou recebimento de valores pelo período não trabalhado, salvo o pagamento de verbas rescisórias.

II - Este contrato poderá ser rescindido:

- a – por acordo entre as partes;
- b – pelo Município sem prévio aviso, se o contratado violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;
- c – pelo Contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias;
- d – pelo Município, mediante aviso de 30 (trinta) dias; e,
- e – Pela nomeação de servidor concursado para o preenchimento da vaga do servidor licenciado, no caso do não efetivo retorno.

CLÁUSULA SEXTA – DA ASSISTÊNCIA PREVIDENCIÁRIA

Durante a vigência contratual, o Contratado estará vinculado ao regime geral de previdência social.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do Contratado são as previstas no Estatuto dos Servidores Municipais.

CLÁUSULA OITAVA – DOS DIREITOS DO CONTRATADO

Os direitos do Contratado são os previstos no Estatuto dos Servidores, excetuadas os específicos ao servidor municipal efetivo.

CLÁUSULA NONA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O Contratado cumprirá jornada diária de trabalho de 08 (QUATRO) horas, de segunda a sexta-feira, totalizando 40 (QUARENTA) horas semanais, obedecido ao início, intervalos e término fixados aos servidores efetivos.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o Foro da Comarca de Santo Amaro da Imperatriz, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado.

Contratados na forma que ficou expressa Município e Contratado

assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Anitápolis/SC, em 11 de março de 2018.
Laudir Pedro Coelho
Prefeito Municipal Contratado

Testemunha Testemunha

PRORROGAÇÃO DE CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

CONTRATO Nº 018/2018

O MUNICÍPIO DE ANITÁPOLIS, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 82.892.332/0001-92, cuja Prefeitura se localiza na Rua Gonçalves Júnior, 260, Centro, doravante denominada MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Senhor LAUDIR PEDRO COELHO, brasileiro, casado, inscrito no CPF/MF sob o nº 112.896.009-53, residente e domiciliado na Rua Gonçalves Junior, nº 71, Centro, Anitápolis/SC, autorizado pelo art. 37, IX da Constituição Federal e Leis Municipais n.º 504/00, 505/00 e 616/05, e MARLENE SCHULLER, brasileira, solteira, inscrita no CPF/MF sob o n.º 111.328.059-02, portadora da Carteira de Identidade n.º 5.709.505, residente e domiciliada na Estrada Geral Rio do Ouro, S/N, Rio do Ouro, Anitápolis, SC, CEP 88475-000, doravante denominado CONTRATADO, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA PRORROGAÇÃO DO CONTRATO

O presente instrumento tem a finalidade de comunicar a prorrogação do contrato de temporário, inicialmente celebrado pelas partes em 11/03/2018.

Fica estabelecido que o contrato de trabalho, que deveria terminar em 03/06/2018, será prorrogado até 31/12/2018 ou por ocasião de retorno da servidora Ernestina Wameling Koettters afastada para tratamento de saúde.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato de trabalho inicialmente firmado entre as partes.

Anitápolis/SC, em 28 de março de 2018.
Laudir Pedro Coelho
Prefeito Municipal Contratado

CONTRATO TRABALHO ACT- 019/18 DJOANATAN CESAR CORREA

Publicação Nº 1663545

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

CONTRATO Nº019/2018

O MUNICÍPIO DE ANITÁPOLIS, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 82.892.332/0001-92, cuja Prefeitura se localiza na Rua Gonçalves Júnior, 260, Centro, doravante denominada MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Senhor LAUDIR PEDRO COELHO, brasileiro, casado, inscrito no CPF/MF sob o nº 112.896.009-53, residente e domiciliado na Rua Gonçalves Junior, nº 71, Centro, Anitápolis/SC, autorizado pelo art. 37, IX da Constituição Federal e Leis Municipais n.º 504/00, 505/00 e 616/05, e o Senhor, DJOANATAN CESAR CORREA, brasileiro, solteira, inscrito no CPF/MF sob o n.º 043.061.339-31, portador da Carteira de Identidade n.º 3.533.385, residente e domiciliado na Rua

Vereador Paulo França, 229, Centro, Ituporanga, SC, CEP 88400-000, doravante denominado CONTRATADO, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao regime estatutário, constante na Lei Municipal n.º 504/2000.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

O presente contrato tem por finalidade atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, especificamente, na prestação de serviço no cargo de Enfermeiro, descrito no quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Anitápolis.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O Contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus à remuneração mensal, paga juntamente com a dos servidores efetivos e sujeita aos mesmos reajustes, aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato terá duração de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por igual período, nunca além do período necessário para a realização de concurso público e para o preenchimento do cargo, conforme previsto no processo seletivo nº 01/2018.

CLÁUSULA QUINTA – DA RESCISÃO

I - Este contrato rescinde-se automaticamente, independente da vontade das partes, por ocasião da nomeação e posse de candidato a ser aprovado em concurso público e/ou pelo retorno da Servidora efetiva Ires Helena Kisner do Espírito Santo, matrícula nº 918, situação alias que motivou a presente contratação temporária, sem qualquer direito a indenizações ou recebimento de valores pelo período não trabalhado, salvo o pagamento de verbas rescisórias.

II - Este contrato poderá ser rescindido:

- a – por acordo entre as partes;
- b – pelo Município sem prévio aviso, se o contratado violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;
- c – pelo Contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias;
- d – pelo Município, mediante aviso de 30 (trinta) dias; e,
- e – Pela nomeação de servidor concursado para o preenchimento da vaga do servidor licenciado, no caso do não efetivo retorno.

CLÁUSULA SEXTA – DA ASSISTÊNCIA PREVIDENCIÁRIA

Durante a vigência contratual, o Contratado estará vinculado ao regime geral de previdência social.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do Contratado são as previstas no Estatuto dos Servidores Municipais.

CLÁUSULA OITAVA – DOS DIREITOS DO CONTRATADO

Os direitos do Contratado são os previstos no Estatuto dos Servidores, excetuadas os específicos ao servidor municipal efetivo.

CLÁUSULA NONA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O Contratado cumprirá jornada diária de trabalho de 08 (oito) horas, de segunda a sexta-feira, totalizando 40 (QUARENTA) horas semanais, obedecido ao início, intervalos e término fixados aos servidores efetivos.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o Foro da Comarca de Santo Amaro da Imperatriz, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado.

Contratados na forma que ficou expressa Município e Contratado assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Anitápolis/SC, em 17 de maio de 2018.

Laudir Pedro Coelho

Prefeito Municipal

Contratado

Testemunha Testemunha

CONTRATO TRABALHO ACT- 020/18 MARIA BEATRIZ A.C. VAND SAND

Publicação Nº 1663548

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

CONTRATO Nº 20/2018

O MUNICÍPIO DE ANITÁPOLIS, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 82.892.332/0001-92, cuja Prefeitura se localiza na Rua Gonçalves Júnior, 260, Centro, doravante denominada MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Senhor LAUDIR PEDRO COELHO, brasileiro, casado, inscrito no CPF/MF sob o nº 112.896.009-53, residente e domiciliado na Rua Gonçalves Junior, nº 71, Centro, Anitápolis/SC, autorizado pelo art. 37, IX da Constituição Federal e Leis Municipais n.º 504/00, 505/00 e 616/05 e a Senhora MARIA BEATRIZ DE ALMEIDA COELHO VAN DE SAND, brasileira, casada, inscrita no CPF/MF sob o nº 074.351.549-89, portadora da Carteira de Identidade n.º 3.941.142, residente e domiciliada na Rua Gonçalves Junior, S/N, Centro, SC, CEP 88475-000, doravante denominada CONTRATADA, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao regime estatutário, constante na Lei Municipal nº 504/2000.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo Contratado das atribuições do cargo de ODONTOLOGA DE SAÚDE DA FAMÍLIA, descrito no quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Anitápolis, conforme justificativa em anexo.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O Contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus à remuneração mensal, paga juntamente com a dos servidores efetivos e sujeita aos mesmos reajustes, aumentos, equivalente ao vencimento do cargo referido na cláusula segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado até 31/12/2018, podendo ser prorrogado, entretanto, nunca além do período necessário para a realização de concurso público e para o preenchimento do cargo.

CLÁUSULA QUINTA – DA RESCISÃO

I - Este contrato rescinde-se automaticamente, independente da vontade das partes, por ocasião de candidato a ser aprovado em concurso público para o cargo de ODONTOLOGA DE SAÚDE DA FAMÍLIA, situação alias que motivou a presente contratação temporária, sem qualquer direito a indenizações ou recebimento de valores pelo período não trabalhado, salvo o pagamento de verbas rescisórias.

II - Este contrato poderá ser rescindido:

- a – por acordo entre as partes;
- b – pelo Município sem prévio aviso, se o contratado violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;
- c – pelo Contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias;
- d – pelo Município, mediante aviso de 30 (trinta) dias; e,
- e – Pela nomeação de servidor concursado para o preenchimento da vaga do servidor licenciado, no caso do não efetivo retorno.

CLÁUSULA SEXTA – DA ASSISTÊNCIA PREVIDENCIÁRIA

Durante a vigência contratual, o Contratado estará vinculado ao regime geral de previdência social.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do Contratado são as previstas no Estatuto dos Servidores Municipais.

CLÁUSULA OITAVA – DOS DIREITOS DO CONTRATADO

Os direitos do Contratado são os previstos no Estatuto dos Servidores, excetuadas os específicos ao servidor municipal efetivo.

CLÁUSULA NONA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O Contratado cumprirá jornada diária de trabalho de 08 (quatro) horas, de segunda a sexta-feira, totalizando 40 (quarenta) horas semanais, obedecido ao início, intervalos e término fixados aos servidores efetivos.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o Foro da Comarca de Santo Amaro da Imperatriz, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado.

Contratados na forma que ficou expressa Município e Contratado assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Anitápolis/SC, em 05 de junho de 2018.

Laudir Pedro Coelho

Maria Beatriz de Almeida Coelho Van de Sand

Prefeito Municipal

Contratada

Testemunha Testemunha

CONTRATO TRABALHO ACT- 021/18 ANGELA REGINA CHAVES DALCENT

Publicação Nº 1663551

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

CONTRATO Nº 21/2018

O MUNICÍPIO DE ANITÁPOLIS, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 82.892.332/0001-92, cuja Prefeitura se localiza na Rua Gonçalves Júnior, 260, Centro, doravante denominada MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Senhor LAUDIR PEDRO COELHO, brasileiro, casado, inscrito no CPF/

MF sob o nº 112.896.009-53, residente e domiciliado na Rua Gonçalves Junior, nº 71, Centro, Anitápolis/SC, autorizado pelo art. 37, IX da Constituição Federal e Leis Municipais n.º 504/00, 505/00 e 616/05 e a Senhora ANGELA REGINA CHAVES DALCENT, brasileira, solteira, inscrita no CPF/MF sob o n.º 545.522.810-20, portadora da Carteira de Identidade n.º 5473736, residente e domiciliada na Rua Gonçalves Junior, nº 486, Centro, SC, CEP 88475-000, doravante denominada CONTRATADA, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao regime estatutário, constante na Lei Municipal nº 504/2000.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo Contratado das atribuições do cargo de AGENTE DE COMBATE AS EDEMIAS, descrito no quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Anitápolis, conforme justificativa em anexo.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O Contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus à remuneração mensal, paga juntamente com a dos servidores efetivos e sujeita aos mesmos reajustes, aumentos, equivalente ao vencimento do cargo referido na cláusula segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado até 31/12/2018, podendo ser prorrogado, entretanto, nunca além do período necessário para a realização de concurso público e para o preenchimento do cargo.

CLÁUSULA QUINTA – DA RESCISÃO

I - Este contrato rescinde-se automaticamente, independente da vontade das partes, por ocasião de candidato a ser aprovado em concurso público para o cargo de AGENTE DE COMBATE AS EDEMIAS, situação alias que motivou a presente contratação temporária, sem qualquer direito a indenizações ou recebimento de valores pelo período não trabalhado, salvo o pagamento de verbas rescisórias.

II - Este contrato poderá ser rescindido:

- a – por acordo entre as partes;
- b – pelo Município sem prévio aviso, se o contratado violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;
- c – pelo Contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias;
- d – pelo Município, mediante aviso de 30 (trinta) dias; e,
- e – Pela nomeação de servidor concursado para o preenchimento da vaga do servidor licenciado, no caso do não efetivo retorno.

CLÁUSULA SEXTA – DA ASSISTÊNCIA PREVIDENCIÁRIA

Durante a vigência contratual, o Contratado estará vinculado ao regime geral de previdência social.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do Contratado são as previstas no Estatuto dos Servidores Municipais.

CLÁUSULA OITAVA – DOS DIREITOS DO CONTRATADO

Os direitos do Contratado são os previstos no Estatuto dos Servidores, excetuadas os específicos ao servidor municipal efetivo.

CLÁUSULA NONA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O Contratado cumprirá jornada diária de trabalho de 08 (quatro) horas, de segunda a sexta-feira, totalizando 40 (quarenta) horas semanais, obedecido ao início, intervalos e término fixados aos servidores efetivos.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o Foro da Comarca de Santo Amaro da Imperatriz, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado.

Contratados na forma que ficou expressa Município e Contratado assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Anitápolis/SC, em 05 de junho de 2018.

Laudir Pedro Coelho
Prefeito Municipal

ANGELA REGINA CHAVES DALCENT
Contratada

Testemunha Testemunha

CONTRATO TRABALHO ACT- 022/18 BARBARA DA ROSA MEURER

Publicação Nº 1663552

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

CONTRATO Nº 22/2018

O MUNICÍPIO DE ANITÁPOLIS, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 82.892.332/0001-92, cuja Prefeitura se localiza na Rua Gonçalves Júnior, 260, Centro, doravante denominada MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Senhor LAUDIR PEDRO COELHO, brasileiro, casado, inscrito no CPF/MF sob o nº 112.896.009-53, residente e domiciliado na Rua Gonçalves Junior, nº 71, Centro, Anitápolis/SC, autorizado pelo art. 37, IX da Constituição Federal e Leis Municipais n.º 504/00, 505/00 e 616/05 e a Senhora BARBARA DA ROSA MEURER, brasileira, solteira, inscrita no CPF/MF sob o n.º 088.038.969-96, portadora da Carteira de Identidade n.º 52242978, residente e domiciliada na Rua Gonçalves Junior, s/n, Centro, SC, CEP 88475-000, doravante denominada CONTRATADA, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao regime estatutário, constante na Lei Municipal nº 504/2000.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo Contratado das atribuições do cargo de TÉCNICO EM ENFERMAGEM ESF, descrito no quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Anitápolis, conforme justificativa em anexo.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O Contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus à remuneração mensal, paga juntamente com a dos servidores efetivos e sujeita aos mesmos reajustes, aumentos, equivalente ao vencimento do cargo referido na cláusula segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado até 31/12/2018, podendo ser prorrogado, entretanto, nunca além do período necessário para a realização de concurso público e para o preenchimento do cargo.

CLÁUSULA QUINTA – DA RESCISÃO

I - Este contrato rescinde-se automaticamente, independente da vontade das partes, por ocasião de candidato a ser aprovado em concurso público para o cargo de TÉCNICO EM ENFERMAGEM ESF, situação alias que motivou a presente contratação temporária, sem qualquer direito a indenizações ou recebimento de valores pelo

período não trabalhado, salvo o pagamento de verbas rescisórias.

II - Este contrato poderá ser rescindido:

- a – por acordo entre as partes;
- b – pelo Município sem prévio aviso, se o contratado violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;
- c – pelo Contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias;
- d – pelo Município, mediante aviso de 30 (trinta) dias; e,
- e – Pela nomeação de servidor concursado para o preenchimento da vaga do servidor licenciado, no caso do não efetivo retorno.

CLÁUSULA SEXTA – DA ASSISTÊNCIA PREVIDENCIÁRIA

Durante a vigência contratual, o Contratado estará vinculado ao regime geral de previdência social.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do Contratado são as previstas no Estatuto dos Servidores Municipais.

CLÁUSULA OITAVA – DOS DIREITOS DO CONTRATADO

Os direitos do Contratado são os previstos no Estatuto dos Servidores, excetuadas os específicos ao servidor municipal efetivo.

CLÁUSULA NONA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O Contratado cumprirá jornada diária de trabalho de 08 (quatro) horas, de segunda a sexta-feira, totalizando 40 (quarenta) horas semanais, obedecido ao início, intervalos e término fixados aos servidores efetivos.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o Foro da Comarca de Santo Amaro da Imperatriz, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado.

Contratados na forma que ficou expressa Município e Contratado assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Anitápolis/SC, em 05 de junho de 2018.

Laudir Pedro Coelho BARBARA DA ROSA MEURER
Prefeito Municipal Contratada

Testemunha Testemunha

CONTRATO TRABALHO ACT- 023/18 WILMAR DA SILVA

Publicação Nº 1663555

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

CONTRATO Nº 23/2018

O MUNICÍPIO DE ANITÁPOLIS, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 82.892.332/0001-92, cuja Prefeitura se localiza na Rua Gonçalves Júnior, 260, Centro, doravante denominada MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Senhor LAUDIR PEDRO COELHO, brasileiro, casado, inscrito no CPF/MF sob o nº 112.896.009-53, residente e domiciliado na Rua Gonçalves Junior, nº 71, Centro, Anitápolis/SC, autorizado pelo art. 37, IX da Constituição Federal e Leis Municipais n.º 504/00, 505/00 e 616/05 e a Senhor (a) WILMAR DA SILVA, brasileiro, casado, inscrita no CPF/MF sob o n.º 054.114.649-19, portador da Carteira de Identidade n.º 5051553, residente e domiciliada na Estrada Geral, s/n, Rio Alfa, SC, CEP 88475-000, doravante denominado CONTRATADO, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO

DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao regime estatutário, constante na Lei Municipal nº 504/2000.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo Contratado das atribuições do cargo de OPRÁRIO BRAÇAL, descrito no quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Anitápolis, conforme justificativa em anexo.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O Contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus à remuneração mensal, paga juntamente com a dos servidores efetivos e sujeita aos mesmos reajustes, aumentos, equivalente ao vencimento do cargo referido na cláusula segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado até 31/12/2018, podendo ser prorrogado, entretanto, nunca além do período necessário para a realização de concurso público e para o preenchimento do cargo.

CLÁUSULA QUINTA – DA RESCISÃO

I - Este contrato rescinde-se automaticamente, independente da vontade das partes, por ocasião de candidato a ser aprovado em concurso público para o cargo de OPERÁRIO BRAÇAL, situação alínea que motivou a presente contratação temporária, sem qualquer direito a indenizações ou recebimento de valores pelo período não trabalhado, salvo o pagamento de verbas rescisórias.

II - Este contrato poderá ser rescindido:

- a – por acordo entre as partes;
- b – pelo Município sem prévio aviso, se o contratado violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;
- c – pelo Contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias;
- d – pelo Município, mediante aviso de 30 (trinta) dias; e,
- e – Pela nomeação de servidor concursado para o preenchimento da vaga do servidor licenciado, no caso do não efetivo retorno.

CLÁUSULA SEXTA – DA ASSISTÊNCIA PREVIDENCIÁRIA

Durante a vigência contratual, o Contratado estará vinculado ao regime geral de previdência social.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do Contratado são as previstas no Estatuto dos Servidores Municipais.

CLÁUSULA OITAVA – DOS DIREITOS DO CONTRATADO

Os direitos do Contratado são os previstos no Estatuto dos Servidores, excetuadas os específicos ao servidor municipal efetivo.

CLÁUSULA NONA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O Contratado cumprirá jornada diária de trabalho de 08 (quatro) horas, de segunda a sexta-feira, totalizando 40 (quarenta) horas semanais, obedecido ao início, intervalos e término fixados aos servidores efetivos.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o Foro da Comarca de Santo Amaro da Imperatriz, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado.

Contratados na forma que ficou expressa Município e Contratado assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Anitápolis/SC, em 05 de junho de 2018.
Laudir Pedro Coelho WILMAR DA SILVA
Prefeito Municipal Contratado

Testemunha Testemunha

CONTRATO TRABALHO ACT- 024/18 LEANDRO DANIEL

Publicação Nº 1663558

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

CONTRATO Nº 24/2018

O MUNICÍPIO DE ANITÁPOLIS, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 82.892.332/0001-92, cuja Prefeitura se localiza na Rua Gonçalves Júnior, 260, Centro, doravante denominada MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Senhor LAUDIR PEDRO COELHO, brasileiro, casado, inscrito no CPF/MF sob o nº 112.896.009-53, residente e domiciliado na Rua Gonçalves Junior, nº 71, Centro, Anitápolis/SC, autorizado pelo art. 37, IX da Constituição Federal e Leis Municipais n.º 504/00, 505/00 e 616/05 e a Senhor (a) LEANDRO DANIEL, brasileiro (a), casado(a), inscrito (a) no CPF/MF sob o n.º 004.839.169-78, portador (a) da Carteira de Identidade n.º 3510030, residente e domiciliado (a) na Rua MANOEL MORAES TEODORO, S/N, CENTRO, SC, CEP 88475-000, doravante denominado (a) CONTRATADO (a), firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao regime estatutário, constante na Lei Municipal nº 504/2000.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo Contratado (a) das atribuições do cargo de MOTORISTA II, descrito no quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Anitápolis, conforme justificativa em anexo.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O Contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus à remuneração mensal, paga juntamente com a dos servidores efetivos e sujeita aos mesmos reajustes, aumentos, equivalente ao vencimento do cargo referido na cláusula segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado até 31/12/2018, podendo ser prorrogado, entretanto, nunca além do período necessário para a realização de concurso público e para o preenchimento do cargo.

CLÁUSULA QUINTA – DA RESCISÃO

I - Este contrato rescinde-se automaticamente, independente da vontade das partes, por ocasião de candidato a ser aprovado em concurso público para o cargo de MOTORISTA II, situação alias que motivou a presente contratação temporária, sem qualquer direito a indenizações ou recebimento de valores pelo período não trabalhado, salvo o pagamento de verbas rescisórias.

II - Este contrato poderá ser rescindido:

- a – por acordo entre as partes;
- b – pelo Município sem prévio aviso, se o contratado violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;
- c – pelo Contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias;
- d – pelo Município, mediante aviso de 30 (trinta) dias; e,

e – Pela nomeação de servidor concursado para o preenchimento da vaga do servidor licenciado, no caso do não efetivo retorno.

CLÁUSULA SEXTA – DA ASSISTÊNCIA PREVIDENCIÁRIA

Durante a vigência contratual, o Contratado estará vinculado ao regime geral de previdência social.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do Contratado são as previstas no Estatuto dos Servidores Municipais.

CLÁUSULA OITAVA – DOS DIREITOS DO CONTRATADO

Os direitos do Contratado são os previstos no Estatuto dos Servidores, excetuadas os específicos ao servidor municipal efetivo.

CLÁUSULA NONA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O Contratado cumprirá jornada diária de trabalho de 08 (quatro) horas, de segunda a sexta-feira, totalizando 40 (quarenta) horas semanais, obedecido ao início, intervalos e término fixados aos servidores efetivos.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o Foro da Comarca de Santo Amaro da Imperatriz, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado.

Contratados na forma que ficou expressa Município e Contratado assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Anitápolis/SC, em 05 de junho de 2018.

Laudir Pedro Coelho LEANDRO DANIEL
Prefeito Municipal Contratado (a)

Testemunha Testemunha

CONTRATO TRABALHO ACT- 025/18 KENDY KOETTERS

Publicação Nº 1663560

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

CONTRATO Nº 025/2018

O MUNICÍPIO DE ANITÁPOLIS, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 82.892.332/0001-92, cuja Prefeitura se localiza na Rua Gonçalves Júnior, 260, Centro, doravante denominada MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Senhor LAUDIR PEDRO COELHO, brasileiro, casado, inscrito no CPF/MF sob o nº 112.896.009-53, residente e domiciliado na Rua Gonçalves Junior, nº 71, Centro, Anitápolis/SC, autorizado pelo art. 37, IX da Constituição Federal e Leis Municipais n.º 504/00, 505/00 e 616/05 e a Senhora KENDY KOETTERS, brasileira, solteira, inscrita no CPF/MF sob o n.º 063.446.199-02, portadora da Carteira de Identidade n.º 3.941.269, residente e domiciliada na Rua Gonçalves Junior, S/N, Centro, SC, CEP 88475-000, doravante denominada CONTRATADA, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao regime estatutário, constante na Lei Municipal nº 504/2000.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo Contratado

das atribuições do cargo de PROFESSORA NIVEL II, descrito no quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Anitápolis.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O Contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus à remuneração mensal, paga juntamente com a dos servidores efetivos e sujeita aos mesmos reajustes, aumentos, equivalente ao vencimento do cargo referido na cláusula segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado até 31/12/2018, podendo ser prorrogado, entretanto, nunca além do período necessário para a realização de concurso público e para o preenchimento do cargo.

CLÁUSULA QUINTA – DA RESCISÃO

I - Este contrato rescinde-se automaticamente, independente da vontade das partes, por ocasião de retorno da servidora afastada para tratamento de saúde a SRA FLÁVIA DAVID SCHREIBER ou da nomeação e posse de candidato a ser aprovado em concurso público para o cargo de PROFESSORA NIVEL II, situação alias que motivou a presente contratação temporária, sem qualquer direito a indenizações ou recebimento de valores pelo período não trabalhado, salvo o pagamento de verbas rescisórias.

II - Este contrato poderá ser rescindido:

- a – por acordo entre as partes;
- b – pelo Município sem prévio aviso, se o contratado violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;
- c – pelo Contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias;
- d – pelo Município, mediante aviso de 30 (trinta) dias; e,
- e – Pela nomeação de servidor concursado para o preenchimento da vaga do servidor licenciado, no caso do não efetivo retorno.

CLÁUSULA SEXTA – DA ASSISTÊNCIA PREVIDENCIÁRIA

Durante a vigência contratual, o Contratado estará vinculado ao regime geral de previdência social.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do Contratado são as previstas no Estatuto dos Servidores Municipais.

CLÁUSULA OITAVA – DOS DIREITOS DO CONTRATADO

Os direitos do Contratado são os previstos no Estatuto dos Servidores, excetuadas os específicos ao servidor municipal efetivo.

CLÁUSULA NONA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O Contratado cumprirá jornada diária de trabalho de 08 (quatro) horas, de segunda a sexta-feira, totalizando 40 (quarenta) horas semanais, obedecido ao início, intervalos e término fixados aos servidores efetivos.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o Foro da Comarca de Santo Amaro da Imperatriz, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado.

Contratados na forma que ficou expressa Município e Contratado assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Anitápolis/SC, em 05 de junho de 2018.

Laudir Pedro Coelho Kendy Koettres
Prefeito Municipal Contratada

Testemunha Testemunha

CONTRATO TRABALHO ACT- 026/18 KELEN C. R. FREITA

Publicação Nº 1663563

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

CONTRATO Nº 026/2018

O MUNICÍPIO DE ANITÁPOLIS, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 82.892.332/0001-92, cuja Prefeitura se localiza na Rua Gonçalves Júnior, 260, Centro, doravante denominada MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Senhor LAUDIR PEDRO COELHO, brasileiro, casado, inscrito no CPF/MF sob o nº 112.896.009-53, residente e domiciliado na Rua Gonçalves Junior, nº 71, Centro, Anitápolis/SC, autorizado pelo art. 37, IX da Constituição Federal e Leis Municipais n.º 504/00, 505/00 e 616/05 e a Senhora KELEN CRISTINA RIBEIRO FREITAS, brasileira, casada, inscrita no CPF/MF sob o n.º 031.465.749-50, portadora da Carteira de Identidade n.º 3.728.009, residente e domiciliada na Rua Gonçalves Junior, s/n, Centro, SC, CEP 88475-000, doravante denominada CONTRATADA, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao regime estatutário, constante na Lei Municipal nº 504/2000.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo Contratado das atribuições do cargo de PROFESSORA NIVEL II, descrito no quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Anitápolis.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O Contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus à remuneração mensal, paga juntamente com a dos servidores efetivos e sujeita aos mesmos reajustes, aumentos, equivalente ao vencimento do cargo referido na cláusula segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado até 31/12/2018, podendo ser prorrogado, entretanto, nunca além do período necessário para a realização de concurso público e para o preenchimento do cargo.

CLÁUSULA QUINTA – DA RESCISÃO

I - Este contrato rescinde-se automaticamente, independente da vontade das partes, por ocasião de retorno da servidora afastado para tratamento de saúde do SR VALDERO HAHN ou da nomeação e posse de candidato a ser aprovado em concurso público para o cargo de PROFESSORA NIVEL II, situação alias que motivou a presente contratação temporária, sem qualquer direito a indenizações ou recebimento de valores pelo período não trabalhado, salvo o pagamento de verbas rescisórias.

II - Este contrato poderá ser rescindido:

- a – por acordo entre as partes;
- b – pelo Município sem prévio aviso, se o contratado violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;
- c – pelo Contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias;
- d – pelo Município, mediante aviso de 30 (trinta) dias; e,
- e – Pela nomeação de servidor concursado para o preenchimento da vaga do servidor licenciado, no caso do não efetivo retorno.

CLÁUSULA SEXTA – DA ASSISTÊNCIA PREVIDENCIÁRIA

Durante a vigência contratual, o Contratado estará vinculado ao regime geral de previdência social.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do Contratado são as previstas no Estatuto dos Servidores Municipais.

CLÁUSULA OITAVA – DOS DIREITOS DO CONTRATADO

Os direitos do Contratado são os previstos no Estatuto dos Servidores, excetuadas os específicos ao servidor municipal efetivo.

CLÁUSULA NONA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O Contratado cumprirá jornada diária de trabalho de 08 (OITO) horas, de segunda a sexta-feira, totalizando 40 (QUARENTA) horas semanais, obedecido ao início, intervalos e término fixados aos servidores efetivos.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o Foro da Comarca de Santo Amaro da Imperatriz, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado.

Contratados na forma que ficou expressa Município e Contratado assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Anitápolis/SC, em 05 de junho de 2018.

Laudir Pedro Coelho
Prefeito Municipal

Kelen Cristina Ribeiro Freitas
Contratado

Testemunha Testemunha

CONTRATO TRABALHO ACT- 027/18 ELVIRA ROCHA SIMOES

Publicação Nº 1663566

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO**CONTRATO Nº 027/2018**

O MUNICÍPIO DE ANITÁPOLIS, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 82.892.332/0001-92, cuja Prefeitura se localiza na Rua Gonçalves Júnior, 260, Centro, doravante denominada MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Senhor LAUDIR PEDRO COELHO, brasileiro, casado, inscrito no CPF/MF sob o nº 112.896.009-53, residente e domiciliado na Rua Gonçalves Junior, nº 71, Centro, Anitápolis/SC, autorizado pelo art. 37, IX da Constituição Federal e Leis Municipais n.º 504/00, 505/00 e 616/05 e a Senhora ELVIRA ROCHA SIMÕES, brasileira, casada, inscrita no CPF/MF sob o n.º 596.615.269-15, portadora da Carteira de Identidade n.º 1.761.571, residente e domiciliada na Estrada Geral Rio do Meio, s/n, Rio do Meio, SC, CEP 88475-000, doravante denominada CONTRATADA, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao regime estatutário, constante na Lei Municipal nº 504/2000.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo Contratado das atribuições do cargo de PROFESSORA NIVEL II, descrito no quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Anitápolis.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O Contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus à remuneração mensal, paga juntamente com a dos servidores efetivos e sujeita aos mesmos reajustes, aumentos, equivalente ao vencimento do cargo referido na cláusula segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado até 31/12/2018, podendo ser prorrogado, entretanto, nunca além do período necessário para a realização de concurso público e para o preenchimento do cargo.

CLÁUSULA QUINTA – DA RESCISÃO

I - Este contrato rescinde-se automaticamente, independente da vontade das partes, por ocasião de retorno da servidor afastado por assumir cargo em comissão o SR MARCIO HENRIQUE VANDRESEN ou da nomeação e posse de candidato a ser aprovado em concurso público para o cargo de PROFESSOR NIVEL II, situação alias que motivou a presente contratação temporária, sem qualquer direito a indenizações ou recebimento de valores pelo período não trabalhado, salvo o pagamento de verbas rescisórias.

II - Este contrato poderá ser rescindido:

- a – por acordo entre as partes;
- b – pelo Município sem prévio aviso, se o contratado violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;
- c – pelo Contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias;
- d – pelo Município, mediante aviso de 30 (trinta) dias; e,
- e – Pela nomeação de servidor concursado para o preenchimento da vaga do servidor licenciado, no caso do não efetivo retorno.

CLÁUSULA SEXTA – DA ASSISTÊNCIA PREVIDENCIÁRIA

Durante a vigência contratual, o Contratado estará vinculado ao regime geral de previdência social.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do Contratado são as previstas no Estatuto dos Servidores Municipais.

CLÁUSULA OITAVA – DOS DIREITOS DO CONTRATADO

Os direitos do Contratado são os previstos no Estatuto dos Servidores, excetuadas os específicos ao servidor municipal efetivo.

CLÁUSULA NONA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O Contratado cumprirá jornada diária de trabalho de 04 (QUATRO) horas, de segunda a sexta-feira, totalizando 20 (VINTE) horas semanais, obedecido ao início, intervalos e término fixados aos servidores efetivos.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o Foro da Comarca de Santo Amaro da Imperatriz, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado.

Contratados na forma que ficou expressa Município e Contratado assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Anitápolis/SC, em 06 de junho de 2018.

Laudir Pedro Coelho ELVIRA ROCHA SIMÕES
Prefeito Municipal Contratado

Testemunha Testemunha

CONTRATO TRABALHO ACT- 028/18 OTTO PAULO PATERA

Publicação Nº 1663567

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

CONTRATO Nº028/2018

O MUNICÍPIO DE ANITÁPOLIS, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 82.892.332/0001-92, cuja Prefeitura se localiza na Rua Gonçalves Júnior, 260, Centro, doravante denominada MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Senhor LAUDIR PEDRO COELHO, brasileiro, casado, inscrito no CPF/MF sob o nº 112.896.009-53, residente e domiciliado na Rua Gonçalves Junior, nº 71, Centro, Anitápolis/SC, autorizado pelo art. 37, IX da Constituição Federal e Leis Municipais n.º 504/00, 505/00 e 616/05, e o Senhor OTTO PAULO PATERA, brasileiro, casado, inscrito no CPF/MF sob o nº 078.646.259-08, portador da Carteira de Identidade n.º 3.941.191, residente e domiciliado na Rua Gonçalves Júnior, S/N, Centro, Anitápolis, SC, CEP 88475-000, doravante denominado CONTRATADO, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao regime estatutário, constante na Lei Municipal n.º504/2000.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo Contratado das atribuições do cargo de Motorista II, descrito no quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Anitápolis.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O Contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus à remuneração mensal, paga juntamente com a dos servidores efetivos e sujeita aos mesmos reajustes, aumentos, equivalente ao vencimento do cargo referido na cláusula segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado até 31/12/2018, podendo ser prorrogado, entretanto, nunca além do período necessário para a realização de concurso público e para o preenchimento do cargo.

CLÁUSULA QUINTA – DA RESCISÃO

I - Este contrato rescinde-se automaticamente, independente da vontade das partes, por ocasião da nomeação e posse de candidato a ser aprovado em concurso público para o cargo de Motorista II, por falta de docente, tratamento de saúde, retorno do titular ao cargo de motorista II.

II - Este contrato poderá ser rescindido:

- a – por acordo entre as partes;
- b – pelo Município sem prévio aviso, se o contratado violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;
- c – pelo Contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias;
- d – pelo Município, mediante aviso de 30 (trinta) dias; e,
- e – Pela nomeação de servidor concursado para o preenchimento da vaga do servidor licenciado, no caso do não efetivo retorno.

CLÁUSULA SEXTA – DA ASSISTÊNCIA PREVIDENCIÁRIA

Durante a vigência contratual, o Contratado estará vinculado ao regime geral de previdência social.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do Contratado são as previstas no Estatuto dos Servidores Municipais.

CLÁUSULA OITAVA – DOS DIREITOS DO CONTRATADO

Os direitos do Contratado são os previstos no Estatuto dos Servidores, excetuadas os específicos ao servidor municipal efetivo.

CLÁUSULA NONA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O Contratado cumprirá jornada diária de trabalho de 08 horas, de segunda a sexta-feira, totalizando 40 horas semanais, obedecido ao início, intervalos e término fixados aos servidores efetivos.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o Foro da Comarca de Santo Amaro da Imperatriz, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado.

Contratados na forma que ficou expressa Município e Contratado assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Anitápolis/SC, em 06 de junho de 2018.

Laudir Pedro Coelho Otto Paulo Patera
Prefeito Municipal Contratado

Testemunha Testemunha

PRORROGAÇÃO DE CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

CONTRATO Nº 007/2018

O MUNICÍPIO DE ANITÁPOLIS, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 82.892.332/0001-92, cuja Prefeitura se localiza na Rua Gonçalves Júnior, 260, Centro, doravante denominada MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Senhor LAUDIR PEDRO COELHO, brasileiro, casado, inscrito no CPF/MF sob o nº 112.896.009-53, residente e domiciliado na Rua Gonçalves Junior, nº 71, Centro, Anitápolis/SC, autorizado pelo art. 37, IX da Constituição Federal e Leis Municipais n.º 504/00, 505/00 e 616/05, e OTTO PAULO PATERA, brasileiro, casado, inscrito no CPF/MF sob o nº 078.646.259-08, portador da Carteira de Identidade n.º 3.941.191, residente e domiciliado na Rua Gonçalves Júnior, S/N, Centro, Anitápolis, SC, CEP 88475-000, doravante denominado CONTRATADO, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA PRORROGAÇÃO DO CONTRATO

O presente instrumento tem a finalidade de comunicar a prorrogação do contrato de temporário, inicialmente celebrado pelas partes em 22/02/2018.

Fica estabelecido que o contrato de trabalho, que deveria terminar em 31/03/2018, será prorrogado até 30/04/2018.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato de trabalho inicialmente firmado entre as partes.

Anitápolis/SC, em 28 de março de 2018.

Laudir Pedro Coelho

Prefeito Municipal Contratado

Testemunha Testemunha

--	--

CONTRATO TRABALHO ACT- 029/18 MARIANI SCHAFFER

Publicação Nº 1663569

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

CONTRATO Nº029/2018

O MUNICÍPIO DE ANITÁPOLIS, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 82.892.332/0001-92, cuja Prefeitura se localiza na Rua Gonçalves Júnior, 260, Centro, doravante denominada MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Senhor LAUDIR PEDRO COELHO, brasileiro, casado, inscrito no CPF/MF sob o nº 112.896.009-53, residente e domiciliado na Rua Gonçalves Junior, nº 71, Centro, Anitápolis/SC, autorizado pelo art. 37, IX da Constituição Federal e Leis Municipais n.º 504/00, 505/00 e 616/05, e a Senhora, MARIANI SCHAFFER, brasileira, solteira, inscrita no CPF/MF sob o n.º 059.403.329-27, portadora da Carteira de Identidade n.º 5.433.484-5, residente e domiciliada na Rodovia SC 108, sn, Rio Alfa, Anitápolis, SC, CEP 88475-000, doravante denominado CONTRATADO, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao regime estatutário, constante na Lei Municipal n.º504/2000.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo Contratado das atribuições do cargo de PROFESSOR NIVEL II, descrito no quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Anitápolis.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O Contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus à remuneração mensal, paga juntamente com a dos servidores efetivos e sujeita aos mesmos reajustes, aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado pelo prazo de até 31/12/2018, podendo ser prorrogado, entretanto, nunca além do período necessário para a realização de concurso público e para o preenchimento do cargo.

CLÁUSULA QUINTA – DA RESCISÃO

I - Este contrato rescinde-se automaticamente, independente da vontade das partes, por ocasião da nomeação e posse de candidato a ser aprovado em concurso público para o cargo PROFESSOR, situação alínea que motivou a presente contratação temporária, sem qualquer direito a indenizações ou recebimento de valores pelo período não trabalhado, salvo o pagamento de verbas rescisórias.

II - Este contrato poderá ser rescindido:

- a – por acordo entre as partes;
- b – pelo Município sem prévio aviso, se o contratado violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;
- c – pelo Contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias;
- d – pelo Município, mediante aviso de 30 (trinta) dias; e,
- e – Pela nomeação de servidor concursado para o preenchimento da vaga do servidor licenciado, no caso do não efetivo retorno.

CLÁUSULA SEXTA – DA ASSISTÊNCIA PREVIDENCIÁRIA

Durante a vigência contratual, o Contratado estará vinculado ao regime geral de previdência social.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do Contratado são as previstas no Estatuto dos Servidores Municipais.

CLÁUSULA OITAVA – DOS DIREITOS DO CONTRATADO

Os direitos do Contratado são os previstos no Estatuto dos Servidores, excetuadas os específicos ao servidor municipal efetivo.

CLÁUSULA NONA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O Contratado cumprirá jornada diária de trabalho de 04 (quatro) horas, de segunda a sexta-feira, totalizando 20 (vinte) horas semanais, obedecido ao início, intervalos e término fixados aos servidores efetivos.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o Foro da Comarca de Santo Amaro da Imperatriz, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado.

Contratados na forma que ficou expressa Município e Contratado assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Anitápolis/SC, em 06 de junho de 2018.

Laudir Pedro Coelho

Prefeito Municipal Contratado

Testemunha Testemunha

--	--

CONTRATO TRABALHO ACT- 030/18 THAYARA DE SOUZA

Publicação Nº 1663570

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO**CONTRATO Nº 030/2018**

O MUNICÍPIO DE ANITÁPOLIS, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 82.892.332/0001-92, cuja Prefeitura se localiza na Rua Gonçalves Júnior, 260, Centro, doravante denominada MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Senhor LAUDIR PEDRO COELHO, brasileiro, casado, inscrito no CPF/MF sob o nº 112.896.009-53, residente e domiciliado na Rua Gonçalves Junior, nº 71, Centro, Anitápolis/SC, autorizado pelo art. 37, IX da Constituição Federal e Leis Municipais n.º 504/00, 505/00 e 616/05 e a Senhora THAYARA DE SOUZA, brasileira, solteira, inscrita no CPF/MF sob o n.º 081.668.269-09, portadora da Carteira de Identidade n.º 5.819.263, residente e domiciliada na Rua Evaldo Bruggemann, s/n, Centro, Rancho Queimado, SC, CEP 88470-000, doravante denominada CONTRATADA, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao regime estatutário, constante na Lei Municipal nº 504/2000.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo Contratado das atribuições do cargo de PROFESSORA NIVEL II, descrito no quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Anitápolis.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O Contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus à remuneração mensal, paga juntamente com a dos servidores efetivos e sujeita aos mesmos reajustes, aumentos, equivalente ao vencimento do cargo referido na cláusula segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado até 31/12/2018, podendo ser prorrogado, entretanto, nunca além do período necessário para a realização de concurso público e para o preenchimento do cargo.

CLÁUSULA QUINTA – DA RESCISÃO

I - Este contrato rescinde-se automaticamente, independente da vontade das partes, por ocasião de retorno da servidora JAQUELINE WIEMES HEIDEMANN SCHREIBER ou da nomeação e posse de candidato a ser aprovado em concurso público para o cargo de PROFESSORA NIVEL II, situação alias que motivou a presente contratação temporária, sem qualquer direito a indenizações ou recebimento de valores pelo período não trabalhado, salvo o pagamento de verbas rescisórias.

II - Este contrato poderá ser rescindido:

- a – por acordo entre as partes;
- b – pelo Município sem prévio aviso, se o contratado violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;
- c – pelo Contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias;
- d – pelo Município, mediante aviso de 30 (trinta) dias; e,
- e – Pela nomeação de servidor concursado para o preenchimento da vaga do servidor licenciado, no caso do não efetivo retorno.

CLÁUSULA SEXTA – DA ASSISTÊNCIA PREVIDENCIÁRIA

Durante a vigência contratual, o Contratado estará vinculado ao regime geral de previdência social.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do Contratado são as previstas no Estatuto dos Servidores Municipais.

CLÁUSULA OITAVA – DOS DIREITOS DO CONTRATADO

Os direitos do Contratado são os previstos no Estatuto dos Servidores, excetuadas os específicos ao servidor municipal efetivo.

CLÁUSULA NONA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O Contratado cumprirá jornada diária de trabalho de 06 (seis) horas, de segunda a sexta-feira, totalizando 30 (trinta) horas semanais, obedecido ao início, intervalos e término fixados aos servidores efetivos.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o Foro da Comarca de Santo Amaro da Imperatriz, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado.

Contratados na forma que ficou expressa Município e Contratado assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Anitápolis/SC, em 06 de junho de 2018.
Laudir Pedro Coelho THAYARA DE SOUZA
Prefeito Municipal Contratado

Testemunha Testemunha

CONTRATO TRABALHO ACT- 031/18 MARI LUCIA DA SILVA

Publicação Nº 1663572

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO**CONTRATO Nº 031/2018**

O MUNICÍPIO DE ANITÁPOLIS, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 82.892.332/0001-92, cuja Prefeitura se localiza na Rua Gonçalves Júnior, 260, Centro, doravante denominada MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Senhor LAUDIR PEDRO COELHO, brasileiro, casado, inscrito no CPF/MF sob o nº 112.896.009-53, residente e domiciliado na Rua Gonçalves Junior, nº 71, Centro, Anitápolis/SC, autorizado pelo art. 37, IX da Constituição Federal e Leis Municipais n.º 504/00, 505/00 e 616/05 e a Senhora MARI LUCIA DA SILVA, brasileira, solteira, inscrita no CPF/MF sob o n.º 027.098.939-08, portadora da Carteira de Identidade n.º 4.027.682, residente e domiciliada na Rua Gonçalves Junior, 322, Centro, SC, CEP 88475-000, doravante denominada CONTRATADA, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao regime estatutário, constante na Lei Municipal nº 504/2000.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo Contratado das atribuições do cargo de PROFESSORA NIVEL II, descrito no quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Anitápolis.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O Contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus à remuneração mensal, paga juntamente com a dos servidores efetivos e sujeita aos mesmos reajustes, aumentos, equivalente ao vencimento do cargo referido na cláusula segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado até 31/12/2018, podendo ser prorrogado, entretanto, nunca além do período necessário para a realização de concurso público e para o preenchimento do cargo.

CLÁUSULA QUINTA – DA RESCISÃO

I - Este contrato rescinde-se automaticamente, independente da vontade das partes, por ocasião de retorno da servidora afastada para tratamento de saúde a SRA JUÇARA VIVIAN DAVID ou da nomeação e posse de candidato a ser aprovado em concurso público para o cargo de PROFESSORA NIVEL II, situação alias que motivou a presente contratação temporária, sem qualquer direito a indenizações ou recebimento de valores pelo período não trabalhado, salvo o pagamento de verbas rescisórias.

II - Este contrato poderá ser rescindido:

- a – por acordo entre as partes;
- b – pelo Município sem prévio aviso, se o contratado violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;
- c – pelo Contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias;
- d – pelo Município, mediante aviso de 30 (trinta) dias; e,
- e – Pela nomeação de servidor concursado para o preenchimento da vaga do servidor licenciado, no caso do não efetivo retorno.

CLÁUSULA SEXTA – DA ASSISTÊNCIA PREVIDENCIÁRIA

Durante a vigência contratual, o Contratado estará vinculado ao regime geral de previdência social.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do Contratado são as previstas no Estatuto dos Servidores Municipais.

CLÁUSULA OITAVA – DOS DIREITOS DO CONTRATADO

Os direitos do Contratado são os previstos no Estatuto dos Servidores, excetuadas os específicos ao servidor municipal efetivo.

CLÁUSULA NONA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O Contratado cumprirá jornada diária de trabalho de 08 (OITO) horas, de segunda a sexta-feira, totalizando 40 (QUARENTA) horas semanais, obedecido ao início, intervalos e término fixados aos servidores efetivos.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes

elegem o Foro da Comarca de Santo Amaro da Imperatriz, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado.

Contratados na forma que ficou expressa Município e Contratado assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Anitápolis/SC, em 06 de junho de 2018.

Laudir Pedro Coelho

Prefeito Municipal

Contratado

Testemunha Testemunha

CONTRATO TRABALHO ACT- 032/18 VANIELLI WENCESLAU WITT

Publicação Nº 1663574

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

CONTRATO Nº032/2018

O MUNICÍPIO DE ANITÁPOLIS, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 82.892.332/0001-92, cuja Prefeitura se localiza na Rua Gonçalves Júnior, 260, Centro, doravante denominada MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Senhor LAUDIR PEDRO COELHO, brasileiro, casado, inscrito no CPF/MF sob o nº 112.896.009-53, residente e domiciliado na Rua Gonçalves Junior, nº 71, Centro, Anitápolis/SC, autorizado pelo art. 37, IX da Constituição Federal e Leis Municipais n.º 504/00, 505/00 e 616/05, e a Senhora, VANIELLE WENCESLAU WITT, brasileira, casada, inscrita no CPF/MF sob o n.º 087.638.409-28, portadora da Carteira de Identidade n.º 4.469.383, residente e domiciliada na Rua Manoel Felisberto da Silva, 149, Centro, Anitápolis, SC, CEP 88475-000, doravante denominado CONTRATADO, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao regime estatutário, constante na Lei Municipal n.º504/2000.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo Contratado das atribuições do cargo de PROFESSOR DE ARTES NIVEL II, descrito no quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Anitápolis.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O Contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus à remuneração mensal, paga juntamente com a dos servidores efetivos e sujeita aos mesmos reajustes, aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado pelo prazo de até 31/12/2018, podendo ser prorrogado, entretanto, nunca além do período necessário para a realização de concurso público e para o preenchimento do cargo.

CLÁUSULA QUINTA – DA RESCISÃO

I - Este contrato rescinde-se automaticamente, independente da

vontade das partes, por ocasião da nomeação e posse de candidato a ser aprovado em concurso público para o cargo PROFESSOR DE ARTES NIVEL II, situação alias que motivou a presente contratação temporária, sem qualquer direito a indenizações ou recebimento de valores pelo período não trabalhado, salvo o pagamento de verbas rescisórias.

II - Este contrato poderá ser rescindido:

- a – por acordo entre as partes;
- b – pelo Município sem prévio aviso, se o contratado violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;
- c – pelo Contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias;
- d – pelo Município, mediante aviso de 30 (trinta) dias; e,
- e – Pela nomeação de servidor concursado para o preenchimento da vaga do servidor licenciado, no caso do não efetivo retorno.

CLÁUSULA SEXTA – DA ASSISTÊNCIA PREVIDENCIÁRIA

Durante a vigência contratual, o Contratado estará vinculado ao regime geral de previdência social.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do Contratado são as previstas no Estatuto dos Servidores Municipais.

CLÁUSULA OITAVA – DOS DIREITOS DO CONTRATADO

Os direitos do Contratado são os previstos no Estatuto dos Servidores, excetuadas os específicos ao servidor municipal efetivo.

CLÁUSULA NONA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O Contratado cumprirá jornada diária de trabalho de 04 (quatro) horas, de segunda a sexta-feira, totalizando 20 (vinte) horas semanais, obedecido ao início, intervalos e término fixados aos servidores efetivos.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o Foro da Comarca de Santo Amaro da Imperatriz, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado.

Contratados na forma que ficou expressa Município e Contratado assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Anitápolis/SC, em 06 de junho de 2018.

Laudir Pedro Coelho

Prefeito Municipal Contratado

Testemunha Testemunha

CONTRATO TRABALHO ACT- 033/18 GABRIELA HAVEROT DE SOUZA

Publicação Nº 1663577

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

CONTRATO Nº033/2018

O MUNICÍPIO DE ANITÁPOLIS, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 82.892.332/0001-92, cuja Prefeitura se localiza na Rua Gonçalves Júnior, 260, Centro, doravante denominada

MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Senhor LAUDIR PEDRO COELHO, brasileiro, casado, inscrito no CPF/MF sob o nº 112.896.009-53, residente e domiciliado na Rua Gonçalves Junior, nº 71, Centro, Anitápolis/SC, autorizado pelo art. 37, IX da Constituição Federal e Leis Municipais n.º 504/00, 505/00 e 616/05, e a Senhora, GABRIELA HAVEROTH DE SOUZA, brasileira, solteira, inscrita no CPF/MF sob o n.º 079.113.659-03, portadora da Carteira de Identidade n.º 5.820.260, residente e domiciliada na Servidão Waldir Stuepp, s/n, Vila Antonio David, Anitápolis, SC, CEP 88475-000, doravante denominado CONTRATADO, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao regime estatutário, constante na Lei Municipal n.º504/2000.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo Contratado das atribuições do cargo de PROFESSOR, descrito no quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Anitápolis.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O Contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus à remuneração mensal, paga juntamente com a dos servidores efetivos e sujeita aos mesmos reajustes, aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado pelo prazo de até 31/12/2018, podendo ser prorrogado, entretanto, nunca além do período necessário para a realização de concurso público e para o preenchimento do cargo.

CLÁUSULA QUINTA – DA RESCISÃO

I - Este contrato rescinde-se automaticamente, independente da vontade das partes, por ocasião da nomeação e posse de candidato a ser aprovado em concurso público para o cargo PROFESSOR DE ARTES NIVEL II, situação alias que motivou a presente contratação temporária, sem qualquer direito a indenizações ou recebimento de valores pelo período não trabalhado, salvo o pagamento de verbas rescisórias.

II - Este contrato poderá ser rescindido:

- a – por acordo entre as partes;
- b – pelo Município sem prévio aviso, se o contratado violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;
- c – pelo Contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias;
- d – pelo Município, mediante aviso de 30 (trinta) dias; e,
- e – Pela nomeação de servidor concursado para o preenchimento da vaga do servidor licenciado, no caso do não efetivo retorno.

CLÁUSULA SEXTA – DA ASSISTÊNCIA PREVIDENCIÁRIA

Durante a vigência contratual, o Contratado estará vinculado ao regime geral de previdência social.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do Contratado são as previstas no Estatuto dos Servidores Municipais.

CLÁUSULA OITAVA – DOS DIREITOS DO CONTRATADO

Os direitos do Contratado são os previstos no Estatuto dos Servidores, excetuadas os específicos ao servidor municipal efetivo.

CLÁUSULA NONA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O Contratado cumprirá jornada diária de trabalho de 04 (quatro) horas, de segunda a sexta-feira, totalizando 20 (vinte) horas semanais, obedecido ao início, intervalos e término fixados aos servidores efetivos.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o Foro da Comarca de Santo Amaro da Imperatriz, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado.

Contratados na forma que ficou expressa Município e Contratado assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Anitápolis/SC, em 06 de junho de 2018.

Laudir Pedro Coelho

Prefeito Municipal Contratado

Testemunha Testemunha

CONTRATO TRABALHO ACT- 034/18 WILSON HAHN

Publicação Nº 1663579

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO**CONTRATO Nº035/2018**

O MUNICÍPIO DE ANITÁPOLIS, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 82.892.332/0001-92, cuja Prefeitura se localiza na Rua Gonçalves Júnior, 260, Centro, doravante denominada MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Senhor LAUDIR PEDRO COELHO, brasileiro, casado, inscrito no CPF/MF sob o nº 112.896.009-53, residente e domiciliado na Rua Gonçalves Junior, nº 71, Centro, Anitápolis/SC, autorizado pelo art. 37, IX da Constituição Federal e Leis Municipais n.º 504/00, 505/00 e 616/05, e o Senhor ALENCAR SCHUMACHER, brasileiro, casado, inscrito no CPF/MF sob o n.º 033.966.729-09, portador da Carteira de Identidade n.º 4.469.790, residente e domiciliado na Estrada Geral Rio do Meio, S/N, Rio do Meio, Anitápolis, SC, CEP 88475-000, doravante denominado CONTRATADO, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao regime estatutário, constante na Lei Municipal n.º504/2000.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo Contratado das atribuições do cargo de Motorista II, descrito no quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Anitápolis.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O Contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus à remuneração mensal, paga juntamente com a dos servidores efetivos

e sujeita aos mesmos reajustes, aumentos, equivalente ao vencimento do cargo referido na cláusula segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado até 31/12/2018, podendo ser prorrogado, entretanto, nunca além do período necessário para a realização de concurso público e para o preenchimento do cargo.

CLÁUSULA QUINTA – DA RESCISÃO

I - Este contrato rescinde-se automaticamente, independente da vontade das partes, por ocasião da nomeação e posse de candidato a ser aprovado em concurso público para o cargo de Motorista II, por falta de docente, tratamento de saúde, situação alias que motivou a presente contratação temporária, sem qualquer direito a indenizações ou recebimento de valores pelo período não trabalhado, salvo o pagamento de verbas rescisórias.

II - Este contrato poderá ser rescindido:

a – por acordo entre as partes;

b – pelo Município sem prévio aviso, se o contratado violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;

c – pelo Contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias;

d – pelo Município, mediante aviso de 30 (trinta) dias; e,

e – Pela nomeação de servidor concursado para o preenchimento da vaga do servidor licenciado, no caso do não efetivo retorno.

CLÁUSULA SEXTA – DA ASSISTÊNCIA PREVIDENCIÁRIA

Durante a vigência contratual, o Contratado estará vinculado ao regime geral de previdência social.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do Contratado são as previstas no Estatuto dos Servidores Municipais.

CLÁUSULA OITAVA – DOS DIREITOS DO CONTRATADO

Os direitos do Contratado são os previstos no Estatuto dos Servidores, excetuadas os específicos ao servidor municipal efetivo.

CLÁUSULA NONA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O Contratado cumprirá jornada diária de trabalho de 08 horas, de segunda a sexta-feira, totalizando 40 horas semanais, obedecido ao início, intervalos e término fixados aos servidores efetivos.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o Foro da Comarca de Santo Amaro da Imperatriz, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado.

Contratados na forma que ficou expressa Município e Contratado assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Anitápolis/SC, em 07 de JUNHO de 2018.

Laudir Pedro Coelho

Alencar Schumacher

Prefeito Municipal

Contratado

Testemunha Testemunha

CONTRATO TRABALHO ACT- 035/18 ALENCAR SCHUMACHER

Publicação Nº 1663580

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO**CONTRATO Nº035/2018**

O MUNICÍPIO DE ANITÁPOLIS, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 82.892.332/0001-92, cuja Prefeitura se localiza na Rua Gonçalves Júnior, 260, Centro, doravante denominada MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Senhor LAUDIR PEDRO COELHO, brasileiro, casado, inscrito no CPF/MF sob o nº 112.896.009-53, residente e domiciliado na Rua Gonçalves Junior, nº 71, Centro, Anitápolis/SC, autorizado pelo art. 37, IX da Constituição Federal e Leis Municipais n.º 504/00, 505/00 e 616/05, e o Senhor ALENCAR SCHUMACHER, brasileiro, casado, inscrito no CPF/MF sob o n.º 033.966.729-09, portador da Carteira de Identidade n.º 4.469.790, residente e domiciliado na Estrada Geral Rio do Meio, S/N, Rio do Meio, Anitápolis, SC, CEP 88475-000, doravante denominado CONTRATADO, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao regime estatutário, constante na Lei Municipal n.º504/2000.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo Contratado das atribuições do cargo de Motorista II, descrito no quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Anitápolis.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O Contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus à remuneração mensal, paga juntamente com a dos servidores efetivos e sujeita aos mesmos reajustes, aumentos, equivalente ao vencimento do cargo referido na cláusula segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado até 31/12/2018, podendo ser prorrogado, entretanto, nunca além do período necessário para a realização de concurso público e para o preenchimento do cargo.

CLÁUSULA QUINTA – DA RESCISÃO

I - Este contrato rescinde-se automaticamente, independente da vontade das partes, por ocasião da nomeação e posse de candidato a ser aprovado em concurso público para o cargo de Motorista II, por falta de docente, tratamento de saúde, situação alias que motivou a presente contratação temporária, sem qualquer direito a indenizações ou recebimento de valores pelo período não trabalhado, salvo o pagamento de verbas rescisórias.

II - Este contrato poderá ser rescindido:

- a – por acordo entre as partes;
- b – pelo Município sem prévio aviso, se o contratado violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;
- c – pelo Contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias;
- d – pelo Município, mediante aviso de 30 (trinta) dias; e,
- e – Pela nomeação de servidor concursado para o preenchimento da vaga do servidor licenciado, no caso do não efetivo retorno.

CLÁUSULA SEXTA – DA ASSISTÊNCIA PREVIDENCIÁRIA

Durante a vigência contratual, o Contratado estará vinculado ao regime geral de previdência social.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do Contratado são as previstas no Estatuto dos Servidores Municipais.

CLÁUSULA OITAVA – DOS DIREITOS DO CONTRATADO

Os direitos do Contratado são os previstos no Estatuto dos Servidores, excetuadas os específicos ao servidor municipal efetivo.

CLÁUSULA NONA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O Contratado cumprirá jornada diária de trabalho de 08 horas, de segunda a sexta-feira, totalizando 40 horas semanais, obedecido ao início, intervalos e término fixados aos servidores efetivos.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o Foro da Comarca de Santo Amaro da Imperatriz, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado.

Contratados na forma que ficou expressa Município e Contratado assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Anitápolis/SC, em 07 de JUNHO de 2018.

Laudir Pedro Coelho	Alencar Schumacher
Prefeito Municipal	Contratado

Testemunha Testemunha

CONTRATO TRABALHO ACT- 036/18 FERNANDA MAYER BOING

Publicação Nº 1663582

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO**CONTRATO Nº036/2018**

O MUNICÍPIO DE ANITÁPOLIS, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 82.892.332/0001-92, cuja Prefeitura se localiza na Rua Gonçalves Júnior, 260, Centro, doravante denominada MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Senhor LAUDIR PEDRO COELHO, brasileiro, casado, inscrito no CPF/MF sob o nº 112.896.009-53, residente e domiciliado na Rua Gonçalves Junior, nº 71, Centro, Anitápolis/SC, autorizado pelo art. 37, IX da Constituição Federal e Leis Municipais n.º 504/00, 505/00 e 616/05, e a Senhora, FERNANDA MAYER BOING, brasileira, casada inscrita no CPF/MF sob o n.º 088.155.359-00, portadora da Carteira de Identidade n.º 5.709.506, residente e domiciliada na Rodovia SC 108, s/n, Rio dos Pinheiros, Anitápolis, SC, CEP 88475-000, doravante denominado CONTRATADO, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao regime estatutário, constante na Lei Municipal n.º504/2000.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo Contratado das atribuições do cargo de PROFESSOR DE ARTES NIVEL II, descrito no quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Anitápolis.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O Contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus à remuneração mensal, paga juntamente com a dos servidores efetivos e sujeita aos mesmos reajustes, aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado pelo prazo de até 31/12/2018, podendo ser prorrogado, entretanto, nunca além do período necessário para a realização de concurso público e para o preenchimento do cargo.

CLÁUSULA QUINTA – DA RESCISÃO

I - Este contrato rescinde-se automaticamente, independente da vontade das partes, por ocasião da nomeação e posse de candidato a ser aprovado em concurso público para o cargo PROFESSOR, situação alias que motivou a presente contratação temporária, sem qualquer direito a indenizações ou recebimento de valores pelo período não trabalhado, salvo o pagamento de verbas rescisórias.

II - Este contrato poderá ser rescindido:

- a – por acordo entre as partes;
- b – pelo Município sem prévio aviso, se o contratado violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;
- c – pelo Contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias;
- d – pelo Município, mediante aviso de 30 (trinta) dias; e,
- e – Pela nomeação de servidor concursado para o preenchimento da vaga do servidor licenciado, no caso do não efetivo retorno.

CLÁUSULA SEXTA – DA ASSISTÊNCIA PREVIDENCIÁRIA

Durante a vigência contratual, o Contratado estará vinculado ao regime geral de previdência social.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do Contratado são as previstas no Estatuto dos Servidores Municipais.

CLÁUSULA OITAVA – DOS DIREITOS DO CONTRATADO

Os direitos do Contratado são os previstos no Estatuto dos Servidores, excetuadas os específicos ao servidor municipal efetivo.

CLÁUSULA NONA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O Contratado cumprirá jornada diária de trabalho de 04 (quatro) horas, de segunda a sexta-feira, totalizando 20 (vinte) horas semanais, obedecido ao início, intervalos e término fixados aos servidores efetivos.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o Foro da Comarca de Santo Amaro da Imperatriz, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado.

Contratados na forma que ficou expressa Município e Contratado assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma,

com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Anitápolis/SC, em 07 de junho de 2018.

Laudir Pedro Coelho

Prefeito Municipal

Contratado

Testemunha Testemunha

CONTRATO TRABALHO ACT- 037/18 JUCIEL ESPINDOLA DUARTE

Publicação Nº 1663584

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

CONTRATO Nº037/2018

O MUNICÍPIO DE ANITÁPOLIS, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 82.892.332/0001-92, cuja Prefeitura se localiza na Rua Gonçalves Júnior, 260, Centro, doravante denominada MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Senhor LAUDIR PEDRO COELHO, brasileiro, casado, inscrito no CPF/MF sob o nº 112.896.009-53, residente e domiciliado na Rua Gonçalves Junior, nº 71, Centro, Anitápolis/SC, autorizado pelo art. 37, IX da Constituição Federal e Leis Municipais n.º 504/00, 505/00 e 616/05, e a Senhor JUCIEL ESPINDOLA DUARTE, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF/MF sob o n.º 020.157.279-65, portador da Carteira de Identidade n.º 3.683.582, residente e domiciliado na Padre Afonso Stahelin, s/n, Centro, Anitápolis, SC, CEP 88475-000, doravante denominado CONTRATADO, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao regime estatutário, constante na Lei Municipal n.º504/2000.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo Contratado das atribuições do cargo de PROFESSOR, descrito no quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Anitápolis.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O Contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus à remuneração mensal, paga juntamente com a dos servidores efetivos e sujeita aos mesmos reajustes, aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado pelo prazo de até 31/12/2018, podendo ser prorrogado, entretanto, nunca além do período necessário para a realização de concurso público e para o preenchimento do cargo.

CLÁUSULA QUINTA – DA RESCISÃO

I - Este contrato rescinde-se automaticamente, independente da vontade das partes, por ocasião da nomeação e posse de candidato a ser aprovado em concurso público para o cargo PROFESSOR, situação alias que motivou a presente contratação temporária, sem qualquer direito a indenizações ou recebimento de valores pelo período não trabalhado, salvo o pagamento de verbas rescisórias.

II - Este contrato poderá ser rescindido:

a – por acordo entre as partes;
b – pelo Município sem prévio aviso, se o contratado violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;
c – pelo Contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias;
d – pelo Município, mediante aviso de 30 (trinta) dias; e,
e – Pela nomeação de servidor concursado para o preenchimento da vaga do servidor licenciado, no caso do não efetivo retorno.

CLÁUSULA SEXTA – DA ASSISTÊNCIA PREVIDENCIÁRIA

Durante a vigência contratual, o Contratado estará vinculado ao regime geral de previdência social.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do Contratado são as previstas no Estatuto dos Servidores Municipais.

CLÁUSULA OITAVA – DOS DIREITOS DO CONTRATADO

Os direitos do Contratado são os previstos no Estatuto dos Servidores, excetuadas os específicos ao servidor municipal efetivo.

CLÁUSULA NONA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O Contratado cumprirá jornada diária de trabalho de 04 (quatro) horas, de segunda a sexta-feira, totalizando 20 (vinte) horas semanais, obedecido ao início, intervalos e término fixados aos servidores efetivos.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o Foro da Comarca de Santo Amaro da Imperatriz, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado.

Contratados na forma que ficou expressa Município e Contratado assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Anitápolis/SC, em 08 de junho de 2018.

Laudir Pedro Coelho

Prefeito Municipal Contratado

Testemunha Testemunha

CONTRATO TRABALHO ACT- 038/18 FERNANDA COELHO RAIMUNDO

Publicação Nº 1663587

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

CONTRATO Nº 38/2018

O MUNICÍPIO DE ANITÁPOLIS, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 82.892.332/0001-92, cuja Prefeitura se localiza na Rua Gonçalves Júnior, 260, Centro, doravante denominada MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Senhor LAUDIR PEDRO COELHO, brasileiro, casado, inscrito no CPF/MF sob o nº 112.896.009-53, residente e domiciliado na Rua Gonçalves Junior, nº 71, Centro, Anitápolis/SC, autorizado pelo art. 37, IX da Constituição Federal e Leis Municipais n.º 504/00, 505/00 e 616/05 e a Senhora FERNANDA COELHO RAIMUNDO, brasileira, solteira, inscrita no CPF/MF sob o n.º 071.702.959-03, portadora da Carteira de Identidade n.º 3.981.803, residente e domiciliada na Rua Manoel Francisco Medeiros, nº 95, Centro, SC, CEP 88475-000,

doravante denominada CONTRATADA, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao regime estatutário, constante na Lei Municipal nº 504/2000.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo Contratado das atribuições do cargo de Assistente Administrativo II, descrito no quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Anitápolis, conforme justificativa em anexo.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O Contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus à remuneração mensal, paga juntamente com a dos servidores efetivos e sujeita aos mesmos reajustes, aumentos, equivalente ao vencimento do cargo referido na cláusula segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado até 31/12/2018, podendo ser prorrogado, entretanto, nunca além do período necessário para a realização de concurso público e para o preenchimento do cargo.

CLÁUSULA QUINTA – DA RESCISÃO

I - Este contrato rescinde-se automaticamente, independente da vontade das partes, por ocasião de candidato a ser aprovado em concurso público para o cargo de ASSISTENTE ADMINISTRATIVO II situação alias que motivou a presente contratação temporária, sem qualquer direito a indenizações ou recebimento de valores pelo período não trabalhado, salvo o pagamento de verbas rescisórias.

II - Este contrato poderá ser rescindido:

a – por acordo entre as partes;
b – pelo Município sem prévio aviso, se o contratado violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;
c – pelo Contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias;
d – pelo Município, mediante aviso de 30 (trinta) dias; e,
e – Pela nomeação de servidor concursado para o preenchimento da vaga do servidor licenciado, no caso do não efetivo retorno.

CLÁUSULA SEXTA – DA ASSISTÊNCIA PREVIDENCIÁRIA

Durante a vigência contratual, o Contratado estará vinculado ao regime geral de previdência social.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do Contratado são as previstas no Estatuto dos Servidores Municipais.

CLÁUSULA OITAVA – DOS DIREITOS DO CONTRATADO

Os direitos do Contratado são os previstos no Estatuto dos Servidores, excetuadas os específicos ao servidor municipal efetivo.

CLÁUSULA NONA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O Contratado cumprirá jornada diária de trabalho de 08 (quatro) horas, de segunda a sexta-feira, totalizando 40 (quarenta) horas semanais, obedecido ao início, intervalos e término fixados aos servidores efetivos.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o Foro da Comarca de Santo Amaro da Imperatriz, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado.

Contratados na forma que ficou expressa Município e Contratado

assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Anitápolis/SC, em 11 de junho de 2018.

Laudir Pedro Coelho FERNANDA COELHO RAIMUNDO
Prefeito Municipal Contratada

Testemunha Testemunha

CONTRATO TRABALHO ACT- 039/18 DENISE FERNANDES SCHMITZ

Publicação Nº 1663588

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

CONTRATO Nº039/2018

O MUNICÍPIO DE ANITÁPOLIS, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 82.892.332/0001-92, cuja Prefeitura se localiza na Rua Gonçalves Júnior, 260, Centro, doravante denominada MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Senhor LAUDIR PEDRO COELHO, brasileiro, casado, inscrito no CPF/MF sob o nº 112.896.009-53, residente e domiciliado na Rua Gonçalves Junior, nº 71, Centro, Anitápolis/SC, autorizado pelo art. 37, IX da Constituição Federal e Leis Municipais n.º 504/00, 505/00 e 616/05, e a Senhora, DENISE FERNANDES SCHMITZ, brasileira, solteira inscrita no CPF/MF sob o n.º 076.215.769-01, portadora da Carteira de Identidade n.º 4.123.939-3, residente e domiciliada na Rua Padre Rodolfo Lenz Back, s/n, Vila Antonio David, Anitápolis, SC, CEP 88475-000, doravante denominado CONTRATADO, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao regime estatutário, constante na Lei Municipal n.º504/2000.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo Contratado das atribuições do cargo de PROFESSOR, descrito no quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Anitápolis.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O Contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus à remuneração mensal, paga juntamente com a dos servidores efetivos e sujeita aos mesmos reajustes, aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado pelo prazo de até 31/12/2018, podendo ser prorrogado, entretanto, nunca além do período necessário para a realização de concurso público e para o preenchimento do cargo.

CLÁUSULA QUINTA – DA RESCISÃO

I - Este contrato rescinde-se automaticamente, independente da vontade das partes, por ocasião da nomeação e posse de candidato a ser aprovado em concurso público para o cargo PROFESSOR, situação alias que motivou a presente contratação temporária, sem qualquer direito a indenizações ou recebimento de valores pelo período não trabalhado, salvo o pagamento de verbas rescisórias.

II - Este contrato poderá ser rescindido:

- a – por acordo entre as partes;
- b – pelo Município sem prévio aviso, se o contratado violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;
- c – pelo Contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias;
- d – pelo Município, mediante aviso de 30 (trinta) dias; e,
- e – Pela nomeação de servidor concursado para o preenchimento da vaga do servidor licenciado, no caso do não efetivo retorno.

CLÁUSULA SEXTA – DA ASSISTÊNCIA PREVIDENCIÁRIA

Durante a vigência contratual, o Contratado estará vinculado ao regime geral de previdência social.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do Contratado são as previstas no Estatuto dos Servidores Municipais.

CLÁUSULA OITAVA – DOS DIREITOS DO CONTRATADO

Os direitos do Contratado são os previstos no Estatuto dos Servidores, excetuadas os específicos ao servidor municipal efetivo.

CLÁUSULA NONA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O Contratado cumprirá jornada diária de trabalho de 04 (quatro) horas, de segunda a sexta-feira, totalizando 20 (vinte) horas semanais, obedecido ao início, intervalos e término fixados aos servidores efetivos.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o Foro da Comarca de Santo Amaro da Imperatriz, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado.

Contratados na forma que ficou expressa Município e Contratado assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Anitápolis/SC, em 11 de junho de 2018.

Laudir Pedro Coelho
Prefeito Municipal Contratado

Testemunha Testemunha

CONTRATO TRABALHO ACT- 040/18 SOLANGE BACK WEISS

Publicação Nº 1663590

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

CONTRATO Nº 40/2018

O MUNICÍPIO DE ANITÁPOLIS, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 82.892.332/0001-92, cuja Prefeitura se localiza na Rua Gonçalves Júnior, 260, Centro, doravante denominada MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Senhor LAUDIR PEDRO COELHO, brasileiro, casado, inscrito no CPF/MF sob o nº 112.896.009-53, residente e domiciliado na Rua Gonçalves Junior, nº 71, Centro, Anitápolis/SC, autorizado pelo art. 37, IX da Constituição Federal e Leis Municipais n.º 504/00, 505/00 e 616/05 e a Senhora SOLANGE BACK WEISS, brasileira, casada, inscrita no CPF/MF sob o n.º 790.161.709-87, portadora da Carteira

de Identidade n.º 2.932.065, residente e domiciliada na Rua Gonçalves Junior, s/n, Centro, SC, CEP 88475-000, doravante denominada CONTRATADA, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao regime estatutário, constante na Lei Municipal nº 504/2000.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo Contratado das atribuições do cargo de Assistente Administrativo II, descrito no quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Anitápolis, conforme justificativa em anexo.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O Contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus à remuneração mensal, paga juntamente com a dos servidores efetivos e sujeita aos mesmos reajustes, aumentos, equivalente ao vencimento do cargo referido na cláusula segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado até 31/12/2018, podendo ser prorrogado, entretanto, nunca além do período necessário para a realização de concurso público e para o preenchimento do cargo.

CLÁUSULA QUINTA – DA RESCISÃO

I - Este contrato rescinde-se automaticamente, independente da vontade das partes, por ocasião de candidato a ser aprovado em concurso público para o cargo de ASSISTENTE ADMINISTRATIVO II situação alias que motivou a presente contratação temporária, sem qualquer direito a indenizações ou recebimento de valores pelo período não trabalhado, salvo o pagamento de verbas rescisórias.

II - Este contrato poderá ser rescindido:

- a – por acordo entre as partes;
- b – pelo Município sem prévio aviso, se o contratado violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;
- c – pelo Contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias;
- d – pelo Município, mediante aviso de 30 (trinta) dias; e,
- e – Pela nomeação de servidor concursado para o preenchimento da vaga do servidor licenciado, no caso do não efetivo retorno.

CLÁUSULA SEXTA – DA ASSISTÊNCIA PREVIDENCIÁRIA

Durante a vigência contratual, o Contratado estará vinculado ao regime geral de previdência social.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do Contratado são as previstas no Estatuto dos Servidores Municipais.

CLÁUSULA OITAVA – DOS DIREITOS DO CONTRATADO

Os direitos do Contratado são os previstos no Estatuto dos Servidores, excetuadas os específicos ao servidor municipal efetivo.

CLÁUSULA NONA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O Contratado cumprirá jornada diária de trabalho de 08 (quatro) horas, de segunda a sexta-feira, totalizando 40 (quarenta) horas semanais, obedecido ao início, intervalos e término fixados aos servidores efetivos.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o Foro da Comarca de Santo Amaro da Imperatriz, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado.

Contratados na forma que ficou expressa Município e Contratado assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Anitápolis/SC, em 14 de junho de 2018.

Laudir Pedro Coelho	SOLANGE BACK WEISS
Prefeito Municipal	Contratada

Testemunha Testemunha

CONTRATO TRABALHO ACT- 041/18 MARA ROSANE VALENTE DOS REIS

Publicação Nº 1663593

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

CONTRATO Nº 041/2018

O MUNICÍPIO DE ANITÁPOLIS, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 82.892.332/0001-92, cuja Prefeitura se localiza na Rua Gonçalves Júnior, 260, Centro, doravante denominada MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Senhor LAUDIR PEDRO COELHO, brasileiro, casado, inscrito no CPF/MF sob o nº 112.896.009-53, residente e domiciliado na Rua Gonçalves Junior, nº 71, Centro, Anitápolis/SC, autorizado pelo art. 37, IX da Constituição Federal e Leis Municipais n.º 504/00, 505/00 e 616/05 e a Senhora MARA ROSANE VALENTE DOS REIS, brasileira, casada, inscrita no CPF/MF sob o n.º 944.545.580-00, portadora da Carteira de Identidade n.º 5.623.704, residente e domiciliada na Rua Leonardo Steffen, s/n, Vila Antonio David, SC, CEP 88475-000, doravante denominada CONTRATADA, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao regime estatutário, constante na Lei Municipal nº 504/2000.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo Contratado das atribuições do cargo de PROFESSORA NIVEL II, descrito no quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Anitápolis.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O Contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus à remuneração mensal, paga juntamente com a dos servidores efetivos e sujeita aos mesmos reajustes, aumentos, equivalente ao vencimento do cargo referido na cláusula segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado até 31/12/2018, podendo ser prorrogado, entretanto, nunca além do período necessário para a realização de concurso público e para o preenchimento do cargo.

CLÁUSULA QUINTA – DA RESCISÃO

I - Este contrato rescinde-se automaticamente, independente da vontade das partes, por ocasião de retorno da servidor afastado para tratamento de saúde da SRA ROSANE BACK ou da nomeação e posse de candidato a ser aprovado em concurso público para o cargo de PROFESSORA NIVEL II, situação alias que motivou a presente contratação temporária, sem qualquer direito a indenizações ou recebimento de valores pelo período não trabalhado, salvo o

pagamento de verbas rescisórias.

II - Este contrato poderá ser rescindido:

- a – por acordo entre as partes;
- b – pelo Município sem prévio aviso, se o contratado violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;
- c – pelo Contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias;
- d – pelo Município, mediante aviso de 30 (trinta) dias; e,
- e – Pela nomeação de servidor concursado para o preenchimento da vaga do servidor licenciado, no caso do não efetivo retorno.

CLÁUSULA SEXTA – DA ASSISTÊNCIA PREVIDENCIÁRIA

Durante a vigência contratual, o Contratado estará vinculado ao regime geral de previdência social.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do Contratado são as previstas no Estatuto dos Servidores Municipais.

CLÁUSULA OITAVA – DOS DIREITOS DO CONTRATADO

Os direitos do Contratado são os previstos no Estatuto dos Servidores, excetuadas os específicos ao servidor municipal efetivo.

CLÁUSULA NONA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O Contratado cumprirá jornada diária de trabalho de 04 (QUATRO) horas, de segunda a sexta-feira, totalizando 20 (VINTE) horas semanais, obedecido ao início, intervalos e término fixados aos servidores efetivos.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o Foro da Comarca de Santo Amaro da Imperatriz, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado.

Contratados na forma que ficou expressa Município e Contratado assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Anitápolis/SC, em 18 de junho de 2018.

Laudir Pedro Coelho

Prefeito Municipal Contratado

Testemunha Testemunha

CONTRATO TRABALHO ACT- 042/18 FLAVIA SCHMITZ

Publicação Nº 1663595

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

CONTRATO Nº 042/2018

O MUNICÍPIO DE ANITÁPOLIS, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 82.892.332/0001-92, cuja Prefeitura se localiza na Rua Gonçalves Júnior, 260, Centro, doravante denominada MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Senhor LAUDIR PEDRO COELHO, brasileiro, casado, inscrito no CPF/MF sob o nº 112.896.009-53, residente e domiciliado na Rua Gonçalves Junior, nº 71, Centro, Anitápolis/SC, autorizado pelo art. 37, IX da Constituição Federal e Leis Municipais n.º 504/00, 505/00 e

616/05 e a Senhora FLÁVIA SCHMITZ, brasileira, solteira, inscrita no CPF/MF sob o n.º 119.465899-77, portadora da Carteira de Identidade n.º 5.709.511, residente e domiciliada na Estrada Geral Rio das Pedras, s/n, Rio das Pedras, SC, CEP 88475-000, doravante denominada CONTRATADA, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao regime estatutário, constante na Lei Municipal nº 504/2000.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo Contratado das atribuições do cargo de PROFESSORA NIVEL II, descrito no quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Anitápolis.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O Contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus à remuneração mensal, paga juntamente com a dos servidores efetivos e sujeita aos mesmos reajustes, aumentos, equivalente ao vencimento do cargo referido na cláusula segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado até 31/12/2018, podendo ser prorrogado, entretanto, nunca além do período necessário para a realização de concurso público e para o preenchimento do cargo.

CLÁUSULA QUINTA – DA RESCISÃO

I - Este contrato rescinde-se automaticamente, independente da vontade das partes, por ocasião de retorno da servidor afastado para tratamento de saúde da SRA ROSANE BACK ou da nomeação e posse de candidato a ser aprovado em concurso público para o cargo de PROFESSORA NIVEL II, situação alias que motivou a presente contratação temporária, sem qualquer direito a indenizações ou recebimento de valores pelo período não trabalhado, salvo o pagamento de verbas rescisórias.

II - Este contrato poderá ser rescindido:

- a – por acordo entre as partes;
- b – pelo Município sem prévio aviso, se o contratado violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;
- c – pelo Contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias;
- d – pelo Município, mediante aviso de 30 (trinta) dias; e,
- e – Pela nomeação de servidor concursado para o preenchimento da vaga do servidor licenciado, no caso do não efetivo retorno.

CLÁUSULA SEXTA – DA ASSISTÊNCIA PREVIDENCIÁRIA

Durante a vigência contratual, o Contratado estará vinculado ao regime geral de previdência social.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do Contratado são as previstas no Estatuto dos Servidores Municipais.

CLÁUSULA OITAVA – DOS DIREITOS DO CONTRATADO

Os direitos do Contratado são os previstos no Estatuto dos Servidores, excetuadas os específicos ao servidor municipal efetivo.

CLÁUSULA NONA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O Contratado cumprirá jornada diária de trabalho de 04 (QUATRO) horas, de segunda a sexta-feira, totalizando 20 (VINTE) horas semanais, obedecido ao início, intervalos e término fixados aos servidores efetivos.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o Foro da Comarca de Santo Amaro da Imperatriz, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado.

Contratados na forma que ficou expressa Município e Contratado assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Anitápolis/SC, em 20 de junho de 2018.

Laudir Pedro Coelho

Prefeito Municipal

Contratado

Testemunha Testemunha

RESULTADO DE LICITAÇÃO - PREGÃO 018/2018 E EXTRATO DAS ATAS 016/2018, 017/2018 E 018/2018

Publicação Nº 1664205

MUNICIPIO DE ANITÁPOLIS – RESULTADO DE LICITAÇÃO – PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL VISANDO RPR Nº 018/2018. OBJETO: Registro de Preços para aquisição futura, eventual e parcelada de materiais hidráulicos, elétricos e de construção para as diversas secretarias da Prefeitura Municipal de Anitápolis. EXTRATO ATA Nº 016/2018. CONTRATANTE: Município de Anitápolis. CONTRATADA: SIRAMAR MAT. DE CONST. LTDA ME. Valor: R\$ 174.352,50. EXTRATO ATA Nº 017/2018. CONTRATANTE: Município de Anitápolis. CONTRATADA: SANEAMENTO PRE MOL-DADOS IND. E COM. LTDA. Valor: R\$ 29.101,00. EXTRATO ATA Nº 018/2018. CONTRATANTE: Município de Anitápolis. CONTRATADA: ELTON LUIZ MADEIRA ME. Valor: R\$ 9.350,23. Data da Assinatura: 22/06/2018. Prazo de vigência: 12 meses. Anitápolis, 25/06/2018. Laudir Pedro Coelho – Prefeito Municipal.

Antônio Carlos**PREFEITURA****145º EDITAL DE CONVOCAÇÃO DOS APROVADOS NO CONCURSO PÚBLICO 001/2014**

Publicação N° 1664411

145º Edital de Convocação dos aprovados no concurso público 001/2014 - prefeitura municipal de Antônio Carlos

GERALDO PAULI, Prefeito Municipal de Antônio Carlos/SC, no uso de suas atribuições legais e em cumprimento ao prescrito no Art. 37, inciso I e II da Constituição Federal, de 05 de outubro de 1988, bem como na Lei municipal nº. 558, de 30 de novembro de 1992 e outras correlatas, CONVOCA os candidatos aprovados no Concurso Público para provimento nos cargos constantes no anexo I do presente, para apresentação no período de 26/06/2018 a 25/07/2018 (de segunda a sexta-feira), das 07:30 às 11:30 horas, e das 13:00 às 17:00 horas na sede da Secretaria Municipal de Administração e Finanças, localizada na Praça Anchieta, nº 10, bairro Centro, Antônio Carlos/SC, munido dos documentos necessários, para fins de tomar posse no cargo em que foi aprovado. O Candidato que não comparecer no prazo estipulado ou deixar de apresentar a documentação exigida, será considerado desistente e ensejará na convocação do próximo aprovado, obedecendo a ordem de classificação.

Antônio Carlos, 25 de junho de 2018.

Geraldo Pauli

Prefeito Municipal

Anexo I

Cargo: FARMACÊUTICO

CLASSIF.	NOME	INSCRIÇÃO
05º	DANIELLE FONTANA PEREIRA MOURA	1089

CHAMAMENTO PÚBLICO N° 002/2018 - LISTA DOS CANDIDATOS APROVADOS -

Publicação N° 1663996

Estado de Santa Catarina
Município de Antônio Carlos
Chamamento Público N° 002/2018

LISTA DOS CANDIDATOS APROVADOS

GERALDO PAULI, Prefeito do Município de Antônio Carlos, homologa e torna pública a lista de candidatos aprovados, conforme estabelecido no Chamamento Público nº 002/2018.

FARMACÊUTICO

CLASSIFICAÇÃO	NOME	PONTOS	CRITÉRIO DE DESEMPATE
1º	ROSEMERI POYER HARTMANN	5	GRADUAÇÃO + PÓS-GRADUAÇÃO (ESPECIALISTA) + PÓS-GRADUAÇÃO (ESPECIALISTA)
2º	VINICIOS GONÇALVES VALENÇA	3	GRADUAÇÃO + PÓS-GRADUAÇÃO (ESPECIALISTA)+ MAIOR TEMPO DE EXPERIÊNCIA NA ÁREA (9 ANOS E 9 MESES)
3º	EDSON FERREIRA ROSA	3	GRADUAÇÃO + PÓS-GRADUAÇÃO (ESPECIALISTA) + MAIOR TEMPO DE EXPERIÊNCIA NA ÁREA
4º	ANDRESA BORGERT WOPEREIS	3	GRADUAÇÃO + PÓS-GRADUAÇÃO (ESPECIALISTA)
5º	LEANDRO PETRY	1	GRADUAÇÃO + MAIOR TEMPO DE EXPERIÊNCIA NA ÁREA
6º	JAQUELINE WAGNER	1	GRADUAÇÃO + MAIOR TEMPO DE EXPERIÊNCIA NA ÁREA
7º	ANA PAULA VETTORETTI DAMIAN PREVE	1	GRADUAÇÃO + MAIOR TEMPO DE EXPERIÊNCIA NA ÁREA

Antônio Carlos, 25 de junho de 2018.

GERALDO PAULI

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 056/2018

Publicação Nº 1663884

DECRETO Nº 000056/18 de 22 de Junho de 2018

Abre crédito adicional - suplementar - originário do orçamento geral no Orçamento programa de 2018.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de ANTONIO CARLOS e autorização contida na Lei Municipal nº 001562/17 de 19 de Dezembro de 2017.

DECRETA :

Art. 1º -

Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 20.000,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA

04.01 - SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA

04.01.12.361.0006.2.005-3.3.90.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 20.000,00

Art 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Excesso de arrecadação 20.000,00

Art 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 22 de Junho de 2018

GERALDO PAULI

Prefeito Municipal

EXTRATO DE TERMO ADITIVO - PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO Nº 029/2018

Publicação Nº 1663826

EXTRATO TERMO ADITIVO

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 029/2018; Origem: Processo de Licitação nº 010/2018, Tomada de Preço nº 01/2018; Contratante: Município de Antônio Carlos/SC. Contratada: CONSTRUTORA DE ANGELO EIRELI – EPP; Objeto: O presente termo aditivo tem por objetivo prorrogar o prazo e aditar o valor do presente contrato, que consiste na contratação de empresa especializada em serviços de engenharia civil para empreitada por menor preço global, com fornecimento de material e mão de obra especializada para a continuação da restauração da Casa José Luís Hoffmann no Centro do Município de Antônio Carlos, incluindo finalização do banheiro, instalações elétricas, pavimentação de pátio externo, instalação de guarda corpo. Prorrogação de Prazo: 120 dias. Novo Vencimento: Dia 27 de setembro de 2018. Valor do contrato original: R\$ 39.130,42. Valor do aditamento: R\$ 8.084,03. Valor final do contrato: R\$ 47.214,45.

Antônio Carlos, 25 de junho de 2018.

GERALDO PAULI

Prefeito Municipal

PORTARIA N 292/2018

Publicação Nº 1664402

PORTARIA Nº 292/2018

Concede Licença para Tratamento de Saúde a servidor efetivo.

GERALDO PAULI – Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei 558/92;

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE à servidora LURDES KONS MULLER, ocupante do cargo efetivo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS 20H, a partir de 21 de junho de 2018.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 25 de junho de 2018.

GERALDO PAULI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 26 de junho de 2018.

PORTARIA N 293/2018

Publicação N° 1664403

PORTARIA N° 293/2018
Concede Abono de Permanência.

GERALDO PAULI – Prefeito Municipal de ANTONIO CARLOS, no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o disposto no artigo 2º, da Emenda Constitucional nº 41/2003 e com o Parecer Jurídico nº 43/2018;

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder a servidora ELIANE GOEDERT DE SOUZA, ocupante do cargo efetivo de Professor com Pós-Graduação, o benefício do ABONO DE PERMANÊNCIA previsto no artigo 2º, da Emenda Constitucional nº 41/2003.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 25 de junho de 2018.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 26 de junho de 2018.

PORTARIA N 294/2018

Publicação N° 1664404

PORTARIA N° 294/2018

Prorroga contratação de servidor ACT.

GERALDO PAULI – Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Artigo 1º - Prorrogar a contratação temporária de LUZIA LÍDIA GUESSER SCHERER no cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS 40H, a partir de 21 de junho de 2018, em substituição a servidora efetiva Lurdes Kons Muller, de licença para tratamento de saúde.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 25 de junho de 2018.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 26 de junho de 2018.

Apiuna

PREFEITURA

DECRETO Nº 2.964/2018

Publicação Nº 1664119

DECRETO Nº 2.964/2018

De 18/06/2018

AUTORIZA O PAGAMENTO DE PREMIAÇÕES PARA OS PARTICIPANTES DA PRIMEIRA COPA INTEGRAÇÃO TANGEFEST DE FUTSAL DE APIÚNA.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE APIÚNA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei nº 867, de 11 de maio de 2018,

DECRETA:

Art. 1º. Fica autorizado o Executivo Municipal a destinar recursos na ordem de R\$7.500,00 (Sete mil e quinhentos reais) em pecúnia para a premiação da Primeira Copa Integração Tangefest de Futsal de Apiúna.

Art. 2º. Os recursos da premiação serão distribuídos da seguinte forma:

- a) 1º Lugar: R\$4.000,00 (quatro mil reais);
- b) 2º Lugar: R\$2.200,00 (dois mil e duzentos reais);
- c) 3º Lugar: R\$1.300,00 (um mil e trezentos reais).

Art. 3º As despesas decorrentes deste Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento da Secretaria de Esporte e Laser.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Apiúna, em 18 de Junho de 2018.

JOSÉ GERSON GONÇALVES

Prefeito Municipal

ERRATA AO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº 66/2018

Publicação Nº 1663680

Prefeitura Municipal de Apiúna

Errata ao Edital de Licitação Pregão Presencial Registro de Preços nº 66/2018

Objeto: AQUISIÇÃO PARCELADA DE PNEUS NOVOS PARA MANUTENÇÃO DE DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS E DO FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

O Prefeito de Apiúna em uso de suas atribuições legais torna público para o conhecimento de quem possa interessar que houve alterações edital. Em virtude da alteração não afetar a formulação da proposta, fica mantida data, hora e local de credenciamento e abertura.

O edital original e a errata estão disponíveis no site www.apiuna.sc.gov.br e no Setor de Licitações, localizado junto a Prefeitura de Apiúna, atendimento de segunda a sexta feira, das 07h30min às 12h e das 13h30 às 17h.

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Maiores Informações Fone 47 3353 2000 – Jose Gerson Gonçalves/Prefeito de Apiúna

Arabutã

PREFEITURA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 05/2018

Publicação Nº 1664263

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Arabutã

Edital de Notificação nº 05-2018

LEANI KAPP SCHMITT, Prefeita de Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o artigo 2º da Lei Federal nº 9.452 de 20 de março de 1997 e Decreto nº 1.527/2014, de 30 de Maio de 2.014 que regulamenta notificação da liberação de recursos federais para o Município, NOTIFICA pelo presente EDITAL, todos os Partidos Políticos, Sindicatos de Trabalhadores e as Entidades Empresariais do Município, que a Prefeitura Municipal de Arabutã, recebeu recursos financeiros do Governo Federal, de acordo com as especificações a seguir:

Recursos recebidos no período de 01/05/2018 à 31/05/2018

Rúbrica	Descrição	Valor
417180311000002	Estratégias de Saúde da Família - ESF	71.300,00
417180311000003	Agentes Comunitários da Saúde - ACS	32.448,00
417180311000004	Assistencia Farmaceutica - União	11.258,27
417180311000005	Vigilância em Saude/ Epidemiologica	1.646,96
417180311000008	MAC - Média e Alta Complexidade	16.230,32
417180311000009	PMAQ - Programa Melhora Acesso e Qualidade	53.500,00
417180311000010	NASF - Nucleo de Apoio a Saúde da Família	34.000,00
417180311000011	PAB Variável Saúde Bucal	0,00
417180411000002	Transf. FNAS - IGDBF	1.430,00
417180511000000	Transferências do Salário-Educação - Principal	15.492,51
417180531000001	FNDE - PNAE/PNAEF	3.966,00
417180531000002	FNDE - PNAE/PNAEM	3.893,00
417180531000003	FNDE PNAE/PNAEC E PNAEP	74,20
417180541000001	PNATE - Ensino Infantil	3.779,51
417180541000002	PNATE - Ensino Fundamental	881,39
417180541000003	PNATE - Ensino Medio	1.269,79
417180591000001	Transferência AFM Educação	43.805,32
424180311000001	Transf. SUS União Estrut. PAB 2018	25.000,00

Total dos Recursos Recebidos no Período	183.557,27
Maiores informações a respeito do valor liberado e a íntegra dos Termos supramencionado, podem ser obtidas na Diretoria de Administração e Fazenda, na Prefeitura Municipal de Arabutã, situada na Avenida Lauro Muller, 210, Centro, ou pelo telefone (49) 3448-0048.	
Arabutã (SC), em 25/06/2018	
Leani Kapp Schmitt Prefeita de Arabutã	

PORTARIA 169/2018

Publicação Nº 1663520

PORTARIA Nº. 169/2018

NOMEAR SERVIDOR POR CONCURSO PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Leani Kapp Schmitt, Prefeita de Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei;

Considerando, resultado e classificação final homologado pelo Decreto nº. 1989, de 26 de dezembro de 2016 referente ao Concurso Público 001/2016

RESOLVE:

Art.1º NOMEAR, a partir de 25 de junho de 2018, por Concurso Público a senhorita NOEMI FASSBINDER FRITSCH, inscrita no CPF sob nº. 061.255.719-71, para o cargo de Agente de Copa e Higieneização; com carga horária de 40 horas semanais, percebendo os vencimentos conforme Lei Complementar nº.204, de 26 de dezembro de 2017, anexo III, nível 020, referência "IN".

Art.2º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Arabutã/SC, 22 de junho de 2018.

LEANI KAPP SCHMITT

Prefeita

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Glauca Pottratz

Responsável pela publicação.

PORTARIA 170/2018

Publicação Nº 1663932

PORTARIA Nº 170/2018

SUSPENDE FÉRIAS DE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Leani Kapp Schmitt, Prefeita de Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei;

RESOLVE:

Art. 1º. SUSPENDER, a partir de 25 de junho de 2018, as férias concedidas por meio da Portaria nº. 164/2018, de 15 de junho de 2018, da servidora RENATA PETRY MORAES LIMA, inscrito no CPF sob nº. 007.985.369-26, ocupante do cargo de provimento em comissão de Secretária de Saúde, sendo que os mesmos serão gozados em época oportuna.

Art.2º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Arabutã/SC, 25 de junho de 2018.
LEANI KAPP SCHMITT
Prefeita

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Glaucia Pottratz
Responsável pela publicação.

Arabutã/SC, 25 de junho de 2018.
LEANI KAPP SCHMITT
Prefeita

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Glaucia Pottratz
Responsável pela publicação.

PORTARIA 171/2018

Publicação N° 1664474

PORTARIA N°. 171/2018

ESTABELECE A ESCALA DE SOBREAVISO PARA O PERÍODO DE 01 A 31 DE JULHO DE 2018, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEANI KAPP SCHMITT, Prefeita do Município de Arabutã, estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, especialmente nos termos do art. 96, da Lei Complementar nº. 159, de 29 de dezembro de 2014,

RESOLVE:

Art. 1º. A escala de sobreaviso para o mês de julho de 2018 é a que consta no inciso seguinte:

I – Para atendimentos de urgência e emergência, na saúde, conforme quadro seguinte:

Nome	Cargo	Data de sobreaviso
WAGNER ROEGELEIN	Motorista	01 a 07/07/2018
PAULO FRITSCH	Motorista	08 a 15/07/2018
MARCELO KIEKOW	Motorista	16 a 23/07/2018
CLAUDIR KIEKOW	Motorista	24 a 31/07/2018

Art. 2º. O pagamento dos dias de sobre aviso compreendidos nesta portaria, serão pagos na folha de pagamento do mês subsequente.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arabutã (SC), 25 de julho de 2018.
LEANI KAPP SCHMITT
Prefeita

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Glaucia Pottratz
Responsável pela publicação.

PORTARIA 172/2018

Publicação N° 1664513

PORTARIA N° 172/2018

DESIGNA SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS;

Leani Kapp Schmitt, Prefeita de Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei;

Art. 1º. DESIGNAR com base no art.61 da Lei Complementar nº159 de 29 de dezembro de 2014 o servidor ALECIR DRESSEL, inscrito no CPF sob nº. 893.294.819-49, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Agente Serviços Gerais, para no período de 02 de julho de 2018 à 31 de agosto de 2018, exercer o cargo de provimento efetivo de Operador de Máquinas.

Art. 2º No período de substituição, o substituto será remunerado segundo os vencimentos do cargo.

Art.3º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Arvoredo

PREFEITURA

LICITAÇÃO 032/2018

Publicação Nº 1664407

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ARVOREDO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 032/2018
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 003/2018
Termo de Colaboração nº 001/2018/PMA

Contratante: Prefeitura Municipal de Arvoredo

Contratada: Casa Familiar Rural Ludovico De Marco Caraíba – Seara/SC. Valor: R\$ 4.500,00(quatro mil e quinhentos reais). Fundamento Legal: inciso VI do Art.30 da Lei 13.019/2014. Objeto: Celebração de Termo de Colaboração entre o Município de Arvoredo e Entidade Educacional, é a promoção do atendimento educacional a alunos do Município de Arvoredo que não puderam se beneficiar pela inclusão em classes comuns do ensino regular existente no Município. Vigência: 02/07/2018 a 31/12/2018.

Arvoredo(SC), 22 de junho de 2018.

Janete Paravizi Bianchin

Prefeita Municipal.

Ascurra

PREFEITURA

ATA DE PREÇOS REGISTRADOS PREGÃO 6/2018 FMS

Publicação Nº 1663475

PREGÃO PRESENCIAL Nº 6/2018 FMS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DO PREGÃO

Pelo presente instrumento, o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ASCURRA, com sede na Rua de Lurdes, n. 47, Bairro Nossa Senhora de Lurdes, Ascurra (SC), inscrito no CNPJ sob nº 11.241.709/0001-03, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL, Senhor LAIRTON ANTONIO POSSAMAI, e pelo SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL, Senhor ENILSON ERLEY DE FREITAS, considerando o julgamento do Pregão para Registro de Preço nº 6/2018 FMS, RESOLVEM registrar os preços das empresas, de acordo com as classificações por elas alcançadas, atendendo as condições previstas no instrumento convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes das Leis nº 8.666/93 e alterações, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, e em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objeto a eventual aquisição de medicamentos éticos e genéricos para composição da farmácia básica nas unidades do PSF centro e PSF estação, para atendimentos do SAMU e para atendimentos da equipe técnica da secretaria de saúde deste, conforme quantitativos e condições a seguir:

ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA				
Item e Descrição	Qtd.	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
10. ALPRAZOLAM 2MG	6.000	COMP	R\$ 0,1649	R\$ 989,40
11. ALPRAZOLAM 1MG	18.000	COMP	R\$ 0,1077	R\$ 1.938,60
21. BENZILPENICILINA BENZATINA 1.200.000 UI - FRASCO/AMPOLA	300	AMPOLAS	R\$ 9,70	R\$ 2.910,00
23. BESILATO DE ANLODIPINO 5MG	75.000	COMP	R\$ 0,0199	R\$ 1.492,50
30. BUTILBROMETO DE ESCOPOLAMINA 10MG/ML - SOLUÇÃO ORAL	200	FRASC	R\$ 7,5601	R\$ 1.512,02
37. CARBAMAZEPINA 400MG	5.000	COMP	R\$ 0,38	R\$ 1.900,00
41. CARVEDILOL 3,125MG	12.000	COMP	R\$ 0,084	R\$ 1.008,00
42. CARVEDILOL 6,25MG	18.000	COMP	R\$ 0,089	R\$ 1.602,00
43. CARVEDILOL 12,5MG	23.000	COMP	R\$ 0,104	R\$ 2.392,00
44. CARVEDILOL 25MG	22.000	COMP	R\$ 0,15	R\$ 3.300,00
45. CEFALEXINA 50GM/ML - PÓ PARA SUSPENSÃO ORAL	200	FRASC	R\$ 5,69	R\$ 1.138,00
46. CEFALEXINA 500MG	15.000	COMP	R\$ 0,29	R\$ 4.350,00
51. CITALOPRAM 20MG	50.000	COMP	R\$ 0,155	R\$ 7.750,00
58. CLORIDRATO DE AMIODARONA 50MG/ML.I.V. SOLUCAO INJETAVEL	100	AMPOLAS	R\$ 1,9244	R\$ R\$ 192,44
59. CLORIDRATO DE AMITRIPTILINA 25MG	50.000	COMP	R\$ 0,0299	R\$ 1.495,00
61. CLORIDRATO DE BUPIVACAÍNA, SOLUÇÃO INJETÁVEL, 0,50% (FRASCO AMPOLA 20ML).	50	AMPOLAS	R\$ 3,189	R\$ 159,45
67. CLORIDRATO DE CLORPROMAZINA SOLUCAO ORAL 40MG/ML	50	FRASCOS	R\$ 5,4983	R\$ 274,915
85. CLORIDRATO DE PROMETAZINA, SOLUÇÃO INJETÁVEL, 25MG/ML (FRASCO AMPOLA).	150	AMPOLAS	R\$ 1,90	R\$ 285,00
87. CLORIDRATO DE RANITIDINA, SOLUCAO INJETAVEL, 25MG/ML (FRASCO AMPOLA).	300	AMPOLAS	R\$ 0,355	R\$ 106,50
92. CLORIDRATO DE TRAMADOL 50MG	15.000	CAPSULA	R\$ 0,1375	R\$ 2.062,50
98. COLCHICINA 0,5MG	2.500	COMP	R\$ 0,2131	R\$ 532,75
104. DIAZEPAM 5 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL (FRASCO/AMPOLA)	150	AMPOLAS	R\$ 0,59	R\$ 88,50
109. DINITRATO DE ISOSSORBIDA 5MG COMPRIMIDO SUBLINGUAL	3.000	COMP	R\$ 0,238	R\$ 714,00
133. GLICOSE 50 % 20 ML.	200	AMPOLAS	R\$ 0,419	R\$ 83,80
137. HIDROCLOROTIAZIDA 25MG	200.000	COMP	R\$ 0,014	R\$ 2.800,00
146. LISINOPRIL 10MG	6.000	COMP	R\$ 0,2887	R\$ 1.732,20
150. LORAZEPAN 2MG	8.000	COMP	R\$ 0,089	R\$ 712,00
162. MORFINA INJETAVEL (FRASCO/AMPOLA) 10MG/ML	200	AMPOLAS	R\$ 2,0619	R\$ 412,38
194. SULFATO DE SALBUTAMOL 0,4MG/ML XAROPE	60	FRASCOS	R\$ 1,05	R\$ 63,00
204. VITAMINA C 100MG/ML SOLUCAO INJETAVEL	100	AMPOLAS	R\$ 0,5773	R\$ 57,73

CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA				
Item e Descrição	Qtd.	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
22. BENZOILMETRONIDAZOL SUSPENSAO ORAL 40 MG/ML	50	FRASCOS	R\$ 8,73	R\$ 436,50
33. CAFÉINA 30MG + CARISOPRODOL 125MG + DICLOFENACO SÓDICO 50MG + PARACETAMOL 300MG	20.000	COMP	R\$ 0,17	R\$ 3.400,00
49. CILOSTAZOL 50MG	15.000	COMP	R\$ 0,29	R\$ 4.350,00
70. CLORIDRATO DE FLUOXETINA 20MG	65.000	CAPSULA	R\$ 0,049	R\$ 3.185,00
80. CLORIDRATO DE METOCLOPRAMIDA 10MG	8.000	COMP	R\$ 0,09	R\$ 720,00
93. CLORIDRATO DE TRAMADOL 50MG/ML - SOLUÇÃO INJETÁVEL (FRASCO/AMPOLA)	300	AMPOLAS	R\$ 0,50	R\$ 150,00
99. COMPLEXO B	18.000	COMP	R\$ 0,035	R\$ 630,00
100. COMPLEXO B INJETAVEL (FRASCO/AMPOLA)	100	AMPOLAS	R\$ 0,77	R\$ 77,00
106. DICLOFENACO RESINATO, SUSPENSÃO ORAL, 15MG/ML.	200	FRASCOS	R\$ 2,55	R\$ 510,00
113. DIPIRONA SÓDICA, SOLUÇÃO ORAL, 500MG/ML.	500	FRASCOS	R\$ 0,65	R\$ 325,00
118. FENITOINA 100 MG	3.000	COMP	R\$ 0,22	R\$ 660,00
119. FENITOINA, SOLUCAO INJETAVEL, 50MG/ML (FRASCO AMPOLA).	50	AMPOLAS	R\$ 2,40	R\$ 120,00
121. FENOBARBITAL 100MG	12.000	COMP	R\$ 0,09	R\$ 1.080,00
151. LOSARTANA POTASSICA 50MG	170.000	COMP	R\$ 0,027	R\$ 4.590,00
154. MALEATO DE LEVOMEPROMAZINA, SOLUCAO ORAL, 40MG/ML.	80	FRASCOS	R\$ 9,40	R\$ 752,00
157. METILDOPA 250MG 3X10 CPR	10.000	COMP	R\$ 0,47	R\$ 4.700,00
159. METRONIDAZOL, GEL VAGINAL, 100MG/G.	150	BISNAGA	R\$ 3,60	R\$ 540,00
164. NIFEDIPINO 20MG CAPSULA OU COMP	7.000	UND	R\$ 0,059	R\$ 413,00
174. PERMETRINA 5% LOÇÃO	100	FRASC	R\$ 2,38	R\$ 238,00
175. PERMETRINA 1% LOCAO	100	UND	R\$ 1,38	R\$ 138,00
184. SAIS PARA REIDRATAÇÃO ORAL PO	1.200	SACHES	R\$ 0,479	R\$ 574,80
186. SIMETICONA COMP 40MG	15.000	UND	R\$ 0,10	R\$ 1.500,00
198. SULFATO FERROSO 40MG COMP	25.000	COMP	R\$ 0,035	R\$ 875,00
CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA				
Item e Descrição	Qtd.	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
97. COLAGENASE + CLORANFENICOL 0,6U + 0,01GR - POMADA	200	BISNAGA	R\$ 7,99	R\$ 1.598,00
201. VALPROATO DE SÓDIO OU ÁCIDO VALPRÓICO 288MG (EQUIVALENTE A 250MG ÁCIDO VALPRÓICO) - CÁPSULA OU COMPRIMIDO	25.000	COMP	R\$ 0,205	R\$ 5.125,00
DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA				
Item e Descrição	Qtd.	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
7. ALENDRONATO DE SÓDIO 70MG	3.300	COMP	R\$ 0,228	R\$ 752,40
31. BUTILBROMETO DE ESCOPOLAMINA 10MG	8.000	COMP	R\$ 0,40	R\$ 3.200,00
34. CAPTOPRIL 25MG	60.000	COMP	R\$ 0,015	R\$ 900,00
40. CARBONATO DE LITIO 300MG	10.000	COMP	R\$ 0,23	R\$ 2.300,00
60. CLORIDRATO DE BIPERIDENO 2MG	7.000	COMP	R\$ 0,155	R\$ 1.085,00
69. CLORIDRATO DE CLORPROMAZINA 25MG	4.000	COMP	R\$ 0,20	R\$ 800,00
71. CLORIDRATO DE IMIPRAMINA 25MG	7.000	COMP	R\$ 0,279	R\$ 1.953,00
84. CLORIDRATO DE PROMETAZINA 25MG	5.000	COMP	R\$ 0,095	R\$ 475,00
86. CLORIDRATO DE PROPRANOLOL 40MG	50.000	COMP	R\$ 0,013	R\$ 650,00
129. FUROSEMIDA 40 MG	40.000	COMP	R\$ 0,026	R\$ 1.040,00
135. HALOPERIDOL 5MG	7.000	COMP	R\$ 0,098	R\$ 686,00
141. LEVOFLOXACINO 500MG	700	COMP	R\$ 0,65	R\$ 455,00
155. MALEATO DE LEVOMEPROMAZINA 100MG	6.000	COMP	R\$ 0,71	R\$ 4.260,00
156. MALEATO DE LEVOMEPROMAZINA 25MG	7.000	COMP	R\$ 0,34	R\$ 2.380,00
195. SULFATO DE SALBUTAMOL 120,5MCG/DOSE (EQUIVALENTE A 100MCG/DOSE DE SALBUTAMOL) - AEROSSOL ORAL	700	UND	R\$ 5,99	R\$ 4.193,00
DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA - EPP				
Item e Descrição	Qtd.	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
25. BISSULFATO DE CLOPIDOGREL 75MG	25.000	COMP	R\$ 0,26	R\$ 6.500,00
65. CLORIDRATO DE CLOMIPRAMINA 25MG	8.000	COMP	R\$ 0,65	R\$ 5.200,00
77. CLORIDRATO DE METILFENIDATO 10MG	8.000	COMP	R\$ 1,06	R\$ 8.480,00
95. CLORTALIDONA 12,5MG	12.000	COMP	R\$ 0,122	R\$ 1.464,00
96. CLORTALIDONA 25MG	20.000	COMP	R\$ 0,17	R\$ 3.400,00

125. FLUOCINOLONA ACETONIDA + SULFATO DE POLI-MIXINA B+SULFATO DE NEOMICINA + CLORIDRATO DE LIDOCAINA 0,250MG/ML + 10.000UI/ML + 3,5MG/ML + 20MG/ML - SOLUÇÃO OTOLÓGICA.	100	FRASCOS	R\$ 1,90	R\$ 190,00
INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA.				
Item e Descrição	Qtd.	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1. ACICLOVIR 200MG	5.000	COMP	R\$ 0,191	R\$ 955,00
5. ALBENDAZOL 400MG	400	COMP	R\$ 0,349	R\$ 139,60
8. ALOPURINOL 100MG	15.000	COMP	R\$ 0,039	R\$ 585,00
32. BUTILBROMETO DE ESCOPOLAMINA + DIPIRONA SODICA, SOLUCAO INJETAVEL, 4MG/ML + 500MG/ML (FRASCO AMPOLA).	500	AMPOLAS	R\$ 1,16	R\$ 580,00
53. CLONAZEPAM 2,5MG/ML - SOLUÇÃO ORAL	700	FRASC	R\$ 1,78	R\$ 1.246,00
57. CLORIDRATO DE AMIODARONA 200MG	8.000	COMP	R\$ 0,29	R\$ 2.320,00
76. CLORIDRATO DE METFORMINA 500MG	65.000	COMP	R\$ 0,05	R\$ 3.250,00
94. CLORIDRATO OU HEMITARTARATO DE EPINEFRINA 1MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL (FRASCO/AMPOLA)	200	AMPOLAS	R\$ 1,90	R\$ 380,00
117. ESTROGÊNIO CONJUGADO 0,625MG	1.400	COMP	R\$ 0,83	R\$ 1.162,00
120. FENOBARBITAL 40MG/ML SOLUÇÃO ORAL	50	FRASC	R\$ 3,05	R\$ 152,50
126. FOSFATO DE CODEINA + PARACETAMOL 30MG + 500MG	15.000	COMP	R\$ 0,278	R\$ 4.170,00
128. FOSFATO SÓDICO DE PREDNISOLONA, SOLUÇÃO ORAL, 4,02MG/ML (EQUIVALENTE A 3MG/ML DE PREDNISOLONA).	300	FRASCOS	R\$ 3,10	R\$ 930,00
134. GLIMEPIRIDA 2MG	18.000	COMP	R\$ 0,07	R\$ 1.260,00
143. LEVOTIROXINA 75MCG	20.000	COMP	R\$ 0,145	R\$ 2.900,00
147. LORATADINA 10MG	6.000	COMP	R\$ 0,04	R\$ 240,00
148. LORATADINA, XAROPE, 1MG/ML.	150	FRASC	R\$ 1,997	R\$ 299,55
149. GLIMEPIRIDA 4MG	6.000	COMP	R\$ 0,21	R\$ 1.260,00
152. MALEATO DE ENALAPRIL 10MG	125.000	COMP	R\$ 0,03	R\$ 3.750,00
153. MALEATO DE ENALAPRIL 20MG	75.000	COMP	R\$ 0,036	R\$ 2.700,00
158. METRONIDAZOL 250MG	4.000	COMP	R\$ 0,10	R\$ 400,00
161. MONONITRATO DE ISOSSORBIDA 20MG	22.000	COMP	R\$ 0,09	R\$ 1.980,00
165. NIMESULIDA 100MG	60.000	COMP	R\$ 0,05	R\$ 3.000,00
189. SUCCINATO SÓDICO DE HIDROCORTISONA, PÓ PARA SOLUÇÃO INJETÁVEL, 100MG (FRASCO AMPOLA).	200	AMPOLAS	R\$ 1,98	R\$ 396,00
190. SULFADIAZINA DE PRATA 10MG/G, CREME DERMATOLÓGICO, 30G.	200	CREME	R\$ 2,99	R\$ 598,00
191. SULFAMETOXAZOL + TRIMETOPRINA (40MG+8MG) ML	100	FRASCOS	R\$ 0,999	R\$ 99,90
202. VALPROATO DE SÓDIO OU ÁCIDO VALPRÓICO SUSPENSÃO ORAL 250MG/5ML	300	FRASCOS	R\$ 2,29	R\$ 687,00
LA DALLA PORTA JUNIOR				
Item e Descrição	Qtd.	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
2. ACICLOVIR CREME 10MG/G	100	TUBO	R\$ 2,20	R\$ 220,00
3. ÁCIDO FÓLICO 5MG	25.000	COMP	R\$ 0,037	R\$ 925,00
13. AMINOFILINA 0,24G/10ML - FRASCO/AMPOLA	100	AMPOLAS	R\$ 0,84	R\$ 84,00
16. AMPICILINA - PÓ PARA SUSPENSÃO ORAL - 250MG/60ML	50	FRASC	R\$ 3,144	R\$ 157,20
28. BROMIDRATO DE FENOTEROL 5MG/ML - SOLUÇÃO INALANTE	150	FRASC	R\$ 2,652	R\$ 397,80
39. CARBONATO DE CÁLCIO + COLECALCIFEROL 500MG + 400UI	40.000	COMP	R\$ 0,113	R\$ 4.520,00
55. CLORIDRATO DE AMBROXOL 15MG/5ML XAROPE	100	UND	R\$ 1,44	R\$ 144,00
74. CLORIDRATO DE LIDOCAINA + EPINEFRINA - 2%+ 0,005MG/ML - SOLUCAO INJETAVEL (FRASCO/AMPOLA)	50	AMPOLAS	R\$ 2,76	R\$ 138,00
79. CLORIDRATO DE METOCLOPRAMIDA SOLUCAO ORAL 4MG/ML	200	FRASCOS	R\$ 0,56	R\$ 112,00
83. CLORIDRATO DE PAROXETINA 20MG	25.000	COMP	R\$ 0,185	R\$ 4.625,00
103. DIAZEPAM 10MG	28.000	COMP	R\$ 0,068	R\$ 1.904,00
105. DICLOFENACO POTASSICO 50MG	17.000	COMP	R\$ 0,042	R\$ 714,00
111. DIPIRONA SODICA 500MG/ML INJETAVEL (FRASCO/AMPOLA) 02ML	700	AMPOLAS	R\$ 0,35	R\$ 245,00
114. ESPIRONOLACTONA 25MG	40.000	COMP	R\$ 0,128	R\$ 5.120,00

116. ESTOLATO DE ERITROMICINA 50MG/ML SUSPENSÃO ORAL	50	FRASC	R\$ 4,50	R\$ 225,00
122. FITA PARA HGT	35.000	UND	R\$ 0,42	R\$ 14.700,00
138. HIDROXIDO DE ALUMINIO 60MG/ML SUSPENSÃO ORAL	500	FRASC	R\$ 1,89	R\$ 945,00
139. IBUPROFENO 600MG	30.000	COMP	R\$ 0,11	R\$ 3.300,00
176. PIROXICAM 20MG	3.000	CAPSULA	R\$ 0,109	R\$ 327,00
178. PREDNISONA 5MG	8.000	COMP	R\$ 0,069	R\$ 552,00
185. SIMETICONA GOTAS 75MG/ML	250	FRASCOS	R\$ 0,84	R\$ 210,00
197. SULFATO FERROSO 25MG/ML SOLUÇÃO ORAL	100	FRASCOS	R\$ 0,84	R\$ 84,00
MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA				
Item e Descrição	Qtd.	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
18. ATENOLOL 50MG	100.000	COMP	R\$ 0,032	R\$ 3.200,00
166. NISTATINA - CREME VAGINAL 25.000 UI/G	100	CREME	R\$ 3,45	R\$ 345,00
177. POLIVITAMINICO E MINERAIS	6.000	COMP	R\$ 0,08	R\$ 480,00
180. PROPATILNITRATO 10MG	20.000	COMP	R\$ 0,30	R\$ 6.000,00
192. SULFATO DE ATROPINA 0,5MG/ML - SOLUÇÃO INJETÁVEL(FRASCO/AMPOLA)	100	AMPOLAS	R\$ 0,72	R\$ 72,00
200. TOBRAMICINA, COLÍRIO, 3MG/ML.	120	FRASCOS	R\$ 4,25	R\$ 510,00
205. SULFAMETOXAZOL + TRIMETOPRINA 400MG + 80MG	4.000	COMP	R\$ 0,079	R\$ 316,00
PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA				
Item e Descrição	Qtd.	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
6. ALBENDAZOL 40MG/10ML - SUSPENSÃO ORAL	200	FRASCOS	R\$ 0,99	R\$ 198,00
15. AMOXILINA SUSPENSÃO 50MG/ML 60ML	1.000	FRASCOS	R\$ 3,70	R\$ 3.700,00
17. AMPICILINA 500MG	600	COMP	R\$ 0,21	R\$ 126,00
19. AZITROMICINA SUSP ORAL 40MG/ML	350	FRASC	R\$ 5,20	R\$ 1.820,00
35. CARBAMAZEPINA 20 MG/ML SOLUÇÃO ORAL	120	FRASC	R\$ 11,40	R\$ 1.368,00
36. CARBAMAZEPINA 200MG	35.000	COMP	R\$ 0,079	R\$ 2.765,00
38. CARBONATO DE CALCIO 500MG	9.000	COMP	R\$ 0,04	R\$ 360,00
47. CETOCONAZOL CREME 20MG/G	300	CREME	R\$ 1,58	R\$ 474,00
48. CILOSTAZOL 100MG	20.000	COMP	R\$ 0,455	R\$ 9.100,00
56. CLORIDRATO DE AMBROXOL 30MG/5ML XAROPE	600	FRASC	R\$ 1,50	R\$ 900,00
62. CLORIDRATO DE BUPICAVAINA + EPINEFRINA, 0,5%+ 0,005MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL - FRASCO/AMPOLA 20ML	50	AMPOLAS	R\$ 11,90	R\$ 595,00
66. CLORIDRATO DE CLORPROMAZINA 5MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL (FRASCO/AMPOLA)	50	AMPOLAS	R\$ 1,00	R\$ 50,00
68. CLORIDRATO DE CLORPROMAZINA 100MG	6.000	COMP	R\$ 0,18	R\$ 1.080,00
72. CLORIDRATO DE LIDOCAINA GEL 2% - 30G	200	BISNAGA	R\$ 2,29	R\$ 458,00
75. CLORIDRATO DE METFORMINA 850MG	120.000	COMP	R\$ 0,044	R\$ 5.280,00
78. CLORIDRATO DE METOCLOPRAMIDA 05 MG/ML - SOLUCAO INJETAVEL (FRASCO/AMPOLA)	600	AMPOLAS	R\$ 0,26	R\$ 156,00
91. CLORIDRATO DE TIORIDAZINA, COMPRIMIDO, 50MG.	1.000	COMP	R\$ 0,39	R\$ 390,00
101. DECANOATO DE HALOPERIDOL 50MG/ML SOLUCAO INJETAVEL (FRASCO/AMPOLA)	100	AMPOLAS	R\$ 6,10	R\$ 610,00
102. DEXAMETASONA 0,1% CREME	1.000	CREME	R\$ 0,73	R\$ 730,00
124. FLUNARIZINA 10MG	10.000	COMP	R\$ 0,07	R\$ 700,00
131. GLIBENCLAMIDA 5MG	16.000	COMP	R\$ 0,018	R\$ 288,00
140. IBUPROFENO 50MG/ML SOLUCAO ORAL	600	FRASCOS	R\$ 1,02	R\$ 612,00
142. LEVOTIROXINA 50MCG	28.000	COMP	R\$ 0,069	R\$ 1.932,00
144. LEVOTIROXINA 25MCG	26.000	COMP	R\$ 0,069	R\$ 1.794,00
145. LEVOTIROXINA 100MCG	23.000	COMP	R\$ 0,069	R\$ 1.587,00
167. NISTATINA 100.000UI/ML - SUSPENSÃO ORAL	120	FRASCOS	R\$ 2,19	R\$ 262,80
172. PARACETAMOL 500MG	63.000	COMP	R\$ 0,038	R\$ 2.394,00
173. PARACETAMOL 200 MG/ML SOLUCAO ORAL	700	FRASC	R\$ 0,55	R\$ 385,00
179. PREDNISONA 20MG	8.000	COMP	R\$ 0,18	R\$ 1.440,00
181. RIFAMICINA SV SÓDICA 10MG/ML USO TÓPICO	60	FRASC	R\$ 2,75	R\$ 165,00
187. SINVASTATINA 20MG	240.000	COMP	R\$ 0,049	R\$ 11.760,00
196. SULFATO DE TERBUTALINA 0,5MG/ML - SOLUÇÃO INJETÁVEL (FRASCO/AMPOLA)	50	AMPOLAS	R\$ 1,91	R\$ 95,50
SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA				
Item e Descrição	Qtd.	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
4. ÁGUA PARA INJEÇÃO 10ML (BI-DESTILADA)	1.000	AMPOLAS	R\$ 0,124	R\$ 124,00

9. ALOPURINOL 300MG	7.000	COMP	R\$ 0,13	R\$ 910,00
12. AMINOFILINA 100MG	7.000	COMP	R\$ 0,06	R\$ 420,00
14. AMOXILINA 500 MG	18.000	COMP	R\$ 0,13	R\$ 2.340,00
20. AZITROMICINA 500MG	2.500	COMP	R\$ 0,42	R\$ 1.050,00
26. BROMAZEPAN 3MG	23.000	COMP	R\$ 0,07	R\$ 1.610,00
27. BROMETO DE IPRATROPIO 0,25MG/ML (EQUIVALENTE A 0,202MG/ML DE IPRATROPIO) - SOLUÇÃO INALANTE	250	FRASCOS	R\$ 0,68	R\$ 170,00
29. BUTILBROMETO DE ESCOPOLAMINA 20MG/ML INJ 01ML	200	AMPOLAS	R\$ 0,81	R\$ 162,00
50. CINARIZINA 75MG	5.000	COMP	R\$ 0,10	R\$ 500,00
52. CLONAZEPAM 2MG	90.000	COMP	R\$ 0,04	R\$ 3.600,00
63. CLORIDRATO DE CIPROFLOXACINO 500MG	6.000	COMP	R\$ 0,16	R\$ 960,00
81. CLORIDRATO DE NORTRIPTILINA 50MG	6.000	CAPSULA	R\$ 0,34	R\$ 2.040,00
82. CLORIDRATO DE NORTRIPTILINA 75MG	3.000	CAPSULA	R\$ 0,50	R\$ 1.500,00
88. CLORIDRATO DE RANITIDINA 150MG	10.000	COMP	R\$ 0,07	R\$ 700,00
89. CLORIDRATO DE SERTRALINA 50MG	75.000	COMP	R\$ 0,089	R\$ 6.675,00
107. DICLOFENACO SÓDICO 25MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL (FRASCO/AMPOLA)	500	AMPOLAS	R\$ 0,48	R\$ 240,00
108. DIGOXINA 0,25MG	6.500	COMP	R\$ 0,04	R\$ 260,00
110. DIOSMINA + HISPERIDINA, COMPRIMIDO, 450MG + 50MG.	35.000	COMP	R\$ 0,31	R\$ 10.850,00
112. DIPIRONA SODICA 500MG	30.000	COMP	R\$ 0,06	R\$ 1.800,00
123. FLUCONAZOL 150MG	2.000	CAPSULA	R\$ 0,23	R\$ 460,00
127. FOSFATO DISSÓDICO DE DEXAMETASONA 4MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL (FRASCO/AMPOLA)	200	AMPOLAS	R\$ 0,49	R\$ 98,00
130. FUROSEMIDA 10MG/ML - SOLUÇÃO INJETÁVEL (FRASCO/AMPOLA)	200	AMPOLAS	R\$ 0,36	R\$ 72,00
132. GLICLAZIDA 30MG - COMPRIMIDO DE LIBERAÇÃO CONTROLADA	23.000	COMP	R\$ 0,10	R\$ 2.300,00
136. HALOPERIDOL 5MG/ML - SOLUÇÃO INJETÁVEL (FRASCO/AMPOLA)	100	AMPOLAS	R\$ 1,05	R\$ 105,00
168. NITRATO DE MICONAZOL 20MG/G CREME VAGINAL	250	CREME	R\$ 4,20	R\$ 1.050,00
169. NORFLOXACINO 400MG	3.000	COMP	R\$ 0,18	R\$ 540,00
170. OLEO MINERAL	400	FRASC	R\$ 1,89	R\$ 756,00
171. OMEPRAZOL 20MG	200.000	CAPSULA	R\$ 0,06	R\$ 12.000,00
182. RISPERIDONA 1MG	8.000	COMP	R\$ 0,07	R\$ 560,00
183. RISPERIDONA 2MG	11.000	COMP	R\$ 0,10	R\$ 1.100,00
188. SUCCINATO SÓDICO DE HIDROCORTISONA, PÓ PARA SOLUÇÃO INJETÁVEL, 500MG (FRASCO AMPOLA).	150	UND	R\$ 4,20	R\$ 630,00
193. SULFATO DE NEOMICINA + BACITRACINA ZÍNCICA 5MG/G+250UI/G - POMADA	600	BISNAGA	R\$ 0,99	R\$ 594,00
199. TENOXICAM 20MG PÓ PARA SUSPENSÃO INJETÁVEL (FRASCO/AMPOLA)	250	AMPOLAS	R\$ 3,899	R\$ 974,75
203. VARFARINA SODICA 5MG	8.000	COMP	R\$ 0,12	R\$ 960,00

1.2 Este instrumento não obriga o MUNICIPIO a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a aquisição do objeto, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

1.3 As aquisições ou contratações adicionais a que se refere o item anterior não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 25% dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

2. DOCUMENTOS INTEGRANTES

2.1 Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:

- Edital de Pregão Presencial nº 6/2018 FMS e seus anexos;
- Proposta da (s) Licitante(s).

3. VIGÊNCIA

3.1 A presente Ata terá vigência de 6 (seis) meses, contados a partir da data da assinatura desta ata.

4. DA ENTREGA DO OBJETO

4.1 As aquisições serão realizadas de forma PARCELADA, em atendimento às requisições (ordens de compra) expedidas por servidor público municipal designado pela Administração para fiscalizar e acompanhar o cumprimento do contrato, e deverão ser entregues no seguinte local: Secretária de Saúde, sito a Rua de Lurdes, 47, Bairro Nossa Senhora de Lurdes, Ascurra (SC), CEP 89.138-000.

4.2 Após o recebimento da requisição, a empresa deverá entregar os produtos requisitados no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas,

devendo a validade mínima dos medicamentos na entrega ser de no mínimo de 180 dias.

4.3 Se a entrega dos produtos cotados não for realizada no prazo estipulado, o Município de Ascurra aplicará às sanções previstas neste Edital e em Lei.

4.4 No ato da entrega do objeto, a proponente deverá emitir Nota Fiscal/fatura correspondente às quantias entregues realizados, encaminhando-a posteriormente à Secretaria do Fundo Municipal de Saúde para conferência e assinatura pelo responsável.

4.5 Os medicamentos poderão ser recusados caso não atendam aos requisitos das características previstas no termo de referência ou estejam impróprios para o uso.

4.6 Os medicamentos que forem recusados, deverão ser substituídos em no máximo 03 (três) dias corridos, sem qualquer ônus para o Fundo Municipal de Saúde.

4.7 O recebimento dos medicamentos, mesmo que definitivo, não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pela qualidade e características dos itens entregues, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas quando da utilização dos mesmos, durante todo o prazo de vigência da ata.

4.8 A empresa será responsável por eventuais danos havidos nos produtos, provenientes de negligência, imperícia e/ou imprudência praticados por seus empregados, obrigando-se a substituí-los, ou a indenizar a Administração do prejuízo causado.

4.9 Correrão por conta da contratada todas as despesas de embalagem, seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários, decorrentes da entrega e da própria aquisição dos produtos.

5. DO PAGAMENTO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1 O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, mediante a aceitação do objeto e apresentação de nota fiscal, sem emendas ou rasuras que após conferidos e visados, serão encaminhados ao empenho na Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

5.1.1 Ocorrendo erros na apresentação da nota fiscal, a mesma será devolvida à contratada para a devida correção e reapresentação.

5.1.2 Para a efetivação do pagamento o licitante deverá manter as mesmas condições previstas neste edital no que concerne a PROPOSTA e a HABILITAÇÃO.

5.2 As despesas provenientes das aquisições dos medicamentos previstos nesta ata correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias dos exercícios de 2018:

DOTAÇÕES							
Exercício da despesa	Referência	Órgão	Unidade	Ação	Plano	Subelemento	Vínculo
2018	159	05	001	2024	3339000000000000	3339030090000000	01020000
2018	159	05	001	2024	3339000000000000	3339032020000000	01020000
2018	168	05	001	2025	3339000000000000	3339030090000000	01670400
2018	168	05	001	2025	3339000000000000	3339032020000000	01670400
2018	170	05	001	2025	3339000000000000	3339030090000000	01381000
2018	170	05	001	2025	3339000000000000	3339032020000000	01381000

6. REAJUSTE, REVISÃO E REPACTUAÇÃO DE PREÇOS

6.1 A CONTRATANTE e a CONTRATADA têm direito ao equilíbrio econômico financeiro do contrato, em consonância com disposto no artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal, a ser realizado mediante os seguintes critérios:

6.1.1 Reajuste de Preços:

6.1.1.1 Os preços constantes na presente ata podem ser reajustados a cada 12 (doze) meses.

6.1.2 Revisão de preços:

6.1.2.1 A Revisão de Preços, observadas as prescrições da Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações, poderá ser solicitada, desde que ocorra fato imprevisível ou previsível, porém de consequências incalculáveis que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas no presente contrato, para reequilíbrio econômico financeiro, se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).

6.1.2.1.1 A CONTRATADA deverá formular à CONTRATANTE requerimento para a revisão do contrato, comprovando a ocorrência de fato imprevisível ou previsível, porém de consequências incalculáveis, que tenha onerado excessivamente as obrigações por ela contraídas;

6.1.2.1.2 A CONTRATANTE examinará o requerimento e, após análise e conferência dos valores, informará a CONTRATADA quanto ao atendimento ou não do mesmo, de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

6.1.3 Independentemente de solicitação, a CONTRATANTE poderá convocar a CONTRATADA para negociar a redução dos preços, mantendo o mesmo objeto contratado, na quantidade e nas especificações indicadas na proposta, em virtude da redução dos preços de mercado.

6.1.4 Os efeitos financeiros da Revisão de preços serão devidos a contar da data do evento que aumentou/diminuiu os custos do contrato, cabendo à parte interessada a iniciativa e o ônus de demonstrar, de forma analítica, o aumento ou redução do custo, observando-se que não serão devidos juros de mora e/ou atualização monetária.

6.1.5 As alterações decorrentes de revisões e de reajustes de preços serão formalizadas por meio de Instrumentos Contratuais Aditivos.

7. DA FISCALIZAÇÃO

7.1 O exercício de fiscalização pelo preposto da CONTRATANTE não excluirá nem reduzirá as responsabilidades da CONTRATADA.

7.2 À Fiscalização fica desde já assegurado o direito de:

7.2.2 Determinar o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados;

7.2.3 Rejeitar todo e qualquer bem entregue de má qualidade ou em desacordo com o especificado no edital e na proposta, exigindo sua substituição ou correção imediatas;

7.2.4 Impugnar todo e qualquer produto em desacordo com as especificações, normas regulamentares, legais e contratuais;

7.3 A CONTRATANTE sem prejuízo de suas atribuições de acompanhamento, poderá contratar, profissionais consultores ou empresas especializadas, os serviços relativos ao controle qualitativo e quantitativo dos materiais objeto do edital.

8. RESPONSABILIDADES DAS PARTES**8.1 Compete a CONTRATADA:**

a) Entregar o objeto ajustado dentro do prazo de entrega, por intermédio exclusivo de seus empregados, sem qualquer ônus para o Município;

b) providenciar, no prazo máximo de 03 (três) dias, o saneamento de qualquer irregularidade constatada nos materiais fornecidos;

c) manter, todas as exigências contidas no Edital de Licitação;

d) Corrigir, reparar, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto em que se verificar vícios, defeitos ou incorreções, ou, ainda, que estejam em desacordo com as especificações exigidas.

8.2 Compete a CONTRATANTE:

a) pagar à CONTRATADA o preço estabelecido;

b) designar servidores responsável pelo acompanhamento e entrega dos materiais adquiridos.

9. DA RESCISÃO DA ATA**9.1 Constituem motivo para rescisão da Ata:**

9.1.1 O não cumprimento de cláusulas constantes na presente Ata, especificações e prazos;

9.1.2 O cumprimento irregular de cláusulas, especificações e prazos;

9.1.3 A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no edital e na Ata;

9.1.4 O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;

9.1.5 O cometimento reiterado de faltas na sua execução;

9.1.6 A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

9.1.7 A dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;

9.1.8 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a entrega dos bens;

9.1.9 Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o contratante e exaradas no processo administrativo a que se refere o edital;

9.1.10 A suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado ao contratado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;

9.1.11 O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pelo CONTRATANTE à CONTRATADA pelos materiais já entregues, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;

9.1.12 A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução.

9.1.13 Descumprimento do disposto no inciso V do art. 27 da Lei Federal nº 8.666/93, em observância do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal de 1988, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

9.2 Decidido pela rescisão da Ata, será executada da seguinte forma:

9.2.1 Determinada por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE nos casos enumerados nos itens 9.1.1 à 9.1.10 e 9.1.12 à 9.1.14.

9.2.2 Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para o CONTRATANTE;

9.2.3 Judicial, nos termos da legislação;

9.3 A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

9.4 Quando a rescisão ocorrer com base nos incisos 9.1.9 à 9.1.12, desta cláusula, sem que haja culpa da CONTRATADA, será este ressarcido dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido.

9.5 Será assegurado, a parte que tiver dado motivo à rescisão, o contraditório e a ampla defesa.

10. DAS PENALIDADES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1 As Licitantes participantes desta Licitação e, principalmente, a Licitante vencedora, sujeitar-se-ão, no que couber às sanções previstas no Capítulo IV da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

10.2 Pelo comportamento incorreto da Licitante no decorrer do Processo Licitatório a Licitadora poderá, garantida prévia defesa, aplicar a Licitante as seguintes penalidades:

10.2.1 Advertência, no caso de faltas que não motivem a aplicação de multas.

10.2.2 Multa, conforme os seguintes critérios:

10.2.2.1 No valor de 1% (um por cento) do valor total vencido pelo licitante registrado em ata, no caso de acumulação de 03 (três) advertências;

10.2.2.2 No valor de 2% (dois por cento) do valor total vencido pelo licitante registrado em ata, no caso de impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório;

10.2.2.3 No valor de 5% (cinco por cento) do valor total vencido pelo licitante registrado em ata, no caso de apresentar declaração em falso no processo, sem prejuízo de demais processos administrativos e jurídicos;

10.2.2.4 No valor de 10% (dez por cento) do valor total vencido pelo licitante registrado em ata se der causa à Declaração de Inidoneidade;

10.2.2.5 No valor de 10% (dez por cento) do valor do valor total vencido pelo licitante registrado em ata, no caso de inobservância de quaisquer das condições do item 02 do mesmo;

10.2.2.6 No valor de R\$ 100,00 (cem reais) por dia no atraso injustificado na entrega da mercadoria, ou com justificativa não aceita pela autoridade superior.

10.2.3 Suspensão de Participação em licitações com o Município de Ascurra, pelo prazo de 02 (dois) anos, no caso de quaisquer dos motivos

expostos nos itens 10.2.2.2 à 10.2.2.6 e 10.2.4.1 à 10.2.4.2.

10.2.4 Declaração de Inidoneidade, nos seguintes casos:

10.2.4.1 Se o valor acumulado das multas ultrapassarem o 10% (dez por cento) do valor do valor total vencido pelo licitante registrado em ata;

10.2.4.2 Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

10.2.4.3 Tenham praticado atos ilícitos e/ou a não entrega do objeto deste edital, visando a frustrar os objetivos da licitação;

10.2.4.4 Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

10.2.5 Será assegurada, a parte que tiver dado motivo à penalidade, o contraditório e a ampla defesa.

10.3 Nenhum pagamento será processado à proponente penalizada sem que antes este tenha pago ou lhe seja relevada a multa imposta.

11. DO FORO

11.1 O foro competente para dirimir possíveis dúvidas, após se esgotarem todas as tentativas de composição amigável, e/ou litígios pertinentes ao objeto da presente licitação, independente de outro que por mais privilegiado seja, será o da Comarca de ASCURRA/SC.

E, assim, por estarem justas e contratadas, as partes, por seus representantes legais, o presente instrumento em xx (xxxx) vias de igual teor e forma, para um só e jurídico efeito, perante as testemunhas abaixo assinados.

Ascurra, 22 de junho de 2018.

MUNICIPIO DE ASCURRA
LAIRTON ANTONIO POSSAMAI
CONTRATANTE

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
ENILSON ERLEY DE FREITAS
CONTRATANTE

EMPRESA VENCEDORA
REPRESENTANTE
CONTRATADA

Atalanta

PREFEITURA

PROCESSO LICITATÓRIO N° 19/2018 - PREGÃO PRESENCIAL N° 11/2018

Publicação N° 1663925

PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALANTA
PROCESSO LICITATÓRIO N° 19/2018
PREGÃO PRESENCIAL N° 11/2018
REGISTRO DE PREÇO

A Prefeitura Municipal de Atalanta, do Estado de Santa Catarina, torna público que realizará licitação na modalidade Pregão Presencial nº 11/2018, para o seguinte objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE CASCALHO IN NATURA, PENEIRADO E BRITADO PARA MANUTENÇÃO NA MALHA VIÁRIA DO MUNICÍPIO DE ATALANTA, EM CONFORMIDADE COM AS QUANTIDADES E CARACTERÍSTICAS DESCRITAS NO EDITAL. Julgamento: Menor Preço por Item. Entrega dos envelopes dia 05 de julho de 2018, até às 09:00 horas e abertura as 09:15 horas no mesmo dia. Informações e/ou cópia na integra deste Edital junto ao departamento de Licitações, no horário normal de expediente, à Avenida XV de novembro, nº 1030, na cidade de Atalanta, ou pelo e-mail licitacao@atalanta.sc.gov.br ou pelo fone (47) 3535-0015. Atalanta, 25 de junho de 2018. JUAREZ MIGUEL RODERMEL – Prefeito Municipal

Aurora

CÂMARA MUNICIPAL

Portaria nº 013 de 25 de junho de 2018

Publicação Nº 1664106

PORTARIA Nº 13 DE 25 DE JUNHO DE 2018

JUSTIFICA FALTA DA SERVIDORA DO PODER LEGISLATIVO

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE AURORA, ESTADO DE SANTA CATARINA, No uso de suas atribuições legais e regimentais: RESOLVE:

Art. 1º Fica justificada a falta da servidora Edinária Aucieres Gesser Kestring - Auxiliar de Serviços Gerais da Câmara de Vereadores de Aurora, sem desconto em seus vencimentos e da frequência do banco de horas.

Art. 2º. A falta ao trabalho do dia 25 de junho de 2018, devidamente comprovada por atestado.

Parágrafo Único. A referida ausência justifica-se devido ao atendimento para tratamento de seu filho.

Art. 3º Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Aurora, 25 de junho de 2018.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

GILMAR MATIAS

Presidente da Câmara de Vereadores de Aurora

Balneário Piçarras

PREFEITURA

ATA PP 005/2018 FMS

Publicação Nº 1664516

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO PIÇARRAS
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PPROCESSO LICITATÓRIO Nº 006/2018 - FMS
PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2018 – FMS
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

Aos vinte e cinco dias do mês de junho do ano de dois mil e dezoito o MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO PIÇARRAS por meio do(a) FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BALNEÁRIO PIÇARRAS, pessoa jurídica de direito público, situado na EMANOEL PINTO Nº. 1655, CENTRO, cidade de Balneário Piçarras, Santa Catarina, inscrito no CNPJ Nº. 04.402.872/0001-37, abaixo assinado, nos termos do artigo 15 da Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial do SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 5/2018, RESOLVE registrar os valores oferecidos para (LICITAÇÃO) AQUISIÇÃO DE LEITES E FRALDAS PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA AOS PACIENTES COM INTOLERÂNCIAS ALIMENTARES, DIFICULDADES PARA DEGLUTIÇÃO, DESNUTRIÇÃO PROVENIENTE DE PROBLEMAS DE SAÚDE, ACAMADOS E PACIENTES COM INCONTINÊNCIAS URINÁRIAS., pelo período de 12 meses, conforme consta no Anexo I do Edital do(a) Pregão Presencial, que passa a fazer parte desta Ata, tendo sido, os referidos valores,

oferecidos pelas empresas cujas propostas foram classificadas no certame

NUTRIMIL COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA – R\$ 11.160,00

JARDIM DISTRIBUIDORA DE COSMÉTICOS LTDA – R\$ 8.375,00

NUTRIPOINT COMERCIAL LTDA – R\$ 37.980,00

SULMEDIC COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA – R\$ 16.425,00

ICOFA IND. E COMERCIO DE FRALDAS E ABSORVENTES LTDA EPP – R\$ 29.480,00

Balneário Piçarras, 25 de junho de 2018

Vinício José dos Santos – Gestor do Fundo Municipal de Saúde

CONTRATO 010/2018 FME

Publicação Nº 1663800

CONTRATO DE ADESÃO Nº 010/2018 – FME DE 21/06/2018

PREGÃO ELETRÔNICO FNDE10/2017

PROCESSO ADMINISTRATIVO 23034.002238/2016-53

Aos 21 dias do mês Junho de 2018, de um lado o PREF MUN DE BALNEARIO PICARRAS, com sede e foro em BALNEARIO PICARRAS/SC, localizada à AVENIDA EMANOEL PINTO, 1655, CENTRO, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 83.102.335/0001-48, neste ato representado Sr. LEONEL JOSÉ MARTINS nomeado por meio de Termo de posse de prefeito eleito no pleito de 02/10/2016, portador da Carteira de Identidade n.º 307.899, CPF n.º 093.550.309-91, no uso da atribuição que lhe confere o o(a) Termo de posse de prefeito eleito no pleito de 02/10/2016, neste ato denominado simplesmente CONTRATANTE, e a empresa ERGO-MOBILI INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS LTDA, inscrita no CNPJ sob o n.º 97.466.593/0001-18, estabelecida à RUA JULIO TEODORO MARTINS, 3944, RIO CAVEIRAS, BIGUACU/SC, neste ato representada(o) por seu/sua DIRETOR(A), Srª/Sr. PATRICIA BOHRER BERTONI, portador(a) da carteira de identidade n.º 204081736-9, expedida pela SSP/RS, CPF n.º 641.779.390-72, doravante denominada CONTRATADA, em vista o constante e decidido no processo administrativo n.º 23034.002238/2016-53, resolvem celebrar o presente Contrato, decorrente de licitação na modalidade de PREGÃO ELETRÔNICO FNDE n.º 10/2017, para Registro de Preços, conforme descrito no edital e seus anexos, que se regerá pela Lei n.º 8.666/93, de 21 de junho de 1993, pela Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002 e pelo Decreto n.º 5.450, de 31 de maio de 2005. Vigência do contrato 12 meses.

ERGO-MOBILI INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS LTDA – R\$ 392.837,00

Balneário Piçarras, 21 de junho de 2018.

LAURECI BERNADETE SCHNEIDER PEREIRA – Gestora do Fundo municipal de Educação

Balneário Rincão

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 052/PMBR/2018

Publicação Nº 1664592

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE BALNEARIO RINCÃO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 052/PMBR/2018.

Tipo: MENOR PREÇO POR ITEM.

Data e horário da sessão de abertura: 11/07/2018 às 14h00min.

Local: Prefeitura Municipal de Balneário Rincão/SC, situado na Avenida Leoberto Leal, 1071, Centro, do Município de Balneário Rincão - SC.

Objeto: Registro de Preços para futuras aquisições de materiais de construção, elétricos, hidráulicos, pintura, ferramentas e equipamentos, para uso nos reparos e manutenções dos Prédios Públicos das diversas Secretarias, Fundo Municipal de Saúde e Samae do Município de Balneário Rincão/SC, conforme especificações (Anexo I – Termo de Referencia do edital).

Edital: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras Materiais e Patrimônio do Município de Balneário Rincão, na Avenida Leoberto Leal, 1071, Centro, do Município de Balneário Rincão - SC, no horário das 13:00 as 19:00 horas, ou pelos telefones (**48) 3468-7218, ou através do endereço eletrônico licitacao@balneariorincao.sc.gov.br

Balneário Rincão – SC, 25 de Junho de 2018.

Pregoeira

Gisele Ferreira.

Barra Bonita

PREFEITURA

DECRETO Nº1031

Publicação Nº 1664306

DECRETO Nº 1031/2018, DE 12 DE JUNHO DE 2018

Dispõe sobre a nomeação da comissão responsável pelo Monitoramento e Avaliação do Plano Municipal de Educação Lei nº 735/2015 de 12 de junho de 2015 do Município de Barra Bonita, e dá outras providências.

MOACIR PIROCA, Prefeito de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, constitucionais e em conformidade com a legislação pertinente e, considerando a necessidade de Monitoramento e Avaliação do Plano Municipal de Educação Lei nº 735/2015 de 12/06/2015 no cumprimento ao que dispõe o art. nº07 de referida Lei,

Decreta:

Art.1º - Nomear Comissão Coordenadora de Monitoramento e Avaliação do Plano Municipal de Educação – PME, composta pelos membros definidos em Lei Municipal:

I- Representante da Secretaria Municipal de Educação

Titular: Fabiana Michelle Schauble Maciel

Suplente: Tânia de Fatima Barbosa Sturmer

II- Representante do Conselho Municipal de Educação- CME

Titular: Rafael Favretto

Suplente: Inez Lazarotto

III- Representante da Comissão de Educação da Câmara de Vereadores

Titular: André Pavanatto

Suplente: Ivo Araldi

IV- Representante do Fórum Municipal de Educação

Titular: Marcia Fiameti

Suplente: Maria Inês GrittiCecchin

Art.2º São atribuições da Comissão Coordenadora de Monitoramento e Avaliação:

I. Organizar o trabalho mediante convocação prévia para as reuniões, elaboração do cronograma de reunião, pautas, material de estudo;

II. Apropriar-se do Plano Municipal de Educação;

III. Envolver todas as esferas administrativas e as instituições que atuam ou interferem nas políticas educacionais em cada território Municipal;

IV. Promover reuniões de estudo das informações que foram sistematizadas pela equipe técnica na ficha de monitoramento

V. Promover debates para, então, emitir relatórios sobre a evolução das metas, contidas no plano, a cada ano;

VI. Buscar apoio técnico da equipe técnica e parceiros, estes últimos se necessário, para melhor fundamentação do relatório e seus acessórios;

VII. Divulgar, amplamente, os Relatórios Anuais de Monitoramento construídos por meio eletrônico e presencial, em reuniões nas escolas e órgãos colegiados, por exemplo, Conselhos Municipais;

VIII. Recolher com o apoio da equipe técnica, as análises e as impressões manifestadas durante a exposição/divulgação dos Relatórios Anuais de Monitoramento, enviando a cada ano, a sistematização destas contribuições a todas as instituições envolvidas no processo.

Art.3º- Esse decreto entra em vigor na data de sua publicação e revoga as disposições em contrário.

Barra Bonita 12 de junho de 2018.

MOACIR PIROCA

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA N.º164, DE 05 DE JUNHO DE 2018

Publicação Nº 1663692

PORTARIA N.º164, de 05 de junho de 2018

Designa servidora e da outras providencias.

O Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos VI e VIII do artigo 73, da Lei Orgânica do Município,

Resolve,

Art.1º. Fica designada a servidora Loivana Caneppele Deresz matrícula nº419701 ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, para desempenhar as funções de seu cargo junto a Secretaria Municipal Educação, Cultura, Esporte e Turismo.

Art.2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art.3º Ficam revogadas as disposições em contrario.

Prefeitura Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, em 05 de junho de 2018.

Moacir Piroca

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se esta Portaria na forma da Lei .

Barra Velha

PREFEITURA

PREGÃO PRESENCIAL 007/2018 FUMTEC

Publicação N° 1663954

PREFEITURA DE BARRA VELHA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
Processo Administrativo nº 019/2018 – FUMTEC
Pregão Presencial nº 007/2018 - FUMTEC
SISTEM DE REGISTRO DE PREÇOS

A Prefeitura de Barra Velha, através da Secretaria de Administração, nos termos da Lei nº 10.520/2002 e subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, torna público para o conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação na Modalidade PREGÃO PRESENCIAL do tipo Menor Preço POR LOTE para contratação de empresa para produção, organização, divulgação, locação de estruturas e realização da 22a. Festa Nacional do Pirão, que acontecerá de 06 a 10 de Setembro, conforme especificações constantes do Anexo I – Termo de Referência. Recebimento dos Envelopes até: 06/07/2018 às 08:30 horas. Data da Sessão Pública: 06/07/2018 às 08:45 horas, na Secretaria da Administração, situada na Av. Governador Celso Ramos, nº 200, Centro, Barra Velha/SC. O Edital na íntegra encontra-se a disposição dos interessados no endereço supra, horário: 08:00 às 12:00 e das 13:30 as 17:30 horas, ou no site www.barravelha.sc.gov.br. Barra Velha, 25 de junho de 2018. VALTER MARINO ZIMMERMANN – Prefeito.

Bela Vista do Toldo

PREFEITURA

DECRETO Nº 584/2018, DE 20 DE JUNHO DE 2018.

Publicação Nº 1663633

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE BELA VISTA DO TOLDO CNPJ: 01.612.888/0001-86 FONE : 47 36290059 HOME PAGE: www.pmbvt.sc.gov.br E-MAIL: gabinete@pmbvt.sc.gov.br
--	--

DECRETO Nº 584/2018, DE 20 DE JUNHO DE 2018.

"DISPÕE SOBRE HORÁRIO ESPECIAL DAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS, DURANTE OS JOGOS DA COPA DO MUNDO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ADELMO ALBERTI, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o art. 67, inciso IV, da Lei Orgânica do Município:

DECRETA

Art.1º. Fica fixado horário especial nas repartições públicas municipais de Bela Vista do Toldo, durante a primeira fase dos jogos da seleção brasileira na Copa do Mundo, conforme segue:

§1º. No dia 22 de Junho – sexta feira, em que o jogo se realizará às 09:00 horas, o expediente será cumprido em turno único ininterrupto, das 12:00 às 18:00 horas.

§2º. No dia 27 de Junho – quarta feira, em que o jogo ocorrerá às 15:00 horas o expediente será das 08:00 às 14:00 horas.

Art.2º. Ficam excluídos das disposições contidas nos Parágrafos 1º e 2º do Artigo 1º, os Servidores Públicos Municipais que trabalham na Secretaria de Saúde.

Art.3º. Cabe ao Secretário de Saúde em sua respectiva área de competência, a integral preservação e o pleno funcionamento dos serviços já agendados e considerados essenciais de urgência e emergência nos dias em que houver o jogo da Seleção Brasileira na Copa do Mundo de 2018, deixando as Unidades de Saúde do Município em Funcionamento para que não haja prejuízos a procedimentos já agendados.

Art.4º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo, 20 de Junho de 2018.

Adelmo Alberti
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Econômico desta Prefeitura, na data supra.

Daiane de Souza Gomes
Secretária Municipal de Planejamento e Des. Econômico

LEI Nº 1.288/2018 DE 20 DE JUNHO DE 2018

Publicação Nº 1663631

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE BELA VISTA DO TOLDO CNPJ: 01.612.888/0001-86 HOME PAGE: www.pmbvt.sc.gov.brE-MAIL: gabinete@pmbvt.sc.gov.br Rua Estanislau Schumann, Nº 839 – Centro- Fone (47) 3629 0066- Cep 89.478-000
--	---

LEI Nº 1.288/2018 DE 20 DE JUNHO DE 2018

"DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DO MUNICÍPIO DE BELA VISTA DO TOLDO DE 2019 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

ADELMO ALBERTI, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 67, Inciso IV da Lei Orgânica do Município, faz saber a todos que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte lei.

Art.1º. O Orçamento do Município de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, para o exercício de 2019, será elaborado e executado de acordo com as diretrizes estabelecidas nesta lei, compreendendo:

I- das prioridades da Administração Municipal;

II- das metas fiscais;

III- da estrutura e organização dos orçamentos;

IV- das diretrizes para a elaboração e a execução dos orçamentos do Município, incluindo suas alterações;

V- das disposições sobre dívida pública municipal;

VI- das disposições sobre despesas do Município com pessoal e encargos sociais;

VII- das disposições sobre alterações na legislação tributária do Município;

VIII - das disposições gerais.

I- DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO

Art.2º. As prioridades e metas da administração municipal para o exercício financeiro de 2019, estão definidas e demonstradas no Plano Plurianual de 2018 à 2021, compatíveis com os objetivos e normas estabelecidas nesta Lei.

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE BELA VISTA DO TOLDO CNPJ: 01.612.888/0001-86 HOME PAGE: www.pmbvt.sc.gov.brE-MAIL: gabinete@pmbvt.sc.gov.br Rua Estanislau Schumann, Nº 839 – Centro- Fone (47) 3629 0066- Cep 89.478-000
--	---

LEI Nº 1.288/2018 DE 20 DE JUNHO DE 2018
FL.02

§1º. Os recursos estimados na Lei Orçamentária de 2019 serão destinados, preferencialmente, para as prioridades e metas estabelecidas no Plano Plurianual de 2018 à 2021, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas.

§2º. Na elaboração da proposta orçamentária para 2019, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas estabelecidas nesta Lei, a fim de compatibilizar a despesa orçada à receita estimada, de forma a preservar o equilíbrio das contas públicas.

§3º. A elaboração e aprovação do Projeto de Lei Orçamentária de 2019 e a execução da respectiva lei deverão ser compatíveis com as metas fiscais, conforme demonstrado no anexo de Metas Fiscais constante desta Lei.

II- DAS METAS FISCAIS

Art.3º. As prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2019 são aquelas definidas através dos Anexos de Metas Fiscais e de Riscos Fiscais, de que trata o art. 4º, §§ 1º, 2º e 3º da Lei Complementar 101 de 2000, que integram a Lei de Diretrizes Orçamentárias, assim estabelecidas:

I- Tabela 1 – Demonstrativo dos riscos fiscais e providências;

II- Tabela 2 - Demonstrativo I – Metas anuais;

III- Tabela 3 - Demonstrativo II – Avaliação do cumprimento das metas fiscais do exercício anterior;

IV- Tabela 4 - Demonstrativo III – Metas fiscais atuais comparadas com as fixadas nos três exercícios anteriores;

V- Tabela 5 - Demonstrativo IV – Evolução do patrimônio líquido;

VI- Tabela 6 - Demonstrativo V – Origem e aplicação dos recursos obtidos com a alienação de ativos;

VII- Tabela 7 - Demonstrativo VI.a – Avaliação da situação financeira e atuarial do regime próprio de previdência dos servidores;

VIII- Tabela 8 - Demonstrativo VI.b – Projeção atuarial do regime próprio de previdência dos servidores;

	<p>ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE BELA VISTA DO TOLDO CNPJ: 01.612.888/0001-86 HOME PAGE: www.pmbvt.sc.gov.brE-MAIL: gabinete@pmbvt.sc.gov.br Rua Estanislau Schumann, Nº 839 – Centro- Fone (47) 3629 0066- Cep 89.478-000</p>
--	---

LEI Nº 1.288/2018 DE 20 DE JUNHO DE 2018
FL.03

IX- Tabela 9 - Demonstrativo VII – Estimativa e compensação da renúncia de receita;

X- Tabela 10 - Demonstrativo VIII – Margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado;

XI- Tabela 11 – Demonstrativo IX - Despesas da Capital - Aplicação de Recursos em Obras;

XII- Tabela 12 – Demonstrativo X – Metas e Prioridades da Administração Pública;

XIII- Tabela 13 – Demonstrativo XI – Metas Físicas e Fiscais por Ações;

XIV- Tabela 14 – Demonstrativo XII - Discriminação das Receitas;

XV- Tabela 15 – Demonstrativo XIII - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Receitas;

XVI- Tabela 16 – Demonstrativo XIV - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Despesas;

Art.4º. As prioridades e metas da Administração Pública para o exercício de 2018 terão precedência na alocação dos recursos na Lei Orçamentária de 2019 e na sua execução.

III- DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art.5º. O orçamento para o exercício financeiro de 2019 abrangerá os Poderes Legislativo, Executivo, seus Fundos, Fundações e Autarquias e será elaborado levando-se em conta a Estrutura Organizacional da Prefeitura.

Parágrafo único. As eventuais alterações e modificações da estrutura da administração Direta e Indireta, realizadas até a aprovação do orçamento, serão consideradas quando da elaboração deste.

Art.6º. Para efeito desta Lei, entende-se por:

I- programa, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos;

	<p>ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE BELA VISTA DO TOLDO CNPJ: 01.612.888/0001-86 HOME PAGE: www.pmbvt.sc.gov.brE-MAIL: gabinete@pmbvt.sc.gov.br Rua Estanislau Schumann, Nº 839 – Centro- Fone (47) 3629 0066- Cep 89.478-000</p>
--	---

LEI Nº 1.288/2018 DE 20 DE JUNHO DE 2018
FL.04

II- ação, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, denominado por projeto, atividade ou operação especial;

III- atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da atuação governamental;

IV- projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da atuação governamental;

V- operação especial, as despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não gera contraprestação direta sob a forma de bens e serviços;

VI- unidade orçamentária, o menor nível da classificação institucional, agrupada em órgãos orçamentários, entendidos estes como os de maior nível da classificação institucional;

VII- receita ordinária, aquelas previstas para ingressarem no caixa da unidade gestora de forma regular, seja pela competência de tributar e arrecadar, seja por determinação constitucional no partilhamento dos tributos de competência de outras esferas de governo;

VIII- execução física, a autorização para que o contratado realize a obra, forneça o bem ou preste o serviço;

IX- execução orçamentária, o empenho e a liquidação da despesa, inclusive sua inscrição em restos a pagar;

X- execução financeira, o pagamento da despesa, inclusive dos restos a pagar já inscritos.

§ 1º. Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de atividades, projetos e operações especiais, especificando os respectivos valores e metas, bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE BELA VISTA DO TOLDO CNPJ: 01.612.888/0001-86 HOME PAGE: www.pmbvt.sc.gov.brE-MAIL: gabinete@pmbvt.sc.gov.br Rua Estanislau Schumann, Nº 839 – Centro- Fone (47) 3629 0066- Cep 89.478-000
--	---

LEI Nº 1.288/2018 DE 20 DE JUNHO DE 2018
FL.05

§ 2º. Cada atividade, projeto e operação especial identificará a função e a subfunção às quais se vinculam, na forma do anexo que integra a Portaria nº 42 de 14 de Abril de 1999, do Ministério do Orçamento e Gestão.

Art. 7º. A Lei Orçamentária para 2019 evidenciará a Receita de cada uma das Unidades Gestoras em níveis gerencialmente importante, especificando no Orçamento da Receita da Unidade Gestora Central aquelas vinculadas a Fundos, Fundações e Autarquias, identificando cada rubrica com o Código de Destinação de Recurso; e a Despesa de cada Unidade Gestora, por função, subfunção, programa, projeto, atividade ou operações especiais e, quanto a sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa, modalidade de aplicação, sendo também identificado o código de fonte de recurso, em consonância com a Portaria MOG nº42/1999, com a Portaria Interministerial nº 163/2001 e suas alterações, na forma dos seguintes Anexos:

I- Demonstrativo da Receita e Despesa, segundo as Categorias Econômicas (Anexo I da Lei nº 4.320/64 e Adendo II da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);

II- Demonstrativo da Receita, segundo as Categorias Econômicas (Anexo II da Lei nº 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);

III- Demonstrativo da Natureza das Despesas Segundo as Categorias Econômicas (Anexo II da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);

IV- Classificação da Despesa conforme Funcional Programática (Anexo V da Lei nº 4.320/64);

V- Programa de Trabalho (Anexo VI da Lei nº 4.320/64 e Adendo V da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);

VI- Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções, Programas conforme o Vínculo (Anexo VIII da Lei 4.320/64 e Adendo VII da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);

VII- Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo IX da Lei 4.320/64 e Adendo VIII da Portaria SOF/SEPLAN nº 08/85);

VIII- Demonstrativo Despesas por Órgãos e Funções;

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE BELA VISTA DO TOLDO CNPJ: 01.612.888/0001-86 HOME PAGE: www.pmbvt.sc.gov.brE-MAIL: gabinete@pmbvt.sc.gov.br Rua Estanislau Schumann, Nº 839 – Centro- Fone (47) 3629 0066- Cep 89.478-000
--	---

LEI Nº 1.288/2018 DE 20 DE JUNHO DE 2018
FL.06

IX- Demonstrativo da Compatibilidade da Programação dos Orçamentos com as Metas Fiscais e Físicas estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias (Art. 5º, I da Lei Complementar nº 101/2000).

X- Discriminação das Despesas por ações e por modalidade de aplicação.

§1º. O Orçamento dos Fundos e Fundações que acompanha o Orçamento Geral do Município, evidenciará suas receitas e despesas conforme disposto no caput deste Artigo.

§2º. Para efeito desta lei, entende-se por Unidade Gestora Central, a Prefeitura, e por Unidade Gestora, as Entidades com Orçamento e Contabilidade própria.

Art.8º. A mensagem de encaminhamento do projeto de lei orçamentária conterá:

I- Projeto de Lei do Orçamento;

II- Demonstrativo da Evolução da Receita realizada de 2016 até 2017 e estimada de 2018 até 2019;

III- Demonstrativo da Evolução da Despesa realizada de 2016 até 2017 e estimada de 2018 até 2019;

IV- Demonstrativo da Evolução da Receita Corrente Líquida realizada de 2016 até 2017 e estimada de 2018 até 2019;

V- Evolução da Dívida Fundada realizada dos anos 2016 até 2017 e estimada de 2018 até 2019;

VI - Evolução do Estoque da Dívida Ativa realizada de 2016 até 2017 e estimada de 2018 até 2019.

IV- DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E A EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO, INCLUINDO SUAS ALTERAÇÕES

Art.9º. O Orçamento para o exercício de 2019 obedecerá entre outros, ao princípio da transparência e do equilíbrio das contas públicas, abrangendo os Poderes Legislativo, Executivo, Fundações e Fundos.(ART. 1º, § 1º e ART. 4º, I, "a" da LRF).

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE BELA VISTA DO TOLDO CNPJ: 01.612.888/0001-86 HOME PAGE: www.pmbvt.sc.gov.brE-MAIL: gabinete@pmbvt.sc.gov.br Rua Estanislau Schumann, Nº 839 – Centro- Fone (47) 3629 0066- Cep 89.478-000
--	---

LEI Nº 1.288/2018 DE 20 DE JUNHO DE 2018
FL.07

§ 1º. Os Fundos e Fundações Municipais serão gerenciados pelo Prefeito Municipal, podendo por manifestação formal, serem delegados a servidores municipais.

§ 2º. A movimentação orçamentária e financeira das contas dos Fundos e Fundações Municipais deverão ser demonstradas também em balancetes apartados da Unidade Gestora Central quando

a gestão for delegada pelo Prefeito a servidor Municipal.

Art.10. As previsões de receita para o exercício de 2018, observarão as normas técnicas e legais, considerarão os efeitos das alterações na legislação, da variação do índice de preços, o crescimento econômico ou qualquer outro fator relevante e serão acompanhadas de demonstrativo de sua evolução nos últimos três anos, e da projeção para os dois seguintes àquele a que se referirem, e da metodologia de cálculo e premissas utilizadas.

§1º. Por Lei de iniciativa do Poder Legislativo, poderá ser efetuada durante o exercício financeiro de 2019 a reestimativa do suprimento de receita da Unidade Câmara de Vereadores, observando o limite do art. 29-A, inciso I, da CF/1988.

§2º. A Receita Corrente Líquida será calculada de acordo com disposto no artigo 2º, IV da Lei Complementar nº101/2000.

Art.11. Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita orçamentária poderá afetar o equilíbrio orçamentário e financeiro, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional as suas dotações, adotarão mecanismos de limitações de empenhos nos montantes necessários, conforme critérios estabelecidos abaixo: (Art. 9º, e II do § 1º do Art. 31 da Lei Complementar 101/2000)

I- redução dos investimentos programados, desde que não comprometidos;

II- redução de despesas com manutenção;

III- eliminação de despesas com horas extras;

IV- eliminação de possíveis vantagens concedidas a servidores.

Parágrafo único- A Lei Orçamentária, bem como a execução orçamentária, primarão pelo equilíbrio entre receitas e despesas.

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE BELA VISTA DO TOLDO CNPJ: 01.612.888/0001-86 HOME PAGE: www.pmbvt.sc.gov.br E-MAIL: gabinete@pmbvt.sc.gov.br Rua Estanislau Schumann, Nº 839 – Centro- Fone (47) 3629 0066- Cep 89.478-000
--	---

LEI Nº 1.288/2018 DE 20 DE JUNHO DE 2018

FL.08

Art. 12. A expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado, não excederão, no exercício de 2019, a 10% da Receita Corrente Líquida apurada no exercício de 2018. (Art. 4º, § 2º, V da Lei Complementar 101/2000)

Art.13. A Administração Pública Municipal, ficará autorizada a suplementar, até o limite de 50 % (cinquenta) por cento, os orçamentos descritos na presente lei, através de decretos executivos, podendo transitá-los entre projetos atividade e através de remanejamentos entre as secretarias, bem como suplementá-los por superávit financeiro ou excesso de arrecadação.

Art.14. O orçamento da Unidade Gestora Central para o exercício de 2019 contemplará recursos ordinários para a Reserva de Contingência, limitados até 1% da Receita Corrente Líquida prevista, destinados a atender os passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos (Art. 5º, III "b" da Lei Complementar 101/2000).

Parágrafo único- Para efeito desta lei, entende-se como riscos e

eventos fiscais imprevistos, entre outros as despesas necessárias ao funcionamento e manutenção dos serviços públicos e da estrutura da Administração Pública Municipal, não orçadas ou orçadas a menor, as decorrentes de criação, expansão ou aperfeiçoamento de ações governamentais às necessidades do poder público, inclusive as intempéries.

Art.15. Os investimentos com duração superior a 12 (doze) meses somente constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual 2018/2021 ou em lei que autorize sua inclusão. (Art. 5º, § 5º da Lei Complementar 101/2000).

Art.16. O Executivo Municipal estabelecerá até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, as metas bimestrais de arrecadação, a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso para suas Unidades Gestoras. (Art. 8º e 14 da Lei Complementar 101/2000).

Art.17. Os projetos e atividades com recursos legalmente vinculados a finalidade específica serão utilizados exclusivamente para atender ao objeto de sua vinculação, ainda que em exercício diverso daquele em que ocorrer o ingresso. (Art. 8º, § único da Lei Complementar 101/2000).

Parágrafo único. Os recursos de convênios não previstos nos orçamentos da receita, ou o seu provável excesso e/ou excesso de arrecadação, poderão ser utilizados como fonte de recursos para abertura de créditos adicionais suplementares e especiais.

LEI Nº 1.288/2018 DE 20 DE JUNHO DE 2018

FL.09

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE BELA VISTA DO TOLDO CNPJ: 01.612.888/0001-86 HOME PAGE: www.pmbvt.sc.gov.br E-MAIL: gabinete@pmbvt.sc.gov.br Rua Estanislau Schumann, Nº 839 – Centro- Fone (47) 3629 0066- Cep 89.478-000
--	---

Art.20. Para efeito do disposto no Art. 16, § 3º da Lei Complementar 101/2000, são consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes de cada ação governamental nova, cujo impacto orçamentário-financeiro num exercício não excedam o valor para dispensa de licitação fixado no item I e II do Art. 24 da Lei 8.666/93, devidamente atualizado.

Art.21. Nenhum projeto novo poderá ser incluído no orçamento, sem antes ter assegurado recursos suficientes para obras ou etapa de obras em andamento e para conservação do patrimônio público, salvo projetos programados com recursos de convênios e operações de crédito. (Art. 45 da Lei Complementar 101/2000)

Art.22. As despesas de competência de outros entes da Federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados por convênios, acordos ou ajustes e previstos os recursos na lei orçamentária ou em créditos adicionais. (Art. 62, I da Lei Complementar 101/2000)

Art.23. A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para 2018 a preços correntes.

Art.24. A execução do Orçamento da Despesa obedecerá, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, a dotação fixada para cada Grupo de Natureza de Despesa e Modalidade de Aplicação em conformidade com o artigo 6º da Portaria Interministerial STN/SOF nº 163/2001 e suas alterações.

Art.25. Durante a execução orçamentária de 2019, o Executivo Municipal, autorizado por lei, poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais no orçamento das unidades gestoras na

forma de crédito especial, desde que se enquadre nas prioridades para o exercício de 2018, constantes nos anexos desta Lei ou em suas alterações posteriores.

Parágrafo único- a Lei Orçamentária e as de créditos adicionais só incluirão novos projetos após adequadamente atendidos os em andamento e contempladas as despesas de conservação do patrimônio público. (Art. 45, caput, da Lei Complementar 101/2000)

Art.26. O projeto de Lei que conceda ou amplie incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, e só será aprovado se atendidas as exigências do art. 14 da Lei Complementar no 101, de 2000.

Parágrafo único- a renúncia de receita estimada para o exercício de 2018, constante do Anexo próprio desta Lei, não será considerada para efeito de cálculo do orçamento da receita (art 4º, § 2º, V e art. 14, I da Lei Complementar 101/2000).

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE BELA VISTA DO TOLDO CNPJ: 01.612.888/0001-86 HOME PAGE: www.pmbvt.sc.gov.brE-MAIL: gabinete@pmbvt.sc.gov.br Rua Estanislau Schumann, Nº 839 – Centro- Fone (47) 3629 0066- Cep 89.478-000
--	---

LEI Nº 1.288/2018 DE 20 DE JUNHO DE 2018
FL.10

V- DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art.27.A lei Orçamentária para 2019 garantirá recursos para pagamento de despesas decorrentes de débitos refinanciados, inclusive com a previdência social.

Art.28. Obedecidos os limites estabelecidos em Lei Complementar Federal, o Município poderá realizar operações de crédito ao longo do exercício de 2019.

Art.29. As operações de crédito deverão constar da Proposta Orçamentária ou em suas alterações e autorizadas por lei específica.

Art.30. A verificação dos limites da dívida pública será feita na forma e nos prazos estabelecidos na Lei Complementar 101/00 e em conformidade com a Resolução do Senado Federal.

VI- DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Art.31. O Poder Executivo Municipal e o Poder Legislativo Municipal, em seus órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive suas fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, mediante lei autorizativa, poderão criar cargos, funções e empregos públicos, alterar a estrutura de carreiras; corrigir, aumentar a remuneração e conceder vantagens a agentes públicos; realizar concurso público e testes seletivos, admitir ou contratar pessoal aprovado em concurso público, em testes seletivos ou em caráter temporário, na forma da lei, observados os limites e as regras da Lei de Responsabilidade Fiscal. (Artigo 169, § 1º, II da CF)

Parágrafo único- Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos na lei de orçamento para 2019 ou em créditos adicionais.

Art.32. Ressalvada a hipótese do inciso X do artigo 37 da Constituição Federal, a despesa total com pessoal dos Poderes Legislativo

e Executivo não excederá, em percentual da Receita Corrente Líquida, a despesa verificada no exercício de 2017, acrescida de até 10% (dez por cento), obedecido os limites prudenciais de 51,30% e 5,70% da Receita Corrente Líquida, respectivamente (Art. 71 da Lei Complementar 101/2000).

Art.33. Nos casos de necessidade temporária de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores, quando as despesas com pessoal excederem a 95% do limite estabelecido no Art.20, III da Lei de Responsabilidade Fiscal (ART. 22, § único, V da Lei Complementar 101/2000).

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE BELA VISTA DO TOLDO CNPJ: 01.612.888/0001-86 HOME PAGE: www.pmbvt.sc.gov.brE-MAIL: gabinete@pmbvt.sc.gov.br Rua Estanislau Schumann, Nº 839 – Centro- Fone (47) 3629 0066- Cep 89.478-000
--	---

LEI Nº 1.288/2018 DE 20 DE JUNHO DE 2018
FL.11

Art.34. O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal (ART. 19 e 20 da Lei Complementar 101/2000):

I-exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;

II-demissão de servidores admitidos em caráter temporário;

III-eliminação das despesas com horas-extras, salvo nos casos de interesse e necessidade pública;

IV-eliminação de vantagens concedidas a servidores;

Art.35. Para efeito desta Lei e de registros contábeis, entende-se como terceirização de mão-de-obra referente a substituição de servidores de que trata o artigo 18, § 1º da Lei Complementar 101/2000, a contratação de pessoal para o exercício exclusivo de atividades ou funções constantes do Plano de Cargos da Administração Municipal de BELA VISTA DO TOLDO ou ainda atividades próprias da Administração Pública Municipal, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Parágrafo único- para a terceirização de que trata este artigo, os cargos a serem preenchidos, não poderão ser relativos a atividades fim da administração nas áreas de Saúde e Educação.

Art.36. A verificação dos limites das despesas com pessoal será feita no final de cada quadrimestre (Art. 22 da Lei Complementar 101/2000).

VII- DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA DO MUNICÍPIO

Art.37. O Executivo Municipal, autorizado em lei, poderá alterar e criar taxas, contribuições, conceder benefícios fiscais e realizar promoções para os contribuintes que pagarem seus tributos em parcela única e/ou no prazo de vencimento, e estiverem em dia com suas obrigações tributárias, devendo, nestes casos, ser considerado ou não nos cálculos do orçamento da receita, apresentando estudos do seu impacto e atender ao disposto no Art.14 da Lei Complementar 101/2000.

Art.38. A Dívida Ativa Municipal de valor inexpressivo ou de cobrança

judicial antieconômica, assim consideradas aquelas cuja expressão monetária seja inferior a 1(um) salário mínimo, de acordo com a Lei Estadual n.º 14.266, de 21/12/2007, não será encaminhada à cobrança judicial, e após esgotados os meios para cobrança administrativa, poderá ser cancelada mediante autorização legislativa, não se constituindo em renúncia de receita para efeito do disposto no art. 14, § 3º, inciso II da Lei Complementar Nº 101/2000.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BELA VISTA DO TOLDO
CNPJ: 01.612.888/0001-86
HOME PAGE: www.pmbvt.sc.gov.brE-MAIL: gabinete@pmbvt.sc.gov.br
Rua Estanislau Schumann, Nº 839 – Centro- Fone (47) 3629 0066- Cep 89.478-000

LEI Nº 1.288/2018 DE 20 DE JUNHO DE 2018
FL.12

Art.39. O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação, se for o caso.

VIII- DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art.40. O Executivo Municipal enviará o projeto de Lei Orçamentária Anual de 2019 à Câmara Municipal de Vereadores até o prazo estabelecido no inciso I do artigo 122 da Lei Orgânica do Município, que a apreciará e a devolverá para sanção até o dia 20/12/2018.

§ 1º. A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no "Caput" deste artigo.

§ 2º. Se o projeto de Lei Orçamentária Anual não for encaminhado à sanção até o início do exercício financeiro de 2019, fica o Executivo Municipal autorizado a executar a proposta orçamentária na forma original, até a sanção da respectiva Lei Orçamentária Anual.

Art.41. Ficam autorizadas as despesas com juros e atualização monetária, por eventual atraso no pagamento de compromissos, decorrente de insuficiência financeira.

Art.42. A Administração Municipal, tanto quanto possível, até a criação de estrutura adequada, deverá apropriar as despesas e exercer o seu controle, de forma a demonstrar o custo de cada ação ou serviço, definindo os centros de custos e a forma de apropriação destes, por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art.43. Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, deverão ser reabertos no exercício subsequente, através de Lei Municipal encaminhada pelo Chefe do Poder Executivo.

Art.44. O Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta para realização de obras ou serviços de competência ou não do Município.

Art.45. A Lei Orçamentária Anual poderá autorizar o chefe do Poder Executivo Municipal a firmar convênios com as entidades mencionadas no artigo 17 desta Lei.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BELA VISTA DO TOLDO
CNPJ: 01.612.888/0001-86
HOME PAGE: www.pmbvt.sc.gov.brE-MAIL: gabinete@pmbvt.sc.gov.br
Rua Estanislau Schumann, Nº 839 – Centro- Fone (47) 3629 0066- Cep 89.478-000

LEI Nº 1.288/2018 DE 20 DE JUNHO DE 2018

FL.13

Art.46. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art.47. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo - SC, 20 de Junho de 2018.

ADELMO ALBERTI

Prefeito Municipal

NATANAEL PIRES

Secretário de Administração e Fazenda

DAIANE DE SOUZA GOMES

Secretária de Planejamento e Des. Econômico

PREGÃO Nº 019/2018

Publicação Nº 1663691

Aviso de Licitações

MUNICÍPIO DE BELA VISTA DO TOLDO/SC

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO 022/2018

PREGÃO PRESENCIAL Nº 019/2018

O município de Bela Vista do Toldo, estado de Santa Catarina, torna público e para o conhecimento dos interessados que fará realizar licitação, Registro de Preços na modalidade Pregão Presencial do tipo MENOR PREÇO, onde o objeto é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR, de acordo com o que se encontra definido na especificação e condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

ENTREGA DE ENVELOPES

Até a 08h30min do dia 06/07/2018.

LOCAL DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA:

Dia 11/07/2018 às 09h00min, na sede da Prefeitura Municipal De Bela Vista do Toldo/SC, à Rua Estanislau Schumann, 839, centro.

O edital estará disponível no site do Município de Bela Vista do Toldo/SC www.pmbvt.sc.gov.br. Informações poderão ser solicitadas pelo email compras.licitacao@pmbvt.sc.gov.br.

Bela Vista do Toldo, 26 de Junho de 2018.

ADELMO ALBERTI

Prefeito Municipal

PREGÃO Nº 020/2018 - MULTI

Publicação Nº 1663812

Aviso de Licitações

MUNICÍPIO DE BELA VISTA DO TOLDO/SC

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO 023/2018 - MULTIENTIDADE

PREGÃO PRESENCIAL Nº 020/2018 - MULTIENTIDADE

O município de Bela Vista do Toldo, estado de Santa Catarina, torna público e para o conhecimento dos interessados que fará realizar licitação, Registro de Preços na modalidade Pregão Presencial do tipo MENOR PREÇO, onde o objeto é a AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, de acordo com o que se encontra definido na especificação e condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

ENTREGA DE ENVELOPES

Até a 09h00min do dia 06/07/2018.

LOCAL DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA:

Dia 06/07/2018 às 09h00min, na sede da Prefeitura Municipal De Bela Vista do Toldo/SC, à Rua Estanislau Schumann, 839, centro.

O edital estará disponível no site do Município de Bela Vista do Toldo/SC www.pmbvt.sc.gov.br. Informações poderão ser solicitadas pelo email compras.licitacao@pmbvt.sc.gov.br.

Bela Vista do Toldo, 26 de Junho de 2018.
ADELMO ALBERTI
Prefeito Municipal

Benedito Novo

PREFEITURA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 41/2018

Publicação Nº 1663936

PUBLICAÇÕES LEGAIS

PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 41/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº 46/2018
ÓRGÃO GESTOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO/SC
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS PARA ATENDER AS ATIVIDADES DAS DIVERSAS SECRETARIAS

RWP TRANSPORTES - EIRELI		
Item	Produto	Valor Unit.
1	TRANSPORTE EM VIAGENS MUNICIPAIS E INTER-MUNICIPAIS COM VEICULO VAN, COM CAPACIDADE MAXIMA DE 15 E MINIMA DE 11 PASSAGEIROS, EXCETO MOTORISTA	2,65
2	TRANSPORTE EM VIAGENS MUNICIPAIS E INTER-MUNICIPAIS COM VEICULO MICRO-ONIBUS, COM CAPACIDADE MAXIMA DE 27 E MINIMA DE 23 PASSAGEIROS, EXCETO MOTORISTA	3,65
3	TRANSPORTE EM VIAGENS MUNICIPAIS E INTER-MUNICIPAIS COM VEICULO ONIBUS, COM CAPACIDADE MAXIMA DE 44 PASSAGEIROS E MINIMA DE 40 PASSAGEIROS, EXCETO MOTORISTA	4,30

PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA: 15 de junho de 2018 a 15 de junho de 2019.

Benedito Novo (SC), 15 de junho de 2018.

JEAN MICHEL GRUNDMANN - Prefeito Municipal

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 68/2017

Publicação Nº 1664153

PUBLICAÇÕES LEGAIS

EXTRATO DE CONTRATO

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO - SC

Processo Licitatório Nº 57/2017

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 68/2017

Contratada: INOVADORA SISTEMAS DE GESTÃO LTDA

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DO SISTEMA INFORMATIZADO DE GESTÃO DA SAÚDE EM AMBIENTE WEB PARA O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Finalidade do Aditivo: Prorrogação de prazo/reajuste de valor

Valor do Aditivo: R\$ 20.034,36

Data Assinatura: 15/06/2018

JEAN MICHEL GRUNDMANN - Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 189/2018 - LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

Publicação Nº 1664211

PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO CNPJ Nº 83.102.780/0001-08 FONE/FAX: (47) 3385-0487 Rua Celso Ramos, 5070 89.124-000 -BENEDITO NOVO – SC	
--	--

PORTARIA Nº 189/2018 DE 21 DE JUNHO DE 2018.

LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

JEAN MICHEL GRUNDMANN, Prefeito de Benedito Novo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, pelo artigo 70, inciso II, alínea "a", Lei Orgânica do Município; e, art. 227 da Lei Complementar nº 004, de 22-12-95.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder licença para tratamento de saúde para os servidores municipais, conforme Relatório dos Atestados Médicos, do período de 11 de maio de 2018 a 10 de junho de 2018, contendo 09 páginas, em anexo, e de acordo com a Lei nº 1.808 de 18 de novembro de 2015 onde institui Prêmio-Eficiência e Auxílio-Alimentação.

Art. 2º - Dê-se ciência, registra-se, publica-se e cumpra-se.

Município de Benedito Novo, aos 21 de junho de 2018.

JEAN MICHEL GRUNDMANN

Prefeito de Benedito Novo

PORTARIA Nº 190/2018 - APLICA MEDIDA DISCIPLINAR

Publicação Nº 1664212

PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO CNPJ Nº 83.102.780/0001-08 FONE/FAX: (47) 3385-0487 Rua Celso Ramos, 5070 89.124-000 -BENEDITO NOVO – SC	
--	--

PORTARIA Nº 190/2018, DE 21 DE JUNHO DE 2018.

APLICA MEDIDA DISCIPLINAR.

JEAN MICHEL GRUNDMANN, Prefeito de Benedito Novo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, pelo artigo 70, inciso II, alínea "f" da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - Aplicar medida disciplinar, com Desconto na Folha de Pagamento das horas não trabalhadas e faltas ao serviço público não justificadas, conforme a Lei 1.334 de 28-09-2005, não registradas no Cartão Ponto do período de dia 11-05-2018 a 10-06-2018, dos Servidores em anexo:

Art. 2º - Dê-se ciência, registra-se, publica-se e cumpra-se.

Município de Benedito Novo, aos 21 de junho de 2018.

JEAN MICHEL GRUNDMANN

Prefeito de Benedito Novo

Biguaçu

PREFEITURA

AVISO DE RETIFICAÇÃO DA PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO CONTRATO Nº 372/2015, PROCESSO Nº 130/2015.

Publicação Nº 1664523

AVISO DE RETIFICAÇÃO DA PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO CONTRATO Nº 372/2015, PROCESSO Nº 130/2015.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU, através da Secretaria de Administração, torna público para conhecimento dos interessados, a RETIFICAÇÃO relacionada abaixo referente à publicação do Extrato de Publicação do Contrato nº 372/2015, publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC, do dia 07/06/2018, Edição nº 2544, página 83.

ONDE SE LÊ:

Vigência: [...] Término: 06/05/2020.

LEIA-SE:

Vigência: [...] Término: 06/05/2019.

Suelen de Mello Martins
Gerente de Contratos

COMUNICADO 01 PP 80/2017-PMB

Publicação Nº 1664072

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÃO, COMPRAS E CONTRATOS

COMUNICADO REFERENTE À PP80/2018-PMB

Comunicamos às empresas interessadas no PP 80/2018-PMB, que tem como objeto a "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE NOVOS ABRIGOS DE PASSAGEIROS, nos termos e condições constantes no Edital e seus Anexos", o seguinte exposto:

Conforme Decreto 99/2018 da Prefeitura Municipal de Biguaçu, o expediente será das 08:00hs às 13:30hs. Por esse motivo fica transferida a presente Licitação para a seguinte data:

RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS E PROPOSTAS

Até às 13:45 horas, do dia 02 de julho de 2018, na Diretoria de Licitações desta Prefeitura.

ABERTURA DO ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA:
Às 14:00 horas, do dia 02 de julho de 2018, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

Nada mais a expor.

Biguaçu, 25 de junho de 2018.

Mirella da Conceição
Pregoeira

PORTARIA Nº 1394/2018

Publicação Nº 1664610

PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
82.892.308/0001-53

PORTARIA nº. 1394 de 25 de junho de 2018.

Autoriza a averbação de Certidão de Tempo de Serviço/Contribuição expedida pelo INSS, nos assentos funcionais do(a) servidor(a) OSVALDO SILVA, detentor(a) da matrícula 121-1 e do cargo de provimento efetivo de MOTORISTA GERAL e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Biguaçu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar a averbação nos assentamentos funcionais do(a) servidor(a) OSVALDO SILVA, detentor(a) da matrícula 121-1 e do cargo de provimento efetivo de MOTORISTA GERAL da Certidão de Tempo de Serviço/Contribuição, expedida pelo INSS, sob o nº 20001010.1.00025/06-1, da qual se extraiu o período de 07 (sete) anos, 05 (cinco) meses e 04 (quatro) dias, para fins de concessão de aposentadoria e/ou abono de permanência.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Biguaçu, 25 de junho de 2018.
RAMON WOLLINGER
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 1395/2018

Publicação Nº 1664611

PORTARIA nº 1395 de 25 de junho de 2018

Concede exoneração ao(a) Servidor(a) ocupante do cargo temporário, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder exoneração ao(a) servidor(a) MARIA VITORIA DA CUNHA, do cargo de provimento temporário de TÉCNICO EM MAGISTÉRIO AUXILIAR DE SALA com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 25/06/2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e efeitos a partir de 25/06/2018.

Biguaçu, 25 de junho de 2018.

DANIEL CÉSAR DA LUZ
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1396/2018

Publicação Nº 1664612

PORTARIA nº 1396 de 25 de junho de 2018

Nomeia servidor para exercer Função de Confiança, nos termos do art. 215, caput da Lei Complementar nº 47/2011, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos decretos 85 de 21 de junho de 2013 e 131 de 08 de agosto de 2016.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o(a) servidor(a) Jean Andre de Maria, detentor do cargo de provimento efetivo de Pintor, para exercer a Função de Confiança de Coordenador de Manutenção de Praças, na Secretaria Municipal de Trânsito e Desenvolvimento Urbano, nos termos do art. 215, caput da Lei Complementar nº 47/2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/06/2018.

Biguaçu, 25 de junho de 2018.

Daniel César da Luz
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1397/2018

Publicação Nº 1664614

PORTARIA nº 1397 de 25 de junho de 2018

Exonera o(a) Servidor(a), ocupante do cargo comissionado, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) ROSINEI JOSE DA CUNHA, detentor(a) do cargo de provimento comissionado de SUPERINTENDENTE DE PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO – CC2, na Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão Participativa, a partir de 30/06/2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos a partir de 30/06/2018.

Biguaçu, 25 de junho de 2018.

DANIEL CÉSAR DA LUZ
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1398/2018

Publicação Nº 1664615

PORTARIA nº 1398 de 25 de junho de 2018

Designa o servidor e concede a Gratificação pelo Exercício da Atividade de Motorista de Autoridade Superior, nos termos do art. 130, da Lei Complementar nº 47/2011, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Designa o servidor Wilton Domingues, detentor do cargo de provimento efetivo de Motorista I, inscrito na matrícula funcional nº 8117-1, para prestar serviços para a Fundação do Meio Ambiente de Biguaçu - FAMABI, nos termos do art. 130, da Lei Complementar nº 47/2011.

Art. 2º Concede Gratificação pelo Exercício da Atividade de Motorista de Autoridade Superior nos termos do art. 130, da Lei Complementar nº 47/2011.

Parágrafo único. O valor fixado para a Gratificação concedida nos termos do caput deste artigo corresponde a 30% (trinta por cento) do vencimento fixado para a referência "A" do cargo de Motorista I, observada a aplicação do art. 130, e do Anexo VII da Lei Complementar nº 47/2011.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/06/2018.

Biguaçu, 25 de junho de 2018.

Ramon Wollinger
Prefeito Municipal

REVOGAÇÃO PP 36/2018-FMS

Publicação Nº 1664006

Despacho de revogação

O Município de Biguaçu comunica a Revogação do Processo Licitatório Pregão Presencial nº 36/2018 - FMS, objetivando "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DO GERADOR DA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO - UPA 24 HORAS DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU", por conveniência administrativa.

Biguaçu, 25 de junho de 2018.

Daniel César da Luz
Secretário de Administração

Blumenau

PREFEITURA

LEI Nº 8.601/2018

Publicação Nº 1664292

LEI Nº 8.601, DE 19 DE JUNHO DE 2018.

DECLARA "CIDADES IRMÃS" AS CIDADES DE BLUMENAU, NA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, E OXAPAMPA, NA REPÚBLICA DO PERU.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 59, V, da Lei Orgânica do Município de Blumenau, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam declaradas como "Cidades Irmãs" as cidades de Blumenau, na República Federativa do Brasil, e Oxapampa, na República do Peru.

Art. 2º A declaração de que trata esta Lei tem por objetivo a realização de acordos e programas de ação com o fim de fomentar o mais amplo conhecimento recíproco e fundamentar os intercâmbios sociais, culturais e econômicos entre as duas cidades.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações próprias, consignadas no orçamento da Fundação Cultural de Blumenau.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 19 de junho de 2018.
MÁRIO HILDEBRANDT
Prefeito Municipal

LEI COMPLEMENTAR Nº 1.195/2018

Publicação Nº 1664295

LEI COMPLEMENTAR Nº 1.195, DE 19 DE JUNHO DE 2018.

ALTERA A REDAÇÃO E ACRESCE DISPOSITIVO À LEI COMPLEMENTAR Nº 39, DE 20 DE NOVEMBRO DE 1992, QUE ESTABELECE CRITÉRIOS SOBRE COMPOSIÇÃO, DEFESA, UTILIZAÇÃO E ALIENAÇÃO DOS BENS PÚBLICOS MUNICIPAIS.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 59, V, da Lei Orgânica do Município de Blumenau, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º O inciso I do art. 23 da Lei Complementar nº 39, de 20 de novembro de 1992, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 23. [...]

I - quando imóveis, dependerá de autorização legislativa e concorrência, sendo esta dispensada nos seguintes casos:
[...].”

Art. 2º Fica acrescido o §3º ao art. 23 da Lei Complementar nº 39, de 20 de novembro de 1992, com a seguinte redação:

“Art. 23. [...]

[...]

§3º A alienação de imóveis cuja aquisição haja derivado de procedimentos judiciais ou de dação em pagamento independe de autorização legislativa e poderá ser realizada sob a modalidade de leilão, observada a legislação federal específica.”

Art. 3º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 19 de junho de 2018.
MÁRIO HILDEBRANDT
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 11.800/2018

Publicação Nº 1664296

DECRETO N. 11.800, DE 20 DE JUNHO DE 2018.

ALTERA DISPOSITIVOS DO REGIMENTO INTERNO DOS CONSELHOS TUTELARES DE BLUMENAU, APROVADO PELO DECRETO N. 10.813, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2015.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos V e VII do artigo 59, e na forma da alínea “a” do inciso I do artigo 75, todos da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990,

CONSIDERANDO a aprovação, pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, da Resolução n. 43, de 07 de dezembro de 2017,

DECRETA:

Art. 1º Os incisos I, II e III do artigo 4º do Regimento Interno dos Conselhos Tutelares de Blumenau, aprovado pelo Decreto n. 10.813, de 07 de dezembro de 2015, passam a vigorar com as seguintes redações:

“Art. 4º [...]

I - CONSELHO TUTELAR I - CT I: Boa Vista, Bom Retiro, Centro, Garcia, Glória, Itoupava Seca, Jardim Blumenau, Nova Esperança, Ponta Aguda, Progresso, Ribeirão Fresco, Valparaíso, Vila Formosa, Victor Konder e Vorstadt;

II - CONSELHO TUTELAR II - CT II: Água Verde, Badenfurt, Do Salto, Escola Agrícola, Passo Manso, Salto do Norte, Salto Weissbach, Testa Salto, Velha, Velha Central, Velha Grande e Vila Nova;

III - CONSELHO TUTELAR III - CT III: Fortaleza, Fortaleza Alta, Fidélis, Itoupava Central, Itoupava Norte, Itoupavazinha, Tribess e Vila Itoupava.”

Art. 2º O caput do artigo 11 do Regimento Interno dos Conselhos Tutelares de Blumenau, aprovado pelo Decreto n. 10.813, de 07 de dezembro de 2015, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 11. O Conselheiro Tutelar trabalhará em regime de plantão no horário não compreendido no expediente ordinário fixado no § 1º do artigo 21, da Lei Complementar n. 411, de 1º de agosto de 2003.”

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 20 de junho de 2018.
MÁRIO HILDEBRANDT
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 11.804/2018

Publicação Nº 1664297

DECRETO Nº 11.804, DE 25 DE JUNHO DE 2018.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO
SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE TRÂNSITO E TRANSPORTES
- SETERB.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, V, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, de acordo com o art. 43, § 1º, III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e com fundamento no art. 5º, V, da Lei Municipal nº 8.540, de 15 de dezembro de 2017,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o crédito adicional suplementar no orçamento do Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau - SETERB, no valor de R\$ 1.600.000,00 (um milhão e seiscentos mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

33 – SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE TRÂNSITO E TRANSPORTES DE BLUMENAU - SETERB
3303 – Diretoria de Transito
Atividade 33.03.06.125.0079.2217 – Manut. Ativ. Transito
Modalidade 3.1.90 (15) Aplicações Diretas R\$ 1.600.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000

Art. 2º O crédito adicional suplementar aberto no artigo 1º deste Decreto, correrá por conta das reduções das dotações orçamentárias abaixo discriminadas:

33 – SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE TRÂNSITO E TRANSPORTES DE BLUMENAU - SETERB
3303 – Diretoria de Transito
Atividade 33.03.06.125.0079.2217 – Manut. Ativ. Transito
Modalidade 3.1.91 (17) Aplicações Diretas R\$ 800.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000
Modalidade 3.3.90 (20) Aplicações Diretas R\$ 800.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 25 de junho de 2018.
MÁRIO HILDEBRANDT
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 11.805/2018

Publicação Nº 1664298

DECRETO Nº 11.805, DE 25 DE JUNHO DE 2018.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO
SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE TRÂNSITO E TRANSPORTES
DE BLUMENAU – SETERB.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 59, inciso V, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, de acordo com o Art. 43, I, Parágrafo 1º, da Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964, e com fundamento no art. 5º, IV, alínea c, da Lei Municipal nº 8.540 de 15 de dezembro de 2017,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o crédito adicional suplementar no orçamento do Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau - SETERB, por conta do superávit financeiro do exercício anterior, no valor de R\$ 690.000,00 (seiscentos e noventa mil reais), na dotação abaixo discriminada:

33 – SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE TRÂNSITO E TRANSPORTES DE BLUMENAU - SETERB
3303 – Diretoria de Transito
Atividade 33.03.06.125.0079.2217 – Manut. Ativ. de Trânsito
Modalidade 3.1.91 (59) Aplicações Diretas R\$ 690.000,00
Fonte de Recursos 0606.00000

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 25 de junho de 2018.
MÁRIO HILDEBRANDT
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 11.807/2018

Publicação Nº 1664299

DECRETO Nº 11.807, DE 25 DE JUNHO DE 2018.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 59, inciso V, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, de acordo com o Art. 43, I, Parágrafo 1º, da Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964, e com fundamento no art. 5º, IV, alínea c, da Lei Municipal nº 8.540 de 15 de dezembro de 2017,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o crédito adicional suplementar por conta do superávit financeiro do exercício anterior, no valor de R\$ 118.385,25 (cento e dezoito mil e trezentos e oitenta e cinco reais e vinte e cinco centavos), na dotação abaixo discriminada:

11 – SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA URBANA
1102 – Diretoria de Obras Conveniadas
Projeto 11.02.15.451.0052.1168 – Obras de Contenção em Áreas de Risco Etapa 01,02,03
Modalidade 4.4.90 (764) Aplicações Diretas R\$ 118.385,25
Fonte de Recursos 0334.00000

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 25 de junho de 2018.
MÁRIO HILDEBRANDT
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 21.868/2018

Publicação Nº 1664303

PORTARIA Nº 21.868, DE 21 DE MAIO DE 2018.
CONCEDE EXONERAÇÃO AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS QUE INDICA.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990 e de acordo com o art. 45, caput, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, resolve:

CONCEDER EXONERAÇÃO aos seguintes servidores públicos municipais:

RICARDO DANTAS LOPES, do cargo de provimento efetivo de Médico, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, a contar de 14 de maio de 2018, conforme Processo Administrativo nº 4299/05/2018;

WILSON PEDRO SAMPAIO JUNIOR, do cargo de provimento efetivo de Farmacêutico, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, a contar de 10 de maio de 2018, conforme Processo Administrativo nº 4157/05/2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 21 de maio de 2018.
MÁRIO HILDEBRANDT
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 21.941/2018

Publicação Nº 1664305

PORTARIA Nº 21.941, DE 20 DE JUNHO DE 2018.

DESIGNA FRANCINE NAYRA DOS SANTOS PARA EXERCER A FUNÇÃO DE AUXILIAR DE CONTROLE INTERNO NO GABINETE DO PREFEITO - GAPREF.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, VII, combinado com o art. 75, II, "c", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29/03/1990, e com fundamento no inciso II, do art. 5º da Lei Complementar nº 1.187, de 18/04/2018, resolve:

DESIGNAR, a contar de 18 de junho de 2018, FRANCINE NAYRA DOS SANTOS, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Contador, lotada na Secretaria Municipal de Gestão Financeira - SEGEFI, para exercer a função de Auxiliar de Controle Interno, no âmbito do Gabinete do Prefeito - GAPREF, com as atribuições constantes da Lei Complementar nº 1.187, de 18 de abril de 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 20 de junho de 2018.
MÁRIO HILDEBRANDT
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 21.942/2018

Publicação Nº 1664308

PORTARIA Nº 21.942, DE 20 DE JUNHO DE 2018.

NOMEIA CAIO MARCEL DE SOUZA PARA O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "g" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de conformidade com o disposto no art. 8º, da Lei Complementar nº 411, de 01 de agosto de 2003 e alterações posteriores e conforme Memorando SEMUDES GAB nº 067/2018, de 18/06/2018, resolve:

NOMEAR, sem ônus para o Município, e com as atribuições previstas na Lei Complementar nº 411, de 01 de agosto de 2003 e no Decreto nº 7.556, de 24 de novembro de 2003, para compor o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, juntamente com os demais membros:

CAIO MARCEL DE SOUZA, representante titular da Fundação do Bem-Estar da Família Blumenauense – PRÓ-FAMÍLIA, em substituição a MARIA APARECIDA DE MORAES, nomeada pela Portaria nº 21.423, de 04 de dezembro de 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 20 de junho de 2018.
MÁRIO HILDEBRANDT
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 21.946/2018

Publicação Nº 1664309

PORTARIA Nº 21.946, DE 21 DE JUNHO DE 2018.

CONCEDE EXONERAÇÃO AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS QUE INDICA, OCUPANTES DE CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990 e de acordo com o art. 45, caput, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, resolve:

CONCEDER EXONERAÇÃO, aos seguintes servidores públicos municipais:

IZANDIRA ILENA VENERI, do cargo de provimento efetivo de Agente de Combate às Endemias, lotada na Secretaria Municipal de Promoção da Saúde, a contar de 13 de junho de 2018, conforme Processo Administrativo nº 5250/06/2018;

VINÍCIUS KRUMEL DE OLIVEIRA, do cargo de provimento efetivo de Motorista, lotado na Secretaria Municipal de Promoção da Saúde, a contar de 12 de maio de 2018, conforme Processo Administrativo nº 5192/06/2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 21 de junho de 2018.
MÁRIO HILDEBRANDT
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 21.947/2018

Publicação Nº 1664310

PORTARIA Nº 21.947, DE 21 DE JUNHO DE 2018.

DESIGNA LAÍS SOARES VIEIRA PARA EXERCER A FUNÇÃO DE AUXILIAR DE CONTROLE INTERNO, NA CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - CGM.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, VII, combinado com o art. 75, II, "c", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29/03/1990, e com fundamento no inciso II, do art. 5º da Lei Complementar nº 1.187, de 18/04/2018, e atendendo ao pedido efetuado pelo Controlador-Geral do Município, por meio do Memorando CGM nº 53/2018, de 23/04/2018, resolve:

DESIGNAR, a contar de 24 de abril de 2018, LAÍS SOARES VIEIRA, matrícula nº 231546, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Administrador, lotada na Controladoria Geral do Município - CGM, para exercer a função de Auxiliar de Controle Interno, na Controladoria Geral do Município - CGM, com as atribuições constantes da Lei Complementar nº 1.187, de 18 de abril de 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 21 de junho de 2018.
MÁRIO HILDEBRANDT
Prefeito Municipal

EXTRATO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 084/2017

Publicação Nº 1664318

EXTRATO – 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 084/2017

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

ASSOCIAÇÃO BLUMENAUENSE DE ACOlhIMENTO A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE – ABAM.

OBJETO: LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL NA RUA ARARANGUÁ, Nº 648, BAIRRO GARCIA, BLUMENAU/SC, DESTINADO AO FUNCIONAMENTO DO CENTRO MUNICIPAL DE AMPLIAÇÃO DO TEMPO E ESPAÇO PEDAGÓGICO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (CEMATEPCA)

FUNDAMENTO LEGAL: Processo de Dispensa nº. 08-066/2017.

PREÇO: Renova o valor pago à contratada que se mantém em R\$ 4.902,40 (quatro mil, novecentos e dois reais e quarenta centavos) mensais, totalizando o valor contratual em R\$ 58.828,80 (cinquenta e oito mil, oitocentos e vinte e oito reais e oitenta centavos).

PRAZO: Prorroga o prazo contratual por mais 12 (doze) meses, ou seja, de 1º de junho de 2018 até 31 de maio de 2019.

DATA: 17 de maio de 2018.

EXTRATO CONTRATO Nº 129/2018

Publicação Nº 1664321

EXTRATO – CONTRATO Nº. 129/2018

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

R2 COMÉRCIO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO LTDA.

OBJETO: Implantação da Etapa II da área de lazer, na Praça denominada "Agnelo Paulo Lanser", localizada na Rua Hermann Tribess, Bairro Tribess - Blumenau/SC, conforme especificações constantes no edital - Convênio CEF - Contrato de Repasse nº 831493/2016/ME/CAIXA – SEDUR.

FUNDAMENTO LEGAL: Tomada de Preços nº. 006/2018.

REÇO: Pelos serviços prestados será pago a CONTRATADA o valor total de R\$ 205.680,90 (duzentos e cinco mil, seiscentos e oitenta reais e noventa centavos).

PRAZO: I. DO PRAZO DE EXECUÇÃO: 90(noventa) dias, contados a partir do recebimento da ordem de serviço pela contratada; II. PRAZO DE VIGÊNCIA: 120(cento e vinte) dias, contados a partir da assinatura do instrumento contratual.

DATA: 19 de junho de 2018.

EXTRATO 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 266/2015

Publicação Nº 1664322

EXTRATO – 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 266/2015

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS

OBJETO: Prestação de serviços e venda de produtos pela ECT, mediante adesão.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo de Inexigibilidade nº. 87/2015.

PREÇO: Renova o valor que se mantém em R\$ 12.000,00 (doze mil reais).

PRAZO: Prorroga o prazo por mais 12 meses, ou seja, de 10/09/2018 até 10/09/2019.

DATA: 13 de junho de 2018.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 090/2018

Publicação Nº 1664350

MUNICIPIO DE BLUMENAU - PREGÃO PRESENCIAL Nº 090/2018
Objeto: Registro de preços para materiais gráficos para uso do Departamento de Trânsito de Blumenau, conforme especificações constantes neste Edital, pelo período de 01 (um) ano - SETERB. Entrega e protocolo dos envelopes: dia 12 de julho de 2018, às 09:00 horas. Início da sessão: dia 12 de julho de 2018, às 09:30 horas. Participação exclusiva de ME e EPP nos itens/lotos contemplados no art. 48 da Lei Comp. 123/2006 e alterações. Edital completo: via e-mails: brunamaas@blumenau.sc.gov.br e/ou no site oficial do município <http://www.blumenau.sc.gov.br/transparencia>. Base Legal: Decreto Municipal nº 7732/04, Lei Federal: nº 10.520/02 e, subsidiariamente e nº 8.666/93 e alterações. Lei Complementar nº 123/2006 e alteração. Blumenau, 26/06/2018 – Anderson Rosa – Secretário Municipal de Administração.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 088/2018

Publicação Nº 1664353

MUNICIPIO DE BLUMENAU –PREGÃO PRESENCIAL Nº 088/2018
Objeto: Registro de Preços para confecção de toldo com instalação, substituição de lona e revisão da estrutura de toldos, pelo período de 01 ano - FMS/SEMUS. Entrega e protocolo dos envelopes: dia 10 de julho de 2018, até às 14:00 horas. Início da sessão: dia 10 de julho de 2018, às 14:30 horas. Edital completo: via e-mail: brunamaas@blumenau.sc.gov.br e/ou no site oficial do município <http://www.blumenau.sc.gov.br/transparencia>. Base Legal: Decreto Municipal nº 7732/04, Lei Federal: nº 10.520/02 e, subsidiariamente e nº 8.666/93 e alterações. Lei Complementar nº 123/2006 e alteração. Blumenau, 26/06/2018 – Anderson Rosa – Secretário Municipal de Administração.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 065/2018

Publicação Nº 1664354

MUNICÍPIO DE BLUMENAU – REPUBLICAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 065/2018

Objeto: Contratação de instituição financeira, empresa ou consórcio, nacional ou internacional, para execução da gestão financeira no sistema cashless, nas edições da "Oktoberfest" de 2018, 2019, 2020, 2021 e 2022 - (LOTE 1) e nas edições da "Sommerfest" de 2019, 2020, 2021, 2022 e 2023 -(LOTE 2), conforme cláusulas e anexos do edital. – PROEB. Entrega e protocolo dos envelopes: dia 09 de julho de 2018, até às 09:00 horas. Início da sessão: dia 09 de julho de 2018, às 09:30 horas. Edital completo: via e-mail: lene@blumenau.sc.gov.br e/ou no site oficial do município <http://www.blumenau.sc.gov.br/transparencia>. Base Legal: Decreto Municipal nº 7732/04, Lei Federal: nº 10.520/02 e, subsidiariamente e nº 8.666/93 e alterações. Lei Complementar nº 123/2006 e alteração. Blumenau, 26/06/2018 – Anderson Rosa – Secretário Municipal de Administração.

RESOLUÇÃO COPLAN Nº 03/2018

Publicação Nº 1664358

RESOLUÇÃO Nº. 03, DE 13 DE JUNHO DE 2018.

APROVA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2019, ALTERA ÍNDICE URBANÍSTICO EM IMÓVEL EM ZLE1, APROVA ESTUDO DE IMPACTO DE VIZINHANÇA, APROVA DESAFETAÇÃO DE ÁREA E APROVA IMPLANTAÇÃO DE VIA PROJETADA.

O Conselho Municipal de Planejamento Urbano do Município de Blumenau, no uso de suas atribuições e em conformidade a Lei Complementar 836, de 19 de dezembro de 2011 e, tendo em vista as deliberações adotadas pela plenária em reunião no dia 06 de Junho,

Resolve:

Art. 1º. Aprovar:

I – a Previsão de Receitas, Metas e Prioridades relativas à Lei de Diretrizes Orçamentárias do Exercício de 2019 do Fundo Municipal de Planejamento Urbano – conforme Anexos;

II – o índice urbanístico relativo à altura, que passa a ser de 22,00 m (vinte e dois metros) no imóvel localizado em ZLE1 – Zona de Localização Especial 1, situado na Alameda Rio Branco nº165, Bairro Centro, de propriedade de Sociedade Evangélica Das Senhoras De Blumenau, conforme consta no Processo Administrativo nº. 6382/2017;

III – o Estudo de Impacto de Vizinhança – EIV do empreendimento de propriedade de Cetilpark Residence Incorporacoes Imobiliarias Spe Ltda, de acordo com o processo administrativo nº. 966/2018;

IV – a desafetação da área pública, de 224,43 m2, situado na Rua dos Caçadores, conforme consta no Processo Administrativo nº 10.491/2017;

V – a implantação de via pública projetada em terreno de propriedade de Andalusia Administradora de Bens Ltda. conforme consta no Processo Administrativo nº. 5517/2018.

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua homologação.

IVO BACHMANN JR.

Presidente do Conselho Municipal de
Planejamento Urbano – COPLAN

EXTRATO Nº 323/2018 - FURB

Publicação Nº 1664361

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 323/2018

Inexigibilidade de Licitação nº. 271/2018

A Fundação Universidade Regional de Blumenau, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Antônio da Veiga, nº. 140, CNPJ nº. 82.662.958/0001-02, torna público que após o devido processo legal, inexigível o procedimento em epígrafe com fundamento na Instrução Normativa nº. 003/2016/Reitoria, Artigo 25, Caput da Lei 8.666/1993 e o Parecer Jurídico nº 152/2016/2018/PROGEF e demais alterações, para Pagamento de inscrição para participação no Evento 21 st QMOD Conference on Quality and Service Sciences ICQSS 2018, a ser realizado de 22 a 24 agosto 2018 em Wales no Reino Unido. Contratado: CARDIFF UNIVERSITY – REINO UNIDO. Fundamento Legal: Instrução Normativa nº. 003/2016/ Reitoria, Artigo 25, Caput da Lei 8.666/1993 e o Parecer Jurídico nº 152/2016/PROGEF. Forma de Pagamento: Até dia 30/06/2018 para confirmação da inscrição. Valor Total/Programa de Trabalho/Elemento de Despesa/Rubrica: R\$ 2.585,00 (dois mil quinhentos e oitenta e cinco reais) / 01.30.12.364.0076.2030 (Projetos Especiais)/ 3.3.90 (Outros Despesas Correntes)/3.3.90.39.48 (Serviços de Seleção e Treinamento).

Blumenau, 22 de junho de 2018.

Prof. Dr. João Natel Pollonio Machado
Reitor da FURB

EXTRATO Nº 326/2018 - FURB

Publicação Nº 1664362

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 326/2018

PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU
e
EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS

ADITIVO Nº 04 – PRORROGAÇÃO VIGÊNCIA CONTRATUAL
CONTRATO MÚLTIPLO, COM NUMERAÇÃO EMITIDA PELO CORREIO DE Nº. 9912400275 – DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 064/2016.

OBJETO: contratação de serviços de correspondências/encomendas não exclusivos com a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

Clausula Primeira – Do objeto:

O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação da vigência do Contrato original por mais 12 meses.

Clausula Segunda – Da Prorrogação:

Em conformidade com o art. 57, II da Lei nº. 8.666/93 e com a cláusula sétima do contrato ora aditado, as partes acordam em prorrogar o contrato por 12 (doze) meses, de 01/08/2018 até 01/08/2019.

Cláusula Quarta – Da Dotação Orçamentária:

4.1. Os recursos orçamentários previstos na Cláusula Décima – Da Dotação Orçamentária do contrato ora aditado para a cobertura das despesas decorrentes deste Contrato têm seu valor estimado em R\$ 12.000,00 (doze mil reais) mensais.

4.2. A classificação destas despesas se dará da seguinte forma:

Elemento de Despesa: 3.3.90.00.00.00.00.00

Projeto/Atividade: 01.09.12.364.0076.2009 – Pró-Reitoria de

Administração da FURB.

Clausula Sexta – Da Ratificação:

Ficam mantidas e ratificadas, em seu inteiro teor, todas as demais cláusulas e condições do Contrato originário, não modificadas pelo presente instrumento.

Blumenau, 22 de junho de 2018.

EXTRATO Nº 327/2018 - FURB

Publicação Nº 1664363

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 327/2018

PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU
e
EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS

ADITIVO Nº 04 – PRORROGAÇÃO VIGÊNCIA CONTRATUAL
CONTRATO MÚLTIPLO, COM NUMERAÇÃO EMITIDA PELO COR-
REIO DE Nº. 9912400275 – INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº
088/2016.

OBJETO: contratação de serviços de correspondências de exclusivi-
dade da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

Clausula Primeira – Do objeto:

O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação da vigência do Contrato original por mais 12 meses.

Clausula Segunda – Da Prorrogação:

Em conformidade com o art. 57, II da Lei nº. 8.666/93 e com a cláusula sétima do contrato ora aditado, as partes acordam em prorrogar o contrato por 12 (doze) meses, de 01/08/2018 até 01/08/2019.

Cláusula Quarta – Da Dotação Orçamentária:

4.1. Os recursos orçamentários previstos na Cláusula Décima – Da Dotação Orçamentária do contrato ora aditado para a cobertura das despesas decorrentes deste Contrato têm seu valor estimado em R\$ 12.000,00 (doze mil reais) mensais.

4.2. A classificação destas despesas se dará da seguinte forma:

Elemento de Despesa: 3.3.90.00.00.00.00.00

Projeto/Atividade: 01.09.12.364.0076.2009 – Pró-Reitoria de Ad-
ministração da FURB.

Clausula Sexta – Da Ratificação:

Ficam mantidas e ratificadas, em seu inteiro teor, todas as demais cláusulas e condições do Contrato originário, não modificadas pelo presente instrumento.

Blumenau, 22 de junho de 2018.

EXTRATO Nº 329/2018 - FURB

Publicação Nº 1664364

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 329/2018

PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU
E

NITROTEC COMÉRCIO DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS LTDA

OBJETO: Registro de Preços para aquisições futuras de gases engarrafados, com cilindros em comodato (quando necessário), para diversos setores da Universidade.

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial (SRP) nº 125/2018 e Ata de Registro de Preços nº 149/2018 firmado em 15 de junho de 2018.

PREÇO: O preço ofertado pela empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços é o abaixo informado, de acordo com a respectiva classificação:

Item	Código URB	Qtde.	Und.	Descrição do Item	Preço Unitário (em R\$)	Preço Total do Item (em R\$)
2	19393	4000	Litros	Nitrogênio Líquido	2,90	11.600,00
Preço Total (em R\$)				11.600,00		
Preço Total (em reais, por extenso)				Onze mil e seiscentos reais.		

PAGAMENTO: O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias consecutivos após a efetiva entrega (com descarga) dos produtos, desde que estes sejam aprovados pela Gestão Contratual e sigam acompanhados da respectiva Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), através de depósito bancário (hipótese na qual a NF-e deverá conter os dados bancários da CONTRATADA) ou de boleto bancário (caso no qual tal documento deverá acompanhar a NF-e).

PRAZO DE VIGÊNCIA: Esta Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, a partir de sua assinatura.

DATA: 25/06/2018

CÂMARA MUNICIPAL**RESOLUÇÃO 496**

Publicação Nº 1663963

RESOLUÇÃO Nº 496

ALTERA, TEMPORARIAMENTE, HORÁRIO DE INÍCIO DAS REUNIÕES ORDINÁRIAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU, NA SESSÃO LEGISLATIVA DO ANO DE 2018.

MARCOS DA ROSA, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 36, VIII, do Regimento Interno, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele promulga a seguinte resolução:

Art. 1º Fica alterado, temporariamente, para as 9h (nove horas), o horário de início das reuniões ordinárias da Câmara Municipal de Blumenau, na sessão legislativa do ano de 2018, no período de 3 de julho a 4 de outubro.

Parágrafo único. A partir do dia 9 de outubro de 2018, as reuniões ordinárias da Câmara Municipal de Blumenau terão início às 15h (quinze horas), conforme disposto no Regimento Interno.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU, EM 19 DE JUNHO DE 2018.
MARCOS DA ROSA
Presidente

ALMIR VIEIRA
Vice-Presidente

JOSÉ DE SOUZA MARCELO LANZARIN
1º Secretário 2º Secretário

DECRETO 1.001

Publicação Nº 1663964

DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.001

APROVA AS CONTAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU DO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2016.

MARCOS DA ROSA, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 36, VIII, do Regimento Interno, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele promulga o seguinte decreto legislativo:

Art. 1º Ficam aprovadas as contas da Prefeitura Municipal de Blumenau referentes ao exercício financeiro de 2016.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU, EM 19 DE JUNHO DE 2018.
MARCOS DA ROSA
Presidente

ALMIR VIEIRA
Vice-Presidente

JOSÉ DE SOUZA MARCELO LANZARIN
1º Secretário 2º Secretário

MD 2971

Publicação Nº 1663968

RESOLUÇÃO MD Nº 2.971

EXONERAR SERVIDOR PÚBLICO DE CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

MARCOS DA ROSA, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o art. 36, VIII, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Blumenau, faz saber que a Mesa Diretora edita e ele promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º É exonerado, em 7 de junho de 2018, o servidor público Carlos Alberto Raulino dos Santos, ocupante do cargo de Assessor Político, de provimento em comissão, lotado no Gabinete do Vereador Marcos da Rosa - do Quadro de Servidores Públicos da Câmara Municipal de Blumenau.

Art. 2º É determinado à Coordenação de Gestão de Pessoas que proceda ao assentamento do disposto nesta Resolução, na ficha funcional do servidor público.

Art. 3º Esta Resolução da Mesa Diretora entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU, 7 DE JUNHO DE 2018.
MARCOS DA ROSA
Presidente

ALMIR VIEIRA
Vice-Presidente

JOSÉ DE SOUZA MARCELO LANZARIN
1º Secretário 2º Secretário

MD 2972

Publicação Nº 1663969

RESOLUÇÃO MD Nº 2.972

NOMEIA TIAGO DE BRITTO LIMA EM CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

Marcos da Rosa, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 36, VIII, do Regimento Interno, faz saber que a Mesa Diretora edita e ele promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º É nomeado, em 8 de junho de 2018, Tiago de Britto Lima, no cargo de Assessor Político, de provimento em comissão, lotado no Gabinete do Vereador Marcos da Rosa - do Quadro de Servidores Públicos da Câmara Municipal de Blumenau, nos termos da Resolução nº 423, de 16 de maio de 2013 e suas alterações.

Art. 2º É determinado à Coordenação de Gestão de Pessoas que proceda ao assentamento do disposto nesta Resolução, na ficha funcional do servidor público.

Art. 3º Esta Resolução da Mesa Diretora entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU, 8 DE JUNHO DE 2018.

Marcos da Rosa Presidente		

Almir Vieira Vice-Presidente	
José de Souza 1º Secretário	Marcelo Lanzarin 2º Secretário

MD 2973

Publicação Nº 1663970

RESOLUÇÃO MD Nº 2.973**EXONERA SERVIDORA PÚBLICA DE CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.**

MARCOS DA ROSA, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o art. 36, VIII, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Blumenau, faz saber que a Mesa Diretora edita e ele promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º É exonerada, em 8 de junho de 2018, a servidora pública Adriana Fischer Setter, ocupante do cargo de Coordenador de Cerimonial, de provimento em comissão, lotado na Diretoria Legislativa - do Quadro de Servidores Públicos da Câmara Municipal de Blumenau.

Art. 2º É determinado à Coordenação de Gestão de Pessoas que proceda ao assentamento do disposto nesta Resolução, na ficha funcional do servidor público.

Art. 3º Esta Resolução da Mesa Diretora entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU, 8 DE JUNHO DE 2018.

MARCOS DA ROSA

Presidente

ALMIR VIEIRA

Vice-Presidente

JOSÉ DE SOUZA MARCELO LANZARIN

1º Secretário 2º Secretário

MD 2974

Publicação Nº 1663974

RESOLUÇÃO MD Nº 2.974**NOMEIA TAMIRES DOS SANTOS EM CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.**

Marcos da Rosa, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 36, VIII, do Regimento Interno, faz saber que a Mesa Diretora edita e ele promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º É nomeada, em 11 de junho de 2018, Tamires dos Santos, no cargo de Coordenador de Cerimonial, de provimento em comissão, lotado na Diretoria Legislativa – do Quadro de Servidores Públicos da Câmara Municipal de Blumenau, nos termos da Resolução nº 423, de 16 de maio de 2013 e suas alterações.

Art. 2º É determinado à Coordenação de Gestão de Pessoas que proceda ao assentamento do disposto nesta Resolução, na ficha funcional do servidor público.

Art. 3º Esta Resolução da Mesa Diretora entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU, 11 DE JUNHO DE 2018.

Marcos da Rosa Presidente	
Almir Vieira Vice-Presidente	
José de Souza 1º Secretário	Marcelo Lanzarin 2º Secretário

MD 2975

Publicação Nº 1663977

RESOLUÇÃO MD Nº 2.975**EXONERA SERVIDOR PÚBLICO DE CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.**

MARCOS DA ROSA, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o art. 36, VIII, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Blumenau, faz saber que a Mesa Diretora edita e ele promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º É exonerado, em 13 de junho de 2018, o servidor público André Rodrigo Naumann, ocupante do cargo de Assessor Político, de provimento em comissão, lotado no Gabinete do Vereador Alexandre Caminha - do Quadro de Servidores Públicos da Câmara Municipal de Blumenau.

Art. 2º É determinado à Coordenação de Gestão de Pessoas que proceda ao assentamento do disposto nesta Resolução, na ficha funcional do servidor público.

Art. 3º Esta Resolução da Mesa Diretora entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU, 13 DE JUNHO DE 2018.

MARCOS DA ROSA

Presidente

ALMIR VIEIRA

Vice-Presidente

JOSÉ DE SOUZA MARCELO LANZARIN

1º Secretário 2º Secretário

MD 2976

Publicação Nº 1663978

RESOLUÇÃO MD Nº 2.976**NOMEIA LUCIO MAURO DA ROCHA EM CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.**

Marcos da Rosa, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 36, VIII, do Regimento Interno, faz saber que a Mesa Diretora edita e ele promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º É nomeado, em 14 de junho de 2018, Lucio Mauro da Rocha, no cargo de Assessor Político, de provimento em comissão, lotado no Gabinete do Vereador Alexandre Caminha – do Quadro de Servidores Públicos da Câmara Municipal de Blumenau, nos termos da Resolução nº 423, de 16 de maio de 2013 e suas alterações.

Art. 2º É determinado à Coordenação de Gestão de Pessoas que proceda ao assentamento do disposto nesta Resolução, na ficha funcional do servidor público.

Art. 3º Esta Resolução da Mesa Diretora entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU, 14 DE JUNHO DE 2018.

Marcos da Rosa Presidente	
Almir Vieira Vice-Presidente	
José de Souza 1º Secretário	Marcelo Lanzarin 2º Secretário

MD 2977

Publicação Nº 1663980

RESOLUÇÃO MD Nº 2.977

HOMOLOGA A ESTABILIDADE DA SERVIDORA PÚBLICA HELENA MARIA MELCHIORETTO NO QUADRO DE CARREIRA DA CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU.

MARCOS DA ROSA, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 36, VIII, do Regimento Interno, faz saber que a Mesa Diretora edita e ele promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º Fica aprovada no Estágio Probatório, conforme avaliações da Comissão Especial e considerada estável no serviço público, em 15 de junho de 2018, a servidora pública Helena Maria Melchiorretto, no cargo de Agente Legislativo, pertencente ao Quadro de Carreira da Câmara Municipal de Blumenau.

Art. 2º Fica determinado à Coordenação de Gestão de Pessoas da Câmara Municipal, que proceda ao assentamento do disposto nesta Resolução, na ficha individual da servidora pública indicada no art. 1º, para que gere os efeitos legais.

Art. 3º Esta Resolução da Mesa Diretora entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU, 15 DE JUNHO DE 2018.

MARCOS DA ROSA
Presidente

ALMIR VIEIRA
Vice-Presidente

JOSÉ DE SOUZA MARCELO LANZARIN
1º Secretário 2º Secretário

MD 2978

Publicação Nº 1663981

RESOLUÇÃO MD Nº 2.978

EXONERA SERVIDOR PÚBLICO DE CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

MARCOS DA ROSA, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o art. 36, VIII, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Blumenau, faz saber que a Mesa Diretora edita e ele promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º É exonerado, em 15 de junho de 2018, o servidor público

Wagner Gracietti Hoefling, ocupante do cargo de Assessor Político, de provimento em comissão, lotado no Gabinete do Vereador Bruno Cunha - do Quadro de Servidores Públicos da Câmara Municipal de Blumenau.

Art. 2º É determinado à Coordenação de Gestão de Pessoas que proceda ao assentamento do disposto nesta Resolução, na ficha funcional do servidor público.

Art. 3º Esta Resolução da Mesa Diretora entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU, 15 DE JUNHO DE 2018.

MARCOS DA ROSA
Presidente

ALMIR VIEIRA
Vice-Presidente

JOSÉ DE SOUZA MARCELO LANZARIN
1º Secretário 2º Secretário

MD 2979

Publicação Nº 1663982

RESOLUÇÃO MD Nº 2.979

EXONERA SERVIDOR PÚBLICO DE CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

MARCOS DA ROSA, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o art. 36, VIII, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Blumenau, faz saber que a Mesa Diretora edita e ele promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º É exonerado, em 20 de junho de 2018, o servidor público Braz Roncáglio, ocupante do cargo de Assessor Político, de provimento em comissão, lotado no Gabinete do Vereador Alexandre Caminha - do Quadro de Servidores Públicos da Câmara Municipal de Blumenau.

Art. 2º É determinado à Coordenação de Gestão de Pessoas que proceda ao assentamento do disposto nesta Resolução, na ficha funcional do servidor público.

Art. 3º Esta Resolução da Mesa Diretora entra em vigor na data de sua publicação, gerando efeitos a partir de 20 de junho de 2018.

CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU, 18 DE JUNHO DE 2018.

MARCOS DA ROSA
Presidente

ALMIR VIEIRA
Vice-Presidente

JOSÉ DE SOUZA MARCELO LANZARIN
1º Secretário 2º Secretário

MD 2980

Publicação Nº 1663983

RESOLUÇÃO MD Nº 2.980

NOMEIA CAESER AUGUSTO KOMOCHENA EM CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

Marcos da Rosa, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 36, VIII, do Regimento Interno, faz saber que a Mesa Diretora edita e ele promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º É nomeado, em 18 de junho de 2018, Caesar Augusto Komoचना, no cargo de Assessor Político, de provimento em comissão, lotado no Gabinete do Vereador Bruno Cunha – do Quadro de

Servidores Públicos da Câmara Municipal de Blumenau, nos termos da Resolução nº 423, de 16 de maio de 2013 e suas alterações.

Art. 2º É determinado à Coordenação de Gestão de Pessoas que proceda ao assentamento do disposto nesta Resolução, na ficha funcional do servidor público.

Art. 3º Esta Resolução da Mesa Diretora entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU, 18 DE JUNHO DE 2018.

Marcos da Rosa Presidente	
Almir Vieira Vice-Presidente	
José de Souza 1º Secretário	Marcelo Lanzarin 2º Secretário

MD 2981

Publicação Nº 1663984

RESOLUÇÃO MD Nº 2.981

AUTORIZA A PARTICIPAÇÃO DE VEREADOR EM REUNIÃO NO SENADO FEDERAL.

MARCOS DA ROSA, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o art. 36, VIII, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Blumenau, faz saber que a Mesa Diretora edita e ele promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º Fica autorizada a participação do Vereador Jovino Cardoso Neto, em reunião no Senado Federal para tratar de assuntos pertinentes ao Município, no dia 1º de julho de 2018, em Brasília (DF).

Art. 2º Fica autorizado o pagamento das despesas de transporte aéreo de ida e volta e de uma diária "A" e uma diária "B", conforme tabela própria, ao Vereador participante.

Art. 3º As despesas com a execução desta Resolução correrão por conta de verbas próprias, consignadas no orçamento vigente da Câmara Municipal.

Art. 4º Após o retorno, o Vereador deverá apresentar ao Plenário, um relatório sobre a sua participação na reunião.

Art. 5º Esta Resolução da Mesa Diretora entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU, 18 DE JUNHO DE 2018.

MARCOS DA ROSA
Presidente

ALMIR VIEIRA
Vice-Presidente

JOSÉ DE SOUZA MARCELO LANZARIN
1º Secretário 2º Secretário

Bom Jardim da Serra

PREFEITURA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 003/2018 DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

Publicação Nº 1663879

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 03/2018

PARA OS APROVADOS NO EDITAL Nº 003/2018 DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

O Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, Serginho Rodrigues de Oliveira, no uso de suas atribuições legais, convoca os candidatos abaixo relacionados, aprovados no Edital nº 003/2018 de Concurso Público, realizado entre os dias 06 á 08 de junho de 2018, para comparecerem na Secretaria Municipal de Administração/Setor de Recursos Humanos, na Rua Manoel Cecílio Ribeiro, nº 68, centro, Bom Jardim da Serra – SC, no período de 26/06/2018 a 27/06/2018, das 12h30 às 18h30, a fim de apresentar os documentos abaixo descritos.

Os candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado do Edital nº 003/2018, quando da sua convocação, terão o prazo máximo de 02 (dois) dias corridos, após a publicação no site da Prefeitura Municipal, para apresentar todos os documentos exigidos e descritos no ato da convocação, conforme item 8.1 do Edital nº 003/2018.

O Convocado que não apresentar a documentação exigida, não comprovar os requisitos para investidura do cargo ou não pedir prorrogação de posse, implicará na impossibilidade de aproveitamento do candidato aprovado, anulando-se todos os atos e efeitos decorrentes da inscrição no Processo Seletivo, conforme item 8.3 do Edital nº 003/2018.

Relação dos Convocados:

Cargo: Enfermeiro Padrão

Nome	Nº Inscrição	Data Nasc.	Classificação
Thaís da Silva Amaral	004	20/08/1992	3º

Relação de Documento para Admissão:

I – CPF;

II – Identidade;

III – Título de Eleitor;

IV – Comprovação da quitação eleitoral;

V- Carteira de Trabalho;

VI – Número do PIS/PASEP;

VII – Carteira de Reservista (Homens);

VIII – Comprovação da Habilitação Exigida (Diploma e Histórico);

IX- Carteira de registro do Órgão de Classe (conforme sua formação);

X – Atestado Médico Admissional (médico Trabalhista);

XI – 1 foto 3x4;

XII – Comprovação de dependentes;

XIII – Comprovação de Estado Civil;

XIV – Certidão Cível e Criminal;

XV – Carteira de motorista (cargos onde for necessário)

XVI – Grupo sanguíneo;

XVII – Comprovação da não acumulação de cargos;

XVIII – Número de conta corrente;

XIX – Comprovante de Endereço; e

XX – Declaração de Bens.

Bom Jardim da Serra – SC, 25 de junho de 2018.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 018/2018

Publicação Nº 1664261

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 18/2018

PARA OS APROVADOS NO EDITAL Nº 001/2018 DE CONCURSO PÚBLICO

O Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, Serginho Rodrigues de Oliveira, no uso de suas atribuições legais, convoca os candidatos abaixo relacionados, aprovados no Edital nº 001/2018 de Concurso Público, realizado no dia 04 de Março de 2018, para comparecerem na Secretaria Municipal de Administração/Setor de Recursos Humanos, na Rua Manoel Cecílio Ribeiro, nº 68, centro, Bom Jardim da Serra – SC, no período de 26/06/2018 a 27/07/2018, das 12h30 às 18h30, a fim de apresentar os documentos abaixo descritos.

Os candidatos aprovados no Concurso Público do Edital nº 001/2018, quando da sua convocação, terão o prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, após a publicação no site da Prefeitura Municipal, para apresentar todos os documentos exigidos e descritos no ato da convocação, conforme item 17.11 do Edital nº 001/2018.

O Convocado que não apresentar a documentação exigida, não comprovar os requisitos para investidura do cargo ou não pedir prorrogação de posse, implicará na impossibilidade de aproveitamento do candidato aprovado, anulando-se todos os atos e efeitos decorrentes da inscrição no Concurso, conforme item 17.16 do Edital nº 001/2018.

Relação dos Convocados:

Cargo: Professor Municipal I – 20h

Nome	Nº Inscrição	Data Nasc.	Classificação
Sirney Mary dos Santos	877503	15/12/1982	13º
Naiana Aparecida Bibiana	873420	12/02/1985	14º
Bruna da Silva	877797	22/02/1993	15º
Laiane Aparecida Padilha Machado Melo	852246	14/08/1986	16º
Miriane de Souza Melo	854550	21/01/1986	17º
Tatiani Amanda Zapelini	883013	24/03/1984	18º
Luciana Rodrigues	877783	19/12/1984	19º
Daiana de Souza Amaral	875813	07/11/1982	20º

Relação de Documentos para Admissão:

- I – CPF;
- II – Identidade;
- III – Título de Eleitor;
- IV – Comprovação da quitação eleitoral;
- V- Carteira de Trabalho;
- VI – Número do PIS/PASEP;
- VII – Carteira de Reservista (Homens);
- VIII – Comprovação da Habilitação Exigida (Diploma e Histórico);
- IX- Carteira de registro do Órgão de Classe (conforme sua formação);
- X – Atestado Médico Admissional (médico Trabalhista);
- XI – 1 foto 3x4;
- XII – Comprovação de dependentes;
- XIII – Comprovação de Estado Civil;
- XIV – Certidão Cível e Criminal (federal e estadual);
- XV – Carteira de motorista (cargos onde for necessário);
- XVI – Grupo sanguíneo;
- XVII – Comprovação da não acumulação de cargos;
- XVIII – Número de conta corrente;
- XIX – Comprovante de Endereço;
- XX – Declaração de Bens.

Bom Jardim da Serra – SC, 25 de Junho de 2018.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA
PREFEITO MUNICIPAL

Bom Jesus do Oeste

CÂMARA MUNICIPAL

DECRETO LEGISLATIVO Nº 178-2018. NOMEAÇÃO DE COMISSÃO DE LICITAÇÃO E PREGOEIRA

Publicação Nº 1664223

DECRETO LEGISLATIVO Nº 178/18, DE 25 DE JUNHO DE 2018.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES E PREGOEIRA OFICIAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE BOM JESUS DO OESTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

IVALDO DEFENDI RIBEIRO, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas na Seção IV (Atribuições da Câmara Municipal) artigo 44, incisos XXX, do Regimento Interno e a Lei Complementar Legislativa Nº 01/2013:

DECRETA:

Art. 1º. Fica pelo presente Decreto nomeada, a Comissão Permanente de Licitações da Câmara Municipal de Vereadores de Bom Jesus do Oeste – SC, composta conforme segue:

Presidente: Adriana Estefani;

Secretário: Janaíne Selig;

Membros: Solange Andrea Bonni De Bastiani e Janiara Keller Ceccon.

Art. 2º. Fica nomeada como Pregoeira Oficial a Servidora Municipal ADRIANA ESTEFANI, sendo membros nesta modalidade de Licitação os seguintes membros: Janaíne Selig; Solange Andrea Bonni De Bastiani e Janiara Keller Ceccon.

Art. 3º. Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade á publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art. 3º da Lei do Legislativo nº 04/2013 de 18 de setembro de 2013.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Vereadores de Bom Jesus do Oeste - SC, aos 25 de junho de 2018.

IVALDO DEFENDI RIBEIRO

Presidente da Câmara Municipal

Elmer Zimmermann

1º Secretário da Mesa Diretora

Bom Retiro

PREFEITURA

EXTRATO CONTRATO 145/2018 E ERRATA CONTRATO 42/2018

Publicação Nº 1664290

Extrato Contrato 145/2018 Pregão Presencial 20/2017

Contratante: Município de Bom Retiro

Contratado: Peçalub Comércio de Peças, Equipamentos de Lubrificantes Ltda- ME.

Objeto: Registro de preços para aquisição de filtros, lubrificantes, baterias, fluídos e graxas, para manutenção dos veículos da Secretaria de Administração, Secretaria de Educação, Secretaria de Agricultura, Secretaria de Transportes e Obras, Funrebom, Gabinete do Prefeito, Fundo de Saúde e Fundo de Assistência Social.

Valor Total: R\$ 3.410,00 (três mil quatrocentos e dez reais)

ERRATA

O Município de Bom Retiro vem a público retificar Extrato Contrato 42/2018, publicado dia 22/06/2018. Alterar

ONDE SE LÊ:

Extrato Primeiro Termo Aditivo do Contrato 42/2018

Contratante: Município de Bom Retiro

Contratado: Comercial Cirúrgica Rioclarense Ltda.

Constitui objeto do presente Termo Aditivo o reequilíbrio econômico-financeiro do item 48 (Leite integral LONGA VIDA (UHT) no percentual de 25%, passando a caixa com 12 unid. de R\$ 31,56 para R\$ 41,98, conforme faculta legislação vigente.

LEIA-SE:

Extrato Primeiro Termo Aditivo do Contrato 42/2018

Contratante: Município de Bom Retiro

Contratado: AP Oeste Comercio Ltda.

Constitui objeto do presente Termo Aditivo o reequilíbrio econômico-financeiro do item 48 (Leite integral LONGA VIDA (UHT) no percentual de 25%, passando a caixa com 12 unid. de R\$ 31,56 para R\$ 41,98, conforme faculta legislação vigente.

Bom Retiro, 26 de junho de 2018.

Vilmar José Neckel

Prefeito Municipal

Botuvera

PREFEITURA

EDITAL P.L. Nº 65 P.P 46 SRP ELABORAÇÃO DE PROJETOS PREVENTIVOS CONTRA INCÊNDIOS.

Publicação Nº 1663509

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 65/2018-PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº46/2018

O MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ torna público que se encontra aberto Processo Licitatório para Contratação de empresa para elaboração de projetos preventivos contra incêndios. Recebimento da documentação e propostas: 09/07/2018, até as 14:00 Horas. Abertura da sessão na mesma data e horário. Local, Sala de Licitações da Prefeitura, sito a Rua João Morelli, 66, Centro, Botuverá/SC. Edital e informações no setor de Licitações no mesmo endereço, Fone/Fax (47) 3359-1170 e e-mail licitacao1@botuvera.sc.gov.br, e site www.botuvera.sc.gov.br. Botuverá-SC, 26 de junho de 2018.

JOSÉ LUIZ COLOMBI

Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO 35/2018- RUFINO PAULINI

Publicação Nº 1663767

Extrato de Contrato nº 35/2018

Contratante: Município de Botuverá

Contratada: Rufino Paulini

Valor: R\$ 7.900,00 (sete mil e novecentos reais)

Objeto: Prestação de Serviços técnicos especializados na montagem da serra antiga tipo tico-tico (pica-pau), reforma de calha e roda d'água, instalação de transmissões de engenhos e outros serviços pertinentes no Museu do Parque das Grutas.

Fund.Legal: Art. 24, Inciso II da Lei Federal 8.666/93.

Braço do Trombudo

PREFEITURA

ATA REGISTRO DE PREÇOS 22 2018

Publicação Nº 1662003

Página: 1/2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 22/2018

Número do Registro de Preços: 22/2018		Data do Registro: 25/06/2018		Válido até: 25/06/2019			
Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de recarga de cilindro P45, objetivando atender a demanda do refeitório dos servidores públicos municipais de Brago do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Recarga de cilindro P45 Kg - Gás GLP (22570)	UND	L. TRAPP & CIA LTDA (7649)	Liquigas	0	300,0000	1

Página: 2/2

Válido até: 25/06/2019

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
------	---------------	-------	------------	-------------	-------------	----------------	----------

REGISTRO DE PREÇOS Nº 22/2018
PROCESSO Nº 28/2018

(7649) - I. TRAPP & CIA LTDA

Braço do Trombudo, 25 de Junho de 2018.

Brusque

PREFEITURA

DECRETO Nº 8161-2018

Publicação Nº 1664569

DECRETO Nº. 8.161, DE 15 DE JUNHO DE 2018.
"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E ESPECIAL"

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, usando da competência que lhe confere o art. 23º da Lei nº 4.107 de 19.12.2017, a Lei nº 4.079 de 20.09.17, o inc. IV do art. 82º da LOM, e a Lei Federal nº 4.320/1964.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito suplementar e especial no Orçamento Fiscal, em vigência do Município, no Fundo Municipal de Assistência Social, no valor de R\$ 18.609,66 (Dezoito Mil, Seiscentos e Nove Reais e Sessenta e Seis Centavos), para atender a programação abaixo especificada:

30.00 Fundo Municipal de Assistência Social
30.001 Fundo Municipal de Assistência Social
008.0244.0255.2326 Gestão SUAS
4.4.90.00 Aplicações Diretas – Investimentos
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 7.787,80
3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 10.000,00
008.0244.0255.2327 Proteção Social Especial – Média Complexidade
3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes
0.3.65.2301 FEAS – Média Investimento
VALOR R\$ 5,12
008.0244.0255.2329 Proteção Social Básica
3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes
0.3.65.2401 FEAS – Básica Investimento
VALOR R\$ 809,12
008.0244.0255.2328 Proteção Social Especial – Alta Complexidade
3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes
0.1.65.2102 FEAS – Alta Custeio
VALOR R\$ 7,62

Art. 2º - Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de:

I - Anulação parcial de dotações do orçamento vigente, conforme abaixo especificadas:

30.00 Fundo Municipal de Assistência Social
30.001 Fundo Municipal de Assistência Social
008.0244.0255.2326 Gestão SUAS
3.1.90.00 Aplicações Diretas – Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 17.787,80
008.0244.0255.2327 Proteção Social Especial – Média Complexidade
4.4.90.00 Aplicações Diretas – Investimentos
0.3.65.2301 FEAS – Média Investimento
VALOR R\$ 5,12
008.0244.0255.2329 Proteção Social Básica
4.4.90.00 Aplicações Diretas – Investimentos
0.3.65.2401 FEAS – Básica Investimento
VALOR R\$ 809,12

II – Excesso de arrecadação do exercício corrente na seguinte receita/vínculo:

0.1.65.2102	FEAS – Alta Custeio
Valor Orçado	R\$ 0,00
Valor arrecadado até a data de 15/06/2018.	R\$ 7,62
Excesso de arrecadação até a data de 15/06/2018.	R\$ 7,62
Valor a Utilizar	R\$ 7,62

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 15/06/2018, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

Prefeitura Municipal de Brusque, 15 de Junho de 2018.
JONAS OSCAR PAEGLE Dr. EDSON RISTOW
Prefeito Municipal Procurador Geral do Município

EDENA BEATRIS CENSI
Secretária de Orçamento e Gestão

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA
Chefe de Gabinete do Prefeito

EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO Nº 004-2018

Publicação Nº 1664570

EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO nº 004/2018, CELEBRADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE E A SOCIEDADE AMIGOS DE BRUSQUE. Objeto: cessão de um servidor municipal efetivo para a Sociedade Amigos de Brusque, para auxiliar nos trabalhos da casa museal, em especial, na rotina com a execução das ações de Educação Patrimonial desenvolvido pela rede municipal de ensino. Prazo de vigência: 01 (um) ano. Pelo Município de Brusque: Jonas Oscar Paegle, Prefeito de Brusque. Pela Sociedade Amigos de Brusque: Ricardo Vianna Hoffmann, Presidente. Data: 04 de junho de 2018.

PORTARIA Nº 12.566-2018

Publicação Nº 1664543

PORTARIA N. 12.566, DE 20 DE JUNHO DE 2018.

Designa servidor para exercer as funções de fiscal, relativas ao objeto do Contrato n. 039/2018, firmado entre o Município de Brusque e a empresa RMS Engenharia Ltda. ME.

O PREFEITO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c o Decreto Municipal n. 7.866, de 20 de setembro de 2016,

RESOLVE:

Art. 1º Designar Roberto Battisti Rockenbach, servidor público municipal, ocupante do cargo de Engenheiro Civil, com inscrição no CREA-SC n. 079162-6, para exercer as funções de fiscal dos serviços de elaboração de projetos básicos de engenharia para contenção de encostas da Rua Otaviano Rosa, neste município, a ser desenvolvido pela empresa RMS Engenharia Ltda. ME, contratada pelo Município de Brusque, por meio do Contrato n. 039/2018.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 20 de junho de 2018.
JONAS OSCAR PAEGLE
Prefeito de Brusque

Dr. EDSON RISTOW
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 12.567 -2018

Publicação Nº 1664544

PORTARIA N. 12.567, DE 20 DE JUNHO DE 2018.

Substitui servidor designado para exercer as funções de fiscal, relativas ao objeto do Contrato n. 111/2017, firmado entre o Município de Brusque e a empresa Múltiplos Serviços e Obras Ltda.

O PREFEITO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c o Decreto Municipal n. 7.866, de 20 de setembro de 2016,

RESOLVE:

Art. 1º Substituir o servidor Mauro Sérgio Fernandes, designado por meio da Portaria n. 12.261, de 13 de dezembro de 2017, pelo servidor Rafael Kniss, servidor público municipal, ocupante do cargo de Engenheiro Civil, com inscrição no CREA-SC 124.374-9, para exercer as funções de fiscal das obras de drenagem e pavimentação asfáltica da Rua Padre Antônio Eising, bairro Azambuja, a ser desenvolvida pela empresa Múltiplos Serviços e Obras Ltda., contratada pelo Município de Brusque, por meio do Contrato n. 111/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria n. 12.261, de 13 de dezembro de 2017.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 20 de junho de 2018.
JONAS OSCAR PAEGLE
Prefeito de Brusque

Dr. EDSON RISTOW
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 12.568-2018

Publicação Nº 1664545

PORTARIA N. 12.568, DE 20 DE JUNHO DE 2018.

Substitui servidora designada para exercer as funções de fiscal, relativas ao objeto do Contrato n. 004/2018, firmado entre o Município de Brusque e a empresa Forte Rocha Construtora Ltda. ME.

O PREFEITO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c o

Decreto Municipal n. 7.866, de 20 de setembro de 2016,

RESOLVE:

Art. 1º Substituir a servidora Lisandra Buss Cervi, designada por meio da Portaria n. 12.497, de 09 de maio de 2018, pelo servidor Mauro Sérgio Fernandes, servidor público municipal, ocupante do cargo de Engenheiro Civil, com inscrição no CREA-SC n. 136.618-1, para exercer as funções de fiscal das obras de reforma da Unidade Básica de Saúde Santa Terezinha, bairro Santa Terezinha, neste município, a ser desenvolvida pela empresa Forte Rocha Construtora Ltda. ME., contratada pelo Município de Brusque, por meio do Contrato n. 004/2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria n. 12.497, de 09 de maio de 2018.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 20 de junho de 2018.
JONAS OSCAR PAEGLE
Prefeito de Brusque

Dr. EDSON RISTOW
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 12.569-2018

Publicação Nº 1664546

PORTARIA N. 12.569, DE 20 DE JUNHO DE 2018.

Substitui servidora designada para exercer as funções de fiscal, relativas ao objeto do Contrato n. 011/2018, firmado entre o Município de Brusque e a empresa Dimense Engenharia e Construtora Ltda. ME.

O PREFEITO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c o Decreto Municipal n. 7.866, de 20 de setembro de 2016,

RESOLVE:

Art. 1º Substitui a servidora Lisandra Buss Cervi, designada por meio da Portaria n. 12.499, de 09 de maio de 2018, pelo servidor Mauro Sérgio Fernandes, servidor público municipal, ocupante do cargo de Engenheiro Civil, com inscrição no CREA-SC n. 136.618, para exercer as funções de fiscal das obras de reforma da Unidade Básica de Saúde Poço Fundo, bairro Poço Fundo, neste município, a ser desenvolvida pela empresa Dimense Engenharia e Construtora Ltda. ME., contratada pelo Município de Brusque, por meio do Contrato n. 011/2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria n. 12.499, de 09 de maio de 2018.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 20 de junho de 2018.
JONAS OSCAR PAEGLE
Prefeito de Brusque

Dr. EDSON RISTOW
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 12.570-2018

Publicação Nº 1664547

PORTARIA N. 12.570, DE 20 DE JUNHO DE 2018.

Designa servidora para exercer as funções de fiscal, relativas ao objeto do Contrato n. 039/2018, firmado entre o Município de Brusque e a empresa RMS Engenharia Ltda. ME.

O PREFEITO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c o Decreto Municipal n. 7.866, de 20 de setembro de 2016,

RESOLVE:

Art. 1º Designar Lisandra Buss Cervi, servidora pública municipal, ocupante do cargo de Arquiteta, com inscrição no CAU-A n. 50.567-6, para exercer as funções de fiscal dos serviços de revitalização da cobertura do Pavilhão de Eventos Maria Celina Vidotto Imhof, neste município, em razão dos danos gerados pelos fatores climáticos ocorridos no dia 23 de janeiro de 2018, conforme o Decreto n. 8.093/2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 20 de junho de 2018.
JONAS OSCAR PAEGLE
Prefeito de Brusque

Dr. EDSON RISTOW
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 12.586-2018

Publicação Nº 1664567

PORTARIA N. 12.586, DE 25 DE JUNHO DE 2018.

Nomeia servidor.

O PREFEITO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com a alínea a do inciso II do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar n. 143/2009 e alterações, Anexo I – E,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Carlos Alberto Tonkonoh para ocupar o cargo de provimento em comissão, Padrão CC-VI, como Chefe Operacional, lotado na Secretaria de Saúde, a partir de 26 de junho de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 25 de junho de 2018.

JONAS OSCAR PAEGLE
Prefeito de Brusque

HUMBERTO MARTINS FORNARI
Secretário de Saúde

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

PORTARIA Nº 12.587-2018

Publicação Nº 1664568

PORTARIA N. 12.587, DE 25 DE JUNHO DE 2018.

Nomeia servidor.

O PREFEITO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com a alínea a do inciso II do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar n. 143/2009 e alterações, Anexo I – E,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Maicon Pietro da Silva Arcemini para ocupar o cargo de provimento em comissão, Padrão CC-VI, como Chefe Operacional, lotado na Secretaria de Obras e Serviços Públicos/DGI, a partir de 26 de junho de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 25 de junho de 2018.
JONAS OSCAR PAEGLE
Prefeito de Brusque

RICARDO JOSÉ DE SOUZA
Secretário de Obras e Serviços Públicos

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

PORTARIA Nº 1502-2018

Publicação Nº 1664548

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE

Portaria nº 1502/2018

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, c/c com o Decreto nº 8.064/2017.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família, nos termos do art. 135 da Lei nº 147/2009, a(o) servidor(a) LARINETE DE FATIMA CHAGAS DOS SANTOS, sob matrícula 374253, nomeada por Concurso Público para o cargo de provimento efetivo de Técnico de Enfermagem, lotado(a) na Secretaria de Saúde, por 04 dias, no período compreendido entre 14/05/2018 a 17/05/2018.

Art. 2º - Durante a licença de que trata este artigo, a concessão da remuneração seguirá o disposto no art. 135, parágrafo único, da Lei Complementar nº 147/2009.

Art.3º - O estágio probatório ficará suspenso durante o período supra dito, com base na taxatividade do art. 26, § 5º, letra c, da Lei Complementar nº 147/2009.

Art. 4º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 14/05/2018, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 15 de Junho de 2018.

EDENA BEATRIS CENSI
Secretária de Orçamento e Gestão
Designada Responsável

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA
Diretora de Recursos Humanos

HUMBERTO FORNARI
Secretária da Saúde

PORTARIA Nº 1516.2018

Publicação Nº 1664549

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE

Portaria nº 1516/2018

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, c/c com o Decreto nº 8.064/2017.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família, nos termos do art. 135 da Lei nº 147/2009, a(o) servidor(a) CRISTIANE DOS SANTOS, sob matrícula 890731, nomeada por Concurso Público para o cargo de provimento efetivo de Assistente Social, lotado(a) na Secretaria da Saúde, por 03 dias, no período compreendido entre 07/05/2018 a 09/05/2018.

Art. 2º - Durante a licença de que trata este artigo, a concessão da remuneração seguirá o disposto no art. 135, parágrafo único, da Lei Complementar nº 147/2009.

Art.3º - O estágio probatório ficará suspenso durante o período supradito, com base na taxatividade do art. 26, § 5º, letra c, da Lei Complementar nº 147/2009.

Art. 4º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 07/05/2018, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 15 de Junho de 2018.

EDENA BEATRIS CENSI
Secretária de Orçamento e Gestão
Designada Responsável

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA
Diretora de Recursos Humanos

HUMBERTO FORNARI
Secretário da Saúde

PORTARIA Nº 1528-2018

Publicação Nº 1664551

PORTARIA Nº 1.528/2018

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, c/c com o Decreto

nº8.064/2017;

RESOLVE:

Art. 1º – Remover de Ofício, a servidora JOSÉ DA VEIGA, matrícula nº 726478, ocupante do cargo efetivo de AGENTE DE OBRAS, lotado na Secretaria Municipal de Obras para a Fundação Municipal e Zoobotânica.

Parágrafo único: A Remoção se dá por interesse da Municipalidade, bem como por interesse do Servidor, com fulcro no Art. 45, c/c Art. 50 da Lei 147/2009.

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Brusque, 18 de junho de 2018.

EDENA BEATRIS CENSI
Secretária de Orçamento e Gestão
Responsável

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA
Diretora
Recursos Humanos

RICARDO JOSÉ DE SOUZA
Secretário Municipal de Obras

PORTARIA Nº 1589-2018

Publicação Nº 1664552

Portaria nº 1589/2018

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, III, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, e c/c com o Decreto nº 8.064/2017.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença Prêmio, para o(a) servidor(a) MIRIAM LEDA SOARES, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, pelo prazo de 90 dias, no período compreendido entre 25/06/2018 a 22/09/2018, referente ao período aquisitivo iniciado em 01/02/2007.

Parágrafo Único – A licença que trata este artigo se dá com fulcro nos art. 144 e seguintes da LC 147/2009.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar a partir de 25/06/2018, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 25 de Junho de 2018.

EDENA BEATRIS CENSI
Secretaria de Orçamento e Gestão
Designada Responsável

ELIANI APARECIDA BUSNARDO BUOMO
Secretária Municipal de Educação

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA
Diretora de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 21-2018 - LEGISLATVO

Publicação Nº 1664553

Portaria Nº 21, de 25 de junho de 2018.

Altera horário de funcionamento da Secretaria Administrativa da Câmara Municipal no dia 27 de junho de 2018.

O Presidente da Câmara Municipal de Brusque, no uso de suas atribuições;

RESOLVE:

Art. 1º O horário de expediente administrativo da Câmara Municipal, no dia 27 de junho de 2018, será das 7:00 às 13:00 horas.

Brusque, 25 de junho de 2018.

Celso Carlos Emydio da Silva
Presidente
Registre-se e Publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC
Jefferson Silveira
Diretor Geral

Caçador

PREFEITURA

DECRETO Nº 7.605

Publicação Nº 1664580

DECRETO Nº 7.605, de 25 de junho de 2018.

Designa fiscal de contrato administrativo.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 7.414, de 16 de fevereiro de 2018,

DECRETA:

Art. 1º Fica designada a Servidora Ana Paula Spuldaro Peretto, CPF nº 862.934.789-91, para exercer a fiscalização do Contrato Administrativo nº 38/2018, vinculado ao Processo Licitatório nº 109/2018 – Dispensa de Licitação nº 15/2018, cujo objeto é a contratação do Instituto Latino Americano de Proteção aos Direitos da Criança e do Adolescente - Inspiração, para ministrar palestras com o tema: "Caçador diz não à violência sexual".

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Secretário Municipal da Administração, em 25 de junho de 2018.

Antonio Carlos Castilho – SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO.

PROCESSO DE LICITAÇÃO 106/2018 – PREGÃO PRESENCIAL-70-2018-PREFEITURA

Publicação Nº 1664582

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR

PROCESSO DE LICITAÇÃO 107/2018 – PREGÃO PRESENCIAL – 70/2018-PREFEITURA

EDITAL: PREGÃO PRESENCIAL Nº 070/2018

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE LONGARINAS METÁLICAS, MÓVEIS SOB MEDIDA, ELETRODOMÉSTICOS, BALCÕES, CADEIRAS, ENTRE OUTROS PARA O TERMINAL DE PASSAGEIROS DO AEROPORTO DR. CARLOS ALBERTO DA COSTA NEVES.

ENTREGA DOS ENVELOPES: 06/07/2018 às 14hrs00min.

ABERTURA DOS ENVELOPES: 06/07/2018 às 14h30min. Maiores Informações poderão ser obtidos pessoalmente na Diretoria de Licitações e Contratos, Sito Av. Santa Catarina, 195, e o Edital completo no site cacador.sc.gov.br no ícone licitações – editais, no horário de expediente em vigor.

Caçador, 25 de junho de 2018.

SAULO SPEROTTO

PREFEITO MUNICIPAL

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA 045 - 2018 - CONCEDE LICENÇA EM RAZÃO DE FALECIMENTO

Publicação Nº 1664539

PORTARIA nº 045 de 25 de junho de 2018.

Concede licença em razão de falecimento à TAYNARA DOS SANTOS

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAÇADOR – SC, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 18, incisos II e XIII, do Regimento Interno da Câmara Municipal do Município de Caçador e com fundamento nos art. 73, III, b da Lei Complementar nº 56, de 20 de dezembro de 2004,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder licença de 08 (oito) dias consecutivos em razão de falecimento de ascendente de 1º grau, referente ao período de 19 de junho de 2018 a 26 de junho de 2018, à servidora Taynara dos Santos, ocupante do cargo de Assessor Parlamentar de Gabinete, conforme certidão de óbito apresentada.

Art. 2º Esta Portaria entra vigor nesta data, com efeitos retroativos, condicionada sua eficácia à publicação no DOM.

Gabinete da Presidência, 25 de junho de 2018.

Antonio Rubiano Schmitz

PRESIDENTE

Caibi

PREFEITURA

ATO CONVOCATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL Nº 041/2018

Publicação Nº 1664225

ATO CONVOCATÓRIO PARA REUNIÃO DE JULGAMENTO

A Pregoeira do Município de Caibi - SC, nomeada pelo Decreto nº 233/2017 de 21 de Dezembro de 2017 no uso de suas atribuições legais, faz saber a sua Equipe de Apoio e aos demais interessados que foi designado por este ato o dia 06/07/2018 às 08:30 horas, como prazo limite para credenciamento, entrega dos envelopes e início do julgamento das propostas de preços e habilitação relativos ao Processo Licitatório Nº 060/2018, do tipo Menor Preço – Unitário na modalidade Pregão Presencial Nº 041/2018 que tem por objeto Contratação de empresa prestadora de serviços de Fisioterapia para atender os pacientes do Fundo Municipal de Saúde do Município de Caibi/SC, onde se realizará na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Caibi, conforme de costume.

Afixe-se no local de costume.

Caibi –SC, 25 de Junho de 2018.

CASSIANE PIGNAT BEILKE
Pregoeira

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO Nº 041/2018

Publicação Nº 1664219

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAIBI - AVISO DE LICITAÇÃO
O Fundo Municipal de Saúde de Caibi/SC torna público que se encontra aberto Processo Licitatório Nº 060/2018 na modalidade Pregão Presencial Nº 041/2018 que tem por objeto Contratação de empresa prestadora de serviços de Fisioterapia para atender os pacientes do Fundo Municipal de Saúde do Município de Caibi/SC do tipo menor preço – Unitário cujo recebimento dos envelopes contendo a Proposta Comercial e a Habilitação serão recebidos pela Pregoeira na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Caibi - SC, sita à Rua dos Imigrantes, 499 - Centro, CEP 89.888-000, até às 08:30 horas do dia 06 de Julho de 2018 no mesmo local, iniciando-se os procedimentos de credenciamento, abertura dos envelopes e julgamento das propostas. Maiores Informações poderão ser obtidas junto ao setor de Compras e Licitações, fone (49)3648-0211. Caibi-SC 25 de Junho de 2018. Sidnei Belé. Secretário de Saúde

DECRETO Nº 109/2018

Publicação Nº 1663775

DECRETO Nº 109/2018, de 25 de Junho de 2018.
Dispõe sobre nomeação dos membros da Comissão Municipal encarregada de avaliar e atribuir valor para alienação por Leilão de bem móvel de propriedade do município, e dá outras providências.

ELÓI JOSÉ LÍBANO, Prefeito Municipal de Caibi, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação vigente,

CONSIDERANDO, que o município pretende alienar bem móvel, considerado inservíveis para a administração Municipal;

CONSIDERANDO, a necessidade de atribuir valor mínimo para a sua alienação através de leilão público; DECRETA:

Art. 1º - Fica pelo presente Decreto, nomeados os senhores: CLAUDIOVAL SPEZIA, JOEVILE JACÓ BERTI, DARLEI BEILKE, MAURO ROMANO RIGON E HENRIQUE CORSO, para comporem a Comissão Municipal encarregada de avaliar e atribuir valor mínimo para alienação por meio de Leilão Público dos seguintes bens móveis:

LOTE ÚNICO: 01 FIAT DUCATO MULTI 2.8 (ambulância), ano 2005/2006, Placa MDT 1513, cor branca, diesel, RENAVAL 872570002, CHASSI 93W245H3362003251.

Art. 2º - A Comissão Especial terá o prazo de 15 (quinze) dias contados da publicação deste Decreto, para concluir os trabalhos que lhes são delegados pelo presente.

Art. 3º - A Comissão ora nomeada, para pleno atendimento de suas atribuições, poderá utilizar-se de profissionais devidamente habilitados, de fora de sua composição.

Art. 4º - Depois de concluídos os trabalhos, a Comissão Especial designada neste Decreto, deverá apresentar, relatório atribuindo o valor mínimo da cada bem.

Art. 5º - Os Serviços da Comissão serão considerados de caráter relevante, não se lhe atribuindo qualquer remuneração e nem caracterizando qualquer vínculo de emprego para fins deste objeto, entre o Município de Caibi e seus membros.

Art. 6º - As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto, correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 7º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Caibi SC, em 25 Junho de 2018.
ELÓI JOSÉ LÍBANO
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra

Dirlei Lemes De Almeida
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA 272/18

Publicação Nº 1664010

PORTARIA Nº 272/18

ELOI JOSÉ LÍBANO, Prefeito Municipal de Caibi, estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legalmente conferidas,

RESOLVE:

EXONERAR a pedido a Servidora Municipal CAMILA VEITZ, matrícula 9203-7, do cargo de AUXILIAR DE CLASSE, enquadrado junto ao Departamento Municipal de Educação, com carga horária de 20 horas semanais, recebendo os vencimentos correspondentes ao piso salarial da categoria e direitos rescisórios.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação

Registre-se e publique-se.

Gabinete do Prefeito, 25 de Junho de 2018

Eloi José Líbano

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra

Dirlei Lemes de Almeida

Diretor de administração

Camboriú

PREFEITURA

DL 007/2018 - FMAS

Publicação Nº 1664143

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

DISPENSA LICITATÓRIA Nº. 007/2018 – FMAS

Data: 25/06/2018

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE REALIZAÇÃO DA XI CONFERÊNCIA MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. CONFORME ATA DA REUNIÃO EM ANEXO.

Valor total: R\$ 2,2700,00 (Dois Mil Duzentos Reais)

Secretaria: Secretaria Municipal de Assistência Social.

Empresa: VIVER – DESENVOLVIMENTO PROFICIONAL LTDA

Embasamento legal: Artigo 24, inciso "XIII", da lei Federal 8666/1993.

Camboriú SC, 25 de Junho de 2018.

ELCIO ROGÉRIO KUHNEN

PREFEITO MUNICIPAL

PR 051/18 - PMC

Publicação Nº 1663873

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 051/2018-PMC - EXCLUSIVO PARA MICRO EMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE.

OBJETO: SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇOS GRÁFICOS PARA O CORPO DE BOMBEIROS DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002, Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações e Lei Complementar 123/06 alterada pela lei 147/14.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciará às 15:00 horas do dia 05 (Cinco) de Julho de 2018, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br.

Camboriú 25 de junho de 2018.

ELCIO ROGÉRIO KUHNEN

Prefeito Municipal

PR 052/18 - PMC

Publicação Nº 1664140

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 052/2018-PMC – LICITAÇÃO DIFERENCIADA - EXCLUSIVO PARA MICRO EMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE PARA OS LOTES 01, 04 E 05.

OBJETO: SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE MANUTENÇÃO PRE-DIAL A SEREM EXECUTADOS NAS PRAÇAS, PARQUES, GINÁSIOS, ESCOLAS, POSTOS DE SAÚDE, SECRETARIAS TODAS AS INSTALAÇÕES PERTENCENTES A PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR LOTE.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002, Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações e Lei Complementar 123/06 alterada pela lei 147/14.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciará às 12:30 horas do dia 12 (Doze) de Julho de 2018, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br.

Camboriú 25 de junho de 2018.

ELCIO ROGÉRIO KUHNEN

Prefeito Municipal

PR 13/18 - FMS

Publicação Nº 1663979

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 013/2018- FMS – EXCLUSIVO PARA MICRO EMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

OBJETO: SELEÇÃO DE PROPOSTA VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE RECARGAS DE GÁS P13 E P45 A FIM DE SEREM UTILIZADAS NA REDE DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002, Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações e Lei Complementar 123/06 alterada pela lei 147/14.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciará às 12:30 horas do dia 16 (Dezesseis) de Julho de 2018, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br.

Camboriú 25 de Junho de 2018.

ELCIO ROGÉRIO KUHNEN

Prefeito Municipal

RESULTADO PR 011/18 - FMS

Publicação Nº 1663949

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 011/2018-FMS

O Município de Camboriú, através da Secretaria da Administração torna público que o resultado da licitação foi:

"DESERTA"

Quaisquer esclarecimentos podem ser obtidos pelo telefone 047 3365-9500.

Camboriú SC, 25 de Junho de 2018.

ELCIO ROGÉRIO KUHNEN

PREFEITO MUNICIPAL

RESUMO DE CONTRATOS DIA 18/06 AO DIA 22/06

Publicação Nº 1663881

RESUMO DE CONTRATO**CONTRATO****FME**

Contrato Nº019/2018

Processo: Tomada de Preço Nº 004/2018

Contratado: EXITO CONSTRUÇÕES CIVIS LTDA - EPP

Data: 20/06/2018

Prazo: 5 meses

Valor: R\$ 36.708,27 (trinta e seis mil setecentos e oito reais e vinte e sete centavos)

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MÃO DE OBRA COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA EXECUÇÃO DE TROCA DE ESQUADRIAS NOS CEIS EURÍPEDES DE PAULA DA SILVA, J. I. M PADRE SÉRGIO MAYKOT E CÉI DO RIO DO MEIO NO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ.

FUCAM

Contrato Nº001/2018

Processo: Tomada de Preço Nº 001/2018

Contratado: ARRUDA CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA - EPP

Data: 20/06/2018

Prazo: 7 meses

Valor: R\$ 175.000,00 (cento e setenta e cinco mil reais)

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MÃO DE OBRA COM FORNECIMENTO DE MATERIAS PARA RECUPERAÇÃO E PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE EM TORNO DE UMA NASCENTE DE ÁGUA PERTENCENTE AO PARQUE MUNICIPAL ECOLÓGICO EDUCATIVO AMBIENTAL DA BICA, CONFORME PROJETO BÁSICO E SEUS ELEMENTOS CONSTITUÍDOS EM ANEXO.

PMC

Contrato Nº016/2018

Processo: Dispensa Licitatória Nº 019/2018

Contratado: BETHA SISTEMAS LTDA

Data: 22/06/2018

Prazo: 3 meses

Valor: R\$ 44.279,91 (quarenta e quatro mil duzentos e setenta e nove reais e noventa e um centavos)

Objeto: CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA IMPLANTAÇÃO, CAPACITAÇÃO E FORNECIMENTO DE LICENÇA DE USO TEMPORÁRIA DE SISTEMAS DE GESTÃO PÚBLICA, COM ACESSO SIMULTÂNEO PARA USUÁRIOS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DIRETA E INDIRETA, QUE ATENDA AS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS, OS QUANTITATIVOS E SERVIÇOS TÉCNICOS CORRELATOS.

ADITIVOS**FMS**

Quarto Termo Aditivo

Contrato: 010/2017

Processo: Dispensa Licitatória nº 014/2017

Contratado: VALDELEIS CANDIDO DA SILVA

Data: 19/06/2018

Fundamento: artigo 57, II da Lei 8.666/93

Objeto do contrato: LOCAÇÃO DE IMÓVEL COM 120M2 DE ÁREA, CONSTRUÍDA PARA INSTALAÇÕES DO ALMOXARIFADO DE MEDICAMENTOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Objeto do aditivo: DO PRAZO E VALOR: Pelo presente instrumento,

haja vista a necessidade da Municipalidade, visando a garantia de preços e condições mais vantajosas para a administração e baseado no artigo 57, inciso II da Lei Federal 8.666/93 que permite a prorrogação contratual de serviços executados de forma contínua, as partes resolvem aditar o prazo contratual por 6 (seis) meses, vigorando de 20 de junho de 2018 até 19 de dezembro de 2018, e o valor contratual total no correspondente a R\$ 15.404,70 (quinze mil quatrocentos e quatro reais e setenta centavos), sendo o valor mensal do aluguel correspondente a R\$ 2.567,45 (dois mil quinhentos e sessenta e sete reais e quarenta e cinco centavos), conforme solicitação da Secretaria.

Quarto Termo Aditivo

Contrato: 011/2017

Processo: Dispensa Licitatória nº 014/2017

Contratado: VALDELEIS CANDIDO DA SILVA

Data: 19/06/2018

Fundamento: artigo 57, II da Lei 8.666/93

Objeto do contrato: LOCAÇÃO DE IMÓVEL SALA COMERCIAL COM 110M2 DE ÁREA CONSTRUÍDA PARA INSTALAÇÕES DO ALMOXARIFADO DE MATERIAL DE ENFERMAGEM, ODONTOLÓGICO, EXPEDIENTE, LIMPEZA E IMPRESSOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Objeto do aditivo: DO PRAZO E VALOR: Pelo presente instrumento, haja vista a necessidade da Municipalidade, visando a garantia de preços e condições mais vantajosas para a administração e baseado no artigo 57, inciso II da Lei Federal 8.666/93 que permite a prorrogação contratual de serviços executados de forma contínua, as partes resolvem aditar o prazo contratual por 6 (seis) meses, vigorando de 20 de junho de 2018 até 19 de dezembro de 2018, e o valor contratual total no correspondente a R\$ 15.656,28 (quinze mil seiscentos e cinquenta e seis reais e vinte e oito centavos), sendo o valor mensal do aluguel correspondente a R\$ 2.609,38 (dois mil seiscentos e nove reais e trinta e oito centavos), conforme solicitação da Secretaria.

FME

Primeiro Termo Aditivo

Contrato: 004/2018

Processo: Tomada de Preço Nº 001/2018

Contratado: MARCIO DAURI SEVERIANO - ME

Data: 29/05/2018

Fundamento: artigo 65, da Lei 8.666/93

Objeto do contrato: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COM FORNECIMENTO DE MATERIAS PARA EXECUÇÃO DE REFORMA NA ESCOLA DE CAMPO ADOLFO OVIDIO COPPI, CONFORME PROJETO BÁSICO E SEUS ELEMENTOS CONSTITUÍDOS EM ANEXO

Objeto do aditivo: DO VALOR: Pelo presente instrumento, face às necessidades da Municipalidade, as partes resolvem aditar o valor contratual da obra em R\$ 2.886,27 (dois mil oitocentos e oitenta e seis reais e vinte e sete centavos), em função das alterações/adequações necessárias da obras, visando melhor execução da mesma, conforme justificativa apresentada pela Secretaria de Educação.

PMC

Trigésimo Quinto Termo Aditivo

Contrato: 018/2017

Processo: Pregão Presencial 051/2016

Contratado: ESCRIMATE COM. MAT. ESCRITÓRIO E INFORMÁTICA EIRELI

Data: 21/06/2018

Fundamento: artigo 57, I "II" e 65, I "b" da Lei 8.666/93

Objeto do contrato: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) ESPECIALIZADA(S) PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÍNUOS DE IMPRESSÃO COM O FORNECIMENTO DE COPIADORAS E/OU

IMPRESSORAS DIGITAIS (OUTSOURCING DE IMPRESSÃO), PARA REPRODUÇÃO DE CÓPIAS E IMPRESSÕES MONOCROMÁTICAS, COM FORNECIMENTO DE TODOS OS INSUMOS NECESSÁRIOS À EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS (INCLUINDO O PAPEL, CILINDRO E TONER), ALÉM DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA ESPECIALIZADA E REPOSIÇÃO DE PEÇAS, CONFORME TERMO DE REFERENCIA.

Objeto do aditivo: DO VALOR: Pelo presente instrumento, haja vista as necessidades da Municipalidade as partes resolvem aditar o valor contratual em R\$ 19.980,00 (dezenove mil e novecentos e oitenta reais), conforme a requisição da Secretaria de Saúde.

Primeiro Termo Aditivo

Contrato: 050/2017

Processo: Pregão Presencial 098/2017

Contratado: SOLUÇÃO COLETA E INDUSTRIALIZAÇÃO DE LIXO LTDA ME

Data: 21/06/2018

Fundamento: artigo 65, I, alínea "a" da Lei 8.666/93

Objeto do contrato: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PARA REALIZAR COLETA SELETIVA DE LIXO, NOS BAIRROS CENTRO, SÃO FRANCISCO DE ASSIS, RIO PEQUENO, CEDRO, AREIAS, SANTA REGINA E LÍDIA DUARTE, NO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA EM ANEXO

Objeto do aditivo: DO VALOR: Pelo presente instrumento, haja vista as necessidades da Municipalidade as partes resolvem aditar o valor contratual em R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), sendo o valor mensal de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), devido a ampliação de atendimento da coleta seletiva ao Distrito do Monte Alegre e interior do Município, conforme justificativa da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos.

Primeiro Termo Aditivo

Contrato: 011/2018

Processo: Tomada de Preço Nº 001/2018

Contratado: CR ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA

Data: 22/06/2018

Fundamento: artigo 65, da Lei 8.666/93

Objeto do contrato: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MÃO DE OBRA COM FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PARA DEMOLIÇÃO E CONSTRUÇÃO DE MURIS E EDIFICAÇÃO, EM VIRTUDE DAS OBRAS DE REQUALIFICAÇÃO DA AVENIDA SANTA CATARINA, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO, PROJETO, PLANILHAS E SEUS ELEMENTOS CONSTITUÍDOS EM ANEXO

Objeto do aditivo: DO PRAZO: Pelo presente instrumento, face às necessidades da Municipalidade, as partes resolvem aditar o prazo contratual da obra por 60 (sessenta) dias, vigorando de 10 de agosto de 2018 a 09 de outubro de 2018, por motivo de substituição do mourão de madeira por mourão de concreto, nas mesmas especificações do edital, sem ônus para o município, pois o terreno que deverá ser cercado é alagadiço, o que comprometerá num prazo muito curto a durabilidade da cerca caso a mesma seja executada com os mourões de madeira, conforme informado pela empresa em documento anexo ao memorando apresentado pela Secretaria de Municipal de Planejamento.

ELCIO ROGERIO KUHNEN
PREFEITO MUNICIPAL

Campo Alegre

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 83/2018

Publicação Nº 1664323

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 83/2018

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 40/2018 - Modalidade Pregão

Validade da Ata de Registro de Preços: 12 (doze) meses, a contar desta data.

Aos vinte e cinco dias de junho de 2018, no Serviço de Suprimentos do Município de Campo Alegre, são registrados os preços para eventual aquisição de equipamentos de informática para as novas e atuais escolas do Município, celebrado entre o Município de Campo Alegre e a empresa JS SIMÕES EIRELI ME, CNPJ: 26.981.059/0001-00, em decorrência da homologação do processo licitatório nº 40/2018, modalidade Pregão, para Sistema de Registro de Preços.

ITEM	QT	UNIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
01	30	Unidade	Mouse Óptico USB – Cor Preto. Scroll macio, design ergonômico. Informações técnicas: Compatível com: Windows 98, 2000, ME, XP, Vista, 7 / Mac Os x 9.0 ou superior, resolução: 800 DPI, dimensões aproximadas do produto: 97 x 55 x 34mm.	12,70	381,00
02	10	Unidade	Teclado Multimídia USB - Cor Preto. Teclas slim, 105 teclas, compatível com Windows 7/98/ 2000/ XP/VISTA/ ME Multimídia.	19,73	197,30
VALOR TOTAL				R\$ 578,30	

As condições para a entrega e demais exigências do objeto constam no Edital do processo licitatório epigrafado, independentemente de sua transcrição.

MARIA CRISTINA MARCINIAC MUNHOZ
Pregoeira

JS SIMÕES EIRELI ME
Edevaldo Fortes Simões Junior
Representante legal

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 84/2018

Publicação Nº 1664328

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 84/2018

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 40/2018 - Modalidade Pregão

Validade da Ata de Registro de Preços: 12 (doze) meses, a contar desta data.

Aos vinte e cinco dias de junho de 2018, no Serviço de Suprimentos do Município de Campo Alegre, são registrados os preços para eventual aquisição de equipamentos de informática para as novas e atuais escolas do Município, celebrado entre o Município de Campo Alegre e a empresa JULIANA FORTUNA DA SILVA ME, CNPJ: 24.995.942/0001-15, em decorrência da homologação do processo licitatório nº 40/2018, modalidade Pregão, para Sistema de Registro de Preços.

ITEM	QT	UNIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO(R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
05	1	Unidade	Nobreak Senoidal. Potência (VA/W): 1500VA 1050W, Tomadas: 8, Bateria 4x 7AH Selada, Exp. Bateria Opcional, Tensão Bateria 48v, Carga Típica 6 Micros, Autonomia Típica 12 Minutos, Dimensões Aproximadas: Mm/Kg 415x192x236, 26kg, Controlado Por DSP (DIGITAL Signal Processor), pode ser ligado em grupo gerador, 47hz A 63Hz, faixa de entrada ampliada, alta performance com TRUE RMS e gerenciador de baterias, onda senoidal pura, fatores de potência: 0,7, bivolt de entrada e saída, alta tecnologia com placa SMT, senoidal de baixa distorção harmônica.	1.780,50	1.780,50
10	6	Unidade	MONITOR. LED 18,5", cor: preto.	369,00	2.214,00
VALOR TOTAL				R\$ 3.994,50	

As condições para a entrega e demais exigências do objeto constam no Edital do processo licitatório epigrafado, independentemente de sua transcrição.

MARIA CRISTINA MARCINIAC MUNHOZ
Pregoeira

JULIANA FORTUNA DA SILVA ME
Juliana Fortuna Da Silva
Representante legal

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 85/2018

Publicação Nº 1664330

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 85/2018

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 40/2018 - Modalidade Pregão

Validade da Ata de Registro de Preços: 12 (doze) meses, a contar desta data.

Aos vinte e cinco dias de junho de 2018, no Serviço de Suprimentos do Município de Campo Alegre, são registrados os preços para eventual aquisição de equipamentos de informática para as novas e atuais escolas do Município, celebrado entre o Município de Campo Alegre e a empresa LUCAS C. RUBEL ME, CNPJ: 22.426.173/0001-27, em decorrência da homologação do processo licitatório nº 40/2018, modalidade Pregão, para Sistema de Registro de Preços.

ITEM	QT	UNIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
07	5	Unidade	Roteador Wireless N 300Mbps, Interface 4 Portas LAN 10/100Mbps 1 Porta WAN 10/100Mbps, Botão Liga/Desliga o Wireless, Botão Liga/Desliga WPS, Botão Liga/Desliga para energia, Fonte de alimentação externa 9VDC / 0.6A, Padrões Wireless IEEE 802.11n, IEEE, 802.11g, IEEE 802.11b, Antena Três (3) antenas Onidirecionais Destacáveis de 3dBi, Dimensões (L X C X A) 200 x 140 x 28mm (7,9 x 5,5 x 1,2 pol), Frequência 2,4 a 2,4835 GHz, Taxa do Sinal 11n: Até 300Mbps (dinâmico)/11g: Até 54Mbps (dinâmico)/ 11b: Até 11Mbps (dinâmico), Sensibilidade da Recepção 270M: EIRP <20dBm(EIRP), Funções Wireless Ativa/desativa rádio wireless, bridge WDS, WMM, Estatísticas - Segurança Wireless WEP/WPA/ WPA2, WPAPSK/WPA2-PSK 64/128/152 bits - Tipo de WAN IP dinâmico/ IP estático/PPPoE/PPTP/ L2TP BigPond DHCP Servidor, Cliente, Lista de clientes, DHCP, Reserva de Endereços - Qualidade do Serviço WMM, Controle de largura de banda, Encaminhamento de Porta Servidor virtual, Acionamento de Portas, UPnP, DMZ, DNS Dinâmico DynDns, Comexe, NO-IP, Passagem VPN PPTP, L2TP, IPSec, (Cabeçalho ESP), Controle de Acesso Controle Parental, Controle de Gerenciamento Local, Lista de Hosts, Programação de Acesso, Gerenciamento de Regras, Segurança Firewall DoS, Firewall SPI, Filtragem de Endereço IP/Mac Filtro de endereços, Filtro de domínios, Junção de Endereço IP e MAC, Gerenciamento Controle de Acesso, Gerenciamento Local, Gerenciamento Remoto, Certificação CE, FCC, RoHS, Conteúdo do Pacote 3 antenas onidirecionais destacáveis, Fonte de alimentação, Guia de Rápida Instalação. Requisitos do Sistema Microsoft® Windows® 98SE, NT, 2000, XP, Vista™, 7 ou superior.	132,10	660,50
VALOR TOTAL				R\$ 660,50	

As condições para a entrega e demais exigências do objeto constam no Edital do processo licitatório epigrafo, independentemente de sua transcrição.

MARIA CRISTINA MARCINIAC MUNHOZ
Pregoeira

LUCAS C. RUBEL ME
Lucas Costa Rubel
Representante legal

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 86/2018

Publicação Nº 1664332

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 86/2018

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 40/2018 - Modalidade Pregão

Validade da Ata de Registro de Preços: 12 (doze) meses, a contar desta data.

Aos vinte e cinco dias de junho de 2018, no Serviço de Suprimentos do Município de Campo Alegre, são registrados os preços para eventual aquisição de equipamentos de informática para as novas e atuais escolas do Município, celebrado entre o Município de Campo Alegre e a

empresa MORGADO & MARTINEZ LTDA, CNPJ: 04.481.985/0001-75, em decorrência da homologação do processo licitatório nº 40/2018, modalidade Pregão, para Sistema de Registro de Preços.

ITEM	QT	UNIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
09	6	Unidade	COMPUTADOR, processador de 2 núcleos, com 3 MB de cache, Intel Core i3 de sexta geração ou superior, com velocidade mínima de 3,4 Ghz, Memória RAM 4 GB DDR3, HDD 500 GB, drive ótico DVD+RW, rede 10/100/1000, teclado e mouse inclusos, sistema operacional: Windows 8.1 ou superior.	1.271,90	7.631,40
VALOR TOTAL				R\$ 7.631,40	

As condições para a entrega e demais exigências do objeto constam no Edital do processo licitatório epigrafado, independentemente de sua transcrição.

MARIA CRISTINA MARCINIAC MUNHOZ
Pregoeira

MORGADO & MARTINEZ LTDA
Carlos de Almeida Morgado Junior
Representante legal

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 87/2018

Publicação Nº 1664335

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 87/2018
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 40/2018 - Modalidade Pregão
Validade da Ata de Registro de Preços: 12 (doze) meses, a contar desta data.

Aos vinte e cinco dias de junho de 2018, no Serviço de Suprimentos do Município de Campo Alegre, são registrados os preços para eventual aquisição de equipamentos de informática para as novas e atuais escolas do Município, celebrado entre o Município de Campo Alegre e a empresa SISTERPEL SUPRIMENTOS PARA INFORMÁTICA LTDA, CNPJ: 01.429.437/0001-08, em decorrência da homologação do processo licitatório nº 40/2018, modalidade Pregão, para Sistema de Registro de Preços.

ITEM	QT	UNIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
03	5	Unidade	Projeto Multimídia – Cor Preto. Sistema de Projeção - DLP®, resolução nativa 1024x768, resoluções máximas: UXGA (1.600 x 1.200), WUXGA (1.920 x 1.200), Modos de Vídeo: 480p, 720p, 1080i, 1080p, 480i, 576i, 576p, 3000 ANSI Lumens (Standard), 2400 ANSI Lumens (ECO), entradas/conexões: 1 HDMI (vídeo, áudio HDCP) * 2 - RGB/Vídeo Componente (D-sub) * 1- S-Video (Mini DIN) * 1- Video Composto (RCA) * 2 PC Audio (Stereo) - Tela projetada (diagonal): 24 (61cm) ~ 300 (762cm) - Compatibilidade: IBM PC e Compatíveis, Apple iMac/MacBook e VESA Standards - Suporte de Cor: 1,07bilhões de cores – Tipo de lâmpada: Osram 190W, Duração da Lâmpada: 5.000 horas, (Standard) 6.000 horas (ECO) 10.000 horas (ExtremeEco), Fonte de alimentação: AC input 100~240V. Bivolt automático. Consumo de energia: 235 Watts (Operação), <0.5Watts (Standby) Digital Connectivity-HDMI™ MHL™ Connectivity. Botão Função 3D, DLP 3D preparado (BD), HDMI 3D ready, gerenciamento 3D, 24p (HDMI) Real, Baixo nível de ruído, Dual D-Sub Input (VGA). Incluso: AC Power Cord - Cabo VGA, Controle Remoto, Maleta para transporte, Apresentador Multimídia.	1.709,00	8.545,00
06	5	Unidade	Notebook, com teclado numérico, processador Intel i3 de sexta geração ou superior, 3M Cache, 1.70 GHz ou superior, sistema operacional Windows 7 PRO ou superior, 15.6 HD 1366 x 768 LCD, memória RAM 4GB, expansível até 8GB, 500GB HD, Wi-Fi - 802.11b/g/n, HD webcam, dois alto-falantes estéreo, áudio de alta definição, touchpad multitoque (Movimento circular, rolagem de página, zoom, mudança de página), Leitor SD™ Card, Bateria de 6 células (5000 mAh), 1 conexão USB 3.0, 2 conexões USB 2.0, 1 Saída para Headphone/alto-falante, 1 entrada para cabo de energia, 1 conexão ethernet (RJ-45), 1 Saída VGA, 8X DVD-Super Multi Double-Layer Drive. Com mouse e maleta para transporte inclusos.	2.038,00	10.190,00
08	6	Unidade	NOBREAK. Potência 600VA, Tomadas: 6, autonomia a plena carga: 15 minutos, entrada: bivolt, saída: 110 a 120 V.	225,00	1.350,00
VALOR TOTAL				R\$ 20.085,00	

As condições para a entrega e demais exigências do objeto constam no Edital do processo licitatório epigrafado, independentemente de sua transcrição.

MARIA CRISTINA MARCINIAC MUNHOZ
Pregoeira

SISTERPEL SUPRIMENTOS PARA INFORMÁTICA LTDA

Paulo Emanuel de Andrade

Representante legal

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 88/2018

Publicação Nº 1664337

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 88/2018

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 40/2018 - Modalidade Pregão

Validade da Ata de Registro de Preços: 12 (doze) meses, a contar desta data.

Aos vinte e cinco dias de junho de 2018, no Serviço de Suprimentos do Município de Campo Alegre, são registrados os preços para eventual aquisição de equipamentos de informática para as novas e atuais escolas do Município, celebrado entre o Município de Campo Alegre e a empresa SOMA COMÉRCIO DE TINTAS LTDA ME, CNPJ: 26.044.069/0001-00, em decorrência da homologação do processo licitatório nº 40/2018, modalidade Pregão, para Sistema de Registro de Preços.

ITEM	QT	UNIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
04	8	Unidade	Impressora, copiadora e scanner. Sistema tanque de tinta. Tecnologia de Impressão: Jato de Tinta. REDE: Não. Wireless: sim. Tamanho de Papel: A4. Duplex: Não. Página por Minuto em Preto: 33 PPM. Página por Minuto em Color: 15 PPM. Resolução de Impressão: 5760 x 1440 DPI. Capacidade de Papel: Entrada 100fls /Saída 30 fls. Voltagem: BIVOLT. Rendimento em Páginas: 4.000 páginas – PRETO, 6.500 páginas COLORIDAS. Garantia: 1 ano (ou 15 mil páginas, o que ocorrer primeiro).	962,00	7.696,00
VALOR TOTAL				R\$ 7.696,00	

As condições para a entrega e demais exigências do objeto constam no Edital do processo licitatório epigrafado, independentemente de sua transcrição.

MARIA CRISTINA MARCINIAC MUNHOZ

Pregoeira

SOMA COMÉRCIO DE TINTAS LTDA ME

Stefan Symalla

Representante legal

CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº 46/2018

Publicação Nº 1664486

CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº 46/2018

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.749/0001-77, com sede à Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, RUBENS BLASZKOWSKI.

CONTRATADA: MARIA JOSIELI BORGES DA COSTA, no Cargo Público de Agente Operacional I na Função de Auxiliar de Serviços Gerais, portadora do CPF/MF nº 044.870.619-97, residente domiciliada na Estrada Principal, s/n, Cubatão, Município de Campo Alegre/SC.

OBJETO: Realização de atividades suplementares para restaurar o padrão indispensável mínimo, prevista nos incisos VII e IX do artigo 300 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002.

JUSTIFICATIVA: Contratação Temporária para atuar na CMEI – Centro Municipal de Educação Infantil “Anna Gorniack Buchmann”, em substituição da Servidora Pública Municipal Titular Débora Mirian Bagnhuck, a qual se encontra em Licença Maternidade, conforme ofício expedido pela Secretaria Municipal de Educação nº 098/SEDUC/2018.

PRAZO: Início: 26 de junho de 2018;

Término: 09 de dezembro de 2018.

REGIME JURÍDICO: Especial Administrativo, previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da Constituição Federal, devendo sua interpretação e aplicação atender aos princípios e regras próprias ao direito não cabendo em nenhuma hipótese à contratação ser efetivada pelo Regime Celetista, conforme estabelecido pela Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002.

REMUNERAÇÃO: R\$ 918,23 (novecentos e dezoito reais, vinte e três centavos).

LOCAL DE TRABALHO: No âmbito da Secretaria Municipal de Educação do Município de Campo Alegre/SC.

HORÁRIO DE TRABALHO: O horário de trabalho da contratada é de 40 (quarenta) horas semanais.

SEGURIDADE SOCIAL: Na vigência deste Contrato, aplica-se o Regime Geral de Previdência Social, nos termos do § 13 do Artigo 40 da Constituição da República Federativa do Brasil.

EXTINÇÃO: Este Contrato extingue-se, automaticamente pelo decurso de prazo da contratação.

RESCISÃO DE CONTRATO: A extinção do contrato por iniciativa do contratado deverá ser comunicada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sob pena de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato;

FORO: Fica eleito o foro da Comarca de São Bento do Sul/SC., para dirimir quaisquer questões ou controvérsias oriundas deste contrato.

Assim, por estarem às partes de inteiro acordo com os termos desta contratação, firmam o Contrato em duas vias de igual teor e forma, diante das testemunhas abaixo subscritas, para que surtam seus efeitos legais e jurídicos.

Campo Alegre/SC., 26 de junho de 2018.

RUBENS BLASZKOWSKI Prefeito Municipal	MARIA JOSIELI BORGES DA COSTA Contratada
--	---

Testemunhas:

1. _____

2. _____

DECRETO Nº 11.337 DE 25 DE JUNHO DE 2018

Publicação Nº 1663866

DECRETO Nº 11.337 DE 25 DE JUNHO DE 2018

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE NO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, o inciso I do art. 11 da Lei Municipal nº 4.711 de 12 de dezembro de 2017; Decreta:

Art. 1º Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), a fim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente, do Fundo Municipal de Saúde.

91.00 -	Fundo Municipal de Saúde		
91.01 -	Manutenção das Atividades Administrativas.		
10.301.0052.2.114 -	Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria de Saúde		
300000.00.1017 -	Despesas Correntes		
330000.00.1017 -	Outras Despesas Correntes		
339000.00.1017 -	Aplicações Diretas		
339030.00.1017 -	Material de Consumo	R\$ 102.222,12	
339039.00.1017 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 32.343,20	
91.02 -	Manutenção das Atividades Básicas de Saúde		
10.301.0052.2.115 -	Manutenção e Coordenação da Assistência Básica de Saúde		
300000.00.1017 -	Despesas Correntes		
330000.00.1017 -	Outras Despesas Correntes		
339000.00.1017 -	Aplicações Diretas		
339032.00.1017 -	Material de Distribuição Gratuita	R\$ 15.434,68	
	TOTAL	R\$ 150.000,00	

Art. 2º Os créditos a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrão por conta de Excesso de Arrecadação do Orçamento Vigente do Fundo Municipal de Saúde.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,

25 de junho de 2018.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 26/06/2018.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 11.338 DE 25 DE JUNHO DE 2018

Publicação Nº 1664053

DECRETO Nº 11.338 DE 25 DE JUNHO DE 2018

ALTERA DISPOSITIVO DO DECRETO Nº 9.024 QUE NOMEIA MEMBROS PARA COMPOR O NÚCLEO GESTOR DO PROCESSO PARTICIPATIVO DE REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE CAMPO ALEGRE/SC., DE 25 DE MAIO DE 2015.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei em especial o inciso VII do art. 71 da Lei Orgânica do Município, e Considerando ofício expedido nº 002/2018 em data de 20 de junho de 2018 do Núcleo Gestor do Processo de revisão do Plano Diretor de Campo Alegre/SC., protocolizado em data de 21 de junho de 2018, sob nº 004122 pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal; Art. 1º As alíneas "c" e "a" dos incisos IV e VI respectivamente do art. 1º do Decreto nº 9.024 de 25 de maio de 2015, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º

IV

c) 01 (um) Representante da FECAMPO – Fundação Educacional de Campo Alegre;

Titular: LUIZ CESAR TORRES;

Suplente: MARIA DA GRAÇA TORRES.

VI

a) 01 (um) Representante da Polícia Militar;

Titular: EDSON FERREIRA DA CRUZ;

Suplente: RODRIGO TOMELIN".

Art. 2º As demais disposições do Decreto nº 9.024 de 25 de maio de 2015, permanecem inalteradas e vigentes.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor a partir da sua data de publicação, revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,

25 de junho de 2018.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 26/06/2018.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

1 - Membros integrantes do Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico e Urbano do Município;

2 - e por Representantes dos seguintes segmentos da Sociedade:

I - 01 (um) Representante dos Movimentos Sociais Populares ou Comunitários atuantes no Município, sendo eles:

a) 01 (um) Representante da ACC – Associação de Comunicação Comunitária – Rádio Cidade FM 89.7MHZ;

Titular: IVO KESTERING;

Suplente: JEISON FABIANO DE SOUZA OSSOVSKI.

II – 03 (zero três) Representante (s) de Entidades Sindicais de Trabalhadores atuantes no Município, sendo eles;

a) 01 (um) Representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais;

Titular: JOSÉ ODORICO MUNHOZ;

Suplente: LUANA MARIA MUNHOZ.

b) 01 (um) Representante do Sindicato dos Empregadores Rurais;

Titular: TANCREDO RONSKA;

Suplente: ANA PAULA HENNINGS.

c) 01 (um) Representante do Sindicato dos Servidores Públicos.

Titular: ADRIANA BOMBASSARO ZANELLA;

Suplente: SUELI MARIA GONTARCK ZANCALUZNE.

III – 10 (dez) Representante (s) de Entidades do Setor Empresarial e Industrial atuantes no Município, sendo eles;

a) 02 (dois) Representantes da Associação dos Criadores de Ovinos do Paraíso da Serra;

Titular: MARIA REGINA MUNHOZ;
Suplente: LUIZ TADEU VALÉRIO MUNHOZ;
Titular: ANTONIO CARLOS KONOPCKA;
Suplente: AILTON FARIAS.

b) 02 (dois) Representantes do Núcleo de Ovinocultores;
Titular: WOLFRAN BAHR;
Suplente: HARRY BAHR;
Titular: GUIDO GREIPEL;
Suplente: ADRIANO GROSSKOPF.

c) 02 (dois) Representantes da Associação do Turismo Rural;
Titular: ANELORE KOLBECK;
Suplente: MARIA ROZEMAR PAULI;
Titular: WILTON FARIAS;
Suplente: ALTIERIS COSTA.

d) 02 (dois) Representantes da COOPERDIA – Cooperativa de Produção e Consumo Concórdia.
Titular: JONAS THIAGO BAHR;
Suplente: MANOEL ROBERTO FATYRIO DA ROCHA;
Titular: EZEQUIEL SUCHEK;
Suplente: CARLOS AUGUSTO FERNANDES.

e) 02 (dois) Representantes da COOPERVITA – Cooperativa de Agricultores de Frutas e Verduras de Campo Alegre;
Titular: ALÍRIO PACHECO;
Suplente: RODRIGO DE SOUZA BRIDA;
Titular: AUGUSTINHO DREVECK;
Suplente: LEANDRO LUIS BARON.

IV - 03 (três) Representante (s) de Entidades Profissionais, Acadêmicas e de Pesquisa atuantes no Município, sendo eles;

a) 01 (um) Representante da EPAGRI – Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de SC.
Titular: ILDEFONSO CAROSO;
Suplente: DANILO PAULA SAGAS.

b) 01 (um) Representante da CIDASC/ICASA – Companhia Integrada de Desenvolvimento
Titular: ARQUIDELQUES CHAVES ALVES;
Suplente: FERNANDO BILINSKY.

c) 01 (um) Representante da FECAMPO – Fundação Educacional de Campo Alegre;
Titular: LUIZ CESAR TORRES;
Suplente: MARIA DA GRAÇA TORRES.

V – 01 (um) Representante de movimentos sociais de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, sendo;

a) 01 (um) Representante da APAE – Associação de Pais e Professores dos Excepcionais; Titular: NÁDIA TEREZINHA BASTOS;
Suplente: ELIZABETH KESTERING.

VI – 02 (dois) Representante (s) das seguintes instituições públicas, sendo eles:

b) 01 (um) Representante da Polícia Militar;
Titular: EDSON FERREIRA DA CRUZ;
Suplente: RODRIGO TOMELIN.

c) 01 (um) Representante da Polícia Civil,
Titular: SANDRO MARCELO PONHL;
Suplente: ERICKSON FELIPE RENGEL.

§1º Haverá um suplente para cada representante previsto neste artigo;

§2º O mandato dos membros do Núcleo Gestor durará até a aprovação da nova Lei do PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO do Município de Campo Alegre/SC.;

§3º O membro do Núcleo Gestor, representante da Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras do Município, será o Coordenador do Núcleo Gestor e indicará o Vice Coordenador e um Secretário.

DECRETO Nº 11.339 DE 26 DE JUNHO DE 2018

Publicação Nº 1664065

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 11.339 DE 26 DE JUNHO DE 2018
DISPÕE SOBRE CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA.

O Prefeito Municipal do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial o inciso VII do artigo 300 e suas alterações da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; DECRETA:

Art. 1º Contratar MARIA JOSIELI BORGES DA COSTA, para exercer o Cargo Público de Agente Operacional I, na Função de Auxiliar de Serviços Gerais, registro no sistema sob nº 955812, Regime Jurídico Especial Administrativo, (Contrato Temporário) previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 006/02, lotada na Secretaria Municipal de Educação, cujas atribuições e responsabilidades constam do Anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002, que autorizou sua criação.

Parágrafo único. A contratação de que trata o caput deste artigo, pelo período de 26 de junho de 2018 a 09 de dezembro de 2018, para atuar na CMEI – Centro Municipal de Educação Infantil “Anna Gorniack Buchmann”, em substituição a Servidora Pública Municipal Titular Débora Mirian Bagnhuck, matrícula funcional nº 000655, registro no sistema sob nº 955082, a qual encontra-se em Licença Maternidade.

Art. 2º O padrão de vencimentos, de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 006/02, é o Nível 1, Sub-Nível 11, Referência A, no valor de R\$ 918,23 (novecentos e dezoito reais e vinte e três centavos) mensais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 3º A presente nomeação, dá-se em razão da classificação de MARIA JOSIELI BORGES DA COSTA, aprovada em 41º lugar no Processo Seletivo Público 01/2018, homologado pelo Decreto nº 11.225 de 09 de abril de 2018.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
26 de junho de 2018.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 26/06/2018.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe do Gabinete do Prefeito

EXTRATO DO CONTRATO Nº 46/2018

Publicação Nº 1664500

EXTRATO DO CONTRATO Nº 46/2018

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CONTRATADA: MARIA JOSIELI BORGES DA COSTA

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: 26 de junho de 2018 a 09 de dezembro de 2018.

AMPARO LEGAL: Lei Complementar nº 006, de 19 de setembro de 2002 e alterações.

CARGO PÚBLICO: AGENTE OPERACIONAL ,NA FUNÇÃO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS

SALÁRIO BASE: R\$ 918,23 (novecentos e dezoito reais, vinte e três centavos).

CAMPO ALEGRE/SC., 26 de junho de 2018.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 15.545 DE 25 DE JUNHO DE 2018

Publicação Nº 1664152

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 15.545 DE 25 DE JUNHO DE 2018

DISPÕE SOBRE LOTAÇÃO DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, no uso das atribuições que lhe confere o inciso IX do art. 71, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de abril de 1990, e em especial a Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Considerando ofício SMS nº 140/2018 expedido em data de 20 de junho de 2018 pela Secretária Municipal de Saúde deste Município,

protocolizado em data de 21 de junho de 2018, sob nº 004123 pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal;

Considerando o interesse público e o princípio economicidade; Resolve:

Art. 1º A lotação da Servidora Pública Municipal ESTER DE OLIVEIRA, matrícula funcional nº 000938, registro no sistema sob nº 955781, ocupante do Cargo Público e na Função de Assistente Social, nomeada pelo Decreto Municipal nº 11.149 de 05 de março de 2018, sua lotação passa a ser na Secretaria Municipal de Assistência Social, a partir de 12 de junho de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 12 de junho de 2018.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.
Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
25 de junho de 2018.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 26/06/2018.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 15.546 DE 25 DE JUNHO DE 2018

Publicação Nº 1664479

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 15.546 DE 25 DE JUNHO DE 2018

DESIGNA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL PARA CUMPRIR CARGA HORÁRIA NA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, no uso das atribuições que lhe confere o inciso IX do art. 71, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de abril de 1990, e em especial a Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Considerando ofício SMS nº 140/2018 expedido em data de 20 de junho de 2018 pela Secretária Municipal de Saúde deste Município, protocolizado em data de 21 de junho de 2018, sob nº 004123 pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal;
Considerando o interesse público e o princípio economicidade;
RESOLVE:

Art. 1º Fica designada Servidora Pública Municipal ESTER DE OLIVEIRA, matrícula funcional nº 000938, registro no sistema sob nº 955781, ocupante do Cargo Público e na Função de Assistente Social, para cumprir carga horária na Secretaria Municipal de Saúde.

§1º A Servidora Pública Municipal ESTER DE OLIVEIRA, deverá cumprir carga horária de 04 (zero quatro) horas semanais, todas as quartas-feiras no horário da 08hs as 12hs na Secretaria Municipal de Saúde.

§2º As demais 26 (vinte e seis) horas semanais a Servidora Pública Municipal ESTER DE OLIVEIRA, cumprirá na Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 12 de junho de 2018.

Art. 3º Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
25 de junho de 2018.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 26/06/2018.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PREGÃO ELETRÔNICO 65/2018

Publicação Nº 1664352

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE - SC

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 65/2018

MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO - COM COTA RESERVADA PARA EPP OU ME

REGISTRO DE PREÇOS com cota de itens exclusivos para participação de microempresas - ME, empresas de pequeno porte - EPP ou equiparadas para eventual aquisição de material de limpeza para as unidades de ensino da rede municipal de ensino de Campo Alegre - SC, conforme descrição e valor de referência abaixo:

AMPLA CONCORRÊNCIA					
IT	QUANT.	UNIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR UNIT. ESTIMADO (R\$)	VALOR TOTAL ESTIMADO (R\$)
01	1.500	Unidade	Esponja de limpeza dupla face, tamanho aprox. 110 x 75 mm	1,10	R\$ 1.650,00
02	339	Pacote	Esponja de lã de aço com 08 unidades	2,50	R\$ 847,50
03	225	pacote	Sabão em barra com glicerina, com 05 unidades - Composição: sabão base, carbonato de sódio, glicerina, trilon, açúcar, corante e água	7,90	R\$ 1.777,50
04	750	Pacote	Sabão em pó com amaciante composição mínima: tensoativo aniônicos coadjuvantes, branqueador óptico, corante, enzimas, agente, fragrância e água. Componente ativo: linear alquil benzeno, sulfato de sódio. Caixa ou pacote contendo 1kg	8,50	R\$ 6.375,00
05	660	Frasco	Água sanitária com cloro ativo, 5 l	8,50	R\$ 5.610,00
06	1.990	Frasco	Desinfetante líquido 2 litros composição: tensoativo não iônico, bactericida, conservante, essência, corante e veículo. Componente ativo: cloreto de benzalcônio à 0,075% e glutaraldeído à 0,085% para limpeza de banheiros, vasos sanitários, ralos, latas de lixo, limpeza de pisos, azulejos, mármore, etc. Validade a partir de 24 meses	5,00	R\$ 9.950,00
07	900	Lata	Cera líquida incolor composição cera natural e sintética, tensoativo não aniônico, polímero acrílico, resina natural alcalinizada, perfume, corante e água, para pisos paviflex, frasco de 750ml	5,00	R\$ 4.500,00
08	1.125	Frasco	Saponáceo cremoso 300 ml, composição mínima: tensoativo aniônico, abrasivo, espessante, veículo e essência. Biodegradável. Indicado para superfície aço inox, esmaltados e cromados, louças, talheres, torneiras, panelas, louças sanitárias, box e banheiras. Validade a partir de 24 meses	4,90	R\$ 5.512,50
09	150	Frasco	Desodorizador de ar, frasco com 400ml	10,50	R\$ 1.575,00
10	375	Unidade	Pano de prato atalhado, tamanho mínimo 15x40x66cm, 100% algodão, cor branca	3,30	R\$ 1.237,50
11	1.690	Frasco	Álcool etílico hidratado 01 litro 70%	7,50	R\$ 12.675,00
12	150	Frasco	Higienizador em gel antisséptico de mãos, incolor, composto de álcool etílico 70%. Álcool isopropílico superior a 3%, agentes complementares para hidratação de pele. Laudo de irritabilidade dérmica em humanos, eficácia antimicrobiana. Frasco de 400 gramas.	7,00	R\$ 1.050,00
13	450	Fardo	Papel toalha interfolhado, branco, tamanho 23x27, fardo com 5 pacotes, em cada pacote contendo 1.250 folhas.	60,00	R\$ 27.000,00
14	190	galão	Sabonete líquido gel com perfume, Galão com 05 litros.	20,00	R\$ 3.800,00
15	975	Unidade	Saco de algodão cru (não alvejado), tamanho mínimo de 50x60cm	4,50	R\$ 4.387,50
16	75	Pacote	Saco para lixo 100 litros com 100 unidades - espessura 0.10 micras- dimensões 80x 90cm - preto	69,00	R\$ 5.175,00
17	150	Par	Luva de borracha doméstica 100% látex natural, tamanho P	5,00	R\$ 750,00
18	165	Par	Luva de borracha doméstica 100% látex natural, tamanho M	5,00	R\$ 825,00
19	165	par	Luva de borracha doméstica 100% látex natural, tamanho G	5,00	R\$ 825,00
20	300	Pacote	Pano para limpeza, atalhado, com 3 unidades, tamanho mínimo 30 x 35 cm	15,00	R\$ 4.500,00
21	38	Galão	Detergente para máquina de lavar louças industrial - solução alcalina composta de detergentes orgânicos, inorgânicos, sequestrantes e dispersantes, altamente concentrado, formulados para o uso em lavagem automático de louças. Galão 5 litros	16,00	R\$ 608,00
22	1.725	Frasco	Detergente líquido com glicerina - 500 ml, neutro, composição mínima: coadjuvantes, glicerina, espessantes, corantes e veículo, componente ativo: linear alquilbenzeno sulfato de sódio com tensoativo biodegradável. Que remova a gordura de louças, talheres e panelas. Validade a partir de 24 meses	2,00	R\$ 3.450,00

23	75	Lata	Cera em pasta amarela, composição, mínima, agente de polímero, formador de filme, emulsificante, plastificante, solvente ou silicone e corante, lata com 375 g	12,50	R\$ 937,50
24	113	Rolo	Embalagem para freezer e microondas, para 5 kg, c/ 100 unidades	6,90	R\$ 779,70
25	263	Unidade	Toalha rosto, grossa, medindo aproximadamente 70x50, 100% algodão	8,90	R\$ 2.340,70
26	27	frasco	Shampoo Infantil, para todos os tipos de cabelos, que não cause ardência nos olhos, frasco com 350ml	13,00	R\$ 351,00
27	234	Unidade	Rodo de espuma para aplicação de cera, (sem borracha só espuma), sem cabo.	10,00	R\$ 2.340,00
28	75	Unidade	Vassoura de piaçava sintética- 31cm x 0,4 x 21cm- com cabo metálico	12,00	R\$ 900,00
29	158	Unidade	Vassoura de palha de arroz c/ cabo	19,00	R\$ 3.002,00
30	38	Unidade	Vassoura de pelo sintético - 33cm x 0,09 x 14cm - s/ cabo	10,00	R\$ 380,00
31	75	Unidade	Rodo de borracha 40 cm s/ cabo	10,50	R\$ 787,50
32	45	Unidade	Rodo de borracha 60 cm s/ cabo	18,00	R\$ 810,00
33	450	Fardo	Papel higiênico, folhas simples, branco, picotado, fardo com 64 rolos de no mínimo 10cm x 30m	56,00	R\$ 25.200,00
34	38	Fardo	Papel higiênico rolo com 300m x 10cm fardo com 08 rolos, folha simples branca, fabricado com 100% celulose virgem	48,00	R\$ 1.824,00
35	225	Unidade	Esfregão plano esponja - base de madeira, espuma poliéster c/ manta abrasiva - 30cm x 0,045 x 0,33cm- c/ cabo de madeira	25,00	R\$ 5.625,00
36	240	Unidade	Refil esfregão plano esponja - espuma poliéster c/ manta abrasiva- 30cm x 0,045 x 0,33cm	20,00	R\$ 4.800,00
37	38	Unidade	Pá para lixo de plástico com cabo de vassoura	7,00	R\$ 266,00
38	27	Pacote	Toucas descartáveis tamanho 45 x 50cm confeccionado com elástico especial e todo o perímetro da touca 100% polipropileno com 100 unidades	20,00	R\$ 540,00
39	53	Caixa	Luvas descartáveis, levemente talcadas em látex, tamanho médio com 100 unidades	21,00	R\$ 1.113,00
VALOR TOTAL ESTIMADO				R\$ 156.076,90	

COTA RESERVADA

IT	QUANT.	UNIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR UNIT. ESTIMADO (R\$)	VALOR TOTAL ESTIMADO (R\$)
40 (1a)	500	Unidade	Esponja de limpeza dupla face, tamanho aprox. 110 x 75 mm	1,10	R\$ 550,00
41 (2a)	111	Pacote	Esponja de lã de aço com 08 unidades	2,50	R\$ 277,50
42 (3a)	75	pacote	Sabão em barra com glicerina, com 05 unidades - Composição: sabão base, carbonato de sódio, glicerina, trilon, açúcar, corante e água	7,90	R\$ 592,50
43 (4a)	250	Pacote	Sabão em pó com amaciante composição mínima: tensoativo aniônicos coadjuvantes, branqueador óptico, corante, enzimas, agente, fragrância e água. Componente ativo: linear alquil benzeno, sulfato de sódio. Caixa ou pacote contendo 1kg	8,50	R\$ 2.125,00
44 (5a)	220	Frasco	Água sanitária com cloro ativo, 5 l	8,50	R\$ 1.870,00
45 (6a)	660	Frasco	Desinfetante líquido 2 litros composição: tensoativo não iônico, bactericida, conservante, essência, corante e veículo. Componente ativo: cloreto de benzalcônio à 0,075% e glutaraldeído à 0,085% para limpeza de banheiros, vasos sanitários, ralos, latas de lixo, limpeza de pisos, azulejos, mármore, etc. Validade a partir de 24 meses	5,00	R\$ 3.300,00
46 (7a)	300	Lata	Cera líquida incolor composição cera natural e sintética, tensoativo não aniônico, polímero acrílico, resina natural alcalinizada, perfume, corante e água, para pisos paviflex, frasco de 750ml	5,00	R\$ 1.500,00
47 (8a)	375	Frasco	Saponáceo cremoso 300 ml, composição mínima: tensoativo aniônico, abrasivo, espessante, veículo e essência. Biodegradável. Indicado para superfície aço inox, esmaltados e cromados, louças, talheres, torneiras, painéis, louças sanitárias, box e banheiras. Validade a partir de 24 meses	4,90	R\$ 1.837,50
48 (9a)	50	Frasco	Desodorizador de ar, frasco com 400ml	10,50	R\$ 525,00
49 (10a)	125	Unidade	Pano de prato atalhado, tamanho mínimo 15x40x66cm, 100% algodão, cor branca	3,30	R\$ 412,50
50 (11a)	560	Frasco	Álcool etílico hidratado 01 litro 70%	7,50	R\$ 4.200,00

51 (12a)	50	Frasco	Higienizador em gel antisséptico de mãos, incolor, composto de álcool etílico 70%. Álcool isopropílico superior a 3%, agentes complementares para hidratação de pele. Laudo de irritabilidade dérmica em humanos, eficácia antimicrobiana. Frasco de 400 gramas.	7,00	R\$ 350,00
52 (13a)	150	Fardo	Papel toalha interfolhado, branco, tamanho 23x27, fardo com 5 pacotes, em cada pacote contendo 1.250 folhas.	60,00	R\$ 9.000,00
53 (14a)	60	galão	Sabonete líquido gel com perfume, Galão com 05 litros.	20,00	R\$ 1.200,00
54 (15a)	325	Unidade	Saco de algodão cru (não alvejado), tamanho mínimo de 50x60cm	4,50	R\$ 1.462,50
55 (16a)	25	Pacote	Saco para lixo 100 litros com 100 unidades - espessura 0.10 micras- dimensões 80x 90cm - preto	69,00	R\$ 1.725,00
56 (17a)	50	Par	Luva de borracha doméstica 100% látex natural, tamanho P	5,00	R\$ 250,00
57 (18a)	55	Par	Luva de borracha doméstica 100% látex natural, tamanho M	5,00	R\$ 275,00
58 (19a)	55	par	Luva de borracha doméstica 100% látex natural, tamanho G	5,00	R\$ 275,00
59 (20a)	100	Pacote	Pano para limpeza, atalhado, com 3 unidades, tamanho mínimo 30 x 35 cm	15,00	R\$ 1.500,00
60 (21a)	12	Galão	Detergente para máquina de lavar louças industrial - solução alcalina composta de detergentes orgânicos, inorgânicos, sequestrantes e dispersantes, altamente concentrado, formulados para o uso em lavagem automático de louças. Galão 5 litros	16,00	R\$ 192,00
61 (22a)	575	Frasco	Detergente líquido com glicerina - 500 ml, neutro, composição mínima: coadjuvantes, glicerina, espessantes, corantes e veículo, componente ativo: linear alquilbenzeno sulfato de sódio com tensoativo biodegradável. Que remova a gordura de louças, talheres e panelas. Validade a partir de 24 meses	2,00	R\$ 1.150,00
62 (23a)	25	Lata	Cera em pasta amarela, composição, mínima, agente de polímero, formador de filme, emulsificante, plastificante, solvente ou silicone e corante, lata com 375 g	12,50	R\$ 312,50
63 (24a)	37	Rolo	Embalagem para freezer e microondas, para 5 kg, c/ 100 unidades	6,90	R\$ 255,30
64 (25a)	87	Unidade	Toalha rosto, grossa, medindo aproximadamente 70x50, 100% algodão	8,90	R\$ 774,30
65 (26a)	8	frasco	Shampoo Infantil, para todos os tipos de cabelos, que não cause ardência nos olhos, frasco com 350ml	13,00	R\$ 104,00
66 (27a)	76	Unidade	Rodo de espuma para aplicação de cera, (sem borracha só espuma), sem cabo.	10,00	R\$ 760,00
67 (28a)	25	Unidade	Vassoura de piaçava sintética- 31cm x 0,4 x 21cm- com cabo metálico	12,00	R\$ 300,00
68 (29a)	52	Unidade	Vassoura de palha de arroz c/ cabo	19,00	R\$ 988,00
69 (30a)	12	Unidade	Vassoura de pelo sintético - 33cm x 0,09 x 14cm - s/ cabo	10,00	R\$ 120,00
70 (31a)	25	Unidade	Rodo de borracha 40 cm s/ cabo	10,50	R\$ 262,50
71 (32a)	15	Unidade	Rodo de borracha 60 cm s/ cabo	18,00	R\$ 270,00
72 (33a)	150	Fardo	Papel higiênico, folhas simples, branco, picotado, fardo com 64 rolos de no mínimo 10cm x 30m	56,00	R\$ 8.400,00
73 (34a)	12	Fardo	Papel higiênico rolo com 300m x 10cm fardo com 08 rolos, folha simples branca, fabricado com 100% celulose virgem	48,00	R\$ 576,00
74 (35a)	75	Unidade	Esfregão plano esponja - base de madeira, espuma poliéster c/ manta abrasiva - 30cm x 0,045 x 0,33cm- c/ cabo de madeira	25,00	R\$ 1.875,00
75 (36a)	80	Unidade	Refil esfregão plano esponja - espuma poliéster c/ manta abrasiva- 30cm x 0,045 x 0,33cm	20,00	R\$ 1.600,00
76 (37a)	12	Unidade	Pá para lixo de plástico com cabo de vassoura	7,00	R\$ 84,00
77 (38a)	8	Pacote	Toucas descartáveis tamanho 45 x 50cm confeccionado com elástico especial e todo o perímetro da touca 100% polipropileno com 100 unidades	20,00	R\$ 160,00
78 (39a)	17	Caixa	Luvas descartáveis, levemente talcadas em látex, tamanho médio com 100 unidades	21,00	R\$ 357,00
VALOR TOTAL ESTIMADO				R\$ 51.768,10	

Critério de julgamento: MENOR PREÇO UNITÁRIO (POR ITEM).

Recebimento das Propostas: das 0h do dia 27/06/2018 até as 08h45min do dia 19/07/2018;

Início da Sessão de Disputa de Preços: às 09h do dia 19/07/2018 no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br, horário de Brasília/DF.

As despesas oriundas de eventuais contratações correrão por conta de dotações orçamentárias da Secretaria Municipal de Educação na seguinte classificação:

3.3.90.30.00.00	Material de Consumo
-----------------	---------------------

Qualquer informação, alteração, anulação, revogação ou complemento ao edital será disponibilizado no site do Município (www.campoalegre.sc.gov.br), e é de total responsabilidade da empresa participante a verificação no mesmo.

Poderão participar da licitação pessoas jurídicas que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado, observadas as condições constantes do edital.

O Edital completo poderá ser obtido pelo endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br.

Outras informações referentes ao edital, poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Campo Alegre, sito a Rua Cel. Bueno Franco, 292, em Campo Alegre - SC, através do telefone (47) 3632-2266, Setor de Licitações, site: <http://www.campoalegre.sc.gov.br> e acessando o endereço: www.portaldecompraspublicas.com.br para dirimir as dúvidas referentes ao sistema operacional.

Campo Alegre, 25 de junho de 2018.

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

PREGÃO PRESENCIAL Nº 16/2018 FMS

Publicação Nº 1663795

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE - SC
AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 16/2018 FMS
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL

A licitação tem como objeto REGISTRO DE PREÇOS visando a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de mão de obra mecânica para manutenção dos veículos do Fundo Municipal de Saúde do Município de Campo Alegre/SC, conforme descrição e valor estimado abaixo:

LOTE 01					
IT	QT	UN	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO (R\$)	VALOR TOTAL ESTI- MADO (R\$)
01	400	HORA	Mão de obra mecânica, conserto e troca de peças para os veículos: - Renault Clio, 2013, MLS 9343 - Renault Kangoo, MMJ5893 - Fiat Doblò MIV 6305 - Fiat Uno Mille Fire Flex, 2011, MJA 0644 - Fiat Uno Mille Fire, 2007, MFY3948 - Fiat Palio, 2013, MLO 0991 - Fiat Palio Weekend, 2011, MIQ7905 - Chevrolet Spin, 2014, MLY8897 - VW Kombi, Ano 2011, MJA 0584 - VW Kombi, Ano 2011, MJO 3863	60,00	24.000,00
VALOR TOTAL ESTIMADO PARA O LOTE 01				R\$ 24.000,00	

LOTE 02					
IT	QT	UN	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO (R\$)	VALOR TOTAL ESTI- MADO (R\$)
02	400	HORA	Mão de obra mecânica, conserto e troca de peças para os veículos: - Renault Master Ambulância Mmb 9849 - Renault Master Passageiro Mjr 5236 - Renault Master Ambulância Qid 5348 - Sprinter Qio 5207 - Volare A8 MDZ 1869	60,00	24.000,00
VALOR TOTAL ESTIMADO PARA O LOTE 02				R\$ 24.000,00	

Critério de julgamento: MENOR PREÇO POR ITEM.

DATA, HORÁRIO E LOCAL PARA A ENTREGA DOS ENVELOPES COM A DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTAS: ATÉ AS 09 HORAS E 45 MINUTOS DO DIA 18/07/2018, NO PROTOCOLO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE, situado a Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, em Campo Alegre/SC.

DATA, HORÁRIO E LOCAL PARA INÍCIO DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO

DIA: 18/07/2018

HORA: 10 HORAS

LOCAL: Prefeitura Municipal de Campo Alegre, sito a Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, em Campo Alegre/SC.

As despesas oriundas de eventuais contratações correrão por conta de dotações orçamentárias do Fundo Municipal de Saúde de Campo Alegre/SC na seguinte classificação:

Serviços	3.3.90.39.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
----------	-----------------	--

Qualquer informação, alteração, anulação, revogação ou complemento ao edital será disponibilizado no site do Município (www.campoalegre.sc.gov.br), e é de total responsabilidade da empresa participante a verificação no mesmo.

Para obter cópia deste Edital e anexos, os interessados deverão acessar o site www.campoalegre.sc.gov.br, no ícone "Licitação" / "Pregão" / "Pregão 16/2018 FMS".

A entrega dos envelopes no Serviço de Protocolo do Município é de total responsabilidade da empresa licitante, excluindo a responsabilidade do Município em receber os envelopes via Correios ou por outro meio, assim como de controlar a tramitação dos documentos até o Serviço de Protocolo do Município.

Campo Alegre, 25 de junho de 2018.

CAROLINA DA COSTA TELMA
Gestora do Fundo Municipal de Saúde

PREGÃO PRESENCIAL Nº 64/2018

Publicação Nº 1663787

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE - SC

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 64/2018

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL -

A licitação tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura contratação de serviços de torno e usinagem para consertos diversos em peças de máquinas, veículos e equipamentos e serviço de torneiro conforme descrição e valor estimado abaixo:

IT	QT	UN	DESCRIÇÃO	VALOR UNIT. ESTIMADO (R\$)	VALOR TOTAL ESTIMADO (R\$)
01	500	Hora	Serviço de torno e usinagem de peças para consertos diversos em peças de máquinas, veículos e equipamentos	40,00	20.000,00
02	500	Hora	Outros serviços de torneiro	40,00	20.000,00
VALOR TOTAL GLOBAL ESTIMADO				R\$ 40.000,00	

Critério julgamento: MENOR PREÇO GLOBAL (soma de todos os itens).

DATA, HORÁRIO E LOCAL PARA A ENTREGA DOS ENVELOPES COM A DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTAS: ATÉ AS 13 HORAS E 45 MINUTOS DO DIA 18/07/2018, NO PROTOCOLO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE, sito a Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, centro, em Campo Alegre - SC.

DATA, HORÁRIO E LOCAL PARA INÍCIO DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO

DIA: 18/07/2018

HORA: 14 HORAS

LOCAL: Prefeitura Municipal de Campo Alegre, sito a Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, em Campo Alegre/SC.

As despesas oriundas de eventuais contratações correrão por conta de dotações orçamentárias das secretarias e órgãos solicitantes na seguinte classificação:

Serviços	3.3.90.39.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
----------	-----------------	--

Qualquer informação, alteração, anulação, revogação ou complemento ao edital será disponibilizado no site do Município (www.campoalegre.sc.gov.br), e é de total responsabilidade da empresa participante a verificação no mesmo.

Para obter cópia deste Edital e anexos, os interessados deverão acessar o site www.campoalegre.sc.gov.br, no ícone "Licitação" / "Pregão" / "Pregão 64/2018".

A entrega dos envelopes no Serviço de Protocolo do Município é de total responsabilidade da empresa licitante, excluindo a responsabilidade do Município em receber os envelopes via Correios ou por outro meio, assim como de controlar a tramitação dos documentos até o Serviço de Protocolo do Município.

Campo Alegre - SC, 25 de junho de 2018.

Lucilaine Mokfa Schwarz
Secretária Municipal de Administração

TERMO DE RESCISÃO UNILATERAL DE CONTRATO 109/2017

Publicação Nº 1663802

TERMO DE RESCISÃO UNILATERAL DE CONTRATO

Considerando Decisão proferida em competente Processo Administrativo, de nº 453/2018, referente inexecução do Contrato nº 109/2017, decorrente do processo licitatório nº 71/2017, Tomada de Preços, RESOLVE:

O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE, pessoa jurídica de direito público, com sede na Rua Cel. Bueno Franco, nº. 292, Centro, Campo Alegre/SC, inscrito no CNPJ sob nº. 83.102.749/0001-77, neste ato representado pela Secretária Municipal de Administração, Sra. Lucilaine Mokfa Schwarz, com poderes conferido pelo Decreto Municipal nº 7824, de 20 de junho de 2013, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, através do presente, RESOLVE RESCINDIR UNILATERALMENTE O CONTRATO nº 109/2017, de 06 de novembro de 2017, decorrente do processo licitatório nº 71/2017, modalidade Tomada de Preços, firmado com a empresa Forte Rocha Construtora Ltda Me, inscrita no CNPJ sob nº 20.985.955/0001-52, com sede a Rua Nacar, nº 153, Bairro Guanabara, Município Joinville-SC, representada por Renan Sismer, CPF nº 087.134.269-31, pelos motivos a seguir expostos:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA RESCISÃO UNILATERAL CONTRATUAL

O Contrato nº 109/2017, de 06 de novembro de 2017, decorrente do processo licitatório nº 71/2017, modalidade Tomada de Preços, cujo objeto é o "fornecimento de material e mão de obra para construção de Creche infantil na Escola Paulo Fuckner, na localidade de Bateias de Cima, RM 020, Município de Campo Alegre/SC", fica RESCINDIDO UNILATERALMENTE pelo motivo de INEXECUÇÃO CONTRATUAL, tudo conforme exposto no competente processo administrativo nº 453/2018.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS SANÇÕES

Aplica-se à empresa FORTE ROCHA CONSTRUTORA LTDA ME, multa compensatória com percentual de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, que remonta em R\$ 12.000,00 (Doze mil reais), nos termos da cláusula décima primeira do Contrato nº 109/2017; e impedimento de licitar e contratar com o Município de Campo Alegre/SC pelo prazo de dois anos, contados da data da publicação deste Termo, no órgão de publicação oficial deste Município (DOM/SC).

CLÁUSULA TERCEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Esta rescisão contratual unilateral tem como base legal os artigos 77, 78, incisos I, II e III e c/c 79, inc. I da Lei Federal no. 8.666/93, bem como na cláusula décima segunda do Contrato nº 109/2017.

CLÁUSULA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

O presente termo é lavrado em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

O Presente Termo de Rescisão será publicado na íntegra, no órgão de publicação oficial deste Município (DOM/SC).

Campo Alegre, 21 de junho de 2018.

LUCILAINE MOKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Campo Erê

PREFEITURA

Portaria 402/2018

Publicação Nº 1664003

PORTARIA N. 402, DE 19 DE JUNHO DE 2018

Dispõe sobre a prorrogação da contratação de servidor público municipal, por tempo determinado para atender situação de excepcional interesse público, e dá outras providências;

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 57, VII da Lei Orgânica Municipal;

Considerando o disposto na Lei Complementar nº 076/2015;

Considerando o resultado final do Processo Seletivo Simplificado nº 003/2017, homologado pelo Decreto 1.394, de 26 de fevereiro de 2018;

Considerando a necessidade urgente da manutenção da contratação de professor substituto, no período de Licença Prêmio concedido aos servidores escalados através da Lei Municipal nº 2.064/2018;

RESOLVE

Art. 1º. PRORROGAR por tempo determinado e por excepcional interesse público, a contratação de IVONETE CUNHA DOS SANTOS, para o cargo de Professor de Educação Infantil, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, com lotação na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, pelo período de 18/06/2018 à 18/09/2018.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à 18/06/2018.

Campo Erê – SC, 19 de junho de 2018.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra

DANIELA VAZ

Assistente Administrativo

Matrícula nº 10662-3

Portaria 403/2018

Publicação Nº 1664222

PORTARIA N. 403, DE 19 DE JUNHO DE 2018

Dispõe sobre a prorrogação da contratação de servidor público municipal, por tempo determinado para atender situação de excepcional interesse público, e dá outras providências;

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 57, VII da Lei Orgânica Municipal;

Considerando o disposto na Lei Complementar nº 076/2015;

Considerando o resultado final do Processo Seletivo Simplificado nº 003/2017, homologado pelo Decreto 1.394, de 26 de fevereiro de 2018;

Considerando a necessidade de contratação de substituto para a

servidora Rosane Bortoncello Moreira, efetiva no cargo, no período em que a mesma encontra-se em Licença concedida legalmente;

RESOLVE

Art. 1º. PRORROGAR por tempo determinado e por excepcional interesse público, a contratação de MARLI DO PRADO, para o cargo de Professor de Educação Infantil, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, com lotação na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, pelo período de 19/06/2018 à 03/07/2018.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Erê – SC, 19 de junho de 2018.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra

DANIELA VAZ

Assistente Administrativo

Matrícula nº 10662-3

Portaria 404/2018

Publicação Nº 1664021

PORTARIA N. 404, DE 19 DE JUNHO DE 2018

Dispõe sobre a contratação de servidor público municipal, por tempo determinado para atender situação de excepcional interesse público, e dá outras providências;

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 57, VII da Lei Orgânica Municipal;

Considerando o disposto na Lei Complementar nº 076/2015;

Considerando o resultado final do Processo Seletivo nº 003/2017, homologado pelo Decreto 1.394, de 26 de fevereiro de 2017;

RESOLVE

Art. 1º. CONTRATAR por tempo determinado e por excepcional interesse público, REJANE DE FÁTIMA KUMM HOLDEFFER, para o cargo de Professor de Educação Infantil - Habilitado, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, com lotação na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, no período de 19/06/2018 à 03/07/2018.

Parágrafo único. O contratado, terá prazo de 05 (cinco) dias a contar da publicação deste ato para a apresentação da documentação para o ingresso no cargo, sob pena de anulação do mesmo.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Erê – SC, 19 de junho de 2018.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA
Prefeito Municipal
Registrada e Publicada em data supra

DANIELA VAZ
Assistente Administrativo
Matrícula nº 10662-3

Portaria 405/2018

Publicação Nº 1664224

PORTARIA N. 405, DE 19 DE JUNHO DE 2018

Dispõe sobre a concessão de férias a servidor público, e dá outras providências;

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 57, VII da Lei Orgânica Municipal e o Art. 65 da Lei Complementar n. 11/2002;

RESOLVE

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS ao servidor EDER RONCHI, Matrícula nº. 11254-2, ocupante do cargo de Operador de Equipamentos Rodoviários, com lotação na Secretaria Municipal de Agricultura e Infraestrutura Rural, referente ao período aquisitivo de 2017/2018, pelo período de 30 (trinta) dias, a partir do dia 04 de junho de 2018.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à 04/06/2018.

Campo Erê – SC, 19 de junho de 2018.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA
Prefeito Municipal
Registrada e Publicada em data supra

DANIELA VAZ
Assistente Administrativo
Matrícula nº 10662-3

Portaria 406/2018

Publicação Nº 1664229

PORTARIA N. 406, DE 19 DE JUNHO DE 2018

Dispõe sobre a concessão de férias a servidor público, e dá outras providências;

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 57, VII da Lei Orgânica Municipal e o Art. 65 da Lei Complementar n. 11/2002;

RESOLVE

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS ao servidor JOSÉ PEDROZO SANTOS, Matrícula nº. 1019-7, ocupante do cargo de Operador de Equipamentos Rodoviários, com lotação na Secretaria Municipal de Agricultura e Infraestrutura Rural, referente aos períodos aquisitivos de 2014/2015 e 2015/2016, pelo período de 60 (sessenta) dias, a partir do dia 04 de junho de 2018.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,

retroagindo seus efeitos à 04/06/2018.

Campo Erê – SC, 19 de junho de 2018.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA
Prefeito Municipal
Registrada e Publicada em data supra

DANIELA VAZ
Assistente Administrativo
Matrícula nº 10662-3

Portaria 407/2018

Publicação Nº 1664233

PORTARIA N. 407, DE 19 DE JUNHO DE 2018

Dispõe sobre a conversão de licença prêmio em abono, e dá outras providências;

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 57, VII da Lei Orgânica Municipal, e o artigo 76 da Lei Complementar n.º 011/2002;

Considerando o Parecer Jurídico AJU/CJU nº 223/2018;

RESOLVE

Art. 1º. CONVERTER EM ABONO PECUNIÁRIO, 30 (trinta) dias de Licença Prêmio do servidor público municipal ETSON GONÇALVES, matrícula nº 10157-5, ocupante do cargo de Fiscal de Vigilância Sanitária, lotado na Secretaria Municipal de Saúde Pública, relativo ao período aquisitivo 2010/2015, em virtude do interesse público.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Erê – SC, 19 de junho de 2018.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA
Prefeito Municipal
Registrada e Publicada em data supra

DANIELA VAZ
Assistente Administrativo
Matrícula nº 10662-3

Portaria 408/2018

Publicação Nº 1664237

PORTARIA N. 408, DE 19 DE JUNHO DE 2018

Dispõe sobre a concessão de Licença Maternidade à servidora pública Municipal, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 57, inciso VII, da Lei Orgânica, o art. 85, VI, "a", da Lei Complementar nº 011/2002, o art. 69 da Constituição Federal, e a Lei 11.770/2008;

RESOLVE

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA MATERNIDADE, à servidora pública municipal SUZANA BRAMBILLA PERICO, matrícula nº 10497-3,

ocupante do cargo de Farmacêutica, lotado na Secretaria Municipal de Saúde Pública, a partir de 06 de junho de 2018, pelo período de 180 (cento e oitenta) dias, conforme Atestado Médico.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à 06/06/2018.

Campo Erê – SC, 19 de junho de 2018.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA
Prefeito Municipal
Registrada e Publicada em data supra

DANIELA VAZ
Assistente Administrativo
Matrícula nº 10662-3

Portaria 409/2018

Publicação Nº 1664238

PORTARIA N. 409, DE 20 DE JUNHO DE 2018

Dispõe sobre a concessão de Licença Maternidade à servidora pública Municipal, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 57, inciso VII, da Lei Orgânica, o art. 85, VI, "a", da Lei Complementar nº 011/2002, o art. 69 da Constituição Federal, e a Lei 11.770/2008;

RESOLVE

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA MATERNIDADE, à servidora pública municipal ANDREIA RODRIGUES, matrícula nº 113921, ocupante do cargo de Professor de Ensino Fundamental, lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, a partir de 20 de junho de 2018, pelo período de 180 (cento e oitenta) dias, conforme Atestado Médico.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Erê – SC, 20 de junho de 2018.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA
Prefeito Municipal
Registrada e Publicada em data supra

DANIELA VAZ
Assistente Administrativo
Matrícula nº 10662-3

Portaria 410/2018

Publicação Nº 1664240

PORTARIA N. 410, DE 20 DE JUNHO DE 2018

Dispõe sobre a remoção de ofício de servidor público municipal, e dá outras providências:

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 57, VII da

Lei Orgânica Municipal, e o artigo 37, da Lei Complementar nº. 011/2002;

RESOLVE

Art. 1º. REMOVER por necessidade e conveniência da Administração Pública, o servidor público municipal JOSÉ CARLOS HENRIQUE DA SILVA, matrícula nº 11452-9, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, para a Secretaria Municipal de Cidade e Desenvolvimento, a partir de 20/06/2018.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Erê – SC, 20 de junho de 2018.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA
Prefeito Municipal
Registrada e Publicada em data supra

DANIELA VAZ
Assistente Administrativo
Matrícula nº 10662-3

Portaria 411/2018

Publicação Nº 1664241

PORTARIA N. 411, DE 20 DE JUNHO DE 2018

Dispõe sobre a remoção de ofício de servidor público municipal, e dá outras providências:

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 57, VII da Lei Orgânica Municipal, e o artigo 37, da Lei Complementar nº. 011/2002;

RESOLVE

Art. 1º. REMOVER por necessidade e conveniência da Administração Pública, a servidora pública municipal IARA GOIS DA SILVA RAMOS, matrícula nº 11.433-2, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, da Secretaria Municipal de Assistência Social, para a Secretaria Municipal de Educação e Cultura, a partir de 20/06/2018.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Erê – SC, 20 de junho de 2018.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA
Prefeito Municipal
Registrada e Publicada em data supra

DANIELA VAZ
Assistente Administrativo
Matrícula nº 10662-3

Portaria 412/2018

Publicação Nº 1664245

PORTARIA N. 412, DE 20 DE JUNHO DE 2018

Dispõe sobre a prorrogação da contratação de servidor público municipal, por tempo determinado para atender situação de excepcional interesse público, e dá outras providências;

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 57, VII da Lei Orgânica Municipal;

Considerando o disposto na Lei Complementar nº 076/2015;

Considerando o resultado final do Processo Seletivo e Emprego Público nº 002/2017, homologado pelo Decreto 1.144, de 17 de fevereiro de 2017;

Considerando a necessidade urgente da manutenção da contratação de Médico, para atuar na Estratégia da Saúde da Família - ESF, pois uma vez que não haja atuação de profissional para dar continuidade nos serviços essenciais da área da Saúde Pública, estará causando sérios transtornos a própria Administração Municipal;

RESOLVE

Art. 1º. PRORROGAR por tempo determinado e por excepcional interesse público, a contratação de JEAN CARLOS ANTUNES DOS SANTOS, matrícula nº 11419-7, ocupante do cargo de Médico 40 horas – ESF (Estratégia da Saúde da Família), com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde Pública, a partir de 06/06/2018, pelo período de 180 (cento e oitenta) dias.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à 06/06/2018.

Campo Erê – SC, 20 de junho de 2018.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra

DANIELA VAZ

Assistente Administrativo

Matrícula nº 10662-3

Portaria 413/2018

Publicação Nº 1664250

PORTARIA N. 413, DE 20 DE JUNHO DE 2018

Dispõe sobre a concessão de Adicional por tempo de serviço à servidor público Municipal, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 57, inciso VII, da Lei Orgânica, e as Lei Complementares nº 012/2002, e posteriores alterações;

RESOLVE

Art. 1º. Fica concedido Adicional por Titulação (Conclusão do Ensino Fundamental) no percentual de 5% (cinco por cento), ao servidor público municipal EDER RONCHI, matrícula nº 11254-2, conforme dispõe o art. 13 da Lei Complementar no. 12/2002.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Erê – SC, 20 de junho de 2018.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra

DANIELA VAZ

Assistente Administrativo

Matrícula nº 10662-3

PRORROGA PRAZO DE ABERTURA PP 52

Publicação Nº 1664183

MUNICÍPIO DE CAMPO ERE-SC

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 860/2018

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 52/2018

EXTRATO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE ABERTURA

Prorroga data de abertura do:

Processo Licitatório n.º 860/2018 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 52/2018, para Aquisição de peças e serviços de mão-de-obra, para a manutenção/conserto do veículo Fiat Strada Working Placa MLO 3937 ano e modelo 2014/2015, pertencente a secretaria de agricultura e infraestrutura rural, e veículo Fiat/Doblo 1.8 ano 2012/2012 pertencente a secretaria da saúde, conforme especificado nesse Edital. Fica prorrogada a data de abertura para: dia 29 de junho - Horário: 09:00 horas. As demais condições do presente edital continuam inalteradas. Informações complementares poderão ser obtidas no Tel. ***49 36553035, das 07:30hs as 11:30hs e das 13:15hs as 17:15hs, pelo fone 49 3655 3035, e e-mail licitacao@campoere.sc.gov.br - Campo Erê (SC), em 25 de junho de 2018. Odilson Vicente de Lima - Prefeito Municipal.

Campos Novos

PREFEITURA

AVISO DE PP Nº 62/2018

Publicação Nº 1663937

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO DE COMPRA Nº 90/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº 62/2018

O Município de Campos Novos torna público que fará realizar no dia 12 de Julho de 2018 às 09 horas Pregão Presencial do Tipo Menor Preço por Item, tendo como objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO PARA SUPRIR AS NECESSIDADES NAS UNIDADES ESCOLARES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.

O Edital que está amparado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no site www.camposnovos.sc.gov.br ou na sede da Prefeitura, localizado na Rua Expedicionário João Batista de Almeida, nº 323, no horário das 08h15min às 11h e das 13h15min às 17h diariamente.

Campos Novos, 26 de Junho de 2018.

Gilmar Marco Pereira
Prefeito em Exercício.

LEI Nº 4.434/18 DE 25/06/2018. ALTERA A REDAÇÃO DOS - - 1º E 2º DO ART. 1º DA LEI Nº 4.004/2014 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Publicação Nº 1664464

LEI Nº 4.434/18 de 25/06/2018.

ALTERA A REDAÇÃO DOS - - 1º E 2º DO ART. 1º DA LEI Nº 4.004/2014 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Gilmar Marco Pereira, Prefeito em exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no inciso V do Artigo 100 da Lei Orgânica e na forma da lei...

FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTE MUNICÍPIO QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º. Os parágrafos 1º e 2º do art. 1º da Lei n. 4.004/2014 passarão a vigorar com a seguinte redação:

“- 1º. O valor a ser pago a título de auxílio-alimentação será de R\$ 535,00 (quinhentos e trinta e cinco reais) mensais.

- 2º. O valor a título de auxílio-moradia será de R\$ 1.605,00 (mil e seiscentos e cinco reais) mensais.

- 3º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado, no mês do reajuste/revisão dos vencimentos dos servidores públicos municipais em corrigir por Decreto os valores da presente Lei, levando em consideração para o referido reajuste o índice do INPC, acumulado nos últimos 12 meses.

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, 25 de Junho de 2018.

GILMAR MARCO PEREIRA
Prefeito em Exercício

LEI Nº 4.435/18 DE 25/06/2018. AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CELEBRAR TERMO DE COLABORAÇÃO COM A FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA – FUNOESC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Publicação Nº 1664468

LEI Nº 4.435/18 de 25/06/2018.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CELEBRAR TERMO DE COLABORAÇÃO COM A FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA – FUNOESC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Gilmar Marco Pereira, Prefeito em exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no inciso V do Artigo 100 da Lei Orgânica e na forma da lei...

FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTE MUNICÍPIO QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Termo de Colaboração com a FUNOESC, mantenedora da UNOESC - Universidade do Oeste de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº 84.592.369/0001-20, com a finalidade de desenvolver o “Programa de controle populacional de cães e gatos no município de Campos Novos/SC”, conjugando esforços dos cursos de Pedagogia e Medicina Veterinária.

Parágrafo Único. O termo de colaboração visa a implementação de programa de controle populacional de cães e gatos no município, procedendo a esterilização destes animais nas dependências do Hospital Veterinário da UNOESC Campos Novos, bem como realizando os procedimentos pós-operatórios, acompanhados de um trabalho de conscientização acerca da importância da posse responsável dos animais.

Art. 2º São também objetivos do Programa de Controle Populacional de Cães e Gatos neste município:

I – Implantar Campanha Municipal de Controle Populacional de Cães e Gatos no município de Campos Novos;

II – Reduzir os riscos que a população de animais de rua apresenta para a comunidade, com ênfase para questões ambientais e a incolumidade pública;

III – Conscientizar os proprietários de animais acerca da responsabilidade para com a saúde e bem-estar de seu bicho, bem como a responsabilidade legal do dono em caso de lesões e danos que o animal venha a causar a terceiros;

IV – Incentivar a adoção e a guarda responsável através da realização de ações de caráter educativo, que promovam os cuidados com estes animais e contribuam no controle futuro desta população.

Art. 3º Compete ao município de Campos Novos:

I - Realizar o levantamento da quantidade de animais no município, através de questionários distribuídos à população, visando definir estratégias para início dos trabalhos de castração e posse responsável;

II – Proceder o cadastramento de famílias que possuam interesse em realizar a esterilização cirúrgica de seus cães e gatos, dando preferência para àquelas cadastradas ao CADÚNICO (Instrumento do Governo Federal que caracteriza as famílias de baixa renda), considerando ainda, famílias que possuam animais de sexo feminino e em idade reprodutiva;

III – Transportar os animais dos tutores que não dispõem de condições de leva-los até as dependências do Hospital Veterinário da UNOESC Campos Novos, para avaliação pré-cirúrgica e agendamento do procedimento, bem como para realização da esterilização;

IV – Proceder a microchipagem e vermifugação dos animais submetidos ao programa;

V – Disponibilizar os medicamentos pós-operatórios: anti-inflamatório não esteroidal e antibiótico;

VI – Repassar para a UNOESC, o montante de R\$ 142,00 (cento e quarenta e dois reais) por animal castrado no programa;

VII – Proceder ampla divulgação do programa na mídia.

Art. 4º Compete à Universidade do Oeste de Santa Catarina:

I – Fazer uma avaliação clínica-cirúrgica dos animais submetidos ao projeto;

II – Realizar exames de sangue pré-operatórios (hemograma e bioquímica séria);

III – Proceder ao exame de ultrassonografia abdominal em fêmeas de histórico desconhecido, visando evitar anestesia e demais procedimentos em animais que já foram castrados; IV – Efetivar a castração cirúrgica de machos e fêmeas sob protocolo de anestesia balanceada, com monitoração anestésica e analgésica adequadas, bem como a recuperação anestésico-cirúrgica de todos os animais submetidos ao programa;

V – Orientar os tutores, bem como conscientizar a população acerca do bem-estar animal, posse responsável e zoonoses, ministrando palestras em escolas e demais eventos relativos ao tema;

VI – Avaliar os dados coletados com o Censo realizado pela Prefeitura Municipal, realizando uma observação anual das áreas submetidas ao projeto;

VII – Enviar mensalmente à Secretaria de Planejamento, relatório de serviço mensal listando o número de animais castrados, bem como a relação de fármacos e demais materiais utilizados na esterilização cirúrgica de animais no período;

VIII - Castrar 200 (duzentos) animais no período de 12 (doze) meses, de acordo com o cronograma de no máximo 4 (quatro) animais por semana, e em caso de serem castrados menos animais nesse período fica acumulado o atendimento para a próxima semana.

IX – Desenvolver a arte de marketing do programa, que será amplamente divulgado pela Prefeitura Municipal.

Art. 5º As despesas decorrentes da aplicação da presente Lei serão suportadas pela seguintes rubricas orçamentárias:

Órgão: 32 FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DA AGROPECUÁRIA
Unidade: 01 FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DA AGROPECUÁRIA
Proj./Ativ.: 2.041 Manutenção do Fundo de Desenvolvimento da Agropecuária
7 – 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000 Aplicações Diretas

Art. 6º A vigência do Termo de Colaboração será de 1 (um) ano, a partir da data da assinatura, podendo ser prorrogada por igual período a critério, mediante autorização legislativa.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, 25 de Junho de 2018.

GILMAR MARCO PEREIRA

Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº1198/2018

Publicação Nº 1663750

PORTARIA Nº 1198/18 DE 09/04/18

CONCEDE REINTEGRAÇÃO AO SERVIDOR QUE MENCIONA

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, considerando o processo nº 1509-2018,

RESOLVE:

Conceder reintegração a servidora ANA PAULA MACHODO DE ANDRADE, na função de AUXILIAR DE OBRAS, em decorrência da apresentação de exame médico que comprova sua gravidez no momento da rescisão do contrato em 20/11/2017. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação retroagindo seus efeitos a 06 de Abril de 2018.

COMUNIQUE-SE

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
09 de Abril de 2018.

Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº1250/2018

Publicação Nº 1663769

PORTARIA Nº 1250/18 DE 25/04/18

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA ELVIRA TOMEN CARDOSO

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Licença Prêmio a servidora ELVIRA TOMEN CARDOSO, referente ao período aquisitivo de 01/01/11 a 31/12/15 a serem gozadas no período de 09/04/18 a 07/07/18 retroagindo seus efeitos a 09 de Abril de 2018.

COMUNIQUE-SE

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
25 de Abril de 2018.

Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

Canoinhas

PREFEITURA

1ª REPUBLICAÇÃO DE EDITAL DE PREGÃO Nº. PMC 87/2018 (PRESENCIAL)

Publicação Nº 1664113

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. PMC 115/2018
EDITAL DE PREGÃO Nº. PMC 87/2018 (PRESENCIAL)
1ª REPUBLICAÇÃO

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ nº. 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 06/07/2018, às 13h30min, licitação para REGISTRO DE PREÇOS DE SERVIÇOS DE LAVAGEM E LIMPEZA INTERNA E EXTERNA DE AUTOMÓVEIS E UTILITÁRIOS, DESTINADOS AS SECRETARIAS, FUNDOS, FUNDAÇÕES MUNICIPAIS, POLÍCIA MILITAR, POLÍCIA CIVIL E CORPO DE BOMBEIROS. Recebimento de propostas até às 13h25min do dia 06/07/2018. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

Gilberto dos Passos
Prefeito

1ª REPUBLICAÇÃO DE EDITAL DE PREGÃO Nº. PMC 83/2018 (ELETRÔNICO)

Publicação Nº 1664121

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. PMC 110/2018
EDITAL DE PREGÃO Nº. PMC 83/2018 (ELETRÔNICO)
1ª REPUBLICAÇÃO

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ nº. 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 06/07/2018, às 15h00min, licitação para REGISTRO DE PREÇO PARA A AQUISIÇÃO PARCELADA DE ÓLEO DIESEL S-10 E GASOLINA COMUM, ENTREGUE NO POSTO DA CONTRATADA, QUE DEVERÁ LOCALIZAR-SE EM REGIÃO SITUADA ENTRE AS CIDADES DE JOINVILLE E FLORIANÓPOLIS, DIRETAMENTE NO TANQUE DOS VEÍCULOS, CAMINHÕES, ÔNIBUS, VANS E CAMINHONETES DESTA PREFEITURA, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS, CORPO DE BOMBEIROS E POLÍCIA MILITAR, PELO PERÍODO DE 12 MESES. Recebimento de propostas até às 14h00min do dia 06/07/2018. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

Gilberto dos Passos
Prefeito

1ª REPUBLICAÇÃO DE EDITAL DE PREGÃO Nº. PMC 84/2018 (PRESENCIAL)

Publicação Nº 1664117

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. PMC 111/2018
EDITAL DE PREGÃO Nº. PMC 84/2018 (PRESENCIAL)
1ª REPUBLICAÇÃO

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ nº. 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 16/07/2018, às 09h05min, licitação para REGISTRO DE PREÇOS PARA A AQUISIÇÃO PARCELADA DE ARLA 32, DESTINADO AOS CAMINHÕES

PESADOS, MÉDIOS E LEVES, CAMINHONETAS, ÔNIBUS E MICRO-ÔNIBUS, VANS, AMBULÂNCIAS E OUTROS, DA FROTA DAS SECRETARIAS E FUNDOS MUNICIPAIS DESTA PREFEITURA, PELO PERÍODO DE 12 MESES. Recebimento de propostas até às 09h00min do dia 16/07/2018. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

Gilberto dos Passos
Prefeito

2ª REPUBLICAÇÃO DE EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº. PMC. 03/2018

Publicação Nº 1664136

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. PMC 55/2018
EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº. PMC 03/2018
2ª REPUBLICAÇÃO

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ nº. 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 12/07/2018, às 14h15min, licitação para SELEÇÃO E CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DAS OBRAS RELATIVAS À PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DA RUA FREI MENANDRO KAMPS - SEGMENTO BR 280 À RUA SÃO JOSÉ, COM EXTENSÃO TOTAL DE 140 M, COM O FORNECIMENTO DE TODO O MATERIAL E MÃO DE OBRA NECESSÁRIA.. Recebimento de propostas até às 14h00min do dia 12/07/2018. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

Gilberto dos Passos
Prefeito

2ª REPUBLICAÇÃO DE EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº. PMC. 04/2018

Publicação Nº 1664142

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. PMC 59/2018
EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº. PMC 04/2018
2ª REPUBLICAÇÃO

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ nº. 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 12/07/2018, às 09h15min, licitação para SELEÇÃO E CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DAS OBRAS RELATIVAS À PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DA RUA ANTÔNIO SALOMON - SEGMENTO RUA FREI MENANDRO KAMPS E RUA FRANCISCO DE PAULA PEREIRA, COM EXTENSÃO TOTAL DE 84 METROS, COM O FORNECIMENTO DE TODO O MATERIAL E MÃO DE OBRA NECESSÁRIA. Recebimento de propostas até às 09h00min do dia 12/07/2018. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

Gilberto dos Passos
Prefeito

DECISÃO NO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 32/2018

Publicação Nº 1663887

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 32/2018
CONCORRÊNCIA Nº. PMC 18/2017
REGISTRO DE PREÇOS Nº. 53/2017
AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nº. 265/2018

O MUNICÍPIO DE CANOINHAS, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.384/0001-80, com sede e foro nesta cidade, por meio da Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, representada neste ato pela Secretária MORGANA DIRSCHNABEL LESSAK, resolve impor:

DECISÃO NO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 32/2018

Em face da empresa BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob n. 14.534.916/0001-36, com sede estabelecida na Rua Amsterdam, nº. 891, fundos, bairro Itoupavazinha, na cidade de Blumenau/SC, CEP 89.070-490, na pessoa de seu representante legal.

A empresa ora notificada restou vencedora na Concorrência nº. PMC 18/2017, que teve como objeto o registro de preços para o fornecimento de diversos materiais de expediente destinados à prefeitura, fundos municipais, polícias militar e civil e corpo de bombeiros.

No dia 30 de janeiro de 2018, a empresa ora notificada recebeu do Município de Canoinhas a autorização de fornecimento nº. 265/2018 para entrega de 30 (trinta) unidades de pasta para arquivo morto, 20 (vinte) unidades de pasta suspensa, 20 (vinte) unidades de pasta com aba elástica, 5 (cinco) unidades de borracha, 12 (doze) unidades de caneta marca texto e 5 (cinco) unidades de caixa de cliques.

A ata de registro de preços previu que a entrega dos objetos licitados deveria ocorrer no prazo de 10 (dez) dias, contado do recebimento da autorização de fornecimento.

Ocorre que, a notificada não entregou o material mencionado, sendo que, em 16 de maio de 2018, foi instaurado o presente processo administrativo, por meio do qual se possibilitou a apresentação de defesa e a entrega dos materiais em nova oportunidade, sob pena de cancelamento da ata de registro de preço e aplicação de penalidades legais. No entanto, a notificada recebeu a notificação extrajudicial em 22 de maio de 2018 e se manteve inerte, não apresentou qualquer justificativa a esta municipalidade e também não entregou os materiais, já tendo transcorrido aproximadamente 6 (seis) meses desde o recebimento inicial da autorização de fornecimento.

O item 13.10. previu que o registro de preços poderia ser cancelado nas hipóteses dos arts. 77 e 78 da Lei nº. 8.666/93, que assim dispõem:

Art. 77. A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento.

Art. 78. Constituem motivo para rescisão do contrato:

- I - o não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;
- II - o cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos;
- III - a lentidão do seu cumprimento, levando a Administração a comprovar a impossibilidade da conclusão da obra, do serviço ou

do fornecimento, nos prazos estipulados;

IV - o atraso injustificado no início da obra, serviço ou fornecimento;

V - a paralisação da obra, do serviço ou do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à Administração;

VI - a subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no edital e no contrato;

VII - o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;

VIII - o cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas na forma do - 1º do art. 67 desta Lei;

IX - a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

X - a dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;

XI - a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do contrato;

XII - razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o contratante e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;

XIII - a supressão, por parte da Administração, de obras, serviços ou compras, acarretando modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no - 1º do art. 65 desta Lei;

XIV - a suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado ao contratado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;

XV - o atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração decorrentes de obras, serviços ou fornecimento, ou parcelas destes, já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;

XVI - a não liberação, por parte da Administração, de área, local ou objeto para execução de obra, serviço ou fornecimento, nos prazos contratuais, bem como das fontes de materiais naturais especificadas no projeto;

XVII - a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato.

XVIII - descumprimento do disposto no inciso V do art. 27, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

Parágrafo único. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

Além disso, o item 16 do referido edital previu a possibilidade de aplicação das seguintes penalidades:

16.2 - Salvo ocorrência de caso fortuito ou de força maior, devidamente justificado e comprovado, o não cumprimento, por parte da empresa detentora da Ata, das obrigações assumidas, ou a infringência de preceitos legais pertinentes, ensejarão a aplicação, segundo a gravidade da falta, das seguintes penalidades:

a) advertência, sempre que forem constatadas irregularidades de pouca gravidade, para as quais tenha a Contratada concorrido diretamente, ocorrência que será registrada no Cadastro de Fornecedor do Município de Canoinhas;

b) multa de 0,4% (quatro décimos por cento) ao dia, por atraso na prestação dos serviços, calculada sobre o valor da Ordem de Serviço, até o 5º (quinto) dia corrido, após o que, aplicar-se-á a multa prevista na alínea "c" desta cláusula;

- c) multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor total da(s) Ordem(ns) de Serviço, na hipótese do não cumprimento de qualquer das obrigações assumidas;
- d) na hipótese de cancelamento da Ata de Registro de Preços, além da aplicação da multa correspondente, aplicar-se-á a suspensão temporária ao direito de licitar com a Prefeitura Municipal de Canoinhas, bem como o impedimento de com ela contratar, pelo prazo de 02 (dois) anos;
- e) cancelamento da Ata de Registro de Preços e suspensão temporária ao direito de licitar com a Prefeitura Municipal de Canoinhas, bem como o impedimento de com ela contratar, pelo prazo de 02 (dois) anos, na hipótese de descumprimento integral de uma Ordem de Serviço ou descumprimento parcial de mais de uma Ordem de Serviço.

No caso, como se percebe, a notificada descumpriu as obrigações assumidas, não entregou os materiais em questão.

Vale lembrar, nesse ponto, que, recentemente e precedentemente, foi instaurado o processo administrativo nº. 25/2018 devido ao atraso prolongado no fornecimento de outros materiais objeto do registro de preços em questão, sendo que estes materiais somente foram entregues após o envio de notificação extrajudicial e ameaça de aplicação de penalidades.

No entanto, a menos de um mês da notificação extrajudicial anterior, se fez necessária a instauração do presente processo administrativo (nº. 32/2018) e de outro tombado sob o nº. 29/2018, devido ao não fornecimento de novos materiais e diante da falta de justificativas a respeito, cujas notificações, entretanto, não surtiram efeitos, pois os materiais não foram entregues.

Assim, se vê que o atraso na entrega dos materiais e a inércia da notificada em relação aos requerimentos feitos pela Administração Pública é prática reiterada que vem prejudicando o desenvolvimento das atividades administrativas internas e também relacionadas à prestação de serviços públicos.

Deste modo, não se afigura razoável, diante dos fatos narrados, a mera advertência da notificada e o arquivamento do processo. Deve-se impor neste caso o cancelamento da ata de registro de preços, com fundamento no item 13.10 do edital de concorrência e inciso IV do art. 78 da Lei nº. 8.666/93.

Em consonância, colhe-se da jurisprudência catarinense: "A empresa vitoriosa em processo licitatório deve estar preparada para cumprir a proposta nos exatos termos em que foi lançada. Se assim não o faz, deixando de adotar as providências mais elementares para assegurar o fornecimento dos bens pretendidos pelo Poder Público, apresenta-se correta a rescisão unilateral do contrato, com a imposição de multa e suspensão do direito de licitar com a Administração, o que se fez em estrita observância ao devido processo legal." (AC em MS n. 2005.029265-3, da Capital, Quarta Câmara de Direito Público, rel. Des. Jânio Machado, j. em 24.01.2008).

Ainda, importa registrar que o poder administrativo sancionador não é uma faculdade do administrador, mas um poder-dever de aplicar as sanções previstas quando constatadas práticas que contrariam o interesse e a execução de serviços públicos, como ocorreu no caso em tela.

Quanto às demais penalidades, observado o interesse público e os critérios da razoabilidade e proporcionalidade, entendo que as circunstâncias do caso, mormente a prática reiterada da mesma conduta em relação a outras autorizações de fornecimento enviadas, deve-se impor à contratada o pagamento de multa no patamar de 30% (trinta por cento) sobre o valor total da aquisição, além da suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração Pública Municipal pelo prazo de 1 (um) ano.

DIANTE DO EXPOSTO, com fundamento nos itens 13.10 e 16 do Edital de Concorrência nº. 18/2017 e artigos 77, 78 e 87 da Lei Federal nº. 8.666/93, cancelo a Ata de Registro de Preços nº. 53/2017 firmada com a empresa BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME e imponho as seguintes penalidades:

- a) multa contratual correspondente a 30% do valor total da autorização de fornecimento;
- b) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública local pelo prazo de 1 (um) ano;

Preclusa a presente decisão, registrem-se as penalidades aplicadas no Cadastro de Fornecedores ou de Prestadores de Serviços do Município e promova-se o descredenciamento da empresa pelo período da penalidade aplicada.

Por fim, conforme prevê o art. 109, inciso I, da Lei Federal n. 8.666/93, concedo prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento desta decisão, para que, querendo, apresente recurso. Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Canoinhas/SC, 21 de junho de 2018.

MORGANA DIRSCHNABEL LESSAK

Secretária Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO DA CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº PMC 06/2018

Publicação Nº 1664111

CONCORRÊNCIA Nº 6/18

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 50/18

HOMOLOGAÇÃO: 20/06/18

CONTRATADO: QUANTUM ENGENHARIA ELETRICA LTDA CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS CONTÍNUOS DE MANUTENÇÃO, MELHORIA E AMPLIAÇÃO, COM GERENCIAMENTO DAS ATIVIDADES VIA SISTEMA INFORMATIZADO DE I.P., CADASTRO E IDENTIFICAÇÃO DE UNIDADES, PARA O SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS, COM O FORNECIMENTO DE TODO O MATERIAL E MÃO DE OBRA NECESSÁRIA.

VALOR DA DESPESA: R\$ 1.967.368,60 (um milhão novecentos e sessenta e sete mil trezentos e sessenta e oito reais e sessenta centavos)

DATA: 25/06/18 - GILBERTO DOS PASSOS - Prefeito.

PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO Nº FMS 24/2018 (ELETRÔNICO)

Publicação Nº 1664116

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 24/18

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 29/18

HOMOLOGAÇÃO: 21/06/18

CONTRATADO: COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANOINHAS

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE SACOLAS PLASTICAS, ETIQUETAS/LACRES, BOLSAS TÉRMICAS, SACOS PLASTICOS E ETIQUETAS ADESIVAS, DESTINADAS A IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA MEDICAMENTO EM CASA, DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICIPIO DE CANOINHAS.

VALOR DA DESPESA: R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) DATA: 25/06/18 - GILBERTO DOS PASSOS - Prefeito.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 24/18

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 29/18

HOMOLOGAÇÃO: 21/06/18

CONTRATADO: DANNA COMERCIAL EIRELI ME

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANOINHAS

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE SACOLAS PLASTICAS, ETIQUETAS/LACRES, BOLSAS TÉRMICAS, SACOS PLASTICOS E ETIQUETAS ADESIVAS, DESTINADAS A IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA MEDICAMENTO EM CASA, DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICIPIO DE CANOINHAS.
VALOR DA DESPESA: R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) DATA: 25/06/18 - GILBERTO DOS PASSOS - Prefeito.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 24/18
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 29/18
HOMOLOGAÇÃO: 21/06/18
CONTRATADO: ROMA COMERCIAL LTDA
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANOINHAS

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE SACOLAS PLASTICAS, ETIQUETAS/LACRES, BOLSAS TÉRMICAS, SACOS PLASTICOS E ETIQUETAS ADESIVAS, DESTINADAS A IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA MEDICAMENTO EM CASA, DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICIPIO DE CANOINHAS.
VALOR DA DESPESA: R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) DATA: 25/06/18 - GILBERTO DOS PASSOS - Prefeito.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 24/18
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 29/18
HOMOLOGAÇÃO: 21/06/18
CONTRATADO: INLABEL SOLUCOES EM ROTULOS ADESIVOS EIRELI
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANOINHAS

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE SACOLAS PLASTICAS, ETIQUETAS/LACRES, BOLSAS TÉRMICAS, SACOS PLASTICOS E ETIQUETAS ADESIVAS, DESTINADAS A IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA MEDICAMENTO EM CASA, DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICIPIO DE CANOINHAS.
VALOR DA DESPESA: R\$ 9.000,00 (nove mil reais) DATA: 25/06/18 - GILBERTO DOS PASSOS - Prefeito.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 24/18
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 29/18
HOMOLOGAÇÃO: 21/06/18
CONTRATADO: BABINSKI BOLSAS EIRELI
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANOINHAS

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE SACOLAS PLASTICAS, ETIQUETAS/LACRES, BOLSAS TÉRMICAS, SACOS PLASTICOS E ETIQUETAS ADESIVAS, DESTINADAS A IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA MEDICAMENTO EM CASA, DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICIPIO DE CANOINHAS.
VALOR DA DESPESA: R\$ 1.800,00 (um mil e oitocentos reais) DATA: 25/06/18 - GILBERTO DOS PASSOS - Prefeito.

PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO Nº PMC 67/2018 (PRESENCIAL)

Publicação Nº 1664005

PREGÃO PRESENCIAL Nº 67/18
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 86/18
HOMOLOGAÇÃO: 20/06/18
CONTRATADO: MALLON & CIA LTDA.
CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE 01 (UM) VEÍCULO NOVO, ZERO KM, 04 (QUATRO) PORTAS, COM POTÊNCIA MÁXIMA DE NO MÍNIMO 80 CV, TIPO SEDAN, DESTINADO AO TRANSPORTE DE EQUIPE PARA EXECUTAR ATIVIDADES OPERACIONAIS DE IMPLANTAÇÃO E REVITALIZAÇÃO DE SINALIZAÇÃO HORIZONTAL E VERTICAL DO

TRÂNSITO DO MUNICÍPIO, 02 (DUAS) MOTOCICLETAS, COM POTÊNCIA MÍNIMA DE 170 CC, DESTINADAS AS ATIVIDADES OPERACIONAIS DE FISCALIZAÇÃO DE TRÂNSITO DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS E 05 (CINCO) VEÍCULOS NOVOS, ZERO KM, 04 (QUATRO) PORTAS, COM POTÊNCIA VALOR DA DESPESA: R\$ 294.750,00 (duzentos e noventa e quatro mil setecentos e cinquenta reais)
DATA: 25/06/18 - GILBERTO DOS PASSOS - Prefeito.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 67/18
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 86/18
HOMOLOGAÇÃO: 20/06/18
CONTRATADO: STRACK MOTOS LTDA.
CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE 01 (UM) VEÍCULO NOVO, ZERO KM, 04 (QUATRO) PORTAS, COM POTÊNCIA MÁXIMA DE NO MÍNIMO 80 CV, TIPO SEDAN, DESTINADO AO TRANSPORTE DE EQUIPE PARA EXECUTAR ATIVIDADES OPERACIONAIS DE IMPLANTAÇÃO E REVITALIZAÇÃO DE SINALIZAÇÃO HORIZONTAL E VERTICAL DO TRÂNSITO DO MUNICÍPIO, 02 (DUAS) MOTOCICLETAS, COM POTÊNCIA MÍNIMA DE 170 CC, DESTINADAS AS ATIVIDADES OPERACIONAIS DE FISCALIZAÇÃO DE TRÂNSITO DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS E 05 (CINCO) VEÍCULOS NOVOS, ZERO KM, 04 (QUATRO) PORTAS, COM POTÊNCIA VALOR DA DESPESA: R\$ 31.400,00 (trinta e um mil e quatrocentos reais)
DATA: 25/06/18 - GILBERTO DOS PASSOS - Prefeito.

PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO Nº PMC 78/2018 (ELETRÔNICO)

Publicação Nº 1663994

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 78/18
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 102/18
HOMOLOGAÇÃO: 21/06/18
CONTRATADO: DICAPEL PAPEIS E EMBALAGENS LTDA CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE PAPEL A4, DESTINADO AS SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS, CORPO DE BOMBEIROS, POLICIA MILITAR E CIVIL.
VALOR DA DESPESA: R\$ 137.500,00 (cento e trinta e sete mil e quinhentos reais)
DATA: 25/06/18 - GILBERTO DOS PASSOS - Prefeito.

PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO Nº PMC 79/2018 (PRESENCIAL)

Publicação Nº 1663921

PREGÃO PRESENCIAL Nº 79/18
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 103/18
HOMOLOGAÇÃO: 21/06/18
CONTRATADO: Luis Marcelo Wendt EIRELI - ME CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE CARGAS DE ÁGUA, DESTINADOS ÀS SECRETARIAS MUNICIPAIS, FUNDOS E FUNDAÇÕES, CORPO DE BOMBEIROS, POLICIA MILITAR E CIVIL, ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO E CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICÍPIO. VALOR DA DESPESA: R\$ 50.981,00 (cinquenta mil novecentos e oitenta e um reais)
DATA: 25/06/18 - GILBERTO DOS PASSOS - Prefeito.

PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO Nº PMC 81/2018 (PRESENCIAL)

Publicação Nº 1663991

PREGÃO PRESENCIAL Nº 81/18
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 106/18
HOMOLOGAÇÃO: 21/06/18
CONTRATADO: XPTI TECNOLOGIAS EM SEGURANÇA LTDA
CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DO SISTEMA DE VIDEOMONITORAMENTO PÚBLICO DA POLÍCIA MILITAR COMPOSTO POR 10 (DEZ) CÂMERAS NA CIDADE DE CANOINHAS-SC E DEMAIS EQUIPAMENTOS QUE CONCORREM PARA O SEU FUNCIONAMENTO, SEM EXCLUSIVIDADE NO FORNECIMENTO DE PEÇAS, MEDIANTE APRESENTAÇÃO E APROVAÇÃO PRÉVIA DO ORÇAMENTO DAS PEÇAS.

VALOR DA DESPESA: R\$ 14.040,00 (quatorze mil quarenta reais)
DATA: 25/06/18 - GILBERTO DOS PASSOS - Prefeito.

PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO Nº PMC 82/2018 (PRESENCIAL)

Publicação Nº 1663901

PREGÃO PRESENCIAL Nº 82/18
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 109/18
HOMOLOGAÇÃO: 21/06/18
CONTRATADO: FARIAS E FARIAS COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA
CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE BANDEJAS DE AÇO, COM 30 E 60 CM E HASTES PARA ESTANTE DE AÇO, DESTINADAS ÀS SECRETARIAS E FUNDOS MUNICIPAIS.
VALOR DA DESPESA: R\$ 18.606,00 (dezoito mil seiscentos e seis reais)
DATA: 25/06/18 - GILBERTO DOS PASSOS - Prefeito.

PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO Nº PMC 85/2018 (PRESENCIAL)

Publicação Nº 1663931

PREGÃO PRESENCIAL Nº 85/18
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 112/18
HOMOLOGAÇÃO: 21/06/18
CONTRATADO: HIDROMAQ VEDAÇÕES LTDA.
CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE PEÇAS E MÃO DE OBRA PARA CONserto DA ESCAVADEIRA HIDRAULICA NEW HOLLAND E215B, DE USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E DESENVOLVIMENTO URBANO.
VALOR DA DESPESA: R\$ 36.839,76 (trinta e seis mil oitocentos e trinta e nove reais e setenta e seis centavos)
DATA: 25/06/18 - GILBERTO DOS PASSOS - Prefeito.

PUBLICAÇÃO DE ALTERAÇÃO DE EDITAL DE PREGÃO Nº. PMC 89/2018 (PRESENCIAL)

Publicação Nº 1664123

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. PMC 118/2018
EDITAL DE PREGÃO Nº. PMC 89/2018 (PRESENCIAL)
ALTERAÇÃO DE EDITAL E DATA DE ABERTURA

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ nº. 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, torna público, que alterou o edital

descrito acima. Diante disto, a data de entrega e abertura dos envelopes contendo a documentação e propostas, foi transferida para o dia 06/07/2018, ficando estipulado os seguintes horários: às 09h00min (entrega) e 09h05min. (abertura). Informações (047) 3621 7705. O edital alterado está disponível no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.
Gilberto dos Passos
Prefeito

PUBLICAÇÃO DE EDITAL DE PREGÃO Nº. PMC 95/2018 (PRESENCIAL)

Publicação Nº 1664131

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. PMC 126/2018
EDITAL DE PREGÃO Nº. PMC 95/2018 (PRESENCIAL)

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ nº. 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 10/07/2018, às 09h05min, licitação para REGISTRO DE PREÇO DE METRO QUADRADO DE SERVIÇO PARA SUBSTITUIÇÃO DE TELHADOS, SUBSTITUIÇÃO DE COBERTURA/TELHADO COM REVISÃO DO MADEIRAMENTO, SUBSTITUIÇÃO DE RUFOS, CONSTRUÇÃO DE CALÇADA EM CONCRETO E DE CAIXAS COLETORAS DE ÁGUAS PLUVIAIS, ASSENTAMENTO DE PEDRA PORTUGUESA, PARALELEPIPEDO, LAJOTA SEXTAVADA E PAVER E REGISTRO DE PREÇO DE METRO LINEAR DE MEIO FIO. Recebimento de propostas até às 09h00min do dia 10/07/2018. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.
Gilberto dos Passos
Prefeito

PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N. FMS 07/2018

Publicação Nº 1664125

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
ESTADO DE SANTA CATARINA
Processo Licitatório n.º FMS 31/2018
Inexigibilidade de Licitação n.º FMS 07/2018
O Prefeito do Município de Canoinhas através do Fundo Municipal de Saúde de Canoinhas-SC, comunica contratação através de Inexigibilidade de Licitação, Artigo 25, CAPUT, da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.
Contratada: HOSPITAL SANTA CRUZ DE CANOINHAS (CNPJ: 83.192.096/0001-64).
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE 223 EXAMES DE TOMOGRAFIA (TAC).
Valor: R\$ 35.680,00 (trinta e cinco mil e seiscentos e oitenta reais), valor unitário do exame R\$ 160,00 (cento sessenta reais).
GILBERTO DOS PASSOS
Prefeito

PUBLICAÇÃO DO RESULTADO FINAL DA CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº PMC 06/2018

Publicação Nº 1664007

Página: 1/2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
 Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano: 50/2018
Licitação.....: 6/2018 - CC
Modalidade.....: Concorrência p/ Obras e Serv. Engenharia
Objeto.....: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS CONTÍNUOS DE MANUTENÇÃO, MELHORIA E AMPLIAÇÃO, COM GERENCIAMENTO DAS ATIVIDADES VIA SISTEMA INFORMATIZADO DE I.P. CADASTRO E IDENTIFICAÇÃO DE UNIDADES, PARA O SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS, COM O FORNECIMENTO DE TODO O MATERIAL E MÃO DE OBRA NECESSÁRIA.

Processo Administrativo:

Total dos Itens Vencedores: 1.967.368,60

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 1 - 411048815 - MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA NO MUNICÍPIO - Unidade: MES								
7065	QUANTUM ENGENHARIA ELETRICA LTDA		12,000	0,0000	25.199,2300	302.390,76	Venceu	1 *****
13002	QUARK ENGENHARIA LTDA - ME		12,000	0,0000	26.330,8000	315.969,60	Perdeu	2
8247	SERRANA ENGENHARIA LTDA		12,000	0,0000	27.134,0000	325.608,00	Perdeu	3
Item.....: 2 - 411048816 - MELHORIA E AMPLIAÇÃO DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA - Unidade: MES								
7065	QUANTUM ENGENHARIA ELETRICA LTDA		12,000	0,0000	15.831,5700	189.978,84	Venceu	1 *****
13002	QUARK ENGENHARIA LTDA - ME		12,000	0,0000	16.672,8100	200.073,72	Perdeu	2
8247	SERRANA ENGENHARIA LTDA		12,000	0,0000	17.688,5000	212.262,00	Perdeu	3
Item.....: 3 - 411048817 - MATERIAIS PARA MANUTENÇÃO, MELHORIA E AMPLIAÇÃO - Unidade: MES								
7065	QUANTUM ENGENHARIA ELETRICA LTDA		12,000	0,0000	100.691,2100	1.208.294,52	Venceu	1 *****
13002	QUARK ENGENHARIA LTDA - ME		12,000	0,0000	106.878,1200	1.282.537,44	Perdeu	2
8247	SERRANA ENGENHARIA LTDA		12,000	0,0000	112.500,4200	1.350.005,04	Perdeu	3
Item.....: 4 - 411048818 - SERVIÇOS E MATERIAIS PARA CADASTRAMENTO INICIAL DA REDE - Unidade: UN								
7065	QUANTUM ENGENHARIA ELETRICA LTDA		1,000	0,0000	266.704,4800	266.704,48	Venceu	1 *****
13002	QUARK ENGENHARIA LTDA - ME		1,000	0,0000	293.842,2000	293.842,20	Perdeu	2

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano:		50/2018		Processo Administrativo:		1.967.368,60		
Licitação.....:		6/2018 - CC						
Modalidade.....:		Concorrência p/ Obras e Serv. Engenharia						
Objeto.....:		CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS CONTÍNUOS DE MANUTENÇÃO, MELHORIA E AMPLIAÇÃO, COM GERENCIAMENTO DAS ATIVIDADES VIA SISTEMA INFORMATIZADO DE I.P., CADASTRO E IDENTIFICAÇÃO DE UNIDADES, PARA O SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS, COM O FORNECIMENTO DE TODO O MATERIAL E MÃO DE OBRA NECESSÁRIA.						
Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação

Item.....: 4	- 411048818	- SERVIÇOS E MATERIAIS PARA CADASTRAMENTO INICIAL DA REDE - Unidade: UN						
8247	SERRANA ENGENHARIA LTDA		1,000	0,0000	297.975,7600	297.975,76	Perdeu	3

Canoinhas, Em	
ADILSON FERNANDO RIBEIRO -	
KARINA DE CASSIA KOHLER WENDT -	
DIOGO CARLOS SEIDEL -	
LUÍS GUSTAVO VIEIRA DE BRITO -	
CAMILA MACHADO DOS SANTOS MELO -	
JANICE DE FATIMA STEMPINHAK -	
WINSTON BEYERSDORFF LUCCHIARI -	

PUBLICAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO PREGÃO Nº FMS 24/2018 (ELETRÔNICO)

Publicação Nº 1664115

Página: 1/3

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS
 Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Total dos Itens Vencedores: 84.800,00

Processo Administrativo: 1 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Processo / Ano: 29/2018
 Licitação.....: 24/2018 - PE
 Modalidade.....: PREGÃO ELETRÔNICO
 Objeto.....: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE SACOLAS PLÁSTICAS, ETIQUETAS/LACRES, BOLSAS TÉRMICAS, SACOS PLÁSTICOS E ETIQUETAS ADESIVAS, DESTINADAS À IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA MEDICAMENTO EM CASA, DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 1 - 411050989 - SACOLA DE PLÁSTICO RESISTENTE COM ALÇA - Unidade: UN								
17969	ROMA COMERCIAL LTDA		500.000,000	0,0000	0,1000	50.000,00	Venceu	1 *****
12704	COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP		500.000,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16399	DANNA COMERCIAL EIRELI ME		500.000,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17970	INLABEL SOLUCOES EM ROTULOS ADESIVOS EIRELI		500.000,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17971	BABINSKI BOLSAS EIRELI		500.000,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 2 - 411050990 - LACRE ADESIVO DE SEGURANÇA PARA SACOLA PLÁSTICA - Unidade: UN								
17970	INLABEL SOLUCOES EM ROTULOS ADESIVOS EIRELI		300.000,000	0,0000	0,0300	9.000,00	Venceu	1 *****
12704	COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP		300.000,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16399	DANNA COMERCIAL EIRELI ME		300.000,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17969	ROMA COMERCIAL LTDA		300.000,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17971	BABINSKI BOLSAS EIRELI		300.000,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 3 - 411050991 - BOLSA TÉRMICA 14 LITROS - Unidade: UN								
17971	BABINSKI BOLSAS EIRELI		100,000	0,0000	18,0000	1.800,00	Venceu	1 *****
12704	COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP		100,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16399	DANNA COMERCIAL EIRELI ME		100,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17969	ROMA COMERCIAL LTDA		100,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17970	INLABEL SOLUCOES EM ROTULOS ADESIVOS EIRELI		100,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 4 - 411050992 - SACO PLÁSTICO ZIP LOCK 10 X 14 - Unidade: UN								
16399	DANNA COMERCIAL EIRELI ME		200.000,000	0,0000	0,0400	8.000,00	Venceu	1 *****
12704	COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP		200.000,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 2/3

Processo / Ano: 29/2018

Licitação.....: 24/2018 - PE

Modalidade.....: PREGÃO ELETRÔNICO

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE SACOLAS PLASTICAS, ETIQUETAS/LACRES, BOLSAS TÉRMICAS, SACOS PLASTICOS E ETIQUETAS ADESIVAS, DESTINADAS A IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA MEDICAMENTO EM CASA, DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS.

Processo Administrativo: 1 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

84.800,00

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 4	- 411050992	- SAGO PLASTICO ZIP LOCK 10 X 14 - Unidade: UN						
17969	ROMA COMERCIAL LTDA		200.000,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17970	INABEL SOLUCOES EM ROTULOS ADESIVOS EIRELI		200.000,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17971	BABINSKI BOLSAS EIRELI		200.000,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 5	- 411050993	- SAGO PLASTICO ZIP LOCK 12 X 17 - Unidade: UN						
16399	DANNA COMERCIAL EIRELI ME		200.000,000	0,0000	0,0600	12.000,00	Venceu	1 *****
12704	COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP		200.000,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17969	ROMA COMERCIAL LTDA		200.000,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17970	INABEL SOLUCOES EM ROTULOS ADESIVOS EIRELI		200.000,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17971	BABINSKI BOLSAS EIRELI		200.000,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 6	- 411050994	- ETIQUETA ADESIVA BRANCA - Unidade: UN						
12704	COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP		100.000,000	0,0000	0,0400	4.000,00	Venceu	1 *****
16399	DANNA COMERCIAL EIRELI ME		100.000,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17969	ROMA COMERCIAL LTDA		100.000,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17970	INABEL SOLUCOES EM ROTULOS ADESIVOS EIRELI		100.000,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 3/3

Processo / Ano: 29/2018

Licitação.....: 24/2018 - PE

Modalidade....: PREGÃO ELETRÔNICO

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE SACOLAS PLASTICAS, ETIQUETAS/LACRES, BOLSAS TÉRMICAS, SACOS PLÁSTICOS E ETIQUETAS ADESIVAS, DESTINADAS A IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA MEDICAMENTO EM CASA, DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS.

Processo Administrativo: 1 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

84.800,00

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 6	- 411050994 - ETIQUETA ADESIVA BRANCA - Unidade: UN							
17971	BABINSKI BOLSAS EIRELI		100.000.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Canoinhas,	Em/...../.....
MARCIANO FERNANDES CORREA -	Pregoeiro(a)	
ADILSON FERNANDO RIBEIRO -	SUPLENTE PREGOEIRO	
CAMILA MACHADO DOS SANTOS MELO -	EQUIPE DE APOIO	
KARINA DE CASSIA KOHLER WENDT -	SUPLENTE EQUIPE DE APOIO	
WINSTON BEYERSDORFF LUCCHIARI -	OAB/PR 64350	

PUBLICAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO PREGÃO Nº PMC 67/2018 (PRESENCIAL)

Publicação Nº 1664004

Página: 1/2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
 Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano: 86/2018		Processo Administrativo:		Total dos Itens Vencedores: 326.150,00				
Licitação.....: 67/2018 - PR								
Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL								
Objeto.....: AQUISIÇÃO DE 01 (UM) VEÍCULO NOVO, ZERO KM, 04 (QUATRO) PORTAS, COM POTÊNCIA MÁXIMA DE NO MÍNIMO 80 CV, TIPO SEDAN, DESTINADO AO TRANSPORTE DE EQUIPE PARA EXECUTAR ATIVIDADES OPERACIONAIS DE IMPLANTAÇÃO E REVITALIZAÇÃO DE SINALIZAÇÃO HORIZONTAL E VERTICAL DO TRÂNSITO DO MUNICÍPIO, 02 (DUAS) MOTOCICLETAS, COM POTÊNCIA MÍNIMA DE 170 CC, DESTINADAS AS ATIVIDADES OPERACIONAIS DE FISCALIZAÇÃO DE TRÂNSITO DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS E 05 (CINCO) VEÍCULOS NOVOS, ZERO KM, 04 (QUATRO) PORTAS, COM POTÊNCIA								
Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 1 - 411050798 - VEICULO NOVO, ZERO QUILOMETRO, TIPO SEDAN - Unidade: UN								
6166	MALLON & CIA LTDA.	VW/VOYAGE	1,000	0,0000	49.800,0000	49.800,00	Venceu	1 *****
17024	STRACK MOTOS LTDA.		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17881	GUAIBACAR VEICULOS E PECAS LTDA		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17882	VERITA VEICULOS LTDA.	FIAT/GRAND SIENA	1,000	0,0000	49.300,0000	49.300,00	Inabilitado	0
Item.....: 2 - 41150 - MOTOCICLETA NOVA ZERO QUILOMETRO - Unidade: UN								
17024	STRACK MOTOS LTDA.	HONDA XRE 190	2,000	0,0000	15.700,0000	31.400,00	Venceu	1 *****
6166	MALLON & CIA LTDA.		2,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17881	GUAIBACAR VEICULOS E PECAS LTDA		2,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17882	VERITA VEICULOS LTDA.		2,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 3 - 6771 - VEÍCULO DE PASSAGEIROS NOVO 04 PORTAS - Unidade: UN								
6166	MALLON & CIA LTDA.	VW/POLO	5,000	0,0000	48.990,0000	244.950,00	Venceu	1 *****
17881	GUAIBACAR VEICULOS E PECAS LTDA	VW/NOVO POLO	5,000	0,0000	52.250,0000	261.250,00	Perdeu	2
17024	STRACK MOTOS LTDA.		5,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

326.150,00

Processo / Ano: 86/2018
Licitação.....: 67/2018 - PR
Modalidade....: PREGÃO PRESENCIAL
Objeto.....: AQUISIÇÃO DE 01 (UM) VEÍCULO NOVO, ZERO KM, 04 (QUATRO) PORTAS, COM POTÊNCIA MÁXIMA DE NO MÍNIMO 80 CV, TIPO SEDAN, DESTINADO AO TRANSPORTE DE EQUIPE PARA EXECUTAR ATIVIDADES OPERACIONAIS DE IMPLANTAÇÃO E REVITALIZAÇÃO DE SINALIZAÇÃO HORIZONTAL E VERTICAL DO TRÂNSITO DO MUNICÍPIO. 02 (DUAS) MOTOCICLETAS, COM POTÊNCIA MÍNIMA DE 170 CC, DESTINADAS AS ATIVIDADES OPERACIONAIS DE FISCALIZAÇÃO DE TRÂNSITO DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS E 05 (CINCO) VEÍCULOS NOVOS, ZERO KM, 04 (QUATRO) PORTAS, COM POTÊNCIA

Processo Administrativo:

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 3	-	6771	-	VEÍCULO DE PASSAGEIROS NOVO	04 PORTAS - Unidade: UN			
17882	VERITA VEICULOS LTDA.		5,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Canoinhas, Em/...../.....
MARCIANO FERNANDES CORREA - - Pregoeiro(a)
ADILSON FERNANDO RIBEIRO - - PREGOEIRO SUPLENTE
WINSTON BEYERSDORFF LUCCHIARI - - 64350/PR

PUBLICAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO PREGÃO Nº PMC 78/2018 (ELETRÔNICO)

Publicação Nº 1663993

Página: 1/1

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano: 102/2018 Processo Administrativo: **Total dos Itens Vencedores: 137.500,00**

Licitação.....: 78/2018 - PE

Modalidade....: PREGÃO ELETRÔNICO

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE PAPEL A4, DESTINADO AS SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS, CORPO DE BOMBEIROS, POLÍCIA MILITAR E CIVIL.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 1	- 2052	- PAPEL A4 FORMATO 210X297MM, CAIXAS COM 10 RESMAS - Unidade: CXA						
12798	DICAPEL PAPEIS E EMBALAGENS LTDA	CHAMEX	1.000,000	0,0000	137,5000	137.500,00	Venceu	1 *****

Canoinhas, Em

MARCIANO FERNANDES CORREA - - Pregoeiro(a)

ADILSON FERNANDO RIBEIRO - - PREGOEIRO SUPLENTE

WINSTON BEYERSDORFF LUCCHIARI - - 64350/PR

PUBLICAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO PREGÃO Nº PMC 79/2018 (PRESENCIAL)

Publicação Nº 1663920

Página: 1/1

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano: 103/2018

Licitação.....: 79/2018 - PR

Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE CARGAS DE ÁGUA, DESTINADOS ÀS SECRETARIAS MUNICIPAIS, FUNDOS E FUNDAÇÕES, CORPO DE BOMBEIROS, POLÍCIA MILITAR E CIVIL, ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO E CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICÍPIO.

Processo Administrativo: 50.981,00

Total dos Itens Vencedores:

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 1	-	331	-	CARGA DE ÁGUA MINERAL DE 20 LITROS	-	Unidade: UN		
17250	Luis Marcelo Wendt EIRELI - ME	SERRA CATARINEN	3.500,000	0,0000	11,9100	41.685,00	Venceu	1 *****
Item.....: 2	-	23601	-	ÁGUA MINERAL S/ GAS COM 12 UNIDADES DE 500 ML	-	Unidade: FARD		
17250	Luis Marcelo Wendt EIRELI - ME	SERRA CATARINEN	830,000	0,0000	11,2000	9.296,00	Venceu	1 *****

Canoinhas, Em

MARCIANO FERNANDES CORREA - - Pregoeiro(a)

ADILSON FERNANDO RIBEIRO - - PREGOEIRO SUPLENTE

WINSTON BEYERSDORFF LUCCHIARI - - 64350/PR

PUBLICAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO PREGÃO Nº PMC 81/2018 (PRESENCIAL)

Publicação Nº 1663943

Página: 1/1

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano: 106/2018

Processo Administrativo: 14.040,00

Total dos Itens Vencedores: 14.040,00

Licitação.....: 81/2018 - PR

Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DO SISTEMA DE VÍDEOMONITORAMENTO PÚBLICO DA POLÍCIA MILITAR COMPOSTO POR 10 (DEZ) CÂMERAS NA CIDADE DE CANOINHAS-SC E DEMAIS EQUIPAMENTOS QUE CONCORREM PARA O SEU FUNCIONAMENTO, SEM EXCLUSIVIDADE NO FORNECIMENTO DE PEÇAS, MEDIANTE APRESENTAÇÃO E APROVAÇÃO PRÉVIA DO ORÇAMENTO DAS PEÇAS.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 1	-	16683	-	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DO SISTEMA DE	-	Unidade: hrs		
15917	XPTI TECNOLOGIAS EM SEGURANÇA LTDA		120,000	0,0000	117,0000	14.040,00	Venceu	1 *****
17136	CORINGA COMERCIO E REPRESENTAÇÕES DE EQUIPAMENT		120,000	0,0000	120,5000	14.460,00	Perdeu	2

Canoinhas, Em

MARCIANO FERNANDES CORREA - - Pregoeiro(a)

ADILSON FERNANDO RIBEIRO - - PREGOEIRO SUPLENTE

WINSTON BEYERSDORFF LUCCHIARI - - 64350/PR

PUBLICAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO PREGÃO Nº PMC 82/2018 (PRESENCIAL)

Publicação Nº 1663900

Página: 1/2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
 Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Total dos Itens Vencedores: 18.606,00**Processo Administrativo:****Processo / Ano: 109/2018****Licitação.....: 82/2018 - PR****Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL****Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE BANDEJAS DE AÇO, COM 30 E 60 CM E HASTES PARA ESTANTE DE AÇO, DESTINADAS ÀS SECRETARIAS E FUNDOS MUNICIPAIS.**

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 1 - 411051010 - BANDEJAS DE 30 CM, COM REFORÇO, PARA ESTANTE DE AÇO - Unidade: UN								
13145	FARIAS E FARIAS COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA	RCH	200,000	0,0000	23,3000	4.660,00	Venceu	1 ****
17092	RICHESS MOVEIS LTDA EPP	GGL	200,000	0,0000	24,9300	4.986,00	Desclassif.	0
Item.....: 2 - 411051011 - BANDEJAS DE 60 CM, COM REFORÇO, PARA ESTANTE DE AÇO - Unidade: UN								
13145	FARIAS E FARIAS COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA	RCH	200,000	0,0000	40,9300	8.186,00	Venceu	1 ****
17092	RICHESS MOVEIS LTDA EPP	GGL	200,000	0,0000	43,7900	8.758,00	Desclassif.	0
Item.....: 3 - 411051012 - HASTES COM FURAÇÃO PARA ESTANTE DE AÇO - Unidade: UN								
13145	FARIAS E FARIAS COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA	RCH	300,000	0,0000	19,2000	5.760,00	Venceu	1 ****

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano: 109/2018

Licitação.....: 82/2018 - PR

Modalidade....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE BANDEJAS DE AÇO, COM 30 E 60 CM E HASTES PARA ESTANTE DE AÇO, DESTINADAS ÀS SECRETARIAS E FUNDOS MUNICIPAIS.

Processo Administrativo: 18.606,00

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 3	- 411051012 - HASTES COM FURAÇÃO PARA ESTANTE DE AÇO - Unidade: UN							
17092	RICESSE MOVEIS LTDA EPP	GGL	300,000	0,0000	20,5400	6.162,00	Desclassif.	0

Canoinhas, Em	
MARCIANO FERNANDES CORREA -	Pregoeiro(a)
ADILSON FERNANDO RIBEIRO -	PREGOEIRO SUPLENTE
WINSTON BEYERSDORFF LUCCHIARI -	64350/PR

PUBLICAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO PREGÃO Nº PMC 85/2018 (PRESENCIAL)

Publicação Nº 1663930

Página: 1/1

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano: 112/2018

Licitação.....: 85/2018 - PR

Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE PEÇAS E MÃO DE OBRA PARA CONCERTO DA ESCAVADEIRA HIDRAULICA NEW HOLLAND E215B, DE USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E DESENVOLVIMENTO URBANO.

Processo Administrativo:

Total dos Itens Vencedores: 36.839,76

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 1	- 13241	- PEÇAS PARA ESCAVADEIRA HIDRÁULICA - Unidade: UN						
11264	HIDROMAQ VEDAÇÕES LTDA.		1,000	0,0000	32.839,7600	32.839,76	Venceu	1 *****
Item.....: 2	- 26649	- MAO DE PARA PARA ESCAVADEIRA HIDRAULICA NEW HOLLAND - Unidade: UN						
11264	HIDROMAQ VEDAÇÕES LTDA.		1,000	0,0000	4.000,0000	4.000,00	Venceu	1 *****

Canoinhas, Em

MARCIANO FERNANDES CORREA - - Pregoeiro(a)

ADILSON FERNANDO RIBEIRO - - PREGOEIRO SUPLENTE

WINSTON BEYERSDORFF LUCCHIARI - - 64350/PR

Capinzal

PREFEITURA

Decreto nº 065/2018

Publicação Nº 1663646

DECRETO Nº 065, DE 25 DE JUNHO DE 2018.

Dispõe sobre Luto Oficial no município de Capinzal.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAPINZAL, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58, V, da Lei Orgânica Municipal, e;

CONSIDERANDO o falecimento do Senhor Pedro Antonio Toaldo, ex-vice-prefeito de Capinzal na Gestão de Apolônio Spadini;

CONSIDERANDO que foi Vereador por 03 (três) Legislaturas;

CONSIDERANDO que foi Diretor de Obras do Interior do Município de Capinzal durante o mandato ex-prefeito Irineu José Maestri;

CONSIDERANDO que foi fundador do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) em Capinzal, foi uma das lideranças políticas mais influentes da sua época;

CONSIDERANDO que além da política, o Senhor Pedro Antonio Toaldo sempre teve um envolvimento muito intenso com a comunidade de Lindenberg e localidades vizinhas, foi fundador do CTG Estância da Querência e um dos maiores laçadores da história dos rodeios.

CONSIDERANDO que o Senhor Pedro Antonio Toaldo, pessoa estimada pelos munícipes, deixou seu nome ligado às causas públicas deste Município, contribuiu para o crescimento e desenvolvimento de Capinzal, presta a homenagem póstuma ao tão ilustre cidadão que nesta data nos deixa;

DECRETA:

Art. 1º Fica decretado Luto Oficial por três (03) dias no Município de Capinzal tendo em vista o falecimento do Senhor Pedro Antonio Toaldo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, em 25 de junho de 2018.

NILVO DORINI

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

IVAIR LOPES RODRIGUES

Secretário da Administração e Finanças

PMC CONTRATO 0203/2018

Publicação Nº 1664208

ESTADO DE SANTA CATARINA	
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL	
EXTRATO CONTRATUAL	

Contrato Nº.: 0203/2018

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL

Contratada...: OUROLUZ PRODUTOS E SOLUCOES ELETRICAS LTDA

Valor : 58.387,68 (cinquenta e oito mil trezentos e oitenta e sete reais e sessenta e oito centavos)

Vigência : Início: 25/06/2018 Término: 31/12/2018

Licitação : Concorrência p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 0005/2018

Processo_Licitatório.....: 0097 / 2018

Recursos : Dotação:

Objeto : Contratação de empresa especializada para execução do Projeto de Reforma, Readequação e Ampliação de Carga das Instalações Elétricas da Escola Municipal Dr. Vilson Pedro Kleinubing, do Loteamento João Evangelista Parizotto, Bairro São Cristóvão, no Município de Capinzal/SC. Com Recursos Municipais e Salário Educação

Capinzal, 25 de Junho de 2018

PMC CONTRATO 0232/2018

Publicação Nº 1664050

ESTADO DE SANTA CATARINA	
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL	
EXTRATO CONTRATUAL	

Contrato Nº.: 0232/2018	
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL	
Contratada...: DE MARCO LTDA	
Valor : 68.000,00 (sessenta e oito mil reais)	
Vigência : Início: 25/06/2018 Término: 31/12/2018	
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 0071/2018 Processo_Licitatório.....: 0121 / 2018	
Recursos : Dotação:	
Objeto : Aquisição de Veículo tipo Pick-up, zero Quilômetro, cabine dupla para uso da Secretaria de Infraestrutura. Recursos Próprios	
Capinzal, 25 de Junho de 2018	

PMC PROCESSO LICITATÓRIO 0131/2018 DISPENSA DE LICITAÇÃO 0033/2018

Publicação Nº 1664247

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE CAPINZAL
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0131/2018

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0033/2018

OBJETO: Aquisição de Sistema de Porteiro Eletrônico, para o Centro Municipal de Educação Infantil Pinguinho de Gente, através da Secretaria da Educação, Cultura e Esportes. Recursos do Salário Educação.

VALOR DA DESPESA: R\$ 4.374,80 (Quatro mil trezentos e setenta e quatro reais e oitenta centavos)

PREVISÃO LEGAL: Art. 24 inciso II, da Lei 8.666/93.

JUSTIFICATIVA: O Centro Municipal de Educação Infantil Pinguinho de Gente atende aproximadamente 250 crianças de 0 a 3 anos. O

atendimento acontece das 7h às 19 horas, ou seja, o atendimento é de 12 horas ininterruptas.

Devido ao grande número de alunos, existe uma grande movimentação de familiares e transportes particulares trazendo e buscando as crianças em diferentes horários.

A questão da segurança sempre foi uma preocupação de toda a equipe de trabalho, principalmente após alguns casos ocorridos, como o caso de um aluno adolescente da Escola Estadual Belisário Pena que veio se esconder no banheiro do prédio do C.M.E.I. O fato foi comunicado à escola do adolescente e também ao Conselho Tutelar. Outro caso muito preocupante foi a de um pai de aluno (visivelmente alterado) que entrou no educandário atrás da esposa ameaçando bater nas funcionárias. Algum tempo atrás houve o furto de um celular de uma funcionária na secretaria da escola.

A equipe gestora tem se preocupado em manter o controle das pessoas que circulam no ambiente escolar, porém o controle sem recursos eletrônicos não é suficiente já que a escola possui dois acessos às salas de aula (dois andares).

No dia 14 de junho, ocorreu mais um incidente: professores se depararam com pessoas estranhas circulando no andar superior da creche. Quando as pessoas foram interrogadas sobre o que faziam ali, justificaram que estavam conhecendo o prédio e o ambiente escolar.

Essa livre circulação de pessoas no ambiente escolar é uma situação que tem preocupado toda a equipe gestora, os pais de alunos e a equipe da Secretaria da Educação.

Mediante estes fatos, reuniu-se em caráter de urgência a APP – Associação de Pais e Professores e representantes da Secretaria da Educação para buscar alternativas para inibir a entrada de estranhos e circulação de pessoas que não fazem parte do quadro de funcionários da creche.

Após a reunião, a APP solicitou através de documento (anexo) que fosse instalado um sistema de interfone (porteiro eletrônico). Com este sistema, a porta de acesso principal ficará travada e será liberada quando algum membro da equipe autorizar. Ainda assim, apenas com a liberação do segundo portão é que o acesso será permitido. Com a adoção dessa medida estaremos prezando pela segurança dos educandos e funcionários, bem como do patrimônio público.

Diante do exposto, a fim de evitar que ocorram fatos desagradáveis no ambiente da creche solicitamos urgência a aquisição de um sistema de porteiro eletrônico com 09 monofones, sendo que serão 01 para cada sala (total de 08) e 01 para a Secretaria da creche.

Para compor o processo, segue anexado o orçamento dos produtos que se objetiva adquirir e as certidões negativas da empresa que apresentou orçamento mais vantajoso.

Capinzal-SC, 26 de junho de 2018.

MARCIA TEREZINHA BONATO
Secretaria de Educação, Cultura e Esportes

PMC TERMO ADITIVO 004/2018 C250

Publicação Nº 1664372

ESTADO DE SANTA CATARINA	
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL	
EXTRATO CONTRATUAL	

Aditivo Nº : TA 004/2018 C250 - Contrato Nº: 0250/2014

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL

Contratada...: CONSTRULACER COMERCIO E CONSTRUÇOES LACERDO-POLIS E

Valor : 41.030,35 (quarenta e um mil e trinta reais e trinta e cinco centavos)

Vigência : Início: 26/06/2018 Término: 08/09/2018

Licitação : Concorrência p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 0003/2014
Processo_Licitatório.....: 0144 / 2014

Recursos : Dotação:

Objeto : O objeto do presente termo aditivo é o ACRÉSCIMO de até 25% do valor do Contrato original, nos termos do art. 65, da Lei Federal 8.666/93, aumentando o valor do Contrato em R\$ 41.030,35 (quarenta e um mil e trinta reais e trinta e cinco centavos), conforme Solicitação da Secretaria, Pareceres Jurídico e Técnico anexos ao Processo Licitatório.

PORTARIA 0634/2018

Publicação Nº 1663675

PORTARIA Nº 0634, DE 20 DE ABRIL DE 2018

Prorroga contrato de servidor por tempo determinado

PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe conferem o disposto na Lei nº 2.178/1999, e 3149/2014, e no memorando nº 12/2018, da Secretaria da Educação, resolve:

Art. 1º Prorrogar o contrato da servidora Regiane Cristina de Lima Giuliani, matrícula nº 332720/11, pelo período de 15 a 30 de dezembro de 2018.

Art. 2º A servidora exerce as funções do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de vinte (20) horas semanais.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 20 de abril de 2018.
NILVO DORINI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

MARCIA TERESINHA BONATO
Secretária da Educação, Cultura e Esportes

PORTARIA 0635/2018

Publicação Nº 1663677

PORTARIA Nº 0635, DE 20 DE ABRIL DE 2018

Prorroga contrato de servidor por tempo determinado

PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe conferem o disposto na Lei nº 2.178/1999, e 3149/2014, e no memorando nº 12/2018, da Secretaria da Educação, resolve:

Art. 1º Prorrogar o contrato da servidora Gisele Aparecida Sze-manski, matrícula nº 322903/11, pelo período de 15 a 30 de dezembro de 2018.

Art. 2º A servidora exerce as funções do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de vinte

(20) horas semanais.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 20 de abril de 2018.

NILVO DORINI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

MARCIA TERESINHA BONATO
Secretária da Educação, Cultura e Esportes

PORTARIA 0636/2018

Publicação Nº 1663679

PORTARIA Nº 0636, DE 20 DE ABRIL DE 2018

Prorroga contrato de servidor por tempo determinado

PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe conferem o disposto na Lei nº 2.178/1999, e 3149/2014, e no memorando nº 12/2018, da Secretaria da Educação, resolve:

Art. 1º Prorrogar o contrato da servidora Marcia Maria Benetti Marques, matrícula nº 314510/17, pelo período de 15 a 30 de dezembro de 2018.

Art. 2º A servidora exerce as funções do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de vinte (20) horas semanais.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 20 de abril de 2018.

NILVO DORINI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

MARCIA TERESINHA BONATO
Secretária da Educação, Cultura e Esportes

PORTARIA 0637/2018

Publicação Nº 1663681

PORTARIA Nº 0637, DE 20 DE ABRIL DE 2018

Prorroga contrato de servidor por tempo determinado

PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe conferem o disposto na Lei nº 2.178/1999, e 3149/2014, e no memorando nº 12/2018, da Secretaria da Educação, resolve:

Art. 1º Prorrogar o contrato da servidora Enilce Machado Merib, matrícula nº 328316/07, pelo período de 15 a 30 de dezembro de 2018.

Art. 2º A servidora exerce as funções do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de vinte (20) horas semanais.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 20 de abril de 2018.

NILVO DORINI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

MARCIA TERESINHA BONATO
Secretária da Educação, Cultura e Esportes

SIMAE - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE CAPINZAL

EXTRATO DE CONTRATO Nº CAO/35/2018

Publicação Nº 1663489

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº CAO/35/2018

CONTRATANTE: SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

CONTRATADO: AUTO POSTO CHALEIRA PRETA LTDA.

CNPJ DO CONTRATADO: 13.671.897/0001-27

OBJETO: TERMO DO SEGUNDO ADITIVO AO CONTRATO Nº CAO/59/2017, PARA REAJUSTE DO VALOR DA GASOLINA COMUM. VALOR: R\$ 4,03 (QUATRO REAIS E TRÊS CENTAVOS) POR LITRO DE GASOLINA COMUM.

DATA DA ASSINATURA: 25/06/2018

VIGÊNCIA: 26/06/2018 A 31/12/2018

PELA CONTRATANTE: SIDNEI PENZO -DIRETOR DO SIMAE

PELA CONTRATADA: NOÉ JÓ PALADINO CAMPIONI PAGGI -SÓCIO ADMINISTRADOR

PORTARIA N º 32/2018/SIMAE-CAO

Publicação Nº 1664617

PORTARIA N º 32/2018/SIMAE-CAO, de 21 de junho de 2018.

Concede férias ao servidor que especifica.

O DIRETOR DO SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO, de Capinzal e Ouro/SC, no uso de suas atribuições de Lei,

RESOLVE:

Conceder férias ao servidor Claudiomir dos Santos, ocupante do cargo de Auxiliar de Operações, padrão 02.05, nível 02, ref. A, referente o período aquisitivo de 09 de julho de 2017 a 08 de julho de 2018, com período de gozo de 09 a 28 de julho de 2018.

Esta portaria entra em vigor a partir desta data.

Registre-se e Publique-se.

SIDNEI PENZO
Diretor

PORTARIA N º 33/2018/SIMAE-CAO

Publicação N° 1664618

PORTARIA N º 033/2018/SIMAE-CAO, de 21 de junho de 2018.

Concede licença prêmio à Servidor que que especifica .
O DIRETOR GERAL DO SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO, de Capinzal e Ouro/SC, no uso de suas atribuições de Lei,

RESOLVE:

Conceder Licença Prêmio ao servidor Edgar Panisson, ocupante do cargo de Operador de Máquinas, padrão 04.18, nível 03, ref. B, referente período aquisitivo de 10.04.2010 a 09.04.2015, com fruição no mês de outubro de 2018, e conversão de dois terços do período em espécie nos meses de agosto e setembro de 2018.
Esta portaria entra em vigor a partir desta data.

Registre-se e Publique-se.

SIDNEI PENZO
Diretor Geral

PORTARIA N º 34/2018/SIMAE-CAO

Publicação N° 1664619

PORTARIA N º 034/2018/SIMAE-CAO, de 21 de junho de 2018.

Concede licença prêmio à Servidor que que especifica .
O DIRETOR GERAL DO SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO, de Capinzal e Ouro/SC, no uso de suas atribuições de Lei,

RESOLVE:

Conceder Licença Prêmio ao servidor Josimar Antonio Murer, ocupante do cargo de Auxiliar de Operações, padrão 02.10, nível 01, ref. E, referente período aquisitivo de 02.06.2013 a 01.06.2018, com fruição no mês de janeiro de 2019, e conversão de dois terços do período em espécie nos meses de novembro e dezembro de 2018.
Esta portaria entra em vigor a partir desta data.

Registre-se e Publique-se.

SIDNEI PENZO
Diretor Geral

Caxambu do Sul

PREFEITURA

CONTRATO Nº 004/2018 FMS

Publicação Nº 1664068

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAXAMBU DO SUL.

Contratada: CLEOMAR PAVÃO WAGNER EIRELI.

Contrato nº: 004/2018 FMS.

Objeto: OBJETIVANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAR SERVIÇOS MÉDICOS PARA O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAXAMBU DO SUL.

Data da Assinatura: 25/06/2018.

Vigência: 31/12/2018.

Valor do Aditivo do Contrato: R\$ 23.025,00 (vinte e três mil e vinte e cinco reais).

Cerro Negro

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 021/2018 - PMCN

Publicação Nº 1664221

MUNICIPIO DE CERRO NEGRO - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 021/2018 - PMCN

Objeto: Registro de preços para execução de outros serviços de terceiros – pessoa jurídica in loco para instrução de aulas de dança, destinadas a atender participantes dos programas e projetos sociais realizados pela prefeitura municipal (PM) e dos Fundos Municipais (FM).

Tipo: menor preço por item.

Recebimento das propostas: até às 09h45 do dia 06/07/2018.

Abertura: às 10h00 do dia 06/07/2018.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.cerronegro.sc.gov.br, link "Licitações". Informações complementares poderão ser obtidas no Setor de Compras deste Município, situado na Avenida Orides Delfes Furtado, 739, Centro, de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo fone (49) 3258-0000.

Cerro Negro, SC, 25 de junho de 2018.

ADEMILSON CONRADO

Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 022/2018 - PMCN

Publicação Nº 1664376

MUNICIPIO DE CERRO NEGRO - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 022/2018 - PMCN

Objeto: Registro de preços para possível aquisição de gêneros alimentícios para a manutenção das atividades do Centro de Referência em Assistência Social (CRAS).

Tipo: Menor Preço Por Item.

Recebimento das propostas: até às 09h45 do dia 09/07/2018.

Abertura: às 10h00 do dia 09/07/2018.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.cerronegro.sc.gov.br, link "Licitações". Informações complementares poderão ser obtidas no Setor de Compras deste Município, situado na Avenida Orides Delfes Furtado, 739, Centro, de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo fone (49) 3258-0000.

Cerro Negro, SC, 25 de junho de 2018.

ADEMILSON CONRADO

Prefeito Municipal

Chapadão do Lageado

PREFEITURA

222.2018

Publicação N° 1663505

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

PORTARIAN° 222/2018

A Prefeita do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, de conformidade com o art. 70, inciso II, alínea b, da Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado -SC, resolve:

Art. 1º TORNAR SEM EFEITO e revogar a Portaria nº. 220/2018 de 22.06.2018, publicada no Diário Oficial dos Municípios-DOM, Edição nº. 2559 de 25.06.18.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a partir de 22.06.2018.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 25 de junho de 2018.
MARLI GORETTI KAMMERS
Prefeita Municipal

DECRETO N° 041, DE 25.06.2018

Publicação N° 1663575

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

DECRETO N° 041, DE 25.06.2018

Define horário especial de funcionamento do Centro de Saúde Pedro Romeu Batisti, durante os jogos da Seleção Brasileira na copa do mundo 2018 e dá outras providencias.

A PREFEITA MUNICIPAL, no uso de sua competência legal que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC,

DECRETA:

Art. 1º Fica estabelecido horário especial de funcionamento do Centro de Saúde Pedro Romeu Batisti, durante os jogos da Seleção Brasileira na copa do mundo 2018, conforme segue:

I – Nos dias de jogos da Seleção Brasileira de Futebol no período da tarde, o expediente do Centro de Saúde será das 7:30 as 13:30;
II – Nos demais horários de jogos mantem-se o expediente normal, ficando os servidores autorizados a assistir no próprio local de trabalho, mantendo-se os serviços considerados de natureza emergencial.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO, 25 de junho de 2018.
Marli Goretti Kammers
Prefeita Municipal

Concórdia

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 80/2018 – PMC OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA

Publicação Nº 1664025

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE
PREGÃO PRESENCIAL Nº 80/2018 – PMC
Obras e Serviços de Engenharia

Objeto: Contratação de empresa em regime de empreitada por preço máximo unitário (material e mão de obra) para o fornecimento e instalação de divisórias leves no Centro de Eventos e para readequação de espaços internos da Secretaria Municipal de Saúde, conforme termos de referência apresentados pela secretaria/fundo solicitante conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" deste edital..

Tipo: Menor Preço Por Lote

Recebimento das propostas: até as 10h00min do dia 09/07/2018.

Abertura: dia 09/07/2018 as 14h00min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2167.

Concórdia, SC, 25 de junho de 2018.

DANIEL FAGANELLO

Secretário Municipal de Urbanismo e Obras

COMUNICAÇÃO DE INTERPOSIÇÃO RECURSAL - PREGÃO PRESENCIAL Nº 61/2018 PMC

Publicação Nº 1664426

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA – SC
PREGÃO PRESENCIAL 61/2018 PMC

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços técnico-especializados continuados, de cuidadores e psicólogos, visando ao atendimento, auxílio e orientação de crianças e adolescentes, acolhidos no Abrigo Provisório Anjo Gabriel e em atendimento à demanda de famílias em situação de vulnerabilidade temporária, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

COMUNICAÇÃO DE INTERPOSIÇÃO RECURSAL

Para fins do disposto no - 3º do art. 109 da Lei nº 8.666/93 e, posteriores alterações, comunicamos à licitante: VEJA SERVIÇOS EMPRESARIAIS EIRELI que as licitantes JG SERVIÇOS SOCIAIS EIRELI e ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA, interpuseram, na data de 25 de junho de 2018, recurso administrativo pugnando pela revisão do julgamento da fase de classificação do certame. Desejando, V. Sª poderá impugná-lo, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados a partir da data da publicação deste aviso, estando os autos abertos à consulta desde já.

Concórdia, SC, 25 de junho de 2018.

CRISTIANE SILVEIRA CASADO

Pregoeira

Decreto 22/2018

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 7/2018 – PMC

Publicação Nº 1664028

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA – SC

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 7/2018

Objeto: A Secretaria Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente, estabelecida neste Município de Concórdia, SC, Rua Prefeito Domingos Machado de Lima, 574, Centro, através do Secretário Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente, Senhor Mauro Martini, comunica que estão abertas, a partir de 06 de julho de 2018, as inscrições para credenciamento de interessados para participação no XXXIII Concurso Nacional do Leitão Assado, que ocorrerá no dia 05 de agosto de 2018, no Parque de Exposições Atílio Francisco Xavier Fontana.

Credenciamento: a partir de 06/07/2018 até 27/07/2018

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Credenciamentos Públicos". Quaisquer outros esclarecimentos necessários, poderão ser obtidos junto à Secretaria Municipal de Agricultura, no horário das: 08h às 11h30min e das 13h30min às 17h, de segunda à sexta-feira ou através do telefone nº (0**49) 3442-2624, ou e-mail semadra@concordia.sc.gov.br.

Concórdia, SC, 21 de junho de 2018.

MAURO MARTINI

Secretário Municipal de Agricultura,
Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente

EXTRATO DA SESSÃO DE HABILITAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO DA TP 12/2018 - PMC

Publicação Nº 1664462

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

TOMADA DE PREÇOS Nº 12/2018 – PMC

Objeto: Contratação de empresa do ramo de engenharia e/ou construção civil para execução de obra em regime de empreitada por preço máximo unitário (material e mão de obra) para reforma e remodelação do Parque infantil da Praça Dogello Goss, situada na Rua Adolfo Konder, Centro, conforme as especificações constantes no Memorial Descritivo e Projeto Básico, Anexo "D" do Edital.

EXTRATO DO RESULTADO DA SESSÃO DE HABILITAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO

Em cumprimento ao disposto no - 1º, artigo 109, da Lei Federal nº 8.666/1993, e posteriores alterações, torna-se público o resultado do julgamento da fase de habilitação e classificação da licitação em epígrafe, nos seguintes termos: Apresentaram-se para participar do presente certame as empresas: KAPPA PROJETOS E CONSTRUÇÕES EIRELI - EPP e ECO CONSTRUÇÕES LTDA. Procedeu-se à abertura do Envelope 01 – Documentação de Habilitação, sendo que os documentos neles contidos foram conferidos e rubricados pelos membros da Comissão e representantes legais presentes constatando-se que as empresas KAPPA PROJETOS E CONSTRUÇÕES

EIRELI – EPP e ECO CONSTRUÇÕES LTDA apresentaram sua documentação de habilitação de acordo com os requisitos exigidos no Edital e sendo assim foram julgadas HABILITADAS. Assim procedeu-se a abertura do envelope de proposta de preço, constatando que as licitantes atenderam aos requisitos constantes no subitem 6.1 do Instrumento Convocatório. Por conseguinte foi apurada a seguinte classificação: a licitante ECO CONSTRUÇÕES LTDA sagrou-se vencedora com o menor preço global de R\$ 415.070,80 (quatrocentos e quinze mil e setenta reais e oitenta centavos), e a empresa KAPPA PROJETOS E CONSTRUÇÕES EIRELI – EPP ficou em segundo lugar com o menor preço global de R\$ 599.051,37 (quinhentos e noventa e nove mil e cinquenta e um reais e trinta e sete centavos). O preço cotado pela licitante vencedora é inferior ao preço máximo estipulado no item 9.1 do Edital. A Presidente solicitou que fosse registrado que o resumo do julgamento da fase classificatória deste certame será publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC (www.diariomunicipal.sc.gov.br), em cumprimento ao disposto no parágrafo 1º do artigo 109 da Lei Federal nº 8.666/93.

Concórdia, SC, 25 de junho de 2018.
CAMILA CRISTINA M. V. NOGUEIRA
Presidente da C.P.L

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 26/2018 – PMC

Publicação Nº 1661229

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 26/2018 – PMC

O Secretário Municipal de Urbanismo e Obras, torna público que ratificou o ato do Senhor VALDOMIRO TAFAREL, Diretor de Urbanismo, que declarou dispensável a licitação, nos termos do Art. 24, II, da Lei Federal nº 8.666/93 e posteriores alterações, homologada em 25/06/2018, para a Prestação de serviço para conserto de fontes chaveadas danificadas para recolocação nas luminárias da Rua Dr Maruri.; a favor de TIAGO RODRIGO RAYMUNDI 08075048903 no valor total de R\$ 1.080,00 (um mil e oitenta).

DANIEL FAGANELLO
Secretário Municipal de Urbanismo e Obras

CÂMARA MUNICIPAL

CONVITE 01/2018

Publicação Nº 1663976

CONVITE Nº 01/2018
PROCESSO Nº 03/2018

OBJETO: Aquisição de material de expediente e processamento de dados, para as atividades da Câmara.

TIPO: Menor Preço Por Item

RECEBIMENTO DOS ENVELOPES DE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTAS: até às 10 horas do dia 05.07.2018

INICIO DA SESSÃO: dia 05.07.2018, às 14 horas

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: O Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados no site: WWW.cvc.sc.gov.br
Quaisquer informações poderão ser obtidas na Secretaria da Câmara Municipal de Vereadores de Concórdia, situado à Rua Leonel Mosele, 96 – Centro, de segunda a sexta-feira, das 8h às 11h30min e das 13h30min às 17h, ou pelo fone (49) 3441 2500.

Concórdia SC, 19 de JUNHO de 2018.
ARTEMIO ORTIGARA
Presidente

Cordilheira Alta

PREFEITURA

DECRETO Nº 501/2018

Publicação Nº 1663913

DECRETO Nº 501, DE 22 DE JUNHO DE 2018.

"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

CARLOS ALBERTO TOZZO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em especial ao dispositivo no art. 70 – IV da Lei Orgânica Municipal, art. 42 da Lei 4.320/64 e Lei municipal nº 1.236/2017.

DECRETA:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar a abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 70,64 (setenta reais e sessenta e quatro centavos), o qual será utilizado para suplementar a seguinte dotação orçamentária:

Projeto/Atividade: 20.606.2510.2.062 – Programa Porteira Adentro
Modalidade de Aplicação: 339000 – 190

Fonte de Recursos: 30.34 – Vinculados - R\$ 70,64

Art. 2. Para abertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o art. 1º, será utilizado superávit financeiro do exercício de 2017.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, surtindo seus efeitos a partir de 21/06/2018.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 22 de junho de 2018.

CARLOS ALBERTO TOZZO

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário de Administração, Fazenda e Planejamento.

DECRETO Nº 502/2018

Publicação Nº 1663917

DECRETO Nº 502/2018

"FIXA HORÁRIO DE EXPEDIENTE PARA A DATA DE 27 DE JUNHO DE 2018, EM RAZÃO DO JOGO DA SELEÇÃO BRASILEIRA DE FUTEBOL NA COPA DO MUNDO DE 2018, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

O Prefeito de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições legais conferidas pelo artigo 70 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica estabelecido, no dia 27 de junho de 2018, em razão do jogo da Seleção Brasileira de Futebol na Copa do Mundo de 2018, o horário de expediente dos órgãos e entidades da Administração Pública Municipal de Cordilheira Alta das 7h às 13h.

Parágrafo único. O servidor público municipal que, por qualquer motivo, estiver impedido de executar suas atividades no horário previsto no caput deste artigo, deverá cumprir o seu horário

normal de expediente, apresentando justificativa prévia e imediata à chefia imediata.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Cordilheira Alta/SC, 25 de junho de 2018.

CARLOS ALBERTO TOZZO

Prefeito Municipal

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário de Administração, Fazenda e Planejamento

TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 03/2018 - PRIMEIRO ADITIVO AO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 03/2017

Publicação Nº 1664088

TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 03/2018

1º TERMO ADITIVO AO TERMO DE COLABORAÇÃO N. 03/2017

"PRORROGA POR 12 (DOZE) MESES A VIGÊNCIA DO TERMO DE COLABORAÇÃO N. 03/2017, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA – SC, com sede na Rua Celso Tozzo, n. 27, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o n. 95.990.198/0001-04, representado por seu Prefeito Municipal - Exmo Sr. Carlos Alberto Tozzo, e CENTRO ASSOCIATIVO DE ATIVIDADES PSICOFÍSICAS PATRICK – CAPP, entidade beneficente de assistência social, inscrita no CNPJ sob o nº 80.633.357/0001-46, com sede na Avenida Fernando Machado, 432 E, Centro, Chapecó, CEP: 89.802-110, representada neste ato pelo seu Presidente Senhor Ivonei Barbiero, inscrito no CPF sob nº 294.265.370-15, reportam-se ao Instrumento de TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 03/2017, firmado entre os signatários na data de 28/06/2017, para alterá-lo nas seguintes condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1. Constitui-se como objeto do presente termo a prorrogação pelo prazo de 12 (doze) meses da vigência do Termo de Colaboração n. 03/2017, nos termos da sua cláusula sexta.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

2. Com a presente prorrogação, o Termo de Colaboração n. 03/2017 estenderá seus efeitos até 28/06/2019.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO FUNDAMENTO JURÍDICO

3. O presente termo tem amparo no artigo 55, caput, da Lei Federal n. 13.019/2014, e demais normas aplicáveis à espécie.

CLÁUSULA QUARTA – DO REAJUSTE

4. Frente à prorrogação de vigência, fica reajustado em 4,27% (quatro vírgula vinte e sete por cento), conforme IGP-M acumulado dos últimos 12 meses, o valor constante na cláusula quarta do termo originário, passando ao montante de R\$ 353,77 (trezentos e cinquenta e três reais e setenta e sete centavos) por aluno.

CLÁUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO

5. As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta do das seguintes fontes de recurso:

Projeto Atividade: 2.071;

Elemento de Despesa: 3350.

CLÁUSULA SEXTA – DAS CONDIÇÕES GERAIS

6. Ratificam-se as demais cláusulas e condições estabelecidas no Termo de Colaboração n. 03/2017.

E, por estarem justos e acordados, firmam o presente na presença de duas testemunhas, para que surta seus efeitos legais.

Cordilheira Alta/SC, 25 de junho de 2018.

CARLOS ALBERTO TOZZO

Prefeito Municipal

CENTRO ASSOCIATIVO DE ATIVIDADES PSICOFÍSICAS PATRICK –
CAPP / Ivonei Barbiero

Testemunhas:

Nome: Adriana de Cezaro Moresco Nome: Gustavo Foppa

CPF: 004.723.779-14

CPF: 030.792.789-09

Coronel Freitas

PREFEITURA

CONCORRÊNCIA PARA OBRAS N° 02/2018

Publicação N° 1664226

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FREITAS

AVISO DE LICITAÇÃO

Edital de Concorrência para obras N° 02/2018

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA POR EMPREITADA GLOBAL PARA CONSTRUÇÃO DE PASSARELA METÁLICA PARA PEDESTRES NA RUA CEARÁ.

Tipo: Menor Preço Global.

Entrega dos envelopes: até as 08h30min horas do dia 27/07/2018

Abertura dos envelopes: na sequência às 08h30min horas do dia 27/07/2018

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horários: Av.Santa Catarina, 1022 nos dias úteis, de segunda a sexta feira das 07:00 às 11:30 e das 13:00 até às 17:00 ou pelo fone 3347.3421.

Coronel Freitas (SC) 25 de junho de 2018

Izeu Jonas Tozetto

Prefeito Municipal

Correia Pinto

PREFEITURA

CONVOCAÇÃO 034.2018 -PREFEITURA EDITAL 03/2017

Publicação Nº 1664270

CONVOCAÇÃO DE APROVADOS EM PROCESSO SELETIVO 34/2018 - PMCP

CELRO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO, Prefeito Municipal de Correia Pinto/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e na forma do disposto no item 9.1 do Edital nº 03/2017, CONVOCA o candidato inscrito e aprovado abaixo relacionado, para comprovação dos requisitos exigidos no item 2 do Edital e apresentação de documentação descrita no Anexo I.

Após a apresentação da documentação, o candidato será encaminhado para Exame Admissional na forma do disposto no item 9.2. Atendendo todas as exigências, será oportunamente convocado à assumir vaga em caráter temporário tendo como base a aprovação em Processo Seletivo homologado pelo Decreto 1258/2018.

O prazo para apresentação da DOCUMENTAÇÃO COMPLETA ao Departamento de Recursos Humanos é de 5 (cinco) dias, a contar da data da publicação desta no site www.correiapinto.sc.gov.br.

O não comparecimento no prazo estipulado, caracteriza a desistência do certame.

CLASS.	NOME	CARGO
35	SUZANA GUEDES	Agente de Serviços Gerais - A

Correia Pinto SC, 30 de Maio de 2018.

CELRO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO

Prefeito

ANEXO I

Nome: _____

Telefone: () _____ - _____ () _____ - _____

E.mail: _____

Cargo / Função: _____

Conta Bancária (Consultar RH) Agência _____ Conta Corrente _____

- () 01 foto 3x4 recente
 () Registro Geral (identidade)
 () CPF
 () Título de eleitor
 () Carteira de trabalho
 () Cadastro do PIS/PASEP
 () Certificado de Reservista;
 () Certidão de casamento atualizada;
 () Comprovante de Residência;
 () Exame médico admissional

Conforme exigência do edital do concurso público ou teste seletivo apresentar:

- () Carteira de Motorista () Comprovante de Escolaridade
 () Inscrição Profissional

Quem possui filhos menores de 14 anos apresentar

- () Certidão de Nascimento; () comprovante de matrícula escolar
 () Caderneta de Vacinação (Página constando os dados da criança e as páginas c/ carimbos das vacinas);

DECLARAÇÕES

- () Declaração de bens
 () Declaração quanto ao acúmulo de cargos públicos
 () Declaração de inoccurrence de nepotismo
 () Se for aposentado trazer: carta de concessão, decreto, portaria, resolução, ou outro documento em que conste, regime da aposentadoria, motivo e data de início.

CERTIDÕES

- () Quitação eleitoral e Crimes Eleitorais - Justiça Eleitoral <http://www.tse.jus.br/eleitor/certidoes/certidao-de-quitacao-eleitoral>
<http://www.tse.jus.br/eleitor/certidoes/certidao-de-crimes-eleitorais>
 () Civil e Criminal - Justiça Federal <http://www2.trf4.jus.br/trf4/processos/certidao/index.php>
 () Civil e Criminal - Justiça Estadual <https://esaj.tjsc.jus.br/sco/abrirCadastro.do>
 () Certidão de "Nada Consta" do TCE e TCU <https://contas.tcu.gov.br/certidao/Web/Certidao/NadaConsta/home.faces>
<http://servicos.tce.sc.gov.br/certidaoseg/>

CONVOCAÇÃO 035.2018 -PREFEITURA EDITAL 03/2017

Publicação Nº 1664271

CONVOCAÇÃO DE APROVADOS EM PROCESSO SELETIVO 35/2018 - PMCP

CELRO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO, Prefeito Municipal de Correia Pinto/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e na forma do disposto no item 9.1 do Edital nº 03/2017, CONVOCA o candidato inscrito e aprovado abaixo relacionado, para comprovação dos requisitos exigidos no item 2 do Edital e apresentação de documentação descrita no Anexo I.

Após a apresentação da documentação, o candidato será encaminhado para Exame Admissional na forma do disposto no item 9.2. Atendendo todas as exigências, será oportunamente convocado à assumir vaga em caráter temporário tendo como base a aprovação em Processo Seletivo homologado pelo Decreto 1258/2018.

O prazo para apresentação da DOCUMENTAÇÃO COMPLETA ao Departamento de Recursos Humanos é de 5 (cinco) dias, a contar da data da publicação desta no site www.correiapinto.sc.gov.br.

O não comparecimento no prazo estipulado, caracteriza a desistência do certame.

CLASS.	NOME	CARGO
36	NILCEIA MARIA CARDOSO	Agente de Serviços Gerais - A

Correia Pinto SC, 18 de Junho de 2018.

CELRO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO

Prefeito

ANEXO I

Nome: _____
 Telefone: () _____ - _____ () _____ - _____
 E.mail: _____
 Cargo / Função: _____
 Conta Bancária (Consultar RH) Agência _____ Conta Corrente _____

- () 01 foto 3x4 recente
 () Registro Geral (identidade)
 () CPF
 () Título de eleitor
 () Carteira de trabalho
 () Cadastro do PIS/PASEP
 () Certificado de Reservista;
 () Certidão de casamento atualizada;
 () Comprovante de Residência;
 () Exame médico admissional

Conforme exigência do edital do concurso público ou teste seletivo apresentar:

- () Carteira de Motorista () Comprovante de Escolaridade
 () Inscrição Profissional

Quem possui filhos menores de 14 anos apresentar

- () Certidão de Nascimento; () comprovante de matrícula escolar
 () Caderneta de Vacinação (Página constando os dados da criança e as paginas c/ carimbos das vacinas);

DECLARAÇÕES

- () Declaração de bens
 () Declaração quanto ao acúmulo de cargos públicos
 () Declaração de inoccorrência de nepotismo
 () Se for aposentado trazer: carta de concessão, decreto, portaria, resolução, ou outro documento em que conste, regime da aposentadoria, motivo e data de início.

CERTIDÕES

- () Quitação eleitoral e Crimes Eleitorais - Justiça Eleitoral <http://www.tse.jus.br/eleitor/certidoes/certidao-de-quitacao-eleitoral>
<http://www.tse.jus.br/eleitor/certidoes/certidao-de-crimes-eleitorais>
 () Civil e Criminal - Justiça Federal <http://www2.trf4.jus.br/trf4/processos/certidao/index.php>
 () Civil e Criminal - Justiça Estadual <https://esaj.tjsc.jus.br/sco/abrirCadastro.do>
 () Certidão de "Nada Consta" do TCE e TCU <https://contas.tcu.gov.br/certidao/Web/Certidao/NadaConsta/home.faces>
<http://servicos.tce.sc.gov.br/certidaoseg/>

CONVOCAÇÃO 036.2018 -PREFEITURA EDITAL 03/2017

Publicação Nº 1664273

CONVOCAÇÃO DE APROVADOS EM PROCESSO SELETIVO 36/2018 - PMCP

CELRO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO, Prefeito Municipal de Correia Pinto/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e na forma do disposto no item 9.1 do Edital nº 03/2017, CONVOCA o candidato inscrito e aprovado abaixo relacionado, para comprovação dos requisitos exigidos no item 2 do Edital e apresentação de documentação descrita no Anexo I.

Após a apresentação da documentação, o candidato será encaminhado para Exame Admissional na forma do disposto no item 9.2. Atendendo todas as exigências, será oportunamente convocado à

assumir vaga em caráter temporário tendo como base a aprovação em Processo Seletivo homologado pelo Decreto 1258/2018.

O prazo para apresentação da DOCUMENTAÇÃO COMPLETA ao Departamento de Recursos Humanos é de 5 (cinco) dias, a contar da data da publicação desta no site www.correiapinto.sc.gov.br.

O não comparecimento no prazo estipulado, caracteriza a desistência do certame.

CLASS.	NOME	CARGO
37	CELINA MARIA DOS SANTOS AMARAL	Agente de Serviços Gerais - A

Correia Pinto SC, 18 de Junho de 2018.

CELRO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO

Prefeito

ANEXO I

Nome: _____
 Telefone: () _____ - _____ () _____ - _____
 E.mail: _____
 Cargo / Função: _____
 Conta Bancária (Consultar RH) Agência _____ Conta Corrente _____

- () 01 foto 3x4 recente
 () Registro Geral (identidade)
 () CPF
 () Título de eleitor
 () Carteira de trabalho
 () Cadastro do PIS/PASEP
 () Certificado de Reservista;
 () Certidão de casamento atualizada;
 () Comprovante de Residência;
 () Exame médico admissional

Conforme exigência do edital do concurso público ou teste seletivo apresentar:

- () Carteira de Motorista () Comprovante de Escolaridade
 () Inscrição Profissional

Quem possui filhos menores de 14 anos apresentar

- () Certidão de Nascimento; () comprovante de matrícula escolar
 () Caderneta de Vacinação (Página constando os dados da criança e as paginas c/ carimbos das vacinas);

DECLARAÇÕES

- () Declaração de bens
 () Declaração quanto ao acúmulo de cargos públicos
 () Declaração de inoccorrência de nepotismo
 () Se for aposentado trazer: carta de concessão, decreto, portaria, resolução, ou outro documento em que conste, regime da aposentadoria, motivo e data de início.

CERTIDÕES

- () Quitação eleitoral e Crimes Eleitorais - Justiça Eleitoral <http://www.tse.jus.br/eleitor/certidoes/certidao-de-quitacao-eleitoral>
<http://www.tse.jus.br/eleitor/certidoes/certidao-de-crimes-eleitorais>
 () Civil e Criminal - Justiça Federal <http://www2.trf4.jus.br/trf4/processos/certidao/index.php>
 () Civil e Criminal - Justiça Estadual <https://esaj.tjsc.jus.br/sco/abrirCadastro.do>
 () Certidão de "Nada Consta" do TCE e TCU <https://contas.tcu.gov.br/certidao/Web/Certidao/NadaConsta/home.faces>
<http://servicos.tce.sc.gov.br/certidaoseg/>

CONVOCAÇÃO 037.2018 -PREFEITURA EDITAL 03/2017

Publicação Nº 1664274

CONVOCAÇÃO DE APROVADOS EM PROCESSO SELETIVO
37/2018 - PMCP

CELRO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO, Prefeito Municipal de Correia Pinto/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e na forma do disposto no item 9.1 do Edital nº 03/2017, CONVOCA os candidatos inscritos e aprovados abaixo relacionados, para comprovação dos requisitos exigidos no item 2 do Edital e apresentação de documentação descrita no Anexo I.

Após a apresentação da documentação, o candidato será encaminhado para Exame Admissional na forma do disposto no item 9.2. Atendendo todas as exigências, será oportunamente convocado à assumir vaga em caráter temporário tendo como base a aprovação em Processo Seletivo homologado pelo Decreto 1258/2018.

O prazo para apresentação da DOCUMENTAÇÃO COMPLETA ao Departamento de Recursos Humanos é de 5 (cinco) dias, a contar da data da publicação desta no site www.correiapinto.sc.gov.br.

O não comparecimento no prazo estipulado, caracteriza a desistência do certame.

CLASS.	NOME	CARGO
38	SIRLENE SCHOROEDER DOS SANTOS	Agente de Serviços Gerais - A
39	ELAINE LEANDRO	Agente de Serviços Gerais - A

Correia Pinto SC, 25 de Junho de 2018.

CELRO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO

Prefeito

ANEXO I

Nome: _____

Telefone: () _____ - _____ () _____ - _____

E.mail: _____

Cargo / Função: _____

Conta Bancária (Consultar RH) Agência _____ Conta Corrente _____

- () 01 foto 3x4 recente
 () Registro Geral (identidade)
 () CPF
 () Título de eleitor
 () Carteira de trabalho
 () Cadastro do PIS/PASEP
 () Certificado de Reservista;
 () Certidão de casamento atualizada;
 () Comprovante de Residência;
 () Exame médico admissional

Conforme exigência do edital do concurso público ou teste seletivo apresentar:

- () Carteira de Motorista () Comprovante de Escolaridade
 () Inscrição Profissional

Quem possui filhos menores de 14 anos apresentar

- () Certidão de Nascimento; () comprovante de matrícula escolar
 () Caderneta de Vacinação (Página constando os dados da criança e as páginas c/ carimbos das vacinas);

DECLARAÇÕES

- () Declaração de bens
 () Declaração quanto ao acúmulo de cargos públicos
 () Declaração de inoccorrência de nepotismo
 () se for aposentado trazer: carta de concessão, decreto, portaria, resolução, ou outro documento em que conste, regime da aposentadoria, motivo e data de início.

CERTIDÕES

- () Quitação eleitoral e Crimes Eleitorais - Justiça Eleitoral <http://www.tse.jus.br/eleitor/certidoes/certidao-de-quitacao-eleitoral>
<http://www.tse.jus.br/eleitor/certidoes/certidao-de-crimes-eleitorais>
 () Civil e Criminal - Justiça Federal <http://www2.trf4.jus.br/trf4/processos/certidao/index.php>
 () Civil e Criminal - Justiça Estadual <https://esaj.tjsc.jus.br/sco/abrirCadastro.do>
 () Certidão de "Nada Consta" do TCE e TCU <https://contas.tcu.gov.br/certidao/Web/Certidao/NadaConsta/home.faces>
<http://servicos.tce.sc.gov.br/certidaoseg/>

EXTRATO DE CONTRATO V - CREDENCIAMENTO 01/2018 - PROCESSO 03/2018 PMCP

Publicação Nº 1663880

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO
CHAMADA PÚBLICA PARA CREDENCIAMENTO 01/2018 PMCP
PROCESSO 03/2018 PMCP
EXTRATO DE CONTRATO - V

Objeto: O presente termo tem por objeto o CREDENCIAMENTO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LAVAÇÃO E LIMPEZA DE LINHA LEVE E PESADA, PARA A FROTA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO, SUAS SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES, conforme planilha de valores ofertados pelo Município, em anexo, de acordo com o Edital de Chamamento Público nº 01/2018 – Processo 03/2018 PMCP.

Partes: Município de Correia Pinto/SC e a empresa DENIZE MARIA NIENOV,
CNPJ sob 30.658.773/0001-20

Instrumento:

Contrato 0705/2018 PMCP
Contrato 0706/2018 FMS
Contrato 0707/2018 FMAS
Contrato 0708/2018 FHMCP
Contrato 0709/2018 FMAS

ANEXO - PLANILHA DE PROPOSTA

A LICITANTE ACIMA DESCRITA, ASSINADA POR SEU REPRESENTANTE LEGAL DECLARA que possui ou possuirá na data da assinatura do contrato, de infraestrutura física e operacional, dispondo de ferramentas, materiais e funcionários suficientes para cumprir adequadamente com os valores e as condições dos serviços, conforme a baixo:

Item credenciado	Descrição do veículo	Quantidade	Valor Unitário R\$
01	Lavação - carros pequenos (menos motor)	2.000	30,00
02	Lavação - carros pequenos (com motor)	500	35,00
03	Lavação – Kombi, Micro-ônibus, Toyota, C 10, Van, Ambulância (menos motor)	3.000	60,00
04	Lavação – Kombi, Micro-ônibus, Toyota, C 10, Van, Ambulância (com motor)	500	65,00

Vigência: até 31/12/2018

Correia Pinto/SC 21 de junho de 2018.
CELSO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO
Prefeito

LEI Nº 2168/2018

Publicação Nº 1663768

LEI Nº 2168/2018
DE 25 DE JUNHO DE 2018

CELSO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO, Prefeito do Município de Correia Pinto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 95 da Lei Orgânica Municipal, comunica a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

“DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA MUNICIPAL A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E PROFESSORES DO COLÉGIO MOTIVAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

Art. 1º - Fica declarado de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO CIVIL denominada ASSOCIAÇÃO DE PAIS E PROFESSORES DO COLÉGIO MOTIVAÇÃO, inscrita no CNPJ nº 28.888.241/0001-38, com sede na Rua Lauro Muller, 129, Centro, município e Comarca de Correia Pinto.
Parágrafo Único - A entidade beneficiada ficam asseguradas as prerrogativas e vantagens decorrentes da legislação vigente.

Art. 2º - Cessarão os efeitos da declaração de utilidade pública caso a entidade:

I – substituir os fins estatutários, deixar de cumprir as disposições nele contidas ou negar-se a prestar os serviços neles compreendidos;
II – alterar a sua denominação e, dentro de 90 (noventa) dias contados da averbação no Registro Público, não comunique a ocorrência ao departamento competente do Município de Correia Pinto.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 25 de junho de 2018.
CELSO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO
Prefeito
Registre-se e Publique-se

TOMADA DE PREÇO N° 37/2018 PMCP, I RERRATIFICAÇÃO

Publicação N° 1664239

I RERRATIFICAÇÃO DE EDITAL DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇO - PROCESSO N° 37/2018 PMCP
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO
ESTADO DE SANTA CATARINA

A Prefeitura Municipal de Correia Pinto - SC, com sede à Avenida Duque de Caxias, 3601 – Centro em Correia Pinto, Estado de Santa Catarina, de acordo com a Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores, torna público para conhecimento dos interessados a RERRATIFICAÇÃO ao edital de Tomada de Preço - Processo nº 37/2018 PMCP, excluindo-se os seguintes itens:

No item 15 da habilitação:

Item: k.1)

Item: l.3)

Feitas as devidas correções e entendendo que estas não afetam a formulação das propostas pelas licitantes, em conformidade com o Art. 21, § 4º da Lei 8.666/93, mantém-se data anteriormente marcada para a abertura dos envelopes, no dia 03/07/2018 às 09h00min, no mesmo local. O edital retificado encontra-se disponível no site www.correiapinto.sc.gov.br.

Correia Pinto/SC, 25 de junho de 2018.
Celso Rogério Alves Ribeiro
Prefeito

Curitibanos

PREFEITURA

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 144/2018

Publicação Nº 1664469

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 144/2018

O Município de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço Global, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE PREVENÇÃO CONTRA INCÊNDIO NO ESTÁDIO MUNICIPAL DE CURITIBANOS. CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO E ANEXO I DESTE EDITAL.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 14:00 horas do dia 09/07/2018, no Protocolo Central da Prefeitura Municipal, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860. A partir das 16:00 horas do dia 09/07/2018, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas, no setor de Licitações e Contratos, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860.

Curitibanos, 25 de Junho de 2018.

José Antonio Guidi
Prefeito Municipal

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 125/2018

Publicação Nº 1664473

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Página: 1/8
 Processo Nº.: 125/2018
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 125/2018

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 125/2018

No dia 25 do mês de Junho do ano de 2018, compareceram, de um lado a(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.754.044/0001-34, com sede administrativa localizada na Rua Coronel Vidal Ramos, 860, bairro Centro, CEP nº. 89520-000, nesta cidade de Curitiba/SC, representado pelo(a) PREFEITO MUNICIPAL E/E, o Sr(a). ROQUE STANGUERLIN, inscrito no CPF sob o nº. 542.011.449-68, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 125/2018, Processo Licitatório nº. 125/2018, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LIMPEZA, LOCAÇÃO DE TENDAS E SANITÁRIOS QUÍMICOS PARA REALIZAÇÃO DO 31º JOGUINHOS ABERTOS DE SC, QUE REALIZAR-SE-Á DURANTE OS DIAS 16 DE JULHO À 28 DE JULHO DE 2018, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL. Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
11888	CINARA FRANCELI CAREZIA 02040155961	2
11808	GUSTAVO MARTINI MAFRA	3
6773	REGINA TERESINHA SEBBEM RODRIGUES - ME	1

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº: (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
CINARA FRANCELI CAREZIA 02040155961	29.162.103/0001-30	JONAS AVELINO TONIELLO	067.963.489-40
GUSTAVO MARTINI MAFRA	24.454.978/0001-91	ARIANA GONÇALVES MIRANDA	059.931.839-26
REGINA TERESINHA SEBBEM RODRIGUES - ME	08.703.765/0001-08	MERIDIANA RODRIGUES	853.951.379-04

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LIMPEZA, LOCAÇÃO DE TENDAS E SANITÁRIOS QUÍMICOS PARA REALIZAÇÃO DO 31º JOGUINHOS ABERTOS DE SC, QUE REALIZAR-SE-Á DURANTE OS DIAS 16 DE JULHO À 28 DE JULHO DE 2018, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

1.3. Em caso de Processo que não há prestação de serviço, fica facultado ao município a formalização de contrato Tendo em vista que os materiais/equipamentos serão entregues de forma imediata, após encaminhamento da Autorização de Fornecimento por parte do Município.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO POR ITEM, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 6773 - REGINA TERESINHA SEBBEM RODRIGUES - ME						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	LOCAÇÃO DE 8 TENDAS 5X5	DIAS	ART E FESTA	4,000	1.450,0000	5.800,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Página: 2/8
 Processo Nº.: 125/2018
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 125/2018

Fornecedor: 11808 - GUSTAVO MARTINI MAFRA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
3	- Limpeza de pisos; - Limpeza de paredes; - Limpeza de vidros; - Limpeza de banheiros; - Recolhimento do lixo no local de trabalho e devido ensacamento para descarte; - A empresa deverá dispor do material e maquinário para efetuar a limpeza; - Zelar pela conservação e manutenção de máquinas, equipamentos e instrumentos de trabalho; - Manter a higiene e a ordem do local de trabalho; - Executar outras tarefas correlatas com o cargo, colaborando para o permanente aprimoramento da prestação dos serviços; - Qualquer avaria causada pela contratada deverá ser corrigida em no máximo 3 (três) dias após a constatação do dano;	H	LAR	720,000	30,0000	21.600,00

Fornecedor: 11888 - CINARA FRANCELI CAREZIA 02040155961

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
2	LOCAÇÃO DE 6 BANHEIRO QUÍMICO EM POLIETILENO DE 1,20M X 1,10 X 2,30 (MEDIDAS MÍNIMAS) , COM CAIXA DE DEJETOS DE 220 LITROS, SUPORTE PARA PAPEL HIGIÊNICO, PAINEL DE IDENTIFICAÇÃO (MASCULINO/FEMININO), LIXEIRA. - OS SANITÁRIOS DEVERÃO SER ENTREGUES LIMPOS E ABASTECIDOS DE PRODUTOS QUÍMICOS NA DATA SOLICITADA PELO CLIENTE; - OS MATERIAIS PARA USO E MANUTENÇÃO COMO PAPEL HIGIÊNICO, PAPEL TOALHA, PRODUTOS DE LIMPEZA, PANOS, ETC, DEVERÃO SER FORNECIDOS PELA LICITANTE; - A CONTRATADA DEVERÁ REALIZAR A SUCCÃO DOS DEJETOS E HIGIENIZAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS OBRIGATORIAMENTE TODOS OS DIAS DURANTE A REALIZAÇÃO DO EVENTO; - DEVERÁ SER DISPONIBILIZADO NO MÍNIMO 1 FUNCIONÁRIO DEVIDAMENTE UNIFORMIZADO PARA MANUTENÇÃO, HIGIENIZAÇÃO E REPOSIÇÃO DE PAPEL HIGIÊNICO NOS SANITÁRIOS QUÍMICOS; SENDO: 04 MASCULINOS E 02 FEMININOS.	DIAS		3,000	900,0000	2.700,00

2.2. Os preços registrados serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Página: 3/8
Processo N°.: 125/2018
PREGÃO PRESENCIAL N°. 125/2018

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

- a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;
- b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e
- c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

- a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados:
- b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:
 - b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;
 - b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

- 3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será conforme previsto em Edital, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.
- 3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.
- 3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

- 4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;
- 4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.
- 4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.
- 4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.
- 4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.
- 4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Página: 4/8
Processo Nº.: 125/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 125/2018

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;

5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.

5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;

5.1.6. Emitir a autorização de compra;

5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;

5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;

5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Página: 5/8
Processo Nº.: 125/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 125/2018

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Página: 6/8
Processo N°.: 125/2018
PREGÃO PRESENCIAL N° 125/2018

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei n° 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Página: 7/8
Processo N°.: 125/2018
PREGÃO PRESENCIAL N°. 125/2018

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Curitiba para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOSPágina: 8/8
Processo N°.: 125/2018
PREGÃO PRESENCIAL N°. 125/2018

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Curitibanos, 25 de Junho de 2018.

ROQUE STANGUERLIN
PREFEITO MUNICIPAL E/E

Empresas Participantes:

CINARA FRANCELI CAREZIA 02040155961

CNPJ: 29.162.103/0001-30

GUSTAVO MARTINI MAFRA

CNPJ: 24.454.978/0001-91

REGINA TERESINHA SEBBEM RODRIGUES - ME

CNPJ: 08.703.765/0001-08

Dionísio Cerqueira

PREFEITURA

EXTRATO DESERTO 70/2018 - PMDC

Publicação Nº 1663904

MUNICIPIO DE DIONÍSIO CERQUEIRA
PREFEITURA MUNICIPAL
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
PREGÃO PRESENCIAL Nº 70/2018 - DESERTO
O MUNICÍPIO DE DIONÍSIO CERQUEIRA, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, Lei Federal 10.520/02, Torna público que foi considerado DESERTO o Processo Licitatório nº 70/2018, Edital de Pregão Nº 70/2018, Objeto: AQUISIÇÃO DE TRATOR AGRÍCOLA, CONFORME ESPECIFICAÇÃO DO ITEM NO ANEXO I, PARA A AGRICULTURA FAMILIAR DO MUNICÍPIO DE DIONÍSIO CERQUEIRA – SC, CONFORME CONTRATO DE REPASSE Nº 9.001.761-00/2017/CAIXA/MAPA, COM O OBJETIVO DE EXECUTAR AÇÕES RELATIVAS AO FOMENTO AO SETOR AGROPECUÁRIO. O PRESENTE PROCESSO LICITATÓRIO FOI CONSIDERADO DESERTO, POR NÃO TER SE APRESENTADO NENHUM PARTICIPANTE INTERESSADO. Informações complementares poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira, no endereço supracitado, ou através do telefone (0xx49) 3644-6700 ou site: www.dionisiocerqueira.sc.gov.br. Dionísio Cerqueira/SC. THYAGO W. G. GONÇALVES - PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO PREGÃO 78/2018 - PMDC

Publicação Nº 1664515

MUNICIPIO DE DIONÍSIO CERQUEIRA
PREFEITURA MUNICIPAL
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR
EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 78/2018
O MUNICÍPIO DE DIONÍSIO CERQUEIRA, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, Lei Federal 10.520/02, promove Processo Licitatório nº 78/2018, Edital de Pregão Nº 78/2018, Objeto: AQUISIÇÃO DE UM VEÍCULO, DO TIPO UTILITÁRIO ESPORTIVO (SUV), NOVO, PARA USO JUNTO AO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO MUNICÍPIO DE DIONÍSIO CERQUEIRA – SC. Recebimento, abertura e julgamento às 09:00 horas do dia 06/07/2018, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, Rua Santos Dumont, nº 413, Centro, Dionísio Cerqueira/SC. Informações complementares sobre o edital poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira, no endereço supracitado, ou através do telefone (0xx49) 3644-6700 ou site: www.dionisiocerqueira.sc.gov.br. Dionísio Cerqueira/SC. THYAGO W. G. GONÇALVES PREFEITO MUNICIPAL

PREGÃO PRESENCIAL Nº 71-2018 - CONTRATO - PMDC

Publicação Nº 1664366

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. PARA A INF. E ADOLE. DIONÍSIO CERQUEIRA
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 012-2018 FIA
Contratante.: FUNDO MUN. PARA A INF. E ADOLE. DIONÍSIO CERQUEIRA
Contratada...: JJS DESENVOLVIMENTO HUMANO LTDA
Valor: 8.085,00 (oito mil e oitenta e cinco reais)
Vigência: Início: 25/06/2018 Término: 24/06/2019

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 71/2018
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA
Recursos: Dotação:
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUTAR O PROJETO "APRENDENDO A SER", CONFORME TERMO DE REFERENCIA EM ANEXO, PARA TRABALHAR COM CERCA DE 40 FAMÍLIAS, RESIDENTES NOS BAIRROS JACOB MARAN, AEROPORTO, JOANA, AGRÍCOLA, SÃO SILVESTRE E COHAB DO MUNICÍPIO DE DIONÍSIO CERQUEIRA - SC
Dionísio Cerqueira, 25 de Junho de 2018

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. ASSIST. SOCIAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 035-2018 FMAS
Contratante.: FUNDO MUN. ASSIST. SOCIAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA
Contratada...: JJS DESENVOLVIMENTO HUMANO LTDA
Valor: 3.675,00 (três mil seiscentos e setenta e cinco reais)
Vigência: Início: 25/06/2018 Término: 24/06/2019
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 71/2018
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA
Recursos: Dotação:
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUTAR O PROJETO "APRENDENDO A SER", CONFORME TERMO DE REFERENCIA EM ANEXO, PARA TRABALHAR COM CERCA DE 40 FAMÍLIAS, RESIDENTES NOS BAIRROS JACOB MARAN, AEROPORTO, JOANA, AGRÍCOLA, SÃO SILVESTRE E COHAB DO MUNICÍPIO DE DIONÍSIO CERQUEIRA - SC
Dionísio Cerqueira, 25 de Junho de 2018

PREGÃO PRESENCIAL Nº 71-2018 - HOMOLOGAÇÃO - PMDC

Publicação Nº 1664277

PREGÃO PRESENCIAL Nº 71/18
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 71/18
HOMOLOGAÇÃO: 25/06/18
CONTRATADO: JJS DESENVOLVIMENTO HUMANO LTDA
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUTAR O PROJETO "APRENDENDO A SER", CONFORME TERMO DE REFERENCIA EM ANEXO, PARA TRABALHAR COM CERCA DE 40 FAMÍLIAS, RESIDENTES NOS BAIRROS JACOB MARAN, AEROPORTO, JOANA, AGRÍCOLA, SÃO SILVESTRE E COHAB DO MUNICÍPIO DE DIONÍSIO CERQUEIRA - SC
VALOR DA DESPESA: R\$ 11.760,00 (onze mil setecentos e sessenta reais)
DATA: 25/06/18 - THYAGO WANDERLAN GNOATTO
GONÇALVES - Prefeito Municipal.

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 86-2016 - ADITIVO - FMS

Publicação Nº 1664102

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONISIO CERQUEIRA
EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : 2º T.A. 074-2016 - Contrato Nº: 074/2016 PMDC
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONISIO CERQUEIRA
Contratada...: TELEFONICA BRASIL S/A

Valor : 53.310,00 (cinquenta e três mil trezentos e dez reais)

Vigência : Início: 21/06/2018 Término: 20/06/2019

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 86/2016

Recursos : Dotação:

Objeto : A PRESENTE LICITAÇÃO TEM COMO OBJETO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) ESPECIALIZADA(S) EM TELECOMUNICAÇÕES E LEGALMENTE AUTORIZADA PELA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES - ANATEL, COM O FIM DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO EM TELEFONIA MÓVEL PESSOAL - SMP, SISTEMA DIGITAL PÓS-PAGO COM O FORNECIMENTO DE APARELHOS EM REGIME DE COMODATO, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA, CONFORME DISCRIMINAÇÕES CONSTANTES NO ANEXO I DESTE EDITAL.

Dionísio Cerqueira, 25 de Junho de 2018

Doutor Pedrinho

CÂMARA MUNICIPAL

PAUTA DA SEXAGÉSIMA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA

Publicação Nº 1664302

PAUTA DA SEXAGÉSIMA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE VEREADORES NA OITAVA LEGISLATURA DO PODER LEGISLATIVO DO MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO/SC
- 26 DE JUNHO DE 2018 -

I - Abertura da Sessão na forma Regimental

II- Tribuna Livre

- Sem inscritos;

III - Pequeno Expediente:

- Deliberação da Ata da Sessão anterior;

- Leitura do Expediente;

- Apresentação de Proposição;

IV – Grande Expediente:

- Tema Livre;

V – Comunicação de Lideranças:

- Palavra aos Líderes;

VI – Ordem do Dia:

- Projeto de Lei Ordinária nº 008/2018 – “Dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente do Município de Doutor Pedrinho (COMDERMA), criação do Fundo Municipal do Meio Ambiente, fiscalização ambiental no âmbito da Secretária Municipal de Agricultura, Meio Ambiente e Turismo, e dá outras disposições”;

- Apresentação de Parecer da Comissão Permanente de Constituição, Justiça e Redação;

- Discussão única;

- Primeira votação simbólica;

VII– Palavra Livre:

- Palavra aos inscritos;

VIII – Encerramento, com convocação para Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 25 de junho de 2018.

TONY TADEU NONES

Presidente da Câmara

GECIMARI CORDEIRO

Assessoria Legislativa (FG)

Ermo

PREFEITURA

DECRETO N.º 037, DE 21 DE JUNHO DE 2018

Publicação Nº 1664276

DECRETO N.º 037, de 21 de Junho de 2018.

Suplementa Dotação Orçamentária e dá outras providências.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Art. 4, inciso I, da Lei nº 436/17, de 13/12/2017 (Lei Orçamentária Anual);

DECRETA:

Art. 1º. Fica suplementada a dotação orçamentária do Orçamento Vigente do Fundo Municipal de Saúde de Ermo no valor de R\$ 150.000,00 (Cento e cinquenta mil reais), a saber:

09.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0037.2.051 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde e PSF

3.3.90.00.00.00.00.0080 (7) – Aplicações Diretas R\$ 150.000,00

Art. 2º. A suplementação de que trata o Art.1º, ocorrerá por conta do excesso de arrecadação de recursos da fonte 0080 (Recursos Próprios).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 21 de Junho de 2018.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

MOACIR CIDADE DA SILVA

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 171, DE 25 DE JUNHO DE 2018

Publicação Nº 1664609

PORTARIA Nº 171, de 25 de junho de 2018.

Exonera Servidor Admitido em Caráter Temporário – ACT, que especifica.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Art. 6º da Lei nº 120/2001, de 03 de outubro de 2001;

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, EDUARDO SIMÃO LEONARDO, Matrícula nº 897, da função de Auxiliar Administrativo, admitido em Caráter Temporário (ACT) através da Portaria nº 143, de 12 de junho de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 25 de junho de 2018.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

MOACIR CIDADE DA SILVA

Secretário de Administração e Finanças

Erval Velho

PREFEITURA

CONVOCAÇÃO TEMPORÁRIA CONCURSO 002/2017 SUZANA

Publicação N° 1664110

CONVOCAÇÃO

Fica o Senhor(a) abaixo mencionado(a) CONVOCADO(A) para comparecer no Departamento Pessoal, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar desta publicação, para fins de Contratação Temporária no respectivo cargo, para o qual foi classificado por meio do Concurso Público nº 002/2017 aberto pelo Edital n. 002, de 24 de novembro de 2017, sendo que terá preservada a sua classificação para futura chamada em caráter efetivo.

Cargo: Professor de Séries Iniciais e Educação Infantil

Classificado(a): 18º Suzana Cassia Martinazzo

Erval Velho, SC, 25 de junho de 2018.

Walter Kleber Kucher Junior

Prefeito Municipal

Faxinal dos Guedes

PREFEITURA

DISPENSA DE LICITAÇÃO 0006/2018

Publicação Nº 1664301

PROCESSO LICITATÓRIO N. 0048/2018
DISPENSA DE LICITACAO N. 0006/2018

OBJETO:

ITEM 01: AQUISIÇÃO DE DUAS RETROESCAVADEIRAS NOVAS, ANO E MODELO 2018, NOS TERMOS DO CONVÊNIO N. 2018TR000742, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO E A AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DE XANXERÊ.

JUSTIFICATIVA: Tem por objeto a dispensa de licitação a aquisição de duas retroescavadeira nova, ano de fabricação e modelo 2018, fabricação nacional.

Reportamo-nos em especial que a municipalidade lançou Processo Administrativo n. 0072/2017 – Pregão Presencial Sistema de Registros de Preços n. 0058/2017, emitido em 04 de setembro de 2017.

Em decorrência desse procedimento licitatório, em 01 de dezembro de 2017, ocorreu o termo de homologação proferido pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal.

Oportuno frisar que Ata de Registro de Preços possui a vigência de 12 (doze) meses a contar da sua assinatura, cujo inteiro teor, restou assinado pelos representantes das proponentes em 01 de dezembro de 2017, portanto, sua validade está em plena vigência.

Considerando que, o objeto do presente convênio é à transferência de recursos financeiros para aquisição de duas retroescavadeiras, para melhorar o atendimento junto as propriedade dos agricultores do município, realizando serviços de reabertura de estradas e valas para o depósito de silagem.

Nesse diapasão, como prevê o artigo 15, § 3º, Inciso III da Lei Federal n. 8.666/93 e suas alterações, assim prevê:

"...Art. 15. As compras, sempre que possível, deverão:

[...]

§ 3º O sistema de registro de preços será regulamentado por decretos, atendidas as peculiaridades regionais, observadas as seguintes condições:

[...]

III – validade do registro não superior a um ano..."

Não obstante então, que o edital que originou o registro de preços desses equipamentos quando de sua elaboração, possuía todos os elementos simples, mas necessários para aquisição desses objetos, entre estes o valor de referência que estava na ordem de R\$ 228.000,00 (duzentos e vinte e oito mil reais), conforme demonstra os orçamentos estimados juntados aos autos.

Nesse contexto, considerando monitorar os resultados alcançados e durante vigência da ata, havendo necessidade do objeto licitado, basta ao órgão ou entidade tomar as medidas necessárias para formalizar a requisição, ou seja, verificar se o preço registrado continua compatível com o de mercado, o que demonstram ser totalmente viável à presente Dispensa de Licitação.

Assim, resta demonstrado que, dentro do período de um ano, no qual correspondem ao prazo de validade original da ata de registro

de preços, os valores registros gozam de presunção legalidade, pois a economicidade resta demonstrada e justificada, haja vista que os preços para a contratação desses objetos, mostram serem inferiores aos de mercado (ex vi do art. 15, § 3º, III, e §§ 4º e 6º, da Lei n. 8.666/1993 e suas posteriores alterações).

Ademais ainda, que para a emissão do Processo Administrativo n. 0072/2017 – Pregão Presencial Sistema de Registros de Preços n. 0058/2017, emitido em 04 de setembro de 2017, foi observador as orientações de que trata a Nota Técnica n. 02 do Ministério Público do Estado de Santa Catarina.

Assim, ressalta-se que referido Sistema de Registro de Preços se constitui em um procedimento administrativo, instrumentalizado por meio de certame licitatório, que teve como objetivo final, não uma contratação propriamente dita, mas, antes, o registro de preços praticados por potenciais fornecedores/prestadores de serviços, cujos respectivos objetos possam vir a atender necessidades futuras e incertas da Administração Licitadora.

Na lição de FERNANDES: "Sistema de Registro de Preços é um procedimento especial de licitação que se efetiva por meio de uma concorrência ou pregão sui generis, selecionando a proposta mais vantajosa, com observância do princípio da isonomia, para eventual e futura contratação pela Administração".

O Próprio Tribunal de Contas da União incentiva o seu uso, a fim de combater o fracionamento das despesas:

Com o intuito de evitar o fracionamento de despesa, vedado pelo art. 23, § 2º da Lei nº 8.666/1993, utilizar-se, na aquisição de bens, do sistema de registro de preços de que tratam o inciso II e §§ 1º e 4º do art. 15 da citada Lei, regulamentado pelo Decreto nº 2.743 de 21.8.1998. (grifo aposto Decisão 472/1999 Plenário).

Nesse interim, traz à baila a parte final do Inciso V, do artigo 24 da Lei Federal n. 8666/93 e suas alterações, sobre dispensa de Licitação, que por pertinência, transcreve-se:

"...Art. 24. É dispensável a licitação:

(...)

V – quando não acudirem interessados à licitação anterior e esta, justificadamente, não puder ser repetida sem prejuízo para a Administração, mantidas, neste caso, todas as condições pré-estabelecidas;..." (grifo nosso)

O Sistema de Registro de Preços (SRP) constitui-se em procedimento administrativo, instrumentalizado por meio de certame licitatório, que tem como objetivo final, não uma contratação propriamente dita, mas, antes, registrar os preços praticados por potenciais fornecedores/prestadores de serviços, cujos respectivos objetos possam vir a atender necessidades futuras da Administração Licitadora.

Faxinal dos Guedes/SC, em 25 de Junho de 2018.

PEDRO PAULO RAMILO
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

PROCESSO LICITATÓRIO N. 0048/2018
DISPENSA DE LICITACAO N. 0006/2018

OBJETO:

ITEM 01: AQUISIÇÃO DE DUAS RETROESCAVADEIRAS NOVAS, ANO E MODELO 2018, NOS TERMOS DO CONVÊNIO N. 2018TR000742, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO E A AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DE XANXERÊ.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: A presente Dispensa de Licitação encontra fundamento na parte final do Inciso V, do artigo 24, da Lei n. 8666/93 e suas posteriores alterações, onde consta:

"... "Art. 24. É dispensável a licitação:
(...)

V – quando não acudirem interessados à licitação anterior e esta, justificadamente, não puder ser repetida sem prejuízo para a Administração, mantidas, neste caso, todas as condições pré-estabelecidas;..." (grifo nosso)

Faxinal dos Guedes/SC, em 25 de Junho de 2018.

PEDRO PAULO RAMILO
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

PROCESSO LICITATÓRIO N. 0048/2018
DISPENSA DE LICITACAO N. 0006/2018

OBJETO:

ITEM 01: AQUISIÇÃO DE DUAS RETROESCAVADEIRAS NOVAS, ANO E MODELO 2018, NOS TERMOS DO CONVÊNIO N. 2018TR000742, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO E A AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DE XANXERÊ.

ITEM 01: PAVIMÁQUINAS COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA
Endereço: Av. Leopoldo Sander, n. 400-D – Bairro Eldorado
Chapecó – SC – CEP: 89.810.168
CNPJ/MF: 85.199.578/0001-71

O PREÇO CERTO E AJUSTADO ENTRE AS PARTES:

Para aquisição do objeto da presente Dispensa de Licitação a municipalidade irá repassar o importe de R\$ 208.000,00 (duzentos e oito mil reais) cada, para aquisição de duas retroescavadeira, de fabricação Nacional, ano e modelo 2018, pagáveis nos termos do Convênio n. 2018TR000742 celebrando entre o Município e a Agência de Desenvolvimento Regional de Xanxerê.

JUSTIFICATIVA DO PREÇO:

Considerando, que o preço aqui repassado a empresa, são oriundos do Processo Licitatório n. 0072/2017 – Edital de Pregão Presencial Sistemas de Registros de Preços n. 0058/2017, para aquisição de retroescavadeiras, cuja Ata de Registro de Preços foi devidamente assinada pela proponente em 01 de dezembro de 2017, mantidas nesse caso, as mesmas condições previstas no Edital de Licitação originário Pregão Presencial Sistemas de Registros de Preços n. 0058/2017.

Faxinal dos Guedes/SC, em 25 de Junho de 2018.

PEDRO PAULO RAMILO
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

PROCESSO LICITATÓRIO N. 0048/2018
DISPENSA DE LICITACAO N. 0006/2018

Excelentíssimo Senhor Prefeito:

Encaminhamos a Vossa Excelência, para ratificação, o Processo de Dispensa de Licitação n. 0006/2018, para o qual solicitamos a possibilidade de viabilizá-lo com expedição do presente Termo de Ratificação do Processo.

Faxinal dos Guedes/SC, 25 de Junho de 2018.

PEDRO PAULO RAMILO
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

PROCESSO LICITATÓRIO N. 0048//2018
DISPENSA DE LICITACAO N. 0006/2018

OBJETO:

ITEM 01: AQUISIÇÃO DE DUAS RETROESCAVADEIRAS NOVAS, ANO E MODELO 2018, NOS TERMOS DO CONVÊNIO N. 2018TR000742, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO E A AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DE XANXERÊ.

TERMO DE RATIFICAÇÃO

Tendo em conta a necessidade de adquirir duas retroescavadeiras nos termos do Convênio n. 2018TR000742 firmado junto a Agência de Desenvolvimento Regional de Xanxerê, Estado de Santa Catarina. Considerando que, a municipalidade lançou Edital de Licitação Sistema de Registros de Preços n. 0058/2017, no exercício civil de 2017 e sua respectiva Ata de Registro de Preços possui validade de um (1) ano, contados de sua assinatura, que ocorreu em 01 de dezembro de 2017, portanto, em plena vigência. Considerando ainda, que o preço ofertado pela empresa, corresponde ao mesmo valor adjudicado, observados aqui, todos os princípios constantes em nossa Carta Magna e ainda, todas as legislações específicas, em especial, a legislação de que trata as licitações públicas que venham ao encontro do Interesse Público, ratifico a dispensa de licitação, nos termos e condições constantes dos autos.

Publique-se a presente decisão.

Faxinal dos Guedes/SC, 25 de Junho de 2018.
GILBERTO ANGELO LAZZARI
Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO N. 0048/2018
DISPENSA DE LICITACAO N. 0006/2018

OBJETO:

ITEM 01: AQUISIÇÃO DE DUAS RETROESCAVADEIRAS NOVAS, ANO E MODELO 2018, NOS TERMOS DO CONVÊNIO N. 2018TR000742, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO E A AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DE XANXERÊ.

CONTRATANTE: Município de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina

CONTRATADO:

ITEM 01: PAVIMÁQUINAS COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA
Endereço: Av. Leopoldo Sander, n. 400-D – Bairro Eldorado.
Chapecó – SC – CEP: 89.810.168
CNPJ/MF: 85.199.578/0001-71

VALOR: R\$ 208.000,00 (duzentos e oito mil reais) cada, para aquisição de duas retroescavadeiras, ano e modelo 2018, de fabricação nacional, nos termos do Convênio n. 2018TR000742, firmado com a Agência de Desenvolvimento Regional de Xanxerê, Estado de

Santa Catarina.

ORIGEM: Dispensa de Licitação n. 0006/2018

PROCESSO LICITATÓRIO N.: 0048/2018

VIGÊNCIA E CONDIÇÕES: mantidas as mesmas condições previstas no Processo Licitatório n. 0072/2017 – Edital de Pregão Presencial Sistema de Registros de Preços n. 0058/2017, homologado em 01 de dezembro de 2017.

Faxinal dos Guedes/SC, 25 de Junho de 2018.

GILBERTO ANGELO LAZZARI

Prefeito Municipal

LEI 2448/2018

Publicação Nº 1664442

LEI Nº. 2448/2018

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARITÂNIA ANTÔNIA ROSA DA SILVA SANDI, Prefeita Municipal de Faxinal dos Guedes em exercício, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, FAZ SABER a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal de Vereadores Aprovou e Ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Adicional Suplementar no orçamento de 2018 da Prefeitura Municipal de Faxinal dos Guedes, no valor de R\$ 340.000,00 (trezentos e quarenta mil reais), na seguinte programação de despesa:

10.01 – FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO
16.482.1601.1.072 – Apoio ao Sistema Habitacional
449000000-1100 Aplicações Diretas R\$ 170.000,00

05.01 – SECRETARIA M. DE INFRAESTRUTURA
26.782.2601.2.016 – Manutenção das Atividades de Infraestrutura
339000000-1100 Aplicações Diretas R\$ 170.000,00

TOTAL R\$ 340.000,00

Art. 2º Para satisfazer a cobertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, serão anuladas as dotações e programações de despesas abaixo especificadas, do orçamento vigente, da Prefeitura Municipal de Faxinal dos Guedes, totalizando R\$ 340.000,00 (trezentos e quarenta mil reais), a saber:

11.01 – ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO
28.846.2800.2.027 – Amortização de Precatórios
339000000-1100 Aplicações Diretas R\$ 340.000,00

TOTAL R\$ 340.000,00

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Faxinal dos Guedes - SC, 23 de Maio de 2018.

MARITÂNIA ANTÔNIA ROSA DA SILVA SANDI

PREFEITA MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

LEI 2449/2018

Publicação Nº 1664446

LEI Nº. 2449/2018

INSTITUI A SEMANA MUNICIPAL DA ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL NO MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES.

GILBERTO ANGELO LAZZARI, Prefeito Municipal de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, FAZ SABER a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal de Vereadores Aprovou e Ele sanciona a seguinte Lei:

A Câmara de Vereadores de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina votou, aprovou e eu Prefeito sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica instituído a Semana municipal da Alimentação Saudável, no âmbito do município de Faxinal dos Guedes, que será celebrada anualmente na semana do dia 16 de outubro.

Parágrafo único. A Semana ora instituída passará a constar no Calendário Oficial do município.

Art. 2º. Durante a Semana Municipal da Alimentação Saudável, o Município poderá promover e apoiar eventos de conscientização da população, especialmente nas escolas da rede municipal de ensino, sobre os benefícios da alimentação saudável, enfatizando a importância dos alimentos orgânicos e agro ecológicos para a saúde da população e para o meio ambiente.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Faxinal dos Guedes - SC, 25 de Junho de 2018.

GILBERTO ANGELO LAZZARI

PREFEITO MUNICIPAL

LEI 2450/2018

Publicação Nº 1664451

LEI Nº. 2450/2018

DISPÕE SOBRE A COMERCIALIZAÇÃO, EXPOSIÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAL ESCOLAR QUE CONTENHA IMAGEM QUE ESTIMULE VIOLÊNCIA E EXPLORAÇÃO SEXUAL, NO MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES.

GILBERTO ANGELO LAZZARI, Prefeito Municipal de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, FAZ SABER a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal de Vereadores Aprovou e Ele sanciona a seguinte Lei:

A Câmara de Vereadores de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina votou, aprovou e eu Prefeito sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica proibido comercializar, expor e distribuir material escolar que contenha qualquer tipo de imagem que estimule violência e exploração sexual, no Município de Faxinal dos Guedes.

Parágrafo único. O Executivo Municipal estabelecerá critérios para a fiscalização do disposto no caput deste artigo.

Art. 2º O Poder Executivo regulamentará esta Lei no que couber.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Faxinal dos Guedes - SC, 25 de Junho de 2018.

GILBERTO ANGELO LAZZARI

PREFEITO MUNICIPAL

LEI 2451/2018

Publicação Nº 1664452

LEI Nº. 2451/2018

INSTITUI NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES A SEMANA DE PREVENÇÃO E COMBATE À DOENÇA RENAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

GILBERTO ANGELO LAZZARI, Prefeito Municipal de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, FAZ SABER a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal de Vereadores Aprovou e Ele sanciona a seguinte Lei:

A Câmara de Vereadores de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina votou, aprovou e eu Prefeito sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituída no âmbito do Município de Faxinal dos Guedes, a Semana de Prevenção e Combate à Doença Renal, a ser realizada anualmente, na semana do mês de março que compreender o Dia Mundial do Rim.

Parágrafo único. No decorrer da Semana o Executivo Municipal poderá promover campanhas, seminários, palestras educativas e outros eventos relacionadas à prevenção e combate à doença.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Faxinal dos Guedes - SC, 25 de Junho de 2018.

GILBERTO ANGELO LAZZARI

PREFEITO MUNICIPAL

LEI 2452/2018

Publicação Nº 1664454

LEI Nº. 2452/2018

DISPÕE SOBRE A REGULARIZAÇÃO DE CONSTRUÇÕES IRREGULARES CLANDESTINAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

GILBERTO ANGELO LAZZARI, Prefeito Municipal de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, FAZ SABER a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal de Vereadores Aprovou e Ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a regularizar as edificações irregulares e clandestinas iniciadas e/ou executadas neste Município anteriormente à data de publicação desta Lei Complementar, edificadas em desconformidade com os limites urbanísticos estabelecidos no Plano Diretor de Desenvolvimento de Faxinal dos Guedes e Código de Obras de Faxinal dos Guedes, desde que apresentem condições mínimas de higiene, segurança, estabilidade, salubridade e habitabilidade.

§ 1º Só serão passíveis de regularização as obras já iniciadas das quais tenham sido concluídas pelo menos as fundações, estando já em execução a parte estrutural.

§ 2º Para efeitos do que trata o caput deste artigo, considera-se:

a) Construção irregular: aquela cuja licença foi expedida pelo Poder Público Municipal, porém executada total ou parcialmente em desacordo com o projeto aprovado;

b) Construção clandestina: aquela executada sem a prévia autorização do Poder Público Municipal, ou seja, sem projeto aprovado e sem a correspondente licença;

c) Construção clandestina parcial: aquela correspondente a ampliação de construção legalmente autorizada, porém, sem licença do Poder Público Municipal.

Art. 2º São passíveis de regularização, somente as construções que apresentarem as seguintes irregularidades:

I - Quando em edificações residenciais unifamiliares, multifamiliares e em edificações de uso misto (residencial/comercial/serviços) Recuos;
afastamentos;
taxa de ocupação;
índices de aproveitamento;
dimensões de cômodos;
pé direito, com tolerância de redução de até 20% (vinte por cento) a menos do mínimo exigido, não podendo ser inferior a 2,40m; ou no caso de edificações de uso misto, 2,40m nas unidades residenciais e 2,80m nas unidades comerciais e de serviços;
área de ventilação com tolerância de até 30% (trinta por cento) da dimensão mínima do vão para qualquer compartimento, ou apresentada uma alternativa mecânica ou por duto, para a ventilação dos compartimentos de permanência transitória;
área de iluminação, com tolerância de até 30% (trinta por cento) da dimensão mínima do vão;
número de box/abrigo/vagas de garagem ou estacionamento, com tolerância de redução de até 30% (trinta por cento) do mínimo exigido, não se aplicando esta limitação às edificações residenciais unifamiliares.

II - Quando em edificações de uso industrial, depósitos, galpões e telheiros:

recuos;
afastamentos;
taxa de ocupação;
índice de aproveitamento;
pé direito, com tolerância de redução de até 20% (vinte por cento) a menos do mínimo exigido, não podendo ser inferior a 2,80m;
área de ventilação, com tolerância de redução de até 30% (trinta por cento) da dimensão mínima do vão para qualquer compartimento, ou apresentar uma alternativa mecânica ou por duto, para a ventilação dos compartimentos de permanência transitória;
número de box/abrigo/vagas para estacionamento, com tolerância de redução de até 40% (quarenta por cento) do mínimo exigido;
número de lavatórios e vasos sanitários abaixo do permitido desde que atendendo um número mínimo de um lavatório e um vaso sanitário por unidade.

§ 1º Sempre que a regularização tratar de avanço sobre logradouro, o proprietário do imóvel deverá firmar compromisso com o Poder Público Municipal, reconhecido em Cartório, no qual se comprometa a demolir a parte edificada irregularmente sobre o recuo do logradouro público, quando solicitado pelo Município, sem direito de indenização, mesmo que paga a multa correspondente para a regularização, prevista na presente Lei Complementar.

§ 2º Sempre que a regularização tratar de afastamento lateral, o proprietário deverá apresentar declaração (conforme modelo – ANEXO I) expressa do(s) vizinho(s) lindeiro(s), registrada em cartório e com firma reconhecida dos envolvidos, além de matrícula atualizada do imóvel, que ficarão anexados ao processo, na qual estes manifestem não se oporem à irregularidade apresentada na edificação, isentando o Município de qualquer ação judicial futura, relativa ao direito de ventilação e iluminação da edificação existente ou da futura edificação.

Art. 3º Não serão passíveis de regularização, para os efeitos desta Lei Complementar, as edificações que:

I - apresentarem irregularidades não previstas nesta Lei Complementar;

II - estejam localizadas em logradouros ou terrenos públicos ou que avancem sobre eles;

III - estejam localizados em faixas não edificáveis junto a nascentes, lagos, rios, córregos, fundos de vales, faixas de escoamento de águas pluviais, galerias, canalizações e linhas de transmissão de

energia de alta tensão, bem como nas vias públicas municipais que contenham essa restrição;

IV - que desatendam o direito de vizinhança de que trata o Código Civil Brasileiro em vigor.

V - que não estejam em consonância com a Lei Federal 12.651 (Novo Código Florestal), estes casos apenas serão regulamentados através de Termo de Ajuste de Conduta. Em caso da existência do mesmo desconsidera-se o disposto.

VI - avancem sobre terrenos lindeiros, mesmo no caso de abas, calhas, beirais e similares.

VII - Avancem sobre áreas públicas ou faixas de domínio de áreas de propriedade e/ou jurisdição estadual ou federal.

Parágrafo Único - Todas as obras irregulares que, por suas características construtivas resultem comprometimento da estrutura restante, edículas isoladas, sistemas construtivos de baixo custo e fácil demolição, não serão regularizadas e não poderão receber adequações ou ampliações.

Art. 4º A regularização das construções de que cuida esta Lei Complementar dependerá da apresentação, pelo proprietário, compromissário comprador ou cessionário do imóvel, dos seguintes documentos:

I - requerimento do interessado contendo:

qualificação do requerente e localização da construção irregular; solicitação de vistoria prévia e regularização da obra edificada;

II - cópia da notificação emitida pelo fiscal de obras do Município, se for o caso;

III - comprovante de que a construção foi iniciada e ou concluída anteriormente à aprovação da presente Lei Complementar, conforme previsto no caput do art. 1º desta Lei Complementar, sendo que a comprovação de que a edificação já atendia aos requisitos do art. 1º, poderá ser feita a partir de:

comprovante de inscrição no cadastro imobiliário da Prefeitura Municipal;

imagem aérea e/ou de satélite devidamente datada e com o respectivo link (quando se tratar de imagem de satélite obtida na internet);

registro fotográfico com a respectiva data evidenciada;

outro documento que possa ser avaliado pelo Departamento de Engenharia da Prefeitura e que permita sem qualquer tipo de dúvida que a edificação atendia aos requisitos do art. 1º.

IV - declaração (conforme ANEXO II) do interessado, responsabilizando-se, sob as penas da lei, pela veracidade das informações prestadas;

V - cópia do registro do imóvel;

VI - certidão negativa de tributos municipais relativa ao imóvel em que esteja locada a obra a regularizar;

VII - Anotação de Responsabilidade Técnica (A.R.T. ou R.R.T.) referente à regularização da obra, com laudo técnico, informando as condições da edificação;

VIII - projeto arquitetônico completo da edificação, conforme legislação vigente.

IX - para edificações que não sejam unifamiliares, o requerente deverá apresentar o protocolo de entrada do projeto preventivo de incêndio junto ao Corpo de Bombeiros.

X - anuência da sociedade condominial, quando for o caso;

XI - comprovantes dos recolhimentos de todas as taxas e impostos referentes à regularização da edificação, comprovantes estes que serão exigidos ao final do processo quando da emissão do Alvará de Habite-se;

§ 1º O valor referente à multa poderá ser parcelado em até 12 (doze) parcelas mensais e sucessivas, convertidas em VRM por ocasião do parcelamento, considerando-se que a cada parcela obrigatoriamente terá um valor mínimo de 1 VRM.

§ 2º A emissão do Alvará de Regularização e "Habite-se" dependerá da comprovação do pagamento integral da multa e da apresentação da documentação relativa ao projeto de regularização,

inclusive o atestado de aprovação de vistoria para "Habite-se", expedido pelo Departamento de Fiscalização de Obras da Prefeitura Municipal de Faxinal dos Guedes e pelo Corpo de Bombeiros, este relativo aos projetos de prevenção de incêndio, exceto para residências unifamiliares.

Art. 5º As regularizações, para qualquer tipo de edificação, dependerão do pagamento de multa de regularização, obedecidos os seguintes critérios:

I - tratando-se de edificações construídas sobre o recuo frontal e afastamentos com os confrontantes, a multa será calculada à razão da área construída irregularmente, sendo que o neste caso o valor cobrado será de 80% do VRM por metro quadrado da área construída irregularmente.

II - tratando-se de edificações com taxa de ocupação maior que a prevista na legislação, a multa será calculada à razão da área construída irregularmente, sendo que o neste caso o valor cobrado será de 80% do VRM por metro quadrado da área construída irregularmente.

III - tratando-se de edificações com coeficiente de aproveitamento maior que o previsto na legislação, a multa será calculada à razão da área construída irregularmente, sendo que o neste caso o valor cobrado será de 80% do VRM por metro quadrado da área construída irregularmente.

IV - tratando-se de edificações com número de box/abrigos/vagas para estacionamento inferior ao mínimo estabelecido em lei, a multa será calculada à razão de 10 (dez) VRM por box/abrigo/vaga faltante;

V - para as demais irregularidades passíveis de regularização, a multa será calculada à razão de 01 (um) VRM por irregularidade constatada, considerando-se cada irregularidade constatada como um ponto passível de multa. (por exemplo, no caso de 3 janelas construídas na divisa, além da declaração do ANEXO I do parágrafo 2 do art. 2º, o requerente teria que pagar uma multa de 3 VRM = 3 x 01 VRM)

§ 1º A título de incentivo à regularização, para pagamento à vista, fica o Poder Executivo autorizado a conceder desconto de 50% (cinquenta por cento) sobre o valor da multa, às regularizações aprovadas até o final do sexto mês de vigência desta Lei Complementar;

§ 2º Não haverá desconto para as regularizações aprovadas após o final do sexto mês de vigência desta Lei Complementar e para os pagamentos parcelados.

Art. 6º Os processos e as notificações para regularização de edificação em andamento no Departamento de Engenharia na data de publicação desta Lei Complementar, poderão ser analisados segundo os parâmetros nela estabelecidos, observado o disposto nos artigos 1º e 4º desta Lei Complementar.

Art. 7º As regularizações das construções localizadas em vias não oficializadas, loteamentos ou desmembramentos não aprovados pelo Poder Público Municipal, dependerão de prévia regularização do parcelamento do solo, observada a legislação municipal vigente.

Art. 8º A regularização da edificação não dispensa o interessado do cumprimento das demais exigências previstas no Plano Diretor do Município de Faxinal dos Guedes quanto à atividade exercida no imóvel.

Art. 9º A regularização de que trata a presente Lei Complementar, não implica o reconhecimento, pelo Poder Público Municipal, do direito de propriedade.

Art. 10 Os interessados em promover a regularização de suas obras deverão providenciar o protocolo do requerimento de que trata o artigo 4º, acompanhado de toda a documentação nele referida.

§ 1º O Departamento de Engenharia poderá solicitar documentação complementar, desde que seja necessária para elucidar algum aspecto relativo à obra em regularização.

§ 2º Na hipótese do § 1º, o interessado será notificado a prestar esclarecimentos no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de perda do direito à regularização da obra.

§ 3º Constatada, a qualquer tempo, a insuficiência do valor da multa recolhida pelo interessado, será este notificado a complementar o pagamento no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de perda do direito à regularização da obra.

§ 4º Salvo circunstâncias devidamente justificadas, a análise dos processos de regularização de obras deverá ser concluída no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da data do protocolo do requerimento pelo interessado.

Art. 11 Para todos os casos de regularização previstos nesta Lei Complementar, deverá constar na identificação de cada processo: "REGULARIZAÇÃO DE OBRA, CONFORME LEI COMPLEMENTAR Nº ..".

Art. 12 Para fazer face às despesas decorrentes da aplicação desta Lei Complementar, serão utilizados recursos orçamentários próprios.

Art. 13 Esta Lei Complementar entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 14 Ficam revogadas as demais disposições em contrário.

Faxinal dos Guedes - SC, 25 de Junho de 2018.

GILBERTO ANGELO LAZZARI

PREFEITO MUNICIPAL

LEI 2447/2018

Publicação Nº 1664438

LEI Nº 2447/2018.

INSTITUI A SEMANA DE CELEBRAÇÃO DA CULTURA E DOS MOVIMENTOS EVANGÉLICOS NO MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES/SC.

A Câmara de Vereadores de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina votou, aprovou e eu Prefeito sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituída, no Calendário Oficial do Município, a Semana de Celebração da Cultura e dos Movimentos Evangélicos, que acontecerá sempre na última semana de novembro de cada ano.

Art. 2º Durante a Semana da Celebração da Cultura e dos Movimentos Evangélicos, poderá haver eventos contemplando os seguintes segmentos evangélicos:

I - músicos, atores e escritores evangélicos;

II - movimentos de jovens, senhoras e homens evangélicos;

III - missionários(as) e ministros(as) que se dedicam à difusão dos princípios cristãos evangélicos; e

IV- grupos de crianças e adolescentes evangélicos.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

MARITÂNIA ANTÔNIA ROSA DA SILVA SANDI

Prefeita Municipal em exercício

Flor do Sertão

PREFEITURA

DECRETO Nº. 75/2018

Publicação Nº 1664165

DECRETO nº. 75/2018

Revoga decreto nº. 46/2018 que suspende o Processo Licitatório nº. 204/2018 e dá outras providências.

SIDNEI JOSE WILLINGHÖFER, Prefeito Municipal de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

DECRETA:

Art. 1º. Fica revogado o decreto nº. 46/2018, conforme sentença emitida pelo juiz de direito da 2º vara, da comarca de Maravilha onde DENECA o pedido de Mandado de segurança impetrado pela empresa Fm Pneus Ltda, referente aos Autos nº. 0300234-07.2018.8.24.0042.

Art. 2º. Pelo presente, ficam intimados os participantes da licitação supramencionada, bem como os demais interessados, da decisão proferida neste decreto.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Flor do Sertão – SC, aos 25 dias do mês de junho de 2018.

SIDNEI JOSE WILLINGHOFER	LEANDRO NEUHAUS
Prefeito Municipal	Secretario de Administração

Forquilha

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 94/PMF/2018;

Publicação Nº 1663868

AVISO DE LICITAÇÃO
REGISTRO DE PREÇO

MODALIDADE: Edital Pregão Presencial Nº. 94/PMF/2018;

OBJETIVO: A presente licitação tem por objetivo REGISTRAR PREÇO para fornecimento de materiais para ampliação de rede de iluminação pública, para uso nos diversos espaços públicos do Município de Forquilha/SC, para o período de 12 meses.

DATA DE ABERTURA: Dia 12 de julho de 2018 às 09:00 horas.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, no Paço Municipal "26 de Abril" Edifício sede da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 07:00 as 13:00 horas, ou por e-mail: editais@forquilha.sc.gov.br ou <http://www.forquilha.sc.gov.br/>

Forquilha, 25 de junho de 2018.
ERIKA DE LUCA TISCOSKI BACK
Pregoeira

DECRETO Nº 106, DE 29 DE MAIO DE 2017.

Publicação Nº 1663864

DECRETO Nº 106, DE 29 DE MAIO DE 2017.

DECLARA SITUAÇÃO ANORMAL, CARACTERIZADA COMO SITUAÇÃO DE ALERTA, EM TODO O MUNICÍPIO DE FORQUILHA, EM RAZÃO DA CRISE NO FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS E INSUMOS, DECORRENTE DO MOVIMENTO PAREDISTA CONHECIDO COMO "GREVE DOS CAMINHONEIROS" E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I, XXII e XXIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com as Leis Federais nº 12.608, de 10.04.2012, e nº 12.340, de 01.12.2010, no Decreto Federal nº 7.257, de 04.08.2010, e na Instrução Normativa nº 02, de 20.12.2016, do Ministério da Integração Nacional, e

CONSIDERANDO que o movimento paredista conhecido como "Greve dos Caminhoneiros" atingiu os postos de combustíveis da cidade de Forquilha e as cidades vizinhas;

CONSIDERANDO que em razão da paralização há falta de combustíveis (gasolina, etanol e diesel) nos postos de combustível, assim como um desabastecimento dos insumos para a região;

CONSIDERANDO que a crise gera a necessidade de adoção de medidas que afetarão toda a população de Forquilha, nas áreas de saúde pública, educação, infraestrutura e obras, transporte coletivo e fretado, assim como nas atividades do comércio e indústria locais e na prestação de outros serviços essenciais como Corpo de Bombeiros e segurança pública;

CONSIDERANDO que, não obstante o acordo firmado com o

Governo Federal no final do dia 24/05/2018 o movimento grevista persiste em nossa região,

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarada a existência de situação anormal, caracterizada como SITUAÇÃO DE ALERTA, em todo o território do Município de Forquilha, afetado pela crise instalada em razão do movimento paredista conhecido como "Greve dos Caminhoneiros", iniciada deste o dia 21/05/2018.

§ 1º As Secretarias Municipais, em articulação com as Secretarias estaduais e federais deverão articular-se de forma a garantir um plano de contingenciamento, objetivando garantir a continuidade e execução dos serviços públicos essenciais e urgentes.

§ 2º Fica autorizada, caso se faça necessário, a aquisição de combustível para contingenciamento, assim como a de insumos para garantir o fornecimento de medicamentos e merenda escolar na rede pública municipal.

§ 3º Os veículos e equipamentos de todas as Secretarias deverão seguir plano de contingenciamento e, somente deverão se deslocar nos casos de extrema urgência.

§ 4º A empresa responsável pelo transporte coletivo deverá emitir comunicado à população sobre eventuais paralizações, suspensões, e qualquer tipo de afetação à regularidade na prestação dos serviços de transporte público coletivo no território de Forquilha.

Art. 2º Diante do plano de contingenciamento, as Secretarias deverão gerenciar as possíveis ausências dos servidores durante os dias de paralização, realizando os remanejamentos que se fizerem necessários, devendo priorizar os serviços essenciais.

§ 1º Poderão fazer uso do Banco de Horas e ou dos períodos de férias vencidas os servidores que não conseguirem se deslocar até o local de exercício de suas atividades funcionais em razão da crise de combustíveis, autorizando-se, ainda, a compensação de horários para os que porventura não possuam saldos, sem prejuízo da possibilidade eventual de se declarar Ponto Facultativo.

§ 2º Os servidores que forem convocados para prestação de serviços considerados essenciais pela respectiva Chefia, não poderão utilizar dos benefícios previstos neste artigo e seus parágrafos, devendo comparecer aos serviços, salvo justificativa a ser posteriormente analisada, e sob a possibilidade de abertura de processo administrativo disciplinar.

§ 3º Os agentes públicos cujas atividades envolvam a prestação de serviços essenciais deverão trabalhar em horário normal de atendimento, ou de acordo com escala padronizada, conforme instruções da Chefia Imediata.

Art. 3º De acordo com o estabelecido nos incisos XI e XXV do art. 5º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, ficam as autoridades administrativas e os agentes de defesa civil diretamente responsáveis pelas ações de resposta aos desastres autorizados, em caso de risco iminente, a:

I - penetrar nas casas, a qualquer hora do dia ou da noite, para prestar socorro ou para determinar a pronta evacuação das mesmas;

II - usar da propriedade, inclusive particular, em circunstâncias que possam provocar danos ou prejuízos ou comprometer a segurança de pessoas, instalações, serviços e outros bens públicos ou particulares.

Art. 4º De acordo com o inciso IV do art. 24 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e considerando a urgência da situação vigente, ficam dispensados de licitação os contratos de aquisição de bens

necessários às atividades de resposta a situação instalada, desde que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados a partir da sua caracterização, vedada a prorrogação dos contratos.

Parágrafo único. Caso seja necessária, fica autorizada a abertura de dispensa de licitação para aquisição de combustível para fins de contingenciamento e enfrentamento da crise, com base no artigo 24, IV, caracterizando-se a situação como de emergência e urgência, para os devidos fins.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 29.05.2018 e com prazo de vigência de 180 dias, podendo ser prorrogado por igual período.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 29 de maio de 2018.

DIMAS KAMMER
Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 29 de maio de 2018.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO
Secretário de Administração

EXTRATO DE CONTRATO PMF 40/2018

Publicação Nº 1663481

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 40/2018

CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRATADO – ARX COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA – ME

DO OBJETO – Aquisição de "gêneros alimentícios", merenda escolar, através de empresas do ramo pertinente, conforme Programa Nacional de Alimentação Escolar, em atendimento às Escolas e Creches da Rede Municipal de Ensino de Forquilha/SC.

VALOR – R\$ 51.312,50 (cinquenta e um mil trezentos e doze reais e cinquenta centavos).

VIGÊNCIA – 31/12/2018.

DOTAÇÃO – 0501.2014.3390 (57); 0501.2014.3390 (58); 0501.2016.3390 (76); 0501.2016.3390 (77).

FUNDAMENTO LEGAL – Lei Federal nº. 8.666/93, Pregão Presencial nº. 72/PMF/2018.

DATA DA ASSINATURA – 04 de junho de 2018.

DIMAS KAMMER
Prefeito Municipal

Fraiburgo

PREFEITURA

Decreto nº 136 - 2018

Publicação Nº 1664127

DECRETO Nº 136, DE 25 DE JUNHO DE 2018.

DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DA REPRESENTAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES DE QUE TRATAM OS ARTIGOS 647 E 648 DA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 053/2003.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais;

DECRETA:

Art. 1º. Ficam prorrogados os mandatos dos Conselheiros junto ao Conselho Municipal de Contribuintes, de que trata o Decreto Municipal nº 029 de 02 de fevereiro de 2015, por um período de 02 (dois) anos, ficando dito Conselho composto pelos seguintes representantes:

I) Da Fazenda Pública do Município de Fraiburgo:

a) JOÃO CARLOS PADILHA – conselheiro efetivo responsável pela área fazendária;

b) LUCAS DALAGNOLI – servidor público efetivo matrícula 8273;

c) MOISÉS AMADEU PATRÍCIO - servidor público efetivo matrícula 8269;

II) Dos Contribuintes

a) ALISSON LUIZ SOLIGO – conselheiro efetivo, representante da Associação Empresarial de Fraiburgo – ACIAF;

b) JORGE LUIZ POZZA PEDERIVA - conselheiro suplente, representante da Associação Empresarial de Fraiburgo – ACIAF;

c) CLADI ANA FROZZA VESCOVI – conselheira efetiva, representante da classe contábil do Município de Fraiburgo;

d) ISMAEL CONTE – conselheiro suplente, representante da classe contábil do Município de Fraiburgo;

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de fevereiro de 2017.

GABINETE DA PREFEITA.

FRAIBURGO, 25 DE JUNHO DE 2018.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração, Planejamento e Inovação

EXTRATO ATA 009 - 19-06-18

Publicação Nº 1664118

CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO DE FRAIBURGO – DESENFRAI

EXTRATO DE ATA Nº 009

REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 19 DE JUNHO DE 2018

Aos dezanove dias do mês de junho de dois mil e dezoito, às dezoito horas e trinta minutos, no auditório da Associação Empresarial de Fraiburgo-ACIAF, reuniram-se os membros do Conselho de Desenvolvimento de Fraiburgo – DESENFRAI, com os seguintes membros titulares presentes: André Luiz de Oliveira, Jeferson Argenton, João Carlos Padilha, Pierre Nicolas Pérès, Luis Fernando Bogo, Neli de Souza Pinto, Wilson Ribeiro Cardoso Júnior e Fábio Dutra. Com os seguintes membros suplentes presentes: Georges Santos e Rafael Benincá.

Pautas apreciadas:

Elaboração do Plano de Desenvolvimento e Construção das Diretrizes, Visão, Valores, Eixos Temáticos; Palavra livre.

Galvão

PREFEITURA

EXTRATO DE COMPRA DIRETA 001_2018

Publicação Nº 1664349

EXTRATO DE COMPRA DIRETA 001/2018

MUNICIPIO DE GALVÃO – ESTADO DE SANTA CATARINA
EMPRESA CONTRATADA: PROJETEL MATERIAIS ELETRICOS LTDA
VALOR DO SERVIÇO: R\$ 3.500,00
OBJETO: ELABORAÇÃO DE PROJETOS PREVENTIVOS CONTRA INCENDIO DE SPDA E DE ALARME DE INCENDIO PARA UMA NOVA QUADRA DE ESPORTES DA CIDADE DE GALVÃO, COM PLANTA BAIXA, ART DE PROJETO, APROVAÇÃO DE PROJETO JUNTO AO CORPO DE BOMBEIROS, DUAS COPIAS IMPRESSAS E UMA COPIA ELETRONICA DO PROJETO.

EXTRATO DE COMPRA DIRETA 002/2018

MUNICIPIO DE GALVÃO – ESTADO DE SANTA CATARINA
EMPRESA CONTRATADA: EFICACIA TREINAMENTO LTDA
VALOR DO SERVIÇO: R\$ 2.700,00
OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DO PROFESSOR- MESTRE RAFAEL DOS SANTOS VINADÉ, QUE TRABALHARÁ COM OS PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, COM O PROGRAMA SER PROFESSOR, BUSCANDO TRABALHAR O DESENVOLVIMENTO PESSOAL E PROFISSIONAL, FORTALECENDO O INDIVIDUO ATRAVES DE FERRAMENTAS PRATICAS E VIVENCIAIS, A SER REALIZADO NOS DIAS 16 E 17 DE JULHO DE 2018.

O MUNICIPIO DE GALVÃO, Estado de Santa Catarina COMUNICA que estará recebendo proposta referente ao Processo Licitatório nº 051/2018, Edital de Pregão Presencial 027/2018 do TIPO MENOR PREÇO GLOBAL até às 09h:00min. do dia 27 de junho de 2018, e fará abertura das mesmas às 09h15min do mesmo dia, sendo que constitui-se o objeto da presente licitação PARA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE LICENÇA DE USO DE APLICATIVOS DE GESTÃO PÚBLICA conforme descrito no Edital. O fundamento legal é a Lei 10.520/2002 e subsidiariamente a Lei 8.666/93 de 21/06/93, consolidada e legislação aplicável. A integra do Edital e demais documentos poderão ser obtidos junto a sede do município com a Comissão de Licitação do Município, sito á Avenida Sete de Setembro nº 548, na cidade de Galvão – SC, telefone (49) 3342 1111 ou pelo site: www.galvao.sc.gov.br Galvão - SC, 11 de junho de 2018.

Admir Edi Dalla Cort
Prefeito Municipal

PROCESSO DE LICITAÇÃO 053/2018

Publicação Nº 1663845

EXTRATO DE EDITAL

O MUNICIPIO DE GALVÃO, Estado de Santa Catarina COMUNICA que estará recebendo proposta referente ao Processo Licitatório nº 053/2018, Edital de Pregão Presencial 028/2018, SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO – SRP do TIPO MENOR PREÇO POR LOTE até às 09h:00min. do dia 09 de julho de 2018, e fará abertura das mesmas às 09h15min do mesmo dia, sendo que constitui-se o objeto da presente licitação AQUISIÇÃO DE UNIFORMES ESCOLARES conforme descrito no Edital. O fundamento legal é a Lei 10.520/2002 e subsidiariamente a Lei 8.666/93 de 21/06/93, consolidada e legislação aplicável. A integra do Edital e demais documentos poderão ser obtidos junto a sede do município com a Comissão de Licitação do Município, sito á Avenida Sete de Setembro nº 548, na cidade de Galvão – SC, telefone (49) 3342 1111 ou pelo site: www.galvao.sc.gov.br Galvão - SC, 25 de junho de 2018.

Admir Edi Dalla Cort
Prefeito Municipal

PROCESSO DE LICITAÇÃO 054/2018

Publicação Nº 1664360

EXTRATO DE EDITAL

O MUNICIPIO DE GALVÃO, Estado de Santa Catarina COMUNICA que estará recebendo proposta referente ao Processo Licitatório nº 054/2018, Edital de Pregão Presencial 029/2018, SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO – SRP do TIPO MENOR PREÇO POR LOTE até às 09h:00min. do dia 10 de julho de 2018, e fará abertura das mesmas às 09h15min do mesmo dia, sendo que constitui-se o objeto da presente licitação AQUISIÇÃO DE PEÇAS GENUÍNAS/ ORIGINAIS E CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO ESPECIALIZADA NECESSÁRIA PARA O CONserto DO MICRO-ONIBUS ESCOLAR MARCA IVECO/CITYCLASS 70C17 ANO 2012/2013 PLACA MKW 6176 RENAVAN 492476462 conforme descrito no Edital. O fundamento legal é a Lei 10.520/2002 e subsidiariamente a Lei 8.666/93 de 21/06/93, consolidada e legislação aplicável. A integra do Edital e demais documentos poderão ser obtidos junto a sede do município com a Comissão de Licitação do Município, sito á Avenida Sete de Setembro nº 548, na cidade de Galvão – SC, telefone (49) 3342 1111 ou pelo site: www.galvao.sc.gov.br Galvão - SC, 25 de junho de 2018.

Admir Edi Dalla Cort
Prefeito Municipal

Garopaba

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PE044/2018

Publicação Nº 1664534

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 044/2018

O Município de Garopaba, através da Prefeitura Municipal de Garopaba, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará LICITAÇÃO na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, sob regime de entrega parcelada, do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, através de sistema de registro de preços, pretendendo a aquisição de saibro próprio para trecho de rodagem de vias não pavimentadas, para uso da Secretaria de Infraestrutura e Serviços Urbanos na manutenção de vias não pavimentadas do município. As propostas deverão ser entregues por meio de sistema de compras eletrônicas no sítio <http://bllcompras.org.br> até as 14h00min do dia 09/07/2018. A sessão pública será realizada a partir das 14h10min do dia 09/07/2018, no endereço eletrônico <http://bllcompras.org.br>. O Edital encontra-se a disposição dos interessados, no endereço acima descrito, ou no site www.garopaba.sc.gov.br, onde poderá ser lido e/ou obtida cópia, inclusive dos seus anexos.

Garopaba - SC, 25 de junho de 2018.
Paulo Sérgio de Araujo
Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO 021/2018 – CONCURSO PUBLICO 001/2015.

Publicação Nº 1664390

CONVOCAÇÃO 021/2018 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

Ilmo(a). Sr(a).
WANIA BEATRIZ DE SOUZA SOMETES
Candidato(a): 249455
Cargo: AUXILIAR ADMINISTRATIVO
Classificação: 10º LUGAR

Garopaba, 25 de junho de 2018.
Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para, em atenção ao item 16.6 do Edital nº. 001/2015 de Concurso Público, manifestar interesse na vaga de AUXILIAR ADMINISTRATIVO para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 10º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo
Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO 022/2018 – CONCURSO PUBLICO 001/2015.

Publicação Nº 1664394

CONVOCAÇÃO 022/2018 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

Ilmo(a). Sr(a).
ARY HENRIQUE SANTOS DE MACEDO
Candidato(a): 259814
Cargo: MOTORISTA AUTOMÓVEL/ÔNIBUS/CAMINHÃO
Classificação: 33º LUGAR
Garopaba, 25 de junho de 2018.
Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para, em atenção ao item 16.6 do Edital nº. 001/2015 de Concurso Público, manifestar interesse na vaga de MOTORISTA AUTOMÓVEL/ÔNIBUS/CAMINHÃO para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 33º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 104/2018

Publicação Nº 1664563

DECRETO N.º 104, DE 25 DE JUNHO DE 2018.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 12.975,07 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei n.º 2.085 de 04/12/2017 e demais legislação vigente,

DECRETA,

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar no limite de R\$ 12.975,07 (doze mil, novecentos e setenta e cinco reais e sete centavos), no Orçamento vigente:

SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA		12.975,07
26.782.00311.043 - Pavimentação, Drenagem, Re-modelagem de Ruas e Obras de Art Especial		12.975,07
4.4.90.0.1.00.000000 Aplicações Diretas		12.975,07

Art. 2º - Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num limite de R\$ 12.975,07 (doze mil, novecentos e setenta e cinco reais e sete centavos), correrão por conta do excesso de arrecadação.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 25 de junho de 2018.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 26/06/2018, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO
Secretário de Administração

DECRETO Nº 105/2018

Publicação Nº 1664566

DECRETO N.º 105, DE 25 DE JUNHO DE 2018.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 376.768,20 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei n.º 2.085 de 04/12/2017 e demais legislação vigente,

DECRETA,

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar no limite de R\$ 376.768,20 (trezentos e setenta e seis mil, setecentos e sessenta e oito reais e vinte centavos), no Orçamento vigente:

SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA	376.768,20
26.782.00311.043 - Pavimentação, Drenagem ,Remo- delagem de Ruas e Obras de Art Especial	376.768,20
4.4.90.0.1.24.001022 Aplicações Diretas	376.768,20

Art. 2º - Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num limite de R\$ 376.768,20 (trezentos e setenta e seis mil, setecentos e sessenta e oito reais e vinte centavos), correrão por conta do excesso de arrecadação.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 25 de junho de 2018.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 26/06/2018, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO
Secretário de Administração

LEI Nº 2116, DE 25 DE JUNHO DE 2018

Publicação Nº 1664314

LEI Nº 2.116, DE 25 DE JUNHO DE 2018.

INSTITUI PROGRAMA "GAROPABA BEM MAIS SIMPLES", UTILIZANDO O ENQUADRAMENTO EMPRESARIAL SIMPLIFICADO, AUTODECLARAÇÃO E PROCEDIMENTOS DECORRENTES, CONFORME O PREVISTO NA LEI ESTADUAL Nº 17.071/2017.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica instituído o "Simplifica Garopaba" utilizando o Enquadramento Empresarial Simplificado (EES) e a Autodeclaração, conforme o previsto na Lei Estadual nº 17.071/2017, a serem adotados pelos órgãos e entidades municipais envolvidos nos processos de concessão e renovação de alvarás, de abertura, alteração, licenciamento e fechamento de empresas, bem como de emissão de atestados, inclusive de entidades de fins não econômicos, cujas atividades sejam consideradas com baixo risco sanitário, baixo potencial poluidor e baixa probabilidade de risco de incêndio, denominado Programa "Simplifica Garopaba".

Art. 2º. O ESS ocorrerá mediante Autodeclaração que atenda aos critérios estabelecidos pelos órgãos e entidades municipais responsáveis pelos processos de concessão e renovação de alvarás de abertura, alteração, licenciamento, funcionamento e fechamento de empresas, bem como de emissão de atestados.

§ 1º. Os órgãos e entidades municipais de que tratam o caput regulamentarão a Autodeclaração e os procedimentos necessários à implementação do EES, nas suas respectivas áreas de atribuição e responsabilidade.

§ 2º. A Autodeclaração prevista no caput deverá obrigatoriamente ser assinada pelo empresário ou seu representante legal, assim como pelo respectivo contador responsável pela empresa.

Art. 3º. Constatada, a qualquer momento, alguma irregularidade ou inveracidade na Autodeclaração, que causem embaraço à

fiscalização ou a induzam ao erro, os órgãos ou entidades municipais envolvidas deverão suspender imediatamente o alvará concedido, sem prejuízo de aplicação das penalidades previstas em legislação específica.

Parágrafo único. Caberá ao órgão municipal que constatar a irregularidade comunicar formalmente o fato à Secretaria Municipal da Administração e Fazenda.

Art. 4º. Fica estipulada multa de 300 UFIR, quando comprovado por órgão de fiscalização municipal irregularidades ou inveracidades na Autodeclaração.

Parágrafo único. O Alvará de Localização e Funcionamento ficará suspenso até que sanada a irregularidade apontada pelo órgão fiscalizador.

Art. 5º. Excluem-se desta Lei o comércio ambulante, que deverá obedecer às regras de legislação específica.

Art. 6º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 25 de junho de 2018.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei no DOM/SC em 26/06/2018, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO
Secretário de Administração

PERDA DE PRAZO DA CONVOCAÇÃO 019/2018 – CONCURSO PÚBLICO 001/2015.

Publicação Nº 1664128

PERDA DE PRAZO DA CONVOCAÇÃO 019/2018
CONCURSO PÚBLICO 001/2015

LUIZ FERNANDO TRINDADE PAIN
Candidato(a): 266860
Cargo: MERENDEIRA
Classificação: 24º LUGAR

CONSIDERANDO o Decreto nº. 110/2011, que estabelece que o expediente externo da Prefeitura Municipal de Garopaba é das 13:00 as 18:00 horas

CONSIDERANDO que, conforme estabelece o item 16.6 do Edital nº. 001/2015 de Concurso Público, a manifestação de interesse na vaga pelo candidato deverá se dar num prazo máximo de 2 (dois) dias após o correspondente recebimento do Aviso de Recebimento;

CONSIDERANDO que foi encaminhada Convocação por correspondência registrada, postada em 07/06/2018, às 15:11 horas sob o código de rastreio JT365132587BR;

CONSIDERANDO que em 12/06/2018 foi realizada a entrega da convocação encaminhada em 07/06/2018;

CONSIDERANDO que o candidato não se manifestou no prazo a ele determinado, cujo decurso se deu às 18:00 horas do dia 14/06/2018;

Fica o(a) Sr(a). LUIZ FERNANDO TRINDADE PAIN, Candidato sob o nº. 266860, em atenção ao item 16.8 do Edital nº. 001/2015 de

Concurso Público, EXCLUÍDO e conseqüentemente DESCLASSIFICADO da vaga de MERENDEIRA, para a qual tinha se classificado em 24º lugar.

Garopaba, 20 de junho de 2018.
Paulo Sérgio de Araújo
Prefeito Municipal

PERDA DE PRAZO DA CONVOCAÇÃO 020/2018 – CONCURSO PÚBLICO 001/2015.

Publicação Nº 1664130

PERDA DE PRAZO DA CONVOCAÇÃO 020/2018
CONCURSO PÚBLICO 001/2015

JORGE LUIS SACIOTO TADIELLO
Candidato(a): 237205
Cargo: ENGENHEIRO CIVIL
Classificação: 04º LUGAR

CONSIDERANDO o Decreto nº. 110/2011, que estabelece que o expediente externo da Prefeitura Municipal de Garopaba é das 13:00 as 18:00 horas

CONSIDERANDO que, conforme estabelece o item 16.6 do Edital nº. 001/2015 de Concurso Público, a manifestação de interesse na vaga pelo candidato deverá se dar num prazo máximo de 2 (dois) dias após o correspondente recebimento do Aviso de Recebimento;

CONSIDERANDO que foi encaminhada Convocação por correspondência registrada, postada em 07/06/2018, às 15:07 horas sob o código de rastreio JT365132573BR;

CONSIDERANDO que em 14/06/2018 foi realizada a entrega da convocação encaminhada em 07/06/2018;

CONSIDERANDO que o candidato não se manifestou no prazo a ele determinado, cujo decurso se deu às 18:00 horas do dia 18/06/2018;

Fica o(a) Sr(a). JORGE LUIS SACIOTO TADIELLO, Candidato sob o nº. 266860, em atenção ao item 16.8 do Edital nº. 001/2015 de Concurso Público, EXCLUÍDO e conseqüentemente DESCLASSIFICADO da vaga de ENGENHEIRO CIVIL, para a qual tinha se classificado em 04º lugar.

Garopaba, 20 de junho de 2018.
Paulo Sérgio de Araújo
Prefeito Municipal

PORTARIA N.º 715/2018.

Publicação Nº 1663938

PORTARIA N.º 715, DE 25 DE JUNHO DE 2018.
FAZ CESSAR GRATIFICAÇÃO DE ATIVIDADE ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,
Art. 1º. CESSAR, nos termos do art. 56, inciso I, da Lei n.º 1000/2005, a GRATIFICAÇÃO DE ATIVIDADE ESPECIAL DE 50% do cargo ocupado do servidor MARCOS ARAÚJO BUZANELLO, matrícula n.º 6804, em 30/06/2018, da Secretaria Municipal de Orçamento e Contabilidade.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.
Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 25 de junho de 2018.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 26/06/2018, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

PORTARIA N.º 716/2018.

Publicação Nº 1663941

PORTARIA N.º 716, DE 25 DE JUNHO DE 2018.
DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,
Art. 1º. EXONERAR, a pedido, nos termos do art. 55, da Lei Municipal n.º 1000/2005, MARCOS ARAÚJO BUZANELLO, CPF n.º 089.482.649-23, do cargo de CONTADOR, do quadro de provimento efetivo da Prefeitura Municipal de Garopaba, em 30/06/2018.

Art. 2º. Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no art. 54, inciso I, da Lei n.º 1000/2005.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Garopaba, 25 de junho de 2018.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 26/06/2018, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

PORTARIA N.º 717/2018.

Publicação Nº 1663942

PORTARIA N.º 717, DE 25 DE JUNHO DE 2018.
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,
Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao Servidor EDEVALDO GONÇALVES DA SILVA JUNIOR, Matrícula Funcional n.º 7019, referente a 2017/2018, no período de 27/06/2018 a 26/07/2018.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 25 de junho de 2018.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 26/06/2018, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

PORTARIA N.º 724/2018.

Publicação N° 1664577

PORTARIA N.º 724, DE 25 DE JUNHO DE 2018.
DISPÕE SOBRE PRORROGAÇÃO DE PRAZO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente, e considerando o Ofício n.º 007/2018, da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, referente à Portaria n.º 436/2018:

RESOLVE:

Art. 1º. Nos termos do parágrafo único, do artigo n.º 179, da Lei Municipal n.º 1000/2005, fica prorrogado por 60 (sessenta) dias, contados da data de publicação do presente ato, o prazo de conclusão do PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, referente à Portaria n.º 436/2018.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 25 de junho de 2018.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 26/06/2018, de acordo com a Lei Municipal n.º. 1.326 de 10/08/2009.

Garuva

PREFEITURA

CLASSIFICAÇÃO PRELIMINAR DO PROCESSO SELETIVO EDITAL - N° 007/2018

Publicação N° 1663480

CLASSIFICAÇÃO PRELIMINAR DO
PROCESSO SELETIVO EDITAL - N° 007/2018

Nome	Título	Tempo de Serviço
RODOLFO OLIVEIRA SILVANO	-	-
TALITA REIS CORTEZ	-	-
MOISÉS DE OLIVEIRA	-	1,0
MÁRCIO GONÇALVES VIEIRA DA CUNHA	2,0	4,0
JORGE AMILTON TOSETO MITSTED	-	-
DESIRÉE DE MARILLAC NASCIMENTO DE MATOS	-	-
PABLO LIMA ROCHA	2,0	2,0
ANDRESSA CAROLINA PIVOVAR	-	-

Garuva, 22 de Junho de 2018.
Nelise Dias Vieira da Silva
Presidente da Comissão
Portaria 061/2018

PORTARIA N° 098/2018

Publicação N° 1663591

PORTARIA N°. 98 de 19 de junho de 2018.

"DESIGNAR SERVIDORES PARA ATUAR NA FISCALIZAÇÃO E/OU NA GESTÃO DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS FIRMADOS PELO ÓRGÃO."

O Prefeito Municipal de Garuva, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, e Leis Municipais Complementares, 01/98 de 02/03/98 e 45/09 de 15/10/2009;

CONSIDERANDO, o disposto no Art. 67 da Lei Federal n° 8666/1993, arts. 118 a 123 da Lei Estadual n° 15.608/2007,

RESOLVE:

Art. 1o. – Designar IOLANDO DE ASSIS – RG n° 4695613, CPF n° 618.330.889-72, Engenheiro Civil, servidor desta municipalidade, para atuar como fiscal do Contrato FMS n° 006/2018, firmado com a empresa J. LUCCA ME..

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

RODRIGO ADRIANY DAVID
Prefeito Municipal

RESULTADO FINAL DO PROCESSO SELETIVO EDITAL - Nº 007/2018

Publicação Nº 1663550

**RESULTADO FINAL DO
PROCESSO SELETIVO EDITAL - Nº 007/2018**

Nome	Título	Tempo de Serviço	TOTAL
MÁRCIO GONÇALVES VIEIRA DA CUNHA	2,0	4,0	6,0
PABLO LIMA ROCHA	2,0	2,0	4,0
MOISÉS DE OLIVEIRA	-	1,0	1,0
TALITA REIS CORTEZ	-	-	0,0
RODOLFO OLIVEIRA SILVANO	-	-	0,0
JORGE AMILTON TOSETO MITSTED	-	-	0,0
DESIRÉE DE MARILLAC NASCIMENTO DE MATOS	-	-	0,0
ANDRESSA CAROLINA PIVOVAR	-	-	0,0

Garuva, 25 de Junho de 2018.

Nelise Dias Vieira da Silva
Presidente da Comissão
Portaria 061/2018

PREFEITURA DE GARUVA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Gaspar

PREFEITURA

AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 83/2018

Publicação Nº 1664002

MUNICÍPIO DE GASPAR/SC

PROCESSO ADMINISTRATIVO 151/2018

AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 83/2018

OBJETO: Registro de Preços para aquisição de asfalto para a pavimentação de um trecho da Rua Pedro Simon referente convênio de transferência Nº 2018TR007229/SIE/SC, do Governo do Estado de Santa Catarina. ENTREGA DOS ENVELOPES: até as 09hs do dia 06/07/2018, no Departamento de Compras, Rua São Pedro, nº 128, 2º Piso – Edifício Edson Elias Wieser, ao lado da sede da Prefeitura. ABERTURA a partir das 09hs30min, do mesmo dia e local. Íntegra do Edital no site: www.gaspar.sc.gov.br.

Gaspar (SC), 25/06/2018.

KLEBER EDSON WAN-DALL

Prefeito Municipal

ERRATA E ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE GASPAR-SC Nº 007/2018 - REPUBLICADA.

Publicação Nº 1663903

ERRATA À ATA Nº 007/2018 – CMDCA.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, RETIFICA a publicação da Ata nº 007/2018, de 08 de maio 2018, veiculada no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC, Edição 2528, de 17 de maio de 2018, nos seguintes termos:

Onde se lê na linha 22, da Aprovação da Ata:
Aprovação da Ata nº 003/2018 e nº 005/2018

Leia-se:
Aprovação da Ata nº 006/2018

Onde se lê na linha 98, Conselheiras Tutelares:

E-mail ao CMDCA encaminhando a denúncia realizada junto a Ouvidoria Municipal referente a falta ao trabalho no dia 20/04/2018 das Conselheiras Tutelares Sra. Elaine Cristina e Sra. Tatiana dos Santos Diniz, solicitando as cabíveis providências, pois segundo o relato do denunciante, é frequente a falta ao trabalho das referidas conselheiras, as sexta feiras para frequentar o Centro Espírita Terra do Sol.

Leia-se:
E-mail ao CMDCA encaminhando a denúncia realizada junto a Ouvidoria Municipal referente a falta ao trabalho no dia 20/04/2018 dos Conselheiros Tutelares E. e T. solicitando as cabíveis providências.

Onde se lê na linha 113, Controlador Geral do Município:
Controlador Geral do Município Sr. Jean Clóvis da Rosa Zen

Leia-se:
Consultor Jurídico Sr. Jean Carlos de Oliveira

Gaspar, 25 de junho de 2018.
Eloiza Campregher Probst
Presidente do CMDCA de Gaspar

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE GASPAR-SC Nº 007/2018. Aos oito dias do mês de maio de dois mil e dezoito, às nove horas, no Fórum da Comarca de Gaspar, 5º andar – nº 500 – sala de Audiência, sito à Rua Prefeito Julio Schramm, nº 33 – Bairro Sete de Setembro – Gaspar/SC, realizou-se a reunião ordinária deste conselho. Estavam presentes os conselheiros: Eloiza Campregher Probst representante titular da Secretaria de Assistência Social; Renato da Costa Brambilla Marquetti, representante titular da Secretaria da Educação; Carla Stanke, representante titular da Secretaria da Educação Roni Jean Muller, representante titular da Secretaria da Fazenda e Gestão Administrativa; Alexandra Zancanella Pereira representante titular da APAE; Aurino Amaral representante titular do Hospital Nossa Senhora do Perpétuo Socorro; Ivete Trapp Dirksen representante titular da Conferência Vicentina; Valiane Lehmkuhl Vieira representante suplente do SENAC de Blumenau; como convidado Sr. André Luiz da Conceição, presidente do Conselho Tutelar; Maiara Polla dos Santos, diretora da Assistência Social e a participante Alexsandra Goya Fernandes, psicóloga do Hospital Nossa Senhora do Perpétuo Socorro; Marilete Zimmermann assessora técnica aos conselhos e Paola Coradini estagiária assessoria aos conselhos. A presidente Eloiza Campregher Probst agradeceu a presença de todos e informou que as reuniões ordinárias deste conselho voltam a acontecer na sala da assessoria aos conselhos no prédio do GASCIC. 1) Aprovação da Ata nº 006/2018; 2) Correspondências Enviadas e Recebidas; 3) Momento Comissões; 4) Momento Conselho Tutelar; 5) Comissão Conferência Municipal; 6) Assuntos Gerais. 1) Aprovação da Ata nº 006/2018; Ata aprovada e assinada por todos os presentes. Correspondências Enviadas - Of. 106/2018 ao Sr. Ernesto Hostin Secretário Municipal de Assistência Social, com cópia para a Sra. Thaise de Quadros Coordenadora do CREAS referente ao pagamento de material para realização das atividades da Campanha "Faça Bonito"; - Of. 107/2018 encaminhado ao Sr. Lodemar Luciano Schmitt presidente do Fórum Municipal de Educação indicando os representantes deste conselho junto ao Fórum Sra. Carla Stanke titular e Valiane Lehmkuhl suplente; - Of. 108/2018 encaminhado ao Sr. André Luiz da Conceição presidente do Conselho Tutelar, com cópia para Sra. Tatiane dos Santos Diniz, Conselheira Tutelar solicitando esclarecimentos referente à denúncia de usuário; - Of. 109/2018 encaminhado a Sra. Ana Flávia Wessling Gestora do SINASE informando a nova composição da Comissão de Acompanhamento do Plano SINASE que solicitou o agendamento de uma reunião para conhecer e acompanhar as ações que estão sendo desenvolvidas referente ao Plano SINASE; - Of. 110/2018 à Associação Amigos da Dança informando que a Comissão de Finanças recebeu a 6ª parcela prestação de contas referente ao projeto "Arte e educação Por Meio da Dança" e identificou a falta das listas de presenças originais e solicita o documento faltante para anexar a prestação de contas - Of. 11/2018 ao SENAC informando que a Comissão de Finanças e Orçamentos recebeu a 5ª e a 6ª parcelas da prestação de contas do projeto "Um Caminho para o Trabalho" e ao analisar os documentos que devem acompanhar a prestação de contas, foi identificada a falta das listas de presenças originais e o planejamento e/ou plano de aula para execução das aulas e as fotos da execução do projeto e solicita os documentos faltantes para anexar a prestação de contas; - Of. 112/2018 ao Sr. Thiago Augusto Ianesko do Departamento de Contabilidade devolvendo a prestação de contas do projeto "Arte e Suas Diversas Possibilidades" da entidade APAE; Of. - Of. 113/2018 à Sra. Maiara Polla dos Santos, Diretora da Assistência Social, encaminhando as prestações de contas referentes ao edital 002/2017 – FIA, que foram analisadas e aprovadas pela

Comissão de Finanças, sendo a 5ª parcela referente à prestação de contas do mês de janeiro de dois mil e dezoito, referente ao projeto "Lazer e Interação da entidade Ação Social e Cidadã no valor de R\$3.210,00; A 5ª parcela referente à prestação de contas do mês de fevereiro de dois mil e dezoito, referente ao projeto "Capacitação e Consultoria Educacional" da entidade APAE de Gaspar no valor de R\$8.360,00; A 6ª parcela referente à prestação de contas do mês de fevereiro de dois mil e dezoito, referente ao projeto "Capacitação e Consultoria Educacional" da entidade APAE de Gaspar no valor de R\$8.760,00; A 7ª parcela referente à prestação de contas do mês de março de dois mil e dezoito, referente ao projeto "Capacitação e Consultoria Educacional" da entidade APAE de Gaspar no valor de R\$8.360,00; A 4ª parcela referente à prestação de contas do mês de janeiro de dois mil e dezoito, referente ao projeto "Habita Kids" da entidade Cruz Azul no Brasil no valor de R\$5.140,00; A 5ª parcela referente à prestação de contas do mês de janeiro de dois mil e dezoito, referente ao projeto "Musicalização Instrumental de Crianças e Adolescentes" da entidade Clube Musical São Pedro no valor de R\$5.500,00; A 5ª parcela referente à prestação de contas do mês de fevereiro de dois mil e dezoito, referente ao projeto "Arte para a Infância e Adolescência – Transformação e Construção de Cidadania" da entidade Detalhe Teatro no valor de R\$18.600,00; A 4ª parcela referente à prestação de contas do mês de dezembro de dois mil e dezessete, referente ao projeto "Shalom" da entidade CEDESB no valor de R\$23.012,87; A 5ª parcela referente à prestação de contas do mês de janeiro de dois mil e dezoito, referente ao projeto "Shalom" da entidade CEDESB no valor de R\$22.052,09; A 6ª parcela referente à prestação de contas do mês de fevereiro de dois mil e dezoito, referente ao projeto "Shalom" da entidade CEDESB no valor de R\$13.367,97; A conselheira Carla questiona se as entidades estão encaminhando os esclarecimentos solicitados pela Comissão de Finanças e foi informado que somente a entidade Associação Amigos da Dança não tem respondido e também não houve participação na reunião que aconteceu no dia anterior onde o Sr. Santiago, gestor da parceira informa o novo fluxo das prestações de contas e esclarece as dúvidas apresentadas. Correspondências Recebidas - Of. 0117/2018 – SAS ao CMDCA convidando para participar das atividades da Semana "Faça Bonito" de 09 à 18 de maio. - Of. 0140/2018 – SAS ao CMDCA Convite curso Pipo e Fifi: Metodologias de Prevenção de Violência Sexual para Crianças e Adolescentes na Perspectiva de Autoproteção, ministrado pela Mestre Carolina Arcari, o curso prevê a participação dos servidores das Secretarias de Educação, Assistência Social e Saúde, além dos profissionais que atuam em entidades de atendimento a criança e adolescentes inscritas no CMDCA onde foram disponibilizadas quinze vagas; - Of.12/2018 do SENAC ao Sr. Santiago Martin Navia encaminhando o relatório final do projeto "Educação: Um Caminho para o Trabalho; - Of.121/2018 SAS à presidente do CMDCA informando que a Secretaria de Assistência Social com respaldo do Conselho Estadual de Assistência Social está se retirando do programa Criança Feliz e desta forma, está sendo realizado os encaminhamentos para a devolução do dinheiro já depositado em uma conta específica para o programa Criança Feliz; - Of.0019/2018 – SAS/CRAS Silvio Schramm para presidente do CMDCA encaminhando os relatórios e as listas de presença do SCFV do CRAS, no que tange as oficinas realizadas pelos oficineiros do Grupo detalhe Teatro no mês de abril de dois mil e dezoito; - Memorando 010/2018 – COM à Assessoria aos Conselhos encaminhando o dossiê da prestação de contas da subvenção FIA da entidade APAE referente ao projeto "Arte e Suas Diversas Possibilidades" onde o desarquivamento foi solicitado por este conselho; - Documento encaminhado pela Conselheira Tutelar Sra. Tatiane dos Santos Diniz informando que não se recorda de ter tratado de forma grosseira nenhum usuário e solicita que a denúncia seja indeferida, e por falta de subsídios, sendo que o denunciante não deseja ser identificado, este conselho deliberou pelo aceite do indeferimento da denúncia solicitado pela referida conselheira; - E-mail ao CMDCA encaminhando a denúncia realizada junto a Ouvidoria Municipal referente a falta ao trabalho no dia

20/04/2018 dos Conselheiros Tutelares E. e T. solicitando as cabíveis providências. A presidente deste conselho Eloiza informa que a conselheira E. estava em licença médica por sessenta dias, os conselheiros entendem que não cabem questionamentos. Referente ao Conselheiro Tutelar T. foi deliberado pela solicitação por escrito de esclarecimentos referente a esta denúncia ao CMDCA, bem como para a Ouvidoria Municipal. - E-mail ao CMDCA da Sra. Maíra Polla dos Santos, diretora da Assistência solicitando a devolutiva do que for decidida pela plenária referente à denúncia a Ouvidoria Municipal das faltas ao trabalho das Conselheiras Tutelares já mencionadas anteriormente; - Parecer Jurídico Nº 142/2018 referente aos Projetos do Chamamento Público FIA nº 003/2017 requerido pelo CMDCA. A presidente Eloiza pontua que esteve pessoalmente com o Consultor Jurídico Sr. Jean Carlos de Oliveira e foi orientada quanto às providências cabíveis a serem tomadas por este conselho, optando pela anulação ou convalidação do edital de Chamamento Público 03/2017 – CMDCA de Gaspar, pois na ocasião de sua publicação, não foi anexado o Termo de Fomento. Os conselheiros realizaram pontuações acerca da problemática apresentada, e entenderam que o referido chamamento vem seguindo todas as etapas publicadas até o presente momento: Parecer Técnico, Entrega de documentos em conformidade com o Chamamento Público. Os conselheiros consideraram: Prioridade Absoluta da Criança e do Adolescente Art. 22 da CF/88, Eficiência Administrativa contida no caput do Art.37; Aspecto Social dos projetos envolvidos, a não feitura do Termo de Fomento traz grande impacto negativo social no município, que deixará desguarnecido suas crianças e adolescentes até a elaboração de um novo processo, assim sendo, os conselheiros, por unanimidade, optaram por convalidar o referido Chamamento Público 03/2018 CMDCA de Gaspar/SC e pela publicação Termo de Fomento, em cumprindo aos aspectos legais. 4) Momento Comissões; - Os conselheiros Renato e Jocenira da Comissão de Finanças e Orçamentos se reuniu no dia dezoito de abril de dois mil e dezoito e analisaram a prestação de contas do mês de fevereiro e março de dois mil e dezoito da Instituição APAE, Projeto "Capacitação e Consultoria Educacional" e entenderam estar correta; - Os conselheiros Renato e Jocenira da Comissão de Finanças e Orçamentos se reuniu no dia dezoito de abril de dois mil e dezoito e analisaram a prestação de contas do mês de janeiro e fevereiro de dois mil e dezoito da Instituição APAE, Projeto "Um Caminho Para o Trabalho" e entenderam que, para maior clareza e comprovar documentalmente a execução do projeto, solicitam os seguintes documentos para serem anexados a prestação de contas: Listas de chamada originais/xérox, fotos dos diversos momentos da execução do projeto e o Planejamento/Plano de Aula; - Os conselheiros Renato e Jocenira da Comissão de Finanças e Orçamentos se reuniu no dia dezoito de abril de dois mil e dezoito e analisaram a prestação de contas do mês de fevereiro de dois mil e dezoito da Instituição Amigos da Dança de Gaspar, Projeto "Arte e educação Por Meio da Dança" e entenderam que, para melhor solicitam as listas de chamada originais/xérox, - Os conselheiros Renato e Ivette da Comissão de Normas, Regulamentos e Eleições, analisaram o relatório referente a execução física do projeto "Arte e Suas Diversidades" da entidade APAE de Gaspar e pontuam que o projeto foi analisado pela controladoria do município e entendido, assim como aceito a justificativa a respeito do tempo de execução do projeto. Esta comissão entende que o projeto já fora acompanhado, aprovado pelo grupo que fiscalizou o projeto. Desta fora delibera para o rearquivamento da prestação de contas do referido projeto; 5) Momento Conselho Tutelar; Sr. André Luis da Conceição, presidente do Conselho Tutelar, nada tem a manifestar. Assuntos Gerais; Eloiza informa que no dia nove de maio teremos a abertura da semana "Faça Bonito" e entrega uma camiseta a cada conselheiro; Encaminhamentos: Solicitar esclarecimentos a conselheira suplente Sra. Tatiane dos Santos Diniz do Conselho Tutelar referente à denúncia em seu desfavor; Solicitar ao secretário da Assistência Social os representantes da Comissão Organizadora da Conferência Municipal do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente de Gaspar; Construção do edital para conselheiro suplente do

Conselho Tutelar, pois a Conselheira Elzira foi chamada para assumir outra vaga; Publicação do Termo de Fomento. Devolutiva a Sra. Maiara referente aos encaminhamentos a respeito da denúncia a Ouvidoria Municipal em desfavor das conselheiras Tatiana e Elaine. Eloiza agradece pela presença de todos e não havendo nenhuma outra manifestação, deu-se por encerrada a presente reunião, sendo da qual eu Marilete Zimmermann, lavro a presente Ata que será assinada pelos conselheiros presentes.

Eloiza Campregheer Probst _____

Renato da Costa Brambilla Marquetti _____

Roni Jean Muller _____

Carla Stanke _____

Alexandra Zancanella Pereira _____

Aurino Amaral _____

Ivete Trapp Dirksen _____

Valiane Lehmkuhl Vieira _____

EXTRATO DO QUARTO ADITIVO DO CONTRATO Nº 97/2014

Publicação Nº 1664418

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

EXTRATO DO QUARTO ADITIVO DO CONTRATO Nº 97/2014

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 25/06/2018. VENCIMENTO: 14/10/2019. Pregão Presencial nº.: 185/2014. OBJETO: A alteração do nome empresarial de TPA TELECOMUNICAÇÕES LTDA, para UNIFIQUE TELECOMUNICAÇÕES LTDA. CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Gaspar (83.102.244/0001-02). CONTRATADA: UNIFIQUE TELECOMUNICAÇÕES LTDA (02.255.187/0001-08).

Gaspar/SC, 25 de junho de 2018.

KLEBER EDSON WAN-DALL | Prefeito

CÂMARA MUNICIPAL

RESOLUÇÃO Nº 053/2018

Publicação Nº 1663882

RESOLUÇÃO Nº 053/2018.

Dispõe sobre afastamento de servidor para prestar serviços à Justiça Eleitoral

A MESA DIRETORA da Câmara de Vereadores de Gaspar, com fundamento no artigo 39, inciso VII, da Lei Orgânica do Município de Gaspar, bem como no artigo 31, inciso VIII do Regimento Interno,

Considerando o recebimento do Ofício ZE064 nº 089/2018 subscrito pelo Juiz Eleitoral nesta Comarca, através do qual requisita o servidor Marcelo Peterson Pereira para desempenhar funções naquele juizado pelo prazo de 1 (um) ano e a partir de 1 de agosto de 2018 [cópia anexa]; e

Considerando que a Justiça Eleitoral tem legitimidade e legalidade para requisitar servidores públicos sempre que necessário, conforme Lei nº 6.999/1982, regulamentada pela Resolução TSE nº 23.523/2017 e pela Portaria P nº 297/2010 do TER-SC,

Resolve:

Art. 1º Fica o servidor Marcelo Peterson Pereira cedido à Justiça Eleitoral nesta Comarca pelo prazo de 1 (um) ano, a partir de 1 de agosto de 2018, conforme requisitado.

Art. 2º O servidor afastado conservará os direitos e vantagens inerentes ao exercício de seu cargo nesta Casa Legislativa.

Art. 3º Fica a cargo da Câmara de Vereadores de Gaspar o ônus pela remuneração do servidor durante todo o período de afastamento.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara de Vereadores de Gaspar, 22 de junho de 2018.

MESA DIRETORA

Silvio Cleffi	Roberto Procópio de Souza
Presidente	Vice-Presidente
Mariluci Deschamps Rosa	Evandro Carlos Andrietti
1ª Secretária	2º Secretário

SAMAE - GASPAR

EXTRATO DE ANULAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2016 - SAMAE

Publicação Nº 1663557

SAMAE/GASPAR

TERMO DE ANULAÇÃO DE PROCEDIMENTO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2016

O Diretor-Presidente, no uso de suas atribuições legais, em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, subsidiada pela Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, e demais dispositivos aplicáveis à espécie, e Considerando a contratação de empresa especializada para executar os serviços de coleta e transporte de resíduos sólidos domiciliares, comercial-industriais (com características domiciliares), das repartições públicas e da limpeza de áreas públicas do Município

de Gaspar.

Considerando que, em 21 de julho de 2016 foi publicado o TERMO DE REVOGAÇÃO da licitação acima mencionada.

Considerando ainda a Decisão do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina nos autos da REP16/00277133 de 19 de março de 2018, onde consta que deverá ser anulado o processo licitatório. RESOLVE: ANULAR O PROCEDIMENTO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL Nº 1/2016.

Gaspar (SC), em 21 de junho de 2018.

JOSÉ HILARIO MELATO

Diretor Presidente

EXTRATO DO CONTRATO Nº 3/2018 - SAMAE

Publicação Nº 1663553

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE

• EXTRATO CONTRATOS / 2018

=====

Número do contrato: 03/2018
Data vigência: 21/06/2018
Data vencimento: 31/08/2018
Contratante: Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE
Contratado: BPR PROJETOS E OBRAS LTDA - CNPJ: 29.633.148/0001-45.
Objeto: Contratação de serviços topográficos e projeto de terraplenagem para possível implantação de um novo reservatório no Bairro Bela Vista.
Valor: R\$ 14.550,00 (quatorze mil quinhentos e cinquenta reais).

=====

Gaspar (SC), em 21 de junho de 2018.
JOSÉ HILÁRIO MELATO
Diretor Presidente

Governador Celso Ramos

PREFEITURA

DECRETO 059 / 2018 - ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DE 2018

Publicação Nº 1663951

DECRETO Nº 59 / 2018

Abre crédito adicional suplementar na lei Orçamentária Anual de 2018.

JULIANO DUARTE CAMPOS, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 32º, inciso I, da Lei Municipal nº 1228/2017 – Lei de Diretrizes Orçamentárias,

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado em R\$ 70.000,00 (Setenta Mil Reais), por conta do Excesso de Arrecadação apurado nesta data na fonte 0.1.00.000000 Recursos Ordinários, conforme a dotação abaixo indicada:

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
0301	Procuradoria Geral	
04.122.0001.2003	Manutenção da Procuradoria Geral do Município	2.500,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	2.500,00
(10) 3.3.90.00	Aplicações Diretas	2.500,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	2.500,00
1301	Secretaria Municipal de Agricultura	
20.608.0007.2050	Manutenção da Secretaria de Agricultura	2.500,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	2.500,00
(172) 3.3.90.00	Aplicações Diretas	2.500,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	2.500,00
0401	Secretaria Municipal de Administração	
04.122.0002.2005	Manutenção da Secretaria de Administração	65.000,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	65.000,00
(13) 3.3.90.00	Aplicações Diretas	65.000,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	65.000,00
TOTAL:		70.000,00

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Governador Celso Ramos 18 de Junho de 2018.

Juliano Duarte Campos

PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO 060 / 2018 - ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA 2018

Publicação Nº 1663956

DECRETO Nº 060 / 2018

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA 2018.

Juliano Duarte Campos, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, no uso das atribuições legais e em conformidade com a

autorização que lhe confere a Lei Municipal nº 1.263/2018.

Art. 1º Fica suplementado em R\$ 630.000,00 (Seiscentos e trinta mil reais) utilizando como fonte de recursos a anulação de dotações, conforme abaixo especificado:

ANULAÇÕES:

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
1001	SECRETARIA DE INFRA ESTRUTURA E SERV. PÚBLICOS	
15.452.0008.1027	Aquisição de Coletor de Lixo	50.000,00
4.4.00.00	Investimentos	50.000,00
4.4.90.00	Aplicações Diretas	50.000,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	50.000,00

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
1001	SECRETARIA DE INFRA ESTRUTURA E SERV. PÚBLICOS	80.000,00
15.453.0008.1031	Construção de Abrigos de Passageiros	80.000,00
4.4.00.00	Investimentos	80.000,00
4.4.90.00	Aplicações Diretas	80.000,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	80.000,00

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
1001	SECRETARIA DE INFRA ESTRUTURA E SERV. PÚBLICOS	500.000,00
15.451.0008.1024	Pavimentação de Ruas	500.000,00
4.4.00.00	Investimentos	500.000,00
4.4.90.00	Aplicações Diretas	500.000,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	500.000,00

SUPLEMENTAÇÕES:

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
1201	SECRETARIA DE INFRA ESTRUTURA E SERV. PÚBLICOS	630.000,00
15.451.0008.2058	Manutenção da Secretaria de Infra Estrutura e Serv. Público	630.000,00
3.1.00.00.00	Outras Despesas Pessoal	630.000,00
(127)3.1.90.00.00	Aplicações Diretas	630.000,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	630.000,00

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Governador Celso Ramos, 20 de junho de 2018.

Juliano Duarte Campos

PREFEITO MUNICIPAL

ERRATA DE EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 012/2017 - 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 12/2017 REFERENTE AO PREGÃO PRESENCIAL 12/2016, OBJETO DO PROCESSO N.º 05/2016, QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC E A EMPRESA OUTSOURCING CENTER COM. DE COP. E IMPRESSÕES LTDA.

Publicação Nº 1663989

ERRATA DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 012/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS.

ERRATA DO CONTRATO Nº 012/2017

PROCESSO Nº 05/2016
PREGÃO Nº 012/2016
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS
CONTRATADO: OUTSOURCING CENTER COM.DE COP. E IMPRESSÕES LTDA
OBJETO: 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 12/2017 REFERENTE AO PREGÃO PRESENCIAL 12/2016, OBJETO DO PROCESSO N.º 05/2016, QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC E A EMPRESA OUTSOURCING CENTER COM. DE COP. E IMPRESSÕES LTDA.

ONDE SE LÊ
CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Termo Aditivo tem por objeto o acréscimo contratual de 24% ao contrato original se enquadrando dentro do limite estabelecido em conformidade com o que preconiza o art. 65, da Lei 8.666/93 a contar da data de 25/04/2018.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Termo Aditivo tem por objeto o acréscimo contratual de 24% ao contrato original se enquadrando dentro do limite estabelecido em conformidade com o que preconiza o art. 65, da Lei 8.666/93 a contar da data de 25/05/2018.

Governador Celso Ramos, 25 de junho de 2018.
JULIANO DUARTE CAMPOS
Prefeito Municipal.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO 117/2018 - AQUISIÇÃO DE CARGA DE GÁS P13, P45, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC INCLUINDO A SECRETARIA DA SAÚDE

Publicação Nº 1664120

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 117/2018

AQUISIÇÃO DE CARGA DE GÁS P13, P45, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC INCLUINDO A SECRETARIA DA SAÚDE

Aos 21 dias do mês de junho do ano de 2018, no Município de Governador Celso Ramos, no Estado de Santa Catarina, através da Prefeitura Municipal de Governador Celso Ramos/SC, Órgão Gerenciador deste Registro de Preços, com sede na Praça 6 de Novembro, 01, Ganchos do Meio, Governador Celso Ramos/SC, inscrita no CNPJ sob o n.º 82.892.373/0001-89, representado por seu Prefeito, Sr. Juliano Duarte Campos, são registrados os preços da (s) empresa (s) COMPANHIA ULTRAGAZ S.A, estabelecida à Rua ANTONIO FREDER OZANAN, Nº 1655, BRIGADEIRO, CANOAS/RS, inscrita no Cadastro de Pessoas Jurídicas sob o nº 61.602.199/0232-44, neste ato representado pelo (a) JOSÉ VILMAR DE OLIVEIRA, brasileiro(a), inscrito(a) no Cadastro de Pessoas Físicas sob o n.º 490.821.910-91, portador(a) do RG n.º 1038218011, para AQUISIÇÃO DE CARGA DE GÁS P13, P45, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC INCLUINDO A SECRETARIA DA SAÚDE, conforme especificado no quadro abaixo, resultante do Pregão Presencial n.º 44/2018, objeto do Processo 44/2018. As condições a serem praticadas neste registro de preços são as constantes do instrumento convocatório respectivo e seus anexos, da proposta apresentada pelo (s) fornecedor (es), os quais integram esta ata, independentemente de transcrição. O presente registro de preços terá vigência de 01 (um) ano, contado a partir da data de assinatura desta Ata.

Itens constantes da Ata:

Item	Especificação	Unid.	Quantidade	Preço Unit. R\$	Preço Total. R\$
01	Carga de Gás de Cozinha P13	500	Unid.	67,90	33.950,00
02	Carga de Gás de Cozinha P45	60	Unid.	305,00	18.300,00

Governador Celso Ramos/SC, 21 de junho de 2018.

COMPANHIA ULTRAGAZ S.A

Contratada

JULIANO DUARTE CAMPOS
Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO 118/2018 - AQUISIÇÃO DE CARGA DE GÁS P13, P45, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC INCLUINDO A SECRETARIA DA SAÚDE

Publicação Nº 1664122

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 118/2018

AQUISIÇÃO DE CARGA DE GÁS P13, P45, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC INCLUINDO A SECRETARIA DA SAÚDE

Aos 21 dias do mês de junho do ano de 2018, no Município de Governador Celso Ramos, no Estado de Santa Catarina, através da Secretaria Municipal da Saúde de Governador Celso Ramos/SC, Órgão Gerenciador deste Registro de Preços, inscrita no CNPJ sob o n.º 08.857.731/0001-60, representado por seu Prefeito, Sr. Juliano Duarte Campos, são registrados os preços da (s) empresa (s) COMPANHIA ULTRAGAZ S.A, estabelecida à Rua ANTONIO FREDER OZANAN, Nº 1655, BRIGADEIRO, CANOAS/RS, inscrita no Cadastro de Pessoas Jurídicas sob o nº 61.602.199/0232-44, neste ato representado pelo (a) JOSÉ VILMAR DE OLIVEIRA, brasileiro(a), inscrito(a) no Cadastro de Pessoas Físicas sob o n.º 490.821.910-91, portador(a) do RG n.º 1038218011, para AQUISIÇÃO DE CARGA DE GÁS P13, P45, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC INCLUINDO A SECRETARIA DA SAÚDE, conforme especificado no quadro abaixo, resultante do Pregão Presencial n.º 44/2018, objeto do Processo 44/2018. As condições a serem praticadas neste registro de preços são as constantes do instrumento convocatório respectivo e seus anexos, da proposta apresentada pelo

(s) fornecedor (es), os quais integram esta ata, independentemente de transcrição. O presente registro de preços terá vigência de 01 (um) ano, contado a partir da data de assinatura desta Ata.

Itens constantes da Ata:

Item	Especificação	Unid.	Quantidade	Preço Unit. R\$	Preço Total. R\$
01	Carga de Gás de Cozinha P13	300	Unid.	67,90	20.370,00
02	Carga de Gás de Cozinha P45	20	Unid.	305,00	6.100,00

Governador Celso Ramos/SC, 21 de junho de 2018.

COMPANHIA ULTRAGAZ S.A
Contratada

JULIANO DUARTE CAMPOS
Prefeito Municipal

LEI 1.263 - 2018 - AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA 2018

Publicação N° 1663960

LEI N° 1.263 / 2018

Autoriza a abertura de crédito adicional suplementar na Lei Orçamentária para 2018.

Juliano Duarte Campos, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar de até R\$ 630.000 (Seiscentos e trinta mil reais) utilizando como fonte de recursos a anulação de dotações, conforme abaixo especificado:

ANULAÇÕES:

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
1001	SECRETARIA DE INFRA ESTRUTURA E SERV. PÚBLICOS	
15.452.0008.1027	Aquisição de Coletor de Lixo	50.000,00
4.4.00.00	Investimentos	50.000,00
4.4.90.00	Aplicações Diretas	50.000,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	50.000,00

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
1001	SECRETARIA DE INFRA ESTRUTURA E SERV. PÚBLICOS	80.000,00
15.453.0008.1031	Construção de Abrigos de Passageiros	80.000,00
4.4.00.00	Investimentos	80.000,00
4.4.90.00	Aplicações Diretas	80.000,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	80.000,00

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
1001	SECRETARIA DE INFRA ESTRUTURA E SERV. PÚBLICOS	500.000,00
15.451.0008.1024	Pavimentação de Ruas	500.000,00
4.4.00.00	Investimentos	500.000,00
4.4.90.00	Aplicações Diretas	500.000,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	500.000,00

SUPLEMENTAÇÕES:

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
1201	SECRETARIA DE INFRA ESTRUTURA E SERV. PÚBLICOS	630.000,00
15.451.0008.2058	Manutenção da Secretaria de Infra Estrutura e Serv. Público	630.000,00
3.1.00.00.00	Outras Despesas Pessoal	630.000,00
(127)3.1.90.00.00	Aplicações Diretas	630.000,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	630.000,00

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Governador Celso Ramos, 20 de junho de 2018.

Juliano Duarte Campos
PREFEITO MUNICIPAL

Grão Pará

PREFEITURA

3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 69-2015 (SC ENGENHARIA)

Publicação Nº 1664294

TERCEIRO TERMO ADITIVO

AO CONTRATO N. 69/2015, DATADO DE 10 DE JUNHO DE 2015, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ E A EMPRESA SC ENGENHARIA E GEOTECNOLOGIA LTDA, VISANDO À CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA IMPLANTAÇÃO DE MEDIDAS TÉCNICAS, ADMINISTRATIVAS E JURÍDICAS NECESSÁRIAS A EFETIVAÇÃO DA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DE ASSENTAMENTOS IRREGULARES URBANOS NO MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ/SC

A PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ, com sede na Rua Barrão do Rio Branco, 187, Centro, Grão-Pará/ SC, inscrita no CNPJ/MF sob n. 82.558.149/0001-55, doravante denominada simplesmente de CONTRATANTE, neste ato, representada por seu Prefeito Municipal, Senhor MARCIO BORBA BLASIVUS, e SC ENGENHARIA E GEOTECNOLOGIA LTDA, com sede na Rua Pedro da Cunha, 61, Capoeiras Florianópolis/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 05.039.594/0001-68, neste ato, representada por seu representante legal, Senhor ADÃO DOS SANTOS, brasileiro, natural de Laguna/SC, Viúvo, nascido em 29/08/1951, Geógrafo, portador do CPF. 223.349.559-49, resolvem, na melhor forma de direito, aditar o Contrato n. 69/2015, no que diz respeito à alteração do prazo para execução e vigência da obra, para constar as seguintes alterações:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Prorrogar por 12 (doze) meses o prazo para execução e vigência da obra, totalizando, assim, 48(quarenta e oito) meses o prazo global que a CONTRATADA dispõe para finalização da obra, contatos da assinatura do contrato, que ocorreu em 10 de junho de 2015.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais Cláusulas do Contrato, ora alterado, permanecem inalteradas.

E assim, por estarem justos e acordes, assinam o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor, junto com duas testemunhas.

Grão-Pará/ SC, 08 de junho de 2018.

CONTRATANTE

CONTRATADA

MARCIO BORBA BLASIVUS ADÃO DOS SANTOS

Prefeito Municipal Representante da Empresa Contratada

T E S T E M U N H A S

DECRETO DF 030/2018 - ORÇAMENTO

Publicação Nº 1663877

PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ ESTADO DE SANTA CATARINA

Secretaria Municipal de Administração e Fazenda

DECRETO Nº 000030/18 de 25 de Junho de 2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ no exercício das atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica do Município de GRÃO PARÁ e autorização contida na Lei Municipal nº 002094/17 de 5 de Dezembro de 2017.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

06 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA

06.01 - DEPARTAMENTO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

(064)4.4.90.00.00.00.00.2.013-0019 - Aplicacoes Diretas 500,00

Total Suplementação: 500,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

06 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA

06.01 - DEPARTAMENTO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

(060)3.3.90.00.00.00.00.2.013-0019 - Aplicacoes Diretas 500,00

Total Anulação: 500,00

Art. 3º -

Este DECRETO entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 25 de Junho de 2018.

MARCIO BORBA BLASIVUS

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria aos 25 de Junho de 2018.

DIONE HEINZEN

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Gravatal

PREFEITURA

PORTARIA 389/2018 - LUCIANO DANIEL BEZ - FÉRIAS

Publicação Nº 1663772

PORTARIA Nº 389/2018 DE 04 DE JUNHO DE 2018.

EDVALDO BEZ DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º- CONCEDER 30 (trinta) dias de férias ao servidor municipal LUCIANO DANIEL BEZ, ocupante do cargo de Conselheiro Conselho Tutelar, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, relativos ao período aquisitivo de 10/01/2017 a 09/01/2018, devendo ser gozadas no período de 01/06/2018 a 30/06/2018;

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal,
em 04 de junho de 2018.
EDVALDO BEZ DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

PORTARIA 390/2018 - OSCAR SCHMALFUSS - LICENÇA PRÊMIO

Publicação Nº 1663777

PORTARIA Nº 390/2018 DE 04 DE JUNHO DE 2018.

EDVALDO BEZ DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

RESOLVE:

CONCEDER 03 (três) meses de Licença Prêmio ao servidor municipal OSCAR SCHMALFUSS, matrícula nº 3157/02, ocupante do cargo de Engenheiro Civil - 40 horas semanais, nos termos do art. 79, da Lei Complementar Municipal nº 022, de 09 de junho de 2003, com redação alterada pela Lei Complementar Municipal nº 157, de 17 de abril de 2012, referente ao quinquênio 04/12/2003 a 04/12/2008, devendo ser gozada no período de 04/06/2018 a 01/09/2018.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal,
em 04 de junho de 2018.
EDVALDO BEZ DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publique-se e Cumpra-se.

PORTARIA 391/2018 - GABRIEL MENDES - EXONERAR

Publicação Nº 1663779

PORTARIA Nº 391/2018 DE 04 DE JUNHO DE 2018.

EDVALDO BEZ DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a pedido o servidor GABRIEL MENDES, do Cargo de Supervisor de Departamento, com carga horária de 40 horas semanais, a partir desta data.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal,
em 04 de junho de 2018.
EDVALDO BEZ DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

PORTARIA 392/2018 - TRANSFERIR LETICIA RODRIGUES ZANETE DA SEC DE ASSISTÊNCIA SOCIAL PARA SEC DE EDUCAÇÃO

Publicação Nº 1663784

PORTARIA Nº 392/2018 DE 04 DE JUNHO DE 2018.

EDVALDO BEZ DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º- Transferir a servidora LETICIA RODRIGUES ZANETE, matrícula nº 10673/03, ocupante do cargo efetivo de Psicóloga – 40h semanais, da Secretaria de Assistência Social e Habitação para exercer as atividades na Secretaria de Educação, Inovação, Cultura, Esporte e Lazer;

Art. 1º- O pagamento dos vencimentos fica a cargo da Secretaria de Educação, Inovação, Cultura, Esporte e Lazer.

Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal,
em 04 de junho de 2018.
EDVALDO BEZ DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

PORTARIA 393/2018 - GISLANE CORREA MARCOLINO - FÉRIAS

Publicação Nº 1663786

PORTARIA Nº 393/2018 DE 04 DE JUNHO DE 2018.

EDVALDO BEZ DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º- CONCEDER 30 (trinta) dias de férias a servidora municipal GISLANE CORREA MARCOLINO, ocupante do cargo de Professora Educação Infantil - Contratada, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, relativos ao período aquisitivo de 22/02/2017 a 21/02/2018, considerando que 15 dias já foram gozadas entre 15/12/2017 à 29/12/2017, devendo o restante ser gozadas entre 01/06/2018 a 15/06/2018;

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal,
em 04 de junho de 2018.
EDVALDO BEZ DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

PORTARIA 394/2018 - NAIONARA MENDES MACHADO - FÉRIAS

Publicação Nº 1663789

PORTARIA Nº 394/2018 DE 04 DE JUNHO DE 2018.

EDVALDO BEZ DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º- CONCEDER 30 (trinta) dias de férias a servidora municipal NAIONARA MENDES MACHADO, ocupante do cargo de Agente Comunitária ESF, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, relativos ao período aquisitivo de 15/10/2016 a 14/10/2017, devendo ser gozadas entre 01/06/2018 a 30/06/2018;

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal,
em 04 de junho de 2018.
EDVALDO BEZ DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

PORTARIA 395/2018 - JOELMA FERNANDES FERREIRA - LICENÇA PRÊMIO INDENIZADA

Publicação Nº 1663792

PORTARIA Nº 395/2018 DE 04 DE JUNHO DE 2018.

EDVALDO BEZ DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

CONSIDERANDO, o artigo 10º parágrafo 1º da Lei 157/2012;

CONSIDERANDO, o indeferimento ao pedido de gozo da Licença Prêmio, ante a possibilidade de substituição da servidora, hora requerente.

RESOLVE:

CONCEDER 01 (um) mês de Licença Prêmio indenizada a servidora

municipal JOELMA FERNANDES FERREIRA, matrícula nº 5037/02, ocupante do cargo de Contadora Auditora - 40 horas semanais, nos termos do art. 79, da Lei Complementar Municipal nº 022, de 09 de junho de 2003, com redação alterada pela Lei Complementar Municipal nº 157, de 17 de abril de 2012, referente ao quinquênio 04/12/2003 a 04/12/2008.

Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal,
em 04 de junho de 2018.
EDVALDO BEZ DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

PORTARIA 396/2018 - ROBERTO YASUYUKI DA CONCEIÇÃO HAMADA - FÉRIAS

Publicação Nº 1663793

PORTARIA Nº 396/2018 DE 04 DE JUNHO DE 2018.

EDVALDO BEZ DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º- CONCEDER 30 (trinta) dias de férias ao servidor municipal ROBERTO YASUYUKI DA CONCEIÇÃO HAMADA, ocupante do cargo de Médico ESF, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, relativos ao período aquisitivo de 01/06/2016 a 31/05/2017, devendo ser gozadas no período de 01/06/2018 a 30/06/2018;

Art. 2º - Esta portaria tem seus efeitos retroativos a data de 01 de junho de 2018, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal,
em 04 de junho de 2018.
EDVALDO BEZ DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

PORTARIA 397/2018 - PATRICIA VITAL MAXIMIANO - EXONERAR

Publicação Nº 1663794

PORTARIA Nº 397/2018 DE 06 DE JUNHO DE 2018.

EDVALDO BEZ DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a pedido a servidora PATRICIA VITAL MAXIMIANO, do Cargo de Professora Educação Infantil, de provimento temporário, com carga horária de 30 horas semanais, a partir desta data.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal,
em 06 de junho de 2018.
EDVALDO BEZ DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

PORTARIA 398/2018 - MAYARA VICENTE NAZÁRIO - CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO

Publicação Nº 1663796

PORTARIA Nº 398/2018 DE 07 DE JUNHO DE 2018.

EDVALDO BEZ DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

CONSIDERANDO, a possibilidade de contratação por tempo determinado para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, consoante estabelece o artigo 37, IX, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO, que na chamada pública nº 16, para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, não compareceu nenhum candidato inscrito no cargo;

CONSIDERANDO, que existe a necessidade urgente de preenchimento de vaga de Auxiliar de Serviços Gerais, para que não haja paralisação no atendimento da população;

CONSIDERANDO, por fim, a realização do processo seletivo, conforme Lei Complementar Nº 181/2015, edital nº 001/2017 e chamada pública nº 16.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica contratada em caráter temporário MAYARA VICENTE NAZARIO, Processo Seletivo nº 001/2017, para o cargo temporário de Auxiliar de Serviços Gerais, com carga horária de 40 horas semanais, no Projeto Brincarte, localizado no bairro Termas, neste município, para atender necessidade de excepcional interesse público, no período compreendido entre 07 de junho de 2018 à 14 de dezembro de 2018 e/ou de acordo com as necessidades e legislações vigentes.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal,
em 07 de junho de 2018.

EDVALDO BEZ DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

PORTARIA 399/2018 - FABIANA BORBA MARTINS - EXONERAR

Publicação Nº 1663797

PORTARIA Nº 399/2018 DE 11 DE JUNHO DE 2018.

EDVALDO BEZ DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a pedido a servidora FABIANA BORBA MARTINS, do Cargo de Agente Comunitária ESF, com carga horária de 40 horas semanais, a partir desta data.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal,
em 11 de junho de 2018.

EDVALDO BEZ DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

PORTARIA 400/2018 - JORGE JUNIOR NIEHUES BUSS - EXONERAR

Publicação Nº 1663798

PORTARIA Nº 400/2018 DE 11 DE JUNHO DE 2018.

EDVALDO BEZ DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a pedido o servidor JORGE JUNIOR NIEHUES BUSS, do Cargo de Médico ESF, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 01 de junho de 2018.

Art. 2º - Esta portaria tem seus efeitos retroativos a data de 01 de junho de 2018, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal,
em 11 de junho de 2018.

EDVALDO BEZ DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

PORTARIA 401/2018 - MISLENE BEZA GORDO SARZANA - FÉRIAS

Publicação Nº 1663799

PORTARIA Nº 401/2018 DE 11 DE JUNHO DE 2018.

EDVALDO BEZ DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER 15 (quinze) dias de férias a servidora municipal MISLENE BEZA GORDO SARZANA, ocupante do cargo de Enfermeira, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, relativos ao período aquisitivo de 10/06/2017 a 09/06/2018, devendo ser gozadas entre 11/06/2018 a 25/06/2018;

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal,
em 11 de junho de 2018.

EDVALDO BEZ DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

PORTARIA 402/2018 - ELANIA CARVALHO CARGNIN - FÉRIAS

Publicação Nº 1663801

PORTARIA Nº 402/2018 DE 13 DE JUNHO DE 2018.

EDVALDO BEZ DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER 30 (trinta) dias de férias a servidora municipal ELANIA CARVALHO CARGNIN, ocupante do cargo de Auxiliar de Enfermagem, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, relativos ao período aquisitivo de 01/07/2015 a 30/06/2016, devendo ser gozadas entre 13/06/2018 a 12/07/2018;

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal,
em 13 de junho de 2018.
EDVALDO BEZ DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

PORTARIA 403/2018 - DAIANA CORREA DUARTE MEDEIROS - ABONO PECUNIÁRIO

Publicação Nº 1663803

PORTARIA Nº 403/2018 DE 14 DE JUNHO DE 2018.

EDVALDO BEZ DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º- CONVERTER 10 (dez) dias de férias em abono pecuniário a servidora municipal DAIANA CORREA DUARTE MEDEIROS, ocupante do cargo de Assistente Social – Coordenadora do Cras, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, relativos ao período aquisitivo de 02/04/2017 a 01/04/2018.

Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal,
em 14 de junho de 2018.
EDVALDO BEZ DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

PORTARIA 404/2018 - ANA FLAVIA BECKHAUSER - LICENÇA MATERNIDADE

Publicação Nº 1663804

PORTARIA Nº 404/2018 DE 15 DE JUNHO DE 2018.

EDVALDO BEZ DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER Licença Maternidade à Servidora Municipal ANA FLAVIA BECKHAUSER, ocupante do cargo temporário de Professora Educação Infantil, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, por um período de 120 (cento e vinte) dias a partir de 15/06/2018 até o dia 12/10/2018 de acordo com o inciso XVIII do art. 7º, da Constituição Federal.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal,
em 15 de junho de 2018.
EDVALDO BEZ DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Guaraciaba

PREFEITURA

ATA Nº116.2018 PROCESSO 101.2018 PMGBA.DOCX

Publicação Nº 1663671

ESTADO DE SANTA CATARINA		PREGÃO PRESENCIAL	
MUNICIPIO DE GUARACIABA		Nr.: 81/2018 - PR	
CNPJ: 82.821.216/0001-82		Processo Administrativo:	101/2018
RUA ADEMAR DE BARROS, 85		Processo de Licitação:	101/2018
C.E.P.: 89920-000	- Guaraciaba - SC	Data do Processo:	12/06/2018
			Folha: 1/1

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Número da ATA: 116/2018 (Sequência: 1)

OBJETO DA LICITAÇÃO:

AQUISIÇÃO DE PNEUS 17.5R25 NOVOS QUE SERÃO DESTINADOS PARA A MOTONIVELADORA VOLVO G930, EQUIPAMENTO UTILIZADO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS.

Às 10:00 horas do dia 25 (vinte e cinco) de junho de dois mil e dezoito, horário marcado para julgamento do Processo Licitatório 101/2018, Pregão Presencial 81/2018 do Município de Guaraciaba/SC o Pregoeiro reuniu-se com a Equipe de apoio para receber as propostas e documentação do Processo em epígrafe. No horário marcado nenhuma empresa apresentou envelopes contendo proposta e documentação, diante disso o Pregoeiro juntamente com a Equipe de apoio resolve REABRIR o prazo para as empresas interessadas na apresentação de novas propostas e documentação conforme previsto no Artigo 48 parágrafo único da Lei Federal 8.666/93, ficando o novo prazo previsto para o dia 06/07/2018, às 10:00 horas no mesmo local, descrito no edital.

Guaraciaba, 25 de Junho de 2018
COMISSÃO:

ALDO JUSTINO SALVI LETICIA SANTIN DA SILVA
- - Pregoeiro(a)

- - EQUIPE DE APOIO

ADRIANA OMIZZOLO

ELIZETE SANDRA BENACHIO LUDWIG ANDRIO DALL AGNOL
ROSENEIDE FÁTIMA ZENI CLÁUDIO DOS SANTOS FATIMA HOFFMANN
- - EQUIPE DE APOIO

- - Equipe de Apoio/Suplente

- - Equipe de Apoio/Suplente

- - Equipe de Apoio/Suplente

- - Equipe de Apoio/Suplente

- - Equipe de Apoio/Suplente

EXTRATOS ADITIVOS CONTRATOS 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39 E 40.2017; 63.2014; 19.2014 E 32.2018 TRANSPORTE ESCOLAR.DOCX

Publicação Nº 1664176

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE GUARACIABA
EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : Ad06/18Cont63/14 - Contrato Nº: 63/2014
Contratante.: MUNICIPIO DE GUARACIABA

Contratada...: CAIXA ECONOMICA FEDERAL

Valor : 0,00 (zero)

Vigência : Início: 20/06/2018 Término: 27/05/2019

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 59/2014

Recursos : Dotação:

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA PARA PRESTAR SERVIÇOS BANCÁRIOS PARA ARRECADAÇÃO DE RECEITAS TRIBUTÁRIAS E NÃO TRIBUTÁRIAS DO MUNICÍPIO.

Aditivo Nº : Ad02/18Cont32/18 - Contrato Nº: 32/2018

Contratante...: MUNICÍPIO DE GUARACIABA

Contratada...: MAINAS TUR TRANSPORTES LTDA - ME

Valor : 504,21 (quinhentos e quatro reais e vinte e um centavos)

Vigência : Início: 21/06/2018 Término: 31/12/2018

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 22/2018

Recursos : Dotação:

Objeto : CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE ESCOLAR POR QUILOMETRO PARA TRECHO DE ÔNIBUS (25 PASSAGEIROS). ESTA SOLICITAÇÃO FAZ-SE NECESSÁRIA PARA REALIZAR O TRANSPORTE ESCOLAR DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DURANTE O ANO LETIVO DE 2018, NO MUNICÍPIO DE GUARACIABA/SC. ACRÉSCIMO DE KILOMETRAGEM.

Aditivo Nº : Ad03/18Cont35/17 - Contrato Nº: 35/2017

Contratante...: MUNICÍPIO DE GUARACIABA

Contratada...: ARI BAUER ME

Valor : 4.820,57 (quatro mil oitocentos e vinte reais e cinquenta e sete centavos)

Vigência : Início: 21/06/2018 Término: 31/12/2018

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 112/2016

Recursos : Dotação:

Objeto : CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE ESCOLAR (ONIBUS, KOMBI E MICRO-ONIBUS) DESTINADO PARA O TRAJETOS ESCOLARES, GARANTINDO O ACESSO E A PERMANÊNCIA NOS ESTABELECIMENTOS ESCOLARES DOS ALUNOS DO ENSINO INFANTIL, FUNDAMENTAL E MÉDIO DO MUNICÍPIO DE GUARACIABA PARA O ANO DE 2018. SUPRESSÃO DE KILOMETRAGEM.

Aditivo Nº : Ad04/18Cont33/17 - Contrato Nº: 33/2017

Contratante...: MUNICÍPIO DE GUARACIABA

Contratada...: ILSO ANTONIO BORLA EIRELI - EPP

Valor : 10.734,43 (dez mil setecentos e trinta e quatro reais e quarenta e três centavos)

Vigência : Início: 21/06/2018 Término: 31/12/2018

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 112/2016

Recursos : Dotação:

Objeto : CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE ESCOLAR (ONIBUS, KOMBI E MICRO-ONIBUS) DESTINADO PARA O TRAJETOS ESCOLARES, GARANTINDO O ACESSO E A PERMANÊNCIA NOS ESTABELECIMENTOS ESCOLARES DOS ALUNOS DO ENSINO INFANTIL, FUNDAMENTAL E MÉDIO DO MUNICÍPIO DE GUARACIABA PARA O ANO DE 2018. SUPRESSÃO DE KILOMETRAGEM.

Aditivo Nº : Ad04/18Cont34/17 - Contrato Nº: 34/2017

Contratante...: MUNICÍPIO DE GUARACIABA

Contratada...: CELSO PARISOTTO - ME

Valor : 2.382,40 (dois mil trezentos e oitenta e dois reais e quarenta centavos)

Vigência : Início: 21/06/2018 Término: 31/12/2018

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 112/2016

Recursos : Dotação:

Objeto : CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE ESCOLAR (ONIBUS, KOMBI E MICRO-ONIBUS) DESTINADO PARA O TRAJETOS ESCOLARES, GARANTINDO O ACESSO E A PERMANÊNCIA NOS ESTABELECIMENTOS ESCOLARES DOS ALUNOS DO ENSINO INFANTIL, FUNDAMENTAL E MÉDIO DO MUNICÍPIO DE GUARACIABA PARA O ANO DE 2018. SUPRESSÃO DE KILOMETRAGEM.

Aditivo Nº : Ad04/18Cont36/17 - Contrato Nº: 36/2017

Contratante...: MUNICÍPIO DE GUARACIABA

Contratada...: JUNIOR CESAR SCAPIN EIRELI - ME

Valor : 483,00 (quatrocentos e oitenta e três reais)

Vigência : Início: 21/06/2018 Término: 31/12/2018

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 112/2016

Recursos : Dotação:

Objeto : CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE ESCOLAR (ONIBUS, KOMBI E MICRO-ONIBUS) DESTINADO PARA O TRAJETOS ESCOLARES, GARANTINDO O ACESSO E A PERMANÊNCIA NOS ESTABELECIMENTOS ESCOLARES DOS ALUNOS DO ENSINO INFANTIL, FUNDAMENTAL E MÉDIO DO MUNICÍPIO DE GUARACIABA PARA O ANO DE 2018. SUPRESSÃO DE KILOMETRAGEM.

Aditivo Nº : Ad04/18Cont38/17 - Contrato Nº: 38/2017

Contratante...: MUNICÍPIO DE GUARACIABA

Contratada...: GV TUR TRANSPORTES LTDA ME

Valor : 10.164,33 (dez mil cento e sessenta e quatro reais e trinta e três centavos)

Vigência : Início: 21/06/2018 Término: 31/12/2018

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 112/2016

Recursos : Dotação:

Objeto : CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE ESCOLAR (ONIBUS, KOMBI E MICRO-ONIBUS) DESTINADO PARA O TRAJETOS ESCOLARES, GARANTINDO O ACESSO E A PERMANÊNCIA NOS ESTABELECIMENTOS ESCOLARES DOS ALUNOS DO ENSINO INFANTIL, FUNDAMENTAL E MÉDIO DO MUNICÍPIO DE GUARACIABA PARA O ANO DE 2018. SUPRESSÃO DE KILOMETRAGEM.

Aditivo Nº : Ad05/18Cont37/17 - Contrato Nº: 37/2017

Contratante...: MUNICIPIO DE GUARACIABA

Contratada...: COMERCIO E TRANSPORTES MARIO LTDA ME

Valor : 2.616,45 (dois mil seiscentos e dezesseis reais e quarenta e cinco centavos)

Vigência : Início: 21/06/2018 Término: 31/12/2018

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 112/2016

Recursos : Dotação:

Objeto : CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE ESCOLAR (ONIBUS, KOMBI E MICRO-ONIBUS) DESTINADO PARA O TRAJETOS ESCOLARES, GARANTINDO O ACESSO E A PERMANÊNCIA NOS ESTABELECIMENTOS ESCOLARES DOS ALUNOS DO ENSINO INFANTIL, FUNDAMENTAL E MÉDIO DO MUNICÍPIO DE GUARACIABA PARA O ANO DE 2018. SUPRESSÃO DE KILOMETRAGEM.

Aditivo Nº : Ad05/18Cont39/17 - Contrato Nº: 39/2017

Contratante...: MUNICIPIO DE GUARACIABA

Contratada...: NELIS FATIMA BORLA SANTIN - ME

Valor : 46,12 (quarenta e seis reais e doze centavos)

Vigência : Início: 21/06/2018 Término: 31/12/2018

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 112/2016

Recursos : Dotação:

Objeto : CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE ESCOLAR (ONIBUS, KOMBI E MICRO-ONIBUS) DESTINADO PARA O TRAJETOS ESCOLARES, GARANTINDO O ACESSO E A PERMANÊNCIA NOS ESTABELECIMENTOS ESCOLARES DOS ALUNOS DO ENSINO INFANTIL, FUNDAMENTAL E MÉDIO DO MUNICÍPIO DE GUARACIABA PARA O ANO DE 2018. ACRÉSCIMO E SUPRESSÃO DE KILOMETRAGEM.

Aditivo Nº : Ad05/18Cont40/17 - Contrato Nº: 40/2017

Contratante...: MUNICIPIO DE GUARACIABA

Contratada...: PARAISENSE TRANSPORTES LTDA - ME

Valor : 234,67 (duzentos e trinta e quatro reais e sessenta e sete centavos)

Vigência : Início: 21/06/2018 Término: 31/12/2018

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 112/2016

Recursos : Dotação:

Objeto : CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE ESCOLAR (ONIBUS, KOMBI E MICRO-ONIBUS) DESTINADO PARA O TRAJETOS ESCOLARES, GARANTINDO O ACESSO E A PERMANÊNCIA NOS ESTABELECIMENTOS ESCOLARES DOS ALUNOS DO ENSINO INFANTIL, FUNDAMENTAL E MÉDIO DO MUNICÍPIO DE GUARACIABA PARA O ANO DE 2018. ACRÉSCIMO E SUPRESSÃO DE KILOMETRAGEM.

Aditivo Nº : Ad07/18Cont19/14 - Contrato Nº: 19/2014

Contratante...: MUNICIPIO DE GUARACIABA

Contratada...: MAINAS TUR TRANSPORTES LTDA - ME

Valor : 445,83 (quatrocentos e quarenta e cinco reais e oitenta e três centavos)

Vigência : Início: 21/06/2018 Término: 31/12/2018

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 6/2014

Recursos : Dotação:

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA COMPLEMENTAR O TRANSPORTE ESCOLAR PARA ALUNOS DA REDE DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE GUARACIABA PARA O ANO LETIVO DE 2018. ACRÉSCIMO DE KILOMETRAGEM.

EXTRATOS CONTRATOS 90.2018.DOCX

Publicação Nº 1664139

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE GUARACIABA
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 90/2018

Contratante...: MUNICIPIO DE GUARACIABA

Contratada...: MAN LATIN AMERICA INDUSTRIA E COMERCIO DE VEICULOS

Valor : 189.900,00 (cento e oitenta e nove mil e novecentos reais)

Vigência : Início: 25/06/2018 Término: 24/06/2019

Recursos : Dotação:

Objeto : AQUISIÇÃO DE VEÍCULO DE TRANSPORTE ESCOLAR DIÁRIO DE ESTUDANTES, DENOMINADO DE ÔNIBUS RURAL ESCOLAR ORE 1 COM DPM, EM ATENDIMENTO ÀS ENTIDADES, EDUCACIONAIS DAS REDES PÚBLICAS DE ENSINO DO MUNICÍPIO (ENSINO FUNDAMENTAL). CONFORME SOLICITAÇÃO SIGARP Nº 77850 DE INTERESSE DA MUNICIPALIDADE, POR MEIO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 19/2017/FNDE/MEC, ATA Nº 07/2018, PARA REGISTRO DE PREÇOS.

Contratada...: MAN LATIN AMERICA INDUSTRIA E COMERCIO DE VEÍCULOS LTDA

Guaramirim

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N.º 02/2018 FMA

Publicação Nº 1664406

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM FAMAG - FUNDAÇÃO DO MEIO AMBIENTE DE GUARAMIRIM
AVISO DE LICITAÇÃO
Edital: Pregão Presencial 2/2018
Processo Licitatório: 2/2018
Tipo: Menor Preço - Por Lote
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS PARA ATENDIMENTOS VETERINÁRIOS PARA CASOS DE ANIMAIS RESGATADOS OU APREENDIDOS EM RAZÃO DE ABANDONO OU MAUS TRATOS, EM CUMPRIMENTO AO ENTABULADO NO INQUÉRITO CIVIL Nº 06.2013.0001.0962-7.
Entrega dos Envelopes: 26/07/2018 às 09h00min
Abertura dos Envelopes: 26/07/2018 às 09h00min
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 2042, nos dias úteis de segunda à sexta feira, das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 16:00h, pelo site www.guaramirim.sc.gov.br ou pelo fone (47) 3373-0247.
Guaramirim (SC), 25 de junho de 2018.

LUIZ ANTONIO CHIODINI
Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO 38/2018 - FMS

Publicação Nº 1664109

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARAMIRIM
AVISO DE LICITAÇÃO

Edital: Pregão Eletrônico 38/2018 - FMS
Processo Licitatório: 38/2018 - FMS
Tipo: Menor Preço - Por Item

Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS AMBULATORIAIS, ATENDENDO A PROPOSTA DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, RECURSO DE EMENDA PARLAMENTAR.

Entrega das Propostas: a partir de 28 de junho de 2018 às 09h no site www.portaldecompraspublicas.com.br
Abertura das Propostas: 11 de julho de 2018 às 09h (horário de Brasília no site www.portaldecompraspublicas.com.br)

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 2042, nos dias úteis de segunda à sexta feira, das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 17:00h, pelo site www.guaramirim.sc.gov.br ou pelo fone (47) 3373-0247.

Guaramirim (SC), 25 de junho de 2018.
Luiz Antonio Chiodini
Prefeito Municipal.

AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS N.º 144/2017 PMG - ERRATA

Publicação Nº 1663839

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
AVISO DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Guaramirim,(SC), torna público para conhecimento dos interessados a ERRATA I ao Edital da Tomada de Preços nº. 144/2017 que tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA E CONSULTORIA TRIBUTÁRIA À SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM (SC).

1. DAS ALTERAÇÕES

- Alteração no Item X do Edital (Documentação da habilitação)

2. RECEBIMENTO E INÍCIO DA ABERTURA DOS ENVELOPES PROPOSTA e DOCUMENTAÇÃO (Passará a conter)

A data de abertura fica designada o dia 12 de julho de 2018 às 09h00min.

As demais informações contidas no Edital permanecem inalteradas. O Edital com a alteração e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 2042, nos dias úteis de segunda à sexta feira, das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 16:00h, pelo site www.guaramirim.sc.gov.br ou pelo fone (47) 3373-0247.

Guaramirim (SC), 21 de junho de 2018.

LUIZ ANTONIO CHIODINI
Prefeito Municipal

AVISO SUSPENSÃO LICITAÇÃO 92/2018 - PMG

Publicação Nº 1663846

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
AVISO DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO
Edital de Pregão Presencial: 92/2018 – PMG
Processo Licitatório: 92/2018– PMG
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE HIGIENE E LIMPEZA PARA ATENDER AOS ÓRGÃOS E SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
COMUNICAMOS que está suspenso o Pregão nº 92/2018 - PMG, para análise de 02 impugnações e questionamentos. A nova data da sessão pública será informada através dos mesmos meios de divulgação utilizados anteriormente.
Esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 2042, nos dias úteis de segunda à sexta feira, das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 17:00h, pelo site www.guaramirim.sc.gov.br ou pelo fone (47) 3373-0247.
Guaramirim (SC), 25 de junho de 2018.
LUIZ ANTONIO CHIODINI PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 129/2018 – PMG.

Publicação Nº 1664144

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS/ SETOR DE LICITAÇÕES

EXTRATO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 129/2018 – PMG.

Objeto: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA MANUTENÇÃO E CONserto DA COLETORA SLATE T41.

Modalidade de Licitação: Dispensa de licitação.

Fundamento Legal: Artigo 24, inciso II, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Contratante: Prefeitura Municipal de Guaramirim/SC, inscrito no CNPJ nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, 2042, Centro – Guaramirim/SC.

Contratado: PEGESUL COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS TOPOGRAFICOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 75.796.417/0003-73, estabelecida na Rua Souza Dutra, nº 145, Sala 309, bairro Estreito, município de Florianópolis, estado de Santa Catarina, CEP 88.070-605. Valor: R\$ 3.780,00 (três mil setecentos e oitenta reais).

Guaramirim (SC), 25 de junho de 2018.

LUIZ ANTONIO CHIODINI
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 35/2018 – PMG

Publicação Nº 1663990

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS – SETOR DE LICITAÇÕES

EXTRATO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 35/2018 – PMG

Processo Licitatório nº 102/2018 – PMG

Modalidade: Inexigibilidade de Licitação – Credenciamento.

Base Legal: art. 25, caput, da Lei nº 8.666/93.

Objeto da Licitação: CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS DE WEBSITES, COM HISTÓRICO MÍNIMO COMPROVADO DE 5.000 (CINCO MIL) ACESSOS NOS ÚLTIMOS SEIS MESES, PARA ANÚNCIOS EM MÍDIA DIGITAL COM DURAÇÃO DE 30 DIAS E EXIBIÇÃO ROTATIVA, DE CARÁTER INFORMATIVO E EDUCATIVO, CAMPANHAS DE UTILIDADE PÚBLICA, DIVULGAÇÃO INSTITUCIONAL DE EVENTOS E CAMPANHAS DO PODER PÚBLICO NAS DIVERSAS ÁREAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM (SC).

Contratante: Prefeitura Municipal de Guaramirim/SC, inscrito no CNPJ nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, 2042, Centro – Guaramirim/SC.

Contratado: EDITORA DO VALE LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 04.555.612/0001-00 e Inscrição Estadual nº 255.777.868, estabelecida na Rua 25 de Julho, nº 1936, bairro Vila Nova, município de Jaraguá do Sul, estado de Santa Catarina, CEP 89.259-000.

Data da Assinatura: 25/06/2018 Vigência: 31/12/2018

Guaramirim (SC), 25 de junho de 2018.

LUIZ ANTONIO CHIODINI
Prefeito Municipal

Guarujá do Sul

PREFEITURA

84/2018

Publicação Nº 1663760

DECRETO Nº 084/2018
AUTORIZA A ALTERAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL
ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL
SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GUARUJA DO SUL no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de GUARUJA DO SUL e autorização contida na Lei Municipal nº002.564/17 de 17 de novembro de 2017.

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 27.666,14 (vinte e sete mil, seiscentos e sessenta e seis reais e catorze centavos), no orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social de Guarujá do Sul, no exercício de 2018, destinado ao reforço do seguinte item orçamentário:

12- FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL:

01- Departamento de Assistência Social:

Atividade: 1201.08.244.0006.2.055

(37)3.3.90.00-00.00.3070- Aplicações Diretas R\$ 9.517,80

12- FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL:

01- Departamento de Assistência Social:

Atividade: 1201.08.244.0006.2.061

(45)3.3.90.00-00.00.3070- Aplicações Diretas R\$18.151,34

Soma R\$ 27.666,14

Art. 2º Para dar cobertura do crédito adicional suplementar de que trata o art. 1º, fica reduzido o Superávit Financeiro do Exercício de 2017, referente aos recursos CRAS o valor de R\$ 9.514,80, e Superávit Financeiro do Exercício de 2017, referente aos recursos CoFinanciamento/ FNAS o valor de R\$ 18.151,34

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Guarujá do Sul, 25 de junho de 2018.

Claudio Junior Weschenfelder

Prefeito Municipal

Certifico que o presente Decreto foi registrado e publicado nesta data.

Júlio Cesar Della Flora

Secretário Administração e Fazenda

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 4.2018-PREF.

Publicação Nº 1663828

Extrato de Publicação de Ata de Registro de Preços
Detentor(es) da Ata: TRANSPORTE E COLETA PREVIATTI LTDA

Ata de Registro de Preços: 04.2018-PREF

Processo Licitatório: 42.2018

Pregão Presencial: 29.2018

Fundamento Legal: Lei 8.666/93, Lei 10.520 e demais legislação.

Objeto: "REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA COLETA, TRANSPORTE E DESTINAÇÃO FINAL DE CARCAÇA DE ANIMAIS MORTOS EM PROPRIEDADES RURAIS NO MUNICIPIO DE GUARUJA DO SUL – SC, CONFORME LEI MUNICIPAL Nº 2.584/2018 PROGRAMA " RECOLHE "

Data da Assinatura: 25.06.2018

Data da Publicação: 26.02.2018

Vigência: 12 (doze) meses, contados da assinatura da Ata.

Valor TOTAL (previsto): R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil e reais).

Herval d'Oeste

PREFEITURA

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 010/2018

Publicação Nº 1663606

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 052/2018
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 010/2018

OBJETO

Aquisição de laje pré moldada convencional, unidirecional para execução de calçada pública na Avenida Santos Dumont - proximidade Unidade de Pronto Atendimento UPA24hs.

CONTRATADO

ANDRADE CONSTRUÇÕES LTDA.

VALOR CONTRATADO

R\$ 1.506,37 (mil quinhentos e seis reais e trinta e sete centavos).

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Artigo 24, inciso I da Lei Federal n.º 8.666/93, de 21 de junho de 1993, atualizada.

Herval d'Oeste, 22 de junho de 2018.

AMÉRICO LORINI

Prefeito

PORTARIA Nº 822/2018

Publicação Nº 1664008

PORTARIA Nº 822/2018

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

HOMOLOGAR o estágio probatório e DECLARAR estável no serviço público municipal, no cargo de provimento efetivo de BIÓLOGO, Nível - 12/1, Referência - A, anexo V da Lei Complementar nº 280/2011, 40 horas semanais, o servidor MARCOS HITOSHI YAMADA (MATRÍCULA 4145), haja vista ter cumprido o período de três anos de estágio probatório de 15 de junho de 2015 a 22 de junho de 2018, com interstício de 08 (oito) dias, consoante o que determina o Decreto nº 3.277 de 05 de maio de 2014, conforme formulários de avaliação constantes em sua ficha funcional.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 22 de junho de 2018.

Américo Lorini

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 823/2018

Publicação Nº 1664009

PORTARIA Nº 823/2018

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER 24 (VINTE E QUATRO) DIAS DE LICENÇA PRÊMIO, nos termos do art. 103 da Lei Complementar nº 281/2011, ao servidor ARLINDO ALCIDES SANTINI (MATRÍCULA 352), ocupante do cargo em provimento efetivo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, Nível - 3, Referência - I, 40 horas semanais, anexo V da Lei Complementar nº 280/2011, referente ao período aquisitivo compreendido entre 19 de agosto de 2012 e 18 de agosto de 2014, para serem gozadas a partir de 22 de junho de 2018 a 15 de julho de 2018.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 22 de junho de 2018.

Américo Lorini

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 824/2018

Publicação Nº 1664011

PORTARIA Nº 824/2018

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

DISPENSAR A PEDIDO DA SERVIDORA, a partir de 22 de junho de 2018, JUREMA CARICIMI (MATRÍCULA 4766), a qual exercia a função de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL, Nível - 2, Referência - A, 20 horas semanais, anexo X da Lei Complementar nº 316/2013, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar nº 313/2013. Sendo que seu contrato de trabalho era regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d'Oeste.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 22 de junho de 2018.

Américo Lorini

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 825/2018

Publicação Nº 1664014

PORTARIA Nº 825/2018

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE a servidora MARCIA JUSSARA STEFFANI ZAGONEL (MATRÍCULA 97), a contar de 18 de junho de 2018, por tempo indeterminado, com fulcro nos artigos 111 a 115, da Lei Complementar nº 281/2011, ocupante do

cargo de provimento efetivo de SUPERVISOR ESCOLAR, Nível - 13, Referência - A, anexo XI da Lei Complementar nº 316/2016, 40 horas semanais, conforme determina a Legislação Específica do Regime Próprio de Previdência Social (IPREVI).

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a data do início da licença.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 22 de junho de 2018.
Américo Lorini
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 826/2018

Publicação Nº 1664016

PORTARIA Nº 826/2018

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS REGULAMENTARES, a servidora IDAMARA DE MELO (MATRÍCULA 2781), ocupante do cargo de provimento efetivo de ODONTÓLOGO, Nível - 13/1, Referência - D, 40 horas semanais, anexo V da Lei Complementar nº 280/2011, referente ao período aquisitivo compreendido entre 29 de junho de 2016 e 28 de junho de 2017, para serem usufruídas a partir de 25 de junho de 2018 a 24 de julho de 2018, conforme dispõe o art. 94 da Lei Complementar nº 281/2011.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 25 de junho de 2018.
Américo Lorini
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 827/2018

Publicação Nº 1664017

PORTARIA Nº 827/2018

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER 12 (DOZE) DIAS DE LICENÇA PRÊMIO, nos termos do art. 103 da Lei Complementar nº 281/2011, a servidora MARIA APARECIDA DA COSTA (MATRÍCULA 2585), ocupante do cargo em provimento efetivo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, Nível - 3, Referência - D, 40 horas semanais, anexo V da Lei Complementar nº 280/2011, referente ao período aquisitivo compreendido entre 19 de agosto de 2011 e 18 de agosto de 2012, para serem gozadas a partir de 25 de junho de 2018 a 06 de julho de 2018.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.
Herval d'Oeste/SC, 25 de junho de 2018.
Américo Lorini
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 828/2018

Publicação Nº 1664018

PORTARIA Nº 828/2018

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

RETIFICAR E DAR NOVA REDAÇÃO A PORTARIA Nº 1125/2017 que concede 24 (vinte e quatro) dias de licença prêmio a servidora TEREZINHA DE FÁTIMA DA COSTA (MATRÍCULA 483), desta forma onde se lê: "referente ao período aquisitivo de 19 de agosto de 2011 a 18 agosto de 2011", leia-se: "referente ao período aquisitivo de 19 de agosto de 2011 a 18 agosto de 2013". CONCEDER 12 (DOZE) DIAS DE LICENÇA PRÊMIO, nos termos do art. 103 da Lei Complementar nº 281/2011, a servidora TEREZINHA DE FÁTIMA DA COSTA (MATRÍCULA 483), ocupante do cargo em provimento efetivo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, Nível - 3, Referência - J, 40 horas semanais, anexo V da Lei Complementar nº 280/2011, referente ao período aquisitivo compreendido entre 19 de agosto de 2014 e 18 de agosto de 2015, para serem gozadas a partir de 25 de junho de 2018 a 06 de julho de 2018.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 25 de junho de 2018.
Américo Lorini
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 829/2018

Publicação Nº 1664019

PORTARIA Nº 829/2018

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

RETIFICAR E DAR NOVA REDAÇÃO A PORTARIA Nº 812/2018 que concede licença prêmio à servidora MARILENE ZANINI MILANI (MATRÍCULA 61), desta forma onde se lê: "CONCEDER 12 (DOZE) DIAS DE LICENÇA PRÊMIO", leia-se: "CONCEDER 24 (VINTE E QUATRO) DIAS DE LICENÇA PRÊMIO".

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 25 de junho de 2018.
Américo Lorini
Prefeito Municipal

TERMO DE AJUSTE Nº 009/2018

Publicação Nº 1664414

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE
CNPJ/MF Nº 82.939.430/0001-38
Rua Nereu Ramos, nº 389 - Centro
CONTRATANTE

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE
POSTO ESTRELA LTDA.
CNPJ/MF Nº 78.617.750/0001-02
Rua Santos Dumont, nº 594 - Centro
CONTRATADA

TERMO DE AJUSTE Nº 009/2018 DE 25 DE JUNHO DE 2018

Pelo presente instrumento, a PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE, pessoa jurídica de direito público, estabelecida na Rua Nereu Ramos, nº 389 Centro, Município de Herval d'Oeste, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob nº 82.939.430/0001-38 neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Senhor Américo Lorini, brasileiro, casado, portador do CPF nº 162.730.799-00, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa POSTO ESTRELA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na Rua Santos Dumont, nº 594 - Centro - Município de Herval d'Oeste - Estado do Santa Catarina, inscrita no CNPJ nº 03.556.616/0001-31, neste ato representado por seu sócio administrador, Senhor Mauro Antonio Dall'Orsoletta, brasileiro, casado, portador do CPF nº 509.673.719-53, doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente Termo de Ajuste à Ata de Registro de Preços nº 006B/2018, que tem por objeto o eventual fornecimento de combustíveis para uso nos veículos, máquinas e equipamentos da frota do Município e do Corpo de Bombeiros de Herval d'Oeste pelo período de 12 (doze) meses, em decorrência do Processo Licitatório nº 025/2018, na Modalidade de Pregão Presencial nº 014/2018 e suas alterações posteriores, e as seguintes cláusulas:

Cláusula Primeira – Do Objeto

O presente termo tem por objeto a repactuação dos valores contratados para o fornecimento de combustíveis.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS VALORES

Considerando o acordo entre as partes, são repactuados os valores para o fornecimento de combustíveis, conforme tabela abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	MARCA	VALOR REGIS-TRADO	%	VALOR REAJUS-TADO
02	ÓLEO DIESEL S-10 S-50	LITRO	RODOIL	R\$ 3,36	- 4,76%	R\$ 3,20
03	GASOLINA COMUM	LITRO	RODOIL	R\$ 4,15	+ 3,37	R\$ 4,29
04	GASOLINA ADITIVADA	LITRO	RODOIL	R\$ 4,13	+3,87 %	R\$ 4,29

CLÁUSULA TERCEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente termo é celebrado com base no artigo 65, inciso II, alínea d da Lei Federal 8.666/ 93 de 21 de junho de 1993 e Legislação Complementar e Portaria do Ministério da Justiça nº 735 de 01/06/2018.

CLÁUSULA QUARTA - Das Disposições Finais

A publicação deste Termo de Ajuste não supre a necessidade de emissão de autorização escrita, para o fornecimento dos itens previstos no instrumento contratual.

Todos os demais itens e cláusulas da ARP Nº 006B/2018, que não foram modificados por força deste termo permanecem em pleno vigor, sendo o presente assinado pelas partes em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Herval d'Oeste, 25 de junho de 2018.

AMÉRICO LORINI
Prefeito Municipal
CPF: 162.730.799-00

MAURO ANTONIO DALL'ORSOLETA
Sócio-administrador
CPF: 509.673.719-53

Testemunhas:

Rubens Antonio Correia
CPF: 687.857.399-87

Luciane Dondoni Gazoni
CPF: 049.770.469-27

Ibiam

PREFEITURA

RESOLUÇÃO Nº 014/2018 - CMS

Publicação Nº 1663571

RESOLUÇÃO N. 14/2018 DE 19 DE JUNHO DE 2018

O CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IBIAM, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Municipal n. 063, de 10 de Novembro de 1997.

CONSIDERANDO a deliberação da Reunião Ordinária do dia 19 de Junho de 2018 e Ata n. 174

RESOLVE:

Art. 1 – Art 1 Aprovar ajuda de custo para despesas hospitalares e de anestesista para o senhor Valdir Rampon no valor de R\$1.100,00 (hum mil e cem reais) .

Art 2 Aprovar ajuda de custo para realização de tratamento de varizes dos membros inferiores da senhora Irene Maria Dal bosco Perosa no valor de R\$1.125,00 (hum mil cento e vinte e cinco reais).

Art 3 Aprovar a compra de uma cadeira de rodas infanto-juvenil Conformita Reclinável Ortopedica para o menor Gustavo Ferreira

Antunes no valor de R\$2.900,30 (dois mil novecentos reais e trinta centavos).

Art 4 Aprovação das instalações físicas da nova UBS (unidade básica de saúde) do município de Ibiam.

Art 5 Aprovar relatório de gestão da secretaria municipal de saúde com período de Janeiro a Dezembro de 2017.

Art 2 – Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3 Ficam revogadas quaisquer disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

IBIAM-SC 19 DE JUNHO DE 2018

Selmir Paulo Bodanese

Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Ibiam

Homologada em: 21/06/2018

Ivanir Zanin

Prefeito Municipal de Ibiam

Publicação e Registro

CÂMARA MUNICIPAL

DECRETO LEGISLATIVO 024/2018

Publicação Nº 1664422

DECRETO LEGISLATIVO Nº 024/2018.

(APROVA AS CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2016 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM)

JOSÉ HENRIQUE RAMOS MOREIRA, PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IBIAM, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe conferem o REGIMENTO INTERNO e a Lei Orgânica Municipal, após aprovação pela Câmara de Vereadores, PROMULGA o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

Art. 1º Ficam aprovadas as contas do exercício de 2016, da Prefeitura Municipal de Ibiam-SC.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação,

Ibiam(SC), 20 de junho de 2018.
JOSÉ HENRIQUE RAMOS MOREIRA
PRESIDENTE DA CÂMARA

O presente Decreto Legislativo foi registrado e publicado nesta secretaria aos vinte dias do mês de junho de dois mil e dezoito.

Elisa Maria Gheno Trevisol
Secretária Executiva

RESOLUÇÃO 001-18

Publicação Nº 1664419

RESOLUÇÃO DA MESA Nº 001, DE 22 DE JUNHO DE 2018
ESTABELECE EXPEDIENTE NA CÂMARA MUNICIPAL NA DATA QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

A MESA DIRETORA DA CÂMARA DE VEREADORES, Município de Ibiam, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e;

Considerando a realização da Copa do Mundo de 2018, durante o mês de junho ;
Com amparo no artigo 65, inciso I, da Lei Orgânica Municipal e artigo 47, inciso I do Regimento Interno;

RESOLVE:

Art. 1º Nos dias de realização de jogos do Brasil na Copa do Mundo de 2018, fica estabelecido expediente na Câmara Municipal de Ibiam, conforme segue:

I- Dia 27 de junho de 2018, expediente das 13.00 às 15.00 horas;

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação
Câmara Municipal de Ibiam, 22 de junho de 2018 .

JOSÉ HENRIQUE R. MOREIRA
Presidente

MIGUEL FELICETTI
1º Vice-Presidente

MARCIA AP. G. DE OLIVEIRA
2º Vice-Presidente

CLODOMIR PARISE
1º Secretário

IRINEU SALVADORI
2º Secretário

Registrada e publicada a presente resolução nesta secretaria aos vinte e dois dias do mês de junho de dois mil e dezoito

ELISA MARIA GHENO TREVISOL
SECRETARIA DA CAMARA

Ibicaré

PREFEITURA

EXTRATO 4 T.A. CONTRATO Nº 019/2017

Publicação Nº 1664157

MUNICÍPIO DE IBICARÉ

ESTADO DE SANTA CATARINA

Extrato Quarto Termo Aditivo Contrato nº 19/2017

FUNDAMENTO LEGAL - Artigo 65, § 8º da Lei n. 8666, de 21 de junho de 1993, na Cláusula Quarta do Contrato de fornecimento de combustível nº 019/2017, com base na justificativa.

DA ALTERAÇÃO

CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO

Revisão de preços com vistas ao restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, mediante autorização contida na Cláusula 4.1 e 4.2 do Contrato, referente a variação do valor do combustível, autorizado pelo Governo Federal, cujo percentual é de 3,08%

Itinerário nº 01,06,07: R\$ 3,56

Itinerário nº 02,05,08: R\$ 3,67

Itinerário nº 03,04,10,11: R\$ 3,60

Itinerário nº 09: R\$ 5,13

Itinerário nº 13: R\$ 3,33

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE IBICARÉ

CONTRATADA: TRANSPORTES IBICARÉ LTDA - ME

Ibicaré, SC, aos 22 de junho de 2018.

Gianfranco Volpato

Prefeito

EXTRATO CONTRATO Nº 73/2018

Publicação Nº 1664155

MUNICÍPIO DE IBICARÉ

ESTADO DE SANTA CATARINA

Extrato Contrato nº 073/2018

FUNDAMENTO LEGAL – Chamada Pública nº 02/2018, fundamentado nas disposições da Lei nº 11947/2009 e da Lei nº 8666/93.

OBJETO: aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos da rede de educação básica pública, verba FNDE/PNAE, para o ano letivo de 2018.

VALOR TOTAL: R\$ 9.020,60 (Nove mil, vinte reais e sessenta centavos)

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE IBICARÉ-SC.

CONTRATADA: COOPERATIVA CENTRAL SABOR COLONIAL

VIGÊNCIA: 31 de dezembro de 2018.

Ibicaré, SC, aos 25 de junho de 2018.

Gianfranco Volpato

Prefeito

Ilhota

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO DO PRG 050 - 2018 MUL - REGISTRO DE PREÇO - PUBLICAÇÕES

Publicação Nº 1664177

PROCESSO Nº. 243/2018

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 50/2018 - MUL

REGISTRO DE PREÇO

SETOR	DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
TIPO	MENOR PREÇO - TOTAL POR ITEM
OBJETO	DO OBJETO – SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAIS CONTRATAÇÕES DE SERVIÇOS DE PUBLICAÇÃO DE ATOS LEGAIS DO MUNICÍPIO DE ILHOTA EM JORNAIS DE GRANDE CIRCULAÇÃO REGIONAL, conforme anexo I do edital.
ENTREGA DOS ENVELOPES – PROPOSTA DE PREÇOS, HABILITAÇÃO e CREDENCIAMENTO: até o dia 11/07/2018 às 09:00 horas, Sala de Reunião da Comissão Municipal de Licitação.	
ABERTURA DAS PROPOSTAS: dia 11/07/2018 às 09:30 horas, após o credenciamento dos representantes.	
REGIMENTO: Lei Nº. 10.520, de 17 de Julho de 2002 e alterações, Decreto nº 3.931/2001, Decreto nº 3.555/2000 e subsidiariamente a Lei Complementar Nº. 123/2006 e a Lei Nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações.	
MAIORES INFORMAÇÕES: O edital na íntegra e todos os seus anexos, estão à disposição no site www.ilhota.sc.gov.br e departamento de Compras e Licitações da PMI – Rua Dr. Leoberto Leal, 160 – Centro – Ilhota – SC, ou informações pelo e-mail: licitacao3@ilhota.sc.gov.br - Telefone: (0xx47) 3343-8800 ramal 815.	

ERICO DE OLIVEIRA
PREFEITO MUNICIPAL

Ilhota, 25 de Junho de 2018.

DECRETO 257/2018

Publicação Nº 1663765

DECRETO Nº 257, DE 19 DE JUNHO DE 2018.

Fixa o horário de funcionamento das repartições públicas da Administração direta e indireta do Município de Ilhota no dia 27/06/2018

ERICO DE OLIVEIRA, Prefeito de Ilhota/SC, com fundamento no art. 72, inciso IV da Lei Orgânica do Município e, considerando o jogo do Brasil X Sérvia no dia 27/06/2018 na Copa do Mundo de Futebol da Rússia,

DECRETA:

Art. 1º No dia 27/06/2018, o expediente das repartições públicas da administração direta e indireta do Município será das 07h00min às 13h00min, sem intervalo.

Art. 2º No dia referido no artigo anterior, o Posto de Saúde Central funcionará em seu horário normal, ou seja, das 08h00min às 22h00min.

Parágrafo único. Os demais postos de saúde atenderão das 07h00min às 13h00min, sem intervalo.

Art. 3º As escolas e creches municipais não terão horário de funcionamento diferenciado em virtude do jogo do dia 27/06.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor a partir da sua publicação.

Ilhota, 19 de junho de 2018.

ERICO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA DA ATA DE REGISTRO 095 PRG 044- 2018 MUL - SMART TV- ELETROINOX

Publicação Nº 1663748

Extrato da Ata de Registro de Preço nº 095/2018

Estado de Santa Catarina

Município de Ilhota

Prefeitura Municipal de Ilhota

Setor de Compras e Licitações

Processo: 218/2018

Pregão Presencial: 44/2018 –MUL

Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE - SMART TV, conforme Anexo I do Edital, deste Município pelo período de 12 meses.

Fornecedor: ELETROINOX COMERCIO DE EQUIPAMENTOS E ELETRONICOS EIRELI EPP

Item	Classificação	Descrição	Cotação	Qtde	Fornecedor	Marca
1	1	TV SMART LED 43" FUL HD 3 ENTREDAS HDMI 2 USB DTV COM CONVERSOR DIGITAL	1.800,0000	41,00	ELETROINOX COMERCIO DE QUIPAMENTOS E ELETRONICOS EIRELI-EPP	PHILIPS
2	1	TV SMART LED 49" FUL HD 3 ENTREDAS HDMI 2 USB DTV COM CONVERSOR DIGITAL	2.238,0000	5,00	ELETROINOX COMERCIO DE QUIPAMENTOS E ELETRONICOS EIRELI-EPP	SEMP TOSHI-BA
3	1	TV SMART LED 55" FUL HD 3 ENTREDAS HDMI 2 USB DTV COM CONVERSOR DIGITAL	4.185,0000	6,00	ELETROINOX COMERCIO DE QUIPAMENTOS E ELETRONICOS EIRELI-EPP	PHILCO

Fornecedor	Valor Total do Fornecedor	Valor Total do Fornecedor por Extenso
ELETROINOX COMERCIO DE QUIPAMENTOS E ELETRONICOS EIRELI-EPP	110.100,00	Cento e dez mil e cem reais

Valor: R\$ 110.100,00 (Cento e dez mil e cem reais)

Assinatura: 20/06/2018

Vigência: 12 MESES.

Erico de Oliveira
Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA DE REGISTR O 093 PRG 040- 2018 MUL - COMBUSTÍVEL - WDCOM

Publicação Nº 1663757

Extrato da Ata de Registro de Preço nº 093/2018
Estado de Santa Catarina
Município de Ilhota
Prefeitura Municipal de Ilhota
Setor de Compras e Licitações
Processo: 198/2018
Pregão Presencial: 40/2018 –MUL

Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAIS AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL E ADITIVO, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DE ABASTECIMENTO DA FROTA DE VEÍCULOS E MAQUINÁRIOS DA PREFEITURA MUNICIPAL E SUAS SECRETARIAS, ALÉM DOS BOMBEIROS MILITARES E O SAMAE, conforme Anexo I do Edital, deste Município pelo período de 12 meses.

Fornecedor: WALENDOWSKY DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS LTDA

Item	Classificação	Descrição	Cotação	Qtde	Fornecedor	Marca
2	1	ÓLEO DIESEL S10, CONFORME LEGISLAÇÃO DA ANP	3,3500	800.000,00	WALENDOWSKY DISTRIBUIDORA DE COMBUSTIVEIS LTDA	WDCOM

Fornecedor	Valor Total do Fornecedor	Valor Total do Fornecedor por Extenso
WALENDOWSKY DISTRIBUIDORA DE COMBUSTIVEIS LTDA	2.680.000,00	Dois milhões, seiscentos e oitenta mil reais

Valor: R\$2.680.000,00 (Dois milhões, seiscentos e oitenta mil reais)

Assinatura: 06/06/2018

Vigência: 12 MESES.

Erico de Oliveira
Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO 073 PRG 039- 2018 MUL- COMBÚSTIVEL - WALENDOWSKY

Publicação Nº 1663702

Extrato da Ata de Registro de Preço nº 073/2018
Estado de Santa Catarina
Município de Ilhota
Prefeitura Municipal de Ilhota
Setor de Compras e Licitações

Processo: 169/2018
Pregão Presencial: 39/2018 –MUL

Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL E ADITIVO, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DE ABASTECIMENTO DA FROTA DE VEÍCULOS E MAQUINÁRIOS DA PREFEITURA MUNICIPAL E SUAS SECRETARIAS, ALÉM DOS BOMBEIROS MILITARES E O SAMAE, conforme Anexo I do Edital, conforme Anexo I do Edital, deste Município pelo período de 12 meses.

Fornecedor: WALENDOWSKY DISTRIBUIDORA DE COMBUSTIVEL LTDA

Item	Descrição	Cotação	Qtde	Fornecedor	Marca
3	ADITIVO ARLA 32, GALÃO DE 20 LITROS	61,85	400,00	WALENDOWSKY DISTRIBUIDORA DE COMBUSTIVEIS LTDA	SUL AMERICANA

Fornecedor	Valor Total do Fornecedor	Valor Total do Fornecedor por Extenso
WALENDOWSKY DISTRIBUIDORA DE COMBUSTIVEIS LTDA	24.740,00	vinte e quatro mil setecentos e quarenta reais

Valor: R\$24.740,00 (Vinte e quatro mil setecentos e quarenta reais)

Assinatura: 16/05/2018

Vigência: 12 MESES.

Erico de Oliveira
Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO 074 PRG 032- 2018 FMS - MEDICAMENTOS - ALTERMED

Publicação Nº 1663703

Extrato da Ata de Registro de Preço nº 074/2018

Estado de Santa Catarina

Município de Ilhota

Prefeitura Municipal de Ilhota

Setor de Compras e Licitações

Processo: 132/2018

Pregão Presencial: 32/2018 –FMS

Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA A FARMÁCIA BÁSICA DA SECRETARIA DE SAÚDE, conforme Anexo I do Edital.

Fornecedor: ALTERMED MATERIAIS MEDICAMENTOS HOSPITALARES LTDA

Item	Descrição	Cotação	Qtde	Fornecedor	Marca
19	AMOXICILINA+ACIDO CLAVULÂNICO 500/125MG	1,0000	20.000,00	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	GSK
22	ANLODIPINO 5 MG	0,0200	25.000,00	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	Teuto
29	BENZIPENILINA BENZAPINA 1.200.000UI PÓ P/ SUSPENSÃO C/ DILUENTE	9,8900	2.000,00	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	Vitamed
37	BUDESONIDA AEROSOL NASAL 50 micrograma	26,9100	500,00	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	Biosintetica
45	CARVEDILOL 12,5 mg	0,1000	50.000,00	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	Torrent
46	CEFALEXINA 250mg/5m SUSPENSÃO ORAL C/ DOSADOR GRADUADO (FRASCO C/ 60ml)	5,1000	1.500,00	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	Teuto
56	CLONAZEPAM 0,5 MG	0,0528	90.000,00	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	Geolab
69	DEXAMETASONA 4MG/ML INJETAVEL (FRASCO/ AMPOLA 2,5ML)	0,4800	400,00	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	Teuto
71	DEXAMETASONA 4MG	0,1690	10.000,00	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	Teuto
75	DIAZEPAM 5MG/ML (AMPOLA 2ML)	0,4750	300,00	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	Teuto
76	DICLOFENACO SÓDICO 25MG/ML (AMPOLA C/ 3ML)	0,4300	1.000,00	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	Teuto

88	ERITROMICINA 50MG SUSP/ORAL FRASCO 15 ML	4,7500	100,00	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	Prati Dona-duzzi
98	FENOTEROL (BROMETO) 5MG/ML (FRASCO C/ 20ML)	2,7000	200,00	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	Prati Dona-duzzi
98	FENOTEROL (BROMETO) 5MG/ML (FRASCO C/ 20ML)	2,7000	200,00	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	Prati Dona-duzzi
136	LORAZEPAM 2MG	0,0799	20.000,00	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	Teuto

Fornecedor	Valor Total do Fornecedor	Valor Total do Fornecedor por Extenso
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	98.004,50	Noventa e oito mil e quatro reais e cinquenta centavos

Valor: R\$98.004,50 (Noventa e oito mil e quatro reais e cinquenta centavos)

Assinatura: 17/05/2018

Vigência: 12 MESES.

Erico de Oliveira
Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO 075 PRG 032- 2018 FMS - MEDICAMENTOS - DIMASTER

Publicação Nº 1663705

Extrato da Ata de Registro de Preço nº 075/2018

Estado de Santa Catarina

Município de Ilhota

Prefeitura Municipal de Ilhota

Setor de Compras e Licitações

Processo: 132/2018

Pregão Presencial: 32/2018 –FMS

Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA A FARMÁCIA BÁSICA DA SECRETARIA DE SAÚDE, conforme Anexo I do Edital.

Fornecedor: DIMASTER COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

Item	Descrição	Cotação	Qtde	Fornecedor	Marca
28	BENZILPENICILINA PROCAÍNA+BENZILPOTÁSSICA 300.000 UI/100.000 UI PÓ P/ SUSPENSÃO C/ AMPOLA DILUENTE	3,9890	600,00	DIMASTER - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.	BLAU
31	BETAMETASONA (ACETATO) + BETAMETASONA (FOSFATO DISSÓDICO) 3 MG + 3MG/ML (FRASCO/AMPOLA)	4,3790	1.000,00	DIMASTER - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.	UNIAO QUIMICA
33	BIPERIDENO (CLORIDRATO) 2mg	0,1490	15.000,00	DIMASTER - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.	CRISTALIA
124	LEVODOPA + CARBIDOPA 250MG + 25 MG	0,7890	15.000,00	DIMASTER - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.	CRISTALIA
126	LEVOMEPROMAZINA (MALEATO) 100MG	0,6400	20.000,00	DIMASTER - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.	CRISTALIA
127	LEVOMEPROMAZINA 25MG	0,3190	20.000,00	DIMASTER - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.	CRISTALIA
149	N-BUTILESCOPOLAMINA (BROMETO) 10MG	0,4000	20.000,00	DIMASTER - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.	GREEN PHARMA

Fornecedor	Valor Total do Fornecedor	Valor Total do Fornecedor por Extenso
DIMASTER - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.	48.022,40	Quarenta e oito mil e vinte e dois reais e quarenta centavos

Valor: R\$48.022,40 (Quarenta e oito mil e vinte e dois reais e quarenta centavos)

Assinatura: 17/05/2018

Vigência: 12 MESES.

Erico de Oliveira
Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO 076 PRG 032- 2018 FMS - MEDICAMENTOS - SOMA

Publicação Nº 1663706

Extrato da Ata de Registro de Preço nº 076/2018
 Estado de Santa Catarina
 Município de Ilhota
 Prefeitura Municipal de Ilhota
 Setor de Compras e Licitações
 Processo: 132/2018
 Pregão Presencial: 32/2018 –FMS

Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA A FARMÁCIA BÁSICA DA SECRETARIA DE SAÚDE, conforme Anexo I do Edital.

Fornecedor: SOMA PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

Item	Descrição	Cotação	Qtde	Fornecedor	Marca
3	ÁCIDO FÓLICO 5MG	0,0360	20.000,00	SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	EMS
13	AMBROXOL (CLORIDRATO) 3MG/ML FRASCO C/ 100ML	1,4000	3.000,00	SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	FARMACE
17	AMITRIPTILINA (CLORIDRATO) 25M	0,0251	150.000,00	SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	EMS
23	ANLODIPINO 10 MG	0,0398	45.000,00	SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	EMS
26	AZITROMICINA 500MG	0,4200	2.000,00	SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	MEDQUIMICA
27	BENZILPENICILINA BENZATINA 600.000UI PÓ P/ SUSPENSÃO	7,9000	2.000,00	SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	TEUTO
34	BROMAZEPAM 3mg	0,0830	100.000,00	SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	TEUTO
35	BROMOPRIDA 10 MG	0,1500	10.000,00	SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	PRATI
47	CEFALEXINA 500 MG	0,2910	50.000,00	SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	TEUTO
57	CLONAZEPAM 2MG	0,0367	300.000,00	SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	RANBAXY
58	CLOPIDROGEL (BISSULFATO) 75MG	0,2624	30.000,00	SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	RANBAXY
80	DILTIAZEM 60MG	0,1000	30.000,00	SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	TEUTO
91	ESPIRONOLACTONA 25MG	0,1300	30.000,00	SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	ASPEN
101	FLUCONAZOL 150MG (CÁPSULA C/1)	0,2100	6.000,00	SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	MEDQUIMICA
102	FLUOXETINA 20MG	0,0410	170.000,00	SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	TEUTO
103	FUROSEMIDA 40MG	0,0209	60.000,00	SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	HIPOLABOR
105	GLICAZIDA 30MG	0,1049	20.000,00	SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	RANBAXY
112	HIDROCORTISONA 500MG (FRASCO/AMPOLA C/ 5ML)	4,2900	600,00	SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	TEUTO
131	LIDOCAÍNA 2% GEL (BISNAGA C/ 30G)	2,1800	1.000,00	SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	HIPOLABOR
134	LORATADINA 1MG/ML XAROPE	1,9900	2.000,00	SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	PRATI
137	MEBENDAZOL SUSP. 100MG/ 5ML (FRASCO C/ 30ML)	0,9300	1.000,00	SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	SOBRAL

138	METILDOPA 250 MG	0,2640	30.000,00	SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	SANVAL
141	METOCLOPRAMIDA 10MG	0,0700	25.000,00	SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	HIPOLABOR
148	MICONAZOL (NITRATO) 20MG/5 CREME VAGINAL C/ APLICADOR (BISNAGA C/ 80G)	3,9800	600,00	SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	HIPOLABOR
159	PARACETAMOL 500MG	0,0340	150.000,00	SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	HIPOLABOR
164	PREDNISOLONA 3MG/ML (FRASCO C/ 60ML)	2,8349	2.000,00	SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	HIPOLABOR
165	PREDNISONA 20MG	0,1460	20.000,00	SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	EMS
166	PREDNISONA 5MG	0,0650	20.000,00	SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	VITAMEDIC
180	SINVASTATINA 40 MG	0,0944	40.000,00	SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	EMS
194	VALPROATO DE SÓDIO 50 MG/ML SOL ORAL (FRASCO C/ 100ML)	2,4149	1.000,00	SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	HIPOLABOR
42	CARBONATO DE LITIO 300 MG	0,17	100.000,00	SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	HIPOLABOR
55	CLONAZEPAM 2,5MG/ML	1,67	500,00	SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	HIPOLABOR

Fornecedor	Valor Total do Fornecedor	Valor Total do Fornecedor por Extenso
SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	149.567,70	Cento e quarenta e nove mil quinhentos e sessenta e sete reais e setenta centavos

Valor: R\$149.567,70 (Cento e quarenta e nove mil quinhentos e sessenta e sete reais e setenta centavos)

Assinatura: 17/05/2018

Vigência: 12 MESES.

Erico de Oliveira
Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO 077 PRG 032- 2018 FMS - MEDICAMENTOS - PROMEFARMA

Publicação Nº 1663708

Extrato da Ata de Registro de Preço nº 077/2018

Estado de Santa Catarina

Município de Ilhota

Prefeitura Municipal de Ilhota

Setor de Compras e Licitações

Processo: 132/2018

Pregão Presencial: 32/2018 –FMS

Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA A FARMÁCIA BÁSICA DA SECRETARIA DE SAÚDE, conforme Anexo I do Edital.

Fornecedor: PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA

Item	Descrição	Cotação	Qtde	Fornecedor	Marca
1	ACIDO ACETILSALICÍLICO 100 MG	0,0179	200.000,00	PROMEFARMA REP.COM. LTDA	SOBRAL
2	ÁCIDOS GRAXOS ESSENCIAIS, ÓLEO VEGETAL POLIINSATURADO (ÓLEO DE GIRASSOL), RICO EM ÁCIDOS GRAXOS ESSENCIAIS (ÁCIDO LINOLÉICO), ÁCIDOS CÁPRICO, CAPRÍLICO, CAPRÓICO, LÁURICO E MIRÍSTICO; PALMITATO DE RETINOL (VITAMINA A), ACETATO DE TOCOFEROL (VITAMINA E), LECITINA DE SOJA, DIÓXIDO DE SILÍCIO, ANTIOXIDANTE (BHT). INDICAÇÃO: TRATAMENTO DE DERMATITES, DE FERIDAS CAUSADAS POR QUEIMADURAS, FERIDAS CIRÚRGICAS, FERIDAS TRAUMÁTICAS, E REGISTRO DA SAÚDE COMO CORRELATOS, USADOS PARA CURATIVOS, FRASCO DE 200 ML.	3,1770	1.000,00	PROMEFARMA REP.COM. LTDA	AGE HOSPITALAR

18	AMOXICILINA + ÁCIDO CLAVULÂNICO 50/12,5MG/ML (FRASCO C/ 75ML)	14,5000	2.000,00	PROMEFARMA REP.COM. LTDA	SANDOZ
39	CARBAMAZEPINA 200 MG	0,0570	100.000,00	PROMEFARMA REP.COM. LTDA	UNIAO QUIMICA
40	CARBAMAZEPINA 20mg/ml (2%) SUSPENSÃO (FRASCO C/ 100ml)	10,8000	1.000,00	PROMEFARMA REP.COM. LTDA	UNIAO QUIMICA
41	CARBONATO DE CÁLCIO MÍNIMO 500mg + COLECALCIFEROL 400UI	0,1180	70.000,00	PROMEFARMA REP.COM. LTDA	NATULAB
48	CETOCONAZOL 20MG/G CREME (BISNAGA C/ 30G)	1,4400	10.000,00	PROMEFARMA REP.COM. LTDA	SOBRAL
54	CLOMIPRAMINA 25MG	0,6690	20.000,00	PROMEFARMA REP.COM. LTDA	SANDOZ
64	CLORPROMAZINA (CLORIDRATO) 100MG	0,1770	15.000,00	PROMEFARMA REP.COM. LTDA	UNIAO QUIMICA
70	DEXAMETASONA (ACETATO) 0,1% (1MG/G) CREME (BISNAGA C/10G)	0,6980	3.000,00	PROMEFARMA REP.COM. LTDA	SANVAL
109	HALOPERIDOL DECANOATO 50MG/ML (AMPOLA C/ 1ML)	5,8300	500,00	PROMEFARMA REP.COM. LTDA	UNIAO QUIMICA
114	IBUPROFENO 50MG/ML (GOTAS) (FRASCO C/ 30ML)	0,9500	2.000,00	PROMEFARMA REP.COM. LTDA	NATULAB
128	LEVOTIROXINA SÓDICA 25 MCG	0,0570	80.000,00	PROMEFARMA REP.COM. LTDA	MERCK
129	LEVOTIROXINA SÓDICA 50 MCG	0,0533	80.000,00	PROMEFARMA REP.COM. LTDA	MERCK
130	LEVOTIROXINA SÓDICA 100 MCG	0,0610	80.000,00	PROMEFARMA REP.COM. LTDA	MERCK
158	PARACETAMOL 200MG SOL. ORAL (GOTAS) - (FRASCO C/ 10ML)	0,5500	3.000,00	PROMEFARMA REP.COM. LTDA	NATULAB
163	POLIVITAMINICO - VITAMINAS A, C, B1, B2, B6, B12 E ZINCO	0,0799	30.000,00	PROMEFARMA REP.COM. LTDA	VITAMED
174	RISPERIDONA 1MG	0,1020	70.000,00	PROMEFARMA REP.COM. LTDA	UNIAO QUIMICA
176	SALBUTAMOL 0,4MG/ML XAROPE (FRASCO C/ 120ML)	1,0000	800,00	PROMEFARMA REP.COM. LTDA	NATULAB
179	SINVASTATINA 20MG	0,0545	150.000,00	PROMEFARMA REP.COM. LTDA	SANDOZ
188	SULFATO DE TERBUTALINA 0,5 MG/ML	1,9000	200,00	PROMEFARMA REP.COM. LTDA	GREENPHARMA
198	VITAMINA A (RETINOL) 50.000 + VITAMINA D (ERGOCALCIFEROL)10.000UI//ML(FRASCO C/ 10ML)	4,3500	600,00	PROMEFARMA REP.COM. LTDA	NATULAB
25	AZITROMICINA 40MG/ML SUSPENSÃO ORAL FRASCO COM 15ML	5,0500	1.000,00	PROMEFARMA REP.COM. LTDA	BRAINFARMA
84	DIPIRONA 500MG	0,0650	60.000,00	PROMEFARMA REP.COM. LTDA	GREENPHARMA
188	SULFATO DE TERBUTALINA 0,5 MG/ML	1,9000	200,00	PROMEFARMA REP.COM. LTDA	GREENPHARMA
192	TOBRAMICINA 3MG/ML SOL. OFTÁLMICA (FRASCO C/ 5ML)	3,9000	500,00	PROMEFARMA REP.COM. LTDA	BRAINFARMA

Fornecedor	Valor Total do Fornecedor	Valor Total do Fornecedor por Extenso
PROMEFARMA REP.COM. LTDA	145.617,00	Cento e quarenta e cinco mil seiscientos e dezessete reais

Valor: R\$145.617,00 (Cento e quarenta e cinco mil seiscientos e dezessete reais)

Assinatura: 17/05/2018

Vigência: 12 MESES.

Erico de Oliveira
Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO 078 PRG 032- 2018 FMS - MEDICAMENTOS - CENTERMEDI

Publicação Nº 1663709

Extrato da Ata de Registro de Preço nº 078/2018
 Estado de Santa Catarina
 Município de Ilhota
 Prefeitura Municipal de Ilhota
 Setor de Compras e Licitações
 Processo: 132/2018
 Pregão Presencial: 32/2018 –FMS

Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA A FARMÁCIA BÁSICA DA SECRETARIA DE SAÚDE, conforme Anexo I do Edital.

Fornecedor: CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

Item	Descrição	Cotação	Qtde	Fornecedor	Marca
30	BENZOATO DE BENZILA 25% (FRASCO C/ 60ML)	2,4490	500,00	CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	IFAL
65	COMPLEXO B (VIT. B1+B2+B6+B5+NICOTINAMIDA PP)	0,0380	30.000,00	CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	PHARMASCIENCE
81	DIMENIDRINATO B6 50/50MG/ML (AMPOLA COM 1ML)	1,2000	500,00	CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	UNIAO Q
120	ISOSSORBIDA (MONONITRATO) 40MG	0,2299	20.000,00	CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	ZYDUS
147	METRONIDAZOL 500MG/5G GEL VAGINAL COM APLICADOR (BISNAGA C/ 50G)	3,5999	600,00	CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	SANVAL
186	SULFATO FERROSO 40MG (COMPRIMIDO REVESTIDO)	0,0350	20.000,00	CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	PHARMASCIENCE

Fornecedor	Valor Total do Fornecedor	Valor Total do Fornecedor por Extenso
CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	10.422,44	Dez mil quatrocentos e vinte e dois reais e quarenta e quatro centavos

Valor: R\$10.422,44 (Dez mil quatrocentos e vinte e dois reais e quarenta e quatro centavos)

Assinatura: 17/05/2018

Vigência: 12 MESES.

Erico de Oliveira
 Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO 079 PRG 032- 2018 FMS - MEDICAMENTOS - ANGEOMED

Publicação Nº 1663711

Extrato da Ata de Registro de Preço nº 079/2018
 Estado de Santa Catarina
 Município de Ilhota
 Prefeitura Municipal de Ilhota
 Setor de Compras e Licitações
 Processo: 132/2018
 Pregão Presencial: 32/2018 –FMS

Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA A FARMÁCIA BÁSICA DA SECRETARIA DE SAÚDE, conforme Anexo I do Edital.

Fornecedor: ANGEOMED COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICOS HOSPITALARES EIRELI

Item	Descrição	Cotação	Qtde	Fornecedor	Marca
15	AMINOFILINA 24MG/ML AMPOLA COM 10 ML	0,7000	600,00	ANGEOMED COM. DE PROD. MEDICO HOSPITALAR LTDA	FARMACE
59	CLORIDRATO DE CIPROFLOXACINO 3MG/ML (SOL. OTOLÓGICA) (FRASCO C/ 5ML)	8,4000	500,00	ANGEOMED COM. DE PROD. MEDICO HOSPITALAR LTDA	EMS

119	ISOSSORBIDA (MONONITRATO) 20MG	0,0770	20.000,00	ANGEOMED COM. DE PROD. MEDICO HOSPITALAR LTDA	ZYDUS
185	POLIVITAMINA - SULFATO FERROSO 400 MG + VIT. C 100MG + CIANOCOBALAMINA 25MCG + ÁCIDO FÓLICO 2MG + VIT. B1 4MG + RIBOFLAMINA 1MG + VIT. B6 1MG + NICOTINAMIDA 10MG + PANT. DE CALCIO 2MG XAROPE (FRASCO COM 100ML)	2,3660	200,00	ANGEOMED COM. DE PROD. MEDICO HOSPITALAR LTDA	PHARMASCIENSE
196	VARFARINA SÓDICA 5MG	0,1120	15.000,00	ANGEOMED COM. DE PROD. MEDICO HOSPITALAR LTDA	TEUTO

Fornecedor	Valor Total do Fornecedor	Valor Total do Fornecedor por Extenso
ANGEOMED COM. DE PROD. MEDICO HOSPITALAR LTDA	8.313,20	Oito mil trezentos e treze reais e vinte centavos

Valor: R\$8.313,20 (Oito mil trezentos e treze reais e vinte centavos)

Assinatura: 17/05/2018

Vigência: 12 MESES.

Erico de Oliveira
Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO 080 PRG 032- 2018 FMS - MEDICAMENTOS - CIAMED

Publicação Nº 1663712

Extrato da Ata de Registro de Preço nº 080/2018

Estado de Santa Catarina

Município de Ilhota

Prefeitura Municipal de Ilhota

Setor de Compras e Licitações

Processo: 132/2018

Pregão Presencial: 32/2018 –FMS

Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA A FARMÁCIA BÁSICA DA SECRETARIA DE SAÚDE, conforme Anexo I do Edital.

Fornecedor: CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

Item	Descrição	Cotação	Qtde	Fornecedor	Marca
67	COLAGENASE + CLORANFENICOL 0,6U/G/0,01G/G (BISNAGA C/ 30G)	6,8000	600,00	CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	ABBOTT
193	TEOFILINA 100MG	0,4299	15.000,00	CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	ABBOTT
195	VALPROATO DE SÓDIO 250 MG	0,1900	70.000,00	CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	ABBOTT

Fornecedor	Valor Total do Fornecedor	Valor Total do Fornecedor por Extenso
CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	23.828,50	Vinte e três mil oitocentos e vinte e oito reais e cinquenta centavos

Valor: R\$23.828,50 (Vinte e três mil oitocentos e vinte e oito reais e cinquenta centavos)

Assinatura: 17/05/2018

Vigência: 12 MESES.

Erico de Oliveira
Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO 081 PRG 032- 2018 FMS - MEDICAMENTOS - MEDILAR

Publicação Nº 1663715

Extrato da Ata de Registro de Preço nº 081/2018

Estado de Santa Catarina

Município de Ilhota

Prefeitura Municipal de Ilhota

Setor de Compras e Licitações

Processo: 132/2018

Pregão Presencial: 32/2018 –FMS

Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA A FARMÁCIA BÁSICA DA SECRETARIA DE SAÚDE, conforme Anexo I do Edital.

Fornecedor: MEDILAR IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES S/A

Item	Descrição	Cotação	Qtde	Fornecedor	Marca
4	ACICLOVIR 200MG	0,1900	20.000,00	MEDILAR IMP. E DIST. DE PRODUTOS MÉDICO HOSP. LTDA	CIFARMA
10	ALBENDAZOL SUSPENSÃO 40 MG/ML (4%) FRASCO 10 ML	0,8900	2.000,00	MEDILAR IMP. E DIST. DE PRODUTOS MÉDICO HOSP. LTDA	GEOLAB
11	ALENDROATO DE SÓDIO 70 MG	0,1900	15.000,00	MEDILAR IMP. E DIST. DE PRODUTOS MÉDICO HOSP. LTDA	DELTA
12	ALOPURINOL 100 MG	0,0330	20.000,00	MEDILAR IMP. E DIST. DE PRODUTOS MÉDICO HOSP. LTDA	SANVAL
14	AMINOFILINA 100MG	0,0550	15.000,00	MEDILAR IMP. E DIST. DE PRODUTOS MÉDICO HOSP. LTDA	HIPOLABOR
21	AMOXICILINA 500 MG	0,1450	50.000,00	MEDILAR IMP. E DIST. DE PRODUTOS MÉDICO HOSP. LTDA	PRATI
36	BROMOPRIDA 4 MG/ML FRASCO 20 ML	0,9500	1.000,00	MEDILAR IMP. E DIST. DE PRODUTOS MÉDICO HOSP. LTDA	PRATI
38	CAPTAPRIL 25 MG	0,0138	10.000,00	MEDILAR IMP. E DIST. DE PRODUTOS MÉDICO HOSP. LTDA	MEDQUIMICA
68	CUMARINA + TROXERRUTINA 15/90MG - DRÁGEAS	0,0914	60.000,00	MEDILAR IMP. E DIST. DE PRODUTOS MÉDICO HOSP. LTDA	CIFARMA
72	DEXCLORFENIRAMINA (MALEATO) 2MG	0,0550	20.000,00	MEDILAR IMP. E DIST. DE PRODUTOS MÉDICO HOSP. LTDA	GEOLAB
78	DIGOXINA 0,05 MG/ML (FRASCO C/60ML)	6,4724	20,00	MEDILAR IMP. E DIST. DE PRODUTOS MÉDICO HOSP. LTDA	PRATI
79	DIGOXINA 0,25 MG	0,0420	15.000,00	MEDILAR IMP. E DIST. DE PRODUTOS MÉDICO HOSP. LTDA	PHARLAB
85	DIPIRONA 500MG/ML GOTAS SOLUÇÃO ORAL C/ 10ML	0,6150	300,00	MEDILAR IMP. E DIST. DE PRODUTOS MÉDICO HOSP. LTDA	NATIVITA
87	DOXICICLINA 100MG	0,1290	5.000,00	MEDILAR IMP. E DIST. DE PRODUTOS MÉDICO HOSP. LTDA	PHARLAB
92	ESTROGÊNIO CONJUGADOS 0,625MG	0,7060	5.000,00	MEDILAR IMP. E DIST. DE PRODUTOS MÉDICO HOSP. LTDA	MABRA
108	HALOPERIDOL 5MG/ML (AMPOLA 1ML)	0,9700	200,00	MEDILAR IMP. E DIST. DE PRODUTOS MÉDICO HOSP. LTDA	HYPOFARMA
113	HIDRÓXIDO DE ALUMÍNIO 60 MG/ML (FRASCO C/ 100ML)	1,6998	1.000,00	MEDILAR IMP. E DIST. DE PRODUTOS MÉDICO HOSP. LTDA	SOBRAL
117	IPRATRÓPIO (BROMETO) 0,250MG/ML (FRASCO C/ 20ML)	0,6900	200,00	MEDILAR IMP. E DIST. DE PRODUTOS MÉDICO HOSP. LTDA	PRATI
121	ITRACONAZOL 100MG	0,6982	1.000,00	MEDILAR IMP. E DIST. DE PRODUTOS MÉDICO HOSP. LTDA	GREENPHARMA
132	LIDOCAÍNA (CLORIDRATO) 2% COM VASOCONDUTOR (FRASCO C/ 20ML)	2,5000	400,00	MEDILAR IMP. E DIST. DE PRODUTOS MÉDICO HOSP. LTDA	HYPOFARMA
142	METOCLOPRAMIDA 4MG/ML SOL. ORAL (FRASCO C/ 10ML)	0,5600	600,00	MEDILAR IMP. E DIST. DE PRODUTOS MÉDICO HOSP. LTDA	MARIOL
152	N-BUTILESCOPOLAMINA(BROMETO) + DIPIRONA SÓDICA 20/2500MG (AMPOLA C/ 5ML)	1,1300	1.500,00	MEDILAR IMP. E DIST. DE PRODUTOS MÉDICO HOSP. LTDA	FARMACE
153	NEOMICINA SULFATO + BACITRACINA 5MG/G + 250UI/G (BISNAGA C/ 15G)	1,3075	3.000,00	MEDILAR IMP. E DIST. DE PRODUTOS MÉDICO HOSP. LTDA	SOBRAL
154	NIFEDIPINO 20MG	0,0495	30.000,00	MEDILAR IMP. E DIST. DE PRODUTOS MÉDICO HOSP. LTDA	GEOLAB
155	NISTATINA 100.000UI/G CREME VAGINAL (BISNAGA C/60G)	2,9300	1.000,00	MEDILAR IMP. E DIST. DE PRODUTOS MÉDICO HOSP. LTDA	GREENPHARMA

157	OMEPRAZOL 20MG	0,0575	200.000,00	MEDILAR IMP. E DIST. DE PRODUTOS MÉDICO HOSP. LTDA	MULTILAB
161	PERMETRINA 1% LOÇÃO (FRASCO C/ 60ML)	1,1700	3.000,00	MEDILAR IMP. E DIST. DE PRODUTOS MÉDICO HOSP. LTDA	NATIVITA
172	RANITIDINA 25MG/ML	0,3500	600,00	MEDILAR IMP. E DIST. DE PRODUTOS MÉDICO HOSP. LTDA	HYPOFARMA
173	RANITIDINA 150MG	0,0690	30.000,00	MEDILAR IMP. E DIST. DE PRODUTOS MÉDICO HOSP. LTDA	MEDQUIMICA
181	SULFADIAZINA 500MG	0,149	1.000,00	MEDILAR IMP. E DIST. DE PRODUTOS MÉDICO HOSP. LTDA	SOBRAL
183	SULFAMETOXAZOL + TRIMETO-PRINA 40 + 8 MG/ML SUSP. ORAL (FRASCO C/ 100ML)	1,4400	800,00	MEDILAR IMP. E DIST. DE PRODUTOS MÉDICO HOSP. LTDA	SOBRAL
189	SULFATO DE MORFINA 10MG/ML	1,5989	200,00	MEDILAR IMP. E DIST. DE PRODUTOS MÉDICO HOSP. LTDA	HIPOLABOR
197	VERAPAMIL 80MG	0,0690	15.000,00	MEDILAR IMP. E DIST. DE PRODUTOS MÉDICO HOSP. LTDA	PRATI

Fornecedor	Valor Total do Fornecedor	Valor Total do Fornecedor por Extenso
MEDILAR IMP. E DIST. DE PRODUTOS MÉDICO HOSP. LTDA	70.360,23	setenta mil e trezentos e sessenta reais e vinte e três centavos

Valor: R\$70.360,23 (setenta mil e trezentos e sessenta reais e vinte e três centavos)

Assinatura: 17/05/2018

Vigência: 12 MESES.

Erico de Oliveira
Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO 082 PRG 032- 2018 FMS - MEDICAMENTOS - MAURO

Publicação Nº 1663718

Extrato da Ata de Registro de Preço nº 082/2018
Estado de Santa Catarina
Município de Ilhota
Prefeitura Municipal de Ilhota
Setor de Compras e Licitações
Processo: 132/2018
Pregão Presencial: 32/2018 –FMS

Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA A FARMÁCIA BÁSICA DA SECRETARIA DE SAÚDE, conforme Anexo I do Edital.

Fornecedor: MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA

Item	Descrição	Cotação	Qtde	Fornecedor	Marca
24	ATROPINA (SULFATO) 0,25 MG/ML AMPOLA 1ML	0,2600	500,00	MAURO MARCIANO COMERCIO MEDICAMENTOS LTDA	ISOFARMA
74	DIAZEPAM 10MG	0,0800	30.000,00	MAURO MARCIANO COMERCIO MEDICAMENTOS LTDA	CRISTALIA
86	DOXAZOSINA (MESILATO) 2MG	0,1140	30.000,00	MAURO MARCIANO COMERCIO MEDICAMENTOS LTDA	APSEN
89	ERITROMICINA 500MG	3,5890	1.000,00	MAURO MARCIANO COMERCIO MEDICAMENTOS LTDA	CELLERA
97	FENOBARBITAL 40MG/ML SOL. ORAL (GOTAS) (FRASCO C/ 20ML)	2,8000	300,00	MAURO MARCIANO COMERCIO MEDICAMENTOS LTDA	CRISTALIA
150	N-BUTILESCOPOLAMINA (BROMETO) 10 MG + DIPIRONA SÓDICA 250 MG	0,3559	35.000,00	MAURO MARCIANO COMERCIO MEDICAMENTOS LTDA	HYPERMARCAS
170	PROPATILOURACILA 100MG	0,5599	20.000,00	MAURO MARCIANO COMERCIO MEDICAMENTOS LTDA	BIOLAB

Fornecedor	Valor Total do Fornecedor	Valor Total do Fornecedor por Extenso
MAURO MARCIANO COMERCIO MEDICAMENTOS LTDA	34.033,50	Trinta e quatro mil e trinta e três reais e cinquenta centavos

Valor: R\$34.033,50 (Trinta e quatro mil e trinta e três reais e cinquenta centavos)

Assinatura: 17/05/2018

Vigência: 12 MESES.

Erico de Oliveira
Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO 084 PRG 032- 2018 FMS - MEDICAMENTOS - INOVAMED

Publicação Nº 1663724

Extrato da Ata de Registro de Preço nº 084/2018

Estado de Santa Catarina

Município de Ilhota

Prefeitura Municipal de Ilhota

Setor de Compras e Licitações

Processo: 132/2018

Pregão Presencial: 32/2018 –FMS

Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA A FARMÁCIA BÁSICA DA SECRETARIA DE SAÚDE, conforme Anexo I do Edital.

Fornecedor: INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA

Item	Descrição	Cotação	Qtde	Fornecedor	Marca
6	ADRENALINA 1MG/ML (AMPOLA 1ML)	1,7380	400,00	INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP	BLAU
8	ÁGUA DESTILADA (AMPOLA C/ 10ML)	0,1190	5.000,00	INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP	FARMACE
9	ALBENDAZOL 400MG	0,3480	5.000,00	INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP	PRATI
16	AMIODARONA (CLORIDRATO) 200MG	0,2990	25.000,00	INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP	GEOLAB
20	AMOXICILINA 250MG/5ML SUSPENSÃO ORAL C/ DOSADOR GRADUADO (FRASCO C/ 60ML)	3,7020	4.000,00	INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP	PRATI
62	CLORPROMAZINA 40MG/ML SOLUÇÃO ORAL	4,7300	100,00	INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP	CRISTALIA
77	DICLOFENACO POTÁSSICO 50MG	0,0449	40.000,00	INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP	CIMED
83	DIPIRONA 500MG/ML INJETAVEL (AMPOLA C/ 2ML)	0,2990	1.000,00	INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP	SANTISA
100	FINASTERIDA 5MG COMPRIMIDO	0,2590	10.000,00	INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP	MERCK
104	FUROSEMIDA 10MG/ML (AMPOLA C/ 2ML)	0,2870	1.000,00	INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP	SANTISA
107	HALOPERIDOL 5MG	0,0779	30.000,00	INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP	UNIAO QUIMICA
111	HIDROCORTISONA 100MG (FRASCO/ AMPOLA C/ 5ML)	1,8740	600,00	INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP	BLAU
135	LORATADINA 10 MG	0,0459	20.000,00	INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP	CIMED
145	METRONIDAZOL 250MG	0,1040	1.000,00	INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP	PRATI
178	SERTRALINA (CLORIDRATO)50MG	0,0930	80.000,00	INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP	GEOLAB

182	SULFADIAZINA DE PRATA 10MG/G CREME (BISNAGA C/ 30G)	2,8790	800,00	INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP	PRATI
184	SULFAMETOXAZOL + TRIMETOPRINA 400 + 80MG	0,0797	20.000,00	INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP	PRATI

Fornecedor	Valor Total do Fornecedor	Valor Total do Fornecedor por Extenso
INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP	46.578,80	Quarenta e seis mil quinhentos e setenta e oito reais e oitenta centavos

Valor: R\$46.578,80 (Quarenta e seis mil quinhentos e setenta e oito reais e oitenta centavos)

Assinatura: 17/05/2018

Vigência: 12 MESES.

Erico de Oliveira
Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO 085 PRG 032- 2018 FMS - MEDICAMENTOS - PHARMA

Publicação N° 1663726

Extrato da Ata de Registro de Preço nº 085/2018

Estado de Santa Catarina

Município de Ilhota

Prefeitura Municipal de Ilhota

Setor de Compras e Licitações

Processo: 132/2018

Pregão Presencial: 32/2018 –FMS

Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA A FARMÁCIA BÁSICA DA SECRETARIA DE SAÚDE, conforme Anexo I do Edital.

Fornecedor: PHARMA LOG PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA

Item	Descrição	Cotação	Qtde	Fornecedor	Marca
122	LEVODOPA + BENSERAZIDA 100 +25MG	0,8990	10.000,00	PHARMA LOG PRODUTOS FARMACEU- TICOS LTDA	PROLOPA BD/ROCHE
123	LEVODOPA+BENSERAZIDA 200+ 50MG	0,7199	10.000,00	PHARMA LOG PRODUTOS FARMACEU- TICOS LTDA	PROLOPA/ROCHE
140	METILFENIDATO (CLORIDRATO) 10MG	0,9399	15.000,00	PHARMA LOG PRODUTOS FARMACEU- TICOS LTDA	RITALINA/NOVARTIS
162	PIRIMITAMINA 25MG	0,0692	500,00	PHARMA LOG PRODUTOS FARMACEU- TICOS LTDA	DARAPRIM/FARMOQUIMICA
169	PROPATILNITRATO 10MG	0,2600	50.000,00	PHARMA LOG PRODUTOS FARMACEU- TICOS LTDA	SUSTRATE/FARMOQUIMICA

Fornecedor	Valor Total do Fornecedor	Valor Total do Fornecedor por Extenso
PHARMA LOG PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA	43.322,10	Quarenta e três mil trezentos e vinte e dois reais e dez centavos

Valor: R\$43.322,10 (Quarenta e três mil trezentos e vinte e dois reais e dez centavos)

Assinatura: 17/05/2018

Vigência: 12 MESES.

Erico de Oliveira
Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO 086 PRG 032- 2018 FMS - MEDICAMENTOS - ONIX

Publicação N° 1663730

Extrato da Ata de Registro de Preço nº 086/2018

Estado de Santa Catarina

Município de Ilhota

Prefeitura Municipal de Ilhota

Setor de Compras e Licitações

Processo: 132/2018

Pregão Presencial: 32/2018 –FMS

Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA A FARMÁCIA BÁSICA DA SECRETARIA DE SAÚDE, conforme Anexo I do Edital.

Fornecedor: CIRURGICA ONIX- EIRELI

Item	Descrição	Cotação	Qtde	Fornecedor	Marca
5	ACICLOCIR 200MG CREME	2,5590	1.000,00	CIRURGICA ONIX-EIRELI ME	PRATI DONADUZI
7	ÁGUA DESTILADA (AMPOLA C/ 5ML)	0,1599	5.000,00	CIRURGICA ONIX-EIRELI ME	SAMTEC
32	BIPERIDENO 5MG/ML. AMPOLA 1ML	1,8700	300,00	CIRURGICA ONIX-EIRELI ME	CRISTALIA
43	CARVEDILOL 3,125MG	0,0690	30.000,00	CIRURGICA ONIX-EIRELI ME	E.M.S
44	CARVEDILOL 6,25	0,0760	30.000,00	CIRURGICA ONIX-EIRELI ME	E.M.S
49	CETOCONAZOL 200 MG	0,1380	12.000,00	CIRURGICA ONIX-EIRELI ME	PRATI DONADUZI
61	CLORPROMAZINA (CLORIDRATO) 5MG/ML (AMPOLA C/ 5ML)	1,0750	100,00	CIRURGICA ONIX-EIRELI ME	UNIAO QUIMICA
82	DIMENIDRINATO B6 50/50MG	0,1668	10.000,00	CIRURGICA ONIX-EIRELI ME	UNIAO QUIMICA
95	FENOBARBITAL 100MG/ML (AMPOLA C/ 2ML)	1,5480	200,00	CIRURGICA ONIX-EIRELI ME	CRISTALIA
96	FENOBARBITAL 100MG	0,0870	50.000,00	CIRURGICA ONIX-EIRELI ME	CRISTALIA
106	GLICOSE 25% (AMPOLA C/ 10ML)	0,2004	300,00	CIRURGICA ONIX-EIRELI ME	SAMTEC
110	HEPARINA SÓDICA 5.000 UI/ML SOL. INJETAVEL (AMPOLA C/ 0,25 ML)	4,4190	1.000,00	CIRURGICA ONIX-EIRELI ME	CRISTALIA
118	ISOSSORBIDA (DINITRATO) 10MG	0,2709	20.000,00	CIRURGICA ONIX-EIRELI ME	E.M.S
125	LEVOMEPRIMAZINA (MALEATO) 40 MG/ML	8,1900	200,00	CIRURGICA ONIX-EIRELI ME	CRISTALIA
133	LIDOCAÍNA (CLORIDRATO) 2% SEM VASOCONDUTOR (FRASCO C/ 20ML)	1,9290	400,00	CIRURGICA ONIX-EIRELI ME	HIPOLABOR
139	METILDOPA 500MG COMPRIMIDO	0,4899	30.000,00	CIRURGICA ONIX-EIRELI ME	SANVAL
143	METOCLOPRAMIDA 10MG/2ML (AMPOLA C/ 2ML)	0,2569	500,00	CIRURGICA ONIX-EIRELI ME	TEUTO
156	NISTATINA 100.000UI/ML SUSP.ORAL(FRASCO C/ 50ML)	2,7519	500,00	CIRURGICA ONIX-EIRELI ME	PRATI DONADUZI
160	PERMANGANATO DE POTÁSSIO 100MG	0,0509	5.000,00	CIRURGICA ONIX-EIRELI ME	FARMAX
177	SECNIDAZOL 1G	0,4699	5.000,00	CIRURGICA ONIX-EIRELI ME	PHARLAB
190	TRAMADOL (CLORIDRATO) 50MG/ML	0,5000	200,00	CIRURGICA ONIX-EIRELI ME	TEUTO
191	TIMOLOL(MALEATO) 0,5% SUL. OFTÁLMICA (FRASCO C/ 5ML)	1,1290	400,00	CIRURGICA ONIX-EIRELI ME	TEUTO

Fornecedor	Valor Total do Fornecedor	Valor Total do Fornecedor por Extenso
CIRURGICA ONIX-EIRELI ME	48.024,32	Quarenta e oito mil e vinte e quatro reais e trinta e dois centavos

Valor: R\$48.024,32 (Quarenta e oito mil e vinte e quatro reais e trinta e dois centavos)

Assinatura: 17/05/2018

Vigência: 12 MESES.

Erico de Oliveira
Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO 087 PRG 032- 2018 FMS - MEDICAMENTOS - AGKVIDA

Publicação Nº 1663733

Extrato da Ata de Registro de Preço nº 087/2018
Estado de Santa Catarina
Município de Ilhota
Prefeitura Municipal de Ilhota
Setor de Compras e Licitações
Processo: 132/2018
Pregão Presencial: 32/2018 –FMS

Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA A FARMÁCIA BÁSICA DA SECRETARIA DE SAÚDE, conforme Anexo I do Edital.

Fornecedor: A.G..K. VIDA

Item	Descrição	Cotação	Qtde	Fornecedor	Marca
51	CINARIZINA 25MG	0,0630	40.000,00	A.G. KIENEN E CIA LTDA	BRAINFARMA
53	CLARITROMICINA 500 MG	2,9500	1.000,00	A.G. KIENEN E CIA LTDA	MEDLEY
93	FENITOINA SÓDICA 100MG	0,1800	30.000,00	A.G. KIENEN E CIA LTDA	TEUTO
171	PROXIMETACAÍNA (CLORIDRATO) COLÍRIO 0,5%	7,6000	50,00	A.G. KIENEN E CIA LTDA	NOVARTIS

Fornecedor	Valor Total do Fornecedor	Valor Total do Fornecedor por Extenso
A.G. KIENEN E CIA LTDA	11.250,00	Onze mil duzentos e cinquenta reais

Valor: R\$11.250,00 (Onze mil duzentos e cinquenta reais)

Assinatura: 17/05/2018

Vigência: 12 MESES.

Erico de Oliveira
Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO 088 PRG 032- 2018 FMS - MEDICAMENTOS - PROHOSP

Publicação Nº 1663735

Extrato da Ata de Registro de Preço nº 088/2018
Estado de Santa Catarina
Município de Ilhota
Prefeitura Municipal de Ilhota
Setor de Compras e Licitações
Processo: 132/2018
Pregão Presencial: 32/2018 –FMS

Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA A FARMÁCIA BÁSICA DA SECRETARIA DE SAÚDE, conforme Anexo I do Edital.

Fornecedor: PROHOSP DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

Item	Descrição	Cotação	Qtde	Fornecedor	Marca
90	ESPIRAMICINA 1,5 MUI	3,1400	1.000,00	PROHOSP DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	ROVAMICINA
144	METOPROLOL (succinato) 50MG	0,4800	50.000,00	PROHOSP DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	SELOZOK

Fornecedor	Valor Total do Fornecedor	Valor Total do Fornecedor por Extenso
PROHOSP DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	27.140,00	Vinte e sete mil cento e quarenta reais

Valor: R\$27.140,00 (Vinte e sete mil cento e quarenta reais)

Assinatura: 17/05/2018

Vigência: 12 MESES.

Erico de Oliveira
Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO 089 PRG 032- 2018 FMS - MEDICAMENTOS - VITALSUL

Publicação Nº 1663738

Extrato da Ata de Registro de Preço nº 089/2018
Estado de Santa Catarina
Município de Ilhota
Prefeitura Municipal de Ilhota
Setor de Compras e Licitações
Processo: 132/2018
Pregão Presencial: 32/2018 –FMS

Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA A FARMÁCIA BÁSICA DA SECRETARIA DE SAÚDE, conforme Anexo I do Edital.

Fornecedor: VITALSUL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS ME

Item	Descrição	Cotação	Qtde	Fornecedor	Marca
50	CICLOBENZAPRINA 10MG	0,1400	30.000,00	VITASUL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELI-ME	CIMED
99	FINASTERIDA 1MG	0,2900	10.000,00	VITASUL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELI-ME	VITAMEDIC

Fornecedor	Valor Total do Fornecedor	Valor Total do Fornecedor por Extenso
VITASUL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELI-ME	7.100,00	Sete mil e cem reais

Valor: R\$7.100,00 (Sete mil e cem reais)
Assinatura: 17/05/2018
Vigência: 12 MESES.

Erico de Oliveira
Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO 090 PRG 032- 2018 FMS - MEDICAMENTOS - LIFE CENTER

Publicação Nº 1663743

Extrato da Ata de Registro de Preço nº 090/2018
Estado de Santa Catarina
Município de Ilhota
Prefeitura Municipal de Ilhota
Setor de Compras e Licitações
Processo: 132/2018
Pregão Presencial: 32/2018 –FMS

Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA A FARMÁCIA BÁSICA DA SECRETARIA DE SAÚDE, conforme Anexo I do Edital.

Fornecedor: LIFE CENTER DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

Item	Descrição	Cotação	Qtde	Fornecedor	Marca
187	SULFATO FERROSO GOTAS 125 MG/ML FRASCO C/ 30ML	0,7500	200,00	LIFE CENTER COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	HIPOLABOR

Fornecedor	Valor Total do Fornecedor	Valor Total do Fornecedor por Extenso
LIFE CENTER COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	150,00	Cento e cinquenta reais

Valor: R\$150,00 (Cento e cinquenta reais)
Assinatura: 17/05/2018
Vigência: 12 MESES.

Erico de Oliveira
Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO 092 PRG 040- 2018 MUL - COMBUSTÍVEL - POSTO DELTA

Publicação Nº 1663752

Extrato da Ata de Registro de Preço nº 092/2018
Estado de Santa Catarina
Município de Ilhota
Prefeitura Municipal de Ilhota
Setor de Compras e Licitações
Processo: 198/2018
Pregão Presencial: 40/2018 –MUL

Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAIS AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL E ADITIVO, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DE ABASTECIMENTO DA FROTA DE VEÍCULOS E MAQUINÁRIOS DA PREFEITURA MUNICIPAL E SUAS SECRETARIAS, ALÉM DOS BOMBEIROS MILITARES E O SAMAE, conforme Anexo I do Edital, deste Município pelo período de 12 meses.

Fornecedor: ITAPOCOROY COMBUSTÍVEIS LTDA-EPP

Item	Descrição	Cotação	Qtde	Fornecedor	Marca
1	GASOLINA COMUM, DE APARENCIA INCOLOR Á AMARELA, COM ADIÇÃO DE ALCOOL ETILICO, CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE (RESOLUÇÃO DA CIMA). SEM QUALQUER OUTRO TIPO DE ADITIVO. LIMPIDO, ISENTO DE IMPUREZA	3,9400	110.000,00	ITAPOCOROY COMBUSTÍVEIS LTDA-EPP	STANG

Fornecedor	Valor Total do Fornecedor	Valor Total do Fornecedor por Extenso
ITAPOCOROY COMBUSTÍVEIS LTDA-EPP	433.400,00	Quatrocentos e trinta e três mil e quatrocentos reais

Valor: R\$433.400,00 (Quatrocentos e trinta e três mil e quatrocentos reais)

Assinatura: 06/06/2018

Vigência: 12 MESES.

Erico de Oliveira
Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA REGISTRO 083 PRG 032- 2018 FMS - MEDICAMENTOS - COMERCIAL CIRÚRGICA RIOCLARENSE LTDA

Publicação Nº 1663721

Extrato da Ata de Registro de Preço nº 083/2018
Estado de Santa Catarina
Município de Ilhota
Prefeitura Municipal de Ilhota
Setor de Compras e Licitações
Processo: 132/2018
Pregão Presencial: 32/2018 –FMS

Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA A FARMÁCIA BÁSICA DA SECRETARIA DE SAÚDE, conforme Anexo I do Edital.

Fornecedor: COMERCIAL CIRÚRGICA RIOCLARENSE LTDA

Item	Descrição	Cotação	Qtde	Fornecedor	Marca
60	CLORAFENICOL + AMINOÁCIDOS + METIONINA + RETINOL 3,5G (POMADA OFT.)	9,0000	60,00	COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA	LATINOFARMA
63	CLORPROMAZINA (CLORIDRATO) 25MG	0,1800	20.000,00	COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA	CRISTALIA
73	DEXCLORFENIRAMINA (MALEATO) 2MG/5ML SUSP. ORAL (FRASCO C/ 100ML)	0,9000	3.000,00	COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA	HIPOLABOR
94	FENITOINA SÓDICA 50MG/ML (AMPOLA C/ 5ML)	1,7540	200,00	COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA	HIPOLABOR
116	IMIPRAMINA 25MG	0,2190	50.000,00	COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA	CRISTALIA
167	PROMETAZINA (CLORIDRATO) 25 MG	0,0900	15.000,00	COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA	CRISTALIA
168	PROMETAZINA (CLORIDRATO) 25MG/ML (AMPOLA C/ 2ML)	1,6990	600,00	COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA	SANVAL

175	SAIS P/ REIDRATAÇÃO (CL. SÓDICO 3.5G + CL. POTÁSSICO 1.5G+ CITRATO SÓDICO 2.9 + GLICOSE ANIDRA 20G) (PÓ PARA SOL. ORAL 27,9g)	0,4300	2.000,00	COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA	GLOBO
-----	---	--------	----------	--------------------------------------	-------

Fornecedor	Valor Total do Fornecedor	Valor Total do Fornecedor por Extenso
COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA	21.370,20	Vinte e um mil trezentos e setenta reais e vinte centavos

Valor: R\$21.370,20 (Vinte e um mil trezentos e setenta reais e vinte centavos)

Assinatura: 17/05/2018

Vigência: 12 MESES.

Erico de Oliveira
Prefeito Municipal

Imarui**PREFEITURA****AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL PMI Nº 020/2018**

Publicação Nº 1663486

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL PMI Nº 020/2018

O Município de Imaruí/SC, torna público aos interessados que se encontra aberta o Pregão Presencial – Registro de Preço, para Contratação de empresa para prestação de serviços de instalação e manutenção preventiva e corretiva nos aparelhos condicionadores de ar, incluindo os materiais e equipamentos necessários à manutenção, remanejamento, higienização e instalação, nas escolas, postos de saúde e prédios públicos do Município de Imaruí. Entrega dos envelopes: até às 11h do dia 09/07/2018 no Setor de Protocolo. Sessão Pública para abertura dos envelopes: às 11h15min do dia 09/07/2018 no Setor de Licitação. Local: Rua José Inácio da Rocha, 109 – Centro – Imaruí/SC. O edital ficará à disposição de 2ª a 6ª feira das 07h às 13h no setor de licitação, no e-mail de licitação, ou pelo site www.imarui.sc.gov.br. Informações no fone 48 3643-0213 ou através do e-mail licitacao@imarui.sc.gov.br.

Imaruí, 25 de junho de 2018.
Rui José Candemil Júnior
Prefeito de Imaruí

DECRETO Nº. 031, DE 21 DE JUNHO DE 2018.

Publicação Nº 1663619

DECRETO Nº. 031, DE 21 DE JUNHO DE 2018.
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR DE REMANEJAMENTO, EXERCÍCIO 2018, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR, Prefeito de Imaruí, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Imaruí,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Suplementar de Remanejamento no Orçamento do Fundo Municipal de Saúde, do corrente Exercício, na importância de R\$ 10.000,00, conforme segue:

ÓRGÃO – 14	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
UNIDADE – 14.02	ATENÇÃO BÁSICA			
PROJ/ATIV. – 2.107	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE MELHORIA DO ACESSO E DA QUALIDADE - PMAQ			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
4.4.90.00.00.00.00.00	37	1.064	Aplicações Diretas	10.000,00
Total				10.000,00

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o item anterior (a) serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

ÓRGÃO – 14	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
UNIDADE – 14.02	ATENÇÃO BÁSICA			
PROJ/ATIV. – 2.107	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE MELHORIA DO ACESSO E DA QUALIDADE - PMAQ			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.90.00.00.00.00.00	36	1.064	Aplicações Diretas	10.000,00
Total				10.000,00

Art. 3º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a retificar os anexos do Plano Plurianual, 2018-2021 e da Lei de Diretrizes Orçamentárias, 2018.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Imaruí, 21 de junho de 2018.
RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR
Prefeito Municipal
Publicado no Diário oficial dos Municípios – DOM.

Imbituba

PREFEITURA

CONTRATO 2018/10 -A/00 PROC 42/2018 SEASTH

Publicação Nº 1664579

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI SEAST 2018/10 – A/00

Contratada: KHRONOS SEGURANÇA PRIVADA LTDA

CPF: 04.629.488/0001-71

Objeto: EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE RASTREAMENTO E MONITORAMENTO DE VEÍCULOS VIA SATÉLITE POR GPS/GSM/GPRS DA FROTA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA, INCLUINDO O FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS A TÍTULO DE COMODATO, COMPONENTES, LICENÇAS DE USO DE SOFTWARE, SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO, CONFIGURAÇÃO, CAPACITAÇÃO E SUPORTE TÉCNICO.

Prazo: 12 meses Valor Total: R\$ 2.638,27

Fundamento: Processo nº 42/2018 Pregão nº25/2018

Imbituba, 13 de junho de 2018.

Camila Pires Fermينو

Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Habitação

Contratante

KHRONOS SEGURANÇA PRIVADA LTDA

Representante legal

Contratada

CONTRATO 2018/12 -A/00 PROC 42/2018 SEMUSA

Publicação Nº 1664586

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: SEMUSA 2018/12 – A/00

Contratada: KHRONOS SEGURANÇA PRIVADA LTDA

CNPJ: 04.629.488/0001-71

Objeto: EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE RASTREAMENTO E MONITORAMENTO DE VEÍCULOS VIA SATÉLITE POR GPS/GSM/GPRS DA FROTA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA, INCLUINDO O FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS A TÍTULO DE COMODATO, COMPONENTES, LICENÇAS DE USO DE SOFTWARE, SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO, CONFIGURAÇÃO, CAPACITAÇÃO E SUPORTE TÉCNICO.

Prazo: será até 12 meses Valor Total: R\$ 23.744,43

Fundamento: Processo nº 42/2018 Pregão nº 25/2018

Imbituba, 13 de junho de 2018

Graciela Wiemes Ribeiro

Secretária Municipal de Saúde

CONTRATANTE

KHRONOS SEGURANÇA PRIVADA LTDA

Representante legal

CONTRATADO

CONTRATO 2018/33-A/00 PROC 55/2018 PMI SEINFRA

Publicação Nº 1663923

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: Contrato PMI SEINFRA 2018/ 33 -A/00

Contratada: ITAPIRUBÁ INDÚSTRIA E COMERCIO DE ARTEFATOS DE CIMENTOS LTDA EPP

CNPJ: 08.397.388/0001-46

Objeto: CONTRATAÇÃO DE UMA EMPRESA, PARA IMPLANTAÇÃO DA PAVIMENTAÇÃO (LAJOTAS) E DRENAGEM PLUVIAL E SINALIZAÇÃO VIÁRIA NA AVENIDA CENTRAL DO ROSA, SITUADA NO BAIRRO DO MESMO NOME.

Valor Total: R\$ 210.999,99

Fundamento: Processo nº 55/2018 Tomada de Preço nº 01/2018

Imbituba, 22 de junho de 2018

Alex Sandro Carpes

Secretário de Infraestrutura e Saneamento

Contratante

ITAPIRUBÁ INDÚSTRIA E COMERCIO DE ARTEFATOS DE CIMENTOS LTDA EPP

Representante legal

Contratada

ERRATA 01 AOS EDITAIS DE LOTAÇÃO SEDUCE N. 01 E 02/2018

Publicação Nº 1664603

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - SEDUCE

ERRATA 01 AOS EDITAIS DE LOTAÇÃO SEDUCE N. 01 E 02 DE 2018 Prorroga o prazo para confirmação ou renúncia de lotação (primeira etapa) e prorroga o prazo para solicitar lotação (segunda etapa).

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA no uso de suas atribuições legais e tendo em vista os apontamentos levantados por diversos profissionais da Rede Municipal de Educação, assim como a constatação de outras adequações, vem retificar o EDITAL SEDUCE N. 01/2018 publicado em 14 de junho de 2018 no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina com a seguintes ALTERAÇÕES:

Altera o item 2.3 do edital originário para prorrogar o prazo para 15 (quinze) dias corridos para que os professores já lotados manifestem se querem ABRIR MÃO DE SUA LOTAÇÃO (deseja mudar a sua lotação) para concorrer a uma nova lotação na próxima fase do edital. A não manifestação/inércia do professor já lotado será entendida como CONFIRMAÇÃO DE LOTAÇÃO (não deseja mudar a sua lotação).

Altera o item 3.3 do edital originário para prorrogar o prazo para 30 (trinta) dias corridos para que os professores - que não possuem lotação ou que abriram mão de sua lotação anterior – apresentem sua intenção de ser lotado em umas das instituições de ensino, conforme o formulário do edital já publicado.

Prorroga os prazos recursais para 5 (cinco) dias.

Os recursos da primeira etapa já interpostos serão analisados e publicados conforme o novo cronograma:

NOVO CRONOGRAMA

ETAPA	PRAZO INICIAL	PRAZO FINAL
PRIMEIRA – PARA OS JÁ LOTADOS (abrir mão de lotação)	27/06/2018	11/07/2018
PUBLICAÇÃO DO RESULTADO	13/07/2018	16/04/2018

RECURSOS	16/07/2018	20/07/2018
PUBLICAÇÃO DOS RECURSOS	23/07/2018	24/07/2018
SEGUNDA – PARA OS NÃO LOTADOS (requerer lotação)	24/07/2018	22/08/2018
PUBLICAÇÃO DO RESULTADO	23/08/2018	06/09/2018
RECURSOS	10/09/2018	25/09/2018

Filipe Dias Antônio
Secretário Municipal de Educação, Cultura e Esporte

EXTRATO - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - EDITAL PMI/CERSP/PSS/Nº 08/2018

Publicação Nº 1664584

EXTRATO
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO
EDITAL PMI/CERSP/PSS/Nº 08/2018

De ordem do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Imbituba, a Comissão Especial de Recrutamento e Seleção de Pessoal – CERSP da Prefeitura Municipal de Imbituba, Santa Catarina, no uso de suas atribuições, pelo decreto 65, de 30 de abril de 2008, torna público as instruções especiais destinadas a realização de Processo Seletivo Simplificado por Títulos, destinado a reserva técnica para preenchimento dos cargos temporários existentes no Quadro Permanente e Suplementar de Pessoal, conforme Lei nº 4.644, de 15 de dezembro de 2015 e o Edital a seguir:

O Processo Seletivo Simplificado de que trata este Edital, no que se refere ao cargo de Fiscal de Obras e Posturas, funcionará supletivamente ao Processo Seletivo Simplificado objeto do Edital PMI/CERSP/PSS nº 22/2017, de maneira que as vagas de caráter temporária serão inicialmente ofertadas para os candidatos classificados no Edital PMI/CERSP/PSS nº 22/2017.

1 DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

0.1 O Processo Seletivo Simplificado a que se refere o presente Edital, em caráter excepcional, consistirá de Análise de Títulos, tendo como objetivo o recrutamento e a seleção de profissional para suprir vagas temporárias de Fiscal de Obras e Posturas e Fiscal Ambiental para atuarem na temporada de verão, a partir de 01 de outubro de 2018 até 01 de abril de 2019.

ANEXO I

Cargo	Requisitos Básicos	Total de Vagas	Jornada Semanal	Salário Base
Fiscal de Obras e Posturas	Diploma de Conclusão do Ensino Médio	RT	40h	R\$ 1.200,17
Fiscal Ambiental	Diploma de Conclusão do Ensino Médio	RT	40h	R\$ 1.200,17

*RT = Reserva Técnica

Para tomar posse ao(s) cargo(s) em aberto neste edital, o candidato deverá comprovar a formação mínima exigida, conforme detalhado no quadro acima.

2 DAS INSCRIÇÕES

2.1 Período: 28 de Junho à 10 de Julho de 2018.

2.2 Local: Departamento de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública. Rua : Ernani Cotrin, nº 601, Centro, Imbituba, Santa Catarina e/ou via SEDEX postado no período das inscrições.

2.3 Horário: das 13:00 às 19:00 horas.

Edital completo: Disponível na internet www.imbituba.sc.gov.br / TRANSPARÊNCIA / CONCURSOS / PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO
EDITAL PMI/CERSP/PSS/Nº 08/2018

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO PROCESSO 67/2018 DISPENSA 07/2018 (SEDUCE)

Publicação Nº 1664521

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
PROCESSO Nº 67/2018
DISPENSA Nº 07/2018

Objeto: LOCAÇÃO DE IMÓVEL VISANDO ATENDER ÀS DEPENDÊNCIAS ADMINISTRATIVAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES, NA AV. DR. JOÃO RIMSA, Nº 340, NO PAVIMENTO TÉRREO DO EDIFÍCIO RESIDENCIAL IMBITUBA, NO CENTRO DE IMBITUBA/SC.

Contratada: Francisco de Assis Alves.

CPF: 343.233.689-68

Valor Mensal: R\$ 7.500,00 (Sete mil e quinhentos reais).

Fundamentação Legal: Artigo 24, I da Lei 8.666/93, e suas alterações.

Imbituba, 26 de junho de 2018.

Filipe Dias Antônio

Secretário da SEDUCE

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO PROCESSO 68/2018 PREGÃO 41/2018 (PMI - SEINFRA)

Publicação Nº 1664595

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
PMI - SEINFRA
PROCESSO Nº 68/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº 41/2018

A Prefeitura de Imbituba, por meio de seu Pregoeiro Oficial e através da SEINFRA, comunica, que realizará às 16:00 horas, do dia 06 de julho de 2018, licitação na modalidade de Pregão Presencial, do tipo menor preço Global, regido pelo disposto na Lei nº 10.520/2002, pela Lei complementar nº 123/2006, pelo Decreto 8.538/2015 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, a possível "CONTRATAÇÃO DE UMA EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO EM REDES DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA, MELHORIA, AMPLIAÇÃO, SOFTWARE DE GERENCIAMENTO DE MANUTENÇÃO VIA WEB, TELE ATENDIMENTO DE SOLICITAÇÕES DE MANUTENÇÃO E FORNECIMENTO DE MATERIAIS DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA, NO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, NA ÁREA DE RESPONSABILIDADE DA AGÊNCIA REGIONAL DA CELESC-D DE TUBARÃO E COOPERATIVA DE ELETRICIDADE DE PAULO LOPES – CERPALO, OBEDECIDO O RIGOR TÉCNICO EXIGIDO PARA OS TRABALHOS DESTA NATUREZA",

O Edital encontra-se à disposição dos interessados, na Diretoria de Licitações, situada à Rua Ernani Cotrin, 601, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda à Sexta-feira, ou no site www.imbituba.sc.gov.br – link Portal da Transparência.

Imbituba, 26 de Junho de 2018
Alex Sandro Carpes
Secretário da SEINFRA

PORTARIA PMI/SEAD Nº 404/2018

Publicação Nº 1664207

PORTARIA PMI/SEAD Nº 404, de 25 de junho de 2018.

Dispõe sobre a concessão do Adicional Sexta-Parte (ASP) e, dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, com base na Lei Complementar nº 4.492, de 11 de dezembro de 2014 e com base no Decreto PMI nº 314, de 12 de dezembro de 2014, considerando ainda a Resolução SEAGP/GGP nº 001, de 01 de junho de 2015 e o disposto no Processo Administrativo nº 14.818, de 25 de junho de 2018,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao servidor, Sr. ARIOSVALDO DE SOUZA, inscrito no CPF sob o n.º 770.040.949-87, Auxiliar de Serviços, matrícula n.º 63, o Adicional Sexta-Parte (ASP), correspondente a sexta-parte da sua remuneração, pelo cumprimento dos 25 (vinte e cinco) anos de efetivo exercício no serviço público municipal.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 25 de junho de 2018.

Rosivaldo da Silva Júnior Amilton Gonçalves de Souza
Prefeito Municipal Secretário Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa
Gerente de Atos de Pessoal

PORTARIA PMI/SEAD Nº 405/2018

Publicação Nº 1664519

PORTARIA PMI/SEAD Nº 405, de 25 de junho de 2018.

Dispõe sobre Demissão a Pedido de Técnico em Contabilidade, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991 e o artigo 37, II, da CR/88,

RESOLVE:

Art.1º Demitir a pedido, o abaixo relacionado, aprovado no Concurso Público Edital - 01/1998, admitido em 15 de maio de 1998, para exercer o cargo/função conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Demissão
Alex Sandre Calônico	Técnico em Contabilidade 40h	888.389.199-68	22/06/2018

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba SC, 25 de junho de 2018.

Amilton Gonçalves de Souza
Secretário Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa
Gerente de Atos de Pessoal

RETIFICAÇÃO N.01 EDITAL PROESPORTE Nº 01/2018

Publicação Nº 1664601

RETIFICAÇÃO N. 01/2018 DO EDITAL PROESPORTE Nº 001/2018

A Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte de Imbituba - SEDUCE, com sede na Av. Dr. João Rimsa, Nº 340, Prédio Comercial Imbituba, Centro – Imbituba – CEP: 88780-000 SC, na pessoa de seu Secretário Municipal, Filipe Dias Antônio, publica a presente RETIFICAÇÃO ao EDITAL PROESPORTE Nº 001/2018, de 14 de junho de 2018, para alterar o item 2.2 do referido edital, que deverá possuir a seguinte redação:

“2.2) As pessoas físicas e pessoas jurídicas que comprovem já possuir, no dia da abertura deste edital, residência ou sede na cidade de Imbituba;”

Imbituba – SC, 25 de junho de 2018.

Filipe Dias Antônio

Secretário Municipal de Educação, Cultura e Esporte.

CÂMARA MUNICIPAL

ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 026/2018

Publicação Nº 1664594

Ato da Presidência nº 026/2018

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições regimentais, em especial ao que dispõe o Art. 35, Inciso II, do Regimento Interno, RESOLVE informar que o horário de expediente do Poder Legislativo Municipal, nos dias de jogos da Seleção brasileira de futebol na Copa do Mundo de 2018, será o seguinte:

- I - das 8h00min às 13h30min nos dias em que houver jogo da Seleção Brasileira com início agendado para as 15h00min;
- II - das 14h30min às 19h00min nos dias em que houver jogo da Seleção Brasileira com início agendado para as 11h00min;
- III - das 13h00min às 19h00min nos dias em que houver jogo da Seleção Brasileira com início agendado para as 9h00min.

Imbituba, 25 de junho de 2018.

Luiz Cláudio Carvalho de Souza

Presidente da Câmara de Vereadores de Imbituba

Imbuia

PREFEITURA

EDITAL 28/2018

Publicação N° 1656613

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBUIA

Divisão de Licitações e Compras

PREGÃO PRESENCIAL N.º 28/2018.

Tipo "Menor Preço" (POR ITEM), visando o REGISTRO DE PREÇOS para eventuais aquisições parceladas de Pneus para toda a frota de veículos do Município de Imbuia, conforme o Edital de Licitação n.º 28/2018. LEGISLAÇÃO: Lei n.º 10.520/02, Lei n.º 8.666/93, Lei Orgânica e o Edital. ABERTURA: Prefeitura Municipal, localizada na Av. Bernardino de Andrade, nº 86, Imbuia/SC, às 08h15min, do dia 10/07/2018. Cópia do Edital deverá ser obtida no endereço acima citado. Informações fone: (47) 3557-2419 no Departamento de Licitações. Em 27/062018. JOÃO SCHWAMBACH – Prefeito Municipal.

EDITAL 34/2018

Publicação N° 1664220

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBUIA-SC

PROCESSO N° 34/2018

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 003/2018

CONTRATO: 54/2018

CONTRATADO: Julio Ramos Luz

OBJETO: Contratação de Leiloeiro Oficial

DOTAÇÃO: Orçamento vigente do Município

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 25, da Lei 8.666/93

PRAZO: 12 meses

Imbuia, em 26 de junho de 2018.

JOÃO SCHWAMBACH - Prefeito Municipal.

Indaial

PREFEITURA

DECRETO Nº 329/18

Publicação Nº 1663592

. DECRETO Nº 329/18
. De 25 de junho de 2018

André Luiz Moser, Prefeito Municipal de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor:

DECRETA:

Art. 1º - Fica reconhecida, pelo Município de Indaial, a seguinte despesa, empenhada no Exercício Anterior no orçamento, conforme abaixo:

ENTIDADE	MUNICÍPIO DE INDAIL
Nº EMPENHO	9018/2017
ESPÉCIE	GLOBAL
CREDOR	HEWLETT-PACKARD BRASIL LTDA
VALOR EM-PENHADO	R\$ 71.841,60
VALOR A CANCELAR	R\$ 9.841,60
MOTIVO	ANULAÇÃO DE SALDO: DESPESA NÃO EFETUADA NO EXERCÍCIO DE 2017. COMPRA SERÁ REALIZADA NO EXERCÍCIO DE 2018, CONFORME ADITIVO Nº 001 DE 01/03/2018 DO CONTRATO 188/2017.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 25 de junho de 2018.

André Luiz Moser

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei

DISTRATO Nº 32/2018

Publicação Nº 1664064

DISTRATO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PROFISSIONAIS POR PRAZO DETERMINADO 32/2018

Pelo presente instrumento, o Município de Indaial, representado por seu Prefeito, Sr. André Luiz Moser, a seguir denominado CONTRATANTE, e a Sra. Suela Maiara Bernardes, brasileira, inscrita no CPF nº 007.892.369-74, residente e domiciliada na Rua Cuba, 47, Bairro Ponta Aguda, Blumenau/SC, a seguir denominada CONTRATADA, acordam:

1. A CONTRATANTE e a CONTRATADA, em 28 de junho de 2016, firmaram "Contrato Administrativo de Serviço Temporário", que vigorou a partir de 01 de julho de 2016, prorrogado pelo aditivo confeccionado em 30 de junho de 2017, pelo qual a primeira confiou à segunda serviços de Psicóloga, como previsto na cláusula primeira do pacto sob distrato.

2. A CONTRATADA, por força do instrumento ora distratado, vem executando seus serviços até 22/06/2018.

3. A CONTRATADA, por documento confeccionado a próprio punho, solicita ao CONTRATANTE sua demissão a partir de 22 de junho de 2018, restando acertado que, em razão dos serviços e atividades desenvolvidos até o momento, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a quantia prometida no contrato original, proporcional aos dias efetivamente trabalhados.

4. As partes mutuamente outorgam plena, total e irrevogável quitação, para nada mais reclamar, a qualquer tempo e a que título for, em relação à avença distratada, bem como aos serviços profissionais prestados.

5. O presente distrato é firmado em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as partes, seus herdeiros e sucessores.

6. As partes elegem o Foro da Comarca em Indaial/SC para dirimir eventuais litígios decorrentes do ora acordado.

Assim, as partes assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor, com as duas testemunhas abaixo.

Indaial/SC, 20 de junho de 2018.

ANDRÉ LUIZ MOSER
CONTRATANTE

Suela Maiara Bernardes
CONTRATADA

Testemunhas: _____

PORTARIA Nº 1029/18

Publicação Nº 1664047

PORTARIA Nº 1029/18

De 22 de junho de 2018

Torna sem Efeito a Portaria nº 159/18

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, artigo 14, § 2º da Lei Complementar nº 105/10 e demais dispositivos legais em vigor, e, considerando que o candidato não Tomou Posse no prazo legalmente previsto, RESOLVE:

Tornar sem efeito a Portaria nº 805/18, que nomeou para o provimento do cargo efetivo de Médico Clínico Geral II 40 h/s, Gustavo Ayala Duarte.

Prefeitura de Indaial, em 22 de junho de 2018.
ANDRÉ LUIZ MOSER
Prefeito

ALEXANDRA REGINA BAUER MATHIUSSI
Diretora de Gestão de Pessoal

PORTARIA Nº 1030/18

Publicação Nº 1664051

PORTARIA Nº 1030/18

De 22 de junho de 2018

Nomeia para provimento de cargo efetivo

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, Lei Complementar nº 105/10, Artigo 13, inciso II da Constituição Federal e EC nº 19, Lei Municipal 2.317/94 e alterações, considerando Lei Ordinária nº 5525 de 03 de abril de 2018 que criou o cargo de Médico Clínico Geral II e tendo em vista resultado do concurso Público Municipal nº 001/2017, homologado pelo Decreto nº 37/18 de 31 de janeiro de 2018, RESOLVE:

Nomear para o provimento do cargo efetivo de Médico Clínico Geral II, 40 h/s, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Indaial, Romulo Cavalcante Serpa, aprovado em 19º lugar no Concurso Público 001/2017, determinando o prazo de 30 dias para a Posse no Cargo, prorrogável de acordo com o artigo 14, § 1º, da LC 105/10.

Prefeitura de Indaial, em 22 de junho de 2018.

ANDRÉ LUIZ MOSER
Prefeito

ALEXANDRA REGINA BAUER MATHIUSSI
Diretora de Gestão de Pessoal

PORTARIA Nº 1038/18

Publicação Nº 1664055

PORTARIA Nº 1038/18

De 22 de junho de 2018

Nomeia para provimento de cargo efetivo

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, Lei Complementar nº 105/10, Artigo 13, inciso II da Constituição Federal e EC nº 19, Lei Municipal 2.317/94 e alterações, considerando Lei Ordinária nº 5525 de 03 de abril de 2018 que criou o cargo de Médico Clínico Geral II e tendo em vista resultado do concurso Público Municipal nº 001/2017, homologado pelo Decreto nº 37/18 de 31 de janeiro de 2018, RESOLVE:

Nomear para o provimento do cargo efetivo de Médico Clínico Geral II, 40 h/s, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Indaial, Vitor Andrei Araujo, aprovado em 20º lugar no Concurso Público 001/2017, determinando o prazo de 30 dias para a Posse no Cargo, prorrogável de acordo com o artigo 14, § 1º, da LC 105/10.

Prefeitura de Indaial, em 22 de junho de 2018.

ANDRÉ LUIZ MOSER
Prefeito

ALEXANDRA REGINA BAUER MATHIUSSI
Diretora de Gestão de Pessoal

PORTARIA Nº 957/18

Publicação Nº 1664015

PORTARIA Nº 957/18

De 07 de junho de 2018

Exonera /

Janine Kervald Likoski

ZELIR NEZI, Prefeito em exercício do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, Lei Complementar nº 105/10, artigo 37, inciso I e demais dispositivos legais em vigor e considerando pedido de exoneração confeccionado pela servidora em 06 de junho de 2018, RESOLVE:

Exonerar a pedido a servidora Janine Kervald Likoski, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo, do quadro de pessoal desta Prefeitura, a partir de 06 de junho de 2018.

Prefeitura Municipal de Indaial, em 07 de junho de 2018.

Zelir Nezi
Prefeito em Exercício

JONAS LUIZ DE LIMA
Secretário Municipal de Urbanização e Meio Ambiente

ALEXANDRA REGINA BAUER MATHIUSSI
Diretora de Gestão de Pessoal

PORTARIA Nº 958/18

Publicação Nº 1664037

PORTARIA Nº 958/18

De 07 de junho de 2018

Declara vacância do cargo de Auxiliar Administrativo

ZELIR NEZI, Prefeito em exercício do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, Lei Complementar nº 105/10, artigo 36, inciso I e demais dispositivos legais em vigor, RESOLVE:

Declarar vago, a partir de 06 de junho de 2018, o cargo de Auxiliar Administrativo, em virtude da exoneração a pedido, da servidora Janine Kervald Likoski, conforme portaria nº 957/18 de 07 de junho de 2018.

Prefeitura Municipal de Indaial, em 07 de junho de 2018.

Zelir Nezi
Prefeito em Exercício

JONAS LUIZ DE LIMA
Secretário Municipal de Urbanização e Meio Ambiente

ALEXANDRA REGINA BAUER MATHIUSSI
Diretora de Gestão de Pessoal

PORTARIA Nº 46/18

Publicação Nº 1663594

. PORTARIA Nº 46/18
. De 25 de junho de 2018

Alteração de Carga Horária / Aurora Antunes Coelho

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, incisos VIII e XII da Lei Orgânica do Município, artigo 31, inciso IV da Lei Complementar Nº105/10, Lei Complementar nº113 de 23 de agosto de 2011 e alterações e demais dispositivos legais em vigor, e considerando que a servidora Aurora Antunes Coelho está no exercício de mandato eletivo de Vereadora do Município – período 2017/2020, RESOLVE:

Art. 1º - Homologar a licença, em virtude de mandato eletivo municipal de vereadora (2017/2020), à servidora Aurora Antunes Coelho, ocupante do cargo de Professora, do quadro de pessoal desta Prefeitura.

Art. 2º - Em virtude da licença concedida no artigo 1º desta Portaria, nos moldes do artigo 31, inciso IV da Lei Complementar 105/10, a servidora estará no período de janeiro de 2017 à dezembro de 2020, cumprindo a carga horária reduzida em 20 h/s, com vencimentos proporcionais.

Gabinete do Prefeito, em 25 de junho de 2018.

André Luiz Moser
Prefeito
Cumpre-se.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 064/2018- ALTERAÇÃO

Publicação Nº 1663899

PUBLICAÇÃO DE EDITAL
MUNICÍPIO DE INDAIAL

Processo Licitatório nº 064/2018
Edital de Pregão Presencial nº 034/2018-10430
Registro de Preços

COMUNICADO DE ALTERAÇÃO DOS OBJETOS E DATAS.

Comunica a todos os interessados, na forma da legislação vigente, que publica edital de licitação.

Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios em geral.

Entrega dos envelopes: 09/07/2018 - 08h45min – Horário de Brasília

Abertura das propostas: 09/07/2018 - 09h00min – Horário de Brasília

Maiores informações através do fone (47) 33178800, e-mail lic3@indaial.sc.gov.br, e o site www.indaial.sc.gov.br.

André Luiz Moser – Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 078/2018

Publicação Nº 1663897

PUBLICAÇÃO DE EDITAL
MUNICÍPIO DE INDAIAL

Processo Licitatório nº 078/2018
Edital de Pregão Presencial nº 038/2018-10430
Registro de Preços

Comunica a todos os interessados, na forma da legislação vigente, que publica edital de licitação.

Objeto: Contratação de sonorização, palco, gerador, projetor, telão e painel de led.

Entrega dos envelopes: 10/07/2018 - 08h45min – Horário de Brasília

Abertura das propostas: 10/07/2018 - 09h00min – Horário de Brasília

Maiores informações através do fone (47) 33178800, e-mail lic3@indaial.sc.gov.br, e o site www.indaial.sc.gov.br.

André Luiz Moser – Prefeito Municipal

TERMO ADITIVO Nº 003 AO CONTRATO Nº 039/2018

Publicação Nº 1663673

TERMO ADITIVO Nº 003 AO CONTRATO Nº 039/2018

Pelo presente instrumento que entre si fazem o MUNICÍPIO DE INDAIAL – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO – SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO – SECRETARIA DE OBRAS – SECRETARIA DE PLANEJAMENTO – SECRETARIA DE URBANISMO E MEIO AMBIENTE – GABINETE DO PREFEITO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº 83.102.798/0001-00, com sede à Avenida Getúlio Vargas, nº 126, Bairro Centro, nesta cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. André Luiz Moser, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 045.251.719-28 e Cédula de Identidade nº 4.365.137-SSP/SC, residente e domiciliado na rua Dos Atiradores, nº 141, Bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE INDAIAL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº 11.552.935/0001-05, com sede à Rua Leoberto Leal, nº 191, Bairro Tapajós, nesta cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina, representado neste ato pela Sra. Katiúscia Simone Harbs, brasileira, Secretária de Desenvolvimento Social, inscrita no CPF sob nº 796.531.979-91 e Cédula de Identidade nº 2.967.699, residente e domiciliada à Rua Vitória, nº 99, bairro Tapajós, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE INDAIAL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº 11.355.483/0001-63, com sede à Rua Leoberto Leal, nº 155, Bairro Tapajós, nesta cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina, neste ato representado pela Sra. Adriane Machado Ferrari, brasileira, Secretária de Saúde, inscrita no CPF sob nº CPF 710.570.649-04, e Cédula de Identidade nº 2286115 SSP/SC, residente e domiciliado à Rua Fritz Muller, nº 410, Bairro Tapajós, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, FUNDAÇÃO INDAIALENSE DE CULTURA PREFEITO VICTOR PETTERS – FIC, inscrita no CNPJ sob nº 79.373.940/0001-86, com sede na Rua Dr. Blumenau, nº 05, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Fernando Pasold, Diretor Executivo, brasileiro, inscrito no CPF sob nº 015.106.689/26 e Cédula de Identidade nº 3.061.356, residente e domiciliado na Rua Arthur Haertel, nº 122, bairro do Sol, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES VEREADOR MARO MARCOS HADLICH, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº 07.789.410/0001-02, com sede à Rua Leoberto Leal, nº 137 – Bairro Centro - CEP 89080-166, município de Indaial - Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Márcio Moisés Selhorst, Diretor Executivo, brasileiro, inscrito no CPF sob nº 811.016.789-68 e Cédula de Identidade nº 2.962.561, residente e domiciliado à Rua Dr. Blumenau, nº 4.180, bairro Encano, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e a empresa GENTE SEGURADORA S/A, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 90.180.605/0001-02, com sede na Rua Marechal Floriano Peixoto, 450, Bairro Centro Histórico, na cidade de Porto Alegre – Estado do Rio Grande do Sul, representada neste ato por seu Representante Legal, Sr. Eozemar de Souza, brasileiro, inscrito no CPF sob nº 057.851.429-02 e Cédula de Identidade nº 4.382.104, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, tem justo e acordado, na melhor forma do direito, fundamentado na Lei Federal nº 8.666/93, a celebração do presente Termo Aditivo de contrato mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

Com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e solicitação anexa as cláusulas terceira, item 3.1, quarta, item 4.1, e quinta, item 5.1, do contrato original que tem como objeto a contratação de seguros, nas modalidades: compreensiva, RCF-V – responsabilidade civil facultativa de veículos e RCO – responsabilidade civil ônibus, micro-ônibus e vans (deter), para os veículos de transporte de passageiros, frota de veículos, motocicletas, utilitários, caminhões, tratores para construção e tratores agrícolas, passam a vigorar da seguinte forma:

CLÁUSULA TERCEIRA – OBJETO

3.1. Constitui-se como objeto do presente termo de contrato, a contratação de seguros, nas modalidades: compreensiva, RCF-V – responsabilidade civil facultativa de veículos e RCO – responsabilidade civil ônibus, micro-ônibus e vans (deter), para os veículos de transporte de passageiros, frota de veículos, motocicletas, utilitários, caminhões, tratores para construção e tratores agrícolas, conforme quantitativos e especificações a seguir:

Lote: 1 - LOTE 01 - Contratação de seguros, nas modalidades: compreensiva, RCF-V - responsabilidade civil facultativa de veículos e RCO - responsabilidade civil ônibus, micro-ônibus e vans (deter), para os veículos de transporte de passageiros, frota de veículos, motocicletas, utilitários, caminhões, tratores para construção e tratores agrícolas. Pelo período de 12 (doze) meses.						
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
1	NISSAN LIVINA 1.6 S 16V FLEX MEC, CHASSI 94DTAFL10E-J401335,ANO/MODELO 2014/2014,PLACA QHA-7305	UNIDADE		1	R\$490,92	R\$490,92
2	GM/CELTA 1.0 FLEX, CHASSIS 9BGRG48FOCG198902, MIX-3084.	UNIDADE		1	R\$490,92	R\$490,92
3	FIAT UNO MILLE FIRE 2003 PLACA (MDN-5672)CHASSI 9BD15802534471084	UNIDADE		1	R\$490,92	R\$490,92
4	VW/SPACEFOX PLUS 1.6, CHASSIS 8AWPB05Z89A302376, MFC-7966.	UNIDADE		1	R\$490,92	R\$490,92
5	CORSA SEDAN CLASSIC 4P 2003 PLACA (MDO-9152)CHASSI 9BGS-B19NO3B175588	UNIDADE		1	R\$490,92	R\$490,92
6	SEGURO - GM/CELTA 1.0 FLEX, 9BGRZ489G121101, MFK-7844.	UNIDADE		1	R\$490,92	R\$490,92
7	ONIBUS MARCOPOLO/VW 15.190 EOD E.HD ORE 43 PASS., 9532E82W9ER400079, 2013/2014, MLL-2420.	UNIDADE		1	R\$3.436,42	R\$3.436,42
8	FIAT FIORINO FURGÃO EVO 1.4 FLEX, 9BD265122E9014407, 2014/2014, MMH-9865.	UNIDADE		1	R\$490,92	R\$490,92
9	PEUGEOT BOXER 2.3 MINIBUS 350 LH 12 PASSAGEIROS, 936ZCWMNCE2134122, 2014/2014, OKG-6196.	UNIDADE		1	R\$2.454,58	R\$2.454,58

10	IVECO /CITY CLASS 70C17 29 PASSAGEIROS, 93ZL-68C01D8442859, 2012/2013, MKW-6316.	UNIDADE		1	R\$3.436,42	R\$3.436,42	
11	MICRO ONIBUS VOLARE 27P, 93PB40E3PBC037708 E MIW-6553.	UNIDADE		1	R\$3.436,42	R\$3.436,42	
12	FIAT UNO FIRE 1.0 FLEX (CIDASC), 9BD15822786172222, 2007/2008, MFK 8145.	UNIDADE		1	R\$490,92	R\$490,92	
13	GM CORSA 1.6 HATCH 5P (CIDASC), 9BGSC68N0YC187574, 2000/2000, MBB 6271.	UNIDADE		1	R\$490,92	R\$490,92	
14	GM/CELTA 1.0 FLEX 5P, 9BGRZ48908G126597, MDQ-5455.	UNIDADE		1	R\$490,92	R\$490,92	
15	GM/MONTANA LS 1.4 ECONOFLEX, 9BGCA80X0CB278524, MKD-5963.	UNIDADE		1	R\$490,92	R\$490,92	
16	CAMINHÃO VOLKSWAGEN 13170 2001 PLACA (MBO-2342)CHASSI(9BWX2VGC11R102478)	UNIDADE		1	R\$294,55	R\$294,55	
17	FORD/CARGO 1519 BASCULANTE, 9BFXEB2B8DBS08282, MKA7684.	UNIDADE		1	R\$294,55	R\$294,55	
18	TRATOR AGRICOLA FORD 5630/93 SERIE LA032	UNIDADE		1	R\$294,55	R\$294,55	
19	JCB/ESCAVADEIRA HIDRÁULICA JS 160LC, JCBJS16DV01704119 - SEGURO.	UNIDADE		1	R\$294,55	R\$294,55	
20	JCB/RETRO ESCAVADEIRA 214E, 9B9214T34BBDT4212, MIR-3725 - SEGURO	UNIDADE		1	R\$294,55	R\$294,55	
21	FORD/TRATOR NEW HOLLAND 7630/06, 5ZCA073824630, MAR-3786.	UNIDADE		1	R\$294,55	R\$294,55	
22	trator for New Holland 2009/2009, placa MGS-4537,diessel , na cor azul, chassi-Z9CB52414	UNIDADE		1	R\$294,55	R\$294,55	
23	TRATOR NEW HOLLAND 8030/2014, HCCZ8030CDCA18870, 2014/2014.	UNIDADE		1	R\$294,55	R\$294,55	
24	TRATOR NEW HOLLAND TT 4030 /2014, HCCZ4030LECG26213, 2014/2014.	UNIDADE		1	R\$294,55	R\$294,55	
25	TRATOR BUDNY 9040 /2014, BDY 10540/ BDY 7540, 2014/2014.	UNIDADE		1	R\$294,55	R\$294,55	
26	Trator Agrale traçado 2008/2008 placa MEW-0915 - diesel , na cor prata, chassi - ZOO22168	UNIDADE		1	R\$294,55	R\$294,55	
27	RENAULT/CLIO 1.6 16V, 93YBB8E158J881401,MES-3987.	UNIDADE		1	R\$490,92	R\$490,92	
28	VW GOL 1.0 GIV 5P, 9BWCA05W08T104012, 2007/2008, MFV-4268.	UNIDADE		1	R\$490,92	R\$490,92	
29	VW/SAVEIRO 1.6 TITAN, 9BWBK05W49P132950,MHF-8854.	UNIDADE		1	R\$589,10	R\$589,10	
30	VW/ SAVEIRO G IV 1.6, 9BWBK05WX9P064363, 2008/2009, MFH-0255.	UNIDADE		1	R\$589,10	R\$589,10	
31	FIAT PICK UP STRADA TREK FLEX 2004 PLACA(MCZ-3337)CHASSI 9BD27801C52428670	UNIDADE		1	R\$589,10	R\$589,10	
32	VW/GOL G V 1.0, 9BWAA05U99T249055, 2009/2009, MHF-8874.	UNIDADE		1	R\$490,92	R\$490,92	
33	GOL CLI 1.6 PLACA (LXD-4406)CHASSIS 9BWZZZ377ST084	UNIDADE		1	R\$343,64	R\$343,64	
34	GOL 1000 MI 97/98 PLACA (LZH-5788)Vigilância SanitáriaCHASSI 9BWZZZ377VT192779	UNIDADE		1	R\$343,64	R\$343,64	
35	Peugeot PArtnet Furgão - ano/mod- 2010/2011, na cor branca, flex, placa MHS-7948	UNIDADE		1	R\$687,28	R\$687,28	
36	KOMBI 2003 PLACA (MCA-5353)CHASSI 9BWGB07X33PO12947	UNIDADE		1	R\$687,28	R\$687,28	
37	VW/KOMBI STANDART 09 PASS., 9BWZZZ237XP012862, 1999/1999, MAZ-2546.	UNIDADE		1	R\$687,28	R\$687,28	
38	VW/KOMBI LOTAÇÃO 1.4 FLEX, CHASSIS 9BWMF07X39P012513, MFT-9406	UNIDADE		1	R\$687,28	R\$687,28	
39	SEGURO - VW/KOMBI 9 PASSAGEIROS,9BWGB07X45P13169,M-DC-9076.	UNIDADE		1	R\$687,28	R\$687,28	
40	VW/KOMBI 9 PASSAGEIROS, 9BWGB07X62P012262, 2002/2002, MBM-5835.	UNIDADE		1	R\$687,28	R\$687,28	
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total	
41	FORD/F350 G, 9BFJF3799AB076580, 2010/2010, MIC-4945.	UNIDADE		1	R\$392,73	R\$392,73	
42	CAMINHÃO FORD F-14000 1994 PLACA (LYM-7945)CHASSI(9BFX-TNSMORDB46917)	UNIDADE		1	R\$392,73	R\$392,73	
43	CAMINHÃO VOLKSWAGEN 24220 6X4 99/00 PLACA(MEJ3860) CHASSI(9BWY2RRT64RX11679)	UNIDADE		1	R\$392,73	R\$392,73	
44	CAMINHÃO VOLKSWAGEN 26220 6X4 2003 PLACA(MBW-9114) CHASSI(9BW4MB2U43R309979)	UNIDADE		1	R\$392,73	R\$392,73	
45	CAMINHÃO VOLKSWAGEN 24220 6X4 2000 PLACA(MBF-1592) CHASSI(9BWYZVYTYRY02450)	UNIDADE		1	R\$392,73	R\$392,73	
46	CAMINHÃO MERCEDES BENZ 2423K/36 2004 PLACA(MCO4045) CHASSI(9BM69338648382624)	UNIDADE		1	R\$392,73	R\$392,73	
47	FORD/CARGO 2628 E CN 6X4, 9BFZEAX9CBS84046, MJG-4147.	UNIDADE		1	R\$392,73	R\$392,73	
48	FORD/CARGO 2628 E, 9BFZCEEX9BB38785, MHM-3019 - SEGURO.	UNIDADE		1	R\$392,73	R\$392,73	

49	FORD/CARGO 2628 E, 9BFVCE1N3ABB40899, MHM-3049 - SEGURO.	UNIDADE		1	R\$392,73	R\$392,73
50	Caminhão Ford Cargo 815E, placa MHM-8539 com carroceria aberta, na cor Branca.	UNIDADE		1	R\$392,73	R\$392,73
51	SEGURO - IVECO/DAILY 70C16 CAB. DUPLA, MKM-8391, 93ZC668B01C8433997.	UNIDADE		1	R\$392,73	R\$392,73
52	SEGURO - VW 13.130 BASCULANTE, V003416, LWR 2879.	UNIDADE		1	R\$392,73	R\$392,73
53	FORD CARGO 2629 6X4 BASCULANTE, 9BFZEANE2JBS67090, 2017/2018, QIY 9548.	UNIDADE		1	R\$392,73	R\$392,73
54	FORD CARGO 2629 6X4 BASCULANTE, 9BFZEANE5JBS67486, 2017/2018, QIY 9438.	UNIDADE		1	R\$392,73	R\$392,73
55	SEGURO PELO PERÍODO DE UM ANO, DO VEÍCULO: DRESSER/MOTONIVELADORA 835R - W310002N001169	UNIDADE		1	R\$294,55	R\$294,55
56	MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120-H, CAT0120HE5FM02842, 2003/2003, MBZ-8294.	UNIDADE		1	R\$294,55	R\$294,55
57	SEGURO NEW HOLAND/MOTONIVELADORA 140B, N9AF06258, 2009/2009, MGS-6827.	UNIDADE		1	R\$294,55	R\$294,55
58	CASE/RETRO ESCAVADEIRA 580-L/03, HBZ0007427, MBY-8374 - SEGURO.	UNIDADE		1	R\$294,55	R\$294,55
59	SEGURO - CASE/RETRO ESCAVADEIRA 580-L/2010, NAAH22708, MHP-5314.	UNIDADE		1	R\$294,55	R\$294,55
60	RANDON/RETRO ESCAVADEIRA RK 406B,4A4068BMC4W0136,M-CK-9344.	UNIDADE		1	R\$294,55	R\$294,55
61	NEW HOLAND/RETRO ESCAVADEIRA 110B, N9AH20889, MGS-4497 - SEGURO.	UNIDADE		1	R\$294,55	R\$294,55
62	SEGURO PELO PERÍODO DE UM ANO, DO VEÍCULO: CASE/CARREGADEIRA W-20B - 1HF0016845	UNIDADE		1	R\$294,55	R\$294,55
63	SEGURO PELO PERÍODO DE UM ANO, DO VEÍCULO: DYNAPAC/ROLO COMPACTADOR AUTOPROPELIDO - 678B670	UNIDADE		1	R\$294,55	R\$294,55
64	SEGURO PELO PERÍODO DE UM ANO, DO VEÍCULO: FORD/TRATOR 6600 - V124424	UNIDADE		1	R\$294,55	R\$294,55
65	SEGURO VEICULO CATERPILLAR/ROLO COMPACTADOR CS423E, CATCS423PEAE00830, MKM-1161.	UNIDADE		1	R\$294,55	R\$294,55
66	CATERPILLAR/CARREGADEIRA DE RODAS 924HZ, CAT0924H-CWL801263, MKM-1091.	UNIDADE		1	R\$294,55	R\$294,55
67	SEGURO - CATERPILLAR/MOTONIVELADORA 120K, CAT0120JKJ-JAP01628, MKM-1191.	UNIDADE		1	R\$294,55	R\$294,55
68	SEGURO MOTONIVELADORA CASE 865B / 2017, HBZ-N0865HHAF06187, 2017/2017, QIZ-4748.	UNIDADE		1	R\$294,55	R\$294,55
69	SEGURO RETRO ESCAVADEIRA CASE 580N /2017, HBZN580N-CHAH16785, 2017/2017, QIW-9829.	UNIDADE		1	R\$294,55	R\$294,55
70	SEGURO ESCAVADEIRA HIDRÁULICA JCB JS220 / 2017, S0RJS-22CKH2460527, 2017/2017.	UNIDADE		1	R\$294,55	R\$294,55
71	RENAULT/CLIO 1.6, 93YBB8E158J931300, MFK-2068 - SEGURO.	UNIDADE		1	R\$490,92	R\$490,92
72	SEGURO - GM/CORSA SEDAN CLASSIC 1.6 SPIRIT, MGK-5892, 9BGSN19N06B192219.	UNIDADE		1	R\$490,92	R\$490,92
73	SEGURO GM/MONTANA 1.4 FLEX CONQUEST, MFC-8846, 9BGXL80809C132938.	UNIDADE		1	R\$687,28	R\$687,28
74	SEGURO RENAULT DUSTER OROCH EXPRESSION 1.6 SCE, 93Y9S-R3H5JJ200463, 2017/2018, QJF-8011.	UNIDADE		1	R\$785,47	R\$785,47
75	SEGURO GM ASTRA SEDAN ADVANTAGE 2.0 FLEX, 9BG-TR69W09B136038, 2008/2009, MER 2205.	UNIDADE		1	R\$687,28	R\$687,28
76	SEGURO - PEUGEOT/HOGGAR XR, MIQ-5214, 9362VK-FWXB074716.	UNIDADE		1	R\$687,28	R\$687,28
77	SEGURO MOTO HONDA/NXR150 BROS ESD, 9C2KD0540CR535611, 2012/2012, MCJ-0323.	UNIDADE		1	R\$196,37	R\$196,37
78	SEGURO MOTO HONDA/NXR150 BROS ESD, 9C2KD0540CR533585, 2012/2012, MCJ-0253.	UNIDADE		1	R\$196,37	R\$196,37
79	SEGURO MOTO HONDA/NXR150 BROS ESD, 9C2KD0540CR530838, 2012/2012, MCJ-0313.	UNIDADE		1	R\$196,37	R\$196,37
80	SEGURO - MOTO HONDA/NXR150 BROS ESD, MJC 0353, 9C2KD-0540CR535429	UNIDADE		1	R\$196,37	R\$196,37

Lote: 1 - LOTE 01 - Contratação de seguros, nas modalidades: compreensiva, RCF-V - responsabilidade civil facultativa de veículos e RCO - responsabilidade civil ônibus, micro-ônibus e vans (deter), para os veículos de transporte de passageiros, frota de veículos, motocicletas, utilitários, caminhões, tratores para construção e tratores agrícolas. Pelo período de 12 (doze) meses.

Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total		
81	SEGURO - PEUGEOT/207 HB XRS, 9362MKFWXBB038443, MII-4927.	UNIDADE		1	R\$589,10	R\$589,10		
82	SEGURO - RENAULT/SANDERO EXPRESSION 1.6,MIM-3574,- 93TBSR7UHCJ840418.	UNIDADE		1	R\$589,10	R\$589,10		
83	FIAT UNO MILLE FIRE FLEX 4P 05/06 PLACA(MFF-4532) CHASSI 9BD15822764675824	UNIDADE		1	R\$589,10	R\$589,10		
84	SEGURO - RENAULT/SYMBOL EXPRESSION 1.6 16V, MKJ 7613, 8A1LBM25CL241194.	UNIDADE		1	R\$589,10	R\$589,10		
85	SEGURO - GM/MONTANA LS, 9BGCA80X0CB125834, MIX-2894.	UNIDADE		1	R\$589,10	R\$589,10		
86	SEGURO - GM/MONTANA LS, 9BGCA80X0CB125902, MIX-3114.	UNIDADE		1	R\$589,10	R\$589,10		
87	SEGURO VW/SAVEIRO 1.6 FLEX, 9BWEB05W87P039620, 2006/2007, MAK-2671.	UNIDADE		1	R\$589,10	R\$589,10		
88	GM/CELTA LS, 9BGRG48F0CG198962, MIX-3064.	UNIDADE		1	R\$589,10	R\$589,10		
89	Pick up Montana - placa MFE-5956, 2008/2009, flex,cor branca, chassi - 9BGXL80809C133013	UNIDADE		1	R\$589,10	R\$589,10		
90	SEGURO FORD CARGO 1723, 9BFYEADH9FB573572, 2014/2015, OKE-4447.	UNIDADE		1	R\$294,55	R\$294,55		
91	SEGURO FORD/CARGO 1721/03 BASCULANTE, 9BFYTHZ-F63BB20290, 2003/2003, MCD-1353.	UNIDADE		1	R\$294,55	R\$294,55		
92	Caminhão Ford Cargo 2422-E, placa MHP-6226, 2010/2010, na cor branca, diesel, chassi - 9BFYCEHV6ABB57859	UNIDADE		1	R\$294,55	R\$294,55		
93	SEGURO - MERCEDES/1718 ATEGO, 9BM9580747B546536, MDV-4325.	UNIDADE		1	R\$294,55	R\$294,55		
94	CAMINHAO VW 13180 2004/2005 PLACA (MEJ-4721)CHASSI 9BWBFE72S95R509983 (COLETA SELETIVA LIXO)	UNIDADE		1	R\$294,55	R\$294,55		
95	SEGURO IVECO/DAILY 70C16 CAB. DUPLA, 93ZC68B01C8430820, 2011/2012, MKM-8371.	UNIDADE		1	R\$294,55	R\$294,55		
96	SEGURO - CASE/RETRO ESCAVADEIRA 580-L/06, MDK-3425, N6AH02762.	UNIDADE		1	R\$294,55	R\$294,55		
97	CASE/RETRO ESCAVADEIRA 580-L/00, JHF0027726, MBE-2602 - SEGURO.	UNIDADE		1	R\$294,55	R\$294,55		
98	SEGURO - JCB/RETRO ESCAVADEIRA 214E, MIX-1903, 9B9214T34BBDT4096.	UNIDADE		1	R\$294,55	R\$294,55		
99	SEGURO - JCB/RETRO ESCAVADEIRA 214E, MIT-4084, 9B9214T34BBDT4095.	UNIDADE		1	R\$294,55	R\$294,55		
100	SEGURO NEW HOLLAND/MINI CARREGADEIRA L160, LMU0L-160N8M472282, 2009/2009, MGT-8767.	UNIDADE		1	R\$294,55	R\$294,55		
101	SEGURO BOB CAT 570S /MINICARREGADEIRA, A7U714384, 2015/2015.	UNIDADE		1	R\$294,55	R\$294,55		
102	MARCOPOLO/VOLARE LOTAÇÃO, 93PB02AM2C005680, MFJ-9650.	UNIDADE		1	R\$3.436,42	R\$3.436,42		
103	MOTOCICLETA 250CC TRAIL 0KM MOTOR 4 TEMPOS ANO E MODELO 2008 XTZ LANDER(MEQ-3966)	UNIDADE		1	R\$196,37	R\$196,37		
104	Pick up Mitsubishi L200 - `Placa - MII-0373 / 2011/2012, na cor branca, diesel, Cabine dupla, com capota de fibra e demais acessórios. Chassi - 93XVVK740CCB78986	UNIDADE		1	R\$981,83	R\$981,83		
105	SEGURO - FIAT/DUCATO MC 7 PASS,93W245G34B2055342,- MIM-0557.	UNIDADE		1	R\$1.963,67	R\$1.963,67		
106	SEGURO PEUGEOT/AMBULÂNCIA BOXER 2.8 HDI, 936ZCPM-NB82026403, 2008/2008, MEC-1265.	UNIDADE		1	R\$1.963,67	R\$1.963,67		
107	SEGURO RENAULT MASTER 2.3 EURO. AMBULÂNCIA, 93YMAFELCHJ286265, 2016/2017, QID-5508.	UNIDADE		1	R\$1.963,67	R\$1.963,67		
108	SEGURO PEUGEOT/AMBULÂNCIA BOXER F350LH, 936ZCWM-NCG2157442, 2015/2016, QIK-5896.	UNIDADE		1	R\$1.963,67	R\$1.963,67		
109	AMBULANCIA TIPO FIAT FIORINO 1.3 FLEX (PLACA MFR3854)CHASSI -9BD25504988830448	UNIDADE		1	R\$1.178,20	R\$1.178,20		
110	AMBULANCIA TIPO FIAT FIORINO 1.3 FLEX (PLACA MFR 3694)CHASSI-9BD25504988830409	UNIDADE		1	R\$1.178,20	R\$1.178,20		
111	SEGURO FORD TRANSIT 115 T350 AMBULÂNCIA, W0XXTB-FBTJ41764, 2011/2012, MKV-4606.	UNIDADE		1	R\$1.963,67	R\$1.963,67		
112	GM CELTA 1.0 FLEX 2008 CHASSI-9BGRZ48909G178109PLA-CA-MFB7845	UNIDADE		1	R\$687,28	R\$687,28		
113	GM CELTA 1.0 FLEX 2008 (PLACA MFK 7764)	UNIDADE		1	R\$687,28	R\$687,28		

114	SEGURO - GM/CORSA SEDAN 1.6 CLASSIC SPIRIT, MDE-7536, 9BGSN19N05B225828.	UNIDADE	1	R\$687,28	R\$687,28
115	SEGURO - VW/VOYAGE 1.6 TREND, 9BWDB05U2BT177342, MJC-3789.	UNIDADE	1	R\$687,28	R\$687,28
116	SEGURO - GM/ZAFIRA 2.0 EXPRESSION AUTOM., MJB-5605, 9BGTD75J0CC117660.	UNIDADE	1	R\$687,28	R\$687,28
117	SEGURO GM ZAFIRA ELITE 2.0 FLEX., 9BG-TW75W06C196512, 2006/2006, MDY 9902.	UNIDADE	1	R\$687,28	R\$687,28
118	SEGURO MOTO HONDA CG START 160 FLEX, 9CK2C-2500GR033105, 2016/2016, QHY 3457.	UNIDADE	1	R\$196,37	R\$196,37
119	SEGURO MOTO HONDA CG START 160 FLEX, 9C2KC-2500GR033172, 2016/2016, QHY 3327.	UNIDADE	1	R\$196,37	R\$196,37
120	SEGURO - MOTO HONDA/CG 125 FAN,9C2J-C30705R038908,MCV-0994.	UNIDADE	1	R\$196,37	R\$196,37

Lote: 1 - LOTE 01 - Contratação de seguros, nas modalidades: compreensiva, RCF-V - responsabilidade civil facultativa de veículos e RCO - responsabilidade civil ônibus, micro-ônibus e vans (deter), para os veículos de transporte de passageiros, frota de veículos, motocicletas, utilitários, caminhões, tratores para construção e tratores agrícolas. Pelo período de 12 (doze) meses.

121	SEGURO - MOTO HONDA/NXR150 BROS ESD, MIN-4639, 9C2KD0540BR509874.	UNIDADE	1	R\$196,37	R\$196,37
122	SEGURO - MOTO HONDA/NXR150 BROS ESD, MJF-4245, 9C2KD0540BR112711.	UNIDADE	1	R\$196,37	R\$196,37
123	SEGURO - MOTO HONDA/NXR150 BROS ESD, MJF-4975, 9C2KD0540BR113264.	UNIDADE	1	R\$196,37	R\$196,37
124	SEGURO MOTO HONDA/NXR150 BROS ESD, 9C2KDO-540DR136508, 2013/2013, MKI-1505.	UNIDADE	1	R\$196,37	R\$196,37
125	SEGURO MOTO HONDA/NXR150 BROS ESD, 9C2KD-0540DR149699, 2013/2013, MKI-1625.	UNIDADE	1	R\$196,37	R\$196,37
126	SEGURO MOTO HONDA/NXR150 BROS ESD, 9C2KD-0540DR139611, 2013/2013, MKI-1575.	UNIDADE	1	R\$196,37	R\$196,37
127	SEGURO FORD FIESTA 1.6 SE FLEX, 9BFZF55P8E8039832, 2013/2014, MMD-2284.	UNIDADE	1	R\$687,28	R\$687,28
128	SEGURO FORD FIESTA 1.6 SE FLEX, 9BFZF55PXE8051125, 2013/2014, MMD-5214.	UNIDADE	1	R\$687,28	R\$687,28
129	SEGURO FORD FIESTA 1.6 SE FLEX, 9BFZF55P3E8039690, 2013/2014, MMD-2324.	UNIDADE	1	R\$687,28	R\$687,28
130	SEGURO FIAT STRADA WORKING 1.4 FLEX, 9BD-27805MD7701396, 2013/2014, MLS-1984.	UNIDADE	1	R\$687,28	R\$687,28
131	SEGURO FIAT DOBLO ESSENCE 1.8 16V FLEX, 9BD119609E1114512, 2014/2014, MMH-2842.	UNIDADE	1	R\$687,28	R\$687,28
132	SEGURO PEUGEOT 207 HB ACTIVE 1.4 FLEX, 9362MKFWX-FB001714, 2014/2015, MLV-0227.	UNIDADE	1	R\$687,28	R\$687,28
133	FIAT DUCATO 2004 C/AR E DIR. HIDR.PLACA (MCM-9905) CHASSI(93W231M2241016730)	UNIDADE	1	R\$2.945,50	R\$2.945,50
134	SEGURO - RENAULT/MASTER DCI EXEC 16 PASS, MKA-7402, 93YADC1L6DJ250587.	UNIDADE	1	R\$2.945,50	R\$2.945,50
135	SEGURO - FORD/TRANSIT 350L BUS 16 PASS, MIJ-0813,WF-0DXXTBFBTD71083.	UNIDADE	1	R\$2.945,50	R\$2.945,50
136	SEGURO - ÔNIBUS GRANMIDI MERCEDES 41P, MFT-9781, 9BM3840786B468438.	UNIDADE	1	R\$3.436,42	R\$3.436,42
137	CORSA HATCH 1.6 2007/2008 PLACA(MFD-6189)	UNIDADE	1	R\$687,28	R\$687,28
138	SEGURO VW/ GOL TL MCV 1.0 5P, 9BWAG45U6JT109507, 2018/2018, QJG-5051.	UNIDADE	1	R\$687,28	R\$687,28
139	SEGURO VW/ GOL TL MCV 1.0 5P, 9BWAG45U6JT109460, 2018/2018, QJG-5031.	UNIDADE	1	R\$687,28	R\$687,28
140	SEGURO - VW/GOL 1.6, 9WBAB05U79P032562, MGA-1499.	UNIDADE	1	R\$490,92	R\$490,92
141	PEUGEOT/207 HB XR, 8AD2MKFWBG011788, MII-4997.	UNIDADE	1	R\$490,92	R\$490,92
142	SEGURO - FORD/TRANSIT 350L BUS,WF0DXXTBFBTD71051,-MII-9953.	UNIDADE	1	R\$1.963,67	R\$1.963,67
143	SEGURO FIAT SIENA EL 1.4 FLEX, 8AP372171E6058847, 2013/2014, MKT-6785.	UNIDADE	1	R\$490,92	R\$490,92
144	SEGURO FIAT SIENA EL 1.4 FLEX, 9BD372171E4051541, 2014/2014, MMH-9895.	UNIDADE	1	R\$490,92	R\$490,92
145	SEGURO FIAT UNO VIVACE 1.0 FLEX, 9BD195102E0551175, 2014/2014, MLN-8412.	UNIDADE	1	R\$490,92	R\$490,92

146	SEGURO FIAT PALIO WEEKEND ATTRACTIVE 1.4 FLEX, 9BD373121E5050319, 2013/2014, MLL-2380.	UNIDADE		1	R\$490,92	R\$490,92
147	SEGURO RENAULT MASTER 2.3 MART L3 16 PASSAGEIROS, 93YMAFEXCJ912378, 2017/2018, QIT-6086.	UNIDADE		1	R\$1.963,67	R\$1.963,67
148	SEGURO GM SPIN LTZ 1.8 FLEX, 9BGJC7520HB194982, 2017/2017, QIT-4526.	UNIDADE		1	R\$490,92	R\$490,92
149	SEGURO RENAULT MASTER FURGÃO L1 -H1, 93Y MAFEXA-JJ143443, 2017/2018, QIR 2339.	UNIDADE		1	R\$687,28	R\$687,28
150	SEGURO FIAT FIAORINO FURGÃO 1.3 FIRE FLEX, 9BD255049D8971305, 2013/2013, MKY-9205.	UNIDADE		1	R\$687,28	R\$687,28
151	SEGURO GM CRUZE LT 1.8 16V FLEXPPOWER 4P AUT., 9BGPB-69M0DB244409, 2013/2013, MKT-1532.	UNIDADE		1	R\$785,47	R\$785,47
152	SEGURO GM S10 PICK-UP LT 2.4 FLEX POWER 4X2 CD, 9BG148EH0DB409642, 2012/2013, MJO-1124.	UNIDADE		1	R\$1.080,02	R\$1.080,02
153	SEGURO FIAT DOBLO ATTRACTIVE 1.4 FIRE FLEX 07 PAS., 9BD119707D1106130, 2013/2013, MMF-5024.	UNIDADE		1	R\$687,28	R\$687,28
154	SEGURO FORD FIESTA 1.6 SE FLEX, 9BFZF55PXE8050282, 2013/2014, MLI-7288.	UNIDADE		1	R\$687,28	R\$687,28
155	SEGURO FIAT PALIO WEEKEND TREKKING 1.6 16V, 9BD373184E5044671, 2013/2014, MLI-4207.	UNIDADE		1	R\$687,28	R\$687,28
156	RENAULT LOGAN EXPRESSION 1.6, 93YLSR76HDJ794794, 2013/2013, MLP-4525.	UNIDADE		1	R\$687,28	R\$687,28
157	SEGURO RENAULT LOGAN EXPRESSION 1.6, 93YLS-R76HDJ795069, 2013/2013, MLP-4475.	UNIDADE		1	R\$687,28	R\$687,28
158	SEGURO PEUGEOT 207 PASSION XS 5 P., 9362NN6A-XBB037664, 2010/2011, MII-4847.	UNIDADE		1	R\$687,28	R\$687,28
159	SEGURO VW GOL 1.6 POWER GV, 9BWAB45U9AT152138, 2009/2010, MGQ-7917.	UNIDADE		1	R\$687,28	R\$687,28
160	SEGURO FIAT PALIO WEEKEND TREKKING 1.6 16V, 9BD373184E5045115, 2013/2014, MLK-0227.	UNIDADE		1	R\$687,28	R\$687,28

Lote: 1 - LOTE 01 - Contratação de seguros, nas modalidades: abrangente, RCF-V - responsabilidade civil facultativa de veículos e RCO - responsabilidade civil ônibus, micro-ônibus e vans (deter), para os veículos de transporte de passageiros, frota de veículos, motocicletas, utilitários, caminhões, tratores para construção e tratores agrícolas. Pelo período de 12 (doze) meses.

161	SEGURO RENAULT DUSTER 2.0 4X4 FLEX, 93YHSRC4N-GJ305400, 2016/2016, QHT-5066.	UNIDADE		1	R\$785,48	R\$785,48
162	SEGURO GM CRUZE LT 1.4 TURBO FLEX, 8AGBB69S0HR148246, 2017/2018, QIW 3457.	UNIDADE		1	R\$785,48	R\$785,48
163	SEGURO RENAULT DUSTER 2.0 4X4 FLEX, 93YHSR3J-3JJ058532, 2017/2018, QIY 2438.	UNIDADE		1	R\$785,48	R\$785,48
164	SEGURO RENAULT DUSTER 2.0 4X4 FLEX, 93YHSR3J-3JJ058533, 2017/2018, QIY 2428.	UNIDADE		1	R\$785,49	R\$785,49
165	Seguro RENAULT DUSTER 2.0 4X4 2018/2018, chassi 93YHS-R3JJJJ231386 2018/2018 Placas: QIW 7353	Unidade		1	R\$950,00	R\$950,00
166	Seguro RENAULT DUSTER 2.0 4X4 2018/2018 Chassi 93YHS-R3JJJJ23192, 2018/2018 Placas:QIW 7313	Unidade		1	R\$950,00	R\$950,00
167	Seguro MOTO HONDA XRE 300 2009/2010 Chassi 9C2N-D0910AR003975 MHQ 3641	Unidade		1	R\$547,10	R\$547,10
168	Seguro MOTO HONDA XRE 300 2009/2010 Chassi 9C2N-D0910AR005409 MHL 9579	Unidade		1	R\$547,10	R\$547,10
Total Lote:						R\$116.494,20
Total do Fornecedor:						R\$116.494,20

CLÁUSULA QUARTA – VALOR DO CONTRATO

4.1. O valor total do presente contrato é de R\$116.494,20 (cento e dezesseis mil e quatrocentos e noventa e quatro reais e vinte centavos).

CLÁUSULA QUINTA – RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

5.1. As despesas provenientes da contratação do objeto deste contrato correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias, e recursos financeiros do exercício de 2018:

ORÇAMENTÁRIO									FINANCEIRO
ORG	UNID	FUNCIONAL			AÇÃO	ELEMENTO	CUSTO	VÍNCULO	RECURSO
31	01	0008	0244	0031	2512	339039	69	1350024	União - PBF
31	01	0008	0244	0031	2511	339039	69	3350022	União – PFMC - EA

31	01	0008	0244	0031	2511	339039	69	1350022	União – PFMC
31	01	0008	0244	0031	2510	339039	69	3350014	União – IGDSUAS - EA
31	01	0008	0244	0031	2510	339039	69	1350014	União – IGDSUAS
31	01	0008	0244	0031	2509	339039	69	1350010	União - IGD
31	01	0008	0243	0031	2503	339039	69	1000000	Recursos Ordinários
30	02	0010	0241	0030	2455	339039	69	1000000	Recursos Ordinários
30	03	0010	0301	0030	2461	339039	69	1380900	PAB – Fixo
30	04	0010	0302	0030	2473	339039	69	1382001	SAMU – União
30	04	0010	0302	0030	2476	339039	69	1385700	CAPS
30	06	0010	0304	0030	2491	339039	69	1001500	Vigilância Sanitária
30	07	0010	0305	0030	2496	339039	69	1381600	VSE
30	03	0010	0301	0030	2461	339039	69	1020000	Saúde
30	04	0010	0302	0030	2473	339039	69	1020000	Saúde
30	04	0010	0302	0030	2476	339039	69	1020000	Saúde
30	06	0010	0304	0030	2491	339039	69	1020000	Saúde
30	07	0010	0305	0030	2496	339039	69	1020000	Saúde
05	01	0012	0361	0005	2205	339039	69	1010000	Educação
09	01	0015	0122	0009	2350	339039	69	1000000	Recursos Ordinários
04	01	0004	0126	0004	2160	339039	69	1000000	Recursos Ordinários
04	02	0004	0129	0004	2181	339039	69	1000000	Recursos Ordinários
02	01	0004	0122	0002	2050	339039	69	1000000	Recursos Ordinários
02	06	0022	0122	0002	2080	339039	69	1000000	Recursos Ordinários
02	08	0006	0181	0002	2094	339039	69	1000000	Recursos Ordinários
02	08	0006	0182	0002	2095	339039	69	1000000	Recursos Ordinários
02	08	0006	0181	0002	2093	339039	69	1000000	Recursos Ordinários
10	01	0017	0512	0010	2400	339039	69	1000000	Recursos Ordinários
10	02	0017	0452	0010	2411	339039	69	1000000	Recursos Ordinários
10	02	0017	0452	0010	2412	339039	69	1000000	Recursos Ordinários
10	03	0018	0541	0010	2420	339039	69	1000000	Recursos Ordinários
10	05	0006	0181	0010	2440	339039	69	1120000	Convênio de Trânsito
02	07	0006	0182	0002	2090	339039	69	1000000	Recursos Ordinários
08	01	0015	0451	0008	2303	339039	69	1000000	Recursos Ordinários
06	01	0020	0122	0006	2250	339039	69	1000000	Recursos Ordinários
41	01	0013	0391	0041	2703	339039	69	1000000	Recursos Ordinários

- 31.001.0008.0244.0031.2512.33393969-03350024 – União - EA
- 31.001.0008.0244.0031.2509.33393969-03350010 – União -IGD - EA
- 02.008.2093.333903969000000.01110000 – Convênio com Polícia Civil
- 02.008.2093.333903969000000.03000000 – Convênio com Polícia Militar

CLÁUSULA SEGUNDA:

O presente Termo Aditivo passa a fazer parte do contrato original permanecendo inalteradas as demais cláusulas.

Por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo assinadas, para que produzam seus efeitos administrativos e jurídicos.

Indaial/SC, em 21 de junho de 2018.

MUNICÍPIO DE INDAIAL André Luiz Moser Contratante	GENTE SEGURADORA S/A Eozemar de Souza Contratada
SECRETARIA DE ADM. E FINANÇAS Sílvio César da Silva Secretário Municipal	SECRETARIO DE EDUCAÇÃO Jairo Gebien Secretário Municipal
SECRETARIA DE AGRIC. ABASTECIMENTO Zelir Nezi Secretário Interino	SECRETARIA DE OBRAS Lindomar Lindner Secretário Municipal
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO Fabiano dos Santos Secretário Municipal	SECRETARIA DE URB. E MEIO AMBIENTE Jonas Luiz de Lima Secretário Municipal

GABINETE DO PREFEITO Manoel Felipe Boaventura Chefe de Gabinete	FUNDO MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL Katiúscia Simone Harbs Secretária Municipal
FUNDO MUN. DE SAÚDE DE INDIAIAL Adriane Machado Ferrari Secretária Municipal	FUNDAÇÃO INDIAIALENSE DE CULTURA PREFEITO VICTOR PETTERS Fernando Pasold Diretor Executivo
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES VEREADOR MARO MARCOS HADLICH Márcio Moisés Selhorst Diretor Executivo	PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO Tânia Lúcia Petters Assessora Jurídica OAB/SC 5.824

Testemunhas:

Assinatura: _____
Nome Legível: _____
CPF.: _____

Assinatura: _____
Nome Legível: _____
CPF.: _____

Iomerê

PREFEITURA

CONTRATO Nº 47/2018 - PMI

Publicação Nº 1663811

CONTRATO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO COM PEDRAS IRREGULARES QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IOMERÊ E A EMPRESA POLICENO OBRAS DE CALÇAMENTO LTDA.

CT18/047

O MUNICÍPIO DE IOMERÊ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Rech, nº 500, Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 01.612.744/0001-20, Centro, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. Luciano Paganini doravante denominado CONTRATANTE e, de outro lado a empresa POLICENO OBRAS DE CALÇAMENTO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, situada na Rodovia SC 454, nº 55 na cidade de Ibicaré-SC, inscrita no CNPJ sob o nº 09.428.416/0001-80, neste ato representada pelo Sr. José Policeno, doravante denominada CONTRATADA, ajustam e contratam a execução do obra de engenharia, objeto abaixo indicado, que se regerá pelo disposto neste contrato, no Processo Administrativo Licitatório nº 0024/2018, CONCORRÊNCIA nº 0001/2018, na Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, aplicando-se supletivamente as normas e princípios de direito administrativo e de direito comum pertinentes.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 - Contratação de empresa para executar pavimentação com pedras irregulares, sito às Linhas Bredi e Pasqual, em Iomerê-SC, e obras complementares, tudo incluindo material e mão de obra, conforme projeto e memorial descritivo.

1.2 – Será de responsabilidade da licitante vencedora as custas com as Anotações de Responsabilidade Técnica (ARTs) bem como as ARTs complementares, caso seja necessário.

1.3 – A contratada é responsável pelo fornecimento dos EPI's conforme NR-6 a fim de assegurar a integridade física dos funcionários.

1.4 – Todo o material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser de primeira qualidade e ter aprovação prévia da municipalidade, assim como qualquer alteração ou substituição que venha a favorecer o melhoramento e/ou qualidade dos serviços.

1.5 – A licitante vencedora deverá, antes do início dos serviços, analisar todos os documentos relacionados aos projetos, Memorial Descritivo e Planilha orçamentária a fim de que possa se certificar de todos os detalhes executivos, custos e exequidade dos mesmos.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR E DO PAGAMENTO

2.1 – O valor total do presente contrato é de R\$ 1.343.711,92 (um milhão trezentos e quarenta e três mil setecentos e onze reais e noventa e dois centavos).

2.2 – O pagamento será efetuado através de medições, devendo a mesma ser comprovada através de laudo apresentado por engenheiro designado pelo Município, após o recebimento de recursos do BADESC.

2.2.2 – O pagamento será efetuado mediante emissão e apresentação de nota fiscal, boletim diário da obra, boletim de medição, negativas de débitos junto ao INSS/Federal e FGTS atualizadas.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA E DO PRAZO

3.1 – O presente contrato terá vigência com início a partir de sua

assinatura e término no dia 31.12.2018, data em que se encerra o prazo de execução, podendo ser prorrogado havendo concordância de ambas as partes e, por necessidade, em caso de retardo na liberação das verbas financeiras para pagamento da obra à empresa contratada.

3.2 – Apresentar Garantia de Execução, no percentual de 5% (cinco por cento) do valor do Contrato, numa das seguintes modalidades: seguro garantia, fiança bancária, títulos da dívida pública ou caução em dinheiro, conforme art. 56 da Lei 8.666/93.

3.2.1 – A opção de garantia, se escolhida na forma de dinheiro, deverá se dar mediante depósito no Banco do Brasil S/A, em conta corrente aberta e indicada pelo município contratante, mediante solicitação por escrito, com a identificação da empresa, o CNPJ e o motivo do recolhimento (Nº do Edital e Objeto).

3.2.2 – O valor depositado somente será restituído após a data da entrega da obra concluída e recebida definitivamente pelo Município, salvo os valores que o Município, através de procedimento próprio, ficar autorizado a reter.

3.2.3 – A não prestação da garantia no prazo assinalado, implicará na exclusão automática do vencedor do certame, devendo ser convocado o segundo colocado.

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1 – As despesas para a execução do objeto do presente contrato correrão a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2018:

Órgão	SECRETARIA M. DE INFRAESTRUTURA
Unidade Orçamentária	SECRETARIA M. DE INFRAESTRUTURA
Projeto/Atividade	OBRAS DE INFRAESTRUTURA RURAL
Complem. Elemento	4490.5198 – APLICAÇÕES DIRETAS
Fonte de Recursos	183 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO
Código Reduzido	109

CLÁUSULA QUINTA – DAS PENALIDADES

5.1 – A inexecução contratual, parcial ou total, submeterá o responsável às penalidades previstas no artigo 87 da Lei 8666/93, na suspensão temporária da participação em Licitações e impedimento de contratar com o Município pelo prazo de 2 (dois) anos e multa de 20% (vinte por cento) do valor contratado;

5.2 – Expirado o prazo de execução do contrato e não concluída a obra, será cobrado multa diária de R\$ 1.000,00 (um mil reais), enquanto perdurar o atraso, salvo quando o atraso se der por culpa do Município contratante, ou situações excepcionais, cuja ocorrência não pode ser atribuída à empresa contratada.

5.3 – As penalidades acima poderão ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, nos termos do art. 87 da Lei nº 8.666 de 21/6/93 e suas alterações.

CLÁUSULA SEXTA – DA RESCISÃO

6.1 – O presente contrato poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA FISCALIZAÇÃO

7.1 – O CONTRATANTE fiscalizará a execução do contrato, sempre que julgar necessário.

§ 1º - A fiscalização exercida não reduz nem exclui a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive de terceiros, por qualquer irregularidade.

§ 2º - O CONTRATANTE anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das incidências observadas, podendo ainda fazer relatórios sobre o andamento do contrato, sendo permitido multas por infrações cometidas pela CONTRATADA.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1 – São obrigações da CONTRATADA:

- a) manter as condições de habilitação e qualificação apresentadas na licitação, durante toda a execução do Contrato;
- b) dar fiel execução ao objeto do Contrato, bem como, providenciar às suas expensas e a contento do Município, todas as substituições e correções que se fizerem necessárias;
- c) executar o objeto não sendo admitida a subcontratação;
- d) executar a obra observando rigorosamente os prazos, projetos, detalhes, normas vigentes, especificações e técnicas citadas bem como as normas da ABNT, Código de Obra, Uso do Solo e demais normas e regulamentos oficiais atinentes a cada um dos projetos, efetuando os respectivos controles tecnológicos. Para todos os serviços a ausência de legislação específica enseja a observação das normas internacionais, citadas no Edital ou não;
- e) observar e fazer cumprir as normas regulamentadoras e legislações Federais, Estaduais e Municipais de Segurança, Higiene e Medicina no Trabalho e elaborar e apresentar para o Município o PCMAT – Programa de Condições e Meio Ambiente do Trabalho da obra de acordo com a NR-9 e NR-18 e devidamente registrado no MTE - Ministério do Trabalho e Emprego;
- f) assumir inteira responsabilidade pela execução do objeto, fornecendo materiais e serviços de qualidade;
- g) iniciar os serviços após recebimento da ordem de serviço e retirada do Alvará de construção no setor de tributação do município, caso seja necessário;
- h) manter sob sua responsabilidade todo o pessoal necessário à execução dos serviços objeto da proposta, devidamente uniformizado, arcando com os respectivos tributos e encargos sociais, além das despesas trabalhistas;
- i) fornecer, sempre que solicitado pelo Município, os comprovantes de pagamentos dos empregados, guia do recolhimento dos encargos sociais, trabalhistas e fiscais;
- j) assumir responsabilidade pelos danos causados ao Município ou a terceiros, por negligência, imprudência ou imperícia técnica sua ou de seus empregados ou, ainda, dos terceirizados, mesmo em áreas do Município que não constem do objeto do presente Edital.
- k) manter permanentemente nos horários de serviço o pessoal técnico para o gerenciamento da obra que se responsabilizará diretamente pelos trabalhos, conforme informado na fase de habilitação, sendo admissível a substituição destes profissionais, desde que possuam qualificação igual ou superior e desde que aceite pelo Município.
- l) implantar, organizar, manter e controlar o Diário de Obras, onde serão lançados diariamente, todos os atos e fatos incidentes, especialmente data de início e término de cada etapa de serviço, e a mão de obra empregada, por especialidade (inclusive quantitativo) e será submetido à vistoria da fiscalização do Município.
- m) confeccionar e preencher o boletim de medição da obra visto pelo engenheiro responsável da execução da mesma, em conformidade com o cronograma físico-financeiro, submetendo-o a fiscalização do Município para constatação da efetiva realização dos serviços;
- n) prestar caução de adimplemento do contrato, no valor equivalente à 5% do valor contratado, nas modalidades e critérios previstos no art. 56 da Lei nº 8.666/93;
- o) responsabilizar-se pela sinalização de advertência e outras necessárias a execução da obra, evitando a paralisação do trânsito e ou pedestres se houver necessidade;

- p) responsabilizar-se pela preservação das benfeitorias existentes;
- q) entregar a obra pronta até 31/12/2018;
- r) havendo necessidade de prorrogação de prazo, requerer a sua concessão com antecedência mínima de 60 dias;
- s) o sistema de execução deverá ser em duas frentes de trabalho simultâneas e ininterruptas, sendo uma da estaca zero até o final e outra da estaca final sentido à estaca zero;
- t) outras obrigações mencionadas no edital.

CLÁUSULA NONA – DA RESPONSABILIDADE DA CONTRATANTE

9. 1 – São de responsabilidade do CONTRATANTE:

- a) tomar todas as providências necessárias à execução do processo licitatório;
- b) manter pessoa ou constituir uma Comissão Especial designada pelo Prefeito Municipal, visando a fiscalização dos serviços;
- c) encaminhar a publicação resumida do instrumento de contrato e seus aditamentos, se ocorrerem, em mural e/ou jornal de circulação regional;
- d) arcar com as despesas concernentes à publicação do extrato do contrato e seus aditivos se ocorrerem.

CLÁUSULA DÉCIMA – DOS RECURSOS

10.1 – Os recursos interpostos às decisões proferidas pela fiscalização somente serão acolhidos nos termos do Capítulo V da Lei nº 8.666/93, se dirigidos diretamente ao Prefeito, e protocolado na Prefeitura Municipal.

Parágrafo Único. Os recursos não dirigidos conforme determinação desta cláusula não serão conhecidos.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS ENCARGOS

11.1 – As despesas dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais correrão por conta da CONTRATADA, ficando esta, ainda, responsável pelo correto cumprimento da legislação de segurança do trabalho.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA FISCALIZAÇÃO

12.1 - A fiscalização do presente contrato ficará a cargo das Secretarias Municipal de Infraestrutura, através de seu secretário. Serão responsáveis também para atestar as notas fiscais, com o recebimento das mercadorias.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

13.1 – Para dirimir toda e qualquer questão que derivar deste contrato, fica eleito o Foro de Videira, SC, Comarca deste Município, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim, acordados e ajustados, depois de lido e achado conforme, declaram ambos as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente contrato, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares sobre o assunto, firmando-o em 03 (três) vias na presença de duas testemunhas abaixo assinadas.

Iomerê, SC., 14 de junho de 2018.

MUNICÍPIO DE IOMERÊ
CONTRATANTE

POLICENO OBRAS DE CALÇAMENTO
CONTRATADA

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

Rafael Deon
OAB.SC 35.259

CONTRATO Nº 48/2018 - PMI

Publicação Nº 1663814

CONTRATO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ANIMAÇÃO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IOMERÊ E A EMPRESA CHRISTIANE ZIMMER - MEI.
CT18/048

O MUNICÍPIO DE IOMERÊ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Rech, nº 500, centro, inscrito no CNPJ sob nº 01.612.744/0001-20, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. LUCIANO PAGANINI doravante denominado CONTRATANTE e, de outro lado a empresa CHRISTIANE ZIMMER - MEI, pessoa jurídica de direito privado, situada na Rua Joaquim Pereira Farias, nº 66, na cidade de Videira - SC, inscrita no CNPJ sob o nº 28.532.524/0001-42, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, ajustam e contratam a execução dos serviços abaixo indicado, que se regerá pelo disposto neste contrato, nas Leis nº 8.666/93 e pelas normas de direito administrativo e direito comum pertinentes, mediante as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 – O presente contrato tem como objeto, serviços de animação nas comemorações de Aniversário Político-administrativo do Município.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO E VALOR

2.1 - O presente contrato está diretamente vinculado ao Processo Administrativo Licitatório nº 0039/2018, na modalidade Dispensa nº 0005/2018, independente de sua transcrição. Pela prestação do serviço a CONTRATADA receberá do CONTRATANTE o valor de R\$ 6.500,00 (seis mil e quinhentos reais).

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA

3.1 - O presente contrato terá sua vigência a partir de sua assinatura, com término previsto para 31.12.2018.

CLÁUSULA QUARTA – DO PAGAMENTO

4.1 - O pagamento será efetuado ao final dos serviços, devidamente conferidas e com o devido documento fiscal hábil a ser emitido, mediante depósito bancário em sua conta corrente.

§ 1º - O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica constante da Nota Fiscal deverá ser aquele fornecido na Proposta da Contratada.

CLÁUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1 - As despesas decorrentes deste contrato correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

Órgão	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTES E TURISMO
Unidade Orçamentária	DEPARTAMENTO DE CULTURA
Projeto/Atividade	ORGANIZAÇÃO DE FESTAS E EVENTOS
Complem. Elemento	3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas
Fonte de Recursos	00 – RECURSOS PRÓPRIOS
Código Reduzido	053

CLÁUSULA SEXTA – DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

6.1 - A prestação do serviço será amplamente fiscalizada pela CONTRATANTE, podendo ser rejeitados os serviços prestados fora nas especificações do presente contrato ou mesmo das normas legais pertinentes.

6.1.1 - A CONTRATANTE poderá emitir instruções, ordens e reclamações a CONTRATADA, tendo como objetivo o saneamento de pendências ou dúvidas surgidas no decorrer da prestação do serviço.

6.2 - Pela não observância e cumprimento do estabelecido no presente contrato serão aplicadas as penalidades previstas na Lei de Licitações.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1 - Prestar os serviços, na forma, nos locais, nos prazos e nos preços estipulados na sua proposta.

7.2 – São de inteira responsabilidade da CONTRATADA os encargos sociais e trabalhistas, bem como a segurança, higiene e medicina do trabalho, dos operadores exequentes do serviço, arcar com as despesas de deslocamento, refeições, manutenção e transporte dos funcionários, equipamentos e materiais utilizados, até os locais indicados pelo município;

7.3 – Responder por quaisquer danos que venha a causar perante terceiros, ficando o município isento de qualquer responsabilidade, sendo esta civil, criminal, previdenciária, trabalhista e fiscal, em virtude da presente prestação de serviços;

CLÁUSULA OITAVA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1 - Pela inexecução total ou parcial o Município poderá aplicar a CONTRATADA as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas:

a) Por atraso superior a 5 (cinco) dias da entrega do objeto, fica a CONTRATADA sujeita a multa de 1% (um por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total da Nota de Empenho a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 30 (trinta) dias;

b) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor total da proposta;

CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

9.1 - O presente ajuste poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1 - Quando houver algum imprevisto que impossibilite à Contratada o cumprimento das obrigações ora contraídas, a mesma deverá comunicar a contratante imediatamente para que se tomem as providências no sentido de não prejudicar o andamento das atividades relacionadas ao objeto do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA FISCALIZAÇÃO

11.1 - A fiscalização do presente contrato ficará a cargo da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes e Turismo através de seu secretário. Serão responsáveis também para atestar as notas fiscais, com o recebimento das mercadorias.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO

12.1 - Para dirimir toda e qualquer questão que derivar deste Contrato, fica eleito o foro de VIDEIRA, SC, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim, acordados e ajustados, depois de lido e achado conforme, declaram ambas as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente Contrato, bem como observar

fielmente outras disposições legais e regulamentares sobre o assunto, firmando-o em 03 (três) vias na presença de duas testemunhas abaixo assinadas.

Iomerê, SC., 14 de junho de 2018.

MUNICÍPIO DE IOMERÊ
CONTRATANTE

CHRISTIANE ZIMMER - MEI
CONTRATADA

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

Rafael Deon
OAB.SC 35259

CONTRATO Nº 49/2018 - PMI

Publicação Nº 1663815

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PESQUISA QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IOMERÊ E A EMPRESA GRAFISIL GRAFICA LTDA.
CT18/049

O MUNICÍPIO DE IOMERÊ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Rech, nº 500, no município de Iomerê - SC, inscrito no CNPJ sob nº 01.612.744/0001-20, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr. LUCIANO PAGANINI, doravante denominado CONTRATANTE e, de outro lado a empresa GRAFISIL GRAFICA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, situada na Rua Saul Brandalise, nº 1420, Bairro Dois Pinheiros, na cidade de Videira-SC, inscrita no CNPJ sob o nº 01.653.727/0001-30, doravante denominada CONTRATADA, ajustam e contratam a prestação de serviços, que se regerá pelo disposto neste contrato, na Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, na Lei nº 10.520/02 aplicando-se supletivamente as normas e princípios de direito administrativo e de direito comum pertinentes.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E VALOR

1.1 – O objeto deste contrato é o fornecimento de impressos, com fornecimento fracionado e com entrega no Município de Iomerê conforme segue quantidades e preços abaixo:

ITEM	UNID.	DESCRIÇÃO	QTDE	VALOR UNITÁRIO R\$
06	UN	Impressão de folha papel ofício tamanho A4 – 4x0 cor, em papel couchê 250g.	20.000	0,39
07	UN	Impressão de pastas tamanho fechado 22cm x 31cm. Tamanho aberta 44cm x 31cm, com bolso interno colado na parte inferior tamanho 10cm x 20cm, 4x0 cor.	5.000	1,17
08	UN	Cartazes formato gráfico 2 (48cm x 66cm), em papel couchê 250g, impressão 4x0, 04 artes (chapas) diferentes, pré-impressão com seleção em CTP.	2.000	1,90
09	UN	Panfletos formato gráfico 22 (13cm x 22cm), em papel couchê 250g, impressão 4x4 cor, 04 artes (chapas) diferentes, pré-impressão com seleção em CTP.	20.000	0,14
TOTAL				

1.2 - O valor do contrato é R\$ 20.250,00 (vinte mil duzentos e cinquenta reais), sendo adquirido os serviços conforme as necessidades, durante a vigência da ata nº 23/2018.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO REAJUSTE E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

2.1 – Os preços serão fixos e irrevogáveis durante a vigência deste contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO FUNDAMENTO LEGAL

3.1 - Este contrato decorre da homologação do resultado do Processo Administrativo Licitatório nº 0034/2018, Edital de Pregão Presencial nº 0022/2018, que a este se vincula e à proposta vencedora da licitação, sujeitando-se as partes contratantes às suas cláusulas e condições, bem ainda às disposições contidas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e Lei nº. 10.520, de 17 de julho de 2002 e demais normas aplicáveis.

CLÁUSULA QUARTA – DO PAGAMENTO

4.1 – O pagamento pelo objeto da presente licitação será feito em favor da licitante vencedora, mediante depósito bancário em sua conta corrente, após as entregas, acompanhados do respectivo Documento Fiscal Hábil;

4.2 – O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante das notas fiscais/faturas deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação;

4.3 – Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1 – Será de responsabilidade da contratada:

- fornecer o produto, objetos deste Edital de acordo com as especificações exigidas;
- fornecer o objeto desta licitação, na forma, nos locais, nos prazos e nos preços estipulados na sua proposta;
- garantir qualidade do produto, sob pena de rescisão contratual e/ou cumprimento de penalidades;
- a contratada é obrigada a substituir de imediato e às suas expensas, os Serviços Gráficos em que se verifiquem irregularidades;
- correrão por conta da contratada todas as despesas com seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários, decorrentes da entrega e da própria prestação dos serviços gráficos licitados;
- o vencedor ficará obrigado a aceitar de volta o bem objeto da licitação, na hipóteses de recusa pela administração, no prazo de 10 (dez) dias corridos, por não atender as exigências do edital. O ato do recebimento não importará a sua aceitação e sem nenhum direito à indenização.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1 – Será de responsabilidade da contratante:

- fiscalizar o cumprimento do contrato;
- emitir o pagamento previsto no contrato;
- acompanhar e fiscalizar todas as atividades da contratada pertinentes ao objeto a ser celebrado, o que não exime esta da responsabilidade por danos causados.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1 - De acordo com o estabelecido no artigo 77, da Lei nº 8.666/93, a inexecução total ou parcial da Ata enseja sua rescisão, constituindo,

também, motivo para o rompimento do ajuste, aqueles previstos no art. 78, incisos I a XVIII.

Parágrafo único - Nas hipóteses de inexecução total ou parcial, poderá a Administração aplicar ao contratado as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do Ata;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

5.2 – Na hipótese de atraso no cumprimento de quaisquer obrigações assumidas pelo FORNECEDOR, a esta será aplicada multa de 1% (um por cento) sobre o valor total do contrato, por dia de atraso, dobrável na reincidência.

CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

8.1 - O presente ajuste poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA NONA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1 – As dotações orçamentárias serão conforme aquisições de cada secretaria, do orçamento vigente de 2018.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO PRAZO

10.1 - O prazo de vigência inicia-se na assinatura do contrato, tendo seu término até o vencimento da ata.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1 - Quando houver algum imprevisto que impossibilite ao contratado o cumprimento das obrigações ora contraídas, o mesmo deverá comunicar a contratante imediatamente para que se tomem as providências no sentido de não prejudicar o andamento das atividades relacionadas ao objeto do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA FISCALIZAÇÃO

12.1 - A fiscalização do presente contrato ficará a cargo de cada Secretaria Municipal, através de seu secretário. Será responsável também para atestar as notas fiscais, com o recebimento da mercadoria/serviço.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1 - Para dirimir toda e qualquer questão que derivar deste contrato, fica eleito o foro de VIDEIRA, SC, que é Comarca deste Município, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim, acordados e ajustados, depois de lido e achado conforme, declaram ambos as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente contrato, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares sobre o assunto, firmando-o em 03 (três) vias na presença de duas testemunhas abaixo assinadas.

Iomerê, 15 de junho de 2018.

MUNICÍPIO DE IOMERÊ
CONTRATANTE

GRAFISIL GRAFICA LTDA
CONTRATADO

Testemunhas:

Nome:

Nome:

CPF:

CPF:

Rafael Deon
OAB.SC 35259

CONTRATO Nº 50/2018 - PMI

Publicação Nº 1663817

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PESQUISA QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IOMERÊ E A EMPRESA KS IMPORT SOLUÇÕES PERSONALIZADAS LTDA.
CT18/050

O MUNICÍPIO DE IOMERÊ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Rech, nº 500, no município de Iomerê - SC, inscrito no CNPJ sob nº 01.612.744/0001-20, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr. LUCIANO PAGANINI, doravante denominado CONTRATANTE e, de outro lado a empresa KS IMPORT E SOLUÇÕES PERSONALIZADAS LTDA - ME, pessoa jurídica de direito privado, situada na Av. 16 de Fevereiro, nº 187, Bairro Centro, na cidade de Luzerna-SC, inscrita no CNPJ sob o nº 26.892.211/0001-70, doravante denominada CONTRATADA, ajustam e contratam a prestação de serviços, que se regerá pelo disposto neste contrato, na Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, na Lei nº 10.520/02 aplicando-se supletivamente as normas e princípios de direito administrativo e de direito comum pertinentes.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E VALOR

1.1 – O objeto deste contrato é o fornecimento de impressos, com fornecimento fracionado e com entrega no Município de Iomerê conforme segue quantidades e preços abaixo:

ITEM	UNID.	DESCRIÇÃO	QTDE	VALOR UNITÁRIO R\$
01	UN	Adesivos de identificação visual para veículos, caminhões e máquinas pesadas, tamanho 30cm x 50cm em vinil adesivo com alta durabilidade, com serviço de colocação, arte definida pelo Município.	15	20,00
02	UN	Placas de identificação de obras, pontes e avisos de alerta em chapa galvanizada 16, tamanho 60cm x 60cm, com serviço de colocação, arte definida pelo Município.	20	80,00
03	m²	Lona 300g para faixas com impressões 4x0 cores, arte definida pelo Município.	200	45,00
04	m²	Lona 300g para banners com impressões 4x0 cores, arte definida pelo Município.	400	45,00
05	m²	Adesivo em vinil cast anti-bolha com impressões 4x0 cores, com serviço de colocação, arte definida pelo Município.	150	120,00

1.2 - O valor do contrato é R\$ 46.900,00 (quarenta e seis mil e novecentos reais), sendo adquirido os serviços conforme as necessidades, durante a vigência da ata nº 22/2018.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO REAJUSTE E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

2.1 – Os preços serão fixos e irredutíveis durante a vigência deste contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO FUNDAMENTO LEGAL

3.1 - Este contrato decorre da homologação do resultado do Processo Administrativo Licitatório nº 0034/2018, Edital de Pregão Presencial nº 0022/2018, que a este se vincula e à proposta vencedora da licitação, sujeitando-se as partes contratantes às suas cláusulas e condições, bem ainda às disposições contidas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e Lei nº. 10.520, de 17 de julho de 2002 e demais normas aplicáveis.

CLÁUSULA QUARTA – DO PAGAMENTO

4.1 – O pagamento pelo objeto da presente licitação será feito em favor da licitante vencedora, mediante depósito bancário em sua conta corrente, após as entregas, acompanhados do respectivo Documento Fiscal Hábil;

4.2 – O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante das notas fiscais/faturas deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação;

4.3 – Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1 – Será de responsabilidade da contratada:

- fornecer o produto, objetos deste Edital de acordo com as especificações exigidas;
- fornecer o objeto desta licitação, na forma, nos locais, nos prazos e nos preços estipulados na sua proposta;
- garantir qualidade do produto, sob pena de rescisão contratual e/ou cumprimento de penalidades;
- a contratada é obrigada a substituir de imediato e às suas expensas, os Serviços Gráficos em que se verifiquem irregularidades;
- correrão por conta da contratada todas as despesas com seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários, decorrentes da entrega e da própria prestação dos serviços gráficos licitados;
- o vencedor ficará obrigado a aceitar de volta o bem objeto da licitação, na hipóteses de recusa pela administração, no prazo de 10 (dez) dias corridos, por não atender as exigências do edital. O ato do recebimento não importará a sua aceitação e sem nenhum direito à indenização.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1 – Será de responsabilidade da contratante:

- fiscalizar o cumprimento do contrato;
- emitir o pagamento previsto no contrato;
- acompanhar e fiscalizar todas as atividades da contratada pertinentes ao objeto a ser celebrado, o que não exime esta da responsabilidade por danos causados.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1 - De acordo com o estabelecido no artigo 77, da Lei nº 8.666/93, a inexecução total ou parcial da Ata enseja sua rescisão, constituindo, também, motivo para o rompimento do ajuste, aqueles previstos no art. 78, incisos I a XVIII.

Parágrafo único - Nas hipóteses de inexecução total ou parcial, poderá a Administração aplicar ao contratado as seguintes sanções:

- advertência;
- multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do Ata;
- suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

5.2 – Na hipótese de atraso no cumprimento de quaisquer obrigações assumidas pelo FORNECEDOR, a esta será aplicada multa de 1% (um por cento) sobre o valor total do contrato, por dia de atraso, dobrável na reincidência.

CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

8.1 - O presente ajuste poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA NONA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1 – As dotações orçamentárias serão conforme aquisições de cada secretaria, do orçamento vigente de 2018.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO PRAZO

10.1 - O prazo de vigência inicia-se na assinatura do contrato, tendo seu término até o vencimento da ata.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1 - Quando houver algum imprevisto que impossibilite ao contratado o cumprimento das obrigações ora contraídas, o mesmo deverá comunicar a contratante imediatamente para que se tomem as providências no sentido de não prejudicar o andamento das atividades relacionadas ao objeto do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA FISCALIZAÇÃO

12.1 - A fiscalização do presente contrato ficará a cargo de cada Secretaria Municipal, através de seu secretário. Será responsável também para atestar as notas fiscais, com o recebimento da mercadoria/serviço.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1 - Para dirimir toda e qualquer questão que derivar deste contrato, fica eleito o foro de VIDEIRA, SC, que é Comarca deste Município, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim, acordados e ajustados, depois de lido e achado conforme, declaram ambos as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente contrato, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares sobre o assunto, firmando-o em 03 (três) vias na presença de duas testemunhas abaixo assinadas.

Iomerê, 15 de junho de 2018.

MUNICÍPIO DE IOMERÊ
CONTRATANTE CONTRATADO

KS IMPORT E SOLUÇÕES PERSONALIZADAS

Testemunhas:

Nome: Nome:

CPF: CPF:

Rafael Deon
OAB.SC 35259

CONTRATO Nº 51/2018 - PMI

Publicação Nº 1663818

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA AQUISIÇÃO DE UNIFORMES QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IOMERÊ E A EMPRESA CLODOMIR BAHR JUNIOR ME.

CT18/051

O MUNICÍPIO DE IOMERÊ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Rech, nº 500, centro, inscrito no CNPJ sob nº 01.612.744/0001-20, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. LUCIANO PAGANINI doravante denominado CONTRATANTE e, de outro lado a empresa CLODOMIR BAHR JUNIOR ME, pessoa jurídica de direito privado, situada na Rua Luiz Mezaroba, nº 220, Bairro Cidade Alta, na cidade de Videira-SC, inscrita no CNPJ sob o nº 00.535.902/0001-22, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, ajustam e contratam a aquisição, conforme abaixo indicado, que se regerá pelo disposto neste contrato, pelas Leis nº 8.666/93 e 10.520/02 alterações posteriores e pelas normas de direito administrativo e direito comum pertinentes, mediante as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DO PREÇO

1.1 – O presente contrato tem por objeto aquisição de camisas para utilizar com o coral municipal.

ITEM	UNID.	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO R\$
01	30	Camisa social masculina, em tecido tricoline 100% algodão, manga longa na cor branca, com detalhes no colarinho e punhos em tecido de 100% algodão em cor a definir, fecho em botões. Com bordado na frente lado esquerdo em tamanho aproximado de 10cm x 10cm. Costuras com linha 100% poliéster.	69,90
02	30	Camisete social feminina, em tecido tricoline 100% algodão, manga longa na cor branca, com detalhes no colarinho e punhos em tecido de 100% algodão em cor a definir, fecho em botões. Com bordado na frente lado esquerdo em tamanho aproximado de 10cm x 10cm. Costuras em linha 100% poliéster.	65,50
TOTAL 4.062,00			

CLÁUSULA SEGUNDA – DA EXECUÇÃO

2.1 – A empresa vencedora do certame, deverão fazer as entregas fracionadas conforme necessidades, em até 20 dias úteis após os pedidos formalizados pelo Município de Iomerê, nas quantidades e especificidades descritos na Autorização de Fornecimento.

2.2 – As despesas de deslocamento, acondicionamento, conservação e transporte dos itens desta licitação até o município de Iomerê ficarão a cargo da empresa vencedora. Todas as demais despesas relacionadas com a prestação dos serviços correrão por conta da proponente

vencedora da licitação.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PAGAMENTO

3.1 - O pagamento pela aquisição dos materiais objeto do presente Contrato será feito em favor da CONTRATADA, mediante depósito bancário em sua conta corrente, após efetiva entrega, acompanhados da respectiva Nota Fiscal – Eletrônica.

3.1.1 – O arquivo XML da NF-e deverá ser enviado ao e-mail: nfe@iomere.sc.gov.br

3.2 - O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante das notas fiscais/faturas deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação.

3.3 - A forma de pagamento será mensal, sendo realizado até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente ao da aquisição, mediante emissão da nota fiscal.

3.4 - Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1 – As despesas decorrentes da prestação dos serviços objeto do presente contrato correrão a conta da seguinte dotação específica do orçamento do exercício de 2018:

Órgão	Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Turismo
Unidade Orçamentária	Departamento de Cultura
Projeto/Atividade	Manutenção das Atividades Culturais
Complem. Elemento	33.90.00.00 – Aplicações Diretas
Reduzido	51

CLÁUSULA QUINTA – DAS PENALIDADES

5.1 - De acordo com o estabelecido no artigo 77, da Lei nº 8.666/93, a inexecução total ou parcial do Contrato enseja sua rescisão, constituindo, também, motivo para o rompimento do ajuste, aqueles previstos no art. 78, incisos I a XVIII.

Parágrafo único - Nas hipóteses de inexecução total ou parcial, poderá a Administração aplicar ao contratado as seguintes sanções:

- advertência;
- multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do Contrato;
- suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

5.2 – Na hipótese de atraso no cumprimento de quaisquer obrigações assumidas pela CONTRATADA, a esta será aplicada multa de 1% (um por cento) sobre o valor total do Contrato, por dia de atraso, dobrável na reincidência.

CLÁUSULA SEXTA – DA RESCISÃO

6.1 - O presente Contrato poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA E DO PRAZO

7.1 - O presente Contrato terá vigência a partir da sua assinatura com duração até o dia 31 de dezembro de 2018, caso nesta data ainda existir saldo para aquisição, será considerado até o vencimento da ata.

CLÁUSULA OITAVA – DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO

8.1 – O presente instrumento encontra-se vinculado ao Processo Administrativo Licitatório nº 0036/2018 – Pregão Presencial nº 0024/2018.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1 - Será de responsabilidade do CONTRATADO:

- fornecer o objeto deste Contrato, de acordo com as especificações exigidas;
- fornecer o objeto deste Contrato, na forma, nos locais, nos prazos e nos preços estipulados na sua proposta;
- manter-se, durante toda execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas e em condições de habilitação.

9.2 – Todas as demais despesas relacionadas com a prestação dos serviços correrão por conta da proponente vencedora da licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS NORMAS E PRECEITOS COMPLEMENTARES

10.1 - Aplicam-se a execução deste Contrato e aos casos omissos as normas da Lei 8.666/93 e alterações posteriores, os preceitos do direito público, os princípios da teoria geral dos Contratos e as disposições do direito privado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA FISCALIZAÇÃO

11.1 - A fiscalização do presente contrato ficará a cargo da Secretaria Municipal de Educação, através de seu secretário. Será responsável também para atestar as notas fiscais, com o recebimento das mercadorias.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO

12.1 - Para dirimir toda e qualquer questão que derivar deste Contrato, fica eleito o foro de VIDEIRA, SC, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim, acordados e ajustados, depois de lido e achado conforme, declaram ambas as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente Contrato, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares sobre o assunto, firmando-o em 03 (três) vias na presença de duas testemunhas abaixo assinadas.

Iomerê, 19 de junho de 2018.

MUNICÍPIO DE IOMERÊ
CONTRATANTE

CLODOMIR BAHR JUNIOR MEI
CONTRATADA

Testemunhas:

Nome:

Nome:

CPF:

CPF:

Rafael Deon
OAB/SC 35259

CONTRATO Nº 52/2018 - PMI

Publicação Nº 1663819

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IOMERÊ E A EMPRESA JOHN RR SEGURANÇA LTDA ME.

CT18/052

O MUNICÍPIO DE IOMERÊ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Rech, nº 500, centro, inscrito no CNPJ sob nº 01.612.744/0001-20, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. LUCIANO PAGANINI doravante denominado CONTRATANTE e, de outro lado a empresa JOHN RR SEGURANÇA LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, situada na Av. Catharina Seger nº 491, Bairro Centro na cidade de Palma Sola-SC, inscrita no CNPJ sob o nº 14.356.881/0001-92, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, ajustam e contratam a execução dos serviços abaixo indicado, que se regerá pelo disposto neste contrato, pelas Leis nº 8.666/93 e 10.520/02 alterações posteriores e pelas normas de direito administrativo e direito comum pertinentes, mediante as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 – O presente contrato tem como objeto, serviços de segurança, conforme segue abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	Valor Total R\$
03	Prestação de serviços de segurança desarmada, devidamente credenciada junto aos órgãos competentes, a serem prestados por pessoal treinado e capacitado para execução de segurança desarmada noturna; os seguranças deverão se apresentar uniformizados, com nada consta da Polícia Civil, de empresa especializada no ramo e credenciada junto ao órgão competente: Dia 20/07/2018: Das 17h do dia 20/07/2018 até as 07h do dia 21/07/2018, sendo 20 agentes de segurança. Dia 21/07/2018: Das 17h do dia 21/07/2018 até as 07h do dia 22/07/2018, sendo 20 agentes de segurança. Dia 22/07/2018: Das 10h até a 22h, sendo 20 agentes de segurança.	9.900,00

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO E VALOR

2.1 - O presente contrato está diretamente vinculado ao Processo Administrativo Licitatório nº 0037/2018, na modalidade Pregão Presencial nº 0025/2018, independente de sua transcrição. Pela prestação do serviço a CONTRATADA receberá do CONTRATANTE o valor de R\$ 9.900,00 (nove mil e novecentos reais).

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA

3.1 - O presente contrato terá sua vigência a partir de sua assinatura, com término previsto para 31.12.2018.

CLÁUSULA QUARTA – DO PAGAMENTO

4.1 - O pagamento será efetuado ao final dos serviços, devidamente conferidas e com o devido documento fiscal hábil a ser emitido, mediante depósito bancário em sua conta corrente.

§ 1º - O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica constante da Nota Fiscal deverá ser aquele fornecido na Proposta da Contratada.

§ 2º - Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

CLÁUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1 - As despesas decorrentes deste contrato correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

Órgão	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
Unidade Orçamentária	DEPARTAMENTO DE CULTURA
Projeto/Atividade	ORGANIZAÇÃO DE FESTAS COMEMORATIVAS E EVENTOS

Complem. Elemento	3390.0000 – APLICAÇÕES DIRETAS
Reduzido	053

CLÁUSULA SEXTA – DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

6.1 - A prestação do serviço será amplamente fiscalizada pela CONTRATANTE, podendo ser rejeitados os serviços prestados fora nas especificações do presente contrato ou mesmo das normas legais pertinentes.

6.1.1 - A CONTRATANTE poderá emitir instruções, ordens e reclamações a CONTRATADA, tendo como objetivo o saneamento de pendências ou dúvidas surgidas no decorrer da prestação do serviço.

6.2 - Pela não observância e cumprimento do estabelecido no presente contrato serão aplicadas as penalidades previstas na Lei de Licitações.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E CONTRATANTE

Será de obrigatoriedade da empresa vencedora:

7.1 – Prestar os serviços do objeto deste Edital de acordo com as propostas e especificações exigidas, sendo na forma, nos locais, nos prazos e nos preços estipulados na sua proposta;

7.2 - Garantir qualidade nos serviços e materiais empregados para o cumprimento do objeto da presente licitação, sob pena de aplicação das penalidades previstas na legislação, inclusive rescisão contratual imediata;

7.3 – Caberá exclusivamente à proponente vencedora, na prestação dos serviços, a responsabilidade pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários e de acidentes de trabalho, referentes ao pessoal integrante de sua sociedade, funcionários, terceiros que a empresa contratada colocar a serviço no atendimento do objeto;

7.4 - Executar o objeto de acordo com o estipulado no item 2 do edital, os serviços objeto deste edital serão requisitados integralmente, de acordo com as necessidades do Município, e deverão ser iniciados conforme exigido em cada item do objeto, por conta e risco da licitante, dentro das normas técnicas exigidas, na forma da Lei vigente, e executadas com acompanhamento e anuência da Administração;

7.5 – Responder por quaisquer danos que venha a causar perante terceiros, ficando o município isento de qualquer responsabilidade, sendo esta civil, criminal, previdenciária, trabalhista e fiscal, em virtude da presente prestação de serviços;

7.6 - Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do contrato;

7.7 - Submeter-se à fiscalização do CONTRATANTE, durante toda a vigência do contrato;

7.8 - Não ceder ou subcontratar, inteira ou parcialmente, os direitos e obrigações do contrato ou os dele resultantes, sem prévia e formal anuência do CONTRATANTE;

7.9 - Os vigilantes deverão estar devidamente uniformizados, será prestada em toda a área onde acontecerá as festividades do Município, entre as dependências da Escola Frei Evaristo e Paróquia São Luiz Gonzaga, rua São Luiz - Centro;

7.10 - Disponibilizar responsável técnico para operação e execução dos serviços, com apresentação de ART dos serviços executados quando necessário;

7.11 – Responder por quaisquer danos que venha a causar perante terceiros, ficando o município isento de qualquer responsabilidade, sendo esta civil, criminal, previdenciária, trabalhista e fiscal, em virtude da presente prestação de serviços;

Será de obrigatoriedade da contratante:

7.12 - Tomar todas as providências necessárias à execução do presente edital;

7.13 – Acompanhar a execução do contrato oriundo do presente processo;

7.14 - Acompanhar o andamento dos serviços e expedir instruções verbais ou escritas sobre a sua execução, podendo solicitar sua revisão;

7.15 - Efetuar os pagamentos devidos à contratada pelos serviços executados de acordo com as disposições do presente contrato.

CLÁUSULA OITAVA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1 - Pela inexecução total ou parcial o Município poderá aplicar a CONTRATADA as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas:

a) Por atraso superior a 5 (cinco) dias da entrega do objeto, fica a CONTRATADA sujeito a multa de 1% (um por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total da Nota de Empenho a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 30 (trinta) dias;

b) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor total da proposta;

CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

9.1 - O presente ajuste poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1 - Quando houver algum imprevisto que impossibilite à Contratada o cumprimento das obrigações ora contraídas, a mesma deverá comunicar a contratante imediatamente para que se tomem as providências no sentido de não prejudicar o andamento das atividades relacionadas ao objeto do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DA FISCALIZAÇÃO

11.1 - A fiscalização do presente contrato ficará a cargo da Secretaria Municipal de Educação, através de seu secretário. Serão responsáveis também para atestar as notas fiscais, com o recebimento do serviço.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO

12.1 - Para dirimir toda e qualquer questão que derivar deste Contrato, fica eleito o foro de VIDEIRA, SC, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim, acordados e ajustados, depois de lido e achado conforme, declaram ambas as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente Contrato, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares sobre o assunto, firmando-o em 03 (três) vias na presença de duas testemunhas abaixo assinadas.

Iomerê, 22 de junho de 2018.

MUNICÍPIO DE IOMERÊ
CONTRATANTE

JOHN RR SEGURANÇA LTDA
CONTRATADA

Testemunhas:

Nome:

Nome:

CPF:

CPF:

Rafael Deon
OAB/SC 35259

CONTRATO Nº 53/2018 - PMI

Publicação Nº 1663820

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IOMERÊ E A EMPRESA SERGIO VIECELI - MEI.

CT18/053

O MUNICÍPIO DE IOMERÊ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Rech, nº 500, centro, inscrito no CNPJ sob nº 01.612.744/0001-20, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. LUCIANO PAGANINI doravante denominado CONTRATANTE e, de outro lado a empresa SERGIO VIECELI - MEI, pessoa jurídica de direito privado, situada na rua Albano Posanske, nº 38 Cidade Alta, na cidade de Videira-SC, inscrita no CNPJ sob o nº 26.835.410/0001-46, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, ajustam e contratam a execução dos serviços abaixo indicado, que se regerá pelo disposto neste contrato, pelas Leis nº 8.666/93 e 10.520/02 alterações posteriores e pelas normas de direito administrativo e direito comum pertinentes, mediante as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 – O presente contrato tem como objeto, serviços de limpeza, conforme segue abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	Valor Total R\$
04	Contratação de empresa, para prestação de serviços de limpeza, a serem prestados por pessoal uniformizado, e com equipamentos de proteção individual, devidamente identificados. Dia 20/07/2018: Das 17h do dia 20/07/2018 até as 2h do dia 21/07/2018 ou até cessarem os trabalhos, sendo 10 agentes de limpeza; Dia 21/07/2018: Das 17h do dia 21/07/2018 até as 4h do dia 22/07/2018 ou até cessarem os trabalhos, sendo 10 agentes de limpeza; Dia 22/07/2018: Das 10h até as 20h do dia 22/07/2018 sendo 10 agentes de limpeza.	5.200,00

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO E VALOR

2.1 - O presente contrato está diretamente vinculado ao Processo Administrativo Licitatório nº 0037/2018, na modalidade Pregão Presencial nº 0025/2018, independente de sua transcrição. Pela prestação do serviço a CONTRATADA receberá do CONTRATANTE o valor de R\$ 5.200,00 (cinco mil e duzentos reais).

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA

3.1 - O presente contrato terá sua vigência a partir de sua assinatura, com término previsto para 31.12.2018.

CLÁUSULA QUARTA – DO PAGAMENTO

4.1 - O pagamento será efetuado ao final dos serviços, devidamente conferidas e com o devido documento fiscal hábil a ser emitido, mediante depósito bancário em sua conta corrente.

§ 1º - O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica constante da Nota Fiscal deverá ser aquele fornecido na Proposta da Contratada.

§ 2º - Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

CLÁUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1 - As despesas decorrentes deste contrato correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

Órgão	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
Unidade Orçamentária	DEPARTAMENTO DE CULTURA
Projeto/Atividade	ORGANIZAÇÃO DE FESTAS COMEMORATIVAS E EVENTOS
Complem. Elemento	3390.0000 – APLICAÇÕES DIRETAS

Reduzido

053

CLÁUSULA SEXTA – DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

6.1 - A prestação do serviço será amplamente fiscalizada pela CONTRATANTE, podendo ser rejeitados os serviços prestados fora nas especificações do presente contrato ou mesmo das normas legais pertinentes.

6.1.1 - A CONTRATANTE poderá emitir instruções, ordens e reclamações a CONTRATADA, tendo como objetivo o saneamento de pendências ou dúvidas surgidas no decorrer da prestação do serviço.

6.2 - Pela não observância e cumprimento do estabelecido no presente contrato serão aplicadas as penalidades previstas na Lei de Licitações.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E CONTRATANTE

Será de obrigatoriedade da empresa vencedora:

7.1 – Prestar os serviços do objeto deste Edital de acordo com as propostas e especificações exigidas, sendo na forma, nos locais, nos prazos e nos preços estipulados na sua proposta;

7.2 - Garantir qualidade nos serviços e materiais empregados para o cumprimento do objeto da presente licitação, sob pena de aplicação das penalidades previstas na legislação, inclusive rescisão contratual imediata;

7.3 – Caberá exclusivamente à proponente vencedora, na prestação dos serviços, a responsabilidade pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários e de acidentes de trabalho, referentes ao pessoal integrante de sua sociedade, funcionários, terceiros que a empresa contratada colocar a serviço no atendimento do objeto;

7.4 - Executar o objeto de acordo com o estipulado no item 2 do edital, os serviços objeto deste edital serão requisitados integralmente, de acordo com as necessidades do Município, e deverão ser iniciados conforme exigido em cada item do objeto, por conta e risco da licitante, dentro das normas técnicas exigidas, na forma da Lei vigente, e executadas com acompanhamento e anuência da Administração;

7.5 – Responder por quaisquer danos que venha a causar perante terceiros, ficando o município isento de qualquer responsabilidade, sendo esta civil, criminal, previdenciária, trabalhista e fiscal, em virtude da presente prestação de serviços;

7.6 - Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do contrato;

7.7 - Submeter-se à fiscalização do CONTRATANTE, durante toda a vigência do contrato;

7.8 - Não ceder ou subcontratar, inteira ou parcialmente, os direitos e obrigações do contrato ou os dele resultantes, sem prévia e formal anuência do CONTRATANTE;

7.9 - Os serviços será prestada em toda a área onde acontecerá as festividades do Município, entre as dependências da Escola Frei Evaristo e Paróquia São Luiz Gonzaga, rua São Luiz - Centro;

7.10 - Disponibilizar responsável técnico para operação e execução dos serviços, com apresentação de ART dos serviços executados quando necessário;

7.11 – Responder por quaisquer danos que venha a causar perante terceiros, ficando o município isento de qualquer responsabilidade, sendo esta civil, criminal, previdenciária, trabalhista e fiscal, em virtude da presente prestação de serviços;

Será de obrigatoriedade da contratante:

7.12 - Tomar todas as providências necessárias à execução do presente edital;

7.13 – Acompanhar a execução do contrato oriundo do presente processo;

7.14 - Acompanhar o andamento dos serviços e expedir instruções verbais ou escritas sobre a sua execução, podendo solicitar sua revisão;

7.15 - Efetuar os pagamentos devidos à contratada pelos serviços executados de acordo com as disposições do presente contrato.

CLÁUSULA OITAVA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1 - Pela inexecução total ou parcial o Município poderá aplicar a CONTRATADA as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas:

a) Por atraso superior a 5 (cinco) dias da entrega do objeto, fica a CONTRATADA sujeito a multa de 1% (um por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total da Nota de Empenho a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 30 (trinta) dias;

b) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor total da proposta;

CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

9.1 - O presente ajuste poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1 - Quando houver algum imprevisto que impossibilite à Contratada o cumprimento das obrigações ora contraídas, a mesma deverá comunicar a contratante imediatamente para que se tomem as providências no sentido de não prejudicar o andamento das atividades relacionadas ao objeto do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DA FISCALIZAÇÃO

11.1 - A fiscalização do presente contrato ficará a cargo da Secretaria Municipal de Educação, através de seu secretário. Serão responsáveis também para atestar as notas fiscais, com o recebimento do serviço.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO

12.1 - Para dirimir toda e qualquer questão que derivar deste Contrato, fica eleito o foro de VIDEIRA, SC, com renúncia expressa de qualquer

outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim, acordados e ajustados, depois de lido e achado conforme, declaram ambas as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente Contrato, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares sobre o assunto, firmando-o em 03 (três) vias na presença de duas testemunhas abaixo assinadas.

Iomerê, 22 de junho de 2018.

MUNICÍPIO DE IOMERÊ
CONTRATANTE

SERGIO VIECELI - MEI
CONTRATADA

Testemunhas:

Nome:

Nome:

CPF:

CPF:

Rafael Deon
OAB/SC 35259

CONTRATO Nº 54/2018 - PMI

Publicação Nº 1663821

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IOMERÊ E A EMPRESA JG COMÉRCIO E LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS EIRELI.

CT18/054

O MUNICÍPIO DE IOMERÊ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Rech, nº 500, centro, inscrito no CNPJ sob nº 01.612.744/0001-20, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. LUCIANO PAGANINI doravante denominado CONTRATANTE e, de outro lado a empresa JG COMÉRCIO E LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS EIRELI, pessoa jurídica de direito privado, situada na Av. das Aguias, nº 08 Bairro Pedra Branca, na cidade de Palhoça-SC, inscrita no CNPJ sob o nº 17.324.394/0001-36, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, ajustam e contratam a execução dos serviços abaixo indicado, que se regerá pelo disposto neste contrato, pelas Leis nº 8.666/93 e 10.520/02 alterações posteriores e pelas normas de direito administrativo e direito comum pertinentes, mediante as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 – O presente contrato tem como objeto, locação de geradores, conforme segue abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	Valor Total R\$
02	<p>Locação de um grupo motor gerador potência mínima de 450KVA automático, frequência nominal 60hz tensão: 220/380/440v, container silenciado, disjuntor de saída 800ª, com ajustes de proteção térmico e instantâneo com no mínimo duas caixas de passagens de elétrica com disjuntor de 250ª, locação de 04 cabos de 30m por 90mm de cobre flexível, aste de aterramento, com todas as despesas inclusas, guindaste desmobilização, óleo diesel alimentação, encargos sociais e fiscal. Ficar disponível um técnico durante o evento com cursos de NR10 e NR35.</p> <p>Locação de um grupo motor gerador potência mínima de 100KVA frequência nominal 60hz tensão: 220/380/440v, container silenciado, fator de potência mínimo: 0,8 disjuntor de saída, uma caixas de passagens de elétrica com disjuntor de 250ª, locação de 04 cabos de 30m por 90mm de cobre flexível, aste de aterramento, com todas as despesas inclusas, guindaste desmobilização, óleo diesel alimentação, encargos sociais e fiscal. Ficar disponível um técnico durante o evento com cursos de NR10 e NR35.</p> <p>Mínimo de 100KVA: No dia 20/07/2018 a partir das 10h até às 15h do dia 20/07/2018 No dia 21/07/2018 a partir das 00:30m até às 12h do dia 21/07/2018 No dia 22/07/2018 a partir das 00:30m até às 10h do dia 22/07/2018</p> <p>Mínimo de 450 KVA: No dia 20/07/2018 a partir das 15h até às 00:30m do dia 21/07/2018 No dia 21/07/2018 a partir das 12h até às 00:30m do dia 22/07/2018 No dia 22/07/2018 a partir das 10h até às 20h do dia 22/07/2018</p>	7.990,00

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO E VALOR

2.1 - O presente contrato está diretamente vinculado ao Processo Administrativo Licitatório nº 0037/2018, na modalidade Pregão Presencial nº 0025/2018, independente de sua transcrição. Pela prestação do serviço a CONTRATADA receberá do CONTRATANTE o valor de R\$ 7.990,00 (sete mil novecentos e noventa reais).

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA

3.1 - O presente contrato terá sua vigência a partir de sua assinatura, com término previsto para 31.12.2018.

CLÁUSULA QUARTA – DO PAGAMENTO

4.1 - O pagamento será efetuado ao final dos serviços, devidamente conferidas e com o devido documento fiscal hábil a ser emitido, mediante depósito bancário em sua conta corrente.

§ 1º - O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica constante da Nota Fiscal deverá ser aquele fornecido na Proposta da Contratada.

§ 2º - Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

CLÁUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1 - As despesas decorrentes deste contrato correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

Órgão	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
Unidade Orçamentária	DEPARTAMENTO DE CULTURA
Projeto/Atividade	ORGANIZAÇÃO DE FESTAS COMEMORATIVAS E EVENTOS
Complem. Elemento	3390.0000 – APLICAÇÕES DIRETAS
Reduzido	053

CLÁUSULA SEXTA – DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

6.1 - A prestação do serviço será amplamente fiscalizada pela CONTRATANTE, podendo ser rejeitados os serviços prestados fora nas especificações do presente contrato ou mesmo das normas legais pertinentes.

6.1.1 - A CONTRATANTE poderá emitir instruções, ordens e reclamações a CONTRATADA, tendo como objetivo o saneamento de pendências ou dúvidas surgidas no decorrer da prestação do serviço.

6.2 - Pela não observância e cumprimento do estabelecido no presente contrato serão aplicadas as penalidades previstas na Lei de Licitações.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E CONTRATANTE

Será de obrigatoriedade da empresa vencedora:

7.1 – Prestar os serviços do objeto deste Edital de acordo com as propostas e especificações exigidas, sendo na forma, nos locais, nos prazos e nos preços estipulados na sua proposta;

7.2 - Garantir qualidade nos serviços e materiais empregados para o cumprimento do objeto da presente licitação, sob pena de aplicação das penalidades previstas na legislação, inclusive rescisão contratual imediata;

7.3 – Caberá exclusivamente à proponente vencedora, na prestação dos serviços, a responsabilidade pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários e de acidentes de trabalho, referentes ao pessoal integrante de sua sociedade, funcionários, terceiros que a empresa contratada colocar a serviço no atendimento do objeto;

7.4 - Executar o objeto de acordo com o estipulado no item 2 do edital, os serviços objeto deste edital serão requisitados integralmente, de acordo com as necessidades do Município, e deverão ser iniciados conforme exigido em cada item do objeto, por conta e risco da licitante, dentro das normas técnicas exigidas, na forma da Lei vigente, e executadas com acompanhamento e anuência da Administração;

7.5 – Responder por quaisquer danos que venha a causar perante terceiros, ficando o município isento de qualquer responsabilidade, sendo esta civil, criminal, previdenciária, trabalhista e fiscal, em virtude da presente prestação de serviços;

7.6 - Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do contrato;

7.7 - Submeter-se à fiscalização do CONTRATANTE, durante toda a vigência do contrato;

7.8 - Não ceder ou subcontratar, inteira ou parcialmente, os direitos e obrigações do contrato ou os dele resultantes, sem prévia e formal anuência do CONTRATANTE;

7.9 - Os serviços será prestada em toda a área onde acontecerá as festividades do Município, entre as dependências da Escola Frei Evaristo e Paróquia São Luiz Gonzaga, rua São Luiz - Centro;

7.10 - Disponibilizar responsável técnico para operação e execução dos serviços, com apresentação de ART dos serviços executados quando necessário;

7.11 – Responder por quaisquer danos que venha a causar perante terceiros, ficando o município isento de qualquer responsabilidade, sendo esta civil, criminal, previdenciária, trabalhista e fiscal, em virtude da presente prestação de serviços;

Será de obrigatoriedade da contratante:

7.12 - Tomar todas as providências necessárias à execução do presente edital;

7.13 – Acompanhar a execução do contrato oriundo do presente processo;

7.14 - Acompanhar o andamento dos serviços e expedir instruções verbais ou escritas sobre a sua execução, podendo solicitar sua revisão;

7.15 - Efetuar os pagamentos devidos à contratada pelos serviços executados de acordo com as disposições do presente contrato.

CLÁUSULA OITAVA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1 - Pela inexecução total ou parcial o Município poderá aplicar a CONTRATADA as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas:

a) Por atraso superior a 5 (cinco) dias da entrega do objeto, fica a CONTRATADA sujeito a multa de 1% (um por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total da Nota de Empenho a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 30 (trinta) dias;

b) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor total da proposta;

CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

9.1 - O presente ajuste poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1 - Quando houver algum imprevisto que impossibilite à Contratada o cumprimento das obrigações ora contraídas, a mesma deverá comunicar a contratante imediatamente para que se tomem as providências no sentido de não prejudicar o andamento das atividades relacionadas ao objeto do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DA FISCALIZAÇÃO

11.1 - A fiscalização do presente contrato ficará a cargo da Secretaria Municipal de Educação, através de seu secretário. Serão responsáveis também para atestar as notas fiscais, com o recebimento do serviço.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO

12.1 - Para dirimir toda e qualquer questão que derivar deste Contrato, fica eleito o foro de VIDEIRA, SC, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim, acordados e ajustados, depois de lido e achado conforme, declaram ambas as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente Contrato, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares sobre o assunto, firmando-o em 03 (três) vias na presença de duas testemunhas abaixo assinadas.

Iomerê, 22 de junho de 2018.

MUNICÍPIO DE IOMERÊ
CONTRATANTE

SERGIO VIECELI - MEI
CONTRATADA

Testemunhas:

Nome:

Nome:

CPF:

CPF:

Rafael Deon
OAB/SC 35259

CONTRATO Nº 55/2018 - PMI

Publicação Nº 1663822

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IOMERÊ E A EMPRESA ASCENCE CONSULTORES ASSOCIADOS LTDA.

CT18/055

O MUNICÍPIO DE IOMERÊ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Rech, nº 500, centro, inscrito no CNPJ sob nº 01.612.744/0001-20, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. LUCIANO PAGANINI doravante denominado CONTRATANTE e, de outro lado a empresa ASCENCE CONSULTORES ASSOCIADOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, situada na Rua da Consolação, nº 317 Bairro Matinho na cidade de Xanxerê-SC, inscrita no CNPJ sob o nº 17.301.930/0001-88, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, ajustam e contratam a aquisição do objeto abaixo indicado, que se regerá pelo disposto neste contrato e pelas Leis nº 8.666-93, nº 10.520-02 e pelas normas de direito administrativo e direito comum pertinentes, mediante as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DO PREÇO

1.1 – O presente contrato é de serviços de assessoria administrativa no Município de Iomerê, conforme segue:

ITEM	UNID.	DESCRIÇÃO	Valor mensal R\$ R\$
01	Mês	Prestação de serviços de assessoria administrativa especializada, presencial e à distância, no que tange aos seguintes itens: - consultoria administrativa, inclusive com a emissão de pareceres e orientações técnicas; - acompanhamento das remessas de informações aos órgãos de fiscalização; - ampla consultoria contábil, financeira e orçamentária, inclusive quanto ao controle das receitas e despesas públicas, dos créditos orçamentários, da elaboração dos balancetes mensais e anuais, do balanço geral, dos relatórios de execução orçamentária e gestão fiscal e do planejamento orçamentário; - emissão de pareceres e orientações técnicas e legais para elaboração das peças de planejamento (PPA, LOA e LDO) e respectivas revisões tempestivas.	4.200,00

CLÁUSULA SEGUNDA – DA EXECUÇÃO

2.1 - A execução dos serviços deverá se dar sempre que solicitado pelos servidores municipais, em tempo hábil à resolução da demanda.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA FORMA DO PAGAMENTO E VALOR

3.1 - O pagamento pelos serviços/objeto do presente Contrato será feito em favor da CONTRATADA, mediante depósito bancário em sua conta corrente, após efetiva entrega, acompanhados da respectiva Nota Fiscal.

3.2 - O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante das notas fiscais deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação. A forma de pagamento será mensal, sendo realizado até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente ao da aquisição, mediante emissão da nota fiscal.

3.3 - Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

3.4 - O valor total do Contrato é de R\$ 26.460,00 (vinte e seis mil quatrocentos e sessenta reais), dividido em parcelas mensais de R\$ 4.200,00 (quatro mil e duzentos reais), sendo em junho parcial de R\$ 1.260,00 (um mil duzentos e sessenta reais).

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1 – As despesas decorrentes da prestação dos serviços objeto do presente Contrato correrão a conta da dotação abaixo:

Órgão	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Unidade	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Projeto/Atividade	MANUTENÇÃO DA SEC. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Comp. Elemento	33.90.39.05 – APLICAÇÕES DIRETAS
Reduzido	09

CLÁUSULA QUINTA – DAS PENALIDADES

5.1 - De acordo com o estabelecido no artigo 77, da Lei nº 8.666/93, a inexecução total ou parcial do Contrato enseja sua rescisão, constituindo, também, motivo para o rompimento do ajuste, aqueles previstos no art. 78, incisos I a XVIII.

Parágrafo único - Nas hipóteses de inexecução total ou parcial, poderá a Administração aplicar ao contratado as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do Contrato;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

5.2 – Na hipótese de atraso no cumprimento de quaisquer obrigações assumidas pela CONTRATADA, a esta será aplicada multa de 1% (um por cento) sobre o valor total do Contrato, por dia de atraso, dobrável na reincidência.

CLÁUSULA SEXTA – DA RESCISÃO

6.1 - O presente Contrato poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA E DO PRAZO

7.1 - O presente contrato terá vigência a partir de sua assinatura até 31/12/2018. Em caso de renovação, será reajustado anualmente pelo INPC ou outro índice oficial que venha substituí-lo.

CLÁUSULA OITAVA – DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO

8.1 – O presente instrumento encontra-se vinculado ao Processo Administrativo Licitatório nº 0030/2018 – Pregão Presencial nº 0021/2018.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

a) São obrigações da contratada:

- 9.1 – Prestar os serviços objeto desta licitação, na forma, nos locais, nos prazos e nos preços estipulados na sua proposta;
- 9.2 - Entregar os serviços conforme declarado na proposta vencedora com presteza pontualidade, qualidade, ética profissional, em conformidade com os termos e prazos estabelecidos neste Edital e no Contrato;
- 9.3 - Manter o sigilo profissional de toda documentação e informações que terão conhecimento para realização dos serviços;
- 9.4 - Solicitar toda a documentação e informações para a correta realização dos serviços;
- 9.5 - Prestar os serviços com profissionais qualificados;

b) São obrigações da contratante:

- 9.6 - Efetuar o pagamento conforme especificado neste Edital;
- 9.7 - Entregar toda a documentação e informações necessárias para a realização dos serviços objeto do presente certame;
- 9.8 - Permitir o acesso dos profissionais que realizarão os serviços, desde que devidamente identificados.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS NORMAS E PRECEITOS COMPLEMENTARES

10.1 - Aplicam-se a execução deste Contrato e aos casos omissos as normas da Lei 8.666/93 e alterações posteriores, os preceitos do direito público, os princípios da teoria geral dos Contratos e as disposições do direito privado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA FISCALIZAÇÃO

11.1 - A fiscalização do presente contrato ficará a cargo da Secretaria Municipal de Administração, através de seu secretário. Serão responsáveis também para atestar as notas fiscais, com o recebimento do serviço.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO

12.1 - Para dirimir toda e qualquer questão que derivar deste Contrato, fica eleito o foro de VIDEIRA, SC, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim, acordados e ajustados, depois de lido e achado conforme, declaram ambas as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente Contrato, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares sobre o assunto, firmando-o em 03 (três) vias na presença de duas testemunhas abaixo assinadas.

Iomerê, 22 de junho de 2018.

MUNICÍPIO DE IOMERÊ
CONTRATANTE

ASCENCE CONSULTORES ASSOCIADOS LTDA
CONTRATADO

Testemunhas:

Nome:

Nome:

CPF:

CPF:

Rafael Deon
OAB.SC 35259

CONTRATO Nº 56/2018 - PMI

Publicação Nº 1663824

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PESQUISA QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IOMERÊ E A EMPRESA LIDERANÇA PESQUISAS E MARKETING LTDA.

CT18/056

O MUNICÍPIO DE IOMERÊ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Rech, nº 500, no município de Iomerê - SC, inscrito no CNPJ sob nº 01.612.744/0001-20, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr. LUCIANO PAGANINI, doravante denominado CONTRATANTE e, de outro lado a empresa LIDERANÇA PESQUISAS E MARKETING LTDA, pessoa jurídica de direito privado, situada na Av. Leoberto Leal, nº 1006 Bairro Barreiros na cidade de São José-SC, inscrita no CNPJ sob o nº 04.298.468/0001-65, endereço na rua Benjamim Constant, nº 1394 Bairro Imigrantes, neste ato representado pelo Sr. Claudio Ventura, doravante denominada CONTRATADA, ajustam e contratam a prestação de serviços, que se regerá pelo disposto neste contrato, na Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, na Lei nº 10.520/02 aplicando-se supletivamente as normas e princípios de direito administrativo e de direito comum pertinentes.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DO PREÇO

1.1 – O presente contrato tem como objetivo a contratação de empresa de prestação de serviços em pesquisas de opinião pública, com o objetivo principal de avaliar itens de satisfação (quantitativas e qualitativas). As entrevistas deverão ser realizadas em todo o Município de Iomerê por amostra de pessoas entrevistadas.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA EXECUÇÃO

2.1 – As pesquisas deverão ser realizadas abrangendo as Áreas Urbanas e Rurais do Município de Iomerê, SC, pelo método de amostragem, num universo mínimo de 166 (cento e sessenta e seis) pessoas maiores de 16 anos.

2.2 – A empresa deverá apresentar os relatórios e cruzamentos necessários para a melhor interpretação dos resultados.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR TOTAL DO CONTRATO E DO PAGAMENTO

3.1 – O valor total do Contrato é de R\$ 6.500,00 (seis mil e quinhentos reais).

3.2 – O pagamento pela prestação dos serviços, objeto da presente licitação será feito em favor da licitante vencedora, mediante depósito bancário em sua conta corrente, acompanhados da respectiva Nota Fiscal de Prestação de Serviços.

3.3 – A forma de pagamento será após a entrega do objeto contratado, sendo realizado até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente a realização dos serviços e emissão da nota fiscal.

3.4 – Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1 - As despesas decorrentes deste contrato correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

Órgão	Gabinete do Prefeito e Vice Prefeito
Unidade Orçamentária	Gabinete do Prefeito e Vice Prefeito
Projeto/Atividade	Manutenção das Atividades do Prefeito e Vice Prefeito
Complem. Elemento	33.90.00.00 – Aplicações Diretas
Reduzido	003

CLÁUSULA QUINTA – DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO

5.1 - O presente contrato está vinculado ao Processo Administrativo Licitatório nº 0044/2018 – na modalidade de Dispensa nº 0006/2018.

CLÁUSULA SEXTA - DAS PENALIDADES

6.1 - A inexecução contratual, parcial ou total, submeterá o responsável às penalidades previstas no artigo 87 da Lei 8666/93, na suspensão temporária da participação em Licitações e impedimento de contratar com o Município pelo prazo de 2 (dois) anos e multa de 20% (vinte por cento) do valor contratado.

6.2 - Nas hipóteses de inexecução total ou parcial poderá a Administração aplicar ao contratado as seguintes sanções:

- a) Advertência;
- b) Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato;
- c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por um prazo de 02 (dois) anos.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E CONTRATANTE

7.1 – Será de responsabilidade da licitante vencedora todas as despesas relativas a prestação dos serviços conforme previsto neste Edital, bem como:

- a) executar e/ou fornecer o objeto de acordo com as especificações contidas nas Cláusulas primeira e segunda e seus parágrafos;
- b) responsabilizar-se por todos os custos inerentes aos estágios, seguros, encargos sociais, tributos, transporte e outras despesas necessárias para o fornecimento do objeto do contrato;
- c) responsabilizar-se pela integral prestação contratual, inclusive quanto às obrigações decorrentes da inobservância a legislação em vigor;
- d) desenvolver e apresentar previamente os planos amostrais, que devem contemplar aspectos de representatividade e proporcionalidade das circunscrições estabelecidas, de grande, médio e pequeno porte e, no caso dos entrevistados, plano amostral com segmentações de sexo, faixa etária e escolaridade;
- e) arcar nos preços ofertados, com todos os encargos civis, sociais, fiscais, previdenciários e trabalhistas que venham a decorrer do fornecimento do objetivo;
- f) arcar com todos os custos necessários para a execução completa dos serviços, pessoal, transporte, passagens, hospedagens, alimentação, serviços gráficos, materiais etc;
- g) solucionar todos os eventuais problemas pertinentes ou relacionados com a execução e entrega do objeto licitado, mesmos que para isso outra solução não prevista neste instrumento convocatório tenha que ser apresentada, para aprovação e implantação, sem ônus adicionais para o contratante, desde que de responsabilidade da licitante vencedora;
- h) todos os profissionais que realizarem os serviços deverão ser contratados pela empresa vencedora, ficando de inteira responsabilidade desta, os ônus dos contratos de trabalho, o cumprimento da legislação trabalhista, das convenções sindicais e por quaisquer demanda jurídicas trabalhistas por ventura decorrente do contrato a ser celebrado.

7.2 – Será de responsabilidade da CONTRATANTE:

- a) efetuar o pagamento ajustado;
- b) manter sempre por escrito com a Contratada, os entendimentos sobre o objeto contratado;
- c) a contratante não aceitará, sob nenhum pretexto a transferência de responsabilidade da contratada para terceiros;

CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO

8.1 - O presente contrato poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA NONA – DA VIGÊNCIA E DO PRAZO

9.1 - O presente contrato terá vigência a partir de sua assinatura até 31 de dezembro de 2018.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS CONDIÇÕES GERAIS

10.1 – Os serviços porventura não executados durante a vigência do presente contrato serão automaticamente cancelados e o saldo do empenho será estornado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS NORMAS E PRECEITOS COMPLEMENTARES

11.1 - Aplicam-se a execução deste contrato e aos casos omissos as normas da Lei 8.666/93 e alterações posteriores, os preceitos do direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições do direito privado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA FISCALIZAÇÃO

12.1 - A fiscalização do presente contrato ficará a cargo do Gabinete do Prefeito. Será responsável também para atestar a nota fiscal, com o recebimento do serviço.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1 - Para dirimir toda e qualquer questão que derivar deste contrato, fica eleito o foro da Comarca de Videira - SC, Comarca deste Município, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim, acordados e ajustados, depois de lido e achado conforme, declaram ambos as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente contrato, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares sobre o assunto, firmando-o em 03 (três) vias na presença de duas testemunhas abaixo assinadas.

Iomerê, 22 de junho de 2018.

MUNICÍPIO DE IOMERÊ
CONTRATANTE

LIDERANÇA PESQUISAS E MARKETING LTDA
CONTRATADO

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

Rafael Deon
OAB.SC 35259

CONTRATO Nº 57/2018 - PMI

Publicação Nº 1663825

CONTRATO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SHOW MUSICAL QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IOMERÊ E GRUPO MUSICAL TCHE CHALEIRA LTDA.

CT18/057

O MUNICÍPIO DE IOMERÊ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Rech, nº 500 - Centro, inscrito no CNPJ sob nº. 01.612.744/0001-20, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. LUCIANO PAGANINI, doravante denominado CONTRATANTE e, de outro lado a empresa GRUPO MUSICAL TCHE CHALEIRA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, situada na Rua Cap Elauterio, nº 1421 Bairro Centro, na cidade de São Sepe-RS, inscrita no CNPJ sob o nº 05.727.153/0001-59, doravante denominada CONTRATADA, ajustam e contratam os serviços abaixo indicado, que se regerá pelo disposto neste Contrato, na Lei nº 8.666/93, e alterações posteriores, aplicando-se supletivamente as normas e princípios de direito administrativo e de direito comum pertinentes.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

0.1 – O presente contrato tem como objeto a contratação de show musical com o Grupo Talagaço, a acontecer no dia 22/07/2018 com início previsto para às 17:30h e término às 20h fazendo parte das atrações da XXXIII Festa Julina de Iomerê, e integrando as comemorações do aniversário de emancipação político-administrativo do Município contratante.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA EXECUÇÃO

2.1 – Os serviços serão executados no Município de Iomerê, estrutura de palco coberto e seguro que comporte a estrutura da banda, montado para as comemorações do aniversário político-administrativo do Município de Iomerê, através da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes e Turismo, nas dependências dos pátios da Paróquia São Luiz Gonzaga e Escola de Educação Básica Frei Evaristo.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PAGAMENTO E VALOR

3.1 – O valor a ser pago pelo contrato será de R\$ 19.000,00 (dezenove mil reais).

3.2 - O pagamento será efetuado da seguinte forma:

b) o pagamento será até 20.07.2018 com apresentação da nota, mediante depósito bancário em sua conta corrente informada no anexo II da documentação;

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1 – As despesas decorrentes da prestação dos serviços objeto do presente Contrato correrão a conta da seguinte dotação específica do orçamento do exercício de 2018:

Órgão	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTES E TURISMO
Unidade Orçamentária	DEPARTAMENTO DE CULTURA
Projeto/Atividade	ORGANIZAÇÃO DE FESTAS E EVENTOS
Complem. Elemento	3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas
Fonte de Recursos	00 – RECURSOS PRÓPRIOS
Código Reduzido	053

CLÁUSULA QUINTA – DAS PENALIDADES

5.1 – De acordo com o estabelecido no artigo 77, da Lei nº 8.666/93, a inexecução total ou parcial do Contrato enseja sua rescisão, constituindo, também, motivo para o rompimento do ajuste, aqueles previstos no art. 78, incisos I a XVIII.

Parágrafo único - Nas hipóteses de inexecução total ou parcial, poderá a Administração aplicar ao contratado as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do Contrato;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

5.2 – Na hipótese de atraso no cumprimento de quaisquer obrigações assumidas pela CONTRATADA, a esta será aplicada multa de 1% (um por cento) sobre o valor total do Contrato, por dia de atraso, dobrável na reincidência.

CLÁUSULA SEXTA – DA RESCISÃO

6.1 - O presente Contrato poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA E DO PRAZO

7.1 - O presente Contrato terá vigência a partir da sua assinatura com duração até o dia 31 de dezembro de 2018.

CLÁUSULA OITAVA – DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO

8.1 – O presente instrumento encontra-se vinculado ao Processo Administrativo Licitatório nº 0043/2018 – Inexigibilidade nº 0006/2018.

CLAÚSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E CONTRATANTE

9.1 – Será de responsabilidade da CONTRATADA todas as despesas relativas a prestação dos serviços bem como:

- a) taxas e encargos decorrentes do presente instrumento;
- b) cumprir com o previsto na cláusula primeira deste contrato;
- c) zelar pelo bom desempenho do espetáculo, observando o cumprimento do horário de início do show, salvo motivos de força maior,

quando poderão acontecer mudanças, tudo objeto de prévio ajuste entre as partes contratantes.

d) fica ajustado que, a não realização do show, por culpa da CONTRATADA, implicará na devolução do valor já pago, em conta bancária a ser informada pelo Contratante, além de multa de 20%(vinte por cento) do valor total do contrato.

9.2 – Será de responsabilidade da CONTRATANTE:

- a) cumprir com o ajustado na cláusula terceira do presente contrato;
- b) providenciar local adequado para apresentação da CONTRATADA, conforme cláusula segunda;
- c) disponibilizar sonorização, iluminação, camarins conforme room list dos artistas.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA FISCALIZAÇÃO

10.1 - A fiscalização do presente contrato ficará a cargo da Secretaria Municipal de Educação, através de seu secretário. Serão responsáveis também para atestar as notas fiscais, com o recebimento do serviço.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

11.1 - Para dirimir toda e qualquer questão que derivar deste Contrato, fica eleito o foro de VIDEIRA, SC, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim, acordados e ajustados, depois de lido e achado conforme, declaram ambas as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente Contrato, bem como

observar fielmente outras disposições legais e regulamentares sobre o assunto, firmando-o em 03 (três) vias na presença de duas testemunhas abaixo assinadas.

Iomerê, SC., 22 de junho de 2018.

MUNICÍPIO DE IOMERÊ
CONTRATANTE

GRUPO MUSICAL TCHE CHALEIRA LTDA
CONTRATADA

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

Rafael Deon
OAB.SC 35259

HOMOLOGAÇÃO ASSESSORIA

Publicação Nº 1664024

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IOMERE CNPJ: 01.612.744/0001-20 Rua João Rech C.E.P.: 89558-000 - Iomerê - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 21/2018 - PR Processo Administrativo: 31/2018 Processo de Licitação: 30/2018 Data do Processo: 23/05/2018
Folha: 1/1	

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, LUCIANO PAGANINI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 30/2018
- b) Licitação Nr.: 21/2018-PR
- c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
- d) Data Homologação: 20/06/2018
- e) Data da Adjudicação: 20/06/2018 Sequência: 0
- f) Objeto da Licitação ASSESSORIA ADMINISTRATIVA

g) Fornecedores e Itens Vencedores:

	<u>Unid.</u>	<u>Qtidade</u>	<u>Descto (%)</u>	<u>Preço Unitário</u>	<u>Total do Item</u>
--	--------------	----------------	-------------------	-----------------------	----------------------

(em Reais R\$)

LOTE: 1**ASCENCE CONSULTORES ASSOCIADOS LTDA (4226)**

1 SERVIÇOS DE ASSESSORIA ADMINISTRATIVA	SRV	7,00	0,0000	4.200,00	29.400,00
Total do Fornecedor:					29.400,00
Total Geral:					29.400,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 2.004.3.3.90.00.00.00.00 (9) Saldo: 68.624,42

Iomerê, 20 de Junho de 2018.

LUCIANO PAGANINI

HOMOLOGAÇÃO AVALIAÇÃO

Publicação Nº 1664046

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IOMERE CNPJ: 01.612.744/0001-20 Rua João Rech C.E.P.: 89558-000 - Iomerê - SC	DISPENSA DE LICITAÇÃO Nr.: 6/2018 - DL Processo Administrativo: 45/2018 Processo de Licitação: 44/2018 Data do Processo: 19/06/2018
	Folha: 1/1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito, LUCIANO PAGANINI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 44/2018
b) Licitação Nr.: 6/2018-DL
c) Modalidade: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços
d) Data Homologação: 20/06/2018
e) Data da Adjudicação: 20/06/2018 Sequência: 0
f) Objeto da Licitação SERVIÇOS DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DA ADMINISTRAÇÃO.

				(em Reais R\$)	
g) Fornecedores e Itens Vencedores:				Preço Unitário	Total do Item
				Unid.	Qtidade Descto (%)
<u>LIDERANCA PESQUISAS E MARKETING LTDA (3676)</u>					
1	PESQUISA DE OPINIÃO PÚBLICA - ESPECIFICAÇÕES NO EDITAL.	SRV	1,00	0,0000	6.500,00
				Total do Fornecedor:	6.500,00
				Total Geral:	6.500,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 2.003.3.3.90.00.00.00.00 (3) Saldo: 45.646,57

Iomerê, 20 de Junho de 2018.

LUCIANO PAGANINI

HOMOLOGAÇÃO CAMISAS CORAL

Publicação N° 1664035

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IOMERE CNPJ: 01.612.744/0001-20 Rua João Rech C.E.P.: 89558-000 - Iomerê - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 24/2018 - PR Processo Administrativo: 37/2018 Processo de Licitação: 36/2018 Data do Processo: 30/05/2018
	Folha: 1/1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, LUCIANO PAGANINI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 36/2018
b) Licitação Nr.: 24/2018-PR
c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
d) Data Homologação: 19/06/2018
e) Data da Adjudicação: 19/06/2018 Sequência: 0
f) Objeto da Licitação AQUISIÇÃO DE CAMISAS PARA UTILIZAR COM O CORAL MUNICIPAL.

g) Fornecedores e Itens Vencedores:

	Unid.	Qtdade	Descto (%)	Preço Unitário	Total do Item
--	-------	--------	------------	----------------	---------------

LOTE: 1**CLODOMIR BAHR JUNIOR ME (12)**

1	CAMISAS MASCULINA PARA CORAL MUNICIPAL - CONFORME EDITAL	UN	30,00	0,0000	69,90	2.097,00
2	CAMISAS FEMININA PARA CORAL MUNICIPAL - CONFORME EDITAL	UN	30,00	0,0000	65,50	1.965,00
Total do Fornecedor:						4.062,00
Total Geral:						4.062,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Iomerê, 19 de Junho de 2018.

LUCIANO PAGANINI

HOMOLOGAÇÃO GERADOR

Publicação Nº 1664038

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IOMERE CNPJ: 01.612.744/0001-20 Rua João Rech C.E.P.: 89558-000 - Iomerê - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 25/2018 - PR Processo Administrativo: 38/2018 Processo de Licitação: 37/2018 Data do Processo: 05/06/2018
	Folha: 1/2

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, LUCIANO PAGANINI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 37/2018
b) Licitação Nr.: 25/2018-PR
c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
d) Data Homologação: 20/06/2018
e) Data da Adjudicação: 20/06/2018 Sequência: 0
f) Objeto da Licitação LOCAÇÃO DE GERADORES, SEGURANÇA, SERVIÇOS DE LIMPEZA E INSTALAÇÕES ELÉTRICAS.

		(em Reais R\$)			
g) Fornecedores e Itens Vencedores:		<u>Unid.</u>	<u>Qtidade</u>	<u>Descto (%)</u>	<u>Preço Unitário</u> <u>Total do Item</u>
<u>JG COMÉRCIO E LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS EIRELI (5314)</u>					
2	LOCAÇÃO DE GERADOR - CONFORME EDITAL	UN	1,00	0,0000	7.990,00 7.990,00
				Total do Fornecedor:	7.990,00
<u>JOHN RR SEGURANCA LTDA - ME (4974)</u>					
3	SERVIÇOS DE SEGURANÇA	SRV	1,00	0,0000	9.900,00 9.900,00
				Total do Fornecedor:	9.900,00
<u>SERGIO VIECELI 53849175987 (5037)</u>					
4	SERVIÇOS DE LIMPEZA	SRV	1,00	0,0000	5.200,00 5.200,00
				Total do Fornecedor:	5.200,00
				Total Geral:	23.090,00

Iomerê, 20 de Junho de 2018.

LUCIANO PAGANINI

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IOMERE

CNPJ: 01.612.744/0001-20
Rua João Rech
C.E.P.: 89558-000 - Iomerê - SC

PREGÃO PRESENCIAL

Nr.: 25/2018 - PR

Processo Administrativo: 38/2018
Processo de Licitação: 37/2018
Data do Processo: 05/06/2018

Folha: 2/2

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 2.015.3.3.90.00.00.00.00 (53) Saldo: 179.569,00

Iomerê, 20 de Junho de 2018.

LUCIANO PAGANINI

HOMOLOGAÇÃO IMPRESSOS

Publicação Nº 1664030

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IOMERE CNPJ: 01.612.744/0001-20 Rua João Rech C.E.P.: 89558-000 - Iomerê - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 22/2018 - PR Processo Administrativo: 35/2018 Processo de Licitação: 34/2018 Data do Processo: 25/05/2018
	Folha: 1/2

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, LUCIANO PAGANINI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 34/2018
b) Licitação Nr.: 22/2018-PR
c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
d) Data Homologação: 15/06/2018
e) Data da Adjudicação: Sequência: 0
f) Objeto da Licitação AQUISIÇÃO DE IMPRESSOS.

g) Fornecedores e Itens Vencedores:

	Unid.	Qtidade	Descto (%)	Preço Unitário	Total do Item
--	-------	---------	------------	----------------	---------------

LOTE: 1**KS IMPORT SOLUCOES PERSONALIZADAS LTDA - ME (5127)**

1	ADESIVOS DE IDENTIFICAÇÃO VISUAL PARA CAMINHÕES E MÁQUINAS PESADAS 30CM X 50CM	UN	20,00	0,0000	20,00	400,00
2	PLACAS DE IDENTIFICAÇÃO DE OBRAS, PONTES E AVISOS DE ALERTA	UN	20,00	0,0000	80,00	1.600,00
3	LONA PARA FAIXAS COM IMPRESSÕES 4X0 CORES DETERMINADAS PELO MUNICÍPIO	M2	300,00	0,0000	45,00	13.500,00
4	LONA PARA BANNERS COM IMPRESSÕES 4X0 CORES DETERMINADAS PELO MUNICÍPIO	M2	500,00	0,0000	45,00	22.500,00
5	VINIL DE ADESIVOS COM IMPRESSÕES 4X0 CORES DETERMINADAS PELO MUNICÍPIO	M2	200,00	0,0000	120,00	24.000,00
Total do Fornecedor:						62.000,00

LOTE: 2**GRAFISIL GRAFICA LTDA (151)**

6	IMPRESSÃO DE FOLHAS A4 - CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO EDITAL.	UN	20.000,00	0,0000	0,3995	7.990,30
7	IMPRESSÃO DE PASTAS - CONFORME ESPECIFICAÇÕES NO EDITAL.	UN	5.000,00	0,0000	1,1701	5.850,50

LUCIANO PAGANINI

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IOMERE CNPJ: 01.612.744/0001-20 Rua João Rech C.E.P.: 89558-000 - Iomerê - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 22/2018 - PR
	Processo Administrativo: 35/2018 Processo de Licitação: 34/2018 Data do Processo: 25/05/2018

Folha: 2/2

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**LOTE: 2****GRAFISIL GRAFICA LTDA (151)**

8	CARTAZES GRÁFICO - CONFORME ESPECIFICAÇÕES NO EDITAL	UN	2.000,00	0,0000	1,9026	3.805,20
9	PANFLETOS GRÁFICO - CONFORME ESPECIFICAÇÕES NO EDITAL.	UN	20.000,00	0,0000	0,1427	2.854,00
Total do Fornecedor:						20.500,00
Total Geral:						82.500,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

LUCIANO PAGANINI

HOMOLOGAÇÃO PROJETO

Publicação Nº 1664032

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IOMERE CNPJ: 01.612.744/0001-20 Rua João Rech C.E.P.: 89558-000 - Iomerê - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 23/2018 - PR Processo Administrativo: 36/2018 Processo de Licitação: 35/2018 Data do Processo: 29/05/2018
Folha: 1/1	

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, LUCIANO PAGANINI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 35/2018
b) Licitação Nr.: 23/2018-PR
c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
d) Data Homologação: 25/06/2018
e) Data da Adjudicação: 25/06/2018 Sequência: 0
f) Objeto da Licitação ELABORAÇÃO DE PROJETO ARQUITETÔNICO E COMPLEMENTARES PARA REFORMA DA SEDE DA PREFEITURA.

g) Fornecedores e Itens Vencedores:

	Unid.	Qtde	Descto (%)	Preço Unitário	Total do Item
--	-------	------	------------	----------------	---------------

(em Reais R\$)

LOTE: 1**MODALTEC ENGENHARIA LTDA ME (5311)**

1	ELABORAÇÃO DE PROJETOS ARQUITETÔNICO E COMPLEMENTARES - CONFORME EDITAL.	SRV	1,00	0,0000	29.000,00	29.000,00
					Total do Fornecedor:	29.000,00
					Total Geral:	29.000,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 2.004.3.3.90.00.00.00.00 (9) Saldo: 64.612,77

Iomerê, 25 de Junho de 2018.

LUCIANO PAGANINI

HOMOLOGAÇÃO TCHE CHALEIRA

Publicação Nº 1664044

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IOMERE	INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nr.: 6/2018 - IL
CNPJ: 01.612.744/0001-20 Rua João Rech C.E.P.: 89558-000 - Iomerê - SC	Processo Administrativo: 42/2018 Processo de Licitação: 43/2018 Data do Processo: 15/06/2018
	Folha: 1/1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito, LUCIANO PAGANINI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 43/2018
b) Licitação Nr.: 6/2018-IL
c) Modalidade: Inexigibilidade de Licitação
d) Data Homologação: 20/06/2018
e) Data da Adjudicação: 20/06/2018 Sequência: 0
f) Objeto da Licitação SHOW MUSICAL COM O GRUPO TCHÊ CHALEIRA PARA COMEMORAÇÃO AO ANIVERSÁRIO POLÍTICO-ADMINISTRATIVO DO MUNICÍPIO.

		(em Reais R\$)			
g) Fornecedores e Itens Vencedores:		Unid.	Qtidade	Descto (%)	Preço Unitário Total do Item
<u>GRUPO MUSICAL TCHÊ CHALEIRA LTDA (5303)</u>					
1	SHOW MUSICAL	SRV	1,00	0,0000	19.000,00 19.000,00
Total do Fornecedor:					19.000,00
Total Geral:					19.000,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 2.015.3.3.90.00.00.00.00 (53) Saldo: 114.929,00

Iomerê, 20 de Junho de 2018.

LUCIANO PAGANINI

Ipira

PREFEITURA

ADENDO PP 019/2018 - PMI

Publicação Nº 1664218

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE IPIRA

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 025/2018 - PMI

ADENDO 01/2018 ao Edital de Pregão Presencial nº 019/2018 - PMI

A Prefeitura do Município de Ipira, pessoa jurídica de direito público interno, situada à Rua XV de agosto, 342, Centro, Ipira, SC, através do Prefeito Municipal Sr. Emerson Ari Reichert, TORNA PÚBLICO que fica alterado o anexo D, do Edital do Processo Licitatório n. 025/2018 – PMI, na modalidade de Pregão Presencial n. 019/2018. A íntegra dos editais estão disponíveis na página da Prefeitura (www.ipira.sc.gov.br) e demais informações poderão ser na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, na Prefeitura Municipal, ou pelo Telefone (0**49) 3558-0451 – E-mail: neocir@ipira.sc.gov.br

Ipira SC, 25 de junho de 2018.

Emerson Ari Reichert

Prefeito Municipal de Ipira

Ipuacú**PREFEITURA****1º ADTO CT PREF 69.2018**

Publicação N° 1663773

DATA DE ADITAMENTO: 25/06/2018

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PREF n. 69 DE 26 DE MARÇO DE 2018.

Processo Licitatório Pref. n.º 12/2018, Pregão Presencial Pref n.º 09/2018 e Ata de Registro de Preços n.º 10 datada de 26/03/2018.

CONTRATADA: NODHICE INDUSTRIA E COMERCIO DE CONFECÇÕES LTDA EPP CNPJ sob Nº 80.730.351/0001-97

FUNDAMENTO LEGAL: Vincula-se o presente Contrato às normas previstas na Lei nº 8.666/93, e suas alterações e também Processo Licitatório Pref. n.º 12/2018, Pregão Presencial Pref n.º 09/2018 e Ata de Registro de Preços n.º 10 datada de 26/03/2018.

OBJETO: O objeto do presente termo aditivo consiste na ampliação percentual de 25% de meta ao contrato original. Passando a ser acrescido no seguinte proporção e valor:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	V. Und	V.Total
01	Camisas polo DRY (poliéster) sublimada gramatura 125g/m²— tamanhos PP, P, M, G, GG e EXTRA G.	25	39,986	999,25

CÂMARA MUNICIPAL**EDITAL 04-2018 HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES, LOCAL DA PROVA E ANEXO**

Publicação N° 1663939

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE IPUACÚ

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

PROCESSO SELETIVO Nº 001/2018

EDITAL Nº 004/2018

Homologa as inscrições e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Ipuacú – SC, representada pelo Presidente da Mesa Diretora, Senhor WANDERLEI RAMILO, no uso de suas atribuições legais, e nos termos do Edital de Abertura do Processo Seletivo nº 001/2018, HOMOLOGA AS INSCRIÇÕES do PROCESSO SELETIVO, conforme lista Anexo I deste Edital.

Não houve inscrições de Portadores de Necessidades Especiais, nem inscritos em condições especiais para realização de prova.

O local das Provas será na Escola Municipal Monteiro Lobato, sita a Rua Zanella S/Nº, Centro, Ipuacú – SC, em frente à Prefeitura.

Ipuacú - SC, 22 de junho de 2018.

WANDERLEI RAMILO

Presidente

CÂMARA MUNICIPAL DE IPUACÚ

PROCESSO SELETIVO - 001/2018

ORGANIZAÇÃO: EPBAZI ORGANIZAÇÃO & MÉTODOS

ANEXO I AO EDITAL Nº 004/2018 - INSCRIÇÕES HOMOLOGADAS/LOCAL DE PROVA

SALA: 001

	ESCOLA MUNICIPAL MONTEIRO LOBATO - SALA 1			
		01/07/2018 08:50		
INSCRIÇÃO	NOME	DOCUMENTO	NASC.	VAGA
		SERVENTE		

0000011	ANA CLAUDIA DE OLIVEIRA ZEMBRZUSKI	RG 6179437 SSP SC	08/06/1997	001 - SERVENTE
0000006	CAMILA PEDROSO	RG 6333308 doador SC	07/06/2000	001 - SERVENTE
0000009	DEBORA FATIMA ZONATTO DE CARVALHO	RG 47580453 SSP SC	13/05/1985	001 - SERVENTE
0000001	DJALMA SILVA DOS SANTOS	RG 436013332 SSP SP	31/01/1985	001 - SERVENTE
0000015	ELENICE MATEUS MISSEL	RG 5710652 SSP SC	01/11/1994	001 - SERVENTE
0000014	IRINÉIA DA SILVA	RG 6621658 SSP SC	25/11/1980	001 - SERVENTE
0000013	JAQUELINE RAMOS	RG 5710610 ssp SC	20/06/1994	001 - SERVENTE
0000007	JULIANA LORASCHI PAZ	RG 5.976.412 SSP-SC TO	01/03/1999	001 - SERVENTE
0000005	NILVA ELAINE KRUGER	CNH 402505517230120074 29/01/2014 ab	13/03/1982	001 - SERVENTE
0000010	ROSENILCE MIQUILINI	RG 4.454.984 SSP SC	04/07/1980	001 - SERVENTE
0000008	SALETE AUGUSTA FONTANA	RG 36987743 SSP SC	04/01/1982	001 - SERVENTE
0000002	THALIA SCHAITEI	RG 6419269 SSP SC	24/09/1998	001 - SERVENTE
0000012	VERONI GONÇALVES	RG 5696509 SSP SC	27/12/1987	001 - SERVENTE

TOTAL DE CANDIDATOS: 13

Página 1 de 1

Ipumirim

PREFEITURA

ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DO PL Nº 56, PP Nº 26-2018-PM

Publicação Nº 1663740

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 26/2018 - PR Processo Administrativo: Processo de Licitação: 56/2018 Data do Processo: 06/06/2018
	Folha: 1/2

OBJETO DA LICITAÇÃO:

contratação de profissional para prestação de serviço de equitação lúdica para realização do projeto equoterapia a fim de proporcionar maior qualidade de vida as crianças e adolescentes do município de Ipumirim, conforme termo de referencia.

ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr. 27/2018 (Sequência: 2)

Ao(s) 21 de Junho de 2018, às 09:00 horas, na sede da(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Decreto nº 2265/2016, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 56/2018, Licitação nº 26/2018 - PR, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

Parecer da Comissão: Aos vinte e um dias do mês de junho do ano de dois mil e dezoito, às nove horas, o Pregoeiro Laudecir Francio e a servidora Jucilene Goldoni Caliarí, membros da Equipe de Apoio, designados pelo Decreto nº 2265/2016, deram abertura ao julgamento dos envelopes de Proposta Comercial e Documentação de Habilitação, referente à Licitação em epígrafe. Apresentou-se para participar do certame as licitantes: LINS SERVIÇOS DE EQUITAÇÃO LTDA. Aberta a sessão pública pelo Pregoeiro, o mesmo solicitou que o representante apresentasse a documentação comprobatória de posse de poderes para representar suas empresas e ofertar lances verbais, nos termos do item 3.4, e seus subitens, do Edital. Assim o fez o Srº OZERCINDO DE ALMEIDA LINS sócio proprietário da empresa LINS SERVIÇOS DE EQUITAÇÃO LTDA. A licitante acima transcrita não se credencia como Microempresa. Na sequência, foi observado a apresentação da declaração de cumprimento do disposto no inciso VII do art. 4º da Lei 10.520/2002, ou seja, apresentar declaração verbal ou escrita de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação, assim sendo, a licitante apresentou a declaração na forma escrita. Ato contínuo foi aberto o envelope nº 1 - Proposta Comercial o qual foi rubricado pelo Pregoeiro, sua equipe de apoio e o representante legal da licitante presente. Na análise da proposta constatou-se que a licitante apresentou a proposta conforme exigências do presente Edital, estando habilitada para a fases seguintes do certame. Por conseguinte, o Pregoeiro deu início à fase dos lances verbais, sendo que a licitante presente não manifestou interesse na redução dos preços mantendo os valores da proposta inicial, por estar dentro dos limites fixados no Edital, foi classificada. Ato contínuo procedeu-se à abertura do Envelope nº 2 - Documentação de habilitação da licitante vencedora, sendo que os documentos neles contidos foram conferidos e rubricados pelo Pregoeiro, a equipe de apoio e o representante legal da licitante. Na análise da documentação, constatou-se que a licitante apresentou a documentação conforme o presente Edital. Após análise criteriosa da documentação do presente certame, pelo participante presente, a parte não manifestou qualquer objeção, inclusive quanto ao interesse de recorrer, renunciando de forma expressa este último. Deixada à palavra livre, ninguém mais fez uso da mesma, nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, com a presente Ata aprovada e assinada pelo Pregoeiro, a equipe de apoio e o representante legal da licitante presente ao final da sessão.

Participante: 10278 - LINS SERVIÇOS DE EQUITAÇÃO LTDA

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
1	contratação de profissional para prestação de serviço de equitação lúdica para realização do projeto equoterapia a fim de proporcionar maior qualidade de vida as crianças e adolescentes do município de Ipumirim.	mês	12,00		0,0000	2.200,00	26.400,00
Total do Participante ———>							26.400,00
Total Geral —————>							26.400,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM****CNPJ:** 82.814.575/0001-02
AV. DOM PEDRO II, 230
C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC**PREGÃO PRESENCIAL
Nr.: 26/2018 - PR****Processo Administrativo:**
Processo de Licitação: 56/2018
Data do Processo: 06/06/2018

Folha: 2/2

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação e pelos representantes das proponentes.

Ipumirim, 21 de Junho de 2018

COMISSÃO:

LAUDECIR FRANCIO	- - Pregoeiro(a)
JUCILENE GOLDONI CALIARI	- - Equipe de Apoio
SUZANA GIOMBELLI	- - Equipe de Apoio
MOIRA COMBOSKI	- - Equipe de Apoio
JULIE REGINATO	- - Equipe de Apoio
PAULO DE BORTOLI	- - Equipe de Apoio

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DO PL N° 56, PP N° 26-2018-PM

Publicação N° 1663742

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 26/2018 - PR Processo Administrativo: Processo de Licitação: 56/2018 Data do Processo: 06/06/2018
	Folha: 1/1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, VOLNEI ANTONIO SCHMIDT, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 56/2018
b) Licitação Nr.: 26/2018-PR
c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
d) Data Homologação: 25/06/2018
e) Objeto da Licitação: contratação de profissional para prestação de serviço de equitação lúdica para realização do projeto equoterapia a fim de proporcionar maior qualidade de vida as crianças e adolescentes do município de Ipumirim, conforme termo de referência.

(em Reais R\$)
f) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação):

Unid.	Quantidade	Descto (%)	Preço Unitário	Total do Item
-------	------------	------------	----------------	---------------

LINS SERVIÇOS DE EQUITACÃO LTDA (10278)

1 contratação de profissional para prestação de serviço de equitação lúdica para realização do projeto equoterapia a fim de proporcionar maior qualidade de vida as crianças e adolescentes do município de Ipumirim.	mês	12,00	0,0000	2.200,00	26.400,00
Total do Fornecedor:					26.400,00
Total Geral:					26.400,00

Ipumirim, 25 de Junho de 2018.

VOLNEI ANTONIO SCHMIDT
PREFEITO MUNICIPAL

Volnei Antonio Schmidt- Prefeito de Ipumirim

Iraceminha

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PP 35/2018

Publicação Nº 1664269

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IRACEMINHA
PROCESSO LICITATÓRIO 050/2018
PREGÃO PRESENCIAL 35/2018
EXCLUSIVO ME/EPP

O Município de Iraceminha (SC) fará realizar licitação na modalidade Pregão Presencial, destinado à contratação de empresa especializada para realização de serviços de paisagismo, jardinagem, limpeza e manutenção gerais no perímetro urbano e pontos turísticos do município, de acordo com o descrito no Termo de Referência – Anexo I. Tudo em conformidade com a Lei nº 10.520/02 e 8.666/93 e alterações posteriores. Informações e edital completo poderão ser obtidos no Departamento de Compras e Licitações, em horário de expediente. Fone para contato (0xx49) 3665 3200. Os documentos e propostas deverão ser entregues até as 08:30 horas do dia 06 de Julho de 2018. Iraceminha (SC), 26 de Junho de 2018. Jean Carlos Nyland – Prefeito Municipal.

EXTRATO CONTRATO 2 ADT 108/2017 - PREFEITURA

Publicação Nº 1664252

Aditivo Nº : 2 ADT 108/2017 - Contrato Nº: 108/2017
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE IRACEMINHA
Contratada...: CIMEC PRE - FABRICADOS DE CIMENTO EIRELI - ME
Valor : 0,00 (zero)
Vigência : Início: 04/06/2018 Término: 04/08/2018
Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 2/2017
Recursos : Dotação:

Objeto : Contratação de empresa de construção civil para construção de uma quadra coberta poliesportiva, localizada na Linha Biguá, interior do Município De Iraceminha, Estado De Santa Catarina, com área total de 1.170,00 m² em atendimento ao Contrato de Repasse nº 842010/2016 - Operação 1037151-83 e em conformidade com projeto, memorial descritivo, cronograma físico-financeiro e planilha orçamentária, anexas ao presente processo licitatório.

Iraceminha, 25 de Junho de 2018

EXTRATO CONTRATO 3 ADT 137/2017 - PREFEITURA

Publicação Nº 1664249

Aditivo Nº : 3 ADT 137/2017 - Contrato Nº: 137/2017
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE IRACEMINHA
Contratada...: POSTO IRMAOS METRALHA LTDA
Valor : 62.846,29 (sessenta e dois mil oitocentos e quarenta e seis reais e vinte e nove centavos)
Vigência : Início: 12/06/2018 Término: 31/12/2018
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 48/2017
Recursos : Dotação:
Objeto : Constitui objeto do presente edital de Pregão Presencial a Aquisição de combustíveis - ÓLEO DIESEL (S-500 e S-10) e GASOLINA COMUM, a serem fornecidos diariamente em bombas de combustível instaladas no perímetro urbano de Iraceminha, para atender as necessidades da frota da Administração Municipal para o exercício de 2018.

Iraceminha, 25 de Junho de 2018

EXTRATO DE CONTRATO 086/2018 - PREFEITURA

Publicação Nº 1664234

Contrato Nº.: 086/2018
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE IRACEMINHA
Contratada...: AMARILDO LUIZ BOLFE
Valor : 3.000,00 (três mil reais)
Vigência : Início: 20/06/2018 Término: 31/12/2018
Recursos : Dotação:

Objeto : Constitui o objeto do presente Contrato, a compra por parte da Municipalidade e a venda da parte do contratado de 1.500 (Hum mil e quinhentos) metros cúbicos de cascalho de excelente qualidade, a R\$ 2,00 (dois reais) cada metro cúbico, perfazendo o total de R\$ 3.000,00 (três mil reais), em cascalheira situada na próximo a sede do município.

Iraceminha, 25 de Junho de 2018

Irani

PREFEITURA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 043/2018

Publicação Nº 1664622

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE IRANI

Processo de Licitação Nº 019/2018
Edital de Pregão Presencial Nº 014/2018
Ata de Registro de Preços nº 043/2018
Contratante: MUNICÍPIO DE IRANI
Contratada: BEDIN MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA
– CNPJ: 04.490.410/0001-19
Objeto: Registro de preços para a eventual e futura aquisição de materiais elétricos, destinados à manutenção dos prédios públicos municipais, conforme itens 11,12,40.
Valor Total: R\$ 1.258,00 (Hum mil duzentos e cinquenta e oito reais).
Vigência: 05/03/2018 a 05/03/2019.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 044/2018

Publicação Nº 1664623

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE IRANI

Processo de Licitação Nº 019/2018
Edital de Pregão Presencial Nº 014/2018
Ata de Registro de Preços nº 044/2018
Contratante: MUNICÍPIO DE IRANI
Contratada: COMERCIAL PRINT LUX LTDA ME
– CNPJ: 28.818.594/0001-61
Objeto: Registro de preços para a eventual e futura aquisição de materiais elétricos, destinados à manutenção dos prédios públicos municipais, conforme itens 13,14,15,16,17,18,19,20,45.
Valor Total: R\$ 7.039,50 (Sete mil trinta e nove reais e cinquenta centavos).
Vigência: 05/03/2018 a 05/03/2019.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 045/2018

Publicação Nº 1664624

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE IRANI

Processo de Licitação Nº 019/2018
Edital de Pregão Presencial Nº 014/2018
Ata de Registro de Preços nº 045/2018
Contratante: MUNICÍPIO DE IRANI
Contratada: LUZERNA INSTALAÇÕES ELÉTRICAS LTDA ME
– CNPJ: 07.336.749/0001-53
Objeto: Registro de preços para a eventual e futura aquisição de materiais elétricos, destinados à manutenção dos prédios públicos municipais, conforme itens 8,23,30,31,34,36,43,44,46,47,51,52.
Valor Total: R\$ 14.609,30 (Quatorze mil seiscentos e nove reais e trinta centavos).
Vigência: 05/03/2018 a 05/03/2019.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 046/2018

Publicação Nº 1664626

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE IRANI

Processo de Licitação Nº 019/2018
Edital de Pregão Presencial Nº 014/2018
Ata de Registro de Preços nº 046/2018
Contratante: MUNICÍPIO DE IRANI
Contratada: N1 PNEUMÁTICA E ELÉTRICA INDUSTRIAL LTDA
– CNPJ: 17.599.415/0001-26
Objeto: Registro de preços para a eventual e futura aquisição de materiais elétricos, destinados à manutenção dos prédios públicos municipais, conforme itens 2,3,7,9,32,41,57,58,59,61.
Valor Total: R\$ 6.151,60 (Seis mil cento e cinquenta e um reais e sessenta centavos).
Vigência: 05/03/2018 a 05/03/2019.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 047/2018

Publicação Nº 1664628

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE IRANI

Processo de Licitação Nº 019/2018
Edital de Pregão Presencial Nº 014/2018
Ata de Registro de Preços nº 047/2018
Contratante: MUNICÍPIO DE IRANI
Contratada: PIATÃ COMÉRCIO DE PEÇAS EIRELI ME
– CNPJ: 08.932.456/0001-00
Objeto: Registro de preços para a eventual e futura aquisição de materiais elétricos, destinados à manutenção dos prédios públicos municipais, conforme itens 1,4,21,22,24,25,26,27,35,39,42,48,49,50,53,54,55,56,62.
Valor Total: R\$ 13.254,55 (Treze mil duzentos e cinquenta e quatro reais e cinquenta e cinco centavos).
Vigência: 05/03/2018 a 05/03/2019.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 048/2018

Publicação Nº 1664631

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE IRANI

Processo de Licitação Nº 019/2018
Edital de Pregão Presencial Nº 014/2018
Ata de Registro de Preços nº 048/2018
Contratante: MUNICÍPIO DE IRANI
Contratada: SGANZERLA CASA E CONSTRUÇÃO LTDA EPP
– CNPJ: 75.294.462/0001-68
Objeto: Registro de preços para a eventual e futura aquisição de materiais elétricos, destinados à manutenção dos prédios públicos municipais, conforme itens 5,6,10,60.
Valor Total: R\$ 2.829,80 (Dois mil oitocentos e vinte e nove reais e oitenta centavos).
Vigência: 05/03/2018 a 05/03/2019.

Irati

PREFEITURA

PREGÃO Nº 024/2018-PMI - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS, MÓVEIS E UTENSÍLIOS PARA O FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CRAS – CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE IRATI) DO MUNICÍPIO DE IRATI/SC

Publicação Nº 1663874

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE IRATI A V I S O D E L I C I T A Ç Ã O

Processo Administrativo Nº 049/2018

Processo Licitatório Nº 049/2018

Edital: Pregão Presencial Nº 024/2018

Tipo: MENOR PREÇO POR ITEM

Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS, MÓVEIS E UTENSÍLIOS PARA O FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CRAS – CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE IRATI) DO MUNICÍPIO DE IRATI/SC

Entrega dos Envelopes: 13:30 horas do dia 06.07.2018

Abertura dos Envelopes: 14:00 horas do dia 06.07.2018

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua João Beux Sobrinho, nº 385, centro, Irati – SC, nos dias úteis, de segunda a sexta-feira, das 07:30 às 11:30 horas e das 13:00 às 17:00 horas, pelo telefone (49) 3349-0010, pelo site: www.irati.sc.gov.br, ou através de do e-mail: irati@irati.sc.gov.br

Irati – SC, 25 de junho de 2018.

NEURI MEURER

Prefeito Municipal

Irineópolis

PREFEITURA

ATA RP PROC 34/2018

Publicação Nº 1663838

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO LICITATORIO Nº. 34/2018
PREGÃO PRESENCIAL 13/2018
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
VALIDADE 12 MESES

Presentes à Sessão Pública para julgamento do(s) envelopes(s) de Proposta de Preços, com o objetivo de adquirir o objeto descrito no Processo Licitatório nº 34/2018, Pregão Presencial nº 13/2018, a Sra. Patricia Fabiane Fronczak - Pregoeira, Sra. Cassiana Laís Brand Rodrigues, Sr. Andressa Bendlin, Sra. Rosani Rodrigues da Silva Mischka e Sr. Lucio Flavio Lima - Equipe de Apoio, designadas pela Portaria nº. 144/2018; Sr. Rafael de Lara - representante da empresa Paraná Foods Comércio EIRELE.

Inicialmente o Pregoeiro procedeu a leitura do teor do Instrumento Convocatório, bem como prestou esclarecimentos referentes aos procedimentos de julgamento das propostas e habilitações.

Após procedeu-se o Credenciamento do interessado na participação do certame, onde ficou comprovado que o representante da empresa proponente possui poderes para formular propostas e praticar os demais atos inerentes ao certame.

Iniciada a fase de julgamento das propostas, o Pregoeiro e equipe de apoio procederam a análise das Propostas, verificando a conformidade com o Instrumento Convocatório.

Em seguida foi realizada a classificação da proposta da empresa que se apresentou para o certame. A empresa Paraná Foods Comércio EIRELE EPP, segue classificada para a fase de lances e julgamento das propostas.

O representante da empresa proponente não manifestou interesse de interposição de recurso, quanto ao julgamento da proposta, encerrando-se o prazo para interposição de recurso nesta data.

Nada mais havendo- se a tratar, foi lavrada a presente ata.

Presentes à Sessão Pública para julgamento do(s) envelopes(s) de Documentação, com o objetivo de adquirir o objeto descrito no Processo Licitatório nº 34/2018, Pregão Presencial nº 13/2018, a Sra. Patricia Fabiane Fronczak - Pregoeira, Sra. Cassiana Laís Brand Rodrigues, Sr. Andressa Bendlin, Sra. Rosani Rodrigues da Silva Mischka e Sr. Lucio Flavio Lima - Equipe de Apoio, designadas pela Portaria nº. 144/2018; Sr. Rafael de Lara - representante da empresa Paraná Foods Comércio EIRELE.

Foi realizada a análise dos documentos apresentados pela empresa: Paraná Foods Comércio EIRELE EPP, e foi constatado que a empresa apresentou o item 07, subitem 7.3, alínea "b" em discordância com o Edital, sendo considerada INABILITADA no Processo Licitatório em epígrafe.

De acordo com o art. 48 da Lei n.º 8.666/93 "§ 3º Quando todos os licitantes forem inabilitados ou todas as propostas forem desclassificadas, a Administração poderá fixar aos licitantes o prazo de oito dias úteis para a apresentação de nova documentação ou de outras propostas escoimadas das causas referidas neste artigo, facultada, no caso de convite, a redução deste prazo para três dias úteis". Sendo assim, a Pregoeira abre prazo para que a empresa apresente a documentação faltante. Passando o resultado para a empresa acima citada.

O representante das empresa proponente não manifestou interesse de interposição de recurso, quanto ao julgamento dos documentos de habilitação, encerrando-se o prazo para interposição de recurso nesta data.

Nada mais havendo- se a tratar, foi lavrada a presente ata.

Presentes à Sessão Pública para julgamento do(s) envelopes(s) de Documentação, com o objetivo de adquirir o objeto descrito no Processo Licitatório nº 34/2018, Pregão Presencial nº 13/2018, a Sra. Patricia Fabiane Fronczak - Pregoeira, Sra. Cassiana Laís Brand Rodrigues, Sr. Andressa Bendlin, Sra. Rosani Rodrigues da Silva Mischka e Sr. Lucio Flavio Lima - Equipe de Apoio, designadas pela Portaria nº. 144/2018.

Foi realizada a análise dos documentos apresentados pela empresa: Paraná Foods Comércio EIRELE EPP, e foi constatado que a empresa apresentou todos os documentos exigidos na fase de habilitação, conforme item 07 do Edital, sendo considerada HABILITADA no Processo Licitatório em epígrafe.

O representante da empresa proponente não manifestou interesse de interposição de recurso, quanto ao julgamento dos documentos de habilitação, encerrando-se o prazo para interposição de recurso nesta data.

Nada mais havendo- se a tratar, foi lavrada a presente ata.

Item	Qtd	Unidade	Descrição dos Alimentos	Valor unitário R\$	Valor total R\$
------	-----	---------	-------------------------	--------------------	-----------------

01	600	CESTA	<p>Contendo:</p> <p>01 pacote: açúcar branco refinado - embalagem de 5 Kg;</p> <p>01 caixa: Amido de milho – embalagem de 500g;</p> <p>02 pacotes: Arroz parboilizado longo, fino tipo 1 – embalagem de 5 Kg;</p> <p>01 kg de Banha suína;</p> <p>01 pacote: Biscoito doce sortido – embalagem com 800g;</p> <p>03 Quilos: carne de ave – coxa sobre coxa congelada sem tempero;</p> <p>03 quilos: carne suína congelada sem tempero;</p> <p>01 lata: creme de leite – embalagem de 300g;</p> <p>01 pote: doce de frutas em pasta – embalagem de 400g;</p> <p>01 pote: doce de leite em pasta – embalagem de 400g;</p> <p>01 caixa: erva de chá mate tostado – embalagem de 500g;</p> <p>01 lata: ervilha em conserva – embalagem de 200g;</p> <p>01 lata: extrato de tomate – embalagem de 870g;</p> <p>01 pacote: farinha de milho tipo biju branca – embalagem de 01 Kg;</p> <p>02 pacotes: farinha de trigo especial, tipo 1, enriquecido com ferro e ácido fólico – embalagem de 05 Kg;</p> <p>03 pacotes: feijão tipo 1 (safra 2017-2018) – embalagem de 01 Kg;</p> <p>01 fermento biológico, seco instantâneo – embalagem de 125 g;</p> <p>01 lata: fermento em pó químico – embalagem de 100g;</p> <p>01 pacote: fubá de milho pré cozido enriquecido com ferro e ácido fólico – embalagem de 500g;</p> <p>02 caixas: gelatina em pó – embalagem de 45g;</p> <p>01 lata: leite condensado – embalagem de 395g;</p> <p>02 pacotes: leite em pó – embalagem de 400g;</p> <p>01 pacote: macarrão tipo parafuso e/ou espaguete – embalagem de 1 Kg;</p> <p>01 pote: maionese – embalagem de 500g;</p> <p>01 pote: margarina vegetal, com sal – embalagem de 1Kg;</p> <p>01 lata: milho verde em conserva – embalagem de 200g;</p> <p>03 embalagens de óleo refinado – 900ml;</p> <p>01 caixa – ovos brancos – embalagem com 12 unidades;</p> <p>01 pacote: pó para café, torrado e moído – embalagem de 500g;</p> <p>01pacote: quirera – embalagem de 1Kg;</p> <p>01 pacote: refresco em pó, diversos sabores – embalagem de 500g;</p> <p>01 pacote: sabão em barra glicerinado, tipo 1 – embalagem com 05 unidades;</p> <p>01 caixa: sabão em pó, tipo 1 – embalagem de 1Kg;</p> <p>01 pacote: sagu de mandioca, tipo 1 – embalagem de 500g;</p> <p>01 pacote: sal refinado iodado – embalagem de 1 Kg;</p>	243,80	146.280,00
Total R\$ 146.280,00 (cento e quarenta e seis mil duzentos e oitenta reais)					

Irineópolis 23 de maio de 2018.

Juliano Pozzi Pereira- Prefeito Municipal

EDITAL Nº 07-2018 - CONCURSO PÚBLICO - RESULTADO FINAL

Publicação Nº 1663695

CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2018

Edital Nº 07/2018

O Senhor JULIANO POZZI PEREIRA – Prefeito do Município de IRINEÓPOLIS – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 37, inciso II da Constituição Federal, a Comissão Especial de Concurso nomeada pela Portaria nº 106/2018, resolve,

TORNAR PÚBLICO:

A homologação do resultado final do Concurso Público para provimento de cargos vagos ou que vierem a vagar ou a serem criados durante o prazo de validade do concurso, no quadro de servidores do Município de Irineópolis - SC, nos termos da legislação pertinente e das normas estabelecidas no Edital nº 01/2018.

AGENTE ADMINISTRATIVO

INSC.	NOME	D.NASC.	LP	MAT	CG-LEG	CE	PE	CLASSIF.
663010	ERICK HANCHUCK PEREIRA	28/06/1995	16,00	16,00	12,00	36,00	80,00	1º
663012	MARIANA EDUARDA GOMES	08/06/1995	16,00	14,00	10,00	36,00	76,00	2º
669111	ANDRIELE TATIANE BAPTISTA	13/07/1990	16,00	14,00	12,00	24,00	66,00	3º
666832	JAIME JUNIOR GRISANG	01/04/1983	14,00	10,00	8,00	32,00	64,00	4º
662115	HELIO AMIR CORREA	22/07/1977	12,00	10,00	4,00	36,00	62,00	5º
666349	GESSICA GRESCHACHEN	05/08/1996	8,00	14,00	8,00	32,00	62,00	6º
667134	SIDINEIA RAMOS DE OLIVEIRA PINTO	19/05/1979	10,00	10,00	14,00	28,00	62,00	7º



667959	JOEL IRINEU RUCKL	03/03/1989	10,00	16,00	12,00	24,00	62,00	8º
665258	ANDERSON RODRIGO MARTINS VOIGT	23/06/1991	14,00	16,00	8,00	24,00	62,00	9º
666119	CAROLINE SCHIESSL	22/05/1999	16,00	12,00	14,00	20,00	62,00	10º
667644	GUILHERME BIALESKI **	24/09/1995	6,00	10,00	8,00	36,00	60,00	11º
669798	ANDRESSA TESKA	21/12/1991	10,00	12,00	6,00	32,00	60,00	12º
667405	RAGLEN DARLEANE BRUGNAGO TELESKA	11/09/1986	16,00	6,00	10,00	28,00	60,00	13º
670418	VANDERLEI DA COSTA JUNIOR	14/06/1998	10,00	14,00	12,00	24,00	60,00	14º
667873	GEOVANE DOS SANTOS LIMA	22/04/1997	14,00	6,00	6,00	32,00	58,00	15º
670152	EDNA LUIZA WERLANG	20/11/1996	8,00	16,00	6,00	28,00	58,00	16º
662696	ZEOMAR OLESCOVICZ	27/03/1998	6,00	14,00	14,00	24,00	58,00	17º
663200	NYVA THIAGO MOREIRA	26/09/1998	14,00	14,00	6,00	24,00	58,00	18º
669770	FLAVIA DANIELA DOHOPIATI	28/07/1991	10,00	10,00	8,00	28,00	56,00	19º
662724	PRISCILA SANDER	23/12/1989	10,00	12,00	6,00	28,00	56,00	20º
667151	TIAGO MICHAEL FERNANDES DE ANDRADE	08/10/1993	6,00	14,00	12,00	24,00	56,00	21º
668777	MARCOS EDUARDO SELENKO	14/04/1998	12,00	14,00	10,00	20,00	56,00	22º
668825	KELI SUZANA SOUZA	26/04/1996	12,00	6,00	4,00	32,00	54,00	23º
662484	FERNANDO RUCKL	09/06/1998	6,00	12,00	8,00	28,00	54,00	24º
669495	MAICON JEISON VEIGA CARDOSO	22/01/1993	6,00	14,00	6,00	28,00	54,00	25º
665991	ROSIMARI DE FATIMA QUADROS	12/09/1999	8,00	10,00	12,00	24,00	54,00	26º
666663	CRISLAINE OSTROSKI	16/03/1998	10,00	10,00	10,00	24,00	54,00	27º
663158	GIZLAINE CARNEIRO DE CAMPOS	25/07/1988	14,00	10,00	6,00	24,00	54,00	28º
668870	SAYONARA SENFF MIRANDA	10/06/1993	8,00	18,00	4,00	24,00	54,00	29º
661853	NATALY CAMILA MALLMANN	30/03/2000	14,00	16,00	0,00	24,00	54,00	30º
663300	EDSON ESTRIZER	19/06/1983	12,00	10,00	12,00	20,00	54,00	31º
670184	JOSE EDUARDO ZIPPERER	11/01/1991	8,00	18,00	8,00	20,00	54,00	32º
663138	JUSSARA HARTMANN OSTWALD	08/05/1975	4,00	8,00	8,00	32,00	52,00	33º
664899	CARLOS DIEGO ZIELINSKI	26/06/1997	8,00	10,00	2,00	32,00	52,00	34º
664076	THAMARA CARNEIRO	16/10/1991	8,00	10,00	6,00	28,00	52,00	35º
663615	LIDIANE AP. LOURENCO KUIAVA	09/01/1984	8,00	12,00	4,00	28,00	52,00	36º
665786	LETICIA GREGORIO DE AMORIM	27/03/1997	10,00	12,00	2,00	28,00	52,00	37º
669886	FRANCIELE MARIA VAZ	09/06/1993	12,00	10,00	6,00	24,00	52,00	38º
669389	DAMARIS COCHARSKI	05/06/1993	12,00	12,00	4,00	24,00	52,00	39º
669978	PATRICIA DE FATIMA DO AMARAL	16/06/1993	12,00	12,00	8,00	20,00	52,00	40º
670505	TAYNE BADAZ	16/09/1997	10,00	14,00	8,00	20,00	52,00	41º
662334	EVERLI BAGGENSTOSS	28/07/1987	12,00	14,00	6,00	20,00	52,00	42º
665013	CAROLINE STEIN	14/08/1990	12,00	14,00	6,00	20,00	52,00	43º
667183	ADILSON LUIZ FINTA SEGUNDO	28/10/1994	10,00	16,00	6,00	20,00	52,00	44º
665187	ERNESTO FELIPE BLUNK	03/05/1948	8,00	10,00	8,00	24,00	50,00	45º
663716	ANA BRIGIDA MACKTURA SENN	20/08/1997	8,00	4,00	10,00	28,00	50,00	46º
663144	PALOMA FRANZ	02/08/1997	4,00	8,00	10,00	28,00	50,00	47º
662911	ROSA CHAVARSKI	15/03/1978	4,00	12,00	6,00	28,00	50,00	48º
669805	JUNIOR CESAR RIBEIRO	04/10/1988	10,00	10,00	2,00	28,00	50,00	49º
664233	JOAO VITTOR POPIA	12/02/1997	12,00	4,00	10,00	24,00	50,00	50º
670176	JOSEMAR GROSSKLAUS	20/06/1989	8,00	8,00	10,00	24,00	50,00	51º
667117	LUIZ GUSTAVO SCHIPANSKI	19/04/1996	8,00	8,00	10,00	24,00	50,00	52º
662255	VANESSA GISELI JUZAK	24/04/1997	8,00	8,00	10,00	24,00	50,00	53º
662888	RODRIGO CARDOSO	20/07/1991	6,00	10,00	10,00	24,00	50,00	54º
664455	TAIS APARECIDA SENN SILVEIRA	11/10/2000	6,00	12,00	8,00	24,00	50,00	55º
663783	DANIELE DE ALMEIDA MUDRI	05/09/1985	6,00	14,00	6,00	24,00	50,00	56º
669378	JULIANA MARIA BAY	28/04/1993	10,00	12,00	4,00	24,00	50,00	57º
662428	CLEIA APARECIDA REICHARDT	28/08/1989	8,00	18,00	0,00	24,00	50,00	58º
667344	RENAN WANTUY RANK	17/10/1988	12,00	8,00	10,00	20,00	50,00	59º
670422	MARIA ISABEL DE FATIMA KEITTO BECKER	11/09/1991	14,00	10,00	6,00	20,00	50,00	60º
669824	FERNANDA WISNIEWSKI	30/05/1995	14,00	8,00	12,00	16,00	50,00	61º
665475	DANIELE PAVARIN	20/05/1997	14,00	14,00	6,00	16,00	50,00	62º

AGENTE DE TRÂNSITO

INSC.	NOME	D.NASC.	LP	MAT	CG-LEG	CE	PE	CLASSIF.
662386	GIOVANI FEGER SILVA	15/11/1995	16,00	18,00	14,00	32,00	80,00	1º
663224	JOVANE JOSE MUNCINELLI	10/06/1986	16,00	20,00	12,00	32,00	80,00	2º
667631	FERNANDO HENRIQUE DOS SANTOS	05/05/1987	6,00	20,00	16,00	36,00	78,00	3º
666523	PEDRO HENRIQUE BRIKNER	17/12/1993	14,00	14,00	8,00	40,00	76,00	4º
663013	MARIANA EDUARDA GOMES	08/06/1995	20,00	14,00	8,00	32,00	74,00	5º
668264	CLAUDIO VINICIO BENDLIN	09/06/1969	10,00	18,00	12,00	32,00	72,00	6º

663011	ERICK HANCHUCK PEREIRA	28/06/1995	18,00	16,00	10,00	28,00	72,00	7º
669538	VINICIUS DA SILVA LAZIER	28/04/1997	14,00	14,00	12,00	28,00	68,00	8º
670653	JOSE DANIEL JAVORISKI	09/03/1987	12,00	18,00	12,00	24,00	66,00	9º
667939	MARCOS OLINIUK	25/07/1999	14,00	18,00	10,00	24,00	66,00	10º
664803	MANOELE MARCOLIN BERNARDON	30/01/1990	14,00	8,00	14,00	28,00	64,00	11º
669262	SILVIO SIDILEI GROSSKLAUS	03/10/1988	8,00	16,00	12,00	28,00	64,00	12º
663763	WILLIAN VICENTE PINTO GALM	26/04/1990	8,00	18,00	10,00	28,00	64,00	13º
669780	VIVIANE CANDIDO DA SILVA	17/05/1988	10,00	8,00	10,00	32,00	60,00	14º
667492	MARCELO ROCHA	28/07/1980	8,00	16,00	8,00	28,00	60,00	15º
662690	ZEOMAR OLESCOVICZ	27/03/1998	8,00	18,00	10,00	24,00	60,00	16º
662887	LEANDRO AUGUSTO MARQUES	18/09/1987	10,00	16,00	14,00	20,00	60,00	17º
669968	JULIANA KESSIN	03/07/1989	14,00	16,00	10,00	20,00	60,00	18º
669496	MAICON JEISON VEIGA CARDOSO	22/01/1993	10,00	12,00	12,00	24,00	58,00	19º
666581	LEONARDO CARNEIRO OLEINIK	13/10/1989	12,00	12,00	10,00	24,00	58,00	20º
669132	YURY LINDOLFO COELHO	17/08/1999	12,00	16,00	6,00	24,00	58,00	21º
662722	PRISCILA SANDER	23/12/1989	14,00	18,00	10,00	16,00	58,00	22º
666831	MARIANA APARECIDA BAUERMEISTER ARRUDA	25/07/1995	10,00	12,00	10,00	24,00	56,00	23º
670549	LEONIDAS FRANCISCO MARTINS FERREIRA	05/10/1988	8,00	16,00	8,00	24,00	56,00	24º
670443	JEFFERSON STEIN	26/01/1987	10,00	14,00	12,00	20,00	56,00	25º
668333	HENRIQUE MARQUES DAL LAGO	12/11/1998	10,00	18,00	12,00	16,00	56,00	26º
664404	LUIS CARLOS DE SOUZA	09/09/1981	8,00	12,00	10,00	24,00	54,00	27º
665370	NELVIO ANDRE KOTECKI **	30/07/1989	8,00	12,00	10,00	24,00	54,00	28º
669005	JACKSON VILER KALESKI	03/09/1997	16,00	10,00	8,00	20,00	54,00	29º
667619	NATA DA SILVA	24/07/1990	12,00	18,00	8,00	16,00	54,00	30º
667525	MATHEUS MARCOS POGOGELSKI	11/03/1998	12,00	18,00	8,00	16,00	54,00	31º
670220	MATHIAS HENRIQUE DA SILVA	28/08/1997	12,00	6,00	6,00	28,00	52,00	32º
663310	VALMIR WEBER	02/05/1983	8,00	16,00	8,00	20,00	52,00	33º
669149	LEANDRO NOGARA	02/09/1978	4,00	12,00	6,00	28,00	50,00	34º
670128	JOSE JULIO STASIAK DE MOURA CAMARGO JR	17/07/1985	10,00	6,00	10,00	24,00	50,00	35º
669182	MARCOS DOS SANTOS LIMA	19/04/1993	10,00	8,00	12,00	20,00	50,00	36º
669522	LILIAN APARECIDA DA SILVA	27/03/1990	12,00	8,00	10,00	20,00	50,00	37º
667844	FELIPE ITABAJARA CARNEIRO	16/04/1991	10,00	10,00	10,00	20,00	50,00	38º
669685	RONALDO JOSE DA LUZ	16/02/1984	8,00	12,00	10,00	20,00	50,00	39º
663493	GEAN CARLOS STEIN	03/02/1994	14,00	8,00	8,00	20,00	50,00	40º
669880	WILLIAN ROBERTO TUSSET HERMANN	07/08/1991	12,00	8,00	14,00	16,00	50,00	41º
668317	JHONY MAICON WILKOS	10/05/1991	10,00	12,00	12,00	16,00	50,00	42º
665707	PAULO CESAR BIGOSINSKI	01/02/1982	8,00	16,00	10,00	16,00	50,00	43º
667206	MARIO CELSO PASCKO	04/11/1992	8,00	18,00	8,00	16,00	50,00	44º
669763	FLAVIA DANIELA DOHOPIATI	28/07/1991	10,00	16,00	12,00	12,00	50,00	45º

AGENTE SANITÁRIO

INSC.	NOME	D.NASC.	LP	MAT	CG-LEG	CE	PE	CLASSIF.
662851	ADRIANA CHAVARSKI	02/08/1991	14,00	16,00	10,00	36,00	76,00	1º
670483	CLAUDIO VINICIO BENDLIN	09/06/1969	10,00	18,00	10,00	24,00	62,00	2º
669300	SIMONE DE FATIMA LEVANDOSKI	20/11/1985	10,00	12,00	6,00	32,00	60,00	3º
670465	FRANCIANE ELLISE DE CARVALHO	06/12/1980	14,00	10,00	8,00	20,00	52,00	4º
670118	JOSE JULIO STASIAK DE MOURA CAMARGO JR	17/07/1985	10,00	10,00	6,00	24,00	50,00	5º

ASSESSOR DE IMPRENSA

INSC.	NOME	D.NASC.	LP	CG-LEG	CE	PE	CLASSIF.
661843	ADRIANO DANIEL PASQUALOTTI	17/01/1990	6,00	18,00	44,00	68,00	1º
662332	AMANDA LETICIA NEVES	02/02/1995	6,00	10,00	48,00	64,00	2º
667573	MIRIAM BERTOLETTI	18/10/1982	5,00	10,00	48,00	63,00	3º
669566	JOSE ROSSI MOREIRA CORDEIRO JUNIOR	19/01/1994	5,00	10,00	44,00	59,00	4º
662753	JUCELLI CRISTINA MOREIRA	19/01/1988	5,00	12,00	40,00	57,00	5º
667866	ARIADNA SILVEIRA STRALIOTTO DO AMARAL	24/05/1988	8,00	16,00	32,00	56,00	6º
669607	CRISTIANO MICHAHOUSKI	28/07/1993	1,00	14,00	36,00	51,00	7º

ASSISTENTE DE INFORMÁTICA

INSC.	NOME	D.NASC.	LP	MAT	CG-LEG	CE	PE	CLASSIF.
663987	ALGUERTH HERIS ROLLWAGEN	23/05/1993	18,00	18,00	18,00	36,00	90,00	1º
670316	JOAO ALBERTO BENDLIN JUNIOR	25/05/1985	4,00	16,00	10,00	40,00	70,00	2º
663387	MAIRON FELIPE PORTA	23/06/1996	10,00	8,00	10,00	40,00	68,00	3º
667167	FRANCIELE FLORIANO	12/07/1999	14,00	18,00	12,00	20,00	64,00	4º

662650	GUSTAVO BODNAR SASS	15/09/1997	12,00	18,00	8,00	24,00	62,00	5º
669565	EDUARDO IZDEBSKI	05/04/1983	8,00	8,00	8,00	36,00	60,00	6º
662643	ALAM GABARDO	04/07/1995	8,00	10,00	10,00	28,00	56,00	7º
667701	FELIPE HENRIQUE GRANATIR DA SILVA	26/05/1985	8,00	6,00	8,00	32,00	54,00	8º
670359	PEDRO PUDLA	05/04/1968	12,00	10,00	12,00	20,00	54,00	9º
666986	THIAGO BUBNIAK	15/02/1985	14,00	8,00	6,00	24,00	52,00	10º

ASSISTENTE SOCIAL

INSC.	NOME	D.NASC.	LP	CG-LEG	CE	PE	CLASSIF.
662172	VALERIA ELVIRA OPAUTCHAK	09/04/1996	7,00	18,00	52,00	77,00	1º
662086	IVANA MARIA RIBEIRIO MACHADO	06/12/1980	4,00	12,00	48,00	64,00	2º
662325	HELOISE KATIA KALICHAK RUARO	17/02/1990	6,00	14,00	44,00	64,00	3º
667138	TAIS ALINI KERSCHER	17/09/1986	3,00	12,00	48,00	63,00	4º
667664	JULIANE RIBEIRO	11/03/1995	7,00	16,00	40,00	63,00	5º
668099	ROSANA DONDA RUCKL	03/01/1976	2,00	14,00	44,00	60,00	6º
667877	CLEUZA DALLAZUANA	25/03/1974	4,00	12,00	44,00	60,00	7º
669701	ADAIANE DE LIMA	16/05/1995	3,00	8,00	48,00	59,00	8º
667292	JACKSON SANTANA DE LIMA	15/04/1988	3,00	12,00	44,00	59,00	9º
668220	KARINE SANTOS	06/03/1996	4,00	10,00	44,00	58,00	10º
664488	SONIA PRITZSCHE	02/01/1966	4,00	18,00	36,00	58,00	11º
667466	DANIELE ROSINSKI	01/12/1992	3,00	18,00	36,00	57,00	12º
661739	FRANCIELE GERALDO	05/09/1982	4,00	8,00	44,00	56,00	13º
667882	EMELIZE ANDREIV	25/12/1994	2,00	14,00	40,00	56,00	14º
667643	MARCELO BACH	27/10/1977	6,00	14,00	36,00	56,00	15º
664004	MARCIELE RENATA KLOC	31/01/1989	3,00	8,00	40,00	51,00	16º
669871	VERA LUCIA PIOTROWSKI CUBAS	26/06/1968	2,00	8,00	40,00	50,00	17º

ASSISTENTE TÉCNICO PEDAGÓGICO

INSC.	NOME	D.NASC.	LP	MAT	CG-LEG	CE	PE	CLASSIF.
670372	CIDILAINE ZIELINSKI	19/09/1989	10,00	12,00	10,00	28,00	60,00	1º
669571	CRISLAINE DRANKA NOGARA	23/08/1986	6,00	16,00	10,00	24,00	56,00	2º
668143	SUELEN MARIA PIRES	27/01/1996	8,00	14,00	8,00	24,00	54,00	3º
667470	SOLANGE DE FREITAS CUNHA	28/06/1986	10,00	14,00	10,00	20,00	54,00	4º
670608	PRICILA BISOGNIN LIMBERGER	21/07/1991	10,00	8,00	4,00	28,00	50,00	5º

ATENDENTE DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO

INSC.	NOME	D.NASC.	LP	MAT	CG-LEG	CE	PE	CLASSIF.
663635	RICARDO MAIER	04/11/1998	8,00	8,00	14,00	20,00	50,00	1º

ATENDENTE DE FARMÁCIA

INSC.	NOME	D.NASC.	LP	MAT	CG-LEG	CE	PE	CLASSIF.
666853	ANDREA CALZA MARTINS NETTO	16/04/1973	8,00	16,00	8,00	36,00	68,00	1º
666994	PATRICIA GARCIA OLIVEIRA	25/11/1993	16,00	20,00	12,00	20,00	68,00	2º
661681	EVELIN DE FATIMA MALLMANN	19/05/1998	14,00	12,00	8,00	32,00	66,00	3º
667811	VINICIUS CORREA PRUST	14/12/1996	14,00	8,00	10,00	32,00	64,00	4º
669944	LEONARDO GELIEL BORUCH	31/07/1999	10,00	12,00	12,00	28,00	62,00	5º
669849	MARCOS ADRIANO DAMS	18/10/1998	8,00	12,00	10,00	28,00	58,00	6º
664876	ISABELLE YASMINE AZAMBUJA	30/08/1991	8,00	12,00	4,00	32,00	56,00	7º
665182	KELY TAINARA DE LIMA CLEVER	23/02/1998	12,00	12,00	4,00	28,00	56,00	8º
670141	PAOLA NIGRIN	07/11/1994	16,00	14,00	6,00	20,00	56,00	9º
664409	STEFANY LUIZE RODRIGUES CHAGAS	24/06/2000	12,00	6,00	8,00	28,00	54,00	10º
669310	ANDRESSA DE FATIMA R. DOS SANTOS LIMA	28/03/1994	8,00	10,00	8,00	28,00	54,00	11º
670599	JAQUELINE DE CACIA FRANCO PARTICA	28/12/1990	10,00	10,00	6,00	28,00	54,00	12º
662193	MIRIAM ELIANE OLBERTZ	16/08/1994	12,00	10,00	8,00	24,00	54,00	13º
670311	THAIS MARA SAMPAIO	25/11/1999	12,00	14,00	4,00	24,00	54,00	14º
665382	MEIRIELI SABINA PARRA	07/11/1994	6,00	12,00	2,00	32,00	52,00	15º
669153	SOLANGE FRAGOSO	28/09/1995	6,00	8,00	12,00	24,00	50,00	16º

AUXILIAR ADMINISTRATIVO

INSC.	NOME	D.NASC.	LP	MAT	CG-LEG	CE	PE	CLASSIF.
669941	LEONARDO GELIEL BORUCH	31/07/1999	10,00	18,00	14,00	36,00	78,00	1º
666120	CAROLINE SCHIESSL	22/05/1999	16,00	20,00	10,00	32,00	78,00	2º
667910	WELLINGTON LUIZ DE MORAIS	27/08/1989	16,00	14,00	10,00	36,00	76,00	3º
661850	NATALY CAMILA MALLMANN	30/03/2000	14,00	14,00	16,00	28,00	72,00	4º

661618	ANA LETICIA BINDER	21/07/1997	12,00	18,00	8,00	32,00	70,00	5º
667576	MIRIAM BERTOLETTI	18/10/1982	12,00	12,00	8,00	36,00	68,00	6º
669834	NILTON RICARDO DONDA	19/10/1983	8,00	16,00	8,00	36,00	68,00	7º
666907	NYLE NYCOLE MICHAHOUSKI	13/01/1998	14,00	14,00	12,00	28,00	68,00	8º
664412	LUCAS LEANDRO MENEGUEL	29/07/1999	8,00	14,00	12,00	32,00	66,00	9º
667230	NILCELAINE FURST	11/08/1994	8,00	10,00	10,00	36,00	64,00	10º
662608	FAURI DUARTE CAVALHEIROJUNIOR	26/08/1995	8,00	10,00	14,00	32,00	64,00	11º
670755	EMILIO DEIVID GEISLER	13/07/1999	12,00	18,00	10,00	24,00	64,00	12º
662487	LUANA DEMARTINI KZESIK	03/01/1997	10,00	6,00	10,00	36,00	62,00	13º
664687	TATIANE DE SOUZA	02/04/1993	10,00	10,00	6,00	36,00	62,00	14º
662966	ROBERTA SENFF	10/11/1993	8,00	10,00	12,00	32,00	62,00	15º
670154	JESSICA APARECIDA PORN	16/05/1996	10,00	12,00	8,00	32,00	62,00	16º
667203	JOAO ADOLAR CORREIA LOPES	26/01/1960	4,00	18,00	16,00	24,00	62,00	17º
662908	JAQUELINE APARECIDA LEHUN	21/02/1999	6,00	10,00	12,00	32,00	60,00	18º
667871	JONATHAN ANGELO RIBEIRO	06/07/1971	10,00	8,00	10,00	32,00	60,00	19º
668205	PAULA SILVA FRANCA	04/08/1981	8,00	12,00	8,00	32,00	60,00	20º
669980	PATRICIA DE FATIMA DO AMARAL	16/06/1993	14,00	8,00	6,00	32,00	60,00	21º
668709	PAOLA FRANZ	24/12/1999	14,00	10,00	8,00	28,00	60,00	22º
670439	LARISSA STOBERL	23/04/1999	12,00	12,00	8,00	28,00	60,00	23º
669222	MADELAINE EVA WIELEWSKI	06/04/1989	8,00	6,00	12,00	32,00	58,00	24º
669826	FERNANDA WISNIEWSKI	30/05/1995	12,00	6,00	12,00	28,00	58,00	25º
669891	FRANCIELE MARIA VAZ	09/06/1993	12,00	10,00	8,00	28,00	58,00	26º
667528	LUIS CARLOS PASQUALLI	05/09/1986	6,00	14,00	14,00	24,00	58,00	27º
662873	LEONARDO FELIPE BRAND	27/08/1999	6,00	8,00	6,00	36,00	56,00	28º
669691	IVONE INES LITKA	18/07/1989	4,00	10,00	10,00	32,00	56,00	29º
670071	THAIS PAVARIN	17/06/1999	12,00	8,00	4,00	32,00	56,00	30º
664237	ANA PAULA KONKOL	21/07/1989	10,00	8,00	10,00	28,00	56,00	31º
666755	LETICIA FATIMA REICHARDT	27/08/1994	10,00	8,00	10,00	28,00	56,00	32º
670294	SILMARA ROSA RUCKL	10/10/1974	12,00	8,00	8,00	28,00	56,00	33º
666233	IGOR BRAND	03/09/1997	12,00	12,00	4,00	28,00	56,00	34º
665995	ROSIMARI DE FATIMA QUADROS	12/09/1999	12,00	10,00	10,00	24,00	56,00	35º
663752	LETICIA ELAINE CHAVES	09/10/1999	12,00	14,00	10,00	20,00	56,00	36º
667127	AMANDA SOUZA LORENSINI	28/11/1994	12,00	4,00	8,00	28,00	52,00	37º
669081	JOICE ARIANE DE LIMA	06/06/1992	6,00	10,00	8,00	28,00	52,00	38º
667787	SILVANA DE MATIAS KAMPMANN	10/11/1993	10,00	10,00	4,00	28,00	52,00	39º
669556	MARIA LUIZA MENEGASSO	10/03/1996	10,00	8,00	10,00	24,00	52,00	40º
668097	ANA PAULA COLACO DE MOURA BOSSOW	20/11/1990	6,00	10,00	6,00	28,00	50,00	41º
667212	CLEITON JOSE CHAGAS	10/05/1999	6,00	12,00	4,00	28,00	50,00	42º
663291	DAIANA BUENO CARDOSO	27/11/1993	12,00	6,00	8,00	24,00	50,00	43º
666608	ROSICLEA RATZKOB	29/03/1976	6,00	10,00	14,00	20,00	50,00	44º
669305	SIMONE DE FATIMA LEVANDOSKI	20/11/1985	6,00	14,00	10,00	20,00	50,00	45º

AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS I

INSC.	NOME	D.NASC.	LP	MAT	CG-LEG	CE	PE	CLASSIF.
664013	EDVINO SZWED **	21/08/1992	18,00	20,00	14,00	32,00	84,00	1º
664442	MARCELO CASTRO XAVIER	24/12/1978	12,00	20,00	14,00	36,00	82,00	2º
663361	ANDRIELLY SALVADOR	08/05/1997	16,00	14,00	10,00	32,00	72,00	3º
667666	MARCIEL VIEIRA	11/08/1993	10,00	14,00	4,00	36,00	64,00	4º
667149	AILTON GONCALVES	27/02/1987	8,00	10,00	14,00	32,00	64,00	5º
666379	CLAUDINEI TEODORO	19/06/1974	12,00	10,00	10,00	32,00	64,00	6º
667371	CRISLAINE STACISKI LEHUN	15/09/1978	12,00	20,00	10,00	20,00	62,00	7º
668795	CLEITON BENITO REICHARDT	20/02/1985	6,00	12,00	8,00	32,00	58,00	8º
667214	VIVIAN DE LIMA	03/10/1980	14,00	10,00	6,00	28,00	58,00	9º
666618	MARCELO LUIZ PEREIRA	06/10/1986	8,00	8,00	8,00	32,00	56,00	10º
667143	GUILHERME AUGUSTO BORGES	21/09/1998	4,00	12,00	8,00	32,00	56,00	11º
666973	DONISETE VIEIRA	29/12/1984	10,00	8,00	8,00	28,00	54,00	12º
670668	THYAGO ROSSANO NASCIMENTO	10/05/1996	6,00	14,00	10,00	24,00	54,00	13º
668828	JOSE ADEMIR FLORIANO BORGES	05/02/1969	4,00	10,00	10,00	28,00	52,00	14º
667836	ADIR BATISTA MEIRELLES DA SILVA	24/06/1983	4,00	4,00	10,00	32,00	50,00	15º
667450	GILBERTO JUNIORKLITZKE	11/03/1993	4,00	10,00	8,00	28,00	50,00	16º

AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS II

INSC.	NOME	D.NASC.	LP	MAT	CG-LEG	CE	PE	CLASSIF.
666847	CLAUDIA CASTAGNARO	30/10/1980	16,00	16,00	12,00	28,00	72,00	1º

668267	SILMARA DE FATIMA FERREIRA OLIVEIRA	12/07/1981	14,00	8,00	14,00	32,00	68,00	2º
670010	CARLOS ALBERTO GOMES	08/01/1980	10,00	16,00	6,00	32,00	64,00	3º
667028	MATILDE COLACO DA SILVA	22/11/1974	8,00	8,00	14,00	32,00	62,00	4º
667456	MICHELI APARECIDA FERNANDES	09/05/1991	12,00	6,00	12,00	32,00	62,00	5º
663421	KEITTY SUZELEN IVAS	19/04/1983	10,00	8,00	8,00	32,00	58,00	6º
667665	SOLANGE CIESLAK	06/10/1988	10,00	10,00	10,00	28,00	58,00	7º
669003	THAIS PEREIRA	10/01/1994	12,00	12,00	6,00	28,00	58,00	8º
667781	ELISETE APARECIDA RODRIGUES DA SILVA	17/02/1970	12,00	12,00	4,00	28,00	56,00	9º
662782	FLAVIA REGIANE FERNANDES	18/01/2000	10,00	12,00	10,00	24,00	56,00	10º
670284	MARIA APARECIDA LINO	26/04/1984	8,00	6,00	12,00	28,00	54,00	11º
666389	DALIRIA GRACIA DE ALMEIDA	09/01/1991	10,00	10,00	6,00	28,00	54,00	12º
670253	ROSELAINE TIBES	23/06/1983	6,00	12,00	12,00	24,00	54,00	13º
667326	DANIELI PRETO RODRIGUES	13/06/1995	12,00	12,00	6,00	24,00	54,00	14º
668049	DIONEIA CHAVES	11/04/1984	4,00	6,00	10,00	32,00	52,00	15º
667452	MICHELA DE BORBA OLIVEIRA	01/06/1977	8,00	8,00	8,00	28,00	52,00	16º
670276	SILVIA DREWECK KAROLESKI	23/05/1981	6,00	10,00	8,00	28,00	52,00	17º
669030	MICHELI APARECIDA LECHINHESKY	23/02/1987	12,00	4,00	12,00	24,00	52,00	18º
670229	ROSANA APARECIDA DA SILVA	13/05/1986	6,00	12,00	10,00	24,00	52,00	19º
663460	VILMA APARECIDA ALVES	10/05/1999	10,00	10,00	12,00	20,00	52,00	20º
667579	DANIEL APPEL	25/05/1967	12,00	10,00	10,00	20,00	52,00	21º
670318	MARLI DE FATIMA FROGUEL	22/04/1977	6,00	2,00	6,00	36,00	50,00	22º
668915	GISELI GASNIAR	29/11/1980	6,00	4,00	8,00	32,00	50,00	23º
663408	SUZETE APARECIDA ALVES	14/01/1979	8,00	4,00	10,00	28,00	50,00	24º
664548	TAYNA GRASIELA LEMOS DE SOUZA	30/07/1984	6,00	14,00	2,00	28,00	50,00	25º
667636	ELIZABETE BERBEKI	03/01/1983	12,00	12,00	6,00	20,00	50,00	26º
667778	TEREZINHA APARECIDA ESTRIZER LUHMANN	22/04/1989	12,00	14,00	8,00	16,00	50,00	27º

CONDUTOR DE Balsa

Não houveram candidatos classificados.

CONTADOR

INSC.	NOME	D.NASC.	LP	CG-LEG	CE	PE	CLASSIF.
666869	LUCIO FLAVIO LIMA	15/06/1978	9,00	26,00	40,00	75,00	1º
668120	JOSNELLI LEVANDOVSKI V. MARTINS WEIWANKO	07/09/1988	6,00	20,00	44,00	70,00	2º
663571	ROQUE SAMUEL DE ANDRADE	01/08/1994	8,00	16,00	40,00	64,00	3º
664692	AFONSO WASMANN NETO	16/10/1985	5,00	14,00	44,00	63,00	4º
661973	BERENICE KERCKHOFF	19/09/1991	4,00	20,00	32,00	56,00	5º
665718	NILSON JOSE DE SOUSA	24/01/1970	8,00	20,00	28,00	56,00	6º
665435	ROBSON FRANCISCO LUZ	04/10/1990	5,00	14,00	36,00	55,00	7º
667904	RONALDO MICHAHOUSKI MAIDEL	05/01/1993	5,00	20,00	28,00	53,00	8º
666944	JOSILAINE MONTOSKI	15/03/1991	6,00	6,00	40,00	52,00	9º
668834	FLAVIA KONDRAS	02/05/1982	4,00	10,00	36,00	50,00	10º

COORDENADOR DE INFORMÁTICA

INSC.	NOME	D.NASC.	LP	CG-LEG	CE	PE	CLASSIF.
663982	ALGUERTH HERIS ROLLWAGEN	23/05/1993	8,00	16,00	48,00	72,00	1º
669031	JOAO ALBERTO BENDLIN JUNIOR	25/05/1985	3,00	12,00	52,00	67,00	2º
663952	MARCELO WUNSCH	25/11/1986	4,00	12,00	48,00	64,00	3º
664398	JOECIR DE OLIVEIRA PINTO	13/12/1977	6,00	14,00	44,00	64,00	4º
668511	SUELEN FURHMANN	02/08/1993	8,00	10,00	36,00	54,00	5º
661868	RENATO MARTINS CRUZ SOUZA	22/06/1979	5,00	20,00	28,00	53,00	6º
662432	FABRICIO SAMARONE DOS SANTOS FONTANA	06/05/1989	3,00	16,00	32,00	51,00	7º
664112	VINICIUS AUGUSTO SILVERIO	24/05/1996	6,00	12,00	32,00	50,00	8º

ENFERMEIRO

INSC.	NOME	D.NASC.	LP	CG-LEG	CE	PE	CLASSIF.
663797	YOLANDA ALTAMIRA SOUZA SANTOS	27/07/1977	5,00	18,00	48,00	71,00	1º
668723	SIANA APARECIDA ALVES	01/01/1986	5,00	12,00	52,00	69,00	2º
667997	MARISA RICARDO DA CRUZ CARNEIRO	09/02/1983	7,00	10,00	52,00	69,00	3º
670646	ALYNE MENDES CORREIA	22/01/1990	4,00	12,00	52,00	68,00	4º
669603	TAYNA WUNSCH	08/05/1996	5,00	10,00	48,00	63,00	5º
669216	DAIANE REICHARDT	04/10/1996	6,00	16,00	40,00	62,00	6º
663496	MARIZA SCHIESSL	25/11/1975	5,00	8,00	48,00	61,00	7º
663404	CASSIANE APARECIDA PAINTNER	15/10/1997	5,00	8,00	48,00	61,00	8º

667751	ELIANE APARECIDA PRETO SKUDLAREK	08/02/1970	3,00	14,00	44,00	61,00	9º
661912	KELLI VANESSA DA SILVA MALAGOLI	08/07/1990	5,00	10,00	44,00	59,00	10º
663062	JESSICA ALMIRA DE SOUZA SANTOS	05/11/1991	6,00	4,00	48,00	58,00	11º
662656	ELY ANE CARNEIRO MARTINS	30/08/1972	2,00	12,00	44,00	58,00	12º
670679	JOSIANE MARTINS DE CAMARGO	20/08/1983	6,00	8,00	44,00	58,00	13º
661924	CRISTIANE SCHABLESKY	28/01/1986	5,00	12,00	40,00	57,00	14º
667894	SOLANGE LECH	15/02/1981	6,00	6,00	44,00	56,00	15º
666252	DAIANE CAMILA GRANETTO	18/02/1994	5,00	10,00	40,00	55,00	16º
670556	PATRICIA DA ROCHA SEMMELMANN	16/09/1994	6,00	10,00	36,00	52,00	17º
668495	ROSANE APARECIDA DE OLIVEIRA	02/11/1972	3,00	8,00	40,00	51,00	18º

ENGENHEIRO CIVIL

INSC.	NOME	D.NASC.	LP	CG-LEG	CE	PE	CLASSIF.
670589	THAYWAN DOS PASSOS	27/04/1992	10,00	24,00	52,00	86,00	1º
668379	PALOMA RAFAELA ORO	06/03/1994	8,00	24,00	52,00	84,00	2º
668372	IVANA RIGONI	29/01/1993	10,00	22,00	48,00	80,00	3º
667177	RENATO STAVIS DA SILVA	13/04/1989	8,00	24,00	44,00	76,00	4º
668848	ALCIONE LUIZ KREUTZFELT	21/05/1990	4,00	18,00	52,00	74,00	5º
667325	TASSIA TESSARI	05/12/1995	7,00	14,00	52,00	73,00	6º
667403	ISRAEL FERNANDES BOSTELMANN	02/02/1984	4,00	16,00	52,00	72,00	7º
667428	TAIME DA CRUZ OROSKI	07/04/1995	10,00	14,00	48,00	72,00	8º
669026	WILSON BOESING	06/10/1995	7,00	16,00	48,00	71,00	9º
667669	LUIZ FELIPE MONTEIRO	17/05/1994	5,00	16,00	48,00	69,00	10º
661989	JOSAFATH MAZUR	20/10/1989	4,00	12,00	52,00	68,00	11º
669096	EDSON CASSIANO PASSERO	13/07/1971	2,00	18,00	48,00	68,00	12º
667550	ISMAEL BRUSTOLIN	19/02/1993	6,00	14,00	48,00	68,00	13º
664316	RAYLSON DALMAS	07/12/1994	7,00	8,00	52,00	67,00	14º
666876	ZENOM FRIEDRICH	16/09/1979	8,00	14,00	44,00	66,00	15º
663272	HEITOR RZEWUSKI	26/08/1990	8,00	14,00	44,00	66,00	16º
664922	DAVID KHAYAN DA COSTA KAMPMANN	23/05/1995	5,00	16,00	44,00	65,00	17º
668983	KELVIN CIOTTA	29/11/1994	7,00	14,00	44,00	65,00	18º
666401	DIEGO CESAR PAULICHEN	18/11/1994	7,00	18,00	40,00	65,00	19º
667379	EVELYN SHELLEY SOLAREVSKI	19/02/1995	8,00	12,00	44,00	64,00	20º
663293	HARIDASA FERREIRA CARVALHO	16/05/1994	6,00	18,00	40,00	64,00	21º
666544	ANDERSON PFENG	15/09/1982	9,00	22,00	32,00	63,00	22º
664108	CLEITON DAUBERMANN	10/05/1993	4,00	18,00	40,00	62,00	23º
663256	ANTONIO JOSE ASSIS	08/09/1991	6,00	16,00	40,00	62,00	24º
667835	DIONATAN MONTEIRO	18/12/1995	6,00	16,00	40,00	62,00	25º
670341	TIAGO WARKEN	21/10/1986	8,00	14,00	40,00	62,00	26º
670290	FERNANDO CESAR BONIN	16/10/1989	5,00	12,00	44,00	61,00	27º
670175	VITOR HOFFMANN PASSERO	10/03/1991	7,00	10,00	44,00	61,00	28º
670187	ALDONI VIEIRA JUNIOR	18/08/1995	7,00	14,00	40,00	61,00	29º
667603	PAULA CARLOS DE MARIA	20/05/1998	2,00	18,00	40,00	60,00	30º
662055	MICHELLE KUDRYK	04/09/1995	6,00	22,00	32,00	60,00	31º
670535	RAFAEL JOSE TERNOVI	25/05/1995	5,00	10,00	44,00	59,00	32º
667147	NILSON RENAN GROSSL	08/09/1995	5,00	10,00	44,00	59,00	33º
668331	LARISSA GIULIANA NEPPEL	26/02/1998	9,00	6,00	44,00	59,00	34º
667728	DOUGLAS VINICIUS PINTO	28/09/1994	5,00	14,00	40,00	59,00	35º
669778	ANDRESSA DE ANDRADE	11/10/1995	7,00	16,00	36,00	59,00	36º
663597	GABRIELA PERES MENDES	19/05/1994	9,00	14,00	36,00	59,00	37º
670644	THIAGO OLINQUEVICZ	01/08/1995	4,00	10,00	44,00	58,00	38º
667434	JESICA BRAGA FRANCHIN	04/04/1980	4,00	18,00	36,00	58,00	39º
668917	JULIO ANDREI NASCIMENTO	04/06/1996	6,00	20,00	32,00	58,00	40º
670761	WAGNER ANTONIO DOOPIAT	12/02/1993	5,00	20,00	32,00	57,00	41º
662347	ADRIANO LUIZ HENIK	18/10/1982	2,00	14,00	40,00	56,00	42º
670188	ADRIANO RENATO PIRES KALINOSKI	18/05/1993	4,00	16,00	36,00	56,00	43º
670738	THAYNA PORTES PETKOWICZ	10/10/1995	5,00	6,00	44,00	55,00	44º
667711	WAGNER RODOLFO GIBINSKI	12/06/1995	3,00	12,00	40,00	55,00	45º
667907	NOEMIR SZEREMETA	12/03/1996	4,00	18,00	32,00	54,00	46º
661854	ELCIO JOSE WIERZBICKI XAVIER	18/05/1993	4,00	22,00	28,00	54,00	47º
669563	ALFEU DOS SANTOS JUNIOR	24/11/1983	5,00	8,00	40,00	53,00	48º
670676	CESAR WILIAN GONCALVES FERREIRA	27/01/1991	3,00	14,00	36,00	53,00	49º
667342	EVELIN KONIG	16/12/1996	3,00	18,00	32,00	53,00	50º
661705	JACKSON ECKS	30/01/1993	5,00	20,00	28,00	53,00	51º

667592	THIAGO ZANLORENZI MACIEL	20/10/1987	4,00	12,00	36,00	52,00	52º
666586	IARA CIBELLE MOREIRA	11/07/1996	3,00	12,00	36,00	51,00	53º
667722	MARCELLA TOIGO BITTENCOURT	11/10/1993	5,00	10,00	36,00	51,00	54º
669971	KLEBER APARECIDO STIGAR	12/10/1992	7,00	8,00	36,00	51,00	55º
670407	SORAYA CAROLINE ABRAHAO	10/12/1989	5,00	14,00	32,00	51,00	56º
670365	NALIECA KELI DOBLER KOPYCKI	23/06/1989	4,00	6,00	40,00	50,00	57º
664561	KARINE GOMES SIRICHUK	02/02/1987	6,00	12,00	32,00	50,00	58º
664990	ANTONY DO NASCIMENTO FERNANDES	17/09/1992	4,00	18,00	28,00	50,00	59º
667897	VICTOR MORO	19/10/1990	6,00	16,00	28,00	50,00	60º
662171	ORLANDO BORBA ROCHA	10/01/1990	8,00	18,00	24,00	50,00	61º

FARMACÊUTICO

INSC.	NOME	D.NASC.	LP	CG-LEG	CE	PE	CLASSIF.
670466	FRANCIANE ELLISE DE CARVALHO	06/12/1980	8,00	26,00	36,00	70,00	1º
662548	VERONICA MARIN CUBAS	06/09/1994	7,00	22,00	40,00	69,00	2º
667881	GABRIELLA DALLAZUANA DE OLIVEIRA	25/01/1999	5,00	16,00	40,00	61,00	3º
665021	EMELI FATIMA WERLANG	04/09/1992	6,00	14,00	40,00	60,00	4º
666804	LIANA WEBER	04/05/1992	8,00	20,00	32,00	60,00	5º
667281	MARIANE SCHWITZKI	18/02/1991	9,00	10,00	40,00	59,00	6º
664838	ALLAN RODRIGO HOLOVATY	16/04/1989	7,00	20,00	32,00	59,00	7º
667810	VINICIUS CORREA PRUST	14/12/1996	7,00	18,00	32,00	57,00	8º
668324	AMANDA DE SOUZA	20/07/1994	3,00	12,00	40,00	55,00	9º
662103	CLAUDIA PALOMA GADOTTI	08/02/1993	6,00	16,00	32,00	54,00	10º
668949	VIVIANE SCHIESSL	01/11/1985	5,00	14,00	32,00	51,00	11º
667289	FRANCIELI NATALI HUK	25/12/1996	10,00	20,00	20,00	50,00	12º

FISCAL DE OBRAS

INSC.	NOME	D.NASC.	LP	MAT	CG-LEG	CE	PE	CLASSIF.
666805	DENER ALEX BARAN	24/07/1985	14,00	14,00	10,00	24,00	62,00	1º
662789	ANDERSON JOSIAS SARAIVA	20/02/1983	10,00	18,00	10,00	20,00	58,00	2º
664411	LUCAS LEANDRO MENEGUEL	29/07/1999	8,00	10,00	10,00	28,00	56,00	3º
663302	VALMIR WEBER	02/05/1983	6,00	14,00	12,00	24,00	56,00	4º
663494	GEAN CARLOS STEIN	03/02/1994	8,00	14,00	10,00	24,00	56,00	5º
667491	MARCELO ROCHA	28/07/1980	10,00	16,00	6,00	24,00	56,00	6º
670144	PAULO BRACIAK	26/05/1992	10,00	14,00	8,00	20,00	52,00	7º
667478	LEONARDO DOS SANTOS PIECHONTKOSKI	09/04/1995	6,00	16,00	4,00	24,00	50,00	8º
666115	IVANIR JOSE DREHER	10/01/1992	8,00	12,00	10,00	20,00	50,00	9º

FISCAL DE TRIBUTOS

INSC.	NOME	D.NASC.	LP	MAT	CG-LEG	CE	PE	CLASSIF.
666825	JAIME JUNIOR GRISANG	01/04/1983	14,00	20,00	12,00	28,00	74,00	1º
662052	BRUNA DE ARAUJO MAXIMILIANO	20/11/1992	16,00	16,00	14,00	20,00	66,00	2º
670382	ROBSON HAUBRICHT	12/09/1984	16,00	20,00	10,00	20,00	66,00	3º
669497	TIAGO MICHAEL FERNANDES DE ANDRADE	08/10/1993	12,00	16,00	16,00	20,00	64,00	4º
669903	JULIANA MARIA BAY	28/04/1993	14,00	18,00	10,00	20,00	62,00	5º
667967	DANIELLE GNEIPEL DE SOUZA KUCHLER	21/01/1982	14,00	18,00	14,00	12,00	58,00	6º
670652	RONALDO MICHAHOUSKI MAIDEL	05/01/1993	8,00	20,00	16,00	12,00	56,00	7º
667986	EDSON MOMOT	25/08/1977	14,00	12,00	14,00	12,00	52,00	8º

FISIOTERAPEUTA

INSC.	NOME	D.NASC.	LP	CG-LEG	CE	PE	CLASSIF.
665709	AMANDA BANASZESKI	05/01/1993	4,00	16,00	56,00	76,00	1º
661865	ISADORA GABRIELA MARTINS	30/09/1994	7,00	18,00	44,00	69,00	2º
667356	ALINE BIROLI GONCALVES	10/04/1989	6,00	18,00	44,00	68,00	3º
662646	IAGO VINICIOS GELLER	22/02/1996	8,00	18,00	40,00	66,00	4º
661822	MARILIA MAIDEL	13/02/1994	6,00	12,00	44,00	62,00	5º
669384	JAQUELINE WOLANIUK	04/10/1996	3,00	14,00	44,00	61,00	6º
669098	WILLIAN AMAURI AMARANTES	02/02/1991	5,00	16,00	40,00	61,00	7º
668807	ANTONIO CELSO DOS PASSOS	27/06/1991	6,00	12,00	36,00	54,00	8º
669823	JOAO JUNIOR DOZOREC	16/10/1994	4,00	16,00	32,00	52,00	9º
662481	BRUNA PROCOP DE LIMA	13/01/1995	5,00	6,00	40,00	51,00	10º

FONOAUDIÓLOGO

INSC.	NOME	D.NASC.	LP	CG-LEG	CE	PE	CLASSIF.
-------	------	---------	----	--------	----	----	----------

669517	JAQUELINE PORTELLA BUASKI	26/12/1994	4,00	6,00	44,00	54,00	1º
--------	---------------------------	------------	------	------	-------	-------	----

MÉDICO GINECOLOGISTA/OBSTETRA

INSC.	NOME	D.NASC.	LP	CG-LEG	CE	PE	CLASSIF.
662299	ANA CAROLINA HOBI GONCHO	14/02/1990	8,00	22,00	48,00	78,00	1º

MÉDICO PEDIATRA

INSC.	NOME	D.NASC.	LP	CG-LEG	CE	PE	CLASSIF.
662311	JULIANA MINUZZI NIEDERAUER	13/06/1981	10,00	26,00	56,00	92,00	1º
664714	ANA KARINA PERDUM BUENO	10/02/1981	7,00	16,00	56,00	79,00	2º
664493	GERALDO LUIZ CARDOSO CHAVES	24/06/1960	7,00	16,00	48,00	71,00	3º
665879	FLAVIA MAYRA RODRIGUES	06/01/1988	8,00	14,00	48,00	70,00	4º

MÉDICO VETERINÁRIO

INSC.	NOME	D.NASC.	LP	CG-LEG	CE	PE	CLASSIF.
666488	THAIS LIARA CARDOSO	01/04/1989	8,00	26,00	56,00	90,00	1º
666261	PAULO HIPOLITO CHIARENTIN BIDA	27/10/1995	9,00	18,00	48,00	75,00	2º
670223	ANA CLAUDIA KONOPKA PETERS WURZ	05/01/1988	8,00	18,00	48,00	74,00	3º
666594	CASSIO PETTERS ZIEMANN	09/06/1993	4,00	24,00	40,00	68,00	4º
662556	ADRIANA CHAVARSKI	02/08/1991	6,00	20,00	40,00	66,00	5º
661906	JUCELI MASTEY	13/01/1993	5,00	18,00	40,00	63,00	6º
664932	MAURIANO NEPPPEL	06/07/1990	2,00	20,00	40,00	62,00	7º
667381	EDUARDO DIDONE CANTELLI	18/08/1989	6,00	20,00	36,00	62,00	8º
663181	CLEVERTON GARRAFA	02/06/1997	6,00	20,00	36,00	62,00	9º
662476	BARBARA NEUMANN ZIMMER	05/09/1992	4,00	16,00	40,00	60,00	10º
667220	ANDRE TONIAL SCHROEDER	25/10/1991	5,00	14,00	40,00	59,00	11º
669795	CAROLINE SCHMID	16/02/1990	8,00	18,00	32,00	58,00	12º
670572	DEBORAH VIEIRA HORN	22/12/1992	7,00	22,00	28,00	57,00	13º
667888	CAROLINA PIECHONTCOSKI	29/03/1994	6,00	16,00	32,00	54,00	14º
666289	BETINA THAIS GUTTERVILL	18/11/1992	5,00	12,00	36,00	53,00	15º
663335	VANESSA AKEMI KAYAMA	01/01/1990	7,00	14,00	32,00	53,00	16º
667397	ANA PAULA DE SOUZA	08/07/1995	7,00	14,00	32,00	53,00	17º
661796	DIEGO FERREIRA	05/08/1994	6,00	14,00	32,00	52,00	18º
667677	LEONARDO BELINSKI	01/08/1995	5,00	14,00	32,00	51,00	19º

MONITOR DE CRECHE

INSC.	NOME	D.NASC.	LP	MAT	CG-LEG	CE	PE	CLASSIF.
667545	SANDRA MICHELI HERBST	10/06/1989	12,00	18,00	10,00	28,00	68,00	1º
670490	ROSANGELA PATRICIA MUSSAK	19/09/1985	10,00	6,00	12,00	32,00	60,00	2º
667865	DANIELLY THAIS TOMKI	15/01/1997	8,00	8,00	10,00	32,00	58,00	3º
667408	TATIANE PAVARIN	17/03/1997	6,00	8,00	10,00	32,00	56,00	4º
666757	LETICIA FATIMA REICHARDT	27/08/1994	4,00	8,00	10,00	32,00	54,00	5º
667231	PAMELA SABRINA KARVAT	16/01/1996	8,00	10,00	8,00	28,00	54,00	6º
662634	GLEICE KELLI SOLUSZINSKI	01/03/1988	6,00	10,00	14,00	24,00	54,00	7º
662074	ROSIANE RUTCHENSKI	30/10/1986	10,00	2,00	8,00	32,00	52,00	8º
666193	SUELEN APARECIDA ANTONIUTTI	21/08/1987	10,00	8,00	4,00	28,00	50,00	9º
661863	MIRIAN CRISTINA CHAVES	22/04/1998	6,00	12,00	4,00	28,00	50,00	10º
670717	ANY KATHLEEN COSTA	22/06/1989	8,00	12,00	2,00	28,00	50,00	11º
667763	JAQUELINE BIANCA KONKEL	21/04/1998	6,00	10,00	10,00	24,00	50,00	12º

NUTRICIONISTA

INSC.	NOME	D.NASC.	LP	CG-LEG	CE	PE	CLASSIF.
662499	GISLAINE TURKE BRAUN	19/07/1988	5,00	12,00	56,00	73,00	1º
669940	CLAUDIA BONETE MIERZVA	19/07/1986	5,00	14,00	52,00	71,00	2º
666767	LIVITI CERRI CARBONAR	18/09/1995	4,00	14,00	48,00	66,00	3º
669873	MICHELE BILESKE DE LIMA ARTNER	10/03/1991	3,00	10,00	48,00	61,00	4º
667723	TATIANE BAUFLEUR	22/04/1998	4,00	8,00	48,00	60,00	5º
662447	SAMARA ANDRESSA RUCKL	11/12/1992	4,00	12,00	44,00	60,00	6º
667929	LARISSA TYSZKA	25/01/1996	4,00	12,00	44,00	60,00	7º
669954	FELIPE ANTONIO MANDUCA	25/03/1990	4,00	16,00	40,00	60,00	8º
670629	GISELY LETICIA BIAZUS	04/11/1993	6,00	14,00	40,00	60,00	9º
663323	HELOISA MORESCHI CHAVES	08/03/1993	3,00	10,00	40,00	53,00	10º
667268	DAYANE APARECIDADA SILVA	20/10/1992	2,00	12,00	36,00	50,00	11º
664715	KEILA CRISTINE KRUGER	05/07/1997	4,00	10,00	36,00	50,00	12º

ORIENTADOR SOCIAL

INSC.	NOME	D.NASC.	LP	MAT	CG-LEG	CE	PE	CLASSIF.
667541	SANDRA MICHELI HERBST	10/06/1989	10,00	16,00	12,00	24,00	62,00	1º
670153	JESSICA APARECIDA PORN	16/05/1996	8,00	14,00	10,00	24,00	56,00	2º
670249	ANGELICA APARECIDA MICHAHOUSKI	12/10/1990	12,00	6,00	12,00	24,00	54,00	3º
669678	DANIELLE CRISTINA ANDRUKIU	16/11/1980	6,00	16,00	6,00	24,00	52,00	4º

PEDAGOGO SOCIAL

INSC.	NOME	D.NASC.	LP	CG-LEG	CE	PE	CLASSIF.
666855	ANDREA CALZA MARTINS NETTO	16/04/1973	2,00	20,00	44,00	66,00	1º
669598	FERNANDA SANTANA	14/03/1984	6,00	20,00	40,00	66,00	2º
662243	LILIAN CIBELI DZIEDZIC	03/09/1989	6,00	14,00	44,00	64,00	3º
669233	ANDRESSA DE FATIMA R. DOS SANTOS LIMA	28/03/1994	7,00	14,00	40,00	61,00	4º
667444	RAQUEL RUTENSKI CASTRO	20/06/1983	6,00	12,00	40,00	58,00	5º
668857	MARGARETE BORTNIK	02/09/1977	4,00	18,00	36,00	58,00	6º
670209	REGINA JAREMKO	02/09/1991	8,00	18,00	32,00	58,00	7º
670394	FRANCIELE MARQUES KUKLA	31/07/1981	5,00	16,00	36,00	57,00	8º
668682	JAQUELINE SEMKIV	10/11/1992	5,00	14,00	36,00	55,00	9º
668349	EDEVALDO NICOLAK	19/06/1993	5,00	18,00	32,00	55,00	10º
665278	PATRICIA ROCHELLE AMARANTES	30/03/1983	5,00	14,00	32,00	51,00	11º
667932	JOSLAINE MARIA ANTON LITWINSKI	30/05/1983	5,00	14,00	32,00	51,00	12º

PSICÓLOGO

INSC.	NOME	D.NASC.	LP	CG-LEG	CE	PE	CLASSIF.
667820	FLAVIO AUGUSTO DOS SANTOS SILVA	25/07/1992	7,00	24,00	40,00	71,00	1º
667370	CINTIA NADINE DELONZEK BERTE	27/05/1996	6,00	20,00	40,00	66,00	2º
670433	DANIELI GOEDERT	24/09/1991	7,00	18,00	40,00	65,00	3º
670619	ESLANE KALAMARA	21/03/1995	6,00	18,00	40,00	64,00	4º
666856	CYNTHIA GABRIELA LACHMAN	01/11/1995	10,00	20,00	32,00	62,00	5º
662879	FERNANDO SELEME BORDIN	23/12/1982	6,00	14,00	40,00	60,00	6º
669735	TATIANE SORG ROSA	14/05/1990	6,00	12,00	40,00	58,00	7º
666491	MARCIA ISABEL GAN	16/11/1975	6,00	20,00	28,00	54,00	8º
667767	ANDRESSA LAIARA DE ALMEIDA	31/10/1996	5,00	14,00	32,00	51,00	9º
667704	DANIELE SNICER DA SILVA	08/07/1996	5,00	18,00	28,00	51,00	10º
669836	NADYNNE ANDRESSA ZIPPERER BUDNHAC	27/01/1997	6,00	4,00	40,00	50,00	11º
670582	ANA CLAUDIA KUCHLER	15/06/1992	6,00	8,00	36,00	50,00	12º
669680	ANA CLAUDIA KUBIAKI	20/12/1996	4,00	18,00	28,00	50,00	13º

SECRETÁRIO ESCOLAR

INSC.	NOME	D.NASC.	LP	MAT	CG-LEG	CE	PE	CLASSIF.
670264	ANGELICA APARECIDA MICHAHOUSKI	12/10/1990	18,00	16,00	8,00	16,00	58,00	1º

TÉCNICO AGRÍCOLA

INSC.	NOME	D.NASC.	LP	MAT	CG-LEG	CE	PE	CLASSIF.
666547	JEFERSON DERPHO	02/11/1998	14,00	14,00	10,00	28,00	66,00	1º
664334	EDINAN EDERSON LOHSE	01/10/1999	12,00	18,00	8,00	28,00	66,00	2º
669737	NATHAN ANDRE ZIPPERER NISSEN	22/12/1999	10,00	14,00	8,00	32,00	64,00	3º
665427	GILVANE CACILDO KOZOWSKI	06/09/1998	14,00	14,00	4,00	32,00	64,00	4º
666588	JARBAS HULBRICHL	05/11/1991	16,00	12,00	8,00	28,00	64,00	5º
663759	PAULO MALINOVSKI NETO	20/12/1993	4,00	12,00	12,00	32,00	60,00	6º
670027	IVO FRANCO DE LIMA	18/07/1988	8,00	16,00	6,00	28,00	58,00	7º
666270	MARCOS HEIMANN FILHO	13/06/1998	8,00	8,00	8,00	32,00	56,00	8º
664491	ALINY LAYZE DE ALEXANDRINA	06/01/1991	10,00	10,00	6,00	28,00	54,00	9º
670241	JONATA LICZKOSKI	19/04/1996	10,00	10,00	6,00	28,00	54,00	10º
668316	WILLIAN DA SILVA POHLENZ	01/01/1994	6,00	12,00	12,00	24,00	54,00	11º
662889	LEANDRO JOSE MOREIRA BUENO	27/10/1992	10,00	16,00	12,00	16,00	54,00	12º
666248	CARLOS ROBERTO SENFF	16/06/1988	4,00	8,00	8,00	32,00	52,00	13º
664302	NATHAN LUDWIG PRUST	21/06/1997	4,00	16,00	12,00	20,00	52,00	14º
667878	RENATO LEANDRO	01/11/1967	6,00	6,00	10,00	28,00	50,00	15º
663560	MARCOS MICHELS	05/07/1993	14,00	12,00	8,00	16,00	50,00	16º

TÉCNICO DE ENFERMAGEM

INSC.	NOME	D.NASC.	LP	MAT	CG-LEG	CE	PE	CLASSIF.
663796	YOLANDA ALTAMIRA SOUZA SANTOS	27/07/1977	12,00	10,00	8,00	28,00	58,00	1º

665815	ELIANE CHAVES	01/03/1982	6,00	4,00	12,00	28,00	50,00	2º
--------	---------------	------------	------	------	-------	-------	-------	----

TÉCNICO DE SEGURANÇA DO TRABALHO

INSC.	NOME	D.NASC.	LP	MAT	CG-LEG	CE	PE	CLASSIF.
662422	ROMULO ANTONIO AZAMBUJA	15/08/1981	10,00	14,00	12,00	36,00	72,00	1º
663756	KATIA BREY MALINOVSKI	22/03/1992	4,00	12,00	6,00	40,00	62,00	2º
668762	IVORI CAVALHEIRO MACHADO	07/03/1976	6,00	16,00	8,00	32,00	62,00	3º
667618	VALMIR HERMES	26/02/1971	8,00	16,00	6,00	32,00	62,00	4º
662030	ALTAMIRO LISBOA JUNIOR	16/11/1978	6,00	10,00	12,00	32,00	60,00	5º
669979	ORENE MIGUEL DA SILVA	26/09/1977	12,00	10,00	8,00	28,00	58,00	6º
667443	FLAVIO BELARMINO DA SILVEIRA	26/07/1981	6,00	12,00	10,00	28,00	56,00	7º
669947	LETICIA LESOSKI	10/12/1988	12,00	8,00	6,00	28,00	54,00	8º
666583	LEONARDO CARNEIRO OLEINIK	13/10/1989	10,00	12,00	4,00	28,00	54,00	9º
666570	JULIANE CARLA DE OLIVEIRA	10/10/1989	6,00	12,00	10,00	24,00	52,00	10º
667930	LUANA APARECIDA ANTUNES JAKYMIU	26/12/1981	8,00	10,00	8,00	24,00	50,00	11º

VIGIA

INSC.	NOME	D.NASC.	LP	MAT	CG-LEG	CE	PE	CLASSIF.
667329	JULIANO LEANDRO	11/04/1990	16,00	18,00	8,00	28,00	70,00	1º
662532	SANDRO VENICIO RINCAO ROSINSKI	05/01/1992	4,00	18,00	8,00	32,00	62,00	2º
666380	CLAUDINEI TEODORO	19/06/1974	8,00	8,00	12,00	32,00	60,00	3º
670002	REALDO ROMAO DE LIMA	10/01/1973	8,00	12,00	8,00	28,00	56,00	4º
666617	MARCELO LUIZ PEREIRA	06/10/1986	8,00	12,00	10,00	24,00	54,00	5º
665463	LAUDINEI NOVACOSKI	12/09/1991	14,00	10,00	6,00	24,00	54,00	6º
668364	OSMANI REICHARDT	21/09/1982	10,00	18,00	8,00	16,00	52,00	7º

PROFESSOR DE ARTES

INSC.	NOME	D.NASC.	LP	MAT	CG-LEG	CE	PE	PT	NF	CLASSIF.
667717	GISELE BANKERSEN	05/07/1982	12,00	8,00	6,00	32,00	58,00	4,00	62,00	1º
662520	JAILA FERNANDA KUCARZ SCHINDLER	03/01/1987	10,00	12,00	6,00	24,00	52,00	2,00	54,00	2º

PROFESSOR DE CIÊNCIAS

INSC.	NOME	D.NASC.	LP	MAT	CG-LEG	CE	PE	PT	NF	CLASSIF.
662219	MARINA APARECIDA KOTOWSKI GONCALVES	18/10/1989	12,00	18,00	10,00	20,00	60,00	2,00	62,00	1º
669002	MANOELE MARCOLIN BERNARDON	30/01/1990	12,00	14,00	10,00	20,00	56,00	0,00	56,00	2º
666787	ALESSANDRA BORGES BARBOZA	02/12/1993	10,00	10,00	10,00	20,00	50,00	4,00	54,00	3º
667534	ANGELITA BARTH	20/02/1994	8,00	16,00	6,00	20,00	50,00	4,00	54,00	4º
666548	MARIA AMELIA DAMASO DA SILVEIRA	26/12/1987	4,00	14,00	8,00	24,00	50,00	2,00	52,00	5º
667750	GABRIELLE GAN	20/04/1995	10,00	16,00	8,00	16,00	50,00	0,00	50,00	6º

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA

INSC.	NOME	D.NASC.	LP	MAT	CG-LEG	CE	PE	PT	NF	CLASSIF.
670124	RONALDO BOLSAN	25/03/1983	12,00	16,00	12,00	28,00	68,00	0,00	68,00	1º
669838	CELSON BRZOWSKI	10/11/1985	10,00	14,00	8,00	32,00	64,00	0,00	64,00	2º
668871	SAYONARA SENFF MIRANDA	10/06/1993	12,00	14,00	8,00	24,00	58,00	2,00	60,00	3º
669421	ANDRE FELIPE JUNGLES	08/04/1987	2,00	18,00	10,00	28,00	58,00	0,00	58,00	4º
662567	JOAO GUILHERME BUCH FILHO	31/03/1970	16,00	4,00	6,00	28,00	54,00	0,00	54,00	5º
667815	ADALCIO MASIERO	06/09/1985	8,00	16,00	6,00	20,00	50,00	4,00	54,00	6º
666534	DIEGO RUAN PACONDES DA SILVA	05/05/1997	14,00	16,00	8,00	16,00	54,00	0,00	54,00	7º
667187	ALDRIELI NASCIMENTO	21/09/1989	8,00	12,00	4,00	28,00	52,00	0,00	52,00	8º
667601	FELIPE JOSE MANDRYK	26/01/1995	10,00	10,00	8,00	24,00	52,00	0,00	52,00	9º
670615	ADEMIR FERREIRA JUNIOR	04/07/1986	10,00	14,00	12,00	16,00	52,00	0,00	52,00	10º
665008	MIRIAN DE PAULA PSCHWOSNE	21/06/1994	10,00	6,00	10,00	24,00	50,00	0,00	50,00	11º

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL

INSC.	NOME	D.NASC.	LP	MAT	CG-LEG	CE	PE	PT	NF	CLASSIF.
669906	ANA MARIA CUNHA	02/12/1986	10,00	10,00	8,00	36,00	64,00	0,00	64,00	1º
664446	CHARLENE CRISTINA DE ALMEIDA	08/09/1981	8,00	14,00	10,00	28,00	60,00	2,00	62,00	2º
669758	ROSANE APARECIDA NASCIMENTO	25/12/1990	14,00	6,00	10,00	28,00	58,00	2,00	60,00	3º
662238	LILIAN CIBELI DZIEDZIC	03/09/1989	10,00	16,00	8,00	24,00	58,00	2,00	60,00	4º
666728	SCEILA REVA	10/03/1990	12,00	12,00	10,00	24,00	58,00	0,00	58,00	5º
669218	ANDRESSA DE FATIMA R. DOS SANTOS LIMA	28/03/1994	14,00	6,00	10,00	24,00	54,00	0,00	54,00	6º
665281	PATRICIA ROCHELLE AMARANTES	30/03/1983	8,00	16,00	10,00	20,00	54,00	0,00	54,00	7º

666772	HELIANA SCUSSIATO FRANCO TEIXEIRA	04/04/1991	8,00	10,00	4,00	28,00	50,00	2,00	52,00	8º
669229	BRUNA FERNANDA GONCHORK	11/10/1994	10,00	4,00	14,00	24,00	52,00	0,00	52,00	9º
667198	SONIA MARIA SOARES PADILHA CRES-TANI	31/12/1956	10,00	12,00	8,00	20,00	50,00	2,00	52,00	10º
662746	MIRIAM ELIANE OLBERTZ	16/08/1994	10,00	18,00	6,00	16,00	50,00	2,00	52,00	11º
663346	EDUARDA GEVIESKI	25/10/1999	10,00	6,00	10,00	24,00	50,00	0,00	50,00	12º
668853	MARGARETE BORTNIK	02/09/1977	8,00	12,00	10,00	20,00	50,00	0,00	50,00	13º
669860	ODILA ROSCHER	11/12/1977	10,00	14,00	6,00	20,00	50,00	0,00	50,00	14º
669852	CARLA FIGURA WILLE	18/12/1989	8,00	14,00	12,00	16,00	50,00	0,00	50,00	15º

PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL

INSC.	NOME	D.NASC.	LP	MAT	CG-LEG	CE	PE	PT	NF	CLASSIF.
664113	LETICIA BRAGA SCHULKA	23/03/1984	12,00	14,00	8,00	28,00	62,00	2,00	64,00	1º
667623	KARINE DOOPIATI SAUTHIER	25/08/1994	10,00	12,00	8,00	32,00	62,00	0,00	62,00	2º
664874	FRANCIELE GASPERIN	27/11/1995	10,00	14,00	6,00	32,00	62,00	0,00	62,00	3º
670479	DOROTI KOWODZEICHACK	05/07/1974	6,00	16,00	6,00	32,00	60,00	2,00	62,00	4º
668676	JAQUELINE SEMKIV	10/11/1992	10,00	18,00	8,00	24,00	60,00	2,00	62,00	5º
667133	ELAINE REGINA GONCALVES DE OLIVEI-RA.	19/08/1995	8,00	10,00	10,00	32,00	60,00	0,00	60,00	6º
665876	ALDA LINE JUNGLES DE CAMARGO	17/07/1995	10,00	14,00	12,00	24,00	60,00	0,00	60,00	7º
667130	DANIELE VARGENIAK	03/04/1982	8,00	16,00	10,00	20,00	54,00	2,00	56,00	8º
667393	VANESSA OLIVEIRA	07/01/1989	8,00	12,00	6,00	28,00	54,00	0,00	54,00	9º
666854	CARLA KELEN SOARES	11/07/1991	6,00	12,00	12,00	24,00	54,00	0,00	54,00	10º
668158	GISELI PATRICIA SENFF ARBIGAUS	27/02/1985	14,00	10,00	8,00	20,00	52,00	2,00	54,00	11º
670097	CAIO CESAR BRAUN TREVIZAN	11/05/1997	10,00	18,00	10,00	16,00	54,00	0,00	54,00	12º
670130	ANDRESSA LUANA SCHAFASCHEK	09/05/1994	10,00	14,00	12,00	16,00	52,00	0,00	52,00	13º

PROFESSOR DE GEOGRAFIA

INSC.	NOME	D.NASC.	LP	MAT	CG-LEG	CE	PE	PT	NF	CLASSIF.
663333	FELIPE WAGNER KUKLA	06/08/1992	16,00	18,00	14,00	24,00	72,00	2,00	74,00	1º
669248	LAERCIO BOBROVICZ	07/07/1984	8,00	18,00	8,00	32,00	66,00	2,00	68,00	2º
668580	CACIANE HENNING MEIRELLES	29/10/1985	10,00	8,00	10,00	32,00	60,00	2,00	62,00	3º
668803	JOSE AUGUSTO BRIXI	25/05/1994	8,00	12,00	10,00	32,00	62,00	0,00	62,00	4º
669597	MARIA APARECIDA BUENO FERREIRA	20/03/1983	8,00	6,00	10,00	32,00	56,00	2,00	58,00	5º
669859	JEFERSON SOARES FRAGOSO	23/11/1983	14,00	16,00	12,00	16,00	58,00	0,00	58,00	6º
670680	MARIVONE SCHMIDT	05/04/1962	10,00	10,00	6,00	28,00	54,00	2,00	56,00	7º
667740	JUCILENE GELINSKI	31/07/1995	12,00	10,00	12,00	20,00	54,00	0,00	54,00	8º

PROFESSOR DE HISTÓRIA

INSC.	NOME	D.NASC.	LP	MAT	CG-LEG	CE	PE	PT	NF	CLASSIF.
667969	ITACIR RODRIGUES	30/05/1988	12,00	20,00	16,00	36,00	84,00	0,00	84,00	1º
666871	LUCIO FLAVIO LIMA	15/06/1978	16,00	20,00	10,00	36,00	82,00	0,00	82,00	2º
668315	ROGERIO VIAL	30/08/1979	8,00	20,00	14,00	28,00	70,00	0,00	70,00	3º
670492	NELSON BRZOZOWSKI	13/08/1977	8,00	18,00	12,00	24,00	62,00	0,00	62,00	4º
670364	JESSICA CAROLINE DE OLIVEIRA	20/03/1991	12,00	12,00	10,00	24,00	58,00	2,00	60,00	5º
667849	IARA MORAES SAGAZ	11/06/1993	12,00	16,00	14,00	16,00	58,00	0,00	58,00	6º
666541	JESSICA LUANA AZEREDO ZAMBONI	13/07/1997	8,00	16,00	12,00	20,00	56,00	0,00	56,00	7º
670192	NEID LUCIA VIOTELLI JAKYMUY	04/05/1965	8,00	12,00	10,00	24,00	54,00	0,00	54,00	8º
664149	THAYS JULIANNY T. PINTO DOMINGUES BIE-BERBACH	07/03/1991	8,00	18,00	8,00	20,00	54,00	0,00	54,00	9º
670704	MARCELO AZEREDO DA COSTA	07/06/1992	6,00	10,00	8,00	28,00	52,00	0,00	52,00	10º

PROFESSOR DE INGLÊS

INSC.	NOME	D.NASC.	LP	MAT	CG-LEG	CE	PE	PT	NF	CLASSIF.
669938	DRIELY RAFAELA MELLO	27/03/1997	16,00	8,00	12,00	20,00	56,00	0,00	56,00	1º
669987	KARLA ADRIANE DOS SANTOS	18/01/1982	12,00	14,00	6,00	20,00	52,00	0,00	52,00	2º

PROFESSOR DE MATEMÁTICA

INSC.	NOME	D.NASC.	LP	MAT	CG-LEG	CE	PE	PT	NF	CLASSIF.
666801	PATRICIA ANDRESSA MAIESKI	25/06/1994	12,00	20,00	8,00	28,00	68,00	2,00	70,00	1º
667813	JACKSON RODRIGO SOARES	08/11/1993	16,00	18,00	12,00	20,00	66,00	0,00	66,00	2º
667338	CECILIA APARECIDA DA SILVA LUDKA	21/07/1982	12,00	14,00	6,00	28,00	60,00	2,00	62,00	3º
667922	SCHEILA PATRICIA KIELB	11/06/1990	10,00	20,00	8,00	24,00	62,00	0,00	62,00	4º
670385	ROBSON HAUBRICHT	12/09/1984	10,00	18,00	8,00	24,00	60,00	0,00	60,00	5º

667727	SOLIANE BAUFLEUR	03/05/1993	10,00	20,00	4,00	24,00	58,00	0,00	58,00	6º
669959	ITY KMIETIK	19/11/1983	4,00	18,00	8,00	24,00	54,00	0,00	54,00	7º

PROFESSOR DE MÚSICA

INSC.	NOME	D.NASC.	LP	MAT	CG-LEG	CE	PE	PT	NF	CLASSIF.
670274	TIAGO SCARAMELLA DE AZEVEDO CUNHA	15/04/1987	18,00	14,00	12,00	32,00	76,00	0,00	76,00	1º
664590	CLEUCIO POLATO ZAVORNE	18/03/1994	10,00	14,00	6,00	36,00	66,00	0,00	66,00	2º
662370	FRANCHESCOLLI DE JESUZ	08/12/1993	12,00	12,00	10,00	32,00	66,00	0,00	66,00	3º
666018	JOSE LUIZ RODRIGUES LIRIO	19/03/1993	14,00	18,00	4,00	28,00	64,00	0,00	64,00	4º

PROFESSOR DE PORTUGUÊS

INSC.	NOME	D.NASC.	LP	MAT	CG-LEG	CE	PE	PT	NF	CLASSIF.
666421	ROSENILDA BOSSOW MELECHENCO	12/06/1984	14,00	14,00	12,00	28,00	68,00	2,00	70,00	1º
663180	CLARICE DE FATIMA OLIVEIRA SAVICKI	02/02/1982	14,00	6,00	8,00	36,00	64,00	2,00	66,00	2º
667496	MARCIO COTOVICZ	23/04/1982	12,00	10,00	10,00	28,00	60,00	2,00	62,00	3º
662913	IDANA CRISTINA MENON	19/03/1983	18,00	12,00	8,00	24,00	62,00	0,00	62,00	4º
669892	FRANCIELE MARIA VAZ	09/06/1993	12,00	8,00	6,00	28,00	54,00	0,00	54,00	5º
662946	MARINA DE FATIMA GONTAREK	13/09/1993	10,00	16,00	6,00	20,00	52,00	2,00	54,00	6º
668040	ELAINE CRISTINA MARINHUK	23/01/1992	6,00	6,00	10,00	28,00	50,00	0,00	50,00	7º

PROFESSOR DE TECNOLOGIA EDUCACIONAL

INSC.	NOME	D.NASC.	LP	MAT	CG-LEG	CE	PE	PT	NF	CLASSIF.
663980	ALGUERTH HERIS ROLLWAGEN	23/05/1993	18,00	20,00	8,00	36,00	82,00	0,00	82,00	1º
668809	JONAS CLEITON SALDANHA	02/03/1995	14,00	20,00	4,00	40,00	78,00	0,00	78,00	2º
663953	MARCELO WUNSCH	25/11/1986	10,00	10,00	8,00	36,00	64,00	2,00	66,00	3º
669762	ANDRESSA BRAZ DE OLIVEIRA	28/12/1982	8,00	16,00	8,00	32,00	64,00	2,00	66,00	4º
667439	AMAURI BATISTA DE FREITAS	30/07/1979	4,00	10,00	16,00	32,00	62,00	0,00	62,00	5º
667321	VANDERLEI LEMOS	27/06/1976	10,00	14,00	6,00	32,00	62,00	0,00	62,00	6º
665335	NIVALDO ANTONIO LACHMAN JUNIOR	24/12/1982	12,00	12,00	6,00	28,00	58,00	0,00	58,00	7º
666238	EDUARDO HENRIQUE KNOLL	10/08/1986	6,00	12,00	6,00	32,00	56,00	0,00	56,00	8º
668512	SUELEN FURHMANN	02/08/1993	12,00	14,00	6,00	24,00	56,00	0,00	56,00	9º
662095	BRUNO LIMA LEINEKER	06/11/1995	6,00	12,00	6,00	28,00	52,00	0,00	52,00	10º
670645	LUIZ FERNANDO PADILHA	20/11/1995	6,00	12,00	6,00	28,00	52,00	0,00	52,00	11º
667557	ALTAIR HARDT JUNIOR	19/09/1990	10,00	16,00	10,00	16,00	52,00	0,00	52,00	12º

PROFESSOR ESP. EM EDUCAÇÃO INCLUSIVA

INSC.	NOME	D.NASC.	LP	MAT	CG-LEG	CE	PE	PT	NF	CLASSIF.
667235	TATIANE KAROLINE VOLTOLINI	20/04/1995	6,00	10,00	8,00	28,00	52,00	2,00	54,00	1º
665703	ROSARIA DE FATIMA FERREIRA DE SOUZA	05/10/1973	8,00	6,00	8,00	28,00	50,00	2,00	52,00	2º

ADVOGADO

INSC.	NOME	D.NASC.	LP	CG-LEG	CE	PE	PP	NF	CLASSIF.
669951	JEFERSON LUIZ SIRENA	01/09/1989	6,00	22,00	40,00	68,00	94,00	83,60	1º
666553	ANDERSON BARCELOS AMARAL	19/04/1983	3,00	22,00	36,00	61,00	97,00	82,60	2º
667640	DEIZIANI GOEDERT	06/05/1988	8,00	16,00	32,00	56,00	91,50	77,30	3º
662498	MIRIAM CRISTINA DA SILVA B. NEPOMOCENO	05/06/1983	8,00	14,00	28,00	50,00	92,00	75,20	4º
670370	JENERSON RENATO TALACHINSKI	13/04/1976	7,00	14,00	32,00	53,00	87,00	73,40	5º
670371	ELOISE GURALH DA SILVEIRA	17/03/1994	9,00	14,00	40,00	63,00	79,00	72,60	6º
663718	MARIANA FERRAZ DE DEUS	05/04/1994	8,00	16,00	32,00	56,00	83,50	72,50	7º
670410	FELIPE GAN	23/02/1991	7,00	14,00	32,00	53,00	85,50	72,50	8º
661819	VINICIUS JOSE BESCIAK	28/10/1990	6,00	20,00	24,00	50,00	87,50	72,50	9º
663806	CAMILA PYSKLEVITZ	08/03/1989	10,00	16,00	24,00	50,00	87,50	72,50	10º
667264	TATIANE BUCH	20/12/1987	8,00	20,00	24,00	52,00	85,00	71,80	11º
662747	EDUARDO STACHERA	06/10/1992	9,00	22,00	28,00	59,00	79,00	71,00	12º
667876	FELIPE SCARAMELLA DE AZEVEDO CUNHA	06/07/1982	8,00	26,00	28,00	62,00	72,50	68,30	13º

AUXILIAR DE MANUTENÇÃO

INSC.	NOME	D.NASC.	LP	MAT	CG-LEG	CE	PE	PP	NF	CLASSIF.
670286	JESSICA APARECIDA DREY	08/06/2000	16,00	20,00	10,00	12,00	58,00	95,00	80,20	1º
663417	ALECSANDRO IVAS OPALZAK	01/10/2000	8,00	14,00	12,00	20,00	54,00	85,00	72,60	2º

MOTORISTA SOCORRISTA

INSC.	NOME	D.NASC.	LP	MAT	CG-LEG	CE	PE	PP	NF	CLASSIF.
668162	ADRIANO TANANUSKA	22/04/1978	8,00	16,00	8,00	32,00	64,00	100,00	85,60	1º

663329	LUCIANE IARA PACHECO MEDEIROS	11/09/1985	10,00	16,00	10,00	36,00	72,00	85,00	79,80	2º
668955	MARCIO JOSE CUJA	19/11/1978	6,00	10,00	6,00	28,00	50,00	95,00	77,00	3º
667340	DIOZEFER STRACK	23/12/1988	6,00	10,00	10,00	24,00	50,00	90,00	74,00	4º

MOTORISTA

INSC.	NOME	D.NASC.	LP	MAT	CG-LEG	CE	PE	PP	NF	CLASSIF.
669121	FABIANO FERNANDES GOMES	27/09/1979	16,00	20,00	16,00	28,00	80,00	95,00	89,00	1º
669928	RONALDO CESAR YAGNYCZ	31/10/1990	16,00	20,00	14,00	28,00	78,00	95,00	88,20	2º
661828	GILBERTO SZEWCZUK	17/10/1991	8,00	20,00	16,00	28,00	72,00	95,00	85,80	3º
669263	SILVIO SIDILEI GROSSKLAUS	03/10/1988	14,00	14,00	14,00	20,00	62,00	100,00	84,80	4º
663749	WILLIAN VICENTE PINTO GALM	26/04/1990	16,00	18,00	10,00	24,00	68,00	95,00	84,20	5º
664008	EDVINO SZWED **	21/08/1992	16,00	20,00	14,00	24,00	74,00	85,00	80,60	6º
670086	ODENIR FERREIRA	21/10/1988	14,00	12,00	16,00	16,00	58,00	95,00	80,20	7º
667468	SILVIO RENATO LALIK	09/07/1991	12,00	16,00	12,00	24,00	64,00	90,00	79,60	8º
667621	NATA DA SILVA	24/07/1990	10,00	20,00	12,00	24,00	66,00	75,00	71,40	9º
662284	LUCIANO SOARES EUZEBIO	07/07/1978	10,00	18,00	12,00	24,00	64,00	75,00	70,60	10º
669687	RONALDO JOSE DA LUZ	16/02/1984	14,00	16,00	10,00	16,00	56,00	80,00	70,40	11º
667874	PAULO CESAR BIGOSINSKI	01/02/1982	16,00	18,00	20,00	24,00	78,00	65,00	70,20	12º
667632	FERNANDO HENRIQUE DOS SANTOS	05/05/1987	12,00	20,00	10,00	28,00	70,00	70,00	70,00	13º
667451	ADRIANO VISKOSKI	21/11/1979	10,00	14,00	14,00	20,00	58,00	75,00	68,20	14º
668508	MAURICIO PRZGURSKI	13/03/1973	12,00	20,00	16,00	32,00	80,00	60,00	68,00	15º
665655	EVERTON IVAEL CHUK	23/10/1995	12,00	10,00	10,00	24,00	56,00	75,00	67,40	16º
666929	KARINA ADRIANE DA SILVA	12/04/1982	6,00	20,00	16,00	16,00	58,00	70,00	65,20	17º
667775	EVERSON LUIZ MOISSA	21/01/1988	12,00	16,00	14,00	12,00	54,00	65,00	60,60	18º
667543	LINDOMAR DE OLIVEIRA	19/04/1991	12,00	16,00	12,00	28,00	68,00	55,00	60,20	19º
670510	JAKSON RODRIGO SCHNORR	28/11/1978	16,00	18,00	14,00	20,00	68,00	55,00	60,20	20º
667914	ADEMAR FERNANDES DOS SANTOS	26/07/1980	10,00	18,00	12,00	16,00	56,00	60,00	58,40	21º

OPERADOR DE EQUIPAMENTOS

INSC.	NOME	D.NASC.	LP	MAT	CG-LEG	CE	PE	PP	NF	CLASSIF.
669204	ALEX WILLIAN BIGOSINSKI KUAKOSKI	19/10/1994	16,00	16,00	10,00	32,00	74,00	95,00	86,60	1º
667538	FABIO BERTE LEHR	13/12/1992	14,00	16,00	18,00	28,00	76,00	90,00	84,40	2º
668780	JOEL DA ROCHA	09/05/1979	14,00	18,00	12,00	20,00	64,00	80,00	73,60	3º
669224	MATHEUS ARNDT	10/04/1997	14,00	20,00	12,00	32,00	78,00	70,00	73,20	4º
667777	EVERSON LUIZ MOISSA	21/01/1988	16,00	18,00	12,00	32,00	78,00	65,00	70,20	5º
670336	GIORDANO SZABATURA	22/10/1985	18,00	20,00	12,00	28,00	78,00	65,00	70,20	6º
667544	LINDOMAR DE OLIVEIRA	19/04/1991	18,00	18,00	12,00	28,00	76,00	65,00	69,40	7º
668900	BRUNO GUILHERME RAUBER	13/04/1994	14,00	12,00	14,00	32,00	72,00	60,00	64,80	8º
663777	JEAN CARLOS SCHRAN	12/06/1994	10,00	18,00	6,00	24,00	58,00	60,00	59,20	9º

PEDREIRO

INSC.	NOME	D.NASC.	LP	MAT	CG-LEG	CE	PE	PP	NF	CLASSIF.
663974	JOEL NIEJELSKI	13/02/1975	10,00	12,00	12,00	32,00	66,00	95,00	83,40	1º
662294	ESMAEL VIEIRA	12/05/1989	12,00	14,00	6,00	20,00	52,00	97,00	79,00	2º
670100	ACIOMAR ROSA	18/07/1975	12,00	16,00	6,00	36,00	70,00	69,00	69,40	3º

** candidato portador de deficiência.

Candidatos portador de deficiência classificados:

AGENTE ADMINISTRATIVO										
INSC.	NOME	D.NASC.	LP	MAT	CG-LEG	CE	PE	PP	NF	CLASSIF.
667644	GUILHERME BIALESKI **	24/09/1995	6,00	10,00	8,00	36,00	60,00	11º		

AGENTE DE TRÂNSITO										
INSC.	NOME	D.NASC.	LP	MAT	CG-LEG	CE	PE	PP	NF	CLASSIF.
665370	NELVIO ANDRE KOTECKI **	30/07/1989	8,00	12,00	10,00	24,00	54,00	28º		

AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS I										
INSC.	NOME	D.NASC.	LP	MAT	CG-LEG	CE	PE	PP	NF	CLASSIF.
664013	EDVINO SZWED **	21/08/1992	18,00	20,00	14,00	32,00	84,00	1º		

MOTORISTA

INSC.	NOME	D.NASC.	LP	MAT	CG-LEG	CE	PE	PP	NF	CLASSIF.
664008	EDVINO SZWED **	21/08/1992	16,00	20,00	14,00	24,00	74,00	85,00	80,60	6º

Legenda:

LP – Nota obtida em Língua Portuguesa
MAT – Nota obtida em Matemática
CG-LEG – Nota obtida em Conhecimentos Gerais e Legislação
CE – Nota obtida em Conhecimentos específicos
PE – Nota da Prova Escrita

Critérios de desempate da nota final:

- 1º) idade igual ou superior a 60 anos, até o último dia de inscrição neste Concurso, de acordo com o previsto no parágrafo único do artigo 27 da Lei nº 10.741, de 01/10/2003 (Estatuto do Idoso);
- 2º) Candidato que obtiver maior nota na prova de Conhecimentos Específicos;
- 3º) Candidato que obtiver maior nota na prova de Conhecimentos Gerais e Legislação;
- 4º) Candidato que obtiver maior nota na prova de Língua Portuguesa;
- 5º) Candidato mais idoso.

Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Irineópolis, Estado de Santa Catarina, em 25 de junho de 2018.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal de Irineópolis – SC.

PORTARIA Nº 204/2018

Publicação Nº 1664392

PORTARIA N.º 204/2018.

PRORROGA CONTRATO DE TRABALHO DE SERVIDORA ADMITIDA EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere o item VII, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e no disposto no Título II – Capítulo III seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n.º 007/2001 de 15/10/2001,

RESOLVE:

Art. 1º - PRORROGAR até a data de 21/07/2018, os efeitos da Portaria 141/2018 de 23/04/2018, com redação dada pela Portaria nº 076/2018, que dispõem sobre a contratação em caráter Temporário da servidora JOSIELE ZANELLA, inscrita no COREN sob o nº 000.527.702/SC, para exercer as atividades de Enfermeira ESF (40h/sem), vinculado a Secretaria de Municipal da Saúde, visando o atendimento em caráter temporário e excepcional na Estratégia de Saúde da Família, atuando em substituição a servidora Ariadne Barbosa Rodrigues, em licença Maternidade.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 22 de Junho de 2018.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 205/2018

Publicação Nº 1663697

PORTARIA N.º 205/2018.

PRORROGA PRAZO PARA CONCLUSÃO DOS TRABALHOS DE COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência e atribuições que lhe são conferidas pelo item VII, do artigo 65 da Lei Orgânica e no que dispõe o Título II, Capítulo III, Seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n.º 007/2001 de 15/10/2001, e, amparado nas disposições contidas no Art. 181 da LC 01/97, de 30/12/1997,

RESOLVE:

Art 1st - PRORROGAR por 30 (trinta) dias, o prazo para a apresentação do Relatório Final dos trabalhos relativos ao Processo Administrativo Disciplinar, nº 002/2018, instaurado através da Portaria nº 071/2018 de 28/02/2018.

Art 2nd - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis (SC), em 22 de Junho de 2018.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 206/2018

Publicação Nº 1664395

PORTARIA N.º 206/2018.

PRORROGA CONTRATO DE TRABALHO DE SERVIDORA ADMITIDA EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere o item VII, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e no disposto no Título II – Capítulo III seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n.º 007/2001 de 15/10/2001,

RESOLVE:

Art 1st - PRORROGAR até a data de 31/08/2018, os efeitos da Portaria 146/2017 de 17/04/2017, com redação dada pelas Portarias nº 208/2017, 235/2017 e 444/2017, que dispõem sobre a contratação em caráter Temporário da servidora MIRIANE FRIEDRICH REICHARDT, nascida em 13/12/1989, portadora do CPF n.º 059.331.279-14, RG n.º 5.496.398 SESP/SC, para exercer as atividades de Enfermeira (44h/sem), conforme Contrato de Trabalho Temporário nº 008/2017, em substituição a servidora efetiva Cícera Angélica De Souza Costa, em Licença para Tratamento de Saúde.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 22 de Junho de 2018.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 207/2018

Publicação Nº 1664399

PORTARIA N.º 207/2018.

PRORROGA CONTRATO DE TRABALHO DE SERVIDOR ADMITIDO EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere o item VII, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e no disposto no Título II – Capítulo III seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n.º 007/2001 de 15/10/2001,

RESOLVE:

Art 1st - PRORROGAR até a data de 31/08/2018, os efeitos da Portaria 241/2017 de 03/07/2017, com redação dada pelas Portarias nº 271/2017, 305/2017, 355/2017 e 443/2017 que dispõem sobre a contratação em caráter Temporário do servidor GILSON JORGE DE CAMARGO WEIGERT, nascido em 11/04/1958, portador do CPF nº. 530.428.679-00 RG n.º 3.991.218 SESP/SC, inscrito no CRM/SC sob o Nº 4171, para exercer as atividades de Médico para ESF (40h/sem), visando o atendimento em caráter temporário e excepcional na Estratégia de Saúde da Família, enquanto decorrem os procedimentos finais para homologação do Concurso Público realizado.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 22 de Junho de 2018.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

HOSPITAL Bom Jesus**RESOLUÇÃO 027/2018**

Publicação Nº 1664558

RESOLUÇÃO NR. 027/2018

"REVOGA RESOLUÇÃO 018/2018 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

A Presidente do Hospital Municipal Bom Jesus de Irineópolis cidadã WIANEY DE CASSIA DE OLIVEIRA GODOY TELES DOS SANTOS, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto no artigo 105, inciso VII da Lei Complementar nº 07/2001, de 15.10.2001, e em conformidade com a Lei Complementar nº 01/97 de 30.12.1997,

RESOLVE:

Art 1st - REVOGAR os efeitos da Resolução 018/2018 de 05 de maio de 2018, que colocou a disposição do SAMU - Serviço Móvel de Urgência de Irineópolis, a servidora SIANA APARECIDA ALVES MARTINS, Técnica de Enfermagem, para prestar serviços junto àquele órgão, sendo que a mesma retornará para suas atividades junto ao HOSPITAL MUNICIPAL BOM JESUS, dentro das atribuições que competem ao seu cargo, a partir da data de 25.06.2018.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos desde a data de 25 de junho de 2018.

Irineópolis, 25 de junho de 2018.

WIANEY DE CASSIA DE OLIVEIRA GODOY TELES DOS SANTOS
Presidente.

Itaiópolis

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL N° 39/2018

Publicação N° 1663940

Pregão Presencial nº 39/2018 – Objeto: Registro de Preços para aquisição parcelada de materiais gráficos e comunicação visual, para o Conselho Municipal de Turismo e Secretaria Municipal de Indústria, Comércio, Cultura e Turismo. LOCAL/DATA E HORÁRIO PARA ENTREGA DOS ENVELOPES: Avenida Getúlio Vargas, 308, 3º Piso, Centro, Itaiópolis – SC, no Departamento de Compras e Licitações, junto a Prefeitura Municipal, no dia 09 de julho de 2018, até as 09h20. ABERTURA DOS ENVELOPES: no dia 09 de julho de 2018, as 09h30. O Edital estará à disposição dos interessados, no endereço acima mencionado ou pelo Site www.itaioplis.sc.gov.br. Itaiópolis, 25 de junho de 2018. Reginaldo José Fernandes Luiz Prefeito

Itapema

PREFEITURA

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO - CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 03.001.2018.

Publicação Nº 1664467

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE ITAPEMA
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO

Prefeitura Municipal de Itapema/SC, através da Prefeita Municipal, Nilza Nilda Simas, torna público que foi homologado o Processo licitatório nº 046/2018, Concorrência Pública nº 03.001.2018.

DO OBJETO: Contratação de empresa para execução de obras e serviços especializados para continuação da construção do CMEI Bento Elói Garcia, Bairro Morretes, no Município de Itapema, com fornecimento de materiais e mão de obra, conforme memorial descritivo, projetos, orçamento estimativo e cronograma físico financeiro, anexos ao processo.

CONTRATADA: EMPREITEIRA VALSOUZA LTDA EPP

DO VALOR: R\$ 1.707.037,42 (hum milhão setecentos e sete mil trinta e sete reais e quarenta e dois centavos)

DATA DA HOMOLOGAÇÃO: 22/06/2018

Itapema, 22 de junho de 2018.
NILZA NILDA SIMAS
PREFEITA MUNICIPAL

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO - CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 03.003.2018.

Publicação Nº 1663844

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE ITAPEMA
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO

Prefeitura Municipal de Itapema/SC, através da Prefeita Municipal, Nilza Nilda Simas, torna público que foi homologado o Processo licitatório nº 079/2017, Concorrência Pública nº 03.003.2018.

DO OBJETO: Contratação de empresa para execução de obras e serviços especializados para implantação do parque linear na orla do Bairro Centro (trecho 01), no Município de Itapema, com fornecimento de materiais e mão de obra, conforme memorial descritivo, projetos, orçamento estimativo e cronograma físico financeiro, anexos ao processo.

CONTRATADA: C R ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA

DO VALOR: R\$ 4.573.679,14 (quatro milhões quinhentos e setenta e três mil seiscentos e setenta e nove reais e quatorze centavos)

DATA DA HOMOLOGAÇÃO: 05/06/2018

Itapema, 05 de junho de 2018.
NILZA NILDA SIMAS
PREFEITA MUNICIPAL

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO 103/2018

Publicação Nº 1663848

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMA
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO Nº 103/2018
PREGÃO PRESENCIAL 04.061.2018
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 58/2018

OBJETO: Registro de Preços – Aquisição de Materiais de Expediente,

para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Itapema, conforme especificações e quantitativos constantes no Anexo I do Edital Nº. 04.061.2018.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMA

CONTRATADO: AQUINPEL SUPRIMENTOS PARA ESCRITÓRIO
VALOR: R\$117.450,00 (cento e dezessete mil quatrocentos e cinquenta reais)

CONTRATADO: LUGRAF GRAFICA E PAPELARIA EIRELI EPP
VALOR: R\$58.643,00 (cinquenta e oito mil seiscentos e quarenta e três reais)

CONTRATADO: ELMO PAPELARIA LTDA ME
VALOR: R\$5.409,00 (cinco mil quatrocentos e nove reais)

CONTRATADO: BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA EIRELI ME
VALOR: R\$ 5.088,50 (cinco mil oitenta e oito reais e cinquenta centavos)

CONTRATADO: BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME
VALOR: R\$ 35.695,40 (trinta e cinco mil seiscentos e noventa e cinco reais e quarenta centavos)

CONTRATADO: PRINTSUL COMERCIO ATACADISTA LTDA ME
VALOR: R\$ 27.805,40 (vinte e sete mil oitocentos e cinco reais e quarenta centavos).

CONTRATADO: M.C. DALABONA DISTRIBUIDORA ME
VALOR: R\$37.159,80 (trinta e sete mil cento e cinquenta e nove reais e oitenta centavos).

CONTRATADO: PERFORMACE COMERCIO E SERVICOS EIRELI ME
VALOR: R\$33.020,85 (trinta e três mil vinte reais e oitenta e cinco centavos)

CONTRATADO: REGENSY COMERCIO LTDA
VALOR: R\$ 15.475,00 (quinze mil quatrocentos e setenta e cinco reais).

CONTRATADO: MAPU DISTRIBUIDORA DE MAT. ESCRITÓRIO LTDA ME
VALOR: R\$43.019,70 (quarenta e três mil dezenove reais e setenta centavos)

CONTRATADO: COMERCIAL PRINT LUX LTDA
VALOR: R\$ 31.906,15 (trinta e um mil novecentos e seis reais e quinze centavos)

CONTRATADO: CAMPI & SOUZA LTDA
VALOR: R\$ 10.103,66 (dez mil cento e três reais e sessenta e seis centavos)

DATA DE HOMOLOGAÇÃO: 25/06/2018

Itapema, 25/06/2018

NILZA NILDA SIMAS

Prefeita Municipal

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO 105/2018

Publicação Nº 1663849

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMA
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO Nº 103/2018
PREGÃO PRESENCIAL 04.062.2018

OBJETO: Contratação de empresa especializada para a atualização tecnológica da Infovia, com fornecimento e instalação e manutenção de fibra optica, para atender as necessidades do Município de Itapema, conforme especificações constantes do Anexo I do Edital Nº 04.062.2018.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMA

CONTRATADO: FREENETWORKS SOLUCOES LTDA EPP
VALOR: R\$262.000,00 (duzentos e sessenta e dois mil reais)

DATA DE HOMOLOGAÇÃO: 25/06/2018
Itapema, 25/06/2018
NILZA NILDA SIMAS
Prefeita Municipal

PUBLICAÇÃO 207 - HOMOLOGAÇÃO PROCESSO 107 - 2018 - PREGÃO PRESENCIAL 04.063.2018 - SISTEMA CONTROLE INTERNO

Publicação Nº 1664527

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMA
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 63/2018 - PROCESSO Nº 107/2018
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO DE SOFTWARE, IMPLANTAÇÃO, TREINAMENTO E SUPORTE PARA IMPLEMENTAÇÃO DO CONTROLE INTERNO COM GERAÇÃO DOS ANEXOS DO SICONFI E APRESENTAÇÃO DAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS DE AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS.

CONTRATADO: FAEE SUPRIMENTOS E LOCACAO DE SISTEMAS LTDA - ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 11.275,86 (onze mil duzentos e setenta e cinco reais e oitenta e seis centavos)

Itapema, 25/06/2018
NILZA NILDA SIMAS
Prefeita Municipal

TOMADA DE PREÇOS 02.004.2018 - ERRATA Nº 01

Publicação Nº 1664503

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Itapema
TOMADA DE PREÇOS 02.004.2018
ERRATA Nº 01

Objeto: Contratação de empresa especializada na Elaboração dos Projetos Executivos de Arquitetura e de Engenharia para a construção do novo Hospital Municipal de Itapema, conforme especificações descritas no Anexo I do Edital.

Onde se lê:

13.9 – A presente licitação será julgada pela Comissão Permanente de Licitação, nomeada pela Portaria nº 034/2018 de 24 de janeiro de 2017.

Leia-se:

13.9 – A presente licitação será julgada pela Comissão Permanente de Licitação, nomeada pela Portaria nº 034/2018 de 24 de janeiro de 2017, no que diz respeito a fase de habilitação, e pela Comissão Especial de Licitação, no que diz respeito as fases de proposta técnica e proposta de preço.

Exclui-se

CLÁUSULA SEXTA – DAS CONDIÇÕES DE SEGURANÇA DO TRABALHO

6.1 - Deverão ser observadas pela licitante vencedora, todas as condições de segurança e higiene, medicina e meio ambiente do trabalho, necessária a preservação da integridade física e saúde de seus colaboradores, do patrimônio da Prefeitura Municipal de Itapema e ao público afeto e dos materiais envolvidos na obra e/ou serviço, de acordo com as normas regulamentadas pelo Ministério do Trabalho, bem como outros dispositivos legais e normas específicas da Prefeitura Municipal de Itapema.

6.1.1 - A Prefeitura Municipal de Itapema poderá a critério de seu corpo técnico determinar a paralisação da obra e/ou serviço, suspender pagamentos quando julgar que as condições mínimas de segurança, saúde e higiene do trabalho não estejam sendo observadas pela licitante vencedora, sem prejuízo de outras sanções cabíveis. Este procedimento não servirá para justificar eventuais atrasos da licitante vencedora.

6.1.2 - A licitante vencedora se responsabilizará, ainda, por atrasos ou prejuízos decorrentes da suspensão dos trabalhos quando não acatar a legislação básica vigente na época, no que se referir à Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho.

A data e hora de entrega dos envelopes e abertura da Tomada de Preços 02.004.2018 permanecem inalterados.

Itapema, 21 de junho de 2018.
RONALDO PAULINO
Secretário Municipal de Administração

Itapiranga

PREFEITURA

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 043/2018

Publicação Nº 1663506

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA
EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : 1º T.A 043/2018 - Contrato Nº: 043/2018
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA
Contratada...: RAFAEL FELIPE PERSIO
Valor : 420,00 (quatrocentos e vinte reais)
Vigência : Início: 22/06/2018 Término: 31/12/2018
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 82/2018
Recursos : Dotação: 2.047.3.3.90.00.00.00.00 (226)
Objeto : O PRESENTE TERMO ADITIVO TEM POR OBJETO O ACRÉSCIMO DE R\$ 420,00 (QUATROCENTOS E VINTE REAIS), NO VALOR DO CONTRATO PARA RECUPERAÇÃO DA CABINE E O ALINHAMENTO DO CHASSI DO CAMINHÃO VOLKSWAGEN WORKER 26260, ANO 2009, DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA.

Itapiranga, 25 de Junho de 2018

AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 134/2018

Publicação Nº 1663761

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
Processo Licitatório nº 134/2018
Inexigibilidade de Licitação nº 134/2018
Contratante: Município de Itapiranga
Objeto: Contratação de banda para animar a festa junina dos idosos a ser realizada no dia 22 de junho de 2018.
Fundamentação Legal: Artigo 25, Inciso III da Lei 8.666/93.
Contratada: João Antonio Bourscheid 19532024972.
Valor: R\$ 1.480,00.
Itapiranga - SC, 22 de Junho de 2018.
Jorge Welter – Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 125/2018

Publicação Nº 1664410

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA - SC
AVISO DE RETIFICAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 125/2018

Objeto: AQUISIÇÃO DE UNIFORMES ESCOLARES, DESTINADOS AOS ALUNOS DAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE ITAPIRANGA E OUTROS UNIFORMES.

O Município de Itapiranga, TORNA PÚBLICO, a todas as empresas interessadas em participar do referido certame que, ajusta a numeração do item 16 do edital para a ordem sequencial e altera os termos do edital no item 2 do termo de referência "DA APRESENTAÇÃO DE AMOSTRA". Considerando que não há alteração nos itens ou no objeto, será mantido o prazo de abertura inicialmente estabelecido, consoante o disposto no Artigo 21, § 4º da Lei 8.666/93.

Informações complementares: o Edital Retificado em inteiro teor e seus anexos estão à disposição dos interessados no sítio www.

itapiranga.sc.gov.br ou no Departamento de Compras, situado na Praça das Bandeiras, nº 200, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 07:30 às 11:30 e 13:00 às 17:00. Informações através do e-mail compras@itapiranga.sc.gov.br ou fone (49) 3678-7700.

Itapiranga, SC, 25 de junho de 2018.

NELSON KLEIN

Secretário da Educação, Cultura e Desporto

DECRETO Nº 108, DE 22 DE JUNHO DE 2018

Publicação Nº 1664348

DECRETO Nº 108, DE 22 DE JUNHO DE 2018.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA-SC, POR CONTA DA PREVISÃO DO "EXCESSO DE ARRECADAÇÃO" E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DE ITAPIRANGA, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas e de conformidade com a Lei Municipal nº 3.115, de 28 de novembro de 2017: Decreta:

Art. 1º Fica aberto o seguinte crédito adicional suplementar no Orçamento vigente de 2018, por conta da previsão do "excesso de arrecadação" na seguinte fonte de recurso: 1000 – Recursos Ordinários, no valor de R\$ 2.170,00 (dois mil cento e setenta reais):

03.01 – Secretaria Municipal de Administração, Obras e Serviços Urbanos

04.123.0006.1006 – Aquisição de Imóveis

44.90.00.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas
..... R\$ 2.170,00

Art. 2º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor com efeitos a partir do dia 22 de junho de 2018.

Itapiranga, SC, 22 de junho de 2018.

Jorge Welter

Prefeito

Publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios

Lauro Schlickmann

Secretaria Municipal de Administração.

DECRETO Nº 109, DE 25 DE JUNHO DE 2018

Publicação Nº 1664620

DECRETO Nº 109, DE 25 DE JUNHO DE 2018.

DISPOE SOBRE O HORÁRIO EXCEPCIONAL DE EXPEDIENTE NOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL NO DIA DO JOGO DA SELEÇÃO BRASILEIRA DE FUTEBOL NA COPA DO MUNDO DE 2018 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DE ITAPIRANGA, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o inciso VII do artigo 59 da Lei Orgânica Municipal e tendo em vista a realização do jogo da Seleção Brasileira de Futebol na Copa do Mundo de 2018,

D e c r e t a:

Art. 1º Fica estabelecido horário especial de expediente das atividades dos servidores municipais, em turno único das 07h00min às 13h00min, no dia 27 de junho de 2018.

Art. 2º Cabe aos titulares das secretarias, nas respectivas áreas de competência, a integral preservação e o pleno funcionamento dos serviços considerados essenciais no dia em que houver jogo da Seleção Brasileira na Copa do Mundo de 2018.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapiranga, SC, 25 de junho de 2018.

Jorge Welter
Prefeito

Publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios

Lauro Schlickmann
Secretário de Administração.

Licitação : PREGÃO ELETRÔNICO Nº.: 7/2018

Recursos : Dotação: 1.081.4.4.90.00.00.00.00 (2)

Objeto : AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO DE ACESSIBILIDADE, TIPO POLTRONA MÓVEL, DESTINADOS AO TRANSPORTE DE PACIENTES DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA, CONFORME PROPOSTA Nº 11356.676000/1170-05/MINISTÉRIO DA SAÚDE

Itapiranga, 25 de Junho de 2018

EXTRATO DO CONTRATO Nº 058/2018

Publicação Nº 1663503

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 058/2018
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA
Contratada.: MACROMAQ EQUIPAMENTOS LTDA
Valor : 210.000,00 (duzentos e dez mil e reais)
Vigência : Início: 21/06/2018 Término: 21/06/2019
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 113/2018
Recursos : Dotação: 1.014.4.4.90.00.00.00.00 (69),
1.014.4.4.90.00.00.00.00 (275)
Objeto : AQUISIÇÃO DE RETROESCAVADEIRA NOVA, PARA O DEPARTAMENTO DE ÁGUA DO MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA.
Itapiranga, 25 de Junho de 2018

EXTRATO DOS CONTRATOS Nº 004 E 005/2018

Publicação Nº 1663907

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITAPIRANGA
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 004/2018
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITAPIRANGA
Contratada.: GAMBATTO VEÍCULOS SÃO MIGUEL LTDA
Valor : 340.000,00 (trezentos e quarenta mil e reais)
Vigência : Início: 22/06/2018 Término: 22/06/2019
Licitação : PREGÃO ELETRÔNICO Nº.: 7/2018
Recursos : Dotação: 1.081.4.4.90.00.00.00.00 (1),
1.081.4.4.90.00.00.00.00 (2)
Objeto : AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS NOVOS, TIPO MINIBUS, E DE EQUIPAMENTO DE ACESSIBILIDADE, TIPO POLTRONA MÓVEL, DESTINADOS AO TRANSPORTE DE PACIENTES DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA, CONFORME PROPOSTA Nº 11356.676000/1170-05/MINISTÉRIO DA SAÚDE
Itapiranga, 25 de Junho de 2018

Contrato Nº.: 005/2018
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITAPIRANGA
Contratada.: TCA TRANSFORMAÇÕES VEICULARES LTDA
Valor : 19.100,00 (dezenove mil cem reais)
Vigência : Início: 22/06/2018 Término: 22/06/2019

QUADRO DE VENCEDORES DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2018 - FMS

Publicação Nº 1664282

Página: 1/4

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITAPIRANGA
Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nº do Processo: 7/2018 - PE Fornecedor: 64955 - GAMBATTO VEÍCULOS SÃO MIGUEL LTDA									
Data da Homologação: 22/06/2018									
1	01-14-01499	VEICULO NOVO (ZERO KM) TIPO MINIBUS, COM CAPACIDADE MINIMA PARA 15 (QUINZE) PASSAGEIROS, CONFORME PROPOSTA Nº 11356.676000/1170-05 MINISTÉRIO DA SAÚDE, COM AS SEGUINTES CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS: "Zero quilômetro; "Ano fabricação/modelo 2018/2018; "Ar condicionado motorista e passageiros (original de fábrica); "Ar quente; "Vidros elétricos dianteiros e travas elétricas em todas as portas; "Tomada 12V no painel; "Vidros climatizados verdes; "Fardos com regulagem de altura; "Fardos de neblina; "Brake Light; "Tachômetro digital (original de fábrica); "Conta Giros; "Porta lateral deslizante; "Rodados simples com rodas aro 16; "Freio a disco nas 04 (quatro) rodas com sistema ABS; "Air Bag duplo; "Comprimento externo mínimo de 5,50 m; "Distância entre eixos: mínimo de 3665 mm; "Altura mínima do solo 2,45 m; "Direção hidráulica; "Bancos reclináveis; "Estribo lateral; "Última fileira de bancos elevada (maior bagageiro); "Compartmento de bagagem interno, lado esquerdo superior; "Revestimentos das portas e lateral com material lavável; "Piso com tapete de borracha; "Rádio CD player com MP3 com entrada USB e sistema de altofalantes original; "Alarme; COR: Branca MOTOR: "04 cilindros; "Combustível diesel "Potência mínima de 130 CV; "Sistema de injeção eletrônica; "Turbo intercooler ACESSÓRIOS: Phai estene e todos acessórios	FIAT	UND	1,000	0,0000	170.000,0000	170.000,00	Venceu

Página: 2/4

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITAPIRANGA
Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Cotada	Descio(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
------	----------	-----------------------	------------------	---------	-------------	-----------	----------------	-------------	----------

.....
exigidos pela lei de trânsito.

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITAPIRANGA
 Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Página: 3/4

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
------	----------	-----------------------	------------------	---------	-------------	-----------	----------------	-------------	----------

Data da Homologação: 22/06/2018

Nr. do Processo: 7/2018 - PE
 Licitação: 7/2018 - PE
 Fornecedor: 64955 - GAMBATTO VEÍCULOS SÃO MIGUEL LTDA

3	01-14-01501	VEICULO NOVO (ZERO KM) TIPO MINIBUS, COM CAPACIDADE MINIMA PARA 15 (QUINZE) PASSAGEIROS, COM AS SEGUINTES CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS: "Zero quilometro; "Ano fabricação/modelo 2018/2018; "Ar condicionado motorista e passageiros (original de fábrica); "Ar quente; "Vidros elétricos dianteiros e travas elétricas em todas as portas; "Tomada 12V no painel; "Vidros climatizados verdes; "Faróis com regulagem de altura; "Faróis de neblina; "Brake Light; "Tacógrafo digital (original de fábrica); "Conta Giros; "Porta lateral deslizante; "Rodados simples com rodas aro 16; "Freio a disco nas 04 (quatro) rodas com sistema ABS; "Air Bag duplo; "Comprimento externo mínimo de 5,50 m; "Distância entre eixos: mínimo de 3665 mm; "Altura mínima do solo 2,45 m; "Direção hidráulica; "Bancos reclináveis; "Estribo lateral; "Última fileira de bancos elevada (maior bagageiro); "Compartmento de bagagem interno, lado esquerdo superior; "Revestimentos das portas e lateral com material lavável; "Piso com tapete de borracha; "Rádio CD player com MP3 com entrada USB e sistema de autofalantes original, "Alarme;	FIAT	UND	1,000	0,0000	170.000,0000	170.000,00	Venceu
---	-------------	---	------	-----	-------	--------	--------------	------------	--------

COR: Branca.

MOTOR:

"04 cilindros;
 "Combustível diesel;
 "Potência mínima de 130 CV;
 "Sistema de injeção eletrônica;
 "Turbo intercooler

Página: 4/4

Itapiranga, 25 de Junho de 2018.

QUADRO DE VENCEDORES DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 028/2017 FMS

Publicação Nº 1663885

Página: 1/4

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITAPIRANGA
 Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 18/2017 Licitação: 18/2017 - PE Fornecedor: 68721 - ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA Data da Homologação: 16/08/2017									
8	01-01-88832	CLORIDRATO DE LIDOCAINA 2%, SEM VASO CONSTRITOR, FRASCO COM 20 ML	HIPOLABOR	UND	100,000	0,0000	2,1400	214,00	Venceu
15	01-01-88835	PACOTE COM 10 SERINGAS PARA APLICAÇÃO DE INSULINA; DE USO UNICO, GRADUADA EM UNIDADES (ESCALA DE 2 EM 2 UNIDADES). APRESENTA AGULHA FIXA (INTEGRADA) COM 8MM (5/16") DE COMPRIMENTO POR 0,30MM (30G) DE DIAMETRO, SEM ESPAÇO RESIDUAL E COM CAPACIDADE PARA ATÉ 100 UNIDADES DE INSULINA. INDICADA PARA PESSOAS QUE UTILIZAM MAIS DE 50 UNIDADES DE INSULINA POR APLICAÇÃO.	SR	UND	2.500,000	0,0000	3,9500	9,875,00	Venceu
				Total do Fornecedor →				10,089,00	
Nr. do Processo: 18/2017 Licitação: 18/2017 - PE Fornecedor: 118974 - CENTERMEDI - COM. DE PROD. HOSPIT. LTDA Data da Homologação: 16/08/2017									
3	01-01-82579	BROMAZEPAN 3 MG	BRAINFARMA	COMP	20,000,000	0,0000	0,2300	4,600,00	Venceu
7	01-01-80995	DIOSMINA 450MG + HESPERIDINA 50 MG.	BRAINFARMA	COMP	50,000,000	0,0000	0,3400	17,000,00	Venceu
12	01-01-84028	SINVASTATINA 10 MG	PHARLAB	COMP	50,000,000	0,0000	0,0600	3,000,00	Venceu
				Total do Fornecedor →				24,600,00	
Nr. do Processo: 18/2017 Licitação: 18/2017 - PE Fornecedor: 144270 - AR FIORENTINO DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA Data da Homologação: 16/08/2017									
1	01-01-88473	BENZILPENICILINA BENZATINA 1.200.000 UI DILUIDA	TEUTO	FR	1,000,000	0,0000	15,2500	15,250,00	Venceu
				Total do Fornecedor →				15,250,00	

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITAPIRANGA

Página: 2/4

Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 18/2017 Fornecedor: 145114 - LICIMED DIST. MEDICAMENTOS E MAT. MED.-HOSP. LTDA Licitação: 18/2017 - PE Data da Homologação: 16/08/2017									
10	01-01-88834	DIPROPIONATO DE BECLOMETASONA/SULFATO DE SALBUTAMOL 50/100MCG/DOSE; AEROSOL BUCAL + DISPOSITIVO ORAL+ESPAÇADOR JET CONTENDO 200 DOSES	CHIESI	FR	500,000	0,0000	26,5600	13.280,00	Venceu
Total do Fornecedor —>					500,000			13.280,00	
Nr. do Processo: 18/2017 Fornecedor: 146311 - COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA Licitação: 18/2017 - PE Data da Homologação: 16/08/2017									
2	01-01-87006	FINASTERIDA 5 MG	AUROBINDO PHARMA	COMP	35.000,000	0,0000	0,2800	9.800,00	Venceu
6	01-01-60679	METILDOPA 500 MG.	SANVAL	COMP	10.000,000	0,0000	0,5200	5.200,00	Venceu
Total do Fornecedor —>					45.000,000			15.000,00	
Nr. do Processo: 18/2017 Fornecedor: 146672 - NOVASUL COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA Licitação: 18/2017 - PE Data da Homologação: 16/08/2017									
11	01-01-80770	MONTELUCASTE DE SÓDIO 5 MG COMPRIMIDO MASTIGÁVEL	GEOLAB	COMP	20.000,000	0,0000	1,0400	20.800,00	Venceu
Total do Fornecedor —>					20.000,000			20.800,00	
Nr. do Processo: 18/2017 Fornecedor: 146677 - DUPATRI HOSPITALAR COMERCIO, IMPORT. E EXPORT. LTD Licitação: 18/2017 - PE Data da Homologação: 16/08/2017									
9	01-01-88833	BROMETO DE IPRATROPIO + BROMIDRATO DE FENOTEROL AEROSOL, FRASCO DE 15 ML SPRAY	BOEHRINGER	FR	200,000	0,0000	11,8700	2.374,00	Venceu
13	01-01-85559	SINVASTATINA 20 MG	PHARLAB	COMP	100.000,000	0,0000	0,0690	6.900,00	Venceu
Total do Fornecedor —>					100.200,000			9.274,00	

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITAPIRANGA
 Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Página: 3/4

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un. Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 18/2017 Licitação: 18/2017 - PE Fornecedor: 146694 - ANGAI DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA									
4	01-01-80958	COMPLEXO B GOTAS FR. C/ 30 ML.	ARTE NATIVA	FR	300,000	0,0000	4,0000	1.200,00	Venceu
14	01-01-80998	SIN/ASTATINA 40 MG .	NOVA QUIMICA	COMP	100.000,000	0,0000	0,1270	12.700,00	Venceu
Total do Fornecedor ---->								13.900,00	
Nr. do Processo: 18/2017 Licitação: 18/2017 - PE Fornecedor: 146878 - ILG COMERCIAL LTDA - ME									
5	01-01-80960	DICLOFENACO RESINATO GOTAS 20ML.	GERMED	FR	800,000	0,0000	3,3100	2.648,00	Venceu
Total do Fornecedor ---->								2.648,00	

Página: 4/4

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITAPIRANGA
 Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
------	----------	-----------------------	------------------	---------	-------------	-----------	----------------	-------------	----------

Data da Homologação: 16/08/2017

Nr. do Processo: 18/2017
 Fornecedor: 146879 - PRODIENT NUTRICA CLINICA LTDA

Licitação: 18/2017 - PE

16	01-01-88838	DIETA ENTERAL EM PÓ, POLIMÉRICA, NUTRICIONALMENTE COMPLETA, NORMOCALÓRICA, COM 100% DE PROTEÍNA ANIMAL (30 G/LITRO), SENDO 52% PROTEÍNA DO SORO DO LEITE E 48% CASEINATO DE POTÁSSIO OBTIDO DO LEITE DE VACA. APRESENTA TCM-20% (GORDURA FONTE IMEDIATA DE ENERGIA), DISTRIBUIÇÃO CALÓRICA: 12% DE PROTEÍNA, 53% DE CARBOIDRATOS, 35% DE LÍPIDIOS. FONTE DE CARBOIDRATO: 32,5% DE MALTODEXTRINA, 35% DE SACAROSE E 32,5% XAROPE DE MILHO. SABOR BAUNILHA. DILUIÇÃO INSTANTÂNEA ATÉ 2,0 CAL/MIL. ISENTO DE LACTOSE E GLÚTEN. INDICADO PARA FAIXA ETÁRIA DE 1 A 10 ANOS. BAIXA OSMOLALIDADE 308 MOSM/KG DE ÁGUA). INDICAÇÃO VIA ORAL OU VIA SONDA ENTERAL. INGREDIENTES: SACAROSE; MALTODEXTRINA; XAROPE DE MILHO; PROTEÍNA DO SORO DE LEITE; ÓLEO DE GIRASSOL DE ALTO TEOR OLEICO; CASEINATO DE POTÁSSIO OBTIDO DO LEITE DE VACA; ÓLEO DE CANOLA DE BAIXO TEOR ERÚCICO; TRIGLICÉRIDOS DE CADEIA MÉDIA; ÓLEO DE MILHO; LECITINA DE SOJA; FOSFATO DE POTÁSSIO; CITRATO DE CÁLCIO; CARBONATO DE CÁLCIO; FOSFATO DE SÓDIO; CLORETO DE CÁLCIO; VITAMINAS (VITAMINA A, BETA-CAROTENO, VITAMINA D, VITAMINA E, VITAMINA K, VITAMINA C, VITAMINA B1, VITAMINA B2, NIACINA, VITAMINA B6, ÁCIDO FOLICO, ÁCIDO PANTOTÊNICO, BIOTINA E TAUURINA), BITARTARATO DE COLINA, CLORETO DE MAGNÉSIO, MINERAIS (FERRO, COBRE, ZINCO, CROMO, MOLIBDÊNIO E IODO), L-CARNITINA, AROMATIZANTE. NÃO CONTEM GLÚTEN. APRESENTAÇÃO: LATA DE 400G - NUTREN JUNIOR	TROPHIC INFANT	UND	480,000	0,0000	33,0000	15,840,00	Venceu
----	-------------	---	----------------	-----	---------	--------	---------	-----------	--------

Total do Fornecedor → 480,000

15,840,00

Página: 4/4

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITAPIRANGA

Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Colada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
------	----------	-----------------------	------------------	---------	-------------	-----------	----------------	-------------	----------

Itapiranga, 25 de Junho de 2018.

Itapoá

PREFEITURA

CLASSIFICAÇÃO PARCIAL PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – EDITAL Nº 025/2018 – MÉDICO 20HORAS .

Publicação Nº 1663952

CLASSIFICAÇÃO PARCIAL PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – EDITAL Nº 025/2018 – MÉDICO 20HORAS

A Comissão de Seleção de Processo Seletivo Simplificado, no uso de suas atribuições legais, torna público a Classificação Parcial do Processo Seletivo Simplificado para o cargo de Médico 20horas:

Candidato	Documentação	D.N	Curso		Tempo de serviço		Situação	Classificação
			Horas	Pontuação	Data	Pontuação		
Marcio Gonçalves Vieira da Cunha	De acordo com o edital	07/01/1968	60	03	16/11/15 à 10/06/16	12	Deferido 383 Pontos	01º
			45	02	23/09/98 à 21/10/11	288		
			45	02	01/09/15 à 01/09/17	48		
			30	01				
			30	01				
			45	02		348		
			81	04				
			40	02				
Greice Dionnes santos Fortes	De acordo com o edital	11/05/1989					Deferido 48 Pontos	02º
				Não apresentou cursos	07/06/16 à 07/06/18	48		
Vanessa Cristina de Oliveira	De acordo com o edital	05/07/1993		Não apresentou cursos	Não apresentou tempo de serviço		Deferido 00 Pontos	2º

Itapoá, 25 de junho de 2018.

Marciane Rech
Enfermeira III

Joseane Maria Soares de Lima
Agente Administrativo II

Susinei Ribeiro Schultz
Agente Administrativo II

EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 01/2016 - CONCESSÃO PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO DE PASSAGEIROS E PÚBLICO ESCOLAR

Publicação Nº 1664268

EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 01/2016
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 22/2016

MODALIDADE:	CONCORRÊNCIA
TIPO:	MENOR VALOR DE TARIFA DE REMUNERAÇÃO.
OBJETO:	CONCESSÃO para prestação dos serviços de transporte público coletivo de passageiros E PÚBLICO ESCOLAR do Município de Itapoá
PRAZO DA CONCESSÃO:	15 ANOS

I. Preâmbulo

A PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPOÁ, doravante simplesmente - PMI, torna público que fará realizar a LICITAÇÃO, sob a modalidade de concorrência, para a seleção de proposta mais vantajosa e contratação de CONCESSÃO para a prestação dos serviços de TRANSPORTE PÚBLICO do Município de Itapoá, Estado de Santa Catarina, em conformidade com as Leis Municipais nº 624/2015 e nº 625/2015, com a LEI DE MOBILIDADE URBANA, no que for aplicável, com a LEI FEDERAL DE CONCESSÕES, com a Lei Federal nº 9.074/95, e com a LEI DE LICITAÇÕES e demais normas que regem a matéria, regulando-se pelo disposto no presente EDITAL, sem prejuízo das demais legislações aplicáveis.

Será adotado, para fins de julgamento, o critério de MENOR VALOR DE TARIFA DE REMUNERAÇÃO, conforme o disposto no artigo 15, inciso I, da LEI FEDERAL DE CONCESSÕES.

Os documentos de GARANTIA DE PROPOSTA, PROPOSTA ECONÔMICA e HABILITAÇÃO deverão ser entregues até as 18h:00min, do dia 26/07/2018 na sede da PMI, Setor de Licitações do Município, localizado na Rua Mariana Michels Borges, nº 201, Balneário Itapema do Norte, Itapoá/SC.

A abertura dos envelopes contendo a documentação dos LICITANTES ocorrerá no dia 27/07/2018 às 13h:30min, na sala de reuniões, 2º andar, na sede da PMI, localizada na Rua Mariana Michels Borges, nº 201, Balneário Itapema do norte, Itapoá/SC.

A licitação foi precedida de audiência pública realizada no dia 13 de janeiro de 2016, nos termos do artigo 39 da Lei Federal nº 8.666/93.

O ato de justificação da Concessão, previsto no artigo 5º, da Lei Federal 8.987/95, foi publicado no Diário Oficial-DOM/SC do dia 02 de

março de 2016.

Itapoá, 25 de junho de 2018.

RODRIGO LOPES DE OLIVEIRA

MUNICÍPIO DE ITAPOÁ/SC

CHEFE DE GABINETE

ANGELA MARIA PUERARI

MUNICÍPIO DE ITAPOÁ/SC

DIRETORA DE ADMINISTRAÇÃO

DECRETO MUNICIPAL N° 3479/2018

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO INSTRUTOR MUSICAL Nº. 024/2018 - CLASSIFICAÇÃO PARCIAL.

Publicação Nº 1664382

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ**

Secretaria de Turismo e Cultura

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO INSTRUTOR MUSICAL Nº. 024/2018**CLASSIFICAÇÃO PARCIAL**

A Comissão de Processo Seletivo Simplificado, no usos de suas atribuições legais, torna público a classificação parcial do Edital nº 024/2018:

CLAS.	CANDIDATO	PONTUAÇÃO
1º	André da Silva	200
2º	Nilton Santos	18
3º	Genivaldo da Silva Machado	08
4º	Tereza Assis da Silva Oliveira	05
5º	Paulo Roberto Piazzetta	03

Itapoá, 25 de junho de 2018.

CÉLIA MARIA REINERT

Presidente

CRISTIANE REGINA DE BITTENCOURT COSTA

Secretária

NEUSA MARIA GOMES LOPES

Membro

GILMAR SANTIN

Membro

HELOIZA HELENA MOREIRA

Membro

RUA 960 Nº 201 - BAIRRO: ITAPEMA DO NORTE – FONE: (047) 443-8800 -CNPJ 81.140.303/0001-01 - CEP 89.249-000 – ITAPOÁ

EXTRATO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 69/2018

Publicação Nº 1663902

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ
EXTRATO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 69/2018

Contratante: Município de Itapoá/SC.

Contratada: TRANS GABRIELLI LTDA ME, com sede à Avenida São Paulo, nº 2141, Bairro: Pioneiro, na cidade de Pinhalzinho/SC, CEP: 89.870-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.265.445/0001-54 e Inscrição Estadual nº 254.447.778, representada neste ato pelo sócio, o Sr. JULIANO DE LIMA, portador do CNPF/MF nº 072.203.369-93 e do CI.RG nº 5.215.844-SSP/SC.

Licitação: TOMADA DE PREÇO Nº 07/2018 - PROCESSO Nº 49/2018.

Objeto: Contratação de empresa especializada para elaboração de projetos arquitetônicos e complementares, memoriais descritivos, orçamentos em geral, cronogramas, planilhas de composição de custos e outros, destinados à construção, adequação, ampliação, reformas, de instalações realizadas pela Secretaria de Educação, conforme especificações constantes no edital e seus anexos.

VALOR R\$: 74.256,00 (setenta e quatro mil duzentos e cinquenta e seis reais)

DATA DA ASSINATURA: 25/06/2018

PRAZO DE VIGÊNCIA: 25/06/2019

BASE LEGAL: Lei 8.666/93, alterada pela Lei 8.883/94.

Itapoá, 25 de junho de 2018.

LUIZA MONTALVÃO DE OLIVEIRA BONGALHARDO
SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO

EXTRATO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 70/2018

Publicação Nº 1664076

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ
EXTRATO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 70/2018

Contratante: Município de Itapoá/SC.

Contratada: 3 S & SEQUINEL CONFECÇÕES E DISTRIBUIDORA LTDA EPP, com sede à Avenida Brasil, nº 1833, Bairro: Rio Morto, na cidade de Indaial/SC, CEP: 89.082-410, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 12.083.849/0001-55 e Inscrição Estadual nº 25.762.977-7, representada neste ato pelo sócio, o Sr. ANGELO VERSI SEQUINEL FILHO, portador do CNPF/MF nº 667.675.201-87 e do CI.RG nº 1.065.162-4-SSP/MT.

Licitação: PREGÃO Nº 43/2018 - PROCESSO Nº 66/2018.

Objeto: Aquisição de 4.600 (quatro mil e seiscentas) camisetas para composição do uniforme escolar da Rede Municipal de Ensino, conforme especificações constantes no Edital e seus Anexos.

VALOR R\$: 82.800,00 (oitenta e dois mil e oitocentos reais)

DATA DA ASSINATURA: 25/06/2018

PRAZO DE VIGÊNCIA: 31/12/2018

BASE LEGAL: Lei 8.666/93, alterada pela Lei 8.883/94.

Itapoá, 25 de junho de 2018.

LUIZA MONTALVÃO DE OLIVEIRA BONGALHARDO
SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO

TERMO DE CONVOCAÇÃO Nº 005/2018 - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 020/2018 - MÉDICO ESF.

Publicação Nº 1663947

TERMO DE CONVOCAÇÃO Nº 005/2018
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 020/2018
MÉDICO ESF

Sandra Regina Medeiros da Silva, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições legais CONVOCA o candidato MENDEL CAMPOS para comparecer ao Departamento de Recursos Humanos, na sede da Prefeitura, no prazo de 05 (cinco) dias contados da publicação, a fim de manifestar interesse pela nomeação mediante a apresentação dos documentos abaixo relacionados (cópia).

- Cédula de Identidade (RG) ;
- Cadastro de Pessoa Física (CPF) ;
- Título de Eleitor;
- Certidão de Quitação Eleitoral (internet) ;
- Certidão de nascimento ou casamento;
- Carteira de Trabalho com Inscrição de Pis/Pasep;

- Uma foto recente ;
- Comprovante de residência;
- Diploma;
- Registro no CRM/SC;
- Certidão de nascimento dos filhos;
- Atestado de vacinação dos filhos menores de 05 anos;
- Certidão de Antecedentes Criminais (Poder Judiciário);
- Certidão de Regularização do CPF (internet);
- Declaração de Qualificação Social (consultacadastral.inss.gov.br);
- Tipagem sanguínea;
- Laudo médico;

Itapoá, 25 de junho de 2018.
Sandra Regina Medeiros da Silva
Secretária Municipal de Saúde

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA Nº 57/2018 - DISPÕE SOBRE PROGRESSÃO AUTOMÁTICA, DO PADRÃO DE VENCIMENTO DE SERVIDORA.

Publicação Nº 1664589

PORTARIA Nº 57, DE 22 DE JUNHO DE 2018

Dispõe sobre progressão automática, do padrão de vencimento de servidora.

José Antonio Stoklosa, Presidente da Câmara Municipal de Itapoá/SC, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com as disposições da Resolução nº 07/2014, artigos 24 a 26 e Lei Complementar nº 26/2010,

Resolve:

Art. 1º Fica concedida a progressão automática, da servidora MARIA INÊS VARGEM YALÇINKAYA, matrícula 19-01, ocupante do cargo de Agente Administrativo II, para a referência Nível XI – Classe L, conforme disposto na Resolução nº 07/2014, art. 24 a 26 e considerando o art. 2º da Lei Complementar nº 26/2010.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Câmara Municipal de Itapoá, 22 de junho de 2018.

José Antonio Stoklosa

Presidente

[assinado digitalmente]

Documento assinado digitalmente pelo(s) autor(es), em conformidade com o art. 45, §3º e §4º, da Lei Orgânica de Itapoá, Resolução nº 14/2016, e conforme as regras da infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil).

Para consultar a autenticidade e integridade do documento, pode-se consultar o site <http://camaraitapoa.sc.gov.br/verificador>

PORTARIA Nº 58/2018 - CONCEDE FÉRIAS À SERVIDORA JANAÍNA MARTINS.

Publicação Nº 1664590

PORTARIA Nº 58, DE 25 DE JUNHO DE 2018

Concede Férias À Servidora Janaína Martins.

José Antonio Stoklosa, Presidente da Câmara Municipal de Itapoá/SC, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Art. 1º Concede férias, no período de 02 de julho de 2018 à 31 de julho de 2018, à servidora JANAÍNA MARTINS, matrícula 51091-00, investida no cargo de Assessora Parlamentar, conforme disposto na Lei Complementar nº 44/2014 nos artigos nº 60 e seguintes.

Art. 2º Tais férias referem-se ao período aquisitivo de 09/01/2017 à 08/01/2018.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Câmara Municipal de Itapoá, 25 de julho de 2018.

José Antonio Stoklosa

Presidente

[assinado digitalmente]

Documento assinado digitalmente pelo(s) autor(es), em conformidade com o art. 45, §3º e §4º, da Lei Orgânica de Itapoá, Resolução nº 14/2016, e conforme as regras da infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil).

Para consultar a autenticidade e integridade do documento, pode-se consultar o site <http://camaraitapoa.sc.gov.br/verificador>

PORTARIA Nº 59/2018 - CONCEDE FÉRIAS À SERVIDORA LEONICE MARLI RISKOWSKI.

Publicação Nº 1664591

PORTARIA Nº 57, DE 22 DE JUNHO DE 2018

Dispõe sobre progressão automática, do padrão de vencimento de servidora.

José Antonio Stoklosa, Presidente da Câmara Municipal de Itapoá/SC, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com as disposições da Resolução nº 07/2014, artigos 24 a 26 e Lei Complementar nº 26/2010,

Resolve:

Art. 1º Fica concedida a progressão automática, da servidora MARIA INÊS VARGEM YALÇINKAYA, matrícula 19-01, ocupante do cargo de Agente Administrativo II, para a referência Nível XI – Classe L, conforme disposto na Resolução nº 07/2014, art. 24 a 26 e considerando o art. 2º da Lei Complementar nº 26/2010.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Câmara Municipal de Itapoá, 22 de junho de 2018.

José Antonio Stoklosa

Presidente

[assinado digitalmente]

Documento assinado digitalmente pelo(s) autor(es), em conformidade com o art. 45, §3º e §4º, da Lei Orgânica de Itapoá, Resolução nº 14/2016, e conforme as regras da infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil).

Para consultar a autenticidade e integridade do documento, pode-se consultar o site <http://camaraitapoa.sc.gov.br/verificador>

Jaborá

PREFEITURA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 32/2018

Publicação Nº 1663484

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 32/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº 23/2018

O Município de Jaborá, pessoa jurídica de direito público interno, situada à Rua Ângelo Poyer, 320, Centro, Jaborá, SC, através do Senhor Kleber Mércio Nora, Prefeito Municipal, TORNA PÚBLICO, que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO, sob a forma PRESENCIAL, no dia 06 de julho de 2018, às 09:30 horas, para AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA A IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA E INTALAÇÃO DE PIQUETES PARA A PRODUÇÃO DE PASTAGENS PENERES, VISANDO PROPORCIONAR AUMENTO NA PRODUTIVIDADE ALIADA A UMA MELHOR QUALIDADE E, CONSEQUENTEMENTE, A REDUÇÃO DO CUSTO DE PRODUÇÃO. A presente licitação será do tipo MENOR PREÇO tendo como critério de julgamento MENOR PREÇO POR ITEM, e será processada e julgada em conformidade com a Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas respectivas alterações, demais legislações aplicáveis e Decreto Municipal nº 1.508/2014, de 17 de fevereiro de 2014.

Jaborá (SC), 25 de Junho de 2018.
Kleber Mércio Nora
Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 33/2018

Publicação Nº 1663617

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 33/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº 24/2018

O Município de Jaborá, pessoa jurídica de direito público interno, situada à Rua Ângelo Poyer, 320, Centro, Jaborá, SC, através do Senhor Kleber Mércio Nora, Prefeito Municipal, TORNA PÚBLICO, que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO, sob a forma PRESENCIAL, no dia 09 de Julho de 2018, às 14:30 horas, para a AQUISIÇÃO DE CESTAS BÁSICAS DE ALIMENTOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, DE FORMA PARCELADA E DE ACORDO COM A NECESSIDADE DO MUNICÍPIO DE JABORÁ, SC, PARA O PERÍODO DE JULHO A DEZEMBRO DE 2018. A presente licitação será do tipo MENOR PREÇO tendo como critério de julgamento MENOR PREÇO POR LOTE, e será processada e julgada em conformidade com a Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas respectivas alterações, demais legislações aplicáveis e Decreto Municipal nº 1.508/2014, de 17 de fevereiro de 2014.

Jaborá (SC), 25 de junho de 2018.
Kleber Mércio Nora
Prefeito Municipal

Jacinto Machado

PREFEITURA

EXTRATO DA AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nº1505/2018

Publicação Nº 1663513

Estado de Santa Catarina
Município de Jacinto Machado

Autorização de Fornecimento nº 1505/2018

Contratante: Município de Jacinto Machado

Contratado: Macromaq Equipamentos Ltda

Objeto: Aquisição de uma retroescavadeira nova, para a Secretaria de Agricultura, Irrigação e Meio Ambiente do município de Jacinto Machado.

Valor: R\$ 202.000,00 (Duzentos e dois mil reais).

Vigência: de 13/06/2018 a 03/07/2018.

Jaraguá do Sul

PREFEITURA

ATA DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DA TOMADA DE PREÇOS Nº 32/2018

Publicação Nº 1664606

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL

ATA DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DA TOMADA DE PREÇOS Nº 32/2018

Aos vinte e cinco dias do mês de junho do ano de dois mil e dezoito, com início às treze horas e trinta minutos, na sala de reuniões da Diretoria de Habitação, sita na Rua Walter Marquardt, 1111, bairro Rio Molha, reuniram-se os membros da Comissão Permanente de Licitações, designada pelo Decreto 11.882/2018, formada pelos membros Adrieli B. Linhares, Andréia Silva e Francieli Roberta M. Savallisch, para sob a presidência do primeiro, procederem à Sessão Pública visando o julgamento das propostas e subsequente declaração da proponente vencedora do certame, considerando as propostas comerciais e seus anexos já protocolados referentes a TOMADA DE PREÇOS Nº 32/2018, que tem como objeto a contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços técnicos de engenharia e consultoria especializada, destinado para revisar e atualizar o Plano Municipal de Redução de Riscos – PMRR de Jaraguá do Sul. Nenhum representante se fez presente a esta sessão pública. Dando prosseguimento a Comissão Permanente passa ao registro dos valores apresentados pelas Proponentes, sendo os seguintes os valores globais:

Nome das proponentes	VALOR GLOBAL da proposta R\$
REGEA GEOLOGIA, ENGENHARIA E ESTUDOS AMBIENTAIS LTDA	211.968,75
AC SOLUÇÃO AMBIENTAL LTDA	195.000,00
AGROSIG ENGENHARIA E MEIO AMBIENTE EIRELI EPP	187.082,00
ETHOS SERVIÇOS TÉCNICOS LTDA	169.855,00
GEOENVI GEOLOGIA E MEIO AMBIENTE LTDA EPP	215.655,62

Em relação a Proposta apresentada pela empresa ETHOS SERVIÇOS TÉCNICOS LTDA, a Comissão declara desclassificada por haver divergências entre os valores apresentados na Proposta Comercial e nas Planilhas de Composição de custos e o Cronograma Físico-Financeiro, não atendendo em sua totalidade o item VII – Da Proposta, e declara as demais propostas classificadas por estarem de acordo com as exigências do edital. Posto isto, a Comissão Permanente declara vencedora do certame a empresa AGROSIG ENGENHARIA E MEIO AMBIENTE EIRELI EPP, com o valor Global de R\$ 187.082,00 (cento e oitenta e sete mil e oitenta e dois reais). Nada mais havendo a tratar encerrou-se a reunião e lavrou-se o presente Ata, a qual vai assinada pelos membros da Comissão Permanente. Na forma da Lei, abre-se prazo recurso de 05 (cinco) dias úteis “concedendo-se vistas as partes”. Jaraguá do Sul, 25 de junho de 2018.

Adrieli B. Linhares
Andréia Silva
Francieli Roberta M. Savallisch

ATA DE SESSÃO DE SORTEIO DE PROFISSIONAIS PARA COMPOSIÇÃO DE SUBCOMISSÃO TÉCNICA DA CONCORRÊNCIA Nº 54/2018

Publicação Nº 1664608

ATA DE SESSÃO DE SORTEIO DE PROFISSIONAIS PARA COMPOSIÇÃO DE SUBCOMISSÃO TÉCNICA DA CONCORRÊNCIA Nº 54/2018

Aos vinte e cinco dias do mês de junho do ano de dois mil e dezoito, com início às nove horas e trinta minutos, na sala de reuniões da Secretaria de Assistência Social e Habitação, sita a Rua Walter Marquardt, 1111, bairro Rio Molha, reuniram-se os membros da Comissão Especial de Licitações, designada pelo Decreto Municipal Nº 12.072/2018, formada pelos membros Karla Finger, Douglas Antonio Conceição e Paulo Ricardo Lehmkuhl, para sob a presidência do primeiro, procederem ao sorteio de profissionais que comporão a Subcomissão Técnica referente a CONCORRÊNCIA Nº 54/2018, que tem como objeto a contratação de agência de propaganda e/ou publicidade para prestação de serviços de publicidade e/ou propaganda, correspondentes ao estudo, ao planejamento, à conceitualização, à concepção, à criação, à execução interna, à intermediação e supervisão da execução externa e à distribuição de campanhas de publicidade aos veículos e demais meios de divulgação; à criação e ao desenvolvimento de formas inovadoras de comunicação publicitária, visando à expansão dos efeitos das mensagens e das ações publicitárias; e demais serviços inerentes à atividade publicitária, destinados ao atendimento das necessidades de comunicação da Administração Municipal, conforme especificações técnicas e condições estabelecidas em Edital e seus anexos, em Jaraguá do Sul SC. Não compareceram interessados no Edital. Esteve presente nesta sessão o Sr. Giovane Mazzini Oleiro e o Sr. Patrick Titz, para assistir a sessão pública. Após, foi verificada a inexistência de impugnação de qualquer pessoa da relação de profissionais indicados e publicada no DOM/SC, Edição Nº 2548, de 12/06/2018, às fls. 420/422, passou-se ao sorteio da subcomissão técnica. Para tanto, foi impressa a relação de profissionais indicados – nome completo, em pedaços de papel branco, de idêntico tamanho e forma, sendo um pedaço de papel para cada profissional, e dado vistas aos presentes, foram depositados em um envelope de papel pardo. Os profissionais sorteados para comporem a Subcomissão Técnica foram os seguintes:

Nome do Profissional	CPF
Adriano José Trentini	970.453.149-49
Gabriel Henrique Vieira	090.796.479-69
Miriam Bertolotti	034.350.349-20

Tendo em vista não terem comparecido interessados, resta renunciado ao direito de qualquer impugnação e recurso quanto a esse sorteio. Prosseguindo a sessão, a Comissão Especial comunica que o resultado do sorteio será publicado no Diário Oficial dos Municípios. Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a sessão e lavrou-se a presente Ata, a qual vai assinada pelos membros da Comissão Especial e pelos demais presentes, sendo fornecida uma cópia desta a todos. Jaraguá do Sul, SC, 25 de junho de 2018.

Karla Finger	
Paulo Ricardo Lehmkuhl	
Douglas Antonio Conceição	
Giovane Mazzini Oleiro	
Patrick Titz	

CHAMADA PÚBLICA Nº 002/2018 PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Publicação Nº 1663696

CHAMADA PÚBLICA Nº 002/2018
PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA
AGRICULTURA FAMILIAR E EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar e empreendedor familiar rural para atender os alunos matriculados nas escolas, entidades e centros municipais da Rede de ensino do Município de Jaraguá do Sul, em conformidade com os anexos do Edital.

REGIMENTO: Lei Federal 11.947/2009.

DATA, HORA e LOCAL PARA ENTREGA dos ENVELOPES: Até às 13:30 horas do dia 17 de julho de 2018, no Setor de Protocolo da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, sita na Rua Walter Marquardt nº 1.111, bairro: Barra do Rio Molha.

A ABERTURA DOS ENVELOPES será as 14:00 horas do mesmo, no endereço abaixo, na sala de reuniões da Secretaria Municipal de Educação.

VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO: R\$ 305.157,57 (trezentos e cinco mil cento e cinquenta e sete reais e cinquenta e sete centavos).

INFORMAÇÕES: A íntegra da chamada pública estará disponível no site www.jaraguadosul.sc.gov.br e os esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Rua Walter Marquardt, 1111, Bairro do Rio Molha, município de Jaraguá do Sul-SC, na Secretaria Municipal de Educação ou ainda pelo e-mail: id9681@jaraguadosul.sc.gov.br (Ionara/Educação).

Jaraguá do Sul, SC, 22 de Junho de 2018.

ARGOS JOSE BURGARDT
Secretário de Administração

ROGÉRIO JUNG
Secretário Municipal da Educação

CONVOCAÇÃO DE PROCESSO SELETIVO 002/2017.

Publicação Nº 1663878

Convocação de Processo Seletivo 002/2017.

Pelo presente, fica Vossa Senhoria, CAMILA DE SOUZA OLIVEIRA, convocado(a) para comparecer junto a Divisão de Recursos Humanos desta Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no prazo de 48 (Quarenta e oito) horas, a partir da ciência desta, a fim de tratar da vossa admissão no serviço público conforme Processo Seletivo 002/2017 Cargo de Médico Clínico Geral – 40H.

EDITAL DE CREDENCIAMENTO N.º 007/2018 - FMS - COMUNICADO DE ALTERAÇÃO

Publicação Nº 1663699

EDITAL DE CREDENCIAMENTO n.º 007/2018 – FMS

COMUNICADO DE ALTERAÇÃO

O MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL, por intermédio do Senhor Secretário Municipal da Administração e do Gestor do Fundo Municipal de Saúde, torna público para conhecimento dos interessados no edital de Credenciamento acima, que está promovendo alteração no valor dos itens 02.03.01.004-3 – Exame Citopatológico de mama, para o valor de R\$ 35,34 (trinta e cinco reais e trinta e quatro centavos) e no item 02.03.02.006-5 - Exame Anatomopatológico de Mama - Biopsia, para o valor de R\$ 45,83 (quarenta e cinco reais e oitenta e três centavos), constantes na Tabela de procedimentos - Anexo VII do edital. Sendo assim fica prorrogada a data de início para o credenciamento dos interessados conforme segue: a partir de 29 de junho de 2018, de segunda a sexta-feira, no horário das 8h às 11h e das 13h às 16h, na Secretaria Municipal de Saúde, na Diretoria Administrativa Financeira, sito à Rua Isidoro Pedri, nº 120, Bairro Barra do Rio Molha, através da Comissão Especial, de acordo com o Decreto Municipal nº 11.653/2017.

Jaraguá do Sul (SC), 22 de junho de 2018.
ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal da Administração

DALTON FERNANDO FISCHER
Secretário Municipal de Saúde/Gestor do Fundo Municipal de Saúde

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE INFRAÇÃO 018/2018 - FISCALIZAÇÃO DE POSTURAS

Publicação Nº 1663654

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE INFRAÇÃO 018/2018 - FISCALIZAÇÃO DE POSTURAS

O Chefe de Fiscalização de Posturas do município de Jaraguá do Sul/SC, no uso de suas atribuições legais e, tendo em vista o amparo legal, com fundamento nos termos do artigo 10-A da Lei 1182/88, Art. 54 Caput e Art. 54 §4 da Lei Municipal 3528/2004, CIENTIFICA o (a) contribuinte abaixo identificado (a) acerca dos autos de infração emitido:

Autuado (a)	CNPJ	Auto de Infração	Fato Gerador	Valor da Multa	Prazo para recolhimento
Duda Promoções Ltda	08.343.103/0001-66	2083/2018	Publicidade irregular (sem licença da Prefeitura) em área pública. Notificação Preliminar dispensada conforme L. M 3528/2004 Art. 54 §4º.	R\$ 355,56	30 dias
Duda Promoções Ltda	08.343.103/0001-66	2084/2018	Publicidade irregular (sem licença da Prefeitura) em área pública. Notificação Preliminar dispensada conforme L. M 3528/2004 Art. 54 §4º.	R\$ 355,56	30 dias

Considera-se autuado o contribuinte acima listado a contar da publicação deste, podendo, dentro do prazo para recolhimento acima indicado, apresentar defesa por escrito à repartição competente.

O pagamento da multa não isenta o infrator da obrigação de fazer ou desfazer e do cumprimento às exigências das demais autoridades competentes.

A multa não paga no prazo estabelecido será inscrita em dívida ativa, para cobrança executiva fiscal, acrescida de correção monetária, juros moratórios e outros encargos cabíveis.

O infrator com débito tributário inscrito em dívida ativa fica impedido de transacionar a qualquer pretexto com o poder público.

Jaraguá do Sul, 22 de junho de 2018.

EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 112/2018 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Publicação Nº 1663700

EDITAL
PREGÃO PRESENCIAL Nº 112/2018
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
TIPO: Menor Preço por Item

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação, a aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, destinados aos Centros Municipais de Educação Infantil e/ou Escolas Municipais de Educação Básica e Entidades no município de Jaraguá do Sul – SC, em conformidade com os Anexos do Edital.

REGIMENTO: Lei Federal 10.520/2002, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 4.698/2002, de 03 de outubro de 2002 e Lei Complementar 147/2014.

DA CONDIÇÃO PARA A PARTICIPAÇÃO: Em consonância com a LC 147/2014, este edital contempla itens para participação exclusiva ME/EPP, conforme indicado no Anexo I do Edital.

DATA, HORA e LOCAL PARA ENTREGA dos ENVELOPES: Até às 08:30 horas do dia 09 de julho de 2018, no Setor de Protocolo da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, sita na Rua Walter Marquardt nº 1.111, bairro: Barra do Rio Molha.

O CREDENCIAMENTO, a disputa de preços e a abertura dos envelopes, serão às 08:45 hs do mesmo dia, na sala de reuniões da Gerência de Licitações e Contratos.

VALOR ESTIMADO PARA CONTRATAÇÃO: R\$ 929.325,14 (novecentos e vinte e nove mil trezentos e vinte e cinco reais e catorze centavos).

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital poderá ser obtida no endereço acima ou via Internet no endereço www.jaraguadosul.sc.gov.br

Jaraguá do Sul (SC), 22 de Junho de 2018.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário de Administração

EDITAL PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 38/2018 - COMUNICADO DE REPROVAÇÃO DAS AMOSTRAS APRESENTADAS E CONVOCAÇÃO DAS QUINTAS COLOCADAS

Publicação Nº 1664652

EDITAL
PREGÃO PRESENCIAL
PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 38/2018

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO / SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO/ SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E URBANISMO/ SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS/ SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, ESPORTE E LAZER/ FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JARAGUÁ DO SUL – FMS/ FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE JARAGUÁ DO SUL – FMAS
TIPO: Menor Preço por Item

COMUNICADO DE REPROVAÇÃO DAS AMOSTRAS APRESENTADAS E CONVOCAÇÃO DAS QUINTAS COLOCADAS

O Município através da Pregoeira e Equipe de Apoio, comunica aos participantes do Pregão Presencial nº 38/2018, que conforme Laudos da Comissão de Avaliação (anexos) ficam DESCLASSIFICADAS as seguintes empresas, itens e motivos. Com as desclassificações citadas nos laudos, ficam convocadas as empresas quartas colocadas para realizarem a entrega de suas amostras no prazo de até 05(cinco) dias úteis compreendendo os dias de 27/06/2018 à 03/07/2018, devendo ser entregues no Almoxarifado Central – Acesso Portaria 2 (em frente ao Senais), Rua Isidoro Pedri, 120, no Bairro Barro do Rio Molha em Jaraguá do Sul/SC, com os Srs. Marcelo Adriano Elert e/ou Wagner Salles, no horário de expediente vigente do Município ou seja, das 7:30 às 11:30 hs e das 13:00 às 16:30hs, como segue:

Itens	Descrição dos objetos	Empresa 2ª colocada para apresentação de amostra
04	CAIXA DE PAPELÃO P/ARQUIVO MORTO – APRESENTAR AMOSTRA – Em papelão ondulado, duplex, kraft / 2 onda, desmontável, gramatura 550+25g/m ² pesando aproximadamente 245grs após montada com variação máxima no seu peso de 5%, medindo 360 x 250 x 135mm, na cor parda.	MAXIMA ATACADISTA EIRELI ME
17	CALCULADORA PORTÁTIL – 12 DÍGITOS – APRESENTAR AMOSTRA – Máquina de calcular; de mesa; comum; contendo as funções gpm(mv/md); contendo seletor de decimais, seletor de arredondamento, correção parcial e total, inversão de sinais; com memória ii; visor em LCD, com inclinação gradual, números grandes; com 12 dígitos; sem bobina; alimentação com dupla fonte de energia, solar e bateria; garantia mínima de 12 meses; em embalagem apropriada.	JVO COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA
82	PASTA A-Z PRETA LOMBO ESTREITO – APRESENTAR AMOSTRA – Pasta registradora A-Z, tamanho A4, medindo no mínimo 315x285mm com lombos de 50mm. Em cartão com no mínimo 2mm de espessura, com revestimento interno e externo em percalux na cor preta, resistente e durável. Olhal niquelado, visor em PVC cristal e etiqueta no lombo. Ferragem removível e compressor com botão. Trava e cantoneira na borda inferior em metal niquelado. Embalada em caixa de papelão.	COMERCIAL PRINT LUX LTDA ME
83	PASTA A-Z PRETA LOMBO LARGO – APRESENTAR AMOSTRA – Pasta registradora A-Z, tamanho A4, medindo no mínimo 315x285mm com lombos de 75mm. Em cartão com no mínimo 2mm de espessura, com revestimento interno e externo em percalux na cor preta, resistente e durável. Olhal niquelado, visor em PVC cristal e etiqueta na lombo. Ferragem removível e compressor com botão. Trava e cantoneira na borda inferior em metal niquelado. Embalada em caixa de papelão.	COMERCIAL PRINT LUX LTDA ME
150	LÁPIS DE COR C/ 12 UNIDADES – No formato redondo; medindo 170mm; com tolerância de +/- 5% nos limites; toxidade dos limites máximos da presença de metais pesados, conforme norma europeia EN 71/3; caixa com 12 unidades ; pigmentos com alta concentração; cores vivas e intensas com excelente deposição; exclusiva formula macia e resistente produzida com matérias-primas de alta qualidade, deslizar facilmente sobre o papel e não esfregar; madeira plantada de alta qualidade; fácil de apontar; sortimento de cores selecionado que facilita o uso e o aprendizado das cores; fidelidade entre a cor do verniz e a cor da mina que atende às necessidades das crianças; mina centralizada que proporciona maior resistência a quebras e melhor performance; atóxico e seguro para o uso. Apresentar Amostra do Produto Selo do Inmetro – acondicionado em caixa.	MAXIMA ATACADISTA EIRELI ME

Os demais itens foram aprovados, conforme Laudo anexo.

Jaraguá do Sul (SC), 26 de junho 2018.

Rosinei A.G.Dias
Pregoeira

Elian Gustavo Hermes Vareiro

Sidnei Correa de Almeida

Equipe de Apoio
Decreto 11.334/2017

PORTARIA SAMAESJSU Nº. 286/2018

Publicação Nº 1663667

PORTARIA SAMAESJSU Nº. 286/2018
Indeniza e Concede Gozo de Férias

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas e com fundamento nos artigos 114, 115, 116, 117, 118 e 119 da Lei Complementar Nº. 154/2014 de 03/11/2014, e;

CONSIDERANDO o Artigo 90, inciso II do Capítulo II da Lei Orgânica;

CONSIDERANDO os termos dos requerimentos dos servidores para concessão de Férias dos períodos aquisitivos relacionados.

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER Férias aos servidores públicos municipais do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAES de Jaraguá do Sul, na seguinte forma:

SERVIDOR e MATRÍCULA	Período Aquisitivo de Férias	Período de Férias a Serem Gozadas	Número de Dias de Férias a Serem Gozadas	Número de Dias de Férias a converter em abono pecuniário referente ao Período Aquisitivo
Adelmo Mezalira – 424	01/03/2017 a 28/02/2018	02/07/2018 a 21/07/2018	20	X
Ozias Dreher – 608	07/07/2016 a 06/07/2017	02/07/2018 a 11/07/2018	10	X
Jonathan da Maia Kreis – 570	05/06/2017 a 04/06/2018	02/07/2018 a 21/07/2018	20	10
Nikolas Schmidt Zonta – 614	09/09/2016 a 08/09/2017	02/07/2018 a 21/07/2018	20	10
Sergio Garghetti – 354	08/01/2017 a 07/01/2018	02/07/2018 a 21/07/2018	20	10

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 21 de junho de 2018.

ADEMIR IZIDORO
Diretor Presidente

PORTARIA SAMAESJSU Nº. 287/2018

Publicação Nº 1663668

PORTARIA SAMAESJSU Nº 287/2018
Abertura de Sindicância

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 154/2014 de 03/11/2014;

CONSIDERANDO, o memorando 0571/2018/Samae de 18 de junho de 2018;

CONSIDERANDO o incidente envolvendo o veículo do Samae, patrimônio nº 4098, verificado no dia 14 de maio de 2018.

RESOLVE:

Art. 1º DETERMINAR a abertura de Sindicância a fim de apurar e opinar sobre a responsabilidade de servidores envolvidos no incidente envolvendo o veículo do Samae, patrimônio nº 4098, verificado no dia 14 de maio de 2018.

Art. 2º A Comissão responsável para apuração dos fatos é aquela designada pela Portaria nº 273/2017 de 29/06/2017, Comissão Permanente de Sindicância Administrativa que, deverá apresentar relatório conclusivo no prazo de 30 (trinta) dias.

Parágrafo Único. O prazo de conclusão dos trabalhos poderá ser prorrogado por igual período, a pedido da Comissão, observado, contudo, a conveniência e oportunidade administrativa.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 21 de junho de 2018.

ADEMIR IZIDORO
Diretor Presidente

PORTARIA SAMAEJSU Nº. 288/2018

Publicação Nº 1663669

PORTARIA SAMAEJSU Nº. 288/2018
Concede gozo de Licença Prêmio

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas e com fundamento nos artigos 133, 134, 135 e 136, da Lei Complementar Nº. 154/2014 de 03/11/2014, e;

CONSIDERANDO os termos do requerimento do servidor para concessão de Licença Prêmio, período de 10 de janeiro de 2011 a 31 de janeiro de 2014, considerando 24 meses de averbação.

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER, a partir do dia 02 de julho de 2018, 15 (quinze) dias de gozo de Licença Prêmio, ao servidor público municipal AMARILDO TRAVASSOS, ocupante do cargo de Encanador, matrícula 365.

Art. 2º Deverá o servidor retornar as suas funções no dia 17 de julho de 2018.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 21 de junho de 2018.
ADEMIR IZIDORO
Diretor Presidente

PORTARIA SAMAEJSU Nº. 289/2018

Publicação Nº 1663670

PORTARIA SAMAE JSU Nº 289/2018
Designa Servidores para exercer a função de
Gestor e Fiscal de contratos.

O DIRETOR PRESIDENTE do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar Municipal nº 123/2012, suas alterações; e

CONSIDERANDO que cabe à Autarquia, nos termos do disposto no artigo 58, inciso III e artigo 67, § 1º da Lei Federal nº. 8.666/93, acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos celebrados através de um representante da Administração;

CONSIDERANDO a Portaria Normativa SAMAE JSU Nº 350/2017 de 17 de agosto de 2017;

CONSIDERANDO o Memorando 0592/2018/SAMAE de 21 de junho de 2018;

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores EVANIA APARECIDA DUARTE LIEBL matrícula 653, ocupante do Cargo de Diretor de Obras e FERNANDO JESUÍNO DE ABREU matrícula 607, ocupante do Cargo de Técnico Eletromecânico para desempenharem respectivamente as funções de GESTOR e FISCAL, dos Contratos abaixo relacionados:

CONTRATO	EMPRESA CONTRATADA
Contrato nº 183/2018 de 11 de junho de 2018, que tem como origem a licitação na modalidade Pregão nº 053/2018: Serviço de Manutenção de CLP Altus DUO350, Serviço de Manutenção de Fonte de Alimentação DC, Serviço de Manutenção de Multimetro de Energia, Serviço de Manutenção de Protetor de Surtos e Serviço de Manutenção de Rádio Modem 900 MHz Surtos, conforme Termo de Referência Anexo X deste edital.	Severo Roth Comércio e Manutenção de Equipamentos Médicos Eireli ME.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 21 de junho de 2018.
ADEMIR IZIDORO
Diretor Presidente

PORTARIA SAMAEJSU Nº. 290/2018

Publicação Nº 1663682

PORTARIA SAMAE JSU Nº 290/2018

Designa Servidores para exercer a função de Gestor e Fiscal de contratos.

O DIRETOR PRESIDENTE do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar Municipal nº 123/2012, suas alterações; e

CONSIDERANDO que cabe à Autarquia, nos termos do disposto no artigo 58, inciso III e artigo 67, § 1º da Lei Federal nº. 8.666/93, acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos celebrados através de um representante da Administração;

CONSIDERANDO a Portaria Normativa SAMAE JSU Nº 350/2017 de 17 de agosto de 2017;

CONSIDERANDO o Memorando 0592/2018/SAMAE de 21 de junho de 2018;

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores SAULO DE OLIVEIRA MIRANDA matrícula 666, ocupante do Cargo de Diretor Administrativo e GIOVANI MARCIAL FRANCO DA SILVA matrícula 366, ocupante do Cargo de Coordenador de Controle Patrimonial e Serviços Gerais, para desempenharem respectivamente as funções de GESTOR e FISCAL, dos Contratos abaixo relacionados:

CONTRATO	EMPRESA CONTRATADA
Contrato nº 188/2018 de 18 de junho de 2018, que tem como origem a licitação na modalidade Pregão nº 092/2018: Lavagem Completa e Pulverização.	Lavagem Alternativa Ltda. ME.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 21 de junho de 2018.

ADEMIR IZIDORO
Diretor Presidente**PORTARIA SAMAEJSU Nº. 291/2018**

Publicação Nº 1663684

PORTARIA SAMAE JSU Nº 291/2018

Designa Servidores para exercer a função de Gestor e Fiscal de contratos.

O DIRETOR PRESIDENTE do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar Municipal nº 123/2012, suas alterações; e

CONSIDERANDO que cabe à Autarquia, nos termos do disposto no artigo 58, inciso III e artigo 67, § 1º da Lei Federal nº. 8.666/93, acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos celebrados através de um representante da Administração;

CONSIDERANDO a Portaria Normativa SAMAE JSU Nº 350/2017 de 17 de agosto de 2017;

CONSIDERANDO o Memorando 0592/2018/SAMAE de 21 de junho de 2018;

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores SAULO DE OLIVEIRA MIRANDA matrícula 666, ocupante do Cargo de Diretor Administrativo e

NELCIONE AMARAL matrícula 656, ocupante do Cargo de Coordenador de Almoxarifado para desempenharem respectivamente as funções de GESTOR e FISCAL, dos Contratos abaixo relacionados:

CONTRATO	EMPRESA CONTRATADA
Contrato nº 190/2018 de 20 de junho de 2018, que tem como origem a licitação na modalidade Pregão nº 093/2018: Prestação de serviço, conforme Termo de Referência, Anexo X.	Transpézia Ltda.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 21 de junho de 2018.

ADEMIR IZIDORO
Diretor Presidente**PORTARIA SAMAEJSU Nº. 292/2018**

Publicação Nº 1663686

PORTARIA SAMAEJSU Nº 292/2018

Designa Comissão de Pregão

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal 123/2012 de 30/03/2012, e de acordo com o disposto no inciso IV, do Art. 3º da Lei 10.520 de 17 de Julho de 2002,

CONSIDERANDO, os termos do memorando 599/2018 de 22 de junho de 2018;

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR, o Pregoeiro e Equipe de Apoio, para compor a Comissão Permanente de Licitação, na modalidade Pregão, desta Autarquia, conforme descrição infra:

I – Pregoeiro:

- a) Greicy Paola Farias Fronza Volkmann, matrícula 398, Escriturário;
- b) Suplente: Alessandra Stinghen, matrícula, 565, Escriturário;

II – Equipe de Apoio:

- a) Barbara Wittkowski Fendrich, matrícula 555, Escriturário;
- b) Guilherme Goettzinger, matrícula 605, Agente Administrativo;
- c) Suplente: Ailton Rodrigo Ramos, matrícula 414, Auxiliar Administrativo.

Art. 2º Todas as licitações deverão ser homologadas pelo Diretor Presidente do Samae.

Art. 3º Os servidores designados para comporem a referida comissão farão jus a uma gratificação, conforme estabelece a Lei Municipal nº 3.826/2005 de 27 de maio de 2005, vedada sua percepção de forma cumulada.

Art. 4º Em consequência fica revogada a Portaria 169/2017 de 18 de abril de 2017.

Art. 5º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 22 de junho de 2018.

Jaraguá do Sul, 22 de junho de 2018.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

ADEMIR IZIDORO
Diretor Presidente

(47) 2106-9100 ou e-mail: compras@samaejs.com.br.
Ademir Izidoro
Diretor Presidente

SAMAE - AVISO DE LICITAÇÃO - LICITAÇÃO Nº 085/2018

Publicação Nº 1664283

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE
JARAGUÁ DO SUL – SC
AVISO DE LICITAÇÃO
LICITAÇÃO Nº 085/2018
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL
OBJETO: AQUISIÇÃO DE AERADOR VENTURI TIPO JET
RETIRADA DO EDITAL: A partir do dia 26/06/2018, das 08 horas às 12 horas e das 13 horas às 16 horas
DATA DA ABERTURA: 12/07/2018 às 14 horas
O Edital encontra-se à disposição dos interessados no escritório do Samae, na Rua Erwino Menegotti, nº 478 – Jaraguá do Sul – SC e no site: www.samaejs.com.br
Esclarecimentos adicionais poderão ser obtidos através do telefone (47) 2106-9100 ou e-mail: compras@samaejs.com.br.
Ademir Izidoro
Diretor Presidente

SAMAE - AVISO DE LICITAÇÃO - LICITAÇÃO Nº 098/2018

Publicação Nº 1664286

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE
JARAGUÁ DO SUL – SC
AVISO DE LICITAÇÃO
LICITAÇÃO Nº 098/2018
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL
OBJETO: AQUISIÇÃO DE CAIXAS DE PAPELÃO RECICLADO, SELOS DE ALUMÍNIO PARA SELADORA DE COPOS E COPOS PLÁSTICOS PARA ENVASE DE ÁGUA.
RETIRADA DO EDITAL: A partir do dia 26/06/2018, das 08 horas às 12 horas e das 13 horas às 16 horas
DATA DA ABERTURA: 11/07/2018 às 14 horas
O Edital encontra-se à disposição dos interessados no escritório do Samae, na Rua Erwino Menegotti, nº 478 – Jaraguá do Sul – SC e no site: www.samaejs.com.br
Esclarecimentos adicionais poderão ser obtidos através do telefone (47) 2106-9100 ou e-mail: compras@samaejs.com.br.
Ademir Izidoro
Diretor Presidente

SAMAE - AVISO DE LICITAÇÃO - LICITAÇÃO Nº 099/2018

Publicação Nº 1664288

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE
JARAGUÁ DO SUL – SC
AVISO DE LICITAÇÃO
LICITAÇÃO Nº 099/2018
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL
OBJETO: AQUISIÇÃO DE ROLAMENTOS.
RETIRADA DO EDITAL: A partir do dia 26/06/2018, das 08 horas às 12 horas e das 13 horas às 16 horas
DATA DA ABERTURA: 16/07/2018 às 14 horas
O Edital encontra-se à disposição dos interessados no escritório do Samae, na Rua Erwino Menegotti, nº 478 – Jaraguá do Sul – SC e no site: www.samaejs.com.br
Esclarecimentos adicionais poderão ser obtidos através do telefone

SAMAE - AVISO DE LICITAÇÃO - LICITAÇÃO Nº 100/2018

Publicação Nº 1664291

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE
JARAGUÁ DO SUL – SC
AVISO DE LICITAÇÃO
LICITAÇÃO Nº 100/2018
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO, INSTALAÇÃO E MONTAGEM DE TANQUE DE POLI-PROPILENO COM CAPACIDADE DE 3000 LITROS
RETIRADA DO EDITAL: A partir do dia 26/06/2018, das 08 horas às 12 horas e das 13 horas às 16 horas
DATA DA ABERTURA: 12/07/2018 às 10 horas
O Edital encontra-se à disposição dos interessados no escritório do Samae, na Rua Erwino Menegotti, nº 478 – Jaraguá do Sul – SC e no site: www.samaejs.com.br
Esclarecimentos adicionais poderão ser obtidos através do telefone (47) 2106-9100 ou e-mail: compras@samaejs.com.br.
Ademir Izidoro
Diretor Presidente

SAMAE - AVISO DE LICITAÇÃO - LICITAÇÃO Nº 101/2018

Publicação Nº 1664320

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE
JARAGUÁ DO SUL – SC
AVISO DE LICITAÇÃO
LICITAÇÃO Nº 101/2018
TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL
OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS
RETIRADA DO EDITAL: A partir do dia 26/06/2018, das 08 horas às 12 horas e das 13 horas às 16 horas
DATA DA ABERTURA: 16/07/2018 às 10 horas
O Edital encontra-se à disposição dos interessados no escritório do Samae, na Rua Erwino Menegotti, nº 478 – Jaraguá do Sul – SC e no site: www.samaejs.com.br
Esclarecimentos adicionais poderão ser obtidos através do telefone (47) 2106-9100 ou e-mail: compras@samaejs.com.br.
Ademir Izidoro
Diretor Presidente

SAMAE - AVISO DE LICITAÇÃO - LICITAÇÃO Nº 102/2018

Publicação Nº 1664607

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE
JARAGUÁ DO SUL – SC
AVISO DE LICITAÇÃO
LICITAÇÃO Nº 102/2018
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL
OBJETO: AQUISIÇÃO DE PRODUTOS QUÍMICOS
RETIRADA DO EDITAL: A partir do dia 26/06/2018, das 08 horas às 12 horas e das 13 horas às 16 horas
DATA DA ABERTURA: 09/07/2018 às 14 horas
O Edital encontra-se à disposição dos interessados no escritório do Samae, na Rua Erwino Menegotti, nº 478 – Jaraguá do Sul – SC e no site: www.samaejs.com.br

Esclarecimentos adicionais poderão ser obtidos através do telefone (47) 2106-9100 ou e-mail: compras@samae.js.com.br.

Ademir Izidoro
Diretor Presidente

SEMED - PORTARIA Nº 790/2018

Publicação Nº 1663454

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
--	---

PORTARIA Nº 790/2018

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 186/2016, de 26 de dezembro de 2016, Lei Complementar Nº 102/2010, de 12/11/2010, alterada pela Lei Complementar Nº 190/2017, de 22/03/2017 e Processo Seletivo de Provas, realizado através do Edital Nº 007/2017/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

PRORROGAR A PORTARIA Nº 278/2018, de 15.02.2018, que admitiu, CAROLINE KOSLOSKI, para em Caráter Temporário atuar como Professor de Ensino Fundamental, nos ANOS FINAIS, na disciplina de MATEMÁTICA, no período de 03.05.2018 até 03.08.2018.

Jaraguá do Sul, 30 de maio de 2018

ROGÉRIO JUNG
Secretário Municipal da Educação

SEMED - PORTARIA Nº 791/2018

Publicação Nº 1663455

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
--	---

PORTARIA Nº 791/2018

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 186/2016, de 26 de dezembro de 2016, Lei Complementar Nº 102/2010, de 12/11/2010, alterada pela Lei Complementar Nº 190/2017, de 22/03/2017 e Processo Seletivo de Provas, realizado através do Edital Nº 007/2017/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

PRORROGAR A PORTARIA Nº 267/2018, de 15.02.2018, que admitiu CASSIO AMARAL, para em Caráter Temporário atuar como Professor de Ensino Fundamental, nos ANOS FINAIS, na disciplina de CIÊNCIAS, no período de 03.05.2018 até 03.08.2018.

Jaraguá do Sul, 30 de maio de 2018
ROGÉRIO JUNG
Secretário Municipal da Educação

SEMED - PORTARIA Nº 792/2018

Publicação Nº 1663456

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
--	---

PORTARIA Nº 792/2018

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 186/2016, de 26 de dezembro de 2016, Lei Complementar Nº 102/2010, de 12/11/2010, alterada pela Lei Complementar Nº 190/2017, de 22/03/2017 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 003/2018/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

PRORROGAR A PORTARIA Nº 407/2018, de 19.03.2018, que admitiu, CHEILA FERNANDES PEREIRA CADONA, para em Caráter Temporário atuar como Coordenador Pedagógico, no período de 03.05.2018 até 03.08.2018.

Jaraguá do Sul, 30 de maio de 2018
ROGÉRIO JUNG
Secretário Municipal da Educação

SEMED - PORTARIA Nº 793/2018

Publicação Nº 1663457

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
--	---

PORTARIA Nº 793/2018

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 186/2016, de 26 de dezembro de 2016, Lei Complementar Nº 102/2010, de 12/11/2010, alterada pela Lei Complementar Nº 190/2017, de 22/03/2017 e Processo Seletivo de Provas, realizado através do Edital Nº 007/2017/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

PRORROGAR A PORTARIA Nº 025/2018, de 15.02.2018, que admitiu, CHRISTIANE KARVAT, para em Caráter Temporário atuar como Professor de Educação Infantil, no período de 03.05.2018 até 03.08.2018.

Jaraguá do Sul, 30 de maio de 2018
ROGÉRIO JUNG
Secretário Municipal da Educação

SEMED - PORTARIA Nº 794/2018

Publicação Nº 1663458

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
--	---

PORTARIA Nº 794/2018

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL,

no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 186/2016, de 26 de dezembro de 2016, Lei Complementar Nº 102/2010, de 12/11/2010, alterada pela Lei Complementar Nº 190/2017, de 22/03/2017 e Processo Seletivo de Provas, realizado através do Edital Nº 007/2017/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

PRORROGAR A PORTARIA Nº 072/2018, de 15.02.2018, que admitiu, CINTIA SOARES DE BRITO POTTRATZ, para em Caráter Temporário atuar como Professor de Educação Infantil, no período de 03.05.2018 até 03.08.2018.

Jaraguá do Sul, 30 de maio de 2018
ROGÉRIO JUNG
Secretário Municipal da Educação

SEMED - PORTARIA Nº 795/2018

Publicação Nº 1663460

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
--	---

PORTARIA Nº 795/2018

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 186/2016, de 26 de dezembro de 2016, Lei Complementar Nº 102/2010, de 12/11/2010, alterada pela Lei Complementar Nº 190/2017, de 22/03/2017 e Processo Seletivo de Provas, realizado através do Edital Nº 007/2017/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

PRORROGAR A PORTARIA Nº 153/2018, de 15.02.2018, que admitiu, CLEVIA BITTENCURT ERSCHING, para em Caráter Temporário atuar como AUXILIAR DE SALA, no período de 03.05.2018 até 03.08.2018.

Jaraguá do Sul, 30 de maio de 2018
ROGÉRIO JUNG
Secretário Municipal da Educação

SEMED - PORTARIA Nº 796/2018

Publicação Nº 1663461

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
--	---

PORTARIA Nº 796/2018

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 186/2016, de 26 de dezembro de 2016, Lei Complementar Nº 102/2010, de 12/11/2010, alterada pela Lei Complementar Nº 190/2017, de 22/03/2017 e Processo Seletivo de Provas, realizado através do Edital Nº 007/2017/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

PRORROGAR A PORTARIA Nº 317/2018, de 15.02.2018, que admitiu, CORNELIA HOLZINGER CAGLIONI, para em Caráter Temporário atuar como Professor de Ensino Fundamental, nos ANOS FINAIS, na disciplina de EDUCAÇÃO FÍSICA, no período de 03.05.2018

até 03.08.2018.

Jaraguá do Sul, 30 de maio de 2018
ROGÉRIO JUNG
Secretário Municipal da Educação

SEMED - PORTARIA Nº 797/2018

Publicação Nº 1663462

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
--	---

PORTARIA Nº 797/2018

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 186/2016, de 26 de dezembro de 2016, Lei Complementar Nº 102/2010, de 12/11/2010, alterada pela Lei Complementar Nº 190/2017, de 22/03/2017 e Processo Seletivo de Provas, realizado através do Edital Nº 007/2017/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

PRORROGAR A PORTARIA Nº 141/2018, de 15.02.2018, que admitiu, CRISTHIANE ELIZBETH RADUNZ VOELZ, para em Caráter Temporário atuar como Professor de Ensino Fundamental, nos ANOS INICIAIS, no período de 03.05.2018 até 03.08.2018.

Jaraguá do Sul, 30 de maio de 2018
ROGÉRIO JUNG
Secretário Municipal da Educação

SEMED - PORTARIA Nº 798/2018

Publicação Nº 1663463

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
--	---

PORTARIA Nº 798/2018

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 186/2016, de 26 de dezembro de 2016, Lei Complementar Nº 102/2010, de 12/11/2010, alterada pela Lei Complementar Nº 190/2017, de 22/03/2017 e Processo Seletivo de Provas, realizado através do Edital Nº 007/2017/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

PRORROGAR A PORTARIA Nº 092/2018, de 15.02.2018, que admitiu, CRISTIANE LUIZA CANDIOTTO VIANA, para em Caráter Temporário atuar como Professor de Ensino Fundamental, nos ANOS INICIAIS, no período de 03.05.2018 até 03.08.2018.

Jaraguá do Sul, 30 de maio de 2018
ROGÉRIO JUNG
Secretário Municipal da Educação

SEMED - PORTARIA Nº 799/2018

Publicação Nº 1663464

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

PORTARIA Nº 799/2018

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 186/2016, de 26 de dezembro de 2016, Lei Complementar Nº 102/2010, de 12/11/2010, alterada pela Lei Complementar Nº 190/2017, de 22/03/2017 e Processo Seletivo de Provas, realizado através do Edital Nº 007/2017/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

PRORROGAR A PORTARIA Nº 180/2018, de 15.02.2018, que admitiu, CRISTINA DE SOUZA OLIVEIRA, para em Caráter Temporário atuar como AUXILIAR DE SALA, no período de 03.05.2018 até 03.08.2018.

Jaraguá do Sul, 30 de maio de 2018
ROGÉRIO JUNG
Secretário Municipal da Educação

SEMED - PORTARIA Nº 800/2018

Publicação Nº 1663465

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

PORTARIA Nº 800/2018

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 186/2016, de 26 de dezembro de 2016, Lei Complementar Nº 102/2010, de 12/11/2010, alterada pela Lei Complementar Nº 190/2017, de 22/03/2017 e Processo Seletivo de Provas, realizado através do Edital Nº 007/2017/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

PRORROGAR A PORTARIA Nº 331/2018, de 28.02.2018, que admitiu, CRISTINI DE SOUZA ORTIZ, para em Caráter Temporário atuar como Professor de Ensino Fundamental, nos ANOS FINAIS, na disciplina de EDUCAÇÃO FÍSICA, no período de 03.05.2018 até 03.08.2018.

Jaraguá do Sul, 30 de maio de 2018
ROGÉRIO JUNG
Secretário Municipal da Educação

SEMED - PORTARIA Nº 801/2018

Publicação Nº 1663466

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

PORTARIA Nº 801/2018

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL,

no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 186/2016, de 26 de dezembro de 2016, Lei Complementar Nº 102/2010, de 12/11/2010, alterada pela Lei Complementar Nº 190/2017, de 22/03/2017 e Processo Seletivo de Provas, realizado através do Edital Nº 007/2017/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

PRORROGAR A PORTARIA Nº 308/2018, de 15.02.2018, que admitiu, DANIEL FRUHAUF, para em Caráter Temporário atuar como Professor de Ensino Fundamental, nos ANOS FINAIS, na disciplina de ARTE-MÚSICA, no período de 03.05.2018 até 03.08.2018.

Jaraguá do Sul, 30 de maio de 2018
ROGÉRIO JUNG
Secretário Municipal da Educação

SEMED - PORTARIA Nº 802/2018

Publicação Nº 1663467

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

PORTARIA Nº 802/2018

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 186/2016, de 26 de dezembro de 2016, Lei Complementar Nº 102/2010, de 12/11/2010, alterada pela Lei Complementar Nº 190/2017, de 22/03/2017 e Processo Seletivo de Provas, realizado através do Edital Nº 007/2017/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

PRORROGAR A PORTARIA Nº 172/2018, de 15.02.2018, que admitiu, DANIELE MACHADO GOMES DOS SANTOS, para em Caráter Temporário atuar como AUXILIAR DE SALA, no período de 03.05.2018 até 03.08.2018.

Jaraguá do Sul, 30 de maio de 2018
ROGÉRIO JUNG
Secretário Municipal da Educação

SEMED - PORTARIA Nº 803/2018

Publicação Nº 1663468

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

PORTARIA Nº 803/2018

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 186/2016, de 26 de dezembro de 2016, Lei Complementar Nº 102/2010, de 12/11/2010, alterada pela Lei Complementar Nº 190/2017, de 22/03/2017 e Processo Seletivo de Provas, realizado através do Edital Nº 007/2017/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

PRORROGAR A PORTARIA Nº 274/2018, de 15.02.2018, que admitiu, DARBI MULLER, para em Caráter Temporário atuar como Professor de Ensino Fundamental, nos ANOS FINAIS, na disciplina de MATEMÁTICA, no período de 03.05.2018 até 03.08.2018.

Jaraguá do Sul, 30 de maio de 2018
ROGÉRIO JUNG
Secretário Municipal da Educação

SEMED - PORTARIA Nº 804/2018

Publicação Nº 1663469

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

PORTARIA Nº 804/2018

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 186/2016, de 26 de dezembro de 2016, Lei Complementar Nº 102/2010, de 12/11/2010, alterada pela Lei Complementar Nº 190/2017, de 22/03/2017 e Processo Seletivo de Provas, realizado através do Edital Nº 007/2017/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

PRORROGAR A PORTARIA Nº 026/2018, de 15.02.2018, que admitiu, DARLENE RAMOS CORREIA PEREIRA, para em Caráter Temporário atuar como Professor de Educação Infantil, no período de 03.05.2018 até 03.08.2018.

Jaraguá do Sul, 30 de maio de 2018
ROGÉRIO JUNG
Secretário Municipal da Educação

SEMED - PORTARIA Nº 805/2018

Publicação Nº 1663470

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

PORTARIA Nº 805/2018

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 186/2016, de 26 de dezembro de 2016, Lei Complementar Nº 102/2010, de 12/11/2010, alterada pela Lei Complementar Nº 190/2017, de 22/03/2017 e Processo Seletivo de Provas, realizado através do Edital Nº 007/2017/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

PRORROGAR A PORTARIA Nº 067/2018, de 15.02.2018, que admitiu, DEBORA DOS SANTOS, para em Caráter Temporário atuar como Professor de Educação Infantil, no período de 03.05.2018 até 03.08.2018.

Jaraguá do Sul, 30 de maio de 2018
ROGÉRIO JUNG
Secretário Municipal da Educação

SEMED - PORTARIA Nº 806/2018

Publicação Nº 1663471

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

PORTARIA Nº 806/2018

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 186/2016, de 26 de dezembro de 2016, Lei Complementar Nº 102/2010, de 12/11/2010, alterada pela Lei Complementar Nº 190/2017, de 22/03/2017 e Processo Seletivo de Provas, realizado através do Edital Nº 007/2017/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

PRORROGAR A PORTARIA Nº 178/2018, de 15.02.2018, que admitiu, DEBORA KURZAWSKI, para em Caráter Temporário atuar como AUXILIAR DE SALA, no período de 03.05.2018 até 03.08.2018.

Jaraguá do Sul, 30 de maio de 2018
ROGÉRIO JUNG
Secretário Municipal da Educação

SEMED - PORTARIA Nº 807/2018

Publicação Nº 1663472

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

PORTARIA Nº 807/2018

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 186/2016, de 26 de dezembro de 2016, Lei Complementar Nº 102/2010, de 12/11/2010, alterada pela Lei Complementar Nº 190/2017, de 22/03/2017 e Processo Seletivo de Provas, realizado através do Edital Nº 007/2017/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

PRORROGAR A PORTARIA Nº 041/2018, de 15.02.2018, que admitiu, DEBORA LUCIA PRESTINI HEIDEN, para em Caráter Temporário atuar como Professor de Educação Infantil, no período de 03.05.2018 até 03.08.2018.

Jaraguá do Sul, 30 de maio de 2018
ROGÉRIO JUNG
Secretário Municipal da Educação

SEMED - PORTARIA Nº 808/2018

Publicação Nº 1663473

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

PORTARIA Nº 808/2018

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 186/2016, de 26 de dezembro de 2016, Lei Complementar Nº 102/2010, de 12/11/2010, alterada pela Lei Complementar Nº 190/2017, de 22/03/2017 e Processo Seletivo de Provas, realizado através do Edital Nº 007/2017/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

PRORROGAR A PORTARIA Nº 034/2018, de 15.02.2018, que admitiu, DEBORA MICHELLY OLIVEIRA DA SILVA BORTOLINI, para em

Caráter Temporário atuar como Professor de Educação Infantil, no período de 03.05.2018 até 03.08.2018.

Jaraguá do Sul, 30 de maio de 2018
ROGÉRIO JUNG
Secretário Municipal da Educação

SEMED - PORTARIA Nº 809/2018

Publicação Nº 1663474

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
--	---

PORTARIA Nº 809/2018

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 186/2016, de 26 de dezembro de 2016, Lei Complementar Nº 102/2010, de 12/11/2010, alterada pela Lei Complementar Nº 190/2017, de 22/03/2017 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 003/2018/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

PRORROGAR A PORTARIA Nº 340/2018, de 09.03.2018, que admitiu, DEISE MARA ESTEVÃO SCHUTZ, para em Caráter Temporário atuar como Professor de Ensino Fundamental, nos ANOS FINAIS, na disciplina de INGLÊS, no período de 03.05.2018 até 03.08.2018.

Jaraguá do Sul, 30 de maio de 2018
ROGÉRIO JUNG
Secretário Municipal da Educação

Joaçaba

PREFEITURA

DECRETO N 5421 DE 25 DE JUNHO DE 2018

Publicação Nº 1664529

DECRETO Nº 5.421 DE 25 DE JUNHO DE 2018

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, AUTORIZADO PELA LEI Nº 5.134 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017, PELO ARTIGO 15 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito Municipal de Joaçaba, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições, que lhes são conferidas por Lei;

DECRETA:

Art. 1º: Fica aberto crédito adicional suplementar nas dotações abaixo identificadas, no valor R\$ 21.522,03 (vinte e mil, quinhentos e vinte e dois reais e três centavos), por conta do superávit financeiro do exercício anterior, dos recursos vinculados do município:

Órgão: 06 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Unidade Orçamentária: 01 – Secretaria de Educação

Proj./Atividade: 2.048 Manutenção das Atividades da Educação Infantil - Creche

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.03.0037.000000-278 Aplicações Diretas

Valor: R\$ 5.883,46

Órgão: 08 SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E AGRICULTURA

Unidade Orçamentária: 01 – Diretoria de Obras e Urbanismo

Proj./Atividade: 2.157 Pavimentação e Conservação de Vias Públicas

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.03.0007.000000-287

Valor: R\$ 9.615,20

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.03.0039.000000-288

Valor: R\$ 6.023,37

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

JOAÇABA(SC), em 25 de junho de 2018.

Dioclésio Ragnini

Prefeito

EXTRATO PP 54/2018/PMJ

Publicação Nº 1664588

MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC)

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 86/2018/PMJ

PREGÃO PRESENCIAL Nº 54/2018/PMJ

Objeto: o Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de gênero alimentício destinado à manutenção da merenda escolar das creches e escolas municipais. Forma de Julgamento: Menor Preço por Item. Credenciamento e entrega dos envelopes: até as 14 horas do dia 09/07/2018. Processamento do Pregão: às 14 horas do dia 09/07/2018, na sala do Setor de Compras e Licitações - Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, no endereço abaixo citado. Local para aquisição do Edital: Setor de Compras e Licitações - Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, situado na Avenida XV de Novembro, 378, centro, em dias úteis, de segunda à sexta-feira, no horário das 13 às 19 horas ou no site www.joacaba.sc.gov.br, a partir da publicação deste aviso. Quaisquer informações poderão ser solicitadas junto ao Setor de Compras e

Licitações, no endereço citado acima, pelo telefone 049 3527-8828 ou pelo e-mail comprasjba@yahoo.com.br.

Joaçaba, 25 de junho de 2018.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

MARILENA ZANOELLO DETONI - Secretária

HOMOLOG PL 68/2018 PMJ

Publicação Nº 1664203

PREFEITURA DE JOAÇABA

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 68/2018/PMJ

PREGÃO PRESENCIAL Nº 43/2018/PMJ

A Coordenadora do Fundo Municipal de Esportes Sra. Ana Paula Gurgacz, no uso de suas atribuições, resolve:

HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 68/2018/PMJ.

Modalidade: Pregão Presencial 43/2018.

Objeto: o Registro de Preços visando a aquisição eventual e futura de materiais esportivos.

Empresas Vencedoras:

ESPORTE CENTER COM. DE ARTIGOS ESPORTIVOS RIRELI

VALOR R\$ 11.457,00

IRACI BERTOLLO & FILHO LTDA

VALOR R\$ 2.715,00

PRISCILA RAUBER HENGEMUHLE-EPP

VALOR R\$ 7.324,00

S. SCHNEIDER –EPP

VALOR R\$ 10.552,80

VIDELIVROS COM. DE LIVROS E JOGOS PEDAG. LTDA

VALOR R\$ 2.698,50

2) AUTORIZAR: a emissão das notas de empenhos correspondentes.

Joaçaba (SC), 22 de junho de 2018.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

ANA PAULA ABE GURGACZ

COORDENADORA DO FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTES

LEI COMPLEMENTAR Nº 359 DE 25 DE JUNHO DE 2018.

Publicação Nº 1664564

LEI COMPLEMENTAR Nº 359 DE 25 DE JUNHO DE 2018.

“INSERE, REVOGA E DÁ NOVA REDAÇÃO A DISPOSITIVOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 134/2007 – Código de Edificações E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte,

LEI :

Art. 1º. Ficam alterados o inciso III do art. 75; caput do art. 107; caput do art. 109; caput do art. 181; caput do art. 325; inciso V do art. 326; todos da Lei Complementar nº 134/2007 (Código de Edificações), passando a vigorar com a seguinte redação:

Art. 75. (...)

III – ter sanitários, conforme descrito no art. 71 desta;

Art. 107. Toda a regulamentação e fiscalização em relação a Subseção I, será de acordo com a normatização e fiscalização do Corpo de Bombeiro Militar do Estado de Santa Catarina, ficando suprimido os demais artigos desta Subseção.

Art. 109 Os espaçamentos entre as séries, bem como o número máximo de assentos por fila, obedecerá à legislação vigente do corpo de bombeiros.

Art. 181. As circulações em um mesmo nível, de utilização privativa em uma unidade residencial ou comercial, seguirão a normatização e fiscalização do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Santa Catarina.

Art. 325 As áreas de estacionamento descoberto deverão obedecer aos mesmos critérios definidos para as áreas cobertas.

Art. 326 (...)

V - ter vagas de estacionamento para cada veículo locado em planta, com largura mínima de 2,50m (dois metros e cinquenta centímetros) e comprimento mínimo de 5,00m (cinco metros);

Art. 2º. Ficam revogados os incisos II, III, V, VII, VIII do art. 50; incisos II, IV, VIII, IX, X, XI, §1º e §2º do art. 53; art. 108, 110, 111, 112, 113 e 114; art. 182 e seus incisos; art. 263; caput, §1º e §2º do art. 275; todos da Lei Complementar nº 134/2007 (Código de Edificações).

Art. 3º. Os demais dispositivos permanecem inalterados.

Art. 4º. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

JOAÇABA(SC), em 25 de junho de 2018.
DIOCLÉSIO RAGNINI
Prefeito

ORDEM DE SERVIÇO Nº 315/2018 - ASSINADA EM 21/06/2018

Publicação Nº 1664583

ORDEM DE EXECUÇÃO DE SERVIÇO Nº 315/2018

Autorizo por meio desta, a empresa VIGA PAVIMENTAÇÃO E OBRAS LTDA CNPJ/MF nº 09.223.659/0001-81 a execução dos serviços e o fornecimento dos materiais e equipamentos necessários para a pavimentação em concreto armado da Travessa Frei Bruno, no Município de Joaçaba, SC, de acordo com o Processo de Licitação nº 40/2018/PMJ – Edital TP nº 09/2018/PMJ homologado no dia 06/06/2018. O total do serviço ora contratado é o consignado na proposta declarada vencedora no valor de R\$ R\$ 36.749,82 (trinta e seis mil, setecentos e quarenta e nove reais e oitenta e dois centavos) cujo pagamento será efetuado de acordo com a Cláusula Quarta do Contrato nº 66/2018/PMJ, de 06 de junho de 2018. O prazo de execução é em até 04 (quatro) meses contados da data de recebimento desta Ordem de Serviço.

Joaçaba (SC), 21 de junho de 2018.

Contratante: SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E AGRICULTURA

Assinatura e carimbo: _____

VILSON SARTORI

Secretário de Infraestrutura e Agricultura

Contratada: VIGA PAVIMENTAÇÃO E OBRAS LTDA

Representante: ELIANE GRASSMANN

Assinatura e carimbo: _____

CPF n. 008.708.779-09

RECEBI EM: ____/____/____

ORDEM DE SERVIÇO Nº 316/2018 - ASSINADA EM 21/06/2018

Publicação Nº 1664585

ORDEM DE EXECUÇÃO DE SERVIÇO Nº 316/2018

Autorizo por meio desta, a empresa KAENG INFRAESTRUTURA EIRELI CNPJ/MF nº 22.798.043/0001-05 a execução dos serviços e o fornecimento dos materiais e equipamentos pavimentação asfáltica e em concreto armado da Rua Ester Vendrame, no Município de Joaçaba, SC, de acordo com o Processo de Licitação nº 40/2018/PMJ – Edital TP nº 09/2018/PMJ homologado no dia 06/06/2018. O total do serviço ora contratado é o consignado na proposta declarada vencedora no valor de R\$ 122.707,48 (cento e vinte e dois mil setecentos e sete reais e quarenta e oito centavos) cujo pagamento será efetuado de acordo com a Cláusula Quarta do Contrato nº 65/2018/PMJ, de 06 de junho de 2018. O prazo de execução é em até 04 (quatro) meses contados da data de recebimento desta Ordem de Serviço.

Joaçaba (SC), 21 de junho de 2018.

Contratante: SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E AGRICULTURA

Assinatura e carimbo: _____

VILSON SARTORI

Secretário

Contratada: KAENG INFRAESTRUTURA EIRELI

Representante:

Assinatura e carimbo: _____

CPF n.

RECEBI EM: ____/____/____

35/2018 PMJ

Publicação Nº 1664204

Página: 1/12

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 35/2018

Número do Registro de Preços: 35/2018 Data do Registro: 22/06/2018 Válido até: 22/06/2019

Objeto da Compra: O Registro de Preços visando a aquisição eventual e futura de materiais esportivos.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	STEP para aula de ginástica, em EVA, medidas 60 x 28 x 10 cm (01-01-18179)	UN	S. SCHNEIDER (8206)	NEDEL	0	174,5000	1
2			IRACI BERTOLLO & FILHO LTDA (3774)		0	175,0000	2
3			PRISCILA RAUBER HENGEMUHL (8205)		0	194,0000	3
4			VIDELVROS COM. DE LIVROS E JOGOS PEDAGÓGICOS LTDA (7391)		0	198,0000	4
5			ESPORTE CENTER COMERCIO DE ARTIGOS ESPORTIVOS EIRE (2741)		0	198,5000	5
2	MEDICINE BALL - 03 kg - borracha (01-01-18180)	UN	S. SCHNEIDER (8206)	STORN	0	137,0000	1
2			IRACI BERTOLLO & FILHO LTDA (3774)		0	138,0000	2
3			ESPORTE CENTER COMERCIO DE ARTIGOS ESPORTIVOS EIRE (2741)		0	163,5000	3
4			PRISCILA RAUBER HENGEMUHL (8205)		0	163,5000	4
3	TORNOZELEIRA caneleira para academia - 01 kg (01-01-18181)	PAR	S. SCHNEIDER (8206)	KNOCKOUT	0	38,4000	1
2			PRISCILA RAUBER HENGEMUHL (8205)		0	38,5000	2
3			IRACI BERTOLLO & FILHO LTDA (3774)		0	39,5000	3
4			ESPORTE CENTER COMERCIO DE ARTIGOS ESPORTIVOS EIRE (2741)		0	39,9500	4

Página: 2/12

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 35/2018

Número do Registro de Preços: 35/2018 Data do Registro: 22/06/2018 Válido até: 22/06/2019						
Objeto da Compra: O Registro de Preços visando a aquisição eventual e futura de materiais esportivos.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
4	TORNOZELEIRA caneleira para academia - 02 kg (01-01-18182)	PAR	S. SCHNEIDER (8206)	KNOCKOUT	0	42,0000
			IRACI BERTOLLO & FILHO LTDA (3774)		0	42,9500
			VIDELVROS COM. DE LIVROS E JOGOS PEDAGÓGICOS LTDA (7391)		0	44,0000
			PRISCILA RAUBER HENGEMUHL (8206)		0	44,2500
			ESPORTE CENTER COMERCIO DE ARTIGOS ESPORTIVOS EIRE (2741)		0	44,2500
5	HALTERES para academia, confeccionado em ferro e borracha - 01 kg (01-01-18183)	UN	S. SCHNEIDER (8206)	NEDEL	0	17,8000
			PRISCILA RAUBER HENGEMUHL (8206)		0	18,0000
			IRACI BERTOLLO & FILHO LTDA (3774)		0	18,9500
			VIDELVROS COM. DE LIVROS E JOGOS PEDAGÓGICOS LTDA (7391)		0	20,5000
			ESPORTE CENTER COMERCIO DE ARTIGOS ESPORTIVOS EIRE (2741)		0	20,7500
6	HALTERES para academia, confeccionado em ferro e borracha - 02 kg (01-01-18184)	UN	S. SCHNEIDER (8206)	NEDEL	0	31,0000
			IRACI BERTOLLO & FILHO LTDA (3774)		0	31,9500
			VIDELVROS COM. DE LIVROS E JOGOS PEDAGÓGICOS LTDA (7391)		0	33,0000

Página: 3/12

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 35/2018

Número do Registro de Preços: 35/2018 Data do Registro: 22/06/2018 Válido até: 22/06/2019

Objeto da Compra: O Registro de Preços visando a aquisição eventual e futura de materiais esportivos.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
7	HALTERES para academia, confeccionado em ferro e borracha - 03 kg (01-01-18185)	UN	PRISCILA RAUBER HENGEMUHL (8205)		0	33.5000	4
			ESPORTE CENTER COMERCIO DE ARTIGOS ESPORTIVOS EIRE (2741)		0	33.5000	5
			S. SCHNEIDER (8206)	NEDEL	0	41.0000	1
			IRACI BERTOLLO & FILHO LTDA (3774)		0	41.9500	2
			VIDELVROS COM. DE LIVROS E JOGOS PEDAGÓGICOS LTDA (7391)		0	44.5000	3
			PRISCILA RAUBER HENGEMUHL (8205)		0	44.6700	4
			ESPORTE CENTER COMERCIO DE ARTIGOS ESPORTIVOS EIRE (2741)		0	44.6700	5
			ESPORTE CENTER COMERCIO DE ARTIGOS ESPORTIVOS EIRE (2741)	COPAG	0	14.9000	1
			IRACI BERTOLLO & FILHO LTDA (3774)		0	15.0000	2
			S. SCHNEIDER (8206)		0	15.1500	3
			VIDELVROS COM. DE LIVROS E JOGOS PEDAGÓGICOS LTDA (7391)		0	17.1000	4
			PRISCILA RAUBER HENGEMUHL (8205)		0	17.1200	5
			ESPORTE CENTER COMERCIO DE ARTIGOS ESPORTIVOS EIRE (2741)	COPAG	0	29.0000	1
8	BARALHO PARA TRUCO, tipo espanhol, 100% plástico, com 40 cartas. (01-01-18186)	UN					
9	BARALHO PARA CANASTRA, 100% plástico, com 110 cartas tamanho 5,7 x 8,9 cm (02 jogos de 52 cartas + 04 contingas) (01-01-18187)	UN	PRISCILA RAUBER HENGEMUHL (8205)		0	17.1200	5
			ESPORTE CENTER COMERCIO DE ARTIGOS ESPORTIVOS EIRE (2741)		0	29.0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 35/2018

Página: 4/12

Número do Registro de Preços: 35/2018 Data do Registro: 22/06/2018 Válido até: 22/06/2019
Objeto da Compra: O Registro de Preços visando a aquisição eventual e futura de materiais esportivos.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
10	DOMINÓ, 28 peças, 8 mm (01-01-18188)	JG	S. SCHNEIDER (8206)		0	29,0500	2
			IRACI BERTOLLO & FILHO LTDA (3774)		0	29,2500	3
			VIDELVROS COM. DE LIVROS E JOGOS PEDAGÓGICOS LTDA (7391)		0	32,0000	4
			PRISCILA RAUBER HENGEMUHL (8205)		0	32,2200	5
			S. SCHNEIDER (8206)	IDEIA	0	28,0000	1
			VIDELVROS COM. DE LIVROS E JOGOS PEDAGÓGICOS LTDA (7391)		0	28,4000	2
			IRACI BERTOLLO & FILHO LTDA (3774)		0	31,5000	3
			PRISCILA RAUBER HENGEMUHL (8205)		0	33,4700	4
			ESPORTE CENTER COMERCIO DE ARTIGOS ESPORTIVOS EIRE (2741)		0	33,4700	5
			S. SCHNEIDER (8206)	LIVE UP	0	25,4000	1
11	FAIXA ELÁSTICA FECHADA MINI BAND, em látex, 50 x 8 cm (01-01-18189)	UN	ESPORTE CENTER COMERCIO DE ARTIGOS ESPORTIVOS EIRE (2741)		0	25,5000	2
			IRACI BERTOLLO & FILHO LTDA (3774)		0	25,9500	3
			PRISCILA RAUBER HENGEMUHL (8205)		0	27,9700	4

Página: 5/12

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 35/2018

Número do Registro de Preços: 35/2018 Data do Registro: 22/06/2018 Válido até: 22/06/2019

Objeto da Compra: O Registro de Preços visando a aquisição eventual e futura de materiais esportivos.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			VIDELVROS COM. DE LIVROS E JOGOS PEDAGÓGICOS LTDA (7391)		0	27,9700	5
12	FAIXA ELÁSTICA em látex, 120 x 14 cm (01-01-18190)	UN	S. SCHNEIDER (8206)	OLIMPORT	0	34,5000	1
			IRACI BERTOLLO & FILHO LTDA (3774)		0	34,9500	2
			PRISCILA RAUBER HENGEMUHL (8205)		0	36,9000	3
			VIDELVROS COM. DE LIVROS E JOGOS PEDAGÓGICOS LTDA (7391)		0	36,9000	4
			ESPORTE CENTER COMERCIO DE ARTIGOS ESPORTIVOS EIRE (2741)		0	36,9000	5
13	CINTO DE TRACÇÃO DUPLO em polipropileno / poliéster / neoplex / PVC / ago (01-01-18191)	UN	S. SCHNEIDER (8206)	KNOCKOUT	0	281,5000	1
			PRISCILA RAUBER HENGEMUHL (8205)		0	282,0000	2
			IRACI BERTOLLO & FILHO LTDA (3774)		0	284,0000	3
			ESPORTE CENTER COMERCIO DE ARTIGOS ESPORTIVOS EIRE (2741)		0	284,0000	4
14	ESTACAS PARA TREINAMENTO em PVC - 2,5 x 170 x 2,5 cm (L x A x P) - com bolsa para transporte (01-01-18192)	UN	S. SCHNEIDER (8206)	NEDEL	0	585,0000	1
			PRISCILA RAUBER HENGEMUHL (8205)		0	586,0000	2
			IRACI BERTOLLO & FILHO LTDA (3774)		0	590,0000	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 35/2018

Página: 6/12

Número do Registro de Preços: 35/2018 Data do Registro: 22/06/2018 Válido até: 22/06/2019							
Objeto da Compra: O Registro de Preços visando a aquisição eventual e futura de materiais esportivos.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			ESPORTE CENTER COMERCIO DE ARTIGOS ESPORTIVOS EIRE (2741)		0	598,0000	4
15	JOGO DE BOCHAS, com 12 bolas em material esférico e sintético, diâmetro de 10,70 cm, peso entre 900 a 950 gramas. Bolim em aço, diâmetro de 04 cm. (01-01-18193)	KIT	S. SCHNEIDER (8206)	FAISCA	0	600,0000	1
			IRACI BERTOLLO & FILHO LTDA (3774)		0	620,0000	2
			PRISCILA RAUBER HENGEMUHLE (8206)		0	849,0000	3
			ESPORTE CENTER COMERCIO DE ARTIGOS ESPORTIVOS EIRE (2741)		0	1,245,0000	4
			VIDELVROS COM. DE LIVROS E JOGOS PEDAGÓGICOS LTDA (7391)		0	1,271,0000	5
16	BOLA DE FUTEBOL DE CAMPO, em PU (poliuretano), 68 cm de circunferência, 06 gomos, pressão entre 9 e 10 libras, peso aproximado de 440 gramas, com tecnologia Termolec = 0% de absorção de água. (01-01-18194)	UN	VIDELVROS COM. DE LIVROS E JOGOS PEDAGÓGICOS LTDA (7391)	PENALTY	0	179,9000	1
			PRISCILA RAUBER HENGEMUHLE (8206)		0	180,0000	2
			S. SCHNEIDER (8206)		0	184,3000	3
			IRACI BERTOLLO & FILHO LTDA (3774)		0	184,5000	4
			ESPORTE CENTER COMERCIO DE ARTIGOS ESPORTIVOS EIRE (2741)		0	190,4700	5
17	BOLA DE BEACH SOCCER, 08 gomos, circunferência entre 61 e 69 cm, peso entre 420 e 450 gramas, com tecnologia Termolec = 0% de absorção de água. (01-01-18195)	UN	IRACI BERTOLLO & FILHO LTDA (3774)	PENALTY PRK	0	118,0000	1

Página: 7/12

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 35/2018

Número do Registro de Preços: 35/2018 Data do Registro: 22/06/2018 Válido até: 22/06/2019

Objeto da Compra: O Registro de Preços visando a aquisição eventual e futura de materiais esportivos.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			PRISCILA RAUBER HENGEMUHL (8205)		0	119,0000	2
			S. SCHNEIDER (8206)		0	119,5000	3
			VIDELVROS COM. DE LIVROS E JOGOS PEDAGÓGICOS LTDA (7391)		0	191,9000	4
			ESPORTE CENTER COMERCIO DE ARTIGOS ESPORTIVOS EIRE (2741)		0	203,9700	5
18	BOLA DE VÔLEI DE AREIA, em microfibr, 12 gomos fusionados, circunferência entre 65 e 67 cm, peso entre 260 e 280 gramas, com tecnologia Termotec = 0% de absorção de água. (01-01-18196)	UN	IRACI BERTOLLO & FILHO LTDA (3774)	PENALTY PR	0	185,0000	1
			S. SCHNEIDER (8206)		0	198,0000	2
			PRISCILA RAUBER HENGEMUHL (8205)		0	230,0000	3
			VIDELVROS COM. DE LIVROS E JOGOS PEDAGÓGICOS LTDA (7391)		0	281,0000	4
			ESPORTE CENTER COMERCIO DE ARTIGOS ESPORTIVOS EIRE (2741)		0	281,8500	5
19	BOLA DE FUTSAL, 100% PU (poliuretano), circunferência entre 60 e 62 cm, peso entre 430 e 450 gramas, com tecnologia Neo Geo (01-01-18197)	UN	PRISCILA RAUBER HENGEMUHL (8205)	PENALTY	0	189,0000	1
			IRACI BERTOLLO & FILHO LTDA (3774)		0	170,0000	2
			VIDELVROS COM. DE LIVROS E JOGOS PEDAGÓGICOS LTDA (7391)		0	282,0000	3

Página: 8/12

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 35/2018

Número do Registro de Preços: 35/2018 Data do Registro: 22/06/2018 Válido até: 22/06/2019							
Objeto da Compra: O Registro de Preços visando a aquisição eventual e futura de materiais esportivos.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			S. SCHNEIDER (8206)		0	278,0000	4
			ESPORTE CENTER COMERCIO DE ARTIGOS ESPORTIVOS EIRE (2741)		0	289,4700	5
20	TRAVE PARA MINI MODALIDADES, confeccionada em tubo de aço carbono de 3 polegadas e requadro em tubo de 1 polegada - medida interna 1,50 x 1,50 m (01-01-18198)	UN	PRISCILA RAUBER HENGEMUHLE (8205)	KITSPORT	0	650,0000	1
			S. SCHNEIDER (8206)		0	654,0000	2
			IRACI BERTOLLO & FILHO LTDA (3774)		0	656,0000	3
21	REDE GOL MINI FUTSAL, malha com proteção UV, confeccionada em fio de nylon (100% polietileno) 2 mm por meio de nós cerrados, modelo standard, cor branca, 1,50 x 1,50 m (01-01-18199)	PAR	PRISCILA RAUBER HENGEMUHLE (8205)	SPITER	0	161,0000	1
			S. SCHNEIDER (8206)		0	162,0000	2
			IRACI BERTOLLO & FILHO LTDA (3774)		0	162,6000	3
22	TRAVE PARA FUTEBOL DE AREIA, confeccionada em tubo de aço carbono de 3 polegadas e requadro em tubo de 1 polegada - medida oficial (3,00 x 2,00 m) (01-01-18200)	UN	ESPORTE CENTER COMERCIO DE ARTIGOS ESPORTIVOS EIRE (2741)	DUNK	0	3.640,0000	1
			S. SCHNEIDER (8206)		0	3.647,0000	2
			IRACI BERTOLLO & FILHO LTDA (3774)		0	3.647,5000	3
23	BARRA TRANSVERSAL (SARRAFO) PARA SALTO EM ALTURA, confeccionada em fibra de vidro, com ponteira plástica - 4 metros (01-01-18201)	UN	ESPORTE CENTER COMERCIO DE ARTIGOS ESPORTIVOS EIRE (2741)	VINEX	0	689,0000	1

Página: 9/12

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 35/2018

Número do Registro de Preços: 35/2018		Data do Registro: 22/06/2018		Válido até: 22/06/2019		Objeto da Compra: O Registro de Preços visando a aquisição eventual e futura de materiais esportivos.	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			S. SCHNEIDER (8206)		0	690,0000	2
			IRACI BERTOLLO & FILHO LTDA (3774)		0	695,0000	3
25	ADIPÔMETRO CIENTÍFICO EM AÇO - adipômetro/plicômetro para antropometria, dobra cutânea, composição corporal, medidas corporais e avaliação física - com correntes em aço - resolução científica: 0,1 mm (décimos de milímetro) (01-01-18203)	UN	ESPORTE CENTER COMERCIO DE ARTIGOS ESPORTIVOS EIRE (2741)	PRIME MED.	0	1,760,0000	1
			S. SCHNEIDER (8206)		0	1,765,5000	2
26	CRONÔMETRO - caixa de plástico ABS - relógio digital com funções de despertador, cronômetro, hora e alarme - dimensões aproximadas 7,5 x 6,5 x 2,5 cm (L x A x P) - com manual de instruções (01-01-18204)	UN	PRISCILA RAUBER HENGEMUHL (8206)	VOLO	0	70,0000	1
			VIDELVROS COM. DE LIVROS E JOGOS PEDAGÓGICOS LTDA (7391)		0	71,0000	2
			ESPORTE CENTER COMERCIO DE ARTIGOS ESPORTIVOS EIRE (2741)		0	121,0000	3
			S. SCHNEIDER (8206)		0	121,5000	4
			IRACI BERTOLLO & FILHO LTDA (3774)		0	122,5000	5
27	MINI CAMA ELÁSTICA - TRAMPOLIM - JUMP - 30 molas e ganchos em aço galvanizado - gancho das molas individual - 06 pes em aço galvanizado com borracha anti deslizante - lona de salto em tela mesh PP com proteção UV - capacidade para até 120 kg - dimensões aproximadas: 92,5 x 92,5 x 5,5 cm - altura do chão até a lona de salto: 22,5 cm - largura da cama elástica: 92 cm. (01-01-18205)	UN	IRACI BERTOLLO & FILHO LTDA (3774)	MOR	0	240,0000	1
			PRISCILA RAUBER HENGEMUHL (8206)		0	242,0000	2

Página: 10/12

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 35/2018

Número do Registro de Preços: 35/2018 Data do Registro: 22/06/2018 Válido até: 22/06/2019

Objeto da Compra: O Registro de Preços visando a aquisição eventual e futura de materiais esportivos.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			S. SCHNEIDER (8206)		0	254,5000	3
			VIDELVROS COM. DE LIVROS E JOGOS PEDAGÓGICOS LTDA (7391)		0	284,0000	4
			ESPORTE CENTER COMERCIO DE ARTIGOS ESPORTIVOS EIRE (2741)		0	273,0000	5
28	DISCO DE EQUILIBRIO, inflável com bomba de ar, peso aproximado 1,7 kg, dimensões aproximadas 35 x 35 x 8 cm - cor azul - acompanhia bomba. (01-01-18206)	UN	S. SCHNEIDER (8206)	LIVE UP	0	94,4000	1
			IRACI BERTOLLO & FILHO LTDA (3774)		0	94,4700	2
			PRISCILA RAUBER HENGEMUHL (8205)		0	94,4700	3
			VIDELVROS COM. DE LIVROS E JOGOS PEDAGÓGICOS LTDA (7391)		0	94,4700	4
29	TOUCA PARA NATACÃO infantil, unissex, em helanca (100% poliarnitida) (01-01-18207)	UN	ESPORTE CENTER COMERCIO DE ARTIGOS ESPORTIVOS EIRE (2741)	SPEEDO	0	12,0000	1
			IRACI BERTOLLO & FILHO LTDA (3774)		0	12,9000	2
			VIDELVROS COM. DE LIVROS E JOGOS PEDAGÓGICOS LTDA (7391)		0	24,0000	3
			S. SCHNEIDER (8206)		0	26,8000	4

Página: 11/12

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 35/2018

Número do Registro de Preços: 35/2018		Data do Registro: 22/06/2018		Válido até: 22/06/2019			
Objeto da Compra: O Registro de Preços visando a aquisição eventual e futura de materiais esportivos.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			PRISCILA RAUBER HENGEMUHLÉ (8205)		0	29.9000	5

Página: 12/12

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 35/2018

Número do Registro de Preços: 35/2018		Data do Registro: 22/06/2018		Válido até: 22/06/2019			
Objeto da Compra: O Registro de Preços visando a aquisição eventual e futura de materiais esportivos.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 35/2018
PROCESSO Nº 68/2018

- (2741) - ESPORTE CENTER COMERCIO DE ARTIGOS ESPORTIVOS EIRE
- (3774) - IRACI BERTOLLO & FILHO LTDA
- (7391) - VIDELIVROS COM. DE LIVROS E JOGOS PEDAGÓGICOS LTDA
- (8205) - PRISCILA RAUBER HENGEMUJLE
- (8206) - S. SCHNEIDER

Joaçaba, 22 de Junho de 2018.

CÂMARA MUNICIPAL**EXTRATO DE TERMO ADITIVO 003/2018 - GEORGEO ALMEIDA**

Publicação Nº 1664285

CÂMARA DE VEREADORES DE JOAÇABA – SC.
EXTRATO DE TERMO ADITIVO 003/2018.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N. 001/2018.

CONTRATANTE: CÂMARA DE VEREADORES DE JOAÇABA – SC.

CONTRATADA: GEORGEO ALMEIDA

OBJETO: TERMO ADITIVO ao Contrato de Prestação de Serviços n. 001/2018 assinado em 15/05/2018, oriundo do Processo de Licitação n. 010/2018, Pregão Presencial n. 002/2018, homologado em 11/05/2018, cujo objeto é “a contratação de empresa especializada para a realização de Processo Seletivo visando à contratação temporária para o cargo de Auxiliar Legislativo, na Câmara de Vereadores de Joaçaba – SC, incluindo inscrições, elaboração de editais, conteúdo programático, elaboração de prova objetiva específica para o cargo, aplicação da prova no município sede da licitante, correção das provas objetivas, análise de eventuais recursos, divulgação dos resultados e tudo quanto mais for necessário ao deslinde do certame”, com fundamento no art. 65, I, “b” e § 1º da Lei n. 8.666/1993 e conforme segue: CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DA NECESSIDADE DO ADITAMENTO - A CONTRATANTE verificou a necessidade de incluir no objeto da contratação o serviço de importação dos dados dos candidatos do Processo Seletivo, conforme layout fornecido e de acordo com as exigências do sistema e-Sfinge do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina. CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO - Face ao acréscimo do objeto descrito na Cláusula Primeira, será devido à CONTRATADA o valor adicional de R\$ 300,00 (trezentos reais), em parcela única, o que corresponde a, aproximadamente, 07,9% (sete vírgula nove por cento) do valor inicial do contrato ora aditivado. CLÁUSULA TERCEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA - As despesas decorrentes do presente aditivo correrão por conta da seguinte dotação orçamentária: Projeto/Atividade 2001 – Manutenção do Poder Legislativo (3) 3.3.90.00.00.00.00.00.0.0.000.0 – Aplicação Direta. CLÁUSULA QUARTA - As demais Cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

DATA DE ASSINATURA: 25/06/2018.

ALMIR PASTORI

Presidente da Câmara de Vereadores de Joaçaba – SC.

CAMARA DE VEREADORES DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor Jurídico

EXTRATO EDITAL PP 009/2018 - MATERIAL EXPEDIENTE, INFORMÁTICA E OUTROS

Publicação Nº 1664289

CÂMARA DE VEREADORES DE JOAÇABA

EXTRATO DE EDITAL DE LICITAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO N. 013/2018

PREGÃO PRESENCIAL N. 009/2018

A CÂMARA DE VEREADORES DE JOAÇABA (SC), neste ato representada por seu Presidente, Senhor ALMIR PASTORI, torna público que fará realizar PREGÃO PRESENCIAL tipo MENOR PREÇO POR ITEM nos termos Lei Federal n. 10.520/2002, Lei Complementar n. 123/2006, Decreto Municipal n. 2.879/2006 e Decreto Municipal n. 4.388/2013, aplicando-se subsidiariamente, no que couberem, as disposições contidas na Lei Federal n. 8.666/1993 e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie, de acordo com as condições fixadas no respectivo Edital, cujas informações resumidas são as seguintes:

OBJETO: A presente licitação tem como objeto o Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de material de expediente, gêneros alimentícios, higiene, limpeza, eletroeletrônicos, eletrodomésticos e de informática destinados à manutenção das atividades da Câmara de Vereadores de Joaçaba, em conformidade com as especificações do Edital e seus anexos.

FORMA DE JULGAMENTO: menor preço por item.

CREDENCIAMENTO: até às 14 horas do dia 12 de julho de 2018, no Setor de Protocolo da Câmara de Vereadores de Joaçaba – SC, localizada na Rua Tiradentes, n. 872, Bairro Vila Pedrini, Joaçaba – SC.

ABERTURA DA SESSÃO: dia 12 de julho de 2018, às 14h30min na Câmara de Vereadores de Joaçaba - SC (endereço acima descrito).

O Edital na íntegra se encontra disponível no site <http://camarajoacaba.sc.gov.br/> e também na sede da Câmara de Vereadores, telefone (049) 3527-2900, em dias úteis de segunda a sexta-feira, no horário de expediente (das 13 às 19 horas), a partir da data de publicação deste aviso.

Joaçaba (SC), 21 de junho de 2018.

ALMIR PASTORI

Presidente da Câmara de Vereadores de Joaçaba

CAMARA DE VEREADORES DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor Jurídico

SIMAE - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JOAÇABA**ATA DE REGISTRO DE PREÇO 0018/2018 - SIMAE**

Publicação Nº 1663492

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS JHL 0018/2018

REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA CONTRATAÇÃO DE PERÍCIAS MÉDICAS PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DO SIMAE, DECORRENTE DO PREGÃO PRESENCIAL JHL Nº 0025/2018, PROCESSO JHL Nº 0030/2018, PROTOCOLO JHL Nº 0926/2018.

Aos vinte e dois dias do mês de junho do ano de dois mil e dezoito, o Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna, autarquia dos municípios de Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna/SC, sito na Rua Tiradentes, nº 123, Centro, em Joaçaba/SC, inscrito no CNPJ sob nº 84.591.890/0001-43, neste ato representado por seu Diretor Presidente Paulo Cesar Lamin, doravante denominado "SIMAE" e a empresa BRANDALISE & PADILHA EM ASSESSORIA, CONSULTORIA EM SEGURANÇA, HIGIÊNE E MEDICINA DO TRABALHO LTDA, primeira classificada, abaixo relacionada, doravante denominada "DETENTORA", nos termos da Lei Federal nº 10.520/2002, Decreto Municipal nº 2.879/2006, Decreto Municipal nº 3.252/2008, com aplicação subsidiária da Lei nº 8.666/1993, Lei Complementar nº 123/2006 e alterações posteriores, e demais normas legais federais, estaduais e municipais vigentes, celebram a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, originada do Processo de Licitação JHL nº 0030/2018, Pregão Presencial JHL nº 0025/2018, homologado em 22/06/2018, mediante termos e condições que seguem:

DETENTORAS:

1ª	RAZÃO SOCIAL:	Brandalise & Padilha Em Assessoria, Consultoria Em Segurança, Higiêne e Medicina Do Trabalho Ltda
	ENDEREÇO:	Rua Francisco Lindner, 561, sala 01, Centro – Joaçaba/SC
	CNPJ/MF:	10.665.295/0001-79
	REPRESENTANTE LEGAL:	Sidnei Padilha
	CPF:	005.059.399-40
	RG:	3.157.112

1. DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objeto o registro de preços visando futura e eventual contratação de empresa especializada para realização de perícias médicas para atender às necessidades do Simae, em razão do disposto nos Decretos Municipais nº 2.920/07 e 3.057/07 e suas alterações, no PCMSO; de questões trabalhistas; ou de acidentes em que o Simae esteja envolvido, de acordo com especificações, quantitativos e condições estabelecidas no Edital de Licitação e seus Anexos.

1.2 Os serviços registrados são os seguintes:

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unit.	Preço Total
1	50,00	SV	PERÍCIA MÉDICA ATRAVÉS DE UM MÉDICO PERITO QUE DEVERÁ TER ESPECIALIDADE NA ÁREA DE MEDICINA DO TRABALHO. PARA VALIDAÇÃO DE AFASTAMENTOS DO TRABALHO.	PORTALMED SST	59,50	2.975,00
2	50,00	SV	PERÍCIAS MÉDICAS ATRAVÉS DE 01 MÉDICO PERITO QUE DEVERÁ TER ESPECIALIDADE NA ÁREA DE MEDICINA DO TRABALHO PARA EXAMES ADMIS-SIONAIS/DEMISSIONAIS.	PORTALMED SST	59,50	2.975,00
4	3,00	SV	PERÍCIAS MÉDICAS ATRAVÉS DE 01 (UM) MÉDICO PERITO QUE DEVERÁ TER ESPECIALIDADE NA ÁREA DE MEDICINA DO TRABALHO, DEMANDADOS POR PROCESSOS JUDICIAIS, PONDENDO ATUAR COMO ASSISTENTE TÉCNICO NA ESPECIALIDADE DEMANDADA PELO PERICIADO E DEVENDO EMITIR RELATÓRIO TÉCNICO.	PORTALMED SST	3.099,00	9.297,00
Total						15.247,00

2. DOCUMENTOS INTEGRANTES

2.1 Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:

- Edital do Pregão Presencial nº 0025/2018 e seus anexos;
- Proposta da(s) Licitante(s);
- Planilha de lances do Pregão.

3. VIGÊNCIA

3.1 A presente Ata vigorará pelo período de 12 (doze) meses, contados do dia 25/06/2018.

4. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1 O sistema de registro de preços do SIMAE tem como objetivo manter na entidade o registro de propostas vantajosas e, segundo sua conveniência, promover as contratações dos licitantes vencedores do Pregão.

4.2 A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações que deles poderão advir facultando-se a realização de licitação específica para o objeto pretendido, sendo assegurada à DETENTORA do registro a preferência na contratação em igualdade de condições, nos termos do art. 15, § 4º, da Lei nº 8.666/93.

4.3 O SIMAE monitorará, periodicamente os preços dos itens desta Ata, avaliará o mercado constantemente e poderá rever os preços registrados a qualquer tempo, em decorrência da redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve os custos dos serviços registrados.

4.3.1 O SIMAE convocará a DETENTORA para negociar o preço registrado e adequá-lo ao preço de mercado, sempre que verificar que o preço registrado está acima do preço de mercado. Caso seja frustrada a negociação para redução do preço, a DETENTORA será liberada do compromisso assumido.

4.3.2 No caso de desequilíbrio econômico-financeiro (preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado, e mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta da DETENTORA e aquele vigente no mercado à época do registro - equação econômico-financeira), sendo frustrada a negociação entre as partes, a DETENTORA poderá ser liberada do compromisso assumido.

4.3.3 Havendo negociação entre as partes, o aumento para recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro da Ata de Registro de Preços somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da licitação, e se houver a efetiva comprovação do aumento pela DETENTORA (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).

4.2.4 As alterações de preços oriundos da revisão dos mesmos, no caso de desequilíbrio econômico-financeiro, serão publicadas na imprensa oficial, sem prejuízo do cumprimento da obrigação contida no art. 15, § 2º, da Lei nº 8.666/93 (publicação trimestral dos preços registrados).

4.3 A contratação com a DETENTORA será formalizada por instrumento contratual, autorização de compra ou nota de empenho de despesa, observando-se o disposto no art. 62, da Lei nº 8.666/93.

4.3.1 A DETENTORA poderá ser convocada para assinar Contrato (se esse for o caso), devendo firmá-lo em até 3 (três) dias úteis, contados do recebimento da notificação (via e-mail ou correio).

4.3.2 A autorização de fornecimento ou o instrumento similar conterá: as especificações e quantidade do bem pretendido; os preços registrados, os quais deverão ser respeitados pela DETENTORA; os prazos para entrega dos bens; o número do processo licitatório; a indicação da dotação orçamentária que dará cobertura à despesa.

5. DAS CONDIÇÕES CONTRATUAIS

5.1 A inexecução total ou parcial das obrigações assumidas pela DETENTORA enseja a aplicação das penalidades previstas nesta Ata de Registro de Preços.

5.2 A DETENTORA será responsável por eventuais danos havidos no objeto, provenientes de negligência, imperícia e/ou imprudência praticados por seus empregados, obrigando-se a substituí-los, ou a indenizar a Administração do prejuízo causado.

5.3 A DETENTORA deverá manter, até o cumprimento final de sua obrigação, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, devendo comunicar imediatamente ao SIMAE qualquer alteração que possa comprometer o objeto contratado.

6. DO ACOMPANHAMENTO

6.1 A gestora dos Contratos e/ou Autorizações de Fornecimento oriundos desta Ata de Registro de Preços é Graciela Pratto Bordin da Rosa, lotada no Setor de Materiais, Transporte e Patrimônio do Simae, e-mail: compras@simae.sc.gov.br, telefone: (49) 3551-8200.

6.2 A fiscal dos Contratos e/ou Autorizações de Fornecimento oriundos desta Ata de Registro de Preços é Francielli W.Guaragni Fiorin, lotada no Setor de Recursos Humanos do Simae, e-mail: rh@simae.sc.gov.br, telefone: (49) 3551-8200.

7. DAS CONDIÇÕES DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

7.1 Os serviços deverão ser prestados conforme a necessidade do Simae, que procederá à solicitação nas quantidades que lhe convier, realizada dentro do prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

7.2 Havendo a necessidade dos serviços, o órgão requisitante emitirá a Solicitação e a respectiva Nota de Empenho de Despesa, as quais serão encaminhadas às empresas registradas.

7.3 Os serviços, objeto desta Ata de Registro de Preços, deverão ser executados de acordo com o disposto nos Decretos Municipais nº 2.920/2007 e 3.054/2007 e suas alterações, conforme os quantitativos previstos no subitem 1.2, compreendendo:

7.3.1 Perícias médicas através de 01 (um) Médico Perito, que deverá ter a especialidade de médico do trabalho, para validação de afastamentos do trabalho.

7.3.2 Perícias médicas através de 01 (um) Médico Perito que deverá ter especialidade de médico do trabalho, para exames admissionais/demissionais

7.3.3 Perícias médicas através de 01 (um) Médico Perito que deverá ter especialidade na área de medicina do trabalho, demandados por processos judiciais podendo atuar como assistente técnico na especialidade demandada pelo periciado e devendo emitir relatório técnico.

7.4 O Médico Perito e a Junta Médica Oficial - JMO a serem contratados terão por atribuições:

7.4.1 Realizar perícias médicas de avaliação da sanidade e da capacidade física nos candidatos convocados para nomeação em cargos ou funções públicas, emitir os certificados, atestados, laudos e pareceres delas decorrentes.

7.4.2 Realização de perícias médicas nos servidores para fins de licença para tratamento de saúde, bem como para fins de licença por motivo de doença em pessoa da família, exame admissional, periódicos, demissional, acuidade visual e readaptação funcional, proferindo a decisão final.

7.4.3 Realizar perícias médicas em processos administrativos decorrentes de acidente em que o Simae esteja envolvido (acidente de trânsito ou acidente em obras do Simae envolvendo terceiros).

7.4.4 Realização de perícias médicas em processos judiciais relativos a questões trabalhistas, podendo atuar como assistente técnico.

7.4.5 Informar o Recursos Humanos do Simae sobre as decisões, no prazo de até 03 (três) dias úteis, contados da realização da perícia, salvo motivo justificado, para que proceda ao controle e fiscalização sobre as licenças médicas, bem como a todos os atos a ela relacionados, o qual comunicará a autoridade competente quando for o caso de aplicação da sanção cabível, e que não seja de sua competência.

7.5 O Recursos Humanos do Simae procederá à emissão da Guia para Perícia Médica – GPM, bem como ao agendamento das perícias a serem realizadas, com 24 (vinte e quatro) horas de antecedência.

7.6 Na execução do objeto desta Ata de Registro de Preços, caberá à empresa registrada:

7.6.1 Realizar as perícias solicitadas pelo Recursos Humanos do Simae, no prazo de até 48 (quarenta e oito horas) contados do pedido de agendamento das mesmas, para os itens 01 e 02.

7.6.2 Realizar as perícias solicitadas pelo Recursos Humanos do Simae sempre que houver necessidade de acordo com o agendamento de processo judiciais para o item 04.

7.6.3 Relatar nos espaços próprios da Guia para Perícia Médica – GPM as informações que justifiquem o seu parecer.

7.6.4 Encaminhar, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas da data de realização da perícia médica, ao Recursos Humanos, a Guia para Perícia Médica – GPM, na qual deverá constar obrigatoriamente o parecer final sobre o pedido e, se for o caso, o prazo de licença com a data de seu início e término, bem como a readaptação, se for o caso, com a discriminação das limitações laborativas.

7.7 As PERÍCIAS MÉDICAS deverão ser realizadas pelas empresas registradas em um dos municípios da área de atuação do Simae, sendo eles Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna, onde o Simae poderá disponibilizar eventualmente sala para a realização das perícias.

7.7.1 Quando houver a necessidade das perícias médicas serem realizadas no domicílio do periciado, devido a sua impossibilidade de locomoção, o prazo será de até 05 (cinco) dias da data do agendamento para as perícias composta de um único médico e de até 15 (quinze) dias, para as perícias composta de junta médica oficial, desde que atendidas as condições estabelecidas no Decreto Municipal 2.920/07 e demais legislação pertinente.

7.7.2 Quando houver a necessidade das perícias médicas serem realizadas fora da área de atuação do Simae, em domicílio ou em hospital, devido a impossibilidade de locomoção do periciado, o prazo será de até 05 (cinco) dias da data do agendamento para as perícias composta de um único médico e de até 15 (quinze) dias, para as perícias composta de junta médica oficial, desde que atendidas as condições estabelecidas no Decreto Municipal 2.920/07 e demais legislação pertinente. Nesse caso, as despesas para a realização deste serviço serão de inteira responsabilidade das empresas registradas.

7.8 Na execução dos serviços deverão ser observadas, de modo geral, as especificações das normas técnicas e legais vigentes e aquelas complementares e pertinentes aos respectivos serviços ora licitados, bem como, as instruções, recomendações e determinações da fiscalização, dos órgãos de controle e demais aplicáveis à espécie.

7.9 As despesas de locomoção, diárias, hospedagem e alimentação, quando do deslocamento e permanência no Município para a execução do objeto, são de inteira responsabilidade da empresa registrada.

7.10 Serão de total responsabilidade da empresa registrada eventuais danos decorrentes de acidentes de veículos quando do deslocamento para realização dos trabalhos contratados, sejam eles pessoais, materiais ou morais, inclusive de terceiros, além de notificações por infrações ao Código de Trânsito Brasileiro.

7.11 Caberá exclusivamente à empresa registrada, na execução do objeto, a responsabilidade pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários e de acidentes do trabalho, referentes ao pessoal integrante de sua sociedade ou colocado à disposição para a execução do objeto.

7.12 A empresa registrada deverá responsabilizar-se pela regularização dos serviços, quando na ocasião do recebimento for constatado que os mesmos estejam diferentes da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações.

7.13 O aceite dos serviços não exclui a responsabilidade civil da empresa registrada por vícios de quantidade, de qualidade ou técnico, ou por desacordo com as especificações estabelecidas no Edital e nesta Ata de Registro de Preços, verificadas posteriormente.

7.14 A empresa registrada deverá executar os serviços, buscando o fiel cumprimento dos pedidos efetuados pelo Recursos Humanos do Simae, bem como, obedecer ao objeto do presente instrumento e as disposições legais contratuais, prestando-os dentro dos padrões de qualidade, continuidade e regularidade.

8. DA FORMA DE PAGAMENTO

8.1 O pagamento será efetivado de acordo com a proposta de preços apresentada pela DETENTORA, observado o que consta nesta Ata de Registro de Preços, no Edital e seus Anexos, inclusive quanto à forma e condições de pagamento.

8.2 O pagamento será:

8.2.1 Efetivado de acordo com o serviço prestado, mediante apresentação das notas fiscais/faturas de serviços que deverão ser emitidas em nome do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto, CNPJ 84.591.890/0001-43, ao e-mail compras@simae.sc.gov.br da qual deverá constar o número desta licitação, acompanhado do número do Empenho emitido pelo SIMAE.

8.2.2 Realizado através do SIMAE, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, após o atesto do Fiscal, contados da efetiva prestação dos serviços ou efetivo recebimento das peças, observado o que consta no item 7 desta Ata de Registro de Preços.

8.2.3 Caso o serviço seja recusado ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização do serviço, da peça ou do documento fiscal, a depender do evento.

8.3 É OBRIGATÓRIO A EMISSÃO DE NOTA FISCAL ELETRÔNICA (NF-e), em substituição às notas impressas 1 e 1 A.

8.4 Nenhum pagamento será efetuado à DETENTORA enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

8.5 Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

8.6 O Simae exigirá da DETENTORA, que mantenha atualizadas as Certidões Negativas de Débito com o INSS E FGTS.

8.7 O pagamento será efetuado diretamente através de depósito bancário em Banco indicado pela DETENTORA.

8.8 Fica expressamente estabelecido que os preços constantes na proposta da DETENTORA incluem todos os custos diretos e indiretos requeridos para prestação dos serviços, constituindo-se na única remuneração devida.

8.9 No eventual atraso de pagamento por parte do SIMAE, a compensação financeira será a atualização ocorrida entre o último dia para pagamento estabelecido e a data do pagamento efetivamente ocorrido, baseado no INPC-IBGE.

9. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

9.1 As despesas resultantes desta Ata de Registro de Preços ocorrerão à conta de DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS do exercício de 2018, consignadas no:

ÓRGÃO/UNIDADE: 14.01
FUNÇÃO/PROGRAMA: 17.512.0028
PROJETO/ATIVIDADE: 2.060
ELEMENTO: 3.3.90.39.56.00.00.00

10. RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DA DETENTORA

- 10.1 Executar os serviços nos prazos máximos estabelecidos no item 7 desta Ata de Registro de Preços, obedecendo rigorosamente às especificações técnicas dos Anexos I e II (Termo de Referência) do Edital.
- 10.2 Atender às especificações do Anexo I e II do Edital e executar de acordo com a demanda apresentada pelo SIMAE, durante a validade da Ata de Registro de Preços.
- 10.3 Manter, durante toda a execução do objeto, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no presente Processo Licitatório.
- 10.4 Responsabilizar-se por qualquer dano pessoal ou material causados ao SIMAE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do objeto. O SIMAE ficará alheio à relação jurídica que se estabelecer entre a DETENTORA e os terceiros eventualmente prejudicados por tais danos.
- 10.5 Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do objeto.

11. RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO SIMAE

- 11.1 Tomar todas as providências necessárias à execução do processo licitatório.
- 11.2 Manter pessoas ou constituir Comissão Especial designada pelo Diretor Presidente do Simae, visando à fiscalização da execução do Contrato e desta Ata de Registro de Preços.
- 11.3 Efetuar o pagamento à DETENTORA, de acordo com o item 8 desta Ata de Registro de Preços.
- 11.4 Conceder revisões contratuais toda vez que se verificar alterações no equilíbrio econômico-financeiro inicialmente estabelecido, mediante requerimento formal protocolado pela DETENTORA, devidamente instruído, com a comprovação do aumento dos custos.
- 11.5 Emitir, através do Setor de Materiais, Transporte e Patrimônio, Autorização de Fornecimento/Empenho para a execução dos itens objeto da presente Ata de Registro de Preços.
- 11.6 Providenciar a publicação desta Ata de Registro de Preços, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura.

12. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DA FORNECEDORA

12.1 O registro da DETENTORA poderá ser cancelado, garantida a prévia defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:

I – Pelo SIMAE:

- a) quando a empresa descumprir as exigências do Edital ou da respectiva Ata;
- b) quando a empresa, injustificadamente, deixar de firmar o contrato decorrente do registro de preços;
- c) quando a empresa der causa a rescisão administrativa de Contrato decorrente de registro de preços, por um dos motivos elencados no art. 78 e seus incisos da Lei nº 8.666/93;
- d) quando não aceitar abaixar o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- e) por razões de interesse público devidamente fundamentadas, na forma do inciso XII, do art. 78 da Lei nº 8.666/93.

II – Pelo fornecedor ou prestador de serviços, quando mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório, que deu origem ao registro de preços.

12.2 O cancelamento será precedido de processo administrativo e a sua decisão final deverá ser fundamentada.

12.3 A solicitação da DETENTORA para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, facultado ao SIMAE a aplicação das penalidades previstas nesta Ata de Registro de Preços, caso não aceite as razões do pedido.

12.3.1 O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho do Diretor Presidente do SIMAE.

12.3.2 A DETENTORA poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preços na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovados.

12.4 A solicitação da DETENTORA para cancelamento do registro de preços não desobriga do fornecimento dos produtos ou da prestação dos serviços até a decisão final do SIMAE, a qual deverá ser prolatada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, facultado ao SIMAE a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceite as razões do pedido.

12.5 Em qualquer das hipóteses acima, concluído o processo, a Administração fará o devido apostilamento na Ata de Registro de Preços e informará aos demais fornecedores a nova ordem de registro.

13. DAS SANÇÕES

13.1 As sanções e penalidades que poderão ser aplicadas à DETENTORA, garantida a prévia defesa, são as previstas na Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, no Pregão e nesta Ata de Registro de Preços.

13.2 Penalidades que poderão ser cominadas, individual ou cumulativamente, à DETENTORA:

I – Advertência, que será aplicada:

- a) no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva da DETENTORA;
- b) nas ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do SIMAE, a seu critério, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave;

II – Multa, que será deduzida dos respectivos créditos, ou cobrados administrativamente ou judicialmente, correspondente a:

- a) 5% (cinco por cento) do valor máximo estabelecido para a licitação, pela recusa em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento

equivalente, no prazo de até 10 (dez) dias úteis;

b) 0,2% (zero vírgula dois por cento) por dia útil de atraso na entrega, cuja aplicação será sobre o valor total do Empenho em que ocorreu o atraso, até o limite de 20% (vinte por cento) do valor total do Empenho;

c) 20% (dez por cento) no caso da Contratada não executar os serviços, desatender às condições estipuladas ou pedir a rescisão da Ata de Registro de Preços, calculada sobre o total ou a parte inadimplente;

III – Impedimento, de acordo com o art. 7º, da Lei Federal nº 10.520, de 17.07.2002: a Contratada, sem prejuízo das demais cominações legais e contratuais, ficará impedida de licitar e contratar com o Simae, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, na hipótese de:

a) recusar-se a assinar o Contrato ou a receber o Empenho, quando enviado por e-mail, dentro do prazo de validade da proposta;

b) deixar de apresentar os documentos discriminados no Edital, tendo declarado que cumpria os requisitos de habilitação;

c) apresentar documentação falsa para participar no certame, conforme registrado em ata, ou demonstrado em procedimento administrativo, mesmo que posterior ao encerramento do certame;

d) retardar a execução do certame por conduta reprovável da licitante, registrada em ata;

e) não manter a proposta após a adjudicação;

f) desistir de lance verbal realizado na fase de competição;

g) comportar-se de modo inidôneo durante a realização do certame, registrado em ata;

h) fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal demonstrada durante ou após a realização do certame;

i) falhar ou fraudar a execução do Contrato;

j) descumprir as obrigações decorrentes do Contrato;

k) ser considerada tecnicamente incapaz de fornecer o objeto do Contrato.

IV – Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade (nas mesmas hipóteses previstas para o impedimento, sempre que julgar a necessidade de aplicação de penalidade mais grave).

13.3 As sanções de advertência, de impedimento de licitar e contratar com o SIMAE e de declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas à DETENTORA juntamente com a de multa.

13.4 Na aplicação das penalidades previstas nesta Ata de Registro de Preços, o SIMAE considerará, motivadamente, a gravidade da falta, seus efeitos, bem como os antecedentes da DETENTORA, graduando-as e podendo deixar de aplicá-las, se admitidas as justificativas da DETENTORA, nos termos do que dispõe o art. 87, caput, da Lei nº 8.666/93.

13.5 O SIMAE observará a boa-fé da DETENTORA e as circunstâncias atenuantes e agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado e não tenha causado prejuízo ao SIMAE ou a terceiros.

13.6 A reincidência da sanção de advertência, ensejará a aplicação de penalidade de suspensão.

13.7 O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado à DETENTORA.

13.7.1 Se o valor a ser pago à DETENTORA não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica essa obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação oficial.

13.7.2 Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela DETENTORA ao SIMAE, esse será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

13.7.3 O não pagamento da multa implicará na aplicação da penalidade de impedimento de licitar e contratar com o SIMAE.

13.8 As penalidades aplicadas serão registradas no cadastro da DETENTORA e, quando a empresa for declarada inidônea, no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS).

13.9 Nenhum pagamento será realizado à DETENTORA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

14. DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1 Elegem as partes contratantes o foro da cidade de Joaçaba/SC, para dirimir todas e quaisquer controvérsias oriundas desta Ata, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

14.2 E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em 02 (duas) vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

Joaçaba- (SC), 22 de junho de 2018.

Paulo Cesar Lamin

Diretor Presidente do Simae

Sidnei Padilha

Sócio Gerente

Testemunhas:

Graciela Pratto Bordin da Rosa
Gerente SMTP

Francielli W.Guaragni Fiorin
Encarregada RH

PORTARIA JHL 203/2018

Publicação Nº 1664154

PORTARIA SIMAE JHL nº 203/2018 DE 26.06.2018

Paulo Cesar Lamin Diretor Presidente do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna-SC, - Simae, no uso de suas atribuições legais, em especial o disposto no artigo 211 do Decreto Municipal de Joaçaba n. 5382 de 26 de abril de 2018, do Decreto Municipal de Herval d'Oeste n. 3842 de 26 de abril de 2018 e do Decreto Municipal de Luzerna n. 2572 de 27 de abril de 2018.

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores a seguir relacionados, para compor Comissões destinadas para apreciar as revisões de consumos alterados, para o exercício de 2018, de acordo com o § 3º do artigo 164 dos Decretos acima citados.

Art. 2º As comissões serão formadas por 03 (três) servidores estáveis dispostos da seguinte forma:

I – Comissão nº 01

Andréa Reisdorfer Camaroto

Helio dos Santos

Marcos Antônio Favero

II – Comissão nº 02

Adriano Feltrim

Aluir Flemming

Nilson Araújo

Art. 3º A atuação das comissões obedecerá ao sistema de rodízio mensal, sendo que em caso de suspeição de algum membro, o processo será redistribuído para a outra comissão. Os processos subsequentes do mês vigente, permanecem com a comissão do mês.

Art. 4º Ficam designados os servidores Emerson Alves e Umberto Bresola Suzin como suplentes, podendo atuar em qualquer das duas comissões, quando qualquer titular estiver afastado do trabalho.

Art. 5º As Comissões designadas são caracterizada por "múnus público".

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir do dia 01 de julho de 2018, obedecido o disposto no parágrafo único, do artigo 3º, da Lei nº 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, 26 de junho de 2018.

Paulo Cesar Lamin

Diretor Presidente

PORTARIA JHL 204/2018

Publicação Nº 1664158

PORTARIA SIMAE JHL nº 204/2018 DE 26.06.2018

Aprova a Instrução Normativa 01/2018 partes integrantes do Regulamento do Simae.

Paulo Cesar Lamin Diretor Presidente do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna-SC, - Simae, no uso de suas atribuições legais, em especial o disposto no artigo 211 do Decreto Municipal de Joaçaba n. 5382 de 26 de abril de 2018, do Decreto Municipal de Herval d'Oeste n. 3842 de 26 de abril de 2018 e do Decreto Municipal de Luzerna n. 2572 de 27 de abril de 2018.

Considerando a responsabilidade do Simae em promover a prestação dos serviços públicos de água e esgoto, com exclusividade nos

municípios de Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna-SC;

Considerando a competência do Simae em estabelecer normas e procedimentos que regulem a utilização adequada dos sistemas de água e esgotamento sanitário sob sua responsabilidade, os quais deverão ser cumpridos pelos usuários, dentro dos limites legais:

RESOLVE:

Art. 1º Adotar a Instrução Normativa nº 01/2018 de 26 de junho de 2018, que estabelece o Padrão de proteção de hidrômetro, suas dimensões e características, bem como em quais situações o mesmo será exigido.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir do dia 01 de julho de 2018, obedecido o disposto no parágrafo único, do artigo 3º, da Lei nº 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba, SC., 26 de junho de 2018.

Paulo Cesar Lamin

Diretor Presidente

INSTRUÇÃO NORMATIVA 01/2018

Define o padrão de proteção de hidrômetro, suas dimensões e características, bem como em quais situações o mesmo será exigido. O Diretor Presidente do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto - SIMAE, no uso de suas atribuições e com fulcro no artigo 211 do Decreto nº 5382 de 26 de abril de 2018 do município de Joaçaba, Decreto 3842 de 26 de abril de 2018 do município de Herval d'Oeste e Decreto 2572 de 27 de abril de 2018 do município de Luzerna SC, e

Considerando a necessidade de definir as dimensões e características do padrão de proteção de hidrômetros, bem como as condições em que os mesmos será exigido.

Considerando a importância do equipamento de medição de água (hidrômetro) estar adequadamente protegido.

Resolve emitir a seguinte INSTRUÇÃO NORMATIVA:

Art. 1º. É obrigatório a confecção/construção do padrão de proteção de hidrômetro (s), nas seguintes situações:

- a. Ligações novas de água;
- b. Religações de água solicitadas pelo usuário;
- c. Alteração do local da ligação;
- d. Alteração do padrão de ligação, por solicitação do usuário ou da Autarquia;

Art. 2º. A responsabilidade pela confecção/construção do padrão de proteção do hidrômetro é exclusiva do titular da ligação de água, cabendo a Autarquia, através de seus técnicos, prestar as orientações técnicas necessárias.

Art. 3º. As dimensões e características do padrão de proteção de hidrômetro são as constantes nos desenhos anexos a esta Instrução Normativa.

Art. 4º. Esta Instrução Normativa entra em vigor a partir de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir do dia 01 de julho de 2018, obedecido o disposto no parágrafo único, do artigo 3º, da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Art. 5º. Revogam-se as disposições em contrário.

Joaçaba, 26 de junho de 2018

PAULO CESAR LAMIN

Diretor Presidente do SIMAE

PORTARIA JHL 205/2018

Publicação Nº 1664159

PORTARIA SIMAE JHL nº 205/2018 DE 26.06.2018

Aprova as Instruções Normativas 02/2018 e 03/2018, partes integrantes do Regulamento do Simae.

Paulo Cesar Lamin Diretor Presidente do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna-SC, - Simae, no uso de suas atribuições legais, em especial o disposto no artigo 211 do Decreto Municipal de Joaçaba n. 5382 de 26 de abril de 2018, do Decreto Municipal de Herval d'Oeste n. 3842 de 26 de abril de 2018 e do Decreto Municipal de Luzerna n. 2572 de 27 de abril de 2018.

Considerando a responsabilidade do Simae em promover a prestação dos serviços públicos de água e esgoto, com exclusividade nos municípios de Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna-SC;

Considerando a competência do Simae em estabelecer normas e procedimentos que regulem a utilização adequada dos sistemas de água e esgotamento sanitário sob sua responsabilidade, os quais deverão ser cumpridos pelos usuários, dentro dos limites legais:

RESOLVE:

Art. 1º Adotar as Instruções Normativas nº 02/2018 e 03/2018, ambas de 26 de junho de 2018, as quais "Estabelecem diretrizes para solicitação de viabilidade para implantação de loteamentos, condomínios de lotes e desmembramentos" e "Estabelecem os elementos necessários para apresentação de projetos de abastecimento de água e esgotamento sanitário para loteamentos, condomínios de lotes e desmembramentos", respectivamente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação, produzindo seus efeitos apartir do dia 01 de julho de 2018, obedecido o disposto no parágrafo único, do artigo 3º, da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010

Joaçaba, SC., 26 de junho de 2018.

Paulo Cesar Lamin

Diretor Presidente

INSTRUÇÃO NORMATIVA 02/2018

Estabelece diretrizes para solicitação de viabilidade para implantação de loteamentos, condomínios de lotes e desmembramentos.

O Diretor Presidente do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto - SIMAE, no uso de suas atribuições e com fulcro no artigo 211 do Decreto nº 5382 de 26 de abril de 2018 do município de Joaçaba, Decreto 3842 de 26 de abril de 2018 do município de Herval d'Oeste e Decreto 2572 de 27 de abril de 2018 do município de Luzerna SC, e

Considerando a necessidade de estabelecer diretrizes para a análise de viabilidade para a implantação de novos loteamentos, desmembramentos e condomínio de lotes, o Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto – Simae, resolve emitir a seguinte Instrução Normativa:

Art 1º. O Simae, na área de sua atuação, deverá ser consultado acerca do estudo preliminar ou anteprojeto de empreendimentos de loteamentos, desmembramentos e condomínios de lotes, sobre a viabilidade técnica e possibilidade de abastecimento de água e coleta e tratamento de esgoto.

Art 2º. Para efeito de aplicação desta instrução normativa, são adotadas as seguintes definições:

Parcelamento: é a divisão da terra em unidades juridicamente independentes, com vistas à edificação, podendo ser realizado na forma de loteamento, desmembramento ou condomínio de lotes, sempre mediante aprovação municipal.

Loteamento: subdivisão de gleba em lotes destinados a edificações, com abertura, modificação ou prolongamento de vias e logradouros.

Desmembramento: é a subdivisão da área em lotes destinados a edificação, com aproveitamento do sistema viário existente, sem abertura, prolongamento ou modificação de vias existentes.

Condomínio de Lotes: subdivisão de gleba em lotes, destinados a edificação, com abertura de novos arruamentos ou vias de circulação ou ainda o prolongamento, modificação e ampliação dos já existentes, com a implantação da infraestrutura prevista em lei municipal.

Art 3º. A documentação necessária para a análise de viabilidade técnica será, minimamente:

I. Formulário de Requerimento (conforme Anexo I), assinado pelo proprietário do imóvel. Apresentar procuração caso não seja o proprietário do imóvel;

II. Matrícula(s) do(s) imóvel(is) atualizada(s);

III. Planta de situação do parcelamento locada no mapa da cidade, contendo localização de vias de comunicação e corpos receptores para os efluentes líquidos.

IV. Projeto planialtimétrico impresso com apresentação das curvas de níveis de metro em metro de toda a área a ser parcelada em escala adequada.

V. Anteprojeto Urbanístico impresso, se houver, em escala adequada, contendo logradouros públicos, quadras, lotes e quadro de resumo de áreas. Se não houver anteprojeto urbanístico, deverá ser informado o zoneamento urbano na qual o parcelamento do solo está inserido e a estimativa do número de lotes;

Parágrafo único: As plantas deverão ser georreferenciada na horizontal em Datum SIRGAS 2000, sistema de projeção Universal Transversa de Mercator (UTM), e na vertical em Datum IMBITUBA.

Art 4º. O prazo para análise da consulta de viabilidade é de 30 dias, podendo ser prorrogável por igual período.

Art 5º. Havendo viabilidade técnica de abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto, o Simae emitirá "DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE TÉCNICA", cujo documento apresentará as condições de liberação e permitirá ao empreendedor interessado a elaboração de projetos técnicos dos sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário do empreendimento.

Art 6º. A "DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE TÉCNICA" constitui-se como pré-requisito para que o empreendedor possa dar início à elaboração dos projetos de abastecimento de água e coleta e tratamento de esgoto sanitário do empreendimento.

Art 7º. O prazo de validade da viabilidade emitida pelo Simae é de 1 ano, contado a partir da emissão do documento.

Joaçaba, 26 de junho de 2018

PAULO CESAR LAMIN

Diretor Presidente do SIMAE

ANEXO I**Formulário para Análise de Viabilidade para loteamentos, condomínios de lotes e desmembramentos**

O Requerente abaixo qualificado, solicita ao Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto – SIMAE, a análise dos projetos, estudos e documentos anexos, com vistas a obtenção da DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE TÉCNICA.

Nº do Protocolo Nº da Matrícula

(Campos a serem preenchidos pelo SIMAE)

Dados Pessoais do Requerente (Loteador)				
Nome				
CPF		RG		
Endereço				Nº
Cidade		Bairro		
Telefones				
E-mail				
Empresa Loteadora/Incorporadora (Se houver)				
Razão Social				
Resp. Técnico				
CNPJ		IE		
Endereço				Nº
Cidade		Bairro		
Telefones				
E-mail				
Dados do Loteamento/Condomínio/Desmembramento				
Nome				
Localização				
Cidade		Bairro		
Zoneamento Urbano				
Área Total		Número de Lotes		
Observações				
Local e Data		Assinatura do Solicitante		

INSTRUÇÃO NORMATIVA 03/2018

Estabelece os elementos necessários para apresentação de projetos de abastecimento de água e esgotamento sanitário para loteamentos, condomínios de lotes e desmembramentos.

O Diretor Presidente do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto - SIMAE, no uso de suas atribuições e com fulcro no artigo 211 do Decreto nº 5382 de 26 de abril de 2018 do município de Joaçaba, Decreto 3842 de 26 de abril de 2018 do município de Herval d'Oeste e Decreto 2572 de 27 de abril de 2018 do município de Luzerna SC, e

Considerando a necessidade de estabelecer os elementos necessários para a apresentação de projetos dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário para novos empreendimentos, os quais são submetidos a análise e aprovação pelo Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto – Simae, resolve emitir a seguinte Instrução Normativa:

Art 1º. Existindo a viabilidade técnica, ao empreendedor caberá a elaboração dos projetos técnicos de engenharia referente ao sistema de abastecimento de água e esgotamento sanitário, visando o atendimento do empreendimento.

Parágrafo único: Os projetos somente serão analisados enquanto a Declaração de Viabilidade Técnica estiver dentro do prazo de vigência.

Art 2º. Os projetos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário deverão ser entregues para análise técnica no setor de atendimento do SIMAE, em vias separadas.

Art 3º. Os projetos terão a validade de 4 (quatro) anos, contados a partir da data da aprovação.

§ 1º: Se as obras não iniciarem dentro do prazo de 2 (dois), os projetos perderão a validade, sendo necessário solicitar nova Declaração de Viabilidade Técnica, em função da necessidade de reavaliar a disponibilidade hídrica para o empreendimento.

§2º. A implantação do sistema de abastecimento de água e esgotamento sanitário do empreendimento, incluindo a entrega final ao SIMAE, deverá ocorrer dentro dos prazos de validade dos projetos.

§3º. Expirado o prazo de validade de 4 (quatro) anos e a obra do parcelamento não estando concluída e entregue ao Simae, o empreendedor deverá solicitar nova Declaração de Viabilidade Técnica, a fim de reavaliar a disponibilidade hídrica para o empreendimento, que

determinará se haverá necessidade de alterações do projeto. Não havendo necessidade de alteração do projeto, o mesmo passará automaticamente a ter nova validade de 4 (quatro) anos. Caso haja necessidade de alteração do projeto em função da nova Declaração de Viabilidade Técnica emitida, o empreendedor deverá ajustar o projeto de engenharia e submetê-lo a análise do Simae, conforme Art 2º. Art 4º. Para o protocolo do projeto de engenharia dos sistemas públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário à AUTARQUIA, o empreendedor deverá encaminhar uma via completa de cada elemento do projeto, em meio físico, contendo os seguintes elementos:

I - Projetos

- a) Requerimento de análise de projeto (Anexo I);
- b) Memorial descritivo do parcelamento, contendo as informações básicas para o entendimento da proposta e os elementos necessários para o dimensionamento das unidades do sistema de abastecimento e esgotamento sanitário;
- c) Memorial de cálculo detalhado de cada unidade do sistema de abastecimento de água e esgotamento sanitário;
- d) Peças gráficas de cada elemento projetado para o sistema, em escala adequada;
- e) Demais peças gráficas de detalhamento do projeto, se necessário para o entendimento do mesmo;
- f) Especificações técnicas dos serviços a serem executados;
- g) Especificações técnicas dos materiais e equipamentos a serem empregados na obra, atendendo às normas técnicas da ABNT, NTS (SABESP) e normas internacionais cabíveis (ASTM, ANSI, BSI, DIN, EN, entre outras);
- h) Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), devidamente preenchida de acordo com o projeto apresentado, e quitado junto ao sistema CREA/CONFEA;

II – Memorial Descritivo.

Para a elaboração do memorial descritivo é necessário coletar e descrever inúmeros dados, sendo os principais listados a seguir:

- a) Descrição sucinta do município ou localidade, atividades econômicas e equipamentos sanitários urbanos com suas respectivas áreas de abrangência;
- b) Concepção da obra, incluindo a justificativa da alternativa técnica adotada, bem como a forma de execução de cada etapa ou fase da obra projetada;
- c) População inicial e projeção da população de saturação do empreendimento;
- d) Informações que possibilitem a aceitação/aprovação: Solução técnica adotada, locais onde serão desenvolvidos os trabalhos, métodos executivos, descrição do material a ser utilizado e forma de implantação de cada etapa;
- e) Identificação de interferências e pontos notáveis;
- f) Definição do material das tubulações, peças e acessórios;
- g) Especificação técnica dos materiais;
- h) Identificação de rede de energia elétrica no local, indicando suas características.

III - Memorial de cálculo:

Deverá ser apresentado um memorial de cálculo do projeto, contendo minimamente:

- a) Grau de atendimento;
- b) Cálculo da população inicial e da população de saturação do empreendimento;
- c) Detalhamento dos cálculos hidráulicos dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário;
- d) Quanto à estação elevatória e linha de recalque: dimensões e formas geométricas, dimensionamento dos conjuntos elevatórios incluindo curvas características da bomba e do sistema, dimensionamento hidráulico de tubulações, peças e acessórios.

IV - Peças gráficas

Compreendem plantas topográficas, desenhos, fotos, catálogos e todo e qualquer material que represente com detalhe o sistema a ser executado, permitindo compreender com clareza os detalhes construtivos, local da obra e materiais a serem empregados. Conterá minimamente:

- a) Planta topográfica;
- b) Planta urbanística;
- c) Rede hidráulica e demais dispositivos localizados;
- d) Plantas baixas, cortes e perfis do dimensionamento hidráulico e das partes construtivas do sistema;
- e) Detalhes referentes aos projetos estruturais, sendo que as instalações e obras complementares deverão ser suficientes à avaliação precisa dos quantitativos propostos.
- f) Prancha de detalhamento dos acessórios da rede;

V - Planilha orçamentária

A planilha deverá ser a representação fidedigna do projeto, devendo ser observado, no mínimo:

- a) Constar todos os itens que incluem o projeto, com descrição dos materiais e mão de obra, orçados individualmente e compatível com as ações propostas;
- b) O custo deverá estar atualizado com base nos preços sugeridos pela tabela SINAPI SEM DESONERAÇÃO, ou, na falta desta, deve seguir os preços de mercado praticados regionalmente;
- c) Os itens deverão estar acrescidos de um valor de BDI – Benefícios e Despesas Indiretas.

DISPOSIÇÃO FINAL

Art 5º. Os casos omissos e não contemplados nesta Instrução Normativa deverão ser dirimidos junto ao Setor de engenharia do Simae.

Joaçaba, 26 de junho de 2018

PAULO CESAR LAMIN

Diretor Presidente do SIMAE

ANEXO I

Formulário para análise de projetos de loteamentos, condomínios de lotes e desmembramentos

O Requerente abaixo qualificado, solicita ao Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto – SIMAE, a análise dos projetos, estudos e documentos anexos, com vistas a obtenção da APROVAÇÃO TÉCNICA.

Nº do Protocolo Nº da Matrícula

(Campos a serem preenchidos pelo SIMAE)

Dados Pessoais do Requerente (Loteador)					
Nome					
CPF		RG			
Endereço				Nº	
Cidade		Bairro			
Telefones					
E-mail					
Empresa Loteadora/Incorporadora (Se houver)					
Razão Social					
Resp. Técnico					
CNPJ		IE			
Endereço				Nº	
Cidade		Bairro			
Telefones					
E-mail					
Dados do Loteamento/Condomínio/Desmembramento					
Nome					
Localização					
Cidade		Bairro			
Zoneamento Urbano					
Área Total		Número de Lotes			
Observações					
Local e Data			Assinatura do Solicitante		

RESUMO CONTRATO JHL 0092/2018 - SIMAE

Publicação Nº 1664162

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
JOAÇABA, HERVAL D'OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA

EXTRATO DE CONTRATO JHL Nº 0092/2018

PREGÃO PRESENCIAL JHL 0030/2018

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0035/2018

PROTOCOLO JHL 1102/2018

Data assinatura: 25/06/2018

Objeto: AQUISIÇÃO DE CONTROLADOR DE CARGA PARA UTILIZAÇÃO EM SISTEMA SOLAR FOTOVOLTAICO, PARA EAT 201 E EAT 205, DE PROPRIEDADE DO SIMAE.

Contratado: DRJ Radiocomunicação Ltda.

Valor Contratado: R\$ 407,55 (Quatrocentos e sete reais e cinquenta e cinco centavos).

Órgão/Unidade: 14.01

Função/Programa: 17.512.0028

Projeto/Atividade: 2.061

Elemento De Despesa: 3.3.90.30.26.00.00.00

Prazo de vigência: 26/06/2018 a 25/10/2018.

Paulo Cesar Lamin – Diretor Presidente do Simae

HOMOLOGAÇÃO PR 0030/2018 - SIMAE

Publicação Nº 1663525

ESTADO DE SANTA CATARINA SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO CNPJ: 84.591.890/0001-43 Rua Tiradentes, 123 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 30/2018 - PR Processo Administrativo: 35/2018 Processo de Licitação: 35/2018 Data do Processo: 19/04/2018
Folha: 1/1	

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Diretor Presidente, Paulo Cesar Lamin, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 35/2018
b) Licitação Nr.: 30/2018-PR
c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
d) Data Homologação: 25/06/2018
e) Objeto da Licitação AQUISIÇÃO DE RADIOS DE TELECOMANDO, SISTEMA SOLAR FOTOVOLTAICO, CONTROLADOR DE CARGA E BATERIAS PARA UTILIZAÇÃO EM RESERVATÓRIO DE PROPRIEDADE DO SIMAE.

(em Reais R\$)

f) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação) Unid. Quantidade Descto (%) Preço Unitário Total do Item

DRJ RADIOCOMUNICACAO LTDA (6731)

3 CONTROLADOR DE CARGA 10 AMPERES 12/24 VOLTS PARA UTILIZAÇÃO EM MÓDULO SOLAR FOTOVOLTAICO - Marca: YSMART TECH	PÇ	3,00	0,0000	135,85	407,55
---	----	------	--------	--------	--------

Total do Fornecedor: 407,55

Total Geral: 407,55

Joaçaba, 25 de Junho de 2018.

Paulo Cesar Lamin - Diretor Presidente

José Boiteux**PREFEITURA****PROCESSO LICITATÓRIO 40/2018 REFERENTE AO REGISTRO DE PREÇOS PARA COMPRA DE CARNES PARA PREMIAÇÃO DO CAMPEONATO MUNICIPAL DE BOCHA, SINUCA E JANTAR OFERECIDO AOS PARTICIPANTES DO CAMPEONATO DE CANASTRA MAIORES INFORMAÇÕES NO EDITAL.**

Publicação Nº 1663632

MUNICÍPIO DE JOSÉ BOITEUX – SC
PROCESSO LICITATÓRIO 40/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº 33/2018

O Prefeito Municipal de José Boiteux – SC, de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93 de 21 de junho de 1993, e suas alterações e demais legislações aplicáveis, torna se público aos interessados, que fará realizar Processo Licitatório modalidade Pregão Presencial, no dia 09/07/2018, às 09:00 horas, tendo como local, a Prefeitura Municipal de José Boiteux, sito a AV 26 de Abril, nº 655, REFERENTE AO REGISTRO DE PREÇOS PARA COMPRA DE CARNES PARA PREMIAÇÃO DO CAMPEONATO MUNICIPAL DE BOCHA, SINUCA E JANTAR OFERECIDO AOS PARTICIPANTES DO CAMPEONATO DE CANASTRA MAIORES INFORMAÇÕES NO EDITAL. Os interessados poderão obter a íntegra do Edital e demais informações diariamente, das 07:30 às 16:30 horas no Departamento de Licitações da Prefeitura, no endereço acima ou pelo fone/fax (47) 3352-7111.

José Boiteux/SC, em 25 de Junho 2018.
JONAS PUDEWELL
Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO 41/2018 REFERENTE AO REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAIS LOCAÇÕES DE BANHEIROS QUÍMICOS PARA OS EVENTOS PROMOVIDOS PELO MUNICÍPIO DE JOSÉ BOITEUX MAIORES INFORMAÇÕES NO EDITAL.

Publicação Nº 1663644

MUNICÍPIO DE JOSÉ BOITEUX – SC
PROCESSO LICITATÓRIO 41/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº 34/2018

O Prefeito Municipal de José Boiteux – SC, de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93 de 21 de junho de 1993, e suas alterações e demais legislações aplicáveis, torna se público aos interessados, que fará realizar Processo Licitatório modalidade Pregão Presencial, no dia 10/07/2018, às 09:00 horas, tendo como local, a Prefeitura Municipal de José Boiteux, sito a AV 26 de Abril, nº 655, REFERENTE AO REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAIS LOCAÇÕES DE BANHEIROS QUÍMICOS PARA OS EVENTOS PROMOVIDOS PELO MUNICÍPIO DE JOSÉ BOITEUX MAIORES INFORMAÇÕES NO EDITAL. Os interessados poderão obter a íntegra do Edital e demais informações diariamente, das 07:30 às 16:30 horas no Departamento de Licitações da Prefeitura, no endereço acima ou pelo fone/fax (47) 3352-7111.

José Boiteux/SC, em 25 de Junho 2018.
JONAS PUDEWELL
Prefeito Municipal

Lages

PREFEITURA

PP 52/2018 PML, PP 03/2018 SEMASA

Publicação N° 1663870

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: Pregão Presencial 52/2018 PML

Objeto: Registro de Preços para a Aquisição de Frutas, Verduras, Ovos e Carnes para consumo nas Unidades Escolares Municipais.

Abertura: 06/07/2018 às 09h

Valor Estimado: R\$ 3.407.580,00

Modalidade: Pregão Presencial 03/2018 SEMASA

Objeto: Registro de Preços para a Aquisição de Materiais para manutenção dos Próprios da SEMASA.

Abertura: 17/07/2018 às 13h30min

Valor Estimado: R\$ 983.119,27

Da retirada dos Editais: www.lages.sc.gov.br

Lages, 26 de junho de 2018.

Antônio César Alves de Arruda

Secretário da Administração e Fazenda

Laguna

PREFEITURA

DECRETO Nº. 5.034/2018

Publicação Nº 1664599

DECRETO Nº 5.034/2018, de 07 de junho de 2018.

Dispõe sobre a composição do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA/SC, Sr. Mauro Vargas Candemil, no uso das atribuições legais a si conferidas no artigo 68, incisos III e XXV, da Lei Orgânica do Município de Laguna,

DECRETA

Art. 1º O Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social – CACS fica constituído da seguinte forma:

I – Dois representantes do Poder Executivo Municipal – Secretaria de Educação e Esportes:

a) Titular – Marilete Machado Martins Nunes

- Suplente – Silmara Agostinho Medeiros

b) Titular – Marilete Medeiros de Aguiar

- Suplente – Luciane da Silva Mattos Correa

II – Um representante dos Professores da Educação Básica Pública:

a) Titular – Maria de Lourdes Correia

- Suplente – Raquel do Carmo Bittencourt Motta

III – Um representante dos diretores das Escolas Básicas Públicas:

a) Titular – Alzira da Silva Machado Martins

- Suplente – Luciana Machado Luciano

IV – Um representante dos servidores técnico-administrativos das Escolas Básicas Públicas:

a) Titular – Cinara de Souza D’Espíndola

- Suplente – Klevys Lopes Rosa

V – Dois representantes dos pais dos alunos da Educação Básica Pública:

a) Titular – Régis Vieira Bento

- Suplente – Mariana Mar Corrêa Soares

b) Titular – Alexsandra Souza Borges

- Suplente – Edinéia de Andrade Delfino Ramos

VI – Dois representantes para os estudantes da Educação Básica Pública:

a) Titular: Zulamir Silveira

- Suplente: Elisiane Roldão Biehl André

VII – Um representante do Conselho Municipal de Educação:

a) Titular – Cristine Guedes Paulino

- Suplente – Elza Pascoalina de Souza Grott

VIII – Um representante do Conselho Tutelar:

a) Titular – Michely Martins Ribeiro

- Suplente – Daniele Nunes Fernandes Vicente

IX – Dois representantes da Educação Básica Pública indicados pela entidade de estudantes secundaristas

a) Titular – Cecília Bezerra Machado

- Suplente – Êmory Côrrea Antunes

Art. 2º A mesa diretora eleita pelo do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação tem a seguinte formação:

I – Presidente: Maria de Lourdes Correia – Representante dos professores.

II – Vice-Presidente: Cinara de Souza D’Espíndola – Representante dos servidores técnico-administrativo.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Mauro Vargas Candemil

Prefeito Municipal

Lauro Muller**PREFEITURA****DISPENSA Nº. 112/PMLM/2018**

Publicação Nº 1663894

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO**DISPENSA Nº. 112/PMLM/2018**

OBJETIVO: O Município de Lauro Muller torna público que procedeu, na forma do artigo 24, inciso II, da Lei 8.666/93, mediante processo administrativo regular de Dispensa de Licitação para contratação da LUD responsável pela promoção de campeonatos regionais de futsal e futebol em sete categorias, no que se refere a inscrições e outras despesas inerentes ao evento.

CONTRATANTE: Município de Lauro Muller.

PRESTADOR: Liga Urussanguense de Desportos – LUD.

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 24, inciso II, da Lei Nº. 8.666/93.

RECONHECIDO: em 25/06/2018, por Ana Rúbia Prestados Dos Santos Cesconeto, Secretária de Administração e Finanças.

RATIFICAÇÃO: em 25/06/2018, por Valdir Fontanella, Prefeito Municipal.

Lauro Muller, 25 de Junho de 2018.

GENIVALDO DA SILVA

PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 113/PMLM/2018

Publicação Nº 1664138

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 113/PMLM/2018

Data e horário da sessão de abertura: 11/07/2018 às 09h00min.

Local: Prefeitura Municipal de Lauro Muller/SC, situado na Rua Valter Veterlly, 239, Centro, do Município de Lauro Muller - SC.

Objeto: A presente licitação tem por objetivo a contratação de empresa do ramo pertinente para elaboração de projeto de recuperação de área degradada PRAD - comunidade SANTA CLARA PINDOTIBA/ORLEANS.

Edital: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras e Licitações de Lauro Muller, no horário das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 horas, ou pelo telefone (48) 3464.3122, através do endereço eletrônico compraslicitacaopmlm@gmail.com e disponível em www.lauromuller.sc.gov.br.

Lauro Muller, 20 de junho de 2018.

Genivaldo da Silva

Pregoeiro3

Lebon Regis

PREFEITURA

MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS - SC EXTRATO DE ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 07/2018 PREGÃO PRESENCIAL NºPR14/2018 PROCESSO LICITATÓRIO Nº31/2018

Publicação Nº 1663876

MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS - SC

EXTRATO DE ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 07/2018

PREGÃO PRESENCIAL NºPR14/2018 PROCESSO LICITATÓRIO Nº31/2018

OBJETO: Elaboração de ATA DE REGISTRO DE PREÇOS para a contratação de pessoa jurídica especializada para aquisição futura e eventual de materiais de sinalização viária conforme especificações contidas no anexo I (Termo de Referência). O MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS resolve através desta registrar os preços dos seguintes fornecedores: - WILLIAN PABLO LAMPERTI - CNPJ: 25.203.392/0001-17, com o valor total de R\$ 160.900,00. - SINASC SINALIZACAO E CONSTRUCAO DE RODOVIAS LTDA - CNPJ: 07.150.434/0001-17, com o valor total de R\$ 171.799,00. Vigência: 15 de junho de 2018. Término: 15 de junho de 2019.

Lebon Regis, 15 de junho de 2018.

DOUGLAS F. DE MELLO - Prefeito Municipal

Leoberto Leal**PREFEITURA****DECRETO N.º 040/2018**

Publicação Nº 1664080

DECRETO N.º 040, DE 25 DE JUNHO DE 2018.

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL PELO EXCESSO DE ARRECAÇÃO NO EXERCÍCIO."

O Prefeito Municipal de Leoberto Leal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 8º Inciso I da Lei nº 1.354 de 18 de dezembro de 2017;

DECRETA:

Art. 1º Fica Aberto Crédito Adicional Suplementar no Orçamento da Seguridade Social, no valor de R\$ 160.000,00, de acordo com as especificações abaixo:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	05	SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	160.000,00
Unidade Orçamentária	01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	160.000,00
Função	10	Saúde	160.000,00
Sub-função	301	Atenção Básica	160.000,00
Programa	0015	SAÚDE	160.000,00
Projeto/ Atividade	2.056	Bloco - Atenção Básica	160.000,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	160.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.1.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	160.000,00
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	160.000,00
Fonte de Recurso/Detalhamento	01.0038.08	Atenção Básica/Comp.Piso de Aten.Bás.Fixo - PAB Fixo	160.000,00
TOTAL DO CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR			160.000,00

Art. 2º Os recursos para atender o disposto no artigo anterior, correrão por conta do excesso de arrecadação verificado no exercício, na seguinte fonte:

Fonte/Detalhamento	Código Fonte/ Detalhamento	Valor
Atenção Básica/Comp.Piso de Aten.Bás.Fixo - PAB Fixo	01.0038.08	160.000,00
TOTAL DO EXCESSO UTILIZADO		160.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 25 de junho de 2018.

VITOR NORBERTO ALVES

Prefeito Municipal

DECRETO N.º 041/2018

Publicação Nº 1664084

DECRETO N.º 041, DE 25 DE JUNHO DE 2018.

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL POR CONTA DE SUPERÁVIT FINANCEIRO."

O Prefeito Municipal de Leoberto Leal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 8º Inciso III da Lei nº 1.354 de 18 de dezembro de 2017;

DECRETA:

Art. 1º Fica Aberto Crédito Adicional Suplementar no Orçamento da Seguridade Social, no valor de R\$ 20.000,00, de acordo com as especificações abaixo:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	05	SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	20.000,00
Unidade Orçamentária	01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	20.000,00
Função	10	Saúde	20.000,00
Sub-função	301	Atenção Básica	20.000,00
Programa	0015	SAÚDE	20.000,00
Projeto/ Atividade	2.056	Bloco - Atenção Básica	20.000,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	20.000,00

Grupo de Natureza da Despesa	3.1.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	20.000,00
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	20.000,00
Fonte de Recurso/Detalhamento	0.1.0002	Recursos Ordinários - Superávit Saúde	20.000,00
TOTAL DO CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR			20.000,00

Art. 2º Os recursos para atender o disposto no artigo anterior, correrão por conta do superávit financeiro verificado no exercício anterior na seguinte fonte:

Fonte	Código Fonte	Valor
Recursos Ordinários - Superávit Saúde	0.1.0002	20.000,00
TOTAL DO SUPERAVIT UTILIZADO		20.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 25 de junho de 2018.

VITOR NORBERTO ALVES

Prefeito Municipal

Lindóia do Sul

PREFEITURA

PORTARIA Nº 168, DE 08 DE JUNHO DE 2018.

Publicação Nº 1664424

PORTARIA Nº 168, DE 08 DE JUNHO DE 2018.

Concede Férias a Servidora Pública Municipal.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL, no uso da atribuição que lhe confere a Lei Orgânica do Município e,

RESOLVE

Art. 1º. Conceder 15(quinze) dias de férias, a partir de 11 de Junho de 2018, a Servidora Pública Municipal Tatiane Janice Cavaglieri Buzanello, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Educação, vinculada a Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esportes, referente o período aquisitivo de 01 de Abril de 2017 a 31 de março de 2018, para gozo no período de 11 a 25 de junho de 2018, considerando que 15 (quinze) dias já foram concedidas nos dias 02 a 16 de Janeiro de 2018.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Lindóia do Sul, 08 de junho de 2018.

GENIR LOLI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 169, DE 11 DE JUNHO DE 2018

Publicação Nº 1664429

PORTARIA Nº 169, DE 11 DE JUNHO DE 2018.

Concede Licença por motivo de doença em pessoa da família a Servidora Publica Municipal

O PREFEITO MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL, no uso da atribuição que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e, Considerando o artigo 112, § 3º da Lei Complementar n. 050/2003, de 10 de Janeiro de 2003,

RESOLVE

Art. 1º. Conceder Licença por motivo de doença do cônjuge Senhor Jandir Antonio Cittadin, a partir de 09 de junho de 2018, por um período de 24 (vinte e quatro) dias, a Servidora Pública Municipal Leodina Justina Cittadin, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços gerais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, conforme atestado médico em anexo.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Lindóia do Sul, 11 de junho de 2018.

GENIR LOLI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 170, DE 15 DE JUNHO DE 2018

Publicação Nº 1664432

PORTARIA Nº 170, DE 15 DE JUNHO DE 2018.

Concede Gozo de Licença-prêmio a Servidor Público Municipal

O PREFEITO MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL, no uso da atribuição que lhe confere a Lei Orgânica do Município e,

RESOLVE

Art. 1º. Conceder, ao Servidor Público Municipal Claudiomiro de Almeida, ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista, lotado na Secretaria Municipal de Infra Estrutura e Transportes, 30 (trinta) dias de licença, a título de Licença-Prêmio, compreendidos entre os dias 18 de junho de 2018 a 17 de julho de 2018, com a

remuneração do cargo efetivo, relativo ao período aquisitivo de 01 de março de 2005 a 28 de fevereiro de 2010.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Lindóia do Sul, 15 de junho de 2018.

GENIR LOLI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 171, DE 18 DE JUNHO DE 2018

Publicação Nº 1664435

PORTARIA Nº 171, DE 18 DE JUNHO DE 2018.

Prorroga Licença Saúde de Servidora Publica Municipal

O PREFEITO MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL, no uso da atribuição que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e,

Considerando o artigo 100 da Lei Complementar n. 050/2003, de 10 de Janeiro de 2003, e

Considerando o diagnóstico apontado nos atestados médicos e a decisão apresentada pelo médico perito do Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS, expedido em 08 de junho de 2018, atestando incapacidade para o trabalho,

RESOLVE

Art. 1º. Prorrogar até 20 de agosto de 2018 a licença saúde concedida a Servidora Pública Municipal Edna Cristina Kappke, ocupante do cargo de provimento efetivo de Engenheira Civil, lotada no Gabinete do Prefeito e Vice, conforme portaria nº 138 de 09 de maio de 2018, com ônus para o Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Lindóia do Sul, 18 de junho de 2018.

GENIR LOLI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 172, DE 18 DE JUNHO DE 2018.

Publicação Nº 1664443

PORTARIA Nº 172, DE 18 DE JUNHO DE 2018.

Prorroga Licença Saúde de Servidor Publico Municipal

O PREFEITO MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL, no uso da atribuição que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e,

Considerando o artigo 100 da Lei Complementar n. 050/2003, de 10 de Janeiro de 2003,

Considerando o diagnóstico apontado nos atestados médicos e a decisão apresentada pelo médico perito do Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS, expedido em 18 de junho de 2018, atestando incapacidade para o trabalho

RESOLVE

Art. 1º. Prorrogar até 02 de dezembro de 2018 a licença saúde, do Servidor Público Municipal Jandir Antonio Cittadin, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Operacional, lotado na Secretaria Municipal de Infra Estrutura e Transportes, conforme atestado médico em anexo, com ônus para o INSS, concedida através da Portaria nº 159/2018.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Lindóia do Sul, 18 de junho de 2018.

GENIR LOLI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 173, DE 25 DE JUNHO DE 2018.

Publicação Nº 1664450

PORTARIA Nº 173, DE 25 DE JUNHO DE 2018.

Prorroga prazo de conclusão da Sindicância n. 2/2017 - Investigativa.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL, no uso da atribuição que lhe confere a Lei Orgânica do Município e,
Considerando os argumentos lançados no despacho da autoridade sindicante às fls. 06 da Sindicância n. 2/2017 – Investigativa.
Considerando o despacho de fls. 10 do referido procedimento.

RESOLVE

Art. 1º. Prorrogar, por 180 (cento e oitenta) dias, o prazo para conclusão dos trabalhos da Sindicância n. 2/2017 – Investigativa, instaurada pela Portaria n. 376 de 26 de dezembro de 2017, publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina do dia 29 de dezembro de 2017, edição n. 2.419, pg. 467.

Art. 2º. A prorrogação de que trata o art. 1º, contar-se-á a partir do dia 25/06/2018.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Lindóia do Sul, 25 de junho de 2018.

GENIR LOLI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 174, DE 25 DE JUNHO DE 2018.

Publicação Nº 1664453

PORTARIA Nº 174, DE 25 DE JUNHO DE 2018.

Prorroga prazo de conclusão da Sindicância n. 3/2017 - Investigativa.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL, no uso da atribuição que lhe confere a Lei Orgânica do Município e,
Considerando os argumentos lançados no despacho da autoridade sindicante às fls. 06 da Sindicância n. 3/2017 – Investigativa.
Considerando o despacho de fls. 11 do referido procedimento.

RESOLVE

Art. 1º. Prorrogar, por 180 (cento e oitenta) dias, o prazo para conclusão dos trabalhos da Sindicância n. 3/2017 – Investigativa, instaurada pela Portaria n. 377 de 26 de dezembro de 2017, publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina do dia 29 de dezembro de 2017, edição n. 2.419, pg. 467/468.

Art. 2º. A prorrogação de que trata o art. 1º, contar-se-á a partir do dia 25/06/2018.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Lindóia do Sul, 25 de junho de 2018.

GENIR LOLI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 175, DE 25 DE JUNHO DE 2018.

Publicação Nº 1664455

PORTARIA Nº 175, DE 25 DE JUNHO DE 2018.

Prorroga prazo de conclusão da Sindicância n. 4/2017 - Investigativa.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL, no uso da atribuição que lhe confere a Lei Orgânica do Município e,
Considerando os argumentos lançados no despacho da autoridade sindicante às fls. 05 da Sindicância n. 4/2017 – Investigativa.
Considerando o despacho de fls. 10 do referido procedimento.

RESOLVE

Art. 1º. Prorrogar, por 180 (cento e oitenta) dias, o prazo para conclusão dos trabalhos da Sindicância n. 4/2017 – Investigativa, instaurada pela Portaria n. 378 de 26 de dezembro de 2017,

publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina do dia 29 de dezembro de 2017, edição n. 2.419, pg. 468.

Art. 2º. A prorrogação de que trata o art. 1º, contar-se-á a partir do dia 25/06/2018.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Lindóia do Sul, 25 de junho de 2018.

GENIR LOLI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 176, DE 25 DE JUNHO DE 2018.

Publicação Nº 1664457

PORTARIA Nº 176, DE 25 DE JUNHO DE 2018.

Prorroga prazo de conclusão da Sindicância n. 5/2017 - Investigativa.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL, no uso da atribuição que lhe confere a Lei Orgânica do Município e,
Considerando os argumentos lançados no despacho da autoridade sindicante às fls. 06 da Sindicância n. 5/2017 – Investigativa.
Considerando o despacho de fls. 11 do referido procedimento.

RESOLVE

Art. 1º. Prorrogar, por 180 (cento e oitenta) dias, o prazo para conclusão dos trabalhos da Sindicância n. 5/2017 – Investigativa, instaurada pela Portaria n. 379 de 26 de dezembro de 2017, publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina do dia 29 de dezembro de 2017, edição n. 2.419, pg. 468/469.

Art. 2º. A prorrogação de que trata o art. 1º, contar-se-á a partir do dia 25/06/2018.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Lindóia do Sul, 25 de junho de 2018.

GENIR LOLI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 177, DE 25 DE JUNHO DE 2018.

Publicação Nº 1664458

PORTARIA Nº 177, DE 25 DE JUNHO DE 2018.

Prorroga prazo de conclusão da Sindicância n. 6/2017 - Investigativa.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL, no uso da atribuição que lhe confere a Lei Orgânica do Município e,
Considerando os argumentos lançados no despacho da autoridade sindicante às fls. 05 da Sindicância n. 6/2017 – Investigativa.
Considerando o despacho de fls. 09 do referido procedimento.

RESOLVE

Art. 1º. Prorrogar, por 180 (cento e oitenta) dias, o prazo para conclusão dos trabalhos da Sindicância n. 6/2017 – Investigativa, instaurada pela Portaria n. 380 de 26 de dezembro de 2017, publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina do dia 29 de dezembro de 2017, edição n. 2.419, pg. 469.

Art. 2º. A prorrogação de que trata o art. 1º, contar-se-á a partir do dia 25/06/2018.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Lindóia do Sul, 25 de junho de 2018.

GENIR LOLI

Prefeito Municipal

Lontras

PREFEITURA

DECRETO Nº 76/2018

Publicação Nº 1663693

DECRETO Nº 76/2018

HOMOLOGA DECISÃO DA COMISSÃO JULGADORA

MARCIONEI HILLESHEIN, Prefeito do Município de Lontras/SC, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o estabelecido na Lei 8.666/1993 de 21/06/1993, e suas alterações.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica homologada a decisão do Pregão Registro de Preço nº 63/2018 em 15 de junho de 2018, pela Pregoeira e Equipe de Apoio, através da Ata lavrada em reunião, relatório ao Edital de Licitação nº 63/2018, na modalidade de Pregão Registro de Preço para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DISPONIBILIZADOS AO CAFÉ DA MELHOR IDADE E PRODUTOS DE LIMPEZA PARA MANUTENÇÃO DO EVENTO.

Declaramos ter o Processo Licitatório obedecido a Lei, estando o mesmo em ordem, não havendo impugnações ou recursos pendentes de julgamento.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Lontras/SC, 15 de junho de 2018.

MARCIONEI HILLESHEIN
PREFEITO

EDITAL 69/2018

Publicação Nº 1663608

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE LONTRAS

PREGÃO PRESENCIAL N.º 69/2018

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA ORGANIZAÇÃO E DECORAÇÃO DOS EVENTOS QUE COMPÕEM A 48ª FESTA DO COLONO NO MUNICÍPIO DE LONTRAS. Entrega dos Envelopes: até às 14 horas e 30 minutos do dia 06/07/2018. Abertura dos Envelopes: 14 horas e 45 minutos do dia 06/07/2018. Maiores Informações junto ao Departamento de Licitações sito a Praça Henrique Schroeder, n.º 01, Centro ou pelo site www.lontras.sc.gov.br – Fone: (47) 3523-9400, no horário de expediente em vigor. Lontras, 25 de Junho de 2018. MARCIONEI HILLESHEIN. Prefeito.

RETIFICAÇÃO DO EDITAL 56/2018

Publicação Nº 1663495

PREFEITURA MUNICIPAL DE LONTRAS

AVISO DE RETIFICAÇÃO DE EDITAL

PREGÃO PRESENCIAL

PROCESSO N.º 56/2018

EDITAL: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE CALHAS, GRELHAS, LAJOTAS, MEIO FIO, TAMPA CEGA, PALANQUE E TUBOS DE CONCRETO. Alteração do item 02, lote 05 do anexo I. Alteração do item 1.2 do Edital. Entrega dos Envelopes: até dia 06/07/2018 às 08:30 horas. Abertura dos Envelopes: dia 06/07/2018 às 09 horas. Ficam mantidas todas as demais condições do edital, no que não colidirem com as desta Retificação. Maiores Informações e aquisição do documento de retificação sito a Praça Henrique Schroeder,

n.º 01, Centro – Fone: (47) 3523-9400, no horário de expediente em vigor ou através do site www.lontras.sc.gov.br. Lontras, 25 de junho de 2018. MARCIONEI HILLESHEIN. Prefeito.

RETIFICAÇÃO EDITAL 36/2018

Publicação Nº 1664083

PREFEITURA MUNICIPAL DE LONTRAS

AVISO DE RETIFICAÇÃO DE EDITAL

PREGÃO PRESENCIAL

PROCESSO N.º 36/2018

EDITAL: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA INSTALAÇÃO, MONITORAMENTO E ATENDIMENTO, EM REGIME DE COMODATO, DE SISTEMA DE ALARME NAS UNIDADES ESCOLARES DO MUNICÍPIO, CONFORME DESCRIÇÃO DO ANEXO I. Alteração de itens no Edital. Entrega dos Envelopes: até dia 12/07/2018 às 14:30 horas. Abertura dos Envelopes: dia 12/07/2018 às 15:00 horas. Ficam mantidas todas as demais condições do edital, no que não colidirem com as desta Retificação. Maiores Informações e aquisição do documento de retificação sito a Praça Henrique Schroeder, n.º 01, Centro – Fone: (47) 3523-9400, no horário de expediente em vigor ou através do site www.lontras.sc.gov.br. Lontras, 25 de junho de 2018. MARCIONEI HILLESHEIN. Prefeito.

RETIFICAÇÃO EDITAL 79/2018

Publicação Nº 1664415

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE LONTRAS

RETIFICAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N.º 79/2018

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE GRAMA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO. Alteração da data de entrega e abertura dos envelopes. Entrega dos Envelopes: até às 14 horas e 30 minutos do dia 09/07/2018; Abertura dos Envelopes: 15 horas do dia 09/07/2018. Maiores Informações junto ao Departamento de Licitações sito a Praça Henrique Schroeder, n.º 01, Centro ou pelo site www.lontras.sc.gov.br – Fone: (47) 3523-9400, no horário de expediente em vigor. Lontras, 25 de junho de 2018. MARCIONEI HILLESHEIN. Prefeito.

Luiz Alves**PREFEITURA****DECRETO 97/2018**

Publicação Nº 1664264

DECRETO N.º 97/2018

Dispõe sobre autorização para abertura de crédito adicional suplementar e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LUIZ ALVES, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 167, inciso VI da Constituição Federal e artigo 12, inciso III da Lei Orçamentária para o exercício de 2018 - Lei Municipal n.º 1.704, de 23 de novembro de 2017;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) ao orçamento municipal vigente:

Órgão: 06 – Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo

Unidade: 01 – Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo

23.695.0008.2.027 – Promoção, Apoio, Participação e Realização de Eventos Turísticos

(116) 3.3.90.00.00.00.00.00.03.0500.0 (0.3.0000) – Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

Art. 2º O crédito aberto no artigo anterior será coberto com recursos provenientes do superávit financeiro apurado no exercício de 2017, por conta de recursos próprios, na importância de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais).

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES/SC,

Em, 22 de junho de 2018.

MARCOS PEDRO VEBER

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM, no Paço Municipal e no site da Prefeitura de Luiz Alves - www.luizalves.sc.gov.br

Gilmar da Silva

Secretário Municipal de Administração

DECRETO 98/2018

Publicação Nº 1664265

DECRETO N.º 98/2018

Dispõe sobre a reestruturação e nomeação dos membros do Conselho de Alimentação Escolar – CAE do Município de Luiz Alves e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LUIZ ALVES, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil, pelos incisos IV e VI do artigo 47 da Lei Orgânica do Município e pela Lei Municipal n.º 835, de 08 de abril de 1997;

CONSIDERANDO a Lei Municipal n.º 835, de 08 de abril de 1997, alterada pela Lei Municipal n.º 1.398, de 06 de outubro de 2010, a qual dispõe acerca do Conselho de Alimentação Escolar – CAE do Município de Luiz Alves e estabelece que seus membros sejam nomeados por ato do Poder Executivo Municipal;

CONSIDERANDO a Resolução CD/FNDE n.º 38, de 16 de julho de 2009, do Ministério da Educação, a qual afirma o Conselho de Alimentação Escolar - CAE como órgão deliberativo, fiscalizador e de assessoramento, de caráter permanente, responsável pelo monitoramento e controle da garantia da qualidade da alimentação escolar, bem como da fiscalização dos repasses de recursos federais, por meio do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE;

DECRETA:

Art. 1º Fica reestruturado, composto e nomeado o Conselho de Alimentação Escolar – CAE do Município de Luiz Alves, conforme dispõe a Lei Municipal n.º 835/1997, alterada pela Lei Municipal n.º 1.398/2010, estando assim constituído:

§ 1º Na condição de representantes do Poder Executivo Municipal:

I - titular: Sueli Hoffmann;

II - suplente: Rogério José da Rocha.

§ 2º Na condição de representantes de pais de alunos:

I - titular: Andreza Juliana Ricardo Junkes;

II - suplente: Simone Gracieli Reuter Ramos;

III - titular: Maria Gorete Balbino Pereira;

IV - suplente: Adenisy Schmitz.

§ 3º Na condição das entidades de trabalhadores na área de educação e de discentes:

I - titular: Andreia da Cunha Vinter;

II - suplente: Tatiane Fauro;

III - titular: Alexandra Martini Wilbert;

IV - suplente: Sueli Borges Fernandes.

§ 4º Na condição de representantes de entidade civis organizadas:

I - titular: Moacir Zimmermann;

II - suplente: Marconi Kons;

III - titular: Aline da Silva de Andrade;

IV - suplente: Vilmara de Lourdes Eich.

Art. 2º Os membros titulares e suplentes do CAE do Município de Luiz Alves exercerão as suas funções com base nas competências que lhes são atribuídas pela Lei Municipal n.º 835/1997, alterada pela Lei Municipal n.º 1.398/2010, consoante ao disposto na Resolução CD/FNDE n.º 38, de 16 de julho de 2009, do Ministério da Educação.

Art. 3º Os membros do CAE terão mandato de 04 (quatro) anos, podendo ser reconduzidos de acordo com a indicação dos respectivos segmentos que representam.

Art. 4º Os membros CAE não serão remunerados, sendo os serviços prestados considerados de interesse público relevante.

Art. 5º Fica revogada a Portaria n.º 100/2014.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 15 de junho de 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES/SC,

Em, 22 junho de 2018.

MARCOS PEDRO VEBER

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM, no Paço Municipal e no site da Prefeitura de Luiz Alves - www.luizalves.sc.gov.br

Gilmar da Silva

Secretário Municipal de Administração

DECRETO 99/2018

Publicação Nº 1664266

DECRETO N.º 99/2018

Dispõe sobre autorização para abertura de crédito adicional suplementar e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE LUIZ ALVES, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 167, inciso VI da Constituição Federal e pelo inciso I do artigo 12 da Lei Orçamentária para o exercício de 2018 – Lei Municipal n.º 1.704, de 23 de novembro de 2017;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar na importância de R\$ 330.000,00 (trezentos e trinta mil reais) ao orçamento municipal vigente:

Órgão: 20 – Fundo Municipal de Educação

Unidade: 01 – Fundo Municipal de Educação

12.365.0024.2.062 – Manutenção das atividades da educação infantil

(44) 3.1.90.00.00.00.00.00.02.0822.0 (0.2.0019) – Aplicações Diretas R\$ 330.000,00

Art. 2º O crédito aberto no artigo anterior será coberto com recursos provenientes do excesso de arrecadação apurado no exercício de 2018, por conta de recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, na importância de R\$ 330.000,00 (trezentos e trinta mil reais).

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES/SC,

Em, 25 de junho de 2018.

MARCOS PEDRO VEBER

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM, no Paço Municipal e no site da Prefeitura de Luiz Alves - www.luizalves.sc.gov.br

Gilmar da Silva

Secretário Municipal de Administração

EDITAL DE CHAMAMENTO N.º 08/2018 PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 01/2018

Publicação Nº 1663875

EDITAL DE CHAMAMENTO N.º 08/2018

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 01/2018

A SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE LUIZ ALVES – SC, por meio de seu Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Luiz Alves – SC e, considerando a homologação final

do resultado do Processo Seletivo n.º 01/2018 para provimento de vagas em caráter temporário, nos termos do artigo 37, inciso IX, da Constituição Federal de 1988 e da Lei Municipal n.º 1.025, de 09 de setembro de 2002, ao Quadro Específicos de Empregos Públicos do Município de Luiz Alves, CONVOCA os candidatos habilitados e aprovados conforme relação constante no Anexo I deste Edital, observadas as seguintes condições:

DA ASSINATURA DO TERMO DE INTERESSE NA VAGA E ENTREGA DOS DOCUMENTOS

1. Os candidatos relacionados no Anexo I deste Edital, após receberem a convocação, deverão comparecer na Secretaria Municipal de Administração, com sede da Prefeitura Municipal de Luiz Alves, situada na Rua Erich Gielow, n.º 35, Centro, Luiz Alves – SC, no prazo de até 03 (três) dias úteis, no horário compreendido entre às 08:00h às 12:00h, para assinar o termo de interesse na vaga.

1.1. O candidato convocado que não quiser ser admitido poderá requerer sua reclassificação para o último lugar dos classificados.

1.2. Manifestado o interesse na vaga, o candidato terá até 10 (dez) dias para entregar a documentação relacionada no Anexo II e os exames relacionados no Anexo III deste Edital.

1.3. Por ordem de chegada dos candidatos, caso haja necessidade, serão distribuídas senhas, limitadas à capacidade de atendimento da Secretaria Municipal de Administração.

1.4. Não serão recebidos documentos de forma parcial, sendo que a falta de qualquer documento constante do Anexo II e III acarretará o não cumprimento da exigência do item 1.

1.5. O não comparecimento nos termos do item 1 acima implicará a renúncia tácita do convocado e, conseqüentemente, a perda do direito à vaga para o qual o candidato foi aprovado.

DOS EXAMES MÉDICOS

2. Os candidatos deverão apresentar os exames constantes do ANEXO III do presente Edital, devidamente acompanhados de atestado de saúde física e mental realizado por um Médico do Trabalho, munidos dos exames clínicos constantes do referido anexo, sendo que, ausentes os documentos exigidos, o Município de Luiz Alves irá convocar os classificados e aprovados no referido Processo Seletivo em sua substituição, obedecendo à ordem legal.

2.1. Eventuais candidatos portadores de necessidades especiais convocados neste Edital, além de atender ao que determina o item 2, deverão apresentar laudo e/ou atestado médico identificando o tipo de deficiência ou disfunção devidamente atualizado (prazo máximo de 30 dias).

DOS ATOS DO CHAMAMENTO

3. As publicações dos atos de chamamento se darão por meio de edital, obedecendo ao disposto no parágrafo único, do artigo 13, do Decreto Municipal n.º 62, de 16 de setembro de 2014, e do Decreto Municipal n.º 50, de 21 de junho de 2017.

DA ADMISSÃO

4. Cumpridas as exigências constantes do item 3 deste Edital, o candidato deverá se apresentar em 03 (três) dias úteis à Secretaria Municipal de Administração para ser admitido e receber instruções sobre o local de trabalho para o qual será designado.

5. Da data da admissão, o candidato terá 01 (um) dia útil para apresentar-se no seu local de trabalho, devendo o servidor iniciar suas atividades funcionais imediatamente a sua apresentação, que será atestada pelo Secretário Municipal e/ou Diretor da repartição à qual ficará subordinado.

Luiz Alves, 25 de junho de 2018.

GILMAR DA SILVA

Secretário Municipal de Administração

ANEXO I – EDITAL DE CHAMAMENTO N.º 08/2018

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 01/2018

RELAÇÃO DE CANDIDATOS

Auxiliar de consultório dentário - ESF

N.º Inscrição	Candidato(a)
0000521	Eliane dos Santos

Agente comunitário(a) de Saúde

N.º Inscrição	Candidato(a)
0000061	Patrícia Ritter Pereira
0000550	Maristelo Fernandes Cabral Costa
0000274	Ksriny Dalva de Azevedo

Auxiliar de enfermagem - ESF

N.º Inscrição	Candidato(a)
0000303	Maike Daiane Ronchi Micheluzzi
0000009	Priscila Webber
0000091	Maria Aparecida da Silva Micheluzzi
0000252	Angela Mara Silveira Altini
0000196	Olivia Maria Scaburri

Psicólogo(a) clínico

N.º Inscrição	Candidato(a)
---------------	--------------

0000510	Giovana Hoffmann
---------	------------------

ANEXO II – EDITAL DE CHAMAMENTO N.º 08/2018
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 01/2018

RELAÇÃO DE DOCUMENTOS

1. 01 (uma) Foto 3 X 4;
2. Cópia da Carteira de Trabalho – CTPS
3. Cópia do PIS/PASEP
4. Apresentação do original e cópia legível dos seguintes documentos:
 - 4.1. CPF;
 - 4.1.1. Declaração de Imposto de Renda (caso seja isento de apresentar a declaração, deverá apresentar comprovante de situação regular do CPF emitido pelo site: <<https://www.receita.fazenda.gov.br/Aplicacoes/SSL/ATCTA/CPF/ConsultaSituacao/ConsultaPublica.asp>>);
 - 4.2. Cédula de Identidade (RG) ou de Órgão de Classe Profissional no caso de carreira regulamentada;
 - 4.3. Título de eleitor;
 - 4.4. Certidão de quitação eleitoral (comprovante de votação 2016 ou quitação eleitoral emitido pelo site: <<http://www.tse.jus.br/eleitor-e-eleicoes/certidoes/certidao-de-quitacao-eleitoral>>);
 - 4.5. Certidão de Casamento ou de Nascimento, se solteiro;
 - 4.6. Certidão de Nascimento de filhos com até 18 (dezoito) anos, se tiver;
 - 4.7. Carteira de vacinação dos filhos menores de 06 (seis) anos;
 - 4.8. Certificado de reservista, para os candidatos do sexo masculino;
 - 4.9. Comprovante de escolaridade exigida para o cargo;
 - 4.10. Comprovante de residência atualizado;
 - 4.11. Quando exigido para o cargo, comprovante de habilitação em órgão profissional e/ou cópia da Carteira de Registro nos conselhos, devidamente acompanhada da certidão de situação de regularidade;
 - 4.12. Carteira de habilitação (para o cargo de motorista na categoria exigida);
 - 4.13. Certidão negativa de ações cíveis e criminais (expedidas pelo Tribunal de Justiça de Santa Catarina e Justiça Federal de Santa Catarina pelo site: <<https://esaj.tjsc.jus.br/sco/abrirCadastro.do>> e pelo site: <<https://www2.trf4.jus.br/trf4/>>>);
5. Declaração/Relação de Bens assinada (modelo em anexo), podendo ser substituída pela declaração do imposto de renda;
6. Declaração assinada de que o candidato não exerce outro cargo na Administração Pública Municipal, Estadual e Federal, que gere impedimento legal (modelo em anexo);
7. Termo de interesse no Cargo preenchido e assinado pelo candidato (modelo em anexo);
8. Dados para contato: número de telefone e endereço eletrônico;
9. Declaração assinada de que o candidato não sofre penalidade no exercício de cargo na Administração Pública (modelo anexo);
10. Documentação para abertura de conta no banco:
 - 10.1. 02 (duas) cópias do CPF;
 - 10.2. 02 (duas) cópia do RG;
 - 10.3. 01 (duas) cópias do comprovante de residência.

ANEXO II
DECLARAÇÃO DE BENS

Declaro, nos termos da Lei, que nesta data, possuo os seguintes bens:

() Não possuo bens a declarar.

() Possuo bens a declarar, conforme segue abaixo:

IMÓVEIS

Endereço	Data de Aquisição	Valor de Aquisição	Valor Atual

VEÍCULOS

Tipo	Data de Aquisição	Valor de Aquisição	Valor Atual

OUTROS – APLICAÇÕES FINANCEIRAS

FONTES DE RENDA

NOME COMPLETO: _____

CARGO: _____

Luiz Alves, ____/____/____.

Assinatura
ANEXO II
DECLARAÇÃO

Eu, _____, portador(a) da Carteira de Identidade n.º _____, inscrito(a) no CPF n.º _____, declaro para os devidos fins de provimento de cargo público, que não exerço emprego ou função pública em quaisquer das esferas (Federal, Estadual ou Municipal) que gere impedimento legal nos termos do artigo 37, inciso XVI, da Constituição Federal, não comprometendo, desta forma, minha admissão para o cargo de _____, deste Poder.
E, por ser verdade, firmo a presente declaração sob as penas da Lei.

Luiz Alves, ____/____/____.

Assinatura do Candidato
ANEXO II
TERMO DE INTERESSE NA VAGA

Eu, _____, portador(a) da Carteira de Identidade n.º _____ e inscrito(a) no CPF n.º _____, frente à aprovação no Processo Seletivo (Edital nº 01/2018) da Prefeitura Municipal de Luiz Alves – SC, CONFIRMO O INTERESSE de ser admitido(a) na vaga de _____, nos termos da legislação municipal em vigor.
Luiz Alves, ____/____/____.

Assinatura do candidato

ANEXO II
TERMO DE NÃO INTERESSE NA VAGA

Eu, _____, portador(a) da Carteira de Identidade n.º _____ e inscrito(a) no CPF n.º _____, frente à aprovação no Processo Seletivo n.º 01/2018, do Município de Luiz Alves – SC, DECLARO NÃO TER INTERESSE de ser admitido(a) na vaga de _____, no presente momento, requerendo minha reclassificação, nos termos do item 12.3.8, do Edital n.º 01/2018.
Luiz Alves, ____/____/____.

Assinatura do candidato

ANEXO II
DECLARAÇÃO

Eu, _____, portador(a) da Carteira de Identidade n.º _____ e inscrito(a) no CPF n.º _____, declaro para os devidos fins, que no exercício de cargo ou função pública, não sofri penalidade disciplinares, inclusive, as previstas na Lei Complementar n.º 135/2010 (Lei da Ficha Limpa), conforme legislação aplicável.
E, por ser verdade, firmo a presente declaração.
Luiz Alves, ____/____/____.

Assinatura do candidato
ANEXO III – EDITAL DE CHAMAMENTO N.º 08/2018
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 01/2018
RELAÇÃO DE EXAMES MÉDICOS

Tabela de Exame Medico PCMSO		
Função	Tipo de Exames	
	Clinico	Complementar
Assistente Administrativo	Sim	**
Instrutor de Artes Artesanais	Sim	**

Motorista	Sim	Acuidade Visual	
		Eletrocardiograma	
		Eletroencefalograma	
Psicologo	Sim	**	
Recepcionista	Sim	**	
Secretario	Sim	**	
Zeladora	Sim	**	
Conselheiro Tutelar	Sim	**	
Assistente Social	Sim	**	
Assistente Administrativo	Sim	**	
Fonoaudiologo	Sim	**	
Nutricionista	Sim	**	
Professor de Anos iniciais	Sim	**	
Professor Educação Infantil		**	
Professor Educação Física		**	
Professor Ciencias		**	
Professor Matematica		**	
Professor Hsitoria		**	
Professor Geografia		**	
Professor de Artes		**	
Professor Musica		**	
Professor Ensino Religioso		**	
Professor Ingles		**	
Professor Portugues		**	
Professor Anos Finais		**	
Diretor de Ensino	Sim	**	
Diretor de Escola	Sim	**	
Cozinheira	Sim	**	
Atendente de Educação Infantil	Sim	**	
Secretario Escola	Sim	**	
Coordenador Centro Ed Inf.	Sim	**	
Agente Comunitario Saúde	Sim	**	
Atendente consultorio Dentario	Sim	**	
Auxiliar de Enfermagem	Sim	**	
Enfermeiro	Sim	**	
Farmaceutico	Sim	**	
Medico Clinico Geral	Sim	**	
Medico Especialista		**	
Odontologo	Sim	Hemograma Completo + Plaquetas	
Atendente de Enfermagem	Sim	**	
Fisioterapeuta	Sim	**	
Nutricionista	Sim	**	
Técnico da Vugilancia Sanitária	Sim	**	
Agente Defesa Civil	Sim	**	
Mecânico	Sim	Espirometria	
		Audiometria	
		Raio X de Tórax PA - OIT	
		Urina Manganês	
		Urina Níquel	
Operario Braçal	Sim	**	
Vigia	Sim	**	
Contador	Sim	**	

Fiscal de Obra-Saude-Trib.	Sim	Acuidade Visual	
Engenheiro Florestal/Ambiental	Sim	**	
Engenheiro Agrônomo	Sim	**	
Engenheiro Civil	Sim		
Medico Veterinário	Sim	**	
Operador de Maquinas	Sim	Acuidade Visual	
		Eletroencefalograma	
		Eletrocardiograma	
		Audiometria	
Tecnico Agrícola	Sim	**	
Assessor Desenvolvimento Municipal	Sim	**	
Assessor de Imprensa	Sim	**	
Assessor Jurídico	Sim	**	
Chefe de Gabinete	Sim	**	
Prefeito Municipal	Sim	**	
Vice Prefeito Municipal	Sim	**	
Procurador Geral do Município	Sim	**	
Procurador Adjunto do Município	Sim	**	
Assessor de Tecnologia Informação TI	Sim	**	

EXTRATO DE ERRATA - PREGÃO PRESENCIAL Nº 60/2018 (PREFEITURA)

Publicação Nº 1663862

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES

EXTRATO DE ERRATA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 60/2018

Objeto: SELEÇÃO DE PROPOSTA PARA A CONCESSÃO DE PERMISSÃO DE USO DE ESPAÇO PÚBLICO, POR ATO UNILATERAL, A TÍTULO PRECÁRIO E REMUNERADO, NO PERÍODO DE 20 A 22 DE JULHO DE 2018, PARA FORNECIMENTO, PREPARO E COMERCIALIZAÇÃO DE REFEIÇÕES TIPO LANCHES, BATATA RECHEADA, SALGADOS EM GERAL, HOT-DOG, MINI PIZZAS, REFEIÇÕES DE FOOD-TRUCKS, PIPOCA, SORVETE, TRUFAS, BRIGADEIROS, CHURROS E KREPP SUÍÇO NA ÁREA DENOMINADA PRAÇA DE ALIMENTAÇÃO, DURANTE A REALIZAÇÃO DA XXIX FESTA NACIONAL DA CACHAÇA.

Na publicação do EXTRATO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 59/2018 (PREFEITURA), do dia 22/06/2018, onde se lê "PREGÃO PRESENCIAL Nº 59/2018", leia-se "PREGÃO PRESENCIAL Nº 60/2018". Neste sentido, fica mantida a data de abertura dos envelopes, para o dia 09 de julho de 2018, às 14h: 00min.

Luiz Alves, 25 de junho de 2018.

Marcos Pedro Veber – Prefeito Municipal

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO - CHAMADA PÚBLICA Nº 03/2018 (PREFEITURA)

Publicação Nº 1663626

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES

CHAMADA PÚBLICA Nº 03/2018

Objeto: CHAMAMENTO PÚBLICO VISANDO CREDENCIAMENTO DE PESSOAS FÍSICAS OU JURÍDICAS, PARA A OFERTA DE COTAS DE

PATROCÍNIO PARA A REALIZAÇÃO DA "29ª FESTA NACIONAL DA CACHAÇA", NOS TERMOS E CONDIÇÕES ESTABELECIDAS EM EDITAL.

A Prefeitura Municipal de Luiz Alves torna público que, a partir da data de 26 de junho de 2018 até 28 de junho de 2018 estará credenciando empresa (s) para ofertar cotas de patrocínio para a 29ª Festa Nacional da Cachaça de 2018 no Município de Luiz Alves, conforme Termo de Referência. A abertura do (s) envelope (s) será (ão) realizada (s) no dia 29 de junho, às 10h:00min.

Encontram-se à disposição dos interessados o Edital de Credenciamento e Anexos.

Informações: Rua Erich Gielow, nº 35, Centro ou através dos telefones: (47) 3377-8614/ 3377-8600.

Luiz Alves, 25 de junho de 2018.

Marcos Pedro Veber – Prefeito Municipal

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 57/2018 (PREFEITURA)

Publicação Nº 1663851

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES

PREGÃO PRESENCIAL Nº 57/2018

LICITAÇÃO DIFERENCIADA – MODO EXCLUSIVO PARA MEI, MICRO EMPRESA E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE.

Objeto: SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO REGISTRO DE PREÇOS PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EQUIPAMENTOS DE SOM E LUZ QUE ATENDAM AS NECESSIDADES DOS ARTISTAS DETONAUTAS E LUCAS LUCCO NO PALCO PRINCIPAL E DE BANDAS REGIONAIS E ARTISTAS LOCAIS NO PALCO EXTERNO, UM PAINEL DE LED DE 7X4 PARA O PALCO PRINCIPAL E UM PAINEL DE LED DE 4X2 PARA O PALCO EXTERNO, PARA A FENACA 2018 NO

MUNICÍPIO DE LUIZ ALVES.

Tipo: Menor Preço Por Item (Registro de Preços).

Entrega da Proposta e Documentação: até às 08h45min horas do dia 09/07/2018, na Sede da Prefeitura Municipal, sito à Rua Erich Gielow, nº 35, Centro, Luiz Alves/SC.

Abertura: 09h00min horas do dia 09/07/2018.

Credenciamento: Juntamente à entrega dos envelopes supracitados.

Retirada do Edital: in loco ou no site www.luizalves.sc.gov.br, no ícone licitações.

Informações: Pelo telefone (47) 3377-8614 ou in loco das 08h00min às 12h00min horas e das 13h00min às 17h00min horas.

Luiz Alves, 25 de junho de 2018.

Marcos Pedro Veber – Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO N.º 45/2018

Publicação N° 1663530

EXTRATO DO CONTRATO N.º 45/2018

Contratante: MUNICIPIO DE LUIZ ALVES – CNPJ sob n.º 83.102.319/0001-55.

Contratado: COOPERATIVA DE CRÉDITO MAXI ALFA DE LIVRE ADMISSÃO DE ASSOCIADOS – SICOOB MAXICREDITO. – CNPJ: 78.825.270/0001-29.

DO OBJETO: O presente termo tem por objeto a captação de oferta de cotas de patrocínio, para custeio das despesas referentes à "29ª FESTA NACIONAL DA CACHAÇA" conforme justificativa o projeto oriundo do Processo Licitatório n.º 60/2018, que será realizada no período entre 20 a 22 de julho de 2018, no Pavilhão da FENACA, situado à Rua Crisóstomo Gesser, 315 - Vila do Salto, 89.128-000, Luiz Alves /SC.

Luiz Alves, 21 de junho de 2018.

Marcos Pedro Veber

Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO N.º 46/2018

Publicação N° 1663780

EXTRATO DO CONTRATO N.º 46/2018

Contratante: MUNICIPIO DE LUIZ ALVES – CNPJ sob n.º 83.102.319/0001-55.

Contratado: DICKEL & DICKEL COMÉRCIO DE BEBIDAS E ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS LTDA. – CNPJ: 13.030.941/0001-10.

DO OBJETO: PERMISSÃO REMUNERADA DE USO DE ESPAÇOS E ÁREAS DO PARQUE MUNICIPAL DE EVENTOS DA FESTA NACIONAL DA CACHAÇA, A TÍTULO PRECÁRIO, VISANDO A EXPLORAÇÃO COMERCIAL DE BEBIDAS (CHOPP INDUSTRIAL, CHOPP ARTESANAL, REFRIGERANTE, ÁGUA, CERVEJA, WHISKY, VODKA). O PRESENTE OBJETO DESTINA-SE À CONTRATAÇÃO DE INDÚSTRIAS DO RAMO DE CHOPP E OU REPRESENTANTES EXCLUSIVOS DE FABRICANTES DE BEBIDAS DE, NO MÍNIMO, UMA MARCA DE RENOME NACIONAL DE ACORDO COM AS CONDIÇÕES PREVISTAS EM EDITAL.

Luiz Alves, 22 de junho de 2018.

Marcos Pedro Veber

Prefeito Municipal

Luzerna

PREFEITURA

2ª RETIFICAÇÃO DO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO 005/2018

Publicação Nº 1664630

2ª RETIFICAÇÃO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 005/2018 de 19 de junho de 2018.

O MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC), pessoa jurídica de direito público interno, neste ato representado por seu Prefeito, MOISÉS DIERSMANN, no uso de suas atribuições legais RETIFICA o EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 005/2018 de 19 de junho de 2018, publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM em 20 de junho de 2018, nos seguintes termos:

No item 2.1, onde se lê:

"2.1. A inscrição dos candidatos interessados será realizada nos dias 20 a 27 de junho de 2018, das 8h00 às 11h00 e das 13h30 às 17h00, na Prefeitura Municipal de Luzerna, na Secretaria de Saúde e Assistência Social, localizada na Av. 16 de fevereiro, 151, Centro, Luzerna(SC), de acordo com o cronograma constante do Anexo III deste Edital."

Leia-se:

"2.1. A inscrição dos candidatos interessados será realizada nos dias 20 a 26 de junho de 2018, das 8h00 às 11h00 e das 13h30 às 17h00 e dia 27 de junho das 7h45 às 13h45, na Prefeitura Municipal de Luzerna, na Secretaria de Saúde e Assistência Social, localizada na Av. 16 de fevereiro, 151, Centro, Luzerna(SC), de acordo com o cronograma constante do Anexo III deste Edital."

As demais disposições do EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 005/2018 de 19 de junho de 2018 permanecem inalteradas.

Luzerna(SC), 25 de junho de 2018.

MOISÉS DIERSMANN
Prefeito de Luzerna

Art.1º- Fica fixado o horário de expediente das 7h45 às 13h45 no âmbito dos órgãos públicos municipais para o dia 27 de junho de 2018, quarta-feira, dia de jogo da Seleção Brasileira de Futebol.

Art.2º- A Escola Municipal São Francisco em todas as suas Unidades seguirá o calendário e horário normais.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 25 de junho de 2018.

MOISES DIERSMANN
Prefeito de Luzerna

DECRETO 2601

Publicação Nº 1664537

DECRETO Nº 2601 de 25 de junho de 2018.

"DISPÕE SOBRE O HORÁRIO DE EXPEDIENTE NO ÂMBITO DOS ÓRGÃOS PÚBLICOS MUNICIPAIS, QUE ESPECIFICA."

MOISES DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por lei e,

CONSIDERANDO, que a Seleção Brasileira de futebol jogará pela Copa do Mundo da FIFA na Rússia, e na data dos jogos, por tradição, todos os setores públicos, de todas as esferas de governo, trabalham em horário especial de atendimento, nestes dias;

CONSIDERANDO que não haverá prejuízo nas atividades, já que a procura de serviços públicos municipais se reduzirá no horário dos jogos disputados pela Seleção Brasileira, tendo as atenções voltadas para esse grande evento;

DECRETA:

Macieira

PREFEITURA

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO_ DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0017/2018

Publicação Nº 1664377

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0017/2018

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0039/2018

O Prefeito Municipal de Macieira/SC, o Sr. ZELIR CITADIN, através da Prefeitura Municipal de Macieira/SC, torna pública a Dispensa de Licitação nº 0017/2018 para a locação de sistema administrativo de controle de serviços prestados, compreendendo suporte técnico, através de atendimento da Secretaria Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Econômico. Através da empresa CPL DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA ME, em conformidade com o artigo 24, II da Lei 8666/93 e alterações subsequentes.

Contrato Administrativo nº 0036/2018

Vigência do Contrato: 31/12/2018

Valor Total do Contrato: R\$ 3.150,00 (três mil cento e cinquenta reais).

Pagamento: Até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente após a prestação dos serviços e emissão da Nota Fiscal.

Macieira, 19 de junho de 2018.

ZELIR CITADIN

PREFEITO MUNICIPAL

AVISO DE LICITAÇÃO _ PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0040/2018

Publicação Nº 1664202

EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0020/2018

TIPO MENOR PREÇO POR ITEM

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0040/2018

O MUNICÍPIO DE MACIEIRA - SC, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa à Rua José Augusto Royer, 133, Centro, na cidade de Macieira - SC, através da Prefeitura Municipal, representado pelo Sr. ZELIR CITADIN, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, torna público e leva ao conhecimento das empresas interessadas, no ramo pertinente, que encontra-se aberto o Processo Licitatório nº 0040/2018, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº 0020/2018, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, que até 09h00min, do dia 06 de julho de 2018, na sede da Prefeitura Municipal localizada no endereço acima citado, a Comissão Permanente de Licitações, designada pela Portaria nº 3780, de 03 de janeiro de 2018, estará recebendo propostas para a aquisição de pedra brita mista e pedrisco, destinados a manutenção da estrada municipal MAC 285, de acordo com as especificações do Edital e seus Anexos.

O início da abertura dos Envelopes dar-se-á às 09h00m horas do dia 06/07/2018, no endereço acima indicado.

Maiores esclarecimentos relativos a presente licitação e às condições para atendimento das obrigações necessárias ao cumprimento de seu objeto, bem como Edital na íntegra poderão ser obtidas diretamente no Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Macieira no endereço citado no preâmbulo deste Pregão Presencial nº 0020/2018, através do e-mail compras2@macieira.sc.gov.br ou através do telefone (49) 3574-2000, ramal 2017, de segunda à sexta-feira, das 08h00min às 12h00min e das 13h00min. às 17h00min.

Macieira – SC, 25 de junho de 2018.

IANA SALETE SPANHOLO

PREGOEIRA

AVISO DE LICITAÇÃO_ PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0041/2018

Publicação Nº 1664284

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA – SC

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório nº 0041/2018

Tomada de Preço nº 0002/2018

Objeto: Contratação de empresa para execução de obra de ampliação da Escola Municipal Pequenos Brilhantes, com área total de ampliação de 126,40 m², situado na Rua Pedro Locatelli, Centro, conforme Memorial Descritivo, Projeto e Planilha Orçamentária, anexos ao Edital.

Abertura das Propostas: às 09h00min horas do dia 12/07/2018.

Informações: Maiores Informações, assim como cópia do Edital, poderão ser obtidas no site do Município www.macieira.sc.gov.br, ou ainda

no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Macieira, SC, das 08:00 às 12:00 e das 13:00 as 17:00 horas, ou pelo telefone (049) 3574-2000, ramal 2017.

Macieira – SC, 25 de junho de 2018.

IANA SALETE SPANHOLO

Presidente de Comissão de Licitações

PUBLICAÇÃO RESUMIDA_ TERMO ADITIVO N° 06/2018 A ATA DE RP N° 02/2018

Publicação N° 1663556

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA - SC
PUBLICAÇÃO RESUMIDA

PROCESSO LICITATÓRIO N° 0011/2018
PREGÃO PRESENCIAL N° 0003/2018
REGISTO DE PREÇO N° 0002/2018

Objeto: Registro de Preços para aquisição de forma parcelada de combustível – tipo gasolina comum - destinado ao abastecimento dos veículos e equipamentos da Frota municipal do Município de Macieira, conforme quantidades, especificações e condições constantes no Edital e seus Anexos.

TERMO ADITIVO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 06/2018 – REAJUSTE

2º Aditivo a Ata de Registro de Preços n° 02/2018

Contratada: BORTOLI, ARGENTA E CIA LTDA

Valor: Fica reajustado em aproximadamente 2% o valor da gasolina comum passando para o valor de R\$ 4,28 (quatro reais e vinte e oito centavos) o litro, conforme justificativas do Termo Aditivo.

Pagamento e vigência: De acordo com a Ata de Registro de Preços n° 02/2018.

ITEM	UNID	QUANT	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNIT.
01	LT	01	GASOLINA COMUM – a ser fornecida em posto de abastecimento instalado na sede do município de Macieira ou em um raio de no máximo 60 km de distância da sede na Rodovia sentido Caçador.	PETROBRAS	R\$ 4,28

Macieira – SC, 20 de junho de 2018.

IANA SALETE SPANHOLO
PREGOEIRA

PUBLICAÇÃO RESUMIDA_ TERMO ADITIVO N° 07/2018 A ATA DE RP N° 03/2018

Publicação N° 1663585

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA - SC
PUBLICAÇÃO RESUMIDA

PROCESSO LICITATÓRIO N° 0011/2018
PREGÃO PRESENCIAL N° 0003/2018
REGISTO DE PREÇO N° 0002/2018

Objeto: Registro de Preços para aquisição de forma parcelada de combustível – tipo gasolina comum - destinado ao abastecimento dos veículos e equipamentos da Frota municipal do Município de Macieira, conforme quantidades, especificações e condições constantes no Edital e seus Anexos.

TERMO ADITIVO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 07/2018 – REAJUSTE

2º Aditivo a Ata de Registro de Preços n° 03/2018

Contratada: POSTO SERIBA LTDA

Valor: Fica reajustado em aproximadamente 3% o valor da gasolina comum passando para o valor de R\$ 4,32 (quatro reais e trinta e dois centavos) o litro, conforme justificativas do Termo Aditivo.

Pagamento e vigência: De acordo com a Ata de Registro de Preços nº 03/2018.

ITEM	UNID	QUANT	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNIT. REGISTRADO
02	LT	01	GASOLINA COMUM – a ser fornecida em posto de abastecimento instalado na sede do município de Macieira ou em um raio de no máximo 20 km de distância da sede na Rodovia sentido Arroio Trinta, Salto Veloso, Videira ou Treze Tílias.	IPIRANGA	R\$ 4,32

Macieira – SC, 20 de junho de 2018.

IANA SALETE SPANHOLO
PREGOEIRA

Mafra

PREFEITURA

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 005/2018

Publicação Nº 1664375

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 005/2018
EXTRATO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 005/2018
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA
ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público que assinou Termo de Colaboração n. 005/2018 com a ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE PROFESSORA GEORGETE, pessoa jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ/MF sob o número 79.368.858/0001-6, a título de execução de serviço de acolhimento de pessoas portadoras de deficiências físicas e mentais, no valor de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais) a serem pagos em até seis parcelas a partir do mês de junho de 2018. A vigência do termo de colaboração tem início na data da sua assinatura, com vigência até 31 de dezembro de 2018. O inteiro teor deste Termo de Colaboração encontra-se à disposição dos interessados na Secretaria Municipal de Administração, situada na Avenida Prefeito Frederico Heyse, nº 1386, 1º Andar, Edifício Francisco Grossl, Centro. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08 às 12 horas e das 13h30 às 17 horas, telefone n. (47) 3641-4000. Mafra (SC), 25 de junho de 2018. Wellington Roberto Bielecki, Prefeito Municipal.

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS Nº 012/2018

Publicação Nº 1664576

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA
ESTADO DE SANTA CATARINA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS Nº 012/2018

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público que estará realizando REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de materiais de expediente, impressos e carimbos, destinados a suprir as necessidades das Secretarias da Prefeitura Municipal, conforme especificações contidas neste edital e seus anexos. Os protocolos dos envelopes poderão ser feitos até as 08h30min do dia 19/07/2018, hora e data da abertura da sessão. Base legal: Lei nº 10.520 de 17 de Julho de 2002, com aplicação subordinada a lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 3.089 de 28 de Janeiro de 2008. O inteiro teor deste Ato Convocatório encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Licitações, situado na Avenida Prefeito Frederico Heyse, nº 1386 1º Andar Edifício Francisco Grossl, Centro II Alto de Mafra. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:00 horas, pelo fone (47) 3641-4009 ou (47) 3641-4060.

Mafra (SC), 25 de junho de 2018.
Wellington Roberto Bielecki
Prefeito Municipal

Maracajá

PREFEITURA

AVISO DE RETIFICAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS Nº 046/2018

Publicação Nº 1663674

AVISO DE RETIFICAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº 046/2018

O MUNICÍPIO DE MARACAJÁ, leva ao conhecimento dos interessados que no edital acima epigrafado, que tem por objeto a ampliação da E.E.B.M. Nivaldo da Rosa, no município de Maracajá/SC, houve uma alteração na Planilha Orçamentária.

A PLANILHA RETIFICADA ESTÁ DISPONÍVEL NO SITE: www.maracaja.sc.gov.br.

Com a data de abertura fixada para 27/06/2018 às 09h30min, fica prorrogada para o dia 12/07/2018 às 09h30min, a data de entrega e abertura dos envelopes, mantendo-se inalteradas as demais condições do Edital e anexos.

Feita a retificação acima, ficam todos interessados notificados para os fins legais e de direito, na forma da Lei.

Maracajá, 25 de junho de 2018.

ARLINDO ROCHA
PREFEITO MUNICIPAL

PREGÃO PRESENCIAL Nº 059/2018

Publicação Nº 1664466

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE MARACAJÁ

AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 059/2018

OBJETIVO: Contratação de empresa especializada em serviços de SEGURANÇA e LIMPEZA para os eventos da XXVII FESTA DO COLONO do Município de Maracajá, a ser realizada no período de 14 a 22 de julho de 2018, de acordo com as especificações, quantitativos e determinações previstas no termo de referência e demais anexos.

DATA DE ENTREGA DOS ENVELOPES: até 09 de julho de 2018 às 09h15min.

DATA DE ABERTURA: Dia 09 de julho de 2018 às 09h30min.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no departamento de Licitações do Município de Maracajá, na Avenida Getulio Vargas nº530 –Centro, Maracajá/SC, no horário das 08h30min às 17h30min, ou pelos telefones (48) 3523-1199 e 3523-1111, ou através do site: www.maracaja.sc.gov.br

Maracajá, 25 de julho de 2018.

ARLINDO ROCHA
PREFEITO MUNICIPAL

Maravilha

PREFEITURA

Decreto nº 502/2018

Publicação Nº 1664243

DECRETO Nº 502, DE 25 DE JUNHO DE 2018

Dispõe sobre contratação temporária por excepcional interesse público e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO,

O Processo Seletivo Edital nº 001/2017, homologado pelo Decreto nº 708, de 18 de dezembro de 2017,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto contratada em caráter temporário, pelo período de 25 de junho de 2018 a 21 de janeiro de 2019, LEILA C. MANTOVANI DA ROSA, brasileira, inscrita no CPF sob nº 071.306.069-75, para ocupar o cargo de Agente Comunitário de Saúde – ESF Clóvis José Fluck (Centro I), com carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento em vigor.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 25 de junho de 2018.

ROSIMAR MALDANER

Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Registrado e publicado na data supra.

EXTRATO ABERTURA DAS PROPOSTAS PROCESSO LICITATÓRIO N. 079/2018

Publicação Nº 1664022

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MARAVILHA.

Processo Licitatório n. 079/2018 – Modalidade de Tomada de Preços n. 003/2018.

RESULTADO.SESSÃO.HABILITAÇÃO.

A Senhora Prefeita de Maravilha - SC, ROSIMAR MALDANER, juntamente com a Comissão de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, a relação de empresas habilitadas e inhabilitadas para a fase de abertura e julgamento das propostas. HABILITADAS: P & F Pavimentação e Saneamento Eireli Me, Marcelo Eduardo Debastiani Me, Ms Ferragens e Materiais de Construção Ltda Me, Marteplan Terraplanagens e Serviços Ltda Epp, bem como, a relação de empresas INABILITADAS: José Francisco da Silva Moraes Me, RDS Construtora Eireli, Light Night Materiais Elétricos e Manutenção Ltda Me. A abertura e julgamento dos documentos de propostas, ocorrerá no dia 29 de junho de 2018, com início às 09 horas. Qualquer informação poderá ser obtida no departamento de compras e licitações no horário de expediente, das 7h30 às 11h30 e das 13h às 17 horas. E-mail: compras@maravilha.sc.gov.br. Telefone (49) 3664-0044. Maravilha - SC, 25 de junho de 2018. ROSIMAR MALDANER – Prefeita de Maravilha.

Massaranduba

PREFEITURA

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS 23.2017 - PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA

Publicação Nº 1663491

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 23/2017, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA DE MASSARANDUBA (SC) E A EMPRESA PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA.

Pelo presente instrumento contratual de que firmam a PREFEITURA DE MASSARANDUBA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.483/0001-62, com sede na Rua 11 de Novembro, número 2765, bairro Centro, Município de Massaranduba, Estado de Santa Catarina, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, Sr. ARMINDO SESAR TASSI, inscrito no CPF sob o nº 664.790.539-15, no uso da atribuição que lhe confere poderes, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, e do outro lado, a empresa PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 03.620.927/0001-12, com sede na Rua Anélio Nicocelli, número 1720, bairro Figueirinha, Município de Guaramirim, Estado de Santa Catarina, neste ato representada pelo Sr. MAURÍCIO VOGELSANGER, inscrito no CPF sob o nº 638.924.309-00, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, em decorrência do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 18/2017 – TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2017, mediante sujeição mútua às normas constantes na Lei Federal 8.666/93 e suas alterações, as partes de comum acordo concordam ao referenciado contrato conforme as seguintes disposições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O objeto do presente contrato consiste na contratação de empresa para EXECUÇÃO (COM MÃO-DE-OBRA, MATERIAIS E EQUIPAMENTOS) DA PAVIMENTAÇÃO, DRENAGEM E SINALIZAÇÃO DA RUA SANTA CATARINA (TRECHO II) DO MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA (SC).

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO

2.1. Conforme alínea 4.2 da CLÁUSULA QUARTA do instrumento contratual que a este termo de aditamento deu origem: “Este contrato poderá ser prorrogado mediante termo de aditamento desde que seja acordado entre as partes através de declaração por escrito com antecedência mínima de 05 (cinco) dias do término do mesmo, e de conformidade com o estabelecido na Lei Federal 8.666/93 e suas alterações”.

2.1.1. Portanto, o prazo de vigência do CONTRATO Nº 23/2017 fica prorrogado em mais 180 (CENTO E OITENTA) DIAS, iniciando sua vigência em 30 DE JUNHO DE 2018, findando este prazo em 28 DE DEZEMBRO DE 2018.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VINCULAÇÃO

3.1. Vincula-se o presente contrato às disposições da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações, e o PROCESSO LICITATÓRIO Nº 18/2017 - TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2017, à proposta da contratada e demais normas legais e regulamentares aplicáveis.

3.2. Os demais itens do contrato que a este instrumento deu origem permanecem inalterados.

CLÁUSULA QUARTA – DO FORO

4.1. Fica eleito o foro da comarca de Guaramirim (SC), com renúncia expressa de qualquer outro, para dirimir quaisquer dúvidas ou litígios oriundos da execução deste contrato.

E, para firmeza e validade do que aqui se estipulou, formulou-se o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor, que depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes contratantes que a tudo assistiram e mais 02 (duas) testemunhas abaixo mencionadas.

Massaranduba – SC,	14	de	junho	de	2018
MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA			PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA		
ARMINDO SESAR TASSI			MAURÍCIO VOGELSANGER		
CONTRATANTE			CONTRATADA		

TESTEMUNHAS:

FABIANO SPÉZIA	ANDREY RICARDO KRISCHANSKI
CPF: 950.720.129-72	CPF: 079.345.289-90

Matos Costa**PREFEITURA****AVISO ALTERAÇÃO LICITAÇÃO 19/2018**

Publicação Nº 1663833

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATOS COSTA

AVISO Pregão Presencial nº 19/2018 - Processo nº 42/2018.

O Município de Matos Costa – SC, através do Pregoeiro Oficial, comunica que em razão do Jogo do Brasil ser no dia 27 de junho de 2018, fica designada a entrega dos envelopes pro próximo dia útil superior às 14:00 horas do dia 28/06/2018 e abertura dos envelopes às 14:15 horas do dia 28/06/2018, objetivando o Registro de Preço para AQUISIÇÃO FUTURA E EVENTUAL DE UM VEÍCULO (CAMINHÃO RODADO SIMPLES/FURGÃO) DESTINADO PARA A SECRETARIA DE VIAÇÃO, OBRAS E URBANISMO DO MUNICÍPIO DE MATOS COSTA, RECURSOS ATRAVÉS DO FUNDO SOCIAL. Demais informações permanecem inalteradas. Matos Costa, SC, 25 de junho de 2018 – Eliane Aparecida Castilho – Pregoeira Oficial.

AVISO LICITAÇÃO PR 21/2018

Publicação Nº 1663835

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATOS COSTA

AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL: Pregão Presencial nº 21/2018-Processo nº 44/2018.

O Município de Matos Costa – SC, através do Pregoeiro Oficial, leva ao conhecimento dos interessados que realizará licitação na modalidade de Pregão Presencial – Ata de Registro de Preços, objetivando a aquisição futura e eventual de Gás de Cozinha, destinados as Escolas da Rede Municipal de Ensino, e demanda das Secretarias da Administração Municipal, Saúde, Samu e Assistência Social, com entrega estimada para o período de 12 (meses), conforme termo de referência anexo a este edital. ENTREGA DOS ENVELOPES: no máximo até às 09:00 horas do dia 05/07/2018. ABERTURA DOS ENVELOPES: às 09:15 horas do dia 05/07/2018. Maiores Informações e o Edital Completo poderão ser obtidos gratuitamente, na internet, através do site <http://www.matoscosta.sc.gov.br> ou no Departamento de Compras e Licitações do Município, sito Rua Manoel Lourenço de Araújo, nº 137, fone (49) 35721111-1121, no horário de expediente em vigor, ou pelo e-mail: licita@matoscosta.sc.gov.br. Matos Costa, SC, 22 de junho de 2018– Eliane Aparecida Castilho - Pregoeira.

DECRETO 56/2018

Publicação Nº 1663832

DECRETO N.º 056/2018 – de 22 DE JUNHO DE 2018.

SÚMULA: Abre Crédito Adicional Suplementar.

RAUL RIBAS NETO, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 Inciso VII da Lei Orgânica Municipal e autorização contida na Lei Municipal 002188/17 de 25 de outubro de 2017:

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Adicional Suplementar, no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), no orçamento fiscal do corrente exercício financeiro, da Prefeitura Municipal de Matos Costa, que especifica:

ORGÃO	08.00	SECRETARIA DE DESPORTO, CULTURA E TURISMO		
UNIDADE	08.01	SECRETARIA DE DESPORTO, CULTURA E TURISMO		
ATIVIDADE	2.018	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ESPORTIVAS		
DOTAÇÃO	3.3.90.00.00.00.1100	Aplicações Diretas		5.000,00

Art. 2º - Para suporte do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, fica autorizado o Superávit Financeiro da Prefeitura Municipal de Matos Costa.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Matos Costa, 22 de junho de 2018.

RAUL RIBAS NETO

Prefeito Municipal

O presente Decreto foi publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM

.

AMELIA APARECIDA DA SILVA
Auxiliar Administrativo I

O presente Decreto foi publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM

.

MARCELO CARNEIRO BLEIXUVEHL
Membro da C.F.- Decreto n.º 01/09

EXTRATO 11º ADITIVO ENGEMO

Publicação N° 1664168

EXTRATO 11º TERMO ADITIVO DE PRAZO

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE MATOS COSTA-SC

CONTRATADA: ENGEMO CONSTRUÇÕES LTDA-EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 03.637.604/0001-31.

Vigência: Início: 30/06/2018 Término: 30/07/2018

Licitação: PROCESSO 14/2014 - TP 04/2014

Objeto: O presente contrato tem por objeto a prorrogação do prazo contratual, conforme solicitação e justificativa da Secretaria Municipal de Educação e mediante parecer jurídico favorável, documentos estes, anexos ao presente, para todos os fins e efeitos legais, estando o mesmo em conformidade com a Cláusula Quarta do Contrato Municipal e com artigos 57, parágrafo 1º, inciso II, da Lei nº 8.666/93 e alterações subseqüentes. Demais informações permanecem inalteradas. Matos Costa, 25 de junho de 2018. Raul Ribas Neto – Prefeito Municipal.

Meleiro

PREFEITURA

PORTARIA Nº 160-2018

Publicação Nº 1663479

PORTARIA nº 160/2018
CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR QUE RELACIONA.

EDER MATTOS, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o artigo 82 da Lei nº 809/2000, de 03 de abril de 2000 e suas alterações, Lei nº 034/2011, de 26 de dezembro de 2011 e suas alterações, resolve:

CONCEDER

Art. 1.º Conceder férias ao servidor público municipal ZAMIR XAVIER DE MOURA – matrícula 10360, ocupante do cargo de Pintor, referente ao período aquisitivo de 02/05/2017 à 01/05/2018.

Art. 2.º As verbas indenizatórias referentes ao adicional de 1/3 (um terço) das férias serão incluídas em folha de pagamento em época oportuna.

Art. 3.º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 4.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01/06/2018.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrário.
Meleiro, 25 de Junho de 2018.
EDER MATTOS
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.
JULIO CESAR DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 161-2018

Publicação Nº 1664324

PORTARIA n.º 161/2018

TRATA DA CONCESSÃO DE LICENÇA SAÚDE DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

EDER MATTOS, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei nº 809/2000 de 03 de abril de 2000 e suas alterações, e Lei Complementar nº 034/2011, de 26 de dezembro de 2011 e suas alterações, resolve:

CONCEDER

Art. 1.º Licença saúde à servidora GIOVANNA DANIEL DAL TOE, ocupante do cargo de Fisioterapeuta, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, em virtude de encaminhamento para benefício junto a Previdência Social, conforme atestado médico.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir do dia 22/06/2018.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 25 de Junho de 2018.
EDER MATTOS
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta secretaria na data supra.

JULIO CESAR DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 162-2018

Publicação Nº 1664327

PORTARIA n.º 162/2018

TRATA DA EXONERAÇÃO DE MOTORISTA DO SAMU.

EDER MATTOS, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições e em conformidade com o artigo 51 da Lei Orgânica Municipal, Lei nº 809/2000 e suas alterações, Lei Complementar nº 031/2010, de 07 de Junho de 2010 e suas alterações, e Processo Seletivo n.º 001/2016 - Saúde, resolve:

EXONERAR

Art. 1.º A pedido, o Senhor AIRES MEDEIROS GODINHO, do cargo de Motorista - SAMU, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 25 de Junho de 2018.
EDER MATTOS
Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta Secretaria na data supra.
JULIO CESAR DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Finanças

Modelo

PREFEITURA

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 013-2018 - 25.06.2018 - RICARDO - FISIOTERAPEUTA

Publicação Nº 1663852

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 013/2018

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

O MUNICÍPIO DE MODELO, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 83.021.832/001-11, com sede administrativa na Rua do Comércio, nº 1304, Centro, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Senhor RICARDO LUIS MALDANER, brasileiro, casado, portador da carteira de identidade nº 2.996.527 e do CPF/MF nº 987.238.989-68, residente e domiciliado na Rua do Comércio, 1488, Apto 401, Edifício Civita, Centro, na Cidade de Modelo, Estado de Santa Catarina, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE MODELO, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrita no CPNJ/MF sob nº 11.511.812/0001-18, com sua sede à Rua do Comércio, 1304, neste ato representado pela Gestora, Sra. MARCIA TERESINHA JACOBY, brasileira, solteira, portadora da carteira de identidade nº 3.862.831 e do CPF nº 032.117.819-00, residente e domiciliada na Rua Nereu Ramos, 2649, Centro, na Cidade de Modelo – SC, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e de outro lado o Senhor:

RICARDO LUIZ NARDI, brasileiro, casado, fisioterapeuta, portador da carteira de identidade nº 5.652.970 e do CPF/MF nº 067.506.779-08, residente e domiciliado na Avenida Rio Branco, 48, Centro, na Cidade de Pinhalzinho – SC, doravante somente denominado de CONTRATADA, de comum acordo e com amparo legal na Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores, resolvem contratar o objeto do presente contrato pelas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente contrato tem por objetivo, a Contratação de Serviços de sessões de fisioterapia, a serem prestados na Unidade de Saúde, para pacientes especiais em domicílio, sendo aproximadamente oito atendimentos por turno diurno, de segunda às sexta-feira das 08h00 às 12h00, para o segundo semestre de 2018, por 06 (seis) meses, no período de 02 de julho à 31 de dezembro de 2018.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO

A CONTRATANTE pagará à contratada o valor de R\$ 15,00 (quinze reais) por sessão de fisioterapia, sendo contratadas 533 (quinhentos e trinta e três) sessões de fisioterapia a serem prestadas de acordo com a necessidade, totalizando o valor de R\$ 7.995,00 (sete mil novecentos e noventa e cinco reais), no período de 06 (seis) meses, pela prestação dos serviços do objeto do contrato e nas condições estabelecidas neste contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PAGAMENTO

O pagamento será efetuado em moeda corrente nacional, a vista, mensalmente, conforme a realização do serviço, quantidade de sessões prestadas, até o dia 11 do mês subsequente. Mediante depósito na conta corrente. Nenhum pagamento será efetuado antecipadamente, a da prestação de serviço.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO DE ENTREGA DO OBJETO

O serviço prestado deverá ser de primeira qualidade, para entrega em um prazo de 06 (seis) meses a partir da assinatura do presente contrato.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

O CONTRATANTE obrigará-se a:

Cumprir as condições de pagamento, sendo que o pagamento ficará condicionado a prestação do serviço;

Transmitir por escrito determinações sobre possíveis modificações nos objetos fornecidos.

Esclarecer dúvidas que lhe forem apresentadas.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A CONTRATADA obriga – se – a:

Entregar objeto no prazo estabelecido, obedecendo rigorosamente os critérios estabelecidos neste contrato;

Permitir que os prepostos do Município inspecionem e fiscalizem a qualquer tempo e hora o andamento e as especificações dos serviços prestados.

Responsabilizar-se por todas as despesas relativas ao objeto, bem como os respectivos custos diretos e indiretos, tributos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, seguros, despesas fiscais comerciais, assim como despesas com transporte e deslocamento e quaisquer outras necessárias na prestação dos serviços contratados. Nenhuma reivindicação adicional de pagamento ou reajustamento de preços será considerada.

É da CONTRATADA a obrigação do pagamento de tributos que incidirem sobre os serviços, em qualquer esfera.

Assumir as despesas decorrentes de transporte, ferramentas e equipamentos, necessários à entrega do objeto.

CLÁUSULA SETIMA – DA INADIMPLÊNCIA

Em caso de inexecução contratual prevista no artigo 78 da Lei Federal 8.666/93, por culpa da contratada, fica estabelecida a multa de 10 % (dez por cento) sobre o valor do objeto contratado, atualizado pelos índices oficiais.

CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido por mútuo acordo ou conveniência administrativa, não lhe sendo devido nenhum outro valor a título de indenização ou qualquer outro título, presente ou futuramente, sob qualquer alegação ou fundamento

CLÁUSULA NONA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Será utilizado para o objeto do presente contrato a dotação orçamentária do orçamento vigente.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO

Para dirimir as questões decorrentes da execução deste termo de contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Modelo, Estado de Santa Catarina, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado ou especial que possa ser, exceto o que dispõe o inciso VIII do art. 29 da constituição Federal.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Nenhuma modificação poderá ser introduzida no contrato sem o consentimento prévio do município, mediante acordo escrito, obedecido os limites legais permitidos.

Quaisquer comunicações entre as partes com relação a assuntos relacionados a este contrato, serão formalizados por escrito, por carta ou ofício, em duas vias de igual teor e forma, uma das quais visadas pelo destinatário, o que constituirá prova de efetiva entrega.

Os recebimentos decorrentes do fornecimento objeto deste contrato deverão ser feitos diretamente ao representante legal da CONTRATADA.

Os casos omissos a este contrato reger-se-ão pela legislação pertinente a matéria, as Leis Federais 8.666/93 de 21 de junho de 1.993 e 8.883/94.

E por estarem assim justos e contratados, firmam o presente contrato de fornecimento, juntamente com duas testemunhas, em duas vias de igual teor e forma, sem emendas ou rasuras, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Modelo (SC), em 25 de junho de 2018.

MUNICÍPIO DE MODELO Ricardo Luiz Maldaner Prefeito Municipal Contratante	RICARDO LUIZ NARDI Contratada
---	----------------------------------

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE Márcia Teresinha Jacoby Gestora	
--	--

Testemunhas:

Nome:	Nome:
-------	-------

Visto:

GILNEI ROBERTO VOGEL OAB/SC Nº 11.283-Assessor Jurídico	
---	--

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 058-2018 SÊMEN - FÁBIO JOSÉ RECKZIEGEL EPP

Publicação Nº 1664213

Extrato de Ata de Registro de Preços nº 058/2018
Processo Licitatório nº 1157/2018
Pregão SRP nº 047/2018
Contratante: MUNICÍPIO DE MODELO/SC, CNPJ: 83.021.832/0001-11
Contratada: FÁBIO JOSÉ RECKZIEGEL EPP, inscrita no CNPJ nº 10.369.055/0001-27,
Valor: R\$ 59.500,00
Assinado em: 22/06/2018
Vigente até: 22/06/2019
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E PARCELADA AQUISIÇÃO DE SÊMEN BOVINO, DESTINADO A MANUTENÇÃO DO PROGRAMA INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL E MELHORAMENTO GENÉTICO BOVINO DO MUNICÍPIO DE MODELO/SC.

Modelo/SC, 22 de junho de 2018.
RICARDO LUIZ MALDANER
Prefeito Municipal

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 059-2018 SÊMEN - ALCIONES LUIZ WOJCIECHOWSKI

Publicação Nº 1664214

Extrato de Ata de Registro de Preços nº 059/2018
Processo Licitatório nº 1157/2018
Pregão SRP nº 047/2018
Contratante: MUNICÍPIO DE MODELO/SC, CNPJ: 83.021.832/0001-11
Contratada: ALCIONES LUIZ WOJCIECHOWSKI - ME, CNPJ nº 18.292.950/0001-00,
Valor: R\$ 19.450,00
Assinado em: 22/06/2018
Vigente até: 22/06/2019
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E PARCELADA

AQUISIÇÃO DE SÊMEN BOVINO, DESTINADO A MANUTENÇÃO DO PROGRAMA INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL E MELHORAMENTO GENÉTICO BOVINO DO MUNICÍPIO DE MODELO/SC.

Modelo/SC, 22 de junho de 2018.
RICARDO LUIZ MALDANER
Prefeito Municipal

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 060-2018 SÊMEN - VANELLI AGROPECUÁRIA

Publicação Nº 1664215

Extrato de Ata de Registro de Preços nº 060/2018
Processo Licitatório nº 1157/2018
Pregão SRP nº 047/2018
Contratante: MUNICÍPIO DE MODELO/SC, CNPJ: 83.021.832/0001-11
Contratada: VANELLI AGROPECUÁRIA LTDA, CNPJ nº 05.166.501/0001-66,
Valor: R\$ 42.540,00
Assinado em: 22/06/2018
Vigente até: 22/06/2019
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E PARCELADA AQUISIÇÃO DE SÊMEN BOVINO, DESTINADO A MANUTENÇÃO DO PROGRAMA INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL E MELHORAMENTO GENÉTICO BOVINO DO MUNICÍPIO DE MODELO/SC.

Modelo/SC, 22 de junho de 2018.
RICARDO LUIZ MALDANER
Prefeito Municipal

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 061-2018 SÊMEN - NITROTEC

Publicação Nº 1664216

Extrato de Ata de Registro de Preços nº 061/2018
Processo Licitatório nº 1157/2018
Pregão SRP nº 047/2018
Contratante: MUNICÍPIO DE MODELO/SC, CNPJ: 83.021.832/0001-11
Contratada: NITROTEC COMÉRCIO DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS LTDA, CNPJ nº 09.492.811/0001-21,
Valor: R\$ 29.075,00
Assinado em: 22/06/2018
Vigente até: 22/06/2019
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E PARCELADA AQUISIÇÃO DE LUVAS, BAINHAS E NITROGÊNIO LÍQUIDO, DESTINADO A MANUTENÇÃO DO PROGRAMA INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL E MELHORAMENTO GENÉTICO BOVINO DO MUNICÍPIO DE MODELO/SC.

Modelo/SC, 22 de junho de 2018.
RICARDO LUIZ MALDANER
Prefeito Municipal

Mondaí

PREFEITURA

EXTRATO EDITAL DL Nº 016/2018 - PMM

Publicação Nº 1664356

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONDAÍ - SC
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 080/2018
Termo de Dispensa Nº 016/2018

O Município de Mondaí – SC, com sede administrativa à Av. Laju, 420, Centro, a partir de seu Prefeito, torna público a Dispensa de Licitação, oriunda do Processo Administrativo nº. 080/2018 e, com fulcro no Art. 24, Inciso X, da Lei nº. 8.666/1993, conforme abaixo:

OBJETO: Locação de imóvel (sala comercial) localizada na Rua Santa Catarina, nº 90, Bairro Uruguai, localizada no pavimento superior do referido imóvel, com área de 225 m², composto por 03 salas, 02 banheiros, e pátio para carga/descarga, com área de 207 m², destinado à almoxarifado central, conforme especificações constantes no presente Edital..CONTRATADA: ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES PUBLICOS DO MUNICIPIO DE MONDAI (CNPJ: 75.433.532/0001-11). VALOR: R\$ 12.000,00 (doze mil reais), a ser pago em 12 (doze) parcelas mensais. VIGÊNCIA: Exercício de 2018 e/ou subsequentes. Mondaí – SC, 25 de junho de 2018. VALDIR RUBERT - Prefeito Municipal.

Monte Carlo

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO LICITAÇÃO Nº 506/2018/FS

Publicação Nº 1664371

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITAÇÃO Nº 506/2018/FS

O MUNICÍPIO DE MONTE CARLO/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 04.923.189/0001-45, representado neste ato pelo Prefeita Municipal Sra. SONIA SALETE VEDOVATTO no uso de suas atribuições, comunica aos interessados que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL visando AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS. Os envelopes de "PROPOSTA DE PREÇOS" e "DOCUMENTAÇÃO" deverão ser entregues no Setor de Licitações, localizado na sede deste Município – Rodovia SC 452 Km 24, nº 1551, Centro, Monte Carlo, SC. Os envelopes deverão ser entregues das 08:00 horas do dia 05/julho/2018 até as 08:45 horas do dia 05/julho/2018. Abertura da sessão no dia 05/julho/2018 às 09:00 horas. A presente licitação será do tipo MENOR PREÇO, JULGAMENTO POR ITEN consoante as condições estatuídas neste Edital e será regida pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, bem como pela Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, nos casos omissos.

SONIA SALETE VEDOVATTO

Prefeita Municipal

DECRETO Nº 045/2018, DE 25 DE JUNHO DE 2018.

Publicação Nº 1664129

DECRETO Nº 045/2018, DE 25 DE JUNHO DE 2018.

"REGULAMENTA A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS PREVISTOS NO INC. V DO ART. 386 DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL E FIXA VALORES"

SONIA SALETE VEDOVATTO, Prefeita Municipal de Monte Carlo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 104, inciso IV da Lei Orgânica do Município;

Considerando a numerosa quantidade de solicitações de serviços particulares para transporte de calcário;

DECRETA:

Art. 1º - O presente Decreto, nos termos do Inciso V do art. 386 do Código Tributário Municipal, cria o seguinte serviço público, prestado pelo Município de Monte Carlo:

- I -;
- II -;
- III -;
- IV -;
- V - Deslocamento com veículos, com valor fixado por veículo e quilômetro;
- VI -;
- VII -;
- VIII -;
- IX -;
- X -;
- XI -

Dos Serviços de Deslocamento com veículos,
com valor fixado por veículo e quilômetro

Art. 2º - O serviço de Deslocamento com veículos, com valor fixado por veículo e quilômetro terá o preço fixado por espécie de veículo e por quilometro rodado, de acordo com a Tabela constante no Anexo único desse Decreto, e deverá ser requerido à Secretaria Municipal da Agricultura.

Disposições Gerais

Art. 3º - Os serviços constantes nesse Decreto somente serão executados quando houver disponibilidade da Administração Pública em prestá-los.

Art. 4º - Os serviços constantes nesse decreto serão prestados única e exclusivamente dentro dos limites do município de Monte Carlo.

Art. 5º - Os serviços constantes nesse decreto serão prestados somente para produtores rurais beneficiados por programas de correção da

acidez do solo promovidos pelo Governo do Estado, através de convênio com a EPAGRI.

Art. 6º - O pagamento dos serviços será efetuado através de guia de recolhimento expedida pelo Departamento de Tributação, Fiscalização e Dívida Ativa do Município.

Art. 7º - Os serviços requisitados de forma voluntária somente serão prestados após a quitação da guia de recolhimento e sua apresentação ao órgão responsável pelo processamento do serviço.

Art. 8º - O não pagamento pelos serviços prestados sujeitará o responsável à inscrição em dívida ativa do município pelo débito em aberto.

Parágrafo único - O crédito não integralmente pago no vencimento será acrescido de correção monetária pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), juros de mora de 1% (um por cento) ao mês ou fração, e multa de 0,33% ao dia até o limite máximo de 20%, seja qual for o motivo determinante da falta.

Art. 9º - Ficam isentos de pagamento pelos serviços, os Municípios, pessoas físicas ou jurídicas, enquadrados em programas de incentivo econômico, nos termos da legislação municipal pertinente.

Monte Carlo - SC, em 25 de junho de 2018.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se

SONIA SALETE VEDOVATTO
Prefeita Municipal

ANEXO ÚNICO

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS
TABELA DE PREÇOS E SERVIÇOS

	Especificação do Serviço	Valores em UFM	Valores em R\$
1	Transporte de calcário para agricultores beneficiados por programas do Governo do Estado em convênio com a Epagri		
1.1	Caminhão basculante truck (três eixos) com capacidade de carga de até 20 toneladas, para transporte de calcário para produtores rurais inscritos no município (por quilometro de odômetro)		2,80

CÂMARA MUNICIPAL

DECRETO LEGISLATIVO Nº 06/2018

Publicação Nº 1664596

DECRETO LEGISLATIVO Nº 06/2018

“REJEITA O PEDIDO DE SUSPEIÇÃO DA PRESIDENTE DA CÂMARA, RATIFICA TODOS OS ATOS POR ELA PRATICADOS, GARANTE O EXERCÍCIO DO DIREITO DE VOTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

A Presidente da Câmara Municipal de Monte Carlo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ela promulga o seguinte,

DECRETO LEGISLATIVO:

Art. 1º. Ficam rejeitados o Pedido de Suspeição levantados e apresentados contra a Presidente da Câmara a Vereadora Maria Cristina Dick Rigo pela Prefeita Municipal Sonia Salete Vedovatto, pela Vereadora Thais Camile Frozza e pelo eleitor Francisco Olevi Scuzziato, protocolados junto a Secretaria da Câmara Municipal na data de 13 de Junho de 2018, através dos protocolos de Nº 177/2018, 178/2018 e 179/2018.

Art. 2º. Ficam ratificados todos os atos promovidos pela Presidente da Câmara, com o propósito de atender as exigências Legais e Regimentais que disciplinam o recebimento e encaminhamento para a apreciação pelo Plenário das Denúncias apresentadas perante a Câmara para a apuração de práticas de Infração Política Administrativas, que constituem o objeto das Investigações que estão sendo conduzidas e instruídas através dos Processos de Cassação de Mandato Eletivo Autuados sob os Nº 01/2018, 02/2018 e 03/2018, com exceção daqueles declarados judicialmente suspensos.

Art. 3º. Fica assegurado a Presidente da Câmara Maria Cristina Dick Rigo, o direito ao exercício de voto nos casos e condições previstas na Constituição Federal, na Legislação Federal Específica, na Lei Orgânica do Município e no Regimento Interno, em todos os processos de cassação de Mandato Eletivo em tramitação junto a Câmara, bem como em outros que vierem a ser instaurados mediante deliberação e aprovação do Plenário.

Art. 4º. Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas disposições em contrário.

Monte Carlo, 21 de Junho de 2018
MARIA CRISTINA DICK RIGO – Presidente
VALCEMIR ANTÔNIO CORDEIRO – Vice Presidente
LUIZINHO CORDEIRO – 1º Secretário
JOEL DE OLIVEIRA – 2º Secretário

Monte Castelo

PREFEITURA

CONTRATO 133/2018

Publicação Nº 1663603

CONTRATO N.º 133 / 2018

TERMO DE CESSÃO DE USO DE IMÓVEL QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICÍPIO DE MONTES CASTELO E O SR. JACIEL NERI GREIN BUENO. Termo de cessão gratuita do direito de uso de imóvel.

INSTRUMENTO DE CONTRATO DE CESSÃO DE USO, A TÍTULO NÃO ONEROSO, de imóvel Rural, que entre si fazem, como OUTORGANTE CEDENTE, o Sr. JACIEL NERI GREIN BUENO, brasileiro, casado, agricultor, residente e domiciliado em Rancho Grande, Monte Castelo-SC, portador do CPF/MF Nº 018.609.979-70 e RG 9/C 2.776.242-SC, e como OUTORGADO CESSIONÁRIO o MUNICÍPIO DE MONTE CASTELO – SC, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o Nº 83.102.525/0001-65, com sede à /rua Alfredo Becker, 385, na cidade de Monte Castelo – SC, neste ato representado por seu Prefeito Municipal e Representante Legal o senhor JEAN CARLO MEDEIROS DE SOUZA, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade Nº 3.803.643 e CPF Nº 029.479.299-69, residente e domiciliado na cidade de Monte Castelo – SC, daqui por diante denominada simplesmente OUTORGADO/CESSIONÁRIO, e as testemunhas qualificadas e assinadas ao final do presente Contrato. E, na presença das mesmas testemunhas, foi dito que:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

É objeto deste Termo a cessão gratuita do direito de uso de imóvel e área medindo 10m2 (dez metros quadrados), parte integrante do imóvel pertencente ao Sr. Jaciel Neri Grein, situado na Localidade de Rancho Grande, constituído pela área total de 12.100 m2, conforme Registro nº. 11-2.394, fls. 156/156V, livro 25-FS, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de PAPANDUVA-SC, consoante a documentação constante dos arquivos da Prefeitura, onde será instalado um poço semi-artesiano para abastecimento de água potável na Escola Pública Municipal Ernesto Grein Filho e no Posto de Saúde.

SUBCLÁUSULA ÚNICA: O supracitado imóvel encontra-se livre e desembaraçado de quaisquer ônus ou gravames.

CLÁUSULA SEGUNDA – PRAZO

o prazo de vigência do presente instrumento é 10 (dez) anos. tendo como termo inicial a data de sua publicação.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA UTILIZAÇÃO

O imóvel objeto deste Termo será utilizado pelo CESSIONÁRIO, exclusivamente, para perfuração e uso de 01 poço semi-artesiano, ou seja o abastecimento de água potável da Escola Pública Municipal Ernesto Grein Filho e de 01 Posto de Saúde.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CESSIONÁRIO

Por este contrato obriga-se o CESSIONÁRIO a:

a) Cuidar do imóvel como sendo seu próprio, providenciando a manutenção e conservação do mesmo.

b) Não ceder, transferir, arrendar ou emprestar a terceiros, no todo e ou em parte, a qualquer título, a posse do imóvel objeto deste Termo, ou os direitos e obrigações dele decorrentes, salvo com expressa e prévia autorização do CEDENTE.

c) Ao término do contrato, devolver o imóvel desocupado ao

CEDENTE, em perfeito estado de uso ou nos moldes descritos em laudo de vistoria que é parte integrante deste contrato (anexo), seja pela extinção de seu prazo de vigência ou por motivo de rescisão.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CEDENTE

Por este contrato obriga-se o CEDENTE a:

a) Entregar o imóvel ao CESSIONÁRIO em plenas condições de uso, livre de qualquer embaraço capaz de impedir sua plena e regular utilização para fins previstos na cláusula terceira deste termo.

b) Garantir, durante a vigência do contrato, o uso pacífico e gratuito do imóvel pelo CESSIONÁRIO.

CLÁUSULA SEXTA – DAS BENFEITORIAS

Quaisquer benfeitorias que forem edificadas ao imóvel serão a ele incorporadas, não podendo o CESSIONÁRIO dele retirá-las, nem tampouco invocar, a seu favor, qualquer direito de indenização ou retenção, seja a que título for.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA PUBLICAÇÃO

Para eficácia deste ato, o CESSIONÁRIO promoverá a publicação do seu Extrato no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais, bem como dos Termos Aditivos, se for o caso.

CLÁUSULA OITAVA – DA FISCALIZAÇÃO

Obriga-se o CESSIONÁRIO a assegurar o acesso ao imóvel objeto desta Cessão aos Servidores Municipais incumbidos das tarefas de fiscalização, a fim de que possam verificar o cumprimento das disposições do presente Termo.

CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO

O presente acordo poderá ser rescindido a qualquer época a critério das partes, desde que ocorra notificação formal, pelo prazo de 90 (noventa) dias a outra parte. O não cumprimento de quaisquer cláusulas ou obrigações mencionadas no presente Termo implicará sua rescisão de pleno direito, independentemente de qualquer notificação ou interpelação.

SUBCLÁUSULA ÚNICA: Se o descumprimento recair no CESSIONÁRIO, o CEDENTE, desde já, renuncia expressamente ao direito de retomar o bem cedido para si antes de findo o período letivo estabelecido na legislação estadual, declarando-se ciente e plenamente de acordo a que os serviços prestados pela unidade escolar não sofram qualquer tipo de interrupção nesse período.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA INSTÂNCIA E FORO

A Comarca de Papanduva - SC competirá dirimir eventuais conflitos oriundos deste contrato. E por estarem assim, justos e contratados, CEDENTE e CESSIONÁRIO, assinam este documento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para os devidos fins e efeitos, na presença das testemunhas abaixo, que também assinam.

JEAN CARLO MEDEIROS DE SOUZA
PREFEITO MUNICIPAL
OUTORGADO/CESSIONÁRIO

JACIEL NERI GREIN BUENO
OUTORGANTE CEDENTE

Testemunhas:

JOÃO RAFAEL FIANCO
CPF 575.515.969-68
SECRETARIO DE ADMINISTRAÇÃO
E FINANÇAS
Ender. Rua João da Cruz Kreiling,
1260 – Centro
MAFRA-SC – CEP 89.300-000

OSNER CORREA NETTO
CPF 023.596.549-93
SECRETARIO DE EDUCAÇÃO
Ender. Rua Cel. Otavio Xavier
Rauen, 441 – Centro
MONTE CASTELO-SC – CEP 89.380-
000

VISTO e APROVADO:

MARCELO FELIZ ARTILHEIRO
ASSESSOR JURÍDICO
OAB/SC 16.493

Morro Grande

PREFEITURA

44-2018

Publicação Nº 1663618

DECRETO Nº 44/2018

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDIONIR ROCHA, Prefeito Municipal de Morro Grande, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Municipal nº 896 de 03 de dezembro de 2017 e com a Lei 907 de 24 de abril de 2018.

DECRETA:

Art. 1º A dotação orçamentária fica suplementada pelo Excesso de arrecadação conforme abaixo especificado:

00603 – DEPARTAMENTO DE URBANISMO.

2.021 – MANUTENCAO DO DEPARTAMENTO DE URBANISMO.

4.4.90.00.00.00.00.0021 (78)–Aplicações diretas 1.300.000,00

Art. 2º Para atender ao crédito adicional do artigo anterior será utilizado o Excesso de arrecadação proveniente de convênio do governo estadual

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Morro Grande, 25 de maio de 2018.

Valdionir Rocha

PREFEITO MUNICIPAL

Navegantes

PREFEITURA

ATA DA SESSÃO 72/2018 PMN

Publicação Nº 1664535

ATA PREGÃO PRESENCIAL N º 72/2018 PMN

AS QUATORZE HORAS DO DIA VINTE E UM DO MÊS DE JUNHO DO ANO DOIS MIL DE DEZOITO, A PREGOEIRA CARLA CLAUDINO E EQUIPE DE APOIO, JOSEZITE DOS SANTOS, VERA LUCIA LUÇOLLI DA COSTA E PABLO ROMERO COSTA PEREIRA DIAS, NOMEADOS PELA PORTARIA Nº 565 DE 01 DE FEVEREIRO DE 2018, REUNIRAM-SE PARA ABERTURA E RECEBIMENTO DOS ENVELOPES, DO EDITAL A LICITAÇÃO PROCESSO NÚMERO SETENTA E DOIS DO ANO DE DOIS MIL E DEZOITO, TIPO MENOS PREÇO POR LOTES, CUJO OBJETO REGISTRO DE PREÇO VISANDO A CONTRATAÇÃO DE PESSOA FÍSICA OU JURÍDICA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE HORAS MÁQUINAS (CAMINHÕES, TRATORES, CAMINHONETE TIPO PICK E EQUIPAMENTOS), COM OPERADORES E MOTORISTAS PARA AUXILIAR NAS ATIVIDADES DIÁRIAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC. PESSOAS FÍSICA E JURÍDICA PARTICIPANTES: JEAN CARLOS TELLES, REPRESENTADO POR JEAN CARLOS TELLES; OSVALDO DIAS DA SILVA - EIRELI, REPRESENTADA POR FABIO MELIO TOMELIN; J.T.B. TRANSPORTES E TERRAPLENAGEM LTDA EPP, REPRESENTADA POR ANDRESSA ANDREIA PERA; KUHRA- PRESTADORA DE SERVIÇOS E TERRAPLENAGEM-EIRELLI -EPP, REPRESENTADA POR CRISTIANO JOÃO BATISTA IDALINA; LIMA ENTULHOS LTDA - ME, REPRESENTADA POR JULIANA BEPPLER MÜLLER; KAMILA DIAS, REPRESENTADA POR HELIO JOVITO DIAS; LOS BORGES TRANSPORTES E TERRAPLENAGEM LTDA, REPRESENTADA POR HENRIQUE MANOEL BORGES FILHO. NA CONFERÊNCIA DOS DOCUMENTOS DE CREDENCIAMENTO VERIFICOU-SE QUE TODOS OS DOCUMENTAÇÕES ESTAVAM DE ACORDO COM O EDITAL. FORAM DISPONIBILIZADOS AO PRESENTES OS DOCUMENTOS DO CREDENCIAMENTO PARA ANÁLISE, RUBRICA E MANIFESTAÇÕES, ONDE NÃO HOUVE MANIFESTAÇÃO. ABERTOS OS ENVELOPES DAS PROPOSTAS DAS LICITANTES, ONDE TODAS AS EMPRESAS ESTAVAM COM TODOS OS DOCUMENTOS DE ACORDO COM O EDITAL. FORAM DISPONIBILIZADO AO PRESENTES OS DOCUMENTOS DAS PROPOSTAS PARA ANÁLISE, RUBRICA E MANIFESTAÇÕES, ONDE FOI APONTADO QUE A EMPRESA LOS BORGES TRANSPORTES E TERRAPLENAGEM LTDA, TINHA O DESCRITIVO DOS ITENS EM DESCONFORMIDADE COM O EDITAL SENDO ASSIM DESCLASSIFICADA NOS LOTES: 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 9, 13, 14, 15 E 16. AS DEMAIS EMPRESAS ESTAVAM DE ACORDO COM O EDITAL. DAMOS CONTINUIDADE A ETAPA DE LANCE ONDE AS LICITANTES: ONDE AS PARTICIPANTES KAMILA DIAS SAGROU-SE VENCEDORA DOS LOTES 1, 2, 3 E 4; OSVALDO DIAS DA SILVA- EIRELI SAGROU-SE VENCEDORA DOS LOTES 5, 6, 7, 9, 11 E 13; KUHRA- PRESTADORA DE SERVIÇOS E TERRAPLENAGEM-EIRELLI_EPP SAGROU-SE VENCEDORA DOS LOTES 10, 12 E 14; J.T.B. TRANSPORTES E TERRAPLENAGEM LTDA EPP, SAGROU-SE VENCEDORA DO LOTE 15; JEAN CARLOS TELLES SAGROU-SE VENCEDORA DO LOTE 16. ABERTO OS ENVELOPES DE HABILITAÇÃO PARA CONFERÊNCIA DOS DOCUMENTOS ONDE A PARTICIPANTE KAMILA DIAS FOI INABILITADA NOS LOTES 1, 2, 3, E 4, POR APRESENTAR CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS VENCIDA; E A EMPRESA JEAN CARLOS TELLES FOI INABILITADA NO LOTE 16 POR APRESENTAR NOTA FISCAL DE PESSOA JURÍDICA E ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA DE PESSOA FÍSICA, FICANDO O LOTE 16 PARA A EMPRESA OSVALDO DIAS DA SILVA-EIRELI. AS DEMAIS PARTICIPANTES ESTAVAM DE ACORDO COM O EDITAL. FORAM DISPONIBILIZADOS AOS PRESENTES OS DOCUMENTOS DAS HABILITAÇÕES PARA ANÁLISE, RUBRICA E MANIFESTAÇÕES, ONDE NÃO HOUVERAM MAIS MANIFESTAÇÕES. A

EMPRESA LOS BORGES TRANSPORTES E TERREPLENAGEM LTDA MENCIONOU RECURSO SOBRE A DESCLASSIFICAÇÃO DA EMPRESA PELO MOTIVO DE NÃO ATENDER AO DESCRITIVO DOS ITENS DO EDITAL. NÃO MENCIONARAM INTENÇÃO DE APRESENTAR RECURSO. ESTA ATA SERÁ DISPONIBILIZADA NO SITE WWW.NAVEGANTES.SC.GOV.BR, NADA MAIS HAVENDO A RELATAR DEU-SE POR ENCERRADO OS TRABALHOS AS 17H 30MIN EU PABLO ROMERO COSTA PEREIRA DIAS LAVREI O PRESENTE REGISTRO DE ACONTECIMENTOS QUE APÓS LIDO E ACHADO CONFORME SEGUE ASSINADO PELOS PARTICIPANTES PRESENTES NESTA ABERTURA QUE PERMANECERÃO ATÉ A LAVRATURA DA MESMA.

ATA DA SESSÃO 77/2018 PMN

Publicação Nº 1664533

ATA PREGÃO PRESENCIAL N º 77/2018 PMN

AS NOVE HORAS DO DIA VINTE DO MÊS DE JUNHO DO ANO DOIS MIL DE DEZOITO, A PREGOEIRA CARLA CLAUDINO E EQUIPE DE APOIO, VERA LUCIA LUÇOLLI DA COSTA, PABLO ROMERO COSTA PEREIRA DIAS, JOSEZITE DOS SANTOS E DANIEL SEIBERT JUNIOR, NOMEADOS PELA PORTARIA Nº 565 DE 01 DE FEVEREIRO DE 2018, REUNIRAM-SE PARA ABERTURA E RECEBIMENTO DOS ENVELOPES, DO EDITAL A LICITAÇÃO PROCESSO NÚMERO SETENTA E SETE DO ANO DE DOIS MIL E DEZOITO, TIPO MENOS PREÇO POR LOTES, CUJO OBJETO REGISTRO DE PREÇO VISANDO A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS (CÂMERAS DE MONITORAMENTO, NVR - NETWORK VÍDEO RECORDER E MICROFONES) PARA INSTALAÇÃO NO PAÇO MUNICIPAL, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA. EMPRESAS PARTICIPANTES: WFL COMERCIO E SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA, REPRESENTADA POR HERIVOLTO HERMENEGILDO; JESSICA TATIANE MENDES 08215060994, REPRESENTADA POR CHARLES DIETRICH WUTZKE; ANDREIA ALVES DE SIQUEIRA FELISBINO 31866100874 REPRESENTADA POR ANDREIA ALVES DE SIQUEIRA FELISBINO. NA CONFERÊNCIA DOS DOCUMENTOS DE CREDENCIAMENTO VERIFICOU-SE QUE TODAS AS DOCUMENTAÇÕES ESTAVAM DE ACORDO COM O EDITAL. FORAM DISPONIBILIZADOS AOS PRESENTES OS DOCUMENTOS DO CREDENCIAMENTO PARA ANÁLISE, RUBRICA E MANIFESTAÇÕES, ONDE NÃO HOUVE MANIFESTAÇÃO. FORAM ABERTOS OS ENVELOPES DAS PROPOSTAS DAS EMPRESAS, ONDE A EMPRESA WFL COMERCIO E SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA FOI DESCLASSIFICADA NO LOTE 1, POR MOTIVO DE NÃO APRESENTAR NO ITEM 6 BANDEJA; JESSICA TATIANE MENDES FOI DESCLASSIFICADA NO LOTE 1, POR MOTIVO DE NÃO APRESENTAR NO ITEM 6 BANDEJA, E A EMPRESA ANDREIA ALVES DE SIQUEIRA FELISBINO 31866100874 ESTAVA DE ACORDO COM O EDITAL. FORAM DISPONIBILIZADOS AOS PRESENTES OS DOCUMENTOS DAS PROPOSTAS PARA ANÁLISE, RUBRICA E MANIFESTAÇÕES, ONDE NÃO HOUVE MANIFESTAÇÃO. DAMOS CONTINUIDADE A ETAPA DE LANCE ONDE A LICITANTE: ANDREIA ALVES DE SIQUEIRA FELISBINO 31866100874 SAGROU-SE VENCEDORA DO LOTE 01. ABERTOS OS ENVELOPES DE HABILITAÇÃO PARA CONFERÊNCIA DOS DOCUMENTOS ONDE A LICITANTE E A LICITANTE ESTAVA DE ACORDO COM O EDITAL, E FORAM DISPONIBILIZADOS AOS PRESENTES OS DOCUMENTOS DAS HABILITAÇÕES PARA ANÁLISE, RUBRICA E MANIFESTAÇÕES, ONDE NÃO HOUVE MANIFESTAÇÃO. AS EMPRESAS NÃO MENCIONARAM INTENÇÃO DE APRESENTAR RECURSO. ESTA ATA SERÁ DISPONIBILIZADA NO SITE WWW.NAVEGANTES.SC.GOV.BR, NADA MAIS HAVENDO A RELATAR DEU-SE POR ENCERRADO OS TRABALHOS AS 10H E 30 MIN. EU PABLO ROMERO COSTA

PEREIRA DIAS LAVREI O PRESENTE REGISTRO DE ACONTECIMENTOS QUE APÓS LIDO E ACHADO CONFORME SEGUE ASSINADO PELOS PARTICIPANTES PRESENTES NESTA ABERTURA QUE PERMANECERÃO ATÉ A LAVRATURA DA MESMA.

ATA II DA SESSÃO 15/2018 FMS

Publicação Nº 1664542

ATA PREGÃO PRESENCIAL N.º 15/2018 FMS
AS TREZE HORAS DO DIA VINTE E DOIS DO MÊS DE JUNHO DO ANO DOIS MIL DE DEZOITO, A PREGOEIRA CARLA CLAUDINO E EQUIPE DE APOIO, JOSEZITE DOS SANTOS, VERA LUCIA LUCOLI DA COSTA E PABLO ROMERO COSTA PEREIRA DIAS, NOMEADOS PELA PORTARIA Nº 565 DE 01 DE FEVEREIRO DE 2018, REUNIRAM-SE PARA DAR CONTINUIDADE, DO EDITAL A LICITAÇÃO PROCESSO NÚMERO QUINZE DO ANO DE DOIS MIL E DEZOITO, TIPO MENOS PREÇO POR ITEM, CUJO OBJETO REGISTRO DE PREÇO VISANDO A AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS PARA ATENDER AO CENTRO DE ESPECIALIDADES ODONTOLÓGICAS - CEO E SALAS DE ODONTOLOGIA DAS UNIDADES DE SAÚDE, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC. DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE OS DENTISTA: RODRIGO TORRI VIEIRA, ANA RAQUEL RABELO VIEIRA, MARCELLO LOIS DE OLIVEIRA. ONDE DERAM CONTINUIDADE A ANÁLISE DAS PROPOSTAS E FINALIZANDO AS ANÁLISES, ENCERRAMOS ESTA SEÇÃO AS 19H. ESTA ATA SERÁ DISPONIBILIZADA NO SITE WWW.NAVEGANTES.SC.GOV.BR, NADA MAIS HAVENDO A RELATAR DEU-SE POR ENCERRADO OS TRABALHOS AS 19H. EU VERA LUCIA LUCOLI DA COSTA LAVREI O PRESENTE REGISTRO DE ACONTECIMENTOS QUE APÓS LIDO E ACHADO CONFORME SEGUE ASSINADO PELOS PARTICIPANTES PRESENTES NESTA ABERTURA QUE PERMANECERÃO ATÉ A LAVRATURA DA MESMA.

AVISO DE LICITAÇÃO -- PREGÃO PRESENCIAL 24/2018 FMS

Publicação Nº 1664517

PREFEITURA DE NAVEGANTES – PREGÃO PRESENCIAL 24/2018 FMS

Comunicamos na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório do objeto: Registro de preços visando a aquisição de materiais de fisioterapia, equipamentos, móveis e utensílios para compor a Academia da Saúde e CEFIR (Centro de Fisioterapia e Reabilitação), através do Fundo Municipal de Saúde de Navegantes/SC. Entrega/envelopes: 06/07/2018 até às 8h50. Abertura/envelopes: 06/07/2018 às 9h. O edital se encontra à disposição na Rua João Emílio nº100, Navegantes/SC e no site: www.navegantes.sc.gov.br link fornecedor. EMÍLIO VIEIRA – Prefeito.

AVISO DE LICITAÇÃO -- PREGÃO PRESENCIAL 96/2018 PMN

Publicação Nº 1664526

PREFEITURA DE NAVEGANTES – PREGÃO PRESENCIAL 96/2018 PMN

Comunicamos na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório do objeto: Registro de preços visando a contratação de empresa especializada em prestação de serviços para execução de sondagem a trado, ensaio de compactação e ensaio de CBR, para determinar a capacidade de resistência do solo das vias públicas do município, através da Secretaria de Governo do município de Navegantes/SC. Entrega/envelopes: 06/07/2018 até às 13h50. Abertura/envelopes: 06/07/2018 às 14h. O edital se encontra à disposição na Rua João Emílio nº100, Navegantes/SC e no site: www.navegantes.sc.gov.br link fornecedor.

EMÍLIO VIEIRA – Prefeito.

DECRETO 99/2018 PRORROGA O PRAZO ESTABELECIDO NO DECRETO 01/2018

Publicação Nº 1663924

DECRETO Nº 99, DE 22 DE JUNHO DE 2018.

PRORROGA O PRAZO ESTABELECIDO NO DECRETO 01/2018 QUE REGULAMENTAVA O PAGAMENTO DO ADICIONAL DE INSALUBRIDADE APÓS AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS AO ART. 71 DO ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICO MUNICIPAIS PELA LEI COMPLEMENTAR N.º 338, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017.

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, itens II e III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 em seu art. 71; e

Considerando que a Tomada de Preço nº 62/2018 que licitava a contratação de empresa especializada em prestação de serviços de consultoria e confecção de conjunto de documentos (programa de prevenção de riscos ambientais e laudos técnicos das condições ambientais do ambiente de trabalho) para atendimento ao município de Navegantes/SC, ocorreu no dia 21/06/2018;

Considerando que a Administração deverá respeitar o prazo legal de interposição de possíveis recursos, sendo que somente após decorrido este prazo poderá ser homologado o processo licitatório Tomada de Preço 62/2018;

Considerando que a empresa vencedora da tomada de preço 62/2018 necessitará de um prazo de no máximo 60 (sessenta) dias para implantação dos laudos periciais dos servidores da administração direta e indireta do município;

DECRETA:

Art. 1º Fica prorrogado o prazo estabelecido no artigo 3º do decreto 01/2018 para 60 (sessenta) dias, após a finalização do prazo principal de 180 (cento e oitenta) dias.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 22 de junho de 2018.

Emílio Vieira.

Prefeito Municipal de Navegantes

Márcio da Rosa

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

DECRETO Nº 100 DE 25 DE JUNHO DE 2018

Publicação Nº 1663561

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NAVEGANTES CNPJ 83.102.855/0001-50
--	---

DECRETO Nº 100 DE 25 DE JUNHO DE 2018
DISPÕE SOBRE A ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS PARA EFEITO DE SUPLEMENTAÇÃO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são

conferidas pelo inciso II, do art. 18, da Lei nº 3251 de 14/12/2017 e pelo inciso VI do art. 167 da Constituição Federal:

DECRETA:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a proceder a anulação parcial de dotações orçamentárias até o valor de R\$ 9.100,00 (nove mil e cem reais), da seguinte dotação, na respectiva fonte de recursos:

Fonte de Recursos – 10.000 – Recursos Ordinários
16 – SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO, CULTURA E ESPORTE
01 - Diretoria de Eventos e Marketing
23.695.0017 – 2.048 - Manutenção e Funcionamento da Diretoria de Eventos e Marketing
197 - 3.3.90.00.00.00 – Outras Despesas Correntes – Apl. Diretas R\$ 9.100,00

Art. 2º - Os recursos acima, suplementarão a seguinte dotação orçamentária, na respectiva fonte de recursos:

Fonte de Recursos – 10.000 – Recursos Ordinários
16 – SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO, CULTURA E ESPORTE
01 - Diretoria de Eventos e Marketing
23.695.0017 – 2.048 - Manutenção e Funcionamento da Diretoria de Eventos e Marketing
198 - 4.4.90.00.00.00 – Investimentos – Apl. Diretas R\$ 9.100,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Navegantes, 25 de junho de 2018.

Emílio Vieira

Prefeito

DECRETO Nº 101 DE 25 DE JUNHO DE 2018

Publicação Nº 1663564

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CNPJ 83.102.855/0001-50

DECRETO Nº 101 DE 25 DE JUNHO DE 2018
DISPÕE SOBRE A ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS PARA EFEITO DE SUPLEMENTAÇÃO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso II, do art. 18, da Lei nº 3251 de 14/12/2017 e pelo inciso VI do art. 167 da Constituição Federal:

DECRETA:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a proceder a anulação parcial de dotações orçamentárias até o valor de R\$ 29.990,00 (vinte e nove mil, novecentos e noventa reais), da seguinte dotação, na respectiva fonte de recursos:

Fonte de Recursos – 10.000 – Recursos Ordinários
15 – SECRETARIA MUNICIPAL DA SEGURANÇA E DEFESA SOCIAL
01 - Diretoria de Segurança e Defesa Social
06.182.0015 – 2.027 - Manutenção e Funcionamento da Diretoria de Segurança e Defesa Social
185 - 3.3.90.00.00.00 – Outras Despesas Correntes – Apl. Diretas R\$ 29.990,00

Art. 2º - Os recursos acima, suplementarão a seguinte dotação

orçamentária, na respectiva fonte de recursos:

Fonte de Recursos – 10.000 – Recursos Ordinários
15 – SECRETARIA MUNICIPAL DA SEGURANÇA E DEFESA SOCIAL
01 - Diretoria de Segurança e Defesa Social
06.182.0015 – 2.027 - Manutenção e Funcionamento da Diretoria de Segurança e Defesa Social
186 - 4.4.90.00.00.00 – Investimentos – Apl. Diretas R\$ 29.990,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Navegantes, 25 de junho de 2018.

Emílio Vieira

Prefeito

LAUDO DAS AMOSTRAS 21/2018 FMS

Publicação Nº 1664555

Navegantes, 22 de junho de 2018

C.I. Nº 705-2018

DE: Secretaria de Saúde / Administração

PARA: Administração/Compras

Assunto: Análise de Amostras de Ração Anima – PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 21/2018 - PR

Vimos por meio desta proceder com a análise das amostras de rações animal, referente ao pregão presencial nº 21/2018 – PR, conforme segue:

Itens 1, 2 e 3, Fornecedor 17894 - Nutrígero Nutrição Animal LTDA. Ração Seca para cães filhotes, Ração para gatos filhotes, Ração seca para cães adultos;

Item 01 – Ração seca para cães filhotes (...); o item apresentado não trouxe todos os itens requeridos na composição mínima solicitada em edital, a exemplo não apresentou farinha de osso, vísceras de frango, farelo de milho e semente de linhaça.

O produto não teve aceitabilidade dos animais alojados no departamento e conforme o acompanhamento e informações prestadas pelas veterinárias, trata-se de ração de qualidade inferior necessária à boa nutrição e recuperação dos animais tratados no centro animal médico do município. Produto reprovado.

Item 02 – Ração para gatos filhotes (...); o item apresentado não trouxe todos os itens requeridos na composição mínima solicitada em edital, a exemplo não apresentou em sua composição "Carne Fresca".

O produto não teve aceitabilidade dos animais alojados no departamento e conforme o acompanhamento e informações prestadas pelas veterinárias, trata-se de ração de qualidade inferior necessária à boa nutrição e recuperação dos animais tratados no centro animal médico do município. Produto reprovado.

Item 03 - Ração seca para cães adultos(...); o item apresentado não trouxe todos os itens requeridos na composição mínima solicitada em edital, a exemplo não apresentou em sua composição "Gordura de frango".

O produto não teve aceitabilidade dos animais alojados no departamento e conforme o acompanhamento e informações prestadas pelas veterinárias, trata-se de ração de qualidade inferior necessária à boa nutrição e recuperação dos animais tratados no centro animal médico do município. Produto reprovado.

Sem mais, agradecemos cordialmente,

Secretaria Municipal de Saúde
Av. Conselheiro João Gaya, 1052 – Centro - Navegantes – SC - CEP 88375-000
Contato: (47) 3319-0378
"DOE ÓRGÃO! DOE SANGUE! SALVE VIDAS."

LAUDO DAS AMOSTRAS 54/2018 PMN

Publicação Nº 1664550

C.I. SAS nº 190/2018 Em, 21 de junho de 2018.
Secretária de Administração
Diretora do Departamento de Compras e Licitações: Fernanda Has-smann
Assunto: Análise de Amostras Pregão Presencial nº 54/2018

Senhora
Pela presente, em razão da necessidade de conferência das Amostras dos Itens que referem ao Pregão Presencial nº 54/2018 que se pretende adquirir através do processo licitatório supracitado, e informamos a não aprovação da amostra, em virtude da mesma apresentar dificuldades de manuseio por não fechar adequadamente e apresentar peça solta na estrutura de suporte.

	10845 JP DE LIMA CM. PROD. LIMPEZA LTDA	
94	LIXEIRA 100 LITROS COM PEDAL	JAGUAR

Sem mais para o momento, despeço-me.
Atenciosamente.

Lúcia Helena de Souza
Dir. Adm. Sec. Assistência Social

Luiz Fernando Gomes
Departamento Administrativo

LEI 3295/2018 AUTORIZA O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, A EFETUAR CESSÃO DE USO DE FRAÇÃO DE TERRENO AO ESTADO DE SANTA CATARINA, AO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Publicação Nº 1663985

LEI Nº 3295, DE 25 DE JUNHO DE 2018
AUTORIZA O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, A EFETUAR CESSÃO DE USO DE FRAÇÃO DE TERRENO AO ESTADO DE SANTA CATARINA, AO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso de suas atribuições legais. FAÇO saber a todos os munícipes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e EU sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica, o chefe do Poder Executivo municipal, autorizado a ceder, mediante Termo de Cessão de Uso, ao Estado de Santa Catarina, a fração da matrícula 5.373 do seguinte imóvel:

I - Um terreno, sem benfeitorias, situado no bairro Gravatá, zona urbana deste município de Navegantes –SC, na Rua José Romão, com área de 530,30 quinhentos e trinta metros e trinta centímetro quadrados tendo origem no loteamento Jardim das Bromélias, com as seguintes medidas e confrontações: ao Norte 24,8968m com a Rua José Romão (frente), ao Sul 24,8968m com Área Pública

Prefeitura Municipal de Navegantes – Matrícula 5.373 CRI Navegantes SC/APP 15,00m Diagnóstico Sócio Ambiental – Decreto 146/16 (fundos), ao Leste 21,30m com Área Pública Prefeitura Municipal de Navegantes – Matrícula 5.373 CRI Navegantes SC (lado esquerdo), à Oeste 21,30m com Área Pública Prefeitura Municipal de Navegantes (lado direito) – Matrícula 5.373 CRI Navegantes/SC.

Parágrafo único. A fração do terreno descrito no art. 1º será utilizado exclusivamente pelo Corpo de Bombeiros Militar de Navegantes, sob pena de reversão do bem.

Art. 2º A presente cessão terá vigência pelo prazo de 20 (vinte) anos, a contar da assinatura do respectivo Termo de Cessão de Uso, podendo ser prorrogado através de termo aditivo, ficando a cargo do CESSIONÁRIO as despesas decorrentes de sua perfeita conservação e manutenção, bem como as decorrentes de acidentes (materiais e pessoais).

Art. 3º A conclusão da construção da obra terá como prazo 5 (cinco) anos a partir da publicação da presente Lei, podendo ser prorrogado uma vez por igual prazo.

Parágrafo único. Caso não cumprida a determinação estabelecida no caput deste artigo haverá revogação da cessão concedida.

Art. 4º A minuta do Termo de Cessão de Uso de Fração de Terreno, a ser firmado entre as partes, na forma do Anexo I, integra a presente Lei.

Art. 5º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação e revoga a Lei 3327 de 09 de abril de 2018.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 25 de junho de 2018.
Emílio Vieira.
Prefeito Municipal de Navegantes

Márcio da Rosa
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ANEXO I

TERMO DE CESSÃO DE USO

O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.855/0001-50, com sede na Rua João Emílio, nº100, bairro Centro, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Emílio Vieira, doravante denominado CEDENTE e o ESTADO DE SANTA CATARINA, por intermédio do Corpo de Bombeiros Militar de Navegantes, inscrito no CNPJ sob nº 06.096.391/001-76, Rua Itajaí, nº 145, bairro São Domingos I, Navegantes/SC, e com a interveniência do 7º Batalhão de Bombeiro Militar de Navegantes – 2ª Companhia de Bombeiro Militar, neste ato representado pelo Sr. Coronel BM João Valério Borges, Comandante Geral do Corpo de Bombeiro Militar de Santa Catarina, adiante denominado CESSIONÁRIO, firmam o presente TERMO DE CESSÃO DE USO, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Termo tem por objeto a cedência, a título gratuito, pelo CEDENTE ao CESSIONÁRIO, para uso exclusivo de fração de terreno adquirido pelo Município de Navegantes/SC, assim descrito:

Um terreno, sem benfeitorias, situado no bairro Gravatá, zona urbana deste município de Navegantes –SC, na Rua José Romão, com área de 530,30 quinhentos e trinta metros e trinta centímetro quadrados tendo origem no loteamento Jardim das Bromélias, com as seguintes medidas e confrontações: ao Norte 24,8968m com a Rua José Romão (frente), ao Sul 24,8968m com Área Pública

Prefeitura Municipal de Navegantes – Matrícula 5.373 CRI Navegantes SC/APP 15,00m Diagnóstico Sócio Ambiental – Decreto 146/16 (fundos), ao Leste 21,30m com Área Pública Prefeitura Municipal de Navegantes – Matrícula 5.373 CRI Navegantes SC (lado esquerdo), à Oeste 21,30m com Área Pública Prefeitura Municipal de Navegantes (lado direito) – Matrícula 5.373 CRI Navegantes/SC.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA FINALIDADE

A fração do terreno deverá ser utilizado pelo CESSIONÁRIO para a execução na esfera de sua competência dos serviços atinentes ao Corpo de Bombeiro Militar do Município de Navegantes, e será responsável pelo fornecimento do pessoal necessário à execução desse serviço.

Parágrafo único. Não será tolerada utilização diversa da prevista na CLÁUSULA SEGUNDA a nenhum pretexto, sob pena de imediata revogação da presente outorga de uso.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES

I – DO CESSIONÁRIO

- Usar o bem exclusivamente para o fim a que se destina;
- Não transferir ou ceder o bem a terceiros;
- Zelar pela guarda do bem, comunicando ao CEDENTE a ocorrência de qualquer acidente;
- Responsabilizar-se por eventuais transgressões à legislação de trânsito (ou análoga) e pelos efeitos dessas;
- Pagar todos os impostos e taxas incidentes sobre o bem deste termo;
- Adoção de todos os cuidados de manutenção e conservação do objeto desta Cessão de Uso;
- Restituição do bem nas mesmas condições de funcionamento que recebeu.

II – DO CEDENTE:

- Arcar com os custos elencados na letra “e”, do item I, da Cláusula Terceira, em casos de justificada emergência administrativo-operacional, através do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina;

CLÁUSULA QUARTA – DAS RESPONSABILIDADES DO CESSIONÁRIO

O CESSIONÁRIO assume todas as obrigações e/ou responsabilidade que possam advir do uso do bem ora cedido, inclusive respondendo por furtos, acidentes com danos materiais ou pessoais a terceiros, isentando o CEDENTE de quaisquer despesas/ou indenizações a qualquer título.

CLÁUSULA QUINTA – DA CARACTERIZAÇÃO

Enquanto durar a presente Cessão de Uso, o bem integrará o patrimônio do CESSIONÁRIO.

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA

O presente Termo de Cessão de Uso vigorará por 20 (vinte) anos, a contar da data de sua assinatura.

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS TERMOS ADITIVOS

Este Termo de Cessão de Uso poderá ser alterado e prorrogado através de Termos Aditivos, de comum acordo entre as partes.

CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO

Este instrumento poderá ser rescindido por acordo entre as partes a qualquer tempo, por inadimplemento de qualquer de suas cláusulas, mediante simples comunicação por escrito, com antecedência de 60 (sessenta) dias.

CLÁUSULA NONA – DAS CONTROVERSAS E DO FORO

As questões que porventura advirem em decorrência deste instrumento serão dirimidas pelas partes administrativamente e, na impossibilidade de fazê-lo desta forma, serão resolvidas no Foro da Comarca de Navegantes/SC.

E, por estarem assim ajustados, firmam o presente Termo de Cessão de Uso em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas que também assinam.

NAVEGANTES (SC), 25 DE JUNHO DE 2018.

Emílio Vieira Cel BM – João Valério Borges

Prefeito Municipal Comandante Geral do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina

Testemunhas

Willian Otávio Felício Daniel Souza Dutra

3º Sgt BM Ch B-4 2ª/7ª BBM 1º Ten. BM CMT- 2º CBM/7ºBBM

CPF nº 021.106.969-82 CPF nº 041.564.179-99

LEI 3296/2018 DISPÕE SOBRE A INCLUSÃO DA FESTA DE NOSSA SENHORA DOS NAVEGANTES, FESTA DA POLENTA, FENAGRO E MOTONAVE NO CALENDÁRIO OFICIAL DE DATAS COMEMORATIVAS E EVENTOS DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES

Publicação Nº 1663975

LEI Nº 3296, DE 25 DE JUNHO DE 2018.

“DISPÕE SOBRE A INCLUSÃO DA FESTA DE NOSSA SENHORA DOS NAVEGANTES, FESTA DA POLENTA, FENAGRO E MOTONAVE NO CALENDÁRIO OFICIAL DE DATAS COMEMORATIVAS E EVENTOS DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES.”

Prefeito do Município de Navegantes, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou o projeto, eu o sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Ficam inseridos no calendário oficial de datas comemorativas e eventos do Município de Navegantes:

I – Festa Nossa Senhora dos Navegantes, a ser realizada na semana do dia 02/02 de cada ano;

II – Festa da Polenta, a ser realizada na primeira semana de setembro de cada ano;

III - Fenagro – Feira Navegantina de Agronegócios, a ser realizada na 2ª quinzena de agosto de cada ano;

IV – MOTONAVE – Encontro Nacional de Motocicletas a ser realizada no último final de semana de agosto de cada ano.

Art. 2º. O Poder Público Municipal poderá, nos termos da lei, apoiar o evento, inclusive autorizando o uso de espaços públicos para os mesmos e atividades correlatas, visando promover o desenvolvimento social, cultural, econômico e turístico do Município de Navegantes.

Art. 3º Fica autorizado o Poder Executivo a regulamentar a presente lei, no que couber.

Art. 4º As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 5º Esta lei entra vigor na data da sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRE-SE.

Prefeitura de Navegantes, 25 de junho de 2018.

Emílio Vieira.

Prefeito Municipal de Navegantes

Márcio da Rosa

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 2233/2018 LICENÇA PREMIO

Publicação Nº 1663737

PORTARIA N º 2233 DE 14 DE JUNHO DE 2018.
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -
RESOLVE:

I - Conceder Licença Prêmio, ao (à) senhor (a) LUZIA PEDROSO DA LUZ (matrícula 6300501), pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal efetivo no cargo de AGENTE SERVIÇOS GERAIS – 40 horas, para usufruir de 30 (TRINTA) dias, pelo período de 14.06.2018 a 13.07.2018, referente ao período aquisitivo de 2013/2018.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 08 de junho de 2018 a 13 de julho de 2018.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos retroativos a partir de 08.06.2018, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 14 DE JUNHO DE 2018.
MARCIO DA ROSA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 2282/2018 LICENÇA SAÚDE

Publicação Nº 1663754

PORTARIA Nº 2282 DE 19 DE JUNHO DE 2018

LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -

RESOLVE:

I - Tornar pública a concessão de licença para tratamento de saúde ao (à) servidor(a) STEFANI LARISSA DE SOUZA, matrícula 63268503 ocupante do cargo EFETIVO de MONITOR DE TRANSPORTE ESCOLAR, do quadro de servidores da Municipalidade, no período de 05.06.2018 À 19.06.2018.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 19 DE JUNHO DE 2018.

Márcio da Rosa
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 2300/2018 LICENÇA SAÚDE

Publicação Nº 1663725

PORTARIA Nº 2300 DE 20 DE JUNHO DE 2018

LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de

maio de 2017, bem como a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -

RESOLVE:

I - CONCEDER licença para tratamento de saúde ao (à) servidor(a) DENISE ONDEIA DA SILVA matrícula 460804, ocupante do cargo EFETIVA de AGENTE SERVIÇOS GERAIS pertencente ao quadro de servidores da Municipalidade, com início do afastamento em 20/06/2018.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 20 DE JUNHO DE 2018.

Márcio da Rosa
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 2301/2018 LICENÇA PREMIO

Publicação Nº 1663749

PORTARIA N º 2301 DE 20 DE JUNHO DE 2018.
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -
RESOLVE:

I - Conceder Licença Prêmio, ao (à) senhor (a) RODRIGO PEDRO DIAS (matrícula 405503), pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal efetivo no cargo de PROFESSOR – 30 horas, para usufruir de 30 (TRINTA) dias, pelo período de 20.06.2018 a 20.07.2018, referente ao período aquisitivo de 2012/2017.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 20 de junho de 2018 a 19 de JULHO de 2018.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos retroativos a partir de 20.06.2018, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 20 DE JUNHO DE 2018.

MARCIO DA ROSA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 2332/2018 LICENÇA SAÚDE

Publicação Nº 1663727

PORTARIA Nº 2332 DE 22 DE JUNHO DE 2018

LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -

RESOLVE:

I - CONCEDER licença para tratamento de saúde ao (à) servidor(a) ELEN CRISTINA CRUZ DE JESUS matrícula 63334702, ocupante do cargo ACT de PROFESSORA pertencente ao quadro de servidores

da Municipalidade, com início do afastamento em 22/06/2018.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 22 DE JUNHO DE 2018.

Márcio da Rosa

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIAS 2196,2197/2018 LICENÇA PREMIO

Publicação Nº 1663731

PORTARIA N º 2196 DE 08 DE JUNHO DE 2018.

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - RESOLVE:

I - Conceder Licença Prêmio, ao (à) senhor (a) DALVA LUCIA SOCORRO DO NASCIMENTO (matrícula 6214603), pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal efetivo no cargo de MONITORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL – 30 horas, para usufruir de 30 (TRINTA) dias, pelo período de 08.06.2018 a 07.07.2018, referente ao período aquisitivo de 2013/2018.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 08 de junho de 2018 a 07 de julho de 2018.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos retroativos a partir de 08.06.2018, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 08 DE JUNHO DE 2018.

MARCIO DA ROSA

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 2197 DE 08 DE JUNHO DE 2018.

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - RESOLVE:

I - Conceder Licença Prêmio, ao (à) senhor (a) ELENIR MARIA PAVI (matrícula 6201902), pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal efetivo no cargo de AGENTE SERVIÇOS GERAIS – 40 horas, para usufruir de 30 (TRINTA) dias, pelo período de 08.06.2018 a 07.07.2018, referente ao período aquisitivo de 2012/2017.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 08 de junho de 2018 a 07 de julho de 2018.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos retroativos a partir de 08.06.2018, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 08 DE JUNHO DE 2018.

MARCIO DA ROSA

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIAS 2245,2226/2018 LICENÇA PREMIO

Publicação Nº 1663734

PORTARIA N º 2245 DE 15 DE JUNHO DE 2018.

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - RESOLVE:

I - Conceder Licença Prêmio, ao (à) senhor (a) ROSANGELA ANVERSI TRAMONTIM (matrícula 99906), pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal efetivo no cargo de PROSSEFORA – 40 horas, para usufruir de 90 (NOVENTA) dias, pelo período de 15.06.2018 a 12.09.2018, referente ao período aquisitivo de 2012/2017.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 15 de junho de 2018 a 12 de setembro de 2018.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos retroativos a partir de 15.06.2018, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 15 DE JUNHO DE 2018.

MARCIO DA ROSA

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 2226 DE 13 DE JUNHO DE 2018.

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - RESOLVE:

I - Conceder Licença Prêmio, ao (à) senhor (a) ENEDIR CAVIGLIA (matrícula 285701), pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal efetivo no cargo de MONITORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL – 30 horas, para usufruir de 90 (NOVENTA) dias, pelo período de 13.06.2018 a 10.09.2018, referente ao período aquisitivo de 2013/2018.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 13 de junho de 2018 a 10 de setembro de 2018.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos retroativos a partir de 13.06.2018, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 13 DE JUNHO DE 2018.

MARCIO DA ROSA

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIAS 2264,2265/2018 LICENÇA PREMIO

Publicação Nº 1663739

PORTARIA N º 2264 DE 18 DE JUNHO DE 2018.

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -

RESOLVE:

I - Conceder Licença Prêmio, ao (à) senhor (a) ANTONIO CARLOS DOS SANTOS (matrícula 5101), pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal efetivo no cargo de MOTORISTA – 40 horas, para usufruir de 90 (NOVENTA) dias, pelo período de 18.06.2018 a 15.09.2018, referente ao período aquisitivo de 2007/2011.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 18 de junho de 2018 a 15 de setembro de 2018.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos retroativos a partir de 18.06.2018, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 18 DE JUNHO DE 2018.

MARCIO DA ROSA

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA Nº 2265 DE 18 DE JUNHO DE 2018.

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -

RESOLVE:

I - Conceder Licença Prêmio, ao (à) senhor (a) LUCIANA MESTRE (matrícula 275005), pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal efetivo no cargo de AGENTE COMUNITARIA DE SAUDE ESF – 40 horas, para usufruir de 30 (TRINTA) dias, pelo período de 18.06.2018 a 17.07.2018, referente ao período aquisitivo de 2013/2018.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 18 de junho de 2018 a 17 de julho de 2018.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos retroativos a partir de 18.06.2018, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 18 DE JUNHO DE 2018.

MARCIO DA ROSA

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIAS 2268, 2269/2018 LICENÇA SAÚDE

Publicação Nº 1663753

PORTARIA Nº 2268 DE 18 DE JUNHO DE 2018

LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -

RESOLVE:

I - Tornar pública a concessão de licença para tratamento de saúde ao (à) servidor(a) LUCIMAR VEQUI ANDREANI, matrícula 120212 ocupante do cargo EFETIVO de PROFESSORA, do quadro de servidores da Municipalidade, no período de 07.05.2018 À 18.06.2018.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 18 DE JUNHO DE 2018.

Márcio da Rosa

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA Nº 2269 DE 18 DE JUNHO DE 2018

LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -

RESOLVE:

I - Tornar pública a concessão de licença para tratamento de saúde ao (à) servidor(a) LUCIMAR VEQUI ANDREANI, matrícula 120213 ocupante do cargo EFETIVO de PROFESSORA, do quadro de servidores da Municipalidade, no período de 07.05.2018 À 18.06.2018.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 18 DE JUNHO DE 2018.

Márcio da Rosa

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIAS 2270, 2318, 2329, 2330/2018 LICENÇA SAÚDE

Publicação Nº 1663722

PORTARIA Nº 2270 DE 18 DE JUNHO DE 2018

LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -

RESOLVE:

I - CONCEDER licença para tratamento de saúde ao (à) servidor(a) DAGMAR BEUTER DO PRADO ARAGÃO matrícula 392603, ocupante do cargo EFETIVA de PROFESSORA pertencente ao quadro de servidores da Municipalidade, com início do afastamento em 18/06/2018.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 18 DE JUNHO DE 2018.

Márcio da Rosa

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA Nº 2318 DE 21 DE JUNHO DE 2018

LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de

maio de 2017, bem como a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -

RESOLVE:

I - CONCEDER licença para tratamento de saúde ao (à) servidor(a) JUCARA DE MELLO matrícula 392603, ocupante do cargo EFETIVA de PROFESSORA pertencente ao quadro de servidores da Municipalidade, com início do afastamento em 21/06/2018.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 21 DE JUNHO DE 2018.

Márcio da Rosa
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA Nº 2329 DE 22 DE JUNHO DE 2018

LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -

RESOLVE:

I - CONCEDER licença para tratamento de saúde ao (à) servidor(a) VIVIANE PIERRE DOS PASSOS matrícula 143908, ocupante do cargo EFETIVA de PROFESSORA pertencente ao quadro de servidores da Municipalidade, com início do afastamento em 22/06/2018.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 22 DE JUNHO DE 2018.

Márcio da Rosa
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA Nº 2330 DE 22 DE JUNHO DE 2018

LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -

RESOLVE:

I - CONCEDER licença para tratamento de saúde ao (à) servidor(a) ANA LUCIA SAES AGULHARI matrícula 222009, ocupante do cargo EFETIVA de ORIENTADORA ESCOLAR pertencente ao quadro de servidores da Municipalidade, com início do afastamento em 22/06/2018.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 22 DE JUNHO DE 2018.

Márcio da Rosa
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIAS 2279,2281/2018 LICENÇA SAÚDE

Publicação Nº 1663716

PORTARIA Nº 2281 DE 19 DE JUNHO DE 2018

LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -

RESOLVE:

I - CONCEDER licença para tratamento de saúde ao (à) servidor(a) WALDIR CESAR NUNES matrícula 6248001, ocupante do cargo EFETIVA de AGENTE SERVIÇOS GERAIS pertencente ao quadro de servidores da Municipalidade, com início do afastamento em 19/06/2018.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 19 DE JUNHO DE 2018.

Márcio da Rosa
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA Nº 2279 DE 19 DE JUNHO DE 2018

LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -

RESOLVE:

I - CONCEDER licença para tratamento de saúde ao (à) servidor(a) ROBERTA RICARDO DE SOUZA matrícula 6248001, ocupante do cargo EFETIVA de ENFERMEIRA pertencente ao quadro de servidores da Municipalidade, com início do afastamento em 19/06/2018.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 19 DE JUNHO DE 2018.

Márcio da Rosa
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIAS 2299, 2278, 2280, 2282, 2283/2018 LICENÇA PREMIO

Publicação Nº 1663745

PORTARIA Nº 2299 DE 20 DE JUNHO DE 2018.

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -

RESOLVE:

I - Conceder Licença Prêmio, ao (à) senhor (a) FERNANDA GALVES NOCETTI COUTO (matrícula 369107), pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal efetivo no cargo de PROFESSORA

– 40 horas, para usufruir de 90 (NOVENTA) dias, pelo período de 20.06.2018 a 17.09.2018, referente ao período aquisitivo de 2010/2015.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 20 de junho de 2018 a 17 de setembro de 2018.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos retroativos a partir de 20.06.2018, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 20 DE JUNHO DE 2018.

MARCIO DA ROSA

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 2278 DE 19 DE JUNHO DE 2018.

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - RESOLVE:

I - Conceder Licença Prêmio, ao (à) senhor (a) FRANCILAI D BEZERRA DUARTE (matrícula 223509), pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal efetivo no cargo de TÉCNICA ENFERAGEM ESF – 40 horas, para usufruir de 90 (NOVENTA) dias, pelo período de 19.06.2018 a 16.09.2018, referente ao período aquisitivo de 2012/2017.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 19 de junho de 2018 a 16 de setembro de 2018.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos retroativos a partir de 19.06.2018, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 19 DE JUNHO DE 2018.

MARCIO DA ROSA

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 2280 DE 19 DE JUNHO DE 2018.

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - RESOLVE:

I - Conceder Licença Prêmio, ao (à) senhor (a) FRANCILAI D BEZERRA DUARTE (matrícula 223509), pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal efetivo no cargo de TÉCNICA ENFERAGEM ESF – 40 horas, para usufruir de 30 (TRINTA) dias, pelo período de 19.06.2018 a 18.07.2018, referente ao período aquisitivo de 2012/2017.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 19 de junho de 2018 a 18 de julho de 2018.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos retroativos a partir de 19.06.2018, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 19 DE JUNHO DE 2018.

MARCIO DA ROSA

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 2282 DE 19 DE JUNHO DE 2018.

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - RESOLVE:

I - Conceder Licença Prêmio, ao (à) senhor (a) LUCIAMR VEQUI ANDREANI (matrícula 120212), pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal efetivo no cargo de PROFESSORA – 20 horas, para usufruir de 90 (NOVENTA) dias, pelo período de 19.06.2018 a 16.09.2018, referente ao período aquisitivo de 2012/2017.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 19 de junho de 2018 a 16 de setembro de 2018.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos retroativos a partir de 19.06.2018, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 19 DE JUNHO DE 2018.

MARCIO DA ROSA

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 2283 DE 19 DE JUNHO DE 2018.

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - RESOLVE:

I - Conceder Licença Prêmio, ao (à) senhor (a) LUCIAMR VEQUI ANDREANI (matrícula 120213), pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal efetivo no cargo de PROFESSORA – 20 horas, para usufruir de 90 (NOVENTA) dias, pelo período de 19.06.2018 a 16.09.2018, referente ao período aquisitivo de 2013/2018.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 19 de junho de 2018 a 16 de setembro de 2018.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos retroativos a partir de 19.06.2018, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 19 DE JUNHO DE 2018.

MARCIO DA ROSA

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIAS 2308,2309/218 LICENÇA SAÚDE

Publicação Nº 1663759

PORTARIA Nº 2308 DE 20 DE JUNHO DE 2018

LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -

RESOLVE:

I - Tornar pública a concessão de licença para tratamento de saúde ao (à) servidor(a) ROBERTA RICARTDO DE SOUZA, matrícula 6230801 ocupante do cargo EFETIVO de ENFERMEIRA, do quadro de servidores da Municipalidade, no período de 19.06.2018 À 20.06.2018.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 20 DE JUNHO DE 2018.

Márcio da Rosa

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA Nº 2309 DE 20 DE JUNHO DE 2018

LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -

RESOLVE:

I - Tornar pública a concessão de licença para tratamento de saúde ao (à) servidor(a) ANGELA DOS SANTOS DIAS, matrícula 6331801 ocupante do cargo EFETIVO de AGENTE DE EDUCAÇÃO, do quadro de servidores da Municipalidade, no período de 19.05.2018 À 20.06.2018.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 20 DE JUNHO DE 2018.

Márcio da Rosa

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIAS 2333, 2334/2018 LICENÇA SAÚDE

Publicação Nº 1663764

PORTARIA Nº 2333 DE 22 DE JUNHO DE 2018

LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -

RESOLVE:

I - Tornar pública a concessão de licença para tratamento de saúde ao (à) servidor(a) SIMONE JAGUSZESKI MEZZON, matrícula 2034708 ocupante do cargo EFETIVO de PROFESSORA, do quadro de servidores da Municipalidade, no período de 09.05.2018 À 22.06.2018.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 22 DE JUNHO DE 2018.

Márcio da Rosa

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA Nº 2334 DE 22 DE JUNHO DE 2018

LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -

RESOLVE:

I - Tornar pública a concessão de licença para tratamento de saúde ao (à) servidor(a) SIMONE JAGUSZESKI MEZZON, matrícula 2034710 ocupante do cargo EFETIVO de PROFESSORA, do quadro de servidores da Municipalidade, no período de 09.05.2018 À 22.06.2018.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 22 DE JUNHO DE 2018.

Márcio da Rosa

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIAS 2335, 2336/2018 LICENÇA SAÚDE

Publicação Nº 1663763

PORTARIA Nº 2335 DE 22 DE JUNHO DE 2018

LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -

RESOLVE:

I - Tornar pública a concessão de licença para tratamento de saúde ao (à) servidor(a) VALDA LOPES MACIEL FURLAN, matrícula 63275101 ocupante do cargo EFETIVO de MONITORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL, do quadro de servidores da Municipalidade, no período de 08.05.2018 À 22.06.2018.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 22 DE JUNHO DE 2018.

Márcio da Rosa

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA Nº 2336 DE 22 DE JUNHO DE 2018

LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -

RESOLVE:

I - Tornar pública a concessão de licença para tratamento de saúde ao (à) servidor(a) GRAZIELA LUCILA DE SOUZA, matrícula 205907 ocupante do cargo EFETIVO de MONITORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL, do quadro de servidores da Municipalidade, no período de 23.05.2018 À 22.06.2018.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 22 DE JUNHO DE 2018.

Márcio da Rosa

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

CÂMARA MUNICIPAL**DECRETO LEGISLATIVO Nº 007-2018 - PONTO FACULTATIVO**

Publicação Nº 1663950

DECRETO LEGISLATIVO Nº 007/2018

O Presidente da Câmara Municipal de Navegantes-SC, no uso das atribuições que lhes são conferidas por Lei e, com fulcro no artigo 38 do Regimento Interno, considerando a participação da Seleção Brasileira de Futebol na Copa do Mundo realizada na Rússia

DECRETA:

Art. 1º Fica estabelecido que no dia 27 de junho de 2018 quarta-feira, não haverá expediente a partir das 12 horas na Câmara Municipal de Vereadores de Navegantes.

Art. 2º No dia 28 de junho de 2018, quinta-feira, o horário de expediente será normal para todos os servidores.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições contrárias.

Navegantes/SC, 25 de junho de 2018.

Alício Jacob Ricobom Filho

Presidente da Câmara de Vereadores de Navegantes-SC.

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES - NAVEGANTESPREV**DISPENSA DE LICITAÇÃO 07/2018IPP**

Publicação Nº 1664540

NAVEGANTESPREV - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES

DISPENSA DE LICITAÇÃO 07/2018IPP

Contratante: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES

Contratada: Centro de Integração de Estudantes – Estágios CIN

Objeto: Contratação de serviços de instituição intermediadora de programa de estágios para o Instituto de Previdência Social do Município de Navegantes – NavegantesPrev.

Valor: R\$ 960,00 (novecentos e sessenta reais)

Vigência: até 31/12/2018

Navegantes, 26 de junho de 2018.

JAN ULLRICH

Diretor Presidente

Nova Erechim

PREFEITURA

PORTARIA 49/2018 FÉRIAS SIRLEI DE FATIMA DE PAULA SOLIVO

Publicação Nº 1663919

PORTARIA nº 049, de 25 de junho de 2018.

O Prefeito Municipal de Nova Erechim, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais e conforme dispõe o Art. 61 da Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO:

Que conforme prevê o artigo 59 da Lei Complementar nº 025/01, de 02 de julho de 2001, o Servidor Municipal após cada período de 12 (doze) meses de serviço público, terá direito a férias.

R E S O L V E:

Art. 1º Fica concedido 10 (dez) dias de Férias para a Servidora Municipal SIRLEI DE FATIMA DE PAULA SOLIVO, matrícula 5415/01, ocupante do cargo de Técnico de Enfermagem, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, a ser usufruída no período de 26.06.2018 a 05.07.2018, referente ao período 25.07.2017 a 24.07.2018.

Art. 2º Para fazer frente as despesas decorrentes da aplicação desta Portaria, serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Erechim (SC),
em 25 de junho de 2018.
NÉDIO ANTONIO CASSOL
Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 030/2018 AQUISIÇÃO DE UM VEÍCULO TIPO ÔNIBUS PARA O USO DA SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

Publicação Nº 1663627

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 046/2018

PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 030/2018

Nélio Antônio Cassol, Prefeito Municipal de Nova Erechim/SC, no uso das atribuições legais, TORNA PÚBLICO, para conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL SRP para AQUISIÇÃO DE UM VEÍCULO TIPO ÔNIBUS PARA O USO DA SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE NOVA ERECHIM/SC, CONFORME PROPOSTA TRANSFERÊNCIA Nº 0000021188 FIRMADA COM O ESTADO DE SANTA CATARINA. A abertura dos envelopes acontecerá às 09h15min do dia 06 de julho de 2018, junto a Secretaria Municipal da Administração, sito à Avenida Francisco F. Losina n.º 139, Fone (49) 3333-3100, no Município de Nova Erechim/SC. Maiores informações e a íntegra do Edital poderão ser obtidas na Sede da Prefeitura Municipal ou e-mail licitacoes.ne@gmail.com

Nova Erechim (SC), em 25 de junho de 2018.
NÉDIO ANTÔNIO CASSOL
Prefeito Municipal

Município de Nova Erechim
Publicado no Mural Público
em __/__/__ a __/__/__

PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 034/2018 AQUISIÇÃO DE UM ROLO COMPACTADOR VIBRATÓRIO NOVO

Publicação Nº 1664338

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 051/2018

PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 034/2018

Nélio Antônio Cassol, Prefeito Municipal de Nova Erechim/SC, no uso das atribuições legais, TORNA PÚBLICO, para conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL SRP para AQUISIÇÃO DE UM ROLO COMPACTADOR VIBRATÓRIO NOVO (ZERO HORA), PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE NOVA ERECHIM/SC. A abertura dos envelopes acontecerá às 09h15min do dia 09 de julho de 2018, junto a Secretaria Municipal da Administração, sito à Avenida Francisco F. Losina n.º 139, Fone (49) 3333-3100, no Município de Nova Erechim/SC. Maiores informações e a íntegra do Edital poderão ser obtidas na Sede da Prefeitura Municipal ou e-mail licitacoes.ne@gmail.com

Nova Erechim (SC), em 25 de junho de 2018.
NÉDIO ANTÔNIO CASSOL
Prefeito Municipal

Município de Nova Erechim
Publicado no Mural Público
em __/__/__ a __/__/__

TOMADA DE PREÇO Nº 08/2018 CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE CADASTRAMENTO E RECADASTRAMENTO IMOBILIÁRIO COM REORDENAMENTO POSTAL DO PERÍMETRO URBANO

Publicação Nº 1664341

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 052/2018

TOMADA DE PREÇO Nº 08/2018

Nélio Antônio Cassol, Prefeito Municipal de Nova Erechim/SC, no uso das atribuições legais, TORNA PÚBLICO, para conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação na modalidade TOMADA DE PREÇO para CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE CADASTRAMENTO E RECADASTRAMENTO IMOBILIÁRIO COM REORDENAMENTO POSTAL DO PERÍMETRO URBANO DO MUNICÍPIO DE NOVA ERECHIM – SC. A abertura dos envelopes acontecerá às 14h15min do dia 09 de julho de 2018, junto a Secretaria Municipal da Administração, sito à Avenida Francisco F. Losina n.º 139, Fone (49) 3333-3100, no Município de Nova Erechim/SC. Maiores informações e a íntegra

do Edital poderão ser obtidas na Sede da Prefeitura Municipal ou
e-mail licitacoes.ne@gmail.com

Nova Erechim (SC), em 25 de junho de 2018.

NÉDIO ANTÔNIO CASSOL

Prefeito Municipal

Município de Nova Erechim

Publicado no Mural Público

em __/__/__ a __/__/__

Nova Trento

PREFEITURA

AVISO DE RETIFICAÇÃO DA PORTARIA Nº 379/2018

Publicação Nº 1664627

Retifica Portaria nº 379/2018

Fica retificada a Portaria nº 379/2018, de 11 de agosto de 2018, publicada em 12 de junho de 2018 no DOM/SC – edição nº 2.548, páginas 591 e 592, passando a vigorar a Portaria nº 379/2018 devidamente retificada, publicada na data de 26/06/2018, por motivo de equívoco na data do início da nomeação do Servidor.

Nova Trento, 26 de junho de 2018.

Ivana Regina Cadore

Diretora Recursos Humanos

DECRETO Nº 118/2018 - CONVOCA APROVADO NO PROCESSO SELETIVO Nº 003/2017

Publicação Nº 1663841

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO
GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 118/2018

convoca aprovado no PROCESSO SELETIVO Nº 003/2017, que nomina para comparecimento E apresentação de documentação junto AO SETOR DE RECURSOS humanos, e dá outras providências. O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE E DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO, MAXILIANO DE OLIVEIRA, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Decreto nº 095/2017, de 18/04/2017, e demais dispositivos legais pertinentes:

DECRETA: Art. 1º – Ficam convocados os candidatos classificados nominados no Anexo I, do presente Decreto para comparecer ao Setor de Recursos Humanos, nos dias 27, 28 e 29 de junho de 2018, no período compreendido entre 07horas e 13horas, munido da documentação abaixo relacionada (original e cópia):

I – 01 (uma) foto 3/4;

II – Carteira de Identidade;

III – CPF;

IV – CNH (Carteira Nacional de Habilitação) de acordo com a categoria exigida (se for o caso);

V – Título Eleitoral;

VI – Carteira de Trabalho e Previdência Social;

VII – Inscrição no PIS/PASEP;

VIII – Certidão de Casamento ou Atestado de Óbito (se for o caso);

IX – Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos (se for o caso);

X – Comprovante de Residência atualizado;

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO
GABINETE DO PREFEITO

XI – Comprovação de aptidão física e mental para o exercício da função, mediante apresentação de atestado laboral, custeado pelo

convocado;

XII – Certidão negativa da Justiça Eleitoral comprovando sua regularidade;

XIII – Comprovante da quitação com o Serviço Militar Obrigatório, (se for o caso);

XIV – Diploma ou Histórico Escolar (Ensino Fundamental, Ensino Médio, Técnico, Graduação/Pós-Graduação/Mestrado) em conformidade com a área que irá atuar (vide Edital);

XV – Comprovante de Registro do Órgão de Classe (se for o caso);

XVI – Certidão negativa de antecedentes criminais, expedida, há no máximo 6 (seis) meses, ou dentro do prazo de validade do documento;

XVII – Declaração de bens; Declaração de acúmulos ou não de cargos; Declaração de penalidade disciplinar; Declaração de ausência de parentesco (retirar no setor de Recursos Humanos deste Órgão);

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Registre-se e publique-se na forma da Lei.

Nova Trento/SC, 25 de junho de 2018.

MAXILIANO DE OLIVEIRA

Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO
GABINETE DO PREFEITO

ANEXO I

(Decreto nº 118/2018)

CARGO: MOTORISTA III

Classificação	Nome completo
2º	ALISSON ADRIANO VARGAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO
GABINETE DO PREFEITO

(Decreto nº 118/2018)

Exmo. Senhor

Maxiliano de Oliveira

Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário
Prefeitura Municipal de Nova Trento - SC

ANEXO II - DECLARAÇÃO DE DESISTÊNCIA

Eu,
....., portador (a) do
RG nº e CPF nº
....., Candidato(a) naª posição do Processo Seletivo
- Edital nº , inscrição nº , para o cargo
de , pela Prefeitura Municipal de
Nova Trento, venho, pela presente, declarar minha DESISTÊNCIA

à vaga do referido cargo, no qual fui Convocado(a) pelo Decreto nº , publicado no Diário Oficial dos Municípios de/ /..... .

Nova Trento, de de 2018.

Assinatura

DECRETO Nº 119/2018 - CONVOCA APROVADO NO PROCESSO SELETIVO Nº 003/2017

Publicação Nº 1663853

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO
GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 119/2018

convoca aprovados no PROCESSO SELETIVO Nº 003/2017, que nomina para comparecimento E apresentação de documentação junto AO SETOR DE RECURSOS humanos, e dá outras providências. O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, LUIZ CARLOS ORSI, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Decreto nº 095/2017, de 18/04/2017, e demais dispositivos legais pertinentes: DECRETA: Art. 1º – Fica convocado o candidato classificado nominado no Anexo I, do presente Decreto para comparecer ao Setor de Recursos Humanos, nos dias 27, 28 e 29 de junho de 2018, no período compreendido entre 07horas e 13horas, munido da documentação abaixo relacionada (ORIGINAL E CÓPIA):

I – 01 (uma) foto 3/4;

II – Carteira de Identidade;

III – CPF;

IV – CNH (Carteira Nacional de Habilitação) de acordo com a categoria exigida (se for o caso);

V – Título Eleitoral;

VI – Carteira de Trabalho e Previdência Social;

VII – Inscrição no PIS/PASEP;

VIII – Certidão de Casamento ou Atestado de Óbito (se for o caso);

IX – Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos (se for o caso);

X – Comprovante de Residência atualizado;

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO
GABINETE DO PREFEITO

XI – Comprovação de aptidão física e mental para o exercício da função, mediante apresentação de atestado laboral, custeado pelo convocado;

XII – Certidão negativa da Justiça Eleitoral comprovando sua regularidade;

XIII – Comprovante da quitação com o Serviço Militar Obrigatório, (se for o caso);

XIV – Diploma ou Histórico Escolar (Ensino Fundamental, Ensino Médio, Técnico, Graduação/Pós-Graduação/Mestrado) em conformidade com a área que irá atuar (vide Edital);

XV – Comprovante de Registro do Órgão de Classe (se for o caso);

XVI – Certidão negativa de antecedentes criminais, expedida, há no máximo 6 (seis) meses, ou dentro do prazo de validade do documento;

XVII – Declaração de bens; Declaração de acúmulos ou não de cargos; Declaração de penalidade disciplinar; Declaração de ausência de parentesco (retirar no setor de Recursos Humanos deste Órgão);

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Registre-se e publique-se na forma da Lei.

Nova Trento/SC, 25 de junho de 2018.

LUIZ CARLOS ORSI

Secretário Municipal de Educação

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO
GABINETE DO PREFEITO

ANEXO I

(Decreto nº 119/2018)

CARGO: ATENDENTE DE CRECHE

Classificação	Nome completo
15º	JOYCE SILVA DOS SANTOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO
GABINETE DO PREFEITO

(Decreto nº 119/2018)

Ilmo. Senhor

Luiz Carlos Orsi

Secretário Municipal de Educação

DECLARAÇÃO DE DESISTÊNCIA

Eu, , portador (a) do RG nº e CPF nº , Candidato(a) naª posição do Processo Seletivo - Edital nº , inscrição nº , para o cargo de , pela Prefeitura Municipal de Nova Trento, venho, pela presente, declarar minha DESISTÊNCIA à vaga do referido cargo, no qual fui Convocado(a) pelo Decreto nº , publicado no Diário Oficial dos Municípios de/ /..... .

Nova Trento, de de 2018.

Assinatura

DECRETO Nº 120/2018 - CONVOCA APROVADO NO PROCESSO SELETIVO Nº 002/2018

Publicação Nº 1663858

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO
GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 120/2018

convoca aprovado no PROCESSO SELETIVO Nº 002/2018, que nomina para comparecimento E apresentação de documentação junto AO SETOR DE RECURSOS humanos, e dá outras providências. O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, LUIZ CARLOS ORSI, uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Decreto nº 095/2017, de 18/04/2017, e demais dispositivos legais pertinentes:

DECRETA: Art. 1º – Fica convocado o candidato classificado nominado no Anexo I, do presente Decreto para comparecer ao Setor de Recursos Humanos, nos dias 27, 28 e 29 de junho de 2018, no período compreendido entre 07horas e 13horas, munidos da documentação abaixo relacionada (original e cópia):

I – 01 (uma) foto 3/4;

II – Carteira de Identidade;

III – CPF;

IV – CNH (Carteira Nacional de Habilitação – Categoria "D" ou Superior.

V – Título Eleitoral;

VI – Carteira de Trabalho e Previdência Social;

VII – Inscrição no PIS/PASEP;

VIII – Certidão de Casamento ou Atestado de Óbito (se for o caso);
IX – Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos (se for o caso);
X – Comprovante de Residência atualizado;

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO
GABINETE DO PREFEITO

XI – Comprovação de aptidão física e mental para o exercício da função, mediante apresentação de atestado laboral, custeado pelo convocado;
XII – Certidão negativa da Justiça Eleitoral comprovando sua regularidade;
XIII – Comprovante da quitação com o Serviço Militar Obrigatório, (se for o caso);
XIV – Diploma ou Histórico Escolar (Ensino Fundamental, Ensino Médio, Técnico, Graduação/Pós-Graduação/Mestrado) em conformidade com a área que irá atuar (vide Edital);
XV – Comprovante de Registro do Órgão de Classe (se for o caso);
XVI – Certidão negativa de antecedentes criminais, expedida, há no máximo 6 (seis) meses, ou dentro do prazo de validade do documento;
XVII – Declaração de bens; Declaração de acúmulos ou não de cargos; Declaração de penalidade disciplinar; Declaração de ausência de parentesco (retirar no setor de Recursos Humanos deste Órgão);
Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º Registre-se e publique-se na forma da Lei.

Nova Trento/SC, 25 de junho de 2018.

LUIZ CARLOS ORSI
Secretário Municipal de Educação

JUCELINO MARINO CHINI
Secretário Municipal Administração e Finanças

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO
GABINETE DO PREFEITO

ANEXO I
(Decreto nº 120/2018)

CARGO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

Classificação	Nome completo
7º	GRACIANA MURCESKI

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO
GABINETE DO PREFEITO

(Decreto nº 120/2018)

Exmo. Senhor
Luiz Carlos Orsi
Secretário Municipal de Educação
Prefeitura Municipal de Nova Trento - SC

DECLARAÇÃO DE DESISTÊNCIA

Eu,
....., portador (a) do
RG nº e CPF nº
....., Candidato(a) naª posição do Processo Seletivo
- Edital nº , inscrição nº , para o cargo
de , pela Prefeitura Municipal de
Nova Trento, venho, pela presente, declarar minha DESISTÊNCIA
à vaga do referido cargo, no qual fui Convocado(a) pelo Decreto
nº , publicado no Diário Oficial dos Municípios de

...../ /.....

Nova Trento, de de 2018.

Assinatura

PORTARIA Nº 379/2018

Publicação Nº 1664633

PORTARIA Nº 379/2018
Dispõe sobre a Nomeação de Cargo Comissionado

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o artigo 94, XII, da Lei Orgânica Municipal, de 04 de abril de 1990, e de conformidade com o art. 17, inciso II, da Lei nº 1.207, de 30/08/92 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

NOMEAR, o Servidor Público Municipal FABIO DE FREITAS, concursado no cargo de Assistente Administrativo, matrícula nº 7163, para exercer o cargo de Provimento em Comissão de Assessor Administrativo, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, do Quadro de Servidores Comissionados deste Órgão Público Municipal, Município de Nova Trento, a partir de 11 de junho de 2018.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 11 de junho de 2018.
Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Jucelino Marino Chini
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 397/2018

Publicação Nº 1664634

PORTARIA Nº 397/2018
Dispõe sobre a Cessão de Servidor Municipal

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o artigo 94, XII, da Lei Orgânica Municipal, de 04 de abril de 1990, de acordo com o Convênio Nº 003/2018, e com embasamento na Lei nº 1.136/1991, alterada pela Lei nº 2.154/2006, art. 8º:

RESOLVE:

Artigo 1º) Fica disposto a cessão da Servidora Pública Municipal Marcia Regina Grott Feller, matrícula nº 58, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Assistente Administrativo, nomeada através da Portaria 064/2002 de 04/02/2002, para o Serviço Autônomo Municipal de Águas e Esgoto - SAMAE, a contar de 26 de junho de 2018, com ônus para o cessionário.

Artigo 2º) A cessão será com efeitos de 26 de junho de 2018 até 31 de dezembro de 2020 e poderá ser extinta a qualquer tempo por conveniência ou necessidade pelo SAMAE, podendo ser prorrogado, mediante acordo entre as partes através de Termo Aditivo.

Artigo 3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 25 de junho de 2018.

Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Jucelino Marino Chini
Secretário Municipal de Administração e Finanças

RESULTADO FINAL E HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL N° 039/2018

Publicação N° 1663694

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NOVA TRENTO	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 39/2018 - PR
CNPJ: 08.858.200/0001-91 RUA NEREU RAMOS, 164 C.E.P.: 88270-000 - Nova Trento - SC	Processo Administrativo: 61/2018 Processo de Licitação: 61/2018 Data do Processo: 16/05/2018
	Folha: 1/1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 61/2018
b) Licitação Nr.: 39/2018-PR
c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
d) Data Homologação: 25/06/2018
e) Data da Adjudicação: Sequência: 0
f) Objeto da Licitação COMPRA DE BOLSAS PARA GESTANTES PARTICIPANTES DOS GRUPOS DE GESTANTES REALIZADOS PELOS PROFISSIONAIS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

g) Fornecedores e Itens Vencedores:

	Unid.	Qtidade	Descto (%)	Preço Unitário	Total do Item
--	-------	---------	------------	----------------	---------------

BOZZANO E BOZZANO LTDA - ME (10772)

1 BOLSA COM ALÇA - Marca: MERVER	Unid.	200,00	0,0000	119,90	23.980,00
				Total do Fornecedor:	23.980,00
				Total Geral:	23.980,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).



Nova Veneza

PREFEITURA

DECRETO N.º 246, DE 06 DE JUNHO DE 2018

Publicação Nº 1663774

DECRETO N.º 246, DE 06 DE JUNHO DE 2018.

“ABRE AO ORÇAMENTO FISCAL DO MUNICÍPIO DE NOVA VENEZA, EM FAVOR DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS, CRÉDITO SUPLEMENTAR NO VALOR DE R\$ 100.000,00, POR CONTA DE SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO DE 2017, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO, Prefeito Municipal de Nova Veneza, SC, no uso das atribuições que lhe confere o art. 53, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o art. 8º, inciso IV, da Lei Municipal n.º 2.593, de 27 de outubro de 2017,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto ao Orçamento Fiscal do Município de Nova Veneza (Lei Municipal n.º 2.593, de 27 de outubro de 2017), em favor da Secretaria Municipal de Administração e Finanças, crédito suplementar no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), por conta de superávit financeiro do exercício anterior, para atender a programação abaixo discriminada:

Órgão 02: GESTÃO DO CENTRO ADMINISTRATIVO

Unidade 01: Gestão do Centro Administrativo

Proj./Ativ.: 2.008 Manutenção dos Serviços Administrativos

Modalidade: 3.3.90.00.00.00.00 0750 (155) Aplicações Diretas
..... R\$ 100.000,00

TOTAL:
..... R\$ 100.000,00

Art. 2º - Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o caput do art. 1º decorrem do superávit financeiro do exercício anterior (2017), oriundos de recursos próprios.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Nova Veneza, SC, 06 de junho de 2018.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO

Prefeito Municipal

Publicado e registrado em 06 de junho de 2018.

OSNIR ÂNGELO GHELLERE

Secretário Municipal de Administração e Finanças

TOMADA DE PREÇOS N. 78/2018 - ABERTURA DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

Publicação Nº 1664246

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA

AVISO DE CONVOCAÇÃO DE SESSÃO DE ABERTURA DE PROPOSTAS E JULGAMENTO

TOMADA DE PREÇOS N.º 78/2018

O MUNICÍPIO DE NOVA VENEZA/SC, por intermédio da Comissão Permanente de Licitações, torna público, que estará realizando sessão pública junto a sala de licitações deste Paço Municipal, na data

de 02 de julho de 2018, às 9:00 horas, a abertura dos envelopes de propostas de preços das empresas habilitadas, bem como a devolução do envelope da empresa inabilitada, correspondente a licitação na modalidade TOMADA DE PREÇOS de nº 78/2018.

Informamos que a presença do representante legal das empresas se faz fundamental para a continuidade dos fatos.

Demais esclarecimentos poderão ser obtidos no setor de licitações e contratos das 8:00 às 12:00 horas de segunda a sexta-feira pelo fone (0xx48) 3471-1759.

Nova Veneza (SC), 25 de junho de 2018.

Jadna Karueta Bratti

Presidente da Comissão Permanente de Licitações

Novo Horizonte

PREFEITURA

EXTRATO CONTRATUAL PM Nº 038/2018

Publicação Nº 1664344

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 038/2018
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE
Contratada...: HYUNDAI HEAVY INDUSTRIES BRASIL BRASILINDUSTRIA E COMERCIO
Valor : 403.000,00 (quatrocentos e três mil reais)
Vigência : Início: 22/06/2018 Término: 22/07/2019
Recursos.....: 115-50.02-20.606.0015-2.029.4.4.90.00.00.00.00.00
Manutenção Programa Patrulha Mecanizada
117-50.02-20.606.0015-2.029.4.4.90.00.00.00.00.00.00.00 Manutenção Programa Patrulha Mecanizada
Objeto : AQUISIÇÃO DE 01 (UMA) ESCAVADEIRA HIDRÁULICA, SOBRE ESTEIRAS, NOVA, MOTOR DIESEL 4 CILINDROS, TURBO ALIMENTADO, COM POTÊNCIA NO VOLANTE BRUTO COM NO MÍNIMO 120HP À 2.200 RPM, ARREFECIDO A ÁGUA E INJEÇÃO DIRETA. PESO OPERACIONAL DE NO MÍNIMO DE 17.000 TONELADAS E NO MÁXIMO 18.200 TONELADAS E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES DO EDITAL E SEUS ANEXOS, com recursos advindo do Convênio nº 2018TR564 com a Agência de Desenvolvimento Regional de São Lourenço do Oeste/SC

Novo Horizonte/SC, em 25 de junho de 2018-Luiz Darci Zaffari – Prefeito Municipal, em exercício

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO AO PL PM Nº 032/2018

Publicação Nº 1664342

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 032/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº 06/2018
HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DIA: 22/06/2018
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE
OBJETO: AQUISIÇÃO DE 01 (UMA) ESCAVADEIRA HIDRÁULICA, SOBRE ESTEIRAS, NOVA, MOTOR DIESEL 4 CILINDROS, TURBO ALIMENTADO, COM POTÊNCIA NO VOLANTE BRUTO COM NO MÍNIMO 120HP À 2.200 RPM, ARREFECIDO A ÁGUA E INJEÇÃO DIRETA. PESO OPERACIONAL DE NO MÍNIMO DE 17.000 TONELADAS E NO MÁXIMO 18.200 TONELADAS E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES DO EDITAL E SEUS ANEXOS, com recursos advindo do Convênio nº 2018TR564 com a Agência de Desenvolvimento Regional de São Lourenço do Oeste/SC

CONTRANTE: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE
CONTRATANTE: HYUNDAI HEAVY INDUSTRIES BRASIL INDUSTRIA E COMÉRCIO VALOR DA DESPESA: 403.000,00 (quatrocentos e três mil reais).

DATA: 22.06.2018 – Luiz Darci Zaffari – Prefeito Municipal, em exercício

EXTRATO TERMO DE ACORDO Nº 002/2018

Publicação Nº 1663893

MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE
ESTADO DE SANTA CATARINA
EXTRATO DE TERMO DE ACORDO Nº 002/2018.
MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE
PROPRIETÁRIO: LAUDI POSSAGNOL

Objeto Pelo presente termo de acordo o Município fica autorizado, pelo Proprietário, a retirar cascalho de uma área de terras de 372.58 m², situado no limite com parte do lote rural Nº 117, registrado sob Matrícula nº 8.397, constante do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de São Lourenço do Oeste - SC, destinado à pavimentação das estradas municipais, conforme mapa e memorial descritivo em anexo.

Valor: R\$ 2.235.48 (dois mil duzentos e trinta e cinco reais e quarenta e oito centavos).

Vigência: 21/06/2018 até 21/06/2023

Fundamento: Lei Orgânica Municipal, especialmente o disposto no inciso XXVII do art. 55 e no inciso I do art. 168.

Novo Horizonte-SC em 21/06/2018, LUIZ DARCI ZAFFARI - Prefeito Municipal em Exercício

PORTARIA 055

Publicação Nº 1663559

	ESTADO DE SANTA CATARINA Município de Novo Horizonte
--	---

PORTARIA nº 055 de 25 de Junho de 2018
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO PARA RESPONDER INTERINAMENTE PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Novo Horizonte no uso de suas atribuições legais e amparado pelo artigo 55, da lei Orgânica Municipal, § único do Artigo 10 da Lei Complementar Nº 024/2013 e considerando a portaria 053/2018.

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear interinamente DEOCLÉCIO BASSANI, Matrícula Nº 760/01 para responder pela Secretaria Municipal de Agricultura, pelo período de férias do titular, de 02 de Julho de 2018 a 31 de Julho de 2018.

Art. 2º O servidor ora nomeado nada receberá pelos trabalhos por se tratar de relevante serviço público.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte - SC

Em 25 de Junho de 2018.

LUIZ DARCI ZAFFARI

Prefeito Municipal em Exercício

Registre-se e

Publique-se

Orleans

PREFEITURA

CONTRATO 13/2018

Publicação Nº 1664357

CONTRATO Nº 13/2018
CONTRATANTE: SAMAE DE ORLEANS
CONTRATADO : EVOLUSAT SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO MANUTENÇÃO E REPAROS
VALOR TOTAL DO CONTRATO:R\$ 7.956,00 (Sete mil novecentos e cinquenta e seis reais)
VIGENCIA: 16/04/2018 a 16/04/2019
Licitação: Dispensa de licitação p/ compras e serviços
OBJETO: SERVIÇO MENSAL DE ACESSO AO SISTEMA DE RASTREAMENTO VEICULAR DO SAMAE
Fabio Echeli Bett
DIRETOR DO SAMAE

calçadas
Fabio Echeli Bett
DIRETOR DO SAMAE

CONTRATO 14/2018 SAMAE

Publicação Nº 1664359

CONTRATO nº 14/2018
CONTRATANTE: SAMAE DE ORLEANS
CONTRATADO : ELETRONANDO PEÇAS E SERVIÇOS LTDA - ME
VALOR TOTAL DO CONTRATO:R\$ 10.500,00 (Dez mil e quinhentos reais)
VIGENCIA: 24/04/2018 a 24/04/2019
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 4/2018
OBJETO: Horas de Manutenção elétrica nas elevatórias de água e Esgoto
Fabio Echeli Bett
DIRETOR DO SAMAE

CONTRATO 15/2018 SAMAE

Publicação Nº 1664365

CONTRATO nº 15/2018
CONTRATANTE: SAMAE DE ORLEANS
CONTRATADO : ELETRONANDO PEÇAS E SERVIÇOS LTDA ME
VALOR TOTAL DO CONTRATO:R\$ 34.950,00 (trinta e quatro mil novecentos e cinquenta reais)
VIGENCIA: 24/04/2018 a 24/04/2019
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 5/2018
OBJETO: Horas de Manutenção e concerto de bombas e motores das elevatória de agua e esgoto.
Fabio Echeli Bett
DIRETOR DO SAMAE

CONTRATO 16/2018 SAMAE

Publicação Nº 1664384

CONTRATO nº 16/2018
CONTRATANTE: SAMAE DE ORLEANS
CONTRATADO : D7 EMPREENDIMENTOS E CONSTRUÇÕES LTDA EPP
VALOR TOTAL DO CONTRATO:R\$ 49.900,00 (Quarenta e nove mil novecentos reais)
VIGENCIA: 11/05/2018 a 11/05/2019
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2018
OBJETO: Serviço de calçamentos e lajotas e paralelepípedos e

CONTRATO 17/2018 SAMAE

Publicação Nº 1664389

CONTRATO nº 17/2018
CONTRATANTE: SAMAE DE ORLEANS
CONTRATADO : CONAGUIA CONSULTORIA E SANEAMENTO EIRELI
VALOR TOTAL DO CONTRATO:R\$ 61.200,00 Sessenta e um mil e duzentos reais)
VIGENCIA: 11/05/2018 a 11/05/2019
Licitação: TOMADA DE PREÇOS Nº 8/2018
OBJETO: Contratação de Empresa para prestação de serviço de consultoria Técnica em Engenharia
Fabio Echeli Bett
DIRETOR DO SAMAE

CONTRATO 18/2018 SAMAE

Publicação Nº 1664396

CONTRATO nº 18/2018
CONTRATANTE: SAMAE DE ORLEANS
CONTRATADO : BAGGIO SERVIÇO DE TERRAPLENAGEM EIRELI EPP
VALOR TOTAL DO CONTRATO:R\$ 51.900,00 (Cinquenta e um mil e novecentos reais)
VIGENCIA: 11/05/2018 a 31/12/2018
OBJETO: Contratação de Horas de Escavadeira e caminhão
Fabio Echeli Bett
DIRETOR DO SAMAE

CONTRATO ADT1-02/2018 - SAMAE

Publicação Nº 1664336

CONTRATO ADITIVO nº 1-2/2018 – Contrato Nº 2/2018
CONTRATANTE: SAMAE DE ORLEANS
CONTRATADO : BAGGIO SERVIÇO DE TERRAPLENAGEM EIRELI EPP
VALOR TOTAL DO CONTRATO:R\$ 6.365,25 (seis mil trezentos e cinquenta e seis reais e vinte e cinco centavos)
VIGENCIA: 10/04/2018 a 31/12/2018
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 25/2017
OBJETO: caminhão e escavadeira para execução de redes de água
Fabio Echeli Bett
DIRETOR DO SAMAE

CONTRATO ADT1-03/2018 - SAMAE

Publicação Nº 1664340

CONTRATO ADITIVO nº 1-3/2018 – Contrato Nº 3/2018
CONTRATANTE: SAMAE DE ORLEANS
CONTRATADO : BCL EMPREENDIMENTOS LTDA
VALOR TOTAL DO CONTRATO:R\$ 10.762,50 (Dez mil setecentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos)

VIGENCIA: 10/04/2018 a 31/12/2018
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 27/2017
OBJETO: Concreto Betuminoso usinado a quente
Fabio Echeli Bett
DIRETOR DO SAMAE

CONTRATO Nº 69/2018 PREFEITURA

Publicação Nº 1663746

Contrato Nº.: 69/2018
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS
Contratada...: VISUALGRAF IMPRESSAO DIGITAL EIRELI
Valor : 8.700,00 (oito mil e setecentos reais)
Vigência : Início: 25/06/2018 Término: 31/12/2018
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 52/2018
Recursos : Dotação: 2.030.3.3.90.00.00.00.00 (93)
Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA MONTAGEM ,
DESMONTAGEM E TRANSLADO DE TOTEM EM ACM COM ADESIVO
IMPRESSÃO DIGITAL FRENTE E VERSO, DESIGN GRÁFICO E DIS-
PLAY EM ACRÍLICO.
Orleans, 25 de Junho de 2018
JORGE LUIZ KOCH
PREFEITO MUNICIPAL

PROCESSO Nº 112/2018 PREFEITURA

Publicação Nº 1664502

PROCESSO Nº 112/2018
PREGÃO PRESENCIAL P/ COMPRAS E SERVIÇOS Nº 64/2018
Tipo: Menor Preço por Item
Objeto: AQUISIÇÃO DE LICENÇAS DOS SOFTWARES AUTODESKI
AUTOCAD LT E AUTODESKI REVIT LT.
Recebimento dos Envelopes e de Propostas: até o dia 09/07/2018
às 08h:30min.
Abertura das Propostas: dia 09/07/2018, às 09h00min.
Fundamento legal: Leis Federais 10.520/2002, 8.666/93 consolida-
da e Lei Complementar Federal Nº 123/2006. Mais informações no
Setor de Licitações junto a Prefeitura, sito a rua XV de novembro
282, centro, Orleans SC, CEP: 88870-000, Fone (48) 3886-0100,
site www.orleans.sc.gov.br e-mail licitacao@orleans.sc.gov.br
Orleans - SC, 25 de Junho de 2018.
Jorge Luiz Koch
Prefeito Municipal

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 10/2018 FMS

Publicação Nº 1664417

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ORLEANS

Página: 1/7
 Processo Nº.: 29/2018
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 13/2018

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 10/2018

No dia 25 do mês de Junho do ano de 2018, compareceram, de um lado a(o) FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ORLEANS, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 03.230.443/0001-67, com sede administrativa localizada na RUA MIGUEL COUTO - 800, bairro CENTRO, CEP nº. 88870-000, nesta cidade de Orleans/SC, representado pelo(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE, o Sr(a). LUANA DEBIASI MATTEI DE OLIVEIRA, inscrito no CPF sob o nº. 035.783.269-84, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 13/2018, Processo Licitatório nº. 29/2018, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) AQUISIÇÃO DE PNEUS PARA OS VEICULOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE ORLEANS. Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
999	COMERCIO DE PNEUS OENNING LTDA	1, 2, 4, 5, 6, 8, 9, 11
744	MODELO PNEUS LTDA	7
187	NEWCOMP EQUIPAMENTOS EIRELI	

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº: (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
COMERCIO DE PNEUS OENNING LTDA	03.725.261/0001-67	MARCELO JUNKES	064.846.869-04
MODELO PNEUS LTDA	94.510.682/0001-26		
NEWCOMP EQUIPAMENTOS EIRELI	05.072.367/0001-34	ODIRLEI DELA GIUSTINA	028.345.999-98

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:

AQUISIÇÃO DE PNEUS PARA OS VEICULOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE ORLEANS.

Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO POR ITEM, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 744 - MODELO PNEUS LTDA						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
7	PNEU 205X75 RAI0 15	un	PIRELLI	4,000	478,0000	1.912,00

Fornecedor: 999 - COMERCIO DE PNEUS OENNING LTDA						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	PNEU 215X75 RAI0 17,5 BORRACHUDO	un	LINGLONG	8,000	710,0000	5.680,00
2	PNEU 205X70 RAI0 15 BORRACHUDO	un	BRIDGESTON	16,000	429,0000	6.864,00
4	PNEU 175X65 RAI0 14	un	FORCEUM	40,000	199,0000	7.960,00
5	PNEU 205X75 RAI016 BORRACHUDO	un	WINDFORCE	28,000	450,0000	12.600,00
6	PNEU 255X70 RAI016	un	BRIDGESTON	12,000	539,0000	6.468,00
8	PNEU 175X70 RAI0 14	un	FORCEUM	4,000	220,0000	880,00
9	PNEU 165X70 RAI013	un	FIRESTONE	8,000	176,0000	1.408,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ORLEANSPágina: 2/7
Processo Nº.: 29/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 13/2018**Fornecedor: 999 - COMERCIO DE PNEUS OENNING LTDA**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
11	PNEU 225X75 RAI0 16	un	GOFORM	8,000	520,0000	4.160,00

2.2. Os preços registrados serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados:

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ORLEANS

Página: 3/7
Processo Nº.: 29/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 13/2018

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

- 4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;
- 4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.
- 4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.
- 4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.
- 4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.
- 4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

- 5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;
- 5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.
- 5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.
- 5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;
- 5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.
- 5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;
- 5.1.6. Emitir a autorização de compra;
- 5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;
- 5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:**
- 5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;
- 5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;
- 5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ORLEANS

Página: 4/7
Processo Nº.: 29/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 13/2018

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ORLEANS

Página: 5/7
Processo Nº.: 29/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 13/2018

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susgado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ORLEANS

Página: 6/7
Processo N°.: 29/2018
PREGÃO PRESENCIAL N°. 13/2018

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ORLEANS

Página: 7/7
Processo Nº.: 29/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 13/2018

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Orleans para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Orleans, 25 de Junho de 2018.

LUANA DEBIASI MATTEI DE OLIVEIRA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE

Empresas Participantes:

COMERCIO DE PNEUS OENNING LTDA

CNPJ: 03.725.261/0001-67 _____

MODELO PNEUS LTDA

CNPJ: 94.510.682/0001-26 _____

NEWCOMP EQUIPAMENTOS EIRELI

CNPJ: 05.072.367/0001-34 _____

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 33/2018 PREFEITURA

Publicação Nº 1664374

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

Página: 1/7
 Processo Nº.: 102/2018
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 56/2018

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 33/2018

No dia 25 do mês de Junho do ano de 2018, compareceram, de um lado a(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 82.926.544/0001-43, com sede administrativa localizada na RUA: XV DE NOVENBRO, 282, bairro CENTRO, CEP nº. 88870-000, nesta cidade de Orleans/SC, representado pelo(a) PREFEITO MUNICIPAL, o Sr(a), JORGE LUIZ KOCH, inscrito no CPF sob o nº. 342.332.539-91, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 56/2018, Processo Licitatório nº. 102/2018, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MECANICA, FUNILARIA E PINTURA DOS VEICULOS DA PREFEITURA E FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ORLEANS COM O FORNECIMENTO DE PEÇAS PELO CONTRATADO, SEM EXCLUSIVIDADE. PROCESSO MULTIENTIDADE. Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
137	BAGGIO DISTRIBUIDORA DE AUTO PEÇAS LTDA.	1
11474	JOÃO BATISTA VIANA DA SILVA -MEI	2
11822	RP COMERCIO, REPRESENTACOES E SERVICOS DE VEICULOS	

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº: (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
BAGGIO DISTRIBUIDORA DE AUTO PEÇAS LTDA.	81.852.899/0001-72	EVANDSON BAGGIO	015.336.159-00
JOÃO BATISTA VIANA DA SILVA -MEI	22.673.528/0001-64	JOAO BATISTA VIANA DA SILVA	829.144.359-91
RP COMERCIO, REPRESENTACOES E SERVICOS DE VEICUI	15.287.984/0001-00	ROBERTO FABIO PAZETTO	710.079.549-49

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MECANICA, FUNILARIA E PINTURA DOS VEICULOS DA PREFEITURA E FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ORLEANS COM O FORNECIMENTO DE PEÇAS PELO CONTRATADO, SEM EXCLUSIVIDADE. PROCESSO MULTIENTIDADE.

Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de Menor preço por item, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 137 - BAGGIO DISTRIBUIDORA DE AUTO PEÇAS LTDA.						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA MECANICA DOS VEICULOS LEVES, COM FORNECIMENTO DE PEÇAS SEM EXCLUSIVIDADE COM PREVIA AUTORIZAÇÃO DO ÓRGÃO SOLICITANTE LOTE 01	hr	BAGGIO	13.000,000	42,9000	557.700,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANSPágina: 2/7
Processo Nº.: 102/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 56/2018**Fornecedor: 11474 - JOÃO BATISTA VIANA DA SILVA -MEI**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
2	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE FUNILARIA SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA NA PARTE DE FUNILARIA E PINTURA DAS MÁQUINAS,VEICULOS E CAMINHÕES DESCRITAS NO LOTE 01/ LOTE02/ LOTE 03, EM ANEXO A ESTE TERMO DE REFERÊNCIA. INCLUSO O FORNECIMENTO DE PEÇAS, SEM EXCLUSIVIDADE, COM PRÉVIA AUTORIZAÇÃO.	hr	VIANA	12.000,000	48,5000	582.000,00

2.2. Os preços registrados serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados:

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

Página: 3/7
Processo N°.: 102/2018
PREGÃO PRESENCIAL N°. 56/2018

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

- 4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;
- 4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.
- 4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.
- 4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.
- 4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.
- 4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

- 5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;
- 5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.
- 5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.
- 5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;
- 5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.
- 5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;
- 5.1.6. Emitir a autorização de compra;
- 5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;
- 5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:**
- 5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;
- 5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;
- 5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

Página: 4/7
Processo Nº.: 102/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 56/2018

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

Página: 5/7
Processo Nº.: 102/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 56/2018

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susgado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

Página: 6/7
Processo Nº.: 102/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 56/2018

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

Página: 7/7
Processo N°.: 102/2018
PREGÃO PRESENCIAL N°. 56/2018

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Orleans para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Orleans, 25 de Junho de 2018.

JORGE LUIZ KOCH
PREFEITO MUNICIPAL

Empresas Participantes:

BAGGIO DISTRIBUIDORA DE AUTO PEÇAS LTDA.	CNPJ: 81.852.899/0001-72	_____
JOÃO BATISTA VIANA DA SILVA -MEI	CNPJ: 22.673.528/0001-64	_____
RP COMERCIO, REPRESENTACOES E SERVICOS DE VEICULO	CNPJ: 15.287.984/0001-00	_____

Ouro

PREFEITURA

212/2018

Publicação Nº 1664156

PORTARIA Nº 212/2018, DE 04 DE JUNHO DE 2018

Exonera servidor face Aposentadoria, na forma que especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE OURO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o art. 53, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, em conformidade com o art. 31, V da Lei Municipal nº. 1007/92, de 20 de maio de 1992;

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar a servidora Dircema Salete Gálio, matrícula nº 329-7º, RG nº 2.821.352, CPF nº 017.994.089-90, do cargo de Professor II, Nível DOC-02, lotada na Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Desportos, tendo em vista sua aposentadoria que será de responsabilidade do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.

Art. 2º Indenizar a servidora Dircema Salete Gálio, por licença prêmio adquirida nos períodos de 09/02/2004 a 08/02/2009 e 09/02/2009 a 08/02/2014.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ouro-SC,
04 de junho de 2018.
Neri Luiz Miqueloto
Prefeito Municipal

Publique-se e registre-se em data supra.

Alex Sandro Silva
Secretário Municipal da Administração e Fazenda

Sirlei Therezinha Antunes de Almeida
Secretário Municipal da Educação, Cultura e Desportos

213/2018

Publicação Nº 1664160

PORTARIA Nº 213/2018, DE 04 DE JUNHO DE 2018

Exonera servidor face Aposentadoria, na forma que especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE OURO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o art. 53, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, em conformidade com o art. 31, V da Lei Municipal nº. 1007/92, de 20 de maio de 1992;

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar a servidora Dircema Salete Gálio, matrícula nº 329-7º, RG nº 2.821.352, CPF nº 017.994.089-90, do cargo de Professor II, Nível DOC-02, lotada na Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Desportos, tendo em vista sua aposentadoria que será de responsabilidade do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.

Art. 2º Indenizar a servidora Dircema Salete Gálio, por licença

prêmio adquirida nos períodos de 05/02/2007 a 04/02/2012 e 05/02/2012 a 04/02/2017.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ouro-SC,
04 de junho de 2018.
Neri Luiz Miqueloto
Prefeito Municipal

Publique-se e registre-se em data supra.

Alex Sandro Silva
Secretário Municipal da Administração e Fazenda

Sirlei Therezinha Antunes de Almeida
Secretário Municipal da Educação, Cultura e Desportos

214/2018

Publicação Nº 1664161

PORTARIA Nº 214/2018, DE 04 DE JUNHO DE 2018

Contrata Servidor em caráter temporário que especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE OURO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o art. 53, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei 1.616, de 16 de dezembro de 1999;

Considerando a necessidade de Professor para atuar em turma de 3º ano na Escola Municipal Felisberto Vilarino Dutra;

Considerando resultado do Processo Seletivo 01/2018;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar em caráter temporário Anderlise Fátima Rodrigues Siviero, matrícula nº 997-3, RG nº 4.373.265, CPF nº 007.089.679-81, para exercer o cargo de Professor I, Nível DOC-I, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, para atuar em turma de 3º, na Escola Municipal Felisberto Vilarino Dutra, no período matutino, durante o ano letivo de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação;

Gabinete do Prefeito Municipal de Ouro-SC,
04 de junho de 2018.
Neri Luiz Miqueloto
Prefeito Municipal

Publique-se e registre-se em data supra.

Alex Sandro Silva
Secretário Municipal da Administração e Fazenda

Sirlei Therezinha Antunes de Almeida
Secretário Municipal da Educação, Cultura e Desportos

215/2018

Publicação Nº 1664163

PORTARIA Nº 215/2018, DE 04 DE JUNHO DE 2018

Contrata Servidor em caráter temporário que especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE OURO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o art. 53, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei 1.616, de 16 de dezembro de 1999;

Considerando a necessidade de Professor para atuar com atividades de estimulação e recreação no CMEI Raio de Sol;

Considerando resultado do Processo Seletivo 01/2018;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar em caráter temporário Dulcinéia do Amaral, matrícula nº 1096-1, RG nº 5.095.547, CPF nº 062.536.599-28, para exercer o cargo de Professor I, Nível DOC-I, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, para atuar com atividades de estimulação e recreação no CMEI Raio de Sol, no período vespertino, durante o ano letivo de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação;

Gabinete do Prefeito Municipal de Ouro-SC,
04 de junho de 2018.
Neri Luiz Miqueloto
Prefeito Municipal

Publique-se e registre-se em data supra.

Alex Sandro Silva
Secretário Municipal da Administração e Fazenda

Sirlei Therezinha Antunes de Almeida
Secretário Municipal da Educação, Cultura e Desportos

216/2018

Publicação Nº 1664169

PORTARIA Nº 216/2018, DE 04 DE JUNHO DE 2018

Concede férias a servidor que especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE OURO, usando das atribuições de seu cargo e de acordo com o que estabelece o art. 53, VI e IX, da Lei Orgânica Municipal, combinado com o art. 68, da Lei nº 1.007, de 20 de maio de 1992;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias ao servidor Benjamin dos Santos, matrícula nº 165-0, ocupante do cargo de Operário Geral, nível SGM-02, lotado na Secretaria Municipal Urbanismo, Obras e Habitação, referente ao período de aquisição de 1º de fevereiro de 2016 a 31 de janeiro de 2017, período de gozo de 04 de junho a 03 de julho de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação;

Gabinete do Prefeito Municipal de Ouro-SC,
04 de junho de 2018.
Neri Luiz Miqueloto
Prefeito Municipal

Publique-se e registre-se em data supra.

Alex Sandro Silva
Secretário Municipal da Administração e Fazenda

217/2018

Publicação Nº 1664170

PORTARIA Nº 217/2018, DE 04 DE JUNHO DE 2018

Concede férias a servidor que especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE OURO, usando das atribuições de seu cargo e de acordo com o que estabelece o art. 53, VI e IX, da Lei Orgânica Municipal, combinado com o art. 68, da Lei nº 1.007, de 20 de maio de 1992;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias a servidora Maria Salete Bonamigo, matrícula nº 147-3, ocupante do cargo de Diretor de Assistência Social, PCM-09, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, referente ao período de aquisição de 09 de janeiro de 2017 a 08 de janeiro de 2018, período de gozo de 04 de junho a 03 de julho de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação;

Gabinete do Prefeito Municipal de Ouro-SC,
04 de junho de 2018.
Neri Luiz Miqueloto
Prefeito Municipal

Publique-se e registre-se em data supra.

Alex Sandro Silva
Secretário Municipal da Administração e Fazenda

218/2018

Publicação Nº 1664171

PORTARIA Nº 218/2018, DE 04 DE JUNHO DE 2018

Concede férias a servidor que especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE OURO, usando das atribuições de seu cargo e de acordo com o que estabelece o art. 53, VI e IX, da Lei Orgânica Municipal, combinado com o art. 68, da Lei nº 1.007, de 20 de maio de 1992;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias ao servidor Willian Mantovani, matrícula nº 984-8, ocupante do cargo de Operador de Máquinas SGM-05, lotado na Secretaria Municipal de Agricultura e meio Ambiente, referente ao período de aquisição de 03 de fevereiro de 2017 a 02 de fevereiro de 2018, período de gozo de 04 de junho a 03 de julho de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação;

Gabinete do Prefeito Municipal de Ouro-SC,
04 de junho de 2018.
Neri Luiz Miqueloto
Prefeito Municipal

Publique-se e registre-se em data supra.

Alex Sandro Silva
Secretário Municipal da Administração e Fazenda

219/2018

Publicação Nº 1664172

PORTARIA Nº 219/2018, DE 04 DE JUNHO DE 2018
Concede férias a servidor que especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE OURO, usando das atribuições de seu cargo e de acordo com o que estabelece o art. 53, VI e IX, da Lei Orgânica Municipal, combinado com os artigos 66 e 68, da Lei nº 1.007, de 20 de maio de 1992;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias ao servidor Hermes Felis Pissolo, matrícula nº 121-2, ocupante do cargo de Escriturário, nível ATM-07-D, lotado na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, referente ao período de aquisição de 03 de junho de 2014 a 02 de junho de 2015, com conversão de um terço em abono pecuniário, período de gozo de 14 de junho de 2018 a 03 de julho de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação;

Gabinete do Prefeito Municipal de Ouro-SC,
04 de junho de 2018.
Neri Luiz Miqueloto
Prefeito Municipal

Publique-se e registre-se em data supra.

Alex Sandro Silva
Secretário Municipal da Administração e Fazenda

220/2018

Publicação Nº 1664173

PORTARIA Nº 220/2018, DE 05 DE JUNHO DE 2018

Nomeia servidor aprovado em Concurso Público que Especifica

O PREFEITO MUNICIPAL DE OURO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o art. 53, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, combinado com o artigo 11, da Lei nº 1.007, de 20 de maio de 1992;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear em Estágio Probatório, a servidora Monik Karolyne Bezerra Vidal, matrícula nº 1097-3, RG nº 2000099192528, CPF nº 050.719.633-37, aprovada no Concurso Público 001/2015, para exercer o cargo de Psicólogo, Nível ATS-01, Grupo de Atividades Técnicas Médias, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ouro-SC,
05 de junho de 2018.
Neri Luiz Miqueloto
Prefeito Municipal

Publique-se e registre-se em data supra.

Alex Sandro Silva
Secretário Municipal da Administração e Fazenda

221/2018

Publicação Nº 1664174

PORTARIA Nº 221/2018, DE 06 DE JUNHO DE 2018

Demite servidor a pedido, na forma que especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE OURO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o art. 53, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei 1.616, de 16 de dezembro de 1999;

Considerando que a Professora Giselle Beatriz Bof Da Caz, matrícula nº 709-7, requereu demissão do seu cargo;

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar a pedido Giselle Beatriz Bof Da Caz, matrícula nº 709-7, RG nº 2.822.811 e CPF nº 020.135.589-29, contratada através da Portaria nº 153/2018, de 19 de abril de 2018, do cargo de Professor Nível I, DOC -01, lotada na Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Desportos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação;

Gabinete do Prefeito Municipal de Ouro-SC,
06 de junho de 2018.
Neri Luiz Miqueloto
Prefeito Municipal

Publique-se e registre-se em data supra.

Alex Sandro Silva
Secretário Municipal da Administração e Fazenda

Sirlei Therezinha Antunes de Almeida
Secretário Municipal da Educação, Cultura e Desportos

222/2018

Publicação Nº 1664175

PORTARIA Nº 222/2018, DE 05 DE JUNHO DE 2018

Contrata Servidor em caráter temporário que especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE OURO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o art. 53, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei 1.616, de 16 de dezembro de 1999;

Considerando a necessidade de pessoal para lavar e engraxar os veículos e máquinas da Prefeitura Municipal.

Considerando classificação final do Processo Seletivo 001/2018;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar em caráter temporário Ivo Dambros, matrícula nº 1099-7, RG nº 458.525 e CPF nº 196.456.359-34, para exercer o

cargo de Agente de Serviços Gerais, Nível SGM-01, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Transportes.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação;

Gabinete do Prefeito Municipal de Ouro-SC,
05 de junho de 2018.
Neri Luiz Miqueloto
Prefeito Municipal

Publique-se e registre-se em data supra.

Alex Sandro Silva
Secretário Municipal da Administração e Fazenda

223/2018

Publicação Nº 1664179

PORTARIA Nº 223/2018, DE 05 DE JUNHO DE 2018
Concede férias a servidor que especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE OURO, usando das atribuições de seu cargo e de acordo com o que estabelece o art. 53, VI e IX, da Lei Orgânica Municipal, combinado com os artigos 66 e 68, da Lei nº 1.007, de 20 de maio de 1992;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias a servidora Neiva Vieira Sarmento, matrícula nº 452-4, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo, Nível ATM-02, lotada na Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, referente ao período de aquisição de 07 de maio de 2017 a 06 de maio de 2018, com conversão de um terço em abono pecuniário, período de gozo de 14 de junho de 2018 a 03 de julho de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação;

Gabinete do Prefeito Municipal de Ouro-SC,
05 de junho de 2018.
Neri Luiz Miqueloto
Prefeito Municipal

Publique-se e registre-se em data supra.

Alex Sandro Silva
Secretário Municipal da Administração e Fazenda

224/2018

Publicação Nº 1664181

PORTARIA Nº 224/2018, DE 05 DE JUNHO DE 2018
Concede Adicional por Grau de Instrução que especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE OURO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o art. 53, incisos VI e IX, da Lei Orgânica Municipal, combinado com o art. 56-B, inciso III, da Lei nº 1.007, de 20 de maio de 1992;

Considerando que a Servidora Andreleia Sandra Baretta da Silva, apresentou Certificado de Conclusão do Ensino Médio emitido pela Escola de Educação Básica Prefeito Silvio Santos;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Adicional por Grau de Instrução, em nível de Ensino Médio, correspondendo à 6% (seis por cento), a Servidora Andreleia Sandra Baretta da Silva, matrícula nº 569-7, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, Nível SGM -01, do quadro de Pessoal da Administração Direta, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

Gabinete do Prefeito Municipal de Ouro-SC,
05 de junho de 2018.
Neri Luiz Miqueloto
Prefeito Municipal

Publique-se e registre-se em data supra.

Alex Sandro Silva
Secretário Municipal da Administração e Fazenda

225/2018

Publicação Nº 1664182

PORTARIA Nº 225/2018, DE 11 DE JUNHO DE 2018

Contrata Servidor em caráter temporário que especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE OURO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o art. 53, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei 1.616, de 16 de dezembro de 1999;

Considerando a necessidade de Professor para atuar em turma de 5º ano na Escola Municipal Felisberto Vilarino Dutra;

Considerando resultado do Processo Seletivo 01/2018;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar em caráter temporário Renata Alves dos Santos, matrícula nº 811-2, RG nº 5.098.896.398, CPF nº 023.697.000-33, para exercer o cargo de Professor I, Nível DOC-I, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, para atuar em turma de 5º ano, na Escola Municipal Felisberto Vilarino Dutra, no período vespertino, durante o ano letivo de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação;

Gabinete do Prefeito Municipal de Ouro-SC,
11 de junho de 2018.
Neri Luiz Miqueloto
Prefeito Municipal

Publique-se e registre-se em data supra.

Alex Sandro Silva
Secretário Municipal da Administração e Fazenda

Sirlei Therezinha Antunes de Almeida
Secretário Municipal da Educação, Cultura e Desportos

226/2018

Publicação Nº 1664184

PORTARIA Nº 226/2018, DE 11 DE JUNHO DE 2018

Contrata Servidor em caráter temporário que especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE OURO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o art. 53, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei 1.616, de 16 de dezembro de 1999;

Considerando a necessidade de Professor para atuar em turma de 1º ano na Escola Municipal Professor Guerino Riquetti;

Considerando resultado do Processo Seletivo 01/2018;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar em caráter temporário Daniela Zini Buzzacaro, matrícula nº 1098-5, RG nº 4.249.127, CPF nº 037841.239-61, para exercer o cargo de Professor I, Nível DOC-I, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, para atuar em turma de 1º ano, na Escola Municipal Professor Guerino Riquetti, no período vespertino, durante o ano letivo de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação;

Gabinete do Prefeito Municipal de Ouro-SC,
11 de junho de 2018.
Neri Luiz Miqueloto
Prefeito Municipal

Publique-se e registre-se em data supra.

Alex Sandro Silva
Secretário Municipal da Administração e Fazenda

Sirlei Therezinha Antunes de Almeida
Secretário Municipal da Educação, Cultura e Desportos

227/2018

Publicação Nº 1664185

PORTARIA Nº 227/2018, DE 11 DE JUNHO DE 2018

Designa Professor para responder temporariamente pela Direção da Escola Municipal Professor Guerino Riquetti.

O PREFEITO MUNICIPAL DE OURO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o art. 53, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, combinado com a Lei nº 1.007, de 20 de maio de 1992, Lei nº 1.180, de 16 de dezembro de 1993, e suas alterações, e Lei Complementar nº 23 de 29 de março de 2012.

Considerando que a Diretora da Escola Municipal Professor Guerino Riquetti, Eliziane de Souza Almeida, encontra-se em Licença Maternidade;

RESOLVE:

Art. 1º Designar Fabio Casagrande, matrícula nº 505-0, ocupante do cargo de Professor I, nível DOC-02, lotado na Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Desporto, para responder, conjuntamente

com as funções de Diretor do Centro Municipal de Educação Infantil Raio de Sol, pela Direção da Escola Municipal Professor Guerino Riquetti, enquanto a diretora titular Eliziane de Souza Almeida estiver em licença maternidade.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação;

Gabinete do Prefeito Municipal de Ouro-SC,
11 de junho de 2018.
Neri Luiz Miqueloto
Prefeito Municipal

Publique-se e registre-se em data supra.

Alex Sandro Silva
Secretário Municipal da Administração e Fazenda

Sirlei Therezinha Antunes de Almeida
Secretário Municipal da Educação, Cultura e Desportos

228/2018

Publicação Nº 1664188

PORTARIA Nº 228/2018, DE 14 DE JUNHO DE 2018

Convoca servidor para reassumir função que especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE OURO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o art. 53, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, combinado com o artigo 70 da Lei nº 1.007, de 20 de maio de 1992,

Considerando Portaria nº 219/2018, de 04 de junho de 2018, que concede férias ao Servidor Hermes Felis Pissolo, matrícula nº 121-2, com período de gozo de 14 de junho a 03 de julho de 2018;

Considerando que Servidor Hermes Felis Pissolo é responsável pelo Departamento de Pessoal da Prefeitura Municipal de Ouro e na sua ausência não há outro servidor que possa responder pelo Setor;

RESOLVE:

Art. 1º Convocar o servidor Hermes Felis Pissolo, matrícula nº 121-2, ocupante do cargo de Escriturário, nível ATM-07-D, nomeado pela portaria nº 094/95, lotado na Secretaria Municipal da Administração e Fazenda, em gozo de férias, para a partir desta data, a reassumir suas funções junto a Secretaria Municipal da Administração e Fazenda, ficando com o direito de gozo a ser usufruído em outra data a ser definida.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação;

Gabinete do Prefeito Municipal de Ouro-SC,
14 de junho de 2018.
Neri Luiz Miqueloto
Prefeito Municipal

Publique-se e registre-se em data supra.

Alex Sandro Silva
Secretário Municipal da Administração e Fazenda

229/2018

Publicação Nº 1664189

PORTARIA Nº 229/2018, DE 14 DE JUNHO DE 2018
Concede Licença-Prêmio a servidora que especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE OURO, usando das atribuições de seu cargo e de acordo com o que estabelece o artigo 53, VI e IX, da Lei Orgânica Municipal, combinado com o art. 83, parágrafo único da Lei nº 1.007, de 20 de maio de 1992,

Considerando que a Servidora Deize Cristine Panisson, matrícula nº 521-4, requereu Licença Prêmio;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença Prêmio a Servidora Deize Cristine Panisson, matrícula nº 521-4, ocupante do cargo de Técnico em Enfermagem, ATM-06, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 02 de julho de 2008 a 01 julho de 2013, período de gozo de 14 de junho a 12 de setembro de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ouro-SC,
14 de junho de 2018.
Neri Luiz Miqueloto
Prefeito Municipal

Publique-se e registre-se em data supra.

Alex Sandro Silva
Secretário Municipal da Administração e Fazenda

230/2018

Publicação Nº 1664192

PORTARIA Nº 230/2018, DE 20 DE JUNHO DE 2018

Contrata Servidor em caráter temporário que especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE OURO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o art. 53, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei 1.616, de 16 de dezembro de 1999;

Considerando a necessidade de Professor para atuar em turma de 4º ano na Escola Municipal Felisberto Vilarino Dutra;

Considerando resultado do Processo Seletivo 01/2018;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar em caráter temporário Luciana Cristina Toaldo Barretta, matrícula nº 1048-5, RG nº 2.634.755, CPF nº 894.689.459-87, para exercer o cargo de Professor I, Nível DOC-I, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, para atuar em turma de 4º ano, na Escola Municipal Felisberto Vilarino Dutra, no período vespertino, durante o ano letivo de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação;

Gabinete do Prefeito Municipal de Ouro-SC,
20 de junho de 2018.
Neri Luiz Miqueloto
Prefeito Municipal

Publique-se e registre-se em data supra.

Alex Sandro Silva
Secretário Municipal da Administração e Fazenda

Sirlei Therezinha Antunes de Almeida
Secretário Municipal da Educação, Cultura e Desportos

231/2018

Publicação Nº 1664194

PORTARIA Nº 231/2018, DE 20 DE JUNHO DE 2018
Concede férias a servidor que especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE OURO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o art. 53, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, combinado com o artigo 68 da Lei nº 1.007, de 20 de maio de 1992,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias ao servidor Marcelo Antonio Bortoli, matrícula nº 475-0, ocupante do cargo de Farmacêutico Bioquímico, nível ATS-03, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, nomeado pela portaria nº 268/2007 de 25 de junho de 2007, referente ao período de aquisição de 25 de junho de 2016 a 24 de junho de 2017, período de gozo de 25 de junho a 24 de julho de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação;

Gabinete do Prefeito Municipal de Ouro-SC,
20 de junho de 2018.
Neri Luiz Miqueloto
Prefeito Municipal

Publique-se e registre-se em data supra.

Alex Sandro Silva
Secretário Municipal da Administração e Fazenda

232/2018

Publicação Nº 1664195

PORTARIA Nº 232/2018, DE 26 DE JUNHO DE 2018

Contrata Servidor em caráter temporário que especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE OURO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o art. 53, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei 1.616, de 16 de dezembro de 1999;

Considerando o afastamento para tratamento de saúde da Auxiliar de Professor Patricia Tozzi Dezan da Silva e a necessidade de suas substituição;

Considerando classificação final do Processo Seletivo 001/2018;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar em caráter temporário Simone Regina Rizz Casagrande, matrícula nº 278-5, RG nº 3.511.560 CPF nº 034.225.099-09, para exercer o cargo de Auxiliar de Professor, Nível ATM-00, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com carga horária

de 30 (trinta) horas semanais, na Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Desportos, para atuar em turma de BI no Centro Municipal de Educação Infantil Raio de Sol, período matutino, em substituição de Patrícia Tozzi Dezan da Silva.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação;

Gabinete do Prefeito Municipal de Ouro-SC,
26 de junho de 2018.
Neri Luiz Miqueloto
Prefeito Municipal

Publique-se e registre-se em data supra.

Alex Sandro Silva
Secretário Municipal da Administração e Fazenda

Sirlei Therezinha Antunes de Almeida
Secretário Municipal da Educação, Cultura e Desportos

ADITIVOS 01 - 066/2018

Publicação Nº 1664528

TERMO ADITIVO N. 01/2018 AO CONTRATO N. 066/2018
Processo Licitatório n. 0052/2018
Pregão Presencial n. 0035/2018
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE OURO
CONTRATADO: RAFAEL FELIPE PERSIO - EPP
OBJETO: Prestação de serviços de chapeação e mecânica.
ALTERAÇÃO: acréscimo de valor.
VALOR DO ADITIVO: R\$ 2.200,00 (dois mil e duzentos reais).
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: fundamentados na Lei 8.666/93.
VIGÊNCIA: Da sua assinatura até 31.12.2018..
DATA DE ASSINATURA: 25/06/2018.

233/2018

Publicação Nº 1664196

PORTARIA Nº 233/2018, DE 25 DE JUNHO DE 2018
Convoca servidor para reassumir função que especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE OURO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o art. 53, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município;

Considerando Portaria nº 209/2018, de 28 de maio de 2018, que concede licença Prêmio ao Servidor Jaison Brandini, matrícula 757-3, ocupante do cargo de Tesoureiro, com período de gozo de 25 de junho a 23 de agosto de 2018;

Considerando que o Servidor Jaison Brandini, em gozo de férias, é tesoureiro da Prefeitura Municipal e na sua ausência não há outro servidor designado pra esta função;

RESOLVE:

Art. 1º Art. 1º Convocar o servidor Jaison Brandini, matrícula nº. 757-3, ocupante do cargo de Tesoureiro, Nível ATM-09, lotado na Secretaria Municipal da Administração e Fazenda, em licença prêmio, para reassumir suas funções junto a Secretaria Municipal da Administração e Fazenda, ficando com o direito de gozo a ser usufruído em outra data a ser definida.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação;

Gabinete do Prefeito Municipal de Ouro-SC,
25 de junho de 2018.
Neri Luiz Miqueloto
Prefeito Municipal

Publique-se e registre-se em data supra.

Alex Sandro Silva
Secretário Municipal da Administração e Fazenda

Palhoça

PREFEITURA

ATO Nº. 490/2018.

Publicação Nº 1664423

ATO Nº. 490/2018.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

EXONERAR VILMAR ARI MARTINS, do cargo de Provimento em Comissão de Assessor III, Nível DAS-VI do Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/05/2018.

Palhoça, SC, em 27 de abril de 2018.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

ROSANGELA CAMPOS

Secretária de Assistência Social

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

ATO Nº. 491/2018.

Publicação Nº 1664427

ATO Nº. 491/2018.

ADRIANO DA SILVA MATTOS, Secretário de Turismo, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO MARCELO PRIM, do cargo de Provimento em Comissão de Secretário Adjunto de Turismo Nível ADJ, do Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Turismo da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/05/2018.

Palhoça, SC, em 27 de abril de 2018.

ADRIANO DA SILVA MATTOS
Secretário Municipal de Turismo

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

ATO Nº. 492/2018.

Publicação Nº 1664428

ATO Nº. 492/2018.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

TRANSPOR ALEX SANDRO SCHWINDER, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Assessor Técnico Nível DAS-III, Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 235, de 22 de dezembro de 2016 e Lei Complementar nº. 252, de 30 de janeiro de 2018 e Decreto nº 2.342, de 02 de abril de 2018, com efeitos a contar de 02/04/2018.

Palhoça, SC, em 27 de abril de 2018.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

ATO Nº. 493/2018.

Publicação Nº 1664430

ATO Nº. 493/2018.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

NOMEAR GABRIELA OTERO MENEZES, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Assessor IV, Nível DAS-VII, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 235, de 22 de dezembro de 2016 e Lei Complementar nº. 252, de 30 de janeiro de 2018, com efeitos a contar de 02/05/2018.

Palhoça, SC, em 27 de abril de 2018.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

ROSANGELA CAMPOS

Secretária de Assistência Social

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

ATO Nº. 494/2018.

Publicação Nº 1664431

ATO Nº. 494/2018.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR LUIGI BETTIOL, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Assessor I, Nível DAS-IV, Quadro de Pessoal da Secretaria de Fazenda da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 235, de 22 de dezembro de 2016 e Lei Complementar nº. 252, de 30 de janeiro de 2018 e Lei Complementar nº. 252, de 30 de janeiro de 2018, a contar de 02/05/2018.

Palhoça, SC, em 27 de abril de 2018.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

ATO Nº. 495/2018.

Publicação Nº 1664433

ATO Nº. 495/2018.

ISNARDO LUIZ BRANT, Secretário da Fazenda, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO ELIZAMAR BARRETO, do cargo de Provimento em Comissão de Assessor II, Nível DAS V, do Quadro de Pessoal da Secretaria da Fazenda da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/05/2018.

Palhoça, SC, em 27 de abril de 2018.

ISNARDO LUIS BRANT
Secretário da Fazenda

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

ATO Nº. 496/2018.

Publicação Nº 1664434

ATO Nº. 496/2018.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR MARIA MADALENA CASTILHO DE SOUZA, para ocupar

o cargo de Provimento em Comissão de Conselheiro Tutelar, Nível AD-CT-5, do Quadro de Pessoal do Conselho Tutelar da Administração Direta desta Prefeitura, a contar de 01/05/2018.

Palhoça, SC, em 27 de abril de 2018.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

ATO Nº. 497/2018.

Publicação Nº 1664436

ATO Nº. 497/2018.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR NILSON JOÃO ESPINDOLA, do cargo de Provimento em Comissão de Secretário de Defesa do Cidadão, Nível SEC, Quadro de Pessoal da Secretaria de Defesa do Cidadão da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/05/2018.

Palhoça, SC, em 27 de abril de 2018.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

ATO Nº. 498/2018.

Publicação Nº 1664437

ATO Nº. 498/2018.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR RODRIGO ALVES QUINTINO, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Secretário de Defesa do Cidadão, Nível SEC, Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Defesa do Cidadão da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 235, de 22 de dezembro de 2016 e Lei Complementar nº. 252, de 30 de janeiro de 2018 e Decreto nº. 2.327, de 02 de março de 2018, com efeitos a contar de 02/05/2018.

Palhoça, SC, em 27 de abril de 2018.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

ATO Nº. 499/2018.

Publicação Nº 1664440

ATO Nº. 499/2018.

ISNARDO LUIZ BRANT, Secretário da Fazenda, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO LEANDRO MARTINS, do cargo de Provisão em Comissão de Assessor III, Nível DAS VI, do Quadro de Pessoal da Secretaria da Fazenda da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/05/2018.

Palhoça, SC, em 27 de abril de 2018.

ISNARDO LUIS BRANT
Secretário da Fazenda

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

ATO Nº. 500/2018.

Publicação Nº 1664456

ATO Nº. 500/2018.

ROSANGELA CAMPOS, Secretária da Assistência Social, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

RETIFICAR o Ato nº 108 de 08 de janeiro de 2018, que NOMEOU JUCELIA OLIVEIRA SCHNEIDER, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, referente ao nome que deveria ser JUCELIA OLIVEIRA SCHNEIDER, e não como consta no referido Ato.

Palhoça, SC, em 24 de abril de 2018.

ROSANGELA CAMPOS
Secretária da Assistência Social

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

ATO Nº. 501/2018.

Publicação Nº 1664459

ATO Nº. 501/2018.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR MARIA LUIZA MOREIRA, para ocupar o cargo de

Provisão em Comissão de Diretor de Receita, Nível DR, Quadro de Pessoal da Secretaria de Fazenda da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 235, de 22 de dezembro de 2016 e Lei Complementar nº. 252, de 30 de janeiro de 2018 e Lei Complementar nº. 252, de 30 de janeiro de 2018, a contar de 02/05/2018.

Palhoça, SC, em 27 de abril de 2018.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

ATO Nº. 502/2018.

Publicação Nº 1664461

ATO Nº. 502/2018.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR LEANDRO MARTINS, para ocupar o cargo de Provisão em Comissão de Assessor III Nível DAS-VI, Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Serviços Públicos da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 235, de 22 de dezembro de 2016 e Lei Complementar nº. 252, de 30 de janeiro de 2018, com efeitos a contar de 02/05/2018.

Palhoça, SC, em 27 de abril de 2018.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

EDSON GHIZONI
Secretária de Serviços Públicos

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

ATO Nº. 503/2018.

Publicação Nº 1664463

ATO Nº. 503/2018.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR PAULO ROBERTO DOS SANTOS, para ocupar o cargo de Provisão em Comissão de Assessor IV Nível DAS-VII, Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Serviços Públicos da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 235, de 22 de dezembro de 2016 e Lei Complementar nº. 252, de 30 de janeiro de 2018 e Decreto nº. 2.349, de 02 de maio de 2018, com efeitos a contar de 02/05/2018.

Palhoça, SC, em 27 de abril de 2018.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

EDSON GHIZONI
Secretária de Serviços Públicos

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

ATO Nº. 504/2018.

Publicação Nº 1664465

ATO Nº. 504/2018.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:
EXONERAR GERSON SEVERIANO DE CAMPOS, do cargo de Provisão em Comissão de Assessor III, Nível DAS-VI do Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/05/2018.

Palhoça, SC, em 27 de abril de 2018.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

ROSANGELA CAMPOS
Secretária de Assistência Social

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

ATO Nº. 505/2018.

Publicação Nº 1664470

PORTARIA Nº. 505/2018.

ROSANGELA CAMPOS, Secretária de Assistência Social, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:
RETIFICAR o Ato nº 648 de 28 de novembro de 2016, que NOMEIOU TAMIRIS DA SILVA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, referente ao período que deveria ser 10/01/2017 a 10/01/2021, e não como consta no referido Ato.

Palhoça, SC, em 27 de abril de 2018.

ROSANGELA CAMPOS
Secretária de Assistência Social

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

ATO Nº. 506/2018.

Publicação Nº 1664471

ATO Nº. 506/2018.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:
NOMEAR GERSON SEVERIANO DE CAMPOS, para ocupar o cargo de Provisão em Comissão de Assessor II, Nível DAS-V, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 235, de 22 de dezembro de 2016 e Lei Complementar nº. 252, de 30 de janeiro de 2018 e Decreto nº. 2.349, de 02 de maio de 2018, com efeitos a contar de 02/05/2018.

Palhoça, SC, em 27 de abril de 2018.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

ROSANGELA CAMPOS
Secretária de Assistência Social

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

ATO Nº. 507/2018.

Publicação Nº 1664472

ATO Nº. 507/2018.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:
NOMEAR ELIZAMAR BARRETO, para ocupar o cargo de Provisão em Comissão de Assessor II, DAS-V, Quadro de Pessoal da Procuradoria Geral do Município, da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 235, de 22 de dezembro de 2016 e Lei Complementar nº. 252, de 30 de janeiro de 2018 e Decreto nº. 2.354, de 15 de maio de 2018, com efeitos a contar de 02/05/2018.

Palhoça, SC, em 14 de maio de 2018.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

ATO Nº. 508/2018.

Publicação Nº 1664475

ATO Nº. 508/2018.

ADRIANO DA SILVA MATTOS, Secretário de Turismo, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79,

II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO LUCIMARA APARECIDA PRIM, do cargo de Provimento em Comissão de Diretor de Eventos Nível DR, do Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Turismo da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/05/2018.

Palhoça, SC, em 14 de maio de 2018.

ADRIANO DA SILVA MATTOS
Secretário Municipal de Turismo

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

ATO Nº. 509/2018.

Publicação Nº 1664477

ATO Nº. 509/2018.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR NILSON JOÃO ESPINDOLA, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Secretário Adjunto de Desenvolvimento Econômico, Nível ADJ, Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 235, de 22 de dezembro de 2016 e Decreto nº. 2.336, de 20 de março de 2018, com efeitos a contar de 02/05/2018.

Palhoça, SC, em 14 de maio de 2018.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

ATO Nº. 510/2018.

Publicação Nº 1664478

ATO Nº. 510/2018.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR LUCIMARA APARECIDA PRIM, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Secretário Adjunto de Turismo Nível ADJ, Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Turismo da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 235, de 22 de dezembro de 2016 e Decreto nº. 2.121, de 06 de fevereiro de 2017, com efeitos a contar de 02/05/2018.

Palhoça, SC, em 14 de maio de 2018.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS

Prefeito Municipal

ADRIANO DA SILVA MATTOS
Secretário Municipal de Turismo

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

ATO Nº. 511/2018.

Publicação Nº 1664481

ATO Nº. 511/2018.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR VANESSA NUNES SILVA, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Conselheiro Tutelar, Nível AD-CT-5, do Quadro de Pessoal do Conselho Tutelar da Administração Direta desta Prefeitura, a contar de 08/05/2018.

Palhoça, SC, em 14 de maio de 2018.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

ATO Nº. 512/2018.

Publicação Nº 1664480

PORTARIA Nº. 512/2018.

ISNARDO LUIS BRANT, Secretário da Fazenda, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

RETIFICAR o Ato nº 254 de 05 de fevereiro de 2018, que NOMEOU ROSIMARI MEES, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, referente ao nome que deveria ser ROSIMARI MEES, e não como consta no referido Ato.

Palhoça, SC, em 14 de maio de 2018.

ISNARDO LUIS BRANT
Secretário da Fazenda

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

ATO Nº. 513/2018.

Publicação Nº 1664482

ATO Nº. 513/2018.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

DESIGNAR KRISTY CARDOSO FABRE, para responder pelo cargo de Provimento em Comissão de Secretária Municipal de Infraestrutura e Saneamento, do Quadro de Pessoal da Administração direta, pelo período de 21/05/2018 à 31/05/2018, face o impedimento do titular Eduardo Freccia, que se encontra em férias.

Palhoça, SC, em 14 de maio de 2018.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

ATO Nº. 514/2018.

Publicação Nº 1664485

ATO Nº. 514/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO WILZA SORAYA KUERTEN LIMACO, do cargo de Provimento em Comissão de Diretor de Educação Fundamental, Nível DR, Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 04/06/2018.

Palhoça, SC, em 28 de maio de 2018.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

ATO Nº. 515/2018.

Publicação Nº 1664483

ATO Nº. 515/2018.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR MARIA MADALENA CASTILHO DE SOUZA, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Conselheiro Tutelar, Nível

AD-CT-5, do Quadro de Pessoal do Conselho Tutelar da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 149, de 26 de novembro de 2013, Decreto nº. 1.750, de 27 de novembro de 2014 e Decreto nº. 1.892, de 01 de setembro de 2015, a contar de 01/06/2018.

Palhoça, SC, em 28 de maio de 2018.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

ATO Nº. 515/2018.

Publicação Nº 1664487

ATO Nº. 515/2018.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR MARIA MADALENA CASTILHO DE SOUZA, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Conselheiro Tutelar, Nível AD-CT-5, do Quadro de Pessoal do Conselho Tutelar da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 149, de 26 de novembro de 2013, Decreto nº. 1.750, de 27 de novembro de 2014 e Decreto nº. 1.892, de 01 de setembro de 2015, a contar de 01/06/2018.

Palhoça, SC, em 28 de maio de 2018.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

ATO Nº. 516/2018.

Publicação Nº 1664490

ATO Nº. 516/2018.

RODRIGO ALVES QUINTINO, Secretário de Defesa do Cidadão, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO DEBORA CRISTINE E SILVA, do cargo de Provimento em Comissão de Assessor II, Nível DAS-V, Quadro de Pessoal da Secretaria de Defesa do Cidadão da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/06/2018.

Palhoça, SC, em 28 de maio de 2018.

RODRIGO ALVES QUINTINO
Secretário de Defesa do Cidadão

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

ATO Nº. 517/2018.

Publicação Nº 1664492

ATO Nº. 517/2018.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR DANIELA GUTUHA KRETZER, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Assessor IV, Nível DAS-VII, Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 235, de 22 de dezembro de 2016 e Lei Complementar nº. 252, de 30 de janeiro de 2018, com efeitos a contar de 06/06/2018.

Palhoça, SC, em 28 de maio de 2018.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

ATO Nº. 518/2018.

Publicação Nº 1664494

ATO Nº. 518/2018.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

EXONERAR ALEXANDRO ADRIANO, do cargo de Provimento em Comissão de Assessor I, Nível DAS-IV do Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 03/06/2018.

Palhoça, SC, em 28 de maio de 2018.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

ROSANGELA CAMPOS
Secretária de Assistência Social

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

ATO Nº. 519/2018.

Publicação Nº 1664496

ATO Nº. 519/2018.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

NOMEAR BRUNA SIQUEIRA ADRIANO, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Assessor I, Nível DAS-IV, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 235, de 22 de dezembro de 2016 e Lei Complementar nº. 252, de 30 de janeiro de 2018 e Decreto nº. 2.349, de 02 de maio de 2018, com efeitos a contar de 04/06/2018.

Palhoça, SC, em 28 de maio de 2018.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

ROSANGELA CAMPOS
Secretária de Assistência Social

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

ATO Nº. 520/2018.

Publicação Nº 1664498

ATO Nº. 520/2018.

EDSON GHIZONI, Secretário de Serviços Públicos, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO EDER CRISTIANO RODRIGUES, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Coordenador Regional do Aririú da Formiga e Adjacências Nível CR III, Quadro de Pessoal da Secretaria de Serviços Públicos da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 08/06/2018.

Palhoça, SC, em 04 de junho de 2018.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

EDSON GHIZONI
Secretário Municipal de Serviços Públicos

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

DECRETO Nº 2.370, DE 23 DE JUNHO DE 2018

Publicação Nº 1664421

DECRETO Nº 2.370, DE 23 DE JUNHO DE 2018.

LUTO OFICIAL. Decreta em razão do falecimento do ex-Prefeito Municipal Neri Brasiliano Martins.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,
No uso de suas atribuições legais,

Considerando o falecimento do ex-Prefeito Municipal Neri Brasiliano Martins no dia 23 de junho de 2018;

Considerando os relevantes serviços públicos prestados pelo ex

Chefe do Poder Executivo Municipal na década dos anos oitenta;

Considerando que desempenhou grande função na administração municipal, contribuindo para o crescimento e fortalecimento do Município de Palhoça, resolve

DECRETA R:

Art. 1º Fica decretado Luto Oficial em todo o território do Município, no período de 03 (três) dias, a contar de 23 de junho do corrente ano, em sinal de pesar pelo falecimento do ex-Prefeito Municipal Neri Brasileiro Martins.

Parágrafo único. Todos os órgãos da administração Direta e Indireta do Município manterão, durante este período, luto oficial.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 23 de junho de 2018.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS

Prefeito Municipal

PORTARIA 44

Publicação Nº 1664587

Estado de Santa Catarina

Prefeitura Municipal de Palhoça

AV. Hilza Terezinha Pagani, 280-Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC - Cep: 88132-271

Fone/Fax: (48) 3279-1745 - CNPJ: 82.892.316/0001-08 - Visite Nosso Site: www.palhoca.scv.gov.br

PORTARIA Nº 44/2018.

CRISTINA SCWINDEN SCHMIDT, Secretária Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no artigo 7º, inciso III da Lei Complementar nº. 149/2013 combinado com o artigo 227 da Lei Complementar nº. 096/2010.

Considerando o Memorando nº 33.301/2018 da Secretaria Municipal de Saúde.

RESOLVE

1.0 Determinar a instauração de Processo Administrativo Disciplinar, figurando como argüida à servidora pública G.T nos termos do art. 231, 233 e 235 da Lei Complementar nº 96, de 15 de dezembro de 2010, haja vista que a servidora supostamente, demonstra indisciplina, inassiduidade, ineficiência desidiosa no exercício de suas funções.

2.0 Constituir, com o fim de dar cumprimento à determinação feita no item precedente, Comissão Processante que será integrada pelos membros, que vão a seguir individuados:

- A) ROSI MARIA VARELLA - mat. 800786 - Presidente
- B) RENATA ANSELMO MAFRA COELHO - mat. 129290 - Secretária
- C) JOSIANI FARIAS PEREIRA - mat. 801457 - Membro

3.0 Fixar, por força do Diploma Legal, art. 237 da Lei Complementar nº 096/2010 para a conclusão dos trabalhos em 60 (sessenta) dias, contados da publicação da presente portaria, prorrogável em caso de força maior por mais 60 dias.

Palhoça - SC, em 22 de junho de 2018.

Cristina Schwinden Schmidt

Secretária Municipal de Administração

PREGÃO PRESENCIAL 069/2018 - ERRATA

Publicação Nº 1664062

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ERRATA 01

PREGÃO PRESENCIAL Nº 069/2018

O Município de Palhoça torna público que houve alteração no Edital e Anexos do Pregão Presencial nº 069/2018, que tem como objeto a aquisição de extintores de incêndio, recargas, teste hidrostática em mangueira de incêndio, placas de sinalização, mangueiras e luminárias para as Instituições de Ensino da Rede Municipal de Palhoça conforme exigência do Corpo de Bombeiros através do Sistema de Registro de Preços, de acordo com as especificações contidas nos anexos, ficando apazado para o dia 12 de julho de 2018 às 14:00h para abertura. Informamos que as alterações encontram-se à disposição na Sala da Comissão Permanente de Licitações, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado à Av. Hilza Terezinha Pagani, 280 - Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC, no horário das 13:00 às 18:00 horas ou no site palhoca.atende.net.

RESULTADO DO PG 043-2018 INSTRUMENTOS MUSICIAIS

Publicação Nº 1664578

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

RESULTADO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 043/2018

O Município de Palhoça torna público o resultado, pós a apresentação da amostra, do pregão presencial nº 043-2018, que tem como objeto a aquisição de instrumentos musicais e acessórios que serão utilizados pelos alunos do Programa de Educação Musical do Município, na Modalidade Registro de Preços, de acordo com as especificações contidas nos anexos.

EMPRESA CLASSIFICADA

ALECHSANDRO PEREIRA DOS SANTOS ficou classificado em primeiro lugar nos itens 02 e 03 com o valor de R\$26.500,00 (vinte e seis mil e quinhentos reais). O item 01 não foi adquirido.

Palhoça, 25 de Junho de 2018.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS

PREFEITO MUNICIPAL

RESULTADO FINAL PREGÃO Nº 063/2018

Publicação Nº 1663958

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

RESULTADO

PROCESSO LICITATÓRIO

PREGÃO PRESENCIAL nº 063/2018

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO torna público para fins de intimação e conhecimento dos interessados, o resultado do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 063/2018, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, que tem como objeto a aquisição de aparelhos de ar condicionado para atendimento do Centro Administrativo Municipal e demais Secretarias, Fundos, Fundações e Autarquias.

CLASSIFICAÇÃO DAS EMPRESAS:

E&AR EQUIPAMENTOS DE REFRIGERACAO EIRELI EPP ficou

classificada em 1º lugar no item 01, totalizando R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais);
RCM AR CONDICIONADO EIRELI ME ficou classificada em 1º lugar no item 02, totalizando R\$ 15.420,00 (quinze mil quatrocentos e vinte reais);
BEM10 COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI - ME ficou classificada em 1º lugar nos itens 03 e 04, totalizando R\$ 77.394,00 (sessenta e sete mil trezentos e noventa e quatro reais).
Palhoça, 16 de maio de 2018.

Palma Sola

PREFEITURA

TERMO ADITIVO Nº. 01 +- AO CONTRATO Nº. 046/2018- PANIFICADORA GUARDINI

Publicação Nº 1663855

PRIMEIRO (1º) TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 046/2018

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE Nº 046/2018, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PALMA SOLA- SC E A EMPRESA PANIFICADORA GUARDINI LTDA – ME

Pelo presente Termo, de um lado o Município de Palma Sola, inscrito no CNPJ sob o nº 83.028.639/0001-02, neste ato representado por seu Prefeito Sr. Cleomar José Mantelli, portador do CPF Nº. 760.741.889-04 e de outro lado a empresa Panificadora Guardini Ltda – ME, estabelecida na Av. Catharina Seger, 1200, na cidade de Palma Sola – SC, inscrita no CNPJ sob o nº. 73.931.826/0001-48, neste ato representado por sua sócia Sra. Ilda Piccoli Guardini, brasileira, portadora do CPF nº. 833.467.249-72, resolvem entre si e na melhor forma de direito, aditar o contrato de nº 046/2018, para fazer constar as seguintes alterações:

As partes supracitadas, com fundamento na além da alínea “d” do inciso II, do artigo 65, da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, consolidadas, com base ainda, nas notas fiscais do Contratado, cujas cópias passam a integrar este instrumento para todos os fins e efeitos, resolvem aditar o Contrato identificado acima conforme neste consta.

Cláusula Primeira: Os preços constantes na Cláusula Sexta do Contrato nº. 046/2018, item de nº. 125 do Termo de Homologação do Processo de Licitação nº 012/2018, na modalidade Pregão Presencial de nº. 08/2018 passa ser o seguinte e a partir de 25/06/2018:

- Item nº. 125 – Queijo Fatiado – Aurora - R\$: 29,96 (vinte e nove reais e noventa e seis centavos), por kg.

E por estarem justos e contratados, as partes firmam este, em duas vias de igual teor e forma, cabendo uma para cada parte, para que produza os legais e desejados efeitos.

Palma Sola, em 25 de junho de 2018.

Cleomar Mantelli
Prefeito Municipal
Contratante

Panificadora Guardini Ltda – ME
CNPJ: 73.931.826/0001-48.
Ilda Piccoli Guardini
CPF: 833.467.249-72
Contratada

TESTEMUNHAS:

NOME: Fernanda Sganderla
CPF: 034.191.239-57

NOME: Elaine Staudt
CPF: 053.954.509-04

TERMO ADITIVO Nº. 01 - AO CONTRATO Nº. 063/2018 - PANIFICADORA GUARDINI

Publicação Nº 1663856

PRIMEIRO (1º) TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 063/2018

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE Nº 063/2018, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PALMA SOLA- SC E A EMPRESA PANIFICADORA GUARDINI LTDA – ME

Pelo presente Termo, de um lado o Município de Palma Sola, inscrito no CNPJ sob o nº 83.028.639/0001-02, neste ato representado por seu Prefeito Sr. Cleomar José Mantelli, portador do CPF Nº. 760.741.889-04 e de outro lado a empresa Panificadora Guardini Ltda – ME, estabelecida na Av. Catharina Seger, 1200, na cidade de Palma Sola – SC, inscrita no CNPJ sob o nº. 73.931.826/0001-48, neste ato representado por sua sócia Sra. Ilda Piccoli Guardini, brasileira, portadora do CPF nº. 833.467.249-72, resolvem entre si e na melhor forma de direito, aditar o contrato de nº 063/2018, para fazer constar as seguintes alterações:

As partes supracitadas, com fundamento na além da alínea “d” do inciso II, do artigo 65, da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, consolidadas, com base ainda, nas notas fiscais do Contratado, cujas cópias passam a integrar este instrumento para todos os fins e efeitos, resolvem aditar o Contrato identificado acima conforme neste consta.

Cláusula Primeira: Os preços constantes na Cláusula Sexta do Contrato nº. 063/2018, item de nº. 193 do Termo de Homologação do Processo de Licitação nº 013/2018, na modalidade Pregão Presencial de nº. 09/2018 passa ser o seguinte e a partir de 25/06/2018:

- Item nº. 193 – Queijo Fatiado – Aurora - R\$: 29,96 (vinte e nove reais e noventa e seis centavos), por kg.

E por estarem justos e contratados, as partes firmam este, em duas vias de igual teor e forma, cabendo uma para cada parte, para que produza os legais e desejados efeitos.

Palma Sola, em 25 de junho de 2018.

Cleomar Mantelli
Prefeito Municipal
Contratante

Panificadora Guardini Ltda – ME
CNPJ: 73.931.826/0001-48.
Ilda Piccoli Guardini
CPF: 833.467.249-72
Contratada

TESTEMUNHAS:

NOME: Fernanda Sganderla
CPF: 034.191.239-57

NOME: Elaine Staudt
CPF: 053.954.509-04

Papanduva

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO 041/2018 DE MARCO

Publicação Nº 1663636

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAPANDUVA
EXTRATO DE CONTRATO Nº 041/2018

Objeto: A presente licitação tem por objetivo a aquisição de veículos novos zero km a fim de renovar a frota de veículos utilizados nas atividades pertinentes do fundo municipal da saúde, através do recurso de emenda parlamentar nº 25700002. Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PAPANDUVA. Contratada: DE MARCO LTDA. Valor de R\$ 147.600,00 (cento e quarenta e sete mil e seiscentos reais). . Base Legal 8666/92. Papanduva, 04 de Junho de 2018. – CÁTIA TACIANA THORSTENBERG – GESTORA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

EXTRATO DE REVOGAÇÃO DA TP 001/2018

Publicação Nº 1663568

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAPANDUVA
REVOGAÇÃO EDITAL DE TOMADA DE PREÇO Nº. 001/2018.

O Município de Papanduva, por orientação da assessoria jurídica, amparado pela conveniência e o interesse da Administração Pública e de acordo com Caput do Art. 49 da Lei 8.666/93, REVOGA A LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇO Nº 001/2018 destinada a: Contratação de empresa especializada, para prestar serviços de publicidade, porque a partir da análise de pedido de informações foram verificadas máculas no certame que inviabiliza a concorrência dos licitantes, seja por questões técnicas, seja em razão das omissões/dos equívocos constantes no edital. Revoga-se a licitação com vistas à instauração de novo Processo Licitatório.

Papanduva, 25 de junho de 2018.

João Jaime Iankoski

Prefeito Municipal.

(Em Exercício)

EXTRATO DE TERMO ADITIVO A ATA 066/2017 GÊNEROS ALIMENTÍCIOS

Publicação Nº 1663539

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAPANDUVA
EXTRATO DE ADITIVO

ESPÉCIE: Primeiro Termo Aditivo a ata nº 066/2017, vinculado ao Processo licitatório na modalidade Pregão presencial nº 066/2017. CONTRATANTE: Município de Papanduva. CONTRATADAS: PAPELARIA SÃO BENTO LTDA-EPP, IRMÃOS MARTINS DISTRIBUIÇÃO LTDA EPP, MERCADO ODACHOWOSKI LTDA-ME, AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA, FRUTAS E VERDURAS INDIANA LTDA – EPP, LOURDES DEORACKI JANCOSKI , acréscimo de 25% nos itens que cada empresa venceu . Base Legal: nº 8666/93. Papanduva, 17 de Maio de 2018. Luiz Henrique Saliba-Prefeito Municipal.

Paraíso

PREFEITURA

CT 51-2018

Publicação Nº 1664209

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE PARAISO - SC
EXTRATO CONTRATO Nº 51/2018
TOMADA DE PREÇOS Nº 02/2018
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 46/2018

O MUNICIPIO DE PARAISO torna publico a seguinte contratação:

DO OBJETO CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE PAVIMENTAÇÃO DE PEDRAS IRREGULARES NA LINHA GRÁPIA, COM APROXIMADAMENTE 4.000M², INTERIOR DE PARAÍSO/SC, DE ACORDO COM A PROPOSTA DE TRANSFERÊNCIA Nº 0000021060.

DO VALOR TOTAL: R\$ 192.500,00 (Cento e noventa e dois mil e quinhentos reais).

DA CONTRATANTE: Município de Paraíso.

DO CONTRATADO: VANDERLEI PERIN - ME

DA VIGÊNCIA: O prazo de vigência do Contrato decorrente deste procedimento licitatório será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura.

DO FUNDAMENTO: Art. 24 e art. 26 da Lei 8.666/93

DO FORO: Foro da Comarca de São Miguel do Oeste/SC

Paraíso/SC, 25 de Junho de 2018.

VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE

Prefeito Municipal de Paraíso

Passo de Torres

PREFEITURA

DECRETO 58/2018

Publicação Nº 1664573

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

DECRETO Nº. 058, DE 22 DE JUNHO DE 2018.

ESTABELECE HORÁRIO NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE PASSO DE TORRES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JONAS GOMES DE SOUZA, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de competência privativa que lhe confere o Artigo 53, Incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

Art. 1º - Fica estabelecido HORÁRIO DE QUARTA FEIRA dia 27/06/2018 a ser cumprido nas repartições Públicas do Município de Passo de Torres na .

Secretaria de Obras: 07:00 as 13:00;

Demais Secretarias: 07:00 às 13:00.

As Secretarias de Saúde e Educação o horário será estabelecido pelo Secretário das mesmas.

Art. 2º - O horário acima estabelecido é somente para o dia 27/06/2018.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º- Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres – (SC), 22 de junho de 2018.

JONAS GOMES DE SOUZA
PREFEITO MUNICIPAL

Publicado e Registrado nesta Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 22 de junho de 2018.

MÁRCIO LUIZ ABATTI
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

PORTARIA 148/2018

Publicação Nº 1664571

PORTARIA Nº 148, DE 18 DE JUNHO DE 2018.

“EXONERA SERVIDORA ACT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

Jonas Gomes de Souza, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de competência privativa que lhe confere o Artigo 53, Incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal, Combinado com a Lei 737/2011 e 513 de 25 de agosto de 2005;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar Talita da Rosa Goulart, servidora em caráter Temporário (ACT), nos termos das Leis n.ºs e 513/2005, e contrato de trabalho nº 135/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 15 de junho de 2018.

Jonas Gomes de Souza
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 15 de junho de 2018.

Marcio Luiz Abatti
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA 149/2018

Publicação Nº 1664572

PORTARIA Nº 149, DE 18 DE JUNHO DE 2018.

“EXONERA SERVIDORA ACT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

Jonas Gomes de Souza, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de competência privativa que lhe confere o Artigo 53, Incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal, Combinado com a Lei Complementar 039/2017 e 513 de 25 de agosto de 2005;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar Barbara Rodrigues Trevizani, servidora em caráter Temporário (ACT), nos termos das Leis n.ºs e 513/2005, e contrato de trabalho nº 125/2018.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 18 de junho de 2018.

Jonas Gomes de Souza
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 18 de junho de 2018.

Marcio Luiz Abatti
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Passos Maia

PREFEITURA

PROCESSO ADMINISTRATIVO 0053/2018

Publicação Nº 1663645

MUNICIPIO DE PASSOS MAIA

PROCESSO LICITATÓRIO N. 0053/2018

PREGÃO PRESENCIAL N. 0034/2018

O MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA, Estado de Santa Catarina, com sede à Avenida Padre João Botero, n. 485, Centro, torna público, nos termos da Lei Federal n. 8.666/93 e suas posteriores alterações, que se encontra aberto o Processo Licitatório n. 0053/2018, Modalidade de Pregão Presencial n. 0034/2018 – Objeto: O objeto do presente edital consiste na Contratação de instrutor/professor de dança para ministrar aulas de danças coreográfica, danças livres, salão, popular folclórica e escolar. para grupos do serviço de convivência e fortalecimentos de vínculos do CRAS do município de Passos Maia - SC. Os envelopes contendo a documentação e propostas serão recebidas até às 08:45 horas do dia 09 de julho de 2018, iniciando-se a Sessão Pública às 09:00 horas, do mesmo dia e local. Retirada do Edital junto ao Departamento Municipal de Compras e Licitações das 08:00hs às 17:00hs, e pelo site WWW.passosmaia.sc.gov.br. Maiores Informações pelo telefone (49) 3437-0010.

Passos Maia, 25 de junho de 2018.

LEOMAR ROBERTO LISTONI

Prefeito Municipal.

Paulo Lopes

PREFEITURA

DECRETO 34/2018

Publicação Nº 1663672

DECRETO Nº 34/2018.

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Fiscal vigente e dá outras providências.

NADIR CARLOS RODRIGUES, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, usando das atribuições a ele concedidas pela Lei 1.742 de 20 de dezembro de 2017, aprova o seguinte DECRETO,

Art. 1º - Fica suplementada a dotação abaixo, no limite de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), de acordo com as especificações seguintes:

1301 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE R\$ 80.000,00

10.301.0012.1.065 – Aquisição de Veículos R\$ 80.000,00

4.4.90.00.00.00.00.0233.002508 – Aplicações Diretas R\$ 80.000,00

Art. 2º - O disposto no artigo 1º deste Decreto será atendido pelo excesso de arrecadação da fonte 0233.002508 – Estruturação de Unidades - AES - no valor de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

NADIR CARLOS RODRIGUES

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios, em 26 de junho de 2018.

LUCÉLIA FIRMINO SILVANO DE SOUSA

Secretária Municipal de Administração

Penha

PREFEITURA

CONTRATO Nº082/2018 - PMP

Publicação Nº 1663953

TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE PENHA E A EMPRESA IP2LINK ENGENHARIA ELÉTRICA EIRELI-ME PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE CABEAMENTO ESTRUTURADO.

CONTRATO Nº 082/2018-PMP de 25/06/2018
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 058/2018-PMP
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 037/2018
HOMOLOGADO EM 25/06/2018

Pelo presente instrumento de Contrato Administrativo firmado entre o MUNICÍPIO DE PENHA-SC, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta cidade na Avenida Nereu Ramos, nº. 190, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 83.102.327/0001-00, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 006.862.859-56, portador do RG 4.494.022 (SSP/SC), residente e domiciliado à Rua Bernardina da Luz Tavares, nº. 200 - Centro, Penha/SC, infra-assinado, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE e, de outro lado, a empresa IP2LINK ENGENHARIA ELÉTRICA EIRELI-ME com sede em Palhoça/SC, na Avenida Atilio Pedro Pagani, n 115, Bairro Passa Vinte, Telefone: 48 3374-3752, Dados Bancários: Banco Santander, Ag. 1563, C/C:13000734-9, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 21.192.908/0001-14, neste ato representado pelo Sr. Bruno Strelow Junior, inscrito no CPF sob o nº 344.692.149-49, representante legal, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, têm entre si ajustado o presente termo mediante as cláusulas e condições abaixo especificadas

CLÁUSULA PRIMEIRA

1 - O presente Contrato tem por objeto a prestação de serviço de instalação de cabeamento estruturado (lógica e elétrica) para adequação da sede da Secretaria da Fazenda do Município, conforme solicitação nº 1736/2018, anexa ao Processo, nas especificações e quantidades constantes no Anexo I – Termo de Referência/Proposta de Preços, parte integrante do Processo.

ITEM	DESCRIPTIVO	TIPO DE UNIDADE	QTDE	VALOR UNIT.	VALOR GLOBAL
01	Contratação de empresa especializada para lançamento de 72 pontos horizontais, identificação de 72 pontos estruturados, certificação de 72 pontos estruturados, montagem de rack e ativação e ativação de dados e voz. A empresa deverá disponibilizar todo material necessário para a prestação do serviço, dentre estes, sendo: 3 (Pç) patch panel cat 5E soho plus furakawa, 72 (Pç) de keystone cat 5E soho plus furakawa; 25 (Pç) patch cord 1,5 mt azul cat 5e gigalan plus furakawa, 48 (Pç) patch cord 1,5 mt amarelo cat 5e gigalan furakawa; 50 (Pç) patch Cord 2,5 mt azul cat 5e gigalan furakawa; 06 (Pç) frente falsa 1U"; 06 (Pç) guia fechado 1U"; 02 (Pç) bandeja vasada 300mm; 100 (Pç) kit porca gaiola/parafuso m5 zincado; 400 abraçadeira G; 01 (Pç) voice panel 30 portas; 30 metros de cabo CI 50/30; 20 metro velcro azul slin; 02 (Pç) refil brady e 01 (Pç) refil brother.	SERV	1	R\$ 7.000,00	R\$ 7.000,00
TOTAL GERAL				R\$ 7.000,00	

CLÁUSULA SEGUNDA

2 - O valor total deste contrato para efeitos financeiros, fiscais e orçamentários é de R\$ 7.000,00 (sete mil reais)

2.1 - Os pagamentos serão realizados em até 30 (trinta) dias após apresentação de Nota Fiscal Eletrônica discriminada, devidamente aceita e certificado seu recebimento através de relatório emitido pelo responsável do recebimento, de acordo com as condições do edital e as constantes da proposta vencedora e demais exigências administrativas em vigor;

2.2 - Caso constatada alguma irregularidade nas notas fiscais, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

2.3 - Os pagamentos serão efetuados em rede de agência bancária, em conta corrente da Contratada (pessoa jurídica).

2.4 - A nota fiscal eletrônica deverá ser entregue acompanhada da certidão negativa Federal, Estadual, Municipal, FGTS e Trabalhista.

CLÁUSULA TERCEIRA

3 - Os preços poderão ser reajustados anualmente, no que couber, de acordo com o I.P.C. (Índice de Preços ao Consumidor) ou qualquer outro índice que vier a substituí-lo, observada a Legislação Federal que regulamenta o reajustamento dos contratos ou ainda quando comprovadas situações descritas no art. 65, II, "d", da Lei nº

3.1 - A variação de preço, quando ocorrente e necessária, deverá sempre ser indicada e justificada pela CONTRATADA, e procedida na forma do § 8º, do artigo 65, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

3.2 - O MUNICÍPIO responsabilizar-se-á pelo pagamento do fornecimento resultante de modificações sempre que devidamente autorizados pela Secretaria Municipal de Administração e Fazenda.

CLÁUSULA QUARTA

4 - As despesas decorrentes da execução do presente contrato, correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 08 – Secretaria da Fazenda

Unidade: 03 – Departamento de Tributação e Cadastro

Proj./Ativ.: 2.013 – Funcionamento e Manutenção do Departamento de Tributação e Cadastro

Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.0000 – Aplicações Diretas (44)

CLÁUSULA QUINTA

5 – A CONTRATADA é responsável pelos danos causados diretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do presente contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento por parte do CONTRATANTE.

CLÁUSULA SEXTA

6 - Todos e quaisquer encargos sociais, financeiros ou de qualquer natureza, bem como todas as despesas geradas direta ou indiretamente pelo objeto do presente, são de responsabilidade única e exclusiva da CONTRATADA, respondendo o CONTRATANTE apenas e tão somente pelo pagamento da quantia acordada na Cláusula Segunda, desde que concluído o serviço contratado.

CLÁUSULA SÉTIMA

7 - A CONTRATADA deverá fornecer os serviços compreendendo material, mão de obra, ferramentas e ou equipamentos necessários à instalação, com emissão de Certificação dos serviços executados conforme normas técnicas, de acordo com a necessidade do órgão requisitante, após recebimento de Autorização de Fornecimento emitida pelo Departamento de Compras, Licitações e Contratos, no prazo de até 30 (trinta) dias.

7.7 – O presente contrato terá vigência até 31/12/2018 a contar da data de sua assinatura, podendo o mesmo ser prorrogado nos termos do inciso II do artigo 57 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA OITAVA

8 – São obrigações da CONTRATADA:

- a) Executar o fornecimento dos serviços fornecendo mão de obra, material, ferramentas e ou equipamentos necessários à instalação, dentro dos padrões estabelecidos pelo MUNICÍPIO, de acordo com o especificado nesta Ata e no Anexo I – Termo de Referência anexo ao Processo, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição aqui estabelecida;
- b) Cumprir o prazo para execução dos serviços, não sendo aceitos aqueles que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob o pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado;
- c) Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo MUNICÍPIO, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência ao MUNICÍPIO, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do objeto;
- d) Disponibilizar a toda e qualquer fiscalização do MUNICÍPIO, no tocante ao fornecimento e qualidade dos materiais/produtos, assim como ao cumprimento das obrigações previstas neste contrato;
- e) Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;
- f) A falta de mão de obra, materiais, ferramentas e ou equipamentos, cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução do fornecimento, objeto deste contrato, e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas, salvo casos devidamente justificados.
- g) Comunicar imediatamente o MUNICÍPIO qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;
- h) Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;
- i) Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pelo MUNICÍPIO;
- j) Indenizar terceiros e/ou o MUNICÍPIO, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo o fornecedor adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;
- k) Substituir, reparar, corrigir, em qualquer tempo e sem qualquer ônus toda ou parte da remessa devolvida pela mesma, no prazo de 2 (dois) dias úteis, caso constatadas divergências nas especificações;
- l) Seguro de seus empregados contra riscos de acidentes de trabalho, bem como todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica e outras despesas que se façam necessárias à execução do objeto contratado, cuja inadimplência não transfere responsabilidade ao MUNICÍPIO.

CLÁUSULA NONA

9 - As partes expressam sua sujeição às cláusulas contratuais, a Lei nº 8.666/93 e posteriores alterações, bem como ao Código Civil Brasileiro e demais legislações subsidiariamente aplicáveis.

9.1 - A CONTRATADA deverá manter preposto, aceito pela CONTRATANTE, para representá-la na execução do presente contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA

10 - Caso a CONTRATADA venha a descumprir as condições aqui estabelecidas, ficará sujeita às seguintes penalidades:

- a) Advertência;
- b) Multa de 0,5% (cinco décimos por cento), calculados sobre o valor total do Contrato, por dia, caso exceda o prazo de início da execução dos serviços.
- c) Multa de 0,5 (cinco décimos por cento), calculados sobre o valor total do Contrato, por dia, caso exceda o prazo contratual.
- d) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a PREFEITURA, pelo prazo de 02 (dois) anos.

e) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a PREFEITURA, podendo abranger, além da empresa, seus diretores e responsáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

11 - O fornecimento contratado será acompanhado e fiscalizado por funcionário designado pela Secretaria da Fazenda, a quem caberá fiscalizar os materiais utilizados, com poder de veto.

11.1 - Se, por qualquer razão, a CONTRATADA não acatar qualquer laudo ou parecer da Secretaria responsável pela fiscalização, poderá promover ou realizar, as suas expensas, perícia técnica relativa a discordância.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

12 - A perícia a que se refere à cláusula anterior somente poderá ser levada a efeito por corpo técnico competente, composto, no mínimo, por 03 (três) elementos, um dos quais, obrigatoriamente indicado pelo CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

13 - Este contrato poderá ser alterado:

I - Unilateralmente pelo CONTRATANTE:

a) Quando houver modificação do projeto ou de suas especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos;

b) Quando necessária a modificação do valor contratual, em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto;

II - Por acordo das partes:

a) Quando conveniente à substituição da garantia de execução, se exigida;

b) Quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial;

c) Para restabelecer a relação, que as partes pactuaram inicialmente, entre os encargos da CONTRATADA e a retribuição do CONTRATANTE para a justa remuneração da obra e/ou serviço, objetivando a manutenção do inicial equilíbrio econômico e financeiro do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

14 - A CONTRATADA fica obrigada a aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nos serviços, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA

15 - Quaisquer tributos ou encargos legais, criados, alterados ou extintos após a assinatura do presente instrumento, de comprovada repercussão nos preços ora contratados, implicarão a revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA

16 - Havendo alteração unilateral do presente contrato que aumente os encargos da CONTRATADA, o CONTRATANTE deverá restabelecer por aditamento, o equilíbrio econômico-financeiro inicial.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA

17 - O presente contrato poderá ser rescindido quando da ocorrência de qualquer uma das hipóteses previstas nos artigos 77 a 79 da Lei n.º 8.666, de 21/06/1993, no que couber.

17.1 - Nos casos de rescisão, previstos nos incisos I a XI e XVIII do artigo 78, da Lei n. 8.666/1993, sujeita-se a empresa contratada ao pagamento de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato.

17.2 - Os casos omissos a este contrato, serão tratados de acordo ao disposto na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA

18 - As partes elegem o foro da Comarca de Balneário Piçarras/SC, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as controvérsias oriundas da execução do presente instrumento.

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento, para que possa produzir os seus legais e esperados efeitos.

Penha/SC, 25 de junho de 2018.

AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA
PREFEITO MUNICIPAL
Contratante

IP2LINK ENG. ELÉTRICA EIRELI-ME
Bruno Strelow Junior
Contratado

T E S T E M U N H A S

Nome: Nome:

C.P.F. nº C.P.F.

O presente Contrato encontra-se registrado e arquivado na Secretária Municipal de Administração, bem como publicado no Diário Oficial dos Municípios.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
Secretário de Administração

De acordo:

JANILTO DOMINGOS RAULINO
Procurador Jurídico - OAB/SC: 13723
Portaria nº 01/2017

PORTARIA Nº 1151/2018

Publicação Nº 1664491

PORTARIA N.º 1151/2018

O Prefeito Municipal de Penha e, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 64, VI, IX e XXXIV da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º Autorizar, a servidora abaixo nominada, para dirigir os veículos oficiais pertencentes a frota da Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo, do Município de Penha:

- TAINARA DO NASCIMENTO CANTINI RIBEIRO – Matrícula 10863
- CNH nº 05954455511 – Validade 11/09/2018;

Art. 2º A presente autorização não exime o servidor das responsabilidades inerentes à condução de veículos oficiais, nem o resguardo de eventuais ações regressivas em caso de dano ao patrimônio público ou alheio.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 25 de junho de 2018.
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos vinte e cinco dias do mês de junho do ano de dois mil e dezoito.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 1152/2018

Publicação Nº 1664495

PORTARIA N.º 1152/2018

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, III, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - PRORROGAR, a contratação temporária da Sra. JO-SIANE DE SOUZA CUNHA, com efeito a partir de 04/07/2018 a 17/12/2018, de acordo com o 1º Termo Aditivo nº 02/2018 ao Contrato nº 01/2017 FMAS.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 25 de junho de 2018.
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos vinte e um cinco do mês de junho do ano de dois mil e dezoito.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 1153/2018

Publicação Nº 1664497

PORTARIA N.º 1153/2018

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - Fica nomeada a Sra. PATRICIA DE PAULA SANTIAGO SHI-MABUKU, aprovada em Concurso Público, Edital Nº 01/2015, para ocupar o cargo de MÉDICA CLÍNICA GERAL, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, a contar de 26/06/2018.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 25 de junho de 2018.
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos vinte e um cinco do mês de junho do ano de dois mil e dezoito.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 1154/2018

Publicação Nº 1664499

PORTARIA N.º 1154/2018

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, III, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - PRORROGAR, a contratação temporária da Sra. MILENY ROMAIS, com efeito a partir de 06/07/2018 a 17/12/2018, de acordo com o 1º Termo Aditivo nº 551/2018 ao Contrato nº 521/2017 PMP.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 25 de junho de 2018.
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos vinte e um cinco do mês de junho do ano de dois mil e dezoito.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 1155/2018

Publicação Nº 1664501

PORTARIA N.º 1155/2018

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, III, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - PRORROGAR, a contratação temporária da Sra. LEONOR JULIA DA SILVA COELHO, com efeito a partir de 05/07/2018 a 17/12/2018, de acordo com o 1º Termo Aditivo nº 552/2018 ao Contrato nº 516/2017 PMP.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 25 de junho de 2018.
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos vinte e um cinco do mês de junho do ano de dois mil e dezoito.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 1156/2018

Publicação Nº 1664504

PORTARIA N.º 1156/2018

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, III, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - RESCINDIR, a pedido, o Contrato nº 513/2018 PMP, onde era contratado o Sr. JONATAS DA ROSA DUARTE, na função de Professor Não Habilitado de Educação Física, a contar de 25/06/2018.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando a Portaria nº 1022/2018.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 25 de junho de 2018.
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos vinte e cinco dias do mês de junho do ano de dois mil e dezoito.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 1157/2018

Publicação Nº 1664506

PORTARIA N.º 1157/2018

O Prefeito Municipal de Penha e, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, inciso II, "C" da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - PRORROGAR por mais 60 (sessenta) dias, o prazo para conclusão do Processo instaurado pela Portaria nº 928/2018 (para apuração de não conformidade do ônibus M.BENZ/MASC GRANMI-DI placa MFZ6276 e pagamento das infrações de trânsito) composta pelos os servidores MARIZETE DA COSTA, VALDINÉIA BORTOLATO GERMANO e JOSÉ ROBERTO DARUGNA JUNIOR

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 25 de junho de 2018.
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos vinte e cinco dias do mês de junho do ano de dois mil e dezoito.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 1158/2018

Publicação Nº 1664507

PORTARIA N.º 1158/2018

O Prefeito Municipal de Penha e, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, inciso II, "C" da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - PRORROGAR por mais 60 (sessenta) dias, o prazo para conclusão do Processo instaurado pela Portaria nº 929/2018 (para apuração de denúncia a Sra. ELIZABETH CRISTINE CORDEIRO) composta pelos os servidores MARIZETE DA COSTA, VALDINÉIA BORTOLATO GERMANO e DEISE IZONETE DE SOUZA.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 25 de junho de 2018.
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos vinte e cinco dias do mês de junho do ano de dois mil e dezoito.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 1159/2018

Publicação Nº 1664508

PORTARIA N.º 1159/2018

O Prefeito Municipal de Penha e, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, inciso II, "C" da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - PRORROGAR por mais 60 (sessenta) dias, o prazo para conclusão do Processo instaurado pela Portaria nº 955/2018 (para apuração de denúncia contra a Professora da Escola Básica Municipal "João Antônio Pinto") composta pelos os servidores MARIZETE DA COSTA, GERTRUDES ROGALSKY e DEISE IZONETE DE SOUZA.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 25 de junho de 2018.
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos vinte e cinco dias do mês de junho do ano de dois mil e dezoito.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

TERMO DE ANULAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 040 2017 - PMP

Publicação Nº 1664281

TERMO DE ANULAÇÃO

Termo de Anulação do Processo Licitatório nº55/2017 – Pregão Presencial nº 040/2017, em decorrência de atos de ilegalidade.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PENHA/SC, no uso das atribuições legais, em conformidade com a Lei nº 8.666/93 e Lei nº 10.520/2002, acatando decisão proferida no Processo n. @REP 17/00591549, Decisão n. 304/2018 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, resolve desconstituir o ato de cancelamento/revogação proferido no Processo Licitatório nº 55/2017 – Pregão Presencial nº 040/2017, fls. 397, para convertê-lo em ANULAÇÃO, em decorrência de ato administrativo eivado de vício, aplicando-se a Súmula nº 473 do Supremo Tribunal Federal.

Publique-se.
Penha/SC, 21 de junho de 2018.
Aquiles José Schneider da Costa
Prefeito Municipal.

Peritiba

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO 93/2018

Publicação Nº 1664518

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PERITIBA
EXTRATO DE CONTRATO

Dados do Processo Licitatório:

Processo Licitatório nº 124/2017, Tomada de Preços nº 04/2018

Objeto: Prorrogar o prazo de execução e a vigência do contrato original nº 32/2018 que tem por objeto Execução da obra em regime de empreitada global (material e mão de obra) para ampliação e edificação do Centro de Convivência dos Idosos com área de 230,87 m² em alvenaria, sito a Rua Miguel Balduino Boll, Bairro Progresso, Peritiba/SC, conforme memorial descritivo, orçamento, projeto básico e cronograma.

Dados do Contrato: CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 93/2018 2º ADITIVO AO CONTRATO 32/2018.

Contratado: ABREU & ABREU SERVIÇOS EIRELI ME

CNPJ nº 14.100.924/0001-74

Data de Vigência: 25/06/2018 à 31/12/2018.

Município de Peritiba – SC em 25 de Junho de 2018.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

LEI COMPLEMENTAR Nº 85/2018

Publicação Nº 1663519

LEI COMPLEMENTAR Nº 85 DE 08 DE JUNHO DE 2018

“FICA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL AUTORIZADO A ALTERAR O ANEXO II DA LEI Nº 1277 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2000”

NEUSA KLEIN MARASCHINI, Prefeita do Município de Peritiba, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte

LEI COMPLEMENTAR:

Art.1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal devidamente autorizado a alterar o ANEXO II – TABELA PARA COBRANÇA DE TAXA DE LICENÇA RELATIVA À LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ESTABELECIMENTOS, da Lei 1277 de 14 de dezembro de 2000, conforme tabela abaixo:

ANEXO II

TABELA PARA COBRANÇA DA TAXA DE LICENÇA RELATIVA À LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ESTABELECIMENTOS

	% Sobre o Valor de Referência (UFRM)	
	Ao Mês ou Ao Ano Fração	
1. - INDÚSTRIA		
0.1 - até 3 empregados	5,0	50,0
0.2 - de 04 a 06 empregados	8,0	80,0
0.3 - de 07 a 10 empregados	9,3	93,0
0.4 - de 11 a 30 empregados	13,5	135,0
0.5 - de 31 a 70 empregados	20,0	200,0
0.6 - acima de 70 empregados	30,0	300,0
2. - COMÉRCIO		
2.1 - Um empregado	1,5	30,0
2.2 - Por empregado, até 05	1,0	20,0
2.3 - Por empregado, de 06 acima	0,5	7,0
3. - Estabelecimento Bancários, de crédito, financiamento e investimento	10,0	100,0
4. - HOTÉIS, MOTÉIS, PENSÕES, SIMILARES		
4.1 - até 20 quartos	5,0	50,0
4.2 - Acima de 20 quartos	8,0	80,0
5. - Representantes comerciais autônomos, corretores, despachantes, agentes e prepostos em geral	5,0	50,0
6. - Profissionais autônomos (não incluídos em outro item desta tabela)	3,0	30,0
7. - Casas de Loterias	5,0	50,0

8. – OFICINAS DE CONCERTO EM GERAL	3,0	30,0
8.1 - Um empregado	2,0	20,0
8.2 - Por empregado excedente, até 05	1,5	15,0
8.3 - Por empregado excedente, acima de 06		
9. – POSTOS DE SERVIÇOS PARA VEÍCULOS	5,0	50,0
9.1 - Postos de abastecimento	3,0	30,0
9.2 - Postos de lavagem e lubrificação		
10. - Depósitos de inflamáveis, explosivos e similares	2,0	20,0
11. - Tinturas e lavanderias	3,0	30,0
12. - Salões de engraxate	2,0	20,0
13. - Estabelecimentos de banho, duchas, massagens, ginásticas, etc.	5,0	50,0
14. - Ensino de qualquer grau ou natureza, por sala de aula	1,0	10,0
15. - Ensino de qualquer grau ou natureza, por sala de aula	1,0	10,0
16. - Estabelecimentos hospitalares	1,0	10,0
16.1 - com até 25 leitos	2,0	20,0
16.2 - com mais de 25 leitos		
17. - Laboratórios de análises Clínicas	5,0	50,0
18. - Diversões Públicas	5,0	50,0
18.1 - Cinemas e teatros com até 150 lugares	7,0	70,0
18.2 - Cinemas e teatros com mais de 150 lugares	5,0	50,0
18.3 - Restaurantes dançantes, boates, etc.		
18.4 - Bilhares e quaisquer outros jogos de mesa	1,0	10,0
18.4.1 - Estabelecimentos com até 3 mesas	2,0	20,0
18.4.2 - Estabelecimentos com mais de 3 mesas	1,0	10,0
18.5 - Boliches, por número de pistas	5,0	30,0
18.6 - Exposições, feiras de amostras, quermesses	30,0	100,0
18.7 - Circos e parques de diversões	20,0	
18.8 - Quaisquer outros espetáculos e/ou diversões		
19. - Empreiteiras e incorporadas por empregado	2,0	
20. - Agropecuária	3,0	50,0
20.1 - até 100 empregados	4,0	100,0
20.2 - mais de 100 empregados		
21. - Demais atividades sujeitas à licença de localização	3,0	

Art. 2º. Fica revogado o anexo II da Lei 1277 de 14 de dezembro de 2000.

Art. 3º. A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Peritiba – SC., 08 de junho de 2018.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

PREFEITA MUNICIPAL

Publicado nesta secretaria na data supra.

TARCISIO REINALDO BERVIN

Secretário Municipal de Administração e Finanças

LEI COMPLEMENTAR Nº 86/2018

Publicação Nº 1663522

LEI COMPLEMENTAR Nº 86 DE 08 DE JUNHO DE 2018

“ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI Nº 1284 DE 14 DE MARÇO DE 2001 QUE DISPÕE SOBRE A TABELA MUNICIPAL DE ATOS DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA”

NEUSA KLEIN MARASCHINI, Prefeita do Município de Peritiba, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte

LEI COMPLEMENTAR:

Art.1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal devidamente autorizado a alterar e incluir itens e sua devida atividade na tabela de valores do alvará sanitário, ANEXO I, parte integrante desta Lei.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Peritiba – SC., 08 de junho de 2018.
NEUSA KLEIN MARASCHINI
Prefeita Municipal

Publicado nesta secretaria na data supra.

TARCISIO REINALDO BERVIAN
Secretário Municipal de Administração e Finanças

ANEXO I DA LEI COMPLEMENTAR Nº 86/2018

TABELA MUNICIPAL DE ATOS DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA

ALVARÁ SANITÁRIO ANUAL OU FRAÇÃO (POR ATIVIDADE DESENVOLVIDA)

LOCAL DE APURAÇÃO E/OU VENDA DE ALIMENTOS
MAIOR RISCO EPIDEMIOLÓGICO

ITEM	ATIVIDADE	% UFRM/MES	% UFRM/ANO
01	AÇOUGUE E EMBUTIDOS	2.91	35
02	CONFEITARIA	1.25	15
03	PADARIA/PANIFICADORA	2.50	30
04	LACTICÍNIOS	4.16	50
05	SORVETERIA	1.25	15
06	SUPERMERCADOS	3.33	40
07	HOTEL	3.33	40
08	FABRICAÇÃO DE MASSA FRESCA	1.66	20
09	COMÉRCIO EM GERAL	1.25	15
10	MOINHO COLONIAL	1.66	20
11	RESTAURANTE/BUFFET/CHURRASCARIA	2.50	30
12	EMBUTIDOS	2.08	25
13	FABRICAÇÃO DE DOCES E GELEIAS	1.66	20
14	CONGÊNERES	1.66	20
15	VEÍCULOS	0.83	10
16	FUNERÁRIAS	1.66	20

MENOR RISCO EPIDEMIOLÓGICO

01	BARES/LANCHONETES	1.25	15
02	DEPÓSITO DE BEBIDAS	1.25	15
03	DEPÓSITO DE FRUTAS/VERDURAS	1.25	15

COMÉRCIO DE PRODUTOS DE INTERESSE DA SAÚDE
MAIOR RISCO EPIDEMIOLÓGICO

01	AGROTÓXICOS	2.50	30
----	-------------	------	----

MENOR RISCO EPIDEMIOLÓGICO

01	FERTILIZANTES/CORRETIVOS	2.08	30
02	SEMENTES SELECIONADAS/MUDAS	2.08	25

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DA SAÚDE
MAIOR RISCO EPIDEMIOLÓGICO

01	FARMÁCIA/DROGARIA	4.16	40
02	LABORATÓRIO	3.33	40
03	CONSULTÓRIO ODONTOLÓGICO	2.50	40
04	CONSULTÓRIO MÉDICO	2.30	30

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INTERESSE DA SAÚDE
MENOR RISCO EPIDEMIOLÓGICO

01	ACADEMIA DE GINÁSTICA	1.25	15
02	BARBEARIA	0.66	8
03	SALÃO DE BELEZA/MANICURE/CABELEIREIRA	1.25	15
04	POSTO DE LAVAGEM	1.25	15
05	POSTO DE GASOLINA	1.66	20
06	ESTABELECIMENTO DE MASSAGEM	1.25	15

MUNICÍPIO DE PERITIBA-SC., 08 DE JUNHO DE 2018.
NEUSA KLEIN MARASCHINI
Prefeita Municipal

LEI Nº 2142/2018

Publicação Nº 1663516

LEI 2142 DE 08 DE JUNHO DE 2018

INSTITUI E FIXA TABELA DE DIÁRIAS DOS AGENTES POLÍTICOS PARA OS DESLOCAMENTOS E AFASTAMENTOS DO MUNICÍPIO A SERVIÇO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NEUSA KLEIN MARASCHINI, Prefeita do Município de Peritiba, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte

LEI

Art. 1º . Ao Prefeito, Vice-Prefeito e Secretário Municipais, que se deslocarem temporariamente em missão oficial a serviço do Município ou representando o Município, conceder-se-á, além de transporte, diária, de natureza não remuneratória e não tributária, a título de compensação das despesas de alimentação e pousada, conforme tabela que integra o Anexo I da presente Lei.

§ 1º. O caput no presente artigo não se confunde sob qualquer pretexto ou hipótese com adiantamento regulado pela Lei Federal 4.320/64.

§ 2º. Será concedida diária apenas quando o deslocamento se constituir em exigência do exercício do mandato, cargo ou função.

Art. 2º. As diárias são consideradas pelo período de 24 (vinte e quatro) horas, contadas da partida, considerando-se uma diária a fração superior de 12 (doze) horas, e meia diária, a fração superior de 6 (seis) horas.

§ 1º . Somente serão concedidas diárias quando for superior ou igual a 1 (uma) diária.

§ 2º. Não haverá pagamento de diária para os deslocamentos à cidades da microrregião da Associação dos Municípios do Alto Uruguai Catarinense – AMAUC, e aos Municípios que com ela confrontam.

§ 3º. Quando não couber a concessão de diária, elas serão convertidas em ressarcimento de despesas, efetivamente realizadas, com afastamento do Município.

Art. 3º. Os valores das diárias fixados através do Anexo I desta Lei, serão revistos anualmente, no mês de janeiro, pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC – IBGE ocorrido de janeiro à dezembro do ano imediatamente anterior.

Art. 4º. As despesas de locomoção não estão incluídas nos valores das diárias.

Art. 5º. A concessão de diárias será prévia e formalmente autorizada pelo chefe do poder executivo e pelo titular da secretaria da unidade/órgão administrativo.

Art. 6º. A autorização para deslocamento e a concessão de diária ocorrerão após a formalização do pedido, nos termos do Anexo II desta Lei, que conterá, no mínimo:

I - matrícula, nome, cargo, emprego ou função do servidor;

II - justificativa do deslocamento;

III - indicação do período do deslocamento e do destino.

§ 1º. A diária será paga antes do início da viagem, de uma só vez, salvo situações excepcionais, previstas na legislação própria do ente.

§ 2º. Os períodos de deslocamentos iniciados em sextas feiras e em dias não úteis serão expressamente justificados e autorizados pela autoridade competente.

§ 3º. O pagamento das diárias correspondentes aos deslocamentos que se estenderem por tempo superior ao previsto deve estar acompanhado da autorização da prorrogação concedida pela autoridade competente.

§ 4º. As despesas com pousada, alimentação e locomoção de agente que permanecer no local de destino após o término do período autorizado, serão por ele custeadas.

Art. 7º. A comprovação da viagem será feita mediante relatório para percepção de diárias, nos termos do Anexo III desta Lei.

§ 1º. O beneficiário da diária deve comprovar a efetiva realização da viagem, a estada no local de destino e o cumprimento dos objetivos,

mediante apresentação dos seguintes documentos comprobatórios:

I - do deslocamento:

- a) ordem de tráfego e autorização para uso de veículo, em caso de viagem com veículo oficial;
- b) bilhete de passagem, se o meio de transporte utilizado for o coletivo, exceto aéreo;
- c) comprovante de embarque, em se tratando de transporte aéreo;

II – da estada no local de destino, quaisquer dos documentos abaixo:

- a) nota fiscal de hospedagem;
- b) nota fiscal de alimentação;
- c) nota de abastecimento de veículo oficial;
- d) outros documentos idôneos capazes de comprovar a estada.

III – do cumprimento do objetivo da viagem:

- a) ofício de apresentação com o ciente da autoridade competente, quando se tratar de inspeção, auditoria ou similares;
- b) lista de frequência ou certificado, quando se tratar de participação em evento ou atividade de capacitação ou formação profissional;
- c) outros documentos capazes de comprovar o cumprimento do objetivo da viagem.

§ 2º. O beneficiário é obrigado a restituir integralmente ao concedente as diárias consideradas indevidas, sem prejuízo da competente apuração de responsabilidades

§ 3º. No caso de retorno antecipado ou se, por qualquer circunstância, não tiver sido realizada a viagem, o beneficiário restituirá o saldo ou a totalidade das diárias no prazo estabelecido pelo concedente.

§ 4º. O documentos fiscal ou comprovantes previstos nos incisos I, II e III e suas respectivas alíneas, obrigatoriamente, deverá constar em anexo, no mínimo, uma nota fiscal ou recibo, por diária, em nome do beneficiário, constando o CPF do mesmo.

Art. 8º. Para atendimento ao artigo anterior, ficam instituídos os seguintes formulários, identificados para pedido e comprovação da viagem, que passam a fazer parte integrante da presente Lei:

I - Pedido de Diária - Anexo II;

II - Relatório de Viagem - Anexo III.

III – Relatório de Verificação do Atendimento da presente Lei, pelo Setor de Controle Interno – Anexo IV

IV – Autorização de Uso de Veículo Oficial; Anexo V

V – Declaração de Cumprimento do Objetivo da Viagem; Anexo III

§ 1º O preenchimento do Anexo II, ocorrerá por ocasião do pedido das diárias, enquanto o Anexo III, por ocasião do retorno da viagem.

§ 2º Os anexos II e III serão vistos pelo chefe do Poder Executivo Municipal e pelo titular da Secretaria da unidade/órgão administrativo.

§ 3º O beneficiário de diária deverá apresentar o relatório de viagem, na forma do Anexo III desta Lei, num prazo máximo de 10 (dias).

§ 4º O relatório previsto no § 3º deste artigo deverá ser entregue junto ao Setor de Controle Interno que vistar em termo, e verificará o cumprimento da presente lei na forma do Anexo IV.

§ 5º O Setor de Controle Interno, verificado o não cumprimento da presente Lei, dará despacho ao Ordenador da Despesa para o encaminhamento das providências cabíveis na forma do Anexo IV.

§ 6º Para atendimento da alínea "a", inciso I, § 1º do artigo 7º da presente lei, a ordem de tráfego e autorização para uso de veículo será comprovado através do anexo V da presente Lei.

§ 7º Na inexistência dos documentos mencionados das alíneas "a" e "b", inciso III, § 1º do artigo 7º da presente Lei para o cumprimento do objetivo da viagem ou outro documentos previsto na alínea "c" do mesmo inciso, parágrafo e artigo a comprovação se fará através do Anexo VI da presente Lei.

Art. 9º Para os servidores não contemplados pela presente Lei, utilizar-se-á o sistema de adiantamento ou sub-adiantamentos, com ressarcimento das despesas efetivamente realizadas com o afastamento do município.

Art. 10. As despesas decorrentes da aplicação da presente Lei correrão por conta de dotações próprias do Orçamento Geral do Município vigente.

Art. 11. A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

MUNICÍPIO DE PERITIBA-SC., 08 de junho de 2018.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

Publicado nesta secretaria na data supra.

TARCISIO REINALDO BERVIAN

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Pinhalzinho

PREFEITURA

AVISO PREGÃO PRESENCIAL 029-2018 - PMP

Publicação N° 1664581

PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHALZINHO - SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE

PREGÃO PRESENCIAL N°. 029/2018 - PMP

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de Assessoria Pedagógica na Área de Educação Especial e Dificuldade de Aprendizagem, por 40 (quarenta) horas semanais.

Modalidade: Pregão Presencial

Tipo: Menor Preço Mensal

Recebimento das propostas: até as 08:30h do dia 06/07/2018.

Abertura: dia 06/07/2018, às 08:45h.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor e seus anexos estão à disposição dos interessados no sítio do Município www.pinhalzinho.sc.gov.br ou no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Pinhalzinho, situada à Av. São Paulo, nº 1615, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08:00 às 11:30 e 13:30 às 17:00.

Informações através do e-mail: compras02@pinhalzinho.sc.gov.br ou compras01@pinhalzinho.sc.gov.br.

Pinhalzinho, SC, 25 de Junho de 2018.

Fabício Fontana

Secretário Municipal de Educação e Cultura

Pinheiro Preto

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO CHAMADA PÚBLICA MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO 002/2018

Publicação Nº 1663476

MUNICIPIO DE PINHEIRO PRETO

AVISO DE LICITAÇÃO

CHAMADA PÚBLICA 002/2018

O MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, através de seu Prefeito, faz saber a todos, que realizará na data de 19/07/2018, licitação modalidade CHAMADA PÚBLICA n. 002/2018, visando a AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DIRETAMENTE DA AGRICULTURA FAMILIAR, DESTINADOS A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR. Os interessados deverão apresentar a documentação para habilitação e Projeto de Venda no período de 19/07/2018, até às 9:00 horas, na sede da Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto.

Maiores informações poderão ser obtidas na Sede Administrativa de Pinheiro Preto, sito na Av. Mal. Costa e Silva, n. 111, fone (49) 3562 2000.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO-SC, 25 DE JUNHO DE 2018.

Pedro Rabuske

Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO 090/2018

Publicação Nº 1663453

AVISO DE LICITAÇÃO

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 090/2018

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL

O MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, através de seu Prefeito, faz saber a todos, que realizará na data de 11/07/2018 Licitação Modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 090/2018, o objeto da presente licitação é a realização de impressão de livros referentes ao Projeto Poetas Rumo ao Novo Milênio, desenvolvido em parceria entre as Escolas do Município de Pinheiro Preto e a Secretaria Municipal de Educação.

DATA DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES CONTENDO DOCUMENTOS E PROPOSTAS DE PREÇOS: 11/07/2018, até às 08:00hs, com abertura dos envelopes contendo as propostas de preços nesta mesma data, às 08:15hs.

Maiores informações poderão ser obtidas na Sede Administrativa de Pinheiro Preto, sito na Av. Mal. Costa e Silva, n. 111, fone (49) 3562-2000, ou pelo site www.pinheiropreto.sc.gov.br.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO-SC, 25 DE MARÇO DE 2018.

PEDRO RABUSKE

Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO 009/2018

Publicação Nº 1663485

AVISO DE LICITAÇÃO

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 009/2018

MODALIDADE TOMADA DE PREÇO

O MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, através de seu Prefeito, faz saber a todos, que realizará na data de 13/07/2018, Licitação Modalidade TOMADA DE PREÇO nº 009/2018, visa a contratação de empresa para prestar serviços de engenharia, consistente na elaboração de Projeto e locação do Loteamento Industrial, de área medindo 63.860,50, localizado na Vila Bressan, matrícula imóvel nº 8.189, às margens da Rodovia Estadual.

DATA DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES CONTENDO DOCUMENTOS E PROPOSTAS DE PREÇOS: 13/07/2018, até às 08:00hs, com abertura dos envelopes contendo as propostas de preços nesta mesma data, às 08:15hs.

Maiores informações poderão ser obtidas na Sede Administrativa de Pinheiro Preto, sito na Av. Mal. Costa e Silva, n. 111, fone (49) 3562-2000, ou pelo site www.pinheiropreto.sc.gov.br.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO-SC, 25 DE JUNHO DE 2018.

PEDRO RABUSKE

Prefeito Municipal

CONTRATO ADMINISTRATIVO 204/2018

Publicação Nº 1664445

CONTRATO ADMINISTRATIVO 204/2018

Termo de Contrato de CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONTROLE DE POMBOS URBANOS celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, ESTADO DE SANTA CATARINA, e a empresa JESSICA COLDEBELLA, autorizado através do Processo n. 188/2018, Licitação n. 075DL2018, modalidade Dispensa por Justificativa.

CONTRATANTE:

Fundo Municipal de Assistência Social de Pinheiro Preto

CNPJ-MF nº 15.635.811/0001-36

Endereço: (sede): Avenida Marechal Arthur Costa e Silva, 111

Centro, Pinheiro Preto-SC.

Representada por: PEDRO RABUSKE

CONTRATADA:

Empresa: JESSICA COLDEBELLA

CNPJ-MF nº 26.299.853/0001-60

Endereço: LINHA GLORIA, s/n, RIO DAS ANTAS – SANTA CATARINA

CEP 89.560-000

Em conformidade com o processo de licitação na modalidade Dispensa por Justificativa nº 075DL2018, datado de 22/06/2018, na forma e condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DO PREÇO

1. O termo de contrato tem por objeto CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONTROLE DE POMBOS URBANOS COM REPELENTE NATURAL

Item	Material/Serviço	Quantidade	Valor unitário	Valor total
1	Controle de Pombos	1	R\$ 950,00	R\$ 950,00

TOTAL CONTRATADO: R\$ 950,00 (novecentos e cinquenta reais).

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PAGAMENTO

2.1. Os recursos para pagamento do objeto do termo de contrato estarão garantidos através das classificações orçamentárias:

2 – Município de Pinheiro Preto

2000 - PODER EXECUTIVO

2003 - SECRET. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

12 - Educação

361 – Ensino Fundamental

12 – Desenvolvimento Educacional

2.32 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL

36 – Despesa

3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas

100 - Recursos Ordinarios

2.2. O pagamento do preço será efetuado por meio de depósito na conta bancária da contratada, até o 5º (quinto) dia do recebimento definitivo, através de Ordem Bancária, mediante apresentação da nota fiscal, devidamente atestada pelo setor competente.

2.3. Para execução do pagamento de que trata a presente Cláusula, a CONTRATADA deverá fazer constar como beneficiário/cliente a ser indicado, da Nota Fiscal/Fatura correspondente, emitida sem rasuras, e ainda o número da Nota de Empenho, os números do Banco, da Agência e da conta-corrente da CONTRATADA e a descrição clara e sucinta do objeto.

2.4. Ao CONTRATANTE fica reservado o direito de não efetuar o pagamento se, no momento da aceitação, os serviços prestados, não estiverem em perfeitas condições e em conformidade com as especificações estipuladas.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REGIME DE EXECUÇÃO e VIGÊNCIA

3.1. A forma de execução do presente Contrato será indireta, sob o regime de empreitada por preço unitário, conforme disposto na Lei nº

8.666/93.

3.2 O contrato terá início na data da sua assinatura e término em com a entrega total dos produtos e efetuação dos serviços.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

4.1. Constituem obrigações do CONTRATANTE, sem prejuízo das disposições específicas estabelecidas no Edital:

4.1.1. Cumprir e fazer cumprir o disposto neste Contrato;

4.1.2. Relacionar-se com a CONTRATADA exclusivamente por meio de pessoa por ela indicada;

4.1.3. Assegurar o livre acesso dos empregados da CONTRATADA, quando devidamente identificados e uniformizados, aos locais em que devam executar suas tarefas;

4.1.4. Efetuar com pontualidade os pagamentos à CONTRATADA, após o cumprimento das formalidades legais;

4.1.5. Fornecer à CONTRATADA, todos os esclarecimentos necessários para execução dos serviços e demais informações que estes venham a solicitar para o desempenho dos serviços ora contratados.

4.2. O CONTRATANTE reserva para si o direito de aplicar sanções ou rescindir o contrato no caso de inobservância pela CONTRATADA de quaisquer das cláusulas e condições estabelecidas neste Contrato.

4.3. O CONTRATANTE efetuará a fiscalização e o acompanhamento da execução dos serviços por meio do Gestor/Fiscal do Contrato, devendo este fazer anotações e registros de todas as ocorrências e determinar o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados.

4.4. O CONTRATANTE não responderá por quaisquer ônus, direitos e obrigações vinculadas à legislação tributária, trabalhista, previdenciária ou securitária e decorrentes da execução do presente Contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberá, exclusivamente à Contratada.

4.5. O CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Contrato, bem como por quaisquer danos causados a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1 A CONTRATADA assume como exclusivamente seus os riscos e as despesas necessárias à boa e perfeita prestação do serviço, conforme solicitado. Responsabiliza-se, também, pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e ainda quaisquer prejuízos que sejam causados a Contratante ou a terceiros.

5.2 A CONTRATADA fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, os vícios, defeitos e incorreções resultantes da execução do objeto.

CLÁUSULA SEXTA – VINCULAÇÃO DO CONTRATO

6.1 O presente contrato fica vinculado à Licitação nº 075DL2018 – modalidade Dispensa por Justificativa, obrigando-se à CONTRATADA em manter a vigência do presente contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas por lei.

CLÁUSULA SÉTIMA – LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

O presente contrato rege-se pelas disposições contidas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, Lei nº 10.520/2002 e Decreto Municipal nº 2.785/07, e demais normas e Princípios de Direito Administrativo aplicáveis.

CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO DO CONTRATO

9.1 A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão.

9.2 Constituem motivos para rescisão do contrato as hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666/93.

9.3 A rescisão do contrato poderá ser:

9.3.1 Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666/93.

9.3.2 Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

9.3.3 Judicial, nos termos da legislação aplicável.

CLÁUSULA NONA – PENALIDADES

10.1. Pela inexecução total ou parcial do contrato, o CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

10.1.1. Advertência;

10.1.2. Multa de 10% (dez por cento) sobre valor total do contrato;

10.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo até 2 (dois) anos;

10.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação.

10.2. As sanções previstas nos itens 11.1.3 e 11.1.4 poderão, ainda, ser aplicadas caso a CONTRATADA:

10.2.1. Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

10.2.2. Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

CLÁUSULA DÉCIMA – DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1 A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessário na prestação de serviço, até o limite de 25 % (vinte e cinco por cento).

11.2. Fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, para dirimir eventual controvérsia oriunda do presente Contrato.

E, por assim acordarem, firmam este instrumento em quatro vias, de igual teor e forma, perante duas testemunhas abaixo assinadas.

Pinheiro Preto-SC, 22 de junho de 2018.

CONTRATANTE

Fundo Municipal de Assistência Social de Pinheiro Preto

PEDRO RABUSKE

CONTRATADA

JESSICA COLDEBELLA

REPRESENTANTE

TESTEMUNHAS:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

CONTRATO ADMINISTRATIVO 205/2018

Publicação Nº 1664441

CONTRATO ADMINISTRATIVO 205/2018

Termo de Contrato de LOCAÇÃO DE BRINQUEDOS INFLÁVEIS, PARA O EVENTOS, celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, ESTADO DE SANTA CATARINA, e a empresa MG BRINQUEDOS E DECORAÇÕES – MARCIA MORAES DOS SANTOS, autorizado através do Processo n. 189/2018, Licitação n. 076DL2018, modalidade Dispensa por Justificativa.

CONTRATANTE:

Fundo Municipal de Saúde de Pinheiro Preto

CNPJ-MF nº 10.642.703/0001-77

Endereço: (sede): Avenida Marechal Arthur Costa e Silva, 111

Centro, Pinheiro Preto-SC.

Representada por: PEDRO RABUSKE

CONTRATADA:

Empresa: MARCIA MORAES DOS SANTOS

CNPJ-MF nº 29.961.094/0001-47

Endereço: Rua Irmã Concília, 451, Bairro Panazzolo

Videira - Santa Catarina – CEP 89.560-000

Em conformidade com o processo de licitação na modalidade Dispensa por Justificativa nº 076DL2018, datado de 11/05/2018, na forma e condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DO PREÇO

1. O termo de contrato tem por objeto LOCAÇÃO DE BRINQUEDOS INFLÁVEIS, PARA EVENTOS NOS DIAS:

- 28/06/2018 – Nos períodos: vespertino e matutino
- 07/09/2018 – Meio período
- 11/10/2018 - Nos períodos: vespertino e matutino

Item	Material/Serviço	Quantidade	Valor unitário	Valor total
1	ALUGUEL DE CAMA ELÁSTICA, MEDINDO 4,27M	3	R\$ 140,00	R\$ 420,00
2	CAMA ELASTICA COM NO MINIMO 4M	3	R\$ 120,00	R\$ 360,00
3	LOCAÇÃO DE CAMA ELASTICA 3.66M	3	R\$ 110,00	R\$ 330,00
4	LOCAÇÃO DE PISCINA DE BOLINHA	3	R\$ 80	R\$ 240,00
5	ALUGUEL DE TOBOGÃ ESPECIAL, MEDINDO 4,50M	6	R\$ 180,00	R\$ 1.080,00
Valor total:				R\$ 2.430,00

TOTAL CONTRATADO: R\$ 2.430,00 (dois mil quatrocentos e trinta reais).

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PAGAMENTO

2.1. Os recursos para pagamento do objeto do termo de contrato estarão garantidos através das classificações orçamentárias:

2 – Município de Pinheiro Preto
2000 - PODER EXECUTIVO
2003 - SECRET. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
12 - Educação
361 – Ensino Fundamental
12 – Desenvolvimento Educacional
2.32 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL
36 – Despesa
3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas
100 - Recursos Ordinarios

2.2. O pagamento do preço será efetuado por meio de depósito na conta bancária da contratada, até o 5º (quinto) dia do recebimento definitivo, através de Ordem Bancária, mediante apresentação da nota fiscal, devidamente atestada pelo setor competente.

2.3. Para execução do pagamento de que trata a presente Cláusula, a CONTRATADA deverá fazer constar como beneficiário/cliente a ser indicado, da Nota Fiscal/Fatura correspondente, emitida sem rasuras, e ainda o número da Nota de Empenho, os números do Banco, da Agência e da conta-corrente da CONTRATADA e a descrição clara e sucinta do objeto.

2.4. Ao CONTRATANTE fica reservado o direito de não efetuar o pagamento se, no momento da aceitação, os serviços prestados, não estiverem em perfeitas condições e em conformidade com as especificações estipuladas.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REGIME DE EXECUÇÃO e VIGÊNCIA

3.1. A forma de execução do presente Contrato será indireta, sob o regime de empreitada por preço unitário, conforme disposto na Lei nº 8.666/93.

3.2 O contrato terá início na data da sua assinatura e término em com a entrega total dos produtos e efetuação dos serviços.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

4.1. Constituem obrigações do CONTRATANTE, sem prejuízo das disposições específicas estabelecidas no Edital:

- 4.1.1. Cumprir e fazer cumprir o disposto neste Contrato;
- 4.1.2. Relacionar-se com a CONTRATADA exclusivamente por meio de pessoa por ela indicada;
- 4.1.3. Assegurar o livre acesso dos empregados da CONTRATADA, quando devidamente identificados e uniformizados, aos locais em que devam executar suas tarefas;
- 4.1.4. Efetuar com pontualidade os pagamentos à CONTRATADA, após o cumprimento das formalidades legais;
- 4.1.5. Fornecer à CONTRATADA, todos os esclarecimentos necessários para execução dos serviços e demais informações que estes venham a solicitar para o desempenho dos serviços ora contratados.

4.2. O CONTRATANTE reserva para si o direito de aplicar sanções ou rescindir o contrato no caso de inobservância pela CONTRATADA de quaisquer das cláusulas e condições estabelecidas neste Contrato.

4.3. O CONTRATANTE efetuará a fiscalização e o acompanhamento da execução dos serviços por meio do Gestor/Fiscal do Contrato, devendo este fazer anotações e registros de todas as ocorrências e determinar o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados.

4.4. O CONTRATANTE não responderá por quaisquer ônus, direitos e obrigações vinculadas à legislação tributária, trabalhista, previdenciária ou securitária e decorrentes da execução do presente Contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberá, exclusivamente à Contratada.

4.5. O CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Contrato, bem como por quaisquer danos causados a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1 A CONTRATADA assume como exclusivamente seus os riscos e as despesas necessárias à boa e perfeita prestação do serviço, conforme solicitado. Responsabiliza-se, também, pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e ainda quaisquer prejuízos que sejam causados a Contratante ou a terceiros.

5.2 A CONTRATADA fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, os vícios, defeitos e incorreções resultantes da execução do objeto.

CLÁUSULA SEXTA – VINCULAÇÃO DO CONTRATO

6.1 O presente contrato fica vinculado à Licitação nº 076DL2018 – modalidade Dispensa por Justificativa, obrigando-se à CONTRATADA em manter a vigência do presente contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas por lei.

CLÁUSULA SÉTIMA – LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

O presente contrato rege-se pelas disposições contidas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, Lei nº 10.520/2002 e Decreto Municipal nº 2.785/07, e demais normas e Princípios de Direito Administrativo aplicáveis.

CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO DO CONTRATO

9.1 A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão.

9.2 Constituem motivos para rescisão do contrato as hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666/93.

9.3 A rescisão do contrato poderá ser:

9.3.1 Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666/93.

9.3.2 Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

9.3.3 Judicial, nos termos da legislação aplicável.

CLÁUSULA NONA – PENALIDADES

10.1. Pela inexecução total ou parcial do contrato, o CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

10.1.1. Advertência;

10.1.2. Multa de 10% (dez por cento) sobre valor total do contrato;

10.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo até 2 (dois) anos;

10.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação.

10.2. As sanções previstas nos itens 10.1.3 e 10.1.4 poderão, ainda, ser aplicadas caso a CONTRATADA:

10.2.1. Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

10.2.2. Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

CLÁUSULA DÉCIMA – DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1 A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessário na prestação de serviço, até o limite de 25 % (vinte e cinco por cento).

11.2. Fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, para dirimir eventual controvérsia oriunda do presente Contrato.

E, por assim acordarem, firmam este instrumento em quatro vias, de igual teor e forma, perante duas testemunhas abaixo assinadas.

Pinheiro Preto–SC, 25 de junho de 2018.
CONTRATANTE
Fundo Municipal de Saúde de Pinheiro Preto
PEDRO RABUSKE

CONTRATADA
MARCIA MORAES DOS SANTOS
REPRESENTANTE

TESTEMUNHAS:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

DECRETO 4816

Publicação Nº 1663600

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

DECRETO Nº 4.816, DE 30 DE ABRIL DE 2018.

FIXA ÍNDICE PARA ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA DE TRIBUTOS VENCIDOS, PARA PAGAMENTO NO MÊS DE MAIO/2018.

PEDRO RABUSKE, Prefeito Municipal, de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com o que dispõe o Art. 98, da Lei Municipal nº 422, CTM Código Tributário Municipal, de 05 de dezembro de 1986 e alterações da Lei Complementar Nº 132, de 05 de dezembro de 2006.

DECRETA

Art. 1º - Fica fixado em 0,57% (cinquenta e sete centésimos por cento), o índice para atualização monetária dos tributos municipais, vencidos até o mês de Abril/2018, para pagamento no mês de Maio/2018.

Parágrafo único – O índice acima, corresponde à variação, positiva, do IGPM Índice Geral de Preços de Mercado, da Fundação Getúlio Vargas, de Abril/2018.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de maio de 2018.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Centro Administrativo Municipal de Pinheiro Preto,
em 30 de abril de 2018.

PEDRO RABUSKE
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

FABIANA ORÇATTO
Secretária de Administração

Av. Mal. Costa e Silva, 111 - Fone/Fax: (49) 3562-2000 - E-mail: tributos@ppreto.com.br
89570-000 – PINHEIRO PRETO – SC.

DECRETO 4825

Publicação Nº 1663601

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

DECRETO Nº 4.825, DE 30 DE MAIO DE 2018.

FIXA ÍNDICE PARA ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA DE TRIBUTOS VENCIDOS, PARA PAGAMENTO NO MÊS DE JUNHO/2018.

PEDRO RABUSKE, Prefeito Municipal, de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com o que dispõe o Art. 98, da Lei Municipal nº 422, CTM Código Tributário Municipal, de 05 de dezembro de 1986 e alterações da Lei Complementar Nº 132, de 05 de dezembro de 2006.

DECRETA

Art. 1º - Fica fixado em 1,38% (um inteiro e trinta e oito centésimos por cento), o índice para atualização monetária dos tributos municipais, vencidos até o mês de Maio/2018, para pagamento no mês de Junho/2018.

Parágrafo único – O índice acima, corresponde à variação, positiva, do IGPM Índice Geral de Preços de Mercado, da Fundação Getúlio Vargas, de Maio/2018.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de Junho de 2018.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Centro Administrativo Municipal de Pinheiro Preto,
em 30 de Maio de 2018.

PEDRO RABUSKE
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

FABIANA ORÇATTO
Secretária de Administração

Av. Mal. Costa e Silva, 111 - Fone/Fax: (49) 3562-2000 - E-mail:
tributos@ppreto.com.br
89570-000 – PINHEIRO PRETO – SC.

DECRETO 4834

Publicação Nº 1663602

DECRETO Nº 4.834, DE 21 DE JUNHO DE 2018.

DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DO CALENDÁRIO FISCAL DE 2018 PARA RECOLHIMENTO DE TRIBUTOS MUNICIPAIS, QUE MENCIONA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PEDRO RABUSKE, Prefeito Municipal, de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Art. 17, da Lei nº 422/86, de 05 de dezembro de 1986 (Código Tributário Municipal);

DECRETA

Art. 1 - Fica Alterado o Calendário Fiscal para o Exercício Financeiro de 2018, definindo Tributos, sua data de vencimento, parcelamento para o recolhimento, como segue:

I - IPTU - IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO

T S P - TAXA DE SERVIÇOS PÚBLICOS

parcela única: 20 de julho (com 10% de desconto);
1ª parcela: 20 de julho;
2ª parcela: 20 de agosto;

II - TLL - TAXA DE LICENÇA PARA LOCALIZAÇÃO (ALVARÁ)

parcela única: 20 de julho (com 5% de desconto);
1ª parcela: 20 de julho ;
2ª parcela: 20 de agosto;

III - ISS - IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA (FIXO)

parcela única: 20 de julho (sem desconto);

IV - ISS - HOMOLOGADO

pagamento mensal: Dia 20 do mês subsequente em que ocorreu o fato gerador;
Art. 2º - Os Tributos Municipais deverão ser pagos, até o vencimento, no Banco do Brasil e seus Correspondentes.

Art. 3º - Após o prazo fixado para o recolhimento dos Tributos, e não liquidados, ficam sujeitos às penalidades previstas no Código Tributário Municipal, bem como a inscrição em Dívida Ativa.

Parágrafo Único: o pagamento de Tributos Municipais com o recolhimento fora do prazo fixado pelo Decreto, serão acrescidos de Multa, Juros e Correção Monetária conforme discriminado abaixo:

- 1 – O debito será corrigido pelo IGP-M;
- 2 – multa de 2%,
- 3 - Juro de 1% ao mês, aplicados sobre o valor corrigido.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor nesta data.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário em especial o Decreto nº 4.732, de 29 de dezembro de 2017.

Centro Administrativo Municipal de Pinheiro Preto,
Em 21 de junho de 2018.

PEDRO RABUSKE
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

FABIANA ORÇATTO
Secretária de Administração

Piratuba

PREFEITURA

DECRETO N. 977/2018

Publicação Nº 1663891

DECRETO Nº 977/2018, de 21 de junho de 2018.

Abre crédito suplementar por conta do Superávit Financeiro no valor de R\$ 53.436,10 e por conta do Excesso de Arrecadação no valor de R\$ 1.075,52 e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Piratuba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos do § 2º do artigo 26 da Lei 1.431/2017, que dispõe sobre as Diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2018 – LDO e dá outras providências, e do artigo 42, inciso I e II, § 1º do artigo 43 e artigo 45 da Lei 4.320/64.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto o seguinte crédito suplementar:

Órgão: 07.00 - Secretaria Municipal de Educação e Esportes

Unidade: 07.02 – Departamento de Esportes

Projeto/Atividade: 2.018 – Manutenção do Dpto de Desporto

Modalidade: 163 – 3.1.90.00.00.00.00.0.3.1134 – Pessoal e Encargos R\$ 44.436,10

Órgão: 07.00 - Secretaria Municipal de Educação e Esportes

Unidade: 07.02 – Departamento de Esportes

Projeto/Atividade: 2.018 – Manutenção do Dpto de Desporto

Modalidade: 168 – 3.3.90.00.00.00.00.0.1.1134 – Outras Despesas Correntes ... R\$ 1.075,52

Órgão: 07.00 - Secretaria Municipal de Educação e Esportes

Unidade: 07.02 – Departamento de Esportes

Projeto/Atividade: 2.018 – Manutenção do Dpto de Desporto

Modalidade: 169 – 3.3.90.00.00.00.00.0.3.1134 – Outras Despesas Correntes ... R\$ 9.000,00

TOTAL:
..... R\$ 54.511,62

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo 1º serão utilizados recursos provenientes do Superávit Financeiro referente às fontes de recursos abaixo relacionadas no valor de:

Fonte de Recursos – 0.1.1134 – Excesso de Arrecadação Repasse Tractebel FIA Programa de Educacional Formando Atletas e Cidadãos
..... R\$ 1.075,52

Fonte de Recursos – 0.3.1134 – Superávit Fin. Repasse Tractebel FIA Programa de Educacional Formando Atletas e Cidadãos
..... R\$ 53.436,10

TOTAL: R\$ 54.511,62

Art. 3º O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Piratuba-SC, 21 de junho de 2018.

Olmir Paulinho Benjamini

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se no Mural Público

Conforme Lei 1.388/2017 e Lei nº226/93

Em 21 de junho de 2018.

Giovani Gelson Meneghel
Secretário Municipal de Administração e Finanças

DECRETO N. 978/2018

Publicação Nº 1663892

DECRETO Nº 978/2018, de 21 de junho de 2018.

Abre crédito suplementar por conta do Superávit Financeiro no valor de R\$ 30.000,00 e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Piratuba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos do § 2º do artigo 26 da Lei 1.431/2017, que dispõe sobre as Diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2018 – LDO e dá outras providências, e do artigo 42, inciso I e II, § 1º do artigo 43 e artigo 45 da Lei 4.320/64.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto o seguinte crédito suplementar:

Órgão: 11.00 – Fundo Municipal de Assistência Social

Unidade: 11.01 – Fundo Municipal de Assistência Social

Projeto/Atividade: 2.029 – Manutenção das Ações da Assistência Social

Modalidade: 144 – 3.3.90.00.00.00.00.0.3.000 – Outras Despesas Correntes 30.000,00

TOTAL:
..... R\$ 30.000,00

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo 1º serão utilizados recursos provenientes do Superávit Financeiro referente às fontes de recursos abaixo relacionadas no valor de:

Fonte de Recursos – 0.3.0000 – Superávit Financeiro Recursos Ordinários R\$ 30.000,00

TOTAL:
..... R\$ 30.000,00

Art. 3º O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Piratuba-SC, 21 de junho de 2018.

Olmir Paulinho Benjamini

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se no Mural Público

Conforme Lei 1.388/2017 e Lei nº226/93

Em 21 de junho de 2018.

Giovani Gelson Meneghel
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 233/2018

Publicação Nº 1663494

PORTARIA Nº233/2018
READAPTA SERVIDORA EFETIVA

OLMIR PAULINHO BENJAMINI, Prefeito Municipal de Piratuba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos da Lei Complementar nº 65/15, que dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município, e considerando conforme solicitação do Centro de Atendimento e Reabilitação Profissional-CARP/INSS/Capinzal-SC.

READAPTA

FÁTIMA ROSILEI BERGAMO, brasileira, união estável, residente e domiciliada na Linha Uruguai, s/nº, neste Município de Piratuba-SC, portadora da carteira de identidade nº4.542.622 e CPF sob o nº 032.949.839-80, ocupante do cargo efetivo de Agente de Serviços Gerais Internos, para desempenhar as funções do cargo com algumas restrições conforme relatório anexo.

A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 06 de junho de 2018.

Piratuba-SC, em 18 de junho de 2.018.

Olmir Paulinho Benjamini
Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se no Mural Público
Conforme Lei nº226/93
Em 18 de junho de 2.018

Giovani Gelson Meneghel
Secretário de Administração e Finanças

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 033/2018

Publicação Nº 1664087

MUNICÍPIO DE PIRATUBA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 033/2018

Objeto: Registro de Preço para possível aquisição de graxas, lubrificantes, filtros e baterias automotivas, destinados a Frota de Veículos e Máquinas do Município de Piratuba, conforme demais especificação constante no Edital.

Tipo: Menor Preço Por Item.

Recebimento das propostas: até as 08h20 do dia 09/07/2018.

Abertura: às 08h30 do dia 09/07/2018.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home Page www.piratuba.sc.gov.br, link "Licitações". Informações complementares poderão ser obtidas no Departamento de Compras deste Município, situado na Rua Governador Jorge Lacerda, 272, Centro, de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo fone fax (49) 3553-0288.

Piratuba, SC, 12 de junho de 2018.

Carlos Alberto Maltauro
Supervisor de Compras

Ponte Serrada

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 49 /2018 SÃO CLEMENTE

Publicação Nº 1664345

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 62/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº 41/2018
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 49/2018
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA/SC
CONTRATADADO: ABATEDOURO SÃO CLEMENTE LTDA EPP
CNPJ: 03.162.188/0001-04
OBJETO: REGISTRO DE PREÇO COM VALIDADE PARA 07(SETE) MESES PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE CARNES E FRIOS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO E DE ASSISTENCIA SOCIAL. Valor: R\$ 115.517,50 (Cento e Quinze Mil Quinhentos e Dezessete Reais e Cinquenta Centavos). VIGÊNCIA: A presente Ata tem vigência de 22 de Junho de 2018 até 22 de Janeiro de 2019. Ponte Serrada, 25 de Junho de 2018. ALCEU ALBERTO WRUBEL Prefeito Municipal.

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 50/2018 AGN

Publicação Nº 1664347

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 62/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº 41/2018
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 50/2018
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA/SC
CONTRATADADO: AGN FRIOS LTDA
CNPJ: 85.322.840/0001-23
OBJETO: REGISTRO DE PREÇO COM VALIDADE PARA 07(SETE) MESES PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE CARNES E FRIOS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO E DE ASSISTENCIA SOCIAL. Valor: R\$ 49.455,50 (Quarenta e Nove Mil Quatrocentos e Cinquenta e Cinco Reais e Cinquenta Centavos). VIGÊNCIA: A presente Ata tem vigência de 22 de Junho de 2018 até 22 de Janeiro de 2019. Ponte Serrada, 25 de Junho de 2018. ALCEU ALBERTO WRUBEL Prefeito Municipal.

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 51/2018 ODILA

Publicação Nº 1664355

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 62/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº 41/2018
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 51/2018
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA/SC
CONTRATADADO: ODILA GRANDO ME
CNPJ: 03.523.498/0001-65
OBJETO: REGISTRO DE PREÇO COM VALIDADE PARA 07(SETE) MESES PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE CARNES E FRIOS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO E DE ASSISTENCIA SOCIAL. Valor: R\$ 4.704,00 (Quatro Mil Setecentos e Quatro Reais). VIGÊNCIA: A presente Ata tem vigência de 22 de Junho de 2018 até 22 de Janeiro de 2019. Ponte Serrada, 25 de Junho de 2018. ALCEU ALBERTO WRUBEL Prefeito Municipal.

EXTRATO CONTRATO Nº 79/2018 ALISON

Publicação Nº 1664333

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 64/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº 42/2018
CONTRATO Nº 79/2018
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA/SC
CONTRATADADO: ALISON ANDRE SCHULZ
CNPJ: 14.425.065/0001-93
OBJETO: PREGÃO PRESENCIAL PARA AQUISIÇÃO DE TROFÉUS E MEDALHAS PARA O EVENTO ESPORTIVO REALIZADO NA SEMANA DO MUNICÍPIO, CONFORME PROJETO, EM SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. Valor: R\$ 2.297,00 (Dois Mil Duzentos e Noventa e Sete Reais). VIGÊNCIA: O presente contrato terá vigência de 21 de Junho de 2018 até 21 Setembro de 2018. Ponte Serrada, 25 de Junho de 2018. ALCEU ALBERTO WRUBEL Prefeito Municipal.

EXTRATO CONTRATO Nº 81/2018 ESPORTE CENTER

Publicação Nº 1664343

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 64/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº 42/2018
CONTRATO Nº 81/2018
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA/SC
CONTRATADADO: ESPORTE CENTER COMERCIO E ARTIGOS ESPORTIVOS EIRELI
CNPJ: 22.528.813/0001-91
OBJETO: PREGÃO PRESENCIAL PARA AQUISIÇÃO DE TROFÉUS E MEDALHAS PARA O EVENTO ESPORTIVO REALIZADO NA SEMANA DO MUNICÍPIO, CONFORME PROJETO, EM SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. Valor: R\$ 1.980,00 (Um Mil Novecentos e Oitenta Reais). VIGÊNCIA: O presente contrato terá vigência de 21 de Junho de 2018 até 21 Setembro de 2018. Ponte Serrada, 25 de Junho de 2018. ALCEU ALBERTO WRUBEL Prefeito Municipal.

Porto Belo

PREFEITURA

DECRETO Nº 1852, DE 21 DE JUNHO DE 2018

Publicação Nº 1663999

DECRETO Nº 1852, DE 21 DE JUNHO DE 2018

Nomeia Pregoeiros e Membros da Equipe de Apoio na realização de Pregão das Secretarias, Fundações e Autarquias do Município de Porto Belo e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Porto Belo, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o artigo 3º, inciso IV, da Lei Federal nº 10520/2002 e com o disposto no Decreto Municipal nº 244/2007, DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados para exercer a função de Pregoeiro, na realização de Pregão Presencial ou Eletrônico, os seguintes servidores:

I - Rodrigo Truffa da Costa;

II - Mariana Ferreira do Amaral.

Parágrafo Único. Fica nomeada como suplente de Pregoeiro a Servidora Jessie Cordeiro Espíndula.

Art. 2º Fica constituída a equipe de apoio de pregoeiro, composta pelos seguintes servidores:

I - Isabel Cristina Monteiro;

II - Sergio Carlos da Silva;

III - Michelle Chiapetta Guasque.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário e, em especial, os Decretos nºs 1485/2017 e 1618/2017.

Porto Belo - SC, aos 21 dias do mês de junho de 2018.

EMERSON LUCIANO STEIN

PREFEITO

DECRETO Nº 1853, DE 21 DE JUNHO DE 2018

Publicação Nº 1664001

DECRETO Nº 1853, DE 21 DE JUNHO DE 2018

Altera o Decreto Municipal nº 1484/2017 e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Porto Belo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o disposto no artigo 6º, XVI da Lei 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, DECRETA:

Art. 1º O Decreto Municipal nº 1484, de 2 de janeiro de 2017, com suas alterações posteriores, passará a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º

I - Presidente: Rodrigo Truffa da Costa;

II - Vice-Presidente: Mariana Ferreira do Amaral;

III - Secretária: Jessie Cordeiro Espíndula;

IV - Membro: Isabel Cristina Monteiro.

Art. 2º Os demais dispositivos do Decreto nº 1484, de 2 de janeiro de 2017, com suas alterações posteriores, permanecem inalterados.

Porto Belo - SC, aos 21 dias do mês de junho de 2018.

EMERSON LUCIANO STEIN

PREFEITO

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA Nº 008 DE 26 DE JUNHO DE 2018

Publicação Nº 1664199

PORTARIA- PONTO FACULTATIVO

PORTARIA Nº 008 DE 26 DE JUNHO DE 2018

ESTABELECE PONTO FACULTATIVO NO ÂMBITO DA CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE PORTO BELO, NA FORMA A SEGUIR INDICADA.

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE PORTO BELO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Regimento Interno e Lei Orgânica Municipal Resolve:

Art. 1º - Estabelece Ponto Facultativo no dia 27 (VINTE E SETE) de Junho de 2018 (quarta-feira), no âmbito da Câmara de Vereadores do Município de Porto Belo, por motivo do Jogo da Seleção Brasileira na Copa do Mundo da Rússia.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Presidência da Câmara de Vereadores do Município de

Porto Belo, Estado de Santa Catarina, aos 26 dias do mês de junho de 2018.

JOEL ORLANDO LUCINDA

PRESIDENTE

Paço Legislativo Vereador Amadeu Serafim Raulino

“ Porto Belo Capital Catarinense dos Transatlânticos”

Porto União

PREFEITURA

DECLARAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE 016/2018 - AMASPU

Publicação N° 1664133

Processo Licitatório 020/2018 - AMASPU
Inexigibilidade de Licitação 016/2018

DECLARAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

A AMASPU - Autarquia Municipal de Assistência à Saúde dos Funcionários Públicos de Porto União, através de sua Presidente e de seu Curador, respectivamente Margareth Flissak e Eliseu Mibach, nos termos do art. 25, caput, da Lei n.º 8.666/93, conforme consta do Processo Licitatório 020/2018 - Inexigibilidade de Licitação 016/2018, que declarou a INEXIGIBILIDADE de licitação para a contratação das empresas PEDIATRAS ASSOCIADOS EPP; CLÍNICA DO CORAÇÃO DR. LAURO JOSÉ HERNER LTDA EPP; NATALI PIMPÃO EIRELI ME; MERYELEN ANDREKOWICZ ME; ABRAHÃO & AOKI MÉDICOS ASSOCIADOS S/S ME; HASSAN ASSISTÊNCIA MÉDICA LTDA ME; LOZOVY E VENSÃO CLÍNICA DE ENDOCRINOLOGIA E METABOLOGIA S/S; JOSÉ HENRIQUE PINTO CASTILHO S/S; F.Z. MÉDICOS ASSOCIADOS ME; YARED & CIA LTDA EPP; GERIPED SERVIÇOS MÉDICOS EPP; OTOCLÍNICA SUL ME; IATROS ASSISTÊNCIA MÉDICA ME; PORTO GASTRO CLÍNICA DE GASTROENTEROLOGIA S/S; INTEGRAL ASSISTÊNCIA A SAÚDE ME; CLÍNICA E.S. LTDA ME; CLÍNICA DA MULHER EPP; DCS CLÍNICA MÉDICA EIRELI ME; FERNANDO KLEIN; SERVIÇOS MÉDICOS UNIÃO EPP; FIRMINO & MÉDICOS ASSOCIADOS S/S LTDA, para prestação de serviços profissionais na área médica.

A presente declaração encontra-se plenamente fundamentada, consoante se denota da justificativa elaborada pela Presidente, bem como em razão dos documentos que instruíram o processo, sendo que em relação ao preço, o mesmo se apresenta compatível com os preços praticados no mercado.

Porto União, SC, 20 de junho de 2018.
AFONSO WASMANN NETO
Presidente da Comissão Permanente de Licitação
Decreto nº 430/2018

DECRETO Nº 478/2018

Publicação N° 1664236

DECRETO Nº 478, de 19 de junho de 2018.
Dispõe sobre crédito suplementar, e contém outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e autorizado pelas Leis Municipais nºs 4.472, de 05 de julho de 2017 (LDO) e 4.506, de 14 de dezembro de 2017 (LOA),

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado no Orçamento Geral do Município, na dotação orçamentária a seguir especificada, o valor de R\$ 320.000,00 (Trezentos e vinte mil reais):

ÓRGÃO ORGÃO	0200 – PODER EXECUTIVO DE PORTO UNIÃO		
UNIDADE	0207 – SEC. MUN. TRANSP. OBRAS E SERV. PUBL.		
PROJETO	1012 – Pavimentação Vias Urbanas		
MODALIDADE	4490 – 3100 – Aplicações Diretas	194	320.000,00
	TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO		320.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito acima citado serão utilizados recursos provenientes de superávit financeiro do exercício 2017, na respectiva Fonte.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 19 de junho de 2018.
ELISEU MIBACH
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF
Secretário Municipal de Administração e Esporte

SOFIA SYDOL
Secretária Municipal de Finanças e Contabilidade

EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO 013/2018

Publicação Nº 1663914

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatório 150/2018

Extrato de Edital de Pregão Eletrônico 013/2018

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de Pregão, com adjudicação por lote, do tipo eletrônico, para aquisição de caminhão com baú refrigerado e caixas plásticas para transporte de leite ensacado. Somente participarão da sessão pública as empresas que apresentarem propostas através do site "www.portaldecompraspublicas.com.br" até às 08h00min do dia 13 de julho de 2018, com início da mesma às 08h15min no mesmo site e dia. O Edital e Arquivos encontram-se disponíveis no site da Prefeitura Municipal de Porto União "www.portouniao.sc.gov.br" e no site "www.portaldecompraspublicas.com.br". Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, e-mail licitoportouniao@yahoo.com.br, licitacao@portouniao.sc.gov.br e, fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 25 de junho de 2018.

Eliseu Mibach.

Prefeito Municipal.

EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 093/2018

Publicação Nº 1663908

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatório 151/2018

Extrato de Edital de Pregão Presencial 093/2018 – Exclusivo MEI, ME e EPP.

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de Pregão, com adjudicação por item, do tipo presencial, para aquisição de gêneros alimentícios para o Centro de Atenção Psicossocial – CAPS e para o Núcleo de Dependência Química. O recebimento dos envelopes se dará até às 13h30min do dia 12 de julho de 2018 na Prefeitura Municipal, com início da sessão pública às 13h45min, no mesmo local e dia. O Edital e Arquivos encontram-se disponíveis no site da Prefeitura Municipal de Porto União www.portouniao.sc.gov.br. Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, e-mail licitoportouniao@yahoo.com.br, licitacao@portouniao.sc.gov.br e fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 25 de junho de 2018.

Eliseu Mibach.

Prefeito Municipal.

EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 094/2018

Publicação Nº 1663911

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatório 152/2018

Extrato de Edital de Pregão Presencial 094/2018 – Exclusivo MEI, ME e EPP.

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de Pregão, com adjudicação por item, do tipo presencial, para aquisição de chapas e tubos de ferro. O recebimento dos envelopes se dará até às 09h00min do dia 13 de julho de 2018 na Prefeitura Municipal, com início da sessão pública às 09h15min, no mesmo local e dia. O Edital e Arquivos encontram-se disponíveis no site da Prefeitura Municipal de Porto União www.portouniao.sc.gov.br. Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, e-mail

licitoportouniao@yahoo.com.br, licitacao@portouniao.sc.gov.br e fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 25 de junho de 2018.

Eliseu Mibach.

Prefeito Municipal.

JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE 016/2018 - AMASPU

Publicação Nº 1664134

Processo Licitatório 020/2018 - AMASPU

Inexigibilidade de Licitação 016/2018

JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

O presente instrumento de justificativa se presta a cumprir o contido no artigo 26 da Lei nº 8.666/1993, como antecedente necessário à contratação por inexigibilidade de licitação.

I) Caracterização da Situação: A AMASPU necessita de serviços profissionais da área de saúde, como resultado da necessidade de manutenção de prestação de serviços de assistência à saúde de seus segurados.

II) Descrição do Objeto: O objeto é a prestação de serviços profissionais da área de saúde para os segurados da AMASPU, através de empresa regularmente constituída.

III) Razão da Escolha: A escolha recaiu sobre as empresas PE-DIATRAS ASSOCIADOS EPP (CNPJ 05.599.034/0001-68); CLÍNICA DO CORAÇÃO DR. LAURO JOSÉ HERNER LTDA EPP (CNPJ 01.572.964/0001-77); NATALI PIMPÃO EIRELI ME (CNPJ 19.655.022/0001-18); MERYELEN ANDREKOWICZ ME (CNPJ 17.606.784/0001-07); ABRAHÃO & AOKI MÉDICOS ASSOCIADOS S/S ME (CNPJ 10.948.742/0001-05); HASSAN ASSISTÊNCIA MÉDICA LTDA ME (CNPJ 14.066.350/0001-65); LOZVOY E VENSÃO CLÍNICA DE ENDOCRINOLOGIA E METABOLOGIA S/S (CNPJ 24.592.178/0001-37); JOSÉ HENRIQUE PINTO CASTILHO S/S (CNPJ 14.787.581/0001-68); F.Z. MÉDICOS ASSOCIADOS ME (CNPJ 23.797.372/0001-96); YARED & CIA LTDA EPP (CNPJ 05.472.607/0001-98); GERIPED SERVIÇOS MÉDICOS EPP (CNPJ 12.445.577/0001-96); OTOCLÍNICA SUL ME (CNPJ 05.328.403/0001-88); IATROS ASSISTÊNCIA MÉDICA ME (CNPJ 11.665.892/0001-66); PORTO GASTRO CLÍNICA DE GASTROENTEROLOGIA S/S (CNPJ 04.659.308/0001-02); INTEGRAL ASSISTÊNCIA A SAÚDE ME (CNPJ 20.606.341/0001-12); CLÍNICA E.S. LTDA ME (CNPJ 04.791.716/0001-05); CLÍNICA DA MULHER EPP (CNPJ 03.610.693/0001-22); DCS CLÍNICA MÉDICA EIRELI ME (CNPJ 18.489.959/0001-06); FERNANDO KLEIN (CNPJ 29.822.730/0001-50); SERVIÇOS MÉDICOS UNIÃO EPP (CNPJ 19.097.466/0001-85); FIRMINO & MÉDICOS ASSOCIADOS S/S LTDA (CNPJ 23.166.354/0001-06), em face de regularidade documental, bem como inviabilidade de competição, pois os serviços prestados por todas as instituições médicas credenciadas à AMASPU serão remunerados conforme tabela de procedimentos CBHPM e, portanto, os credenciados perceberão seus honorários no mesmo valor, tornando inócua a busca pelo menor preço.

IV) Do Preço: O valor estimado a ser pago pela prestação dos serviços médicos será de R\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais), pelo período de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado, conforme art. 57, II, da Lei 8.666/93. As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta dos Recursos das Dotações Orçamentárias 339039 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.

V) Da Justificativa: A presente inexigibilidade encontra respaldo no caput do art. 25 da Lei 8.666/93.

Porto União, SC, 20 de junho de 2018.
MARGARETH FLISSAK
Presidente AMASPU

Pouso Redondo

PREFEITURA

PROCESSO 091 2018 - PROJETOS PAVIMENTAÇÃO

Publicação Nº 1664217

MUNICIPIO DE POUSO REDONDO

PROCESSO Nº. 91/2018

CONCORRENCIA P/OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº. 06/2018

O Município de Pouso Redondo, SC, torna público para conhecimento dos interessados que, até as 09:00 Horas do dia 15.08.2018, está aberto edital para Seleção de empresa de engenharia para elaboração de estudos e projetos executivos destinados a execução de pavimentação de diversas ruas no Município de Pouso Redondo/SC. Maiores informações e o Edital Completo serão fornecidos pelo setor de Licitação, da Prefeitura Municipal, fone 47 3545-8700, ou pelo e-mail licitacoes@pousoredondo.sc.gov.br.

Pouso Redondo, em 25 de Junho de 2018.

Oscar Gutz

Prefeito Municipal

PROCESSO 093 2018 - LIXEIRAS

Publicação Nº 1664370

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO

PROCESSO Nº093/2018

PREGÃO PRESENCIAL Nº 070/2018 - REGISTRO DE PREÇOS

O Município de Pouso Redondo, SC, torna público para conhecimento dos interessados que se encontra aberto Pregão Presencial, até as 09:00 Horas do dia 09.07.2018, para Aquisição de Lixeiras, coletores para lixo e carrinhos coletores de Lixo, para uso Departamento de Planejamento e Meio Ambiente do município. Maiores informações e o Edital Completo serão fornecidos pelo setor de Licitação, da Prefeitura Municipal, fone 47 3545-8700, ou pelo e-mail licitacoes@pousoredondo.sc.gov.br.

Pouso Redondo, em 25 de Junho de 2018.

Oscar Gutz

Prefeito Municipal

PROCESSO 096 2018 - IL 11 2018

Publicação Nº 1664251

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO

PROCESSO N.º 96/2018

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 11/2018

O Município de Pouso Redondo, SC, torna público o processo de inexigibilidade 11/2018 em conformidade com o Art. 25 da lei 8.666/93.

Objeto: Contratação de show artístico com o artista "GAÚCHO DA FRONTEIRA", através de sua empresa exclusiva ADRIANA DE MOURA SARAIVA., para realizar no dia 16 de julho de 2018, no Município de Pouso Redondo, um show durante a 6ª Festa Estadual do Tropeiro, a se realizar nos dias 13 a 16 de julho de 2018.

Contratada: ADRIANA DE MOURA SARAIVA

CNPJ: 08927251/0001-28

Valor: R\$ 13.000,00 (Treze mil reais).

Pouso Redondo em 25 de Junho de 2018

OSCAR GUTZ

Prefeito Municipal

PROCESSO 92 2018 - PLANTAS E INSUMOS

Publicação Nº 1664124

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO

PROCESSO Nº092/2018

PREGÃO PRESENCIAL Nº 069/2018 – REGISTRO DE PREÇOS

O Município de Pouso Redondo, SC, torna público para conhecimento dos interessados que se encontra aberto, a partir das 09:00 Horas do dia 13.07.2018, Pregão Presencial para Registro de preço para aquisição de plantas e outros insumos para revitalização paisagística do Município. Maiores informações e o Edital Completo serão fornecidos pelo setor de Licitação, da Prefeitura Municipal, fone 47 3545-8700, ou e-mail: licitacoes@pousoredondo.sc.gov.br. Pouso Redondo, em 25 de junho de 2018.

Oscar Gutz

Prefeito Municipal

PROCESSO 94 2018 - BANCOS, MADEIRAS E OUTROS

Publicação Nº 1664132

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO

PROCESSO Nº094/2018

PREGÃO PRESENCIAL Nº 071/2018 – REGISTRO DE PREÇOS

O Município de Pouso Redondo, SC, torna público para conhecimento dos interessados que se encontra aberto, a partir das 09:00 Horas do dia 17.07.2018, Pregão Presencial para aquisição de bancos, madeiras e outros materiais necessários para reforma dos bancos da praça e outras vias públicas do Município. Maiores informações e o Edital Completo serão fornecidos pelo setor de Licitação, da Prefeitura Municipal, fone 47 3545-8700, ou e-mail: licitacoes@pousoredondo.sc.gov.br.

Pouso Redondo, em 25 de junho de 2018.

Oscar Gutz

Prefeito Municipal

Praia Grande

PREFEITURA

LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL N.º 15/2018 - PMPG

Publicação Nº 1663871

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PRAIA GRANDE

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 33/2018

PREGÃO PRESENCIAL N.º 15/2018 – REGISTRO DE PREÇOS

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE MERENDA ESCOLAR PARA A REDE MUNICIPAL DE ENSINO PARA 2018.

ENTREGA DOS ENVELOPES: ATÉ AS 09:00 HORAS DO DIA 06 DE JULHO DE 2018.

ABERTURA DOS ENVELOPES: ÀS 09:15 HORAS DO DIA 06 DE JULHO DE 2018.

O EDITAL E ESCLARECIMENTOS PODERÃO SER OBTIDOS NO SEGUINTE ENDEREÇO E HORÁRIO: RUA IRINEU BORNHAUSEN, 320, NOS DIAS ÚTEIS, DE SEGUNDA À SEXTA, DAS 07:00 ÀS 13:00 H OU PELO TELEFONE 048 3532-0132.

PRAIA GRANDE-SC, 25 DE JANEIRO DE 2018.

HENRIQUE MATOS MACIEL

PREFEITO MUNICIPAL

Presidente Castello Branco

PREFEITURA

EXTRATO DE PROCESSO LICITATÓRIO N° 39/2018

Publicação N° 1664307

EDITAL DE PROCESSO LICITATÓRIO N° 39/2018
PREGÃO ELETRÔNICO N° 01/2018

EXTRATO

O MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO, Estado de Santa Catarina, com base na Lei nº 10.520/02 e da Lei nº 8.666/93 e suas atualizações, leva ao conhecimento de quem possa interessar que serão recebidas até às 08 horas e 45 minutos (oito horas e quarenta e cinco minutos), do dia 10 (dez) de julho de 2018, através do site www.portaldecompraspublicas.com.br/18/, as propostas para PREGÃO ELETRÔNICO, que tem como objeto a escolha mais vantajosa para a aquisição de 01 (um) rolo compactador, para suprir demanda de serviços de agricultura familiar e a infraestrutura de transportes, melhoria nos serviços de terraplanagem, recuperação de estradas vicinais e acesso as propriedades rurais do Município de Presidente Castello Branco/SC, através do Convenio nº 2018TR703, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e em seus anexos. O Município fornecerá por intermédio da Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, das 07:30 horas às 11:30 horas e das 13:00 horas às 17:00 horas, qualquer informação e/ou esclarecimento referente a presente licitação, inclusive através do fone/fax (0xx) 49 3457-1122.

A íntegra do presente Edital poderá ser obtido no site: www.castellobranco.sc.gov.br

PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC, 25 DE JUNHO DE 2018.

Ademir Domingos Miotto

Prefeito Municipal

Princesa

PREFEITURA

DECRETO N° 187 DE 25.06.2018

Publicação N° 1663542

DECRETO N°. 187, DE 25 DE JUNHO DE 2018.

EXONERA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL ADMITIDO EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Princesa, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos IX e XI do Artigo 69, da Lei Orgânica Municipal e demais legislações vigentes:

DECRETA:

Art. 1º. EXONERAR, POR TÉRMINO DE CONTRATO, EDEMÍLSON LUIZ TONETTI, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Linha Moqué, Município de Princesa, portador do CPF nº. 027.491.609-60, Agente Comunitário de Saúde, 40 horas semanais, a partir de 15.06.2018.

Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão a conta do orçamento municipal.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a data de 15.06.2018

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Princesa (SC),
em 25 de Junho de 2018.

EDILSON MIGUEL VOLKWEIS

Prefeito Municipal

Quilombo

PREFEITURA

DECRETO Nº 0179/2018 – DE 25 DE JUNHO DE 2018.

Publicação Nº 1664605

DECRETO Nº 0179/2018 – DE 25 DE JUNHO DE 2018.

DISPÕE SOBRE REMANEJAMENTO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso IX do Art. 65 da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com a Lei nº 2.671/2017 de 22 de dezembro de 2017,

DECRETA:

Art.1º Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a remanejar a dotação orçamentária no orçamento do Município para o ano de 2018, no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), no programa e verbas abaixo discriminadas e constantes dos anexos da Lei Municipal nº. 2.671/2017 de 22 de dezembro de 2017, conforme abaixo especificado:

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	GABINETE DO PREFEITO	02
Unidade	GABINETE DO PREFEITO	01
Função	Administração	04
Sub-função	Planejamento e Orçamento	121
Programa	APOIO ADMINISTRATIVO	0002
Atividade	MANUTENÇÃO ADMINISTRATIVA SUPERIOR	2.002
Despesa	Modalidade de Aplicação	Fonte de Recurso
(3)	Da Aplicação Direta – 4.4.90	01.00 – Recursos Ordinários
(2)	Para Aplicação Direta – 3.3.90	01.00 – Recursos Ordinários
Valor Total R\$:		20.000,00

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal, em 25 de junho de 2018.

SILVANO DE PARIZ

Prefeito Municipal

Registrada e Publicado

Em ____/____/2018.

Lei Municipal nº 1087/1993

Taffarel Antonio Simon

Funcionário Designado

DECRETO Nº 175/2018 – DE 25 DE JUNHO DE 2018.

Publicação Nº 1663888

DECRETO Nº 175/2018 – DE 25 DE JUNHO DE 2018.

DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, usando de competência privativa que lhe confere o Inciso IX, do artigo 65 e os artigos 76 e 77 da Lei Orgânica Municipal e de acordo com a Lei Municipal nº 2506/2015, de 26 de março de 2015,

Considerando o Ofício nº 008/2018, datado de 18 de junho de 2018, da Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Crianças e do Adolescente - CMDCA,

DECRETA:

Art. 1º Ficam alterados os membros que compõe o Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, descritas no artigo 2º do Decreto Municipal nº 199/2017, de 11 de outubro de 2017, que passará ter a seguinte redação:

I. Representante do Governo Municipal:

b) Representante da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento:

Sidney Campagnaro – Membro Titular, em substituição de Alice Niedzialkoski.

c) Representante da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes:

Rejane Daniel Hillesheim – Suplente, em substituição de Maristela Castelli Salm.

Art. 2º De acordo com as alterações no Art. 1º, a nova composição do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, será a seguinte:

I. Representantes do Governo Municipal:

a) Representantes da Secretaria Municipal de Assistência Social:

AMONI ROSSET – Membro Titular;

LUCIANE TERESINHA DE MORAES – Suplente.

b) Representantes da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento:

SIDNEY CAMPAGNARO – Membro Titular;

CRISTIANE BREASINI BERLANDA – Suplente.

c) Representantes da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes:

JUCELIA APARECIDA AGNES PRESTES – Membro Titular;

REJANE DANIEL HILLESHEIM – Suplente.

d) Representantes da Secretaria Municipal da Saúde:

TAVANA PEDOTT RODRIGUES – Membro Titular;

FERNANDA ZILIO BANDIERA – Suplente.

II. Representantes das Organizações representativas da Participação Popular:

a) Representantes da APP – Associação de Pais e Professores:

LUCIANE KUHL – Membro Titular;

ODACIR VALCARENGUI – Suplente.

b) Representantes do Clube de Mães Nova Vida:

ARLETE DARIVA – Membro Titular;

ODETE TIBES PERTILE – Suplente.

c) Representantes da ACIQ – Associação Comercial e Industrial de Quilombo:

ELIZABETE ZILIO HOHN – Membro Titular;

KEICY KELLER RAVANELLO – Suplente.

d) Representantes do Grupo de Escoteiros (Sênior):

LUCAS CHITOLINA – Membro Titular;

JULIA BOARETTO – Suplente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário em especial o Decreto Municipal nº 199/2017, de 11 de outubro de 2017.

Gabinete do Executivo Municipal, em 25 de junho de 2018.

SILVANO DE PARIZ

Prefeito Municipal

Registrada e Publicado

Em 26/06/2018.

Lei Municipal nº 1087/1993

Taffarel Antonio Simon

Funcionário Designado

DECRETO Nº 176/2018 - DE 25 DE JUNHO DE 2018.

Publicação Nº 1663889

DECRETO Nº 176/2018 - DE 25 DE JUNHO DE 2018.

DISPÕE SOBRE A HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO PROCESSO SELETIVO N. 001/2018 REALIZADO PELO MUNICÍPIO DE QUILOMBO/SC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o Inciso IX, do Art. 65 da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o Edital do Processo Seletivo 001/2018,

Considerando que o Município de Quilombo, Estado de Santa Catarina, realizou no dia 03 de junho de 2018, as provas do Processo Seletivo n.º 01/2018, destinado ao provimento de vagas em caráter temporário do Município;

Considerando que foram respeitados e praticados todos os princípios e normas aplicáveis aos certames públicos, garantindo a legalidade, impessoalidade e o bom andamento do Processo Seletivo n.º 01/2018.

Considerando ainda, que realizadas as provas foi dado conhecimento do seu resultado final, com a publicação da relação nominal dos aprovados e classificados nos sites www.nbsprovas.com.br e www.quilombo.sc.gov.br, no dia 18 de junho de 2018;

DECRETA:

Art.1º Fica HOMOLOGADO o resultado final do Processo Seletivo 001/2018, concernente ao Edital n.º 001/2018 tendo em vista a classificação final publicada no dia 18 de junho de 2018, e em conformidade com o Anexo I do presente Decreto.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal, em 25 de junho de 2018.

SILVANO DE PARIZ

Prefeito Municipal

Registrada e Publicado

Em 26/06/2018.

Lei Municipal nº 1087/1993

Taffarel Antonio Simon

Funcionário Designado

ANEXO I DO DECRETO 176/2018, DE 25 DE JUNHO DE 2018.

01 - PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL

RESULTADO	POSIÇÃO	INSC.	NOME	NASC.	POR	MAT	ATU	ESP	TIT	NOTA FINAL
Classificado	1º	38	TACIANE RITA MATTIOLO	18/07/1991	1,20	0,90	0,90	4,95	1,00	8,95
Classificado	2º	102	CLAUDIA BRUNETTO DOS SANTOS	04/08/1993	0,60	1,20	1,20	3,85	2,00	8,85
Classificado	3º	104	ELIEZER TECCHIO BRUNETTO	22/02/1987	1,50	0,90	0,90	3,30	2,00	8,60
Classificado	4º	83	ANA CLAUDIA SAGAS PICOLI	05/01/1990	0,60	1,20	0,60	4,95	1,00	8,35
Classificado	5º	92	ALEX SANDRA TAÍS DOCIATTI	05/04/1993	0,90	0,90	1,20	3,85	0,95	7,80
Classificado	6º	81	MARCELI REGINA ARALDI	08/08/1992	0,60	1,20	1,20	3,85	0,60	7,45
Classificado	7º	47	CHAIANE KUHL	19/07/1991	0,60	0,90	0,90	3,85	1,00	7,25
Classificado	8º	59	MICHELE CRISTIAN MASCHIO CHITOLINA	06/12/1981	1,20	1,20	0,60	2,20	1,00	6,20
Classificado	9º	64	TAIS MARAFON RIZZOTTO	17/10/1993	1,20	0,90	0,90	2,20	1,00	6,20
Classificado	10º	82	CLAUDIA FIGUEIRA DA SILVA CASTALDELLO	25/07/1978	0,60	0,90	0,30	3,30	1,00	6,10
Classificado	11º	46	LUCIANA KUHL	30/12/1984	1,20	0,90	0,60	3,30	-	6,00
Classificado	12º	18	BRUNA CAMILA CAPELARO	16/11/1997	0,60	0,60	0,90	3,85	-	5,95
Classificado	13º	107	BRUNA APARECIDA FERRI BATISTA	15/12/1995	0,90	0,90	0,60	3,30	-	5,70
Classificado	14º	1	LEONICE KLEIN DE MORAIS	04/04/1992	0,90	0,60	0,60	3,30	-	5,40
Classificado	15º	63	TATIANE SPAGNOLLO TURATTI	16/12/1994	0,60	-	0,60	3,85	-	5,05

02 - PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL (1º AO 5º ANO)

RESULTADO	POSIÇÃO	INSC.	NOME	NASC.	POR	MAT	ATU	ESP	TIT	NOTA FINAL
Classificado	1º	110	FRANCIELE REGINA SASSO	13/08/1994	1,20	1,50	1,20	4,40	-	8,30
Classificado	2º	86	BERNARDA HILLESHEIM DALLA COSTA	23/07/1967	0,30	1,20	1,20	3,30	2,00	8,00

03 - PROFESSOR DE ARTE

RESULTADO	POSIÇÃO	INSC.	NOME	NASC.	POR	MAT	ATU	ESP	TIT	NOTA FINAL
Classificado	1º	94	VANUSA DA SILVA DE OLIVEIRA	10/11/1990	0,90	1,20	1,20	3,30	-	6,60

04 - PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA

RESULTADO	POSIÇÃO	INSC.	NOME	NASC.	POR	MAT	ATU	ESP	TIT	NOTA FINAL
Classificado	1º	55	AUGUSTO SÉRGIO FARIAS	17/06/1993	0,90	1,20	1,20	3,85	-	7,15
Classificado	2º	20	ANY MERY DARIVA VASCONCELOS	09/07/1986	0,90	0,90	1,20	3,30	-	6,30
Classificado	3º	2	GABRIELE ISATON	17/06/1999	0,60	1,20	1,20	3,30	-	6,30
Classificado	4º	99	LUIS AUGUSTO NOVELLO	22/11/1991	0,30	0,90	0,60	3,30	0,90	6,00

06 – ENFERMEIRO

RESULTADO	POSIÇÃO	INSCRIÇÃO	NOME	NASC.	POR	MAT	ATU	ESP	NOTA FINAL
Classificado	1º	7	JAQUELYNE DALPONT	17/10/1983	1,20	1,20	0,90	4,40	7,70
Classificado	2º	70	JULIA SCHNEIDER	30/01/1994	1,20	1,20	0,60	4,40	7,40
Classificado	3º	109	SANDRA MARA MACHADO MISSEL	07/07/1985	0,90	0,90	0,90	4,40	7,10

Classificado	4º	54	SUELYN PAULA GUARNIERI MARAFON	03/12/1985	0,90	0,30	0,90	4,95	7,05	
Classificado	5º	61	SIMONE DELAI	20/03/1992	0,60	0,90	0,90	4,40	6,80	
Classificado	6º	80	TALILA CASAGRANDE	29/04/1997	0,60	0,90	0,90	3,85	6,25	
Classificado	7º	24	BRUNA CLAUDIA SCZESNY	27/02/1996	0,90	1,50	0,90	2,75	6,05	

07 – PSICÓLOGO

RESULTADO	POSIÇÃO	INSCRIÇÃO	NOME	NASC.	POR	MAT	ATU	ESP	NOTA FINAL	
Classificado	1º	52	ANDREIA KOTTWITZ	14/02/1996	1,50	1,20	1,20	4,95	8,85	
Classificado	2º	50	MARINE CORTELLINI TURATTI	22/06/1992	1,20	1,50	1,20	4,95	8,85	
Classificado	3º	4	CAROLINE PIANA GRIGOL	12/03/1992	1,20	1,20	1,20	4,95	8,55	
Classificado	4º	45	PATRICIA FERNANDA LUCKMANN PASINATO	12/02/1994	1,20	1,50	1,20	3,85	7,75	
Classificado	5º	100	CAMILA ALMEIDA	15/05/1994	1,20	1,50	0,90	3,85	7,45	
Classificado	6º	39	PATRICIA MATTANA	25/03/1993	1,20	1,50	0,30	4,40	7,40	
Classificado	7º	66	OLIVIA TENUTTI DE OLIVEIRA ROSSONI	26/07/1990	0,90	0,60	0,90	4,95	7,35	
Classificado	8º	72	VANESSA DE SOUZA	09/08/1991	1,50	0,90	1,50	3,30	7,20	
Classificado	9º	6	ALINE CANONICA	08/11/1995	1,20	0,90	1,20	3,85	7,15	
Classificado	10º	12	ELIANE ZAMARCHI	16/02/1990	1,20	0,60	1,20	3,85	6,85	
Classificado	11º	22	CRISELI INES BREANSINI	19/02/1993	0,90	1,20	0,90	3,85	6,85	
Classificado	12º	9	LEANDRO ZANON	06/11/1973	0,60	0,90	1,50	3,85	6,85	
Classificado	13º	35	ROSEVANI JAQUELINE ZATTERA	26/12/1995	1,20	0,30	0,90	3,85	6,25	
Classificado	14º	76	GERICA DE SOUZA	14/08/1994	0,30	1,50	0,90	3,30	6,00	

08 - AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

RESULTADO	POSIÇÃO	INSCRIÇÃO	NOME	NASC.	POR	MAT	ATU	ESP	NOTA FINAL	
Classificado	1º	90	MARGARETE ANTUNES DOS SANTOS	13/10/1996	1,50	1,50	0,60	5,50	9,10	
Classificado	2º	85	PATRICIA GRIESER	31/03/1985	1,50	1,50	1,50	3,85	8,35	
Classificado	3º	56	MICHELE FERNANDA RISSI BRUGNERA	30/12/1984	1,50	1,50	0,60	3,30	6,90	
Classificado	4º	95	SABINA MEIRA SAGAS	30/12/1966	1,20	1,20	0,90	2,75	6,05	
Classificado	5º	74	LUCIMARA ANTONIA VENTURIN	15/03/1982	1,20	0,90	1,20	2,75	6,05	
Classificado	6º	67	JULIANE PATRÍCIA DALLA COSTA	21/09/1990	1,50	0,90	0,60	2,75	5,75	
Classificado	7º	36	JULIANA MACHADO DOS SANTOS	23/01/1995	0,60	0,30	0,30	3,30	4,50	
Classificado	8º	65	EMÍLIA APARECIDA VIDI DE ALMEIDA	07/11/1996	1,20	0,30	0,60	2,20	4,30	

09.02 - ACS - MICROÁREA 22: LINHA VISTA ALEGRE

RESULTADO	POSIÇÃO	INSCRIÇÃO	NOME	NASC.	POR	MAT	ATU	ESP	NOTA FINAL	
Classificado	1º	49	FERNANDA APARECIDA LIMA DA SILVA TADIOTTO	20/12/1993	1,50	1,50	0,90	3,30	7,20	
Classificado	2º	105	VITÓRIA CAROLINE FERREIRA DE OLIVEIRA PASINATO	23/12/1995	1,50	1,50	1,50	2,20	6,70	
Classificado	3º	79	MARILENE NICARETTA ROSINA	16/09/1974	1,50	1,50	0,90	2,20	6,10	
Classificado	4º	75	LUCIANE ALVES SEGHE TO	06/10/1987	1,50	1,20	0,60	2,75	6,05	

09.03 - ACS - MICROÁREA 29: LINHA KENEDY

RESULTADO	POSIÇÃO	INSCRIÇÃO	NOME	NASC.	POR	MAT	ATU	ESP	NOTA FINAL	
Classificado	1º	48	LUCIANA MARIA OGLIARI MORGAN	10/02/1987	1,50	1,50	1,20	3,85	8,05	
Classificado	2º	84	ADILSON HANAUER	02/03/1993	1,50	1,50	1,20	3,85	8,05	
Classificado	3º	40	ELIS DEFILTRO BACKES	11/06/1986	1,50	1,50	0,60	3,30	6,90	

09.04 - ACS - MICROÁREA 35: BAIRRO BROCH

RESULTADO	POSIÇÃO	INSCRIÇÃO	NOME	NASC.	POR	MAT	ATU	ESP	NOTA FINAL	
Classificado	1º	19	SIDNEY CORREIA VASCONCELOS	12/01/1973	1,50	1,50	0,90	4,40	8,30	
Classificado	2º	29	DEBORA GONÇALVES DA SILVA DA ROCHA	25/04/1995	1,50	1,50	1,20	1,65	5,85	

DECRETO Nº 178/2018 - DE 25 DE JUNHO DE 2018.

Publicação Nº 1664604

DECRETO Nº 178/2018 - DE 25 DE JUNHO DE 2018.

DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO E INCLUSÃO DE MEMBROS DA COMISSÃO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – PME, DO MUNICÍPIO DE QUILOMBO – SC.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o Inciso XI, do Artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e em especial o no disposto no § 3 do Art. 7 da Lei Municipal nº. 2.521 de 11 de junho de 2015,

Considerando o Ofício nº 25/2018, datado de 08 de maio de 2018, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, que solicita a alteração de membro da Comissão de Monitoramento e Avaliação do Plano Municipal de Educação de Quilombo/SC;

Considerando o Ofício nº 91/2018, datado de 08 de junho de 2018, da Escola de Educação Básica Prof.ª Jurema Savi Milanez, que indica representantes para compor a Comissão de Monitoramento e Avaliação do Plano Municipal de Educação de Quilombo/SC.

DECRETA:

Art. 1º Fica alterado o membro que compõe a Comissão de Monitoramento e Avaliação do Plano Municipal de Educação de Quilombo/SC, descritas no artigo 1º do Decreto Municipal 112/2017, de 16 de junho de 2017, que passará a ter a seguinte redação:

II – Representantes dos Diretores das Escolas;

a) Vera Gomes de Oliveira, em substituição de Antoninho Sívieiro.

Art. 2º Fica incluso os membros junto a Comissão de Monitoramento e Avaliação do Plano Municipal de Educação de Quilombo/SC, os Representantes da Rede Estadual de Ensino, que serão os seguintes:

a) Maristela Ogliaro Pixinin;

b) Ana Adilce Zattera.

Art. 3º De acordo com as alterações contidas no artigo 1º e a inclusão disposta no artigo 2º do presente Decreto, a nova composição da Comissão de Monitoramento e Avaliação do Plano Municipal de Educação de Quilombo/SC, será a seguinte:

I – Representantes da Secretaria Municipal de Educação:

a) Ivanete Bison;

b) Cerlei Lurdes Busnello Spgnollo.

II – Representantes dos Diretores das Escolas:

a) Vera Gomes de Oliveira;

b) Noeli Tasca Pansera.

III – Representantes dos Professores:

a) Rejane Daniel Hillesheim.

b) Jucelia Aparecida Agnes Prestes;

IV – Representantes de Pais e Alunos:

a) Dalva Roberta Festner;

b) Aline Cristina Hohn Copatti.

V – Representantes do Conselho do FUNDEB:

a) Alcione Maria Bevilacqua;

b) Cátia Regina Backes Dezordi.

VI – Conselho Municipal de Educação:

a) Rosa Maria Tesaro De Bortoli;

b) Genelci Piccinini Cella.

VII – Poder Legislativo Municipal:

a) André Vendruscolo;

b) Ari Mezzalira.

VIII – Representantes da Rede Estadual de Ensino:

- a) Maristela Ogliaro Pixinin;
b) Ana Adilce Zattera.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Ficam revogadas as disposições em contrário em especial o Decreto Municipal nº 112/2017, de 16 de junho de 2017.

Gabinete do Executivo Municipal, 25 de junho de 2018.

SILVANO DE PARIZ

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada

Em 26/06/2018.

Lei Municipal 1087/1993

Taffarel Antonio Simon

Funcionário Designado

DECRETO Nº177/2018 - DE 20 DE JUNHO DE 2018.

Publicação Nº 1663890

DECRETO Nº177/2018 - DE 20 DE JUNHO DE 2018.

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE PROGRESSÃO POR MÉRITO AOS SERVIDORES PÚBLICOS E DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o Inciso XIII, do Artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o disposto no Capítulo III e na Seção II do Capítulo V da Lei Complementar nº 31, de 05 de dezembro de 2001 que trata do Plano de Cargos e Remuneração dos Servidores Públicos Municipais, e na Seção II do Capítulo VI da Lei Complementar nº.30, de 05 de dezembro de 2001, que dispõe sobre o Plano de Cargos e Remuneração dos Profissionais da Educação.

CONSIDERANDO o Formulário de Avaliação de Desempenho Para fins de Progressão por Mérito referente ao ano de 2018, aplicado pela Comissão de Avaliação de Progressão por Mérito, nomeada através do Decreto nº 090/2018, de 03 de abril de 2018;

CONSIDERANDO o Ofício nº 073/2018, de 23 de maio de 2018, do Setor de Recursos Humanos, que encaminhou a Ata nº 001 de 21 de maio de 2018, da Comissão de Avaliação Especial de Desempenho – Estágio Probatório,

DECRETA:

Art. 1º CONCEDER PROGRESSÃO POR MÉRITO, equivalente a 1% (um por cento) incidente sobre o vencimento base, aos Servidores Públicos Municipais efetivos e Profissionais efetivos da Educação, constantes do Anexo I do presente decreto.

Art. 2º A concessão da Progressão Por Mérito, por meio do disposto nas leis complementares que tratam da referida vantagem pecuniária, terão seu efeitos produzidos preteritamente, a partir de 01/05/2018, aos servidores municipais que assim o fizeram jus na referida competência.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 20 de junho de 2018.

SILVANO DE PARIZ

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado

Em ___/___/___

Lei Municipal 1087/1993

Taffarel Antonio Simon

Funcionário Designado

ANEXO I DO DECRETO Nº 177/2018 - DE 20 DE JUNHO DE 2018

SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS

NOME	CARGO	Matrícula Nº	Progressão Nº
Adroaldo Spolti	Motorista	19791	05
Albani Maria Garbin	Professora de Ensino Fundamental	575 19842	16 05
Alberto Antonio Pulga	Motorista	605	15
Alcione Maria Bevilacqua	Professora de Ensino Fundamental	1058 1871	15 08

Alini C. H. Copatti	Fiscal de Tributos e Obras	19887	03
Alisandra Moraski dos Santos	Técnica em Enfermagem	1817	08
Alsevedo Schmitt	Auxiliar de Serviços Gerais	1316	12
Alvadir Dileto Grieser	Vigia	1087	06
Álvaro Hanauer	Mecânico	19876	05
Ana Paula Marsaro	Professora de Educação Física	19850	05
André Luis Berlanda	Técnico em Atividades Administrativas	1715	09
Angela Ferreira da Luz Favaretto	Agente Comunitário de Saúde	19979	03
Angela Maria Bevilacqua	Professora de Educação Física	19840	05
Angelina Dalmago Lunedo	Auxiliar de Serviços	1698	09
Anilson Antonio Comunello	Técnico em Agropecuária	19868	03
Antoninho Siviero	Professora de Ensino Fundamental	760	16
Antonio da Silva	Motorista	1413	12
Ari Antonio Dalazen	Técnico em Agropecuária	1713	09
Arlene Mariciana Berlanda	Técnica em atividades administrativas	1784	09
Arlindo Segalin	Motorista	1295	11
Basilio Lima	Vigia	1419	10
Beatriz Gomes de Oliveira Welter	Professora de Ensino Fundamental	19845 556	05 15
Beatriz Pasqualotto Seraglio	Professora de Ensino Fundamental	1059 20192	15 01
Carmem Donzelli Moterle	Agente Comunitário de Saúde	2021	05
Cátia Regina Backes Dezordi	Técnica em Atividades Administrativas	1862	08
Cerlei Lourdes Busnello Spagnollo	Professora de Ensino Fundamental	528 542	15 15
Chaiane Kuhl	Auxiliar de Serviços Gerais	19966	03
Claudenir Serafini	Operador de Máquinas	19976	03
Claudete Vieira dos Santos Gonçalves	Professora de Educação Infantil	19853 20183	04 01
Cláudio Contti	Auxiliar de Serviços Gerais	701	16
Cleci Salete Dall Agnese	Professora de Ensino Fundamental	534 764	14 15
Cleci Terezinha Marafon Comin	Auxiliar de Serviços Gerais	1696	09
Cleocir Antonio Ferrari	Mecânico	19970	03
Cristiane Simonini	Professora de Educação Infantil	19852	05
Cristiano de Martini	Motorista	19773	05
Daiane Novello Boff	Enfermeira	1898	06
Dalva Roberta Festner	Professora de Educação Infantil	1333 20182	12 01
Daniela Gubert	Enfermeira	1904	07
Daniela Santin Maróstica	Agente Comunitário de Saúde	2024	05
Darli Maria Conte Paz	Professora de Ensino Fundamental	1051 19857	15 05
Dejaime Marssal de Lima	Vigia	19955	03
Denise Maria Fornazier	Agente Comunitário de Saúde	2026	05
Décio de Jesus Duarte Proencio	Auxiliar de Serviços Gerais	957	16
Díles Dalla Riva Devise	Auxiliar de Serviços Gerais	1702	09
Dilvete Maria Zanatto Variani	Professora de Ensino Fundamental	547 632	16 16
Dionilda Salete Frigo	Professora de Ensino Fundamental	19917 20186	03 01
Dirlei Lucia Vilbrantz	Professora de Artes	19866	05
Dorvalino Bairros de Souza	Vigia	1792	08
Edegar de Oliveira Flores	Motorista	1415	12
Edgar Dóris Berlanda	Técnico em Contabilidade	1275	13
Ediane Madela	Professora de Educação Infantil	1329	12
Ediane Madela	Professora de Ensino Fundamental	1873	08
Edson Savoldi	Engenheiro Agrônomo	1705	09
Eider Lazzarin	Professor de Educação Física	19839	05
Elis Regina Backes Grigol	Assistente Administrativo	1365	11
Elisangela Zilio Dallacqua	Professora de Educação Física	19916	03

Elizete Carmem da Silva Donzelli	Auxiliar de Serviços Gerais	1699	09
Enio Francisco Copatti	Engenheiro Agrônomo	1125	15
Erderson Mezzomo	Operador de Máquinas	19975	03
Everaldo Francisco Agnes	Auxiliar de Serviços Gerais	1326	09
Fabieli Marta Schneider	Médica	19983	03
Fabio Ferreira Terres	Operador de Máquina	19922	03
Fernanda Zilio	Nutricionista	1785	09
Francieli Paravisi Cita	Agente Comunitário de Saúde	2027	05
Genelci Piccinin Cella	Professora de Educação Infantil	19841 20185	05 01
Geronide Craco Dias	Auxiliar de Serviços Gerais	1775	09
Gertrudes Luza Paza	Agente Comunitário de Saúde	2028	05
Gian Douglas Both	Técnico em Controle Interno	1857	08
Gilberto Valgoi	Mecânico	19878	03
Gilmar de Marchi	Motorista	1855	02
Gilmar Gonçalves	Motorista	1201	14
Gracilde Ribeiro dos Santos	Técnica em Enfermagem	1818	08
Idianara Zaparoli Mioranza	Agente Comunitário de Saúde	2030	05
Inês Poltronieri	Professora de Ensino Fundamental	532 535	14 14
Ione Maria Vedana Radaeli	Agente Comunitário de Saúde	2031	05
Iraci Lemes de Morais	Auxiliar de Serviços Gerais	19980	03
Iracilde Catarina Bée Lovera	Técnica em Enfermagem	19907	03
Irma Salvi Barp	Auxiliar de Serviços Gerais	1697	09
Irone de Oliveira Flores	Motorista	1414	09
Ivandra Célia Cima	Professora de Ensino Fundamental	19849 1062	05 15
Ivanete Bison	Professora de Ensino Fundamental	1350 19847	12 05
Ivete Maria Da Silva Costa	Assistente de Serviço Social	1729	09
Ivomar Panição	Operador de Máquinas	670	15
Ivone Lampugnani	Auxiliar de Serviços Gerais	1861	08
Jair Antonio Romanzini	Motorista	1860	08
Jair de Micheli	Operador de Máquinas	368	16
Jair Gonçalves	Agente de apoio Operacional	1837	08
Jamal Abdel Jabbar Amer	Bioquímico	1569	09
Janaine Pertile	Técnica em Enfermagem	19905	03
Jandir Pasinato	Motorista	19882	04
João Carlos Dalla Costa	Professora de Ensino Fundamental	1055 1056	14 12
João Carlos Zanoni	Agente de Apoio Operacional	19774	05
João Claudiomiro Nunes	Assistente de Serviço Social	1730	08
Joari José Picinini	Motorista	19915	03
Jocelia Kuntzler	Auxiliar de Serviços Gerais	1320	12
Joelson de Quadros Moreira	Engenheiro Agrônomo	1704	09
Josete Teresinha Ferrari	Agente de Apoio Operacional	19962	03
Jucelia A Agnes Prestes	Professora de Ensino Fundamental	1348	12
Jucelia Aparecida Agnes Prestes	Professora de Educação Infantil	19854	05
Juceliane Morgan Bordignon	Agente Comunitário de Saúde	20041	03
Jucenir Rigon	Professora de Ensino Fundamental	525	16
Julcemir de Souza	Operador de Máquina	2016	05
Julcimar Antonio Cunico	Motorista	1283	13
Juliana Regina de Lima	Auxiliar de Serviços Gerais	19798	04
Juliana Rodrigues	Auxiliar de Serviços Gerais	19974	03
Jurandi Jungles	Assistente de Obras	19870	05
Kátia Regina Dal pont Rodrigues	Professora de Educação Infantil	1334 20209	11 01
Kely Cristina Beltrame Gotz	Professora de Educação Infantil	1299 19846	13 05
Leomara Venturim	Agente Comunitário de Saúde	2035	05
Leonides Rossetto Seganfredo	Professora de Ensino Fundamental	1342	13

Lisete Ely Santore	Professora de Educação Especial	1340 20217	12 01
Loreci Albani	Assistente de Serviço Social	1831	08
Lorita de Lima Lazzarotto	Auxiliar de serviços Gerais	20043	01
Luis Carlos Da Silva	Auxiliar de serviços Gerais	1322	12
Lurdes Cataneo Zattera	Auxiliar de Serviços de Saúde Pública	1774	09
Madelaine Conte Morgan	Professora de Ensino Fundamental	731	16
Maico Marcelo Comin	Motorista	19964	03
Mara Regina Zanchet Bodanese	Agente Administrativo	500	16
Marcelo Rodrigues da Silva	Professora de Ensino Fundamental (6º ao 9º ano)	20054 20214	01 01
Marcos Fernando Zanella	Advogado	20017	03
Margarete Maria Panseira Molon	Agente de Saúde Pública	1349	12
Margarete Roman Both	Professora de Ensino Fundamental	1710 20195	09 01
Margarete Sotoriva	Agente Comunitário de Saúde	2037	05
Maria de Fátima de Andrade Ramos	Técnica em Enfermagem	1820	07
Maria Salete Siqueira	Auxiliar de Serviços Gerais	1701	07
Maria Silvana Lazaretti Orso	Auxiliar de Serviços Gerais	1703	09
Marilene Loraschi Ferrari	Auxiliar de Serviços Gerais	19776	04
Marisa Aparecida Libardoni de Cezaro	Agente Comunitário de Saúde	2040	05
Marisa da Silva Balbinot	Agente Comunitário de Saúde	2039	05
Marizete da Silva de Almeida	Auxiliar de Serviços Gerais	19981	03
Marli Besson Sotoriva	Professora de Ensino Fundamental	327 553	16 16
Marli da Rosa de Almeida	Auxiliar de Serviços Gerais	19965	03
Marli Teresinha Corioletti Pazinato	Professora de Ensino Fundamental	1691 20194	09 01
Mônica Zilio Erthal	Auxiliar de Enfermagem	19993	03
Nalci Terezinha Fuma da Silva	Agente Comunitário de Saúde	2041	05
Nayara Patrícia Faresin	Professora de Educação Infantil	19823 20181	05 01
Neidecléia Piva Lourenci	Auxiliar de Serviços Gerais	19881	03
Neivete Meurer Rodighero	Assistente Administrativo	45	13
Nelson Antonio de Lima	Agente de Manutenção e Conservação	896	15
Nelson de Oliveira	Agente de Manutenção e Conservação	218	15
Nilton Carlos Alberti	Operador de Máquinas	369	16
Noeli Tasca Panseira	Professora de Educação Infantil	1066 1067	15 12
Odelires Gaboardi Flores	Auxiliar de Serviços Gerais	1321	06
Odete Maria David Paris	Professora de Ensino Fundamental	19834 20196	05 01
Odete Nolasco De Campos Rigon	Professora de Ensino Fundamental	1344 20068	12 01
Odinei Dariva	Motorista	19772	04
Ortenila de Lima Menoncin	Professora de Ensino Fundamental	628 552	16 16
Orzania Lucia Nespolo	Professora de Ensino Fundamental	1341	11
Pedro Alves Perão	Vigia	1420	12
Rafael Jucie Bevilacqua	Operador de Máquina	19869	05
Raquel Pasa	Professora de Educação Infantil	19858	04
Régis Eduardo Sette	Técnico em atividades administrativa	19954	03
Rejane Daniel Hillesheim	Professora de Ensino Fundamental	1060 19838	13 03
Renata Eleuterio Leite	Agente Comunitário de Saúde	2042	05
Rildo José Beber	Agente Administrativo	117	05
Romualdo Jorge Giroto	Motorista	19792	04
Romualdo Rebelatto	Professora de Ensino Fundamental	1337 20193	13 01
Rosa Maria Tessaro De Bortoli	Professora de Ensino Fundamental	762 763	16 12

Rosana Lúcia Palavicini	Professora de Ensino Fundamental	765 2001	15 06
Rosane Tubin	Professora de Ensino Fundamental	1406 2018	12 05
Rosângela Basi	Engenheiro Agrônomo	1706	07
Rosângela Toazza	Enfermeira	1872	08
Roseli Faresin	Professora de Ensino Fundamental	188 299	16 16
Rosilei Schmitt de Moraes	Agente Comunitário de Saúde	19880	03
Rosimar Magalhães	Vigia	19963	03
Rosimari Piovezan Comachio	Professora de Educação Infantil	1330 19844	12 05
Sandra Constanzi	Odontóloga	1709	08
Sandra Maria Grassioli Rigon	Auxiliar de Enfermagem	19991	03
Sandra Steffens	Pedagoga	1731	09
Sérgio Luiz Tubin	Operador de Máquina	2017	05
Serlei Salete Constanzi Menoncin	Professora de Ensino Fundamental	559 1875	12 09
Sidiane Costarelli Paiva	Psicóloga	19903	08
Silvia Kottwitz Rodighero	Técnica em Enfermagem	1821	08
Silvia Regina Rossetto	Professora de Ensino Fundamental	2008 1054	06 15
Silvia Risson Peretti	Professora de Educação Infantil	1331 20184	12 01
Sirlei Aparecida de Vargas Pistori	Auxiliar de Serviços de Saúde Pública	1834	08
Suelen Bigolin Barbosa	Técnico em Atividades Administrativas	19865	05
Sueli Agostinetti Demartini	Professora de Ensino Fundamental	196	16
Susiana Benelli	Enfermeira	1779	09
Suzane Elizabete Boza Santian	Auxiliar de Serviços Gerais	1694	09
Tatiana Dhein Botega	Agente Comunitário de Saúde	20048	01
Tavana Pedott Rodrigues	Enfermeira	2048	06
Valdecir Lorenzi Dal Pont	Fiscal de vigilância sanitária	1291	13
Valmir da Silva	Agente de Apoio Operacional	1836	08
Vandercelio Salla Darif	Odontólogo	1119	15
Vanderlei Nunes	Fiscal de vigilância sanitária	1707	09
Vânia Maria Dala Riva Dallssão	Professora de Ensino Fundamental	1064 19851	15 05
Veronica Comin	Agente de Apoio Operacional	19770	05
Víctor Garcia Gato	Médico Veterinário	1994	07
Vilmar Antonio Bombana	Motorista	560	16
Vivaldino de Oliveira	Motorista	1285	08
Zanete Maria Bugança Paravise	Agente Comunitário de Saúde	2046	05

SILVANO DE PARIZ

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado

Em ___/___/___

Lei Municipal 1087/1993

Taffarel Antonio Simon

Funcionário Designado

Rancho Queimado

PREFEITURA

ATO CONVOCATÓRIO 25

Publicação Nº 1663898

PREFEITURA MUNICIPAL DE RANCHO QUEIMADO
GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL

ATO CONVOCATÓRIO XXV

A PREFEITA MUNICIPAL DE RANCHO QUEIMADO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, informa e convoca os candidatos abaixo, aprovados através do Concurso Público nº 01/2017, a comparecerem no Setor Pessoal para manifestar seu interesse de ingressar no quadro da Administração Municipal:

- VITOR HUGO MORFIM DA SILVA

Rancho Queimado, em 25 de junho de 2018.
CLECI APARECIDA VERONEZI
Prefeita Municipal

DECRETO 2432-2018 INSTITUI REGIMENTO INTERNO CONS DES INTEGRADO RQ

Publicação Nº 1664405

DECRETO Nº 2432, de 25 de junho de 2018.
INSTITUI O REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DE RANCHO QUEIMADO.

CLECI APARECIDA VERONEZI, Prefeita do Município de Rancho Queimado, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, e com base nas deliberações do Conselho de Desenvolvimento Integrado de Rancho Queimado, em reunião realizada no dia 20 de junho de 2018;

CONSIDERANDO a Competência do Conselho de Desenvolvimento Integrado (CDI), estabelecida nos termos do art. 288, incisos IX, do Plano Diretor Participativo de Rancho Queimado;

RESOLVE estabelecer o Regimento Interno do Conselho de Desenvolvimento Integrado de Rancho Queimado, na forma dos dispositivos expressos a seguir:

CAPÍTULO I - DA NATUREZA E OBJETIVOS

Art. 1º O Conselho de Desenvolvimento Integrado de Rancho Queimado, ou CDI-RQ, é um órgão colegiado, de natureza permanente, deliberativa, consultiva e propositiva de âmbito municipal, componente do Sistema Municipal de Participação e Controle Social no planejamento e na gestão das políticas territorial e urbanística locais, denominado oficialmente Sistema de Acompanhamento e Controle referido na Lei Complementar nº 002 de 24 de junho de 2008, ou Plano Diretor Participativo do Município de Rancho Queimado, e que reúne representantes do Poder Público e da Sociedade Civil.

§ 1º O CDI-RQ é instância garantidora da participação popular no processo de planejamento e gestão municipal e de implementação do Plano Diretor Participativo de Rancho Queimado.

§ 2º O CDI-RQ fará parte da estrutura administrativa do Poder Executivo Municipal, junto ao órgão da administração responsável pelo planejamento urbano e rural, sendo-lhe assegurado estrutura física e autonomia política para as deliberações.

Art. 2º O CDI-RQ tem por objetivos:

- I - promover e monitorar o desenvolvimento municipal, sempre considerando a integração e complementaridade entre atividades urbanas e rurais, de forma a buscar o desenvolvimento socioeconômico do Município e sua área de influência;
- II - garantir a efetiva participação da Sociedade Civil em todas as fases do processo de planejamento e gestão territorial e urbanística;
- III - integrar políticas e ações responsáveis pela intervenção urbanística e territorial;
- IV - articular-se com os outros conselhos setoriais, sejam de âmbito municipal, estadual ou nacional;
- V - acompanhar, avaliar e garantir a continuidade no tempo das políticas, planos, programas e projetos, tratando de:
 - a) definir as prioridades, os projetos e as metas regionais dos planos de desenvolvimento urbano, considerando as necessidades locais;
 - b) subsidiar o executivo na delimitação das áreas especiais de interesse;
 - c) acompanhar a realização das metas estratégicas, controlando a execução dos planos e projetos locais;
 - d) subsidiar o executivo na definição das prioridades para implantação de equipamentos urbanos, serviços e infraestrutura;
 - e) acompanhar e avaliar a implementação da legislação orçamentária municipal de acordo com as diretrizes, prioridades, planos, programas, projetos e instrumentos expressos neste Plano Diretor Participativo;
 - f) acompanhar, avaliar e aprovar a elaboração, correção e atualização da Planta de Valores Genéricos (PVG);
 - g) promover ações na esfera local que contribuam com o apoio à criação e operacionalização do Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano;
 - h) acompanhar a implementação do PDP e avaliar a efetividade dos seus instrumentos, objetivando a implantação da política urbana definida, como também propor as revisões e alterações pertinentes;
 - i) apreciar as propostas de alteração na legislação urbanísticas enviadas pelo executivo, legislativo ou iniciativa popular;
 - j) apreciar, mediante parecer técnico, os projetos de urbanização e de equipamentos urbanos que causem impacto ambiental e na estrutura urbana, de responsabilidade da Prefeitura, dos governos federal, estadual e do setor privado.

CAPÍTULO II - DAS COMPETÊNCIAS

Art. 3º Compete ao CDI-RQ:

- I - defender e garantir a efetiva participação da Sociedade Civil, em observância ao Estatuto da Cidade, bem como a continuidade de políticas, planos, programas e projetos de desenvolvimento territorial e urbanístico do Município;
- II - estimular a ampliação e o aperfeiçoamento dos mecanismos de participação e controle social municipais e regionais;
- III - estudar e propor diretrizes para a formulação e implementação da política municipal de desenvolvimento territorial e urbanístico, de forma articulada com as demais políticas de desenvolvimento territorial e urbanístico, sejam estas de nível nacional, estadual, regional e/ou metropolitano;
- IV - acompanhar, monitorar e avaliar a execução das políticas referidas no inciso anterior, deliberando e emitindo orientações, com vistas ao cumprimento do Estatuto da Cidade;
- V - propor a edição de normas gerais que regulem matéria territorial e urbanística;

VI - articular-se com outros conselhos municipais, de forma a integrar ações e políticas pertinentes;

VII - articular-se com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano, ou Conselho das Cidades, bem como com o Conselho similar na esfera estadual, de forma a integrar ações e políticas pertinentes, contribuindo, no exercício de suas atribuições, com a criação do Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano;

VIII - opinar sobre os projetos de lei de matéria urbanística a serem encaminhados ao Legislativo bem como quanto a sua sanção;

IX - aprovar seu Regimento interno e decidir sobre as alterações propostas por seus membros, na forma da presente Lei;

X - gerenciar o Fundo Municipal voltado ao financiamento dos planos, programas e projetos estabelecidos no Plano Diretor Participativo;

XI - criar Câmara Temática no âmbito do Conselho de Desenvolvimento Integrado do Município de Rancho Queimado, com a função de aprovar o uso, a destinação e obras em edificações históricas.

§ 1º É facultado ao CDI-RQ, diretamente ou através de assessorias, consultorias e auditorias:

I - promover a realização de eventos municipais e regionais sobre temas relacionados aos seus objetivos;

II - solicitar e/ou realizar estudos sobre temas relacionados aos seus objetivos.

§ 2º As regras voltadas ao gerenciamento do Fundo Municipal de Desenvolvimento Integrado previsto no inciso X deste artigo, encontram-se detalhadas no Capítulo IV, deste Regimento.

CAPÍTULO III - DA ORGANIZAÇÃO, DA ELEIÇÃO E DO MANDATO DOS CONSELHEIROS, DA COMPOSIÇÃO, DO PRESIDENTE, DO PLENÁRIO, DO SECRETÁRIO EXECUTIVO E DAS CÂMARAS TEMÁTICAS

SEÇÃO I - DA ORGANIZAÇÃO, DA ELEIÇÃO E DO MANDATO DOS CONSELHEIROS

Art. 4º O CDI-RQ se organiza seguindo critérios de representação territorial e setorial, sendo composto, em sua totalidade, por 30 (trinta) membros.

§ 1º A representação territorial será composta por 9 (nove) membros, observada a seguinte distribuição e composição:

I - 02 (dois) representante da Macrozona Rural do Mato Francês;

II - 01 (hum) representante da Macrozona Rural de Taquaras;

III - 01 (hum) representante da Macrozona Rural de Morro Chato e Linhas;

IV - 01 (hum) representante da Macrozona Rural de Invernadinha e Queimada Grande;

V - 02 (dois) representantes da Macrozona Urbana Sede e Morro Chato;

VI - 02 (dois) representantes da Macrozona Urbana Taquaras e Rio Bonito.

§ 2º A representação setorial será composta por 21 (vinte e hum) membros, observada a seguinte distribuição e composição:

I - 03 (três) representantes do Poder Executivo Municipal;

II - 04 (quatro) representantes do Poder Legislativo Municipal;

III - 03 representantes dos Conselhos Municipais - Conselho de Saúde, de Educação e de Desenvolvimento Rural;

IV - 02 (dois) representantes dos Trabalhadores;

V - 02 (dois) representantes dos Empresários, sendo 01 (hum) representante dos Condomínios legalmente constituídos e 01 (hum) representante do Empresariado local;

VI - 01 (hum) representante de Organizações Não Governamentais (ONG's);

VII - 05 (cinco) representantes dos Movimentos Sociais Organizados;

VIII - 01 (hum) representante de Entidades Profissionais.

Parágrafo único. Fica assegurada uma vaga de suplente para cada conselheiro territorial e setorial titular.

Art. 5º O Congresso Municipal de Desenvolvimento Integrado do Município de Rancho Queimado é o fórum de eleição dos

conselheiros territoriais referidos no parágrafo 1º do art. 4º, conforme estabelecido na Lei do Plano Diretor Participativo.

Parágrafo único. As regras para escolha dos conselheiros territoriais são detalhadas no Regimento do Congresso Municipal de Desenvolvimento Integrado do Município de Rancho Queimado.

Art. 6º Os representantes setoriais referidos no parágrafo 2º do art. 4º serão escolhidos no âmbito de seu respectivo setor, no exercício de sua autonomia, conforme estabelecido na Lei do Plano Diretor Participativo.

Parágrafo único. A escolha dos representantes setoriais no âmbito de seu respectivo setor referida no caput será comprovada por Ata de Eleição ou, na impossibilidade de sua elaboração, por documento registrado em Cartório, cujo modelo deverá ser fornecido pelo CDI-RQ.

Art. 7º O mandato dos conselheiros territoriais e setoriais será de 2 (dois) anos, sendo permitida uma reeleição sucessiva.

Parágrafo Único - O início e término do mandato dos conselheiros não poderão coincidir com o início e término do mandato do Prefeito Municipal.

SEÇÃO II - DA COMPOSIÇÃO

Art. 8º O CDI-RQ é composto:

I - pelo Plenário;

II - por seu Presidente;

III - por seu Vice-presidente;

III - pelo Secretário Executivo;

IV - pelas Câmaras Temáticas;

V - pelo Comitê Gestor do Fundo Municipal de Desenvolvimento Integrado de Rancho Queimado.

SEÇÃO III - DO PLENÁRIO

SUBSEÇÃO I - Das disposições gerais

Art. 9º O Plenário é instância máxima e soberana de decisão do CDI-RQ, sendo composto pelos Conselheiros membros do CDI-RQ segundo as determinações expressas no Plano Diretor Participativo.

SUBSEÇÃO II - Das atribuições do Plenário

Art. 10. São atribuições do Plenário:

I - aprovar a pauta das reuniões;

II - analisar e aprovar as matérias em pauta;

III - propor, analisar e aprovar este Regimento Interno e suas eventuais modificações;

IV - decidir sobre casos omissos neste Regimento;

V - constituir grupos de trabalho, quando necessário e por ato expresso e fundamentado;

VI - indicar os membros das Câmaras Temáticas a serem nomeados pelo Presidente;

VII - solicitar, quando necessário e por ato expresso e fundamentado, estudos ou pareceres técnicos sobre matéria afeta às suas competências.

SUBSEÇÃO III - Do quórum e funcionamento das reuniões do Plenário

Art. 11. O CDI-RQ se reunirá, ordinariamente, a cada três meses e, extraordinariamente, por convocação do seu Presidente ou por 1/3 (um terço) de seus membros.

§ 1º As reuniões ordinárias serão convocadas com, no mínimo, 10 (dez) dias de antecedência.

§ 2º As reuniões extraordinárias serão convocadas com, no mínimo, 05 (cinco) dias de antecedência.

§ 3º A pauta e conteúdo das reuniões referidas nos §§ 1º e 2º deverão ser enviados junto às respectivas convocações.

§ 4º As reuniões do CDI-RQ serão públicas.

Art. 12. O quórum mínimo para instalação dos trabalhos em reuniões do CDI-RQ será de metade mais um dos conselheiros titulares ou conselheiros suplentes que estiverem exercendo função de titular.

Art. 13. Na primeira reunião ordinária anual, o CDI-RQ discutirá e estabelecerá seu cronograma de reuniões ordinárias para o ano. Parágrafo único. O cronograma referido no caput será discutido e deliberado pelo Plenário com base em proposta a ser elaborada pela Secretaria-Executiva.

Art. 14. As reuniões do CDI-RQ terão sua pauta previamente distribuída pelo Secretário-Executivo aos membros do Plenário e obedecerá a seguinte ordem de procedimentos:

I - abertura e informes;

II - manifestações gerais;

III - aprovação da pauta;

IV - leitura, debate e votação da ata anterior;

V - apresentação, debate e aprovação de assuntos em pauta;

VI - apresentação de pauta para a próxima reunião;

VII - encerramento.

Parágrafo único. Respeitada a ordem referida nos incisos I a VII do caput, novos procedimentos poderão ser estabelecidos extraordinariamente, por deliberação do Plenário.

Art. 15. As reuniões do Plenário serão gravadas e nas suas atas constará:

I - a relação de participantes e, quando aplicável, o órgão ou entidade que representa;

II - o resumo de cada informe prestado;

III - a relação dos assuntos postos em pauta;

IV - o resultado das deliberações, com registro dos votos a favor, contra e abstenções.

§ 1º O teor integral das matérias tratadas nas reuniões do CDI-RQ estará disponível a qualquer interessado para consultas em sua Secretaria-Executiva, desde que solicitado por escrito com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas.

§ 2º As deliberações, pareceres e recomendações do CDI-RQ serão formalizadas mediante Resoluções assinadas por seu Presidente.

Art. 16. O Conselheiro titular que se ausentar injustificadamente às reuniões convocadas, ordinárias e extraordinárias, por 03 (três) vezes consecutivas ou 05 (cinco) alternadas, e que não tenha sido representado nestas reuniões pelo seu Conselheiro suplente, perderá seu mandato e será substituído pelo suplente.

Parágrafo único. Em caso de vacância de conselheiro, titular ou suplente, por renúncia ou perda de mandato, a Secretaria-Executiva informará as instituições ou entidades, para que indiquem novos representantes no prazo máximo de 15 (quinze) dias.

SUBSEÇÃO IV - Da votação

Art. 17. As deliberações do CDI-RQ serão tomadas por maioria simples dos presentes com direito a voto.

§ 1º O quórum mínimo para as deliberações será de metade mais 01 (um) dos conselheiros com direito a voto que compõem o Plenário.

§ 2º Serão considerados com direito a voto os conselheiros titulares, cabendo o direito ao suplente somente no caso de impedimento ou vacância do titular.

§ 3º O Presidente do CDI-RQ votará somente em caso de empate.

SEÇÃO IV - DO PRESIDENTE E DO VICE-PRESIDENTE DO CDI-RQ

SUBSEÇÃO I - Das disposições gerais

Art. 18. O Presidente e o Vice-presidente do CDI-RQ serão eleitos entre os conselheiros na primeira reunião de cada mandato.

Parágrafo único. O mandato do Presidente e do Vice-presidente é de 02 (dois) anos, podendo se reeleger uma vez consecutiva.

SUBSEÇÃO II - Das atribuições

Art. 19. São atribuições da Presidência:

I - convocar e presidir as reuniões do Plenário;

II - indicar os representantes que compõem o CDI-RQ que irão representar o Conselho em reuniões e eventos externos, bem como em outros conselhos e congêneres;

III - aprovar o Secretário-Executivo, apresentado pelo Poder Executivo Municipal;

IV - submeter à votação as matérias a serem decididas pelo Plenário;

V - submeter o Relatório Anual do CDI-RQ à apreciação e aprovação pelo Plenário;

VI - encaminhar ao Prefeito Municipal exposição de motivos e informações sobre as matérias da competência do CDI-RQ;

VII - delegar competências ao Secretário-Executivo, quando necessário, e por ato expresso e fundamentado;

VIII - zelar pelo cumprimento das disposições deste Regimento tomando, para este fim, as providências que forem necessárias, no limite de suas atribuições;

IX - solicitar, com a anuência do Plenário, a elaboração de estudos, informações e posicionamento sobre temas de relevante interesse público;

X - nomear os integrantes das Câmaras Temáticas indicados pelo Plenário, conforme inciso VI do art. 10;

XI - compor grupos de trabalho;

XII - homologar deliberações e atos do CDI-RQ;

XIII - assinar as atas aprovadas das reuniões do CDI-RQ.

Parágrafo único. O Vice-presidente exercerá as funções da Presidência quando o Presidente solicitar ou não puder comparecer às reuniões do CDI-RQ.

SEÇÃO V - DA SECRETARIA-EXECUTIVA

SUBSEÇÃO I - Das disposições gerais

Art. 20. A Secretaria-Executiva do CDI-RQ funcionará junto ao órgão referido no § 2º do art. 1º, o qual garantirá o suporte técnico e operacional para o seu pleno funcionamento e o do próprio Conselho.

§ 1º A Secretaria-Executiva tem por finalidade a promoção do necessário apoio técnico-administrativo ao Conselho e às Câmaras Temáticas.

§ 2º A Secretaria-Executiva será exercida por um servidor municipal de carreira.

SUBSEÇÃO II - Das atribuições

Art. 21. São atribuições da Secretaria-Executiva do CDI-RQ:

I - auxiliar o Presidente no exercício das atividades da sua competência;

II - despachar com o Presidente sobre os assuntos pertinentes ao CDI-RQ;

III - preparar, antecipadamente, as reuniões do CDI-RQ, incluindo convites a apresentadores de temas previamente aprovados em sessão anterior, os informes e as remessas de material aos conselheiros e outras providências;

IV - assessorar e acompanhar as reuniões do Plenário, compondo a mesa e assessorando o Presidente;

V - registrar as atas das reuniões;

VI - redigir as resoluções aprovadas pelo CDI-RQ, que serão assinadas por seu Presidente;

VII - providenciar, com apoio do órgão referido no § 2º art. 1º, a publicação das resoluções aprovadas pelo Plenário e homologadas pelo Presidente;

VIII - dar encaminhamento às deliberações do Plenário e acompanhar mensalmente a implementação das deliberações das reuniões anteriores;

IX - acompanhar os encaminhamentos relativos às resoluções aprovadas e dar as respectivas informações atualizadas, durante os informes do Plenário;

X - enviar correspondências, conforme deliberado em reuniões anteriores, despachar os processos e os expedientes de rotina;
XI - providenciar a remessa de cópia da ata a todos os componentes do Plenário;
XII - acompanhar e apoiar as atividades das Câmaras Temáticas, inclusive quanto ao cumprimento dos prazos de apresentação de trabalhos ao Plenário;
XIII - articular-se com as Câmaras Temáticas, visando o cumprimento das deliberações do Conselho;
XIV - manter atualizadas as informações sobre a estrutura do CDI-RQ;
XV - submeter ao Plenário, no primeiro trimestre de cada ano, o relatório de atividades do ano anterior;
XVI - manter os registros atualizados de toda a documentação do CDI-RQ.
XVII - dar ampla publicidade a todos os atos de convocação das reuniões e demais atos e atividades do CDI-RQ;
XVIII - providenciar as informações aos interessados a que se refere o parágrafo primeiro do art. 13;
XIX - facilitar a comunicação com representantes das secretarias municipais, bem como com demais órgãos municipais, estaduais e federais e entidades e instituições;
XX - exercer outras atribuições que lhe sejam delegadas pelo Presidente ou pelo Plenário, mediante ato expresso e fundamentado pelo CDI-RQ.

Parágrafo único. No relatório de atividades referido no inciso XV deverá constar os recursos disponíveis do Fundo Municipal de Desenvolvimento Integrado de Rancho Queimado.

SEÇÃO VI - DAS CÂMARAS TEMÁTICAS

SUBSEÇÃO I - Das disposições gerais

Art. 22. O CDI-RQ terá seus debates e suas decisões subsidiadas por Câmaras Temáticas.

Parágrafo único. A instituição de Câmaras Temáticas, com a definição da respectiva composição, bem como atribuições específicas se dará por decisão do Plenário do CDI-RQ e será formalizada em Resolução do CDI-RQ.

SUBSEÇÃO II - Das atribuições gerais das Câmaras Temáticas

Art. 23. São atribuições gerais das Câmaras Temáticas:

- I - preparar as discussões temáticas para apreciação e deliberação pelo Plenário;
- II - promover a articulação com órgãos e entidades promotoras de estudos, propostas e tecnologias relacionadas à política municipal de desenvolvimento urbano;
- III - propor a criação de grupos de trabalho para promover eventuais discussões com a Sociedade sobre assuntos relacionados com suas respectivas atribuições específicas;
- IV - apresentar relatório conclusivo ao Plenário, sobre matéria submetida a estudo, dentro do prazo fixado por este, acompanhado de todos os documentos que se fizerem necessários ao cumprimento de suas finalidades.

Parágrafo único. Os grupos de trabalho referidos no inciso III do caput terão regras de funcionamento, número de componentes e calendário de atividades a serem elaborados pelas respectivas Câmaras Temáticas às quais estejam vinculados e submetidos à aprovação pelo Plenário do CDI-RQ.

SUBSEÇÃO VIII - Do Funcionamento das Câmaras Temáticas e dos grupos de trabalho

Art. 24. As Câmaras Temáticas e os grupos de trabalho funcionarão sob demanda do CDI-RQ.

§ 1º A demanda referida no caput:

- I - deverá ser fundamentada pela vinculação com a temática respectiva a cada Câmara Temática;

II - deverá ser estabelecida em função da necessidade de subsidiar discussões complementares ao debate.

§ 2º Para atender à demanda referida no caput:

I - a Câmara Temática deverá ser convocada em, no mínimo, 15 (quinze) dias para reunião onde receberá a demanda e eventuais explicações do conselho sobre a mesma;

II - a Câmara Temática terá até a próxima reunião ordinária do CDI-RQ para responder à demanda formulada.

CAPÍTULO IV - DO FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DE RANCHO QUEIMADO

SEÇÃO I - DA NATUREZA E DOS OBJETIVOS DO FUNDO

Art. 25. O Fundo Municipal de Desenvolvimento Integrado de Rancho Queimado é um Fundo de natureza contábil vinculado ao CDI-RQ, destinado ao financiamento e investimentos necessários ao desenvolvimento urbano e rural, conforme a Lei do Plano Diretor Participativo.

Parágrafo único. As regras relacionadas à captação e à destinação de recursos do Fundo Municipal de Desenvolvimento Integrado, bem como as demais regulamentações necessárias ao seu efetivo funcionamento deverão estar previstas na Lei Municipal específica que o instituir, e estarem de acordo com a Lei Complementar nº 002/2008, Plano Diretor Participativo de Rancho Queimado.

SEÇÃO II - DO COMITÊ GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO

Art. 26. O Fundo Municipal de Desenvolvimento Integrado será gerenciado pelo Comitê Gestor do Fundo, formado por 11 (onze) membros do CDI-RQ, representantes da Sociedade Civil, do Poder Executivo Municipal e do Poder Legislativo Municipal.

Art. 27. O Comitê Gestor do Fundo terá a seguinte composição:

- I - 05 (cinco) Conselheiros representantes da Sociedade Civil;
- II - 05 (cinco) representantes do Poder Executivo Municipal, incluindo o Prefeito Municipal, que presidirá o Comitê;
- III - 01 (hum) representante do Poder Legislativo Municipal.

§ 1º Os representantes da Sociedade Civil mencionados no inciso I do caput serão escolhidos entre os Conselheiros que compõem o CDI-RQ na primeira reunião ordinária do Comitê Gestor do Fundo, juntamente com os seus respectivos suplentes.

§ 2º Os representantes dos Poderes Executivo e Legislativo municipais mencionados nos incisos II e III do caput serão indicados pelos respectivos Poderes e apresentados na primeira reunião ordinária do Comitê Gestor do Fundo, juntamente com os seus respectivos suplentes.

§ 3º - Composto o Comitê Gestor do Fundo, os seus membros terão 30 (trinta) dias para aprovar o Regimento Interno do referido Comitê.

CAPÍTULO V - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 28. As funções dos membros do CDI-RQ não serão remuneradas, sendo seu exercício considerado de relevante interesse público.

Art. 29. Quaisquer proposições de autoria do Poder Executivo Municipal que tenham por objetivo a promoção de alterações no Plano Diretor Participativo, ou em sua legislação acessória, serão discutidas e deliberadas pelo Plenário do CDI-RQ e, em sequência, serão apresentadas em audiências públicas.

Art. 30. O CDI-RQ poderá organizar seminários, oficinas de trabalho ou outros eventos similares que congreguem áreas do conhecimento e tecnologias, visando subsidiar o exercício das suas competências, devendo ter como relator, no mínimo, um conselheiro designado pelo Plenário.

Art. 31. Os casos omissos quanto à aplicação deste Regimento serão resolvidos pelo Plenário do CDI-RQ, em reunião ordinária.

Art. 32. O presente Regimento Interno entrará em vigor na data

da sua publicação, por meio de Resolução do CDI-RQ, e só poderá ser modificado pelo quórum qualificado de 2/3 (dois terços) dos membros do CDI-RQ.

Rancho Queimado, 25 de junho de 2018.
CLECI APARECIDA VERONEZI
Prefeita Municipal

MECLET MARIA KAYSER
Presidente do CDI - RQ

Rio do Campo

PREFEITURA

DECRETO 3.952

Publicação Nº 1664648



MUNICÍPIO DE RIO DO CAMPO

Pág 1 /

Estado de Santa Catarina

CNPJ: 83.102.707/0001-36

Endereço: Rua 29 de Dezembro - 70

Telefone: (47) 3564-8100

CEP: 89.198-000

Cidade: Rio do Campo

DECRETO Nº 3.952, DE 26 DE JUNHO DE 2018

"Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar por anulações de dotações e dá providência:

ALEXANDRO LOSI, Prefeito em exercício do Município de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina, no exercício das atribuições de seu cargo e autorização concedida através da Lei 2.219, de 26 de junho de 2018,

DECRETA:

rt. 1 – Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 5.269,08 (vinte e cinco mil, duzentos e sessenta e nove reais e oito centavos)

Crédito Adicional			
Tipo Crédito	Descrição Ação	Detalhamento	Valor
Suplementar	Tratamento Médico de Média e Alta Complexidade	11.001.0010.0302.0014.2091.33390000000000.02380512	25.269,08

rt. 2 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1 decorrerão de anulação, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.

Fonte de Recurso			
Tipo Fonte	Descrição Ação	Detalhamento	Valor
Anulação Dotação	Assistência Farmacêutica Ampliada	11.001.0010.0303.0014.2082.33390000000000.02380512	25.269,08

rt. 3 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 7.000,00 (sete mil reais)

Crédito Adicional			
Tipo Crédito	Descrição Ação	Detalhamento	Valor
Suplementar	Tratamento Médico de Média e Alta Complexidade	11.001.0010.0302.0014.2091.33393000000000.01020488	7.000,00

rt. 4 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 3 decorrerão de anulação, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.

Fonte de Recurso			
Tipo Fonte	Descrição Ação	Detalhamento	Valor
Anulação Dotação	Fiscalização, Acompanhamento e Controle Sanitário	11.001.0010.0304.0014.2088.33190000000000.01020488	7.000,00

rt. 5 – Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 2.000,00 (dois mil reais)

Crédito Adicional			
Tipo Crédito	Descrição Ação	Detalhamento	Valor
Suplementar	Reciclagem de Recursos Humanos na Saúde	11.001.0010.0128.0014.2083.33390000000000.01020488	2.000,00

rt. 6 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 5 decorrerão de anulação, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.

Fonte de Recurso			
Tipo Fonte	Descrição Ação	Detalhamento	Valor
Anulação Dotação	Fiscalização, Acompanhamento e Controle Sanitário	11.001.0010.0304.0014.2088.33190000000000.01020488	2.000,00

rt. 7 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 9.800,00 (quarenta e nove mil e oitocentos reais)

Crédito Adicional			
Tipo Crédito	Descrição Ação	Detalhamento	Valor
Suplementar	Serviços de Acolhimento Institucional	10.001.0008.0244.0019.2110.33390000000000.01000400	22.800,00
Suplementar	Manutenção da Secretaria de	40.001.0004.0123.0018.2080.33100000000000.01000400	13.000,00

**MUNICÍPIO DE RIO DO CAMPO**

Pág 2 / 3

Estado de Santa Catarina

CNPJ: 83.102.707/0001-36

Endereço: Rua 29 de Dezembro - 70

Telefone: (47) 3564-8100

CEP: 89.198-000

Cidade: Rio do Campo

Suplementar	Serviços Urbanos, Oficina e Lavagem. Manutenção da Diretoria de Transportes, Obras e Edificações	04.001.0026.0122.0003.2011.3339000000000000.01000400	9.000,00
-------------	---	--	----------

Art. 8 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 7 decorrerão de anulação, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.

Fonte de Recurso			
Tipo Fonte	Descrição Ação	Detalhamento	Valor
Anulação Dotação	Manutenção do Cras -centro de Referência da Assistência Social	10.001.0004.0122.0018.2103.3319000000000000.01000400	22.800,00
Anulação Dotação	Manutenção do Cras -centro de Referência da Assistência Social	10.001.0004.0122.0018.2103.3319100000000000.01000400	8.000,00
Anulação Dotação	Manutenção da Frota da Secretaria de Agricultura	09.001.0020.0606.0010.2058.3339000000000000.01000400	6.000,00
Anulação Dotação	Divisão de Defesa Civil	05.001.0006.0182.0005.2100.3339000000000000.01000400	5.000,00
Anulação Dotação	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos	10.001.0008.0244.0012.2117.3339000000000000.01000400	5.000,00
Anulação Dotação	Manutenção de Veículos da Secretaria de Assistência Social	10.001.0004.0122.0018.2107.3339000000000000.01000400	3.000,00

Art. 9 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais)

Crédito Adicional			
Tipo Crédito	Descrição Ação	Detalhamento	Valor
Suplementar	Transporte Escolar na Educação Infantil	06.001.0012.0365.0006.2021.3339000000000000.01010450	20.000,00
Suplementar	Manutenção do Transporte Escolar do Ensino Fundamental	06.002.0012.0361.0006.2029.3339000000000000.01010450	30.000,00

Art. 10 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 9 decorrerão de anulação, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.

Fonte de Recurso			
Tipo Fonte	Descrição Ação	Detalhamento	Valor
Anulação Dotação	Manutenção do Ensino Pré-escolar	06.001.0012.0365.0006.2023.3319000000000000.01010450	50.000,00

Art. 11 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais)

Crédito Adicional			
Tipo Crédito	Descrição Ação	Detalhamento	Valor
Suplementar	Alimentação na Educação Infantil - Creche.	06.006.0012.0306.0006.2019.3339000000000000.01000400	5.000,00
Suplementar	Alimentação no Ensino Fundamental	06.006.0012.0306.0006.2028.3339000000000000.01000400	10.000,00
Suplementar	Alimentação na Educação Infantil - Pré Escolar	06.006.0012.0306.0006.2035.3339000000000000.01000400	10.000,00

Art. 12 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 11 decorrerão de anulação, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.

Fonte de Recurso			
Tipo Fonte	Descrição Ação	Detalhamento	Valor
Anulação Dotação	Construção e Reforma de Quadra Poliesportiva	06.002.0012.0361.0006.1018.3449000000000000.01010450	20.000,00
Anulação Dotação	Manutenção do Ensino Pré-escolar	06.001.0012.0365.0006.2023.3319000000000000.01010450	5.000,00

Art. 13 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 1.000,00 (um mil reais)

Crédito Adicional			
Tipo Crédito	Descrição Ação	Detalhamento	Valor
Suplementar	Aquisição de Móveis e Equipamentos para o Ensino Fundamental	06.002.0012.0361.0006.2033.3449000000000000.01010450	1.000,00

Art. 14 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 13 decorrerão de anulação, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.

**MUNICÍPIO DE RIO DO CAMPO**

Pág 3 / 3

Estado de Santa Catarina

CNPJ: 83.102.707/0001-36

Endereço: Rua 29 de Dezembro - 70

Telefone: (47) 3564-8100

CEP: 89.198-000

Cidade: Rio do Campo

Fonte de Recurso

Tipo Fonte	Descrição Ação	Detalhamento	Valor
Anulação Dotação	Manutenção do Ensino Pré-escolar	06.001.0012.0365.0006.2023.331900000000000.01010450	1.000,00

Art. 15 – Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina, 26 de junho de 2018.

Alexandro Losi
Prefeito em Exercício

Jean Carlos Kulkamp
Secretário de Administração e Finanças

EXTRATO TERMO ADITIVO 03 2018 AO CONTRATO 34 2017

Publicação Nº 1664067

Contrato Nº: 34/2017

Aditivo Nº: 03/2018

Tipo Aditivo: Prorrogação

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO CAMPO

Contratada: GENTE SEGURADORA SA

Objeto: Fica prorrogado por um período de 12 (doze) meses o prazo de vigência do Contrato nº 34/2017, iniciando-se em 21/06/2018, com término em 20/06/2019

Vigência: Início: 21/06/2018 Término: 20/06/2019

Assinatura: 21/06/2018

Valor: R\$ 20.196,91 (vinte mil, cento e noventa e seis reais e oitenta e um centavos)

EXTRATO TERMO ADITIVO 03 2018 AO CONTRATO 68 2017

Publicação Nº 1664073

Contrato Nº: 68/2017

Aditivo Nº: 03/2018

Tipo Aditivo: Prorrogação

Contratante: MUNICÍPIO DE RIO DO CAMPO

Contratada: GENTE SEGURADORA SA

Objeto: Fica prorrogado por um período de 12 (doze) meses o prazo de vigência do Contrato nº 68/2017, iniciando-se em 21/06/2018, com término em 20/06/2019

Vigência: Início: 21/06/2018 Término: 20/06/2019

Assinatura: 21/06/2018

Valor: R\$ 25.990,15 (vinte e cinco mil, novecentos e noventa reais e quinze centavos)

LEI 2.219

Publicação Nº 1664625

		MUNICÍPIO DE RIO DO CAMPO	Pág 1 / 3
Estado de Santa Catarina		CNPJ: 83.102.707/0001-36	
Endereço: Rua 29 de Dezembro - 70		CEP: 89.198-000	
Telefone: (47) 3564-8100		Cidade: Rio do Campo	

LEI Nº 2.219, DE 26 DE JUNHO DE 2018

"Autoriza a abertura de Crédito Adicional Suplementar por anulações de dotações e dá providências"

ALEXANDRO LOSI, Prefeito em exercício do Município de Rio do Campo, no exercício das atribuições que lhe foram conferidas pela a Lei Orgânica do Município de RIO DO CAMPO. Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei;

Art. 1 - Fica autorizada a abertura de crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 25.269,08 (vinte e cinco mil, duzentos e sessenta e nove reais e oito centavos)

Crédito Adicional			
Tipo Crédito	Descrição Ação	Detalhamento	Valor
Suplementar	Tratamento Médico de Média e Alta Complexidade	11.001.0010.0302.0014.2091.33390000000000.02380512	25.269,08

Art. 2 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1 decorrerão de anulação, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.

Fonte de Recurso			
Tipo Fonte	Descrição Ação	Detalhamento	Valor
Anulação Dotação	Assistência Farmacêutica Ampliada	11.001.0010.0303.0014.2082.33390000000000.02380512	25.269,08

Art. 3 - Fica autorizada a abertura de crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 7.000,00 (sete mil reais)

Crédito Adicional			
Tipo Crédito	Descrição Ação	Detalhamento	Valor
Suplementar	Tratamento Médico de Média e Alta Complexidade	11.001.0010.0302.0014.2091.33393000000000.01020488	7.000,00

Art. 4 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 3 decorrerão de anulação, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.

Fonte de Recurso			
Tipo Fonte	Descrição Ação	Detalhamento	Valor
Anulação Dotação	Fiscalização, Acompanhamento e Controle Sanitário	11.001.0010.0304.0014.2088.33190000000000.01020488	7.000,00

Art. 5 – Fica autorizada a abertura de crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 2.000,00 (dois mil reais)

Crédito Adicional			
Tipo Crédito	Descrição Ação	Detalhamento	Valor
Suplementar	Reciclagem de Recursos Humanos na Saúde	11.001.0010.0128.0014.2083.33390000000000.01020488	2.000,00

Art. 6 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 5 decorrerão de anulação, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.

Fonte de Recurso			
Tipo Fonte	Descrição Ação	Detalhamento	Valor
Anulação Dotação	Fiscalização, Acompanhamento e Controle Sanitário	11.001.0010.0304.0014.2088.33190000000000.01020488	2.000,00

Art. 7 - Fica autorizada a abertura de crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 49.800,00 (quarenta e nove mil e oitocentos reais)

Crédito Adicional			
Tipo Crédito	Descrição Ação	Detalhamento	Valor
Suplementar	Serviços de Acolhimento Institucional	10.001.0008.0244.0019.2110.33390000000000.01000400	22.800,00
Suplementar	Manutenção da Secretaria de Assistência Social	10.001.0004.0122.0018.2069.33190000000000.01000400	12.000,00

**MUNICÍPIO DE RIO DO CAMPO**

Pág 2 / 3

Estado de Santa Catarina

CNPJ: 83.102.707/0001-36

Endereço: Rua 29 de Dezembro - 70

Telefone: (47) 3564-8100

CEP: 89.198-000

Cidade: Rio do Campo

Suplementar	Manutenção da Secretaria de Serviços Urbanos, Oficina e Lavação.	05.003.0015.0452.0005.2016.33390000000000.01000400	6.000,00
Suplementar	Manutenção da Diretoria de Transportes, Obras e Edificações	04.001.0026.0122.0003.2011.33390000000000.01000400	9.000,00

Art. 8 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 7 decorrerão de anulação, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.

Fonte de Recurso			
Tipo Fonte	Descrição Ação	Detalhamento	Valor
Anulação Dotação	Manutenção do Cras -centro de Referência da Assistência Social	10.001.0004.0122.0018.2103.33190000000000.01000400	22.800,00
Anulação Dotação	Manutenção do Cras -centro de Referência da Assistência Social	10.001.0004.0122.0018.2103.33191000000000.01000400	8.000,00
Anulação Dotação	Manutenção da Frota da Secretaria de Agricultura	09.001.0020.0606.0010.2058.33390000000000.01000400	6.000,00
Anulação Dotação	Divisão de Defesa Civil	05.001.0006.0182.0005.2100.33390000000000.01000400	5.000,00
Anulação Dotação	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos	10.001.0008.0244.0012.2117.33390000000000.01000400	5.000,00
Anulação Dotação	Manutenção de Veículos da Secretaria de Assistência Social	10.001.0004.0122.0018.2107.33390000000000.01000400	3.000,00

Art. 9 - Fica autorizada a abertura de crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais)

Crédito Adicional			
Tipo Crédito	Descrição Ação	Detalhamento	Valor
Suplementar	Transporte Escolar na Educação Infantil	06.001.0012.0365.0006.2021.33390000000000.01010450	20.000,00
Suplementar	Manutenção do Transporte Escolar do Ensino Fundamental	06.002.0012.0361.0006.2029.33390000000000.01010450	30.000,00

Art. 10 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 9 decorrerão de anulação, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.

Fonte de Recurso			
Tipo Fonte	Descrição Ação	Detalhamento	Valor
Anulação Dotação	Manutenção do Ensino Pré-escolar	06.001.0012.0365.0006.2023.33190000000000.01010450	50.000,00

Art. 11 - Fica autorizada a abertura de crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais)

Crédito Adicional			
Tipo Crédito	Descrição Ação	Detalhamento	Valor
Suplementar	Alimentação na Educação Infantil - Creche.	06.006.0012.0306.0006.2019.33390000000000.01000400	5.000,00
Suplementar	Alimentação no Ensino Fundamental	06.006.0012.0306.0006.2028.33390000000000.01000400	10.000,00
Suplementar	Alimentação na Educação Infantil - Pré Escolar	06.006.0012.0306.0006.2035.33390000000000.01000400	10.000,00

Art. 12 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 11 decorrerão de anulação, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.

Fonte de Recurso			
Tipo Fonte	Descrição Ação	Detalhamento	Valor
Anulação Dotação	Construção e Reforma de Quadra Poliesportiva	06.002.0012.0361.0006.1018.34490000000000.01010450	20.000,00
Anulação Dotação	Manutenção do Ensino Pré-escolar	06.001.0012.0365.0006.2023.33190000000000.01010450	5.000,00

Art. 13 - Fica autorizada a abertura de crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 1.000,00 (um mil reais)

Crédito Adicional			
Tipo Crédito	Descrição Ação	Detalhamento	Valor
Suplementar	Aquisição de Móveis e Equipamentos para o Ensino Fundamental	06.002.0012.0361.0006.2033.34490000000000.01010450	1.000,00

Art. 14 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 13 decorrerão de anulação, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.

**MUNICÍPIO DE RIO DO CAMPO**

Pág 3 / 3

Estado de Santa Catarina

CNPJ: 83.102.707/0001-36

Endereço: Rua 29 de Dezembro - 70

Telefone: (47) 3564-8100

CEP: 89.198-000

Cidade: Rio do Campo

Fonte de Recurso

Tipo Fonte	Descrição Ação	Detalhamento	Valor
Anulação Dotação	Manutenção do Ensino Pré-escolar	06.001.0012.0365.0006.2023.331900000000000.01010450	1.000,00

Art. 15 – Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina, 26 de junho de 2018.

Alexandro Losi
Prefeito em Exercício

Jean Carlos Kulkamp
Secretário de Administração e Finanças

PUBLICAÇÃO INSCRIÇÕES PROCESSO SELETIVO 01-2018

Publicação Nº 1664319

Número de Inscrição:	NOME:	CARGO:
0279622906	CEONIR SABINO BLASEN	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS
0544278959	JUCELIA PALMEIRA	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS
0913138629	BRUNA MANFRINI	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS
0971291084	TAISE BEIGER	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS
0984683559	TAIS ADRIELE PALHANO DE ALMEIDA	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS
1072967189	JEFFERSON STEVAN LOPES	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS
1133589304	ISABEL MATUSZAKI LOPES	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS
1303004818	GILBERTO DRESSLER	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS
1462078517	MARIA IVANIR PETRIS	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS
1639837304	JESSICA PATRICIA DE SOUZA	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS
1717906107	JOICE VICENZI	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS
1751139810	ISABEL PAWLAK	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS
2167176686	HELIO LEITE	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS
2246362811	BENVINDA APARECIDA PAIANO	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS
2589574268	GIOVANI ANHAIA	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS
2594451508	EDSON JUNIOR DA SILVA	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS
2732245042	IZAILDA DA ROSA ARMANI	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS
2821423063	SANDRA MARIA MOREIRA	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS
2911491739	JOAO SOUSA DA SILVA NETO	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS
2939583859	CAROLINE DASILVA	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS
3074493499	TEREZINHA LOPES JANNING	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS
3083445226	DEISI HOFFMANN	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS
3187728212	DANIEL MENEZES	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS
3461154223	AVANIR DO AMARAL	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS
3627983521	ROSILENE DA ROSA FLORENTINO DA SILVA	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS
3962900756	ELISANGELA PATRICIA PAULO DA SILVA	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS
4225957396	ANDREIA DA SILVA RIBEIRO	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS
4270720516	VIVIANE PINHEIRO	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS
4429999648	ANILDA BILK THEISEN	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS
4453780553	JANETE ARZENA	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS

4842825008	KATIANA DA SILVA BERTOLDI	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS
5201115817	SIMONE LEPCHAK	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS
5282642644	MAURINO LOPES	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS
5314031971	ROSANE RIBEIRO FUCK BERTOTTI	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS
5407563084	MARILDA FERNANDES EUGENIO	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS
5456232491	BRUNO LOPES	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS
6007822890	ELIANE DE SOUZA MARAFIGO	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS
6012610032	SIRLEY MAÇANEIRO PEDROSO	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS
6092394219	CRISTIANA RIBEIRO FUCK GRAF	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS
6102814448	LEONEL PEREIRA	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS
6403279344	LEONORA MARIA ALVES DE LIMA	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS
6515798694	MARCOS CÉSAR DOS SANTOS PEREIRA	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS
6890142953	ROSELI DA SILVA	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS
7259906261	SIDNEI STEINCHAK	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS
7594457843	ORLANDO PEDROSO	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS
7673021418	CARLOS PIRES RIBEIRO	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS
7687436907	MARLENE ANACLETO COSTA	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS
7910293701	ISMAEL DA SILVA	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS
8307002826	ADRESSA FARIAS	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS
8497762340	LETICIA BELLI	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS
8714467580	REGIANE ZANELATO	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS
9036671528	ROSANE DA SILVA	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS
9270573897	ALEXANDRA CRUZ DE OLIVEIRA	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS
9459108505	VIVIANE ALMEIDA	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS
9584352205	RONILDO DA SILVA	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS
9607844392	DENIZE MARIA DE SOUZA SILVANO ULIANO	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS
9688266868	THAINARA PRESTES DOS SANTOS	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS
9837768858	ROSELI KESTRING PEDROSO	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS
9861050487	JAIR DA MAIA	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS
9884453501	CLAUDIA ANDERSEN	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS
5592725615	BRUNA EDUARDA ELIAS DA ROSA	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS
493889411	ELIANE CALIZARIO	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS
5893732157	SERGIO DA ROSA	AUXILIAR DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO

0613304472	MICHEL DOS SANTOS	AUXILIAR DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO
1244958340	ÉDINA CARLA DA SILVA ANDRENI SOUZA	AUXILIAR DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO
1674687150	SIBELLY HACKBARTH RIBEIRO	AUXILIAR DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO
2451314846	MARIA GORETTI KALESKI PROCÓPIO	AUXILIAR DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO
2782951145	PAULA CAMILA DA SILVA DE JESUS	AUXILIAR DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO
6930107739	FLÁVIA MOZENA FOGAÇA DA SILVA	AUXILIAR DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO
7460757084	EDILÂINE ESTÉFANI KALESKI	AUXILIAR DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO
8134254111	MITCHEROVI KAUANA AMARAL DOS ANJOS	AUXILIAR DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO
8732342595	VERA ELIANE PIRES DA ROSA	AUXILIAR DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO
9540836788	TAYNARA DEJANIR FONSECA	AUXILIAR DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO
9560729026	NEUSA DE LIMA	AUXILIAR DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO
9593611261	ANDRÉIA SCHLICKMANN	AUXILIAR DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO
9650256029	ESTELA MARIAN SANTOS	AUXILIAR DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO
9801706945	ELENA SCHMIDT CORDEIRO	AUXILIAR DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO
6450466323	LUCIANA APARECIDA DE GOIS	AUXILIAR DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO
1229374395	MILENA POPADIUK	ENFERMEIRO
1262648439	BÁRBARA SCHWEITZER	ENFERMEIRO
1587108255	MARIA ELISA KINDEL	ENFERMEIRO
1893839568	MARCILENE DA CRUZ CARVALHO	ENFERMEIRO
2306197551	KEITIANY COSTA NOGUEIRA	ENFERMEIRO
3116440583	GERALDO ALVES JUNIOR	ENFERMEIRO
6151899206	ROBSON JOÃO ROSA ROSA	ENFERMEIRO
720080307	CLAUDIA FELCZAK	ENFERMEIRO
8382519093	EVERTON MATHIAS	ENFERMEIRO
9014645158	MICHELLE CAROLINE SIQUEIRA	ENFERMEIRO
9978389945	MORGANA CRISTINA NETO	ENFERMEIRO
4789851435	BIANCA RAFAELLI	FARMACÊUTICO
6774072872	SANDRA VITORIA	FARMACÊUTICO
9344851928	SUELEN GALONI ODA	FARMACÊUTICO
3842153894	SUELEN BERNARDO GUCKERT	FONOAUDIÓLOGO
4628326807	FRANCINE VARLETE LEOPOLDINA BARCELOS	FONOAUDIÓLOGO
5626908230	ESTELA MARIS RIBEIRO	FONOAUDIÓLOGO
6576018942	NAGDILA THALITA SANTOS	FONOAUDIÓLOGO
7765001072	MARIA LUIZA CRISTIANI DA SILVA	FONOAUDIÓLOGO
8424811904	MAGDA SILVA GOMES	FONOAUDIÓLOGO
9488854121	MAYSA MAURA CRUZ FEITOSA	FONOAUDIÓLOGO
3576018574	VILSON AGOSTINI	MOTORISTA
0393335349	JEFERSON MACHADO	MOTORISTA
0529570225	JAILSON HORTZ DE OLIVEIRA	MOTORISTA
0700196756	GILSON BELLI	MOTORISTA

1202678340	JOÃO WEBER	MOTORISTA
1346022694	MARCIO KOEHLER	MOTORISTA
1385438814	FAUSTINO KESTRING	MOTORISTA
1464217980	JUNIOR RIOLA	MOTORISTA
1690811070	FABIO SOARES DA SILVA	MOTORISTA
1907354899	LUIZ CARLOS BERTOTTI JUNIOR	MOTORISTA
2288425446	ALAOR ALMEIDA	MOTORISTA
2712710248	NORBERTO LEITE	MOTORISTA
3401217220	MAICON DIEGO PONTICELLI	MOTORISTA
3641152448	VILMAR QUESINSKI	MOTORISTA
4772866200	LUCAS ALISSON CARDOUZO	MOTORISTA
5047227530	SIDNEI ROBERTO ULIANO	MOTORISTA
5744450915	ELIO UESSLER	MOTORISTA
7438295587	RICARDO JACO RAMOS	MOTORISTA
8032596648	DJONATA NIEHUES REITZ	MOTORISTA
8467561017	FERNANDO JOSE MOREIRA	MOTORISTA
8478306679	LUCIANO BLAZIUS	MOTORISTA
8589973909	OSVALDO ROCHA	MOTORISTA
8658760772	ALEX FONSECA DOS SANTOS	MOTORISTA
8943356788	JOSE AILTON OLIVEIRA	MOTORISTA
9186330950	FÁBIO FRANCO DE IVEIRA	MOTORISTA
9440193357	RICARDO BERTOLDI	MOTORISTA
9781138903	EVANDRO MAXIMIANO	MOTORISTA
9904463380	GILBERTO BELLI	MOTORISTA
9943372757	MARCIO ANTONIO LOPES DE ARAÚJO	MOTORISTA
7877424455	JARDEL PAWLACK SEMAN	MOTORISTA
4660141217	EDINEI SCHMITZ	MOTORISTA
9833305563	ALEXSANDRO GURSKI	MOTORISTA
3949031647	CRISLIANE MARIA IGLIKOVSKI	MOTORISTA
0605051438	ANGELA CRISTINA DA SILVA CASCAES	NUTRICIONISTA
1794354031	KERULIN HANG	NUTRICIONISTA
5372616561	LUCIANA BORN LOPES DUBIELLA	NUTRICIONISTA
5802196664	FERNANDA CAMARGO LOPES DA SILVA	NUTRICIONISTA
4387393806	BRUNA MICAELA SARDAGNA	NUTRICIONISTA
6113126752	GABRIELLA MUNIZ	NUTRICIONISTA
0312680393	LUÍSA LAPENTA DA CUNHA	ODONTÓLOGO
0565443906	HECTOR CHAVES	ODONTÓLOGO
1147533522	EWANDRO CARLOS BERRETTA FILHO	ODONTÓLOGO
1477072658	ROGÉRIO HASSE JUNIOR	ODONTÓLOGO
2487071351	DANITZA PINTO RODRIGUEZ	ODONTÓLOGO
3180983761	POLIANA GOMES	ODONTÓLOGO
3279085207	GISLAINE APARECIDA DE SOUZA	ODONTÓLOGO
3474986048	IARA DUTRA RIBEIRO	ODONTÓLOGO
5789109970	ANDRESSA ESSER KOHUT	ODONTÓLOGO
6152583071	LUÍSA LAPENTA DA CUNHA	ODONTÓLOGO
7577561419	BRUNA DE LIMA RIGO	ODONTÓLOGO

9045439644	JOÃO PAULO CRUZ LEMOS	ODONTÓLOGO
9203492763	TAISA TORRES TEIXEIRA	ODONTÓLOGO
9232008710	ALBERTO FABIO PEREIRA LIMA	ODONTÓLOGO
1808507612	GABRIELI RUAS DE OLIVEIRA	ONDONTÓLOGO
0070124597	CLÁUDIA APARECIDA DOS SANTOS CARNEIRO	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
0984465061	VANESSA MIRANDA	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
1779333715	EDINEIA DOS SANTOS	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
2872045970	DANIELA DA SILVA	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
3953895499	ANTONIO CARLOS MORAES DOS SANTOS JUNIOR	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
5226176767	SONIA SZIMSEK	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
6885811550	ISEMERI ISRAEL	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
8313030364	CRISLAINE SEEMANN	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
9898283792	LUCIMARA GRANZA	TÉCNICO DE ENFERMAGEM

Rio do Oeste

PREFEITURA

PORTARIA 8104

Publicação Nº 1663533

PORTARIA Nº 8104 DE 25 DE JUNHO DE 2018

"Define Horário de Trabalho"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RIO DO OESTE, no uso das atribuições que lhe confere,

RESOLVE:

Art. 1º. DEFINIR o Horário de Trabalho do Servidor ADRIANO TIAGO PISETTA, matrícula 66826-01, ocupante do cargo efetivo de Operador de Máquinas e Veículos, na Secretaria Municipal de Serviços Urbanos, das 11:30 horas até as 17:30 horas, a partir de 25 de junho de 2018.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Oeste, 25 de junho de 2018
HUMBERTO PESSATTI
Prefeito Municipal

FLAVIO MALIKOSKI
Secretário de Administração e Fazenda

DEISE CRISTINA BUSARELLO FÉLIX LEITE
Secretária de Educação e Cultura

CIENTE:

ADRIANO TIAGO PISETTA

PORTARIA 8105

Publicação Nº 1663766

PORTARIA Nº 8105 DE 25 DE JUNHO DE 2018

"Nomeia servidora efetiva para o Cargo em Comissão de Diretora de Departamento de Coordenação Geral"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RIO DO OESTE, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos, Artigo 116, § 1º, e de acordo com a Lei nº 1720/2007 e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR LILIAN BONESSI GROTTE DA SILVA matrícula 2182-02, ocupante do cargo efetivo de professora, 20 horas semanais, lotada na Secretaria de Educação e Cultura, para exercer o Cargo de Diretora de Departamento de Coordenação Geral, com jornada de trabalho de 20 horas semanais, na Secretaria de Educação e Cultura, a partir de 25 de junho de 2018.

Art. 2º Conceder retribuição de 50% sobre o vencimento do respectivo cargo em comissão, devido a opção da servidora pelo vencimento de seu cargo efetivo.

Art. 3º Revoga Portaria 7398/2015.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Oeste, 25 de junho de 2018
HUMBERTO PESSATTI
Prefeito Municipal

FLAVIO MALIKOSKI
Secretário de Administração e Fazenda

DEISE CRISTINA BUSARELLO FELIX LEITE
Secretaria de Educação e Cultura

CIENTE

LILIAN BONESSI GROTTE DA SILVA

PORTARIA 8106

Publicação Nº 1664489

PORTARIA Nº 8106 DE 25 DE JUNHO DE 2018

"Transfere Lotação de Servidor"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RIO DO OESTE, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e de acordo com o Art. 244 da Lei Complementar nº 21/2006 – Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Rio do Oeste,

RESOLVE

Art. 1º TRANSFERE de lotação o servidor FABRICIO PEDROSO DE MORAES, matrícula 88528-00, ocupante do cargo efetivo de Agente Administrativo, para a Secretaria Municipal de Indústria, Comércio, Turismo e Esporte.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Oeste, 25 de junho de 2018.
HUMBERTO PESSATTI
Prefeito Municipal

FLAVIO MALIKOSKI
Secretário de Administração e Fazenda

ELISIANA HEIDEMANN HERMANN
Secretaria de Indústria, Comércio, Turismo e Esporte

CIENTE:

FABRICIO PEDROSO DE MORAES

Rio do Sul

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 006/2018

Publicação Nº 1663728

MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº006 /2018

PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇO Nº 008/2018

INTERESSADO: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL

Aos vinte e oito (28) dias do mês de março (03) do ano de dois mil e dezoito (2018), o MUNICÍPIO DE RIO DO SUL por meio do (a) FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, pessoa jurídica de direito público, situado na Rua Tuiuti Nº. 154, CENTRO, cidade de Rio do Sul, Santa Catarina, inscrito no CNPJ Nº. 10.469.199/0001-55, abaixo assinado, nos termos do artigo 15 da Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial do SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 008/2018, RESOLVE registrar os valores oferecidos para eventual AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO SENDO (ÓLEOS LUBRIFICANTES FLUIDO DE FREIO) PARA ATENDER VEÍCULOS PERTENCENTES A FROTA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, através do SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS, por solicitação da Secretaria Municipal de Saúde de Rio do Sul, cujas especificações encontram-se detalhadas no Termo de Referência deste Edital, pelo período de 12 meses, conforme consta no Anexo I do Edital do (a) Pregão Presencial, que passa a fazer parte desta Ata, tendo sido, os referidos valores, oferecidos pelas empresas cujas propostas foram classificadas no certame. Presentes às empresas e seus representantes:

POSTO CENTRO LTDA, neste ato representado por Deonísio Bilinski, CNPJ 03.071.326/0001-06.

CLÁUSULA I-DO OBJETO

CONTRATAÇÃO: de empresa de materiais de consumo sendo (óleos lubrificantes fluido de freio) para atender veículos pertencentes a Frota da Secretaria Municipal de Saúde, através do SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS, por solicitação da Secretaria Municipal de Saúde de Rio do Sul, cujas especificações encontram-se detalhadas neste Termo de Referência, diante da necessidade de manter a manutenção da FROTA desta Secretaria, em um prazo que se estende 12 meses a partir da assinatura do presente ATA, através do Sistema de Registro de Preços, para uso do FUNDO MUNICIPAL DE RIO DO SUL, de acordo com as especificações e quantitativos abaixo estimados:

Item	Descrição	Unidade	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
1	Óleo para motor a gasolina - 5w30- Celta 1.0 - 2015. embalagem de 1litro	Lto.	42,00000	R\$32,0000	R\$1.344,0000
2	Óleo para motor a gasolina - SPIN 1.8L AT LTZ- 2013/2014. embalagem de 1litro - 5W30	Lto.	126,00000	R\$24,0000	R\$3.024,0000
3	Óleo Lubrificante ATF (500ML)	FR	50,00000	R\$12,0000	R\$600,0000
4	Fluido de freio DOT 3 (frasco 500 ml)	FR	50,00000	R\$14,0000	R\$700,0000
5	Fluido de Freio DOT 4(500 m)l.	FR	50,00000	R\$16,6400	R\$832,0000
R\$6.500,0000					

1.1. CONSUMO MÉDIO ESTIMADO: O valor estimado para a citada aquisição pelo período de 12 meses é de R\$ 6.500,00(seis mil e quinhentos reais).

Rio do Sul, 28 de março de 2018.

SUELI TERESINHA DE OLIVEIRA POSTO CENTRO LTDA

Secretária Contratada

CPF: 619.127.609-59

AVISO DE CANCELAMENTO TOMADA DE PREÇO 013/2018

Publicação Nº 1664255

AVISO DE CANCELAMENTO DO EDITAL DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 013/2018

MODALIDADE: TOMADA DE PREÇO Nº 013/2018

TIPO DE JULGAMENTO: TÉCNICA E PREÇO

A Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, através de sua Comissão de Licitação, no uso de suas atribuições legais, torna público para conhecimento dos interessados, o CANCELAMENTO da licitação divulgada através do edital de TOMADA DE PREÇO Nº 013/2018, tendo por objeto a contratação de empresa para elaboração de projetos e levantamento topográfico das ruas Expedicionário Aleandro Stédile, Patricio Noveletto, Prefeitura Luis Adelar Soldatelli, Gustavo Hasse, Binário bairro Canoas, Estrada Geral da Albertina e do Bonfim, Estrada Navegantes e Obra de Arte Especial no bairro Navegantes, na cidade de Rio do Sul, devido à alteração no conteúdo do Edital. Assim sendo, será publicado novo edital e oportunamente divulgado através do Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina e do site www.riodosul.sc.gov.br.

Rio do Sul, 25 de junho de 2018.
José Deola
Presidente da Comissão Permanente de Licitação

DECRETO Nº 7261, DE 21 DE JUNHO DE 2018.

Publicação Nº 1663448

DECRETO Nº 7261, de 21 de junho de 2018.

"NOMEIA SINAURI MAURO XAVIER".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas no inciso X, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, bem como instituída na Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015 e Lei Complementar nº 208 de 28/09/2010,

DECRETA:

Art.1º – Fica nomeado, a partir de 21/06/2018, SINAURI MAURO XAVIER para exercer o cargo em comissão de Diretor do Departamento Administrativo de Obras, da Secretaria Municipal de Infraestrutura, nos termos do Art. 11, da Lei Complementar nº 208 de 28/09/2010 e Art. 2º, da Lei Complementar n. 309 de 01/12/2015.

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

21 de junho de 2018

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito do Município de Rio do Sul

DECRETO Nº 7263, DE 21 DE JUNHO DE 2018.

Publicação Nº 1663449

DECRETO Nº 7263, de 21 de junho de 2018.

"EXONERA E NOMEIA PEDRO DOLZAN"

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas no inciso X, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, bem como Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015 e Lei Complementar nº 208 de 28/09/2010 e suas alterações,

DECRETA:

Art.1º – Fica o servidor PEDRO DOLZAN exonerado do cargo em comissão de Diretor do Departamento Administrativo de Obras, a partir de 20/06/2018 e nomeado, a partir de 21/06/2018, para exercer o cargo em comissão de Diretor do Departamento de Frotas e Manutenção, da Secretaria Municipal de Infraestrutura, nos termos do Artigo 11, da Lei Complementar nº 208 de 28/10/2010 e alterações, Art. 2º e Art. 39 § 4º, da Lei Complementar n. 309 de 01/12/2015 e alterações.

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO

21 de junho de 2018.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito do Município de Rio do Sul

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE AUTOS DE INFRAÇÃO Nº 010/2018

Publicação Nº 1664190

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL/SC
FISCALIZAÇÃO DE OBRAS E POSTURAS

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE AUTOS DE INFRAÇÃO Nº 010/2018

PELO PRESENTE EDITAL, FICAM OS CONTRIBUINTES ABAIXO RELACIONADOS DEVIDAMENTE INTIMADOS, NOS TERMOS DO ARTIGO 709, DO PLANO DIRETOR – LEI COMPLEMENTAR Nº 163, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2006, DO LANÇAMENTO EM SEU DESFAVOR DOS RESPECTIVOS AUTOS DE INFRAÇÃO, EM FACE DA IMPOSSIBILIDADE DE INTIMAÇÃO VIA AVISO DE RECEBIMENTO (AR).

FICAM OS CONTRIBUINTE CIENTIFICADOS DE QUE DISPÕEM DO PRAZO PREVISTO NO ARTIGO 374, DO PLANO DIRETOR – LEI COMPLEMENTAR Nº 163, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2006 (TRINTA DIAS ÚTEIS), PARA EFETUAR O RECOLHIMENTO DA MULTA APLICADA ATRAVÉS DO AUTO DE INFRAÇÃO, FINDO O QUAL FAR-SE-Á COBRANÇA JUDICIAL.

FICAM TAMBÉM CIENTIFICADOS DE QUE DISPÕEM DO PRAZO PREVISTO NO ART. 705, VI, DO PLANO DIRETOR – LEI COMPLEMENTAR Nº 163, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2006 (TRINTA DIAS), PARA APRESENTAR DEFESA ADMINISTRATIVA CONTRA O RESPECTIVO AUTO DE INFRAÇÃO, SOB PENA DE REVELIA.

AUTO DE INFRAÇÃO Nº	DATA	PROTOCOLO	CONTRIBUINTE	CPF/CNPJ
70/2018	12/06/18	27031/1995	ADELAR DA SILVA	102.756.819-04
72/2018	13/06/18	122070/2010	MARILENE MARAFIGO	812.829.079-72
			Rio do Sul, 25 de junho de 2018.	

Alexandre Matos Pereira
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

José Luiz do Nascimento
Diretor do Departamento de Fiscalização

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE NOTIFICAÇÕES PRELIMINARES Nº 005/2018

Publicação Nº 1664186

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL/SC
FISCALIZAÇÃO DE OBRAS E POSTURAS

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE NOTIFICAÇÕES PRELIMINARES Nº 005/2018

PELO PRESENTE EDITAL, FICAM OS CONTRIBUINTE ABAIXO RELACIONADOS DEVIDAMENTE INTIMADOS, NOS TERMOS DO ARTIGO 709, DO PLANO DIRETOR – LEI COMPLEMENTAR Nº 163, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2006, DO LANÇAMENTO EM SEU DESFAVOR DAS RESPECTIVAS NOTIFICAÇÕES PRELIMINARES, EM FACE DA IMPOSSIBILIDADE DE INTIMAÇÃO VIA AVISO DE RECEBIMENTO (AR).

FICAM OS CONTRIBUINTE CIENTIFICADOS QUE DISPÕEM DO PRAZO PREVISTO NO ART. 700, DO PLANO DIRETOR – LEI COMPLEMENTAR Nº 163, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2006 (TRINTA DIAS), PARA REGULARIZAR A SITUAÇÃO RESULTANTE DAS NOTIFICAÇÕES PRELIMINARES.

NOTIFICAÇÃO PRELIMINAR Nº	DATA	PROTOCOLO	CONTRIBUINTE	CPF/CNPJ
7622	22/05/18	113053/2009	ROSANA MACHADO	003.485.599-84
			Rio do Sul, 25 de junho de 2018.	

Alexandre Matos Pereira
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

José Luiz do Nascimento
Diretor do Departamento de Fiscalização

PORTARIA Nº 0642/DGP

Publicação Nº 1664253

PORTARIA Nº 0642/DGP

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar a pedido, a partir de 15/06/2018, a servidora ROSENILDA TEREZINHA SIMÃO, ocupante do cargo de provimento efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS FEMININO, nos termos do Art. 39, da Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 18 de Junho de 2018.
JOSE EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Prefeito Municipal

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda
Prh

PORTARIA Nº 0647/DGP

Publicação Nº 1663536

PORTARIA Nº 0647/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n. 6.070 de 06 de março de 2017,
RESOLVE:

Art. 1º. Conceder auxílio-natalidade, de acordo com o Art. 254, da Lei Complementar n.º 309 de 01/12/2015, ao servidor ADRIANO PEREIRA MARTINS ocupante do cargo de provimento efetivo de AGENTE ADMINISTRATIVO, conforme certidão de nascimento n.º 105262 01 55 2018 1 00120 127 0050076 81 do cartório de registro civil do município e comarca de Rio do Sul, onde encontra-se o assento de LUCAS FRANZ MARTINS.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 20 de Junho de 2018.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda
Prh

PORTARIA Nº 0648/DGP

Publicação Nº 1663546

PORTARIA Nº 0648/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n. 6.070 de 06 de março de 2017,
RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Licença Paternidade, durante o período de 15/06/2018 à 21/06/2018, de acordo com o Art. 266, da Lei Complementar n.º 309 de 01/12/2015, ao servidor ADRIANO PEREIRA MARTINS, ocupante do cargo de provimento efetivo de AGENTE ADMINISTRATIVO, conforme certidão de nascimento n.º 105262 01 55 2018 1 00120 127 0050076 81 do cartório de registro civil do município e comarca de Rio do Sul, onde encontra-se o assento de LUCAS FRANZ MARTINS.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 20 de Junho de 2018.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda
Prh

PORTARIA Nº 0649/DGP

Publicação Nº 1664248

PORTARIA Nº 0649/DGP

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar a pedido, a partir de 19/06/2018, a servidora MARIA LUZIA HEIDRICH, ocupante do cargo de provimento efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS FEMININO, nos termos do Art. 39, da Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 20 de Junho de 2018.
JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Prefeito Municipal

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda
Prh

TERMO DE CONVOCAÇÃO DAIANA ELOISA KOHL LONGEN

Publicação Nº 1663935

TERMO DE CONVOCAÇÃO

Senhor(a) DAIANA ELOISA KOHL LONGEN, é com satisfação que procedemos a convocação de V. Sª., para que se apresente no Departamento de Gestão de Pessoas da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, a fim de iniciar os procedimentos para a posse do cargo de COZINHEIRO, 40 HORAS, conquistado por meio do Concurso Público nº 002/2015, homologado por meio do Decreto nº 5148 de 15/02/2016 e suas retificações posteriores.

Salientamos que V. Sª foi nomeado (a) por meio da Portaria n. 0593/DGP de 23/05/2018, publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM, em 25/06/2018. Conforme § 1º, do Art. 14, da Lei Complementar nº 309/2015, V. Sª deverá tomar posse do cargo no prazo máximo de trinta dias, a contar da data de publicação da portaria de nomeação.

Considerações importantes:

- 1) Toda a documentação deverá ser entregue no Departamento de Gestão de Pessoas para análise. Após analisada a documentação é que será agendado o exame admissional e será fornecido autorização para abertura de conta (caso não possua conta no Banco Bradesco).
- 2) O candidato nomeado deverá providenciar os exames abaixo relacionados e tão logo os tenha em mãos, deverá entrar em contato com o Departamento de Gestão de pessoas para agendar o Exame Admissional.
- 3) O candidato nomeado deverá se atentar ao prazo que possui para Tomar Posse (30 dias a contar da publicação da portaria de nomeação). Somente poderá tomar posse o candidato que estiver com toda a documentação entregue e aprovada pelo Departamento de Gestão de Pessoas.

Exames a serem apresentados ao Médico Perito, para o exame admissional, CUSTEADOS PELO CANDIDATO:

Nome do Cargo	Exames necessários
---------------	--------------------

Todos os cargos	1. HEMOGRAMA COMPLETO; 2. GLICEMIA; 3. VDRL; 4. RX TORAX e DA COLUNA LOMBO-SACRA; 5. ECG (acima 40 anos); 6. CREATININA; 7. LAUDO DO PSIQUIATRA; 8. RX DE BACIA 9. CARTEIRA DE VACINAÇÃO ATUALIZADA PARA OS PROFISSIONAIS DA ÁREA DA SAÚDE E AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS FEMININO.
-----------------	--

Rio do Sul, 25 de junho de 2018.

Departamento de Gestão de Pessoas
Divisão de Desenvolvimento profissional

Confirmação Recebimento (Assinatura):

TERMO DE CONVOCAÇÃO ADRIANA CAMPESTRINI

Publicação Nº 1663842

TERMO DE CONVOCAÇÃO

Senhor(a) ADRIANA CAMPESTRINI, é com satisfação que procedemos a convocação de V. S^a., para que se apresente no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, a fim de iniciar os procedimentos para a posse do cargo conquistado através do Concurso Público nº 001/2015, homologado através do Decreto nº 4797 de 07/07/2015 e suas retificações posteriores. (CARGO DE PROFESSOR – EDUCAÇÃO INFANTIL).

Salientamos que V. S^a foi nomeado (a) através da Portaria n. 0618/ DGP de 07/06/2018, publicada em 25/06/2018. Conforme § 1.º, do Art. 14, da Lei Complementar nº 309/2015, V. S^a deverá tomar posse do cargo no prazo máximo de trinta dias, a contar da data de publicação da portaria de nomeação.

Considerações importantes:

- 1) Toda a documentação deverá ser entregue no Departamento de Gestão de Pessoas para análise. Após analisada a documentação é que será agendado o exame admissional.
- 2) O candidato nomeado deverá providenciar os exames abaixo relacionados e tão logo os tenha em mãos, deverá entrar em contato com o Departamento de Gestão de Pessoas para agendar o Exame Admissional.
- 3) O candidato nomeado deverá se atentar ao prazo que possui para Tomar Posse (30 dias a contar da publicação da portaria de nomeação). Somente poderá tomar posse o candidato que estiver com a documentação e o exame admissional entregues e aprovados pelo Departamento de Gestão de Pessoas.

Exames a serem apresentados ao Médico Perito, para o exame admissional, custeados pelo candidato:

Nome do Cargo	Exames necessários
Professor Pedagogo	1. HEMOGRAMA COMPLETO; 2. GLICEMIA; 3. VDRL; 4. RX TORAX e DA COLUNA LOMBO-SACRA; 5. ECG (acima 40 anos); 6. CREATININA; 7. LAUDO DO PSIQUIATRA; 8. RX DE BACIA.

Rio do Sul, 25 de junho de 2018.

Departamento de Gestão de Pessoas
Divisão Desenvolvimento profissional

Confirmação Recebimento (Assinatura):

TERMO DE CONVOCAÇÃO ANDREZA APARECIDA DE OLIVEIRA

Publicação Nº 1663906

TERMO DE CONVOCAÇÃO

Senhor(a) ANDREZA APARECIDA DE OLIVEIRA, é com satisfação que procedemos a convocação de V. S^a., para que se apresente no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, a fim de iniciar os procedimentos para a posse do cargo conquistado através do Concurso Público nº 001/2015, homologado através do Decreto nº 4797 de 07/07/2015 e suas retificações posteriores. (CARGO DE PROFESSOR – EDUCAÇÃO INFANTIL).

Salientamos que V. S^a foi nomeado (a) através da Portaria n. 0611/ DGP de 04/06/2018, publicada em 25/06/2018. Conforme § 1.º, do Art. 14, da Lei Complementar nº 309/2015, V. S^a deverá tomar posse do cargo no prazo máximo de trinta dias, a contar da data de publicação da portaria de nomeação.

Considerações importantes:

- 1) Toda a documentação deverá ser entregue no Departamento de Gestão de Pessoas para análise. Após analisada a documentação é que será agendado o exame admissional.
- 2) O candidato nomeado deverá providenciar os exames abaixo relacionados e tão logo os tenha em mãos, deverá entrar em contato com o Departamento de Gestão de Pessoas para agendar o Exame Admissional.
- 3) O candidato nomeado deverá se atentar ao prazo que possui para Tomar Posse (30 dias a contar da publicação da portaria de nomeação). Somente poderá tomar posse o candidato que estiver com a documentação e o exame admissional entregues e aprovados pelo Departamento de Gestão de Pessoas.

Exames a serem apresentados ao Médico Perito, para o exame admissional, custeados pelo candidato:

Nome do Cargo	Exames necessários
Professor Pedagogo	1. HEMOGRAMA COMPLETO; 2. GLICEMIA; 3. VDRL; 4. RX TORAX e DA COLUNA LOMBO-SACRA; 5. ECG (acima 40 anos); 6. CREATININA; 7. LAUDO DO PSIQUIATRA; 8. RX DE BACIA.

Rio do Sul, 25 de junho de 2018.

Departamento de Gestão de Pessoas
Divisão Desenvolvimento profissional

Confirmação Recebimento (Assinatura):

TERMO DE CONVOCAÇÃO PABLINE GUTJAHR

Publicação Nº 1663926

TERMO DE CONVOCAÇÃO

Senhor(a) PABLINE GUTJAHR, é com satisfação que procedemos a convocação de V. S^a., para que se apresente no Departamento de Gestão de Pessoas da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, a fim de iniciar os procedimentos para a posse do cargo de AUXILIAR DE SAÚDE BUCAL, 40 HORAS, conquistado por meio do Concurso Público nº 002/2017, homologado por meio do Decreto nº 6963 de 09/04/2018 e suas retificações posteriores.

Salientamos que V. S^a foi nomeado (a) por meio da Portaria n. 0621/DGP de 08/06/2018, publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM, em 25/06/2018. Conforme § 1º, do Art. 14, da Lei Complementar nº 309/2015, V. S^a deverá tomar posse do cargo no prazo máximo de trinta dias, a contar da data de publicação da portaria de nomeação.

Considerações importantes:

- 1) Toda a documentação deverá ser entregue no Departamento de Gestão de Pessoas para análise. Após analisada a documentação é que será agendado o exame admissional e será fornecido autorização para abertura de conta (caso não possua conta no Banco Bradesco).
- 2) O candidato nomeado deverá providenciar os exames abaixo relacionados e tão logo os tenha em mãos, deverá entrar em contato com o Departamento de Gestão de pessoas para agendar o Exame Admissional.
- 3) O candidato nomeado deverá se atentar ao prazo que possui para Tomar Posse (30 dias a contar da publicação da portaria de nomeação). Somente poderá tomar posse o candidato que estiver com toda a documentação entregue e aprovada pelo Departamento de Gestão de Pessoas.

Exames a serem apresentados ao Médico Perito, para o exame admissional, CUSTEADOS PELO CANDIDATO:

Nome do Cargo	Exames necessários
Todos os cargos	1. HEMOGRAMA COMPLETO; 2. GLICEMIA; 3. VDRL; 4. RX TORAX e DA COLUNA LOMBO-SACRA; 5. ECG (acima 40 anos); 6. CREATININA; 7. LAUDO DO PSIQUIATRA; 8. RX DE BACIA 9. CARTEIRA DE VACINAÇÃO ATUALIZADA PARA OS PROFISSIONAIS DA ÁREA DA SAÚDE E AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS FEMININO.

Rio do Sul, 25 de junho de 2018.

Departamento de Gestão de Pessoas
Divisão de Desenvolvimento profissional

Confirmação Recebimento (Assinatura):

TERMO DE CONVOCAÇÃO RAQUEL ANDRESSA DOS SANTOS BARRAZA

Publicação Nº 1663778

TERMO DE CONVOCAÇÃO

Senhor(a) RAQUEL ANDRESSA DOS SANTOS BARRAZA, é com satisfação que procedemos a convocação de V. S^a., para que se apresente no Departamento de Gestão de Pessoas da Prefeitura

Municipal de Rio do Sul, a fim de iniciar os procedimentos para a posse do cargo de FONOAUDIÓLOGO, 40 HORAS, conquistado por meio do Concurso Público nº 002/2015, homologado por meio do Decreto nº 5148 de 15/02/2016 e suas retificações posteriores.

Salientamos que V. S^a foi nomeado (a) por meio da Portaria n. 0594/DGP de 23/05/2018, publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM, em 25/06/2018. Conforme § 1º, do Art. 14, da Lei Complementar nº 309/2015, V. S^a deverá tomar posse do cargo no prazo máximo de trinta dias, a contar da data de publicação da portaria de nomeação.

Considerações importantes:

- 1) Toda a documentação deverá ser entregue no Departamento de Gestão de Pessoas para análise. Após analisada a documentação é que será agendado o exame admissional e será fornecido autorização para abertura de conta (caso não possua conta no Banco Bradesco).
- 2) O candidato nomeado deverá providenciar os exames abaixo relacionados e tão logo os tenha em mãos, deverá entrar em contato com o Departamento de Gestão de pessoas para agendar o Exame Admissional.
- 3) O candidato nomeado deverá se atentar ao prazo que possui para Tomar Posse (30 dias a contar da publicação da portaria de nomeação). Somente poderá tomar posse o candidato que estiver com toda a documentação entregue e aprovada pelo Departamento de Gestão de Pessoas.

Exames a serem apresentados ao Médico Perito, para o exame admissional, CUSTEADOS PELO CANDIDATO:

Nome do Cargo	Exames necessários
Todos os cargos	1. HEMOGRAMA COMPLETO; 2. GLICEMIA; 3. VDRL; 4. RX TORAX e DA COLUNA LOMBO-SACRA; 5. ECG (acima 40 anos); 6. CREATININA; 7. LAUDO DO PSIQUIATRA; 8. RX DE BACIA 9. CARTEIRA DE VACINAÇÃO ATUALIZADA PARA OS PROFISSIONAIS DA ÁREA DA SAÚDE E AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS FEMININO.

Rio do Sul, 25 de junho de 2018.

Departamento de Gestão de Pessoas
Divisão de Desenvolvimento profissional

Confirmação Recebimento (Assinatura):

TERMO DE CONVOCAÇÃO REGINA CELIA SLOMP

Publicação Nº 1663922

TERMO DE CONVOCAÇÃO

Senhor(a) REGINA CELIA SLOMP, é com satisfação que procedemos a convocação de V. S^a., para que se apresente no Departamento de Gestão de Pessoas da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, a fim de iniciar os procedimentos para a posse do cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS – FEMININO, 40 HORAS, conquistado por meio do Concurso Público nº 002/2017, homologado por meio do Decreto nº 6963 de 09/04/2018 e suas retificações posteriores.

Salientamos que V. S^a foi nomeado (a) por meio da Portaria n.

0595/DGP de 23/05/2018, publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM, em 25/06/2018. Conforme § 1º, do Art. 14, da Lei Complementar nº 309/2015, V. Sª deverá tomar posse do cargo no prazo máximo de trinta dias, a contar da data de publicação da portaria de nomeação.

Considerações importantes:

- 1) Toda a documentação deverá ser entregue no Departamento de Gestão de Pessoas para análise. Após analisada a documentação é que será agendado o exame admissional e será fornecido autorização para abertura de conta (caso não possua conta no Banco Bradesco).
- 2) O candidato nomeado deverá providenciar os exames abaixo relacionados e tão logo os tenha em mãos, deverá entrar em contato com o Departamento de Gestão de pessoas para agendar o Exame Admissional.
- 3) O candidato nomeado deverá se atentar ao prazo que possui para Tomar Posse (30 dias a contar da publicação da portaria de nomeação). Somente poderá tomar posse o candidato que estiver com toda a documentação entregue e aprovada pelo Departamento de Gestão de Pessoas.

Exames a serem apresentados ao Médico Perito, para o exame admissional, CUSTEADOS PELO CANDIDATO:

Nome do Cargo	Exames necessários
Todos os cargos	1. HEMOGRAMA COMPLETO; 2. GLICEMIA; 3. VDRL; 4. RX TORAX e DA COLUNA LOMBO-SACRA; 5. ECG (acima 40 anos); 6. CREATININA; 7. LAUDO DO PSIQUIATRA; 8. RX DE BACIA 9. CARTEIRA DE VACINAÇÃO ATUALIZADA PARA OS PROFISSIONAIS DA ÁREA DA SAÚDE E AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS FEMININO.

Rio do Sul, 25 de junho de 2018.

Departamento de Gestão de Pessoas
Divisão de Desenvolvimento profissional

Confirmação Recebimento (Assinatura):

TERMO DE CONVOCAÇÃO RITA RASSWEILER

Publicação Nº 1663836

TERMO DE CONVOCAÇÃO

Senhor(a) RITA RASSWEILER, é com satisfação que procedemos a convocação de V. Sª., para que se apresente no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, a fim de iniciar os procedimentos para a posse do cargo conquistado através do Concurso Público nº 001/2015, homologado através do Decreto nº 4797 de 07/07/2015 e suas retificações posteriores. (CARGO DE PROFESSOR DE ANOS INICIAIS).

Salientamos que V. Sª foi nomeado (a) através da Portaria n. 0612/DGP de 04/06/2018, publicada em 25/06/2018. Conforme § 1.º, do Art. 14, da Lei Complementar nº 309/2015, V. Sª deverá tomar posse do cargo no prazo máximo de trinta dias, a contar da data de publicação da portaria de nomeação.

Considerações importantes:

- 1) Toda a documentação deverá ser entregue no Departamento de Gestão de Pessoas para análise. Após analisada a documentação é que será agendado o exame admissional.
- 2) O candidato nomeado deverá providenciar os exames abaixo relacionados e tão logo os tenha em mãos, deverá entrar em contato com o Departamento de Gestão de Pessoas para agendar o Exame Admissional.
- 3) O candidato nomeado deverá se atentar ao prazo que possui para Tomar Posse (30 dias a contar da publicação da portaria de nomeação). Somente poderá tomar posse o candidato que estiver com a documentação e o exame admissional entregues e aprovados pelo Departamento de Gestão de Pessoas.

Exames a serem apresentados ao Médico Perito, para o exame admissional, custeados pelo candidato:

Nome do Cargo	Exames necessários
Professor Pedagogo	1. HEMOGRAMA COMPLETO; 2. GLICEMIA; 3. VDRL; 4. RX TORAX e DA COLUNA LOMBO-SACRA; 5. ECG (acima 40 anos); 6. CREATININA; 7. LAUDO DO PSIQUIATRA; 8. RX DE BACIA.

Rio do Sul, 25 de junho de 2018.

Departamento de Gestão de Pessoas
Divisão Desenvolvimento profissional

Confirmação Recebimento (Assinatura):

TERMO DE CONVOCAÇÃO SIMONE FRANCISCO

Publicação Nº 1663830

TERMO DE CONVOCAÇÃO

Senhor(a) SIMONE FRANCISCO, é com satisfação que procedemos a convocação de V. Sª., para que se apresente no Departamento de Gestão de Pessoas da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, a fim de iniciar os procedimentos para a posse do cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS – FEMININO, 40 HORAS, conquistado por meio do Concurso Público nº 002/2017, homologado por meio do Decreto nº 6963 de 09/04/2018 e suas retificações posteriores.

Salientamos que V. Sª foi nomeado (a) por meio da Portaria n. 0597/DGP de 24/05/2018, publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM, em 25/06/2018. Conforme § 1º, do Art. 14, da Lei Complementar nº 309/2015, V. Sª deverá tomar posse do cargo no prazo máximo de trinta dias, a contar da data de publicação da portaria de nomeação.

Considerações importantes:

- 1) Toda a documentação deverá ser entregue no Departamento de Gestão de Pessoas para análise. Após analisada a documentação é que será agendado o exame admissional e será fornecido autorização para abertura de conta (caso não possua conta no Banco Bradesco).
- 2) O candidato nomeado deverá providenciar os exames abaixo relacionados e tão logo os tenha em mãos, deverá entrar em contato com o Departamento de Gestão de pessoas para agendar o Exame Admissional.
- 3) O candidato nomeado deverá se atentar ao prazo que possui para Tomar Posse (30 dias a contar da publicação da portaria de

nomeação). Somente poderá tomar posse o candidato que estiver com toda a documentação entregue e aprovada pelo Departamento de Gestão de Pessoas.

Exames a serem apresentados ao Médico Perito, para o exame admissional, CUSTEADOS PELO CANDIDATO:

Nome do Cargo	Exames necessários
Todos os cargos	1. HEMOGRAMA COMPLETO; 2. GLICEMIA; 3. VDRL; 4. RX TORAX e DA COLUNA LOMBO-SACRA; 5. ECG (acima 40 anos); 6. CREATININA; 7. LAUDO DO PSIQUIATRA; 8. RX DE BACIA 9. CARTEIRA DE VACINAÇÃO ATUALIZADA PARA OS PROFISSIONAIS DA ÁREA DA SAÚDE E AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS FEMININO.

Rio do Sul, 25 de junho de 2018.

Departamento de Gestão de Pessoas
Divisão de Desenvolvimento profissional

Confirmação Recebimento (Assinatura):

TERMO DE CONVOCAÇÃO DIOGENES DELLA GIUSTINA FORMIGA DE MOURA

Publicação Nº 1663948

TERMO DE CONVOCAÇÃO

Senhor(a) DIOGENES DELLA GIUSTINA FORMIGA DE MOURA é com satisfação que procedemos a convocação de V. S^a., para que se apresente no Departamento de Gestão de Pessoas da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, a fim de iniciar os procedimentos para a posse do cargo de CIRURGIÃO DENTISTA, 20 HORAS conquistado por meio do Concurso Público nº 002/2015, homologado por meio do Decreto nº 5148 de 15/02/2016 e suas retificações posteriores.

Salientamos que V. S^a foi nomeado (a) por meio da Portaria n. 0609/DGP de 04/06/2018, publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM, em 25/06/2018. Conforme § 1º, do Art. 14, da Lei

Complementar nº 309/2015, V. S^a deverá tomar posse do cargo no prazo máximo de trinta dias, a contar da data de publicação da portaria de nomeação.

Considerações importantes:

- 1) Toda a documentação deverá ser entregue no Departamento de Gestão de Pessoas para análise. Após analisada a documentação é que será agendado o exame admissional e será fornecido autorização para abertura de conta (caso não possua conta no Banco Bradesco).
- 2) O candidato nomeado deverá providenciar os exames abaixo relacionados e tão logo os tenha em mãos, deverá entrar em contato com o Departamento de Gestão de pessoas para agendar o Exame Admissional.
- 3) O candidato nomeado deverá se atentar ao prazo que possui para Tomar Posse (30 dias a contar da publicação da portaria de nomeação). Somente poderá tomar posse o candidato que estiver com toda a documentação entregue e aprovada pelo Departamento de Gestão de Pessoas.

Exames a serem apresentados ao Médico Perito, para o exame admissional, CUSTEADOS PELO CANDIDATO:

Nome do Cargo	Exames necessários
Todos os cargos	1. HEMOGRAMA COMPLETO; 2. GLICEMIA; 3. VDRL; 4. RX TORAX e DA COLUNA LOMBO-SACRA; 5. ECG (acima 40 anos); 6. CREATININA; 7. LAUDO DO PSIQUIATRA; 8. RX DE BACIA 9. CARTEIRA DE VACINAÇÃO ATUALIZADA PARA OS PROFISSIONAIS DA ÁREA DA SAÚDE E AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS FEMININO.

Rio do Sul, 25 de junho de 2018.

Departamento de Gestão de Pessoas
Divisão de Desenvolvimento profissional

Confirmação Recebimento (Assinatura):

CÂMARA MUNICIPAL

RESOLUÇÃO Nº 980, DE 25 DE JUNHO DE 2018.

Publicação Nº 1664593

RESOLUÇÃO No 980, DE 25 DE JUNHO DE 2018.

Altera a Resolução nº 978, de 13 de junho de 2018, que "Autoriza a participação de servidores no evento "Oficina de SAPL 3.1"".

MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE RIO DO SUL. Faço saber que no uso de suas atribuições regimentais, a Câmara Municipal decreta e promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º Fica alterado o caput do art. 1º da Resolução nº 978, de 13 de junho de 2018, em razão de modificações pela organização na data e horário do evento, passando a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º. Fica autorizada a participação dos servidores Leonardo Simon Rutzen, Técnico Legislativo – Área Legislativa, Juliana Eleutério Carvalho, Técnica Legislativa – Área Legislativa, e Luis Fernando

Schweder, Técnico Legislativo – Área de Informática, da Câmara de Vereadores de Rio do Sul, no evento "Oficina de SAPL (Sistema de Apoio ao Processo Legislativo) 3.1", a ser realizado nos dias 28 e 29, das 8:30 às 18:30 horas, do mês de junho do corrente ano, promovido pelo Programa Interlegis, do Senado Federal, tendo como local a Sala de Informática da UNIDAVI na Rua Dr. Guilherme Gemballa, nº 13, bairro Jardim América, no município de Rio do Sul - SC.
[...]" (NR)

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Rio do Sul, 25 de junho de 2018.

JAMES RIDES DA SILVA
Presidente da Mesa

FERNANDO CESAR SOUZA
Vice-Presidente

MAICON COELHO
1º Secretário

ZELI DA SILVA
2ª Secretária

Rio dos Cedros

PREFEITURA

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DOS CEDROS - EXTRATO DO EDITAL DE PREGÃO Nº 41/2018 - TIPO DO JULGAMENTO: MENOR PREÇO - TIPO DE COMPARAÇÃO: POR ITEM, COM A FINALIDADE DE SELECIONAR PROPOSTA OBJETIVANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE DESGASTE

Publicação Nº 1664575

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DOS CEDROS

Extrato do Edital de Pregão Nº 41/2018

Tipo do Julgamento: Menor Preço

Tipo de Comparação: Por Item

O Município de Rio dos Cedros, estabelecido na Rua Nereu Ramos, 205, Centro – Rio dos Cedros - SC, informa que realizará licitação na modalidade de Pregão, com a finalidade de selecionar proposta objetivando o REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE DESGASTE, conforme especificações constantes do edital. Rege a presente licitação, a Lei Federal 10.520/2002, a Lei Federal nº. 8.666/93, o Decreto Municipal nº. 2.279/2007, a Lei Complementar nº. 123/2006 e demais legislações aplicáveis. Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem: Recebimento do envelope de proposta e do envelope de habilitação: Data: 12/07/2018 - Hora: 08:45. Início da Sessão Pública e abertura dos envelopes de propostas: Data: 12/07/2018 - Hora: 09:00. O Edital e seus anexos poderão ser extraídos através do site www.riodoscedros.sc.gov.br no link Licitações. As dúvidas pertinentes a presente licitação serão esclarecidas pelo Departamento de Licitações na Rua Nereu Ramos, nº 205, Centro, Rio dos Cedros – SC, pelo telefone: (47) 3386-1050 ramal 2006 ou ainda pelo e-mail: licitacao@riodoscedros.sc.gov.br.

Rio dos Cedros, 25 de junho de 2018.

Rafael Nones

Secretário de Obras

Romelândia

PREFEITURA

ATA DE RP 71/2018

Publicação Nº 1664079

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 71/2018

Processo Licitatório Nº. 919/2018

Modalidade: Pregão – Registro de Preço Nº. 28/2018

O Município de Romelândia – SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 82.821.182/0001-26 com sede na Rua 12 de Outubro, 242, na cidade de Romelândia – SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. VALDIR BUGS, brasileiro, residente e domiciliado no município de Romelândia, inscrito no CPF sob o nº 304.788.399-87 e portador da Cédula de Identidade nº 899.689 SSP/SC, resolve, em face das propostas apresentadas no PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS nº 28/2018, REGISTRAR OS PREÇOS com a empresa:

VENCEDOR: VERZA AUTO CENTER EIRELI ME

CNPJ: 13.207.871/0001-22, FONE:

ENDEREÇO: ROD. SC - 471, 214, CENTRO, 89908-000, ROMELANDIA, SC, doravante denominados MUNICÍPIO e DETENTORA, sujeitando-se as partes ao edital do Processo Licitatório nº. 919/2018 na modalidade de Pregão Presencial – Registro de preços nº. 28/2018, às determinações das Leis nº. 8.666/93 atualizada, Lei 10.520/02, legislação complementar vigente e pertinente à matéria e às seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

I – A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços dos preços unitários a serem fornecidos sobre a Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada para prestação de serviço mecânicos (manutenção preventiva e corretiva), incluindo a reposição de peças, componentes e acessórios de reposição; lavagem automotiva; e serviços de solda e torno, para os veículos, máquinas e equipamento da frota do Fundo Municipal de Saúde e do Município de Romelândia., conforme:

ITENS	QUANT.	UNID.	DESCRIÇÃO DO OBJETO	VALOR UNIT.
5	200,0	Hr.	Lavagem automotiva: Serviço de lavagem externa e limpeza interna nos veículos leves (populares e utilitários) tipo Palio, Gol, Uno, Spin, Logan, Saveiro, Doblo.	36,90
6	100,0	Hr.	Lavagem automotiva: Serviço de lavagem externa e limpeza interna nos veículos médios (Vans tipo: Boxer, Ducato, Transit, Master, Jumper).	64,00

II - As quantidades descritas acima são a título estimativo. A retirada será conforme a demanda da administração.

CLÁUSULA SEGUNDA DA VALIDADE DA ATA

1. A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses consecutivos contados da data de assinatura.
2. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a Administração não será obrigada a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-lhe a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao(s) beneficiário(s) do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.
3. Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.
4. A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no art. 65 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA DOS PREÇOS

1. Em cada fornecimento decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do Edital referente à mesma.
2. Em cada fornecimento, o(s) preço(s) unitário(s) a ser (em) pago(s) para cada item será (ão) o(s) adjudicados para empresa detentora da presente Ata ao final do pregão, o(s) qual (is) também a integram.
3. A mera majoração de preços pelo fornecedor da detentora da Ata não constitui motivo para que esta pleiteie junto a Administração pedido de revisão de preço ou reequilíbrio econômico.

CLÁUSULA QUARTA DO PRAZO DE VALIDADE DAS PROPOSTAS

1. Após a assinatura desta Ata, a detentora obriga-se a manter sua proposta pelo prazo e validade de 12 (doze) meses.

CLÁUSULA QUINTA DO LOCAL E PRAZO DE EXECUÇÃO

1. A DETENTORA deverá entregar os materiais solicitados no local previsto na ordem de compra.
2. O prazo para entrega dos materiais é de até 03(três) dias úteis após a solicitação emitida através da ordem de compra.
3. Os materiais deverão ser entregues no local indicado pela Administração, correndo por conta da DETENTORA todas as despesas que direta ou indiretamente incidirem na realização sobre o objeto.
4. Se algum material não corresponder ao que foi licitado, será concedido o prazo de até 24 (vinte e quatro) horas para a realização da troca, sob pena de aplicação de sanções legais e editais.

CLÁUSULA SEXTA DO PAGAMENTO

1. Após o recebimento do serviço, acompanhado da respectiva nota fiscal, conferida e assinada pelo fiscal de contrato, o pagamento será

efetuado conforme a ordem cronológica de pagamentos e disponibilidade de recursos da Prefeitura de Romelândia.

2. Caso o material não corresponda ao que foi licitado, o pagamento só será liberado após a sua substituição, sem prejuízo das penalidades legais e do edital.

3. Nenhum pagamento será efetuado à licitante enquanto pendente de liquidação, qualquer obrigação que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento dos preços ou correção monetária.

4. Os pagamentos serão efetuados, obrigatoriamente, através de crédito em conta corrente bancária, exclusivamente em nome da empresa fornecedora.

CLÁUSULA SÉTIMA DAS PENALIDADES

1. A recusa imotivada do adjudicatário em assinar a Ata de Registro de Preços no prazo assinalado neste edital, sujeitá-lo-á à multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total da Ata de Registro de Preços, contada a partir do primeiro dia após ter expirado o prazo que teria para assinar a Ata de Registro de Preços ou o Contrato.

2. A penalidade de multa, prevista no item acima poderá ser aplicada cumulativamente com as penalidades dispostas na Lei nº 10.520/2002, conforme o art. 7, do mesmo diploma legal.

3. Sem prejuízo das sanções previstas nos artigos. 86 e 87 da Lei 8.666/1993, a DETENTORA ficará sujeita às seguintes penalidades, assegurada a prévia defesa:

4. Pelo atraso injustificado na execução do objeto, sujeita-se a DETENTORA à penalidade de multa de 0,033% sobre o valor total da obrigação não cumprida por dia de atraso, limitada ao total de 20%.

5. Pela inexecução total ou parcial do objeto, poderá ser aplicado à DETENTORA as sanções previstas no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/2002 e Lei Federal 8.666/1999, multa de 20% (vinte por cento), calculada sobre o valor do da Ata de Registro de Preços.

6. Multa correspondente à diferença de preço resultante de nova licitação realizada para complementação ou realização da obrigação não cumprida.

7. O valor a servir de base para o cálculo das multas referidas nos subitens acima será o valor inicial da Ata de Registro de Preços.

8. As multas aqui previstas não têm caráter compensatório, porém moratório e, consequentemente, o pagamento delas não exime a DETENTORA da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha acarretar à Administração.

9. Sem prejuízo das penalidades de multa, fica a DETENTORA que não cumprir as cláusulas desta Ata de Registro de Preços sujeita ainda à:

10. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo de até dois anos.

11. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a DETENTORA ressarcir a Administração pelos prejuízos resultante e após decorrido o prazo da sanção aplicada.

12. Estará sujeita às penalidades a DETENTORA que deixar de atender às condições e prazos de fornecimento estabelecidos neste edital e no contrato.

13. Ficarão suspensos os pagamentos da DETENTORA que não cumprir no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a troca do material rejeitado, até que se finalize o processo administrativo que deverá ser iniciado pelo fiscal de contrato ao final do prazo dado para a troca.

CLÁUSULA OITAVA DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

1. Esta Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada pela Administração:

1.1. Automaticamente:

1.1.1. por decurso de prazo de vigência;

1.1.2. quando não restarem fornecedores registrados;

1.1.3. quando caracterizado o interesse público.

1.2. O Proponente terá o seu registro de preços cancelado na Ata, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e ampla defesa:

1.2.1. A pedido, quando:

1.2.2. comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior;

1.2.3. O seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexequível em função da elevação dos preços de mercado dos insumos que compõem o custo do serviço.

1.2.4. A solicitação dos fornecedores para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas na cláusula Sétima desta Ata, caso não aceitas as razões do pedido.

1.3. Por iniciativa da Administração Municipal, quando:

1.3.1. o fornecedor que perder qualquer condição de habilitação exigida no processo licitatório, ou seja, não cumprir o estabelecido no Edital;

1.3.2. por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas;

1.3.3. o fornecedor não cumprir as obrigações decorrentes desta Ata de Registro de Preços;

1.3.4. o fornecedor não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, os pedidos decorrentes desta Ata de Registro de Preços;

1.3.5. caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas nesta Ata de Registro de Preço ou nos pedidos dela decorrentes;

1.3.6. não atender solicitação do fiscal de contrato ou deixar de entregar documentos, comprovantes ou certificados exigidos;

1.3.7. substituir seus colaboradores (profissionais envolvidos na relação contratual) e não apresentar ao fiscal de contrato a documentação exigida quanto a qualificação técnica dos substitutos, que deverá ser igual ou superior aos substituídos;

1.3.8. não aceitar reduzir seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado.

1.4. A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos, será feita por meio de documento oficial ou Através de publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

CLÁUSULA NONA DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E DO FORO

1. Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial nº Pregão e a proposta da empresa DETENTORA.

2. Fica eleito o Foro da Comarca de Anchieta /SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata. 3. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 10.520/2002 e Lei 8.666/93, Lei Municipal nº 2.312, e demais normas aplicáveis.

Romelândia – SC, 15/06/18.

VALDIR BUGS		VERZA AUTO CENTER EIRELI ME
CPF: 304.788.399-87		LAURI VERZA
CONTRATANTE		CONTRATADO
DARIZ GENZ		MILTON AIMI
CPF: 052.284.969-55		CPF: 477.330.399-91
TESTEMUNHA		TESTEMUNHA

ATA DE RP 72/2018

Publicação Nº 1664081

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 72/2018

Processo Licitatório Nº. 919/2018

Modalidade: Pregão – Registro de Preço Nº. 28/2018

O Município de Romelândia – SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 82.821.182/0001-26 com sede na Rua 12 de Outubro, 242, na cidade de Romelândia – SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. VALDIR BUGS, brasileiro, residente e domiciliado no município de Romelândia, inscrito no CPF sob o nº 304.788.399-87 e portador da Cédula de Identidade nº 899.689 SSP/SC, resolve, em face das propostas apresentadas no PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS nº 28/2018, REGISTRAR OS PREÇOS com a empresa:

VENCEDOR: Danilo Luiz Spohr ME

CNPJ: 01.737.686/0001-60, FONE:

ENDEREÇO: RUA DOM PEDRO I, , CENTRO, 89908-000, ROMELANDIA, SC, doravante denominados MUNICÍPIO e DETENTORA, sujeitando-se as partes ao edital do Processo Licitatório nº. 919/2018 na modalidade de Pregão Presencial – Registro de preços nº. 28/2018, às determinações das Leis nº. 8.666/93 atualizada, Lei 10.520/02, legislação complementar vigente e pertinente à matéria e às seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

I – A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços dos preços unitários a serem fornecidos sobre a Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada para prestação de serviço mecânicos (manutenção preventiva e corretiva), incluindo a reposição de peças, componentes e acessórios de reposição; lavagem automotiva; e serviços de solda e torno, para os veículos, máquinas e equipamento da frota do Fundo Municipal de Saúde e do Município de Romelândia., conforme:

ITENS	QUANT.	UNID.	DESCRIÇÃO DO OBJETO	VALOR UNIT.
1	1.000,0	Hr.	Mão de Obra Mecânica Pesada: Caminhões e máquinas pesadas dentre elas tratores, motoniveladora, retroescavadeira, carregadeira, escavadeira hidráulica, rolo compactador, dentre outros, todos movidos a óleo diesel. Descrição dos Serviços: Mão de Obra para manutenção e revisão dos sistemas de Direção, Freios, Suspensão, Escapamentos, Transmissão, Motor, Substituição de Peças, Solda, Troca de Óleo, Troca de Fluidos, Serviços Elétricos ou seja, todos serviços de manutenção em veículos pesados.	98,00

II - As quantidades descritas acima são a titulo estimativo. A retirada será conforme a demanda da administração.

CLÁUSULA SEGUNDA DA VALIDADE DA ATA

1. A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses consecutivos contados da data de assinatura.
2. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a Administração não será obrigada a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-lhe a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao(s) beneficiário(s) do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.
3. Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irredutíveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.
4. A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no art. 65 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA DOS PREÇOS

1. Em cada fornecimento decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do Edital referente à mesma.
2. Em cada fornecimento, o(s) preço(s) unitário(s) a ser (em) pago(s) para cada item será (ão) o(s) adjudicados para empresa detentora da presente Ata ao final do pregão, o(s) qual (is) também a integram.
3. A mera majoração de preços pelo fornecedor da detentora da Ata não constitui motivo para que esta pleiteie junto a Administração pedido de revisão de preço ou reequilíbrio econômico.

CLÁUSULA QUARTA DO PRAZO DE VALIDADE DAS PROPOSTAS

1. Após a assinatura desta Ata, a detentora obriga-se a manter sua proposta pelo prazo e validade de 12 (doze) meses.

CLÁUSULA QUINTA DO LOCAL E PRAZO DE EXECUÇÃO

1. A DETENTORA deverá entregar os materiais solicitados no local previsto na ordem de compra.
2. O prazo para entrega dos materiais é de até 03(três) dias úteis após a solicitação emitida através da ordem de compra.

3. Os materiais deverão ser entregues no local indicado pela Administração, correndo por conta da DETENTORA todas as despesas que direta ou indiretamente incidirem na realização sobre o objeto.

4. Se algum material não corresponda ao que foi licitado, será concedido o prazo de até 24 (vinte e quatro) horas para a realização da troca, sob pena de aplicação de sanções legais e editalícias.

CLÁUSULA SEXTA DO PAGAMENTO

1. Após o recebimento do serviço, acompanhado da respectiva nota fiscal, conferida e assinada pelo fiscal de contrato, o pagamento será efetuado conforme a ordem cronológica de pagamentos e disponibilidade de recursos da Prefeitura de Romelândia.

2. Caso o material não corresponda ao que foi licitado, o pagamento só será liberado após a sua substituição, sem prejuízo das penalidades legais e do edital.

3. Nenhum pagamento será efetuado à licitante enquanto pendente de liquidação, qualquer obrigação que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento dos preços ou correção monetária.

4. Os pagamentos serão efetuados, obrigatoriamente, através de crédito em conta corrente bancária, exclusivamente em nome da empresa fornecedora.

CLÁUSULA SÉTIMA DAS PENALIDADES

1. A recusa imotivada do adjudicatário em assinar a Ata de Registro de Preços no prazo assinalado neste edital, sujeitá-lo-á à multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total da Ata de Registro de Preços, contada a partir do primeiro dia após ter expirado o prazo que teria para assinar a Ata de Registro de Preços ou o Contrato.

2. A penalidade de multa, prevista no item acima poderá ser aplicada cumulativamente com as penalidades dispostas na Lei nº 10.520/2002, conforme o art. 7, do mesmo diploma legal.

3. Sem prejuízo das sanções previstas nos artigos. 86 e 87 da Lei 8.666/1993, a DETENTORA ficará sujeita às seguintes penalidades, assegurada a prévia defesa:

4. Pelo atraso injustificado na execução do objeto, sujeita-se a DETENTORA à penalidade de multa de 0,033% sobre o valor total da obrigação não cumprida por dia de atraso, limitada ao total de 20%.

5. Pela inexecução total ou parcial do objeto, poderá ser aplicado à DETENTORA as sanções previstas no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/2002 e Lei Federal 8.666/1999, multa de 20% (vinte por cento), calculada sobre o valor do da Ata de Registro de Preços.

6. Multa correspondente à diferença de preço resultante de nova licitação realizada para complementação ou realização da obrigação não cumprida.

7. O valor a servir de base para o cálculo das multas referidas nos subitens acima será o valor inicial da Ata de Registro de Preços.

8. As multas aqui previstas não têm caráter compensatório, porém moratório e, conseqüentemente, o pagamento delas não exime a DETENTORA da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha acarretar à Administração.

9. Sem prejuízo das penalidades de multa, fica a DETENTORA que não cumprir as cláusulas desta Ata de Registro de Preços sujeita ainda à:

10. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo de até dois anos.

11. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a DETENTORA ressarcir a Administração pelos prejuízos resultante e após decorrido o prazo da sanção aplicada.

12. Estará sujeita às penalidades a DETENTORA que deixar de atender às condições e prazos de fornecimento estabelecidos neste edital e no contrato.

13. Ficarão suspensos os pagamentos da DETENTORA que não cumprir no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a troca do material rejeitado, até que se finalize o processo administrativo que deverá ser iniciado pelo fiscal de contrato ao final do prazo dado para a troca.

CLÁUSULA OITAVA DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

1. Esta Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada pela Administração:

1.1. Automaticamente:

1.1.1. por decurso de prazo de vigência;

1.1.2. quando não restarem fornecedores registrados;

1.1.3. quando caracterizado o interesse público.

1.2. O Proponente terá o seu registro de preços cancelado na Ata, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e ampla defesa:

1.2.1. A pedido, quando:

1.2.2. comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior;

1.2.3. O seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexequível em função da elevação dos preços de mercado dos insumos que compõem o custo do serviço.

1.2.4. A solicitação dos fornecedores para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas na cláusula Sétima desta Ata, caso não aceitas as razões do pedido.

1.3. Por iniciativa da Administração Municipal, quando:

1.3.1. o fornecedor que perder qualquer condição de habilitação exigida no processo licitatório, ou seja, não cumprir o estabelecido no Edital;

1.3.2. por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas;

1.3.3. o fornecedor não cumprir as obrigações decorrentes desta Ata de Registro de Preços;

1.3.4. o fornecedor não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, os pedidos decorrentes desta Ata de Registro de Preços;

1.3.5. caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas nesta Ata de Registro de Preço ou nos pedidos dela decorrentes;

1.3.6. não atender solicitação do fiscal de contrato ou deixar de entregar documentos, comprovantes ou certificados exigidos;

1.3.7. substituir seus colaboradores (profissionais envolvidos na relação contratual) e não apresentar ao fiscal de contrato a documentação exigida quanto a qualificação técnica dos substitutos, que deverá ser igual ou superior aos substituídos;

1.3.8. não aceitar reduzir seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado.

1.4. A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos, será feita por meio de documento oficial ou Através de

publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

CLÁUSULA NONA DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E DO FORO

1. Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial nº Pregão e a proposta da empresa DETENTORA.
2. Fica eleito o Foro da Comarca de Anchieta /SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.
3. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 10.520/2002 e Lei 8.666/93, Lei Municipal nº 2.312, e demais normas aplicáveis.

Romelândia – SC, 22/06/18.

VALDIR BUGS		Danilo Luiz Spohr ME
CPF: 304.788.399-87		DANILO LUIZ SPOHR
CONTRATANTE		CONTRATADO
DARIZ GENZ		MILTON AIMI
CPF: 052.284.969-55		CPF: 477.330.399-91
TESTEMUNHA		TESTEMUNHA

ATA DE RP 73/2018

Publicação Nº 1664082

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 73/2018

Processo Licitatório Nº. 919/2018

Modalidade: Pregão – Registro de Preço Nº. 28/2018

O Município de Romelândia – SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 82.821.182/0001-26 com sede na Rua 12 de Outubro, 242, na cidade de Romelândia – SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. VALDIR BUGS, brasileiro, residente e domiciliado no município de Romelândia, inscrito no CPF sob o nº 304.788.399-87 e portador da Cédula de Identidade nº 899.689 SSP/SC, resolve, em face das propostas apresentadas no PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS nº 28/2018, REGISTRAR OS PREÇOS com a empresa:

VENCEDOR: CLEBER FABIANO BRAUNER - ME.

CNPJ: 08.493.332/0001-67, FONE:

ENDEREÇO: RUA BARÃO DO RIO BRANCO, 257, CENTRO, 89908-000, ROMELANDIA, SC, doravante denominados MUNICÍPIO e DETENTORA, sujeitando-se as partes ao edital do Processo Licitatório nº. 919/2018 na modalidade de Pregão Presencial – Registro de preços nº. 28/2018, às determinações das Leis nº. 8.666/93 atualizada, Lei 10.520/02, legislação complementar vigente e pertinente à matéria e às seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

I – A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços dos preços unitários a serem fornecidos sobre a Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada para prestação de serviço mecânicos (manutenção preventiva e corretiva), incluindo a reposição de peças, componentes e acessórios de reposição; lavagem automotiva; e serviços de solda e torno, para os veículos, maquinas e equipamento da frota do Fundo Municipal de Saúde e do Município de Romelândia., conforme:

ITENS	QUANT.	UNID.	DESCRIÇÃO DO OBJETO	VALOR UNIT.
4	1.000,0	Hr.	Serviços de Torno, Solda e Mão de Obra: Serviços de torno e solda para confecção e recuperação de peças, Serviços de conserto de equipamentos de máquinas pesadas, Serviços de conserto e manutenção em equipamentos agrícolas e rodoviários e demais serviços de torno e solda necessários para manutenção do patrimônio do Município.	28,00

II - As quantidades descritas acima são a titulo estimativo. A retirada será conforme a demanda da administração.

CLÁUSULA SEGUNDA DA VALIDADE DA ATA

1. A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses consecutivos contados da data de assinatura.
2. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a Administração não será obrigada a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-lhe a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao(s) beneficiário(s) do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.
3. Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irredutíveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.
4. A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no art. 65 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA DOS PREÇOS

1. Em cada fornecimento decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do Edital referente à mesma.
2. Em cada fornecimento, o(s) preço(s) unitário(s) a ser (em) pago(s) para cada item será (ão) o(s) adjudicados para empresa detentora da presente Ata ao final do pregão, o(s) qual (is) também a integram.
3. A mera majoração de preços pelo fornecedor da detentora da Ata não constitui motivo para que esta pleiteie junto a Administração pedido de revisão de preço ou reequilíbrio econômico.

CLÁUSULA QUARTA DO PRAZO DE VALIDADE DAS PROPOSTAS

1. Após a assinatura desta Ata, a detentora obriga-se a manter sua proposta pelo prazo e validade de 12 (doze) meses.

CLÁUSULA QUINTA DO LOCAL E PRAZO DE EXECUÇÃO

1. A DETENTORA deverá entregar os materiais solicitados no local previsto na ordem de compra.
2. O prazo para entrega dos materiais é de até 03(três) dias úteis após a solicitação emitida através da ordem de compra.
3. Os materiais deverão ser entregues no local indicado pela Administração, correndo por conta da DETENTORA todas as despesas que direta ou indiretamente incidirem na realização sobre o objeto.
4. Se algum material não corresponder ao que foi licitado, será concedido o prazo de até 24 (vinte e quatro) horas para a realização da troca, sob pena de aplicação de sanções legais e editalícias.

CLÁUSULA SEXTA DO PAGAMENTO

1. Após o recebimento do serviço, acompanhado da respectiva nota fiscal, conferida e assinada pelo fiscal de contrato, o pagamento será efetuado conforme a ordem cronológica de pagamentos e disponibilidade de recursos da Prefeitura de Romelândia.
2. Caso o material não corresponda ao que foi licitado, o pagamento só será liberado após a sua substituição, sem prejuízo das penalidades legais e do edital.
3. Nenhum pagamento será efetuado à licitante enquanto pendente de liquidação, qualquer obrigação que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento dos preços ou correção monetária.
4. Os pagamentos serão efetuados, obrigatoriamente, através de crédito em conta corrente bancária, exclusivamente em nome da empresa fornecedora.

CLÁUSULA SÉTIMA DAS PENALIDADES

1. A recusa imotivada do adjudicatário em assinar a Ata de Registro de Preços no prazo assinalado neste edital, sujeitá-lo-á à multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total da Ata de Registro de Preços, contada a partir do primeiro dia após ter expirado o prazo que teria para assinar a Ata de Registro de Preços ou o Contrato.
2. A penalidade de multa, prevista no item acima poderá ser aplicada cumulativamente com as penalidades dispostas na Lei nº 10.520/2002, conforme o art. 7, do mesmo diploma legal.
3. Sem prejuízo das sanções previstas nos artigos. 86 e 87 da Lei 8.666/1993, a DETENTORA ficará sujeita às seguintes penalidades, assegurada a prévia defesa:
4. Pelo atraso injustificado na execução do objeto, sujeita-se a DETENTORA à penalidade de multa de 0,033% sobre o valor total da obrigação não cumprida por dia de atraso, limitada ao total de 20%.
5. Pela inexecução total ou parcial do objeto, poderá ser aplicado à DETENTORA as sanções previstas no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/2002 e Lei Federal 8.666/1999, multa de 20% (vinte por cento), calculada sobre o valor do da Ata de Registro de Preços.
6. Multa correspondente à diferença de preço resultante de nova licitação realizada para complementação ou realização da obrigação não cumprida.
7. O valor a servir de base para o cálculo das multas referidas nos subitens acima será o valor inicial da Ata de Registro de Preços.
8. As multas aqui previstas não têm caráter compensatório, porém moratório e, conseqüentemente, o pagamento delas não exime a DETENTORA da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha acarretar à Administração.
9. Sem prejuízo das penalidades de multa, fica a DETENTORA que não cumprir as cláusulas desta Ata de Registro de Preços sujeita ainda à:
10. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo de até dois anos.
11. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a DETENTORA ressarcir a Administração pelos prejuízos resultante e após decorrido o prazo da sanção aplicada.
12. Estará sujeita às penalidades a DETENTORA que deixar de atender às condições e prazos de fornecimento estabelecidos neste edital e no contrato.
13. Ficarão suspensos os pagamentos da DETENTORA que não cumprir no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a troca do material rejeitado, até que se finalize o processo administrativo que deverá ser iniciado pelo fiscal de contrato ao final do prazo dado para a troca.

CLÁUSULA OITAVA DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

1. Esta Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada pela Administração:
 - 1.1. Automaticamente:
 - 1.1.1. por decurso de prazo de vigência;
 - 1.1.2. quando não restarem fornecedores registrados;
 - 1.1.3. quando caracterizado o interesse público.
 - 1.2. O Proponente terá o seu registro de preços cancelado na Ata, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e ampla defesa:
 - 1.2.1. A pedido, quando:
 - 1.2.2. comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior;
 - 1.2.3. O seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexequível em função da elevação dos preços de mercado dos insumos que compõem o custo do serviço.
 - 1.2.4. A solicitação dos fornecedores para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas na cláusula Sétima desta Ata, caso não aceitas as razões do pedido.
 - 1.3. Por iniciativa da Administração Municipal, quando:
 - 1.3.1. o fornecedor que perder qualquer condição de habilitação exigida no processo licitatório, ou seja, não cumprir o estabelecido no Edital;
 - 1.3.2. por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas;
 - 1.3.3. o fornecedor não cumprir as obrigações decorrentes desta Ata de Registro de Preços;
 - 1.3.4. o fornecedor não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, os pedidos decorrentes desta Ata de Registro de Preços;
 - 1.3.5. caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas nesta Ata de Registro de Preço ou nos

pedidos dela decorrentes;

- 1.3.6. não atender solicitação do fiscal de contrato ou deixar de entregar documentos, comprovantes ou certificados exigidos;
- 1.3.7. substituir seus colaboradores (profissionais envolvidos na relação contratual) e não apresentar ao fiscal de contrato a documentação exigida quanto a qualificação técnica dos substitutos, que deverá ser igual ou superior aos substituídos;
- 1.3.8. não aceitar reduzir seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado.
- 1.4. A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos, será feita por meio de documento oficial ou Através de publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

CLÁUSULA NONA DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E DO FORO

1. Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial nº Pregão e a proposta da empresa DETENTORA.
2. Fica eleito o Foro da Comarca de Anchieta /SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata. 3. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 10.520/2002 e Lei 8.666/93, Lei Municipal nº 2.312, e demais normas aplicáveis.

Romelândia – SC, 22/06/18.

VALDIR BUGS		CLEBER FABIANO BRAUNER - ME.
CPF: 304.788.399-87		CLEBER FABIANO BRAUNER
CONTRATANTE		CONTRATADO
DARIZ GENZ		MILTON AIMI
CPF: 052.284.969-55		CPF: 477.330.399-91
TESTEMUNHA		TESTEMUNHA

ATA DE RP 74/2018

Publicação Nº 1664086

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 74

Processo Licitatório Nº. 948/2018

Modalidade: Pregão – Registro de Preço Nº. 30/2018

O Município de Romelândia – SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 82.821.182/0001-26 com sede na Rua 12 de Outubro, 242, na cidade de Romelândia – SC, neste ato representado pela Gestora Municipal de Saúde, Sra. DÉBORA GLEMBOTZKI, brasileiro, residente e domiciliado no município de Romelândia, inscrito no CPF sob o nº 304.788.399-87 e portador da Cédula de Identidade nº 899.689 SSP/SC, resolve, em face das propostas apresentadas no PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS nº 30/2018, REGISTRAR OS PREÇOS com a empresa:

VENCEDOR: VENEZA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

CNPJ: 13.229.567/0001-86, FONE:

ENDEREÇO: AVENIDA VINTE E UM DE ABRIL, 515, CENTRO, 99740-000, Barão de Cotegipe, RS, doravante denominados MUNICÍPIO e DETENTORA, sujeitando-se as partes ao edital do Processo Licitatório nº. 948/2018 na modalidade de Pregão Presencial – Registro de preços nº. 30/2018, às determinações das Leis nº. 8.666/93 atualizada, Lei 10.520/02, legislação complementar vigente e pertinente à matéria e às seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

I – A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços dos preços unitários a serem fornecidos sobre a REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE FRALDAS GERIÁTRICAS DESCARTÁVEIS PARA USO EM ADULTOS, conforme:

ITENS	QUANT.	UNID.	DESCRIÇÃO DO OBJETO	VALOR UNIT.
2	1.000,0	PAC	FRALDA GERIÁTRICA DESCARTAVEL ADULTA TAMANHO GG, FORMATO ANATÔMICO COM BARREIRAS ANTI-VAZAMENTO, COMPOSTA POR POLPA DE CELULOSE, GEL SUPERABSORVENTE, NÃO TECIDO DE FIBRAS DE POLIPROPILENO, ADESIVOS TERMOPLÁSTICOS, FIOS DE ELASTANO E FITAS ADESIVAS. REGISTRADOS SEGUNDO PORTARIA 1480/1990. PACOTE COM 07 UNIDADES.	7,00
3	1.000,0	PAC	FRALDA GERIÁTRICA DESCARTAVEL ADULTA TAMANHO M, FORMATO ANATÔMICO, COM BARREIRAS ANTI-VAZAMENTO, COMPOSTA POR POLPA DE CELULOSE, GEL SUPERABSORVENTE, NÃO TECIDO DE FIBRAS DE POLIPROPILENO, ADESIVOS TERMOPLÁSTICOS, FIOS DE ELASTANO E FITAS ADESIVAS. REGISTRADOS SEGUNDO PORTARIA 1480/1990. PACOTE COM 08 UNIDADES.	8,00

II - As quantidades descritas acima são a título estimativo. A retirada será conforme a demanda da administração.

CLÁUSULA SEGUNDA DA VALIDADE DA ATA

1. A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses consecutivos contados da data de assinatura.
2. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a Administração não será obrigada a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-lhe a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao(s) beneficiário(s) do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.
3. Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irredutíveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

4. A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no art. 65 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA DOS PREÇOS

1. Em cada fornecimento decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do Edital referente à mesma.
2. Em cada fornecimento, o(s) preço(s) unitário(s) a ser (em) pago(s) para cada item será (ão) o(s) adjudicados para empresa detentora da presente Ata ao final do pregão, o(s) qual (is) também a integram.
3. A mera majoração de preços pelo fornecedor da detentora da Ata não constitui motivo para que esta pleiteie junto a Administração pedido de revisão de preço ou reequilíbrio econômico.

CLÁUSULA QUARTA DO PRAZO DE VALIDADE DAS PROPOSTAS

1. Após a assinatura desta Ata, a detentora obriga-se a manter sua proposta pelo prazo e validade de 12 (doze) meses.

CLÁUSULA QUINTA DO LOCAL E PRAZO DE EXECUÇÃO

1. A DETENTORA deverá entregar os materiais solicitados no local previsto na ordem de compra.
2. O prazo para entrega dos materiais é de até 03(três) dias úteis após a solicitação emitida através da ordem de compra.
3. Os materiais deverão ser entregues no local indicado pela Administração, correndo por conta da DETENTORA todas as despesas que direta ou indiretamente incidirem na realização sobre o objeto.
4. Se algum material não corresponder ao que foi licitado, será concedido o prazo de até 24 (vinte e quatro) horas para a realização da troca, sob pena de aplicação de sanções legais e editalícias.

CLÁUSULA SEXTA DO PAGAMENTO

1. Após o recebimento do serviço, acompanhado da respectiva nota fiscal, conferida e assinada pelo fiscal de contrato, o pagamento será efetuado conforme a ordem cronológica de pagamentos e disponibilidade de recursos da Prefeitura de Romelândia.
2. Caso o material não corresponda ao que foi licitado, o pagamento só será liberado após a sua substituição, sem prejuízo das penalidades legais e do edital.
3. Nenhum pagamento será efetuado à licitante enquanto pendente de liquidação, qualquer obrigação que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento dos preços ou correção monetária.
4. Os pagamentos serão efetuados, obrigatoriamente, através de crédito em conta corrente bancária, exclusivamente em nome da empresa fornecedora.

CLÁUSULA SÉTIMA DAS PENALIDADES

1. A recusa imotivada do adjudicatário em assinar a Ata de Registro de Preços no prazo assinalado neste edital, sujeitá-lo-á à multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total da Ata de Registro de Preços, contada a partir do primeiro dia após ter expirado o prazo que teria para assinar a Ata de Registro de Preços ou o Contrato.
2. A penalidade de multa, prevista no item acima poderá ser aplicada cumulativamente com as penalidades dispostas na Lei nº 10.520/2002, conforme o art. 7, do mesmo diploma legal.
3. Sem prejuízo das sanções previstas nos artigos. 86 e 87 da Lei 8.666/1993, a DETENTORA ficará sujeita às seguintes penalidades, assegurada a prévia defesa:
4. Pelo atraso injustificado na execução do objeto, sujeita-se a DETENTORA à penalidade de multa de 0,033% sobre o valor total da obrigação não cumprida por dia de atraso, limitada ao total de 20%.
5. Pela inexecução total ou parcial do objeto, poderá ser aplicado à DETENTORA as sanções previstas no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/2002 e Lei Federal 8.666/1999, multa de 20% (vinte por cento), calculada sobre o valor do da Ata de Registro de Preços.
6. Multa correspondente à diferença de preço resultante de nova licitação realizada para complementação ou realização da obrigação não cumprida.
7. O valor a servir de base para o cálculo das multas referidas nos subitens acima será o valor inicial da Ata de Registro de Preços.
8. As multas aqui previstas não têm caráter compensatório, porém moratório e, consequentemente, o pagamento delas não exime a DETENTORA da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha acarretar à Administração.
9. Sem prejuízo das penalidades de multa, fica a DETENTORA que não cumprir as cláusulas desta Ata de Registro de Preços sujeita ainda à:
10. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo de até dois anos.
11. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a DETENTORA ressarcir a Administração pelos prejuízos resultante e após decorrido o prazo da sanção aplicada.
12. Estará sujeita às penalidades a DETENTORA que deixar de atender às condições e prazos de fornecimento estabelecidos neste edital e no contrato.
13. Ficarão suspensos os pagamentos da DETENTORA que não cumprir no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a troca do material rejeitado, até que se finalize o processo administrativo que deverá ser iniciado pelo fiscal de contrato ao final do prazo dado para a troca.

CLÁUSULA OITAVA DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

1. Esta Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada pela Administração:
 - 1.1. Automaticamente:
 - 1.1.1. por decurso de prazo de vigência;
 - 1.1.2. quando não restarem fornecedores registrados;
 - 1.1.3. quando caracterizado o interesse público.
 - 1.2. O Proponente terá o seu registro de preços cancelado na Ata, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e ampla defesa:
 - 1.2.1. A pedido, quando:
 - 1.2.2. comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior;
 - 1.2.3. O seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexequível em função da elevação dos preços de mercado dos insumos que

compõem o custo do serviço.

1.2.4. A solicitação dos fornecedores para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas na cláusula Sétima desta Ata, caso não aceitas as razões do pedido.

1.3. Por iniciativa da Administração Municipal, quando:

1.3.1. o fornecedor que perder qualquer condição de habilitação exigida no processo licitatório, ou seja, não cumprir o estabelecido no Edital;

1.3.2. por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas;

1.3.3. o fornecedor não cumprir as obrigações decorrentes desta Ata de Registro de Preços;

1.3.4. o fornecedor não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, os pedidos decorrentes desta Ata de Registro de Preços;

1.3.5. caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas nesta Ata de Registro de Preço ou nos pedidos dela decorrentes;

1.3.6. não atender solicitação do fiscal de contrato ou deixar de entregar documentos, comprovantes ou certificados exigidos;

1.3.7. substituir seus colaboradores (profissionais envolvidos na relação contratual) e não apresentar ao fiscal de contrato a documentação exigida quanto a qualificação técnica dos substitutos, que deverá ser igual ou superior aos substituídos;

1.3.8. não aceitar reduzir seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado.

1.4. A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos, será feita por meio de documento oficial ou Através de publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

CLÁUSULA NONA DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E DO FORO

1. Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial nº Pregão e a proposta da empresa DETENTORA.

2. Fica eleito o Foro da Comarca de Anchieta /SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata. 3. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 10.520/2002 e Lei 8.666/93, Lei Municipal nº 2.312, e demais normas aplicáveis.

Romelândia – SC, 25/06/18.

Débora Glembotzky		VENEZA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
CONTRATANTE		CONTRATADO
DARIZ GENZ		MILTON AIMI
CPF: 052.284.969-55		CPF: 477.330.399-91
TESTEMUNHA		TESTEMUNHA

ATA DE RP 75/2018

Publicação Nº 1664095

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 75/2018

Processo Licitatório Nº. 948/2018

Modalidade: Pregão – Registro de Preço Nº. 30/2018

O Município de Romelândia – SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 82.821.182/0001-26 com sede na Rua 12 de Outubro, 242, na cidade de Romelândia – SC, neste ato representado pela Gestora Municipal de Saúde, Sra. DÉBORA GLEMBOTZKY, brasileiro, residente e domiciliado no município de Romelândia, inscrito no CPF sob o nº 304.788.399-87 e portador da Cédula de Identidade nº 899.689 SSP/SC, resolve, em face das propostas apresentadas no PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS nº 30/2018, REGISTRAR OS PREÇOS com a empresa:

VENCEDOR: DENTAL SHOW-COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES LTDA-ME

CNPJ: 11.776.334/0001-78, FONE:

ENDEREÇO: AVENIDA LUIZ ANTONIO FAEDO, 1810, CENTRO, 85601-275, FRANCISCO BELTRÃO, PR, doravante denominados MUNICÍPIO e DETENTORA, sujeitando-se as partes ao edital do Processo Licitatório nº. 948/2018 na modalidade de Pregão Presencial – Registro de preços nº. 30/2018, às determinações das Leis nº. 8.666/93 atualizada, Lei 10.520/02, legislação complementar vigente e pertinente à matéria e às seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

I – A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços dos preços unitários a serem fornecidos sobre a REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE FRALDAS GERIÁTRICAS DESCARTÁVEIS PARA USO EM ADULTOS, conforme:

ITENS	QUANT.	UNID.	DESCRIÇÃO DO OBJETO	VALOR UNIT.
1	1.000,0	PAC	FRALDA GERIÁTRICA DESCARTAVEL ADULTA TAMANHO G, FORMATO ANATÔMICO, COM BARREIRAS ANTI-VAZAMENTO, COMPOSTA POR POLPA DE CELULOSE, GEL SUPERABSORVENTE, NÃO TECIDO DE FIBRAS DE POLIPROPILENO, ADESIVOS TERMOPLÁSTICOS, FIOS DE ELASTANO E FITAS ADESIVAS. REGISTRADOS SEGUNDO PORTARIA 1480/1990. PACOTE COM 08 UNIDADES.	7,99

II - As quantidades descritas acima são a título estimativo. A retirada será conforme a demanda da administração.

CLÁUSULA SEGUNDA DA VALIDADE DA ATA

1. A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses consecutivos contados da data de assinatura.

2. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a Administração não será obrigada a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-lhe a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao(s) beneficiário(s) do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.
3. Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irredutíveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.
4. A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no art. 65 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA DOS PREÇOS

1. Em cada fornecimento decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do Edital referente à mesma.
2. Em cada fornecimento, o(s) preço(s) unitário(s) a ser (em) pago(s) para cada item será (ão) o(s) adjudicados para empresa detentora da presente Ata ao final do pregão, o(s) qual (is) também a integram.
3. A mera majoração de preços pelo fornecedor da Ata não constitui motivo para que esta pleiteie junto a Administração pedido de revisão de preço ou reequilíbrio econômico.

CLÁUSULA QUARTA DO PRAZO DE VALIDADE DAS PROPOSTAS

1. Após a assinatura desta Ata, a detentora obriga-se a manter sua proposta pelo prazo e validade de 12 (doze) meses.

CLÁUSULA QUINTA DO LOCAL E PRAZO DE EXECUÇÃO

1. A DETENTORA deverá entregar os materiais solicitados no local previsto na ordem de compra.
2. O prazo para entrega dos materiais é de até 03(três) dias úteis após a solicitação emitida através da ordem de compra.
3. Os materiais deverão ser entregues no local indicado pela Administração, correndo por conta da DETENTORA todas as despesas que direta ou indiretamente incidirem na realização sobre o objeto.
4. Se algum material não corresponder ao que foi licitado, será concedido o prazo de até 24 (vinte e quatro) horas para a realização da troca, sob pena de aplicação de sanções legais e editalícias.

CLÁUSULA SEXTA DO PAGAMENTO

1. Após o recebimento do serviço, acompanhado da respectiva nota fiscal, conferida e assinada pelo fiscal de contrato, o pagamento será efetuado conforme a ordem cronológica de pagamentos e disponibilidade de recursos da Prefeitura de Romelândia.
2. Caso o material não corresponda ao que foi licitado, o pagamento só será liberado após a sua substituição, sem prejuízo das penalidades legais e do edital.
3. Nenhum pagamento será efetuado à licitante enquanto pendente de liquidação, qualquer obrigação que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento dos preços ou correção monetária.
4. Os pagamentos serão efetuados, obrigatoriamente, através de crédito em conta corrente bancária, exclusivamente em nome da empresa fornecedora.

CLÁUSULA SÉTIMA DAS PENALIDADES

1. A recusa imotivada do adjudicatário em assinar a Ata de Registro de Preços no prazo assinalado neste edital, sujeitá-lo-á à multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total da Ata de Registro de Preços, contada a partir do primeiro dia após ter expirado o prazo que teria para assinar a Ata de Registro de Preços ou o Contrato.
2. A penalidade de multa, prevista no item acima poderá ser aplicada cumulativamente com as penalidades dispostas na Lei nº 10.520/2002, conforme o art. 7, do mesmo diploma legal.
3. Sem prejuízo das sanções previstas nos artigos. 86 e 87 da Lei 8.666/1993, a DETENTORA ficará sujeita às seguintes penalidades, assegurada a prévia defesa:
 4. Pelo atraso injustificado na execução do objeto, sujeita-se a DETENTORA à penalidade de multa de 0,033% sobre o valor total da obrigação não cumprida por dia de atraso, limitada ao total de 20%.
 5. Pela inexecução total ou parcial do objeto, poderá ser aplicado à DETENTORA as sanções previstas no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/2002 e Lei Federal 8.666/1999, multa de 20% (vinte por cento), calculada sobre o valor do da Ata de Registro de Preços.
 6. Multa correspondente à diferença de preço resultante de nova licitação realizada para complementação ou realização da obrigação não cumprida.
 7. O valor a servir de base para o cálculo das multas referidas nos subitens acima será o valor inicial da Ata de Registro de Preços.
 8. As multas aqui previstas não têm caráter compensatório, porém moratório e, consequentemente, o pagamento delas não exime a DETENTORA da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha acarretar à Administração.
 9. Sem prejuízo das penalidades de multa, fica a DETENTORA que não cumprir as cláusulas desta Ata de Registro de Preços sujeita ainda à:
 10. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo de até dois anos.
 11. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a DETENTORA ressarcir a Administração pelos prejuízos resultante e após decorrido o prazo da sanção aplicada.
 12. Estará sujeita às penalidades a DETENTORA que deixar de atender às condições e prazos de fornecimento estabelecidos neste edital e no contrato.
 13. Ficarão suspensos os pagamentos da DETENTORA que não cumprir no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a troca do material rejeitado, até que se finalize o processo administrativo que deverá ser iniciado pelo fiscal de contrato ao final do prazo dado para a troca.

CLÁUSULA OITAVA DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

1. Esta Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada pela Administração:
 - 1.1. Automaticamente:
 - 1.1.1. por decurso de prazo de vigência;
 - 1.1.2. quando não restarem fornecedores registrados;
 - 1.1.3. quando caracterizado o interesse público.

1.2. O Proponente terá o seu registro de preços cancelado na Ata, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e ampla defesa:

1.2.1. A pedido, quando:

1.2.2. comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior;

1.2.3. O seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexequível em função da elevação dos preços de mercado dos insumos que compõem o custo do serviço.

1.2.4. A solicitação dos fornecedores para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas na cláusula Sétima desta Ata, caso não aceitas as razões do pedido.

1.3. Por iniciativa da Administração Municipal, quando:

1.3.1. o fornecedor que perder qualquer condição de habilitação exigida no processo licitatório, ou seja, não cumprir o estabelecido no Edital;

1.3.2. por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas;

1.3.3. o fornecedor não cumprir as obrigações decorrentes desta Ata de Registro de Preços;

1.3.4. o fornecedor não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, os pedidos decorrentes desta Ata de Registro de Preços;

1.3.5. caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas nesta Ata de Registro de Preço ou nos pedidos dela decorrentes;

1.3.6. não atender solicitação do fiscal de contrato ou deixar de entregar documentos, comprovantes ou certificados exigidos;

1.3.7. substituir seus colaboradores (profissionais envolvidos na relação contratual) e não apresentar ao fiscal de contrato a documentação exigida quanto a qualificação técnica dos substitutos, que deverá ser igual ou superior aos substituídos;

1.3.8. não aceitar reduzir seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado.

1.4. A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos, será feita por meio de documento oficial ou Através de publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

CLÁUSULA NONA DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E DO FORO

1. Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial nº Pregão e a proposta da empresa DETENTORA.

2. Fica eleito o Foro da Comarca de Anchieta /SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata. 3. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 10.520/2002 e Lei 8.666/93, Lei Municipal nº 2.312, e demais normas aplicáveis.

Romelândia – SC, 25/06/18.

DÉBORA GLEMBOTZKY		DENTAL SHOW-COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES LTDA-ME
CONTRATANTE		
DARIZ GENZ		MILTON AIMI
CPF: 052.284.969-55		CPF: 477.330.399-91
TESTEMUNHA		TESTEMUNHA

Santa Rosa de Lima

PREFEITURA

PREGÃO PRESENCIAL 11/2018 FMS

Publicação Nº 1663663

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DE LIMA

ESTADO DE SANTA CATARINA

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 13/2018

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2018

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MOTOCICLETAS, PARA O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SANTA ROSA DE LIMA.

Data, Horário e Local de Abertura: 06 de julho de 2018, às 08:00 horas na sede da Prefeitura Municipal, situada na Rua 10 de Maio, nº 80, Centro, Santa Rosa de Lima. A íntegra do Edital e demais informações poderão ser obtidas no horário de expediente, de segunda a sexta-feira das 7:00 às 13:00 horas no Prédio Sede da Prefeitura Municipal. Para esclarecimentos de dúvidas fica a disposição dos interessados o telefone (48) 3654-3000 ou pelo

e-mail licitacao@santarosadelima.sc.gov.br.

Santa Rosa de Lima, 25 de junho de 2018.

SALESIO WIEMES

Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL 25/2018

Publicação Nº 1663665

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DE LIMA

ESTADO DE SANTA CATARINA

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 28/2018

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 25/2018

OBJETO: AQUISIÇÃO DE REFEIÇÕES PREPARADAS DO TIPO MARMITA OU SIMILARES E ALMOÇO PARA ATENDER OS SERVIDORES MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE SANTA ROSA DE LIMA.

Data, Horário e Local de Abertura: 09 de julho de 2018, às 08:00 horas na sede da Prefeitura Municipal, situada na Rua 10 de Maio, nº 80, Centro, Santa Rosa de Lima. A íntegra do Edital e demais informações poderão ser obtidas no horário de expediente, de segunda a sexta-feira das 7:00 às 13:00 horas no Prédio Sede da Prefeitura Municipal. Para esclarecimentos de dúvidas fica a disposição dos interessados o telefone (48) 3654-3000 ou pelo

e-mail licitacao@santarosadelima.sc.gov.br.

Santa Rosa de Lima, 25 de junho de 2018

SALESIO WIEMES

Prefeito Municipal

Santa Terezinha do Progresso

PREFEITURA

DECRETO MUNICIPAL N 93/2018

Publicação Nº 1664094

DECRETO Nº 093/2018

DISPÕE SOBRE A LOTAÇÃO DE VEÍCULOS E MÁQUINAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DERLI FURTADO, Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º. Fica pelo presente decreto alterada a lotação dos veículos e máquinas do Município, conforme a seguir discriminado:

Gabinete do Prefeito Municipal:

Fiat/Cronos Placa QIV - 0765

Fundo da Infância e Adolescência (Conselho Tutelar)

Fiat/ Pálio Weekend - 50 PLACA MLM - 2970

Secretaria da Administração

Fiat/ Siena - 49 PLACA MLV - 6742

Secretaria Municipal de Educação:

Micro Ônibus - 42 PLACA MLH - 7455

Micro Ônibus - 35 PLACA MKW - 6886

Ônibus Placa - 41 PLACA MLN - 3555

Ônibus Placa - 43 PLACA LBE - 9266

Ônibus Placa - 40 PLACA MHJ - 3781

Micro Ônibus - 47 PLACA MGC - 5389

Kombi Placa - 48 PLACA LZQ - 9676

Fiorino PLACA AIU - 2301

Fiat/Ducato - 17 PLACA MGC - 0247

Fiat/Doblo - 45 PLACA MJZ - 3892

Fiat/Doblo - 44 PLACA QIK - 8433

Fiat/Uno Way - 08 PLACA MLM - 7091

Fiat/Mobi PLACA QIG-8127

Ônibus PLACA QIV - 1986

Secretaria Municipal de Saúde Pública:

Fiat/Siena - 02 PLACA MLI - 6230

Fiat/Ducato - 03 PLACA OKH - 7923

Ambulância - 04 PLACA MHM - 0646

Fiat/Pálio - 05 PLACA MDB - 6817

Fiat/Doblo - 01 PLACA QIX - 6902

Chery QQ - 07 PLACA QIL - 7513

Chery Celer PLACA QIN - 5245

Secretaria Municipal de Infraestrutura:

Fiat/Pálio Weekend - 06 PLACA MJM - 8733

Fiat/Uno - 37 PLACA MLF - 1217

Gol - 43 PLACA HSA - 4843

Caminhão M. Benz Eletrônico - 39 PLACA MGK - 3928

Caminhão VW/17.210 Motor MWM - 28 PLACA MBI - 3024

Caminhão Basc. Ford/Cargo 2422 - 36 PLACA ATE - 2422

Caminhão Basc. Iveco/Tector 260E28 - 38 PLACA QHD - 5594

Logan - 21 PLACA MHK - 8759

Gol PLACA DEE - 6726

Motoniveladora Velha - 24

Motoniveladora New Holland RG140B - 27

Pá Carregadeira W20 - 22

Trator de Pneu John Deer

Retroescavadeira Randon RD-406 - 30

Rolo Compactador VW 115 - 33

Trator de Pneu John Deer 4x4 5605

Trator de Esteiras New Holland D140 - 23

Caminhão Basc. M. Benz/ Atron 2729 - 29 K PLACAS OKH - 1225

Motoniveladora Caterpillar 120K - 34

Fiat/ Uno Mille - 26 PLACA MLI - 6240

Secretaria Municipal de Assistência Social:

GM/ Corsa - 25 PLACAS MLV - 1476

Secretaria Municipal de Agricultura:

Caminhão M. Benz Eletrônico - 32 PLACAS MGK - 3988

Retroescavadeira Randon RD-406 - 31

Motocicleta Honda - 18 PLACAS MDC - 5595

Fiat Strada Working - 14 PLACAS MLV - 6622

Trator de Pneu New Holland TL 75 E - 09

Trator de Pneu Masse Ferguson MF 4275 - 10

Trator de Pneu John Deer - 15

Trator de Pneu New Holland - 11

Escavadeira Hidráulica Doosan - 13

Retroescavadeira Caterpillar 416E - 20

Trator de Pneu New Holland TL95E Cabinado 104 CV - 12

Trator de Pneu New Holland TL75E 78 CV - 19

Fiat Uno PLACA QIT - 4286

Trator de Pneu New Holland TT4030

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso - SC,

22 de junho de 2018.

DERLI FURTADO

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

Santiago do Sul

PREFEITURA

DECRETO Nº169/2018 – DE 18 DE JUNHO DE 2018.

Publicação Nº 1664201

DECRETO Nº169/2018 – DE 18 DE JUNHO DE 2018.

Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar no Orçamento do Município e dá outras providências.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Art. 67, da Lei Orgânica do Município e conforme autorizado no Inciso III do Art. 6º da Lei Municipal Nº.883/2017, de 05 de dezembro de 2017,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no Orçamento do Município, Lei Municipal Nº.883/2017 de 05/12/2017, no valor de R\$ 2.817,00 (Dois mil e oitocentos e dezessete reais), conforme discriminação abaixo:

Órgão: 02.00 – Gabinete do Prefeito

Unidade Orçamentária: 02.01 – Gabinete do Prefeito

Função: 04 – Administração

Subfunção: 121 – Planejamento e Orçamento

Programa: 018 – Atendimento às Crianças e Adolescentes

Ação: 2.044 – Manutenção Atividades do Conselho Tutelar

Atividade: 2.044 – Manutenção Atividades do Conselho Tutelar

Natureza de Despesa: 3.3.90.00 – D.R. 0.3.00–Aplicações Diretas.....R\$ 400,00

Natureza de Despesa: 4.4.90.00 – D.R. 0.3.00–Aplicações Diretas.....R\$ 2.417,00

Art. 2º Os recursos para a abertura dos créditos adicionais suplementares de que trata o artigo anterior, serão provenientes da utilização dos recursos decorrentes do Superávit Financeiro, Fonte de Recursos: 0.3.00 – Recursos Ordinários.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,
em 18 de junho de 2018.

Registrado e Publicado em data supra. JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI

Prefeito Municipal

Emanuel Antonio Bordignon

Chefe de setor – Sec. Administração.

Chefe de Setor – Sec.Administração

EXTRATO DE CONTRATO 22-2018 CASANOVA LORENZETTI

Publicação Nº 1663599

Estado de Santa Catarina	
MUNICIPIO DE SANTIAGO DO SUL	
Fundo Municipal de Saúde	
EXTRATO CONTRATUAL – TERMO ADITIVO	
Contrato Nº	22/2018
Cont. Principal	01/2018

Contratante	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SANTIAGO DO SUL
Contratada	CASANOVA, LORENZETTI & CIA LTDA
Objeto	Aquisição de Combustíveis – Acréscimo § 1º Art.65 Lei 8666/93.
Vigência	18 à 30 de junho de 2018.
Valor	R\$ 2.238,00 (Dois mil e duzentos e trinta e oito reais)
Santiago do Sul-SC, 18 de junho de 2018.	
LILIAN BLANGER	
Gestora do FMS	

EXTRATO DE CONTRATO 42-2018 PAULO JOÃO PACAZZA

Publicação Nº 1663604

Estado de Santa Catarina	
MUNICIPIO DE SANTIAGO DO SUL	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº	42/2018
Contrato Principal Nº	19/2015
Contratante	MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL
Contratada	PAULO JOÃO PACAZZA 02935170962
Objeto	Prestação de serviço de Transporte Escolar – Supressão
Valor	7.165,62 (sete mil, cento e sessenta e cinco reais e sessenta e dois centavos)
Vigência	12 de junho à 31 de dezembro de 2018.
Processo Nº. 112/2014.	
Pregão Nº. 84/2014.	
Santiago do Sul, 12 de junho de 2018.	
JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI	
PREFEITO MUNICIPAL	

EXTRATO DE CONTRATO 43-2018 CASANOVA LORENZETTI

Publicação Nº 1663607

Estado de Santa Catarina	
MUNICIPIO DE SANTIAGO DO SUL	
EXTRATO CONTRATUAL – TERMO ADITIVO	
Contrato Nº	43/2018
Cont. Principal	01/2018
Contratante	MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL
Contratada	CASANOVA, LORENZETTI & CIA LTDA
Objeto	Aquisição de Combustíveis – Acréscimo § 1º Art.65 Lei 8666/93.
Vigência	18 à 30 de junho de 2018.
Valor	R\$ 25.916,00 (Vinte cinco mil novecentos e dezesseis reais)
Santiago do Sul-SC, 18 de junho de 2018.	
JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI	
Prefeito Municipal	

ATA ABERTURA DE PROPOSTA TOMADA DE PREÇOS 02-2018

Publicação Nº 1663523

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE SANTIAGO DO SUL CNPJ: 01.612.781/0001-38 Rua Angelo Toazza, 600 C.E.P.: 89854-000 - Santiago do Sul - SC	TOMADA DE PREÇO Nr.: 2/2018 - TP Processo Administrativo: 56/2018 Processo de Licitação: 56/2018 Data do Processo: 21/05/2018
Folha: 1/1	

OBJETO DA LICITAÇÃO:

Execução de obra de engenharia civil para construção de ponte com duas cabeceiras em concreto c/ área total de 210 m², localizada sobre o Rio Lajeado Barra Grande na Rua Jacob Corso, conforme projeto anexo, condicionado a assinatura e liberação de convenio junto ao Governo do Estado de Santa Catarina através do Fundo Social, de acordo com as especificações constantes no memorial descritivo, cronograma de execução, orçamento, projetos e demais anexos a este edital.

ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr.

Ao(s) 8 de Junho de 2018, às 08:35 horas, na sede da(o) MUNICIPIO DE SANTIAGO DO SUL, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Decreto nº 003/2018, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 56/2018, Licitação nº 2/2018 - TP, na modalidade de Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

Parecer da Comissão: ABERTA A PROPOSTA DA EMPRESA CONSTRUTORA DECA LTDA A MESMA RESTOU CLASSIFICADA.

Participante: 1266 - CONSTRUTORA DECA LTDA

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
1	Execução de obra de engenharia civil para construção de ponte com duas cabeceiras em concreto c/ área total de 210 m², localizada sobre o Rio Lajeado Barra Grande na Rua Jacob Corso, conforme projeto anexo, condicionado a assinatura e liberação de convenio junto ao Governo do Estado de Santa Catarina através do Fundo Social, de acordo com as especificações constantes no memorial descritivo, cronograma de execução, orçamento, projetos e demais anexos a este edital.	un	1,00	CONSTRUTOF DECA	0,0000	303.822,90	303.822,90

Total do Participante -----> 303.822,90

Total Geral -----> 303.822,90

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação e pelos representantes das proponentes.

Santiago do Sul, 8 de Junho de 2018

COMISSÃO:

MAIKON TIAGO LUNEDO

- - Presidente da Comissão de Licitação

São Bento do Sul

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 29/2018 - FMS

Publicação Nº 1663823

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 29/2018 FMS
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL ODONTOLÓGICO PARA O CENTRO DE ESPECIALIDADES ODONTOLÓGICAS E DEMAIS CONSULTÓRIOS ODONTOLÓGICOS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, PELO PERÍODO DE 12 MESES, CONFORME DESCRITIVO.

Forma do Pregão: ELETRÔNICO

Tipo: MENOR PREÇO POR ITEM

Recebimento das propostas: até às 08h30min do dia 09/07/2018

Início da sessão: dia 09/07/2018, às 09h00min no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br, horário de Brasília – DF.

Informações complementares: O edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados nos sites www.portaldecompraspublicas.com.br e www.saobentodosul.sc.gov.br. Quaisquer informações poderão ser obtidas no Departamento de Suprimentos e Patrimônio – Divisão de Compras – do município de São Bento do Sul, situado à Rua Jorge Lacerda, 75, Centro, das 08h00 às 12h00min e das 13h00min às 16h00min, ou através do telefone (47)36316199. São Bento do Sul, 19 de junho de 2018.

MANUEL RODRIGUEZ DEL OLMO

Presidente do Fundo Municipal de Saúde.

CARLA ELOISE MÜLBAUER

Pregoeira Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 112/2018

Publicação Nº 1664383

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 112/2018
MENOR PREÇO POR ITEM

EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL.

Prioridade de contratação para as microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais, sediadas neste município, estabelecendo o limite de 10 % do melhor preço válido, de acordo com o contido na Lei Complementar 147/2014 – Capítulo V – Artigo 48 – III – §3º e Decreto Municipal 406/2017; Licitação com critérios de Desenvolvimento Municipal Sustentável, conforme Decreto Municipal 406/2017.

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através da Secretaria de Assistência Social torna público, para quem possa interessar, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até às 08:30 horas do dia 13 de julho de 2018, em sua sede na Rua Jorge Lacerda, nº 75, propostas para:

DO OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE ARTESANATO PARA A SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

Os interessados poderão obter maiores informações através do telefone (47)3631-6163 ou retirar o Edital completo através do site saobentodosul.atende.net

São Bento do Sul, 21 de junho de 2018.

FABIA ALESSANDRA MENGARDA

Secretaria de Assistência Social

DÉBORAH CINTIA DE QUADROS PEREIRA

Pregoeira Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 113/2018

Publicação Nº 1663816

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 113/2018

MENOR PREÇO GLOBAL

O Município de São Bento do Sul, Estado de Santa Catarina, através do Secretário de Planejamento e Urbanismo, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 10.520/02 e 8.666/93 e suas alterações, art. 48, I da Lei Complementar 123/2006, com redação dada pela LC nº 147/2014, que receberá até as 08h30min horas do dia 12/07/2018, na sede da municipalidade, na Rua Jorge Lacerda nº 75, propostas para:

OBJETO: AQUISIÇÃO DE 02 (DUAS) MOTOCICLETAS PARA O DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO URBANO. CONFORME AS ESPECIFICAÇÕES EM ANEXO.

Os interessados poderão retirar o Edital completo, no site da Prefeitura: saobentodosul.atende.net e obter maiores informações na Secretaria de Administração – Departamento de Compras, no endereço acima especificado, no horário das 08h00min às 12h00 e das 13h00 às 16h00.

São Bento do Sul, 19 de junho de 2018.

EDEMILSON B. DE ASSIS

Pregoeiro Municipal

LUIZ CLAUDIO GAYER SCHUVES

Secretário de Planejamento e Urbanismo

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 116/2018

Publicação Nº 1664386

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 116/2018

MENOR PREÇO GLOBAL

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Secretário de Obras e Serviços Urbanos e Secretário de Agricultura, torna público, para quem possa interessar, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até às 08:30 horas do dia 18 julho de 2018, em sua sede na Rua Jorge Lacerda, nº 75, propostas para: DO OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA FORNECIMENTO PARCELADO DE ÓLEO DIESEL S-10, INCLUSO O COMODATO DE UM TANQUE PLENO, EQUIPADO COM BOMBA DE ABASTECIMENTO, COM CAPACIDADE MÁXIMA DE 14.000 LITROS A SER INSTALADO NO PÁTIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS, RESPEITANDO AS NORMAS TÉCNICAS E LEGISLAÇÃO VIGENTE, DE ACORDO COM AS CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA.

Os interessados poderão obter maiores informações através do telefone (47)3631-6163 ou retirar o Edital completo através do site saobentodosul.atende.net

São Bento do Sul, 20 de junho de 2018.

PAULO ZWIEFKA

Secretário de Obras e Serviços Urbanos

ALISSON ANTONIO HASTREITER

Secretário de Agricultura

DÉBORAH CINTIA DE QUADROS PEREIRA

Pregoeira Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 117/2018

Publicação Nº 1663863

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 117/2018

MENOR PREÇO POR ITEM

EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL

Prioridade de contratação para as microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais, sediadas neste município, estabelecendo o limite de 5 % do melhor preço válido, de acordo com o contido na Lei Complementar 147/2014 – Capítulo V – Artigo 48 – III - §3º e Decreto Municipal 406/2017; Licitação com critérios de Desenvolvimento Municipal Sustentável, conforme Decreto Municipal 406/2017.

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até às 08:30 horas do dia 12 de Julho de 2018, em sua sede na Rua Jorge Lacerda, nº 75, propostas para:

DO OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA SERVIÇOS DE MONTAGEM, CAMBAGEM, CONserto, BALANCEAMENTO, GEOMETRIA, RECAUCHUTAGEM E VULCANIZAÇÃO DE PNEUS DE CARRO, MÁQUINAS E CAMINHÕES DA FROTA DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, PELO PERÍODO DE 12 MESES, CONFORME ESPECIFICAÇÕES, QUANTIDADES E OBSERVAÇÕES ANEXO. Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital completo, no Departamento de Suprimentos (Divisão de Compras) da Secretaria de Administração, sede da Prefeitura Municipal, no endereço acima especificado, no horário das 08h00min as 12h00min e das 13h00min às 16h00min ou pelo site saobentodosul.atende.net.

São Bento do Sul, 25 de Junho de 2018.

LUIZ CLAUDIO GAYER SCHUVES

SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E URBANISMO

PAULO ZWIEFKA

SECRETÁRIO DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

ROSEMARI IVANE STRACK CANDIDO

SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO

ROSILANE ZELIA DOS SANTOS

SECRETÁRIA DE FINANÇAS

ADELINO DENK

SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO

NILVA MARLI LARSEN HOLZ

CHEFE DE GABINETE

MARGARETH BAYERL KEISER

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

FABIA ALESSANDRA MENGARDA BELARMINO
SECRETÁRIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

ALISSON ANTONIO HASTREITER

SECRETÁRIO DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

MANUEL RODRIGUEZ DEL OLMO

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

DEBORAH CINTIA DE QUADROS PEREIRA

PREGOEIRA

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 120/2018

Publicação Nº 1663840

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 120/2018

MENOR PREÇO POR ITEM

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, torna público, para quem possa interessar, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, Decreto nº 0406, de 10 de julho de 2017, que receberá até às 08:30 horas do dia 16 de julho de 2018, em sua sede na Rua Jorge Lacerda, nº 75, propostas para:

DO OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA SEGURADORA PARA AQUISIÇÃO DE SEGURO TOTAL E CONTRA TERCEIROS DOS VEÍCULOS DAS DIVERSAS SECRETARIAS DA PREFEITURA E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, CONFORME TERMO DE REFERENCIA ANEXO. PERÍODO DE 12 MESES.

Os interessados poderão obter maiores informações através do telefone (47) 3631-6125 ou retirar o Edital completo através do site saobentodosul.atende.net.

São Bento do Sul, 21 de junho de 2018.

MARGARETH BAYERL KEISER

Secretária de Administração

MANUEL RODRIGUEZ DEL OLMO

Presidente do Fundo Municipal de Saúde

SANDRA MARIA SADOWSKI ANDRZEJEWSKI

Pregoeira Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 30/2018 - FMS

Publicação Nº 1664373

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 30/2018 – FMS

MENOR PREÇO POR ITEM

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Presidente do Fundo Municipal de Saúde, torna público, para quem possa interessar, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até às 13:30 horas do dia 09 de julho de 2018, em sua sede na Rua Jorge Lacerda, nº 75, propostas para:

DO OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE PRÓTESES DENTÁRIAS PARA PACIENTES DO CENTRO DE ESPECIALIDADES ODONTOLÓGICAS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE. Os interessados poderão obter maiores informações através do telefone (47)3631-6163 ou retirar o Edital completo através do site saobentodosul.atende.net

São Bento do Sul, 19 de junho de 2018.

MANUEL RODRIGUEZ DEL OLMO

Presidente do Fundo Municipal de Saúde

DÉBORAH CINTIA DE QUADROS PEREIRA
Pregoeira Municipal

DECRETO Nº 0977/2018

Publicação Nº 1663992

DECRETO Nº 0977, DE 21 DE JUNHO DE 2018.

DESIGNA COMISSÃO

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º Ficam designados os servidores André Luís Huscher, Edemilson Benedito de Assis, Lisane Kriz Ilg, Rafaela Goulart Krause e Kelly Thiemann, para, sob a presidência do primeiro, constituírem a Comissão de abertura e análise da documentação de habilitação e acompanhamento dos trabalhos referentes ao Edital de Tomada de Preços nº 95/2018, a realizar-se às 09:00 horas, do dia 9 de julho de 2018, na sala de reuniões da sede da Prefeitura Municipal de São Bento do Sul.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 21 de junho de 2018.
MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA
DE _____ A _____
PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

DECRETO Nº 0978/2018

Publicação Nº 1663995

DECRETO Nº 0978, DE 22 DE JUNHO DE 2018.

ALTERA O DECRETO Nº 0970, DE 12 DE JUNHO DE 2018.

O Prefeito Municipal de São Bento do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas especialmente pela Lei Orgânica Municipal, e

CONSIDERANDO o teor do artigo 2º do Decreto nº 0970/2018, que autoriza a celebração de termos aditivos de prazo dos Termos de Permissão dos Serviços Funerários;

CONSIDERANDO o teor do Memorando nº 138/2018-SECAD, que informa a nomenclatura correta dos permissionários,

DECRETA:

Art. 1º Fica alterado o caput do artigo 2º do Decreto nº 0970, de 12 de junho de 2018, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º Fica autorizado, em prol dos usuários e em caráter precário e excepcionalíssimo, a partir da data da lavratura do presente decreto, e pelo prazo de 435 (quatrocentos e trinta e cinco) dias, a celebração de termos aditivos de prazo dos Termos de Permissão do Serviço Funerários lavrados em 2003 com as permissionárias Planalto Serrano Prestadora de Serviços Ltda., FSB Serviços Póstumos Ltda. e Serviço Funerário Bom Jesus Ltda.”

Art. 2º As demais disposições do Decreto nº 0970, de 12 de junho de 2018, permanecem inalteradas.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 22 de junho de 2018.
MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 979/2018

Publicação Nº 1664644

DECRETO Nº 0979, DE 22 DE JUNHO DE 2018.

ALTERA DECRETO Nº 571/2017 QUE CRIA E DESIGNA COMISSÃO PARA IMPLANTAÇÃO DA VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL NA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º O art. 1º do Decreto nº 0571, de 29 de novembro de 2017, que Cria e Designa Comissão para Implantação da Vigilância Socioassistencial na Secretaria Municipal de Assistência Social, passa a vigorar com a seguinte redação:
“Art 1º (...) ”

I – Rosemare Augustin ”

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 22 de junho de 2018.
MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 980/2018

Publicação Nº 1664646

DECRETO Nº 0980, DE 22 DE JUNHO DE 2018.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE.

MAGNO BOLLMANN, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais,

Considerando, o art. 7º, da Lei nº 4.320/64, que dispõe que a Lei do Orçamento poderá conter autorização ao Poder Executivo;

Considerando, o art. 4º, da Lei Municipal nº 3.848/17 que autoriza a abertura de crédito adicional suplementar:

DECRETA

Art. 1º. Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 780.000,00 (setecentos e oitenta mil reais) no orçamento vigente do SAMAE, e suplementará as seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 23 – SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
Unidade: 001 – Serviços Administrativos

Atividade: 2.063 – Manutenção e Melhorias dos Serviços Administrativos

3390460000 – Auxílio Alimentação (06060600) R\$ 25.000,00

Unidade: 002 – Abastecimento de Água
Atividade: 2.064 – Manutenção e Melhorias dos Serviços de Abastecimento de Água

4490300000 – Material de Consumo (06060600) R\$ 100.000,00
3390370000 – Locação de mão-de-obra (06060600) R\$ 100.000,00

Unidade: 003 – Sistema de Esgoto Sanitário

Atividade: 2.065 – Manutenção e Melhorias dos Serviços de Esgotamento Sanitário

3390390000 – Outros Serv. Terc. - PJ (06060600) R\$ 400.000,00
4490520000 – Equip. Material Permanente (06060600) R\$ 155.000,00

Art. 2º. Para dar cobertura aos Créditos Suplementares abertos, serão utilizados recursos provenientes do superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior, na fonte de recursos código 2060000, no valor de R\$ 780.000,00 (setecentos e oitenta mil reais).

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 22 de junho de 2018.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 981/2018

Publicação Nº 1664647

DECRETO Nº 0981, DE 22 DE JUNHO DE 2018.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO.

MAGNO BOLLMANN, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais,

Considerando, o art. 7º, da Lei nº 4.320/64, que dispõe que a Lei do Orçamento poderá conter autorização ao Poder Executivo;

Considerando, o art. 4º, da Lei Municipal nº 3.848/17 que autoriza a abertura de crédito adicional suplementar:

DECRETA

Art. 1º. Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 21.000,00 (vinte e um mil reais) no orçamento vigente do Município de São Bento do Sul, e suplementará as seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 08 - Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo

Unidade: 001 - Planejamento, Pesquisa e Desenvolvimento Urbano

Atividade: 2042 - Departamento de Projetos - DEPRO

3390390000 - Outros serviços terceiros - PJ (01000100) R\$ 1.000,00

Órgão: 10 - Secretaria Municipal de Assistência Social

Unidade: 002 - Fundo de Assistência Social

Atividade: 2072 - FNAS - Gestão - ACESSUAS

3390390000 - Outros serviços terceiros - PJ (01350152)) R\$ 20.000,00

Art. 2º. Para dar cobertura aos Créditos Suplementares abertos, serão utilizados recursos provenientes das anulações parciais e totais das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 08 - Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo

Unidade: 001 - Planejamento, Pesquisa e Desenvolvimento Urbano

Atividade: 2042 - Departamento de Projetos - DEPRO

3390300000 - Material de consumo (01000100) R\$ 350,00

3390140000 - Diárias - civil (01000100) R\$ 650,00

Órgão: 10 - Secretaria Municipal de Assistência Social

Unidade: 002 - Fundo de Assistência Social

Atividade: 2072 - FNAS - Gestão - ACESSUAS

3390320000 - Material de distribuição gratuita (01350152) R\$ 10.000,00

3390300000 - Material de consumo (01350152) R\$ 10.000,00

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 22 de junho de 2018.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

EXTRATO DA RESCISÃO DO CONTRATO Nº 170/2016

Publicação Nº 1663854

EXTRATO DA RESCISÃO DO CONTRATO Nº 170/2016

DA ESPÉCIE: Termo de Rescisão ao Contrato de Prestação de Serviços de Atendimento ao Idoso e Serviço de Residência para Pessoas com Deficiência de nº 170/2016, firmado entre o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa INSTITUTO SANTÉ, de 01 de agosto de 2016, conforme Edital de Credenciamento nº 51/2016. Considerando o objeto do Contrato nº 170/2016, que consiste na contratação de empresa/entidade/instituição de natureza privada sem fins econômicos para realizar ações previstas na política de Assistência Social, no âmbito da proteção social especial, de acordo com a tipificação nacional dos serviços socioassistenciais - resolução 109/2009-CNAS para a prestação de serviço referenciado no CREAS - Centro de Referência Especializado em Assistência Social, tendo como finalidade a hospedagem para a idosa, Sra. Elzira Hanel, portadora do CPF nº 944.227.539-91, idosa referenciado no Programa "Garantindo Política do Idoso em Situação de Vulnerabilidade Social", classificado como Item 2 - Execução de Serviço de Atendimento ao Idoso em Instituição de Longa Permanência Grau II, conforme Termo de Referência em anexo ao Edital de Credenciamento nº 51/2016, o qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição; Considerando o falecimento da idosa Sra. Elzira Hanel na data de 18 de maio de 2018 conforme Certidão de óbito em anexo ao Termo, se faz necessária a rescisão de referido Contrato.

Parágrafo Único: A rescisão de que trata o presente termo dá-se de forma amigável, na forma do art. 79, inciso II da Lei Federal n. 8.666/93, conferindo quitação dos termos contratuais, com efeitos a partir de 18 de maio de 2018, sendo o valor a pagar até esta data de R\$ 1.430,82 (hum mil quatrocentos e trinta reais e oitenta e dois centavos).

São Bento do Sul, 18 de maio de 2018.

Ass: FÁBIA ALESSANDRA MENGARDA BELARMINO, pela Secretaria de Assistência Social do Município.
INSTITUTO SANTÉ, como Contratada.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 086/2018

Publicação Nº 1663843

EXTRATO DO CONTRATO Nº 086/2018

DA ESPÉCIE: Termo de Contrato de Prestação de Serviços que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa IPM SISTEMAS LTDA.

DO OBJETO: Contratação de provimento do módulo "Gestão de Serviços Públicos" integrante do sistema cloud computing Atende.Net, com serviços especializados em informática, pelo período de junho à dezembro de 2018, de acordo com a Inexigibilidade de Licitação nº 74/2018 de 17 de maio de 2018.

Item	Especificação	Qtde	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
1	Implantação: Diagnóstico, configuração, habilitação, treinamento e acompanhamento operacional.	1	Un.	R\$ 2.179,00	R\$ 2.179,00
2	Aplicativo IPM para celular - APP	7	mês	R\$ 1.320,00	R\$ 9.240,00

DO VALOR: R\$ 11.419,00 – valor total.

DA VIGÊNCIA: 07 (sete) meses a contar de 01.06.2018.

São Bento do Sul, 17 de maio de 2018.

ASS: MARGARETH BAYERL KEISER, pela Secretaria de Administração do Município.

IPM SISTEMAS LTDA, como Contratada.

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 094/2018

Publicação Nº 1663847

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 094/2018

DA ESPÉCIE: Segundo Termo Aditivo ao Contrato de Locação de Equipamentos para Rede Municipal de Ensino de nº 154/2017, firmado entre o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa COLOR-BLACK RECICLAGEM DE CARTUCHOS DE TINTA E TONER LTDA - ME, em 14 de agosto de 2017, conforme Edital de Pregão Presencial nº 141/2017.

Considerando o objeto do Contrato nº 154/2017, que consiste na locação de 51 impressoras laser, multifuncionais (impressora, scanner, copiadora) com placa de rede, para a Rede Municipal de Ensino, conforme descritivo anexo ao Edital de Pregão Presencial nº 141/2017.

Considerando o vencimento do contrato em 13 de junho de 2018 e a necessidade de manter a locação das 51 máquinas para continuidade do serviço, faz-se necessário prorrogar a vigência com base na Cláusula Quinta – Da Vigência do referido Contrato e Art. 57, inciso IV, da Lei 8.666/93, nos seguintes termos:

Fica prorrogada a vigência do Contrato por 05 (cinco) meses, a contar de 14 de junho de 2018 e com término em 13 de novembro de 2018.

Permanece o valor mensal de R\$ 6.600,00 (seis mil e seiscentos reais) por mês, totalizando o valor em R\$ 33.000,00 (trinta e três mil reais) para o período prorrogado e pagamentos conforme Contrato Original.

As demais cláusulas e condições previstas no Contrato primitivo, firmado em 14 de agosto de 2017 e Termo Aditivo nº 007/2018 de 11 de janeiro de 2018, permanecem inalteradas.

São Bento do Sul, 04 de junho de 2018.

Ass: ROSEMARI IVANE STRACK CÂNDIDO, pela Secretaria de Educação do Município.

COLOR-BLACK RECICLAGEM DE CARTUCHO DE TINTA E TONER LTDA ME, como Contratada.

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 099/2018

Publicação Nº 1663850

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 099/2018

DA ESPÉCIE: Segundo Termo Aditivo ao Contrato de Aquisição de Máquina de nº 207/2017, firmado entre o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa SHARK MÁQUINAS PARA CONSTRUÇÃO LTDA, em 24 de novembro de 2017, conforme Edital de Pregão Presencial nº 202/2017.

Considerando o objeto do Contrato de nº 207/2017 que consiste na aquisição de máquinas, através do financiamento do Banco de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina – BADESC, para a frota da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, conforme Termo de Referência em anexo ao Edital de Pregão Presencial nº 202/2017.

Considerando conforme Cláusula Terceira - Da Especificação do referido Contrato, o Município adquiriu a máquina (Escavadeira Hidráulica nova – item 02), devidamente especificada no Anexo I Termo de Referência do Edital de Pregão Presencial nº 202/2017, o qual fica fazendo parte integrante deste Contrato como se aqui estivesse integral e expressamente transcrito.

Considerando o vencimento do prazo do contrato em 07 de junho de 2018 e que a Contratada solicita prorrogação do prazo para entrega dos itens faltantes abaixo, devido a atraso na entrega por parte de seus fornecedores em virtude de paralisação dos caminhoneiros ocorrida no país, conforme documento em anexo ao Termo Aditivo:

- Sistema de engate rápido da caçamba/ripper acionado hidráulicamente;
- Linha hidráulica para instalação do engate rápido;
- Caçamba de no mínimo 1 m³ ou superior;
- Manuais constantes no edital do Pregão nº 202/2017.

Diante do exposto, se faz necessária a prorrogação do referido contrato com base na Cláusula Quinta – Da Vigência e Art. 57 da Lei nº 8.666/93 nos seguintes termos:

Fica prorrogado o prazo de vigência do referido contrato por 30 (trinta) dias, a contar de 08 de junho de 2018 e com término em 07 de julho de 2018.

As demais cláusulas e condições previstas no Contrato primitivo, firmado em 24 de novembro de 2017 e Termo Aditivo nº 070/2018 de 23 de abril de 2018, permanecem inalteradas.

São Bento do Sul, 07 de junho de 2018.
Ass: PAULO ZWIEFKA, pela Secretaria de Obras e Serviços Urbanos do Município.
SHARK MÁQUINAS PARA CONSTRUÇÃO LTDA, como Contratada.

LEI Nº 3922/2018

Publicação Nº 1664639

LEI Nº 3922, DE 26 DE JUNHO DE 2018.

RATIFICA TERMO DE CESSÃO DE USO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL E O ESTADO DE SANTA CATARINA, ATRAVÉS DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SANTA CATARINA

O PREFEITO MUNICIPAL

Faço saber que a Câmara de Vereadores decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica ratificado, em conformidade com o art. 18, inciso XI, da Lei Orgânica Municipal, o Termo de Cessão de Uso nº 13774/2018 - PMSC que entre si celebram o Município de São Bento do Sul e o Estado de Santa Catarina, através da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 26 de junho de 2018.
MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

LEI Nº 3923/2018

Publicação Nº 1664640

LEI Nº 3923, DE 26 DE JUNHO DE 2018.

EXTINGUE O CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL MUNICIPAL BERÇÁRIO MAGIA DO BEBÊ E REVOGA A LEI Nº 3423, DE 25 DE SETEMBRO DE 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL

Faço saber que a Câmara de Vereadores decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica extinto o Centro de Educação Infantil Municipal Berçário Magia do Bebê, localizado na Rua Jorge Zipperer, nº 588, Bairro Schramm, CEP 89280-499, no município de São Bento do Sul.

Art. 2º O arquivamento da documentação escolar, o recolhimento dos bens móveis e materiais didáticos ficam sob a responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 3º Fica revogada a Lei nº 3423, de 25 de setembro de 2014.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 26 de junho de 2018.
MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

PORTARIAS Nº 4760/2018 A 4770/2018

Publicação Nº 1663997

PORTARIA Nº 4760, DE 20 DE JUNHO DE 2018.

Prorroga prazo para posse

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 228, de 28 de dezembro de 2001,

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o prazo para a posse de ADRIANE TEREZINHA FRANZ, no cargo de Professor Anos Finais – Matemática, do Concurso Público nº 09/2017, de acordo com a Lei nº 228/2001, artigo 19, parágrafo 1º, conforme Processo nº 9798/2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 20 de junho de 2018.
MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 4761, DE 20 DE JUNHO DE 2018.

Conclusão de Estágio Probatório

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Municipal nº 228/01,

RESOLVE:

Art. 1º Reconhecer a estabilidade funcional, em decorrência de aprovação em estágio probatório, da servidora pública municipal CIZETE LOBERMAYER, ocupante do cargo efetivo de Farmacêutico, na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º A conclusão a que se refere o artigo 1º compreende o período de 05/05/2015 a 05/05/2018.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 20 de junho de 2018.
MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 4762, DE 20 DE JUNHO DE 2018.

Conclusão de Estágio Probatório

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Municipal nº 228/01,

RESOLVE:

Art. 1º Reconhecer a estabilidade funcional, em decorrência de aprovação em estágio probatório, do servidor público municipal ADILSON MARTINS FRUHAUF, ocupante do cargo efetivo de Enfermeiro, na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º A conclusão a que se refere o artigo 1º compreende o período de 23/03/2015 a 06/05/2018.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 20 de junho de 2018.
MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 4763, DE 21 DE JUNHO DE 2018.
Concede averbação de tempo de Serviço/contribuição

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora pública municipal MARIA SENHORI-NHA DOS SANTOS, ocupante do cargo de Atendente Educativo, na Secretaria Municipal de Educação, Averbação de Tempo de Serviço/Contribuição do INSS, Protocolo nº 20024050.1.00144/15-9, de 4 anos, 4 meses e 4 dias.

Art. 2º Conceder averbação de Tempo de Serviço, conforme Certidão de Tempo de Serviço do Estado de Santa Catarina nº 587/2015, de 3 anos, 2 meses e 18 dias.

Art. 3º Conceder averbação de Tempo de Serviço, conforme Certidão de Tempo de Serviço do Município de Timbó Grande - SC nº 002/2018, de 12 anos e 17 dias.

Art. 4º As averbações constantes nos artigos anteriores são para fins de aposentadoria da servidora, conforme documentação anexa ao Processo nº 9871/2018.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
São Bento do Sul, 21 de junho de 2018.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 4764, DE 21 DE JUNHO DE 2018.

Concede Licença Prêmio

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora SELMA BALAO MENDES, ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnico em Enfermagem, na Secretaria Municipal de Saúde, licença prêmio relativa ao triênio 2012/2015, conforme Processo nº 9214/2018.

Art. 2º A licença a que se refere o artigo anterior dar-se-á no período de 10/07/2018 a 08/08/2018.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 21 de junho de 2018.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 4765, DE 21 DE JUNHO DE 2018.

Exonera Diretor

MAGNO BOLLMANN, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Exonerar, a partir de 25 de junho de 2018, CZESLAW KOSCIARZ, do cargo de Diretor do Departamento de Proteção ao Consumidor - PROCON, na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo.

São Bento do Sul, 21 de junho de 2018.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 4766, DE 21 DE JUNHO DE 2018.

Nomeia Diretor

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 62/2001,

RESOLVE:

NOMEAR, a partir de 25 de junho de 2018, CZESLAW KOSCIARZ, no cargo de Diretor de Cultura e Patrimônio Histórico, na Fundação Cultural.

São Bento do Sul, 21 de junho de 2018.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 4767, DE 21 DE JUNHO DE 2018.

Nomeia Diretora

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei nº 62/2001,

RESOLVE:

Nomear, a partir de 25 de junho de 2018, HARRIET HACKBARTH, no cargo de Diretora do Departamento de Proteção ao Consumidor - PROCON, na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo.

São Bento do Sul, 21 de junho de 2018.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 4768, DE 21 DE JUNHO DE 2018.

Admite Servidor em Caráter Temporário

O Prefeito Municipal de São Bento do Sul, no uso das atribuições privativas que lhe são conferidas pelos incisos III e V do artigo 51 da Lei Orgânica Municipal, consoante a Lei nº 228/2001, nos termos do Processo Seletivo de Contratação Temporária nº 01/2018,
-- --

RE S O L V E:

Admitir em caráter temporário, na Fundação Cultural, SIMONE GU-TJAHR, para atuar na Escola de Música, na função de Professor Canto/Técnica Vocal, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, a partir 20 de junho de 2018.

São Bento do Sul, 21 de junho 2018.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 4769, DE 21 DE JUNHO DE 2018.

Admite Servidor em Caráter Temporário

O Prefeito Municipal de São Bento do Sul, no uso das atribuições privativas que lhe são conferidas pelos incisos III e V do artigo 51 da Lei Orgânica Municipal, consoante a Lei nº 228/2001, nos termos do Processo Seletivo de Contratação Temporária nº 01/2018 e considerando que TATIANE SCHROEDER foi nomeada Diretora na EBM Rodolfo Berti,
-- --

RE S O L V E:

Admitir em caráter temporário, na Secretaria Municipal de Educação EDILENE DE FATIMA NENEMANN, para atuar na EBM Rodolfo Berti, na função de Especialista em Assuntos Educacionais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, a partir 18 de junho de 2018-até-17 de dezembro de 2018-ou enquanto perdurar a vacância do cargo.

São Bento do Sul, 21 de junho de 2018.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 4770, DE 21 DE JUNHO DE 2018.
Admite Servidor em Caráter Temporário

O Prefeito Municipal de São Bento do Sul, no uso das atribuições privativas que lhe são conferidas pelos incisos III e V do artigo 51 da Lei Orgânica Municipal, consoante a Lei nº 228/2001, nos termos do Processo Seletivo de Contratação Temporária nº 10/2017 e considerando que OLDEMAR DUVOISIN JUNIOR encontra-se de Licença para Tratamento de Saúde,

-- --
RESOLVE:

Admitir em caráter temporário, na Secretaria Municipal de Educação BRUNA NATALI DE CAMARGO, para atuar na EBM Rodolfo Berti, na função de Professor Anos Finais - Matemática, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, a partir 21 de junho de 2018-até-20 de dezembro de 2018-ou enquanto perdurar a vacância do cargo.

São Bento do Sul, 21 de junho de 2018.
MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

PORTARIAS Nº 4771/2018 A 4777/2018

Publicação Nº 1664653

PORTARIA Nº 4771, DE 22 DE JUNHO DE 2018.

Revoga Portaria nº 3600/2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

REVOGAR a Portaria nº 3600/2018 que autorizou a servidora pública municipal SOLANGE GORETTI NARDELLI PCHEBILSKI, a dirigir, eventualmente e quando necessário, os veículos oficiais da Secretaria Municipal de Assistência Social.

São Bento do Sul, 22 de junho de 2018.
MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 4772, DE 22 DE JUNHO DE 2018.
Concede Licença Prêmio

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao servidor FRIDOLINO VAN DEN BOOM, ocupante do cargo de provimento efetivo de Analista de Saneamento II, no Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto, licença prêmio em pecúnia, relativa ao triênio 2015/2018, com efeitos no mês de junho de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 22 de junho de 2018.
MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 4773, DE 25 DE JUNHO DE 2018.
Concede Função Gratificada

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso das atribuições legais e nos termos da Lei nº 3853, de 7 de dezembro de 2017,

RESOLVE:

A partir de 1º de julho de 2018, conceder ao servidor CASSIANO RUTHES, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar Administrativo, na Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo, a Gratificação de Função Nível FG – 3, na função de Agente de Setor de Gestão do Estacionamento Rotativo.

São Bento do Sul, 25 de junho de 2018.
MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 4774, DE 25 DE JUNHO DE 2018.

Declara Vago Cargo

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:

Declarar vago, com fulcro no art. 47, inciso VI, da Lei Municipal nº 228/2001, a partir de 25 de junho de 2018, o cargo de Auxiliar de Serviços, ocupado pela servidora MARINEIDE BORDIM DA SILVA. São Bento do Sul, 25 de junho de 2018.
MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 4775, DE 25 DE JUNHO DE 2018.
Concede Licença

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 228/2001,
RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora DIGNA PEREIRA DINO, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços, na Secretaria Municipal de Saúde, licença por motivo de doença em pessoa da família, conforme Processo nº 9291/2018.

Art. 2º A licença a que se refere o artigo 1º dar-se-á no período de 08/06/2018 a 05/09/2018.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 25 de junho de 2018.
MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 4776, DE 25 DE JUNHO DE 2018.

Prorroga Licença

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 228/2001,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora SHIRLEI PICKUSCH PEREIRA, ocupante do cargo de Fisioterapeuta, na Secretaria Municipal de Saúde, prorrogação da licença por motivo de doença em pessoa da família, conforme Processo nº 9496/2018.

Art. 2º A prorrogação a que se refere o artigo 1º dar-se-á no período de 17/06/2018 a 14/09/2018.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 25 de junho de 2018.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 4777, DE 25 DE JUNHO DE 2018

Concede Licença de Parte da Jornada de Trabalho

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei 2585/2010,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora MARIA SALETE CHAPIEWSKI, ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnica em Enfermagem, na Secretaria Municipal de Saúde, licença de parte da jornada de trabalho – 20 (vinte) horas semanais, sem prejuízo de sua remuneração.

Art. 2º A licença a que se refere o artigo 1º dar-se-á pelo prazo de um ano, a contar de 02 de julho de 2018, consoante Processo Administrativo nº 9630/2018 (1º ano).

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 25 de junho de 2018.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

São Bernardino

PREFEITURA

CONTRATO Nº 126/2018

Publicação Nº 1663628

CONTRATO Nº 126/2018

TERMO ADITIVO PRIMEIRO AO CONTRATO Nº 14/2018, REALIZADO ENTRE O MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO-SC E A EMPRESA DNA GENETICA DO BRASIL COMERCIO LTDA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Município de São Bernardino-SC, pessoa jurídica, de direito público, inscrito no CNPJ nº 01.612.812/0001-50, situada a Rua Verônica Scheid nº 1.008, nesta cidade de São Bernardino-SC, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal Sr. ADELI JOSÉ RIFFEL, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Francisco Xavier, nº 1070, neste Município, inscrito no CPF nº 565.819.809-78, doravante denominado MUNICÍPIO, e a Empresa DNA GENETICA DO BRASIL COMERCIO LTDA, inscrita no CNPJ nº 19278326000103, localizada na RUA CUBA, AP 103E, SALA 2, na cidade de Chapecó - SC, neste ato representado pelo seu proprietário o Sr. JONEI BORTOLANZA, brasileiro, Casado, residente e domiciliado na RUA CUBA, AP 103E, SALA 2, na cidade Chapecó - SC, inscrito no CPF sob nº 729.832.729-15, doravante denominado FORNECEDOR, de comum acordo resolvem celebrar o presente contrato pelas seguintes cláusulas:

CLAUSULA PRIMEIRA DO OBJETO

TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 14/2018, QUE CONSISTE NA AQUISIÇÃO DE SEMEM BOVINO PARA MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL.

CLÁUSULA SEGUNDA DO FUNDAMENTO LEGAL, VALOR E VIGÊNCIA.

FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal nº 8.666/93 de 21 de Junho de 1993, atualizada pela Lei Federal nº 8.883/94 de 08 de Junho de 1994 e Lei Federal nº 9.854/99 de 27/10/99 e Processo Licitatório nº 6/2018, modalidade PREGÃO PRESENCIAL e Contrato nº 14/2018.

VALOR – O valor do presente Termo Aditivo Contratual é de R\$ 1.261,50 (um mil duzentos e sessenta e um reais e cinquenta centavos).

VIGÊNCIA – A vigência do presente contrato será de 25/06/2018 até o dia 31/12/2018.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS QUANTIDADES E ADITAMENTO

As partes integrantes deste instrumento com base no Processo Licitatório nº 6/2018, modalidade PREGÃO PRESENCIAL e Contrato nº 14/2018, contratam as quantidades, conforme demonstrativo no quadro abaixo:

Item	Quant	Unid.	Especificação	Marca	R\$ Unit.	R\$ Total
4	87,00	DOZ	Sêmen bovino da raça Red. Angus Congelado em palhetas de 0,25 - 0,5 ml, com 25 milhões de espermatozoides e 30% de viáveis pós-descongelamento oriundo de central cadastrada no ministério de agricultura pecuária e abastecimento. Que apresente as seguintes características: maciez = ou < 0,35; AOL = ou > 5,0; gordura = ou > 2; marmoreio = ou > 70; cortes brasileiros = ou > 2,5; quality grade = ou > 28; docilidade = ou > 30; prenhes novilhas = ou > 14; parto materna = ou > 5; longevidade = ou > 9; peso médio diário = ou > 240. Que apresente o seguinte ponderal: peso ao nascimento = ou > 30, com DEP = ou > 0,50kg; peso na desmama = ou > 140 kg e dep = ou > 2,5 kg; e peso final = ou > 350 kg com DEP superior a 10.	TARRA	14,50	1.261,50
Total						1.261,50

CLAUSULA QUARTA - DO ADITAMENTO E FORMA DE PAGAMENTO E FISCALIZAÇÃO

DO ADITAMENTO - Face acordo mútuo entre as partes neste termo ampliam os quantitativos supra demonstrados, objeto do Contrato nº 14/2018.

DA FORMA DE PAGAMENTO - O pagamento será efetuado em moeda corrente nacional, sendo que as datas de pagamentos e reajustes, são os mesmos constantes no Processo Licitatório nº 6/2018, modalidade PREGÃO PRESENCIAL e Contrato nº 14/2018.

DA FISCALIZAÇÃO - Fica por desde já, designado o Sr. Ademir José Cima Secretário da Agricultura e Meio Ambiente, ou quem o vier substituir, para realizar a fiscalização e acompanhamento da execução do contrato, nos termos do Art. 67 da Lei 8.666/93.

CLAUSULA QUINTA DO FORO

Para todas as questões oriundas do presente contrato será competentes o Foro da Comarca de Campo Erê, com renúncia de qualquer outro, por mais especial que se apresente.

Ficam ratificadas as demais cláusulas do Contrato nº 14/2018.

E por estarem justos e contratados, assinam o presente em quatro vias de igual teor e forma, na presença de testemunhas.

São Bernardino-SC, em 25 de Junho de 2018.

ADELI JOSÉ RIFFEL JONEI BORTOLANZA

Prefeito Municipal Fornecedor

Município

RUDIMAR BORCIONI

Assessor Jurídico

OAB-SC 15.411

TESTEMUNHAS: _____

CONTRATO Nº 127/2018

Publicação Nº 1663944

CONTRATO Nº 127/2018

O Município de **SÃO BERNARDINO-SC**, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ nº 01.612.812/0001-50, situada a Rua Verônica Scheid nº 1.008, nesta cidade de São Bernardino-SC, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal Sr. **ADELI JOSÉ RIFFEL**, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Francisco Xavier, nº 1070, neste Município, inscrito no CPF nº 565.819.809-78, doravante denominado **MUNICÍPIO**, e a Empresa, **DIECKSON LEONIR TESKE -MEI** inscrita no CNPJ nº 14993678000127, localizada na RUA NEREU RAMOS, 682, na cidade de Campo Erê - SC, empresa devidamente credenciada, neste ato representada pelo seu proprietário o Sr. **DIECKSON LEONIR TESKE -MEI**, brasileiro, casado, residente e domiciliado na RUA NEREU RAMOS, 682, na Cidade de Campo Erê - SC, inscrito no CPF sob nº 056.206.709-45, neste ato contratual simplesmente denominado **FORNECEDOR**, resolvem celebrar o presente termo regidas pelas cláusulas e condições a seguir.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O OBJETO DO PRESENTE CONTRATO CONSISTE NA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO, MONTAGEM, ASSISTÊNCIA E DESMONTAGEM DE BRINQUEDOS RECREATIVOS INFLÁVEIS PARA AS CRIANÇAS SE DIVERTIR NO ANIVERSÁRIO DO MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO NO DIA 19/07/2018 DURANTE O EVENTO A SER REALIZADO NAS FESTIVIDADES MUNICIPAIS EM HOMENAGEM AOS 23 ANOS DE EMANCIPAÇÃO POLÍCITO- ADMINISTRATIVA DO MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO-SC.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS CONDIÇÕES ECONÔMICAS FINANCEIRAS

O Município adquire, O OBJETO DO PRESENTE CONTRATO CONSISTE NA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO, MONTAGEM, ASSISTÊNCIA E DESMONTAGEM DE BRINQUEDOS RECREATIVOS INFLÁVEIS PARA AS CRIANÇAS SE DIVERTIR NO ANIVERSÁRIO DO MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO NO DIA 19/07/2018 DURANTE O EVENTO A SER REALIZADO NAS FESTIVIDADES MUNICIPAIS EM HOMENAGEM AOS 23 ANOS DE EMANCIPAÇÃO POLÍCITO- ADMINISTRATIVA DO MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO-SC. do aqui denominado Fornecedor, o qual foi vencedor dos itens abaixo relacionados, do Processo Licitatório 43/2018, modalidade PREGÃO PRESENCIAL, por ter apresentado a menor proposta de preços.

I – Fundamento Legal Lei Federal nº 8.666/93 de 21 de Junho de 1993, atualizada pela Lei Federal nº 8.883/94 de 08 de Junho de 1994 e Lei Federal nº 9.854/99 de 27/10/99, e Processo Licitatório nº 43/2018, modalidade de PREGÃO PRESENCIAL .

II - Do valor:

O valor dos produtos obedecerá tabela abaixo:

Item	Quant	Unid.	Especificação	Marca	R\$ Unit.	R\$ Total
19	1,00	Und	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO, MONTAGEM, ASSISTÊNCIA E DESMONTAGEM DE BRINQUEDOS RECREATIVOS INFLÁVEIS, TODOS OS	CELEBRARE EVENTOS	5.500,00	5.500,00

		<p>BRINQUEDOS DEVERÃO ESTAR COM DISPONIBILIDADE DE USO MÍNIMA DE 05 HORAS, ACOMPANHADO DE PROFISSIONAL PARA MONITORAR E AUXILIAR DURANTE O USO, INICIANDO APÓS MONTADO AS 13:00 HORAS ATÉ AS 18:00 HORAS DO DIA 19/07/2018 , O KIT DE BRINQUEDOS DEVERÁ ESTAR COMPOSTO COM NO MÍNIMO OS SEGUINTE BRINQUEDOS:</p> <p>TOBOGÃ no mínimo 08 MTS - PERSONAGEM- com no mínimo: 08 metros de comprimento, Largura 3 metros, Altura 5 metros, Escada de acesso e paredes laterais de proteção, Acompanhado de 01 motor 220V. Confeccionado em Kp 1000. Capacidade para 250 kg. PULA-PULA CARA DE PALHAÇO - Com no mínimo: Diâmetro 4m, Altura 5 mts-, Paredes laterais em lona até o topo, entrada e saída com rampa; Sistema de ancoragem para maior segurança. Acompanhado de motor.</p> <p>JOÃO-BOBO - Brinquedo inflável com dinossauros infláveis e pula-pula; com no mínimo: Largura 4 metros. Comprimento 4 metros. Altura 2,00 metros. Paredes laterais de proteção; Acompanhado de motor.</p> <p>PULA-PULA JACARÉ COM TOBOGÃ - Com no mínimo: comprimento 4, 00 m. Largura 3,00 m, Altura 2,00 m, Material Confeccionado: Lona Sewed, Costura Tripla, Acompanhado de motor</p> <p>STAR BABY INFLÁVEL TRIBOGÃ- Medidas no mínimo : 7 metros de largura por 7 metros de comprimento por 3 metros de altura; com parede lateral de proteção de um metro de altura; Com Tribogã central, 01 escada de acesso e 03 rampas para descida; 06 obstáculos em volta do Tribogã; CAMA ELASTICA - Estrutura de Aço Galvanizado, com</p>			
--	--	--	--	--	--

		<p>no mínimo Sistema de Impulsão por 70 molas, Diâmetro 4,00; Mínimo 4 Pés inteiros em W, proteção de molas coloridas em espuma c/revestimento em PVC, Rede de Proteção em Polipropileno multicolorida, Escada c/ 03 degraus, Sistema de montagem por encaixe; Suporta até 150 kg. PIPOQUEIRA ELETRICA Produção mínima: 4Kg de pipoca por hora; Em aço inoxidável; panela pipoqueira em aço inox com mexedor automático; Lâmpada interna para iluminação; TOURO MECANICO Modelo: Fantasia (Com cabeça) Medidas do Colchão: no mínimo: 4,00 x 4,00 diâmetro; Colchão: confeccionado em 100% KP1000 com faixa contínua de proteção na lateral.. Capacidade: até 100kg. TOBOGA TRADICIONAL. Dimensões mínimas; Largura 3,50 Mts, Comprimento 6,50 Mts, Altura 5,00 Mts.Escada lateral para facilitar a subida das crianças; Capacidade no máximo 200 kg. Acompanhado de 01 motor 220v. Confeccionado emKp 1000. TOBOGA PERSONAGEM. com no mínimo: Comprimento 6,0 mt.Largura 3,5 mt. Altura 4,5 mt. Suporta até 120 kg. Personalizado com o tema animais; acompanhado de 01 motor 220v; Material Confeccionado: Kp 1000. PISCINA DE BOLINHAS, Medidas mínimas do produto: 1,40x1,40m, Estrutura de Aço galvanizado. Base em madeira: Sistema de rede de proteção malha 5, Fio 2.5mm, Telhado colorido em lona xp 50 com reforço para evitar rasgos. Sistema de montagem por encaixe. KID PLAY, Acompanhado de 01 motor 220v. Material Confeccionado: LONA KP 1000; No mínimo 04 obstáculos. Dimensões mínimas do Produto. Largura 5,00 Mts. Comprimento 5,00 Mts. Altura 1,20 Mts. Paredes laterais de proteção. TOMBO LEGAL. Estrutura do Tombo Legal toda em aço e madeira</p>			
--	--	---	--	--	--

		MDF; com no mínimo 1.000 Bolinhas coloridas. Altura: 1,80 metros. Largura: 1,50 metros. Comprimento: 1,50 metros. Peso máximo Suportado: 70 Kg. Voltagem: 220V.			
Total					5.500,00

O valor total do contrato é de R\$ 5.500,00 (cinco mil e quinhentos reais), conforme constam no Processo Licitatório nº 43/2018 , modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

III - Da forma de pagamento:

O pagamento será efetuado em moeda corrente nacional, sendo que as datas de pagamentos e reajustes, são os mesmos constantes no Processo Licitatório nº, 43/2018 modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

IV - Da vigência:

A vigência do presente contrato é de 25/06/2018 até 31/12/2018, podendo o mesmo ser prorrogado através da realização de termo aditivo, sendo que toda prorrogação de prazo deverá ser justificada por escrito e previamente solicitada pela autoridade competente. O presente Contrato poderá ser aditado conforme regulamentação prevista na Seção III, Art. 65 da Lei nº 8.666/93 (Brasil 1993).

V - Do Reajustamento e atualização:

Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea “d”, do inciso II, do artigo 65, da Lei nº 8666, de 21 de junho de 1993 consolidada.

VI - Das compensações financeiras:

a) O Município descontará do Fornecedor o percentual de 1,0 % (um, três por cento) do valor do produto a cada dia de atraso, depois de solicitada a entrega dos materiais e/ou serviços pelo Município.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR:

I - Efetuar a execução dos serviços, após solicitação por parte do Município.

II - Fornecer ao Município sempre que solicitados quaisquer informações e/ou esclarecimentos sobre os serviços contratados enquanto estiverem na garantia e/ou prazo de validade.

III - Assumir a responsabilidade por todos os encargos trabalhistas, sociais e previdenciários que incidirem sobre os serviços contratados.

IV - É obrigação da contratada o pagamento de tributos que incidirem sobre os serviços contratados em qualquer esfera.

V - Cumprir todas as demais obrigações constantes do processo Licitatório nº 43/2018 Modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

VI - Fornecer serviços de primeira qualidade e garantia de fábrica.

VII – Realizar utilizando os elementos para boa execução dos mesmos.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:

I - Fiscalizar e controlar os serviços contratados.

II - Esclarecer as dúvidas que forem apresentadas.

III - Cumprir as condições de pagamento, na forma como estabelecida neste contrato e Processo Licitatório nº 43/2018 Modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

CLÁUSULA QUINTA - DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

Para fazer frente às despesas decorrentes deste contrato, serão utilizadas as seguintes previsões orçamentárias constantes no Orçamento de 2018 da Prefeitura Municipal:

2.044.3390.00 - 1000 - 86/2018 - Festividades Municipais

CLÁUSULA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

I - O presente contrato fica vinculado ao Processo Licitatório nº 43/2018, modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, da Prefeitura Municipal de São Bernardino - SC.

II - As comunicações entre as partes, em relação a assuntos deste contrato, poderão ser formalizadas por escrito, e-mail, ou por qualquer meio de comunicação, porém quando efetuadas por escrito, será efetuado em duas vias, sendo uma destinada ao Fornecedor, o que constituirá prova de sua efetiva entrega.

III - O presente contrato regula-se pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhes, supletivamente os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de Direito Privado e em especial a Lei 8.666 de 21 de Junho de 1993, atualizada pela Lei 8.883 de 08 de Junho de 1994.

IV - Cabe ao Município modificar unilateralmente o presente contrato, para melhor adequação às finalidades de interesse público.

V – Poderá o MUNICÍPIO rescindir o presente contrato, unilateralmente, nos casos especificados nos incisos I do artigo 79 da Lei 8.883/94, em que o Fornecedor declara neste ato que é de seu conhecimento.

VI – Fica por desde já, designada a Sra. Rozilei Terezinha Fritzen, Secretária da Educação Cultura e Esportes, ou quem o vier substituir, para realizar a fiscalização e acompanhamento da execução do contrato, nos termos do Art. 67 da Lei 8.666/93.

CLAUSULA SÉTIMA - DA RESCISÃO

O presente contrato, a qualquer momento, poderá ser rescindido por mútuo consenso, ou conveniência administrativo, não lhe sendo devido qualquer valor, a título de indenização, ou qualquer outro título presente ou futuramente sob qualquer alegação ou fundamento.

Em caso de rescisão contratual prevista no Art. 78 da Lei 8.666/93, por culpa do Fornecedor, ficam estabelecidas a multa de 10% sobre o valor do objeto contratado, atualizado monetariamente pelos índices oficiais.

Presume-se culpa do Fornecedor a ocorrência das hipóteses descritas nos incisos I a XI do referido artigo supramencionado.

CLÁUSULA OITAVA - DO FORO

Para questões decorrentes da execução deste termo de contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Campo Erê - SC, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado, ou especial que possa ser, exceto o que dispõe o inciso VIII do artigo 29 da Constituição Federal.

E por estarem justos e contratados assinam o presente em quatro vias de igual teor e forma, na presença de testemunhas.

São Bernardino SC, 25 de Junho de 2018.

ADELI JOSÉ RIFFEL
Prefeito Municipal
Município

DIECKSON LEONIR TESKE -MEI
Fornecedor

RUDIMAR BORCIONI
Assessor Jurídico
OAB-SC 15.411

Testemunhas: _____

CONTRATO Nº 128/2018

Publicação Nº 1663945

CONTRATO Nº 128/2018

O Município de SÃO BERNARDINO-SC, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ nº 01.612.812/0001-50, situada a Rua Verônica Scheid nº 1.008, nesta cidade de São Bernardino-SC, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal Sr. ADELI JOSÉ RIFFEL, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Francisco Xavier, nº 1070, neste Município, inscrito no CPF nº 565.819.809-78, doravante denominado MUNICÍPIO, e a Empresa, MERCADO KW LTDA, inscrita no CNPJ nº 15108014000109, localizada na RUA VERONICA SCHEID, S/N, SALA, na Cidade São Bernardino, neste ato representado pela Sra. KERLI LUCIANE KLEIN WECHENFELDER, brasileira, Casada, residente e domiciliada na Rua São José s/n, na Cidade São Bernardino - SC, inscrita no CPF sob nº 037.103.029-35, neste ato contratual simplesmente denominado FORNECEDOR, resolvem celebrar o presente termo regidas pelas cláusulas e condições a seguir.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O OBJETO DO PRESENTE CONTRATO CONSISTE NA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, AMBAS AS AQUISIÇÕES DESTINAM-SE PARA OFERECER A TODA POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO NO DIA 19/07/2018 DURANTE O EVENTO A SER REALIZADO NAS FESTIVIDADES MUNICIPAIS EM HOMENAGEM AOS 23 ANOS DE EMANCIPAÇÃO POLÍCITO-ADMINISTRATIVA DO MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO-SC.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS CONDIÇÕES ECONÔMICAS FINANCEIRAS

O Município adquire, O OBJETO DO PRESENTE CONTRATO CONSISTE NA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, AMBAS AS AQUISIÇÕES DESTINAM-SE PARA OFERECER A TODA POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO NO DIA 19/07/2018 DURANTE O EVENTO A SER REALIZADO NAS FESTIVIDADES MUNICIPAIS EM HOMENAGEM AOS 23 ANOS DE EMANCIPAÇÃO POLÍCITO-ADMINISTRATIVA DO MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO-SC, do aqui denominado Fornecedor, o qual foi vencedor dos itens abaixo relacionados, do Processo Licitatório 43/2018, modalidade PREGÃO PRESENCIAL, por ter apresentado a menor proposta de preços.

I – Fundamento Legal Lei Federal nº 8.666/93 de 21 de Junho de 1993, atualizada pela Lei Federal nº 8.883/94 de 08 de Junho de 1994 e Lei Federal nº 9.854/99 de 27/10/99, e Processo Licitatório nº 43/2018, modalidade de PREGÃO PRESENCIAL .

II - Do valor:

O valor dos produtos obedecerá tabela abaixo:

Item	Quant	Unid.	Especificação	Marca	R\$ Unit.	R\$ Total
5	60,00	PCT	PÃO FATIADO 400GR	DIPÃES	5,80	348,00
6	30,00	Und	CUCA RECHEADA APROX. 500 GR	DIPÃES	8,00	240,00
9	60,00	PCT	GUARDANAPO DE PAPEL 0,21x 0,22 CM COM 50 UN	SORELA	1,65	99,00

10	30,00	Und	PALITO DE DENTE DE BAMBU 100 UNID	NATURAL	1,50	45,00
11	10,00	Und	CHÁ FLORES E FRUTAS - SABORES DIVERSOS EMBALAGEM - CAIXA COM 10 SAQUINHOS - PESO LIQUIDO DE 20 GRAMAS. ACONDICIONAMENTO: PACOTES COM 30 CAIXAS, DEVIDAMENTE IDENTIFICADOS COM A DESCRIÇÃO RESUMIDA DO MATERIAL.	DAJU	3,40	34,00
13	20,00	Und	CAFÉ GRANULADO EMBALAGEM DE VIDRO 200GR CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: NÃO DEVE APRESENTAR SUJIDADE, UMIDADE, RENDIMENTO INSATISFATÓRIO, MISTURAS E PESO INSATISFATÓRIO, SABOR NÃO CARACTERÍSTICO. EMBALAGEM: PRAZO DE VALIDADE: MÍNIMO DE 3 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. A ROTULAGEM DEVE CONTER NO MÍNIMO AS SEGUINTE INFORMAÇÕES: NOME E/OU MARCA, INGREDIENTES, DATA DE VALIDADE, LOTE E INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS E ATENDER AS EXIGÊNCIAS ANVISA.	PELÉ	11,90	238,00
15	200,00	Und	50 UN - REFRIGERANTE DE PRIMEIRA QUALIDADE, EM GARRAFA PET DE 2 LITROS, SABOR: COLA (ÁGUA GASEIFICADA, AÇÚCAR, EXTRATO DE NOZ DE COLA, CAFEÍNA, ACIDULANTE INS 338 E AROMA NATURAL). 50 UN - REFRIGERANTE DE PRIMEIRA QUALIDADE, EM GARRAFA PET DE 2 LITROS, SABOR: GUARANÁ (ÁGUA GASEIFICADA, AÇÚCAR, SEMENTE DE GUARANÁ, AROMA NATURAL, ACIDULANTE: ÁCIDO CÍTRICO; CONSERVADORES: SOBRATO DE POTÁSSIO E BENZOATO DE SÓDIO, SEM GLÚTEN). 50 UN - REFRIGERANTE DE PRIMEIRA QUALIDADE, EM GARRAFA PET DE 2 LITROS, SABOR: LARANJA (ÁGUA GASEIFICADA, AÇÚCAR, SUCO NATURAL DE LARANJA, AROMA NATURAL, ACIDULANTE: ÁCIDO CÍTRICO; CONSERVADORES: SOBRATO DE POTÁSSIO E BENZOATO DE SÓDIO, SEM GLÚTEN) 50 UN - REFRIGERANTE DE PRIMEIRA QUALIDADE, EM GARRAFA PET DE 2 LITROS, SABOR: LIMÃO (ÁGUA GASEIFICADA, AÇÚCAR, SUCO NATURAL DE LIMÃO, AROMA NATURAL, ACIDULANTE: ÁCIDO CÍTRICO; CONSERVADORES: SOBRATO DE POTÁSSIO E BENZOATO DE SÓDIO, SEM GLÚTEN) OBS: AS EMBALAGENS PLÁSTICAS DEVEM VIR LACRADAS E EM PERFEITO ESTADO FÍSICO, DENTRO DO PRAZO DE VALIDADE DESCRIMINADO PARA CONSUMO, CONTENDO A MARCA E FABRICANTE DO PRODUTO, COMPOSIÇÃO DOS INGREDIENTES UTILIZADOS E INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS.	SCHIN	4,99	998,00
17	50,00	Und	MORTADELA 1KG	AURORA	8,90	445,00
Total						2.447,00

O valor total do contrato é de R\$ 2.447,00 (dois mil quatrocentos e quarenta e sete reais), conforme constam no Processo Licitatório nº 43/2018, modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

III - Da forma de pagamento:

O pagamento será efetuado em moeda corrente nacional, sendo que as datas de pagamentos e reajustes, são os mesmos constantes no Processo Licitatório nº, 43/2018 modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

IV - Da vigência:

A vigência do presente contrato é de 25/06/2018 até 31/12/2018, podendo o mesmo ser prorrogado através da realização de termo aditivo, sendo que toda prorrogação de prazo deverá ser justificada por escrito e previamente solicitada pela autoridade competente. O presente Contrato poderá ser aditado conforme regulamentação prevista na Seção III, Art. 65 da Lei nº 8.666/93 (Brasil 1993).

V - Do Reajustamento e atualização:

Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei nº 8666, de 21 de junho de 1993 consolidada.

VI - Das compensações financeiras:

a) O Município descontará do Fornecedor o percentual de 1,0 % (um, três por cento) do valor do produto a cada dia de atraso, depois de solicitada a entrega dos materiais e/ou serviços pelo Município.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR:

I - Efetuar a entrega dos materiais, após solicitação por parte do Município.

II - Fornecer ao Município sempre que solicitados quaisquer informações e/ou esclarecimentos sobre os produtos contratados enquanto estiverem na garantia e/ou prazo de validade.

III - Assumir a responsabilidade por todos os encargos trabalhistas, sociais e previdenciários que incidirem sobre os materiais contratados.

IV - É obrigação da contratada o pagamento de tributos que incidirem sobre os materiais contratados em qualquer esfera.

V - Cumprir todas as demais obrigações constantes do processo Licitatório nº 43/2018 Modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

VI - Fornecer materiais de primeira qualidade e garantia de fábrica.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:

I - Fiscalizar e controlar os materiais contratados.

II - Esclarecer as dúvidas que forem apresentadas.

III - Cumprir as condições de pagamento, na forma como estabelecida neste contrato e Processo Licitatório nº 43/2018 Modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

CLÁUSULA QUINTA - DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

Para fazer frente às despesas decorrentes deste contrato, serão utilizadas as seguintes previsões orçamentárias constantes no Orçamento de 2018 da Prefeitura Municipal:

2.044.3390.00 - 1000 - 86/2018 - Festividades Municipais

CLÁUSULA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

I - O presente contrato fica vinculado ao Processo Licitatório nº 43/2018, modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, da Prefeitura Municipal de São Bernardino - SC.

II - As comunicações entre as partes, em relação a assuntos deste contrato, poderão ser formalizadas por escrito, e-mail, ou por qualquer meio de comunicação, porém quando efetuadas por escrito, será efetuado em duas vias, sendo uma destinada ao Fornecedor, o que constituirá prova de sua efetiva entrega.

III - O presente contrato regula-se pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhes, supletivamente os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de Direito Privado e em especial a Lei 8.666 de 21 de Junho de 1993, atualizada pela Lei 8.883 de 08 de Junho de 1994.

IV - Cabe ao Município modificar unilateralmente o presente contrato, para melhor adequação às finalidades de interesse público.

V - Poderá o MUNICÍPIO rescindir o presente contrato, unilateralmente, nos casos especificados nos incisos I do artigo 79 da Lei 8.883/94, em que o Fornecedor declara neste ato que é de seu conhecimento.

VI - Fica por desde já, designada a Sra. ROZILEI TEREZINHA FRITZEN, Secretária da Educação Cultura e Esportes, ou quem o vier substituir, para realizar a fiscalização e acompanhamento da execução do contrato, nos termos do Art. 67 da Lei 8.666/93.

CLAUSULA SÉTIMA - DA RESCISÃO

O presente contrato, a qualquer momento, poderá ser rescindido por mútuo consenso, ou conveniência administrativo, não lhe sendo devido qualquer valor, a título de indenização, ou qualquer outro título presente ou futuramente sob qualquer alegação ou fundamento.

Em caso de rescisão contratual prevista no Art. 78 da Lei 8.666/93, por culpa do Fornecedor, ficam estabelecidas a multa de 10% sobre o valor do objeto contratado, atualizado monetariamente pelos índices oficiais.

Presume-se culpa do Fornecedor a ocorrência das hipóteses descritas nos incisos I a XI do referido artigo supramencionado.

CLÁUSULA OITAVA - DO FORO

Para questões decorrentes da execução deste termo de contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Campo Erê - SC, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado, ou especial que possa ser, exceto o que dispõe o inciso VIII do artigo 29 da Constituição Federal. E por estarem justos e contratados assinam o presente em quatro vias de igual teor e forma, na presença de testemunhas.

São Bernardino SC, 25 de Junho de 2018.

ADELI JOSÉ RIFFEL KERLI LUCIANE KLEIN WECHENFELDER

Prefeito Municipal Fornecedor

Município

RUDIMAR BORCIONI

Assessor Jurídico

OAB-SC 15.411

Testemunhas: _____

CONTRATO Nº 129/2018

Publicação Nº 1663946

CONTRATO Nº 129/2018

O Município de SÃO BERNARDINO-SC, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ nº 01.612.812/0001-50, situada a Rua Verônica Scheid nº 1.008, nesta cidade de São Bernardino-SC, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal Sr. ADELI JOSÉ RIFFEL, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Francisco Xavier, nº 1070, neste Município, inscrito no CPF nº 565.819.809-78, doravante denominado MUNICÍPIO, e a Empresa, RENAN IAGER DE SOUZA NUNES inscrita no CNPJ nº 27407182000176, localizada na RUA SÃO BERNARDINO, 771, SALA, na cidade de São Bernardino - SC, empresa devidamente credenciada, neste ato representada pela Sra. JULIANA IAGER, brasileira, casada, residente e domiciliada na RUA SÃO BERNARDINO, 771, SALA, na cidade de São Bernardino - SC, inscrito no CPF sob nº 008.187.919-93, neste ato contratual simplesmente denominado FORNECEDOR, resolvem celebrar o presente termo regidas pelas cláusulas

e condições a seguir.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O OBJETO DO PRESENTE CONTRATO CONSISTE NA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, SENDO QUE AS AQUISIÇÕES DESTINAM-SE PARA OFERECER A TODA POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO NO DIA 19/07/2018 DURANTE O EVENTO A SER REALIZADO NAS FESTIVIDADES MUNICIPAIS EM HOMENAGEM AOS 23 ANOS DE EMANCIPAÇÃO POLÍCITO-ADMINISTRATIVA DO MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO-SC.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS CONDIÇÕES ECONÔMICAS FINANCEIRAS

O Município adquire, O OBJETO DO PRESENTE CONTRATO CONSISTE NA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, SENDO QUE AS AQUISIÇÕES DESTINAM-SE PARA OFERECER A TODA POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO NO DIA 19/07/2018 DURANTE O EVENTO A SER REALIZADO NAS FESTIVIDADES MUNICIPAIS EM HOMENAGEM AOS 23 ANOS DE EMANCIPAÇÃO POLÍCITO-ADMINISTRATIVA DO MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO-SC do aqui denominado Fornecedor, o qual foi vencedor dos itens abaixo relacionados, do Processo Licitatório 43/2018, modalidade PREGÃO PRESENCIAL, por ter apresentado a menor proposta de preços.

I – Fundamento Legal Lei Federal nº 8.666/93 de 21 de Junho de 1993, atualizada pela Lei Federal nº 8.883/94 de 08 de Junho de 1994 e Lei Federal nº 9.854/99 de 27/10/99, e Processo Licitatório nº 43/2018, modalidade de PREGÃO PRESENCIAL .

II - Do valor:

O valor dos produtos obedecerá tabela abaixo:

Item	Quant	Unid.	Especificação	Marca	R\$ Unit.	R\$ Total
1	7,00	KG	BOLO DE BANANA	RENAN IAGER DE SOUZA	19,00	133,00
2	7,00	KG	BOLO NEGA MALUCA	RENAN IAGER DE SOUZA	19,00	133,00
3	7,00	KG	BOLO DE CENOURA	RENAN IAGER DE SOUZA	19,00	133,00
4	7,00	KG	BOLO BRANCO	RENAN IAGER DE SOUZA	19,00	133,00
7	30,00	Und	CUCA SIMPLES APROX. 500 GR	RENAN IAGER DE SOUZA	7,00	210,00
16	13,00	Und	QUEIJO FATIADO PEÇA 4 KILOS	BELOS MONTES	90,50	1.176,50
18	180,00	KG	BOLO DE 180 KG COM DOIS RECHEIOS COM SABOR DE BRIGADEIRO E OUTRO DE CÔCO, ALTURA APROX. DE 8 CM E LARGURA PAROX. 0,40 CM. O FORMATO DO BOLO DEVERÁ SER CONFIRMADO COM A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E MONTADO NO LOCAL INDICADO PELA MESMA.	RENAN IAGER DE SOUZA	22,50	4.050,00
Total						5.968,50

O valor total do contrato é de R\$ 5.968,50 (cinco mil novecentos e sessenta e oito reais e cinquenta centavos), conforme constam no Processo Licitatório nº 43/2018, modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

III - Da forma de pagamento:

O pagamento será efetuado em moeda corrente nacional, sendo que as datas de pagamentos e reajustes, são os mesmos constantes no Processo Licitatório nº, 43/2018 modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

IV - Da vigência:

A vigência do presente contrato é de 25/06/2018 até 31/12/2018 , podendo o mesmo ser prorrogado através da realização de termo aditivo, sendo que toda prorrogação de prazo deverá ser justificada por escrito e previamente solicitada pela autoridade competente. O presente Contrato poderá ser aditado conforme regulamentação prevista na Seção III, Art. 65 da Lei nº 8.666/93 (Brasil 1993).

V - Do Reajustamento e atualização:

Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei nº 8666, de 21 de junho de 1993 consolidada.

VI - Das compensações financeiras:

a) O Município descontará do Fornecedor o percentual de 1,0 % (um, três por cento) do valor do produto a cada dia de atraso, depois de solicitada a entrega dos materiais e/ou serviços pelo Município.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR:

I - Efetuar a entrega dos materiais, após solicitação por parte do Município.

II - Fornecer ao Município sempre que solicitados quaisquer informações e/ou esclarecimentos sobre os produtos contratados enquanto estiverem na garantia e/ou prazo de validade.

III - Assumir a responsabilidade por todos os encargos trabalhistas, sociais e previdenciários que incidirem sobre os materiais/produtos contratados.

IV - É obrigação da contratada o pagamento de tributos que incidirem sobre os materiais/produtos contratados em qualquer esfera.

V - Cumprir todas as demais obrigações constantes do processo Licitatório nº 43/2018 Modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

VI - Fornecer materiais/produtos de primeira qualidade e garantia de fábrica.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:

I - Fiscalizar e controlar os materiais/produtos contratados.

II - Esclarecer as dúvidas que forem apresentadas.

III - Cumprir as condições de pagamento, na forma como estabelecida neste contrato e Processo Licitatório nº 43/2018 Modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

CLÁUSULA QUINTA - DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

Para fazer frente às despesas decorrentes deste contrato, serão utilizadas as seguintes previsões orçamentárias constantes no Orçamento de 2018 da Prefeitura Municipal:

2.044.3390.00 - 1000 - 86/2018 - Festividades Municipais

CLÁUSULA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

I - O presente contrato fica vinculado ao Processo Licitatório nº 43/2018, modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, da Prefeitura Municipal de São Bernardino - SC.

II - As comunicações entre as partes, em relação a assuntos deste contrato, poderão ser formalizadas por escrito, e-mail, ou por qualquer meio de comunicação, porém quando efetuadas por escrito, será efetuado em duas vias, sendo uma destinada ao Fornecedor, o que constituirá prova de sua efetiva entrega.

III - O presente contrato regula-se pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhes, supletivamente os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de Direito Privado e em especial a Lei 8.666 de 21 de Junho de 1993, atualizada pela Lei 8.883 de 08 de Junho de 1994.

IV - Cabe ao Município modificar unilateralmente o presente contrato, para melhor adequação às finalidades de interesse público.

V - Poderá o MUNICÍPIO rescindir o presente contrato, unilateralmente, nos casos especificados nos incisos I do artigo 79 da Lei 8.883/94, em que o Fornecedor declara neste ato que é de seu conhecimento.

VI - Fica por desde já, designada a Sra. ROZILEI TEREZINHA FRITAZEN, Secretária da Educação Cultura e Esportes, ou quem o vier substituir, para realizar a fiscalização e acompanhamento da execução do contrato, nos termos do Art. 67 da Lei 8.666/93.

CLAUSULA SÉTIMA - DA RESCISÃO

O presente contrato, a qualquer momento, poderá ser rescindido por mútuo consenso, ou conveniência administrativo, não lhe sendo devido qualquer valor, a título de indenização, ou qualquer outro título presente ou futuramente sob qualquer alegação ou fundamento.

Em caso de rescisão contratual prevista no Art. 78 da Lei 8.666/93, por culpa do Fornecedor, ficam estabelecidas a multa de 10% sobre o valor do objeto contratado, atualizado monetariamente pelos índices oficiais.

Presume-se culpa do Fornecedor a ocorrência das hipóteses descritas nos incisos I a XI do referido artigo supramencionado.

CLÁUSULA OITAVA - DO FORO

Para questões decorrentes da execução deste termo de contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Campo Erê - SC, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado, ou especial que possa ser, exceto o que dispõe o inciso VIII do artigo 29 da Constituição Federal. E por estarem justos e contratados assinam o presente em quatro vias de igual teor e forma, na presença de testemunhas.

São Bernardino SC, 25 de Junho de 2018.

ADELI JOSÉ RIFFEL JULIANA IAGER
Prefeito Municipal Fornecedor
Município

RUDIMAR BORCIONI
Assessor Jurídico
OAB-SC 15.411

Testemunhas: _____

DECRETO Nº 126/2018

Publicação Nº 1663630

DECRETO Nº 126/2018 DE 25/06/2018

DISCIPLINA A CONCESSÃO DE DIÁRIAS NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO - SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	
	O Prefeito Municipal de São Bernardino Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial o que determina o Art. 57 da Lei Orgânica do Município e;

CONSIDERANDO:

- O Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta – TAC, firmado com o Ministério Público de Santa Catarina;
- O Projeto de Lei Mensagem nº 18/2018, encaminhado para apreciação e votação junto a Câmara Municipal de Vereadores do Município

de São Bernardino – SC;

· Que as diárias, devem ter característica indenizatória e não remuneratória;

DECRETA:

Art. 1º - Ficam aplicadas as regras constantes no Projeto de Lei Mensagem nº 18/2018 e disposições constantes Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta – TAC, firmado com o Ministério Público de Santa Catarina;

Art. 2º - Após entrada em vigor deste Decreto, nenhuma diária poderá exceder os valores constantes no Anexo I do Projeto de Lei Mensagem nº 18/2018 e disposições constantes Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta – TAC.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

	Gabinete do Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, em 25 de Junho de 2018.
--	--

ADELI JOSÉ RIFFEL
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA

EDILAINE GOMES WERNER
Sec. Adm. e Fazenda

HOMOLOGAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO 043/2018 PP N. 30/2018

Publicação Nº 1663834

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 30/2018 - PR
CNPJ: 01.612.812/0001-50 RUA VERÔNICA SCHEID, 1008 C.E.P.: 89982-000 - São Bernardino - SC	Processo Administrativo: 43/2018 Processo de Licitação: 43/2018 Data do Processo: 06/06/2018
Folha: 1/4	

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, ADELI JOSÉ RIFFEL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 43/2018
b) Licitação Nr.: 30/2018-PR
c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
d) Data Homologação: 25/06/2018
e) Data da Adjudicação: 25/06/2018 Sequência: 1
f) Objeto da Licitação

O OBJETO DA PRESENTE LICITAÇÃO CONSISTE NA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO, MONTAGEM, ASSISTÊNCIA E DESMONTAGEM DE BRINQUEDOS RECREATIVOS INFLÁVEIS PARA AS CRIANÇAS SE DIVERTIR E AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, AMBAS AS AQUISIÇÕES DESTINAM-SE PARA OFERECER A TODA POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO NO DIA 19/07/2018 DURANTE O EVENTO A SER REALIZADO NAS FESTIVIDADES MUNICIPAIS EM HOMENAGEM AOS 23 ANOS DE EMANCIPAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA DO MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO-SC.

g) Fornecedores e Itens Vencedores:

	Unid.	Qtde	Descto (%)	Preço Unitário	Total do Item
--	-------	------	------------	----------------	---------------

(em Reais R\$)

São Bernardino, 25 de Junho de 2018.

ADELI JOSÉ RIFFEL
PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE SAO BERNARDINO CNPJ: 01.612.812/0001-50 RUA VERÔNICA SCHEID,1008 C.E.P.: 89982-000 - São Bernardino - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 30/2018 - PR Processo Administrativo: 43/2018 Processo de Licitação: 43/2018 Data do Processo: 06/06/2018 Folha: 2/4
--	--

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

DIECKSON LEONIR TESKE -MEI (4917)

<p>19 CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO, MONTAGEM, ASSISTÊNCIA E DESMONTAGEM DE BRINQUEDOS RECREATIVOS INFLÁVEIS, TODOS OS BRINQUEDOS DEVERÃO ESTAR COM DISPONIBILIDADE DE USO MÍNIMA DE 05 HORAS, ACOMPANHADO DE PROFISSIONAL PARA MONITORAR E AUXILIAR DURANTE O USO, INICIANDO APÓS MONTADO AS 13:00 HORAS ATÉ AS 18:00 HORAS DO DIA 19/07/2018. O KIT DE BRINQUEDOS DEVERÁ ESTAR COMPOSTO COM NO MÍNIMO OS SEGUINTE BRINQUEDOS: TOBOGÃ no mínimo 08 MTS - PERSONAGEM- com no mínimo: 08 metros de comprimento, Largura 3 metros, Altura 5 metros, Escada de acesso e paredes laterais de proteção, Acompanhado de 01 motor 220V. Confeccionado em Kp 1000. Capacidade para 250 kg.</p> <p>PULA-PULA CARA DE PALHAÇO - Com no mínimo: Diâmetro 4m, Altura 5 mts-, Paredes laterais em lona até o topo, entrada e saída com rampa; Sistema de ancoragem para maior segurança. Acompanhado de motor.</p> <p>JOÃO-BOBO - Brinquedo inflável com dinossauros infláveis e pula-pula; com no mínimo: Largura 4 metros. Comprimento 4 metros. Altura 2,00 metros. Paredes laterais de proteção; Acompanhado de motor.</p> <p>PULA-PULA JACARÉ COM TOBOGÃ - Com no mínimo: comprimento 4, 00 m. Largura 3,00 m, Altura 2,00 m, Material Confeccionado: Lona Sewed, Costura Tripla, Acompanhado de motor</p> <p>STAR BABY INFLÁVEL TRIBOGÃ- Medidas no mínimo : 7 metros de largura por 7 metros de comprimento por 3 metros de altura; com parede lateral de proteção de um metro de altura; Com Tribogã central, 01 escada de acesso e 03 rampas para descida; 06 obstáculos em volta do Tribogã;</p> <p>CAMA ELÁSTICA - Estrutura de Aço Galvanizado, com no mínimo Sistema de Impulsão por 70 molas, Diâmetro 4,00; Mínimo 4 Pés inteiros em V, proteção de molas coloridas em espuma crevestimento em PVC, Rede de Proteção em Polipropileno multicolorida, Escada c/ 03 degraus, Sistema de montagem por encaixe; Suporta até 150 kg.</p> <p>PIPOQUEIRA ELÉTRICA Produção mínima: 4Kg de pipoca por hora; Em aço inoxidável; panela pipoqueira em aço inox com mexedor automático; Lâmpada interna para iluminação;</p> <p>TOURO MECÂNICO Modelo: Fantasia (Com cabeça) Medidas do Colchão: no mínimo: 4,00 x 4,00 diâmetro; Colchão: confeccionado em 100% KP1000 com faixa contínua de proteção na lateral.. Capacidade: até 100kg.</p> <p>TOBOGA TRADICIONAL. Dimensões mínimas; Largura 3,50 Mts, Comprimento 6,50 Mts, Altura 5,00 Mts. Escada lateral para facilitar a subida das crianças; Capacidade no máximo 200 kg. Acompanhado de 01 motor 220v. Confeccionado em Kp 1000.</p> <p>TOBOGA PERSONAGEM. com no mínimo: Comprimento 6,0 mt. Largura 3,5 mt. Altura 4,5 mt. Suporta até 120 kg. Personalizado com o tema animais; acompanhado de 01 motor 220v; Material Confeccionado: Kp 1000.</p> <p>PISCINA DE BOLINHAS, Medidas mínimas do produto: 1,40x1,40m, Estrutura de Aço galvanizado, Base em madeira; Sistema de rede de proteção malha 5, Fio 2,5mm, Telhado colorido em lona xp 50 com reforço para evitar rasgos. Sistema de montagem por encaixe.</p> <p>KID PLAY, Acompanhado de 01 motor 220v. Material Confeccionado: LONA KP 1000; No mínimo 04 obstáculos. Dimensões mínimas do Produto, Largura 5,00 Mts. Comprimento 5,00 Mts. Altura 1,20 Mts. Paredes laterais de proteção.</p> <p>TOMBO LEGAL. Estrutura do Tombo Legal toda em aço e madeira MDF; com no mínimo 1.000 Bolinhas coloridas. Altura: 1,80 metros. Largura: 1,50 metros. Comprimento: 1,50 metros. Peso máximo Suportado: 70 Kg. Voltagem: 220V. - Marca: CELEBRARE EVENTOS</p>	Und	1	-	5.500,00	5.500,00
---	-----	---	---	----------	----------

Total do Fornecedor: 5.500,00

MERCADO KW LTDA ME. (3960)

5 PÃO FATIADO 400GR - Marca: DIPÃES	PCT	60	-	5,80	348,00
6 CUCA RECHEADA APROX. 500 GR - Marca: DIPÃES	Und	30	-	8,00	240,00

São Bernardino, 25 de Junho de 2018.

ADELI JOSÉ RIFFEL
PREFEITO MUNICIPAL

<div>ESTADO DE SANTA CATARINA</div> <div>MUNICIPIO DE SAO BERNARDINO</div> <div><div>CNPJ: 01.612.812/0001-50</div><div>RUA VERÔNICA SCHEID,1008</div><div>C.E.P.: 89982-000 - São Bernardino - SC</div></div>	<div>PREGÃO PRESENCIAL</div> <div>Nr.: 30/2018 - PR</div>	
	Processo Administrativo:	43/2018
	Processo de Licitação:	43/2018
Data do Processo:		06/06/2018
		Folha: 3/4

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

MERCADO KWLTD ME. (3960)

9	GUARDANAPO DE PAPEL 0,21x 0,22 CM COM 50 UN - Marca: SORELA	PCT	60	-	1,65	99,00
10	PALITO DE DENTE DE BAMBÚ 100 UNID - Marca: NATURAL	Und	30	-	1,50	45,00
11	CHÁ FLORES E FRUTAS - SABORES DIVERSOS EMBALAGEM - CAIXA COM 10 SAQUINHOS - PESO LÍQUIDO DE 20 GRAMAS. ACONDICIONAMENTO: PACOTES COM 30 CAIXAS, DEVIDAMENTE IDENTIFICADOS COM A DESCRIÇÃO RESUMIDA DO MATERIAL. - Marca: DAJU	Und	10	-	3,40	34,00
13	CAFÉ GRANULADO EMBALAGEM DE VIDRO 200GR CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: NÃO DEVE APRESENTAR SUJIDADE, UMIDADE, RENDIMENTO INSATISFATÓRIO, MISTURAS E PESO INSATISFATÓRIO, SABOR NÃO CARACTERÍSTICO. EMBALAGEM: PRAZO DE VALIDADE: MÍNIMO DE 3 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. A ROTULAGEM DEVE CONTER NO MÍNIMO AS SEGUINTE INFORMações: NOME E/OU MARCA, INGREDIENTES, DATA DE VALIDADE, LOTE E INFORMações NUTRICIONAIS E ATENDER AS EXIGÊNCIAS ANVISA. - Marca: PELE	Und	20	-	11,90	238,00
15	50 UN - REFRIGERANTE DE PRIMEIRA QUALIDADE, EM GARRAFA PET DE 2 LITROS, SABOR: COLA (ÁGUA GASEIFICADA, AÇÚCAR, EXTRATO DE NOZ DE COLA, CAFEÍNA, ACIDULANTE INS 338 E AROMA NATURAL). 50 UN - REFRIGERANTE DE PRIMEIRA QUALIDADE, EM GARRAFA PET DE 2 LITROS, SABOR: GUARANÁ (ÁGUA GASEIFICADA, AÇÚCAR, SEMENTE DE GUARANÁ, AROMA NATURAL, ACIDULANTE: ÁCIDO CÍTRICO; CONSERVADORES: SOBRATO DE POTÁSSIO E BENZOATO DE SÓDIO, SEM GLÚTEN). 50 UN - REFRIGERANTE DE PRIMEIRA QUALIDADE, EM GARRAFA PET DE 2 LITROS, SABOR: LARANJA (ÁGUA GASEIFICADA, AÇÚCAR, SUÇO NATURAL DE LARANJA, AROMA NATURAL, ACIDULANTE: ÁCIDO CÍTRICO; CONSERVADORES: SOBRATO DE POTÁSSIO E BENZOATO DE SÓDIO, SEM GLÚTEN). 50 UN - REFRIGERANTE DE PRIMEIRA QUALIDADE, EM GARRAFA PET DE 2 LITROS, SABOR: LIMÃO (ÁGUA GASEIFICADA, AÇÚCAR, SUÇO NATURAL DE LIMÃO, AROMA NATURAL, ACIDULANTE: ÁCIDO CÍTRICO; CONSERVADORES: SOBRATO DE POTÁSSIO E BENZOATO DE SÓDIO, SEM GLÚTEN) OBS: AS EMBALAGENS PLÁSTICAS DEVEM VIR LACRADAS E EM PERFEITO ESTADO FÍSICO, DENTRO DO PRAZO DE VALIDADE DESCRIMINADO PARA CONSUMO, CONTENDO A MARCA E FABRICANTE DO PRODUTO, COMPOSIÇÃO DOS INGREDIENTES UTILIZADOS E INFORMações NUTRICIONAIS. - Marca: SCHIN	Und	200	-	4,99	998,00
17	MORTADELA 1KG - Marca: AURORA	Und	50	-	8,90	445,00
Total do Fornecedor:						2.447,00

RENAN IAGER DE SOUZA NUNES (4885)

1	BOLO DE BANANA - Marca: RENAN IAGER DE SOUZA	KG	7	-	19,00	133,00
2	BOLO NEGA MALUCA - Marca: RENAN IAGER DE SOUZA	KG	7	-	19,00	133,00
3	BOLO DE CENOURA - Marca: RENAN IAGER DE SOUZA	KG	7	-	19,00	133,00
4	BOLO BRANCO - Marca: RENAN IAGER DE SOUZA	KG	7	-	19,00	133,00
7	CUCA SIMPLES APROX. 500 GR - Marca: RENAN IAGER DE SOUZA	Und	30	-	7,00	210,00
16	QUEIJO FATIADO PEÇA 4 KILOS - Marca: BELOS MONTES	Und	13	-	90,50	1.176,50

São Bernardino, 25 de Junho de 2018.

ADELI JOSÉ RIFFEL
PREFEITO MUNICIPAL

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SAO BERNARDINO**CNPJ: 01.612.812/0001-50
RUA VERÔNICA SCHEID,1008
C.E.P.: 89982-000 - São Bernardino - SC**PREGÃO PRESENCIAL
Nr.: 30/2018 - PR**Processo Administrativo: 43/2018
Processo de Licitação: 43/2018
Data do Processo: 06/06/2018

Folha: 4/4

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**RENAN IAGER DE SOUZA NUNES (4885)**

18 BOLO DE 180 KG COM DOIS RECHEIOS COM SABOR DE
BRIGADEIRO E OUTRO DE COCO, ALTURA APROX. DE 8 CM E
LARGURA PAROX. 0,40 CM. O FORMATO DO BOLO DEVERÁ
SER CONFIRMADO COM A SECRETARIA MUNICIPAL DE
EDUCAÇÃO E MONTADO NO LOCAL INDICADO PELA MESMA.
- Marca: RENAN IAGER DE SOUZA

KG

180

-

22,50

4.050,00

Total do Fornecedor: 5.968,50

Total Geral: 13.915,50

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 2.044.3.3.90.00.00.00.00 (86) Saldo: 85.600,00

São Bernardino, 25 de Junho de 2018.

ADELI JOSÉ RIFFEL
PREFEITO MUNICIPAL

São Bonifácio

PREFEITURA

DECRETO CTB Nº 35/2018

Publicação Nº 1663869

Decreto CTB Nº 35/2018

Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 3.117,97 (três mil, cento e dezessete reais e noventa e sete centavos).

RICARDO DE SOUZA CARVALHO, Prefeito Municipal de São Bonifácio, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e na conformidade do artigo 8.º, da Lei n.º 1435/2017, de 30 de novembro de 2017.

DECRETA:

Art. 1.º - Fica aberto por conta dos recursos dos recursos oriundos do Excesso de Arrecadação, um Crédito Suplementar no montante de R\$ 3.117,97 (três mil, cento e dezessete reais e noventa e sete centavos).

15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SÃO BONIFÁCIO

15.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SÃO BONIFACIO

15.01.10.301.0005.2.043-3.3.90.00.00.00.661 – Aplicações Diretas R\$ 3.117,97

Art 2º -Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 26 de junho de 2018.

Ricardo de Souza Carvalho

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 40/2018

Publicação Nº 1664059

Decreto n º 40/2018

Homologa o Resultado do 2o Edital de Processo de Seleção de Bolsista de Trabalho para o ano de 2018, e dá outras providências.

RICARDO DE SOUZA CARVALHO, Prefeito municipal de São Bonifácio, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1o - HOMOLOGAR o Resultado do 2o Edital de Processo de Seleção de Bolsista de Trabalho para o ano de 2018, sendo:

Classificação:

Colocação	Nome
1o	Eduardo Buss
2o	Téo Brauner Napolitano

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bonifácio, 25 de junho de 2018.

Ricardo de Souza de Carvalho

Prefeito Municipal

Este Decreto foi publicado e registrado na Secretaria da Prefeitura Municipal, na data supra.

Elisangela A. S. Nienkoetter

Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 402/2018

Publicação Nº 1664559

Portaria n º 402/2018

Exonera Secretária Municipal de Educação.

RICARDO DE SOUZA CARVALHO, Prefeito Municipal de São Bonifácio, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

EXONERAR, ROSANE SCHADEN PREUSS, brasileira, casada, funcionária pública municipal, da Função Gratificada de Secretária Municipal de

Educação – FG-1, a partir do dia 25 de junho de 2018.

São Bonifácio, 25 de junho de 2018.

Ricardo de Souza Carvalho

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi publicada e registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal, na data supra.

Elisangela A. S. Nienkoetter

Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 403/2018

Publicação Nº 1664560

Portaria n º 403/2018

Nomeia Secretário Municipal de Educação.

RICARDO DE SOUZA CARVALHO, Prefeito Municipal de São Bonifácio, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

NOMEAR OSNI SÉRGIO SCHARF, brasileiro, casado, Professor aposentado, inscrito no CPF nº 501.603.119-34, RG 1.469.119 – SSP/SC, para ocupar o Cargo em Comissão de Secretário Municipal de Educação – CC1, do município de São Bonifácio, a partir do dia 26 de junho de 2018.

São Bonifácio, 25 de junho de 2018.

Ricardo de Souza Carvalho

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi publicada e registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal, na data supra.

Elisangela A. S. Nienkoetter

Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 404/2018

Publicação Nº 1664561

Portaria n º 404/2018

Revoga a Portaria nº 12/2017 que Designa Responsável pelo Expediente da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo e, pela Secretaria Municipal de Desporto.

RICARDO DE SOUZA CARVALHO, Prefeito Municipal de São Bonifácio, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Revogar a Portaria nº 12, de 02 de janeiro de 2017, com efeitos a partir do dia 25 de junho de 2018;

Art. 2º Esta Portaria foi publicada e registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal, na data supra.

São Bonifácio, 25 de junho de 2018.

Ricardo de Souza Carvalho

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi publicada e registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal, na data supra.

Elisangela A. S. Nienkoetter

Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 405/2018

Publicação Nº 1664562

Portaria n º 405/2018

Nomeia Secretária Municipal de Cultura e Turismo.

RICARDO DE SOUZA CARVALHO, Prefeito Municipal de São Bonifácio, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

NOMEAR, ROSANE SCHADEN PREUSS, brasileira, casada, funcionária pública municipal, para exercer a Função Gratificada de Secretária Municipal de Cultura e Turismo – FG-1, a partir do dia 26 de junho de 2018.

São Bonifácio, 25 de junho de 2018.

Ricardo de Souza Carvalho

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi publicada e registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal, na data supra.

Elisangela A. S. Nienkoetter

Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 406/2018

Publicação Nº 1664565

Portaria n º 406/2018

Designa Responsável pela Secretaria Municipal de Desporto.

RICARDO DE SOUZA CARVALHO, Prefeito Municipal de São Bonifácio, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

DESIGNAR, ROSANE SCHADEN PREUSS, brasileira, casada, para responder pelo Expediente da Secretaria Municipal de Desporto, contados a partir do dia 26 de 2018.

São Bonifácio, 25 de junho de 2018.

Ricardo de Souza Carvalho

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi publicada e registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal, na data supra.

Elisangela A. S. Nienkoetter

Chefe de Gabinete

São Domingos

PREFEITURA

NÚMERO CONTRATO: PREFE 035 DE 25/06/2018

Publicação Nº 1663498

DADOS E TEXTO DE CONTRATO

MÊS/ANO: JUNHO/2018

NÚMERO CONTRATO: PREFE 035 DE 25/06/2018

VALOR: R\$ 82.500,00

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 25/06/2018

DESCRIÇÃO: AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE DO MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS/SC, OBJETO DO CONTRATO DE REPASSE N. 871315/2018/MAPA/CAIXA.

CONTRATANTE: Município de São Domingos – SC

CNPJ: 83.009.894.001-08

CONTRATADA: Capri Industria e Comercio de Maquinas Agricolas LTDA

CNPJ nº 05.797.417/0001-40

DATA FINAL VIGÊNCIA: 31/12/2018

NÚMERO CONTRATO: PREFE 036 DE 25/06/2018

Publicação Nº 1663499

DADOS E TEXTO DE CONTRATO

MÊS/ANO: JUNHO/2018

NÚMERO CONTRATO: PREFE 036 DE 25/06/2018

VALOR: R\$ 24.270,00

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 25/06/2018

DESCRIÇÃO: AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE DO MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS/SC, OBJETO DO CONTRATO DE REPASSE N. 871315/2018/MAPA/CAIXA.

CONTRATANTE: Município de São Domingos – SC

CNPJ: 83.009.894.001-08

CONTRATADA: Atuati Maquinas e Equipamentos Agricolas LTDA

CNPJ nº 01.435.215/0001-06

DATA FINAL VIGÊNCIA: 31/12/2018

NÚMERO CONTRATO: PREFE 037 DE 25/06/2018

Publicação Nº 1663500

DADOS E TEXTO DE CONTRATO

MÊS/ANO: JUNHO/2018

NÚMERO CONTRATO: PREFE 037 DE 25/06/2018

VALOR: R\$ 54.000,00

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 25/06/2018

DESCRIÇÃO: AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE DO MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS/SC, OBJETO DO CONTRATO DE REPASSE N. 871315/2018/MAPA/CAIXA.

CONTRATANTE: Município de São Domingos – SC

CNPJ: 83.009.894.001-08

CONTRATADA: Agroindustrial Freitas EIRELI EPP

CNPJ nº 21.344.856/0001-54

DATA FINAL VIGÊNCIA: 31/12/2018

NÚMERO CONTRATO: PREFE 038 DE 25/06/2018

Publicação Nº 1663502

DADOS E TEXTO DE CONTRATO

MÊS/ANO: JUNHO/2018

NÚMERO CONTRATO: PREFE 038 DE 25/06/2018

VALOR: R\$ 17.290,00

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 25/06/2018

DESCRIÇÃO: AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE DO MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS/SC, OBJETO DO CONTRATO DE REPASSE N. 871315/2018/MAPA/CAIXA.

CONTRATANTE: Município de São Domingos – SC

CNPJ: 83.009.894.001-08

CONTRATADA: Dimaquinas Maquinas e Equipamentos LTDA EPP

CNPJ nº 02.464.226/0001-79

DATA FINAL VIGÊNCIA: 31/12/2018

PROCESSO LICITATÓRIO PREFE N. 084/2018

Publicação Nº 1663635

MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - SC

PROCESSO LICITATÓRIO PREFE N. 084/2018

PREGÃO PRESENCIAL PREFE N. 032/2018

A Pregoeira Oficial do Município de São Domingos, Estado de Santa Catarina, TORNA PÚBLICO que até as 08:30 horas do dia 06 de julho de 2018, estará recebendo as propostas dos interessados para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ELABORAÇÃO DE PROJETO DE MELHORIAS SANITÁRIAS NO MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - SC. TUDO conforme especificado em seu Edital, e em conformidade com a Lei n. 8.666/93, Lei n. 10.520/02; Decreto n. 5.504/05; Decreto Municipal n. 020/06, Decreto Municipal 480/2010, Decreto 7.892 de 23 de janeiro de 2013 e demais normas pertinentes. Informações e esclarecimentos deste Edital serão fornecidos pelo fone (049) 3443-0281 (Ramal 224) e e-mail:licitacao@saodomingos.sc.gov.br. São Domingos, SC, 21 de junho de 2018.

Paula Natana Comachio - Pregoeira Oficial.

São Francisco do Sul

PREFEITURA

DOCUMENTO OFICIAL DA LEI Nº 2020 DE 2018

Publicação Nº 1664378

Lei Nº 2020/2018

REVOGA O ART. 12 DA LEI Nº 1.702, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2014, QUE DISPÕE ACERCA DA FUNDAÇÃO CULTURAL ILHA DE SÃO FRANCISCO DO SUL – FUCISF E REPRISTINA EM SUA REDAÇÃO ORIGINAL O ART. 3º DA LEI MUNICIPAL Nº 93, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2002, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL, em acordo com os arts. 30, II e 46, § 8º da Lei Orgânica municipal e art. 43, II do Regimento Interno, faz saber que a Câmara aprovou e ele promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica revogado o art. 12 da Lei nº 1702, de 12 de dezembro de 2014 que alterou a redação do art. 3º da Lei nº 93, de 14 de fevereiro de 2002.

Art. 2º Fica concedido o efeito repristinatório ao art. 3º da Lei Municipal nº 93, de 14 de fevereiro de 2002.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul, 14 de junho de 2018.

Wilson Ledoux Batista	Álvaro José Siebers
Vice-Presidente	Secretário

DOCUMENTO OFICIAL DA LEI Nº 2026 DE 2018

Publicação Nº 1664379

Lei Nº 2026/2018

ALTERA A LEI Nº 1148, DE 06 DE JUNHO DE 2011, QUE "AUTORIZA A CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL A CONTRATAR PLANO PRIVADO DE SAÚDE COM COBERTURA MÉDICA AMBULATORIAL, HOSPITALAR, ODONTOLÓGICA E DE OBSTETRÍCIA AOS SEUS SERVIDORES E DEPENDENTE, CONFORME ESPECIFICA".

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL, em acordo com os arts. 29, IV e 46, § 8º da Lei Orgânica Municipal e art. 39, IV do Regimento Interno, faz saber que a Câmara aprovou e ele promulga a seguinte Lei:

Art. 1º O Art. 1º e seu parágrafo único passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Fica a Câmara Municipal de São Francisco do Sul autorizada a contratar, através de Processo Licitatório, um PLANO PRIVADO DE SAÚDE COM COBERTURA AMBULATORIAL, HOSPITALAR COM OBSTETRÍCIA E ODONTOLÓGICO, com ou sem coparticipação, para os servidores comissionados, efetivos ativos, inativos e seus dependentes.

§1º O servidor público cedido de outro órgão ou entidade não fará jus ao Plano Privado de Saúde a que se refere o caput deste artigo.

§2º O plano de saúde destinado aos servidores comissionados deverá ser feito por meio processo licitatório diverso do que trata dos efetivos ativos, inativos e seus dependentes.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul, 21 de junho de 2018.

Edson Luiz Duarte
Presidente da Mesa Diretora

PORTARIA Nº 14.953/2018

Publicação Nº 1663872

PORTARIA nº 14.953, de 25 de junho de 2018.

O PREFEITO MUNICIPAL de São Francisco do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei nº 1.862, de 31 de janeiro de 2017, que dispõe sobre a Estrutura e Modernização Administrativa do Poder Executivo Municipal de São Francisco do Sul e dá outras providências,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR JOÃO URBANO DA FONSECA, brasileiro, residente e domiciliado neste Município, inscrito no CPF sob nº 379.905.949-00, para exercer o cargo em comissão de Assessor Executivo, nível CC03, da Secretaria Municipal de Saúde, da estrutura administrativa da Prefeitura Municipal, a partir de 25 de junho de 2018.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul - SC, 25 de junho de 2018.

RENATO GAMA LOBO

Prefeito Municipal

São João Batista

PREFEITURA

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO TERMO DE FOMENTO 002/2017

Publicação Nº 1664013

Extrato do primeiro termo aditivo ao termo de fomento nº 002/2017

CONTRATANTE: Município de São João Batista, SC – CNPJ nº. 82.925.652/0001-00; CONTRATADA: Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de São João Batista - APAE – CNPJ nº. 79.006.144/0001-05; PROCESSO: 1565/2017; DO OBJETO: Este termo aditivo tem por objeto a PRORROGAÇÃO do prazo de vigência do termo de fomento nº. 02/2017, nos termos da sua cláusula sexta e do Plano de Trabalho, conforme anexos que integram o presente aditivo; DA PRORROGAÇÃO: Fica prorrogada a vigência do termo de fomento nº. 002/2017 pelo prazo de 12 (doze) meses, a partir de 1º/07/2018 até 30/06/2019; DOS REPASSES: Os valores repassados à Associação permanecerão sendo R\$ 12.000,00 (doze mil reais) mensais, totalizando R\$ 144.000,00 (cento e quarenta e quatro mil reais); DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: A despesa deste termo aditivo correrá por conta da seguinte dotação orçamentária: Cód. Reduzido (44), Unidade orç. 04.01, Projeto/atividade 2.016, elemento despesa 3.3.50.00.00; DATA DA ASSINATURA: 25/06/2018

EXTRATO DO SÉTIMO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 130/PMSJB/2017

Publicação Nº 1664126

Extrato do sétimo termo aditivo ao Contrato nº 130/PMSJB/2017

Contratante: Município de São João Batista - SC; Contratada: Múltiplos Serviços e Obras LTDA ME – CNPJ nº. 10.788.391/0001-04; Processo Licitatório 121/PMSJB/2017 - Tomada de Preços nº 008/PMSJB/2017; Objeto: O presente instrumento tem por objetivo alterar a Cláusula Sexta, item 6.1, do Contrato nº 130/PMSJB/2017 (Servidão Batista Mafessoli), que passa a ter a seguinte redação: "6.1 O prazo de execução do contrato fica prorrogado por mais 60 (sessenta) dias, contados a partir de 23/06/2018 a 22/08/2018"; Data da assinatura: 22/06/2018

PROCESSO LICITATÓRIO 024/FMS/2018 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 020/FMS/2018

Publicação Nº 1663538

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOÃO BATISTA

PROCESSO LICITATÓRIO 024/FMS/2018 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 020/FMS/2018

O MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA, por intermédio do Fundo Municipal de Saúde de São João Batista (SC), inscrito sob o CNPJ 08.361.788/0001-73, com sede à Rua Gilson Geraldo Sartori, 411, Centro, São João Batista, de conformidade com Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, por intermédio de Augusto Correia Junior, Pregoeiro Municipal, torna público que se acha aberto o PROCESSO LICITATÓRIO 024/FMS/2018 PREGÃO PRESENCIAL nº 020/FMS/2018, para a AQUISIÇÃO DE UMA AMBULÂNCIA TIPO A - SIMPLES REMOÇÃO TIPO FURGONETA PARA O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA, SC. Entrega dos envelopes: 13h45min do dia 16/07/2018. Abertura dos envelopes: 14h do dia 16/07/2018. Informações e cópia do edital: Departamento de Licitações e Contratos, no endereço supracitado, pelo tel: (48) 3265-0195, ramal: 206 ou através dos e-mails licita@sjbatista.sc.gov.br ou licita02@sjbatista.sc.gov.br. São João Batista, 25 de junho de 2018. Augusto Correia Junior – Pregoeiro Municipal.

PROCESSO LICITATÓRIO 101/PMSJB/2018 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 084/PMSJB/2018

Publicação Nº 1664135

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 101/PMSJB/2018 - PREGÃO PRESENCIAL 084/PMSJB/2018

O MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA (SC), pessoa jurídica de direito público, inscrito sob o CNPJ 82.925.652/0001-00, com Prefeitura à Praça Deputado Walter Vicente Gomes, 89, Centro, São João Batista, SC, CEP: 88.240-000, de conformidade com a Lei 8.666/93, por determinação de Augusto Correia Junior, Pregoeiro Municipal, torna público que se acha aberto o PROCESSO LICITATÓRIO Nº 101/PMSJB/2018 - PREGÃO PRESENCIAL 084/PMSJB/2018, para a AQUISIÇÃO DE 01 VEÍCULO ZERO KM, ANO/MODELO 2018/2018 DESTINANDO AO CONSELHO TUTELAR DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA, SC. Entrega dos envelopes: até às 08h45min do dia 18/07/2018. Abertura dos envelopes: 09h do dia 18/07/2018. Informações e cópia do edital: Departamento de Licitações e Contratos, no endereço supracitado, pelo tel: (48) 3265-0195 – ramal: 206, ou pelos e-mails: licita@sjbatista.sc.gov.br, licita02@sjbatista.sc.gov.br, no horário das 8h às 12h e das 13h30min às 17h30min, em dias úteis. São João Batista, 25 de junho de 2018. Augusto Correia Junior - Pregoeiro Municipal

DECRETO Nº 3387/2018

Publicação Nº 1663612

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA
Praça Deputado Walter Vicente Gomes, 89
Fone: (48) 3265-0195 - Fax: (48) 3265-1369
C.G.C: 82.925.652/0001-00 - SÃO JOÃO BATISTA - SC
E-mail: contabilidade@sjbatista.sc.gov.br

DECRETO Nº 3387/18

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA no uso de suas atribuições legais e de acordo com autorização contida na Lei Municipal nº 003802/18 de 20 de Junho de 2018.

DECRETA:

Art. 1º - Fica suplementado no valor de R\$ 70.000,00 a(s) seguinte(s) modalidade(s):

15 - FUNDAÇÃO BATISTENSE DE ESPORTES

15.01 - FUNDAÇÃO BATISTENSE DE ESPORTES

27.813.0003.2.024 - Manutenção da FUBE

3.3.90.00.00.00.00.0000 - Aplicacoes Diretas

Valor - 70.000,00

Art. 2º - Para atendimento da(s) Suplementação(ões) que trata(m) o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) modalidade(s):

15 - FUNDAÇÃO BATISTENSE DE ESPORTES

15.01 - FUNDAÇÃO BATISTENSE DE ESPORTES

27.813.0003.1.027 - Aquisição de Veículos

4.4.90.00.00.00.00.0000 - Aplicacoes Diretas

Valor - 70.000,00

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

São João Batista, 20 de Junho de 2018

DANIEL NETTO CÂNDIDO**Prefeito Municipal**

Registrado e Publicado em 20/06/2018

Assessoria de Comunicação

DECRETO Nº 3388/2018

Publicação Nº 1663613

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA
Praça Deputado Walter Vicente Gomes, 89
Fone: (48) 3265-0195 - Fax: (48) 3265-1369
C.G.C: 82.925.652/0001-00 - SÃO JOÃO BATISTA - SC
E-mail: contabilidade@sjbatista.sc.gov.br

DECRETO Nº 3388/18

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA no uso de suas atribuições legais e de acordo com autorização contida na Lei Municipal nº 003803/18 de 20 de Junho de 2018.

DECRETA:

Art. 1º - Fica suplementado no valor de R\$ 193.100,00 a(s) seguinte(s) modalidade(s):

03 - SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO**03.01 - SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO**

04.122.0001.2.003 - Manutenção da Secretaria da Administração

3.1.90.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas

Valor - 110.000,00

04 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO**04.01 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO**

12.361.0002.2.016 - Manutenção da Secretaria da Educação

3.3.50.00.00.00.00.0000 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lu

Valor - 60.000,00

07 - SECRETARIA DA AGRICULTURA**07.01 - SECRETARIA DA AGRICULTURA**

20.606.0007.2.085 - Manutenção da Secretaria da Agricultura

3.3.90.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas

Valor - 23.100,00

Art. 2º - Para atendimento da(s) Suplementação(ões) que trata(m) o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) modalidade(s):

05 - SECRETARIA DA INFRA ESTRUTURA**05.01 - SECRETARIA DA INFRA ESTRUTURA**

15.451.0006.1.067 - Pavimentação e Drenagens de Ruas e Passeios

4.4.90.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas

Valor - 100.000,00

15.452.0006.1.076 - Construção de Abrigos de Passageiros

4.4.90.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas

Valor - 10.000,00

15.452.0006.1.074 - Aquis de Veículos, Máquinas e Equipamentos

4.4.90.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas

Valor - 50.000,00

06 - SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO**06.01 - SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO**

23.692.0007.2.084 - Rodada Nacional e Internacional de Negócios

3.3.90.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas

Valor - 10.000,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA
Praça Deputado Walter Vicente Gomes, 89
Fone: (48) 3265-0195 - Fax: (48) 3265-1369
C.G.C: 82.925.652/0001-00 - SÃO JOÃO BATISTA - SC
E-mail: contabilidade@sjbatista.sc.gov.br

07 - SECRETARIA DA AGRICULTURA

07.01 - SECRETARIA DA AGRICULTURA

20.606.0007.1.087 - Aquisição de Máquinas e Impl Agrícolas

4.4.90.00.00.00.00.00.0000 - Aplicacoes Diretas

Valor - 23.100,00

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

São João Batista, 20 de Junho de 2018

DANIEL NETTO CÂNDIDO

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em 20/06/2018

Assessoria de Comunicação

DECRETO Nº 3389/2018

Publicação Nº 1663615

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA
Praça Deputado Walter Vicente Gomes, 89
Fone: (48) 3265-0195 - Fax: (48) 3265-1369
C.N.P.J: 82.925.652/0001-00 - SÃO JOÃO BATISTA - SC
E-mail: contabilidade@sjbatista.sc.gov.br

DECRETO Nº 3389/18

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA no uso de suas atribuições legais e de acordo com autorização contida na Lei Municipal nº 003803/18 de 20 de Junho de 2018.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 20.000,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

02 - GABINETE DO PREFEITO**02.01 - GABINETE DO PREFEITO**

08.243.0005.2.062 - Manutenção do Conselho Tutelar

4.4.90.00.00.00.00.0000 - Aplicacoes Diretas

Valor - 20.000,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente do Fundo da Infancia e Adolescencia - FIA.

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

São João Batista, 20 de Junho de 2018

DANIEL NETTO CÂNDIDO

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em 20/06/2018

Assessoria de Comunicação

São João do Oeste

PREFEITURA

CC 03.18 AREAS DE TERRA DE PROPRIEDADE DO MUNICIPIO

Publicação Nº 1664531

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0125/2018
EDITAL DE CONCORRÊNCIA PARA CONCESSÕES E PERMISSÕES Nº 003/2018

OBJETO: O Município de São João do Oeste, torna público para o conhecimento dos interessados que se encontra aberta licitação na modalidade de CONCORRÊNCIA do tipo Melhor Proposta, para outorga em regime Concessão de direito real de uso, com remuneração de duas áreas de terra, para a plantação de produtos agrícolas. Uma área com 1,14 hectares, localizada na Linha Beato Roque, sendo parte da matrícula nº12.702 e outra de 2,76 hectares, localizada na Linha São João, oriunda da matrícula nº 14.178, ambas do Registro de imóveis da Comarca de Itapiranga e de propriedade do Município de São João do Oeste.

Regendo-se o procedimento licitatório pelo que dispõe a Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, atualizada. Recebimento da documentação e das propostas para o dia 30 de julho de 2018 às 08:30 horas e julgamento no mesmo horário, dia e local. Maiores informações entrar em contato junto ao setor de licitações e Compras da Prefeitura Municipal sito à rua Encantado, 66 – centro – São João do Oeste, e ou pelo fone (49) 3195 2000. Edital disponível no site do município. São João do Oeste, SC, 26 de junho de 2.018. FERNANDO BISIGO – PREFEITO MUNICIPAL.

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇO 39/2018

Publicação Nº 1663895

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE
EXTRATO DO 1º TERMO DITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO 39/2018
PARTES: Município de São João do Oeste e Supermercado Bressler Eireli
ORIGEM: Pregão Presencial nº 46/2017
OBJETO: "Reajuste de valor ao contrato de aquisição do leite pasteurizado longa vida
VALOR ADITADO: 1.013,03
VALOR TOTAL RESTANTE: R\$ 5.010,53
PRAZO:22.06.2018 até 30.09.2018
São João do Oeste – 25 de junho de 2018
Fernando Bisigo- Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO 75/2018

Publicação Nº 1663535

MUNICIPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE
EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO nº 223/2017
PARTES: Município de São João do Oeste e Engler Terraplanagens Ltda ME
ORIGEM: Inexigibilidade de Licitação nº 17/2017
CONTRATO Nº 75/2018
OBJETO: "Prestar os serviços de até 10.000 horas de máquinas e caminhões, com pagamento de subsídio, nos termos da Lei Municipal nº 1.464/2013."
VALOR: R\$ 80.000,00
PRAZO: 22.06.2018 até 31.12.2018
São João do Oeste – 25 de junho de 2018
Fernando Bisigo- Prefeito Municipal

São João do Sul

PREFEITURA

ADITIVO 25_2018_PREF

Publicação Nº 1664242

MUNICIPIO DE SÃO JOÃO DO SUL

EXTRATO DE ADITIVO Nº 25/2018

3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 2/2016

OBJETO: Fica suprimido do objeto originário do Contrato Administrativo nº 02/2016, o ITEM 8 – GESTÃO EDUCACIONAL (Educação WEB, Educa WEB e Escola WEB), no valor atual de R\$ 1.492,00 (um mil quatrocentos e noventa e dois reais) mensais, totalizando um valor total de R\$ 8.952,00 (oito mil novecentos e cinquenta e dois reais).

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO SUL.

CONTRATADA: BETHA SISTEMAS LTDA

VALOR SUPRESSÃO: R\$ 8.952,00.

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Federal nº 8.666, de 21/06/1993 e respectivas alterações.

São João do Sul, 25 de junho de 2018.

Moacir Francisco Teixeira

Prefeito Municipal

ADITIVO 26_2018_PREF

Publicação Nº 1664244

MUNICIPIO DE SÃO JOÃO DO SUL

EXTRATO DE ADITIVO Nº 26/2018

4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 2/2016

OBJETO: Fica inserido no lugar da redação original do Item 8, o sistema EDUCAÇÃO CLOUD, com 10 (dez) usuários ativos no valor mensal de R\$ 1.250,00 (um mil e duzentos e cinquenta reais), incluindo os módulos Pais e Alunos com usuários ilimitados no valor mensal de R\$ 210,00 (duzentos e dez reais) e Professores com usuários ilimitados no valor mensal de R\$ 210,00 (duzentos e dez reais).

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO SUL.

CONTRATADA: BETHA SISTEMAS LTDA

VALOR ADITIVO: R\$ 13.595,00.

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Federal nº 8.666, de 21/06/1993 e respectivas alterações.

São João do Sul, 25 de junho de 2018.

Moacir Francisco Teixeira

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 060 DE 25 DE JUNHO DE 2018

Publicação Nº 1663961

DECRETO Nº 060 DE 25 DE JUNHO DE 2018

“Abre Crédito Suplementar ao Orçamento Vigente da Prefeitura Municipal e dá outras providências”.

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Art. 6º da Lei nº 1821 de 08 de dezembro 2017 (Lei Orçamentária);

DECRETA:

Art. 1º - Fica determinada a abertura de crédito adicional suplementar no valor de R\$ 116.208,63 (cento e dezesseis mil, duzentos e oito reais e sessenta e três centavos), para cobertura de dotações do orçamento vigente da Prefeitura Municipal, conforme segue:

0401 – SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

04.123.0003.2004 – MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE FINANÇAS

3.3.90.00.00.00.00.3080 – Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

0501 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

12.361.0010.1011 – CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DA REDE FÍSICA DO ENSINO FUNDAMENTAL

4.4.90.00.00.00.00.3102 – Aplicações Diretas R\$ 106.208,63

TOTAL R\$ 116.208,63

Art. 2º - Para cobertura das dotações do artigo primeiro serão utilizados recursos de superávit financeiro, verificados no exercício anterior, conforme seguem:

I – Ordinários, no valor de R\$ 10.000,00;

II – Vinculados – Salário Educação, no valor de R\$ 106.208,63.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,
25 de junho de 2018.

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria aos vinte e cinco dias do mês de junho do ano de dois mil e dezoito.

TAISE DOS SANTOS ALVES
Secretária Municipal de Administração e Finanças

DECRETO Nº 061 DE 25 DE JUNHO DE 2018

Publicação Nº 1663962

DECRETO Nº 061 DE 25 DE JUNHO DE 2018

“Abre Crédito Suplementar ao Orçamento Vigente da Prefeitura Municipal e dá outras providências”.

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Art. 6º da Lei nº 1821 de 08 de dezembro 2017 (Lei Orçamentária);

DECRETA:

Art. 1º - Fica determinada a abertura de crédito adicional suplementar no valor de R\$ 18.791,37 (dezoito mil, setecentos e noventa e um reais e trinta e sete centavos), para cobertura de dotação do orçamento vigente da Prefeitura Municipal, conforme segue:

0501 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

12.361.0010.1011 – CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DA REDE FÍSICA DO ENSINO FUNDAMENTAL

4.4.90.00.00.00.00.0098 – Aplicações Diretas R\$ 18.791,37

Art. 2º - Para cobertura da dotação do artigo primeiro será utilizado o excesso de arrecadação de recurso vinculado do FUNDEB, verificado no exercício corrente.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,
25 de junho de 2018.

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria aos vinte e cinco dias do mês de junho do ano de dois mil e dezoito.

TAISE DOS SANTOS ALVES
Secretária Municipal de Administração e Finanças

DECRETO Nº 062 DE 25 DE JUNHO DE 2018

Publicação Nº 1663965

DECRETO Nº 062 DE 25 DE JUNHO DE 2018

“Abre Crédito Suplementar ao Orçamento Vigente do Fundo Municipal de Saúde e dá outras providências”.

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Art. 6º da Lei nº 1821 de 08 de dezembro 2017 (Lei Orçamentária);

DECRETA:

Art. 1º - Fica determinada a abertura de crédito adicional suplementar no valor de R\$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil reais), para cobertura de dotação do orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde, conforme segue:

07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0009.2022 – Manutenção das Ações Básicas de Saúde e Equipes de Programas de Saúde Básica

3.3.90.00.00.00.00.0040 – Aplicações Diretas R\$ 350.000,00

TOTAL R\$ 350.000,00

Art. 2º - Para cobertura da dotação do artigo primeiro será utilizado o excesso de arrecadação de recurso vinculado do SUS – Sistema Único de Saúde - PAB – Piso de Atenção Básica - Incremento, verificado no exercício corrente.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,
25 de junho de 2018.

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria aos vinte e cinco dias do mês de junho do ano de dois mil e dezoito.

TAISE DOS SANTOS ALVES
Secretária Municipal de Administração e Finanças

São Joaquim

PREFEITURA

ERRATA PROCESSO 52/2018 PMSJ

Publicação Nº 1664193

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOAQUIM
ERRATA EDITAL DA LICITAÇÃO

Na edição DOM/SC - Edição Nº 2557 Página 760 do dia 22/06/2018

Pregão presencial 27/2018

Processo n.º 52/2018 – Aquisição de carga de gás (GLP-P-13) e (GLP-P-45), para atender as necessidades das Secretarias Municipais e Fundos Municipais e entidades pertencentes à Prefeitura Municipal de São Joaquim.

Onde lê-se:

No item 16.2 – Da regularidade Fiscal

16.2.9 Certificado da ANP;

15.2.11 Alvará de Localização emitido pela Prefeitura Municipal sede da Empresa.

Leia-se:

No item 16.2 – Da regularidade Fiscal

16.2.9 Certificado da ANP atualizado conforme portaria ANP nº 297/03

16.2.11 Alvará de Localização emitido pela Prefeitura Municipal sede da Empresa Juntamente com taxa do alvará municipal e com o comprovante do pagamento – LC nº 14.376/13

Acrescenta-se:

No item 16.2 – Da regularidade Fiscal

16.2.12 Licença de Operação Emitida pelo I.A.P. – Instituto Ambiental Atualizado – Legislação Ambiental e Demais Normas.

16.2.13 Certificado de Regularidade – CR Emitidos pelo IBAMA atualizado da filial participante da licitação – Conforme instrução normativa IBAMA nº 06 de 15/03/2013

16.2.14 Autorização Ambiental para o Transporte Interestadual de produtos Perigosos emitidos pelo IBAMA.

A Comissão

PP 25/2018

Publicação Nº 1664380

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOAQUIM

Processo Nº48/2018

Pregão Presencial 25/2018 (registro de preço)

OBJETO: Aquisição de Aditivo para radiadores (Anti-Congelante) a serem utilizados na frota da Prefeitura Municipal de São Joaquim, Corpo de Bombeiros e Polícia Civil

Tipo: Menor Preço por Item

Abertura: 23/07/2018 às 13:30 horas

O Processo será regido pela Lei nº 8.666/93, em especial pelo contido no edital. Interessados poderão obter a cópia do edital, no Dep. de Compras no prédio da Prefeitura, horário de expediente ou ainda solicitar pelo e-mail pmsj_licitacao@hotmail.com ou ainda pelos sites <http://www.saojoaquim.sc.gov.br> - Compras inf. (49)3233-6457.

São Joaquim, 25 de junho de 2018

Departamento de Compras

PP 29/2018 PMSJ

Publicação Nº 1663598

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOAQUIM

Processo Nº55/2018

Pregão Presencial 29/2018 (registro de preço)

OBJETO: Aquisição de material gráfico para atender as necessidades das Secretarias Municipais.

Tipo: Menor Preço Total

Abertura: 16/07/2018 às 13:30 horas

O Processo será regido pela Lei nº 8.666/93, em especial pelo contido no edital. Interessados poderão obter a cópia do edital, no Dep. de Compras no prédio da Prefeitura, horário de expediente ou ainda solicitar pelo e-mail pmsj_licitacao@hotmail.com ou ainda pelos sites <http://www.saojoaquim.sc.gov.br> - Compras inf. (49)3233-6457.

São Joaquim, 25 de junho de 2018

Departamento de Compras

São José

PREFEITURA

EDITAL Nº 002/2018

Publicação Nº 1664536

EDITAL Nº 002/2018

DISPÕE SOBRE A REMATRÍCULA E MATRÍCULA PARA OS ALUNOS DAS ESCOLAS PROFISSIONAIS DA REDE MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ NOS CURSOS SEMESTRAIS.

A Secretária Municipal de Educação, no uso de suas atribuições RESOLVE baixar as seguintes normas:

1 – Do processo de rematrícula e matrícula

1.1 – A Secretaria Municipal de Educação de São José torna público o processo de rematrícula e matrícula para o segundo semestre do ano letivo de 2018, a fim de preencher as vagas existentes nos cursos profissionalizantes de Manicuro e Pedicuro e Informática, oferecidos nas Escolas Profissionais, com a participação de cada Unidade Escolar, que deverá utilizar todos os meios de comunicação disponíveis para que se torne um amplo processo de divulgação.

1.2 – É de responsabilidade da Direção constituir um grupo de trabalho na Escola para planejar, divulgar e efetuar a matrícula.

2 – Da rematrícula

2.1 – A rematrícula dos cursos profissionalizantes acontecerá no período de 25/06/2018 a 29/06/2018, para os alunos regularmente matriculados no primeiro semestre do ano de 2018 que não atingiram os objetivos e/ou carga horária no primeiro semestre dos referidos cursos.

2.1.1 – Será divulgada a relação de vagas restantes da rematrícula no dia 06/07/2018 nos respectivos Estabelecimentos Escolares, sendo esta encaminhada a Secretaria Municipal de Educação.

2.2 – As rematrículas nas Escolas Profissionais atenderão aos seguintes requisitos:

2.2.1 – Os alunos que freqüentam os cursos oferecidos nas Escolas Profissionais terão automaticamente a garantia da vaga no curso, desde que este seja ofertado, mediante confirmação da matrícula pelo próprio aluno, se maior de 18 anos, ou pelos pais ou responsáveis quando de idade inferior a esta, desde que:

I – Rematriculem-se dentro do prazo determinado.

II – Apresentem a documentação necessária exigida pela Unidade Escolar (item 3.2, IV).

III – Tomem ciência e assinem o termo de compromisso a respeito das normas escolares da referida Unidade Escolar.

2.3 – O aluno que fizer troca de curso será considerado nova matrícula, sendo esta realizada no período de matrícula para novos alunos.

2.4 – O aluno que desejar matricular-se num segundo curso poderá fazê-lo após o período de matrícula, desde que seja ofertado o curso e haja vaga.

3 – Da matrícula para novos alunos

3.1 – A matrícula para alunos novos, será realizada no período de 16/07/2018 a 19/07/2018, de acordo com as normas constantes neste Edital.

I – A matrícula para novos alunos será feita por ordem de chegada;

II – As vagas serão destinadas aos candidatos que morarem ou trabalharem em São José, apresentando comprovante de residência do município e/ou de vínculo empregatício (contracheque ou Carteira Profissional);

III – A matrícula para os cursos oferecidos, no que se refere à idade mínima, o ingresso se dá a partir de 14 anos completos ou a completarem até o início do ano letivo de 2018 (em acordo com a Lei 8069 de 13 de julho de 1990 que institui o Estatuto da Criança e do Adolescente);

IV – Apresentar os documentos exigidos de acordo com as normas da Unidade Escolar (Carteira de Identidade (com cópia), CPF (com cópia), comprovante de residência no município de São José e/ou de vínculo empregatício nas proximidades da Escola (contracheque ou Carteira Profissional);

V – Tomar ciência e assinar o Termo de Compromisso a respeito das normas do Regimento Escolar e da Associação de Professores e Alunos – APA, da referida Unidade Escolar;

VI – Será garantido o direito à matrícula das pessoas com deficiência, que apresentem capacidade física e mental, adequando-os aos cursos oferecidos;

VII – Os candidatos com deficiência deverão apresentar fotocópia do diagnóstico médico na efetivação da matrícula.

4 – Da organização das turmas

4.1 – As Escolas Profissionais procederão à organização de turmas, fixando o número mínimo (10 alunos) por turma (observando as condições dos espaços físicos, e curso, de cada escola).

4.2 – A Direção da Unidade de Ensino deverá enviar, obrigatoriamente, a Secretaria Municipal da Educação, até o dia 06/08/2018, a relação dos alunos matriculados por turma, onde conste a data de nascimento, telefone e a lista de espera dos respectivos cursos.

4.3 – A Direção da Unidade Escolar deverá esclarecer aos alunos, no ato da matrícula, que estará sujeito a reenturmação (matutino, vespertino, noturno), caso haja número insuficiente de alunos por turma, conforme exposto no edital, ou em decorrência de redução do número de alunos por turma.

4.4 – Por determinação da Senhora Prefeita Municipal e com base na Legislação pertinente, fica proibido à cobrança de qualquer taxa referente à efetivação de matrículas nas Escolas Profissionais pertencentes à Rede Municipal de São José.

5 - Os casos omissos neste Edital serão resolvidos pela Secretaria Municipal da Educação.
São José, 26 de junho de 2018.

LÍLIAN SANDIN BOEING
Secretária Municipal de Educação

EDITAL Nº 003/ 2018

Publicação Nº 1664538

EDITAL Nº 003 / 2018

DISPÕE SOBRE A MATRÍCULA E REMATRÍCULA PARA ALUNOS DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS DO ENSINO FUNDAMENTAL – PRIMEIRO E SEGUNDO SEGMENTO DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.

A Secretária Municipal de Educação, no uso de suas atribuições, RESOLVE deliberar as seguintes normas:

1- DO PROCESSO DE REMATRÍCULA E MATRÍCULA

1.1 - A Secretaria Municipal de Educação de São José fará divulgação do processo de matrícula para o segundo semestre do ano letivo de 2018 na Educação de Jovens e Adultos, com a participação de cada Unidade Escolar, que deverá utilizar todos os meios de comunicação disponíveis para que se torne um amplo processo de divulgação.

1.2 - É de responsabilidade da Direção, constituir um grupo de trabalho para planejar, divulgar e efetuar a matrícula.

2 – DA REMATRÍCULA

2.1. - A rematrícula acontecerá no período de 26/06/2018 a 29/06/2018, para os alunos do Ensino Fundamental da Educação de Jovens e Adultos, regularmente matriculados no ano letivo de 2018.

2.1.1 – Será divulgada relação de vagas restantes da rematrícula no dia 06/07/2018 nos respectivos Centros Educacionais Municipais.

2.1.2 – As rematrículas nas Unidades Escolares do Ensino Fundamental da EJA, atenderão aos seguintes requisitos:

2.1.3 – Os alunos que frequentam a Educação de Jovens e Adultos da Rede Municipal de Ensino, terão automaticamente a garantia da vaga desde que seja ofertada a série, mediante confirmação da matrícula pelo próprio aluno, se maior de 18 anos. No caso de alunos menores de 18 anos, os pais ou responsáveis poderão efetuar a matrícula, desde que:

I – Rematriculem-se dentro do prazo determinado;

II – Apresentem a documentação necessária exigida pela Unidade Escolar;

III – Tomem ciência e assinem o termo de compromisso a respeito das normas escolares da referida Unidade Escolar;

3 - DA MATRÍCULA PARA NOVOS ALUNOS

3.1 - Referente aos alunos novos, a Pré-inscrição para matrícula será realizada no período de 09/07/2018 a 13/07/2018, mediante existência de vagas e de acordo com as normas constantes neste Edital.

3.2 – A matrícula dos alunos contemplados será efetuada no período 16/07/2018 a 19/07/2018, conforme relação publicada no mural da escola.

I – Nessa relação deverão constar, no mínimo, mais 15(quinze) candidatos que efetuarão sua matrícula, se houver vaga.

3.3 – A matrícula de alunos novos obedecerá aos seguintes requisitos:

I – Dar-se-ão somente em nível de complementação das vagas restantes da rematrícula.

II – As vagas serão prioritariamente ao atendimento das pessoas com maior idade.

III – O atendimento às pessoas com idade inferior a 18 anos, na modalidade Educação de Jovens e Adultos, dar-se-á apenas quando houver sobra de vagas, priorizando os alunos comprovadamente trabalhadores.

IV – Apresentar os documentos exigidos de acordo com as normas da unidade Escolar e Censo Escolar. (RG, Certidão de nascimento, CPF

e comprovante de residência)

V – Tomar ciência e assinar o Termo de Compromisso a respeito das normas do Regimento Escolar e Projeto Político Pedagógico da referida Unidade Escolar.

VI - A matrícula para o Ensino Fundamental – EJA , no que se refere à idade mínima de ingresso correspondente a 15 anos, completos até a data da matrícula, conforme Resolução CNE/CEB nº 03, de 15 de junho de 2010.

VII – A matrícula será efetuada na série indicada pelo resultado do processo de avaliação semestral/anual, utilizado pela Unidade Escolar de origem do estudante.

4 – DA ORGANIZAÇÃO DAS TURMAS

4.1 – A Unidade Escolar procederá à organização de turmas observando:

- Mínimo de 15 alunos e máximo de 35 alunos por turma no Ensino Fundamental – Alfabetização e Anos Finais.

4.2 – A Direção da Unidade de Ensino deverá enviar a Secretaria Municipal de Educação, até o dia 06/08/2018, a relação dos alunos matriculados por turma.

4.3 - A Direção da Unidade Escolar deverá esclarecer aos alunos, pais e responsáveis, no ato de matrícula, que o aluno está sujeito a agrupamento, no caso de ocorrer redução do número de alunos por turma e reagrupamento para outra instituição de ensino em caso de fechamento do Polo.

4.4 – A Educação de Jovens e Adultos modalidade presencial é ofertada nos seguintes Polos:

- 1- Colégio Municipal Maria Luiza de Melo - Kobrasol
- 2- Escola Básica Municipal Altino Corsino da Silva Flores - Procasa
- 3- CEM Maria Iracema de Andrade - Barreiros
- 4- CEM Araucária – Serraria
- 5- CEM Antonio Francisco Machado – Forquilha
- 6- Escola Básica Municipal Albertina Krummel Maciel – Fazenda do Max
- 7- CEM Ceni Martins – Loteamento Ceni Martins
- 8- CEM Renascer – Bairro Renascer

4.5 - As matrículas para Alfabetização de Adultos – período diurno bem como para Eja a Distância – Ensino Fundamental, deverão ser encaminhadas a qualquer momento junto ao Centro de Referência da EJA, no Bairro Kobrasol, no seguinte endereço: Rua José Gonzaga Regina de Lima, 143, através do telefone 3247 5452.

4.7 - Os casos omissos neste Edital serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Educação.

São José, 20 de junho de 2018.

LILIAN SANDIN BOEING
Secretária Municipal de Educação

TERMO ADITIVO/TA N° 027/2017-02

Publicação N° 1664200

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Termo Aditivo/TA nº 027/2017-02 – TP 013/2016 – Processo 760/2016 - Proc. Adm. 2762/2018 – Contratado: JG MATERIAIS & CONSTRUÇÃO LTDA. – ME. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AMPLIAÇÃO DA E. E. F. PALMIRA MAMBRINI, NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC, INCLUINDO FORNECIMENTO DE MATERIAIS. DA PRORROGAÇÃO DE PRAZO: Ficam prorrogados os prazos de vigência e execução do Contrato nº 027/2017, por mais 240 (duzentos e quarenta) dias, com efeitos a partir do termo de reinício. DA READEQUAÇÃO QUANTITATIVA E QUALITATIVA: Considerando a justificativa de readequação, data de 07 de junho de 2018, assinada pelas Secretarias de Educação e Infraestrutura, decorrentes dos registros de fiscalização, o Contrato nº 027/2017 será readequado conforme a tabela a seguir:

	Valor	Percentual
Contrato	R\$446.161,24	100,00%
Suprimido	R\$30.065,29	6,7386612394780300%
Acrescido Quantitativo	R\$61.648,05	13,817436755294200%
Acrescido Qualitativo	R\$51.481,60	11,538787537060700%
Readequação 02	R\$83.064,35	18,617563680452600%

O contrato passará a ter os seguintes valores:

	Valor	Percentual
Contrato	R\$446.161,24	100,00%
Termo Aditivo nº 01	R\$12.316,88	2,7606348772026800%
Readequação 02	R\$83.064,35	18,617563680452600%
Total	R\$541.542,47	21,378198557655300%

Data da assinatura: 22 de junho de 2018.

TERMO DE RATIFICAÇÃO DA DISPENSA POR JUSTIFICATIVA N° 300/2018

Publicação N° 1664191

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ	
TERMO DE RATIFICAÇÃO DA DISPENSA POR JUSTIFICATIVA N° 300/2018	

DA RATIFICAÇÃO

A autoridade superior, neste ato representada pela SECRETÁRIA DE SAÚDE, Sra. SINARA REGINA LANDT SIMIONI, em atenção ao que preconiza o Art. 26 da Lei nº 8.666/93, RATIFICA a presente Dispensa de Licitação, fundamentada no Art. 24, inciso IV, da Lei nº 8.666/93, por preencher os requisitos presentes na Lei de Licitações para a seguinte contratação: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA O FORNECIMENTO DE MEDICAMENTO INFLIXIMABE "REMICADE" 10MG/ML PARA ATENDER PACIENTE DE DEMANDA JUDICIAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOSÉ/SC.

A seguinte empresa:

Credor	Total Cotado
CM HOSPITALAR S.A	R\$ 25.449,40
TOTAL:	R\$ 25.449,40

São José, 18 de junho de 2018.

Pelo presente, ratifico os termos da Dispensa de Licitação e solicito a publicação na imprensa oficial.

	SINARA REGINA LANDT SIMIONI SECRETÁRIA DE SAÚDE	

TERMO DE RATIFICAÇÃO DA DISPENSA POR JUSTIFICATIVA N° 301/2018

Publicação N° 1664197

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ	
TERMO DE RATIFICAÇÃO DA DISPENSA POR JUSTIFICATIVA N° 301/2018	

DA RATIFICAÇÃO

A autoridade superior, neste ato representada pela SECRETÁRIA DE SAÚDE, Sra. SINARA REGINA LANDT SIMIONI, em atenção ao que preconiza o Art. 26 da Lei nº 8.666/93, RATIFICA a presente Dispensa de Licitação, fundamentada no Art. 24, inciso IV, da Lei nº 8.666/93, por preencher os requisitos presentes na Lei de Licitações para a seguinte contratação: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA O FORNECIMENTO DE MEDICAMENTO SUNITINIBE 50MG PARA ATENDER A PACIENTE DE DEMANDA JUDICIAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOSÉ/SC.

A seguinte empresa:

Credor	Total Cotado
CIRURGICA JAW COM MAT MED HOSP LTDA	R\$ 52.627,68
TOTAL:	R\$ 52.627,68

São José, 18 de junho de 2018.

Pelo presente, ratifico os termos da Dispensa de Licitação e solicito a publicação na imprensa oficial.

	SINARA REGINA LANDT SIMIONI SECRETÁRIA DE SAÚDE	

São José do Cedro

PREFEITURA

DECRETO Nº 067/2018/SF

Publicação Nº 1663782

DECRETO Nº 067/2018 - SF

O Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos do Art. 7º e Inciso III do Art. 8º, da Lei Municipal nº 4.662/2017/LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral do Município de São José do Cedro, no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

04 SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO
03 DEPTO DE ENCARGOS E SERVIÇOS GERAIS
2.007 DEPTO DE SEGURANÇA PÚBLICA
"226"3.3.90.00.00.03.0000 Aplicações Diretas R\$10.000,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, serão utilizados os recursos relativos ao Superávit Financeiro do Exercício Anterior, no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), Recursos Ordinários, Fonte 1.0000.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 19 de junho de 2018.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

DECRETO Nº 068/2018/SF

Publicação Nº 1663783

DECRETO Nº 068/2018 - SF

O Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos do Art. 7º e Inciso II do Art. 8º, da Lei Municipal nº 4.662/2017/LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

17 SECRETARIA DO PLANEJ E DESENV ECONÔMICO
01 DEPTO DE COMÉRCIO INDÚSTRIA E SERVIÇOS
2.098 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DO PLANEJ E DESENV ECONOMICO
"163"3.3.90.00.00.1.0000 Aplicações Diretas R\$5.000,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, fica reduzido o valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), Recursos Ordinários, Fonte 1.0000, das verbas a seguir discriminadas:

17 SECRETARIA DO PLANEJ E DESENV ECONÔMICO
01 DEPTO DE COMÉRCIO INDÚSTRIA E SERVIÇOS
2.098 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DO PLANEJ E DESENV ECONOMICO
"162"3.1.90.00.00.1.0000 Aplicações Diretas R\$5.000,00

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 19 de junho de 2018.
ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

DECRETO Nº 069/2018/SF

Publicação Nº 1663785

DECRETO Nº 069/2018 - SF

O Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos do Art. 7º e Inciso II do Art. 8º, da Lei Municipal nº 4.662/2017/LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$6.927,61 (seis mil novecentos e vinte e quatro reais e sessenta e um centavos), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

04 SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO
03 DEPTO DE ENCARGOS E SERVIÇOS GERAIS
0.008 DEPTO DE ENCARGOS E SERVIÇOS GERAIS – PAGTO DE PRECATÓRIOS
"41"3.3.90.00.01.0000 Aplicações Diretas R\$6.924,61

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, fica reduzido o valor de R\$6.927,61 (seis mil novecentos e vinte e quatro reais e sessenta e um centavos), Recursos Ordinários, Fonte 1.0000, das verbas a seguir discriminadas:

04 SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO
03 DEPTO DE ENCARGOS E SERVIÇOS GERAIS
0.008 DEPTO DE ENCARGOS E SERVIÇOS GERAIS – PAGTO DE PRECATÓRIOS
"40"3.1.90.00.00.1.0000 Aplicações Diretas R\$6.924,61

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 20 de junho de 2018.
ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

DECRETO Nº 6295/2018

Publicação Nº 1663781

DECRETO Nº 6.295, DE 25 DE JUNHO DE 2018.

"DESIGNA SERVIDOR PARA RESPONDER PELA ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DA OUVIDORIA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

ANTONIO PLÍNIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso IX do Artigo 69 da Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO a Lei Complementar nº 068/2017, de 19 de dezembro de 2017, que Dispõe sobre o Sistema de Controle Interno e Cria a Ouvidoria no Âmbito Municipal, bem como da necessidade de colocá-la em funcionamento;

CONSIDERANDO a necessidade de adequação funcional na estrutura administrativa do Poder Executivo para cumprimento das atribuições

estabelecidas na legislação pertinente em vigor,

DECRETA:

Art.1º. Fica designado o Servidor Municipal Rudimar César Winter, ocupante do cargo efetivo de Coordenador do Sistema de Controle Interno, Matrícula nº1691, para responder pela organização e funcionamento da Ouvidoria Municipal, nos termos do Art. 15 e 18 da LC Nº068/2017.

Art. 2º. Caberá ao Órgão Central de Controle Interno a operacionalização do sistema e-Ouv Municípios através de adesão junto ao Ministério da Transparência e Controladoria Geral da União.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor a partir da data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 19 de dezembro de 2017.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, 25 de junho de 2018.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

PORTARIA Nº 391/2018

Publicação Nº 1663905

PORTARIA Nº 391/2018.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso IX, do Artigo 69, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com o Artigo 67, da Lei Municipal nº 2.020/93, de 28 de abril de 1993;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder 15 (quinze) dias de férias ao servidor público municipal, Odair José Maziero, ocupante do cargo comissionado de Diretor Geral de Secretaria, Grupo DAC, Nível 21, Matrícula 3407, referente ao período aquisitivo de 10/10/2016 a 09/10/2017, para serem gozadas no período de 18 de junho a 02 de julho de 2018.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de 18 de junho de 2018.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, em 14 de junho de 2018.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito.

CLAUDIOMIRO FRANCISCO ONGARATTO,
Secretário Municipal de Esportes.

Registrada e publicada na data supra.

Rafael Santin,
Departamento de Pessoal.

PORTARIA Nº 392/2018

Publicação Nº 1663909

PORTARIA Nº 392/2018.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de acordo com o inciso IX, do Art. 69º, da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Art. 8º da Lei Complementar nº 001/99, de 30 de dezembro de 1999;

RESOLVE:

Art. 1º. Declarar estável a servidora pública municipal Josiana Braz Pereira, admitida para exercer o cargo efetivo de Médico ESF, Matrícula 3211, conforme Decreto de Nomeação nº 5.594, de 02 de junho de 2015, por ter concluído o estágio probatório.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de junho de 2018.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, em 14 de junho de 2018.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito.

FERNANDO JÚLIO WILL,
Secretário Municipal de Saúde.

Registrada e publicada na data supra.

Rafael Santin,
Departamento de Pessoal.

PORTARIA Nº 393/2018

Publicação Nº 1663910

PORTARIA Nº 393, de 14 de junho de 2018.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições e de acordo com o disposto na Seção II, Artigo 69 da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar, Mauro Weber, Miria Salete Lorscheiter Spironello e Marisete Balbinot, todos servidores públicos municipais, para sob a presidência do primeiro, comporem a Comissão Municipal do Teste Seletivo nº 001/2018, que terá por objetivo e finalidade o auxílio à Administração para organizar, coordenar e fiscalizar os atos do processo, instaurado através do Edital de Teste Seletivo nº 001/2018.

Art. 2º - Compete a comissão: avaliar as inscrições dos candidatos, verificar quanto à publicidade dos atos, acompanhar e fiscalizar a realização das provas executadas pelos candidatos, sempre de acordo com o contido no regulamento geral do Edital.

Art. 3º - A comissão poderá requisitar recursos humanos, financeiros, materiais, equipamentos e instalações necessárias para concretização do objetivo, mediante a autorização do chefe do Executivo Municipal.

Art. 4º - São impedidos de atuar como membros de quaisquer das comissões deste certame ou de ser responsáveis pela elaboração das provas objetivas, cônjuges, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, de candidato cuja inscrição haja sido deferida.

Art. 5º - É de inteira responsabilidade do candidato a informação de qualquer situação que atente aos princípios constantes no artigo 4º da presente portaria, sob pena de desclassificação no certame.

Art. 6º - Esta portaria entra em vigor a partir de 18 de junho de 2018.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro – SC, em 14 de junho de 2018.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito.

PORTARIA Nº 394/2018

Publicação Nº 1663912

PORTARIA Nº 394/2018.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e, de acordo com o inciso IX, do Art. 69º, da Lei Orgânica Municipal e, combinado com o Art. 67º, da Lei Municipal nº 2.020/93, de 28 de abril de 1993;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder 16 (dezesesseis) dias de GOZO de férias ao Servidor Público Municipal Marciano Baseggio, ocupante do cargo comissionado de Diretor Geral de Secretaria, Grupo DAC, Nível 21, Matrícula 3415, no período de 13 a 28 de junho de 2018, interrompidas pelo Decreto nº 6.209/2018, de 15 de março de 2018, não restando dias para serem gozados posteriormente.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 13 de junho de 2018.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, em 14 de junho de 2018.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito.

ANDERSON LUIZ TREMEA,
Secretário Municipal de Transportes e Obras.

Registrada e publicada na data supra.

Rafael Santin,
Departamento de Pessoal.

PORTARIA Nº 395/2018

Publicação Nº 1663915

PORTARIA Nº 395/2018.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso IX, do Artigo 69, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com o Artigo 67, da Lei Municipal nº 2.020/93, de 28 de abril de 1993;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder 15 (quinze) dias de férias à servidora pública municipal, Thais Regina Hoffmann, ocupante do cargo comissionado de Chefe de Gabinete de Secretário, Grupo DAC, Nível 07, Matrícula 3488, referente ao período aquisitivo de 01/06/2017 a 31/05/2018, para serem gozadas no período de 19 de junho a 03 de julho de 2018.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 19 de junho de 2018.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, em 21 de junho de 2018.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito.

ALEXANDRE VOGT,
Secretário Municipal de Desenvolvimento Social e Habitação.

Registrada e publicada na data supra.

Rafael Santin,
Departamento de Pessoal.

PORTARIA Nº 396/2018

Publicação Nº 1663916

PORTARIA Nº 396/2018

"Dispõe sobre a designação de servidores para atuarem junto ao Consórcio de Desenvolvimento Regional - CONDER e dá outras providências."

Considerando que o município é integrante do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Regional – CONDER, conforme lei municipal nº 4.698, de 20 de fevereiro de 2018;

Considerando a necessidade de atuar no sentido de prestar orientação e assessoramento à equipe administrativa do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Regional – CONDER em ações referentes ao Programa Compras Compartilhadas de Medicamentos, exarando manifestação técnica nos assuntos que se fizerem necessário, quando convocados pelo consórcio;

Considerando que o Consórcio não possui em seu quadro funcional próprio, técnicos da área de farmácia para atuar e dar parecer e análise técnicas quando necessário em razão da compra compartilhada de medicamentos;

O Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, Sr. ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, usando da competência que lhe confere o inciso IX, do Artigo 69, da Lei Orgânica do Município, e demais legislações em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR a servidora pública municipal Sra. Karoline Lazarotto, inscrita no CPF sob nº 077.275.919-71, matrícula nº 3404, ocupante do cargo efetivo de Farmacêutico, e o servidor público municipal, Sr. Fernando Júlio Will, inscrito no CPF sob nº 009.988.619-79, matrícula nº 2746, ocupante do cargo comissionado de Secretário Municipal de Saúde, para atuarem quando necessário, nos pareceres e análises técnicas dos processos de compras coletivas que se referente a medicamentos e similares efetuadas pelo Consórcio.

Art. 2º Os servidores ora designados trabalharão sem ônus ao erário público municipal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, em 21 de junho de 2018.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito.

Registrada e publicada na data supra.

Rafael Santin,
Departamento de Pessoal.

PORTARIA Nº 397/2018

Publicação Nº 1663918

PORTARIA Nº 397/2018.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, e de acordo com Artigo 69 da Lei Orgânica do Município, combinado com a Lei Municipal nº 4.623, de 20 de junho de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder gratificação devido ao desempenho de função de membro de comissão permanente para condução e acompanhamento de processos administrativos disciplinares, criada através do Decreto nº 5.735 de 22 de fevereiro de 2016, e alterada através do Decreto nº 6.277, de 30 de maio de 2018, ao servidor público municipal, Diego Smanhotto, ocupante do cargo efetivo de Engenheiro Sanitarista, Grupo ANS, Nível 05, matrícula 2996, com os vencimentos previstos em lei.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de junho de 2018.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, em 22 de junho de 2018.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito.

Registrada e publicada na data supra.

Rafael Santin,
Departamento de Pessoal.

São Lourenço do Oeste

PREFEITURA

ATA Nº 002/2018 - COMISSÃO CENTRAL ORGANIZADORA DO VI SÃO LOURENÇO ROCK FESTIVAL - RESULTADO DA SELEÇÃO

Publicação Nº 1663827

COMISSÃO CENTRAL ORGANIZADORA DO VI SÃO LOURENÇO ROCK FESTIVAL

ATA Nº 002/2018

Os membros da Comissão Central Organizadora do VI São Lourenço Rock Festival, no uso de suas atribuições conferidas pela Portaria nº 030, de 09 de abril de 2018, do Instituto Cultural de São Lourenço;

CONSIDERANDO o equívoco ocorrido quando da análise da documentação encaminhada pela banda "Sagrav", representada por Protásio Vargas Neto, CPF nº 006.970.079-60, que somente foi constatado após a divulgação das bandas selecionadas, bem como diante da ausência de confirmação de participação no evento da banda "A Caixa - Rock Acústico", fatos que desencadeiam em algumas consequências quanto a seleção das bandas para apresentação;

I. Reúnem-se, na data de 22 de junho de 2018, com a finalidade de REANÁLISE DA CLASSIFICAÇÃO das bandas inscritas, registrando os seguintes esclarecimentos:

I.1. Diante da manifestação da banda "Sagrav", questionando sua pontuação, a documentação apresentada com sua inscrição foi reavaliada, tendo sido constatado que não foi analisado um contrato firmado com o Município de Chapecó-SC, que atribui pontuação no quesito "reconhecimento regional" (um ponto), bem como a gravação de dois vídeos clips, que somam pontuação para este quesito (seis pontos), totalizando 07 (sete) pontos. Deste modo, a pontuação total inicial que havia sido de 24 (vinte e quatro), passa para 31 (trinta e um) pontos.

I.1.1. A alteração na pontuação obtida, implica na seleção da banda "Sagrav" para apresentar-se no dia 13 de outubro de 2018 e a consequente desclassificação da banda "Strago", que somou 29 (vinte e nove) pontos, deixando a categoria de "banda selecionada" para a primeira colocação como "banda suplente", na (sub)categoria bandas regionais..

I.2. A banda "A Caixa - Rock Acústico" não confirmou sua participação no evento, ficando disponível a premiação a que teria direito por sua apresentação, constatando-se novamente a situação de empate técnico entre as bandas lourencianas "Sentapúa!" e "Fábula Negra", com 08 (oito) pontos cada.

I.2.1. A Comissão Central Organizadora resolve por reanalisar a situação e conceder a oportunidade de apresentação no evento para a banda "Sentapúa!", tendo em vista que sua desclassificação anterior deu-se exclusivamente pela insuficiência de orçamento para todos os seus integrantes e considerando que: a) há recurso suficiente disponível, tendo em vista a desistência da banda "A Caixa - Rock Acústico"; b) a instrumentação e repertório inscrito pela banda mais se aproxima do estilo proposto, em ambos os critérios; c) possui maior número de membros, cumprindo de forma mais efetiva a finalidade primordial do evento, abrindo espaço para músicos e bandas que dedicam-se ao Rock'n'Roll e suas subvertentes. Em consequência, a Comissão decide pela desclassificação da banda "Fábula Negra" de "banda selecionada" para a primeira colocação como "banda suplente", na (sub)categoria bandas lourencianas.

II. Restando finalizada a reclassificação das bandas inscritas, na forma dos itens anteriores, e considerando que as bandas selecionadas confirmaram a participação no evento, a Comissão Central Organizadora resolve registrar o RESULTADO DA SELEÇÃO, conforme segue nos quadros a seguir:

BANDAS SELECIONADAS PARA O DIA 22 DE JULHO DE 2018

Banda	Cidade	Pontos
Paraná Blues	Francisco Beltrão/PR	61
Alguns Beras	São Lourenço do Oeste/SC	13
SentaPúa!	São Lourenço do Oeste/SC	8

BANDAS SELECIONADAS PARA O DIA 13 DE OUTUBRO DE 2018

Banda	Cidade	Pontos
Chumbo Dirigível	Francisco Beltrão/PR	75

Rerfind	São Miguel do Oeste/SC	38
The Césaros	Santa Maria/RS	36
Enola	São José do Cedro/SC	32
Dom Pescoço	São José dos Campos/SP	32
Sagrav	Chapecó/SC	31
Cera Quente	São Lourenço do Oeste/SC	24
Os Três José's	São Lourenço do Oeste/SC	11

BANDAS SUPLENTE

Banda	Cidade	Pontos
Fábula Negra!	São Lourenço do Oeste/SC	08
Strago	Curitiba/PR	29
Bife de Fígado	Chapecó/SC	26
Uivantes	Chapecó/SC	22
Dezert Sons	Passo Fundo/RS	15
Calibre	Videira/SC	12
Bluegio's	Vitorino	10

III. Diante da constatação do resultado da seleção do VI São Lourenço Rock Festival, a Comissão Central Organizadora resolve encaminhá-lo para HOMOLOGAÇÃO DO PRESIDENTE DO INSTITUTO CULTURAL DE SÃO LOURENÇO E DIVULGAÇÃO DOS HORÁRIOS DAS APRESENTAÇÕES.

Sem mais assuntos a tratar na oportunidade, pelo Presidente, Jackson Luiz de Mello, foi declarado o encerramento da presente reunião, e eu, _____, Lenir Fátima Cruzetta, lavro a presente Ata, que segue assinada pelos membros da Comissão Central Coordenadora.

São Lourenço do Oeste/SC, 22 de junho de 2018.

EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO DA SELEÇÃO DE BANDAS PARA O VI SÃO LOURENÇO ROCK FESTIVAL

Publicação N° 1664230

EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO DA SELEÇÃO DE BANDAS PARA O VI SÃO LOURENÇO ROCK FESTIVAL

Torna pública a homologação do resultado da seleção aberta visando a escolha de bandas para apresentação nas duas etapas do VI São Lourenço Rock Festival.

RENNÃ HIGOR FEDRIGO, Presidente do Instituto Cultural de São Lourenço, do Município de São Lourenço do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais constantes na Lei Complementar nº 81/2007 e com fundamento na Lei nº 2.382, de 07 de março de 2018;

CONSIDERANDO a divulgação da Ata nº 001/2018 e sua retificação, confeccionadas pela Comissão Central Organizadora, constando as bandas inscritas, bem como a seleção dos participantes por dia de evento e da bandas suplentes, com base na pontuação/classificação obtida pelos critérios previstos no Regulamento, bem como a divulgação da Ata nº 002/2018 de reanálise da classificação e divulgação do resultado;

Torna pública a HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO da seleção realizada visando a escolha de bandas para apresentação no VI São Lourenço Rock Festival, a realizar-se nos dias 22 de julho (festividade de lançamento) e 13 de outubro de 2018 (Edição Oficial do Evento), conforme quadros a seguir, contendo os horários de cada apresentação:

BANDAS SELECIONADAS PARA O DIA 22 DE JULHO		
Banda	Cidade	Horário de Apresentação
Alguns Beras	São Lourenço do Oeste/SC	14 horas
SentaPúa!	São Lourenço do Oeste/SC	15h30min
Paraná Blues	Francisco Beltrão/PR	17 horas

BANDAS SELECIONADAS PARA O DIA 13 DE OUTUBRO		
Banda	Cidade	Horário de Apresentação
Os Três Josés	São Lourenço do Oeste/SC	11 horas
Cera Quente	São Lourenço do Oeste/SC	13 horas
Enola	São José do Cedro/SC	14h30min
Dom Pescoço	São José dos Campos/SP	16 horas
The Césaros	Santa Maria/RS	17h30min
Chumbo Dirigível	Francisco Beltrão/PR	19 horas
-----	ATRAÇÃO PRINCIPAL	-----
Rerfind	São Miguel do Oeste/SC	23 horas
Sagrav	Chapecó/SC	00 horas

BANDAS SUPLENTE	
Banda	Cidade
Fábula Negra!	São Lourenço do Oeste/SC
Strago	Curitiba/PR
Bife de Fígado	Chapecó/SC
Uivantes	Chapecó/SC
Dezert Sons	Passo Fundo/RS
Calibre	Videira/SC
Bluegio's	Vitorino

As bandas selecionadas para o VI São Lourenço Rock Festival deverão observar as disposições constantes no Regulamento, de 13 de abril de 2018. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Central Organizadora, designada pela Portaria nº 030, de 09 de abril de 2018 - ICSL.

São Lourenço do Oeste, SC, 25 de junho de 2018.

RENNĂ HIGOR FEDRIGO
Presidente do ICSL

PORTARIA Nº 636, DE 21 DE JUNHO DE 2018.

Publicação Nº 1663987

PORTARIA Nº 636, DE 21 DE JUNHO DE 2018.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no art. 50, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar a pedido, a partir de 30 de junho de 2018, a servidora publica municipal MARIA LURDES SCHNEIDER, ocupante do cargo efetivo de PROFESSOR DE ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL, matrícula nº 429/01, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 2º As despesas decorrentes desta Portaria, correrão por conta das dotações específicas do Orçamento municipal em execução.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 21 de junho de 2018.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:
_____/_____/2018.

PORTARIA Nº 637, DE 21 DE JUNHO DE 2018.

Publicação Nº 1663986

PORTARIA Nº 637, DE 21 DE JUNHO DE 2018.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no art. 96, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010,

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias, ao servidor público municipal TIAGO LUIZ PEREIRA, ocupante do cargo efetivo de PSICÓLOGO, matrícula nº 3006/01, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no período de 25 de junho à 09 de julho de 2018, referente ao período aquisitivo 2016/2017.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do orçamento municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 21 de junho de 2018.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:
_____/_____/2018.

PORTARIA Nº 638, DE 25 DE JUNHO DO 2018.

Publicação Nº 1663988

PORTARIA Nº 638, DE 25 DE JUNHO DO 2018.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, inciso VII da Lei Orgânica do Município, de acordo com o artigo 75, §1º da Lei Complementar nº 118/2010 e com o Laudo Técnico das Condições do Ambiente de Trabalho – LTCAT,

RESOLVE:

Art.1º Conceder, a partir de 21 de junho de 2018, por tempo indeterminado, Adicional de Insalubridade, índice 40%, ao servidor público municipal ELBIO DARCI KRETSCHMER TRINDADE, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar Serviços Gerais, matrícula nº 1497/01, por exercer atividades insalubres na Estação de Tratamento de Esgoto.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do Orçamento em execução.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 21 de junho de 2018.

São Lourenço do Oeste - SC, 25 de junho de 2018.

RAFAEL CALEFFI

Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:

____ / ____ /2018.

São Miguel da Boa Vista

PREFEITURA

CONTRATO ADMINISTRATIVO 25/2018

Publicação Nº 1663806

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 25/2018.
CONTRATO DE COMPRA DE CASCALHO.

O Município de São Miguel da Boa Vista, Estado de Santa Catarina, com sede na Rua São Luiz n.º 210, inscrita no CNPJ n.º 80.912.124/0001-82 nesse ato representado pelo Prefeito Municipal VILMAR SCHMAEDECKE, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Linha Anta Gorda, s/nº, interior, neste Município, inscrito no CPF n.º 938.411.089-20, RG n.º 3.299.783l, doravante denominado CONTRATANTE e de outro lado o Sr. NAIR BRAGA, brasileira, viúva, agricultora, residente e domiciliada na Linha Coroa da Serra, interior, no Município de São Miguel da Boa Vista/SC, inscrita no CPF n.º 031.980.029-66, RG 4.083.510, doravante denominado de CONTRATADA resolvem contratar objeto do presente pelas seguintes cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Tem por objeto o presente contrato a aquisição de cascalho de uma área de 60x60m², a ser retirado do lote rural nº 43, situado na Linha Coroa da Serra, interior do Município de São Miguel da Boa Vista – SC, sob matrícula no registro de imóveis 8.219 (Cartório da Comarca de Maravilha - SC), conforme documentos em anexo.

Parágrafo Único - O município poderá retirar e explorar o cascalho até a data de 31 de junho de 2019, sem custos adicionais, sendo que o cascalho será utilizado para os serviços de cascalhamento nas estradas vicinais do município.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS CONDIÇÕES ECONÔMICAS - FINANCEIRAS.

DO PREÇO

O preço será de R\$ 2.100,00(dois mil e cem reais) para a compra da cascalheira conforme as especificações acima.

DA FORMA DE PAGAMENTO

O pagamento será efetuado após assinatura do contrato e emissão da nota fiscal ou documento equivalente, em moeda corrente nacional até o 5º dia útil após a liquidação, sendo atestada pelo fiscal do contrato.

As despesas decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta da seguintes dotações orçamentarias:

Proj/Atividade	Modalidade de Aplicação	Descrição
2.033 – Manutenção das atividades da SMER	339030240000	Aplicações diretas

DO REAJUSTAMENTO

O valor estipulado não sofrerá nenhum tipo de reajuste ou reequilíbrio.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

I- Fornecer o cascalho a partir da data da assinatura do presente contrato, até a data fim.

II- O presente contrato não será de nenhuma forma fundamento para a Constituição de vínculo trabalhista com empregados, funcionários, prepostos ou terceiros que a contratada colocar a serviços.

III- É do contratado a obrigação do pagamento de tributos que incidirem sobre a compra da cascalheira, em qualquer esfera.

IV- Fica o contratado responsável por todas as questões de licenciamento ambiental junto aos órgãos competentes caso haja necessidade.

V- Permitir que os prepostos do Município inspecionem a qualquer tempo a retirada do cascalho.

VI- Fica o contratado responsável por eventuais modificações físicas no terreno e pela recuperação da área degradada caso houver necessidade, incluindo despesas que possam surgir.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

I- Fiscalizar e controlar através do Secretário Municipal de Estradas de Rodagem, ora denominado fiscal do contrato, conforme Decreto nº 31/2017, a retirada do cascalho.

II- Transmitir por escrito determinações sobre possíveis modificações.

III- Esclarecer as dúvidas que lhe foram apresentadas.

IV- Cumprir as condições de pagamento, sendo que o pagamento será na data acima mencionada.

CLÁUSULA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Nenhuma modificação poderá ser introduzida no objeto, sem o consentimento prévio do Município, mediante acordo escrito, obedecido os limites legais pertinentes.

Quaisquer comunicações entre as partes com relação a assuntos relacionados a este Contrato serão formalizadas por escrito, em duas vias,

uma das quais visadas pelo destinatário, o que constituirá prova de sua efetiva entrega.
A fiscalização e o controle aludidos na cláusula quarta, não implicarão qualquer responsabilidade executiva por parte do município nem exoneração da Contratada no cumprimento de qualquer das responsabilidades aqui assumidas.
Os casos omissos a este Contrato reger-se-ão pela legislação pertinente a matéria na Lei Federal N.º 8.666/93, e alterações posteriores.
Em caso de venda do imóvel fica assegurado o direito do Município em retirar o cascalho até o vencimento do presente contrato ou retirada do mesmo.

CLÁUSULA SEXTA - DA RESCISÃO

O presente Contrato é irrevogável e irretratável, não podendo ser rescindido pelas partes.
Caso a Contratada rescindir o Contrato, caberá aquela indenizar o Município, com o pagamento, a título de multa, do valor de 10 (dez) salários mínimos.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO FORO

Para as questões decorrentes da execução deste termo de contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Maravilha, Estado de Santa Catarina, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado ou especial que possa ser.
E, por estarem justos e contratados, firmam o presente contrato, em duas vias de igual forma e teor, sem emendas ou rasuras, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

São Miguel da Boa Vista (SC), 22 de junho de 2018.

VILMAR SCHMAEDECKE Prefeito Municipal	NAIR BRAGA CPF: 031.980.029-66 Proprietário/Vendedor
--	--

CONTRATO ADMINISTRATIVO 26/2018

Publicação Nº 1663809

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 26/2018
Contrato de Prestação de Serviço.

O Município de São Miguel da Boa Vista, Estado de Santa Catarina, com sede na Rua São Luiz 210, inscrito no CNPJ Nº. 80.912.124/0001-82 neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr. VILMAR SCHMAEDECKE, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Linha Anta Gorda, s/nº, interior, neste Município, inscrito no CPF nº. 938.411.089-20, RG nº. 3.299.783, doravante denominado CONTRATANTE e a empresa NP CAPACITAÇÃO E SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS LTDA, pessoa Jurídica de Direito Privado, estabelecida na Rua Lourenço Pinto, nº196, 3º andar, conjunto 301, Centro, Curitiba-PR, inscrito no CNPJ sob nº. 07.797.967/0001-95, resolvem contratar o objeto do presente, pelas seguintes cláusulas que seguem:

CLAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

I - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE ASSINATURA DE FERRAMENTA DE PESQUISA E COMPARAÇÃO DE PREÇOS PRATICADOS PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, CONFORME QUANTIDADE E ESPECIFICAÇÕES A SEGUIR.

Item	Qnt	Und	Descrição	Valor Total Ano
01	01	Ser	Contratação de assinatura anual de acesso à ferramenta de pesquisas de preços praticados pela Administração Pública, com sistema de pesquisas baseado em resultados de Licitações Adjudicadas e Homologadas.	R\$ 5.990,00

II- DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO

Contratação de empresa que viabilize ferramenta de pesquisa e comparação de preços praticados pela Administração Pública, através de um sistema de busca baseado em resultados de licitações adjudicadas e/ou homologadas. Tal sistema deve conter, no mínimo, as seguintes características:

- Permitir a realização de consulta via internet ao banco de preços, através de login e senha a serem disponibilizados pela Contratada;
- Permitir a realização de pesquisa por palavra(s) chave(s), bem como a utilização de filtros, tais como código de CATMAT/CATSER, períodos, região, unidade da federação, código de UASG, quantidade de itens, SRP, itens sustentáveis, matérias, serviços e participação exclusiva de ME/EPP.
- Associados ou não a uma palavra chave;
- Permitir o acesso, através de link, à publicação oficial ou ao documento original referente ao preço informado;
- Permitir a realização de pesquisa através do Mapa Estratégico de Compras;
- Pesquisa sistêmica – IN/05 Inc. I - Compras Governamentais, Inc. II - Sites de Domínio Amplo, Inc. III – Outros e Inc. IV – Fornecedores;
- Relatório Personalizado com a logo e informações do órgão público;
- Ferramenta permite acesso a informação sobre data da homologação e adjudicação do pregão.
- Ferramenta permite a emissão de relatórios completos e consolidados/extratos de preços comparativos, informando a origem de cada preço e os valores máximo e mínimo obtidos na pesquisa;
- Utilizar como fonte de pesquisa, os sítios do Comprasnet, Banco do Brasil, BEC SP, sites de domínio amplo, cotação direta com o fornecedor

e tabela sinapi.

- Declaração de Competitividade da LC 123 – ME/EPP;
- Possuir sistema de elaboração da especificação do objeto – interativo- BP Fase Interna;
- Sistema de Elaboração do Termo de Referência - Interativo - BP FASE INTERNA;
- Apresentar informações e preços atualizados diariamente.
- Possibilite tornar o processo de cotação de preços simples e prático;
- Compatibilidade com o Sistema Operacional Windows;
- Funcionar nos seguintes Navegadores: Internet Explorer, Google Chrome e Mozilla Firefox;

CLAUSULA SEGUNDA - DAS CONDICOES ECONOMICO-FINANCEIRAS

DO PRECO

I - O preço total do(s) item(ns) adjudicado(s) é de R\$ 5.990,00 (Cinco mil, novecentos e noventa reais), incluindo-se nele o frete, tributos e demais custos.

DA FORMA DE PAGAMENTO

I - O pagamento será feito pela Prefeitura, em moeda nacional, Mediante Depósito Bancário, até o 5º dia útil após a liquidação mediante a emissão da nota fiscal/fatura emitida pela própria Contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ/CPF apresentado nos documentos de habilitação e das propostas e no próprio instrumento de contrato, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outros CPF/CNPJs, mesmo aqueles de filiais ou da matriz.

DO REAJUSTAMENTO.

I - Os preços apresentados não sofrerão nenhum tipo de reajuste ou reequilíbrio, salvo em caso de renovação onde poderão ser aplicados ao final de 12 meses, os índices médios dos últimos 12 meses do INPC.

II - O contrato poderá ser renovado por único e exclusivo interesse da administração municipal, com o consentimento da contratada, por até 60 meses.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

I - As despesas decorrentes do cumprimento da presente licitação, correrão por conta do elemento orçamentário:

Proj/Atividade	Modalidade de aplicação.	Descrição
2.004 - Manutenção das atividades da Administração	339000000000000	Aplicações diretas.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PRAZOS

I – O contrato terá vigência de 12 meses a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogado nos termos do artigo 57 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações por até 60 meses, através de termo aditivo.

CLAUSULA QUARTA - DAS OBRIGACOES DA CONTRATADA

I – Prestar suporte técnico ao usuário por e-mail e telefone, de segunda a quinta - feira das 9:00hrs as 18:00hrs, sexta- feira de 09:00hrs às 17:00hrs pelo período de validade da licença, a contar da data de instalação do Software;

II- As garantias e responsabilidades da Contratada quanto ao desempenho do objeto restringem-se à sua compatibilidade com os dados constantes da documentação que o acompanha;

III - A Contratada prestará a Contratante, treinamento aos servidores designados para operar o sistema, visando o regular funcionamento do “software” com a obtenção dos resultados para os quais foi desenvolvido, bem como disponibilizar versões e reais atualizados do software durante o período da contratação;

IV- A Contratada deverá fornecer a Contratante acesso ao “software” através de login e senha autenticada no site www.bancodeprecos.com.br;

V- A Contratada deverá fornecer Manual de Utilização da ferramenta;

VI- pagar todos os tributos, contribuições fiscais e para fiscais que incidam ou venham a incidir, direta e indiretamente, sobre os materiais fornecidos;

VII - atender prontamente quaisquer exigências da fiscalização do contrato, inerentes ao objeto da contratação;

VIII - manter, durante a execução do contrato, as mesmas condições da habilitação.

IX - Manter o Município permanentemente informado sobre o andamento do que se refere o objeto do presente contrato.

X - Assumir a responsabilidade por todos os encargos trabalhistas, sociais, previdenciários entre outros.

XI - O presente contrato não será, de nenhuma forma, fundamento para a Constituição de vínculo trabalhista com a(o) contratada(o), seus colaboradores, funcionários, prepostos ou terceiros que a contratada colocar a serviço.

XII - Assumir todas as despesas com que se refere ao meio de transporte, estadia, e outras despesas que se fizerem necessárias para a realização dos serviços contratados.

XIII - É da contratada a responsabilidade pelos danos que possam afetar o Município ou terceiros em qualquer caso, durante a execução do objeto contratado, bem como custos para reparação dos mesmos.

XIX – Fazer-se representar, e manter durante a vigência contratual, profissional habilitado, para o bom andamento do objeto do presente

contrato.

XX - Assumir todos os gastos e despesas que fizer, para o adimplemento das obrigações decorrentes da contratação, tais como: transportes, alimentação, hospedagem, ... e demais custos que se fizerem necessários para a execução do serviço.

CLAUSULA QUINTA - DAS OBRIGACOES DO MUNICIPIO

I - Fiscalizar por intermédio do Secretário da Pasta, ora nominado fiscal do contrato, conforme Decreto 031/2017, a entrega do objeto, bem como atestar nas notas fiscais/faturas a efetiva entrega do objeto deste termo, além de aplicar as sanções cabíveis para este contrato administrativo em caso de necessidade.

II - efetuar os pagamentos à Contratada.

III - aplicar à Contratada as penalidades regulamentares e contratuais

CLAUSULA SEXTA - DAS SANÇÕES

I - A contratada que deixar de entregar documentação exigida, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na entrega do objeto, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até cinco anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas neste e das demais cominações legais.

II - Em caso de inexecução do objeto, erro de execução, execução imperfeita, mora de execução, inadimplemento ou não veracidade das informações prestadas, a Contratada estará sujeita às seguintes penalidades:

II.I - advertência;

II.II - multas:

a) Multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, por infração a qualquer cláusula ou condição do contrato, não especificada na alínea "a" deste inciso, aplicada em dobro na reincidência;

b) Multa de 50% (cinquenta por cento) sobre o valor total do contrato pela recusa injustificada em assinar o termo contratual, ou por rescisão unilateral por interesse ou culpa da contratada.

c) No processo de aplicação de penalidades, é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, ficando esclarecido que o prazo para apresentação de defesa prévia será de 05 (cinco) dias úteis contados da respectiva intimação.

d) No caso de suspensão do direito de licitar, a licitante deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

e) O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da data da notificação. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que a Contratada fizer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da Contratada, o valor devido será cobrado administrativamente e/ou judicialmente.

f) As sanções previstas inciso II.I da cláusula sexta poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II.II.

CLAUSULA SÉTIMA - DAS DISPOSICOES GERAIS

I - A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, se houver uma das ocorrências prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº. 8.666/93, de 21/06/93.

II - Constituem motivo para rescisão do Contrato:

a) Não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações e prazos;

b) O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações e prazos;

c) A lentidão do seu cumprimento, levando a Administração a comprovar a impossibilidade do fornecimento nos prazos estipulados;

d) O atraso injustificado da conclusão do contrato sem justa causa e prévia comunicação à Administração;

e) A paralisação do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à Administração;

f) O descumprimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;

g) O cometimento reiterado de falta na sua execução, anotadas na forma do parágrafo primeiro do artigo 67 da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993;

h) A decretação da falência ou instauração da insolvência civil;

i) A dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;

j) A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, desde que prejudique a execução do Contrato;

k) Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento justificadas e determinadas pela máxima autoridade Administrativa a que está subordinado o contrato e exaradas no processo Administrativo a que se refere o Contrato;

l) A suspensão de sua execução por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 30 (trinta) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório e outras previstas, assegurado ao contratado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;

m) O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração decorrentes dos serviços ou parcelas destes, já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;

n) A não liberação, por parte da Administração, de área ou local para o fornecimento dos materiais, nos prazos contratuais;

o) a ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada impeditiva da execução do contrato;

p) A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial da posição contratual, bem como a fusão, cisão ou incorporação, desde que prejudique a execução do contrato ou implique violação, ainda que indireta, das normas que disciplinam as licitações.

III - Quanto à sua forma a rescisão poderá ser:

a) Por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993;

b) Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo de Licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

c) Judicial, nos termos da legislação.

CLAUSULA OITAVA - DO FORO

Para as questões decorrentes da execução deste termo de contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Maravilha, Estado de Santa Catarina, com renuncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado ou especial que possa ser.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente, em três vias ou mais vias de igual forma e teor, sem emendas ou rasuras, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

São Miguel da Boa Vista/SC, 22 de junho de 2018.

VILMAR SCHMAEDECKE Prefeito Municipal	NP CAPACITAÇÃO E SOLUÇÕES TECNOLOGICAS LTDA CNPJ sob nº. 07.797.967/0001-95 Representante Legal	

GILBERTO JOSÉ MIORANDO

OAB/SC Nº 24943

ASSESSOR JURIDICO

TESTEMUNHAS:

FERNANDA L.D FASSBINDER MARISTELA SCHMAEDECKE

CPF:067.810.969-90 CPF: 045.783.749-71

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 26/2018

Contrato de Prestação de Serviço

São Miguel do Oeste

PREFEITURA

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 27/2018 - SAÚDE

Publicação Nº 1664260

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO MIGUEL DO OESTE
EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº.: 1º ADT 27/2018 Contrato Nº 27/2018
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO MIGUEL DO OESTE
Contratada.: MAXCOPY EQUIPAMENTOS E SUPRIMENTOS LTDA - EPP
Valor : Aditado R\$ 2.520,00 (dois mil e quinhentos e vinte reais).
Vigência : Início: 25/06/2018 Término: 03/04/2019
Licitação : PROCESSO LICITATÓRIO Nº 72/2018 - PREFEITURA
PREGÃO PRESENCIAL Nº 46/2018 - PREFEITURA

Recursos : Dotação:

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO DE IMPRESSORAS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE, INCLUINDO SECRETARIAS MUNICIPAIS, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL, DE ACORDO COM O ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA DO EDITAL.

São Miguel do Oeste, 25 de junho de 2018.

CONTRATO 100/2018 - PREFEITURA

Publicação Nº 1664040

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 100/2018
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE
Contratada.: FA BALBINOT RESTAURANTE LTDA – ME
Valor : R\$ 11.960,60 (onze mil e novecentos e sessenta reais e sessenta centavos).
Vigência : Início: 25/06/2018 Término: 31/12/2018
Licitação : Processo Licitatório nº 71/2018
Pregão Presencial nº 45/2018

Recursos : Dotação:

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MARMITAS DESTINADOS PARA OS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, DE ACORDO COM O ANEXO I DO EDITAL.

São Miguel do Oeste, 25 de junho de 2018

CONTRATO 101/2018 - PREFEITURA

Publicação Nº 1664256

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 101/2018
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE
Contratada.: PLOTTASUL GRAFICAÇÕES E PLOTAGENS LTDA - ME
Valor : R\$ 70.700,00 (setenta mil e setecentos reais).
Vigência : Início: 25/06/2018 Término: 24/06/2019
Licitação : PROCESSO LICITATÓRIO Nº 120/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº 79/2018

Recursos : Dotação:

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇOS DE GRAFICAÇÕES, ESBOÇOS, DESENHOS, CROQUIS E CÓPIAS DE MAPAS E EDIFICAÇÕES, PLOTAGENS EM GERAL EM AMBIENTE CAD, COPIA DE PROJETOS MONO E COLOR, GRAFICAÇÃO DE PROJETOS DIVERSOS PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO, DE ACORDO COM O ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA DO EDITAL.

São Miguel do Oeste, 25 de junho de 2018

CONTRATO 102/2018 - PREFEITURA

Publicação Nº 1664045

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO MIGUEL DO OESTE
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 102/2018

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO MIGUEL DO OESTE

Contratada...: RS CONSTRUÇÕES LTDA - EPP

Valor : R\$ 94.985,40 (noventa e quatro mil e novecentos e oitenta e cinco reais e quarenta centavos).

Vigência : Início: 25/06/2018 Término: 31/12/2018

Licitação : PROCESSO LICITATÓRIO Nº 2/2018

PREGÃO PRESENCIAL Nº 2/2018

Recursos : Dotação:

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS DESTINADOS PARA A RECONSTITUIÇÃO DE CALÇAMENTO COM PEDRAS IRREGULARES EM DIVERSAS RUAS DO PERIMETRO URBANO DO MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE - SC, DE ACORDO COM O ANEXO I E O TERMO DE REFERÊNCIA DO EDITAL.

São Miguel do Oeste, 25 de junho de 2018

CONTRATO 103/2018 - PREFEITURA

Publicação Nº 1664257

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO MIGUEL DO OESTE
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 103/2018

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO MIGUEL DO OESTE

Contratada...: MAXCOPY EQUIPAMENTOS E SUPRIMENTOS LTDA - EPP

Valor : R\$ 10.800,00 (dez mil e oitocentos reais).

Vigência : Início: 01/07/2018 Término: 30/06/2019

Licitação : PROCESSO LICITATÓRIO Nº 72/2018

PREGÃO PRESENCIAL Nº 46/2018

Recursos : Dotação:

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO DE IMPRESSORAS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE, INCLUINDO SECRETARIAS MUNICIPAIS, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL, DE ACORDO COM O ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA DO EDITAL.

São Miguel do Oeste, 25 de junho de 2018

CONTRATO 53/2018 - SAÚDE

Publicação Nº 1664258

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO MIGUEL DO OESTE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 53/2018

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Contratada...: HD COMÉRCIO E SERVIÇOS DE EQUIPAMENTOS E SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA LTDA - EPP

Valor : R\$ 3.960,00 (três mil e novecentos e sessenta reais)

Vigência : Início: 01/07/2018 Término: 30/06/2019

Licitação : PROCESSO LICITATÓRIO Nº 72/2018 - PREFEITURA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 46/2018 - PREFEITURA

CREDENCIAMENTO Nº 10/2018

Recursos : Dotação:

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO DE IMPRESSORAS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE, INCLUINDO SECRETARIAS MUNICIPAIS, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL, DE ACORDO COM O ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA DO EDITAL.

São Miguel do Oeste, 25 de junho de 2018

CONTRATO 98/2018 - PREFEITURA

Publicação Nº 1664034

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO MIGUEL DO OESTE
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 98/2018

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO MIGUEL DO OESTE

Contratada.: QUARK ENGENHARIA EIRELI

Valor : R\$ 27.547,10 (vinte e sete mil e quinhentos e quarenta e sete reais e dez centavos).

Vigência : Início: 21/06/2018 Término: 31/12/2018

Licitação : PROCESSO LICITATÓRIO Nº 130/2018

PREGÃO PRESENCIAL Nº 84/2018

Recursos : Dotação:

Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS DESTINADOS PARA SUBSTITUIÇÃO DE LÂMPADAS VAPOR DE SÓDIO PARA LUMINARIAS A LED NAS RUAS DO PERIMETRO URBANO DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE - SC, DE ACORDO COM O ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA DO EDITAL.

São Miguel do Oeste, 21 de junho de 2018

CONTRATO 99/2018 - PREFEITURA

Publicação Nº 1664039

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO MIGUEL DO OESTE
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 99/2018

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO MIGUEL DO OESTE

Contratada.: QUARK ENGENHARIA EIRELI

Valor : R\$ 24.638,00 (vinte e quatro mil e seiscentos e trinta e oito reais).

Vigência : Início: 25/06/2018 Término: 31/12/2018

Licitação : PROCESSO LICITATÓRIO Nº 12/2018

PREGÃO PRESENCIAL Nº 5/2018

Recursos : Dotação:

Objeto : CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ARBITRAGEM PARA OS CAMPEONATOS MUNICIPAIS E DEMAIS COMPETIÇÕES A SEREM REALIZADAS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE, CULTURA E TURISMO DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE - SC, DE ACORDO COM O ANEXO I DO EDITAL.

São Miguel do Oeste, 25 de junho de 2018

EDITAL 0058/2018 DA SECRETARIA DE URBANISMO NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO DE TRIBUTOS

Publicação Nº 1664339

EDITAL Nº 00058/2018
NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO DE TRIBUTOS

A secretária de Desenvolvimento Urbano e Planejamento do Município de São Miguel do Oeste, no uso das atribuições do art. 72 da Lei Orgânica Municipal de 05 de abril de 1990, do Código Tributário Municipal (Lei 4.200/1997) e suas alterações, e do Código Tributário Nacional,

Considerando que o contribuinte abaixo relacionado se encontra em local incerto e não sabido, não tendo sido localizado por ocasião da emissão de Auto de Infração e Imposição de Multa.

RESOLVE

Art. 1º NOTIFICAR o contribuinte abaixo relacionado, do lançamento de Tributos referente a Multa nº02/2018, por cortar árvore localizada em espaço Público, sem licença da Municipalidade em frente ao lote nº 34, cito à rua Tiradentes, nº1286, São Jorge, cidade de São Miguel do Oeste - SC, sendo lavrado o Auto de Infração e Imposição de Multa.

Art. 2º Fica o notificado abaixo relacionado, para que, no prazo de até 10 de julho de 2018, regularize seu débito junto a municipalidade, junto ao Setor de Tributação da Secretaria Municipal da Fazenda, sob pena de Inscrição em DIVIDA ATIVA e seu consequente ajuizamento. Ficando também, ciente, de que o não cumprimento das medidas antes mencionadas ensejará demanda judicial cabível à espécie.

CONTRIBUINTE	AUTO DE INFRAÇÃO E IMPOSIÇÃO MULTA
--------------	------------------------------------

PEDRO DORVALINO LANHE
CPF Nº 430.600.219-53

02/2018

Art. 3º Este edital será disponibilizado no Diário Oficial dos Municípios, endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br, no endereço eletrônico www.saomiguel.sc.gov.br.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE/SC.
Em, 20 de junho de 2018.

MARLI DA ROSA
Secretária De Desenvolvimento
Urbano e Planejamento

LEI 7.527 AUTORIZA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR R\$ 115.000,00

Publicação Nº 1664287

LEI N. 7.527/2018

ALTERA O PLANO PLURIANUAL - PPA, A LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - LDO E A LEI ORÇAMENTÁRIA – LOA, ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NA IMPORTÂNCIA DE R\$ 115.000,00 (CENTO E QUINZE MIL REAIS), E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA.
FAÇO saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

TÍTULO I

CAPÍTULO I DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 1º Fica alterada a Lei nº. 7.466, de 27 de Novembro de 2017 - LOA - Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2018, mais precisamente o Orçamento Geral do Município de São Miguel do Oeste, Estado de Santa Catarina, através da abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 115.000,00 (Cento e quinze mil reais), objetivando a incrementar dotação orçamentária que se evidenciou insuficiente no decorrer do ano financeiro.

CAPÍTULO II DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 2º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a promover, por ato próprio, a abertura de Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 115.000,00 (Cento e quinze mil reais), na matéria orçamentária em execução em conformidade com o disposto a seguir:

0900 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO
0901 – ENCARGOS GERAIS
06.182.0178.2.052 – Adm. geral dos bens e serviços do Corpo de Bombeiros
160 - 3.3.90.00.00.00.00.00.0179 – Aplicações Diretas R\$ 115.000,00
TOTAL R\$ 115.000,00

Art. 3º Para a cobertura do crédito constante desta Lei fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a promover a redução total e/ou parcial da seguinte dotação orçamentária abaixo discriminada e constante da mesma matéria orçamentária em execução:

0900 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO
0901 – ENCARGOS GERAIS
06.182.0178.1.048 – Equipar e Aparelhar a Guarnição do Corpo de Bombeiros de São Miguel do Oeste
159 – 4.4.90.00.00.00.00.00.0179 – Aplicações Diretas R\$ 115.000,00
TOTAL R\$ 115.000,00

CAPÍTULO III DA ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL

Art. 4º Fica alterada a Lei nº 7.464, de 27 de novembro de 2017, Plano Plurianual - PPA, para execução no exercício financeiro de 2018, em conformidade com o disposto neste ato, relativamente à abertura de Crédito Adicional Suplementar na ordem de R\$ 115.000,00 (Cento e quinze mil reais), objetivando a incrementar dotação orçamentária que se evidenciou insuficiente no decorrer do ano financeiro.

CAPÍTULO IV DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 5º Fica alterada a Lei nº 7.465, de 27 de novembro de 2017, Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO para o exercício financeiro de 2018,

através da abertura de Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 115.000,00 (Cento e quinze mil reais), objetivando a incrementar dotação orçamentária que se evidenciou insuficiente no decorrer do ano financeiro.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE – SC.

Em, 25 de junho de 2018.

WILSON TREVISAN

Prefeito Municipal

ALFREDO SPIER

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Barbara Casales Giongo Rodrigues

Procuradora Geral

Esta Lei foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina em conformidade com a Lei Orgânica Municipal.

Mônica Spiess

Técnico Administrativo

LEI 7.528 AUTORIZA RECEBER EM DOAÇÃO ÁREA DE TERRA JÁ ABSORVIDA PELA RUA CHUI, DE PROPRIEDADE DE HABITETO NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS LTDA

Publicação Nº 1664293

LEI N. 7.528/2018

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, RECEBER POR DOAÇÃO EM NOME DO MUNICÍPIO E INCLUIR NO PATRIMÔNIO MUNICIPAL, ÁREA DE TERRA JÁ ABSORVIDA PELA RUA CHUI, DE PROPRIEDADE DE HABITETO NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA.

FAÇO saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal, para em nome do Município de São Miguel do Oeste – SC, receber em doação da empresa Habiteto Negócios Imobiliários Ltda, com sede na Rua Padre Aurélio Canzi, n. 1848, centro, neste Município, inscrita no CNPJ sob n. 00.704.877/0001-63, uma área de 6,60 m², do Lote Urbano n. 20 matriculado no Ofício de Registro de Imóveis sob n. 32.457, já absorvida pela Rua Chuí, conforme mapa e memorial descritivo parte integrante da presente Lei.

Art. 2º Com o advento da doação prevista no art. 1º da presente lei, o Lote urbano n. 20 fica remanescendo uma área de 993,40 m², com as seguintes confrontações:

I - Parte do Lote Urbano n. 20, com área de 993,40 m², confrontando: ao Norte, com o Lote Urbano n. 19, por linha seca de 20,00 metros; ao Leste, com a Rua XV de Novembro, medindo 49,67 metros; ao Sul, com a Rua Chuí, medindo 20,00 metros; ao Oeste, com o Lote Urbano n. 18, por linha seca medindo 49,67 metros.

Art. 3º A área do imóvel abrangida pela rua, passará a integrar o Patrimônio Público Municipal, ficando os Setores competentes da Municipalidade, encarregados de procederem a sua legalização e registros necessários para o cumprimento fiel da presente lei.

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE – SC.

Em, 25 de junho de 2018.

WILSON TREVISAN

Prefeito Municipal

ALFREDO SPIER

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Barbara Casales Giongo Rodrigues

Procuradora Geral

Esta Lei foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina em conformidade com a Lei Orgânica Municipal.

Mônica Spiess

Técnico Administrativo

LEI 7.529 APROVA PROJETO DE SUBDIVISÃO DE ÁREA DE TERRA DENOMINADO DE LOTEAMENTO MARIA TAFAREL DE BONA

Publicação Nº 1664300

LEI N. 7.529/2018

APROVA O PROJETO DA SUBDIVISÃO DA ÁREA DE TERRAS, SITUADA NO PERÍMETRO URBANO DE SÃO MIGUEL DO OESTE, SC, DE PROPRIEDADE DE VALMOR DE BONA, ANTONIO DE BONA, AURORA DE BONA, LUCAS SIMÃO MASIERO, MARTA ANGELICA MASIERO, MIGUEL ANGELO MASIERO, CLÓVIS LUIZ MASIERO, ALICE CARMEN CHIAPETTI, ROSALI MARIA MASIERO DE CAMPOS, MARIA ELISA MASIERO PIASECKI, ANGELA MARIA MASIERO REICHERT, MARCOS ANTONIO MASIERO, E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

[
O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA.

FAÇO saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º Fica aprovado o projeto de subdivisão de Parte da Chácara nº 40, com área de 25.822,39m² (vinte e cinco mil, oitocentos e vinte e dois metros e trinta e nove centímetros quadrados), localizada na Rua Itapiranga, bairro Andreatta, perímetro urbano do Município de São Miguel do Oeste, SC, Macrozona de Expansão Urbana (MZEU), Zona de Expansão Imediata (CEI), Área Especial de Interesse Ambiental (AEIA-2), matriculada no Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de São Miguel do Oeste – SC, sob nº 37.263, de propriedade de Valmor De Bona, Antonio De Bona, Aurora De Bona, Lucas Simão Masiero, Marta Angelica Masiero, Miguel Angelo Masiero, Clóvis Luiz Masiero, Alice Carmen Chiapetti, Rosali Maria Masiero de Campos, Maria Elisa Masiero Piasecki, Angela Maria Masiero Reichert, Marcos Antonio Masiero, ficando subdividido o referido imóvel em forma de loteamento.

Art. 2º O projeto de subdivisão de que trata o art. 1º, com área total de 25.822,39m², passa a vigorar com o seguinte fracionamento:

I – 6.749,703m² de área destinada para o loteamento, assim distribuída:

- a) 4.571,593m², referente à Área Útil;
- b) 3.572,753m², referente à Área de Lotes Vendáveis;
- c) 2.178,110m², referente à Área Pública de Ruas;
- d) 502,460m², referente à Área Institucional;
- e) 496,38m², referente à Área Verde.

Art. 3º A subdivisão de que trata a presente lei, passa a denominar-se de “LOTEAMENTO MARIA TAFAREL DE BONA”.

Art. 4º Os lotes, ora criados, passarão a ter as seguintes áreas e descrições:

I – Lote Urbano 01 com área de 300,10m², confrontando-se: NORTE: com o lote urbano nº 02, por linha seca medindo 21,62m; LESTE: com a Rua “A”, medindo 9,13m; SUDESTE: com as Ruas “A” e Itapiranga, por uma linha curva, por um raio de 5,00m; SUL: com a Rua Itapiranga, medindo 16,62m; OESTE: com parte da chácara nº 40, por linha seca medindo 14,13m;

II – Lote Urbano 02 com área de 300,086m², confrontando-se: NORTE: com o lote urbano nº 03, por linha seca medindo 21,62m; LESTE: com a Rua “A”, medindo 13,88m; SUL: com o lote urbano nº 01, por linha seca medindo 21,62m; OESTE: com parte da chácara nº 40, por linha seca medindo 13,88m;

III – Lote Urbano 03 com área de 300,086m², confrontando-se: NORTE: com parte do lote rural nº 84-A, por linha seca medindo 21,62m; LESTE: com a Rua “A”, medindo 13,83m; SUL: com o lote urbano nº 02, por linha seca medindo 21,62m; OESTE: com parte da chácara nº 40, por linha seca medindo 13,93m;

IV – Lote Urbano 04 com área de 302,52m², confrontando-se: NORTE: com parte do lote rural nº 84-A, por linha seca medindo 24,00m; LESTE: com parte do lote urbano nº 07, por linha seca medindo 12,55m; SUL: com o lote urbano nº 05, por linha seca medindo 24,00m; OESTE: com a Rua “A”, medindo 12,66m;

V – Lote Urbano 05 com área de 300,00m², confrontando-se: NORTE: com o lote urbano nº 04, por linha seca medindo 24,00m; LESTE: com parte do lote urbano nº 07, por linha seca medindo 12,50m; SUL: com o lote urbano nº 06, por linha seca medindo 24,00m; OESTE: com a Rua “A”, medindo 12,50m;

VI – Lote Urbano 06 com área de 368,986m², confrontando-se: NORTE: com o lote urbano nº 05, por linha seca medindo 24,00m; LESTE: com parte do lote urbano nº 07, por linha seca medindo 12,11m; SUDESTE: com a Rua Itapiranga, medindo 11,71m; SUL: com a Rua Itapiranga, medindo 8,19m; SUDOESTE: com as Ruas Itapiranga e Rua “A”, por uma linha curva, por um raio de 5,00m; OESTE: com a Rua “A”, medindo 11,61m;

VII – Lote Urbano 07 com área de 445,62m², confrontando-se: NORTE: com parte do lote rural nº 84-A, por linha seca medindo 12,00m; LESTE: com o lote urbano nº 08, por linha seca medindo 37,11m; SUL: com a Rua Itapiranga, medindo 12,00m; OESTE: com os lotes urbanos nº 06, 05 e 04, por linha seca medindo 37,16m;

VIII – Lote Urbano 08 com área de 556,125m², confrontando-se: NORTE: com parte do lote rural nº 84-A, por linha seca medindo 15,00m; LESTE: com o lote urbano nº 09, e com o contorno da Rua Itapiranga, por linha seca medindo 37,04m; SUL: com a Rua Itapiranga, medindo 15,00m; OESTE: com o lote urbano nº 07, por linha seca medindo 37,11m;

IX – Lote Urbano 09 com área de 350,07m², confrontando-se: NORTE: com parte do lote rural nº 84-A, por linha seca medindo 14,00m; LESTE: com o lote urbano nº 10, por linha seca medindo 24,97m; SUL: com o contorno da Rua Itapiranga, medindo 14,00m; OESTE: com o lote urbano nº 08, por linha seca medindo 25,04m;

X – Lote Urbano 10 com área de 349,16m², confrontando-se: NORTE: com parte do lote rural nº 84-A, por linha seca medindo 14,00m; LESTE: com parte do lote urbano nº 11, (área verde), por linha seca medindo 24,91m; SUL: com o contorno da Rua Itapiranga, medindo

14,00m; OESTE: com o lote urbano nº 09, por linha seca medindo 24,97m;

XI – Lote Urbano 11 com área de 496,38m², Área Verde, confrontando-se: NORTE: com parte do lote rural nº 84-A, por linha seca medindo 20,04m; LESTE: com parte da chácara nº 40, por linha seca medindo 12,664m; SUDESTE: com o lote urbano nº 12, (área institucional), medindo 31,376m; OESTE: com o contorno da Rua Itapiranga e com o lote urbano nº 10, por linha seca medindo 36,91m;

XII – Lote Urbano 12 com área de 502,46m², Área Institucional, confrontando-se: NOROESTE: com o lote urbano nº 11, (área verde), por linha seca medindo 31,376m; LESTE: com parte da chácara nº 40, por linha seca medindo 37,146m; SUL: com parte da chácara nº 43, por linha seca medindo 20,04m; OESTE: com o contorno da Rua Itapiranga, medindo 13,00m;

Art. 5º As áreas destinadas às Ruas, passarão ao domínio público após o devido registro do loteamento junto ao Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de São Miguel do Oeste, ficando, porém, o proprietário do loteamento responsável perante o Município, se por ventura houver falta de área nas ruas, conforme planta apresentada e anexa ao projeto, isentando o Município de qualquer indenização de qualquer natureza, inclusive perante a terceiros compradores.

Art. 6º Ficam a cargo do proprietário a execução da abertura de ruas, terraplenagem e pavimentação asfáltica ou com pedras irregulares, demarcação de lotes, logradouros, execução de obras de escoamento de águas pluviais, instalação de rede de energia elétrica e iluminação pública, água potável, com ligação de ramais de espera de água em todos os lotes e recomposição de área verde, no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, obedecendo às normas estabelecidas pela Prefeitura, CASAN, CELESC e FATMA.

Art. 7º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE – SC.

Em, 25 de junho de 2018.

WILSON TREVISAN

Prefeito Municipal

ALFREDO SPIER

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Barbara Casales Giongo Rodrigues

Procuradora Geral

Esta Lei foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina em conformidade com a Lei Orgânica Municipal.

Mônica Spiess

Técnico Administrativo

LEI 7.530 DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA O NÚCLEO DE APOIO A VIDA DE SÃO MIGUEL DO OESTE - NAVISMO

Publicação Nº 1664317

LEI N. 7.530/2018

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA O NÚCLEO DE APOIO A VIDA DE SÃO MIGUEL DO OESTE - NAVISMO E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA.

FAÇO saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º Fica declarado de Utilidade Pública, o NÚCLEO DE APOIO A VIDA DE SÃO MIGUEL DO OESTE – NAVISMO, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua Duque de Caxias, 1311, Bloco A, Sala 202, Centro, no Município de São Miguel do Oeste, Estado de Santa Catarina, registrado como Pessoa Jurídica no Cartório de Registros Civil, Títulos e Documentos, no livro A – 015, às folhas 226, sob o nº 5070, em 03/03/2017, na Comarca do Município de São Miguel do Oeste, inscrita no CNPJ sob o nº 27.421.959/0001-57.

Art. 2º Ficam, igualmente, asseguradas todas as vantagens, prerrogativas e direitos da legislação específica municipal à Entidade ora Declarada de Utilidade Pública.

Art. 3º Ficam os setores competentes da Prefeitura Municipal, autorizados a proceder todos os atos necessários ao cumprimento fiel da presente Lei.

Art. 4º As despesas decorrentes de aplicação da presente Lei, correrão a conta do Orçamento Municipal.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE – SC.

Em, 25 de junho de 2018.

WILSON TREVISAN

Prefeito Municipal

ALFREDO SPIER
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Barbara Casales Giongo Rodrigues
Procuradora Geral

Esta Lei foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina
em conformidade com a Lei Orgânica Municipal.

Mônica Spiess
Técnico Administrativo

LEI 7.531 DENOMINA DE RUA JOÃO MARIA BRISOLA A RUA PROJETADA C DO LOTEAMENTO MONT BELO DO BAIRRO SALETE

Publicação Nº 1664325

LEI N. 7.531/2018

DENOMINA DE RUA JOÃO MARIA BRISOLA, A RUA PROJETADA C, LOCALIZADA NO LOTEAMENTO MONT BELO, BAIRRO SALETE, MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE, SC E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA.

FAÇO saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º Fica denominada de "RUA JOÃO MARIA BRISOLA", a RUA PROJETADA C, localizada no Loteamento MONT BELO, Bairro Salete, Município de São Miguel do Oeste, SC.

Art. 2º Ficam os setores competentes da municipalidade, autorizados a realizar todos os procedimentos necessários ao cumprimento desta lei.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação da presente Lei, correrão a conta do Orçamento Municipal vigente.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE – SC.

Em, 25 de junho de 2018.

WILSON TREVISAN
Prefeito Municipal

ALFREDO SPIER
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Barbara Casales Giongo Rodrigues
Procuradora Geral

Esta Lei foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina
em conformidade com a Lei Orgânica Municipal.

Mônica Spiess
Técnico Administrativo

LEI 7.532 AUTORIZA FIRMAR CONTRATO DE CESSÃO DE USO COM O ROTARY CLUB DE SÃO MIGUEL DO OESTE E DESCANSO PARA A CONSTRUÇÃO DE CENTRO DE APOIO REGIONAL DE PACIENTES E FAMILIARES DO HOSPITAL REGIONAL

Publicação Nº 1664334

LEI N. 7.532/2018

AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL A FIRMAR CONTRATO DE CESSÃO DE USO DE BEM IMÓVEL COM O ROTARY CLUB DE SÃO MIGUEL DO OESTE E DESCANSO PARA A CONSTRUÇÃO DE CENTRO DE APOIO REGIONAL DE PACIENTES E FAMILIARES DO HOSPITAL REGIONAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA.

FAÇO saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Contrato de Cessão de Uso de Bem Imóvel de propriedade do MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE – SC com o ROTARY CLUB DE SÃO MIGUEL DO OESTE E DESCANSO, pessoa jurídica de direito privado, com fins não econômicos, com sede na Rua Chuí, nº 689, Centro, no Município de São Miguel do Oeste - SC, inscrita no CNPJ sob o n. 83.608075/0001-87, declarada de Utilidade Pública pela Lei Estadual nº 8.837 de 1992, dos imóveis constantes das seguintes características e descrições:

I - LOTE URBANO nº 40, com área de 500,27 m², sem construções, sito na Rua Projetada 02, Loteamento Vale Verde, bairro São Gotardo, na cidade de São Miguel do Oeste – SC, matriculado sob o nº 43.739 junto ao Cartório de Registro de Imóveis de São Miguel do Oeste – SC;

II - LOTE URBANO nº 41, com área de 479,85 m², sem construções, sito na Rua Projetada 02, Loteamento Vale Verde, bairro São Gotardo, na cidade de São Miguel do Oeste – SC, matriculado sob o nº 43.740 junto ao Cartório de Registro de Imóveis de São Miguel do Oeste – SC;

Art. 2º As áreas de terra ora cedidas destinam-se exclusivamente a construção de um centro de apoio regional a pacientes e familiares de pacientes internados no Hospital Regional Terezinha Gaio Basso, vedado o seu desvio de finalidade, sob pena de imediata reversão do bem ao patrimônio público municipal.

Art. 3º O prazo da presente cessão de uso será de 20 (vinte) anos, contados da assinatura do contrato de cessão de uso, podendo ser prorrogado, mediante interesse das partes e termo aditivo.

Art. 4º O cessionário deverá construir o centro de apoio regional e administrar o local, diretamente ou por meio de outra entidade com fins não econômicos se assim entender, desde que responsabilizado pela supervisão.

§1º Fica estabelecido o prazo máximo de 2 (dois) anos para iniciar a construção e 5 (cinco) anos para a conclusão da construção da obra a que se destina o imóvel cedido, iniciando-se o prazo na data do ato administrativo de cessão do Poder Executivo, sendo prorrogável por igual período mediante decreto do Poder Executivo em caso de impossibilidade do seu cumprimento e desde que devidamente justificado o atraso.

§2º A fim de viabilizar a construção o cedente se compromete em preparar os terrenos através de terraplanagem para que sejam executadas as instalações de acordo com o projeto apresentado, dependendo, para isso, da disponibilidade financeira, de equipamentos e recursos humanos.

§3º Não poderão ser administradores do Centro de Apoio Regional, os agentes políticos, o cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau dos agentes políticos no âmbito federal, estadual e municipal, bem como aqueles que ocupam qualquer tipo de cargo de confiança nas esferas governamentais inseridas neste parágrafo.

Art. 5º Fica concedida ao cessionário a isenção do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) e o Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU) sobre o imóvel cedido.

Art. 6º As edificações executadas pela cessionária, após o término do presente reverterão ao Patrimônio Público Municipal sem ônus ao Erário Público Municipal e sem direito à indenização a cessionária.

Art. 7º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE – SC.

Em, 25 de junho de 2018.

WILSON TREVISAN

Prefeito Municipal

ALFREDO SPIER

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Barbara Casales Giongo Rodrigues

Procuradora Geral

Esta Lei foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina em conformidade com a Lei Orgânica Municipal.

Mônica Spiess

Técnico Administrativo

PROC 14/2018 - AGRICOLA

Publicação Nº 1663896

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO AGRICOLA
FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO AGRICOLA
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 14/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº 09/2018

O Fundo Municipal de Desenvolvimento Agrícola, a partir de seu Gestor, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão, Tipo Menor Preço por Item.

OBJETO: Registro de preços para futura e eventual aquisição de sementes e mudas destinados para o Programa de Incentivo a Hortas Comunitárias, conforme Lei nº 7.443/2017, de acordo com o anexo I do Edital.

Entrega dos envelopes: Até às 13h45min do dia 09 de julho de 2018.

Abertura: às 14hs do mesmo dia.

Licitação regida pela Lei Federal nº 10.520 e 8.666/93 e alterações vigentes.

Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento

de Compras desta Municipalidade sito a Rua Marcilio Dias, nº

1199, fone (0xx49) 3631 2000 e o edital na integra no pelo site:

www.saomiguel.sc.gov.br

São Miguel do Oeste/SC, 25 de junho de 2018.

RENATO ROMANCINI

Gestor do Fundo

São Pedro de Alcântara

PREFEITURA

DECRETO N.º 060/2018

Publicação Nº 1663829

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – 88125-000
Fone: 48 32770122 – R.214 www.pmspa.sc.gov.br -gabinete@pmspa.sc.gov.br

DECRETO N.º 060/2018

Declara Luto Oficial em São Pedro de Alcântara pelo Falecimento do Monsenhor Agostinho Stähelin.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto no art. 45, inciso IV, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º - Luto Oficial no Município de São Pedro de Alcântara, por 03 (três) dias contados desta data, pelo falecimento do Monsenhor Agostinho Stähelin, que, em vida, prestou inestimáveis serviços à comunidade deste município.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara/SC, 21 de maio de 2018.

ERNEI JOSÉ STAHELIN

Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO 15.2018

Publicação Nº 1664412

Contrato nº 15.2018; Origem: Processo Licitatório nº 34.2018 Pregão Presencial; Contratante: Município de São Pedro de Alcântara; Contratada: ITUARA LTDA ME; Objeto: aquisição de um Trator Agrícola Tração 4 x 4, Cabine com Ar condicionado, motor a Diesel, potência mínima de 75CV, direção hidrostática. Valor: R\$ 124.800,00 (cento e vinte e quatro mil e oitocentos reais)

ERNEI JOSÉ STAHELIN São Pedro de Alcântara, 25 de junho de 2018.

Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO 16.2018

Publicação Nº 1664381

Contrato nº 16.2018; Origem: Processo Licitatório nº 34.2018 Pregão Presencial; Contratante: Município de São Pedro de Alcântara; Contratada: NILO MEURER; Objeto: aquisição de um Arado Subsolador reversível de 03 (três) discos com roda de Tatu, discos nas dimensões mínimas de 26 x 4,75MM, largura de corte mínimo de 800M, e três Roçadeiras, capacidade do tanque mínimo de 0,58 litros, potência mínima de 1,7KW/CV, rotação lenta (RPM) mínima de 2800 RPM, rotação máxima (RPM) 12500RPM.. Valor: R\$ 14.790,00 (quatorze mil setecentos e noventa reais).

ERNEI JOSÉ STAHELIN São Pedro de Alcântara, 25 de junho de 2018.

Prefeito Municipal

Schroeder

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. 17/2018-FMS

Publicação Nº 1663532

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500 – CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC

e-mail:licitacao@schroeder.sc.gov.br - site:http://www.schroeder.sc.gov.br

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. 17/2018-FMS

PROCESSO Nº. 36/2018-FMS

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de Insumos diabéticos para bomba de infusão de insulina, para atender a demanda da Ação Civil Publica nº 5001155-22.2011.404.7209/SC pra suprir as necessidades da Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 12 de julho de 2018 às 14h.

Abertura do Processo: 12 de julho de 2018 às 14h15min.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder (www.schroeder.sc.gov.br) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h às 16h30min.

Fone/fax (0xx47)3374-6500 ou pelo e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br

Schroeder, 26 de junho de 2018.

Adriano Kath

Prefeito Municipal em Exercício

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 03/2018-SANEAMENTO

Publicação Nº 1663512

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500 – CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC

e-mail:licitacao@schroeder.sc.gov.br - site:http://www.schroeder.sc.gov.br

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 03/2018-SANEAMENTO

PROCESSO Nº. 06/2018-SANEAMENTO

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de equipamentos eletrônicos para a Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 23 de julho de 2018 às 08h45min.

Abertura do Processo: 23 de julho de 2018 às 09h.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder (www.schroeder.sc.gov.br) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h às 16h30min.

Fone/fax (0xx47)3374-6500 ou pelo e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br

Schroeder, 26 de junho de 2018.

Adriano Kath

Prefeito Municipal em Exercício

AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº. 06/2018 – PMS

Publicação Nº 1663662

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº. 06/2018 – PMS

PROCESSO LICITATORIO Nº. 95/2018-PMS-TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

OBJETO: contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos necessários) mais serviços preliminares, drenagem, terraplanagem, serviços complementares e sinalização viária da pavimentação asfáltica da Rua Clara Borinelli – Est. OPP a Est. 12, no bairro Centro Leste, no Município de Schroeder/SC compreendendo uma extensão de 240,00m e área total de 2.400,00m², conforme projeto, memorial descritivo, planilha de quantitativos e demais anexos em regime de PARCERIA, com fulcro nas Leis Municipais nº. 2.000/2014 e suas alterações c/c Lei nº 2.347/2018, que fazem parte integrante deste Instrumento o convocatório. Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 16 de julho de 2018 às 14h.

Abertura do Processo: 16 de julho de 2018 às 14h15min.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder (www.schroeder.sc.gov.br) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h às 16h30min. Fone/fax (0xx47)3374-6500 ou pelo e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br.

Schroeder, 26 de junho de 2018.

Adriano Kath - Prefeito Municipal em Exercício

AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº. 07/2018 – PMS

Publicação Nº 1663688

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº. 07/2018 – PMS

PROCESSO LICITATORIO Nº. 96/2018-PMS-TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

OBJETO: contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos necessários) mais serviços preliminares, drenagem, terraplanagem, serviços complementares e sinalização viária da pavimentação asfáltica da Rua Ricardo Gori – Est. OPP a Est. 24+8,42m, no bairro Schroeder III, no Município de Schroeder/SC compreendendo uma extensão de 188,42m e área total de 4.944,95m², conforme projeto, memorial descritivo, planilha de quantitativos e demais anexos em regime de PARCERIA, com fulcro nas Leis Municipais nº. 2.000/2014 e suas alterações c/c Lei nº 2.193/2016, que fazem parte integrante deste Instrumento o convocatório.

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 17 de julho de 2018 às 14h.

Abertura do Processo: 17 de julho de 2018 às 14h15min.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder (www.schroeder.sc.gov.br) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h às 16h30min. Fone/fax (0xx47)3374-6500 ou pelo e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br.

Schroeder, 26 de junho de 2018.

Adriano Kath - Prefeito Municipal em Exercício

AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº. 08/2018 – PMS

Publicação Nº 1663729

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº. 08/2018 – PMS

PROCESSO LICITATORIO Nº. 97/2018-PMS-TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

OBJETO: contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos necessários) mais serviços preliminares, drenagem, terraplanagem, serviços complementares e sinalização viária da pavimentação asfáltica da Rua Emilio Reck – Est. OPP a Est. 16+4,20m, no bairro Braço do Sul, no Município de Schroeder/SC compreendendo uma extensão de 324,20m e área total de 3.302,75m², conforme projeto, memorial descritivo, planilha de quantitativos e demais anexos em regime de PARCERIA, com fulcro nas Leis Municipais nº. 2.000/2014 e suas alterações c/c Lei nº 2.226/2016, que fazem parte integrante deste Instrumento o convocatório. Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 18 de julho de 2018 às 14h.

Abertura do Processo: 18 de julho de 2018 às 14h15min.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder (www.schroeder.sc.gov.br) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h às 16h30min. Fone/fax (0xx47)3374-6500 ou pelo e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br.

Schroeder, 26 de junho de 2018.

Adriano Kath - Prefeito Municipal em Exercício

DECRETO Nº 4.508/2018, DE 7 DE JUNHO DE 2018

Publicação Nº 1664635

DECRETO Nº 4.508/2018, DE 7 DE JUNHO DE 2018

ABRE CRÉDITO ADICIONAL - SUPLEMENTAR - ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2018.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 2.325/2017 de 4 de dezembro de 2017,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 1.273,50 (um mil duzentos e setenta e três reais e cinquenta centavos) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

05 - SECRETARIA MUN DE EDUCAÇÃO CULTURA ESPORTE E LAZER

05.01 - DIRETORIA DE ESPORTE E LAZER

05.01.27.812.0007.2.040 - Manutenção das Atividades Desportivas

4.4.90.52.00.00.00.00 - 00.03.0089 - Equipamentos e Material Permanente R\$ 1.273,50

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 7 de Junho de 2018.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

ELMER SANDRO QUADROS

Secretário de Planejamento, Gestão e Finanças

Publicado por

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor Jurídico

DECRETO Nº 4.514/2018, DE 18 DE JUNHO DE 2018

Publicação Nº 1664632

DECRETO Nº 4.514/2018, DE 18 DE JUNHO DE 2018

ABRE CRÉDITO ADICIONAL - SUPLEMENTAR - ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2018.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 2.325/2017 de 4 de dezembro de 2017,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

04.04 - COORDENADORIA DE ATENÇÃO BÁSICA

04.04.10.301.0013.2.050 - Manutenção das Ações de Atenção Básica de Saúde

3.3.90.37.00.00.00.00 - 00.01.0002 - Locacao de Mao-de-obra R\$ 3.500,00

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

04.04 - COORDENADORIA DE ATENÇÃO BÁSICA

04.04.10.301.0013.2.050 - Manutenção das Ações de Atenção Básica de Saúde

3.3.90.30.00.00.00.00 - 00.01.0002 - Material de Consumo R\$ 3.500,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 18 de Junho de 2018.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

ELMER SANDRO QUADROS

Secretário de Planejamento, Gestão e Finanças

Publicado por

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor Jurídico

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 13/2018-FAS

Publicação Nº 1663459

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA
Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500
CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC
e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato de Contrato nº. 13/2018-FAS
Pregão Presencial nº. 02/2018-FAS
Processo nº. 13/2018-FAS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com pago municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: PORTABILIS TECNOLOGIA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 11.258.607/0001-92, estabelecida na Rua Vitória nº. 538, Edifício Dionísio Pavel, Centro, na cidade de Içara, Estado de Santa Catarina, CEP 88.820-000

Objeto: Constitui o objeto do presente contrato a contratação de empresa especializada para implantação e manutenção de solução em software para a gestão da informação da política de Assistência Social Municipal e do SUAS, para número ilimitado de usuários e equipamentos, incluindo os serviços de migração de dados, treinamento de usuários, suporte técnico, atualização tecnológica, hospedagem, da Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC, conforme ANEXO X - Termo de Referência do instrumento, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse:

ITEM	DESCRIÇÕES	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	Serviços mensais Serviço de manutenção mensal, hospedagem e suporte técnico aos usuários do sistema contratado.	6	meses	2.125,00	12.750,00
02	Serviços suplementares de suporte técnico presencial, quando necessários e solicitados. Incluas despesas de diária, alimentação, deslocamento, etc. Prazo máximo de atendimento após solicitação de 15 dias.	50	horas	102,00	5.100,00
03	Serviços suplementares técnicos de customização e personalização dos sistemas para atender demandas específicas do município, quando necessário e solicitado. Prazo máximo de atendimento após solicitação de 30 dias.	200	horas	93,50	18.700,00
04	Serviços de disparos de SMS (mensagens de texto curta) para recursos que utilizam este serviço nas especificações.	8000	sms	0,10	800,00
VALOR TOTAL R\$					37.350,00

Valor do Contrato: R\$ 37.350,00 (trinta e sete mil trezentos e cinquenta reais)

Data da Assinatura: 25/06/2018 – Vigência: 31/12/2018

Adriano Kath

Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 61/2018-PMS

Publicação Nº 1663490

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA
Rua Marechal Castelo Branco, 3201
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500
CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC
e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato nº. 61/2018-PMS
Dispensa de Licitação nº. 40/2018-PMS - Processo nº.102/2018-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com pago municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: MLK 13 COMÉRCIO DO PRODUTOS EM GERAL LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº. 07.602.256/0001-18, estabelecida na Rua Paschoal Gastaldo nº. 253, Bairro Centro, na cidade de São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo, CEP: 09.770-120

Objeto: Constitui o objeto do presente contrato a Aquisição de Materiais Esportivo Específico para o uso na Modalidade de Atletismo, conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	Disco de Atletismo em aço e plástico ABS para lançamento do Disco. 70% do peso localizado no ringue metálico. Indicado para eventos escolares e situações de treino. Peso de 0,750 Kg	2	Unid.	201,45	402,90
02	Fasquia Elástica com pesos para salto em altura com alta resistência; os pesos colocados nas extremidades permitem fixá-la nos postes de uma forma muito simples. Comprimento de 5 metros	2	Unid.	152,00	304,00
03	Fasquia - Barra transversal / Sarrafo para modalidade de salto em altura no atletismo. Projetado em fibra de vidro com sistemas oficiais e do mais alto padrão. Certificado pela IAAF. Indicado para treinamentos e competições de níveis nacionais e internacionais. Inclui ponteiros plásticos substituíveis em caso de quebra, ressecamento ou perda. Comprimento: 4,0 metros. Diâmetro de 30 mm e peso máximo de 2 kg	2	Unid.	600,00	1.200,00
TOTAL R\$					1.906,90

Valor do contrato: R\$ 1.906,90 (um mil novecentos e seis reais e noventa centavos)

Data da Assinatura: 25/06/2018 – Vigência: 31/12/2018

Adriano Kath

Prefeito Municipal em exercício

LEI COMPLEMENTAR Nº 62/2008

Publicação Nº 1663511

LEI COMPLEMENTAR Nº 62/2008

REESTRUTURA A ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE SCHROEDER, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal do Município de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições estatuídas na Constituição da República Federativa do Brasil, bem como na Lei Orgânica do Município, faz saber a todos os munícipes que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a presente lei:

CAPÍTULO I

DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA

Título I

Dos Órgãos Centrais e suas atribuições

Art. 1º A estrutura administrativa da Prefeitura Municipal de Schroeder passa a vigorar de acordo com os ditames da presente Lei.

Art. 2º Os órgãos componentes da estrutura organizacional da Prefeitura Municipal de Schroeder passam a ser os seguintes:

I - Gabinete do Prefeito Municipal;

II - Secretaria Municipal de Planejamento, Gestão e Finanças;

III - Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social;

IV - Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer;

V - Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos;

VI - Secretaria Municipal de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo;

VI - Secretaria Municipal de Saneamento e Gestão Ambiental.

§ 1º A remuneração dos Secretários Municipais das respectivas pastas será a definida em lei específica.

§ 2º Os Secretários Municipais respondem diretamente ao Chefe do Poder Executivo Municipal, devendo zelar pelo bom desempenho de suas atribuições a todo o momento.

Art. 3º Ao Gabinete do Prefeito Municipal cabe zelar pelas atribuições constitucionais conferidas ao Chefe do Poder Executivo, bem como às determinações da Lei Orgânica do Município de Schroeder, bem como dirigir em instância superior os trabalhos dos Secretários Municipais.

Art. 4º À Secretaria Municipal de Planejamento, Gestão e Finanças cabe, precipuamente, além de outras atividades inerentes à função:

I - planejar, organizar, controlar e supervisionar as atividades relativas à administração dos recursos humanos, de material, patrimônio, protocolo, arquivo, informática, serviços gerais, transportes e procedimentos licitatórios;

II - planejar, coordenar e controlar a administração contábil, financeira, tributária e fiscal do Município;

III - elaborar em consonância com as outras Secretarias Municipais a Lei de Diretrizes Orçamentárias, Lei Orçamentária Anual, Plano Plurianual, o controle e acompanhamento da execução orçamentária e proposição de normas orçamentárias que devam ser observadas pelos demais órgãos municipais.

Art. 5º À Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social cabe, precipuamente, além de outras atividades inerentes à função:

I - garantir o acesso universal e igualitário da população às ações e serviços para a promoção, proteção e recuperação da saúde e às ações relativas à política federal de assistência social;

II - planejar, organizar, gerir e auxiliar as ações e os serviços de saúde e assistência social em articulação com os Conselhos Municipais respectivos;

III - planejar, programar e organizar a rede regionalizada e hierarquizada do SUS em articulação com o Conselho Municipal de Saúde;

IV - executar serviços de vigilância epidemiológica, vigilância sanitária, ambiental, assim como Programas Oficiais do Ministério da Saúde e outros do interesse do Município.

V - manter o abastecimento dos insumos e equipamentos necessários ao funcionamento da rede de saúde e de assistência social.

VI - avaliar e controlar a execução de convênios, contratos ou consórcios celebrados pelo Município, na área de saúde e assistência social, em articulação com os respectivos Conselhos;

VII - autorizar a instalação de serviços privados de saúde e fiscalizar-lhes o funcionamento;

VIII - promover e garantir os direitos políticos, civis, econômicos, sociais e culturais da sociedade, em especial às crianças e adolescentes, idosos, mulheres e consumidores;

Art. 6º À Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer cabe, precipuamente, além de outras atividades inerentes à função:

I - elaborar a política educacional do Município, com a participação do Conselho Municipal de Educação;

II - coordenar a execução da política educacional do município;

III - elaborar e executar planos, programas e projetos educacionais no âmbito municipal, obedecendo às diretrizes e prioridades estabelecidas pelo governo local e mantendo consonância com as linhas de políticas educacionais definidas nos níveis federal e estadual;

IV - manter atualizados os dados necessários ao gerenciamento da rede municipal de ensino, no que se refere ao corpo discente, ao corpo docente, aos prédios e seus equipamentos, e aos cursos oferecidos;

V - definir padrões básicos de funcionamento para a rede municipal de ensino;

VI - realizar, anualmente, o levantamento da população em idade escolar, procedendo a sua chamada para matrícula;

VII - gerir e administrar os recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Básico - FUNDEB;

VIII - fomentar a prática desportiva e cultural no município, fornecendo subsídios materiais, físicos e humanos para a consecução desse objetivo.

Art. 7º À Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos cabe, precipuamente, além de outras atividades inerentes à função:

I - planejar, coordenar e fiscalizar as obras do próprio município, em conjunto com a Secretaria Municipal de Planejamento, Gestão e Finanças;

II - coordenar o licenciamento dos projetos de urbanização de obras e os reparos em vias urbanas executadas por entidades públicas ou particulares;

III - orientar o licenciamento e a fiscalização das edificações e construções, obras de terraplenagens e saneamento, parcelamento, zoneamento e uso do solo;

IV - acompanhar e atualizar os cronogramas físicos das diversas fases de execução das obras em andamento, controlando disponibilidades financeiras em articulação com a Secretaria Municipal de Planejamento, Gestão e Finanças;

V - propor desapropriação de áreas e imóveis para a execução de projetos viários ou urbanísticos;

VI - elaborar as normas técnicas a que devem subordinar-se à execução ou fiscalização das obras e serviços da competência da Secretaria;

VII - conceder licença para demolição de prédios, pequenas reformas, construção de passeios e instalação de tapumes;

VIII - acompanhar os projetos de construção e conservação de estradas municipais;

IX - propor medidas para utilização racional dos Cemitérios Públicos, e executar sua manutenção.

Art. 8º À Secretaria Municipal de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo cabe, precipuamente, além de outras atividades inerentes à função:

I - propor a política de desenvolvimento para o município, com a viabilização de indústrias não poluentes e o crescimento do comércio e de atividades de prestação de serviços, em parceria com os Conselhos Municipais respectivos;

II - Executar as políticas de auxílio aos produtores rurais e empresários instalados no município, em consonância com a legislação municipal;

III - definir, em parceria com as demais Secretarias Municipais o marketing a ser utilizado pela cidade, voltado à divulgação industrial do município como oportunidade de negócio;

IV - articular-se com mais instituições afins existentes nas esferas Federal e Estadual, visando o desenvolvimento de programas integrados, para fomento industrial e comercial;

V - opinar sobre anteprojetos e projetos de Lei que se relacionem com a Agricultura, Comércio, Indústria e Turismo;

VI - realização de estudos técnicos e de pesquisas científicas;

VII - realização de projetos para incremento de incubadoras empresariais, tecnológicas e parques-pólos;

VIII - propor a política de desenvolvimento turístico, industrial e comercial que vise a estimular o aumento do fluxo de turistas, a viabilização de indústrias não poluentes no Município e o crescimento do comércio, com a participação dos Conselhos Municipais respectivos;

IX - elaborar e planejar o calendário turístico do Município;

X - participar de eventos para divulgação do Município;

XI - captar recursos com as indústrias, bancos, comércios e empresariado para patrocínio e maior divulgação dos eventos e shows, obedecendo à legislação vigente;

XII - articular com as demais Secretarias para obter infra-estrutura na realização dos eventos;

XIII - elaborar material de divulgação do Município em parceria com outros órgãos da Administração Estadual e Federal;

XIV - propor e executar juntamente com outras instituições afins existentes nos Municípios e nas esferas Federal e Estadual, projetos visando o desenvolvimento de programas integrados;

XV - incentivar a agricultura, o turismo, indústria e o comércio, como fator de desenvolvimento social.

Art. 9º À Secretaria Municipal de Saneamento e Gestão Ambiental cabe, precipuamente, além de outras atividades inerentes à função:

I - planejar e executar a política de saneamento básico em articulação com outros órgãos afins, compreendendo:

- a) captação, adução, tratamento e distribuição de água;
- b) coleta, afastamento, tratamento e disposição final de esgoto;
- c) coleta, transporte e disposição final de resíduos sólidos;
- d) drenagem pluvial.

II - estudo, planejamento, construção e operação de obras de infra-estrutura de recursos hídricos, bem como a operação e manutenção de estruturas hidráulicas, compreendendo drenagem, erosão urbana e controle de enchentes;

III - planejamento e execução de políticas públicas tendentes a minimizar os efeitos advindos da exploração do meio-ambiente pela atividade humana, buscando a regeneração das áreas degradadas, de acordo com a legislação vigente.

Título II

Dos Órgãos Auxiliares

Art. 10 Na execução das atribuições definidas no título anterior, os Órgãos integrantes da Administração Central contarão com a seguinte estrutura administrativa: (Redação dada pela Lei Complementar nº 142/2013)

I - Gabinete do Prefeito Municipal:

- a) Chefia de Gabinete:
 - a.1) Secretaria Executiva;
- b) Controladoria Municipal:
 - b.1) Agente de Controle Interno;
- c) Procuradoria Municipal:
 - c.1) Procuradoria Municipal Adjunta (PROCON);
- d) Diretoria Municipal de Defesa do Consumidor (PROCON).
- e) Diretoria Municipal de Defesa Civil.
- f) Diretoria de Convênios. (Redação dada pela Lei Complementar nº 142/2013)

II - Secretaria Municipal de Planejamento, Gestão e Finanças:

- a) Setor Contábil e Financeiro:
 - a.1) Assessoria de Planejamento Orçamentário.
- b) Diretoria de Informática;
- c) Diretoria de Tributação;
- d) Diretoria de Planejamento;
- e) Diretoria de Recursos Materiais:
 - e.1) Setor de Compras;
 - e.2) Setor de Licitações;
 - e.3) Setor de Cadastro e Contratos.
- f) Diretoria de Recursos Humanos;
- g) Setor Administrativo. (Redação dada pela Lei Complementar nº 92/2010)

III - Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social:

- a) Coordenação da Atenção Básica;
- b) Diretoria de Assistência Social;
- c) Diretoria Administrativa;
- d) Setor de Saúde Pública. (Redação dada pela Lei Complementar nº 142/2013)

IV - Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer:

- a) Diretoria de Esportes e Lazer;
- b) Diretoria Administrativa;
- c) Setor de Cultura;
- d) Setor de Educação e Supervisão Escolar;
- e) Diretoria de Unidades Escolares:
 - e.1) Secretaria de Unidade Escolar.

V - Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos:

- a) Diretoria de Planejamento Urbano:
 - a.1) Diretoria de Fiscalização de Obras e Posturas.
- b) Diretoria Administrativa:
 - b.1) Setor de Manutenção de Bens Móveis;
 - b.2) Setor de Manutenção de Bens Imóveis;
 - b.3) Setor de Vigilância Patrimonial e Controle da Frota;
- c) Diretoria de Trânsito;
- d) Assessoria de Obras. (Redação dada pela Lei Complementar nº 193/2017)

VI - Secretaria Municipal de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo:

- a) Diretoria de Indústria, Comércio e Turismo;
- b) Setor de Agricultura;
- c) Setor Administrativo.

VII - Secretaria Municipal de Saneamento e Gestão Ambiental:

- a) Diretoria de Saneamento;
- b) Diretoria de Gestão Ambiental;
- c) Setor das "Águas de Schroeder";

d) Setor Administrativo. (Redação dada pela Lei Complementar nº 179/2015)

§ 1º O detalhamento das atribuições será regulamentado pelo Poder Executivo, no prazo de 60 dias.

§ 2º O detalhamento das divisões e subdivisões poderá ser verificado no organograma disponível no Anexo I desta Lei.

CAPÍTULO II

DOS CARGOS EM COMISSÃO

Título I

Disposições Preliminares

Art. 11 Para a consecução dos objetivos desta lei, ficam criados os cargos em comissão e as funções gratificadas constantes no Anexo II, integrante deste texto legal.

Parágrafo Único. As atribuições e responsabilidades dos cargos comissionados e dos exercentes de funções gratificadas poderão ser definidos por ocasião de sua nomeação.

Título II

Dos Cargos em Comissão

Art. 12 Para efeitos desta lei, os cargos em comissão destinam-se a atender a encargos de direção e de chefia, consulta ou assessoramento superiores, e são providos mediante livre escolha do Prefeito Municipal, podendo esta recair em funcionário, em servidor regido pela legislação trabalhista ou em pessoa estranha ao serviço público, desde que reúna os requisitos necessários e a habilitação profissional para a respectiva investidura.

Parágrafo Único. Recaindo a nomeação em funcionário efetivo do Município, o Prefeito Municipal poderá optar por remunerar o nomeado de acordo com o vencimento do cargo em comissão ou pela percepção do vencimento e vantagens do seu cargo efetivo, se for o caso, acrescida de uma gratificação por função, conforme definido no Anexo II desta Lei.

Art. 13 O Chefe do Poder Executivo poderá nomear o mesmo titular para responder, cumulativamente, por mais de um cargo, não havendo neste caso qualquer vantagem pecuniária extra, percebendo o titular somente o vencimento relativo ao cargo de maior importância.

Art. 14 O Chefe do Poder Executivo poderá conceder, a seu critério, verba de gratificação de função de até 100% (cem por cento) sobre o vencimento dos funcionários comissionados.

Parágrafo Único. A concessão de que trata este artigo poderá ser individual e deverá ser definida em ato do Poder Executivo, não abrangendo, entretanto os servidores efetivos que venham a perceber gratificação por exercício de função.

Art. 15 No caso de gozo de férias, viagens de interesse do serviço, cursos ou licença de interesse do serviço, poderá ser nomeado substituto temporário, mediante ato do Poder Executivo, que passará a perceber o mesmo vencimento do comissionado substituído, a partir do primeiro dia da substituição até o término da mesma.

§ 1º Se o afastamento do comissionado substituído se der por interesse do serviço, terá direito a perceber o respectivo vencimento.

§ 2º O comissionado deixará de perceber vencimento a partir do ato de exoneração, ato este exclusivo do Chefe do Poder Executivo.

Art. 16 O regime jurídico dos comissionados será o da CLT - Consolidação das Leis Trabalhistas, ou, no caso dos funcionários pertencentes ao quadro efetivo da administração, aquele que se lhes aplicar.

Parágrafo Único. Aplica-se aos profissionais definidos nesta Lei, além do regime trabalhista de natureza celetista, o Regime Geral de Previdência Social - RGPS, definido no art. 201 da Constituição Federal, e o direito ao recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, definido no art. 7º, III, da Constituição Federal.

Art. 17 O funcionário de provimento efetivo nomeado para o exercício de função gratificada terá direito a averbação das promoções, previstas em leis específicas, em seu cargo efetivo, inclusive as promoções a que tiver direito relativas ao período anterior a vigência da presente Lei, mediante ato do Poder Executivo.

Art. 18 Por ocasião da exoneração da função gratificada, o funcionário detentor de provimento efetivo voltará a perceber a remuneração de seu cargo, sem que a função gratificada incorpore-se a essa.

CAPÍTULO III

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 19 Aplicam-se aos funcionários comissionados abrangidos por essa Lei o disposto na Lei Complementar nº 058/2008, no que diz

respeito à correção dos valores constantes nas tabelas de remuneração em anexo.

§ 1º (Revogado pela Lei Complementar nº 70/2009)

§ 2º Os servidores efetivos nomeados para funções gratificadas pelo Chefe do Poder Executivo terão seus respectivos vencimentos alterados em conformidade com a Lei Complementar nº 058/2008, quando da recomposição da tabela remuneratória prevista na Lei Complementar nº 004/1998 e suas alterações.

Art. 20 As eventuais nomeações para os cargos previstos nesta Lei utilizarão os recursos orçamentários do exercício corrente, nas rubricas destinadas a pessoal em cada uma das Unidades Orçamentárias consignadas.

Art. 21 Esta Lei entra em vigor na data de 1º de janeiro do ano de 2009.

Art. 22 Ficam revogadas todas as disposições em contrário, especificamente:

I - "Capítulo VI - Dos Cargos Comissionados" - artigos 17 a 23 da Lei Complementar Municipal nº 004/1998, bem como o anexo VI da mesma Lei;

II - Anexo VI da Lei Complementar Municipal nº 008/2001;

III - Anexo VI da Lei Complementar Municipal nº 048/2007;

IV - Lei Municipal nº 1.400/2003.

Schroeder, 02 de dezembro de 2008.

FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na mesma data.

DENILSON WEISS
Secretário de Administração e Finanças
(Vide Lei Complementar nº 182/2016)

RESOLUÇÃO Nº. 005/2018-CMS

Publicação Nº 1663544

RESOLUÇÃO Nº. 005/2018-CMS

APROVAÇÃO DAS TABELAS DE VALORES DO CISNORDESTE REFERENTE 2018.

O Conselho Municipal de Saúde, por maioria dos votos dos Conselheiros presentes na reunião extraordinária do Conselho Municipal de Saúde, de 20 de junho de 2018

RESOLVE APROVAR as tabelas de valores do COSNORDESTE referente 2018.

Assim, a Presidente do Conselho Municipal de Saúde, em cumprimento ao que determina o Parágrafo V do Art. 18 da Lei Municipal nº 1.586 de 05 de outubro de 2007, Assina a presente Resolução do Conselho e a encaminha para que seja devidamente Publicada.

Esta Resolução entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder/SC, 21 de junho de 2018.
Jerri Luciano Klabunde
Presidente do Conselho Municipal de Saúde

RESOLUÇÃO Nº. 006/2018-CMS

Publicação Nº 1663549

RESOLUÇÃO Nº. 006/2018-CMS

APROVAÇÃO DO RELATORIO DE CONTAS DO FMS, DOS MESES DE JANEIRO/FEVEREIRO E MARÇO/ABRIL DE 2018.

O Conselho Municipal de Saúde, por maioria dos votos dos Conselheiros presentes na reunião extraordinária do Conselho Municipal de Saúde, de 20 de junho de 2018

RESOLVE APROVAR o relatório de contas do FMS, dos meses de janeiro/fevereiro e março/abril de 2018.

Assim, a Presidente do Conselho Municipal de Saúde, em cumprimento ao que determina o Parágrafo V do Art. 18 da Lei Municipal nº 1.586 de 05 de outubro de 2007, Assina a presente Resolução do Conselho e a encaminha para que seja devidamente Publicada.

Esta Resolução entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder/SC, 21 de junho de 2018.

Jerri Luciano Klabunde

Presidente do Conselho Municipal de Saúde

ATA PREGÃO PRESENCIAL 02/2018-FAS (SEQUÊNCIA 03)

Publicação Nº 1663443

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE SCHROEDER CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 2/2018 - PR Processo Administrativo: Processo de Licitação: 13/2018 Data do Processo: 07/06/2018
	Folha: 1/2

OBJETO DA LICITAÇÃO:

contratação de empresa especializada para implantação e manutenção de solução em software para a gestão da informação da política de Assistência Social Municipal e do SUAS, para número ilimitado de usuários e equipamentos, incluindo os serviços de migração de dados, treinamento de usuários, suporte técnico, atualização tecnológica, hospedagem, da Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC

ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr. 15/2018 (Sequência: 3)

Ao(s) 25 de Junho de 2018, às 08:00 horas, na sede da(o) FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE SCHROEDER, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Portaria nº 7480/2018, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 13/2018, Licitação nº 2/2018 - PR, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

Parecer da Comissão: A pregoeira e equipe de apoio reuniram-se para recebimento do Relatório de Prova de Conceito emitido pelos membros da Portaria 7.463/2018, o qual traz que "decorrida a apresentação, a comissão validou todos os itens do item 5. Especificações Técnicas Obrigatórias do Termo de Referência Anexo X, e emitindo assim o parecer de ACEITE da solução, concordando assim com a continuidade do processo licitatório." Diante do exposto a empresa PORTABILIS TECNOLOGIA LTDA. - EPP está habilitada. Diante do exposto, encerra-se a sessão e pede-se que seja entregue cópia da ata ao participante presente.

LOTE: 1**Participante: 13703 - PORTABILIS TECNOLOGIA LTDA - EPP**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
1	Serviços mensais Serviço de manutenção mensal, hospedagem e suporte técnico aos usuários do sistema contratado.	MÊS	6,00		0,0000	2.125,00	12.750,00
2	Serviços suplementares de suporte técnico presencial, quando necessários e solicitados. Incluas despesas de diária, alimentação, deslocamento, etc. Prazo máximo de atendimento após solicitação de 15 dias.	HR	50,00		0,0000	102,00	5.100,00
3	Serviços suplementares técnicos de customização e personalização dos sistemas para atender demandas específicas do município, quando necessário e solicitado. Prazo máximo de atendimento após solicitação de 30 dias.	HR	200,00		0,0000	93,50	18.700,00
4	Serviços de disparos de SMS (mensagens de texto curta) para recursos que utilizam este serviço nas especificações.	SMS	8.000,00		0,0000	0,10	800,00

Total do Participante —————> 37.350,00

Total Geral —————> 37.350,00

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE SCHROEDER		PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 2/2018 - PR
CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC		Processo Administrativo: 13/2018 Processo de Licitação: Data do Processo: 07/06/2018
Folha: 2/2		

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação.

Schroeder, 25 de Junho de 2018

COMISSÃO:

- | | | |
|------------------------------------|---------|-------------------|
| Daniela Samulescki | - | - Pregoeiro(a) |
| Ivandra de Souza | - | - Equipe de Apoio |
| Guilherme Sandmann Da Silva Vianna | - | - Equipe de Apoio |
| Valderi Rocha de Camardo | - | - Equipe de Apoio |
| Eloir José Wendt | - | - Equipe de Apoio |

DISPENSA 40/2018-PMS

Publicação Nº 1663483

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE SCHROEDER CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	DISPENSA DE LICITAÇÃO Nr.: 40/2018 - DL
	Processo Nr.: 102/2018 Data: 25/06/2018
Folha: 1/2	

Fornecedor: MLK 13 COMERCIO DE PRODUTOS EM GERAL EIRELI**Código:** 13949**Endereço:** R ITUA,61 - SALA 1 A**Cidade:** São Bernardo do Camp - SP**CNPJ:** 07.602.256/0001-18**Inscrição Estadual:****Objeto da Compra:** Aquisição de Materiais Esportivo Específico para o uso na Modalidade de Atletismo.**ITENS**

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	2,00	"Disco de Atletismo em aço e plástico ABS para lançamento do Disco. 70% do peso localizado no ringue metálico. Indicado para eventos escolares e situações de treino. Peso de 0,750 Kg	UN	201,45	402,90
2	2,00	Fasquia Elástica com pesos para salto em altura com alta resistência; os pesos colocados nas extremidades permitem fixá-la nos postes de uma forma muito simples. Comprimento de 5 metros	UN	152,00	304,00
3	2,00	Fasquia - Barra transversal / Sarrafo para modalidade de salto em altura no atletismo. Projetado em fibra de vidro com sistemas oficiais e do mais alto padrão. Certificado pela IAAF. Indicado para treinamentos e competições de níveis nacionais e internacionais. Inclui ponteiros plásticos substituíveis em caso de quebra, ressecamento ou perda. Comprimento: 4,0 metros. Diâmetro de 30 mm e peso máximo de 2 kg	UN	600,00	1.200,00

FUNDAMENTO LEGAL:**Artigo 24 da Lei 8.666/93 - É dispensável a licitação.**

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

JUSTIFICATIVA

Com ampliação de praticantes desta modalidade em nosso município, bem como a necessidade do uso destes materiais em treinamentos e competições do calendário esportivo e também do fato de que no processo licitatório estes itens foram desertos. Solicita-se a aquisição dos itens relacionados

RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR:

Schroeder, 25 de Junho de 2018

ADRIANO KATH
PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 40/2018 - DL

Processo Nr.: 102/2018
Data: 25/06/2018

Folha: 2/2

18/06/2018

DESPACHO FINAL:

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Dispensa de Licitação, em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores

Schroeder, 18 de Junho de 2018

Valor da Despesa:

1.906,90 (um mil novecentos e seis reais e noventa centavos)

Pagamento.....:

15 DIAS APÓS RECEBIMENTO DO DOCUMENTO FISCAL

Seara

PREFEITURA

ATA REGISTRO PREÇOS P. P. Nº 004/2018- PL 013/2018 - FMS – MEDLEVENSOHN

Publicação Nº 1663676

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 013/2018 - PREGÃO PRESENCIAL N.º. 004/2018-FMS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Ata de Registro de Preços nº. 004/2018-FMS

Pregão Presencial nº. 004/2018 - FMS

Gestor: Fundo Municipal de Saúde

Pelo presente instrumento, nesta cidade de Seara, Estado de Santa Catarina, comparecem as partes justas e contratadas, a saber: de um lado o Município de Seara, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ n.º 83.024.505/0001-13, com sede e foro à av. Anita Garibaldi, n.º 371, centro, Seara, SC, através do Fundo Municipal da Saúde, inscrito no CNPJ nº 11.672.134/0001-75, neste ato representado por seu Secretário e Gestor, Sr. Flávio Joel Zolet, brasileiro, casado, RG nº. 14/R- 2.468.693, CPF nº. 949.975.519-53, residente e domiciliado na av. Paludo, nº 988, bairro São João, Seara, SC, doravante denominado Contratante, e de outro lado na qualidade de contratada, a empresa Medlevensohn Comércio e Representações de Produtos Hospitalares Ltda, CNPJ nº. 05.343.029/0001-90, estabelecida na rua Dois, s/nº, quadra 008- Lote 008, bairro Civit I, Serra, ES neste ato representada pelo Sr. Rafael de Paula Machado, brasileiro, casado, representante comercial, RG nº. 8961069-0, CPF nº. 063.175.059-26, residente e domiciliado na Rua André Gallo, 101, Bloco 03, apto 208, Vale dos Tucanos, CEP 86046-540, Londrina-PR, para assinarem a presente Ata, nos termos da legislação municipal e do Edital do Pregão Presencial nº 004/2018-FMS, de Registro de Preços que tem como objeto a seleção de fornecedores e propostas para aquisição de tiras reagentes para teste de HGT, para fornecimento do objeto, conforme anexo a presente ata:

“ Os preços registrados na presente ata, e que na totalidade importa em R\$ 12.900,00, são válidos por 12 (dozes) meses, passando a vigorar do dia 25/06/2018, tendo, por conseguinte, o termo final de vigência o dia 24/06/2019.

“ As obrigações da Contratada e do Município, sanções e demais cláusulas, termos e condições aplicáveis às contratações decorrentes da presente Ata de Registro de Preços, constam do Edital do Pregão Presencial nº 004/2018 – FMS, cuja observância e aplicabilidade se darão independentemente de transcrição na presente ata.

“ Nada mais, lavrou-se a presente Ata de Registro de Preços que, depois de lida e aceita pelas partes, segue assinada em duas vias de igual teor e forma, para que produza os seus efeitos de direito. Seara, SC, 25/06/2018.

Edemilson Canale
Município de Seara
Contratante

Flávio Joel Zolet
Fundo Municipal de Saúde
Contratante

Rafael de Paula Machado
Medlevensohn Comércio e Representação de Produtos Hospitalares Ltda
Contratada

DECRETO Nº 1449

Publicação Nº 1664278

DECRETO n.º 1449, de 25 de Junho de 2018.

Decreta Luto Oficial no município de Seara.

O Prefeito Municipal De Seara, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso X, art. 108 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica decretado Luto Oficial no âmbito do território do Município de Seara, por 03 (três) dias, em razão do falecimento da servidora Gisela Margarida Germendorff Plaumann.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Seara-SC, 25 de junho de 2018

EDEMILSON CANALE

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se
Em 25 de junho de 2018

Neri Cosmann
Secretário de Administração

DECRETO Nº 1450

Publicação Nº 1664279

DECRETO Nº. 1450, de 25 de junho de 2018.

Nomeia Junta Médica Oficial e dá Outras Providências

O PREFEITO MUNICIPAL DE SEARA, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o artigo 108, inciso X, da Lei Orgânica do Município, em atendimento ao disposto no art. 30 da Lei nº. 9.250, de 26 de dezembro de 1995, combinado com o § 1º do Art. 245, da Lei Complementar nº. 18/2003;

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os profissionais abaixo, para compor Junta Médica Oficial do Município, a fim de atestar ou não, a existência de doença grave, mediante emissão de laudo pericial sobre o atual estado de saúde do servidor aposentado Ivaldino Savaris, afim de subsidiar requerimento formulado pelo mesmo:

- Dr. Daniel Maziero
- Dr. José Vinícius Redin
- Dr. Luiz Renê Peixoto Batista

Parágrafo único. Fica estabelecida a data de 28 de junho 2018, às 08:30 horas para a Junta Médica Oficial emitir laudo pericial, objetivando disponibilizar a prova documental necessária para enquadramento de isenção da contribuição relativa ao imposto de renda retido na fonte, bem como a isenção da alíquota contributiva prevista na lei nº 1360, de 29 de novembro de 2005, do servidor aposentado Ivaldino Savaris.

Art. 2º A Junta Médica Oficial, deverá elaborar o laudo pericial de Avaliação do estado clínico do paciente, fixando o prazo de validade do laudo pericial, no caso de moléstias passíveis de controle.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Seara-SC, 25 de junho de 2018.
EDEMILSON CANALE
Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se
Em 25 de junho de 2018.

Neri Cosmann
Secretário da Administração.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 167/2018

Publicação Nº 1664511

Processo Licitatório nº 167/2018
Edital de Pregão Presencial nº 063/2018

O Município de Seara-SC., Comunica aos interessados, que de acordo com a lei n.º 10.520/02 e lei n.º 8.666/93, estará recebendo até às 08h30min do dia 11/07/2018, "envelope de credenciamento, da proposta e da documentação" referentes à contratação de serviços para publicação de atos do Município em jornal quinzenal de circulação local. A íntegra do Edital de Pregão Presencial poderá ser obtida no Departamento de Licitações do Município e informações pelos telefones (49) 3452-8327 ou 3452-8323.

Seara – SC, 25 de junho de 2018.
Edemilson Canale
Prefeito Municipal

ITENS REGISTRO PREÇOS P. P. Nº 004/2018- PL 013/2018 - FMS – MEDLEVENSOHN

Publicação Nº 1663678

Página: 1/1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SEARA
Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 13/2018 Licitação: 4/2018 - PR Fornecedor: 12383 - MEDLEVENSOHN COM REPRES PROD HOSP LTDA Data da Homologação: 25/06/2018									
1	41915	TIRA REAGENTE PARA DETERMINAÇÃO DE GLICEMIA QUE ACEITE AMOSTRA, CAPILAR, VENOSA, ARTERIAL E NEONATAL, PARA USO EM MONITOR PORTATIL DIGITAL, QUE ACEITE APENAS MG/DL (MILIGAMAS POR DECILITRO) COMO UNIDADE DE MEDIDA. FAIXA DE MEDIÇÃO ENTRE MÍNIMO 10MG OU 20MG DL MÁXIMA ENTRE 500 OU 600MG/DL, PRINCÍPIO DE MEDIÇÃO POR AMPEROMETRIA OU FOTOMETRIA TEMPO DE LEITURA DE 05 A 20 SEGUNDOS. A TIRA DEVE PERMITIR DETERMINAÇÃO SEGURA DE GLICEMIA. AS TIRAS DEVEM SER PARA USO EM MONITOR PORTATIL DIGITAL, QUE HAJA APENAS CONTATO DE SANGUE COM A TIRA REAGENTE. AS TIRAS DEVERÃO ESTAR ACONDICIONADAS EM EMBALAGENS COM 50 UNIDADES, COM VALIDADE DE IGUAL OU SUPERIOR A 12 MESES A CONTAR DA DATA DA ENTREGA.	ON CALL PLUS	UN	600,000	0,0000	21,5000	12.900,00	Vencou
Total do Fornecedor						→	600,000	12.900,00	

Seara, 25 de Junho de 2018.

Serra Alta

PREFEITURA

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 004/2018

Publicação Nº 1664425

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 004/2018

SEGUNDO ADITAMENTO CONTRATUAL QUE ENTRE SI CELEBRAM DE UM LADO O MUNICÍPIO DE SERRA ALTA E A EMPRESA AUTO POSTO SERRA ALTA NOS TERMOS DA LEI Nº. 8.666 DE 21/06/93, OBJETIVANDO A CONTRATAÇÃO SOB O REGIME DE FORNECIMENTO.

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE SERRA ALTA, Estado de Santa Catarina, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CGC sob nº. 80.622.319/0001-98, com sua sede à Avenida Dom Pedro II, 830, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, senhor DARCI CERIZOLLI domiciliado no Município de Serra Alta - SC, portador do CPF sob nº. 430.332.889-87 e RG 1.233.665/SSP/SC.

CONTRATADA: A Empresa AUTO POSTO SERRA ALTA LTDA com sede na(o) Av. Dom Pedro II, 436-A, centro deste Município de Serra Alta/SC inscrita no CGC/MF sob o nº. 03.336.373/0001-26, neste ato representada por seu representante legal Senhor Márcio José Argenta, portador do CPF nº 023.731.509-21 e RG 12C- 2.545.474-9/SSP/SC.

Os CONTRATANTES têm entre si justos e avençados, e celebram o presente Termo Aditivo em decorrência do Processo Licitatório na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº 001/2018, homologado em 26/01/2018, mediante sujeição mútua às normas constantes da Lei Nº 8.666, de 21/06/93, Lei 10.520/2002 e legislação pertinente, ao Edital antes citado, à proposta e às seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

0.1. O presente Aditamento Contratual tem por objeto:

1.1.1 Alterar o Item "2.1 da Cláusula Segunda – Do Preço e condições de pagamento" relativo ao contrato nº 004/2018, com fundamentação legal no artigo 65, parágrafo 1º da Lei de Licitações nº 8.666/93, que passará a vigorar com a seguinte redação:

"CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO"

2.1 - A CONTRATANTE a partir da presente data pagará a CONTRATADA, pela aquisição do combustível, objeto deste Contrato, o preço proposto de R\$ 4,60 (Quatro reais e sessenta centavos) o litro de GASOLINA COMUM, havendo um ACRÉSCIMO de 5,8% por litro em relação ao valor vigente no primeiro termo aditivo ao contrato.

JUSTIFICATIVA:

Justifica-se o acréscimo de valor nos limites permitidos por lei, em função do realinhamento de preço do valor da GASOLINA COMUM, verificado nas notas fiscais de compra do fornecedor que seguem em anexo, como se na íntegra estivesse. Aumento monopolizado pelo mercado interno praticado em todo o país.

CLÁUSULA SEGUNDA- DA PUBLICAÇÃO

2.0. A publicação resumida deste instrumento será efetivada pela CONTRATANTE conforme dispõe o Parágrafo Único do Art. 61 da Lei nº 8.666/93, no Diário Oficial dos Municípios.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO

3.0 Os demais Itens e Cláusulas do Contrato Administrativo que a este deu causa, ficam ratificados permanecendo inalterados em sua íntegra, e com plena eficácia.

3.1 E, por assim estarem justos e acertados, passam a assinar o presente Aditivo ao Contrato Administrativo 004/2018, elaborado em três vias de igual teor e forma, para que surta seus efeitos jurídicos e legais.

Serra Alta - SC, 26 de junho de 2018.

DARCI CERIZOLLI
Prefeito Municipal
Contratante

AUTO POSTO SERRA ALTA LTDA
MÁRCIO JOSÉ ARGENTA
Representante Legal
Contratada

Analisado e Aprovado pelo Departamento Jurídico

LUIZ FERNANDO KREUTZ
Assessor Jurídico
OAB/SC 32.515

TESTEMUNHAS:

EDERSON CEREZOLLI	JEFERSON MARTINI
CPF: 029.867.439-43	CPF: 044.414.139-12
Sec. de Administração	Sec. de Saúde

Siderópolis

PREFEITURA

23/2018 AVISO ERRATA

Publicação Nº 1664368

MUNICÍPIO DE SIDEROPOLIS
PROCESSO DE LICITAÇÃO FMS 23/2018
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL FMS Nº. 06/2018
ERRATA

O Município de Siderópolis comunica aos interessados, que em virtude de erro de digitação fica suprimido descritivo do Edital a expressão: "01 porta traseira deslizante", em virtude de não haver no mercado veículo que atenda essa exigência. Nesse sentido onde se lê: "01 porta traseira deslizante"; lê-se "01 porta lateral deslizante". Demais disposições contidas no Edital permanecem inalteradas. Informações através do e-mail: licitacao@sideropolis.sc.gov.br ou (48) 3435 8900.

Siderópolis, 25 de junho de 2018.
HELIO ROBERTO CESA
Prefeito Municipal

46/2018 EXTRATO DO CONTRATO

Publicação Nº 1664304

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SIDEROPOLIS
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 46/2018
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE SIDEROPOLIS
Contratada...: JR CONSTRUÇÕES E TERRAPLENAGEM LTDA EPP
Valor : 397.320,72 (trezentos e noventa e sete mil trezentos e vinte reais e setenta e dois centavos)
Vigência : Início: 22/06/2018 Término: 19/10/2018
Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 2/2018
Recursos : Dotação:
Objeto : Contratação de empresa especializada em serviços de pavimentação asfáltica e drenagem da Rua João Carvalho, com extensão de 205,42m e da Rua Antônio Carminatti, com extensão 202,42m, localizadas no Bairro Rio Fiorita no município de Siderópolis/SC, conforme convênio nº 2018TR00734, que entre si celebram o Estado de Santa Catarina, por meio da Agência de Desenvolvimento Regional de Criciúma e Prefeitura Municipal de Siderópolis/SC, conforme processo nº ADR20 5639//2018.

Siderópolis, 25 de Junho de 2018

Sombrio

PREFEITURA

DECRETO Nº. 092/2018

Publicação Nº 1663770

DECRETO Nº 092, DE 15 DE JUNHO DE 2018.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO FISCAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SOMBRIO – SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO - SC, em exercício, Senhora Gislane Dias da Cunha, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio - SC, de 06 de abril de 1990 e o artigo 6º, da Lei nº 2346 de 05 de Dezembro de 2017, (Lei Orçamentária).

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto ao orçamento fiscal da Prefeitura Municipal de Sombrio, crédito suplementar, no valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) , na seguinte dotação orçamentária:

05.01 – GERENCIA DE EDUCAÇÃO

2.030 – Manutenção do Ensino Fundamental

3.3.90.00.00.00.00.0086(085) Aplicações Diretas R\$ 200.000,00

Art. 2º A abertura de Crédito de que trata o art. 1º, correrá à conta do provável excesso re arrecadação da fonte 86 (recursos Próprios em Educação)

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Município de Sombrio – SC, 15 de junho de 2018.

Gislane Dias da Cunha

Prefeito Municipal e.e

Registrado e publicado nesta secretaria em data supracitada

José Sidnei Januário

Secretário Municipal de Finanças e Administração

DECRETO Nº. 093/2018

Publicação Nº 1664178

DECRETO Nº 093, DE 15 DE JUNHO DE 2018.

CONSTITUI E NOMEIA OS MEMBROS DA COMISSÃO DOS PROCESSOS SELETIVOS Nº. 001/2018 (ADMINISTRAÇÃO), Nº 002/2018 (SAÚDE) E 003/2018 (SAMAE).

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SOMBRIO-SC, em exercício, Senhora Gislane Dias da Cunha, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Item VI, Art. 66 da Lei Orgânica do Município de Sombrio – SC, de 06 de abril de 1990.

DECRETA:

Art. 1º. Fica constituída a Comissão dos Processos Seletivos nº 001/2018 (Administração), nº 002/2018 (Saúde) e nº 003/2018 (Samae), integrada pelos Senhores Maria Regina Quartieiro de Matos, Dangelo da Silva Santos, Everton Luiz Santos, Valdinéia Pedro Cardoso, Ionara de Souza rodrigues, Tiago da Rosa Teixeira e Ana Paula Medeiros Floriano, para, sob a Presidência do primeiro, coordenar, supervisionar e executar os Processos Seletivos destinados ao preenchimento de vagas transitórias que surgirem durante a vigência dos referidos Processos.

Parágrafo Único. A Comissão fica autorizada a convocar outros servidores e assessoria técnica para participar da operacionalização destes processos seletivos.

Art. 2º. O Poder Executivo poderá contratar empresa especializada na área para elaboração e julgamento dos Processos Seletivos, correndo as despesas por conta das dotações próprias do Orçamento Geral do Município.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio (SC), 15 de junho de 2018.

Gislane Dias da Cunha

Prefeito Municipal e.e

Registrado e Publicado nesta Secretaria na data supracitada.

José Sidnei Januário
Secretário Municipal de Finanças e Administração

EXTRATO CONTRATO 70/2018

Publicação Nº 1664097

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SOMBRIO

EXTRATO DO CONTRATO N.º 70/2018

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SOMBRIO/SC.

CONTRATADO: FABSUL PAVIMENTACOES EIRELI.

DO OBJETO: Contratação de empresa especializada para pavimentação com lajotas sextavadas de concreto na Rua Pedro Coelho (Etapa 2), com área total de 247,92m, localizada no Bairro São José, município de Sombrio/SC. Conforme localização, condições e quantitativos, obedecidas as condições, quantitativos, especificações técnicas constantes no memorial descritivo, planilha orçamentária, cronograma físico financeiro e projeto básico anexo ao edital.

DO VALOR: R\$ 249.692,53 (duzentos e quarenta e nove mil, seiscentos e noventa e dois reais e cinquenta e três centavos).

DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS: 04.02 – 1.012 – 4.4.90.51.98.00.00.00080 (035) – R\$ 3.842,53; 04.02 – 1.012 – 4.4.90.51.98.00.00.00524 (279) - R\$ 245.850,00.

DA VIGÊNCIA: 22/06/2018 a 31/12/2018.

DATA DA ASSINATURA: 22/06/2018.

Gislane Dias da Cunha

Prefeita Municipal em Exercício

EXTRATO HOMOLOGAÇÃO - TP 38/2018

Publicação Nº 1664092

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SOMBRIO

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 38/2018

TOMADA DE PREÇOS Nº 38/2018

A Comissão Permanente de Licitações torna público que foi homologado o Processo Licitatório nº 38/2018 no dia 22/06/2018, que tem por finalidade selecionar a proposta mais vantajosa para futura contratação de empresa especializada para pavimentação com lajotas sextavadas de concreto na Rua Pedro Coelho (Etapa 2), com área total de 247,92m, localizada no Bairro São José, município de Sombrio/SC. Conforme localização, condições e quantitativos constantes no memorial descritivo, planilha orçamentária, cronograma físico-financeiro e projeto básico anexo ao edital, após análise os membros da comissão de licitações julgaram e classificaram em 1º. lugar, a empresa FABSUL PAVIMENTACOES EIRELI, com o menor valor global de R\$ 249.692,53 (duzentos e quarenta e nove mil, seiscentos e noventa e dois reais e cinquenta e três centavos). O ato de homologação e adjudicação encontra-se apenas ao processo licitatório à disposição dos interessados. Sombrio/SC, 22 de junho de 2018.

Gislane Dias da Cunha

Prefeita Municipal em Exercício

PORTARIA Nº. 098/2018

Publicação Nº 1664180

PORTARIA Nº 098 DE 19 DE JUNHO DE 2018

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDOR PÚBLICO QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO – SC, em exercício, Senhora Gislane Dias da Cunha, usando da competência privativa que lhe concede a Lei Orgânica do Município de Sombrio – SC, e em conformidade com a Lei 1.414 de 20 de maio de 2003, (Estatuto do Servidor Público Municipal).

RESOLVE:

Conceder a 1ª Licença Prêmio ao servidor efetivo, Sra. JAQUELINE FERREIRA MACHADO DE BORBA, Auxiliar de Educação Infantil, com Carga Horária de 30 (trinta) horas semanais, como segue:

MATRICULA PER. AQUISITIVO PERÍODO DE GOZO

5312 2011 à 2016 01/06/2018 à 01/09/2018

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio - SC, 19 de junho de 2018.

Gislane Dias da Cunha

Prefeito Municipal e.e

Registrada e Publicada nesta Secretaria em data supracitada.

José Sidnei Januário
Secretario Municipal de Finanças e Administração

PORTARIA Nº. 099/2018

Publicação Nº 1664187

PORTARIA Nº 099 DE 19 DE JUNHO DE 2018

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDOR PÚBLICO QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO – SC, em exercício, Senhora Gislane Dias da Cunha, usando da competência privativa que lhe concede a Lei Orgânica do Município de Sombrio – SC, e em conformidade com a Lei 1.414 de 20 de maio de 2003, (Estatuto do Servidor Público Municipal).

RESOLVE:

Conceder a 1ª Licença Prêmio ao servidor efetivo, Sra. SILVIA REGINA DE MATOS, Auxiliar de Educação Infantil, com Carga Horária de 30 (trinta) horas semanais, como segue:

MATRICULA PER. AQUISITIVO PERÍODO DE GOZO

4353 2013 à 2018 07/06/2018 à 06/09/2018

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio - SC, 19 de junho de 2018.

Gislane Dias da Cunha
Prefeito Municipal e.e

Registrada e Publicada nesta Secretaria em data supracitada.

José Sidnei Januário
Secretario Municipal de Finanças e Administração

Tangará

PREFEITURA

DECRETO N.º 085, DE 20 DE JUNHO DE 2018

Publicação Nº 1664331

DECRETO N.º 085, DE 20 DE JUNHO DE 2018

“DETERMINA A DEVOLUÇÃO DOS VALORES REFERENTES A CONTRIBUIÇÃO SINDICAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

NADIR BAU DA SILVA, Prefeito de Tangará, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 74, incisos VII e,

Considerando que a Lei 13.467, de 13/7/2017, denominada de reforma trabalhista, alterou o artigo 579 da Consolidação das Leis do Trabalho, dando-lhe a seguinte redação:

“Art. 579. O desconto da contribuição sindical está condicionado à autorização prévia e expressa dos que participem de uma determinada categoria econômica ou profissional, ou de uma profissão liberal, em favor do sindicato representativo da mesma categoria”.

Considerando o contido no art. 3º do Decreto Municipal n.º 036/2017.

DECRETA:

Art. 1º. Fica determinada a devolução dos valores retidos e não repassados a título de contribuição sindical aos servidores municipais de Tangará.

Art. 2º. Fica o Departamento de Recursos Humanos proibido de descontar valores dos servidores municipais a título de contribuição sindical até nova ordem do Poder Executivo, salvo se houver determinação judicial neste sentido.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ – SC, 20 DE JUNHO DE 2018.

NADIR BAU DA SILVA
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA N.º 339, DE 04 DE JUNHO DE 2018.

Publicação Nº 1664326

PORTARIA N.º 339, DE 04 DE JUNHO DE 2018.

NOMEIA MEMBROS PARA COMPOREM O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE

NADIR BAÚ DA SILVA, Prefeito Municipal de Tangará, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 74, VII, da Lei Orgânica do Município, e tendo em vista o disposto no art. 8º da Lei n. 1.517/01,

RESOLVE:

Art. 1º. O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente fica composto pelos seguintes membros:

I – REPRESENTANTES GOVERNAMENTAIS:

- a) SANDRA SPLENDOR RODRIGUES - Secretaria Municipal de Saúde, Habitação e Bem Estar Social;
- b) WILLIN ZEN - Secretaria Municipal da Administração, Planejamento e Finanças, que atuará na Presidência da Comissão;
- c) ALDAIR BIASIOLO – Secretaria Municipal da Agricultura, Pecuária, Indústria, Comércio e Meio Ambiente;
- d) MARLENE VALESAN – Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Juventude, Esportes e Lazer;

II – REPRESENTANTES NÃO GOVERNAMENTAIS:

- a) MARIVONE FRIZZO – Pastoral da Saúde;
- b) ODETE PANCERI – Pastoral da Criança;
- c) NADIR FRITZEN – Comissão Municipal do Idoso;

d) HELIO RENATO DE ALMEIDA – APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais:

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Portaria de n.º 035, de 23 de janeiro de 2018.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ – SC, 04 DE JUNHO DE 2018.

NADIR BAÚ DA SILVA
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 351, DE 19 DE JUNHO DE 2018

Publicação Nº 1663685

PORTARIA Nº 351, DE 19 DE JUNHO DE 2018.

“DESIGNA SERVIDOR PÚBLICO RESPONSÁVEL PARA EFETUAR PRESTAÇÕES DE CONTAS DE CONVÊNIOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

NADIR BAÚ DA SILVA, Prefeito de Tangará, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 74, inciso, VII, da Lei Orgânica do Município, e tendo em vista o disposto; e

Considerando o ofício do controle interno nº 089/2018/CI; e

Considerando que o servidor a ser designado já recebe gratificação por exercer função junto ao setor de projeto, conforme Portaria nº 319, de 03 de maio de 2017;

RESOLVE:

Art. 1º. Designar o servidor público municipal ALAN PERAZZOLI TORCATTO, ocupante do cargo de provimento efetivo de TÉCNICO AGRÍCOLA – NÍVEL 10 – CLASSE A, como responsável pela realização, confecção, controle de prazos, publicação e arquivamentos dos processos de prestação de contas de convênios, de contratos de repasses, de termos de colaboração, de termo de fomento, de acordos de colaboração, entre outros, firmados pelo Município de Tangará/SC.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ/SC, 19 DE JUNHO DE 2018.

NADIR BAÚ DA SILVA
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº. 361, DE 25 DE JUNHO DE 2018.

Publicação Nº 1664329

PORTARIA Nº. 361, DE 25 DE JUNHO DE 2018.

EXONERA SERVIDOR CONTRATADO EM CARÁTER TEMPORÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NADIR BAÚ DA SILVA, Prefeito Municipal de Tangará Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 74, inciso VII, da Lei Orgânica do Município.

Considerando: O Término do Contrato de Trabalho;

RESOLVE:

Art.1º- Exonerar a servidora CICERA APARECIDA MORAES COELHO, ocupante do cargo de TECNICA DE ENFERMAGEM – NIVEL 09 – CLASSE A, a partir de 25/06/2018.

Art.2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ-SC, EM 25 DE JUNHO DE 2018.

NADIR BAÚ DA SILVA
PREFEITO MUNICIPAL

Tigrinhos

PREFEITURA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO CONTRATO 013-2017

Publicação Nº 1664654

EXTRATO DE TERMO ADITIVO
MUNICIPIO DE TIGRINHOS

O MUNICIPIO DE TIGRINHOS – torna público, para conhecimento dos interessados, que foi celebrado termo aditivo para prorrogação de prazo de contratação referente contrato nº. 013/2017, cujo objeto é a contratação de empresa para recolhimento e transporte de resíduos sólidos do perímetro urbano, área industrial e interior do Município de Tigrinhos/SC, conforme previsão do inciso II do artigo 57 da Lei nº. 8.666/93.

TIGRINHOS/SC, em 26 de junho de 2018.
DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Tijucas

PREFEITURA

AVISO DE DESERTO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 009/FMDR/2018

Publicação Nº 1663867

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE TIJUCAS

AVISO DE DESERTO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 009/FMDR/2018
PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº 007/FMDR/2018

Aos vinte dias do mês de junho do ano de dois mil e dezoito, às oito horas, reuniram-se a Pregoeira e a Equipe de apoio em função dos Autos do Processo Licitatório nº 009/FMDR/2018 do Pregão Presencial Registro de Preço n. 007/FMDR/18, sendo o objeto Contratação de empresa para fornecimento de mudas de cítros (Tangerinas) para Fundo Municipal de Agricultura Pesca e Meio Ambiente de Tijucas, do Município de Tijucas/SC. Ponderaram que:

- a) Aberto o presente processo licitatório de Processo Licitatório nº 009/FMDR/2018 do Pregão Presencial Registro de Preço n. 007/FMDR/18, denota-se que não acudiram interessados na licitação;
- b) Que observou-se as formalidades legais, revestida de ampla Publicidade, sendo que no momento da sessão o edital encontra-se no site www.tijucas.sc.gov.br, conforme acostado nos autos;

Observando a uniformidade procedimental e o Bem Comum; considerando os Princípios Legais; DECIDE, a Pregoeira e a Equipe de Apoio ad cautelam, JULGAR DESERTO o presente processo licitatório. Publique-se. Tijucas, SC 20 de junho de 2018.

Publique-se. Informações Complementares: O Edital e inteiro teor está a disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito a Rua Cel. Büchelle, 01, Centro, Tijucas – SC e no site www.tijucas.sc.gov.br.

ELÓI MARIANO ROCHA – PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO 1331-2018

Publicação Nº 1663865

DECRETO Nº 1331, 25 DE JUNHO DE 2018.
Convoca o V Congresso do Município e constitui Comissão Preparatória.

ELOI MARIANO ROCHA, Prefeito do Município de Tijucas, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VIII, do art. 82 e na forma da alínea "n", do inciso I, do parágrafo único do art. 31-A, todos da Lei Orgânica Municipal, e de acordo com o disposto na Lei Complementar nº 5, de 26 de novembro de 2010, e demais disposições legais,

DECRETA:
CAPÍTULO I
DO V CONGRESSO DO MUNICÍPIO

Art. 1º O V Congresso do Município de Tijucas, Estado de Santa Catarina, decorre da Lei Complementar nº 5, de 26 de novembro de 2010, e considera que um Congresso do Município é, conforme o art. 255: "instância máxima deliberativa do Sistema de Acompanhamento e Controle da política territorial e urbanística, constituindo espaço público privilegiado para estabelecer parcerias, dirimir conflitos coletivos e legitimar as ações e medidas referentes à política territorial e urbanística, devendo ser realizado bienalmente".

Art. 2º Entende-se a necessidade da realização do V Congresso do Município de Tijucas para a eleição do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano, Rural e do Meio Ambiente, que nos termos do artigo 258 da Lei Complementar nº 5, de 26 de novembro de 2010, "é um órgão colegiado, de natureza permanente, deliberativa, consultiva e propositiva, sendo parte deste Sistema de Acompanhamento e Controle" e considerando a definição do artigo 262 que impõe "Fica instituído o Congresso do Município referido nesta Lei Complementar enquanto fórum de eleição dos conselheiros territoriais".

Art. 3º Objetivando a Racionalidade e a Eficiência, abrindo-se o V Congresso do Município à comunidade, nele poderão ser apresentados formalmente, eleitos ou indicados, os representantes/conselheiros setoriais/territoriais, pontuando-se que na forma do art. 263 da Lei Complementar nº 5, de 26 de novembro de 2010, "Os representantes setoriais serão escolhidos no âmbito de seu respectivo setor, no exercício de sua autonomia".

Art. 4º O V Congresso do Município de Tijucas ocorrerá no dia 24 de julho de 2018, com início às 19h00m horas, nas dependências da ACIT - Associação Comercial e Industrial de Tijucas, Rua Minervino Miguel Ferreira, 354 – Centro, Tijucas, SC, e será antecedido de divulgação e sintonia com a cooperação entre os diversos atores sociais.

Art. 5º Durante o V Congresso do Município de Tijucas, após a composição e posse do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano, Rural e do Meio Ambiente, poderá ele, visando a sua operacionalização, eleger na forma do seu regimento interno a sua diretoria.

CAPÍTULO II

DO CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO, RURAL E DO MEIO AMBIENTE DE TIJUCAS.

Art. 6º No V Congresso do Município de Tijucas, observadas as condições legais, será eleito e composto o Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano, Rural e do Meio Ambiente de Tijucas, cuja estrutura legal assim se insere conforme o artigo 261 da Lei Complementar nº 5, de 26 de novembro de 2010:

"Art. 261 O Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano, Rural e do Meio Ambiente de Tijucas se organiza seguindo critérios de representação territorial e setorial, sendo composto, em sua totalidade, por 73 (setenta e três) representantes.

§ 1º A representação territorial será composta por 34 (trinta e quatro) membros representantes das 06 (seis) Macrozonas do Município, observada a seguinte distribuição e composição:

I - 14 (quatorze) representantes da Macrozona Urbana, que compreende:

- a) Bairro Centro, sendo 02 (dois) representantes;
- b) Bairro Joaia, sendo 02 (dois) representantes;
- c) Bairro Areias, sendo 02 (dois) representantes;
- d) Bairro Santa Luzia, sendo 02 (dois) representantes;
- e) Bairro Praça, sendo 02 (dois) representantes;
- f) Bairro XV de novembro, sendo 02 (dois) representantes;
- g) Bairro Universitário, sendo 02 (dois) representantes;

II - 3 (três) representantes da Macrozona de Expansão Urbana 1, que compreende:

- a) Sul do Rio;
- b) Pernambuco;

III - 8 (oito) representantes da Macrozona de Expansão Urbana 2, que compreende:

- a) Nova Descoberta;
- b) Santo Antônio;
- c) Capim Branco;

IV - 3 (três) representantes da Macrozona Rural de Terra Nova, que compreende:

- a) Oliveira, sendo 01 (um) representante;
- b) Campo Novo, sendo 01 (um) representante;
- c) Terra Nova, sendo 01 (um) representante;

V - 4 (quatro) representantes da Macrozona Rural de Timbé, que compreende:

- a) Timbé, sendo 02 (dois) representantes;
- b) Itinga, sendo 02 (dois) representantes;

VI - 2 (dois) representantes da Macrozona Rural de Morretes.

§ 2º A representação setorial será composta por 39 (trinta e nove) membros, observada a seguinte distribuição e composição:

I - 7 (sete) representantes do Poder Executivo municipal;

II - 3 (três) representantes do Poder Legislativo Municipal;

III - 14 (quatorze) representantes dos movimentos sociais e populares;

IV - 5 (cinco) representantes dos trabalhadores através de suas entidades sindicais;

V - 5 (cinco) representantes dos empresários relacionados à produção e ao financiamento do desenvolvimento urbano;

VI - 3 (três) representantes de entidades profissionais, acadêmicas e de pesquisa;

VII - 1 (um) representante das Organizações Não-Governamentais, relacionadas com a produção do espaço urbano, e com atuação no município;

VIII - 1 (um) representante dos Conselhos Municipais.

§ 3º Fica assegurada uma vaga de suplente para cada conselheiro territorial e setorial".

Art. 7º O mandato dos conselheiros territoriais e setoriais será de dois anos, sendo permitida uma reeleição sucessiva.

CAPÍTULO III
DA DINÂMICA DOS TRABALHOS
Seção I
Da Comissão Preparatória

Art. 8º A Comissão Preparatória do V Congresso do Município de Tijucas será constituída dos seguintes membros:

I – Nelson Zunino Duarte;

II – Lélia Regina Campos de Oliveira Ternes;

III – Djalma Silva Bittencourt;

IV – Rodrigo Walter;

V – Leila dos Anjos Costa – Chefe de Gabinete;

VI – Janaina Pereira Correia;

VII – Edison Flores.

Parágrafo único. A coordenação será exercida pelo Senhor Nelson Zunino Duarte, ficando às senhoras Leila dos Anjos Costa e Janaina Pereira Correia designadas para secretariar os trabalhos desenvolvidos pela Comissão Preparatória.

Art. 9º A Comissão Preparatória do V Congresso do Município de Tijucas compete:

I – solicitar a indicação dos titulares e suplentes dos representantes setoriais das entidades e organizações previstas no § 2º do artigo 261 da Lei Complementar nº 5, de 26 de novembro de 2010;

II – elaborar e divulgar o Regimento Interno do V Congresso do Município de Tijucas;

III – promover ampla divulgação e as ações de comunicação, sensibilização, mobilização e organização da participação popular no V Congresso do Município de Tijucas;

IV – Conduzir, ordenar e organizar as propostas e discussões relacionadas com o objeto do V Congresso do Município de Tijucas, promovendo a eleição dos representantes territoriais, na forma prevista no § 1º do artigo 261 da Lei Complementar nº 5, de 26 de novembro de 2010, bem como, da eleição da diretoria do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano, Rural e do Meio Ambiente de Tijucas;

V – cumprir e fazer cumprir o disposto na Lei Complementar nº 5, de 26 de novembro de 2010, especificamente relacionado ao Congresso, servindo de canal direto de comunicação do Município de Tijucas com as entidades e organizações civis e publicas.

Parágrafo único. A Comissão Preparatória do V Congresso do Município de Tijucas, além de contar com a colaboração e orientação dos funcionários do Município de Tijucas, poderão mediante processo legal, contratar serviços de terceiros para o perfeito desempenho de suas atribuições.

Art. 10. A função de membro da Comissão Preparatória do V Congresso do Município de Tijucas, considerado serviço público de caráter relevante, será exercida sem qualquer encargo ou ônus para o Município de Tijucas.

Seção II
Da Programação

Art. 11. A Plenária do V Congresso do Município de Tijucas obedecerá à seguinte programação inicial (dia 24 de julho de 2018, Terça-feira):

I – Das 18h00m às 19h00m - Credenciamento com Assinatura do Livro Presenças;

II – 19h10m - Abertura Oficial;

III – 19h30m - Recebimento de Atas ou Documentos oficiais sobre eleição ou indicação de representantes setoriais e abertura de procedimentos que se fizerem necessários;

IV – 19h50m - Recebimento de nomes de candidatos a conselheiros territoriais e conseqüente eleição que ocorrerá mediante voto secreto apenas entre os presentes residentes e atuantes nas macrozonas e na forma compreendida por elas;

V – 21h00m - Intervalo com lavratura de Ata e Posse automática;

VI – 21h15 - Eventual composição de diretoria mediante eleição entre os titulares presentes;

VII – 21h30m – Encerramento.

Parágrafo único. Iniciados os trabalhos, poderão os horários ser ajustados, ao prolongamento de atos, conforme a demanda se fizer justificada.

Seção III Das votações

Art. 12. As votações para a Composição do Conselho, no que couber, obedecerão aos seguintes critérios:

I – Serão secretas;

II – Ocorrerão no âmbito dos interessados residentes na macrozona ou do respectivo setor;

III – O mais votado será considerado titular e o imediatamente a ele, com menos voto, será considerado suplente;

Art. 13. Assegurar-se-á o questionamento, pela Ordem, exceto no período de votação e os casos omissos serão encaminhados pelo Coordenador, ouvida a Plenária.

CAPÍTULO IV DAS DIRETRIZES FUNDAMENTAIS AO V CONGRESSO DO MUNICÍPIO E AOS ATOS DECORRENTES

Art. 14. Nos termos do art. 259 da Lei Complementar 5/2010, são objetivos fundamentais do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano, Rural e do Meio Ambiente de Tijucas:

I – promover o desenvolvimento municipal, sempre considerando a integração e complementaridade entre atividades urbanas e rurais, de forma a buscar o desenvolvimento socioeconômico do Município e sua área de influência;

II – garantir a efetiva participação da Sociedade Civil em todas as fases do processo de planejamento e gestão territorial e urbanística;

III – integrar políticas e ações responsáveis pela intervenção urbanística;

IV – articular-se com os outros conselhos setoriais, sejam de âmbito municipal, estadual ou nacional;

V – acompanhar, avaliar e garantir a continuidade no tempo das políticas, planos, programas e projetos:

a) de desenvolvimento territorial e urbanístico do Município;

b) sobre o uso, destinação e obras em edificações históricas;

VI – acompanhar e avaliar a implementação da legislação orçamentária municipal de acordo com as diretrizes, prioridades, planos, programas, projetos e instrumentos expressos nesta Lei Complementar;

VII – acompanhar, avaliar e aprovar a elaboração, correção e atualização da Planta de Valores Genéricos (PVG);

VIII – promover ações na esfera local que contribuam para a criação e operacionalização do Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano.

Art. 15. Ao Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano, Rural e do Meio Ambiente de Tijucas, compete:

I – defender e garantir a efetiva participação da Sociedade Civil, em observância ao Estatuto da Cidade, bem como a continuidade de políticas, planos, programas e projetos de desenvolvimento territorial e urbanístico do Município;

II – estimular a ampliação e o aperfeiçoamento dos mecanismos de participação e controle social municipais e regionais;

III – estudar e propor diretrizes para a formulação e implementação da política municipal de desenvolvimento territorial e urbanístico, de forma articulada com as demais políticas de desenvolvimento territorial e urbanístico, sejam estas de nível nacional, estadual, regional e/

ou metropolitano;

IV – acompanhar e avaliar a execução das políticas referidas no inciso anterior, deliberando e emitindo orientações, com vistas ao cumprimento do Estatuto da Cidade;

V – propor a edição de normas gerais que regulem matéria territorial e urbanística;

VI – articular-se com outros conselhos municipais, de forma a integrar ações e políticas pertinentes;

VII – articular-se com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano, ou Conselho das Cidades, bem como com o conselho similar na esfera estadual, de forma a integrar ações e políticas pertinentes, contribuindo, no exercício de suas atribuições, com a criação do Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano;

VIII – opinar sobre os projetos de lei de matéria urbanística a serem encaminhados ao Poder Legislativo municipal bem como quanto a sua sanção;

IX – aprovar seu regimento interno e decidir sobre as alterações propostas por seus membros, na forma desta Lei Complementar;

X – criar e gerenciar um Fundo Municipal voltado ao financiamento dos planos, programas e projetos estabelecidos nesta Lei Complementar;

XI – criar Câmara Temática no âmbito do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano, Rural e do Meio Ambiente de Tijucas, com a função de aprovar o uso, a destinação e obras em edificações históricas.

§ 1º É facultado ao Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano, Rural e do Meio Ambiente de Tijucas, diretamente ou através, de assessorias, consultorias e auditorias:

I – promover a realização de eventos municipais e regionais sobre temas relacionados aos seus objetivos;

II – solicitar e/ou realizar estudos sobre temas relacionados aos seus objetivos.

Art. 16. As despesas e a organização correrão a conta da Secretaria Municipal de Obras, Transportes e Serviços Públicos e da Secretaria Municipal de Administração no que couber.

Art. 17. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Tijucas (SC), 25 de junho de 2018.

ELOI MARIANO ROCHA

Prefeito do Município de Tijucas

DECRETO Nº 1332-2018

Publicação Nº 1664616

DECRETO Nº 1332, 26 DE JUNHO DE 2018.

Define a extinção da Farmácia Popular do Brasil no Município de Tijucas.

ELOI MARIANO ROCHA, Prefeito do Município de Tijucas, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VIII, do art. 82 e na forma da alínea "o", do inciso I, do parágrafo único do art. 31-A, todos da Lei Orgânica Municipal, e demais disposições legais, e ainda,

CONSIDERANDO a necessidade preliminar de providências para extinção da Farmácia Popular do Brasil no Município de Tijucas,

DECRETA:

Art. 1º Fica extinta a Farmácia Popular do Brasil no Município de Tijucas, que tinha sede na Avenida Bayer Filho, nº 688, Centro, na Cidade de Tijucas, Estado de Santa Catarina, CEP 88.200-000, e que teve seu início em 10 de janeiro de 2006.

Art. 2º Proceda-se a baixa no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ/MF) junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil e a baixa da Inscrição Estadual junto à Secretaria de Estado da Fazenda do Estado de Santa Catarina.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Tijucas (SC), 26 de junho de 2018.

ELOI MARIANO ROCHA

Prefeito do Município de Tijucas

EXTRATO RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 113/PMT/2018 PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº 067/PMT/2018

Publicação Nº 1663611

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE TIJUCASEXTRATO DO RESULTADO DO PROCESSO Nº 113/PMT/2018 DO
PREGÃO PRESENCIAL SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 067/PMT/2018

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços, no fornecimento de diversos tipos de vidros, espelhos, acessórios e de materiais necessários à colocação dos mesmos, para atender a Secretaria de Educação nos próximos 12 (doze) meses, em todas as dependências que compõem a estrutura física, abarcando todas as unidades escolares e prédio central, com prestação dos serviços, incluindo mão-de-obra e materiais, conforme especificações, da Secretaria Municipal de Educação, do Município de Tijucas/SC.

Empresa Vencedora do Processo: BERNARDINO INDALICIO DA SILVA EPP, foi vencedora dos itens: 04 e 05, no valor de R\$ 3.745,50 (Três mil, setecentos e quarenta e cinco reais e cinquenta centavos).

Empresa Vencedora do Processo: GENOIR VAZ ME, foi vencedora dos itens: 01,02 e 03, no valor de R\$ 30.834,40 (Trinta mil, oitocentos e trinta e quatro reais e quarenta centavos).

Informações Complementares: Setor de Licitações, sito a Rua Cel. Büchelle, 01, Centro, Tijucas – SC e no site www.tijucas.sc.gov.br
Elói Mariano Rocha – Prefeito Municipal de Tijucas

EXTRATO TERMO DE CONTRATO 002/FMS/17 DO PROCESSO LICITATÓRIO 003/FMS/17 - CHAMADA PÚBLICA

Publicação Nº 1663554

EXTRATO TERMO DE CONTRATO Nº 002/FMS/2017 DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 003/FMS/17- CHAMADA PÚBLICA

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TIJUCAS, PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO INTERNO, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.
CONTRATADA: CLÍNICA REVITALE LTDA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE ENTIDADES PÚBLICAS, FILANTRÓPICAS OU SEM FINS LUCRATIVOS E ENTIDADES PRIVADAS, PRESTADORAS DE SERVIÇOS EM PROCEDIMENTOS COM FINALIDADE DIAGNÓSTICA EM ULTRASSONOGRAFIA, CUJA RELAÇÃO DE PROCEDIMENTOS ENCONTRA-SE DISCRIMINADOS NA "TABELA DE PROCEDIMENTOS, MEDICAMENTOS, ÓRTESES E PRÓTESES E MATERIAIS ESPECIAIS (OPM) DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE – SUS", DISPONÍVEL ATRAVÉS DO SIGTAP – SISTEMA DE GERENCIAMENTO DA TABELA DE PROCEDIMENTOS, MEDICAMENTOS, ÓRTESES, PRÓTESES E MATERIAIS ESPECIAIS (OPM) DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE – SUS, NO SEGUINTE ENDEREÇO ELETRÔNICO: [HTTP://SIGTAP.DATASUS.GOV.BR](http://SIGTAP.DATASUS.GOV.BR), CONFORME AS ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES DO ANEXO I DO EDITAL DA CHAMADA PÚBLICA Nº 003/FMS/2017, DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS/SC.

VALOR: R\$: 9.000,00 (NOVE MIL REAIS).

TIJUCAS/SC, 05 DE DEZEMBRO DE 2017.

EXTRATO TERMO DE CONTRATO 003/FMS/2017 DO PROCESSO 003/FMS/17 - CHAMADA PÚBLICA

Publicação Nº 1663666

EXTRATO TERMO DE CONTRATO Nº 003/FMS/2017 DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 003/FMS/17- CHAMADA PÚBLICA

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TIJUCAS, PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO INTERNO, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.
CONTRATADA: TL PORTO CENTRO MÉDICO LTDA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE ENTIDADES PÚBLICAS, FILANTRÓPICAS OU SEM FINS LUCRATIVOS E ENTIDADES PRIVADAS, PRESTADORAS DE SERVIÇOS EM PROCEDIMENTOS COM FINALIDADE DIAGNÓSTICA EM ULTRASSONOGRAFIA, CUJA RELAÇÃO DE PROCEDIMENTOS ENCONTRA-SE DISCRIMINADOS NA "TABELA DE PROCEDIMENTOS, MEDICAMENTOS, ÓRTESES E PRÓTESES E MATERIAIS ESPECIAIS (OPM) DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE – SUS", DISPONÍVEL ATRAVÉS DO SIGTAP – SISTEMA DE GERENCIAMENTO DA TABELA DE PROCEDIMENTOS, MEDICAMENTOS, ÓRTESES, PRÓTESES E MATERIAIS ESPECIAIS (OPM) DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE – SUS, NO SEGUINTE ENDEREÇO ELETRÔNICO: [HTTP://SIGTAP.DATASUS.GOV.BR](http://SIGTAP.DATASUS.GOV.BR), CONFORME AS ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES DO ANEXO I DO EDITAL DA CHAMADA PÚBLICA Nº 003/FMS/2017, DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS/SC.

VALOR: R\$: 9.000,00 (NOVE MIL REAIS).

TIJUCAS/SC, 20 DE JUNHO DE 2018.

PROCESSO LICITATÓRIO N° 119/PMT/2018 PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO N° 070/PMT/2018
Publicação N° 1663690

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE TIJUCAS

AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO N° 119/PMT/2018
PREGÃO PRESENCIAL
REGISTRO DE PREÇO N° 070/PMT/2018

Objeto: Aquisição de troféus e medalhas para premiação das competições escolares (Olest e Moleque Bom de Bola) no ano 2018, da Secretaria Municipal de Educação, do Município de Tijucas/SC.

Tipo: Menor Preço Por Item;

Data de Abertura: 06 de julho de 2018, as 08h00.

Informações Complementares: O Edital e inteiro teor está a disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito a Rua Cel. Büchelle, 01, Centro, Tijucas – SC e no site www.tijucas.sc.gov.br.

ELOI MARIANO ROCHA – PREFEITO MUNICIPAL

Timbó

PREFEITURA

ATA ABERTURA DAS PROPOSTA DE PREÇO - TOMADA DE PREÇO N.º 54 2018 PMT

Publicação N° 1664416

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ
ATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS DE PREÇOS
TOMADA DE PREÇOS N° 54/2018 – PMT

Às catorze horas, do vigésimo quinto dia, do mês de junho de dois mil e dezoito (25/06/2018), na sala de licitações da Prefeitura de Timbó, reuniram-se os membros da Comissão Permanente de Licitações, designada pela Portaria n° 540, de 02 de janeiro de 2018, além do Sr. Renan C. A. Correa, representando a empresa SOVRANA ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA. EPP e do Sr. Jose Carlos Cardoso, representando a empresa CONSTRUTORA EMC LTDA EPP para abertura do Envelope de Proposta de Preços (N.º 02) do processo licitatório Tomada de Preços n°. 54/2018 - PMT.

Iniciada a sessão, o Senhor Presidente solicitou aos presentes que conferissem a inviolabilidade dos envelopes, passando-se à respectiva abertura, colocando os documentos neles contidos à disposição dos presentes e solicitando que os mesmos procedessem com a rubrica em todas as vias.

Os valores globais apresentados foram os abaixo listados:

LICITANTE	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R\$)
J.J.R. CONST. E EMPR. MÃO DE OBRA EIRELI -ME	117.207,78
SOVRANA ENG. E CONSTRUÇÕES LTDA. EPP	120.448,21
CONSTRUTORA EMC LTDA EPP	124.700,00

O Sr. Renan C. A. Correa, representante da empresa SOVRANA ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA. EPP, solicitou que fosse consignado em ata que as empresas CONSTRUTORA EMC LTDA EPP e J.J.R. CONST. E EMPR. MÃO DE OBRA EIRELI ME não apresentaram Planilha de Encargos Sociais.

Na sequência, o Presidente suspendeu a sessão e as propostas foram encaminhadas ao Setor de Engenharia, para a conferência dos valores e quantitativos, bem como da planilha de composição do BDI apresentado pelas empresas.

Nada mais a tratar, encerra-se a sessão e lavra-se a presente ata, que segue assinada pela Comissão Permanente de Licitações.

Registre-se, publique-se, intimem-se.

EDESIO MARCOS SLOMP

Presidente

LOURDES MOSER

Membro

ANGELA PREUSS

Membro

EXTRATO CONTRATO 98.2018 PMT

Publicação N° 1664397

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
SECRETARIA DE OBRAS, SERVIÇOS URBANOS E AGRÍCOLA
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO N°. 98/2018

AUTORIZANTE: Município de Timbó.

AUTORIZADO: Terrabase Terraplenagem Ltda - Epp.

OBJETO Contratação de empresa especializada em obras e serviços de engenharia para a total execução (compreendendo material e mão-de-obra) de recapeamento asfáltico da Rua Sete de Setembro, que compreende os projetos relacionados a operação de crédito entre a Agência de Fomento de Santa Catarina S.A e a Prefeitura Municipal de Timbó - GERON-0223/18, conforme o Edital de Tomada de Preços n° 53/2018 PMT.

VALOR: R\$ 458.999,93 (quatrocentos e cinquenta e oito mil, novecentos e noventa e nove reais e noventa e três centavos).

DATA DA ASSINATURA: 25/06/2018

DARCÍZIO BONA

Secretário de Obras, Serviços Urbanos e Agrícola

EXTRATO CONTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº 05-04.2018 - LAJETUBOS

Publicação Nº 1664398

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
SECRETARIA DE OBRAS
EXTRATO DE CONTRATO DE CREDENCIAMENTO

CONTRATO CREDENCIAMENTO Nº. 05-04/2018

CONTRATANTE: Município de Timbó.

CONTRATADO: Lajetubos Artefatos e Serviços Eireli.

OBJETO: Credenciamento de empresas para a execução de serviços de pavimentação das vias públicas do município de Timbó/SC, por sistema de mutirão, sem critérios de exclusividade, compreendendo todas as atividades, quais sejam: serviços, obras (pavimentação asfáltica e lajota) ao longo do período do credenciamento para os seguintes tipos de pavimentação: asfáltica e lajota (tipo tijolão).

DATA DA ASSINATURA: 25/06/2018.

PRAZO: 25/06/2018 até 24/06/2019.

DARCÍZIO BONA

Secretário de Obras, Serviços Urbanos e Agrícola

EXTRATO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 2016.64 TIMBOPREV

Publicação Nº 1664400

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE TIMBÓ - TIMBOPREV
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2016/64

CONTRATANTE: Município de Timbó, através do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Timbó – TIMBOPREV.

CONTRATADO: SMI Prime Consultoria de Investimentos Ltda.

OBJETO: Contratação de pessoa jurídica especializada para a prestação de serviços de assessoria e consultoria em relação ao mercado financeiro, para os investimentos do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Timbó, em conformidade com as normas e princípios atinentes a resolução CMN nº 3.922/2010 do Banco Central do Brasil - BACEN, alterada pela resolução CMN nº 4.392/2014 do BACEN; da portaria MPS nº 519/2011 - Ministérios da Previdência Social, alterada pela portaria MPS nº 170/2012, pela portaria MPS nº 440/2013 e pela portaria MPS nº 65/2014 e suas alterações, conforme considerações constantes do anexo I do edital.

REAJUSTE: Correspondente ao IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) — abril/2018 devido a partir de 02/05/2018.

DATA DA ASSINATURA: 12/06/2018.

CARMELINDE BRANDT

Diretora Administrativa/Financeira TIMBOPREV

SEGUNDA REPUBLICAÇÃO EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 24 2017 FMS

Publicação Nº 1643868

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 24/2017 - FMS

ÓRGÃO GESTOR: Município de Timbó através do Fundo Municipal de Saúde.

OBJETO: Registro de preços para aquisição de suplementos nutricionais para distribuição gratuita aos pacientes usuários da Secretaria de Saúde (repetição parcial do Pregão Presencial SRP nº 19/2017 FMS, com alterações).

EMPRESA FORNECEDORA: Merco Soluções em Saúde S/A.

TOTAL ESTIMADO: R\$ 12.600,00 (doze mil e seiscentos reais).

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 25/12/2018

Timbó, 22/12/2017

DEISE ADRIANA NICHOLLETTI MENDES

Secretária de Saúde e Assistência Social

SEGUNDA REPUBLICAÇÃO EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 24 2017 SAMAE

Publicação Nº 1643871

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUAS E ESGOTO - SAMAE
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 24/2017 - SAMAE

ÓRGÃO GESTOR: Município de Timbó, através do Serviço Autônomo Municipal de Águas e Esgoto - Samae.

OBJETO: Registro de preços para aquisição de bobinas de etiquetas termossensíveis, para a emissão de faturas de água simultâneas no

ato da leitura, realizada pelo SAMAE.
EMPRESAS FORNECEDORAS: BH Bobinas Eireli – Epp.
TOTAL ESTIMADO: R\$ 9.336,00 (nove mil trezentos e trinta e seis reais).
MODALIDADE: Pregão Presencial
VALIDADE DA ATA: 25/12/2018
Timbó, 22/12/2017
JAIME JOEL AVENDANO JARA
Diretor Presidente Samae

SEGUNDA REPUBLICAÇÃO EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 84 2017 PMT

Publicação Nº 1643888

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 84/2017 – PMT

ÓRGÃO GESTOR: Município de Timbó.

OBJETO: Registro de preços para contratação de empresa(s) para fornecimento de alimentação tipo refeição livre (almoço/jantar/lanche) destinada às guarnições de serviço da 2ª CIA de Polícia Militar de Timbó, e aos servidores que trabalham em regimes especiais (repetição total do pregão presencial n.º 55/2017, sem alterações) exclusivo para Microempresa (ME) e Empresa de Pequeno Porte (EPP), nos termos do art. 48, I da Lei Complementar n.º 123/2006, com redação dada pela LC n.º 147/2014.

EMPRESAS FORNECEDORAS: Panificadora Bom Dia Ltda EPP e Restaurante Danceteria Roda d'água Ltda Filial.

TOTAL ESTIMADO: R\$ 121.850,00 (cento e vinte e um mil oitocentos e cinquenta reais).

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 21/12/2018

Timbó, 22/12/2017
MARIA ANGÉLICA FAGGIANI
Secretária de Fazenda e Administração

TERCEIRA REPUBLICAÇÃO EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 51 2017 PMT

Publicação Nº 1643892

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 51/2017 - PMT

ÓRGÃO GESTOR: Município de Timbó.

OBJETO: Registro de preços para contratação de empresa(s) especializada(s) na prestação de serviços de assentamento, reparos e reposição de pavimentos em paralelepípedos, paver, lajotas e/ou materiais similares em vias, praças, logradouros, calçadas e áreas internas de prédios em diversos locais do Município.

EMPRESAS FORNECEDORAS: Via Preferencial Transporte Rodoviário Ltda Me e Sovrana Engenharia e Construcoes Ltda – Epp.

TOTAL ESTIMADO: R\$ 484.805,00 (quatrocentos e oitenta e quatro mil oitocentos e cinco reais).

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 25/09/2018

Timbó, 25/09/2017

DARCÍZIO BONA

Secretário de Obras, Serviços Urbanos e Agrícola

JAIME JOEL AVENDANO JARA

Diretor Presidente do SAMAE

TIMBOPREV - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE TIMBÓ**PORTARIA TIMBOPREV Nº 28, DE 15 DE JUNHO DE 2018**

Publicação Nº 1663586

PORTARIA TIMBOPREV Nº 28, DE 15 DE JUNHO DE 2018

Concede Aposentadoria Voluntária Por Idade à Servidora Pública Municipal Helga Teske.

A DIRETORA ADMINISTRATIVA-FINANCEIRA DO TIMBOPREV, no uso das atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011, alterado pela Lei Complementar nº 473, de 22 de dezembro de 2015, e art.17 da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011,

RESOLVE:

Art.1º Conceder Aposentadoria Voluntária Por Idade à Servidora Pública Municipal HELGA TESKE, brasileira, divorciada, nascida em 30 de julho de 1950, portadora do CPF sob nº 692.399.249-49, RG nº 726.314, ocupante do cargo de Auxiliar de Enfermagem, Referência Salarial SP-28, matrícula nº 4041272-01, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, com proventos calculados de forma proporcional ao tempo de contribuição, no valor de R\$ 1.030,67 (um mil e trinta reais e sessenta e sete centavos), sem direito à paridade remuneratória, nos termos do art.40, §1º, inciso III, alínea "b" da Constituição Federal, tudo conforme provas constantes dos autos do processo TIMBOPREV 31/2018, a contar desta data.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 15 de Junho de 2018; 148º ano de Fundação; 84º ano de Emancipação Política.

CARMELINDE BRANDT

Diretora Administrativa-Financeira do TIMBOPREV

PORTARIA TIMBOPREV Nº 29, DE 15 DE JUNHO DE 2018

Publicação Nº 1663589

PORTARIA TIMBOPREV Nº 29, DE 15 DE JUNHO DE 2018

Concede Aposentadoria Voluntária Por Idade e Tempo de Contribuição à Servidora Pública Municipal Rosely Maier Hartmann.

A DIRETORA ADMINISTRATIVA-FINANCEIRA DO TIMBOPREV, no uso das atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011, alterado pela Lei Complementar nº 473, de 22 de dezembro de 2015, e art.17 da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011,

RESOLVE:

Art.1º Conceder Aposentadoria Voluntária Por Idade e Tempo de Contribuição, à Servidora Pública Municipal ROSELY MAIER HARTMANN, brasileira, casada, nascida em 06 de abril de 1968, portadora do CPF sob nº 712.995.219-91, RG nº 2.029.748, ocupante do cargo de Professor D, Referência Salarial D-27, matrícula nº 18988-00, lotada na Secretaria Municipal de Educação, com proventos calculados de forma integral ao seu vencimento, com direito à paridade remuneratória, no valor de R\$ 5.316,01 (cinco mil, trezentos e dezesseis reais e um centavo), com base no art. 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003, com redução de idade e tempo de contribuição, nos termos do art. 40, §5º, da CF/88, observando-se a incorporação dos valores referentes à gratificação e adicional por tempo de serviço, regência de classe/função gratificada e substituição anual, tudo conforme provas constantes dos autos do processo TIMBOPREV nº 24/2018, a contar desta data.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 15 de Junho de 2018; 148º ano de Fundação; 84º ano de Emancipação Política.

CARMELINDE BRANDT

Diretora Administrativa-Financeira do TIMBOPREV

PORTARIA TIMBOPREV N° 30, DE 15 DE JUNHO DE 2018

Publicação N° 1663597

PORTARIA TIMBOPREV N° 30, DE 15 DE JUNHO DE 2018

Concede Aposentadoria Especial ao Servidor Público Municipal Roberto Genaro Blacutt Antelo.

A DIRETORA ADMINISTRATIVA-FINANCEIRA DO TIMBOPREV, no uso das atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Complementar n° 411, de 26 de dezembro de 2011, alterado pela Lei Complementar n° 473, de 22 de dezembro de 2015, e o disposto no art. 17 e art. 19, inciso III da Lei Complementar n° 411, de 26 de dezembro de 2011, combinado com o artigo 20, § 1º do mesmo diploma legal,

RESOLVE:

Art.1º Conceder Aposentadoria Especial, ao Servidor Público Municipal ROBERTO GENARO BLACUTT ANTELO, brasileiro, casado, nascido em 01 de outubro de 1959, portador do CPF sob n° 560.851.929-91, RG n° 2.969.581, ocupante do cargo de Médico, Referência Salarial GP-83, matrícula n° 4041222-00, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, com proventos calculados de forma integral ao tempo de contribuição, no valor de R\$ 5.745,15 (cinco mil, setecentos e quarenta e cinco reais e quinze centavos), sem direito a paridade remuneratória, com fundamento no artigo 40, § 4º, inciso III da Constituição Federal, artigos 29, inciso II, e 57, §§ 3º e 4º da Lei n° 8.213/1991, nos termos da Súmula Vinculante n° 33 do Supremo Tribunal Federal, tudo conforme provas constantes dos autos do processo TIMBOPREV n° 21/2016, a contar desta data.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto n° 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 15 de Junho de 2018; 148º ano de Fundação; 84º ano de Emancipação Política.

CARMELINDE BRANDT

Diretora Administrativa-Financeira do TIMBOPREV

Três Barras

PREFEITURA

DECRETO Nº. 4.738 DE 29 DE MAIO DE 2018

Publicação Nº 1664033

DECRETO Nº. 4.738 DE 29 DE MAIO DE 2018

ESTABELECE "PONTO FACULTATIVO" NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS NO DIA 1º/06/2018.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI, Prefeito Municipal de Três Barras, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Em razão do respeito ao feriado municipal do dia 31/05/2018 (quinta feira, fica estabelecido, no Município de Três Barras, "ponto facultativo" no dia 1º. de Junho de 2018 (sexta-feira), observada a comemoração do dia de "CORPUS CHRISTI".

Art. 2º - No dia 1º de Junho de 2018 – os serviços públicos essenciais serão garantidos pela Administração Municipal.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 29 de Maio de 2018

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios.

ANDERSON STOCLOSKI

Advogado

LEI Nº. 3.350 DE 20 DE ABRIL DE 2018

Publicação Nº 1664049

LEI Nº. 3.350 DE 20 DE ABRIL DE 2018

RATIFICA AS ALTERAÇÕES REALIZADAS NO PROTOCOLO DE INTENÇÕES, CONSUBSTANCIADO NO CONTRATO DE CONSÓRCIO PÚBLICO DO CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL "CIGA", E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI, Prefeito Municipal de Três Barras, Estado de Santa Catarina.

Faço saber que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte,

LEI:

Art. 1º - Nos termos do artigo 12 da Lei Federal nº 11.107, de 06 de Abril de 2005, e do artigo 29 do Decreto nº 6.017, de 17 de Janeiro de 2007, ficam ratificadas, em todos os seus termos, as alterações realizadas no Protocolo de Intenções, consubstanciado no Contrato de Consórcio Público do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal "CIGA", firmado entre este Município e o Consórcio Público "CIGA", mediante autorização da Lei Municipal nº 2.837/2009.

Art. 2º - O texto consolidado do Contrato de Consórcio Público do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal está publicado na página 936 da edição nº 2.218 do Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC (Edição de 24 de Março de 2017, disponível em: [http://edicao.dom.sc.gov.br/1490376543 edicao 2218 assinado.pdf](http://edicao.dom.sc.gov.br/1490376543%20218%20assinado.pdf)).

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 20 de Abril de 2018

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI

Prefeito Municipal

Esta Lei foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios.

LEI Nº. 3.351 DE 03 DE MAIO DE 2018

Publicação Nº 1664036

LEI Nº. 3.351 DE 03 DE MAIO DE 2018

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CEDER A TÍTULO GRATUÍTO SALAS DO TERMINAL RODOVIÁRIO MUNICIPAL PARA INSTALAÇÃO DA EMPRESA BRASILEIRA DOS CORREIOS E TELEGRAFOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI, Prefeito Municipal de Três Barras, Estado de Santa Catarina.

Faço saber que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte,

LEI:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a ceder a título gratuito, salas do Terminal Rodoviário Municipal, localizado à Av. Santa Catarina – Centro – Três Barras – SC, com a finalidade da instalação da Empresa Brasileira dos Correios e Telégrafos de nossa cidade.

Art. 2º - Fica também autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a proceder as reformas e melhorias das instalações visando o acolhimento da Empresa Brasileira dos Correios e Telégrafos, para que a mesma tenha todas as condições de bem atender a comunidade que demanda os serviços desta empresa, quer no sentido de postagem de correspondências e encomendas e principalmente nos que diz respeito o atendimento como banco postal.

Art. 3º - O prazo para esta cessão de uso será por tempo indeterminado, ficando as normas e condições para utilização deste local determinadas no contrato a ser firmado entre o Município de Três Barras e a Empresa Brasileira dos Correios e Telégrafos.

Parágrafo Único – As despesas do consumo de energia elétrica do local cedido serão custeadas pela empresa beneficiada, e o consumo de água será cobrado através de taxa estabelecida pelo Município.

Art. 4º - As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão as expensas do orçamento geral do Município, podendo ser suplementado caso seja necessário. Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 03 de Maio de 2018

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI

Prefeito Municipal

Esta Lei foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios.

ANDERSON STOCLOSKI - Advogado

LEI Nº. 3.352 DE 03 DE MAIO DE 2018

Publicação Nº 1664052

LEI Nº. 3.352 DE 03 DE MAIO DE 2018

DISPÕE SOBRE O REAJUSTE SALARIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI, Prefeito Municipal de Três Barras, Estado de Santa Catarina.

Faço saber que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte,

LEI:

Art. 1º - Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal, conceder reajuste salarial aos servidores municipais (ativos, inativos, pensionistas, funções gratificadas), na ordem de 2,07% (dois vírgula zero sete por cento), correspondente à variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – “INPC”.

Art. 2º - As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão as expensas de dotações próprias do orçamento geral do município.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 1º de Maio de 2018.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 03 de Maio de 2018

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI

Prefeito Municipal

Esta Lei foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios.

ANDERSON STOCLOSKI

Advogado

LEI Nº. 3.353 DE 03 DE MAIO DE 2018

Publicação Nº 1664054

LEI Nº. 3.353 DE 03 DE MAIO DE 2018

CONCEDE REPOSIÇÃO SALARIAL PARA O EXERCÍCIO DE 2018 AOS SERVIDORES MUNICIPAIS DO PODER LEGISLATIVO DE TRÊS BARRAS – SC.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI, Prefeito Municipal de Três Barras, Estado de Santa Catarina.

Faço saber que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte,

LEI:

Art. 1º - Fica concedido reposição salarial ao vencimento dos servidores públicos municipais efetivos, ativos e inativos, comissionados e pensionistas do Poder Legislativo de Três Barras, Estado de Santa Catarina, no percentual de 2,07% (dois vírgula zero sete por cento), correspondente a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, referente ao período anual imediatamente anterior.

Art. 2º - As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta de dotações orçamentárias específicas do orçamento vigente.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a contar de 1º de Maio de 2018.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 03 de Maio de 2018.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI

Prefeito Municipal

Esta Lei foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios.

ANDERSON STOCLOSKI

Advogado

LEI Nº. 3.354 DE 03 DE MAIO DE 2018

Publicação Nº 1664056

LEI Nº. 3.354 DE 03 DE MAIO DE 2018

REAJUSTA SUBSÍDIO DOS VEREADORES DE TRÊS BARRAS – SC.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI, Prefeito Municipal de Três Barras, Estado de Santa Catarina.

Faço saber que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte,

LEI:

Art. 1º - Os subsídios dos Vereadores de Três Barras, Estado de Santa Catarina, ficam reajustados em 2,07% (dois vírgula zero sete por cento), referente a reposição inflacionária do ano de 2017, obedecendo ao previsto no art. 6º, da Lei nº 3.224, de 22 de Fevereiro de 2016.

Art. 2º - As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta de dotações orçamentárias específicas do orçamento vigente.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a contar de 1º de Maio de 2018.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 03 de Maio de 2018.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI

Prefeito Municipal

Esta Lei foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios.

ANDERSON STOCLOSKI

Advogado

LEI Nº. 3.355 DE 03 DE MAIO DE 2018

Publicação Nº 1664041

LEI Nº. 3.355 DE 03 DE MAIO DE 2018

REAJUSTA SUBSÍDIO DO PREFEITO, VICE-PREFEITO E SECRETÁRIOS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS – SC.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI, Prefeito Municipal de Três Barras, Estado de Santa Catarina.

Faço saber que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte,

LEI:

Art. 1º - Os subsídios do Prefeito Municipal, do Vice-Prefeito Municipal e dos Secretários Municipais de Três Barras, Estado de Santa Catarina, ficam reajustados em 2,07% (dois vírgula zero sete por cento), referente a reposição inflacionária do ano de 2017, obedecendo ao previsto no art. 3º, da Lei nº 3.225, de 22 de Fevereiro de 2016.

Art. 2º - As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta de dotações orçamentárias específicas do orçamento vigente.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a contar de 1º de Maio de 2018.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 03 de Maio de 2018.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI

Prefeito Municipal

Esta Lei foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios.

ANDERSON STOCLOSKI

Advogado

LEI Nº. 3.356 DE 10 DE MAIO DE 2018

Publicação Nº 1664057

LEI Nº. 3.356 DE 10 DE MAIO DE 2018

AUTORIZA A REDUÇÃO DOS JUROS E DAS MULTAS COMO INCENTIVO A RECUPERAÇÃO FISCAL – “REFIS”.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI, Prefeito Municipal de Três Barras, Estado de Santa Catarina.

Faço saber que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte,

LEI:

Art. 1º - Os débitos existentes junto a Fazenda Pública Municipal até 31 de Dezembro de 2017, inscritos em dívida ativa, com exigibilidade suspensa ou não, executados ou a executar, constituídos ou não, terão redução nas multas e nos juros de mora ou compensatórios que tiverem sido aplicados no período entre o vencimento e a data de sua consolidação, de acordo com os critérios abaixo apresentados:

I – Redução de 100% (cem por cento) sobre a multa e os juros, para pagamento em cota única, vencível esta em 10 (dez) dias corridos, a contar da assinatura do termo de confissão de dívida firmado junto ao Setor de Tributação;

II – Redução de 80% (oitenta por cento) sobre a multa e os juros, para pagamento em até 96 (noventa e seis) parcelas, à exceção da entrada que deverá ser paga no ato do requerimento do REFIS, vencível a 1ª parcela em até 30 (trinta) dias contados da assinatura do termo de confissão de dívida assim, sucessivamente, até o completo e integral pagamento do débito em referência.

§ 1º - O parcelamento previsto no inciso II deste artigo, somente será deferido mediante o pagamento de entrada no percentual de 20% (vinte por cento) do montante total do débito em nome do contribuinte.

§ 2º - O parcelamento previsto no inciso II deste artigo deverá respeitar, ainda, o valor mínimo da parcela que é de R\$ 50,00 (cinquenta reais).

§ 3º - Entendem-se como débitos vencidos junto a Fazenda Pública Municipal todos aqueles oriundos de impostos municipais, taxas municipais e contribuição de melhoria devidos pelo sujeito passivo da obrigação tributária e não pagos a partir da ocorrência do respectivo fato gerador.

§ 4º - Ocorrerá a consolidação do débito tributário após a adesão do contribuinte ao presente programa de recuperação fiscal perante o Fisco Municipal, mediante assinatura do termo de confissão de dívida, com o pagamento integral do

-fls 02 – LEI nº. 3.356/2018-

débito e, nos casos daqueles já executados, incidirá o pagamento das custas processuais, incluídos os honorários advocatícios.

§ 5º - Os débitos ainda não constituídos deverão ser confessados de forma irretratável e irrevogável e pagos na forma desta Lei.

Art. 2º - Os débitos objeto dos benefícios de que trata esta Lei, a partir da 12ª (decima segunda) parcela serão acrescidos de correção monetária pela variação acumulada do INPC/IBGE ou outro índice que venha substituí-lo no período compreendido entre o vencimento da obrigação e a data da consolidação, devendo ser quitado pelo contribuinte nos termos do art. 1º desta Lei, através da emissão do respectivo Documento de Arrecadação Municipal – DAM e mediante assinatura do termo de confissão de dívida pelo Setor de Tributação da Prefeitura Municipal, desde que não ultrapasse o último dia de vigência desta Lei.

Art. 3º - Os depósitos existentes, vinculados aos débitos a serem quitados nos termos dos arts. 1º e 2º, serão automaticamente convertidos em renda ao Município, realizando o contribuinte a quitação do saldo remanescente se houver.

Art. 4º - A adesão ao REFIS previsto nesta Lei somente será deferido ao contribuinte constante no cadastro imobiliário ou mobiliário devidamente registrado no Setor Tributário do Município ou, mediante, procuração por instrumento público, exarada para esta finalidade ou, no caso de inventário, mediante o termo de compromisso de inventariante emitido via judicial ou extrajudicial e/ou certidão de óbito.

Parágrafo Único – No momento da adesão, o contribuinte deverá, ainda, apresentar ao fisco municipal os seguintes documentos:

a – Quanto ao cadastro imobiliário, o documento comprobatório da propriedade, n qual seja, matrícula atualizada, ou de posse do imóvel devidamente registrado, além de documentos pessoais;

b – Quanto ao cadastro mobiliário, o respectivo contrato social, estatuto social, em se tratando de pessoa jurídica;

c – Comprovante de quitação da dívida tributária do exercício de 2018.

Art. 5º - O contribuinte será excluído do Programa previsto nesta Lei, quando ocorrer a inadimplência de 03 (três) parcelas, consecutivas ou não, do parcelamento concedido.

-fls 03 – LEI nº. 3.356/2018 -

Parágrafo Único – A exclusão do contribuinte do REFIS acarretará a imediata exigibilidade do débito tributário confessado e não pago, com a revogação dos descontos concedidos, aplicando-se sobre o montante devido os acréscimos legais previstos na legislação municipal, à época da ocorrência dos respectivos fatos geradores, executando-se automaticamente as garantias eventualmente prestadas.

Art. 6º - O FISCO Municipal expedirá, no âmbito de sua respectiva competência, os atos necessários á execução desta Lei, os quais deverão ser formalizados através de Decreto do Executivo a ser editado no prazo de 15 (quinze) dias contados do início de vigência desta Lei.

Art. 7º - Não serão objeto dos benefícios previstos nesta Lei os débitos oriundos de programas habitacionais desenvolvidos pelo Município, os quais deverão ser renegociados nos termos da Lei própria e não poderão constituir impedimento á obtenção dos benefícios desta Lei.

Art. 8º - Ao sujeito passivo que optar pelo pagamento de seus débitos na forma que trata esta Lei, é vedada a concessão de qualquer outro desconto ou remissão que não os aqui mencionados.

Art. 9º - O prazo de adesão ao REFIS previsto nesta Lei, dar-se-á desde sua entrada em vigor até o dia 30 de Agosto de 2018.

Art. 10 – Esta Lei entra em vigor 15 (quinze) dias após a data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 10 de Maio de 2018.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI

Prefeito Municipal

Esta Lei foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios.

ANDERSON STOCLOSKI

Advogado

LEI Nº. 3.357 DE 16 DE MAIO DE 2018

Publicação Nº 1664058

LEI Nº. 3.357 DE 16 DE MAIO DE 2018

DISPÕE SOBRE A AUTORIZAÇÃO PARA PAGAMENTO DE DÉBITOS DE EXERCÍCIO FINDO DO MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI, Prefeito Municipal de Três Barras, Estado de Santa Catarina.

Faço saber que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte,

LEI:

Art. 1º - Os créditos da empresa, Tonersul Comércio de Copiadoras e Cartuchos Ltda – CNPJ nº. 01.586.772/0001-10, vencidos no ano de 2017 e não quitados até o dia 31 de Dezembro de 2017, especificamente os representados pela Notas Fiscais nºs. 4892, 4893, 4894 e 4895, no valor total de R\$ 4.516,05 (quatro mil e quinhentos e dezesseis reais e cinco centavos) poderão ser pagos a partir da data de vigência desta Lei, desde que haja previsão orçamentária e financeira suficientes.

Parágrafo Único – Os valores acima especificados poderão ser corrigidos, entre a data de emissão das Notas Fiscais e a data do efetivo pagamento, com acréscimo da variação do INPC do período.

Art. 2º - Para os pagamentos autorizados, deverão ser observadas as regras da Lei nº. 4.320/1964, especialmente as adotadas nos artigos 36 e 37.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 16 de Maio de 2018
LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI
Prefeito Municipal

Esta Lei foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios.

ANDERSON STOCLOSKI
Advogado

LEI Nº. 3.358 DE 24 DE MAIO DE 2018

Publicação Nº 1664043

LEI Nº. 3.358 DE 24 DE MAIO DE 2018

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL DOAR ÁREA DE TERRAS AO "SEST E SENAT" E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI, Prefeito Municipal de Três Barras, Estado de Santa Catarina.
Faço saber que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte,

LEI:

Art. 1º - Fica o Município de Três Barras, através do Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a doar, mediante instrumento público, ao Serviço Social do Transporte – SEST, e ao Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte – SENAT, em comum, o seguinte imóvel: "um terreno, sem benfeitorias, com área de até 6.000,00 m² (seis mil metros quadrados), situado no lugar denominado Barra Grande, próximo a Rodovia SC 303, área industrial deste Município, parte da área referente a matrícula nº. 19.174 – junto ao Cartório de Registro de Imóveis da Comarca".

Art. 2º - No imóvel mencionado no art. 1º. deverá ser feita pelos donatários, a construção das Unidades Operacionais do SEST e SENAT de Três Barras – SC, destinadas, respectivamente a promoção social do trabalhador em transporte e do transportador autônomo e a formação do trabalhador em transporte e do transportador autônomo ofertando os serviços de acordo com os estatutos das entidades mediante comprovação de demanda.

Parágrafo Único – As Unidades Operacionais de que trata o caput deste artigo, na área de treinamentos conterão, no mínimo 03 (três) salas de aula, uma sala de aula para modalidade a distância – laboratório de informática e uma sala de simulador.

Art. 3º - Os donatários, do imóvel terão o prazo máximo de 06 (seis) meses contados da data da expedição do Alvará de construção pela Secretaria de Administração – Setor de Planejamento, para início da construção das unidades mencionadas no artigo anterior e o prazo de 24 (vinte e quatro) meses para a conclusão das mesmas, contados do final do prazo para início, tudo sob pena de reversão da área ao Município, no caso de descumprimento de qualquer dos dois prazos mencionados.

Parágrafo Único – Fica estabelecido o prazo de 06 (seis) meses contados da assinatura da escritura pública de doação, para que os donatários deem entrada na Secretaria de Administração – Setor de Planejamento, do projeto de construção completo para análise da Secretaria, também sob pena de reversão da área doada ao

-fls 02 – LEI Nº. 3.358/2018-

Município.

Art. 4º - Além do disposto no artigo 2º. desta Lei, os donatários ficam obrigados ao atendimento ao público em geral priorizando as atividades preventivas nas áreas de assistência à saúde na proporção máxima legal disposta em seus estatutos.

§ 1º - A obrigação de que trata o caput deste artigo na área de assistência de saúde, no momento da elaboração desta lei, abarca, atendimento odontológico, fisioterápico, nutricional e psicológico.

§ 2º - No caso do caput deste artigo, quando o atendimento nas áreas de assistência odontológica recair no público geral, fora daqueles referidos no artigo 8º. da Lei Federal nº. 8.706, de 14/09/1993, o custo dos serviços será o suficiente para a manutenção das atividades e cobertura dos custos envolvidos não podendo ser maior do que os praticados por profissionais estabelecidos no mercado local.

§ 3º - O atendimento ao público em geral de que trata esta Lei, fora daqueles referidos no art. 8º. da Lei Federal nº. 8.706, de 14/09/1993, refere-se a comunidade em geral, aí incluídos os moradores do Município de Três Barras –SC, e se limitará a, no máximo, 40% (quarenta por cento) do número total de atendimentos, percentual esse definido pelos órgãos de controle e que poderá sofrer alteração conforme recomendações futuras desses órgãos.

Art. 5º - A não observância por parte dos donatários, das disposições desta Lei, será objeto de reversão do imóvel, com as acessões construídas, assegurando-se o prévio contraditório e ampla defesa.

Art. 6º - Com a eventual extinção dos donatários, o imóvel e as edificações efetuadas no mesmo serão alienadas e o município indenizado

na proporção correspondente ao valor do imóvel doado mediante avaliação técnica de três empresas especializadas.

Art. 7º - O imóvel será doado e entregue às entidades SEST e SENAT escriturado e registrado, livre e desembaraçado de qualquer ônus.

Art. 8º - Revogada a Lei nº. 3.315/2017.

Art. 9º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 24 de Maio de 2018
LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI
Prefeito Municipal

-fls 03 LEI Nº. 3.358/2018 –

Esta Lei foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios.

ANDERSON STOCLOSKI
Advogado

LEI Nº. 3.359 DE 30 DE MAIO DE 2018

Publicação Nº 1664061

LEI Nº. 3.359 DE 30 DE MAIO DE 2018

DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE CONSTRUÇÃO DE SEGURO GARANTIA CONTRATUAL POR EMPRESAS DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA OU PROFISSIONAL AUTÔNOMO, CONTRATADOS PARA A REALIZAÇÃO DE OBRAS, PROJETOS E SERVIÇOS JUNTO AO MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS, ESTADO DE SANTA CATARINA.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI, Prefeito Municipal de Três Barras, Estado de Santa Catarina.
Faço saber que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte,

LEI:

Art. 1º - As Empresas de Engenharia, Arquitetura e Agronomia e profissionais autônomos, contratados pelo Poder Público Municipal, para a realização de obras, projetos e serviços de grande monta, assim considerados aqueles que ultrapassarem em 10 (dez) vezes o valor a que se refere o inciso II, do art. 24, da Lei nº. 8.666/93, ficam obrigadas a fornecer Seguro Garantia de Responsabilidade Civil Profissional.

Art. 2º - O seguro de que trata o art. 1º deverá ser apresentado, no momento da assinatura do contrato junto ao órgão público municipal, pelo profissional responsável técnico pela execução da obra, projeto ou serviço, de acordo com a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) emitida e registrada junto ao Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia.

§ 1º - O Seguro Garantia deverá ser específico para cada obra, projeto ou serviço, de acordo com a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) apresentada e terá como importância segurada o percentual equivalente a 25% (vinte e cinco por cento) do valor da obra, projeto ou serviço contratado, cujo valor seja superior a 10% (dez por cento) do valor previsto na alínea "a" do inciso I do art. 23 da Lei nº 8.666/93.

§ 2º - Nos casos de subcontratação, o seguro deverá ser apresentado por parte dos responsáveis técnicos pela execução da obra, projeto ou serviço das empresas subcontratadas, específicas para as Anotações de Responsabilidade Técnica – ART, vinculadas à principal, na forma do parágrafo 1º.

Art. 3º - Para assegurar a plena execução de obras, projetos e serviços de engenharia contratados pelo Município, será exigido Seguro Garantia Profissional das empresas de engenharia, arquitetura e agronomia, de acordo com o previsto no art. 1º, exigência esta que constará obrigatoriamente do edital ou qualquer outro instrumento relativo à abertura do processo de licitação.

-fls 02 – Lei nº 3.359/2018-

Art. 4º - Esta Lei será regulamentada por Decreto do Poder Executivo no prazo de 90 (noventa) dias, contados da sua publicação.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 30 de Maio de 2018.
LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI
Prefeito Municipal

Esta Lei foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios.

ANDERSON STOCLOSKI
Advogado

PORTARIA Nº 249 DE 25 DE MAIO DE 2018

Publicação Nº 1664091

PORTARIA Nº 249 DE 25 DE MAIO DE 2018

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI, Prefeito Municipal de Três Barras, SC, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER, a servidora ISABEL LOURENÇO MASSANEIRO – matrícula nº 1.147-0- ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo , do quadro de pessoal estatutário desta Prefeitura Municipal – Secretaria de Administração e Planejamento, 30 (trinta) dias de férias regulamentares referentes período de aquisição: 18/11/2014 à 17/11/2015, de acordo com o disposto nos artigos 68 e 69 da Lei Complementar nº. 138/2009, e abono de férias de 1/3 (um terço), com início do gozo de férias dia: 04/06/2018.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 25 de Maio de 2018
LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios.

ANDERSON STOCLOSKI
Advogado

PORTARIA Nº 250 DE 25 DE MAIO DE 2018

Publicação Nº 1664093

PORTARIA Nº 250 DE 25 DE MAIO DE 2018

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI, Prefeito Municipal de Três Barras, SC, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER, a servidora JAQUELINE KAZMIERCZAK FERREIRA – matrícula nº 153.516-4- ocupante do cargo de Técnico Enfermagem , do quadro de pessoal estatutário desta Prefeitura Municipal – Secretaria de Administração e Planejamento, 30 (trinta) dias de férias regulamentares referentes período de aquisição: 22/02/2017 à 21/02/2018, de acordo com o disposto nos artigos 68 e 69 da Lei Complementar nº. 138/2009, e abono de férias de 1/3 (um terço), com início do gozo de férias dia: 04/06/2018.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 25 de Maio de 2018
LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios.

ANDERSON STOCLOSKI
Advogado

PORTARIA Nº 251 DE 25 DE MAIO DE 2018

Publicação Nº 1664096

PORTARIA Nº 251 DE 25 DE MAIO DE 2018

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI, Prefeito Municipal de Três Barras, SC, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER, ao servidor JOSÉ ALUIR COSTA – matrícula nº 10.235-7- ocupante do cargo de Agente Defesa Civil , do quadro de pessoal estatutário desta Prefeitura Municipal – Secretaria de Administração e Planejamento, 30 (trinta) dias de férias regulamentares referentes período de aquisição: 22/02/2017 à 21/02/2018, de acordo com o disposto nos artigos 68 e 69 da Lei Complementar nº. 138/2009, e abono de férias de 1/3 (um terço), com início do gozo de férias dia: 18/06/2018.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 25 de Maio de 2018
LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios.

ANDERSON STOCLOSKI
Advogado

PORTARIA Nº 252 DE 25 DE MAIO DE 2018

Publicação Nº 1664098

PORTARIA Nº 252 DE 25 DE MAIO DE 2018

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI, Prefeito Municipal de Três Barras, SC, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER, a servidora KATIA LUIZ CORRÊA – matrícula nº 170.763-1- ocupante do cargo de Cuidador , do quadro de pessoal estatutário desta Prefeitura Municipal – Secretaria de Saúde, 30 (trinta) dias de férias regulamentares referentes período de aquisição: 23/11/2016 à 22/11/2017, de acordo com o disposto nos artigos 68 e 69 da Lei Complementar nº. 138/2009, e abono de férias de 1/3 (um terço), com início do gozo de férias dia: 11/06/2018.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 25 de Maio de 2018
LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios.

ANDERSON STOCLOSKI
Advogado

PORTARIA Nº 253 DE 25 DE MAIO DE 2018

Publicação Nº 1664099

PORTARIA Nº 253 DE 25 DE MAIO DE 2018

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI, Prefeito Municipal de Três Barras, SC, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER, ao servidor LUIS PAULO MACHADO – matrícula nº 177.334-1- ocupante do cargo de Sub - Diretor , do quadro de pessoal comissionado desta Prefeitura Municipal – Secretaria de Educação, Cultura e Esporte, 30 (trinta) dias de férias regulamentares referentes período de aquisição: 13/03/2017 à 12/03/2018, de acordo com o disposto nos artigos 68 e 69 da Lei Complementar nº. 138/2009, e abono de férias de 1/3 (um terço), com início do gozo de férias dia: 11/06/2018.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 25 de Maio de 2018
LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios.

ANDERSON STOCLOSKI
Advogado

PORTARIA Nº 254 DE 25 DE MAIO DE 2018

Publicação Nº 1664100

PORTARIA Nº 254 DE 25 DE MAIO DE 2018

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI, Prefeito Municipal de Três Barras, SC, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER, a servidora SURAIA EL-KOUBA – matrícula nº 123.994-0- ocupante do cargo de Farmacêutica - EP , do quadro de pessoal celetista desta Prefeitura Municipal – Secretaria da Saúde, 30 (trinta) dias de férias regulamentares referentes período de aquisição: 09/06/2017 à 08/06/2018, de acordo com o disposto nos artigos 68 e 69 da Lei Complementar nº. 138/2009, e abono de férias de 1/3 (um terço), com início do gozo de férias dia: 11/06/2018.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 25 de Maio de 2018
LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios.

ANDERSON STOCLOSKI
Advogado

PORTARIA Nº 255 DE 25 DE MAIO DE 2018

Publicação Nº 1664101

PORTARIA Nº 255 DE 25 DE MAIO DE 2018

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI, Prefeito Municipal de Três Barras, SC, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER, a servidora THAIS PLATNER – matrícula nº 179.175-0- ocupante do cargo de Enfermeiro – EP 40 hs , do quadro de pessoal celetista desta Prefeitura Municipal – Secretaria da Saúde, 30 (trinta) dias de férias regulamentares referentes período de aquisição: 08/05/2017 à 07/05/2018, de acordo com o disposto nos artigos 68 e 69 da Lei Complementar nº. 138/2009, e abono de férias de 1/3 (um terço), com início do gozo de férias dia: 04/06/2018.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 25 de Maio de 2018
LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios.

ANDERSON STOCLOSKI
Advogado

PORTARIA Nº 260 DE 30 DE MAIO DE 2018

Publicação Nº 1664107

PORTARIA Nº 260 DE 30 DE MAIO DE 2018

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI, Prefeito Municipal de Três Barras, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Designa membros para comporem o "COMITÊ GESTOR PARA IMPLEMENTAÇÃO DA REDE NACIONAL PARA SIMPLIFICAÇÃO DO REGISTRO E DA LEGALIZAÇÃO DE EMPRESAS E NEGÓCIOS – REDESIM – no âmbito do Município de TRÊS BARRAS, conforme a seguir:

- I – Representante da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento – ZAIR PACKER;
 - II – Representante da Sala do Empreendedor – RAFAEL VOIGT;
 - III – Representante do Corpo de Bombeiros Militar – Sgt/BM RICARDO VICENTE DE SOUZA;
 - IV – Representante da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente – ELSON ROBERTO HASCHER;
 - V – Representante da Secretaria Municipal do Desenvolvimento Econômico e Turismo – ABRAHÃO MUSSI;
 - VI – Representante do Setor de Tributos – OSMAR CACHUC;
 - VII – Representante da Secretaria de Saúde – Vigilância Sanitária – SILVESTRE JOSÉ NADROVSKI;
 - VIII – Representante da Procuradoria Geral do Município – DR ANTONIO EDUARDO MARTINS WENFURTER.
- A Presidência do Comitê Gestor será exercida pelo representante da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo, cabendo a ele a Coordenação Executiva dos trabalhos.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 30 de Maio de 2018.
LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada No Diário Oficial dos Municípios.

ANDERSON STOCLOSKI - Advogado

PORTARIA Nº. 238 DE 08 DE MAIO DE 2018

Publicação Nº 1664063

PORTARIA Nº. 238 DE 08 DE MAIO DE 2018

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI, Prefeito Municipal de Três Barras, SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONTRATAR a Sra MARCIA REGINA FRANCO – matrícula nº. 684.422-1, para exercer suas funções no cargo de Professor – ACT, de acordo com a Lei Municipal nº. 3.338/2017 (contratação temporária), aprovada em processo seletivo do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, vinculado a Secretaria de Educação, Cultura e Esporte, a contar do dia: 02/05/2018.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 08 de Maio de 2018.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios.

ANDERSON STOCLOSKI

Advogado

PORTARIA Nº. 239 DE 08 DE MAIO DE 2018

Publicação Nº 1664085

PORTARIA Nº. 239 DE 08 DE MAIO DE 2018

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI, Prefeito Municipal de Três Barras, SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONTRATAR a Sra IONE THEREZA VICENTE DE SOUZA – matrícula nº. 653.810-1, para exercer suas funções no cargo de Professor – ACT, de acordo com a Lei Municipal nº. 3.338/2017 (contratação temporária), aprovada em processo seletivo do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, vinculado a Secretaria de Educação, Cultura e Esporte, a contar do dia: 02/05/2018.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 08 de Maio de 2018.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios.

ANDERSON STOCLOSKI

Advogado

PORTARIA Nº. 240 DE 08 DE MAIO DE 2018

Publicação Nº 1664066

PORTARIA Nº. 240 DE 08 DE MAIO DE 2018

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI, Prefeito Municipal de Três Barras, SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONTRATAR a Sra LUCIMARA PEDRO KONCKEL – matrícula nº. 684.473-1, para exercer suas funções no cargo de Professor – ACT, de acordo com a Lei Municipal nº. 3.338/2017 (contratação temporária), aprovada em processo seletivo do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, vinculado a Secretaria de Educação, Cultura e Esporte, a contar do dia: 03/05/2018.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 08 de Maio de 2018.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios.

ANDERSON STOCLOSKI

Advogado

PORTARIA Nº. 241 DE 08 DE MAIO DE 2018

Publicação Nº 1664069

PORTARIA Nº. 241 DE 08 DE MAIO DE 2018

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI, Prefeito Municipal de Três Barras, SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONTRATAR a Sra KELIN ROSIANE CORNELSEN IMIANOVSKI – matrícula nº. 105.074-12, para exercer suas funções no cargo de Professor – ACT, de acordo com a Lei Municipal nº. 3.338/2017 (contratação temporária), aprovada em processo seletivo do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, vinculado a Secretaria de Educação, Cultura e Esporte, a contar do dia: 04/05/2018.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 08 de Maio de 2018.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios.

ANDERSON STOCLOSKI

Advogado

PORTARIA Nº. 243 DE 15 DE MAIO DE 2018

Publicação Nº 1664071

PORTARIA Nº. 243 DE 15 DE MAIO DE 2018

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI, Prefeito Municipal de Três Barras, SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONTRATAR a Sra MARIA JOCELI PRESTES WRUBLESVKI – matrícula nº. 684.490, para exercer suas funções no cargo de Monitor de Educação Especial – ACT, de acordo com a Lei Municipal nº. 3.338/2017 (contratação temporária), aprovada em processo seletivo do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, vinculado a Secretaria de Educação, Cultura e Esporte, a contar do dia: 15/05/2018.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 15 de Maio de 2018.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios.

ANDERSON STOCLOSKI

Advogado

PORTARIA Nº. 244 DE 21 DE MAIO DE 2018.

Publicação Nº 1664074

PORTARIA Nº. 244 DE 21 DE MAIO DE 2018.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI, Prefeito Municipal de Três Barras, SC, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Dispensar a servidora FRANCIELI NOVAK FRAGOSO – matrícula nº 682.292-1, das funções que exercia no cargo de Monitor de Educação Especial - ACT, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, a contar do dia: 21/05/2018.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 21 de Maio de 2018.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Planejamento desta Prefeitura Municipal, na data supra.

ANDERSON STOCLOSKI

Advogado

PORTARIA Nº. 245 DE 22 DE MAIO DE 2018

Publicação Nº 1664075

PORTARIA Nº. 245 DE 22 DE MAIO DE 2018

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI, Prefeito Municipal de Três Barras, SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO – DARLENE CHECHI MARTINS – matrícula nº. 139.238-3, cargo Sub Diretor, do quadro do pessoal comissionado desta Prefeitura Municipal, lotado na Secretaria de Viação e Obras, a contar do dia: 30/05/2018.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 22 de Maio de 2018.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios.

ANDERSON STOCLOSKI

Advogado

PORTARIA Nº. 246 DE 22 DE MAIO DE 2018.

Publicação Nº 1664077

PORTARIA Nº. 246 DE 22 DE MAIO DE 2018.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI, Prefeito Municipal de Três Barras, SC, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Dispensar a servidora IONE THEREZA VICENTE DE SOUZA – matrícula nº 653.810-1, das funções que exercia no cargo de Professor - ACT, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, a contar do dia: 30/05/2018.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 22 de Maio de 2018.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Planejamento desta Prefeitura Municipal, na data supra.

ANDERSON STOCLOSKI

Advogado

PORTARIA Nº. 247 DE 22 DE MAIO DE 2018

Publicação Nº 1664089

PORTARIA Nº. 247 DE 22 DE MAIO DE 2018

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI, Prefeito Municipal de Três Barras, SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

EXONERAR, o Sr CLAUDIO MARIA SIMÃO DE LORENA – matrícula nº. 188.859-1, cargo Assessor, do quadro do pessoal comissionado desta Prefeitura Municipal, lotado na Intendência Distrital São Cristóvão, a contar do dia: 22/05/2018.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 22 de Maio de 2018.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios.

ANDERSON STOCLOSKI

Advogado

PORTARIA Nº. 248 DE 24 DE MAIO DE 2018

Publicação Nº 1664090

PORTARIA Nº. 248 DE 24 DE MAIO DE 2018

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI, Prefeito Municipal de Três Barras, SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

EXONERAR, a pedido a Sra CAROLINE LEITE – matrícula nº. 672.831-1, cargo de Monitor de Educação Especial, do quadro do pessoal efetivo/estatutário desta Prefeitura Municipal, lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Esporte, a contar do dia: 23/05/2018.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 24 de Maio de 2018.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios.

ANDERSON STOCLOSKI
Advogado

PORTARIA Nº. 256 DE 25 DE MAIO DE 2018

Publicação Nº 1664103

PORTARIA Nº. 256 DE 25 DE MAIO DE 2018

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI, Prefeito Municipal de Três Barras, SC, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER, a Servidora JUREMA COLLI GUIMARÃES – matrícula nº. 3.280-6, cargo de Auxiliar Administrativo, do quadro de pessoal efetivo da Secretaria da Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda desta Prefeitura Municipal, saldo de 20 (vinte) dias de férias, de acordo com a Portaria nº. 046/2018, referente período de aquisição: 22/02/2017 à 21/02/2018, com início do gozo de férias a contar do dia: 04/06/2018.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 25 de Maio de 2018.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios.

ANDERSON STOCLOSKI
Advogado

PORTARIA Nº. 257 DE 25 DE MAIO DE 2018

Publicação Nº 1664104

PORTARIA Nº. 257 DE 25 DE MAIO DE 2018

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI, Prefeito Municipal de Três Barras, SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

NOMEAR o servidor ZENO EZEQUIEL CARVALHO – matrícula nº. 624.969-1, para ocupar o cargo de Assessor – Intendência Distrito São Cristóvão do quadro de pessoal comissionado desta Prefeitura Municipal, a contar do dia: 23/05/2018.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 25 de Maio de 2018.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios.

ANDERSON STOCLOSKI
Advogado

PORTARIA Nº. 258 DE 30 DE MAIO DE 2018

Publicação Nº 1664105

PORTARIA Nº. 258 DE 30 DE MAIO DE 2018

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI, Prefeito Municipal de Três Barras, SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

EXONERAR a servidora MONA UBA DEQUÊCH DENK – matrícula nº. 24.554-5, da função que exercia no cargo de Secretário Adjunto – do quadro de pessoal comissionado desta Prefeitura Municipal – lotação Secretaria de Educação, Cultura e Esporte, a contar do dia: 01/06/2018.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 30 de Maio de 2018.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios.

ANDERSON STOCLOSKI
Advogado

PORTARIA Nº. 259 DE 30 DE MAIO DE 2018.

Publicação Nº 1664078

PORTARIA Nº. 259 DE 30 DE MAIO DE 2018.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI, Prefeito Municipal de Três Barras, SC, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Dispensar a pedido a servidora CELIZE MARIA WEINERT – matrícula nº 187.402-0, das funções que exercia no cargo de Professor Médico Especialista - EP, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde, a contar do dia: 01/06/2018.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 30 de Maio de 2018.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Planejamento desta Prefeitura Municipal, na data supra.

ANDERSON STOCLOSKI
Advogado

PORTARIA Nº. 261 DE 05 DE JUNHO DE 2018

Publicação Nº 1664108

PORTARIA Nº. 261 DE 05 DE JUNHO DE 2018

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI, Prefeito Municipal de Três Barras, SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

EXONERAR o servidor EDUARDO MÜLLER BUENO – matrícula nº.674.192-1, da função que exercia no cargo de Diretor – do quadro de pessoal comissionado desta Prefeitura Municipal – a contar do dia: 05/06/2018.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 05 de Junho de 2018.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios.

ANDERSON STOCLOSKI
Advogado

Treze Tílias

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PP 12/2018 FMS

Publicação Nº 1663971

ESTADO DE SANTA CATARINA □ FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TREZE TÍLIAS

Processo Licitatório nº 12/2018 FMS – Pregão Presencial

Objeto: A presente licitação tem por objeto a aquisição de medicamentos destinados para a manutenção das atividades do Fundo Municipal de Treze Tílias, conforme itens constantes no Anexo I deste edital.

O recebimento dos envelopes contendo a “proposta” e “documentação” será até as 09h00 min do dia 09/07/2018, sendo que a abertura e o julgamento do processo licitatório serão no mesmo dia e horário, na Sala de Reuniões da Prefeitura Municipal de Treze Tílias, na Praça Ministro Andreas Thaler nº 25, Centro, Treze Tílias, SC, CEP 89650-000. O edital pode ser obtido no site www.trezetiliassc.gov.br. Maiores informações no telefone (49) 35370166.

ALCIR DE RÓS
GESTOR DO FUNDO

DECRETO 2392

Publicação Nº 1663933

DECRETO Nº 2.392/2018 de 25/06/2018

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NA PREFEITURA MUNICIPAL DE TREZE TÍLIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MAURO DRESCH, Prefeito Municipal de Treze Tílias, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e na conformidade da lei,

DECRETA:

Artigo 1º - Fica aberto um crédito suplementar de R\$ 122.925,00 (cento e vinte e dois mil, novecentos e vinte e cinco reais), a fim de reforçar a dotação orçamentária abaixo:

05- SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS

01- SERVIÇOS PÚBLICO URBANOS

2214 – Revitalização de Ruas, Avenidas, Parques e Calçadas

(116) 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0024 R\$ 122.925,00

Art. 2º. Os recursos constantes no artigo anterior, são oriundos de convênio n.º 1.029.636-81/2016, com o Ministério das Cidades, para pavimentação de ruas.

Art. 3º. O presente decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Treze Tílias,
aos 25 dias do mês de junho de 2018.

MAURO DRESCH
Prefeito

Registrado e Publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios.

IVO PAULO HARTMANN
Secretário de Administração e Finanças

DECRETO 2393

Publicação Nº 1663934

DECRETO Nº 2.393/2018 DE 25 DE JUNHO DE 2018

DISPÕE SOBRE HORÁRIO EXCEPCIONAL DE EXPEDIENTE NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL NO DIA DO JOGO DA SELEÇÃO BRASILEIRA DE FUTEBOL NA COPA DO MUNDO 2018 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

MAURO DRESCH, Prefeito Municipal de Treze Tílias, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º. Fica estabelecido, em caráter excepcional, horário diferenciado de funcionamento no dia 27 de junho de 2018, data em que a

Seleção Brasileira de Futebol participará de Jogo da Copa do Mundo de 2018.

Parágrafo único. O horário de expediente nesta data será das 07h00min às 13h00min em todas as repartições públicas municipais.

Art. 2º. A Secretaria de Saúde do Município deverá fixar escala de sobreaviso, para manutenção de seus serviços essenciais.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Município de Treze Tílias/SC, 25 de junho de 2018.

MAURO DRESCH

Prefeito

Registrado e publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios – D.O.M/SC.

IVO PAULO HARTMANN

Secretário de Administração e Finanças

DECRETO 2394

Publicação Nº 1664272

DECRETO Nº 2.394/2018 DE 25 DE JUNHO DE 2018

NOMEIA SERVIDORES PARA RESPONDER PELA MOVIMENTAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS DO FUNDEB E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

MAURO DRESCH, Prefeito Municipal de Treze Tílias, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º. Ficam, os abaixo indicados, nomeados para responder pela movimentação dos recursos financeiros do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, conforme Portaria Conjunta STN/FNDE n.º 2 de 15 de janeiro de 2018:

Mauro Dresch – Prefeito – CPF nº 460.440.609-00

Mari Piaia – Secretária de Educação – CPF nº 693.324.109-25

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, especialmente o Decreto nº 2.386/2018.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Município de Treze Tílias/SC, 25 de junho de 2018.

MAURO DRESCH

Prefeito

Registrado e publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios – D.O.M/SC.

IVO PAULO HARTMANN

Secretário de Administração e Finanças

Trombudo Central

PREFEITURA

DECRETO 057/18

Publicação Nº 1663927

DECRETO 057/18 DE 14 DE JUNHO DE 2018.

ESTABELECE E REGULAMENTA O REGISTRO DO PONTO ELETRÔNICO E, DA FREQUÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE TROMBUDO CENTRAL E, DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

GEOVANA GESSNER, Prefeita do município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, especialmente o item V, do art. 52, da Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO a necessidade de medida reguladora para disciplinar o registro do ponto eletrônico dos servidores Públicos Municipais. DECRETA:

Art. 1.º - A frequência do servidor público municipal será apurada pelo registro de ponto eletrônico digital.

Art. 2.º - Para efeito desta regulamentação, frequência é o comparecimento assíduo e pontual dos servidores ao trabalho.

Art. 3.º - O registro do ponto é obrigatório a todo servidor público municipal, excetuando-se os agentes políticos, assessores, ocupantes de cargo de provimento em comissão e membros da Assessoria Jurídica.

Parágrafo Único. Observada a regulamentação já existente, a frequência, bem como o controle das atividades desempenhadas pelos membros da Advocacia Pública será objeto de regulamentação específica.

Art.4.º - O Em substituição ao registro de ponto, as Agentes Comunitárias de Saúde, sem prejuízo daquilo que lhes for específico em regulamentação própria, deverão cumprir 80% respectivamente às ações e aos serviços de promoção da saúde, de vigilância epidemiológica e ambiental e de combate a endemias em prol das famílias e das comunidades assistidas, no âmbito dos respectivos territórios de atuação.

§ 1.º - Nenhuma família poderá deixar de receber visita das Agentes Comunitárias de Saúde por 2 períodos de mês consecutivos.

§ 2.º - A inobservância do preceito insculpido no caput, neste parágrafo ou do § 1.º implicará em infração disciplinar, punível na forma da lei.

Art. 5.º - O horário de trabalho normal estabelecido aos servidores públicos, não poderá ser superior a 40 (quarenta) horas semanais, nem inferior a 20 (vinte) horas semanais, respeitando a carga horária estabelecida para cada cargo de acordo com a legislação vigente, sendo que, os servidores que possuem jornada de trabalho diária com 02 (dois) turnos, deverão obrigatoriamente fazer intervalo mínimo de uma hora para refeição e/ou descanso.

Parágrafo Único. Aos servidores públicos lotados na Secretaria Municipal da Educação e do Esporte, será considerado o horário de trabalho conforme as contratações dispostas em leis específicas.

Art. 6.º - Para o cumprimento do horário o servidor deverá respeitar o seguinte:

I - No horário de entrada, o servidor poderá registrar seu ponto 05 (cinco) minutos antes e no máximo 05 (cinco) minutos após o horário de trabalho.

II - No horário de saída, o servidor poderá registrar seu ponto até 05 (cinco) minutos após o término do horário de trabalho.

Parágrafo Único - Os minutos citados no item I e II deste artigo serão considerados como período de tolerância, não caracterizando hora extra nem desconto por atraso, observado o limite máximo de 10 (dez) minutos diários.

Art. 7.º - Para o registro do ponto diferente do horário normal de trabalho deverão ser observados os seguintes procedimentos:

I – O servidor poderá registrar sua entrada com atraso de até 10 (dez) minutos, sendo que este atraso poderá ser compensado no mesmo período do ocorrido. Caso contrário deverá expor seus motivos, em forma de Justificativa, ao Secretário que está subordinado;

II - O servidor que necessitar antecipar ou prolongar seu horário de trabalho (hora extra), deverá obrigatoriamente ter autorização do Secretário que está subordinado (Lei nº 816/90, art. 64), caso contrário às referidas horas não serão pagas;

III – O servidor que necessitar sair de seu local de trabalho, ou faltar ao trabalho deverá obrigatoriamente solicitar antecipadamente, em forma de requerimento e endereçar ao Secretário que está subordinado e,

IV – Qualquer registro diferente do seu horário de trabalho ou falta de registro por motivos não relacionados no item I, II e III deste artigo, o servidor deverá expor seus motivos, em forma de justificativa ao Secretário que está subordinado.

§ 1.º - Ao receber o requerimento ou justificativa, o Secretário irá analisar o pedido para deferimento ou indeferimento do mesmo, e posteriormente encaminhará ao Departamento de Recursos Humanos para os procedimentos cabíveis.

§ 2.º – Somente será admitida um requerimento de justificativa por semana, e quatro dentro do período mensal, sendo que o servidor que

até o dia 21 (vinte e um) de cada mês, não tiver apresentado suas justificativas conforme citado acima, terá seu pagamento bloqueado até a regularização de sua situação.

Art. 8.º - É vedado ao servidor retirar-se do seu local de trabalho ou sair antes do término do seu horário de trabalho sem prévia autorização superior, constituindo a transgressão desta proibição, infração disciplinar suscetível de punição, na forma do Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Trombudo Central (Lei nº 816/90).

Art. 9.º - O servidor que deixar de cumprir o horário normal de trabalho, chegando atrasado além do limite de tolerância de 10 (dez) minutos, ou faltar sem apresentar justificativa na forma dos artigos antecedentes, terá descontado de seu vencimento o valor proporcional a sua ausência.

Art. 10. - Os servidores cujas atribuições são exercidas em locais onde não possui o ponto eletrônico preencherão diariamente e manualmente a Folha de Ponto e/ou, deverão procurar local mais próximo onde possui o ponto para realizar o registro.

Art. 11. – Ressalvado o disposto nas Portarias nº 053/15 e 003/2017, este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 14 de junho de 2018.

GEOVANA GESSNER

Prefeita de Trombudo Central

Este Decreto foi publicado e registrado no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

GEZIEL BALCKER

Secretário Municipal de Administração e Finanças

DECRETO 058/18

Publicação Nº 1663928

DECRETO 058/18 DE 22 DE JUNHO DE 2018.

NOMEIA COMISSÃO ESPECIAL DE ACOMPANHAMENTO, ANÁLISE E PARECER FINAL EM OBRA LITERÁRIA SOBRE O MUNICÍPIO DE TROMBUDO CENTRAL.

GEOVANA GESSNER, Prefeita do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município.

DECRETA:

Art. 1º - Fica NOMEADA a Comissão especial de análise em obra literária sobre a história do Município de Trombudo Central, constituída pelos seguintes membros abaixo descritos:

GEOVANA GESSNER

CATIA REGINA MARANGONI GEREMIAS

MARIANY UHLENDORF

ELIMERI APARECIDA VENÂNCIO SCHLATTER

MARCIA GISELE SALVADOR

ARIANE LENZI CONINK

CASSIANE SCHMIDT PAYERL

RAFAELA SANDRINI

DEIVID CRISTIANO FAVA

ZULNEI LUCHTENBERG

CHARLES ALEXANDRE PORTO

FRANCISCO FRONZA

MATHEUS THOLL

Art. 2º - A presente Comissão, será responsável pelo acompanhamento, análise e parecer em obra literária sobre a história do Município de Trombudo Central, consistindo na leitura dos escritos, participar de reuniões da temática e sugerindo se necessário para enriquecimento da matéria.

Art. 3º - A obra será descrita pelo escritor Saulo Adami, tendo por finalidade o resgate histórico do Município de Trombudo Central, utilizando-se de vários escritos documentados, de fontes narrativas entrevistadas e demais fontes de pesquisa, com previsão de lançamento do Livro para o mês de outubro de 2018, durante a Feira do Livro, evento integrante alusivo às comemorações de 60 anos de emancipação político-administrativa do Município de Trombudo Central.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 22 de junho de 2018.

GEOVANA GESSNER

Prefeita de Trombudo Central

Este Decreto Foi registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

CATIA REGINA MARANGONI GEREMIAS

Secretária da Cultura e do Turismo Interina

DECRETO 059/18

Publicação Nº 1663929

DECRETO 059/18 DE 22 DE JUNHO DE 2018.

REGULAMENTA A LEI MUNICIPAL 2014 DE 29 DE MAIO DE 2018, QUE DISPÕE SOBRE O FUNCIONAMENTO DO CENTRO MUNICIPAL PROFISSIONALIZANTE - CMP.

GEOVANA GESSNER, Prefeita do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo item V, do Art. 52, da Lei Orgânica do Município.

DECRETA:

Art. 1º O Centro Municipal Profissionalizante - CMP, tem como objetivo proporcionar conhecimento aos trabalhadores e estudantes domiciliados no município, comprovadamente contratados, ou buscando contratação e/ou requalificação profissional em estabelecimentos comerciais, industriais, públicos e prestadores de serviço devidamente cadastrados e inscritos em Trombudo Central.

Art. 2º O CMP terá dias letivos ao ano, funcionando de fevereiro à novembro, somente de segunda feira a sexta feira, não sendo contados os dias de Feriados Municipais e demais decretados pela municipalidade.

Art. 3º Haverá recesso nos meses de dezembro e janeiro.

Art. 4º As aulas serão ministradas de segunda a sexta - feira nos períodos diurnos e noturnos.

Art. 5º A carga horária semanal de cada curso será de acordo com o conteúdo - aula.

Parágrafo Único. Excepcionalmente, poderão ser realizados cursos com carga horária semanal superior ou inferior à fixada no "Caput" deste Artigo, a critério da Administração Municipal e de acordo com as Secretarias Municipais.

Art. 6º Os cursos oferecidos pelo Centro Municipal Profissionalizante serão gratuitos, podendo, a critério da Administração Municipal e de comum acordo com a Entidade promotora de Curso, estabelecer a cobrança de uma taxa de inscrição.

§ 1º - A taxa de inscrição terá como finalidade a manutenção do mobiliário e do equipamento do CMP.

§ 2º - A movimentação financeira resultante da taxa de inscrição será demonstrada ao Setor de Contabilidade da Prefeitura Municipal, findo o prazo de inscrição do Curso.

Art. 7º Os cursos vinculados ao CMP poderão funcionar nos Bairros.

Parágrafo Único. As associações de bairro e/ou outras Entidades que desejarem usufruir dos Cursos oferecidos pelo CMP, em suas localidades, devem dispor de instalações e equipamentos mínimos para a promoção do referido Curso.

Art. 8º As aulas serão ministradas por monitores, devidamente Capacitados para o Curso, mediante apresentação de Certificado de Reconhecimento pelo MEC, e/ou outra instituição devidamente apta para ministrar Cursos.

Parágrafo Único. Nas faltas, impedimentos ou licenças para tratamento de saúde, os monitores serão substituídos em caráter emergencial e inadiável, a título eventual por candidatos a monitores devidamente cadastrados no Centro Municipal Profissionalizante – CMP.

§ 1º - A hora - aula diurna terá a duração de 45 (quarenta e cinco) minutos e a noturna a duração de 40 (quarenta) minutos.

§ 2º - Os monitores terão aulas atribuídas na Sede do CMP ou nos Bairros, conforme critério estabelecido pela Administração Pública.

§ 3º - A remuneração por hora - aula será estabelecida pelos órgãos competentes da Prefeitura Municipal.

Art. 9º Cada turma será formada por, no mínimo 15 (quinze) e no máximo 25 (vinte e cinco) alunos.

Parágrafo Único - Nos bairros esse número de alunos de cada turma poderá ser maior que o determinado no "caput" deste artigo, conforme as condições das salas de aula, porém nunca inferior a 15 (quinze) alunos por Turma.

Art. 10. - O aluno matriculado deverá frequentar as aulas nos dias e horários determinados na inscrição do Curso.

Art. 11. - Será feita mensalmente uma avaliação do aluno que constará do seu prontuário, sendo considerado na avaliação final.

Art. 12. - Ao término do curso será conferido ao aluno um Certificado.

§ 1º - Receberá o Certificado o aluno que tiver no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) de frequência e for considerado, pelo monitor, apto a desempenhar profissionalmente suas funções.

§ 2º - Será considerado desistente o aluno que tiver mais de 03 (três) faltas consecutivas e 05 (cinco) alternadas sem justificativa.

Art. 13. - Este Decreto entra em vigor na data da publicação, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 22 de junho de 2018.

GEOVANA GESSNER

Prefeita de Trombudo Central

Este Decreto foi registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

GEZIEL BALCKER

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA 241/18

Publicação Nº 1663959

PORTARIA 241/18 DE 25 DE JUNHO DE 2018.

CONCEDE LICENÇA PARA ACOMPANHAMENTO DE TRATAMENTO DE SAÚDE DE FAMILIAR.

GEOVANA GESSNER, Prefeita Municipal de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e com base na Lei Complementar 816 de 31 de Outubro de 1990, Art. 85 - § Único. (alterado pela Lei 989/94).

CONSIDERANDO o atestado médico emitido na data de 25 de junho de 2018 e, apresentado junto ao Departamento de Pessoal.

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER a servidora Pública Municipal Sra. MARLI CRISTÓVÃO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Operário Braçal, licença para acompanhamento de tratamento de saúde de familiar pelo prazo de 30 (trinta) dias, a partir de 25 de junho de 2018.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 25 de junho de 2018.

GEOVANA GESSNER

Prefeita de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

TANIA BINI AZEVEDO WALTRICK

Secretária da Saúde

Tunápolis

PREFEITURA

A) PROCESSO Nº 01/2018 B) TOMADA DE PREÇO PARA OBRAS E SER. ENGENHARIA Nº 01/2018

Publicação Nº 1663639

Associação Hospitalar de Tunápolis,/SC
Rua: Albino Frantz,148.
CNPJ 83.428.508/0001-12

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Presidente, Alcides Luís Hofer, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações resolve:

01- HOMOLOGAR a presente licitação nestes termos:

A) PROCESSO Nº 01/2018

B) TOMADA DE PREÇO PARA OBRAS E SER. ENGENHARIA Nº 01/2018

C) DATA DA HOMOLOGAÇÃO 25/06/2018.

D) OBJETO : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO EM REGIME DE EMPREITADA GLOBAL(MATERIAIS, SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS) PARA REFORMA DE UNIDADE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM SAÚDE, DE ACORDO COM O CONTRATO DE REPASSE Nº 839938-2016- MINISTÉRIO DA SAÚDE

F) Fornecedor declarado vencedor:

R.G RHODEN ENGENHARIA EIRELI
No valor de R\$ 249.000,00(Duzentos e quarenta e nove mil reais)

Tunápolis, 25 de junho de 2018.

Alcides Luís Hofer
Associação Hospitalar de Tunápolis,/SC

ATA DE ABERTURA E JULGAMENTO DE HABILITAÇÃO PROCESSO DE COMPRA Nº131/2018 TOMADA DE PREÇOS P/ OBRAS E SERV. DE ENGENHARIA Nº 12/2018

Publicação Nº 1663776

TOMADA DE PREÇO 12/2018

ATA DE ABERTURA E JULGAMENTO DE HABILITAÇÃO PROCESSO DE COMPRA Nº131/2018 TOMADA DE PREÇOS P/ OBRAS E SERV. DE ENGENHARIA Nº 12/2018

Às oito horas e trinta minutos do dia 20 de junho de dois mil e dezoito, na sala do Setor de Compras e Licitações, reuni-se a Comissão de Licitação, designada pela Portaria 4701/2017, composta pelos membros Joséli T. B. Hofmann, Sheila I. Bieger e Presidente Nelcina Maria Decker, equipe de Apoio pelos Sr. Leonardo I. Moreira Massing, e assessor jurídico do município Sr. Alcides Luis Hofer para abertura dos envelopes de habilitação do certame licitatório na modalidade de Tomada de Preços nº 12/2018, tipo menor preço unitário Global, cujo o objeto é CONTRATAÇÃO DE EMPRESA EM REGIME DE EMPREITADA GLOBAL (MÃO DE OBRA, MATERIAIS) PARA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DE CONTINUIDADE DA RODOVIA DA FRONTEIRA DO TRECHO DO CENTRO DA COMUNIDADE DE LINHA PINTANGUIERA, DE ACORDO COM A PROPOSTA Nº0000021121-ADR01 2123/2018 – PROCESSO DO SPP ESEF6327184/PROGRAMA DE TRANSFERENCIA 2018007448- DO ESTADO DE SANTA CATARINA presente tomada de preço foi devidamente publicada no Diário Oficial da União, Diário Oficial dos Municípios e Diário Oficial do estado de Santa Catarina na edição do dia 05 de junho de 2018.

Abertos os trabalhos, constatou-se a participação das empresas abaixo relacionadas, a qual respeitou o prazo limite para a entrega dos envelopes e cujos representantes, tendo cumprido com as exigências editalícias, restaram credenciadas para a presente Sessão as empresas: GAIA RODOVIAS LTDA devidamente representado pelo Sr. Renato Adriano Seibt – Procurados e E.J.F. EMPREENDIMENTOS LTDA devidamente representado pelo Sr. Everton José Frigeri – Sócio proprietário, que apresentou as devidas certidões comprovando ser empresa EPP, demonstrando interesse em usufruir dos benefícios da Lei Complementar nº 123 de 14/11/2016. Dando prosseguimento, foi realizado a análise da documentação de habilitação pela Comissão e representantes presentes, sendo que desta forma foram habilitados ambas as empresas. Indagadas sobre a documentação o Senhor Renato Adriano Seibt, procurador da empresa Gaia Rodovias Ltda contestou o Acervo técnico apresentado pela empresa E.J.F. EMPREENDIMENTOS LTDA, alegando que no edital solicita "1.1.3.3 Execução e Compactação de base ou sub base em macadame 1.500,00 m3, 1.1.3.4 Execução e compactação de base ou sub base com brita graduada 1.100.00m3, 1.1.3.7 Construção de pavimentação com aplicação de CBUQ 320m3", e que a empresa E.J.F EMPREENDIMENTOS LTDA apresentou o

acervo tendo somente Base e sub, e C.B.U.Q (Concreto Betuminoso Usinado a Quente), da mesma forma contestou a certidão emitida pela junta comercial referente a empresa E.J.F EMPREENDIEMTOS LTDA, questionando o valor do balanço que estaria ultrapassando o limite para enquadramento de empresa de pequeno porte. Sendo que o Senhor Renato Adriano Seibt, procurador da empresa Gaia Rodovias LTDA, manifestou interesse de apresentar recurso, motivo pelo qual esta Comissão de Licitação, abre prazo legal para apresentação da mesma. Nada mais havendo a tratar, a Comissão de Licitação de por encerrada a sessão publica, tendo sido lavrada esta ata que, lida e achada conforme, segue assinada pelos presentes a sessão.

E.J.F EMPREENDIEMTOS LTDA

GAIA RODIVIAS LTDA

Nelcina Maria Decker
Presidente da Comissão de Licitação

Sheila Inês Bieger
Membro

Joséli T. B. Hofmann
Membro

AVISO DE REVOGAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 149/2018

Publicação Nº 1664267

Aviso de REVOGAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO nº. 149/2018

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL nº. 106/2018

OBJETO: O objeto do presente pregão consiste na aquisição de refeições (marmitas) e gêneros alimentícios destinados para alimentação dos servidores municipais que se deslocam para realização de serviços no interior do município, conforme autoriza a Lei Municipal nº 01041/2011, e de acordo com os quantitativos prazos e condições estabelecidas neste ato convocatório e seus anexos.

Onde se Lê: O horário do credenciamento será até as 14 horas do dia 27/06/2018 impreterivelmente, e será efetuado conforme a ordem de chegada dos interessados.

Leia –se : O horário do credenciamento será até as 14 horas do dia 10/07/2018 impreterivelmente, e será efetuado conforme a ordem de chegada dos interessados.

Justificativa: Em decorrência do ponto facultativo Decreto nº 1986/2018.

“Informações no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo telefone(0xx493)632-11-22, Email:compras@tunapolis.sc.gov.br.

Tunápolis, SC, 25/06/2018
SHEILA INÊS BIEGER
Pregoeira

PROCESSO DE COMPRA Nº.: 154/2018 PREGÃO PRESENCIAL Nº: 111/2018

Publicação Nº 1664512

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNAPOLIS
RUA JOÃO CASTILHO Nº 111
89.898.000 – TUNÁPOLIS – SC

Secretaria de Administração/Departamento de Compras
Processo de Compra Nº.: 154/2018
Pregão Presencial nº: 111/2018
Data Emissão: 22/06/2018
Forma de Julgamento: menor preço por ITEM

- O Município de Tunápolis – S.C., ESTADO DE SANTA CATARINA, através de sua PREGOEIRA e Equipe de Apoio e, comunica aos interessados que está promovendo o Processo Licitatório na Modalidade de Pregão Presencial, do tipo menor preço por item, conforme dispõe a Lei Federal nº 10.520 de 17/07/2002; Lei Complementar nº 123/2006, Lei Complementar Nº 147, de 07 de Agosto de 2014, Lei n. 8.666/93 e legislação vigente e pertinente à matéria. Os envelopes de nº 01 contendo as “propostas de preços” e de nº 02, contendo a “documentação de habilitação” serão recebidos pela Pregoeira, no Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal, estabelecido na Rua João Castilho nº111 – Tunápolis - SC, CEP 89.898-000, até as 14h30min do dia 09 de julho de 2018 iniciando-se a Sessão Pública no mesmo horário do mesmo dia e local.

A presente Licitação tem por objeto a aquisição materiais de música que serão utilizados na manutenção dos instrumentos musicais, e desenvolvimento das aulas de música do setor da Cultura deste Município, de acordo com os quantitativos prazos e condições estabelecidas neste ato convocatório e seus anexos

Entrega e abertura dos envelopes dos documentos e proposta até as 14h30min do dia 09 de julho de 2018 .

Informações do Edital, no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo telefone(0xx49) 3632-1122. Email: compras@tunapolis.sc.gov.br.

RENATO PAULATA
PREFEITO MUNICIPAL

TOMADA DE PREÇO 01/2018 ATA Nº 01/2018 DE ABERTURA E JULGAMENTO DE HABILITAÇÃO DO PROCESSO 001/2018.

Publicação Nº 1663634

TOMADA DE PREÇO 01/2018

ATA Nº 01/2018 DE ABERTURA E JULGAMENTO DE HABILITAÇÃO DO PROCESSO 001/2018.

Às oito horas e trinta minutos do dia 15 de junho de dois mil e dezoito, na sala da Associação Hospitalar de Tunápolis,/SC, reuni-se a Comissão de Licitação, designada em ata, composta pelos membros Vanduir Matias Deters, Clair Fatiam Guarda Pohlmann, Francieli Carbonara e o Presidente, Alcides Luís Hofer, como membro de apoio, para abertura dos envelopes de habilitação do certame licitatório na modalidade de Tomada de Preços nº 01/2018, tipo menor preço unitário Global, cujo o objeto é CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO EM REGIME DE EMPREITADA GLOBAL(MATERIAIS, SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS) PARA REFORMA DE UNIDADE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM SAÚDE, DE ACORDO COM O CONTRATO DE REPASSE Nº 839938-2016- MINISTÉRIO DA SAÚDE, a presente tomada de preço foi devidamente publicada no dia 28 de maio de 2018 no Diário Oficial da União, Diário oficial dos Municípios Diário oficial do estado de Santa Catarina . Abertos os trabalhos, constatou-se a participação da empresa abaixo relacionada, a qual respeitou o prazo limite para a entrega dos envelopes e cujo representante, tendo cumprido com as exigências editalícias, restou credenciado para a presente Sessão a empresa: R.G RHODEN ENGENHARIA EIRELI, que se declarou ME/EPP. Dando prosseguimento, foi realizado a análise das documentações de habilitação pela Comissão e representante presente, foi verificado que a empresa R.G RHODEN ENGENHARIA EIRELI, não apresentou a CND Federal e a CND Municipal, porem a empresa demonstrou interesse em usufruir dos benefícios da LEI COMPLEMENTAR Nº 123, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006, motivo pelo qual a Comissão de Licitação e Presidente abrem o prazo de 5(cinco) dias para a empresa supramencionada apresentar as negativas, e regularizar a situação.

R.G RHODEN ENGENHARIA EIRELI

Darci Antônio Naue

Procurador

Comissão de Licitação:

Vanduir Matias Deters

Membro da Comissão

Clair Pohlmann

Membro da Comissão

Francieli Carbonara

Membro da Comissão

Alcides Luís Hofer

Presidente da Associação Hospitalar

Membro de apoio

TOMADA DE PREÇO 01/2018 ATA Nº 02/2018 DE ABERTURA E JULGAMENTO DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA DO PROCESSO 001/2018.

Publicação Nº 1663652

TOMADA DE PREÇO 01/2018

ATA Nº 02/2018 DE ABERTURA E JULGAMENTO DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA DO PROCESSO 001/2018.

Às treze horas do dia 22 de junho de dois mil e dezoito, na sala da Associação Hospitalar de Tunápolis,/SC, reuni-se a Comissão de Licitação, designada em ata, composta pelos membros Vanduir Matias Deters, Clair Fatiam Guarda Pohlmann, Francieli Carbonara e o Presidente, Alcides Luís Hofer, como membro de apoio, para analisar a documentação da empresa R.G RHODEN ENGENHARIA EIRELI, uma vez que esta Comissão concedeu no dia 15 de junho de 2018 o prazo de 5(cinco) dias para a empresa supramencionada regularizar a situação, objetivando a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO EM REGIME DE EMPREITADA LOBAL(MATERIAIS, SERVIÇOS E QUIPAMENTOS) PARA REFORMA DE UNIDADE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM SAÚDE, DE ACORDO COM O CONTRATO DE REPASSE Nº 839938-2016- MINISTÉRIO DA SAÚDE. A empresa através do seu representante legal apresentou as negativas válidas, motivo pelo qual esta Comissão de Licitação habilita e classifica a mesma. A empresa apta e Habilitada para a 2ª fase da licitação, abertura dos Envelopes "Proposta de Preço", é a seguinte: R.G RHODEN ENGENHARIA EIRELI.

Ato contínuo: O Envelope nº 2: "Proposta de Preço" ficou em poder da Comissão Permanente de Licitação, lacrado e rubricado pela Comissão e representante legal. Depois da análise de seus conteúdos, considerou Classificada a única empresa participante deste procedimento licitatório, a empresa R.G RHODEN ENGENHARIA EIRELI, que apresentou proposta global no valor de R\$249.000,00(DUZENTOS E QUARENTA E NOVE MIL REAIS)

Após, a Comissão Permanente de Licitação DECLARA VENCEDORA a empresa : RHODEN ENGENHARIA EIRELI por ter apresentado a

proposta de acordo com os anexos do edital para a execução do objeto deste certame e dando andamento aos trâmites desta licitação. A presente Ata foi lida e aprovada pelos presentes. A presente ata será assinada e devidamente PUBLICADA no mural da Associação Hospitalar de Tunápolis. Nada mais havendo a tratar, o Ato foi encerrado às treze horas e vinte minutos.

R.G RHODEN ENGENHARIA EIRELI

Darci Antônio Naue

Procurador

Alcides Luis Hofer

Presidente da Associação Hospitalar /

Comissão de Licitação

Clair Fatiam Guarda Pohlmann

Membro da Comissão

Francieli Carbonara

Membro

TOMADA DE PREÇO 13/2018 ATA DE ABERTURA E JULGAMENTO DE HABILITAÇÃO PROCESSO DE COMPRA Nº132/2018

Publicação Nº 1663771

TOMADA DE PREÇO 13/2018

ATA DE ABERTURA E JULGAMENTO DE HABILITAÇÃO PROCESSO DE COMPRA Nº132/2018

TOMADA DE PREÇOS P/ OBRAS E SERV. DE ENGENHARIA Nº 13/2018

Às oito horas e trinta minutos do dia 21 de junho de dois mil e dezoito, na sala do Setor de Compras e Licitações, reuni-se a Comissão de Licitação, designada pela Portaria 4701/2017, composta pelos membros Joséli T. B. Hofmann, Sheila I. Bieger e Presidente Nelcina Maria Decker, equipe de Apoio pelos Sr. Leonardo I. Moreira Massing, para abertura dos envelopes de habilitação do certame licitatório na modalidade de Tomada de Preços nº 13/2018, tipo menor preço unitário Global, cujo o objeto é CONTRATAÇÃO DE EMPRESA EM REGIME DE EMPREITADA GLOBAL (MÃO DE OBRA, MATERIAIS E EQUIPAMENTOS) PARA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DAS RUAS 24 DE ABRIL E SANTA CECÍLIA ADR 01 2208/2018, DE ACORDO COM O PROGRAMA DE TRANSFERENCIA 2018007511 SPP ESEF5805180, presente tomada de preço foi devidamente publicada no Diário Oficial da União, Diário Oficial dos Municípios e Diário Oficial do estado de Santa Catarina na edição do dia 06 de junho de 2018.

Abertos os trabalhos, constatou-se a participação das empresas abaixo relacionadas, a qual respeitou o prazo limite para a entrega dos envelopes e cujos representantes, tendo cumprido com as exigências editalícias, restaram credenciadas para a presente Sessão as empresas: GAIA RODOVIAS LTDA devidamente representado pelo Sr. Renato Adriano Seibt – Procurador e E.J.F. EMPREENDIMENTOS LTDA devidamente representado pelo Sr. Jonas Lima da Luz, Procurador, a empresa E.J.F. EMPREENDIMENTOS LTDA, apresentou as devidas certidões comprovando ser empresa EPP, demonstrando interesse em usufruir dos benefícios da Lei Complementar nº 123 de 14/11/2016. Dando prosseguimento, foi realizado a análise da documentação de habilitação pela Comissão e representantes presentes, sendo que desta forma foram habilitados ambas as empresas. Indagadas sobre a documentação o Senhor Renato Adriano Seibt, procurador da empresa Gaia Rodovias Ltda contestou a certidão emitida e apresentada pela junta comercial da empresa E.J.F. EMPREENDIMENTOS LTDA, questionando o valor do balanço que estaria ultrapassando o limite para enquadramento de empresa de pequeno porte. Sendo que o Senhor Renato Adriano Seibt, procurador da empresa Gaia Rodovias LTDA, manifestou interesse de apresentar recurso, motivo pelo qual esta Comissão de Licitação, abre prazo legal para apresentação da mesma.

Nada mais havendo a tratar, a Comissão de Licitação de por encerrada a sessão publica, tendo sido lavrada esta ata que, lida e achada conforme, segue assinada pelos presentes a sessão.

E.J.F. EMPREENDIMENTOS LTDA

GAIA RODOVIAS LTDA

Nelcina Maria Decker

Presidente da Comissão de Licitação

Sheila Inês Bieger

Membro

Joséli T. B. Hofmann

Membro

CÂMARA MUNICIPAL**PORTARIA Nº 21/2018**

Publicação Nº 1664597

PORTARIA Nº 21/2018
Em 25 de junho de 2018

ESTABELECE DATA DE SESSÃO SOLENE E DESIGNA OS HOMENAGEADOS PARA CONCESSÃO DE HONRARIA PELO DESEMPENHO NAS EDIÇÕES DE 2005 A 2017 DA OLÍMPIADA BRASILEIRA DE MATEMÁTICA DAS ESCOLAS PÚBLICAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Presidente da Câmara de Vereadores de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe conferem a Lei Orgânica e o Regimento Interno desta Casa, RESOLVE:

Art. 1º Fica estabelecida a realização de Sessão Solene no dia 11 de julho de 2018, às 19 horas, nas dependências do Auditório Municipal, para entrega de Condecorações de Mérito pelo desempenho na Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas, edições de 2005 a 2017;

Art. 2º Serão homenageados os alunos abaixo relacionados, que receberam Menções Honrosas e Medalhas de Ouro, Prata ou Bronze, durante o período citado:

MEDALHISTAS

1- CAUAN WALTER DETERS

2- JONATHAN RAUBER

3- LUANA THEISEN

4- RENAN THEISEN

MENÇÕES HONROSAS

1- MARCIELE SCHAEFER

2- TIAGO THERHORST RAUBER

3- DANIEL KESSLER

4- EDUARDO EIDT

5- JONAS DILL

6- DALVANA LEILA GOTZ

7- MARCIO JOSÉ NEUKAMP

8- WILLIAN EIDT

9- JOEL HENRIQUE ROHR

10- JONATHAN P. SCHROER

11- DANIEL SCHEREN DA CRUZ

12- RAFAEL WERMUTH

13- ANDERSON BAUMGRATZ

14- LUCIANE SCHEREN

15- JONATHAN THERHORST RAUBER

16- CHRISTIAN NEISS

17- CAROLINE INES BAUMGRATZ

18- NILSON HAHN

19- JULIA SCHORR

20- KELLY HAMMES

21- DAIANA HOCHSCHEIDT

22- GABRIELE FREIBERGER

23- RENAN THEISEN

24- ALINE RECHMANN

25- VILMAR ANTONIO KAEFER

26- KARLA WIRTH

27- MARCIELE WILBERT

28- DIONATAN SCHAEFER LAUSCHNER

29- PEDRO HENRIQUE DETERS

30- ANDRESSA GABRIEL BONAVIDO

31- GIOVANE GROTH

32- JULIANA EVA PREIS DA SILVA

33- EMANUEL SCHEREN DOS SANTOS

34- JAINE ULRICH

35- ANA CAROLINA KERKOFF PELISSARI

36- PEDRO HENRIQUE BAUMGRATZ

37- MARCELO MEURER

38- CLEITON LUIS HAUSCHILD

39- LAERSON HAMMES

40- MATIELE DA SILVA BORBA

41- ELIAS SCHORR

42- THAINARA LOUYSI KREISIG RAMOS

43- THAUANA PADILHA SCHNUR

44- CARLOS EDUARDO THOMAS

45- ADRIANA HOEFFEL
46- FERNANDA GENZ
47- ALESSON SCHAEFFER LAUSCHNER
48- CARLOS EDUARDO GLUITS
49- JOICE STUELP

Art. 3º A homenagem consistirá na entrega de Certificados aos que foram condecorados com Medalhas e Menções Honrosas.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara de Vereadores de Tunápolis, SC, 25 de junho de 2018.

DONATO LAUSCHNER

Presidente

Turvo

PREFEITURA

DECRETO 25/2018

Publicação Nº 1664145

DECRETO Nº 025/18, de 21 de Junho de 2018.

NOMEIA MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Art. 25 § 4º da Lei Municipal nº 2.330/17, de 19 de Dezembro de 2017,

RESOLVE

Art. 1º. Nomear os membros titulares e suplentes do Conselho Municipal de Assistência Social do Município de Turvo, conforme segue:

I – REPRESENTANTES DE ENTIDADES GOVERNAMENTAIS:

Titular: Samarina Costa da Rocha - Secretaria Municipal de Assistência Social

Suplente: Kátia Cristina Biz - CRAS

Titular: Luciane Fontana Vitto - Secretaria de Educação

Suplente: Marieti Monteiro Rodrigues - Secretaria de Educação

Titular: Juanita Panatto Daros - Secretaria de Saúde

Suplente: Bárbara Gabriel Simon - Secretaria de Saúde

II - REPRESENTANTES DE ENTIDADES NÃO GOVERNAMENTAIS:

Titular: José Nelci Pazini - Associação Irmã Ursula Heidemann

Suplente: Beatris Parol dos Santos - Colégio Estadual João Colodel

Titular: Clenir da Gloria Becker Crepaldi - APAE

Suplente: Sonia Moro de Luca - APAE

Titular: Anadir Pasini Favarin - Rotary

Suplente: Valmir Magagnin - Pastoral da Criança

Art. 2º. A duração do mandato deste conselho será pelo prazo de 02 (dois) anos, sendo facultada uma recondução ou reeleição.

Art. 3º. O exercício da Função de Conselheiro não será remunerado, considerando-se como serviço público relevante.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário, em especial Decreto nº 015/16, de 25 de abril de 2016.

Turvo (SC), 21 de junho de 2018.

TIAGO ZILLI

Prefeito Municipal

Pub. e registrado o presente Decreto nesta Secretaria na data supra.

Nestor Reco – Secretário de Adm. e Finanças.

DECRETO 26/2018

Publicação Nº 1664146

DECRETO Nº 026/18, de 22 de Junho de 2018.

SUPLEMENTA DOTAÇÕES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

TIAGO ZILLI, Prefeito Municipal de Turvo/SC, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto no art. 5º da Lei nº 2.328/17 (Lei Orçamentária Anual), de 14.12.2017.

DECRETA

Art. 1º. Fica suplementado o crédito orçamentário no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Turvo no valor de R\$ 89.000,00 (oitenta e nove mil reais), assim classificados:

08.01 – SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL

08.244.0047.2.027 – Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social

3.1.71.00.00.00.00.0080 (087) – Transferência a Consórcios Públicos R\$ 89.000,00

Art. 2º. A execução do disposto no art. 1º correrá à conta da fonte de recursos 0080 (recurso próprio) por excesso de arrecadação no valor

de R\$ 89.000,00.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo - SC, 22 de junho de 2018.

TIAGO ZILLI

Prefeito Municipal

Pub. e registrado o presente Decreto nesta Secretaria na data supra.

Nestor Reco – Secretário de Adm. e Finanças.

PORTARIA 189/2018

Publicação Nº 1664147

PORTARIA Nº 189/18, de 21 de Junho de 2018.

EXONERA A PEDIDO AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, NOMEADO EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de acordo com o que estabelece os incisos, "IX" e "XII" do artigo 52 da Lei Orgânica do Município de Turvo,

RESOLVE

Art. 1º - Exonerar a pedido, o Servidor abaixo relacionado, ocupante da função pública de Agente Comunitário de Saúde, nomeado temporariamente através do Processo Seletivo nº 002/17 - SMS, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo.

NOME CPF MATRICULA

Sidiane Laurindo Biz 059.185.829-08 2499

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 21 de junho de 2018.

TIAGO ZILLI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Nestor Reco – Secretário de Adm. e Finanças.

PORTARIA 190/2018

Publicação Nº 1664148

PORTARIA Nº 190/18, de 21 de Junho de 2018.

NOMEIA AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS I, EM CARÁTER TEMPORÁRIO, NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 1.001/1993, combinado com a Lei Complementar nº 09/11, de 24 de Agosto de 2011 e sua alteração,

RESOLVE

Art. 1º - Nomear pelo Processo Seletivo Simplificado nº 003/2017-SME, o Servidor abaixo relacionado, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para exercer a função pública de Auxiliar de Serviços Gerais I, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal, com os vencimentos estabelecidos em Lei, em substituição ao servidor Fabiano Martins Moraes que se encontra em Auxílio Doença.

NOME CPF LOCAL DE TRABALHO

Marli Fernandes Gabriel 023.315.229-60 UAME

Art. 2º - O prazo de contratação em caráter temporário, relacionado no art. 1º desta Portaria, iniciara em 22 de Junho de 2018 e encerrará em 02 de Outubro de 2018.

Art. 3º - Nomear pelo Processo Seletivo Simplificado nº 003/2017-SME, o Servidor abaixo relacionado, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para exercer a função pública de Auxiliar de Serviços Gerais I, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

NOME CPF LOCAL DE TRABALHO

Jaqueline Souza da Silva 006.652.219-67 Escola Municipal Celso Marcon

Art. 4º - O prazo de contratação em caráter temporário, relacionado no art. 1º desta Portaria, iniciara em 22 de Junho de 2018 e encerrará em 14 de Dezembro de 2018.

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 21 de junho de 2018.

TIAGO ZILLI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Nestor Reco – Secretário de Adm. e Finanças.

PORTARIA 191/2018

Publicação Nº 1664149

PORTARIA Nº 191/18, de 21 de Junho de 2018.

NOMEIA COMISSÃO DE VISTORIA E AVALIAÇÃO PARA FINS DE REALIZAÇÃO DE LEILÃO PÚBLICO PARA ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS INSERVÍVEIS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições legais e, em vista da necessidade de alienar bens móveis inservíveis do patrimônio público do Município TURVO – SC, NA MODALIDADE DE LEILÃO E EM CONFORMIDADE COM A Lei 8.666/93,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar os servidores públicos abaixo, sob a presidência do primeiro, para comporem a Comissão de Vistoria e Avaliação com o fim específico de vistoriar e avaliar bens móveis inservíveis constituídos de veículos e máquinas pertencentes à frota do Município de TURVO – SC, destinados a leilão:

I – Presidente: Nestor Reco;

II – Membro: Luiz Carlos de Santa Helena;

III- Membro: Valeria de Lourdes Scarabelot;

IV – Suplente: Roberto Carlos Patel.

Art. 2º - Compete à Comissão constituída no art. 1º desta portaria, vistoriar os bens inservíveis constituídos de veículos e máquinas, elaborando Termo de Avaliação constando características, estado de conservação e valor de cada bem, devendo encaminhar o laudo final à Comissão Permanente de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal, para fins de ser realizado leilão público, de acordo com as normas e lei permanentes ao ato.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Turvo (SC), 21 de junho de 2018.

TIAGO ZILLI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Nestor Reco - Secretário de Adm. e Finanças.

PORTARIA 192/2018

Publicação Nº 1664150

PORTARIA Nº 192/18, de 22 de Junho de 2018.

DETERMINA A INSTAURAÇÃO DE SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA E DESIGNA COMISSÃO DE SINDICÂNCIA PARA APURAR FATOS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 124 e seguintes da Lei Municipal no 1.154/95 (Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Turvo).

RESOLVE

Art. 1º. Determinar a instauração de Sindicância e designa os Servidores Roberto Carlos Patel, Rosangela Teixeira e Marieti Monteiro Rodrigues, para sob a presidência do primeiro, compor a Comissão de Sindicância, destinada a apurar fatos envolvendo as funcionárias Veronice Gabriel e Cristiane Macarine.

Art. 2º. O prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão será de 30 (trinta) dias, a contar da publicação desta Portaria, podendo ser prorrogado por igual prazo.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 22 de Junho de 2018.

TIAGO ZILLI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Nestor Reco – Secretário de Adm. e Finanças.

PORTARIA 193/2018

Publicação Nº 1664151

PORTARIA Nº 193/18, de 25 de Junho de 2018.

NOMEIA PSICÓLOGO, EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 1.001/1993, combinado com a Lei Complementar nº 09/11, de 24 de Agosto de 2011 e suas alterações,

RESOLVE

Art. 1º - Nomear pelo Processo Seletivo Simplificado nº 003/2018, o servidor abaixo relacionado, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para exercer a função pública de Psicólogo, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

NOME CPF

Jaqueline Izabel Pereira 015.261.109-62

Art. 2º - O prazo de contratação em caráter temporário, relacionado no art. 1º desta Portaria, iniciara em 25 de Junho de 2018 e encerrará em 28 de Maio de 2019.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 25 de junho de 2018.

TIAGO ZILLI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Nestor Reco – Secretário de Adm. e Finanças.

TOMADA DE PREÇO PMT 43/2018

Publicação Nº 1664387

Aviso de Licitação

Processo de Licitação nº 43/2018 – Tomada de Preço nº 43/2018

Objeto: Pavimentação com Lajotas da rua Vereador Francisco Cadorin

Entrega dos envelopes: até as 08hr45min do dia 11/07/2018

Abertura da Sessão: as 09:00 h do dia 11/07/2018

Informações e cópia do edital: Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Turvo, sito a Rua Nereu Ramos, 609 – Centro – Turvo/SC, no horário das 07:30 as 11:30 e das 13:30 as 17:00 horas em dias úteis. Fone (48) 3525-8100.

Turvo/SC, 25 de junho de 2018.

Nestor Reco

Presidente da C.J.L.

União do Oeste

PREFEITURA

ATA REGISTRO DE PREÇOS N. 07/2018 FMS

Publicação N° 1663647

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°07/2018

PROCESSO N° 09/2018

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS N° 09/2018

VALIDADE DA ATA REGISTRO DE PREÇOS: 31 de dezembro de 2018, podendo ser prorrogada até completar 12 (doze) meses.

Aos vinte e dois dias do mês de junho do ano de 2018, o Município de União do Oeste, através do Fundo Municipal de Saúde, inscrito no CNPJ sob n.º 11.692.396/0001-00, com sede na Rua Chapecó, Centro, União do Oeste, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Gestor Sr. VITÓRIO GUBERT, no uso de suas atribuições e, nos termos do art. 15 da Lei Federal 8.666/93, Decreto municipal n.º 206/2007 e as demais normas legais aplicáveis, de acordo com o resultado da classificação no PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS n.º 09/2018, RESOLVE: Registrar o(s) preço(s) da empresa A.G KIENEN & CIA LTDA, de acordo com a classificação no item por ela alcançado, observadas as condições do edital que integra este instrumento de registro e aquelas enunciadas nas cláusulas que se seguem:

1. DO OBJETO

0.1. A presente ata tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS DE MEDICAMENTOS, visando possíveis aquisições futuras, conforme relação de itens abaixo descrita:

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Preço Unitário	Preço Total
16	BISOPROLOL FUMARATO 2,5 MG	COMP	3.000,00	EMS	0,221	663,00
20	BUDESONIDA AEROSSOL NASAL, 32 MCG/DOSE FRASCO COM VALVULA DOSIFICADORA 120 DOSES	FR	50,00	EMS	12,80	640,00
56	DIMENIDRINATO, ASSOCIADO COM PIRIDOXINA CLORIDRATO, 50 MG + 10 MG	COMP	2.000,00	U. QUIMICA	0,155	310,00
103	LEVOFLOXACINO 500 MG BLISTER FRACIONAVEL	COMP	600,00	EMS	0,679	407,40
114	LOSARTANA POTÁSSICA 100 MG	COMP	9.000,00	GERMED	0,178	1.602,00
115	LOSARTANA POTASSICA ASSOCIADA A HIDROCLOROTIAZIDA 100 MG + 25 MG	COMP	4.500,00	GERMED	0,188	846,00
119	MELOXICAN 15MG	COMP	3.000,00	PHARLAB	0,096	288,00
141	PAROXETINA CLORIDRATO 30 MG	COMP	3.000,00	CRISTALIA	0,52	1.560,00

2 . DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. O registro de preços formalizado na presente Ata terá validade a contar da data de assinatura deste instrumento, até 31 de dezembro de 2018, podendo ser prorrogado até completar 12 meses.

3. DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O gerenciamento da presente ata caberá ao Setor de Administração da Prefeitura Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina.

3.2. O gerenciador da presente ata acompanhará a evolução dos preços de mercado, com a finalidade de verificar sua compatibilidade com os preços ora registrados.

3.3 Nesse sentido, a Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

3.4. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, a Administração deverá convocar o fornecedor, visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

3.4.1. Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido, e a Administração convocará os demais fornecedores, visando igual oportunidade de negociação;

3.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento, com documentação que faz prova, não puder cumprir o compromisso, a Administração poderá ainda:

I – rever os preços registrados na forma e condições constantes do edital ou, liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e

II - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

3.5.1. Não havendo êxito nas negociações, a Administração deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

3.6. Em hipótese de não haver êxito nas negociações de que tratam os subitens anteriores, o gerenciador procederá à revogação da Ata de Registro de Preços.

4. DO CONTRATO

4.1. Durante o prazo de validade da presente ata, a empresa A.G KIENEN & CIA LTDA, a critério do Município de União do Oeste – Fundo Municipal de Saúde, de acordo com necessidade, será intimada a entregar os medicamentos, mediante o recebimento da autorização de fornecimento, sendo que após requeridos deverão ser entregues em até 15 (quinze) dias, estando as obrigações assumidas vinculadas à esta Ata.

5. DO PAGAMENTO

5.1. O pagamento será efetuado em Ordem Bancária, mediante depósito na conta corrente da contratada, em até 30 (trinta) dias após a entrega dos medicamentos requeridos e apresentação da respectiva nota fiscal devidamente recebida e aceita pela servidora responsável pela farmácia da Unidade Básica de Saúde.

5.2. As despesas decorrentes do pagamento dos medicamentos correrão à conta da Dotação do orçamento do Fundo Municipal de Saúde para o exercício de 2018, com a seguinte classificação:

Entidade: 02 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE UNIÃO DO OESTE

Órgão – 11 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade – 01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Projeto Atividade - 2.036 MANUT. ATIV. DA SAÚDE

Elemento de Despesa: 37 - 3.3.90.00.00.00.00.00

Projeto Atividade - 2.037 MANUT. ATENÇÃO BÁSICA

Elemento de Despesa: 39 - 3.3.90.00.00.00.00.00

Projeto Atividade - 2.038 MANUT. ATENÇÃO BÁSICA VARIÁVEL

Elemento de Despesa: 21 e 44 - 3.3.90.00.00.00.00.00

Projeto Atividade - 2.041 MANUT. ASSISTÊNCIA FARMACEUTICA

Elemento de Despesa: 30 e 46 - 3.3.90.00.00.00.00.00

6. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

6.1. gerenciar a presente Ata, indicando, sempre que solicitado, o nome do fornecedor, o preço, e as especificações dos serviços registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação.

6.2. observar para que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a compatibilidade com as obrigações assumidas.

6.3. conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado, e de aplicação de penalidades.

7. DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

7.1 – Entregar os medicamentos nas quantidades e no prazo requerido pela CONTRATANTE, especificados nas autorizações de fornecimento;

7.2. Manter, durante o prazo de vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas no Edital de Pregão n.º 09/2018.

8. DAS PENALIDADES

8.1. Ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 2 (dois) anos, sem prejuízo das multas previstas no referido edital e das demais cominações referidas no Capítulo IV da Lei n.º 8.666/93, a licitante que, convocada dentro do prazo de validade da presente ata:

- a) Apresentar documento falso ou fizer declaração falsa;
- b) Ensejar o retardamento da execução das obrigações assumidas nesta Ata;
- c) Não mantiver a proposta, injustificadamente;
- d) Falhar ou fraudar na execução do contrato;

- e) Comportar-se de modo inidôneo;
- f) Cometer fraude fiscal.

8.2. Pela inexecução total ou parcial das obrigações assumidas nesta Ata, a Administração Municipal, poderá, garantida a defesa prévia, aplicar à licitante vencedora as sanções previstas no edital Pregão Presencial nº 09/2018 e demais penalidades previstas na Lei de Licitações e Lei de Pregão.

9.DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. o fornecedor terá seu registro cancelado, assegurado o contraditório e ampla defesa, quando:

- a) não cumprir as obrigações da presente Ata;
- b) não entregar os medicamentos solicitados;
- c) não aceitar reduzir seu preço registrado na hipótese de este se apresentar superior aos praticados no mercado;
- d) por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado pela Administração.

9.2.O fornecedor poderá solicitar o cancelamento de seu registro, na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovado.

10. DA PUBLICIDADE

10. O preço, o fornecedor e as especificações resumidas do objeto, como também as possíveis alterações da presente Ata, serão publicadas no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

11. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1. Integram a presente ata o Edital do Pregão n.º 09/2018 e documentos atinentes ao processo licitatório.

12. DO FORO

As controvérsias decorrentes desta Ata serão dirimidas no foro da Comarca de Coronel Freitas – SC, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que venha a ser.

E por estar, assim, justo e avençado, depois de lido e achado conforme, foi o presente instrumento lavrado em duas vias de igual teor e forma e assinado pelas partes.

VITÓRIO GUBERT

Gestor do Fundo Municipal de Saúde

A.G KIENEN & CIA LTDA
ADEMIR GERALDO KIENEN
P/ CONTRATADA

Testemunhas:

01. _____
Daniela Paula Foletto
CPF 040.267.159-73

02. _____
Giane Smaniotto
CPF 060.416.089-55

Publicado conforme Lei Municipal nº 1010/2014.

ATA REGISTRO DE PREÇOS N. 08/2018 FMS

Publicação Nº 1663648

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 08/2018

PROCESSO Nº 09/2018

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 09/2018

VALIDADE DA ATA REGISTRO DE PREÇOS: 31 de dezembro de 2018, podendo ser prorrogada até completar 12 (doze) meses.

Aos vinte e dois dias do mês de junho do ano de 2018, o Município de União do Oeste, através do Fundo Municipal de Saúde, inscrito no CNPJ sob n.º 11.692.396/0001-00, com sede na Rua Chapecó, Centro, União do Oeste, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Gestor Sr. VITÓRIO GUBERT, no uso de suas atribuições e, nos termos do art. 15 da Lei Federal 8.666/93, Decreto municipal n.º 206/2007 e as demais normas legais aplicáveis, de acordo com o resultado da classificação no PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS n.º 09/2018, RESOLVE: Registrar o(s) preço(s) da empresa AGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME, de acordo com a classificação no item por ela alcançado, observadas as condições do edital que integra este instrumento de registro e aquelas enunciadas nas cláusulas que se seguem:

1. DO OBJETO

0.1. A presente ata tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS DE MEDICAMENTOS, visando possíveis aquisições futuras, conforme relação de itens abaixo descrita:

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Preço Unitário	Preço Total
1	8-HIDROXIQUINOLINA BORATO 0,04 MG ASSOCIADA COM TRIETANOLAMINA 140 MG/ML SOLUCAO OTOLOGICA, FRASCO C/8 ML (CERUMIN	FR	50,00	NOVARTIS	10,95	547,50
11	ATORVASTATINA CALCICA 20 MG	COMP	5.000,00	CIMED	0,209	1.045,00
30	CICLOBENZAPRINA CLORIDRATO 5 MG	COMP	5.000,00	CIMED	0,109	545,00
51	DICLOFENACO, SAL DIETILAMONIO, 11,6 MG/G EQUIVALENTE A 10 MG/G DO SAL POTÁSSICO, GEL BISNAGA 60 G	TB	700,00	CIMED	2,49	1.743,00
84	GLICOSAMINA 1,5 G PÓ ORAL SACHÊ 3,95 G	UNI	1.200,00	EMS	1,145	1.374,00
97	IPRATROPIO BROMETO 0,02 MG ASSOCIADO A BROMIDRATO DE FENOTEROL 0,05 MG SOLUÇÃO AEROSOL FRASCO COM 10 ML (200 DOSES - DUOVENT)	FR	100,00	BOEHRINGER	12,89	1.289,00
101	LAMOTRIGINA 100 MG	COMP	1.500,00	UNICHEM	0,32	480,00

2 . DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. O registro de preços formalizado na presente Ata terá validade a contar da data de assinatura deste instrumento, até 31 de dezembro de 2018, podendo ser prorrogado até completar 12 meses.

3. DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O gerenciamento da presente ata caberá ao Setor de Administração da Prefeitura Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina.

3.2. O gerenciador da presente ata acompanhará a evolução dos preços de mercado, com a finalidade de verificar sua compatibilidade com os preços ora registrados.

3.3 Nesse sentido, a Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

3.4. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, a Administração deverá convocar o fornecedor, visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

3.4.1. Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido, e a Administração convocará os demais fornecedores, visando igual oportunidade de negociação;

3.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento, com documentação que faz prova, não puder cumprir o compromisso, a Administração poderá ainda:

I – rever os preços registrados na forma e condições constantes do edital ou, liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e

II - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

3.5.1. Não havendo êxito nas negociações, a Administração deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

3.6. Em hipótese de não haver êxito nas negociações de que tratam os subitens anteriores, o gerenciador procederá à revogação da Ata de Registro de Preços.

4. DO CONTRATO

4.1. Durante o prazo de validade da presente ata, a empresa AGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME, a critério do Município de União do Oeste – Fundo Municipal de Saúde, de acordo com necessidade, será intimada a entregar os medicamentos, mediante o recebimento da autorização de fornecimento, sendo que após requeridos deverão ser entregues em até 15 (quinze) dias, estando as obrigações assumidas vinculadas à esta Ata.

5. DO PAGAMENTO

5.1. O pagamento será efetuado em Ordem Bancária, mediante depósito na conta corrente da contratada, em até 30 (trinta) dias após a entrega dos medicamentos requeridos e apresentação da respectiva nota fiscal devidamente recebida e aceita pela servidora responsável pela farmácia da Unidade Básica de Saúde.

5.2. As despesas decorrentes do pagamento dos medicamentos correrão à conta da Dotação do orçamento do Fundo Municipal de Saúde para o exercício de 2018, com a seguinte classificação:

Entidade: 02 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE UNIÃO DO OESTE

Órgão – 11 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade – 01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Projeto Atividade - 2.036 MANUT. ATIV. DA SAÚDE

Elemento de Despesa: 37 - 3.3.90.00.00.00.00.00

Projeto Atividade - 2.037 MANUT. ATENÇÃO BÁSICA

Elemento de Despesa: 39 - 3.3.90.00.00.00.00.00

Projeto Atividade - 2.038 MANUT. ATENÇÃO BÁSICA VARIÁVEL

Elemento de Despesa: 21 e 44 - 3.3.90.00.00.00.00.00

Projeto Atividade - 2.041 MANUT. ASSISTÊNCIA FARMACEUTICA

Elemento de Despesa: 30 e 46 - 3.3.90.00.00.00.00.00

6. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

6.1. gerenciar a presente Ata, indicando, sempre que solicitado, o nome do fornecedor, o preço, e as especificações dos serviços registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação.

6.2. observar para que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a compatibilidade com as obrigações assumidas.

6.3. conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado, e de aplicação de penalidades.

7. DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

7.1 – Entregar os medicamentos nas quantidades e no prazo requerido pela CONTRATANTE, especificados nas autorizações de fornecimento;

7.2. Manter, durante o prazo de vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas no Edital de Pregão n.º 09/2018.

8. DAS PENALIDADES

8.1. Ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 2 (dois) anos, sem prejuízo das multas previstas no referido edital e das demais cominações referidas no Capítulo IV da Lei n.º 8.666/93, a licitante que, convocada dentro do prazo de validade da presente ata:

- a) Apresentar documento falso ou fizer declaração falsa;
- b) Ensejar o retardamento da execução das obrigações assumidas nesta Ata;
- c) Não mantiver a proposta, injustificadamente;
- d) Falhar ou fraudar na execução do contrato;
- e) Comportar-se de modo inidôneo;
- f) Cometer fraude fiscal.

8.2. Pela inexecução total ou parcial das obrigações assumidas nesta Ata, a Administração Municipal, poderá, garantida a defesa prévia, aplicar à licitante vencedora as sanções previstas no edital Pregão Presencial nº 09/2018 e demais penalidades previstas na Lei de Licitações e Lei de Pregão.

9. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. o fornecedor terá seu registro cancelado, assegurado o contraditório e ampla defesa, quando:

- a) não cumprir as obrigações da presente Ata;
- b) não entregar os medicamentos solicitados;
- c) não aceitar reduzir seu preço registrado na hipótese de este se apresentar superior aos praticados no mercado;

d) por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado pela Administração.

9.2.O fornecedor poderá solicitar o cancelamento de seu registro, na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovado.

10. DA PUBLICIDADE

10. O preço, o fornecedor e as especificações resumidas do objeto, como também as possíveis alterações da presente Ata, serão publicadas no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

11. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1. Integram a presente ata o Edital do Pregão n.º 09/2018 e documentos atinentes ao processo licitatório.

12. DO FORO

As controvérsias decorrentes desta Ata serão dirimidas no foro da Comarca de Coronel Freitas – SC, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que venha a ser.

E por estar, assim, justo e avençado, depois de lido e achado conforme, foi o presente instrumento lavrado em duas vias de igual teor e forma e assinado pelas partes.

VITÓRIO GUBERT

Gestor do Fundo Municipal de Saúde

AGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME

ADRIANO RIBEIRO LAZZARI

P/ CONTRATADA

Testemunhas:

01. _____

Daniela Paula Foletto

CPF 040.267.159-73

02. _____

Giane Smaniotto

CPF 060.416.089-55

Publicado conforme Lei Municipal nº 1010/2014.

ATA REGISTRO DE PREÇOS N. 09/2018 FMS

Publicação Nº 1663649

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 09/2018

PROCESSO Nº 09/2018

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 09/2018

VALIDADE DA ATA REGISTRO DE PREÇOS: 31 de dezembro de 2018, podendo ser prorrogada até completar 12 (doze) meses.

Aos vinte e dois dias do mês de junho do ano de 2018, o Município de União do Oeste, através do Fundo Municipal de Saúde, inscrito no CNPJ sob n.º 11.692.396/0001-00, com sede na Rua Chapecó, Centro, União do Oeste, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Gestor Sr. VITÓRIO GUBERT, no uso de suas atribuições e, nos termos do art. 15 da Lei Federal 8.666/93, Decreto municipal n.º 206/2007 e as demais normas legais aplicáveis, de acordo com o resultado da classificação no PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS n.º 09/2018, RESOLVE: Registrar o(s) preço(s) da empresa CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, de acordo com a classificação no item por ela alcançado, observadas as condições do edital que integra este instrumento de registro e aquelas enunciadas nas cláusulas que se seguem:

1. DO OBJETO

0.1. A presente ata tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS DE MEDICAMENTOS, visando possíveis aquisições futuras, conforme relação de itens abaixo descrita:

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Preço Unitário	Preço Total
4	ACIDO VALPROICO 500 MG (VALPROATO DE SÓDIO)	COMP	2.000,00	BIOLAB	0,444	888,00
18	BROMAZEPAN 6 MG	COMP	6.000,00	BRAINFARMA	0,122	732,00
32	CILOSTAZOL 50 MG	COMP	3.000,00	EUROFARMA	0,26	780,00
36	CLINDAMICINA 300 MG	COMP	600,00	UNIAO Q	0,799	479,40
37	CLONAZEPAM 2 MG	COMP	2.000,00	GEOLAB	0,051	102,00
44	CUMARINA + TROXERRUTINA 15 + 90 MG DRÁGEA	DRA	3.000,00	CIFARMA	0,148	444,00
57	DIOSMINA ASSOCIADA A HESPERIDINA, 450 MG + 50 MG	COMP	5.000,00	BRAINFARMA	0,326	1.630,00
60	DOMPERIDONA 1 MG/ML, SUSPENSÃO ORAL FRASCO 100 ML	FR	100,00	MEDLEY	8,89	889,00
72	ESCOPOLAMINA BUTILBROMETO + DIPIRONA SÓDICA 6,67 MG + 333 MG SOLUÇÃO ORAL FRASCO 20 ML	FR	200,00	BRAINFARMA	4,22	844,00
81	FLUOXETINA 20MG	CAPS	7.000,00	PHARMASCIENCE	0,042	294,00
90	HIDROCORTISONA 500MG, SUCCINATO SÓDICO, PÓ P/ SOL INJETAVEL	AMP	50,00	NOVAFARMA	4,80	240,00
91	HIDROXIDO DE ALUMINIO + HIDROXIDO DE MAGNESIO SUSP. 100ML, 60+40 MG/ML	FR	100,00	IFAL	1,84	184,00
100	LACTULOSE 667 MG/ML XAROPE, FRASCO 120 ML	FR	300,00	PHARMASCIENCE	5,90	1.770,00
136	PARACETAMOL 200MG/ML SOLUÇÃO ORAL, FRASCO DE 15 ML	FR	600,00	FARMACE	0,635	381,00
138	PARACETAMOL 750 MG	COMP	18.000,00	ZYDUS	0,056	1.008,00
152	SULFATO FERROSO 40 MG DE FERRO II	COMP	5.000,00	PHARMASCIENCE	0,033	165,00
154	TIMOLOL, MALEATO 0,5% OFTAMICO FRASCO DE 5 ML	FR	100,00	BRAINFARMA	1,25	125,00

2 . DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. O registro de preços formalizado na presente Ata terá validade a contar da data de assinatura deste instrumento, até 31 de dezembro de 2018, podendo ser prorrogado até completar 12 meses.

3. DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O gerenciamento da presente ata caberá ao Setor de Administração da Prefeitura Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina.

3.2. O gerenciador da presente ata acompanhará a evolução dos preços de mercado, com a finalidade de verificar sua compatibilidade com os preços ora registrados.

3.3 Nesse sentido, a Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

3.4. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, a Administração deverá convocar o fornecedor, visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

3.4.1. Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido, e a Administração convocará os demais fornecedores, visando igual oportunidade de negociação;

3.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento, com documentação que faz prova, não puder cumprir o compromisso, a Administração poderá ainda:

I – rever os preços registrados na forma e condições constantes do edital ou, liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e

II - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

3.5.1. Não havendo êxito nas negociações, a Administração deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

3.6. Em hipótese de não haver êxito nas negociações de que tratam os subitens anteriores, o gerenciador procederá à revogação da Ata de Registro de Preços.

4. DO CONTRATO

4.1. Durante o prazo de validade da presente ata, a empresa CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, a critério do Município de União do Oeste – Fundo Municipal de Saúde, de acordo com necessidade, será intimada a entregar os medicamentos, mediante o recebimento da autorização de fornecimento, sendo que após requeridos deverão ser entregues em até 15 (quinze) dias, estando as obrigações assumidas vinculadas à esta Ata.

5. DO PAGAMENTO

5.1. O pagamento será efetuado em Ordem Bancária, mediante depósito na conta corrente da contratada, em até 30 (trinta) dias após a entrega dos medicamentos requeridos e apresentação da respectiva nota fiscal devidamente recebida e aceita pela servidora responsável pela farmácia da Unidade Básica de Saúde.

5.2. As despesas decorrentes do pagamento dos medicamentos correrão à conta da Dotação do orçamento do Fundo Municipal de Saúde para o exercício de 2018, com a seguinte classificação:

Entidade: 02 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE UNIÃO DO OESTE

Órgão – 11 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade – 01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Projeto Atividade - 2.036 MANUT. ATIV. DA SAÚDE

Elemento de Despesa: 37 - 3.3.90.00.00.00.00.00

Projeto Atividade - 2.037 MANUT. ATENÇÃO BÁSICA

Elemento de Despesa: 39 - 3.3.90.00.00.00.00.00

Projeto Atividade - 2.038 MANUT. ATENÇÃO BÁSICA VARIÁVEL

Elemento de Despesa: 21 e 44 - 3.3.90.00.00.00.00.00

Projeto Atividade - 2.041 MANUT. ASSISTÊNCIA FARMACEUTICA

Elemento de Despesa: 30 e 46 - 3.3.90.00.00.00.00.00

6. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

6.1. gerenciar a presente Ata, indicando, sempre que solicitado, o nome do fornecedor, o preço, e as especificações dos serviços registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação.

6.2. observar para que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a compatibilidade com as obrigações assumidas.

6.3. conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado, e de aplicação de penalidades.

7. DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

7.1 – Entregar os medicamentos nas quantidades e no prazo requerido pela CONTRATANTE, especificados nas autorizações de fornecimento;

7.2. Manter, durante o prazo de vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas no Edital de Pregão n.º 09/2018.

8. DAS PENALIDADES

8.1. Ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 2 (dois) anos, sem prejuízo das multas previstas no referido edital e das demais cominações referidas no Capítulo IV da Lei n.º 8.666/93, a licitante que, convocada dentro do prazo de validade da presente ata:

- a) Apresentar documento falso ou fizer declaração falsa;
- b) Ensejar o retardamento da execução das obrigações assumidas nesta Ata;
- c) Não mantiver a proposta, injustificadamente;
- d) Falhar ou fraudar na execução do contrato;
- e) Comportar-se de modo inidôneo;
- f) Cometer fraude fiscal.

8.2. Pela inexecução total ou parcial das obrigações assumidas nesta Ata, a Administração Municipal, poderá, garantida a defesa prévia, aplicar à licitante vencedora as sanções previstas no edital Pregão Presencial nº 09/2018 e demais penalidades previstas na Lei de Licitações e Lei de Pregão.

9. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. o fornecedor terá seu registro cancelado, assegurado o contraditório e ampla defesa, quando:

- a) não cumprir as obrigações da presente Ata;

- b) não entregar os medicamentos solicitados;
- c) não aceitar reduzir seu preço registrado na hipótese de este se apresentar superior aos praticados no mercado;
- d) por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado pela Administração.

9.2.O fornecedor poderá solicitar o cancelamento de seu registro, na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovado.

10. DA PUBLICIDADE

10. O preço, o fornecedor e as especificações resumidas do objeto, como também as possíveis alterações da presente Ata, serão publicadas no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

11. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1. Integram a presente ata o Edital do Pregão n.º 09/2018 e documentos atinentes ao processo licitatório.

12. DO FORO

As controvérsias decorrentes desta Ata serão dirimidas no foro da Comarca de Coronel Freitas – SC, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que venha a ser.

E por estar, assim, justo e avençado, depois de lido e achado conforme, foi o presente instrumento lavrado em duas vias de igual teor e forma e assinado pelas partes.

VITÓRIO GUBERT

Gestor do Fundo Municipal de Saúde

CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

EDIVAR SZYMANSKI

P/ CONTRATADA

Testemunhas:

01. _____	02. _____
Daniela Paula Foletto	Giane Smaniotto
CPF 040.267.159-73	CPF 060.416.089-55

Publicado conforme Lei Municipal nº 1010/2014.

ATA REGISTRO DE PREÇOS N. 10/2018 FMS

Publicação Nº 1663651

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 10/2018

PROCESSO Nº 09/2018

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 09/2018

VALIDADE DA ATA REGISTRO DE PREÇOS: 31 de dezembro de 2018, podendo ser prorrogada até completar 12 (doze) meses.

Aos vinte e dois dias do mês de junho do ano de 2018, o Município de União do Oeste, através do Fundo Municipal de Saúde, inscrito no CNPJ sob n.º 11.692.396/0001-00, com sede na Rua Chapecó, Centro, União do Oeste, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Gestor Sr. VITÓRIO GUBERT, no uso de suas atribuições e, nos termos do art. 15 da Lei Federal 8.666/93, Decreto municipal n.º 206/2007 e as demais normas legais aplicáveis, de acordo com o resultado da classificação no PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS n.º 09/2018, RESOLVE: Registrar o(s) preço(s) da empresa CIRURGICA ONIX EIRELI ME, de acordo com a classificação no item por ela alcançado, observadas as condições do edital que integra este instrumento de registro e aquelas enunciadas nas cláusulas que se seguem:

1. DO OBJETO

0.1. A presente ata tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS DE MEDICAMENTOS, visando possíveis aquisições futuras, conforme relação de itens abaixo descrita:

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Preço Unitário	Preço Total
25	CARVEDILOL 12,5MG	COMP	2.000,00	EMS	0,10	200,00
26	CARVEDILOL 25 MG	COMP	2.000,00	EMS	0,136	272,00
27	CARVEDILOL 3,125 MG	COMP	2.000,00	GERMED	0,068	136,00
28	CARVEDILOL 6,25 MG	COMP	2.000,00	GERMED	0,075	150,00
35	CITALOPRAM 20 MG	COMP	6.000,00	TEUTO	0,147	882,00
42	CLORETO DE SÓDIO 20% SOLUÇÃO INJETÁVEL, COM 10 ML	AMP	100,00	SAMTEC	0,205	20,50
47	DEXAMETASONA 4MG	COMP	800,00	TEUTO	0,18	144,00
48	DEXAMETASONA 4 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 2,5 ML	AMP	100,00	TEUTO	0,512	51,20
52	DIGOXINA 0,25 MG	COMP	3.000,00	PHARLAB	0,044	132,00
54	DILTIAZEM CLORIDRATO, 60 MG	COMP	4.000,00	TEUTO	0,11	440,00
59	DIPIRONA SODICA 500 MG/ML SOL. ORAL, FRASCO 20 ML	FR	200,00	SOBRAL	1,198	239,60
64	DOXICICLINA 100MG	COMP	600,00	PHARLAB	0,14	84,00
86	GLICOSE 50% SOLUÇÃO INJETÁVEL 10 ML	AMP	50,00	SAMTEC	0,231	11,55
89	HIDROCLOROTIAZIDA 50 MG	COMP	1.000,00	PHARLAB	0,036	36,00
105	LEVOMEPROMAZINA 40 MG/ML, SOL. ORAL FR 20 ML	FR	50,00	CRISTALIA	8,15	407,50

2 . DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. O registro de preços formalizado na presente Ata terá validade a contar da data de assinatura deste instrumento, até 31 de dezembro de 2018, podendo ser prorrogado até completar 12 meses.

3. DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O gerenciamento da presente ata caberá ao Setor de Administração da Prefeitura Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina.

3.2. O gerenciador da presente ata acompanhará a evolução dos preços de mercado, com a finalidade de verificar sua compatibilidade com os preços ora registrados.

3.3 Nesse sentido, a Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

3.4. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, a Administração deverá convocar o fornecedor, visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

3.4.1. Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido, e a Administração convocará os demais fornecedores, visando igual oportunidade de negociação;

3.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento, com documentação que faz prova, não puder cumprir o compromisso, a Administração poderá ainda:

I – rever os preços registrados na forma e condições constantes do edital ou, liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e

II - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

3.5.1. Não havendo êxito nas negociações, a Administração deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

3.6. Em hipótese de não haver êxito nas negociações de que tratam os subitens anteriores, o gerenciador procederá à revogação da Ata de Registro de Preços.

4. DO CONTRATO

4.1. Durante o prazo de validade da presente ata, a empresa CIRURGICA ONIX EIRELI ME, a critério do Município de União do Oeste – Fundo Municipal de Saúde, de acordo com necessidade, será intimada a entregar os medicamentos, mediante o recebimento da autorização de fornecimento, sendo que após requeridos deverão ser entregues em até 15 (quinze) dias, estando as obrigações assumidas vinculadas à esta Ata.

5. DO PAGAMENTO

5.1. O pagamento será efetuado em Ordem Bancária, mediante depósito na conta corrente da contratada, em até 30 (trinta) dias após a entrega dos medicamentos requeridos e apresentação da respectiva nota fiscal devidamente recebida e aceita pela servidora responsável pela farmácia da Unidade Básica de Saúde.

5.2. As despesas decorrentes do pagamento dos medicamentos correrão à conta da Dotação do orçamento do Fundo Municipal de Saúde para o exercício de 2018, com a seguinte classificação:

Entidade: 02 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE UNIÃO DO OESTE

Órgão – 11 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade – 01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Projeto Atividade - 2.036 MANUT. ATIV. DA SAÚDE

Elemento de Despesa: 37 - 3.3.90.00.00.00.00.00

Projeto Atividade - 2.037 MANUT. ATENÇÃO BÁSICA

Elemento de Despesa: 39 - 3.3.90.00.00.00.00.00

Projeto Atividade - 2.038 MANUT. ATENÇÃO BÁSICA VARIÁVEL

Elemento de Despesa: 21 e 44 - 3.3.90.00.00.00.00.00

Projeto Atividade - 2.041 MANUT. ASSISTÊNCIA FARMACEUTICA

Elemento de Despesa: 30 e 46 - 3.3.90.00.00.00.00.00

6. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

6.1. gerenciar a presente Ata, indicando, sempre que solicitado, o nome do fornecedor, o preço, e as especificações dos serviços registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação.

6.2. observar para que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a compatibilidade com as obrigações assumidas.

6.3. conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado, e de aplicação de penalidades.

7. DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

7.1 – Entregar os medicamentos nas quantidades e no prazo requerido pela CONTRATANTE, especificados nas autorizações de fornecimento;

7.2. Manter, durante o prazo de vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas no Edital de Pregão n.º 09/2018.

8. DAS PENALIDADES

8.1. Ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 2 (dois) anos, sem prejuízo das multas previstas no referido edital e das demais cominações referidas no Capítulo IV da Lei n.º 8.666/93, a licitante que, convocada dentro do prazo de validade da presente ata:

- a) Apresentar documento falso ou fizer declaração falsa;
- b) Ensejar o retardamento da execução das obrigações assumidas nesta Ata;
- c) Não manter a proposta, injustificadamente;
- d) Falhar ou fraudar na execução do contrato;
- e) Comportar-se de modo inidôneo;
- f) Cometer fraude fiscal.

8.2. Pela inexecução total ou parcial das obrigações assumidas nesta Ata, a Administração Municipal, poderá, garantida a defesa prévia, aplicar à licitante vencedora as sanções previstas no edital Pregão Presencial nº 09/2018 e demais penalidades previstas na Lei de Licitações e Lei de Pregão.

9. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. o fornecedor terá seu registro cancelado, assegurado o contraditório e ampla defesa, quando:

- a) não cumprir as obrigações da presente Ata;
- b) não entregar os medicamentos solicitados;
- c) não aceitar reduzir seu preço registrado na hipótese de este se apresentar superior aos praticados no mercado;
- d) por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado pela Administração.

9.2. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento de seu registro, na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovado.

10. DA PUBLICIDADE

10. O preço, o fornecedor e as especificações resumidas do objeto, como também as possíveis alterações da presente Ata, serão publicadas

no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

11. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1. Integram a presente ata o Edital do Pregão n.º 09/2018 e documentos atinentes ao processo licitatório.

12. DO FORO

As controvérsias decorrentes desta Ata serão dirimidas no foro da Comarca de Coronel Freitas – SC, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que venha a ser.

E por estar, assim, justo e avençado, depois de lido e achado conforme, foi o presente instrumento lavrado em duas vias de igual teor e forma e assinado pelas partes.

VITÓRIO GUBERT
Gestor do Fundo Municipal de Saúde

CIRURGICA ONIX EIRELI ME
LARISSA CARDOSO MACHADO
P/ CONTRATADA

Testemunhas:

01. _____ 02. _____
Daniela Paula Foletto Giane Smaniotto
CPF 040.267.159-73 CPF 060.416.089-55

Publicado conforme Lei Municipal nº 1010/2014.

ATA REGISTRO DE PREÇOS N. 11/2018 FMS

Publicação Nº 1663653

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 11/2018

PROCESSO Nº 09/2018
PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 09/2018
VALIDADE DA ATA REGISTRO DE PREÇOS: 31 de dezembro de 2018, podendo ser prorrogada até completar 12 (doze) meses.

Aos vinte e dois dias do mês de junho do ano de 2018, o Município de União do Oeste, através do Fundo Municipal de Saúde, inscrito no CNPJ sob n.º 11.692.396/0001-00, com sede na Rua Chapecó, Centro, União do Oeste, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Gestor Sr. VITÓRIO GUBERT, no uso de suas atribuições e, nos termos do art. 15 da Lei Federal 8.666/93, Decreto municipal n.º 206/2007 e as demais normas legais aplicáveis, de acordo com o resultado da classificação no PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS n.º 09/2018, RESOLVE: Registrar o(s) preço(s) da empresa DAMEDI DAMBROS COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA EPP, de acordo com a classificação no item por ela alcançado, observadas as condições do edital que integra este instrumento de registro e aquelas enunciadas nas cláusulas que se seguem:

1. DO OBJETO

0.1. A presente ata tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS DE MEDICAMENTOS, visando possíveis aquisições futuras, conforme relação de itens abaixo descrita:

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Preço Unitário	Preço Total
5	ALOPURINOL 100 MG	COMP	1.000,00	PRATI	0,039	39,00
6	ALOPURINOL 300MG	COMP	1.000,00	PRATI	0,14	140,00
43	CLORTALIDONA 50 MG	COMP	1.200,00	GERMED	0,159	190,80
110	LISINOPRIL 5 MG	COMP	180,00	MEDLEY	0,312	56,16
113	LOSARTANA POTÁSSICA 50 MG	COMP	7.500,00	NEO QUIMICA	0,027	202,50
139	PARACETAMOL ASSOCIADO COM CODEÍNA 500 MG + 30 MG	COMP	3.500,00	GERMED	0,275	962,50

149	SIMETICONA 75 MG/ML SUSPENSAO ORAL GOTAS FRASCO DE 15 ML	FR	200,00	HIPOLABOR	0,99	198,00
-----	--	----	--------	-----------	------	--------

2 . DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. O registro de preços formalizado na presente Ata terá validade a contar da data de assinatura deste instrumento, até 31 de dezembro de 2018, podendo ser prorrogado até completar 12 meses.

3. DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O gerenciamento da presente ata caberá ao Setor de Administração da Prefeitura Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina.

3.2. O gerenciador da presente ata acompanhará a evolução dos preços de mercado, com a finalidade de verificar sua compatibilidade com os preços ora registrados.

3.3 Nesse sentido, a Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

3.4. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, a Administração deverá convocar o fornecedor, visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

3.4.1. Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido, e a Administração convocará os demais fornecedores, visando igual oportunidade de negociação;

3.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento, com documentação que faz prova, não puder cumprir o compromisso, a Administração poderá ainda:

I – rever os preços registrados na forma e condições constantes do edital ou, liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e

II - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

3.5.1. Não havendo êxito nas negociações, a Administração deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

3.6. Em hipótese de não haver êxito nas negociações de que tratam os subitens anteriores, o gerenciador procederá à revogação da Ata de Registro de Preços.

4. DO CONTRATO

4.1. Durante o prazo de validade da presente ata, a empresa DAMEDI DAMBROSCOMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA EPP, a critério do Município de União do Oeste – Fundo Municipal de Saúde, de acordo com necessidade, será intimada a entregar os medicamentos, mediante o recebimento da autorização de fornecimento, sendo que após requeridos deverão ser entregues em até 15 (quinze) dias, estando as obrigações assumidas vinculadas à esta Ata.

5. DO PAGAMENTO

5.1. O pagamento será efetuado em Ordem Bancária, mediante depósito na conta corrente da contratada, em até 30 (trinta) dias após a entrega dos medicamentos requeridos e apresentação da respectiva nota fiscal devidamente recebida e aceita pela servidora responsável pela farmácia da Unidade Básica de Saúde.

5.2. As despesas decorrentes do pagamento dos medicamentos correrão à conta da Dotação do orçamento do Fundo Municipal de Saúde para o exercício de 2018, com a seguinte classificação:

Entidade: 02 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE UNIÃO DO OESTE

Órgão – 11 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade – 01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Projeto Atividade - 2.036 MANUT. ATIV. DA SAÚDE

Elemento de Despesa: 37 - 3.3.90.00.00.00.00.00

Projeto Atividade - 2.037 MANUT. ATENÇÃO BÁSICA

Elemento de Despesa: 39 - 3.3.90.00.00.00.00.00

Projeto Atividade - 2.038 MANUT. ATENÇÃO BÁSICA VARIÁVEL

Elemento de Despesa: 21 e 44 - 3.3.90.00.00.00.00.00

Projeto Atividade - 2.041 MANUT. ASSISTÊNCIA FARMACEUTICA

Elemento de Despesa: 30 e 46 - 3.3.90.00.00.00.00.00

6. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

6.1. gerenciar a presente Ata, indicando, sempre que solicitado, o nome do fornecedor, o preço, e as especificações dos serviços registrados,

observada a ordem de classificação indicada na licitação.

6.2. observar para que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a compatibilidade com as obrigações assumidas.

6.3. conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado, e de aplicação de penalidades.

7. DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

7.1 – Entregar os medicamentos nas quantidades e no prazo requerido pela CONTRATANTE, especificados nas autorizações de fornecimento;

7.2. Manter, durante o prazo de vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas no Edital de Pregão n.º 09/2018.

8. DAS PENALIDADES

8.1. Ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 2 (dois) anos, sem prejuízo das multas previstas no referido edital e das demais cominações referidas no Capítulo IV da Lei n.º 8.666/93, a licitante que, convocada dentro do prazo de validade da presente ata:

- a) Apresentar documento falso ou fizer declaração falsa;
- b) Ensejar o retardamento da execução das obrigações assumidas nesta Ata;
- c) Não mantiver a proposta, injustificadamente;
- d) Falhar ou fraudar na execução do contrato;
- e) Comportar-se de modo inidôneo;
- f) Cometer fraude fiscal.

8.2. Pela inexecução total ou parcial das obrigações assumidas nesta Ata, a Administração Municipal, poderá, garantida a defesa prévia, aplicar à licitante vencedora as sanções previstas no edital Pregão Presencial nº 09/2018 e demais penalidades previstas na Lei de Licitações e Lei de Pregão.

9. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. o fornecedor terá seu registro cancelado, assegurado o contraditório e ampla defesa, quando:

- a) não cumprir as obrigações da presente Ata;
- b) não entregar os medicamentos solicitados;
- c) não aceitar reduzir seu preço registrado na hipótese de este se apresentar superior aos praticados no mercado;
- d) por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado pela Administração.

9.2. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento de seu registro, na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovado.

10. DA PUBLICIDADE

10. O preço, o fornecedor e as especificações resumidas do objeto, como também as possíveis alterações da presente Ata, serão publicadas no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

11. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1. Integram a presente ata o Edital do Pregão n.º 09/2018 e documentos atinentes ao processo licitatório.

12. DO FORO

As controvérsias decorrentes desta Ata serão dirimidas no foro da Comarca de Coronel Freitas – SC, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que venha a ser.

E por estar, assim, justo e avençado, depois de lido e achado conforme, foi o presente instrumento lavrado em duas vias de igual teor e forma e assinado pelas partes.

VITÓRIO GUBERT

Gestor do Fundo Municipal de Saúde

DAMEDI DAMBROS COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA EPP

LARISSA CARDOSO MACHADO

P/ CONTRATADA

Testemunhas:

01. _____ 02. _____
Daniela Paula Foletto Giane Smariotto
CPF 040.267.159-73 CPF 060.416.089-55

Publicado conforme Lei Municipal nº 1010/2014.

ATA REGISTRO DE PREÇOS N. 12/2018 FMS

Publicação Nº 1663655

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 12/2018

PROCESSO Nº 09/2018

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 09/2018

VALIDADE DA ATA REGISTRO DE PREÇOS: 31 de dezembro de 2018, podendo ser prorrogada até completar 12 (doze) meses.

Aos vinte e dois dias do mês de junho do ano de 2018, o Município de União do Oeste, através do Fundo Municipal de Saúde, inscrito no CNPJ sob n.º 11.692.396/0001-00, com sede na Rua Chapecó, Centro, União do Oeste, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Gestor Sr. VITÓRIO GUBERT, no uso de suas atribuições e, nos termos do art. 15 da Lei Federal 8.666/93, Decreto municipal n.º 206/2007 e as demais normas legais aplicáveis, de acordo com o resultado da classificação no PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS n.º 09/2018, RESOLVE: Registrar o(s) preço(s) da empresa DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES, de acordo com a classificação no item por ela alcançado, observadas as condições do edital que integra este instrumento de registro e aquelas enunciadas nas cláusulas que se seguem:

1. DO OBJETO

0.1. A presente ata tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS DE MEDICAMENTOS, visando possíveis aquisições futuras, conforme relação de itens abaixo descrita:

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Preço Unitário	Preço Total
3	ACIDO VALPROICO 250 MG (VALPROATO DE SÓDIO)	COMP	1.000,00	BIOLAB	0,198	198,00
9	ANLÓDIPINO, BESILATO 5 MG	COMP	15.000,00	GEOLAB	0,024	360,00
15	BIPERIDENO 2 MG	COMP	2.000,00	CRISTALIA	0,15	300,00
66	ENALAPRIL, MALEATO, 20 MG	COMP	15.000,00	CIMED	0,04	600,00
67	ENALAPRIL, MALEATO, 5 MG	COMP	10.000,00	CIMED	0,054	540,00
74	ESPIRONOLACTONA 25 MG	COMP	5.000,00	ASPEN	0,144	720,00
82	FUROSEMIDA 40 MG	COMP	15.000,00	HIPOLABOR	0,026	390,00
88	HIDROCLOROTIAZIDA 25 MG	COMP	30.000,00	CIMED	0,015	450,00
96	IMIPRAMINA CLORIDRATO 25 MG	COMP	2.000,00	CRISTALIA	0,259	518,00
104	LEVOMEPROMAZINA 25 MG	COMP	1.000,00	CRISTALIA	0,36	360,00
123	METOPROLOL, SUCCINATO, 100 MG LIBERACAO CONTRO-LADA	COMP	1.500,00	ACCORD	1,20	1.800,00
124	METOPROLOL, SUCCINATO, 25 MG LIBERACAO CONTRO-LADA	COMP	1.980,00	ACCORD	0,299	592,02
125	METOPROLOL, SUCCINATO, 50 MG LIBERACAO CONTRO-LADA	COMP	4.500,00	ACCORD	0,70	3.150,00
148	SERTRALINA CLORIDRATO 50 MG	COMP	18.000,00	GEOLAB	0,095	1.710,00

2 . DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. O registro de preços formalizado na presente Ata terá validade a contar da data de assinatura deste instrumento, até 31 de dezembro de 2018, podendo ser prorrogado até completar 12 meses.

3. DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O gerenciamento da presente ata caberá ao Setor de Administração da Prefeitura Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina.

3.2. O gerenciador da presente ata acompanhará a evolução dos preços de mercado, com a finalidade de verificar sua compatibilidade com os preços ora registrados.

3.3 Nesse sentido, a Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

3.4. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, a Administração deverá convocar o fornecedor, visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

3.4.1. Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido, e a Administração convocará os demais fornecedores, visando igual oportunidade de negociação;

3.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento, com documentação que faz prova, não puder cumprir o compromisso, a Administração poderá ainda:

I – rever os preços registrados na forma e condições constantes do edital ou, liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e

II - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

3.5.1. Não havendo êxito nas negociações, a Administração deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

3.6. Em hipótese de não haver êxito nas negociações de que tratam os subitens anteriores, o gerenciador procederá à revogação da Ata de Registro de Preços.

4. DO CONTRATO

4.1. Durante o prazo de validade da presente ata, a empresa DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, a critério do Município de União do Oeste – Fundo Municipal de Saúde, de acordo com necessidade, será intimada a entregar os medicamentos, mediante o recebimento da autorização de fornecimento, sendo que após requeridos deverão ser entregues em até 15 (quinze) dias, estando as obrigações assumidas vinculadas à esta Ata.

5. DO PAGAMENTO

5.1. O pagamento será efetuado em Ordem Bancária, mediante depósito na conta corrente da contratada, em até 30 (trinta) dias após a entrega dos medicamentos requeridos e apresentação da respectiva nota fiscal devidamente recebida e aceita pela servidora responsável pela farmácia da Unidade Básica de Saúde.

5.2. As despesas decorrentes do pagamento dos medicamentos correrão à conta da Dotação do orçamento do Fundo Municipal de Saúde para o exercício de 2018, com a seguinte classificação:

Entidade: 02 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE UNIÃO DO OESTE

Órgão – 11 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade – 01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Projeto Atividade - 2.036 MANUT. ATIV. DA SAÚDE

Elemento de Despesa: 37 - 3.3.90.00.00.00.00.00

Projeto Atividade - 2.037 MANUT. ATENÇÃO BÁSICA

Elemento de Despesa: 39 - 3.3.90.00.00.00.00.00

Projeto Atividade - 2.038 MANUT. ATENÇÃO BÁSICA VARIÁVEL

Elemento de Despesa: 21 e 44 - 3.3.90.00.00.00.00.00

Projeto Atividade - 2.041 MANUT. ASSISTÊNCIA FARMACEUTICA

Elemento de Despesa: 30 e 46 - 3.3.90.00.00.00.00.00

6. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

6.1. gerenciar a presente Ata, indicando, sempre que solicitado, o nome do fornecedor, o preço, e as especificações dos serviços registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação.

6.2. observar para que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a compatibilidade com as obrigações assumidas.

6.3. conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado, e de aplicação de penalidades.

7. DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

7.1 – Entregar os medicamentos nas quantidades e no prazo requerido pela CONTRATANTE, especificados nas autorizações de fornecimento;

7.2. Manter, durante o prazo de vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas no Edital de Pregão n.º 09/2018.

8. DAS PENALIDADES

8.1. Ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 2 (dois) anos, sem prejuízo das multas previstas no referido edital e das demais cominações referidas no Capítulo IV da Lei n.º 8.666/93, a licitante que, convocada dentro do prazo de validade da presente ata:

- a) Apresentar documento falso ou fizer declaração falsa;
- b) Ensejar o retardamento da execução das obrigações assumidas nesta Ata;
- c) Não mantiver a proposta, injustificadamente;
- d) Falhar ou fraudar na execução do contrato;
- e) Comportar-se de modo inidôneo;
- f) Cometer fraude fiscal.

8.2. Pela inexecução total ou parcial das obrigações assumidas nesta Ata, a Administração Municipal, poderá, garantida a defesa prévia, aplicar à licitante vencedora as sanções previstas no edital Pregão Presencial nº 09/2018 e demais penalidades previstas na Lei de Licitações e Lei de Pregão.

9. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. o fornecedor terá seu registro cancelado, assegurado o contraditório e ampla defesa, quando:

- a) não cumprir as obrigações da presente Ata;
- b) não entregar os medicamentos solicitados;
- c) não aceitar reduzir seu preço registrado na hipótese de este se apresentar superior aos praticados no mercado;
- d) por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado pela Administração.

9.2. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento de seu registro, na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovado.

10. DA PUBLICIDADE

10. O preço, o fornecedor e as especificações resumidas do objeto, como também as possíveis alterações da presente Ata, serão publicadas no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

11. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1. Integram a presente ata o Edital do Pregão n.º 09/2018 e documentos atinentes ao processo licitatório.

12. DO FORO

As controvérsias decorrentes desta Ata serão dirimidas no foro da Comarca de Coronel Freitas – SC, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que venha a ser.

E por estar, assim, justo e avençado, depois de lido e achado conforme, foi o presente instrumento lavrado em duas vias de igual teor e forma e assinado pelas partes.

VITÓRIO GUBERT

Gestor do Fundo Municipal de Saúde

DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

ODAIR JOSE BALESTRIN

P/ CONTRATADA

Testemunhas:

01. _____

Daniela Paula Foletto

CPF 040.267.159-73

02. _____

Giane Smaniotto

CPF 060.416.089-55

Publicado conforme Lei Municipal nº 1010/2014.

ATA REGISTRO DE PREÇOS N. 13/2018 FMS

Publicação N° 1663656

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 13/2018

PROCESSO N° 09/2018

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS N° 09/2018

VALIDADE DA ATA REGISTRO DE PREÇOS: 31 de dezembro de 2018, podendo ser prorrogada até completar 12 (doze) meses.

Aos vinte e dois dias do mês de junho do ano de 2018, o Município de União do Oeste, através do Fundo Municipal de Saúde, inscrito no CNPJ sob n.º 11.692.396/0001-00, com sede na Rua Chapecó, Centro, União do Oeste, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Gestor Sr. VITÓRIO GUBERT, no uso de suas atribuições e, nos termos do art. 15 da Lei Federal 8.666/93, Decreto municipal n.º 206/2007 e as demais normas legais aplicáveis, de acordo com o resultado da classificação no PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS n.º 09/2018, RESOLVE: Registrar o(s) preço(s) da empresa DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA, de acordo com a classificação no item por ela alcançado, observadas as condições do edital que integra este instrumento de registro e aquelas enunciadas nas cláusulas que se seguem:

1. DO OBJETO

0.1. A presente ata tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS DE MEDICAMENTOS, visando possíveis aquisições futuras, conforme relação de itens abaixo descrita:

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Preço Uni- tário	Preço Total
13	BETAISTINA, DICLORIDRATO 16 MG	COMP	5.000,00	EUROFARMA	0,199	995,00
39	CLOPIDOGREL 75 MG	COMP	4.500,00	HYPERMARCAS	0,24	1.080,00
53	DILTIAZEM CLORIDRATO, 30 MG	COMP	1.500,00	NOVA QUIMICA	0,14	210,00
85	GLICOSAMINA ASSOCIADA COM CONDROITINA, EM SAIS SULFATOS, 1,5 G + 1,2 G SACHE 4,13 G	UNI	2.000,00	ZODIAC	2,93	5.860,00
102	LEVODOPA ASSOCIADO A BENSERAZIDA 100MG+25 MG CÁPSULA BD	CAPS	3.000,00	ROCHE	1,08	3.240,00
108	LEVOTIROXINA SÓDICA 75MCG	COMP	12.000,00	MERCK	0,15	1.800,00
109	LEVOTIROXINA SODICA 88 MCG	COMP	2.400,00	MERCK	0,169	405,60
116	LUTEINA + VITAMINA B1, 2MG + VIT B2 1,3MG + VIT B3 16MG + VIT B6 1,3MG + VIT B9 240MCG + VIT B12 2,4MCG + VIT C 45MG + VIT E 100MG + COBRE 900MG + MANGANES 2,3MG + SELENIO 34MG + ZINCO 7MG + OMEGA 3	COMP	900,00	PFIZER	1,70	1.530,00
133	NITRENDIPINO 10 MG	COMP	180,00	BIOSINTÉTICA	0,55	99,00
151	SOTALOL CLORIDRATO 160 MG	COMP	900,00	MERCK	0,55	495,00
161	VENLAFAXINA 37,5 MG DE LIBERACAO CONTROLADA	COMP	2.500,00	EUROFARMA	0,47	1.175,00

2 . DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. O registro de preços formalizado na presente Ata terá validade a contar da data de assinatura deste instrumento, até 31 de dezembro de 2018, podendo ser prorrogado até completar 12 meses.

3. DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O gerenciamento da presente ata caberá ao Setor de Administração da Prefeitura Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina.

3.2. O gerenciador da presente ata acompanhará a evolução dos preços de mercado, com a finalidade de verificar sua compatibilidade com os preços ora registrados.

3.3 Nesse sentido, a Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

3.4. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, a Administração deverá convocar o fornecedor, visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

3.4.1. Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido, e a Administração convocará os demais fornecedores, visando igual oportunidade de negociação;

3.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento, com documentação que faz prova, não puder cumprir o compromisso, a Administração poderá ainda:

I – rever os preços registrados na forma e condições constantes do edital ou, liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e

II - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

3.5.1. Não havendo êxito nas negociações, a Administração deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

3.6. Em hipótese de não haver êxito nas negociações de que tratam os subitens anteriores, o gerenciador procederá à revogação da Ata de Registro de Preços.

4. DO CONTRATO

4.1. Durante o prazo de validade da presente ata, a empresa DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA, a critério do Município de União do Oeste – Fundo Municipal de Saúde, de acordo com necessidade, será intimada a entregar os medicamentos, mediante o recebimento da autorização de fornecimento, sendo que após requeridos deverão ser entregues em até 15 (quinze) dias, estando as obrigações assumidas vinculadas à esta Ata.

5. DO PAGAMENTO

5.1. O pagamento será efetuado em Ordem Bancária, mediante depósito na conta corrente da contratada, em até 30 (trinta) dias após a entrega dos medicamentos requeridos e apresentação da respectiva nota fiscal devidamente recebida e aceita pela servidora responsável pela farmácia da Unidade Básica de Saúde.

5.2. As despesas decorrentes do pagamento dos medicamentos correrão à conta da Dotação do orçamento do Fundo Municipal de Saúde para o exercício de 2018, com a seguinte classificação:

Entidade: 02 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE UNIÃO DO OESTE

Órgão – 11 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade – 01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Projeto Atividade - 2.036 MANUT. ATIV. DA SAÚDE

Elemento de Despesa: 37 - 3.3.90.00.00.00.00.00

Projeto Atividade - 2.037 MANUT. ATENÇÃO BÁSICA

Elemento de Despesa: 39 - 3.3.90.00.00.00.00.00

Projeto Atividade - 2.038 MANUT. ATENÇÃO BÁSICA VARIÁVEL

Elemento de Despesa: 21 e 44 - 3.3.90.00.00.00.00.00

Projeto Atividade - 2.041 MANUT. ASSISTÊNCIA FARMACEUTICA

Elemento de Despesa: 30 e 46 - 3.3.90.00.00.00.00.00

6. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

6.1. gerenciar a presente Ata, indicando, sempre que solicitado, o nome do fornecedor, o preço, e as especificações dos serviços registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação.

6.2. observar para que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a compatibilidade com as obrigações assumidas.

6.3. conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado, e de aplicação de penalidades.

7. DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

7.1 – Entregar os medicamentos nas quantidades e no prazo requerido pela CONTRATANTE, especificados nas autorizações de fornecimento;

7.2. Manter, durante o prazo de vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas no Edital de Pregão n.º 09/2018.

8. DAS PENALIDADES

8.1. Ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 2 (dois) anos, sem prejuízo das multas previstas no referido edital e das demais cominações referidas no Capítulo IV da Lei n.º 8.666/93, a licitante que, convocada dentro do prazo de validade da presente ata:

- a) Apresentar documento falso ou fizer declaração falsa;
- b) Ensejar o retardamento da execução das obrigações assumidas nesta Ata;
- c) Não manter a proposta, injustificadamente;
- d) Falhar ou fraudar na execução do contrato;
- e) Comportar-se de modo inidôneo;
- f) Cometer fraude fiscal.

8.2. Pela inexecução total ou parcial das obrigações assumidas nesta Ata, a Administração Municipal, poderá, garantida a defesa prévia, aplicar à licitante vencedora as sanções previstas no edital Pregão Presencial nº 09/2018 e demais penalidades previstas na Lei de Licitações e Lei de Pregão.

9.DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. o fornecedor terá seu registro cancelado, assegurado o contraditório e ampla defesa, quando:

- a) não cumprir as obrigações da presente Ata;
- b) não entregar os medicamentos solicitados;
- c) não aceitar reduzir seu preço registrado na hipótese de este se apresentar superior aos praticados no mercado;
- d) por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado pela Administração.

9.2.O fornecedor poderá solicitar o cancelamento de seu registro, na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovado.

10. DA PUBLICIDADE

10. O preço, o fornecedor e as especificações resumidas do objeto, como também as possíveis alterações da presente Ata, serão publicadas no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

11. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1. Integram a presente ata o Edital do Pregão n.º 09/2018 e documentos atinentes ao processo licitatório.

12. DO FORO

As controvérsias decorrentes desta Ata serão dirimidas no foro da Comarca de Coronel Freitas – SC, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que venha a ser.

E por estar, assim, justo e avençado, depois de lido e achado conforme, foi o presente instrumento lavrado em duas vias de igual teor e forma e assinado pelas partes.

VITÓRIO GUBERT
Gestor do Fundo Municipal de Saúde

DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA
LUIZ AUGUSTO VARNIER
P/ CONTRATADA

Testemunhas:

01. _____	02. _____
Daniela Paula Foletto	Giane Smaniotto
CPF 040.267.159-73	CPF 060.416.089-55

Publicado conforme Lei Municipal nº 1010/2014.

ATA REGISTRO DE PREÇOS N. 14/2018 FMS

Publicação Nº 1663657

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 14/2018

PROCESSO Nº 09/2018

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 09/2018

VALIDADE DA ATA REGISTRO DE PREÇOS: 31 de dezembro de 2018, podendo ser prorrogada até completar 12 (doze) meses.

Aos vinte e dois dias do mês de junho do ano de 2018, o Município de União do Oeste, através do Fundo Municipal de Saúde, inscrito no CNPJ sob n.º 11.692.396/0001-00, com sede na Rua Chapecó, Centro, União do Oeste, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Gestor Sr. VITÓRIO GUBERT, no uso de suas atribuições e, nos termos do art. 15 da Lei Federal 8.666/93, Decreto municipal n.º 206/2007 e as demais normas legais aplicáveis, de acordo com o resultado da classificação no PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS n.º 09/2018, RESOLVE: Registrar o(s) preço(s) da empresa F&F DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, de acordo com a classificação no item por ela alcançado, observadas as condições do edital que integra este instrumento de registro e aquelas enunciadas nas cláusulas que se seguem:

1. DO OBJETO

0.1. A presente ata tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS DE MEDICAMENTOS, visando possíveis aquisições futuras, conforme relação de itens abaixo descrita:

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Preço Unitário	Preço Total
40	CLORETO DE POTÁSSIO 600 MG	COMP	1.000,00	GLAXO	0,539	539,00
45	DESVENLAFAXINA, SUCCINATO 50MG COMPRIMIDO DE LIBERAÇÃO CONTROLADA.	COMP	300,00	EUROFARMA	1,18	354,00
62	DOXAZOSINA 2MG, MESILATO	COMP	15.000,00	EMS	0,116	1.740,00
93	IBUPROFENO 100MG/ML SOL ORAL 20 ML	FR	300,00	EMS	2,29	687,00
164	ZOLPIDEM 10 MG	COMP	1.500,00	EMS	0,355	532,50

2. DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. O registro de preços formalizado na presente Ata terá validade a contar da data de assinatura deste instrumento, até 31 de dezembro de 2018, podendo ser prorrogado até completar 12 meses.

3. DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O gerenciamento da presente ata caberá ao Setor de Administração da Prefeitura Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina.

3.2. O gerenciador da presente ata acompanhará a evolução dos preços de mercado, com a finalidade de verificar sua compatibilidade com os preços ora registrados.

3.3. Nesse sentido, a Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

3.4. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, a Administração deverá convocar o fornecedor, visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

3.4.1. Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido, e a Administração convocará os demais fornecedores, visando igual oportunidade de negociação;

3.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento, com documentação que faz prova, não puder cumprir o compromisso, a Administração poderá ainda:

I – rever os preços registrados na forma e condições constantes do edital ou, liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e

II - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

3.5.1. Não havendo êxito nas negociações, a Administração deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

3.6. Em hipótese de não haver êxito nas negociações de que tratam os subitens anteriores, o gerenciador procederá à revogação da Ata de Registro de Preços.

4. DO CONTRATO

4.1. Durante o prazo de validade da presente ata, a empresa F&F DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, a critério do Município de União do Oeste – Fundo Municipal de Saúde, de acordo com necessidade, será intimada a entregar os medicamentos, mediante o recebimento da autorização de fornecimento, sendo que após requeridos deverão ser entregues em até 15 (quinze) dias, estando as obrigações

assumidas vinculadas à esta Ata.

5. DO PAGAMENTO

5.1. O pagamento será efetuado em Ordem Bancária, mediante depósito na conta corrente da contratada, em até 30 (trinta) dias após a entrega dos medicamentos requeridos e apresentação da respectiva nota fiscal devidamente recebida e aceita pela servidora responsável pela farmácia da Unidade Básica de Saúde.

5.2. As despesas decorrentes do pagamento dos medicamentos correrão à conta da Dotação do orçamento do Fundo Municipal de Saúde para o exercício de 2018, com a seguinte classificação:

Entidade: 02 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE UNIÃO DO OESTE

Órgão – 11 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade – 01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Projeto Atividade - 2.036 MANUT. ATIV. DA SAÚDE

Elemento de Despesa: 37 - 3.3.90.00.00.00.00

Projeto Atividade - 2.037 MANUT. ATENÇÃO BÁSICA

Elemento de Despesa: 39 - 3.3.90.00.00.00.00

Projeto Atividade - 2.038 MANUT. ATENÇÃO BÁSICA VARIÁVEL

Elemento de Despesa: 21 e 44 - 3.3.90.00.00.00.00

Projeto Atividade - 2.041 MANUT. ASSISTÊNCIA FARMACEUTICA

Elemento de Despesa: 30 e 46 - 3.3.90.00.00.00.00

6. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

6.1. gerenciar a presente Ata, indicando, sempre que solicitado, o nome do fornecedor, o preço, e as especificações dos serviços registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação.

6.2. observar para que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a compatibilidade com as obrigações assumidas.

6.3. conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado, e de aplicação de penalidades.

7. DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

7.1 – Entregar os medicamentos nas quantidades e no prazo requerido pela CONTRATANTE, especificados nas autorizações de fornecimento;

7.2. Manter, durante o prazo de vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas no Edital de Pregão n.º 09/2018.

8. DAS PENALIDADES

8.1. Ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 2 (dois) anos, sem prejuízo das multas previstas no referido edital e das demais cominações referidas no Capítulo IV da Lei n.º 8.666/93, a licitante que, convocada dentro do prazo de validade da presente ata:

- a) Apresentar documento falso ou fizer declaração falsa;
- b) Ensejar o retardamento da execução das obrigações assumidas nesta Ata;
- c) Não mantiver a proposta, injustificadamente;
- d) Falhar ou fraudar na execução do contrato;
- e) Comportar-se de modo inidôneo;
- f) Cometer fraude fiscal.

8.2. Pela inexecução total ou parcial das obrigações assumidas nesta Ata, a Administração Municipal, poderá, garantida a defesa prévia, aplicar à licitante vencedora as sanções previstas no edital Pregão Presencial nº 09/2018 e demais penalidades previstas na Lei de Licitações e Lei de Pregão.

9. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. o fornecedor terá seu registro cancelado, assegurado o contraditório e ampla defesa, quando:

- a) não cumprir as obrigações da presente Ata;
- b) não entregar os medicamentos solicitados;
- c) não aceitar reduzir seu preço registrado na hipótese de este se apresentar superior aos praticados no mercado;
- d) por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado pela Administração.

9.2. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento de seu registro, na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovado.

10. DA PUBLICIDADE

10. O preço, o fornecedor e as especificações resumidas do objeto, como também as possíveis alterações da presente Ata, serão publicadas no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

11. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1. Integram a presente ata o Edital do Pregão n.º 09/2018 e documentos atinentes ao processo licitatório.

12. DO FORO

As controvérsias decorrentes desta Ata serão dirimidas no foro da Comarca de Coronel Freitas – SC, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que venha a ser.

E por estar, assim, justo e avençado, depois de lido e achado conforme, foi o presente instrumento lavrado em duas vias de igual teor e forma e assinado pelas partes.

VITÓRIO GUBERT

Gestor do Fundo Municipal de Saúde

F&F DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

FABIO EMANUEL REBONATTO

P/ CONTRATADA

Testemunhas:

01. _____
Daniela Paula Foletto
CPF 040.267.159-73

02. _____
Giane Smaniotto
CPF 060.416.089-55

Publicado conforme Lei Municipal nº 1010/2014.

ATA REGISTRO DE PREÇOS N. 15/2018 FMS

Publicação Nº 1663658

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 15/2018

PROCESSO Nº 09/2018

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 09/2018

VALIDADE DA ATA REGISTRO DE PREÇOS: 31 de dezembro de 2018, podendo ser prorrogada até completar 12 (doze) meses.

Aos vinte e dois dias do mês de junho do ano de 2018, o Município de União do Oeste, através do Fundo Municipal de Saúde, inscrito no CNPJ sob n.º 11.692.396/0001-00, com sede na Rua Chapecó, Centro, União do Oeste, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Gestor Sr. VITÓRIO GUBERT, no uso de suas atribuições e, nos termos do art. 15 da Lei Federal 8.666/93, Decreto municipal n.º 206/2007 e as demais normas legais aplicáveis, de acordo com o resultado da classificação no PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS n.º 09/2018, RESOLVE: Registrar o(s) preço(s) da empresa MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA, de acordo com a classificação no item por ela alcançado, observadas as condições do edital que integra este instrumento de registro e aquelas enunciadas nas cláusulas que se seguem:

1. DO OBJETO

0.1. A presente ata tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS DE MEDICAMENTOS, visando possíveis aquisições futuras, conforme relação de itens abaixo descrita:

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Preço Unitário	Preço Total
10	ATENOLOL 50 MG, CARTELA COM 15 COMPRIMIDOS	COMP	15.000,00	PRATI	0,033	495,00
33	CINARIZINA 75 MG	COMP	1.500,00	RANBAXY	0,09	135,00

71	ESCOLPOLAMINA BUTILBROMETO, ASSOCIADA COM DIPIRONA SÓDICA 10 MG + 250 MG COMPRIMIDOS	COMP	6.000,00	BRAINFARMA	0,33	1.980,00
131	NIMESULIDA 50 MG/ML SOLUÇÃO ORAL GOTAS FRASCO 15 ML	FR	50,00	VITAMEDIC	1,49	74,50
135	PANTOPRAZOL 40MG	COMP	7.280,00	RANBAXY	0,153	1.113,84
144	PREGABALINA 75MG	COMP	7.800,00	RANBAXY	0,48	3.744,00
145	PROPRANOLOL, CLORIDRATO, 40 MG	COMP	3.000,00	OSÓRIO	0,014	42,00
153	SUPOSITORIO DE GLICERINA INFANTIL	UN	150,00	GLOBO	0,66	99,00
157	TRAZADONA 50 MG	COMP	600,00	APSEN	0,32	192,00
162	VERAPAMIL, CLORIDRATO, 80 MG	COMP	1.200,00	PRATI	0,08	96,00

2. DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. O registro de preços formalizado na presente Ata terá validade a contar da data de assinatura deste instrumento, até 31 de dezembro de 2018, podendo ser prorrogado até completar 12 meses.

3. DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O gerenciamento da presente ata caberá ao Setor de Administração da Prefeitura Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina.

3.2. O gerenciador da presente ata acompanhará a evolução dos preços de mercado, com a finalidade de verificar sua compatibilidade com os preços ora registrados.

3.3. Nesse sentido, a Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

3.4. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, a Administração deverá convocar o fornecedor, visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

3.4.1. Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido, e a Administração convocará os demais fornecedores, visando igual oportunidade de negociação;

3.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento, com documentação que faz prova, não puder cumprir o compromisso, a Administração poderá ainda:

I – rever os preços registrados na forma e condições constantes do edital ou, liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e

II - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

3.5.1. Não havendo êxito nas negociações, a Administração deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

3.6. Em hipótese de não haver êxito nas negociações de que tratam os subitens anteriores, o gerenciador procederá à revogação da Ata de Registro de Preços.

4. DO CONTRATO

4.1. Durante o prazo de validade da presente ata, a empresa MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA, a critério do Município de União do Oeste – Fundo Municipal de Saúde, de acordo com necessidade, será intimada a entregar os medicamentos, mediante o recebimento da autorização de fornecimento, sendo que após requeridos deverão ser entregues em até 15 (quinze) dias, estando as obrigações assumidas vinculadas à esta Ata.

5. DO PAGAMENTO

5.1. O pagamento será efetuado em Ordem Bancária, mediante depósito na conta corrente da contratada, em até 30 (trinta) dias após a entrega dos medicamentos requeridos e apresentação da respectiva nota fiscal devidamente recebida e aceita pela servidora responsável pela farmácia da Unidade Básica de Saúde.

5.2. As despesas decorrentes do pagamento dos medicamentos correrão à conta da Dotação do orçamento do Fundo Municipal de Saúde para o exercício de 2018, com a seguinte classificação:

Entidade: 02 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE UNIÃO DO OESTE

Órgão – 11 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade – 01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Projeto Atividade - 2.036 MANUT. ATIV. DA SAÚDE

Elemento de Despesa: 37 - 3.3.90.00.00.00.00

Projeto Atividade - 2.037 MANUT. ATENÇÃO BÁSICA

Elemento de Despesa: 39 - 3.3.90.00.00.00.00.00
Projeto Atividade - 2.038 MANUT. ATENÇÃO BÁSICA VARIÁVEL
Elemento de Despesa: 21 e 44 - 3.3.90.00.00.00.00.00
Projeto Atividade - 2.041 MANUT. ASSISTÊNCIA FARMACEUTICA
Elemento de Despesa: 30 e 46 - 3.3.90.00.00.00.00.00

6. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

6.1. gerenciar a presente Ata, indicando, sempre que solicitado, o nome do fornecedor, o preço, e as especificações dos serviços registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação.

6.2. observar para que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a compatibilidade com as obrigações assumidas.

6.3. conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado, e de aplicação de penalidades.

7. DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

7.1 – Entregar os medicamentos nas quantidades e no prazo requerido pela CONTRATANTE, especificados nas autorizações de fornecimento;

7.2. Manter, durante o prazo de vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas no Edital de Pregão n.º 09/2018.

8. DAS PENALIDADES

8.1. Ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 2 (dois) anos, sem prejuízo das multas previstas no referido edital e das demais cominações referidas no Capítulo IV da Lei n.º 8.666/93, a licitante que, convocada dentro do prazo de validade da presente ata:

- a) Apresentar documento falso ou fizer declaração falsa;
- b) Ensejar o retardamento da execução das obrigações assumidas nesta Ata;
- c) Não manter a proposta, injustificadamente;
- d) Falhar ou fraudar na execução do contrato;
- e) Comportar-se de modo inidôneo;
- f) Cometer fraude fiscal.

8.2. Pela inexecução total ou parcial das obrigações assumidas nesta Ata, a Administração Municipal, poderá, garantida a defesa prévia, aplicar à licitante vencedora as sanções previstas no edital Pregão Presencial nº 09/2018 e demais penalidades previstas na Lei de Licitações e Lei de Pregão.

9. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. o fornecedor terá seu registro cancelado, assegurado o contraditório e ampla defesa, quando:

- a) não cumprir as obrigações da presente Ata;
- b) não entregar os medicamentos solicitados;
- c) não aceitar reduzir seu preço registrado na hipótese de este se apresentar superior aos praticados no mercado;
- d) por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado pela Administração.

9.2. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento de seu registro, na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovado.

10. DA PUBLICIDADE

10. O preço, o fornecedor e as especificações resumidas do objeto, como também as possíveis alterações da presente Ata, serão publicadas no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

11. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1. Integram a presente ata o Edital do Pregão n.º 09/2018 e documentos atinentes ao processo licitatório.

12. DO FORO

As controvérsias decorrentes desta Ata serão dirimidas no foro da Comarca de Coronel Freitas – SC, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que venha a ser.

E por estar, assim, justo e avençado, depois de lido e achado conforme, foi o presente instrumento lavrado em duas vias de igual teor e forma e assinado pelas partes.

VITÓRIO GUBERT

Gestor do Fundo Municipal de Saúde

MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA

MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS

P/ CONTRATADA

Testemunhas:

01. _____

Daniela Paula Foletto

CPF 040.267.159-73

02. _____

Giane Smaniotto

CPF 060.416.089-55

Publicado conforme Lei Municipal nº 1010/2014.

ATA REGISTRO DE PREÇOS N. 16/2018 FMS

Publicação Nº 1663659

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 16/2018

PROCESSO Nº 09/2018

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 09/2018

VALIDADE DA ATA REGISTRO DE PREÇOS: 31 de dezembro de 2018, podendo ser prorrogada até completar 12 (doze) meses.

Aos vinte e dois dias do mês de junho do ano de 2018, o Município de União do Oeste, através do Fundo Municipal de Saúde, inscrito no CNPJ sob n.º 11.692.396/0001-00, com sede na Rua Chapecó, Centro, União do Oeste, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Gestor Sr. VITÓRIO GUBERT, no uso de suas atribuições e, nos termos do art. 15 da Lei Federal 8.666/93, Decreto municipal n.º 206/2007 e as demais normas legais aplicáveis, de acordo com o resultado da classificação no PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS n.º 09/2018, RESOLVE: Registrar o(s) preço(s) da empresa PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA, de acordo com a classificação no item por ela alcançado, observadas as condições do edital que integra este instrumento de registro e aquelas enunciadas nas cláusulas que se seguem:

1. DO OBJETO

0.1. A presente ata tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS DE MEDICAMENTOS, visando possíveis aquisições futuras, conforme relação de itens abaixo descrita:

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Preço Unitário	Preço Total
7	AMITRIPTILINA 25MG	COMP	30.000,00	BRAINFARMA	0,033	990,00
17	BROMAZEPAN 3 MG	COMP	3.000,00	UNIÃO QUIMICA	0,098	294,00
21	CARBAMAZEPINA 200MG	COMP	4.000,00	UNIÃO QUIMICA	0,067	268,00
22	CARBOCISTEINA 50 MG/ML XAROPE ADULTO FRASCO 80 ML	FR	100,00	NATULAB	2,50	250,00
23	CARBONATO DE CALCIO 1.500 MG (600 MG DE CALCIO ELEMENTAR) + COLECALCIFEROL 400 UI	COMP	35.000,00	NATULAB	0,12	4.200,00
34	CIPROFIBRATO 100MG	COMP	3.500,00	BRAINFARMA	0,299	1.046,50
49	DEXAMETASONA, ACETATO 0,1% CREME BISNAGA 10 GRAMAS	TB	300,00	SANVAL	0,78	234,00
65	DROPROPIZINA 3 MG/ML XAROPE FRASCO 120 ML	FR	50,00	BRAINFARMA	3,592	179,60
70	ESCOPOLAMINA BUTILBROMETO 10 MG	COMP	3.000,00	UNIÃO QUIMICA	0,37	1.110,00
77	EXTRATO DE PLANTAS, GINGKO BILOBA 80 MG	COMP	15.000,00	PRATI	0,144	2.160,00
79	FINASTERIDA 5MG	COMP	3.000,00	MERCK	0,31	930,00
106	LEVOTIROXINA SÓDICA 100MCG	COMP	9.000,00	MERCK	0,08	720,00

107	LEVOTIROXINA SÓDICA 50 MCG	COMP	12.000,00	MERCK	0,07	840,00
118	MEDROXIPROGESTERONA ACETATO, 150 MCG SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA DE 1 ML	AMP	100,00	UNIÃO QUÍMICA	11,00	1.100,00
120	METFORMINA 500 MG	COMP	2.000,00	PRATI	0,059	118,00
121	METFORMINA 850MG	COMP	3.000,00	MERCK	0,04	120,00
126	MICONAZOL 2% CREME VAGINAL BISNAGA 80 G	TB	100,00	PRATI	4,61	461,00
127	MICONAZOL 20 MG/G CREME DERMATOL. 30 G	TB	100,00	PRATI	1,44	144,00
129	NEOMICINA, ASSOCIADA COM BACITRACINA, 5MG + 250UI/G, POMADA BISNAGA 10 GRAMAS	TB	600,00	SOBRAL	1,03	618,00
150	SINAVSTATINA 20 MG	COMP	15.000,00	SANDOZ	0,053	795,00

2. DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. O registro de preços formalizado na presente Ata terá validade a contar da data de assinatura deste instrumento, até 31 de dezembro de 2018, podendo ser prorrogado até completar 12 meses.

3. DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O gerenciamento da presente ata caberá ao Setor de Administração da Prefeitura Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina.

3.2. O gerenciador da presente ata acompanhará a evolução dos preços de mercado, com a finalidade de verificar sua compatibilidade com os preços ora registrados.

3.3. Nesse sentido, a Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

3.4. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, a Administração deverá convocar o fornecedor, visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

3.4.1. Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido, e a Administração convocará os demais fornecedores, visando igual oportunidade de negociação;

3.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento, com documentação que faz prova, não puder cumprir o compromisso, a Administração poderá ainda:

I – rever os preços registrados na forma e condições constantes do edital ou, liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e

II - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

3.5.1. Não havendo êxito nas negociações, a Administração deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

3.6. Em hipótese de não haver êxito nas negociações de que tratam os subitens anteriores, o gerenciador procederá à revogação da Ata de Registro de Preços.

4. DO CONTRATO

4.1. Durante o prazo de validade da presente ata, a empresa PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA, a critério do Município de União do Oeste – Fundo Municipal de Saúde, de acordo com necessidade, será intimada a entregar os medicamentos, mediante o recebimento da autorização de fornecimento, sendo que após requeridos deverão ser entregues em até 15 (quinze) dias, estando as obrigações assumidas vinculadas à esta Ata.

5. DO PAGAMENTO

5.1. O pagamento será efetuado em Ordem Bancária, mediante depósito na conta corrente da contratada, em até 30 (trinta) dias após a entrega dos medicamentos requeridos e apresentação da respectiva nota fiscal devidamente recebida e aceita pela servidora responsável pela farmácia da Unidade Básica de Saúde.

5.2. As despesas decorrentes do pagamento dos medicamentos correrão à conta da Dotação do orçamento do Fundo Municipal de Saúde para o exercício de 2018, com a seguinte classificação:

Entidade: 02 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE UNIÃO DO OESTE

Órgão – 11 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade – 01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Projeto Atividade - 2.036 MANUT. ATIV. DA SAÚDE

Elemento de Despesa: 37 - 3.3.90.00.00.00.00

Projeto Atividade - 2.037 MANUT. ATENÇÃO BÁSICA

Elemento de Despesa: 39 - 3.3.90.00.00.00.00.00
Projeto Atividade - 2.038 MANUT. ATENÇÃO BÁSICA VARIÁVEL
Elemento de Despesa: 21 e 44 - 3.3.90.00.00.00.00.00
Projeto Atividade - 2.041 MANUT. ASSISTÊNCIA FARMACEUTICA
Elemento de Despesa: 30 e 46 - 3.3.90.00.00.00.00.00

6. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

6.1. gerenciar a presente Ata, indicando, sempre que solicitado, o nome do fornecedor, o preço, e as especificações dos serviços registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação.

6.2. observar para que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a compatibilidade com as obrigações assumidas.

6.3. conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado, e de aplicação de penalidades.

7. DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

7.1 – Entregar os medicamentos nas quantidades e no prazo requerido pela CONTRATANTE, especificados nas autorizações de fornecimento;

7.2. Manter, durante o prazo de vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas no Edital de Pregão n.º 09/2018.

8. DAS PENALIDADES

8.1. Ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 2 (dois) anos, sem prejuízo das multas previstas no referido edital e das demais cominações referidas no Capítulo IV da Lei n.º 8.666/93, a licitante que, convocada dentro do prazo de validade da presente ata:

- a) Apresentar documento falso ou fizer declaração falsa;
- b) Ensejar o retardamento da execução das obrigações assumidas nesta Ata;
- c) Não manter a proposta, injustificadamente;
- d) Falhar ou fraudar na execução do contrato;
- e) Comportar-se de modo inidôneo;
- f) Cometer fraude fiscal.

8.2. Pela inexecução total ou parcial das obrigações assumidas nesta Ata, a Administração Municipal, poderá, garantida a defesa prévia, aplicar à licitante vencedora as sanções previstas no edital Pregão Presencial nº 09/2018 e demais penalidades previstas na Lei de Licitações e Lei de Pregão.

9. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. o fornecedor terá seu registro cancelado, assegurado o contraditório e ampla defesa, quando:

- a) não cumprir as obrigações da presente Ata;
- b) não entregar os medicamentos solicitados;
- c) não aceitar reduzir seu preço registrado na hipótese de este se apresentar superior aos praticados no mercado;
- d) por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado pela Administração.

9.2. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento de seu registro, na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovado.

10. DA PUBLICIDADE

10. O preço, o fornecedor e as especificações resumidas do objeto, como também as possíveis alterações da presente Ata, serão publicadas no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

11. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1. Integram a presente ata o Edital do Pregão n.º 09/2018 e documentos atinentes ao processo licitatório.

12. DO FORO

As controvérsias decorrentes desta Ata serão dirimidas no foro da Comarca de Coronel Freitas – SC, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que venha a ser.

E por estar, assim, justo e avençado, depois de lido e achado conforme, foi o presente instrumento lavrado em duas vias de igual teor e forma e assinado pelas partes.

VITÓRIO GUBERT
Gestor do Fundo Municipal de Saúde

PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA
ELCIO LUIS BORDIGNON
P/ CONTRATADA

Testemunhas:

01. _____ 02. _____
Daniela Paula Foletto Giane Smaniotto
CPF 040.267.159-73 CPF 060.416.089-55

Publicado conforme Lei Municipal nº 1010/2014.

ATA REGISTRO DE PREÇOS N. 17/2018 FMS

Publicação Nº 1663660

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 17/2018

PROCESSO Nº 09/2018
PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 09/2018
VALIDADE DA ATA REGISTRO DE PREÇOS: 31 de dezembro de 2018, podendo ser prorrogada até completar 12 (doze) meses.

Aos vinte e dois dias do mês de junho do ano de 2018, o Município de União do Oeste, através do Fundo Municipal de Saúde, inscrito no CNPJ sob n.º 11.692.396/0001-00, com sede na Rua Chapecó, Centro, União do Oeste, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Gestor Sr. VITÓRIO GUBERT, no uso de suas atribuições e, nos termos do art. 15 da Lei Federal 8.666/93, Decreto municipal n.º 206/2007 e as demais normas legais aplicáveis, de acordo com o resultado da classificação no PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS n.º 09/2018, RESOLVE: Registrar o(s) preço(s) da empresa S & R DISTRIBUIDORA LTDA, de acordo com a classificação nos itens por ela alcançado, observadas as condições do edital que integra este instrumento de registro e aquelas enunciadas nas cláusulas que se seguem:

1. DO OBJETO

0.1. A presente ata tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS DE MEDICAMENTOS, visando possíveis aquisições futuras, conforme relação de itens abaixo descrita:

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Preço Unitário	Preço Total
2	ACIDO ACETIL SALICILICO TAMPONADO 100 MG	COMP	1.600,00	EMS	0,227	363,20
46	DEXAMETASONA 0,1% SUSPENSÃO OFTALMICA FR 5 ML	FR	50,00	NOVARTIS	6,45	322,50
61	DOMPERIDONA 10MG	COMP	5.000,00	MEDLEY	0,066	330,00
73	ESPIRONOLACTONA 50 MG	COMP	1.500,00	HIPOLABOR	0,208	312,00
83	GLIBENCLAMIDA 5 MG	COMP	2.000,00	MEDQUIMICA	0,024	48,00
94	IBUBROFENO 300 MG	COMP	5.000,00	VITAMEDIC	0,133	665,00
99	ITRACONAZOL 100MG	CAPS	600,00	BRAINFARMA	0,593	355,80
137	PARACETAMOL 500 MG	COMP	10.000,00	PRATI	0,036	360,00
142	PINAVERIO, BROMETO 100 MG COMPRIMIDO	COMP	900,00	EMS	0,433	389,70
158	VARFARINA SÓDICA 5 MG	COMP	2.000,00	TEUTO	0,115	230,00
163	VITAMINAS DO COMPEXO B, B1 - 5 MG, B2 - 2 MG, B6 - 2 MG, B5 - 3 MG, PP GOTAS FRASCO DE 30 ML	FR	100,00	PHARMACIENCI	3,419	341,90

2 . DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. O registro de preços formalizado na presente Ata terá validade a contar da data de assinatura deste instrumento, até 31 de dezembro de 2018, podendo ser prorrogado até completar 12 meses.

3. DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O gerenciamento da presente ata caberá ao Setor de Administração da Prefeitura Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina.

3.2. O gerenciador da presente ata acompanhará a evolução dos preços de mercado, com a finalidade de verificar sua compatibilidade com os preços ora registrados.

3.3 Nesse sentido, a Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

3.4. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, a Administração deverá convocar o fornecedor, visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

3.4.1. Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido, e a Administração convocará os demais fornecedores, visando igual oportunidade de negociação;

3.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento, com documentação que faz prova, não puder cumprir o compromisso, a Administração poderá ainda:

I – rever os preços registrados na forma e condições constantes do edital ou, liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e

II - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

3.5.1. Não havendo êxito nas negociações, a Administração deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

3.6. Em hipótese de não haver êxito nas negociações de que tratam os subitens anteriores, o gerenciador procederá à revogação da Ata de Registro de Preços.

4. DO CONTRATO

4.1. Durante o prazo de validade da presente ata, a empresa S & R DISTRIBUIDORA LTDA, a critério do Município de União do Oeste – Fundo Municipal de Saúde, de acordo com necessidade, será intimada a entregar os medicamentos, mediante o recebimento da autorização de fornecimento, sendo que após requeridos deverão ser entregues em até 15 (quinze) dias, estando as obrigações assumidas vinculadas à esta Ata.

5. DO PAGAMENTO

5.1. O pagamento será efetuado em Ordem Bancária, mediante depósito na conta corrente da contratada, em até 30 (trinta) dias após a entrega dos medicamentos requeridos e apresentação da respectiva nota fiscal devidamente recebida e aceita pela servidora responsável pela farmácia da Unidade Básica de Saúde.

5.2. As despesas decorrentes do pagamento dos medicamentos correrão à conta da Dotação do orçamento do Fundo Municipal de Saúde para o exercício de 2018, com a seguinte classificação:

Entidade: 02 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE UNIÃO DO OESTE

Órgão – 11 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade – 01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Projeto Atividade - 2.036 MANUT. ATIV. DA SAÚDE

Elemento de Despesa: 37 - 3.3.90.00.00.00.00

Projeto Atividade - 2.037 MANUT. ATENÇÃO BÁSICA

Elemento de Despesa: 39 - 3.3.90.00.00.00.00

Projeto Atividade - 2.038 MANUT. ATENÇÃO BÁSICA VARIÁVEL

Elemento de Despesa: 21 e 44 - 3.3.90.00.00.00.00

Projeto Atividade - 2.041 MANUT. ASSISTÊNCIA FARMACEUTICA

Elemento de Despesa: 30 e 46 - 3.3.90.00.00.00.00

6. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

6.1. gerenciar a presente Ata, indicando, sempre que solicitado, o nome do fornecedor, o preço, e as especificações dos serviços registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação.

6.2. observar para que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na

licitação, bem assim, a compatibilidade com as obrigações assumidas.

6.3. conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado, e de aplicação de penalidades.

7. DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

7.1 – Entregar os medicamentos nas quantidades e no prazo requerido pela CONTRATANTE, especificados nas autorizações de fornecimento;

7.2. Manter, durante o prazo de vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas no Edital de Pregão n.º 09/2018.

8. DAS PENALIDADES

8.1. Ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 2 (dois) anos, sem prejuízo das multas previstas no referido edital e das demais cominações referidas no Capítulo IV da Lei n.º 8.666/93, a licitante que, convocada dentro do prazo de validade da presente ata:

- a) Apresentar documento falso ou fizer declaração falsa;
- b) Ensejar o retardamento da execução das obrigações assumidas nesta Ata;
- c) Não manter a proposta, injustificadamente;
- d) Falhar ou fraudar na execução do contrato;
- e) Comportar-se de modo inidôneo;
- f) Cometer fraude fiscal.

8.2. Pela inexecução total ou parcial das obrigações assumidas nesta Ata, a Administração Municipal, poderá, garantida a defesa prévia, aplicar à licitante vencedora as sanções previstas no edital Pregão Presencial nº 09/2018 e demais penalidades previstas na Lei de Licitações e Lei de Pregão.

9. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. o fornecedor terá seu registro cancelado, assegurado o contraditório e ampla defesa, quando:

- a) não cumprir as obrigações da presente Ata;
- b) não entregar os medicamentos solicitados;
- c) não aceitar reduzir seu preço registrado na hipótese de este se apresentar superior aos praticados no mercado;
- d) por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado pela Administração.

9.2. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento de seu registro, na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovado.

10. DA PUBLICIDADE

10. O preço, o fornecedor e as especificações resumidas do objeto, como também as possíveis alterações da presente Ata, serão publicadas no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

11. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1. Integram a presente ata o Edital do Pregão n.º 09/2018 e documentos atinentes ao processo licitatório.

12. DO FORO

As controvérsias decorrentes desta Ata serão dirimidas no foro da Comarca de Coronel Freitas – SC, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que venha a ser.

E por estar, assim, justo e avençado, depois de lido e achado conforme, foi o presente instrumento lavrado em duas vias de igual teor e forma e assinado pelas partes.

VITÓRIO GUBERT
Gestor do Fundo Municipal de Saúde

S & R DISTRIBUIDORA LTDA
SERGIO JACIR PORTELA
P/ CONTRATADA

Testemunhas:

01. _____ 02. _____
Daniela Paula Foletto Giane Smariotto
CPF 040.267.159-73 CPF 060.416.089-55

Publicado conforme Lei Municipal nº 1010/2014.

ATA REGISTRO DE PREÇOS N. 18/2018 FMS

Publicação Nº 1663661

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 18/2018

PROCESSO Nº 09/2018

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 09/2018

VALIDADE DA ATA REGISTRO DE PREÇOS: 31 de dezembro de 2018, podendo ser prorrogada até completar 12 (doze) meses.

Aos vinte e dois dias do mês de junho do ano de 2018, o Município de União do Oeste, através do Fundo Municipal de Saúde, inscrito no CNPJ sob n.º 11.692.396/0001-00, com sede na Rua Chapecó, Centro, União do Oeste, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Gestor Sr. VITÓRIO GUBERT, no uso de suas atribuições e, nos termos do art. 15 da Lei Federal 8.666/93, Decreto municipal n.º 206/2007 e as demais normas legais aplicáveis, de acordo com o resultado da classificação no PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS n.º 09/2018, RESOLVE: Registrar o(s) preço(s) da empresa VITALSUL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELI, de acordo com a classificação nos itens por ela alcançado, observadas as condições do edital que integra este instrumento de registro e aquelas enunciadas nas cláusulas que se seguem:

1. DO OBJETO

0.1. A presente ata tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS DE MEDICAMENTOS, visando possíveis aquisições futuras, conforme relação de itens abaixo descrita:

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Preço Unitário	Preço Total
78	EXTRATO DE PLANTAS, VALERIANA OFFICINALIS 50 MG	COMP	15.000,00	GEOLAB	0,16	2.400,00
111	LORATADINA COMP. 10 MG	COMP	7.200,00	GEOLAB	0,05	360,00

2. DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. O registro de preços formalizado na presente Ata terá validade a contar da data de assinatura deste instrumento, até 31 de dezembro de 2018, podendo ser prorrogado até completar 12 meses.

3. DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O gerenciamento da presente ata caberá ao Setor de Administração da Prefeitura Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina.

3.2. O gerenciador da presente ata acompanhará a evolução dos preços de mercado, com a finalidade de verificar sua compatibilidade com os preços ora registrados.

3.3 Nesse sentido, a Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

3.4. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, a Administração deverá convocar o fornecedor, visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

3.4.1. Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido, e a Administração convocará os demais fornecedores, visando igual oportunidade de negociação;

3.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento, com documentação que faz prova, não puder cumprir o compromisso, a Administração poderá ainda:

I – rever os preços registrados na forma e condições constantes do edital ou, liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e

II - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

3.5.1. Não havendo êxito nas negociações, a Administração deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

3.6. Em hipótese de não haver êxito nas negociações de que tratam os subitens anteriores, o gerenciador procederá à revogação da Ata de Registro de Preços.

4. DO CONTRATO

4.1. Durante o prazo de validade da presente ata, a empresa VITALSUL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELI, a critério do Município de União do Oeste – Fundo Municipal de Saúde, de acordo com necessidade, será intimada a entregar os medicamentos, mediante o recebimento da autorização de fornecimento, sendo que após requeridos deverão ser entregues em até 15 (quinze) dias, estando as obrigações assumidas vinculadas à esta Ata.

5. DO PAGAMENTO

5.1. O pagamento será efetuado em Ordem Bancária, mediante depósito na conta corrente da contratada, em até 30 (trinta) dias após a entrega dos medicamentos requeridos e apresentação da respectiva nota fiscal devidamente recebida e aceita pela servidora responsável pela farmácia da Unidade Básica de Saúde.

5.2. As despesas decorrentes do pagamento dos medicamentos correrão à conta da Dotação do orçamento do Fundo Municipal de Saúde para o exercício de 2018, com a seguinte classificação:

Entidade: 02 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE UNIÃO DO OESTE

Órgão – 11 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade – 01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Projeto Atividade - 2.036 MANUT. ATIV. DA SAÚDE

Elemento de Despesa: 37 - 3.3.90.00.00.00.00

Projeto Atividade - 2.037 MANUT. ATENÇÃO BÁSICA

Elemento de Despesa: 39 - 3.3.90.00.00.00.00

Projeto Atividade - 2.038 MANUT. ATENÇÃO BÁSICA VARIÁVEL

Elemento de Despesa: 21 e 44 - 3.3.90.00.00.00.00

Projeto Atividade - 2.041 MANUT. ASSISTÊNCIA FARMACEUTICA

Elemento de Despesa: 30 e 46 - 3.3.90.00.00.00.00

6. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

6.1. gerenciar a presente Ata, indicando, sempre que solicitado, o nome do fornecedor, o preço, e as especificações dos serviços registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação.

6.2. observar para que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a compatibilidade com as obrigações assumidas.

6.3. conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado, e de aplicação de penalidades.

7. DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

7.1 – Entregar os medicamentos nas quantidades e no prazo requerido pela CONTRATANTE, especificados nas autorizações de fornecimento;

7.2. Manter, durante o prazo de vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas no Edital de Pregão n.º 09/2018.

8. DAS PENALIDADES

8.1. Ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 2 (dois) anos, sem prejuízo das multas previstas no referido edital e das demais cominações referidas no Capítulo IV da Lei n.º 8.666/93, a licitante que, convocada dentro do prazo de validade da presente ata:

- a) Apresentar documento falso ou fizer declaração falsa;
- b) Ensejar o retardamento da execução das obrigações assumidas nesta Ata;
- c) Não mantiver a proposta, injustificadamente;
- d) Falhar ou fraudar na execução do contrato;
- e) Comportar-se de modo inidôneo;
- f) Cometer fraude fiscal.

8.2. Pela inexecução total ou parcial das obrigações assumidas nesta Ata, a Administração Municipal, poderá, garantida a defesa prévia, aplicar à licitante vencedora as sanções previstas no edital Pregão Presencial nº 09/2018 e demais penalidades previstas na Lei de Licitações e Lei de Pregão.

9. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. o fornecedor terá seu registro cancelado, assegurado o contraditório e ampla defesa, quando:

- a) não cumprir as obrigações da presente Ata;
- b) não entregar os medicamentos solicitados;
- c) não aceitar reduzir seu preço registrado na hipótese de este se apresentar superior aos praticados no mercado;
- d) por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado pela Administração.

9.2.O fornecedor poderá solicitar o cancelamento de seu registro, na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovado.

10. DA PUBLICIDADE

10. O preço, o fornecedor e as especificações resumidas do objeto, como também as possíveis alterações da presente Ata, serão publicadas no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

11. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1. Integram a presente ata o Edital do Pregão n.º 09/2018 e documentos atinentes ao processo licitatório.

12. DO FORO

As controvérsias decorrentes desta Ata serão dirimidas no foro da Comarca de Coronel Freitas – SC, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que venha a ser.

E por estar, assim, justo e avençado, depois de lido e achado conforme, foi o presente instrumento lavrado em duas vias de igual teor e forma e assinado pelas partes.

VITÓRIO GUBERT

Gestor do Fundo Municipal de Saúde

VITALSUL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELI

KARINA WERLANG

P/ CONTRATADA

Testemunhas:

01. _____
Daniela Paula Foletto
CPF 040.267.159-73

02. _____
Giane Smaniotto
CPF 060.416.089-55

Publicado conforme Lei Municipal nº 1010/2014.

ATA REGISTRO DE PREÇOS N. 19/2018 FMS

Publicação Nº 1664023

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 19/2018

PROCESSO Nº 08/2018

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 08/2018

VALIDADE DA ATA REGISTRO DE PREÇOS: até 31/12/2018, podendo ser prorrogada até completar 12 meses.

Aos vinte e cinco dias do mês de junho de 2018 o Município de União do Oeste, através do Fundo Municipal de Saúde, inscrito no CNPJ sob n.º 11.692.396/0001-00, com sede na Rua Chapecó, Centro, União do Oeste, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Gestor Sr. VITÓRIO GUBERT, no uso de suas atribuições e, nos termos do art. 15 da Lei Federal 8.666/93, Decreto municipal n.º 206/2007 e as demais normas legais aplicáveis, de acordo com o resultado da classificação no PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS n.º 08/2018, RESOLVE: Registrar o(s) preço(s) da empresa ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA EPP, de acordo com a classificação no item por ela alcançado, observadas as condições do edital que integra este instrumento de registro e aquelas enunciadas nas cláusulas que se seguem:

1. DO OBJETO

0.1. A presente ata tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DE HIGIENE, LIMPEZA, COPA, UTENSÍLIOS e

GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA ATENDIMENTO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE VISANDO POSSÍVEIS AQUISIÇÕES FUTURAS, conforme itens descritos no quadro abaixo:

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Preço Unitário	Preço Total
30	ESCOVA P/ VASO SANITÁRIO COM ESTOJO PLÁSTICO NA FORMA CILINDRICA EM HASTE PLÁSTICA PREENCHIDA. CONJUNTO TOTAL DE 350 MM DE COMPRIMENTO	UN	20,00	desafio	8,68	173,60
46	LUVA DE LATÉX REFORÇADA, TAMANHO G, FABRICADAS 100% EM BORRACHA NATURAL LATÉX COM ESPESSURA 0,70MM	PAR	20,00	talge	8,50	170,00
47	LUVA DE LATÉX REFORÇADA, TAMANHO M, FABRICADAS 100% EM BORRACHA NATURAL LATÉX COM ESPESSURA 0,70MM	PAR	50,00	talge	5,39	269,50
48	LUVA DE LATÉX REFORÇADA, TAMANHO P, FABRICADAS 100% EM BORRACHA NATURAL LATÉX COM ESPESSURA 0,70MM	PAR	20,00	talge	8,45	169,00
56	PANO MAGICO PARA LIMPEZA GERAL NÃO SOLTA PELO, REUTILIZAVEL, MEDIDAS MÍNIMAS DE 40X40CM	UN	50,00	bellei	11,93	596,50
57	PANO PARA LIMPEZA MICRO FIBRA 63X43, NÃO SOLTA PELO REUTILIZAVEL	UN	20,00	bellei	15,90	318,00
58	PANO PARA LIMPEZA MICRO FIBRA, 40X60, NÃO SOLTA PELO, REUTILIZAVEL	UN	20,00	bellei	12,33	246,60
62	PAPEL HIGIENICO 4 ROLOS DE 30M, FOLHA BRANCA DUPLA, DE BOA QUALIDADE	PT	100,00	fofinho	5,25	525,00
75	RODO DE ESPUMA, BASE 40 CM, CABO EM MADEIRA PLASTIFICADA COM ROSCA	UN	30,00	desafio	9,18	275,40
76	RODO PLÁSTICO COM BORRACHA E CABO EM MADEIRA PLASTIFICADA E COM ROSCA, BORRACHA COM NO MÍNIMO 60 CM.	UN	30,00	desafio	9,18	275,40
82	SACO P/ LIXO CAPACIDADE P/ 100 L. COR PRETO, EMB. COM 25 UNIDADES, EM ROLO PICOTADO 75 CM X105 CM	UNI	200,00	rollplast	12,33	2.466,00
83	SACO PARA LIXO 50 LITROS, COR PRETO. EMB. COM 50 UNIDADES. EM ROLO PICOTADO	UN	100,00	rollplast	11,35	1.135,00
84	SACO PARA LIXO CAPACIDADE P/ 30 LTS EMB. COM 50 UNID. EM ROLO PICOTADO	UN	100,00	rollplast	12,30	1.230,00
95	TOALHA DE PAPEL, FOLHA DUPLA, COR BRANCA, EMBALAGEM C/ 02 ROLOS CADA, C/ 60 TOALHAS DE 20X22 CM CADA ROLO.	PT	300,00	sorela	4,30	1.290,00

2 . DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. O registro de preços formalizado na presente Ata terá validade a contar da data de assinatura deste instrumento, até 31 de dezembro de 2018, podendo ser prorrogado até completar 12 meses.

3. DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O gerenciamento da presente ata caberá ao Setor de Administração da Prefeitura Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina.

3.2. O gerenciador da presente ata acompanhará a evolução dos preços de mercado, com a finalidade de verificar sua compatibilidade com os preços ora registrados.

3.3 Nesse sentido, a Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

3.4. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, a Administração deverá convocar o fornecedor, visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

3.4.1. Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido, sendo revogada a presente ata de registro de preços, sendo então convocado os demais fornecedores, visando igual oportunidade de negociação;

3.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento, com documentação que faz prova, não puder cumprir o compromisso, a Administração poderá ainda:

I – liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; procedendo a revogação da ata de registro de preços e,

II - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

4. DA ENTREGA

4.1. Durante o prazo de validade da presente ata, a empresa ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA EPP, a critério do Município de União do Oeste/FMS, de acordo com necessidade, será intimada para entregar os MATERIAIS, sendo os mesmos requeridos através de Autorização de Fornecimento, estando as obrigações assumidas vinculadas à esta Ata.

4.1.1. Expedida a Autorização de fornecimento a entrega deverá ser efetivada em até 05 dias, na Unidade Sanitária de Saúde.

4.2. Se o fornecedor recusar-se a entregar os materiais requeridos, sem justificativa por escrito, caracterizando o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitar-se-á às penalidades legalmente estabelecidas.

4.3. Os materiais somente serão requisitados se houver necessidade dos mesmos.

5. DO PAGAMENTO

5.1. O pagamento será efetuado em Ordem Bancária, mediante depósito na conta corrente da contratada, em até 30 dias após cada entrega e recebimento da respectiva nota fiscal devidamente recebida e aceita pela municipalidade.

5.2. As despesas decorrentes do fornecimento do objeto da presente licitação correrão à conta da Dotação do orçamento municipal vigente, com as seguintes classificações:

Entidade: 02 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE UNIÃO DO OESTE
Órgão – 11 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade – 01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Projeto Atividade - 2.036 MANUT. ATIV. DA SAÚDE
Elemento de Despesa: 11 e 37 - 3.3.90.00.00.00.00.00
Projeto Atividade - 2.037 MANUT. BLOCO ATENÇÃO BÁSICA
Elemento de Despesa: 39 - 3.3.90.00.00.00.00.00
Projeto Atividade - 2.038 MANUT. BLOCO ATENÇÃO BÁSICA VARIÁVEL
Elemento de Despesa: 21 - 3.3.90.00.00.00.00.00
Projeto Atividade - 2.039 MANUT. BL. MAC. AMB. HODP E LIM. FINANCEIROS
Elemento de Despesa: 24 - 3.3.90.00.00.00.00.00
Projeto Atividade - 2.040 MANUT. BLOCO VIG. EM SAÚDE
Elemento de Despesa: 26 - 3.3.90.00.00.00.00.00
Projeto Atividade - 2.043 MANUT. PROGRAMAS DO SUS-ESTADO
Elemento de Despesa: 49- 3.3.90.00.00.00.00.00

6. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

6.1. gerenciar a presente Ata, indicando, sempre que solicitado, o nome do fornecedor, o preço, e as especificações dos materiais registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação.

6.2. observar para que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a compatibilidade com as obrigações assumidas.

6.3. conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado, e de aplicação de penalidades.

7. DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

7.1. fornecer os materiais quando solicitados.

7.3. providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo ÓRGÃO GERENCIADOR referentes às condições firmadas na presente Ata.

7.4. manter, durante o prazo de vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas no Edital de Pregão n.º 08/2018.

8. DAS PENALIDADES

8.1. Ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 2 (dois) anos, sem prejuízo das multas previstas no referido edital e das demais cominações referidas no Capítulo IV da Lei n.º 8.666/93, a licitante que, convocada dentro do prazo de validade da presente ata:

- a) Apresentar documento falso ou fizer declaração falsa;
- b) Ensejar o retardamento da execução das obrigações assumidas nesta Ata;

- c) Não manter a proposta, injustificadamente;
- d) Falhar ou fraudar na entrega dos materiais;
- e) Comportar-se de modo inidôneo;
- f) Cometer fraude fiscal.

8.2. Pela inexecução total ou parcial das obrigações assumidas nesta Ata, a Administração Municipal, poderá, garantida a defesa prévia, aplicar à licitante vencedora as sanções previstas no edital Pregão Presencial nº 08/2018 e demais penalidades previstas na Lei de Licitações e Lei de Pregão.

9.DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. o fornecedor terá seu registro cancelado, assegurado o contraditório e ampla defesa, quando:

- a) não cumprir as obrigações da presente Ata;
- b) não fornecer os materiais no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa aceitável;
- c) não aceitar reduzir seu preço registrado na hipótese de este se apresentar superior aos praticados no mercado;
- d) por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado pela Administração.

9.2.O fornecedor poderá solicitar o cancelamento de seu registro, na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovado.

10.DA PUBLICIDADE

10. Os preços, o fornecedor e as especificações resumidas do objeto, como também as possíveis alterações da presente Ata, serão publicadas pela CONTRATANTE providenciando a publicação respectiva, em resumo, do presente termo, na forma prevista em Lei.

11.DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1. Integram a presente ata o Edital do Pregão n.º 08/2018 e documentos atinentes ao processo licitatório.

12. DO FORO

As controvérsias decorrentes desta Ata serão dirimidas no foro da Comarca de Coronel Freitas – SC, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que venha a ser.

E por estar, assim, justo e avençado, depois de lido e achado conforme, foi o presente instrumento lavrado em três vias de igual teor e forma e assinado pelas partes.

VITORIO GUBERT
Gestor do Fundo Municipal de Saúde

ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA EPP
GILBERTO LUIZ ORLANDINI
CONTRATADA
Testemunhas:

01. _____
Daniela Paula Foletto
CPF 040.267.159-73

02. _____
Giane Smariotto
CPF 060.416.089-55

Publicado conforme Lei Municipal nº 1010/2014.

ATA REGISTRO DE PREÇOS N. 20/2018 FMS

Publicação Nº 1664026

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 20/2018

PROCESSO Nº 08/2018
PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 08/2018
VALIDADE DA ATA REGISTRO DE PREÇOS: até 31/12/2018, podendo ser prorrogada até completar 12 meses.

Aos vinte e cinco dias do mês de junho de 2018 o Município de União do Oeste, através do Fundo Municipal de Saúde, inscrito no CNPJ sob n.º 11.692.396/0001-00, com sede na Rua Chapecó, Centro, União do Oeste, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Gestor Sr. VITÓRIO GUBERT, no uso de suas atribuições e, nos termos do art. 15 da Lei Federal 8.666/93, Decreto municipal n.º 206/2007 e as demais normas legais aplicáveis, de acordo com o resultado da classificação no PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS n.º 08/2018, RESOLVE: Registrar o(s) preço(s) da empresa HB SUL COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA ME, de acordo com a classificação no item por ela alcançado, observadas as condições do edital que integra este instrumento de registro e aquelas enunciadas nas cláusulas que se seguem:

1. DO OBJETO

0.1. A presente ata tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DE HIGIENE, LIMPEZA, COPA, UTENSÍLIOS e GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA ATENDIMENTO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE VISANDO POSSÍVEIS AQUISIÇÕES FUTURAS, conforme itens descritos no quadro abaixo:

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Preço Unitário	Preço Total
29	Detergente Para Limpeza pesada Em Pisos E Pedras Em Geral embalagem Com 5 Litros de boa qualidade.	UN	50,00	class limp	11,00	550,00
63	PAPEL TOALHA, BRANCO INTERFOLHADO, EMB COM 1.000 FOLHAS	PCT.	450,00	ecoopel	6,10	2.745,00

2 . DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. O registro de preços formalizado na presente Ata terá validade a contar da data de assinatura deste instrumento, até 31 de dezembro de 2018, podendo ser prorrogado até completar 12 meses.

3. DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O gerenciamento da presente ata caberá ao Setor de Administração da Prefeitura Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina.

3.2. O gerenciador da presente ata acompanhará a evolução dos preços de mercado, com a finalidade de verificar sua compatibilidade com os preços ora registrados.

3.3 Nesse sentido, a Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

3.4. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, a Administração deverá convocar o fornecedor, visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

3.4.1. Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido, sendo revogada a presente ata de registro de preços, sendo então convocado os demais fornecedores, visando igual oportunidade de negociação;

3.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento, com documentação que faz prova, não puder cumprir o compromisso, a Administração poderá ainda:

I – liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; procedendo a revogação da ata de registro de preços e,

II - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

4. DA ENTREGA

4.1. Durante o prazo de validade da presente ata, a empresa HB SUL COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA ME, a critério do Município de União do Oeste/FMS, de acordo com necessidade, será intimada para entregar os MATERIAIS, sendo os mesmos requeridos através de Autorização de Fornecimento, estando as obrigações assumidas vinculadas à esta Ata.

4.1.1. Expedida a Autorização de fornecimento a entrega deverá ser efetivada em até 05 dias, na Unidade Sanitária de Saúde.

4.2. Se o fornecedor recusar-se a entregar os materiais requeridos, sem justificativa por escrito, caracterizando o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitar-se-á às penalidades legalmente estabelecidas.

4.3. Os materiais somente serão requisitados se houver necessidade dos mesmos.

5. DO PAGAMENTO

5.1. O pagamento será efetuado em Ordem Bancária, mediante depósito na conta corrente da contratada, em até 30 dias após cada entrega

e recebimento da respectiva nota fiscal devidamente recebida e aceita pela municipalidade.

5.2. As despesas decorrentes do fornecimento do objeto da presente licitação correrão à conta da Dotação do orçamento municipal vigente, com as seguintes classificações:

Entidade: 02 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE UNIÃO DO OESTE

Órgão – 11 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade – 01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Projeto Atividade - 2.036 MANUT. ATIV. DA SAÚDE

Elemento de Despesa: 11 e 37 - 3.3.90.00.00.00.00

Projeto Atividade - 2.037 MANUT. BLOCO ATENÇÃO BÁSICA

Elemento de Despesa: 39 - 3.3.90.00.00.00.00

Projeto Atividade - 2.038 MANUT. BLOCO ATENÇÃO BÁSICA VARIÁVEL

Elemento de Despesa: 21 - 3.3.90.00.00.00.00

Projeto Atividade - 2.039 MANUT. BL. MAC. AMB. HODP E LIM. FINANCEIROS

Elemento de Despesa: 24 - 3.3.90.00.00.00.00

Projeto Atividade - 2.040 MANUT. BLOCO VIG. EM SAÚDE

Elemento de Despesa: 26 - 3.3.90.00.00.00.00

Projeto Atividade - 2.043 MANUT. PROGRAMAS DO SUS-ESTADO

Elemento de Despesa: 49 - 3.3.90.00.00.00.00

6. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

6.1. gerenciar a presente Ata, indicando, sempre que solicitado, o nome do fornecedor, o preço, e as especificações dos materiais registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação.

6.2. observar para que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a compatibilidade com as obrigações assumidas.

6.3. conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado, e de aplicação de penalidades.

7. DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

7.1. fornecer os materiais quando solicitados.

7.3. providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo ÓRGÃO GERENCIADOR referentes às condições firmadas na presente Ata.

7.4. manter, durante o prazo de vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas no Edital de Pregão n.º 08/2018.

8. DAS PENALIDADES

8.1. Ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 2 (dois) anos, sem prejuízo das multas previstas no referido edital e das demais cominações referidas no Capítulo IV da Lei n.º 8.666/93, a licitante que, convocada dentro do prazo de validade da presente ata:

- a) Apresentar documento falso ou fizer declaração falsa;
- b) Ensejar o retardamento da execução das obrigações assumidas nesta Ata;
- c) Não mantiver a proposta, injustificadamente;
- d) Falhar ou fraudar na entrega dos materiais;
- e) Comportar-se de modo inidôneo;
- f) Cometer fraude fiscal.

8.2. Pela inexecução total ou parcial das obrigações assumidas nesta Ata, a Administração Municipal, poderá, garantida a defesa prévia, aplicar à licitante vencedora as sanções previstas no edital Pregão Presencial nº 08/2018 e demais penalidades previstas na Lei de Licitações e Lei de Pregão.

9. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. o fornecedor terá seu registro cancelado, assegurado o contraditório e ampla defesa, quando:

- a) não cumprir as obrigações da presente Ata;
- b) não fornecer os materiais no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa aceitável;
- c) não aceitar reduzir seu preço registrado na hipótese de este se apresentar superior aos praticados no mercado;
- d) por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado pela Administração.

9.2.O fornecedor poderá solicitar o cancelamento de seu registro, na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovado.

10.DA PUBLICIDADE

10. Os preços, o fornecedor e as especificações resumidas do objeto, como também as possíveis alterações da presente Ata, serão publicadas pela CONTRATANTE providenciando a publicação respectiva, em resumo, do presente termo, na forma prevista em Lei.

11.DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1. Integram a presente ata o Edital do Pregão n.º 08/2018 e documentos atinentes ao processo licitatório.

12. DO FORO

As controvérsias decorrentes desta Ata serão dirimidas no foro da Comarca de Coronel Freitas – SC, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que venha a ser.

E por estar, assim, justo e avençado, depois de lido e achado conforme, foi o presente instrumento lavrado em três vias de igual teor e forma e assinado pelas partes.

VITORIO GUBERT
Gestor do Fundo Municipal de Saúde

HB SUL COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA ME
AMARILDO PAIM HENRIQUE
CONTRATADA
Testemunhas:

01. _____ 02. _____
Daniela Paula Foletto Giane Smaniotto
CPF 040.267.159-73 CPF 060.416.089-55

Publicado conforme Lei Municipal nº 1010/2014.

ATA REGISTRO DE PREÇOS N. 21/2018 FMS

Publicação Nº 1664027

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 21/2018

PROCESSO Nº 08/2018
PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 08/2018
VALIDADE DA ATA REGISTRO DE PREÇOS: até 31/12/2018, podendo ser prorrogada até completar 12 meses.

Aos vinte e cinco dias do mês de junho de 2018 o Município de União do Oeste, através do Fundo Municipal de Saúde, inscrito no CNPJ sob n.º 11.692.396/0001-00, com sede na Rua Chapecó, Centro, União do Oeste, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Gestor Sr. VITÓRIO GUBERT, no uso de suas atribuições e, nos termos do art. 15 da Lei Federal 8.666/93, Decreto municipal n.º 206/2007 e as demais normas legais aplicáveis, de acordo com o resultado da classificação no PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS n.º 08/2018, RESOLVE: Registrar o(s) preço(s) da empresa LEANDRO APARECIDO DE PAULA ME, de acordo com a classificação no item por ela alcançado, observadas as condições do edital que integra este instrumento de registro e aquelas enunciadas nas cláusulas que se seguem:

1. DO OBJETO

0.1. A presente ata tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DE HIGIENE, LIMPEZA, COPA, UTENSÍLIOS e GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA ATENDIMENTO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE VISANDO POSSÍVEIS AQUISIÇÕES FUTURAS, conforme itens descritos no quadro abaixo:

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Co-tada	Marca	Preço Unitário	Preço Total
3	ÁGUA SANITÁRIA, EMBALAGEM DE 02 LITROS	UNI	350,00	GLAMOUR	5,15	1.802,50
4	AMACIANTE DE ROUPAS - frasco com 02 litros	UN	120,00	GLAMOUR	5,00	600,00
28	DETERGENTE LIQUIDO PARA LOUÇAS, EMBALAGEM DE 500 ML	UN	120,00	GLAMOUR	2,05	246,00
80	SABONETE LIQUIDO, EMBALAGEM DE 05 LITROS	UN	50,00	GLAMOUR	25,35	1.267,50

2 . DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. O registro de preços formalizado na presente Ata terá validade a contar da data de assinatura deste instrumento, até 31 de dezembro de 2018, podendo ser prorrogado até completar 12 meses.

3. DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O gerenciamento da presente ata caberá ao Setor de Administração da Prefeitura Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina.

3.2. O gerenciador da presente ata acompanhará a evolução dos preços de mercado, com a finalidade de verificar sua compatibilidade com os preços ora registrados.

3.3 Nesse sentido, a Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

3.4. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, a Administração deverá convocar o fornecedor, visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

3.4.1. Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido, sendo revogada a presente ata de registro de preços, sendo então convocado os demais fornecedores, visando igual oportunidade de negociação;

3.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento, com documentação que faz prova, não puder cumprir o compromisso, a Administração poderá ainda:

I – liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; procedendo a revogação da ata de registro de preços e,

II - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

4. DA ENTREGA

4.1. Durante o prazo de validade da presente ata, a empresa LEANDRO APARECIDO DE PAULA ME, a critério do Município de União do Oeste/FMS, de acordo com necessidade, será intimada para entregar os MATERIAIS, sendo os mesmos requeridos através de Autorização de Fornecimento, estando as obrigações assumidas vinculadas à esta Ata.

4.1.1. Expedida a Autorização de fornecimento a entrega deverá ser efetivada em até 05 dias, na Unidade Sanitária de Saúde.

4.2. Se o fornecedor recusar-se a entregar os materiais requeridos, sem justificativa por escrito, caracterizando o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitar-se-á às penalidades legalmente estabelecidas.

4.3. Os materiais somente serão requisitados se houver necessidade dos mesmos.

5. DO PAGAMENTO

5.1. O pagamento será efetuado em Ordem Bancária, mediante depósito na conta corrente da contratada, em até 30 dias após cada entrega e recebimento da respectiva nota fiscal devidamente recebida e aceita pela municipalidade.

5.2. As despesas decorrentes do fornecimento do objeto da presente licitação correrão à conta da Dotação do orçamento municipal vigente, com as seguintes classificações:

Entidade: 02 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE UNIÃO DO OESTE

Órgão – 11 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade – 01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Projeto Atividade - 2.036 MANUT. ATIV. DA SAÚDE

Elemento de Despesa: 11 e 37 - 3.3.90.00.00.00.00.00

Projeto Atividade - 2.037 MANUT. BLOCO ATENÇÃO BÁSICA

Elemento de Despesa: 39 - 3.3.90.00.00.00.00.00

Projeto Atividade - 2.038 MANUT. BLOCO ATENÇÃO BÁSICA VARIÁVEL

Elemento de Despesa: 21 - 3.3.90.00.00.00.00.00

Projeto Atividade - 2.039 MANUT. BL MAC AMB. HODP E LIM. FINANCEIROS

Elemento de Despesa: 24 - 3.3.90.00.00.00.00.00

Projeto Atividade - 2.040 MANUT. BLOCO VIG. EM SAÚDE

Elemento de Despesa: 26 - 3.3.90.00.00.00.00.00

Projeto Atividade - 2.043 MANUT. PROGRAMAS DO SUS-ESTADO

Elemento de Despesa: 49- 3.3.90.00.00.00.00.00

6. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

6.1. gerenciar a presente Ata, indicando, sempre que solicitado, o nome do fornecedor, o preço, e as especificações dos materiais registrados,

observada a ordem de classificação indicada na licitação.

6.2. observar para que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a compatibilidade com as obrigações assumidas.

6.3. conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado, e de aplicação de penalidades.

7. DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

7.1. fornecer os materiais quando solicitados.

7.3. providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo ÓRGÃO GERENCIADOR referentes às condições firmadas na presente Ata.

7.4. manter, durante o prazo de vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas no Edital de Pregão n.º 08/2018.

8. DAS PENALIDADES

8.1. Ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 2 (dois) anos, sem prejuízo das multas previstas no referido edital e das demais cominações referidas no Capítulo IV da Lei n.º 8.666/93, a licitante que, convocada dentro do prazo de validade da presente ata:

- a) Apresentar documento falso ou fizer declaração falsa;
- b) Ensejar o retardamento da execução das obrigações assumidas nesta Ata;
- c) Não mantiver a proposta, injustificadamente;
- d) Falhar ou fraudar na entrega dos materiais;
- e) Comportar-se de modo inidôneo;
- f) Cometer fraude fiscal.

8.2. Pela inexecução total ou parcial das obrigações assumidas nesta Ata, a Administração Municipal, poderá, garantida a defesa prévia, aplicar à licitante vencedora as sanções previstas no edital Pregão Presencial nº 08/2018 e demais penalidades previstas na Lei de Licitações e Lei de Pregão.

9. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. o fornecedor terá seu registro cancelado, assegurado o contraditório e ampla defesa, quando:

- a) não cumprir as obrigações da presente Ata;
- b) não fornecer os materiais no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa aceitável;
- c) não aceitar reduzir seu preço registrado na hipótese de este se apresentar superior aos praticados no mercado;
- d) por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado pela Administração.

9.2. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento de seu registro, na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovado.

10. DA PUBLICIDADE

10. Os preços, o fornecedor e as especificações resumidas do objeto, como também as possíveis alterações da presente Ata, serão publicadas pela CONTRATANTE providenciando a publicação respectiva, em resumo, do presente termo, na forma prevista em Lei.

11. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1. Integram a presente ata o Edital do Pregão n.º 08/2018 e documentos atinentes ao processo licitatório.

12. DO FORO

As controvérsias decorrentes desta Ata serão dirimidas no foro da Comarca de Coronel Freitas – SC, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que venha a ser.

E por estar, assim, justo e avençado, depois de lido e achado conforme, foi o presente instrumento lavrado em três vias de igual teor e forma e assinado pelas partes.

VITORIO GUBERT
Gestor do Fundo Municipal de Saúde

LEANDRO APARECIDO DE PAULA ME
LEANDRO APARECIDO DE PAULA
CONTRATADA
Testemunhas:

01. _____ 02. _____
Daniela Paula Foletto Giane Smaniotto
CPF 040.267.159-73 CPF 060.416.089-55

Publicado conforme Lei Municipal nº 1010/2014.

ATA REGISTRO DE PREÇOS N. 22/2018 FMS

Publicação Nº 1664029

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 22/2018

PROCESSO Nº 08/2018

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 08/2018

VALIDADE DA ATA REGISTRO DE PREÇOS: até 31/12/2018, podendo ser prorrogada até completar 12 meses.

Aos vinte e cinco dias do mês de junho de 2018 o Município de União do Oeste, através do Fundo Municipal de Saúde, inscrito no CNPJ sob n.º 11.692.396/0001-00, com sede na Rua Chapecó, Centro, União do Oeste, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Gestor Sr. VITÓRIO GUBERT, no uso de suas atribuições e, nos termos do art. 15 da Lei Federal 8.666/93, Decreto municipal n.º 206/2007 e as demais normas legais aplicáveis, de acordo com o resultado da classificação no PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS n.º 08/2018, RESOLVE: Registrar o(s) preço(s) da empresa SCS COMERCIO LTDA EPP, de acordo com a classificação no item por ela alcançado, observadas as condições do edital que integra este instrumento de registro e aquelas enunciadas nas cláusulas que se seguem:

1. DO OBJETO

0.1. A presente ata tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DE HIGIENE, LIMPEZA, COPA, UTENSÍLIOS e GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA ATENDIMENTO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE VISANDO POSSÍVEIS AQUISIÇÕES FUTURAS, conforme itens descritos no quadro abaixo:

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Preço Uni- tário	Preço Total
7	APARELHO DE BARBEAR 02 LAMINAS DESCARTAVEL, CABEÇA OVAL, FITA LUBRIFICANTE. EMBALAGEM COM 02 UNIDADES	UN	200,00	PROBAK	5,55	1.110,00
9	BALDE PLÁSTICO REFORÇADO CAPACIDADE 15 LT	UN	20,00	ARQPLAST	18,10	362,00
17	BOTA DE BORRACHA, CANO ALTO, COR BRANCA, TAM. 36 À 42	PAR	10,00	PEGA FORTE	43,50	435,00
23	COPO PLÁSTICO PARA AGUA, (180 ML), atóxico, descartavel com capacidade para 180 ml, em pacotes com 100 unidades	PT	650,00	COPOSUL	4,16	2.704,00
24	COTONETES HASTES FLEXIVEIS, EMBALAGEM COM 75 UNIDADES	UN	50,00	ANJINHO	1,92	96,00
26	DESINFETANTE PARA LIMPEZA, FRAGÂNCIAS DIVERSAS, EMBALAGEM DE 02 LITROS.	UN	200,00	LIRIO	4,86	972,00
27	DESODORIZADOR DE AMBIENTES 360 ML, INOFENSIVO A CAMADA DE OZÔNIO, PULVERIZADOS ESSENCIAS NATURAIS	UN	100,00	ULTRA FRESH	9,83	983,00
33	FRALDA DESCARTAVEL TAM RN ATÉ 4,5 KG, SUAVE COMO ALGODÃO, CAMADA QUE RETEM COCÔ, COM LOÇÃO HIPOALERGENICA, ULTRA FINO E ULTRA ABSORVENTE, LATERAIS ELÁSTICAS PARA UM AJUSTE MAIS SEGURO, CORTE PARA O UMBIGO. EMB COM 20 UN	PT	100,00	ANJINHO	20,90	2.090,00
34	GARRAFA TÉRMICA COM ALÇA E TAMPA, CAPACIDADE P/ 1,8LTS, CORPO REVESTIDO DE PLÁSTICO CONTRA IMPACTO.	UN	2,00	MOR	58,90	117,80
44	LIMPA VIDROS COM GATILHO, EMBALAGEM DE 500 ML	UN	100,00	LIRIO	8,65	865,00

61	PAPEL HIGIENICO 4 ROLOS C/ 60METROS, FOLHA DUPLA, BRANCA, MACIO, FIBRASAS 100% NATURAIS DE BOA ABSORÇÃO E DE BOA QUALIDADE	PT	550,00	FOFINHO 30MT	7,83	4.306,50
67	PEDRA SANITARIA, FRAGANCIAS DIVERSAS, EMB COM 20 GRAMAS	UN	100,00	PERFECT	1,10	110,00
74	RODO DE ESPUMA COM FIBRA ABRASIVA BASE DE 40 CM	UN	30,00	DESAFIO	10,20	306,00
77	SABÃO EM BARRA, PACOTE C/ 05 UND DE 200 GR	PT	10,00	ZAVASKI	7,65	76,50
78	SABÃO EM PÓ DE BOA QUALIDADE, EMBALAGEM DE 01 KG	KG	300,00	SURF	8,75	2.625,00
81	SACO BRANCO ALVEJADO 100% algodão.Tamanho mínimo de 45 x 70 cm. Validade indeterminada	UN	60,00	MARTINS	6,40	384,00
86	SAPONÁCEO LIQUIDO, EMBALAGEM COM 300 ML, FRAGÂNCIAS DIVERSAS	UN	150,00	PERFECT	5,10	765,00
90	SUCO EM PO, SABORES DIVERSOS, EMBALAAGEM COM 300 GR	UN	80,00	MAXUL	6,15	492,00

2 . DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. O registro de preços formalizado na presente Ata terá validade a contar da data de assinatura deste instrumento, até 31 de dezembro de 2018, podendo ser prorrogado até completar 12 meses.

3. DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O gerenciamento da presente ata caberá ao Setor de Administração da Prefeitura Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina.

3.2. O gerenciador da presente ata acompanhará a evolução dos preços de mercado, com a finalidade de verificar sua compatibilidade com os preços ora registrados.

3.3 Nesse sentido, a Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

3.4. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, a Administração deverá convocar o fornecedor, visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

3.4.1. Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido, sendo revogada a presente ata de registro de preços, sendo então convocado os demais fornecedores, visando igual oportunidade de negociação;

3.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento, com documentação que faz prova, não puder cumprir o compromisso, a Administração poderá ainda:

I – liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; procedendo a revogação da ata de registro de preços e,

II - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

4. DA ENTREGA

4.1. Durante o prazo de validade da presente ata, a empresa SCS COMERCIO LTDA EPP, a critério do Município de União do Oeste/FMS, de acordo com necessidade, será intimada para entregar os MATERIAIS, sendo os mesmos requeridos através de Autorização de Fornecimento, estando as obrigações assumidas vinculadas à esta Ata.

4.1.1. Expedida a Autorização de fornecimento a entrega deverá ser efetivada em até 05 dias, na Unidade Sanitária de Saúde.

4.2. Se o fornecedor recusar-se a entregar os materiais requeridos, sem justificativa por escrito, caracterizando o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitar-se-á às penalidades legalmente estabelecidas.

4.3. Os materiais somente serão requisitados se houver necessidade dos mesmos.

5. DO PAGAMENTO

5.1. O pagamento será efetuado em Ordem Bancária, mediante depósito na conta corrente da contratada, em até 30 dias após cada entrega e recebimento da respectiva nota fiscal devidamente recebida e aceita pela municipalidade.

5.2. As despesas decorrentes do fornecimento do objeto da presente licitação correrão à conta da Dotação do orçamento municipal vigente, com as seguintes classificações:

Entidade: 02 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE UNIÃO DO OESTE
Órgão – 11 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade – 01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Projeto Atividade - 2.036 MANUT. ATIV. DA SAÚDE
Elemento de Despesa: 11 e 37 - 3.3.90.00.00.00.00.00
Projeto Atividade - 2.037 MANUT. BLOCO ATENÇÃO BÁSICA
Elemento de Despesa: 39 - 3.3.90.00.00.00.00.00
Projeto Atividade - 2.038 MANUT. BLOCO ATENÇÃO BÁSICA VARIÁVEL
Elemento de Despesa: 21 - 3.3.90.00.00.00.00.00
Projeto Atividade - 2.039 MANUT. BL MAC AMB. HODP E LIM. FINANCEIROS
Elemento de Despesa: 24 - 3.3.90.00.00.00.00.00
Projeto Atividade - 2.040 MANUT. BLOCO VIG. EM SAÚDE
Elemento de Despesa: 26 - 3.3.90.00.00.00.00.00
Projeto Atividade - 2.043 MANUT. PROGRAMAS DO SUS-ESTADO
Elemento de Despesa: 49- 3.3.90.00.00.00.00.00
6. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

6.1. gerenciar a presente Ata, indicando, sempre que solicitado, o nome do fornecedor, o preço, e as especificações dos materiais registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação.

6.2. observar para que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a compatibilidade com as obrigações assumidas.

6.3. conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado, e de aplicação de penalidades.

7. DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

7.1. fornecer os materiais quando solicitados.

7.3. providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo ÓRGÃO GERENCIADOR referentes às condições firmadas na presente Ata.

7.4. manter, durante o prazo de vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas no Edital de Pregão n.º 08/2018.

8. DAS PENALIDADES

8.1. Ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 2 (dois) anos, sem prejuízo das multas previstas no referido edital e das demais cominações referidas no Capítulo IV da Lei n.º 8.666/93, a licitante que, convocada dentro do prazo de validade da presente ata:

- a) Apresentar documento falso ou fazer declaração falsa;
- b) Ensejar o retardamento da execução das obrigações assumidas nesta Ata;
- c) Não manter a proposta, injustificadamente;
- d) Falhar ou fraudar na entrega dos materiais;
- e) Comportar-se de modo inidôneo;
- f) Cometer fraude fiscal.

8.2. Pela inexecução total ou parcial das obrigações assumidas nesta Ata, a Administração Municipal, poderá, garantida a defesa prévia, aplicar à licitante vencedora as sanções previstas no edital Pregão Presencial nº 08/2018 e demais penalidades previstas na Lei de Licitações e Lei de Pregão.

9. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. o fornecedor terá seu registro cancelado, assegurado o contraditório e ampla defesa, quando:

- a) não cumprir as obrigações da presente Ata;
- b) não fornecer os materiais no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa aceitável;
- c) não aceitar reduzir seu preço registrado na hipótese de este se apresentar superior aos praticados no mercado;
- d) por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado pela Administração.

9.2. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento de seu registro, na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovado.

10. DA PUBLICIDADE

10. Os preços, o fornecedor e as especificações resumidas do objeto, como também as possíveis alterações da presente Ata, serão

publicadas pela CONTRATANTE providenciará a publicação respectiva, em resumo, do presente termo, na forma prevista em Lei.

11.DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1. Integram a presente ata o Edital do Pregão n.º 08/2018 e documentos atinentes ao processo licitatório.

12. DO FORO

As controvérsias decorrentes desta Ata serão dirimidas no foro da Comarca de Coronel Freitas – SC, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que venha a ser.

E por estar, assim, justo e avençado, depois de lido e achado conforme, foi o presente instrumento lavrado em três vias de igual teor e forma e assinado pelas partes.

VITORIO GUBERT

Gestor do Fundo Municipal de Saúde

SCS COMERCIO LTDA EPP

SOLANGE CASTANHA SCHIMELFENIG

CONTRATADA

Testemunhas:

01. _____

Daniela Paula Foletto
CPF 040.267.159-73

02. _____

Giane Smaniotto
CPF 060.416.089-55

Publicado conforme Lei Municipal nº 1010/2014.

ATA REGISTRO DE PREÇOS N. 23/2018 FMS

Publicação Nº 1664031

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 22/2018

PROCESSO Nº 08/2018

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 08/2018

VALIDADE DA ATA REGISTRO DE PREÇOS: até 31/12/2018, podendo ser prorrogada até completar 12 meses.

Aos vinte e cinco dias do mês de junho de 2018 o Município de União do Oeste, através do Fundo Municipal de Saúde, inscrito no CNPJ sob n.º 11.692.396/0001-00, com sede na Rua Chapecó, Centro, União do Oeste, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Gestor Sr. VITÓRIO GUBERT, no uso de suas atribuições e, nos termos do art. 15 da Lei Federal 8.666/93, Decreto municipal n.º 206/2007 e as demais normas legais aplicáveis, de acordo com o resultado da classificação no PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS n.º 08/2018, RESOLVE: Registrar o(s) preço(s) da empresa SCS COMERCIO LTDA EPP, de acordo com a classificação no item por ela alcançado, observadas as condições do edital que integra este instrumento de registro e aquelas enunciadas nas cláusulas que se seguem:

1. DO OBJETO

0.1. A presente ata tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DE HIGIENE, LIMPEZA, COPA, UTENSÍLIOS e GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA ATENDIMENTO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE VISANDO POSSÍVEIS AQUISIÇÕES FUTURAS, conforme itens descritos no quadro abaixo:

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Preço Unitário	Preço Total
1	ABACAXI	UN	80,00		7,40	592,00
2	AÇUCAR CRISTAL, EMBALAGEM DE 05 KILOS	PT	30,00	DAJU	10,85	325,50
5	AMENDOIM PACOTES COM 500 GRAMAS	UN	20,00	PARNOFF	4,08	81,60
6	AMIDO DE MILHO 500 GRAMAS	UN	5,00	DAJU	4,15	20,75
8	APRESUNTADO DE CARNE SUINA, COM REGISTRO NO MINISTERIO DA AGRICULTURA	KG	20,00	COPAVEL	16,87	337,40
10	BANANA PRATA SEMI MADURA	KG	200,00		4,60	920,00
11	BANDEJA RETANGULAR EM ACRILICO 40X30 CM	UN	4,00	ARPLAST	19,65	78,60

12	BEBIDA LACTEA EMBALAGEM COM 950 GR SABORES DIVERSOS - GARRAFA	UN	50,00	DANINHA	5,35	267,50
13	BISCOITO DE MANTEIGA	KG	80,00	CASAREDO	15,23	1.218,40
14	BISCOITO SALGADO INTEGRAL, EMB. DE 400GR	PT	40,00	CASAREDO	5,80	232,00
18	CAFÉ SOLUVEL, EMBALAGEM DE 200 GRAMAS	UN	30,00	PELE	11,90	357,00
19	CAIXA ORGANIZADORA EM PLASTICO TRANSPARENTE 13,5 LITROS, COM TAMPA DIMENSÕES MÍNIMAS DE A x C x L: 14,4 x 42,5 x 30,5cm.	UN	10,00	RICHOTOO	46,50	465,00
20	CAIXA ORGANIZADORA EM PLASTICO TRANSPARENTE 30 LITROS, COM TAMPA DIMENSÕES MÍNIMAS DE 30,7X30,5X5 CM (AxLxP)	UN	5,00	RICHOTOO	33,00	165,00
21	CHÁ, SABORESS DIVERSOS CAIXA COM 10 GR	CX	50,00	GOSTOZZO	3,22	161,00
22	CHALEIRA EM INOX, CAPACIDADE 2 LT	UN	2,00	DISUL	46,50	93,00
25	CREME DE LEITE, EMBALAGEM 200GR	UN	30,00	PIRACANJUBA	2,47	74,10
31	ESPONJA CUPLA FACE C/ 3 UNIDADES	PT	120,00	GOTA LIMPA	3,80	456,00
32	FERMENTO EM PÓ, EMBALAGEM COM 100 GR	UN	30,00	APTI	3,00	90,00
35	GAS DE COZINHA 13 QUILOS, recarga	CARG	15,00	SUPERGAS	80,20	1.203,00
36	GELATINA, SABORES DIVERSOS, EMBALAGEM COM 35 GRS	UN	80,00	APTI	0,92	73,60
37	GELEIA DIET DE FRUTAS, EMB. COM 200 GR	UN	10,00	APTI	8,80	88,00
39	JARRA DE VIDRO 1,5 LITROS	UN	2,00	CISPER	21,90	43,80
40	JARRA DE VIDRO 2 LT	UN	2,00	CISPER	34,00	68,00
41	KIWI	KG	100,00		14,30	1.430,00
42	LEITE CONDENSADO, EMBALAGEM 395 GRAMAS	UN	30,00	ITALAC	3,67	110,10
43	LEITE INTEGRAL EMBALAGEM LONGA VIDA DE 1 LITRO, COM REGISTRO NO MINISTERIO DA AGRICULTURA	LT	60,00	REALTA	2,80	168,00
45	LIXEIRA BASCULANTE RETANGULAR, 10 LTS EM PLASTICO RESISTENTE, COM TAMPA E PEDAL DIMENSÕES DE 23,7x17,2x40,9. TAMPA VAI E VEM DE FACIL UTILIZAÇÃO. CORES CLARAS	UN	10,00	JUNDIAI	25,85	258,50
49	MAÇA, NACIONAL	KG	120,00		4,47	536,40
50	MAMÃO, VARIEDADE FORMOSA	KG	200,00		4,05	810,00
51	MANGA (FRUTA)	KG	60,00		4,52	271,20
52	MARGARINA LIGHT, EMBALAGEM 500 GR	UN	10,00	DELICIA	5,47	54,70
53	MELANCIA	KG	400,00		1,77	708,00
54	MELÃO AMARELO	KG	200,00		3,40	680,00
55	MORANGO - BANDEJA COM 200 GR	UN	50,00		6,37	318,50
68	PILHA ALCALINA AAA EMBALAGEM COM 02 UNIDADES	UN	100,00	PANASSONIC	5,90	590,00
69	PILHA ALCALINA TAMANHO AA, EMBALAGEM COM 2 UNIDADES	JOG	250,00	PANASSONIC	4,92	1.230,00
70	PRENDEDOR DE ROUPA, de plástico,tamanho mínimo de 10 cm, pacote com 12 unid.Validade indeterminada	PT	20,00	CRISTAL	4,73	94,60
71	PRESUNTO FATIADO EMBALAGEM DE 150 GR	UN	300,00	COPAVEL	5,90	1.770,00
72	QUEIJO LANCHE FATIADO, EMB COM 150 GR	PT	300,00	CARLITOS	4,97	1.491,00
79	SABONETE GLICERINADO PARA BEBE, 80 GR PARA PELE DELICADA	UN	40,00	MONICA	3,22	128,80
87	SHAMPOO PARA BEBE, SUAVE, TESTADO OFTALMO E DERMATOLOGICAMENTE, EMBALAGEM COM 200 ML	UN	35,00	ANJINHO	11,75	411,25

88	SUCO DE SOJA, EMBALAGEM 1 LT, DIVERSOS SABORES	UN	80,00	ADES	5,25	420,00
91	TIJELA DE VIDRO REDONDA, FUNDA COM CAPACIDADE PARA 1,5 LITROS	UN	1,00	MARINEX	32,40	32,40
92	TIJELA DE VIDRO REDONDA, FUNDA, COM CAPACIDADE PARA 1 LITRO	UN	1,00	MARINEX	24,98	24,98
93	TIJELA DE VIDRO TIPO BOWL, CAPACIDADE 2,4 LITROS, COM MEDIDAS MÍNIMAS DE 26X26X14,7CM	UN	1,00	MARINEX	33,90	33,90
94	TIJELA DE VIDRO, RETANGULAR, FUNDA, COM CAPACIDADE PARA 700ML	UN	1,00	MARINEX	28,72	28,72
96	TOMATE SEMI MADURO	KG	40,00		5,35	214,00
97	TORRADA INTEGRAL EMB. COM 160 GR	UN	50,00	ISABELA	2,82	141,00
98	UVA DE MESA BENITAKA ROSE	KG	30,00		12,33	369,90
99	VASSOURA DE NYLON BASE 30 CM	UN	20,00	LIMPAMANIA	11,60	232,00

2. DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. O registro de preços formalizado na presente Ata terá validade a contar da data de assinatura deste instrumento, até 31 de dezembro de 2018, podendo ser prorrogado até completar 12 meses.

3. DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O gerenciamento da presente ata caberá ao Setor de Administração da Prefeitura Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina.

3.2. O gerenciador da presente ata acompanhará a evolução dos preços de mercado, com a finalidade de verificar sua compatibilidade com os preços ora registrados.

3.3 Nesse sentido, a Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

3.4. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, a Administração deverá convocar o fornecedor, visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

3.4.1. Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido, sendo revogada a presente ata de registro de preços, sendo então convocado os demais fornecedores, visando igual oportunidade de negociação;

3.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento, com documentação que faz prova, não puder cumprir o compromisso, a Administração poderá ainda:

I – liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; procedendo a revogação da ata de registro de preços e,

II - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

4. DA ENTREGA

4.1. Durante o prazo de validade da presente ata, a empresa SUPERMERCADO WILLIAN LTDA ME, a critério do Município de União do Oeste/FMS, de acordo com necessidade, será intimada para entregar os MATERIAIS, sendo os mesmos requeridos através de Autorização de Fornecimento, estando as obrigações assumidas vinculadas à esta Ata.

4.1.1. Expedida a Autorização de fornecimento a entrega deverá ser efetivada em até 05 dias, na Unidade Sanitária de Saúde.

4.2. Se o fornecedor recusar-se a entregar os materiais requeridos, sem justificativa por escrito, caracterizando o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitar-se-á às penalidades legalmente estabelecidas.

4.3. Os materiais somente serão requisitados se houver necessidade dos mesmos.

5. DO PAGAMENTO

5.1. O pagamento será efetuado em Ordem Bancária, mediante depósito na conta corrente da contratada, em até 30 dias após cada entrega e recebimento da respectiva nota fiscal devidamente recebida e aceita pela municipalidade.

5.2. As despesas decorrentes do fornecimento do objeto da presente licitação correrão à conta da Dotação do orçamento municipal vigente, com as seguintes classificações:

Entidade: 02 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE UNIÃO DO OESTE

Órgão – 11 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade – 01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Projeto Atividade - 2.036 MANUT. ATIV. DA SAÚDE
Elemento de Despesa: 11 e 37 - 3.3.90.00.00.00.00.00
Projeto Atividade - 2.037 MANUT. BLOCO ATENÇÃO BÁSICA
Elemento de Despesa: 39 - 3.3.90.00.00.00.00.00
Projeto Atividade - 2.038 MANUT. BLOCO ATENÇÃO BÁSICA VARIÁVEL
Elemento de Despesa: 21 - 3.3.90.00.00.00.00.00
Projeto Atividade - 2.039 MANUT. BL. MAC. AMB. HODP E LIM. FINANCEIROS
Elemento de Despesa: 24 - 3.3.90.00.00.00.00.00
Projeto Atividade - 2.040 MANUT. BLOCO VIG. EM SAÚDE
Elemento de Despesa: 26 - 3.3.90.00.00.00.00.00
Projeto Atividade - 2.043 MANUT. PROGRAMAS DO SUS-ESTADO
Elemento de Despesa: 49- 3.3.90.00.00.00.00.00
6. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

6.1. gerenciar a presente Ata, indicando, sempre que solicitado, o nome do fornecedor, o preço, e as especificações dos materiais registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação.

6.2. observar para que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a compatibilidade com as obrigações assumidas.

6.3. conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado, e de aplicação de penalidades.

7. DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

7.1. fornecer os materiais quando solicitados.

7.3. providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo ÓRGÃO GERENCIADOR referentes às condições firmadas na presente Ata.

7.4. manter, durante o prazo de vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas no Edital de Pregão n.º 08/2018.

8. DAS PENALIDADES

8.1. Ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 2 (dois) anos, sem prejuízo das multas previstas no referido edital e das demais cominações referidas no Capítulo IV da Lei n.º 8.666/93, a licitante que, convocada dentro do prazo de validade da presente ata:

- a) Apresentar documento falso ou fizer declaração falsa;
- b) Ensejar o retardamento da execução das obrigações assumidas nesta Ata;
- c) Não mantiver a proposta, injustificadamente;
- d) Falhar ou fraudar na entrega dos materiais;
- e) Comportar-se de modo inidôneo;
- f) Cometer fraude fiscal.

8.2. Pela inexecução total ou parcial das obrigações assumidas nesta Ata, a Administração Municipal, poderá, garantida a defesa prévia, aplicar à licitante vencedora as sanções previstas no edital Pregão Presencial nº 08/2018 e demais penalidades previstas na Lei de Licitações e Lei de Pregão.

9. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. o fornecedor terá seu registro cancelado, assegurado o contraditório e ampla defesa, quando:

- a) não cumprir as obrigações da presente Ata;
- b) não fornecer os materiais no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa aceitável;
- c) não aceitar reduzir seu preço registrado na hipótese de este se apresentar superior aos praticados no mercado;
- d) por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado pela Administração.

9.2. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento de seu registro, na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovado.

10. DA PUBLICIDADE

10. Os preços, o fornecedor e as especificações resumidas do objeto, como também as possíveis alterações da presente Ata, serão publicadas pela CONTRATANTE providenciando a publicação respectiva, em resumo, do presente termo, na forma prevista em Lei.

11.DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1. Integram a presente ata o Edital do Pregão n.º 08/2018 e documentos atinentes ao processo licitatório.

12. DO FORO

As controvérsias decorrentes desta Ata serão dirimidas no foro da Comarca de Coronel Freitas – SC, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que venha a ser.

E por estar, assim, justo e avençado, depois de lido e achado conforme, foi o presente instrumento lavrado em três vias de igual teor e forma e assinado pelas partes.

VITORIO GUBERT

Gestor do Fundo Municipal de Saúde

SUPERMERCADO WILLIAN LTDA ME

ELIZANDRA GIOVANONI RIGO

CONTRATADA

Testemunhas:

01. _____

Daniela Paula Foletto

CPF 040.267.159-73

02 _____

Giane Smaniotto

CPF 060.416.089-55

Publicado conforme Lei Municipal nº 1010/2014.

DECRETO N. 3841/2018

Publicação Nº 1664259

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE

DECRETO MUNICIPAL Nº. 3.841/2018, DE 21 DE JUNHO DE 2018.

		DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.				
		"O Senhor CELSO MATIELLO, Prefeito Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e, em acordo com a Lei 1097/2017;				
		DECRETA:				

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no Orçamento do Município de União do Oeste para o Exercício de 2018 no valor de R\$ 132.332,44 (cento e trinta e dois mil, trezentos e trinta e dois reais e quarenta e quatro centavos) oriundos do superávit do exercício anterior (2017), destinado a suplementar os seguintes projetos/atividades e respectivas modalidades de despesa em fontes de recursos específicas:

ADICIONAR DOTAÇÕES					
Órgão: 06 - FUNDO MUNICIPAL DE SASSISTÊNCIA SOCIAL					
Unidade Orçamentária: 06.03 – Fundo Municipal de Habitação					
FUNÇÃO: 16 Habitação - SUBFUNÇÃO: 482 Habitação Urbana					
Projeto Atividade: 1.056 - Apoio Ao Sistema Habitacional					
170 - Aplicações Diretas - 4.4.90.00.00.00.00.03.0000					132.332,44
TOTAL SUPLEMENTADO				132.332,44

Art. 2º. Para dar cobertura ao crédito adicional suplementar do Artigo 1º, serão utilizados recursos do superávit financeiro do exercício de 2017, originados das seguintes fontes de recursos:

ORIGEM DOS RECURSOS				
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO OESTE				
Código do Recurso	Código -Detalhamento		Descrição dos Recursos	Saldo Utilizado - Superávit (R\$)
00.03.0000	00	Sem detalhamento das destinações de recursos	Superávit - Recursos Ordinários	132.332,44
TOTAL DE RECURSOS			132.332,44

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

CELSO MATIELLO

Prefeito Municipal

Registrado em data supra e publicado conforme Lei Municipal N.º 1010/2014.

DECRETO N. 3842/2018

Publicação Nº 1663805

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO OESTE

DECRETO MUNICIPAL N.º 3.842, de 25 de Junho de 2018.

Concede Férias de Direito a Conselheira Tutelar do Município de União do Oeste e dá outras providências.

CELSO MATIELLO, Prefeito Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o Artigo 73. da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o Paragrafo 2º do Artigo 26 da Lei Municipal 958/2013 de 18 de março 2013,

DECRETA:

Art.1º Ficam concedidos 30 (trinta) dias de férias a Conselheira Tutelar, IVONETE ADOLFO ROSARIO, a serem gozadas no período de 01/07/2018 à 30/07/2018, relativas ao período aquisitivo de 18/09/2016 à 17/09/2017.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta do orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de União do Oeste, em 25 de Junho de 2018.

CELSO MATIELLO

Prefeito Municipal

Registrado em data supra e publicado conforme lei municipal Nº 1010/2014.

DECRETO N. 3843/2018

Publicação Nº 1663807

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO OESTE

DECRETO MUNICIPAL N.º 3.843, de 25 de junho 2018.

Concede Férias de Direito ao Servidor(a) Público(a) Municipal e dá outras providências.

CELSO MATIELLO, Prefeito Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o Artigo 73. da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o Artigo 61 da Lei Complementar N.º 093, de 21 de setembro de 2015,

DECRETA:

Art.1º Ficam concedidos 15 (quinze) dias de férias ao Servidor(a) Público(a) Municipal, EDICIANE CRISTINA CRISTIANO BELLÉ, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo da Saúde, 40 horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Saúde, a serem gozadas no período de 09/07/2018 a 23/07/2018, relativas ao período aquisitivo de 01/09/2016 à 31/08/2017.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta do orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de União do Oeste, em 25 de junho 2018.

CELSO MATIELLO

Prefeito Municipal

Registrado em data supra e publicado conforme lei municipal Nº 1010/2014.

DECRETO N. 3844/2018

Publicação Nº 1663808

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO OESTE

DECRETO MUNICIPAL N.º 3.845, de 25 de junho 2018.

Concede Férias de Direito ao Servidor(a) Público(a) Municipal e dá outras providências.

CELSO MATIELLO, Prefeito Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o Artigo 73. da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o Artigo 61 da Lei Complementar N.º 093, de 21 de setembro de 2015,

DECRETA:

Art.1º Ficam concedidos 30 (trinta) dias de férias ao Servidor(a) Público(a) Municipal, FABIANO BACCIN, ocupante do cargo Motorista, 40 horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal Transportes Obras e Serviços Públicos, a serem gozadas no período de 01/07/2018 a 30/07/2018, relativas ao período aquisitivo de 03/03/2017 à 02/03/2018.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta do orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de União do Oeste, em 25 de junho 2018.

CELSO MATIELLO

Prefeito Municipal

Registrado em data supra e publicado conforme lei municipal Nº 1010/2014.

DECRETO N. 3845/2018

Publicação Nº 1663813

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO OESTE

DECRETO MUNICIPAL N.º 3.845, de 25 de junho 2018.

Concede Férias de Direito ao Servidor(a) Público(a) Municipal e dá outras providências.

CELSO MATIELLO, Prefeito Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o Artigo 73. da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o Artigo 61 da Lei Complementar N.º 093, de 21 de setembro de 2015,

DECRETA:

Art.1º Ficam concedidos 30 (trinta) dias de férias ao Servidor(a) Público(a) Municipal, FABIANO BACCIN, ocupante do cargo Motorista, 40 horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal Transportes Obras e Serviços Públicos, a serem gozadas no período de 01/07/2018 a

30/07/2018, relativas ao período aquisitivo de 03/03/2017 à 02/03/2018.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta do orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de União do Oeste, em 25 de junho 2018.

CELSO MATIELLO

Prefeito Municipal

Registrado em data supra e publicado conforme lei municipal Nº 1010/2014.

DECRETO N. 3846/2018

Publicação Nº 1663810

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO OESTE

DECRETO MUNICIPAL N.º 3.846 de 25 de junho de 2018.

Concede Férias de Direito ao Servidor(a) Público(a) Municipal e dá outras providências.

CELSO MATIELLO, Prefeito Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o Artigo 73. da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com a Lei Complementar N.º 093, de 21 de setembro de 2015,

DECRETA:

Art.1º Ficam concedidos 20 (vinte) dias de férias ao Servidor Público Municipal, SUSANA SERGILIO DE CARVALHO, ocupante do cargo de Enfermeiro, 40 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, a serem gozadas no período de 12/07/2018 à 31/07/2018, relativas ao período aquisitivo de 15/04/2016 à 14/04/2017.

Art. 2º Converter 1/3 das férias em Abono Pecuniário, conforme requerimento do servidor.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta do orçamento vigente.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de União do Oeste, em 25 de junho de 2018.

CELSO MATIELLO

Prefeito Municipal

Registrado em data supra e publicado conforme lei municipal Nº 1010/2014.

DECRETO N. 3847/2018

Publicação Nº 1664114

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE

DECRETO MUNICIPAL N.º 3.847, De 25 de junho de 2018.

"Dispõe sobre revogação do Processo Licitatório N.º 11/2018 do Fundo Municipal de Saúde, na modalidade de Pregão Presencial para Registro de Preços e dá outras providências".

CELSO MATIELLO, Prefeito Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e,

- considerando que decorrido o prazo definido no preâmbulo do Edital n.º 11/2018 para recebimento de propostas para participação no certame,

- considerando a inexistência de interessados em participar, restando deserto o Processo de Licitação do Fundo Municipal de Saúde N.º 11/2018,

DECRETA:

Art. 1º Fica revogado o Processo de Licitação do Fundo Municipal de Saúde N.º 11/2018, na modalidade de Pregão Presencial para Registro de Preços.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de União do Oeste, em 25 de junho de 2018.

CELSO MATIELLO

Prefeito Municipal

Registrado em da data supra e Publicado conforme Lei Municipal N.º 1010/2014.

Urubici

PREFEITURA

DECRETO Nº 2242/2018

Publicação Nº 1664167

DECRETO Nº 2242/2018

ALTERA HORÁRIO DE EXPEDIENTE ADMINISTRATIVO NO DIA 27 DE JUNHO DE 2018.

Antonio Zilli, Prefeito Municipal de Urubici - SC, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, resolve:

DECRETAR:

Art. 1º - Alteração no horário do expediente administrativo da Prefeitura Municipal, no dia 27 de junho de 2018, onde o expediente será das 08h00min às 13h00min, em virtude do jogo da Seleção Brasileira na Copa do Mundo.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Urubici/SC, em 25 de Junho de 2018.

Antonio Zilli

Prefeito Municipal

Urussanga

PREFEITURA

AVISO CANCELAMENTO EDITAL PL 51 2018 PMU PR 46 2018

Publicação N° 1664367

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE URUSSANGA

AVISO DE CANCELAMENTO DO EDITAL PL 51 2018 PMU PR 46 2018

Objeto: aquisição de peças e serviços para fins de conserto da máquina escavadeira Doosan 140 LC. Fica cancelado o aviso publicado no dia 06/06/2018, página 893 e em 15/06/2018 página 803. Outras informações poderão ser obtidas através do telefone (48) 3465-1188 ou através do e-mail urussangalicitacao@urussanga.sc.gov.br

GUSTAVO LUIS CANCELLIER

Prefeito Municipal

Vargem Bonita

PREFEITURA

DECRETO Nº 037/2018

Publicação Nº 1663857

DECRETO Nº 037/2018, DE 25 DE JUNHO DE 2018.

ALTERA A NOMINATA DOS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DE VARGEM BONITA – SC.

MELÂNIA APARECIDA ROMAN MENEZHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita (SC), no uso da atribuição que lhe confere a Lei Orgânica do Município e com fundamento na Lei Municipal nº 257/97 de 06 de outubro de 1997,

DECRETA:

Artigo 1º - O Conselho Municipal de Desenvolvimento de Vargem Bonita será composto pelos seguintes membros:

Presidente: Melânia Aparecida Roman Meneghini - Prefeita Municipal

Secretária: Suélen Favretto – Secretária Municipal de Administração e Finanças

Membros:

Leocir Bongiovani - Secretário de Transportes e Obras

Gustavo Henrique Perin – Assessor Jurídico

Representantes da Câmara de Vereadores:

Ielder Antonio Cazella – Bancada do PSD

Jonas Vesaro Macedo – Bancada do PEN

Junior Cezar Panizzi – Bancada do PP

Luceni de Fátima Lauber Bazzi – Bancada do PSDB

Vilmar Luiz Abatti – Bancada do MDB

Representante do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria ou Comércio:

Marluza Apª da Silva Muller – Sindicato dos Trabalhadores do Papel

Representante da Indústria ou Comércio:

Adriano Sandi

Artigo 2º - Os membros do Conselho Municipal de Desenvolvimento de Vargem Bonita não serão remunerados e sua colaboração será considerada como serviço relevante.

Artigo 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4º - Revoga-se o Decreto nº 021/2014, de 14 de março de 2014.

Vargem Bonita, 25 de junho de 2018.

MELÂNIA APARECIDA ROMAN MENEZHINI

Prefeita Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto no Site Oficial dos Municípios – DOM em 26/06/2018, de acordo com a Lei Municipal nº 937/2013 de 03 de abril de 2013.

SUÉLEN FAVRETTO

Secretária Municipal de Administração e Finanças

PROCESSO 041/2018 PR 032/2018

Publicação Nº 1663860

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE VARGEM BONITA
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 041/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº 032/2018
REGISTRO DE PREÇOS

Objeto: Pregão Presencial para Registro de Preços, objetivando futura e eventual aquisição de MERENDA ESCOLAR, para alunos da Rede Municipal de Ensino do Município de Vargem Bonita – SC, durante a vigência da ATA.

Tipo: Menor Preço.

Julgamento: Menor preço por Item.

Sessão de Abertura e Julgamento das Propostas: Dia 10 de Julho 2018 às 08:30 horas.

Informações e Edital: Prefeitura Municipal de Vargem Bonita – SC, de Segunda a Sexta Feira, das 08:30 às 12:00 e das 14:00 às 16:00 horas, na Rua Coronel Vitório, 966, Centro. Fone: 49 3548-3000. Endereço eletrônico: compras@vargembonita.sc.gov.br.

Vargem Bonita, 25 de Junho de 2018.

MELÂNIA A. ROMAN MENECHINI

PREFEITA MUNICIPAL

Vidal Ramos

PREFEITURA

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº. 42/2018

Publicação Nº 1664484

Prefeitura Municipal de Vidal Ramos
Setor de Compras
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 52/2018
PREGÃO REGISTRO DE PREÇOS Nº. 42/2018

OBJETO: Constitui objeto do presente certame para Contratação de empresa para o eventual fornecimento de lâmpadas de 1ª linha (nacionais) para reposição em veículos da Educação, Obras, saúde e demais secretarias. A entrega será parcelada, de acordo com a necessidade.

REGIMENTO: A Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, doravante denominada ENTIDADE DE LICITAÇÃO, e pelo seu pregoeiro designado pela PORTARIA Nº. 031/2016 de 18/02/2016 torna público aos interessados, que estará reunida no dia, hora e local abaixo discriminado, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS nº. 42/2018, do tipo MENOR LANCE POR LOTE, tudo de conformidade com as regras estipuladas na Lei nº. 10.520, de 17/07/2002, Decreto nº. 3.555, de 08/08/2000, Decreto nº. 3.693 de 20/12/2000, Decreto nº. 3.784 de 06/04/01, Lei nº. 6.474, de 06/08/2002, DECRETO Nº. 7.892 DE 23 DE JANEIRO DE 2013, Decreto nº. 0199, de 09/06/2003 e legislação correlata aplicando-se, subsidiariamente, a Lei 8.666, de 21/06/93,

ENTREGA DOS ENVELOPES E ABERTURA DAS PROPOSTAS: Às 09:00 hrs do dia 06 de julho de 2018.

CREDENCIAMENTO DE REPRESENTANTES e a SESSÃO DE LANCES: Às 09:00 hrs do dia 06 de julho de 2018, na Av. Jorge Lacerda, nº. 1180 - Centro, no Gabinete do Prefeito.

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, Avenida Jorge Lacerda nº. 1180, centro, Setor de Compras nos seguintes horários, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 HRS, telefone (47) 3356-2300, email: compras@prefeituravidalramos.com.br.

Vidal Ramos (SC), 26 de junho de 2018

EDUARDO THECHRIN
Pregoeiro

Videira

PREFEITURA

DECRETO 15.262/18

Publicação Nº 1663638

DECRETO Nº 15.262/18, DE 20 DE JUNHO DE 2018.

Nomeia Professor – Área de Atuação: Educação Infantil

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 130/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 122/12 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, JANETE GUEL, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 003/2014, homologado em 17 de dezembro de 2014, para exercer o cargo de provimento efetivo de Professor – Área de Atuação: Educação Infantil, criado pela Lei Complementar nº 122/12 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 20 de junho de 2018.

DORIVAL CARLOS BORGIA

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 20 dias do mês de junho de 2018.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

DECRETO 15.263/18

Publicação Nº 1663701

DECRETO Nº 15.263/18, DE 20 DE JUNHO DE 2018.

Nomeia Professor – Área de Atuação: Educação Infantil

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 130/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 122/12 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, MARCIA DALLA PICCOLA LEONARDO GAIO, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 003/2014, homologado em 17 de dezembro de 2014, para exercer o cargo de provimento efetivo de Professor – Área de Atuação: Educação Infantil, criado pela Lei Complementar nº 122/12 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 20 de junho de 2018.

DORIVAL CARLOS BORGIA

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 20 dias do mês de junho de 2018.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

DECRETO 15.264/18

Publicação Nº 1663698

DECRETO Nº 15.264/18, DE 20 DE JUNHO DE 2018.

Nomeia Professor – Área de Atuação: Educação Infantil

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 130/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 122/12 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, KATIA GOTTSELIG, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 003/2014, homologado em 17 de dezembro de 2014, para exercer o cargo de provimento efetivo de Professor – Área de Atuação: Educação Infantil, criado pela Lei Complementar nº 122/12 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 20 de junho de 2018.

DORIVAL CARLOS BORGIA

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 20 dias do mês de junho de 2018.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

DECRETO 15.265/18

Publicação Nº 1663689

DECRETO Nº 15.265/18, DE 20 DE JUNHO DE 2018.

Nomeia Professor – Área de Atuação: Educação Infantil

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 130/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 122/12 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, MARIZETE FATIAM GAIO, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 003/2014, homologado em 17 de dezembro de 2014, para exercer o cargo de provimento efetivo de Professor – Área de Atuação: Educação Infantil, criado pela Lei Complementar nº 122/12 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 20 de junho de 2018.

DORIVAL CARLOS BORGIA

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 20 dias do mês de junho de 2018.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

DECRETO 15.266/18

Publicação Nº 1663687

DECRETO Nº 15.266/18, DE 20 DE JUNHO DE 2018.

Nomeia Professor – Área de Atuação: Educação Infantil

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 130/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 122/12 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, MARINA CORNELLI, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 003/2014, homologado em 17 de dezembro de 2014, para exercer o cargo de provimento efetivo de Professor – Área de Atuação: Educação Infantil, criado pela Lei Complementar nº 122/12 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 20 de junho de 2018.
DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 20 dias do mês de junho de 2018.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

DECRETO 15.267/18

Publicação Nº 1663650

DECRETO Nº 15.267/18, DE 20 DE JUNHO DE 2018.

Nomeia Professor – Área de Atuação: Educação Infantil

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 130/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 122/12 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, ADRIANA ANTUNES DA SILVA, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 003/2014, homologado em 17 de dezembro de 2014, para exercer o cargo de provimento efetivo de Professor – Área de Atuação: Educação Infantil, criado pela Lei Complementar nº 122/12 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 20 de junho de 2018.
DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 20 dias do mês de junho de 2018.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

DECRETO 15.268/18

Publicação Nº 1663643

DECRETO Nº 15.268/18, DE 20 DE JUNHO DE 2018.

Nomeia Professor – Área de Atuação: Educação Infantil

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 130/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 122/12 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, EUNICE APARECIDA GUARNIERI, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 003/2014, homologado em 17 de dezembro de 2014, para exercer o cargo de provimento efetivo de Professor – Área de Atuação: Educação Infantil, criado pela Lei Complementar nº 122/12 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 20 de junho de 2018.
DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 20 dias do mês de junho de 2018.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

DECRETO 15.269/18

Publicação Nº 1663642

DECRETO Nº 15.269/18, DE 20 DE JUNHO DE 2018.

Nomeia Professor – Área de Atuação: Educação Infantil

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 130/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 122/12 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, LEIA REGINA BEHREND, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 003/2014, homologado em 17 de dezembro de 2014, para exercer o cargo de provimento efetivo de Professor – Área de Atuação: Educação Infantil, criado pela Lei Complementar nº 122/12 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 20 de junho de 2018.
DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 20 dias do mês de junho de 2018.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

DECRETO 15.270/18

Publicação Nº 1663641

DECRETO Nº 15.270/18, DE 20 DE JUNHO DE 2018.

Nomeia Professor – Área de Atuação: Educação Infantil

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 130/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 122/12 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, GISELE PONTES BOEIRA, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 003/2014, homologado em 17 de dezembro de 2014, para exercer o cargo de provimento efetivo de Professor – Área de Atuação: Educação Infantil, criado pela Lei Complementar nº 122/12 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 20 de junho de 2018.
DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 20 dias do mês de junho de 2018.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

DECRETO 15.271/18

Publicação Nº 1663640

DECRETO Nº 15.271/18, DE 20 DE JUNHO DE 2018.

Nomeia Professor – Área de Atuação: Educação Infantil

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 130/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 122/12 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, IVANIR BRIDI LANDSTEINER, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 003/2014, homologado em 17 de dezembro de 2014, para exercer o cargo de provimento efetivo de Professor – Área de Atuação: Educação Infantil, criado pela Lei Complementar nº 122/12 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 20 de junho de 2018.

DORIVAL CARLOS BORGIA

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 20 dias do mês de junho de 2018.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

DECRETO 15.272/18

Publicação Nº 1663637

DECRETO Nº 15.272/18, DE 20 DE JUNHO DE 2018.

Nomeia Professor – Área de Atuação: Educação Infantil

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 130/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 122/12 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, REGINA MARIA ZANON LARA, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 003/2014, homologado em 17 de dezembro de 2014, para exercer o cargo de provimento efetivo de Professor – Área de Atuação: Educação Infantil, criado pela Lei Complementar nº 122/12 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 20 de junho de 2018.

DORIVAL CARLOS BORGIA

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 20 dias do mês de junho de 2018.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

PORTARIA Nº 0758/18

Publicação Nº 1663620

PORTARIA nº 0758/18

Concede Licença Maternidade

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 216 da Lei Complementar nº 130/12, e à vista do que consta no Memorando nº 45/18DEPKA,

RESOLVE

Art. 1º Conceder Licença Maternidade de 180 (cento e oitenta) dias à servidora ANDREA JULIANA GOMES DE OLIVEIRA TITON, Professora, a partir do dia 4 de junho de 2018 até 30 de novembro de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário, retroagindo seus efeitos a 4 de junho de 2018.

Videira, 15 de junho de 2018.

DORIVAL CARLOS BORG

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 15 dias do mês de junho de 2018.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

PORTARIA Nº 0759/18

Publicação Nº 1663704

PORTARIA nº 0759/18

Define a limitação de atribuições a serem realizadas por servidora pública

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais,

Considerando o resultado da inspeção médica realizada pela Junta Médica Oficial do Município, em relação a servidora Ivanilde Aparecida Pinto Ribeiro, datada de 25 de abril de 2018;

RESOLVE

Art. 1º Definir, de acordo com o resultado de inspeção médica realizada pela Junta Médica Oficial do Município, a limitação das atribuições do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais que poderão ser prestadas pela servidora IVANILDE APARECIDA PINTO RIBEIRO.

I - Remover o pó dos móveis, espanando-os ou limpando-os;

II - Remover o pó do teto, portas, janelas e equipamentos, espanando-os ou limpando-os;

III - Reabastecendo-os de papel higiênico, toalhas e sabonetes;

IV - Coletar o lixo e depositá-lo nas lixeiras;

V - Preparar e servir chá, café ou água;

VI - Auxiliar na execução dos trabalhos de almoxarifado, no recebimento, armazenagem e distribuição dos materiais e/ou equipamentos;

VII - Regar e cuidar de flores e demais vegetação ornamental nas áreas interna e externa dos prédios municipais;

VIII - Executar serviços de coleta e entrega de documentos, processos, correspondências, encomendas e outros afins dirigindo-se aos locais solicitados, recebendo e/ou entregando o material, objetivando atender as solicitações e necessidades administrativas da Administração Municipal;

IX - Zelar pela guarda de materiais e equipamentos de trabalho;

X - Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho;

XI - Recolher, lavar, secar e guardar utensílios de copa e cozinha;

XII - Executar serviços de conservação e limpeza da copa e cozinha;

XIII - Elaborar pedidos de material para merenda;

XIV - Anotar o cardápio e a quantidade dos alimentos utilizados, para fins de controle.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 15 de junho de 2018.

DORIVAL CARLOS BORG

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 15 dias do mês de junho de 2018.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

PORTARIA Nº 0777/18

Publicação Nº 1663720

PORTARIA nº 0777/18

Autoriza o Uso de Espaços Públicos Municipais

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 125, da Lei Orgânica do Município, e à vista do que consta no Processo Administrativo nº 5308/2018,

RESOLVE

Art. 1º Autorizar o uso do Centro de Eventos Vitória – CEVI, por Monica Rodrigues Machado, representante do Studio M, no dia 04 de agosto de 2018, a partir das 13h30min, no dia 5 de agosto de 2018, a partir das 14h00min, no dia 11 de agosto de 2018, a partir das 13h30min, no dia 26 de agosto de 2018, a partir das 13h30min e nos dias 1º e 2 de setembro de 2018, das 8h00min às 17h00min, neste dia utilização também da sala 4, para atividades paralelas ao evento, para realização do XII Espetáculo de Dança do Studio M Grupo de Dança.

§1º Os responsáveis pela organização do evento se comprometem a garantir as condições abaixo especificadas:

- a. Serviço de segurança no local do evento;
- b. Proibição de venda de produtos fumíferos (cigarros, charutos, etc.), bebidas alcoólicas ou embaladas em garrafas de vidro;
- c. Proibição de comercialização de alimentos e bebidas no local;
- d. Fica vedado a instalação de objetos e/ou equipamentos ou similares que possam danificar a o local;
- e. Ao pagamento da taxa referente ao ECAD – Escritório Central de Arrecadação de Direitos Autorais, no prazo de 72 (setenta e duas) horas antes da realização do evento, nos casos de utilização de músicas de artistas que estão em atividade ou, que faleceram há menos de 70 (setenta) anos;
- f. Será de responsabilidade exclusiva da entidade, o pagamento de quaisquer despesas, tributos, tarifas, emolumentos, ou contribuições, federais, estaduais ou municipais, que decorram da presente autorização, bem como da atividade para a qual a presente autorização lhe é concedida, cabendo-lhe providenciar, especialmente os alvarás e seguros obrigatórios legalmente exigíveis e quaisquer outras exigências legais;
- g. Responsabilizar-se pelo uso e conservação dos bens pertencentes ao patrimônio público;
- h. Não ceder o uso da área a terceiros, nem utilizá-la para fim diverso do ora estipulado;
- i. Recolher imediatamente, ao término do evento, o material utilizado e deixar o local nas mesmas condições que foi encontrado;
- j. Acondicionar o lixo acumulado durante o evento em sacos plásticos e colocá-lo em local apropriado;
- k. Em caso de extravio e/ou dano, total ou parcial, dos bens utilizados, obrigar-se-ão ao ressarcimento dos prejuízos decorrentes.

§2º A fim de apurar eventuais danos cabe a Secretaria Municipal de Turismo e Cultura, através de servidor devidamente qualificado, vistoriar e atestar, por meio de termo de devolução, as condições das dependências do Centro de Eventos Vitória, quando da devolução do mesmo.

§3º A Prefeitura Municipal de Videira fica isenta de qualquer casualidade sobre os participantes do referido evento, ficando Monica Rodrigues Machado, representante do Studio M Grupo de Dança, inteiramente responsável pelo mesmo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 18 de junho de 2018.

DORIVAL CARLOS BORGIA

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 18 dias do mês de junho de 2018.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

PORTARIA Nº 0778/18

Publicação Nº 1663622

PORTARIA nº 0778/18

Concede Licença Maternidade

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, e à vista do que consta no Memorando nº 55/18DEPKA,

RESOLVE

Art. 1º Conceder Licença Maternidade de 120 (cento e vinte) dias à servidora CRISTIANE MAYER CHIAPETTI, Assessor de Turismo, a partir do dia 14 de junho de 2018 até 11 de outubro de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário, retroagindo seus efeitos a 14 de junho de 2018.

Videira, 18 de junho de 2018.
DORIVAL CARLOS BORGA
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 18 dias do mês de junho de 2018.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

PORTARIA Nº 0779/18

Publicação Nº 1663623

PORTARIA nº 0779/18

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 8º, I, da Lei nº 2.369/10, e à vista do que consta no Memorando nº 056/18DEPKA

RESOLVE

Art. 1º Conceder Licença Maternidade de 120 (cento e vinte) dias à servidora GIANE PASA, Auxiliar de Serviços Gerais, a partir do dia 13 de junho de 2018 até 10 de outubro de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 13 de junho de 2018, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 18 de junho de 2018.
DORIVAL CARLOS BORGA
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 18 dias do mês de junho de 2018.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

PORTARIA Nº 0780/18

Publicação Nº 1663625

PORTARIA nº 0780/18
Concede Licença Maternidade

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento com fundamento no art. 216 da Lei Complementar nº 129/12, e à vista do que consta no Memorando nº 54/18DEPKA,

RESOLVE

Art. 1º Conceder Licença Maternidade de 180 (cento e oitenta) dias à servidora ANDRESSA HEEMANN, Auxiliar de Serviços Gerais, a partir do dia 5 de junho de 2018 até 1º de dezembro de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário, retroagindo seus efeitos a 5 de junho de 2018.

Videira, 18 de junho de 2018.
DORIVAL CARLOS BORGA
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 18 dias do mês de junho de 2018.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

PORTARIA Nº 0781/18

Publicação Nº 1663624

PORTARIA nº 0781/18

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 8º, I, da Lei nº 2.369/10, e à vista do que consta no Memorando nº 057/18DEPKA

RESOLVE

Art. 1º Conceder Licença Maternidade de 120 (cento e vinte) dias à servidora PRISCILA APARECIDA LOPES THIBES, Professor, a partir do dia 14 de junho de 2018 até 11 de outubro de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 14 de junho de 2018, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 18 de junho de 2018.

DORIVAL CARLOS BORGIA

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 18 dias do mês de junho de 2018.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

PORTARIA Nº 0782/18

Publicação Nº 1663723

PORTARIA nº 0782/18

Autoriza o Uso de Espaço Público Municipal

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 125, parágrafo 4º, da Lei Orgânica do Município, e a vista do que consta no Processo Administrativo nº 12122/2018,

RESOLVE

Art. 1º Autorizar o uso do espaço das vias públicas do centro da cidade, pela Agência de Microcrédito - CRECERTO, no dia 28 de junho de 2018, para distribuição de panfletos.

§1º Os responsáveis pela organização do evento se comprometem a garantir as condições abaixo especificadas:

- a. Serviço de segurança no local do evento;
- b. Proibição de venda de produtos fumíferos (cigarros, charutos, etc), bebidas alcoólicas ou embaladas em garrafas de vidro;
- c. Fica vedado a instalação de objetos e/ou equipamentos ou similares que possam danificar a o local;
- d. Responsabilizar-se pelo uso e conservação dos bens pertencentes ao patrimônio público;
- e. Ao pagamento da taxa referente ao ECAD – Escritório Central de Arrecadação de Direitos Autorais, no prazo de 72 (setenta e duas) horas antes da realização do evento, nos casos de utilização de músicas de artistas que estão em atividade ou, que faleceram há menos de 70 (setenta) anos;
- f. Não ceder o uso da área a terceiros, nem utilizá-la para fim diverso do ora estipulado;
- g. Recolher imediatamente, ao término do evento, o material utilizado e deixar o local nas mesmas condições que foi encontrado;
- h. Acondicionar o lixo acumulado durante o evento em sacos plásticos e colocá-lo em local apropriado;
- i. Em caso de extravio e/ou dano, total ou parcial, dos bens utilizados, obrigar-se-ão ao ressarcimento dos prejuízos decorrentes.

§2º A Prefeitura Municipal de Videira fica isenta de qualquer casualidade sobre os participantes do referido evento, ficando os organizadores inteiramente responsáveis pelos mesmos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 19 de junho de 2018.

DORIVAL CARLOS BORGIA

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 19 dias do mês de junho de 2018.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

PORTARIA Nº 0820/18

Publicação Nº 1663762

PORTARIA nº 0820/18
Concede Licença Prêmio

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 221 da Lei Complementar nº 129/12 e à vista do que consta no Processo Administrativo nº 11051/2018,

RESOLVE

Art. 1º Conceder Licença Prêmio de 03 (três) meses ao servidor ADMIR RIBEIRO DE LIMA, Trabalhador Braçal, a partir de 1º de agosto de 2018 até 1º de novembro de 2018, referente ao quinquênio de 4 de fevereiro de 2010 até 7 de fevereiro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário, produzindo seus efeitos a partir de 1º de agosto de 2018.

Videira, 20 de junho de 2018.
DORIVAL CARLOS BORGA
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 20 dias do mês de junho de 2018.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

PORTARIA Nº 0821/18

Publicação Nº 1663732

PORTARIA nº 0821/18
Concede Licença Prêmio

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 221 da Lei Complementar nº 129/12 e à vista do que consta no Processo Administrativo nº 9449/2018,

RESOLVE

Art. 1º Conceder Licença Prêmio de 03 (três) meses ao servidor ROQUE TREVIZZAN, Trabalhador Braçal, a partir de 2 de julho de 2018 até 2 de outubro de 2018, referente ao quinquênio de 1º de julho de 1994 até 30 de junho de 1999.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário, produzindo seus efeitos a partir de 2 de julho de 2018.

Videira, 20 de junho de 2018.
DORIVAL CARLOS BORGA
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 20 dias do mês de junho de 2018.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

PORTARIA Nº 0822/18

Publicação Nº 1663744

PORTARIA nº 0822/18
Concede Licença Prêmio

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 221 da Lei Complementar nº 129/12 e à vista do que consta no Processo Administrativo nº 9451/2018,

RESOLVE

Art. 1º Conceder Licença Prêmio de 03 (três) meses ao servidor DARCI DOS SANTOS, Trabalhador Braçal, a partir de 2 de julho de 2018 até

2 de outubro de 2018, referente ao quinquênio de 1º de julho de 2004 até 30 de junho de 2009.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário, produzindo seus efeitos a partir de 2 de julho de 2018.

Videira, 20 de junho de 2018.
DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 20 dias do mês de junho de 2018.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

PORTARIA Nº 0823/18

Publicação Nº 1663747

PORTARIA nº 0823/18
Concede Licença Prêmio

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 221 da Lei Complementar nº 129/12 e à vista do que consta no Processo Administrativo nº 9452/2018,

RESOLVE

Art. 1º Conceder Licença Prêmio de 03 (três) meses ao servidor VALCIR DOS SANTOS, Trabalhador Braçal, a partir de 2 de julho de 2018 até 2 de outubro de 2018, referente ao quinquênio de 1º de julho de 2004 até 30 de junho de 2009.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário, produzindo seus efeitos a partir de 2 de julho de 2018.

Videira, 20 de junho de 2018.
DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 20 dias do mês de junho de 2018.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

PORTARIA Nº 0824/18

Publicação Nº 1663751

PORTARIA nº 0824/18
Concede Licença Prêmio

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 221 da Lei Complementar nº 130/12 e à vista do que consta no Processo Administrativo nº 11153/2018,

RESOLVE

Art. 1º Conceder Licença Prêmio de 03 (três) meses ao servidor ROGERIO ANTONIO KUNZE, Professor, a partir de 1º de agosto de 2018 até 2 de novembro de 2018, referente ao quinquênio de 25 de março de 1992 até 24 de março de 1997.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário, produzindo seus efeitos a partir de 1º de agosto de 2018.

Videira, 20 de junho de 2018.
DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 20 dias do mês de junho de 2018.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

PORTARIA Nº 0825/18

Publicação Nº 1663741

PORTARIA nº 0825/18
Concede Licença Prêmio

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 221 da Lei Complementar nº 129/12 e à vista do que consta no Processo Administrativo nº 11377/2018,

RESOLVE

Art. 1º Conceder Licença Prêmio de 03 (três) meses ao servidor MAURICIO CICERI, Profissional de Educação Física - Voleibol, a partir de 1º de julho de 2018 até 1º de outubro de 2018, referente ao quinquênio de 6 de setembro de 2012 até 5 de setembro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário, produzindo seus efeitos a partir de 1º de julho de 2018.

Videira, 20 de junho de 2018.
DORIVAL CARLOS BORGA
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 20 dias do mês de junho de 2018.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

PORTARIA Nº 0826/18

Publicação Nº 1663758

PORTARIA nº 0826/18
Concede Licença Prêmio

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 221 da Lei Complementar nº 129/12 e à vista do que consta no Processo Administrativo nº 11045/2018,

RESOLVE

Art. 1º Conceder Licença Prêmio de 03 (três) meses ao servidor VILSOM BORBA, Agente Operacional de Saúde Pública, a partir de 1º de julho de 2018 até 1º de outubro de 2018, referente ao quinquênio de 1º de julho de 2004 até 30 de junho de 2009.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário, produzindo seus efeitos a partir de 1º de julho de 2018.

Videira, 20 de junho de 2018.
DORIVAL CARLOS BORGA
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 20 dias do mês de junho de 2018.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

PORTARIA Nº 0827/18

Publicação Nº 1663756

PORTARIA nº 0827/18
Concede Licença Prêmio

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 221 da Lei Complementar nº 129/12 e à vista do que consta no Processo Administrativo nº 11045/2018,

RESOLVE

Art. 1º Conceder Licença Prêmio de 03 (três) meses ao servidor VILSOM BORBA, Agente Operacional de Saúde Pública, a partir de 2 de outubro de 2018 até 2 de janeiro de 2019, referente ao quinquênio de 1º de julho de 2009 até 30 de junho de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário, produzindo seus efeitos a partir de 2 de outubro de 2018.

Videira, 20 de junho de 2018.
DORIVAL CARLOS BORGA
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 20 dias do mês de junho de 2018.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

PORTARIA Nº 0828/18

Publicação Nº 1663736

PORTARIA nº 0828/18
Concede Licença Prêmio

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 221 da Lei Complementar nº 129/12 e à vista do que consta no Processo Administrativo nº 11307/2018,

RESOLVE

Art. 1º Conceder Licença Prêmio de 03 (três) meses ao servidor VILMAR DA SILVA COELHO, Trabalhador Braçal, a partir de 3 de outubro de 2018 até 3 de janeiro de 2019, referente ao quinquênio de 1º de abril de 2013 até 12 de maio de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário, produzindo seus efeitos a partir de 3 de outubro de 2018.

Videira, 20 de junho de 2018.
DORIVAL CARLOS BORGA
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 20 dias do mês de junho de 2018.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

PORTARIA Nº 0830/18

Publicação Nº 1663713

PORTARIA nº 0830/18
Autoriza o Uso de Espaço Público

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 125, parágrafo 4º, da Lei Orgânica do Município, e a vista do que consta no Processo Administrativo nº 12287/2018,

RESOLVE

Art. 1º Autorizar o uso do no Parque da Uva, pela Associação de Pilotos de Wheeling de Videira, no dia 1º de julho de 2018, das 13h30min

às 17:30, para realização de treinamento de wheeling.

§1º Os responsáveis pela utilização do espaço se comprometem a garantir as condições abaixo especificadas:

- a. Serviço de segurança no local do evento;
- b. Proibição de venda de produtos fumíferos (cigarros, charutos, etc), bebidas alcoólicas ou embaladas em garrafas de vidro;
- c. Fica vedado a instalação de objetos e/ou equipamentos ou similares que possam danificar a o local;
- d. Responsabilizar-se pelo uso e conservação dos bens pertencentes ao patrimônio público;
- e. Ao pagamento da taxa referente ao ECAD – Escritório Central de Arrecadação de Direitos Autorais, no prazo de 72 (setenta e duas) horas antes da realização do evento, nos casos de utilização de músicas de artistas que estão em atividade ou, que faleceram há menos de 70 (setenta) anos;
- f. Será de responsabilidade exclusiva da entidade, o pagamento de quaisquer despesas, tributos, tarifas, emolumentos, ou contribuições, federais, estaduais ou municipais, que decorram da presente autorização, bem como da atividade para a qual a presente autorização lhe é concedida, cabendo-lhe providenciar, especialmente os alvarás e seguros obrigatórios legalmente exigíveis e quaisquer outras exigências legais;
- g. Não ceder o uso da área a terceiros, nem utilizá-la para fim diverso do ora estipulado;
- h. Recolher imediatamente, ao término do evento, o material utilizado e deixar o local nas mesmas condições que foi encontrado;
- i. Acondicionar o lixo acumulado durante o evento em sacos plásticos e colocá-lo em local apropriado;
- j. Em caso de extravio e/ou dano, total ou parcial, dos bens utilizados, obrigar-se-ão ao ressarcimento dos prejuízos decorrentes.

§2º A Prefeitura Municipal de Videira fica isenta de qualquer casualidade sobre o referido evento, ficando a Associação de Pilotos de Wheeling de Videira, inteiramente responsável pelo mesmo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 20 de junho de 2018.
DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 20 dias do mês de junho de 2018.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

PORTARIA Nº 0831/18

Publicação Nº 1663707

PORTARIA nº 0831/18

Designa servidor para responder pelo cargo de Assessor de Turismo

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, IX c/c artigo 94, da Lei Complementar nº 129/12;

RESOLVE

Art. 1º Fica designada a servidora, GLADIS ANSILIEIRO, ocupante do cargo comissionado de Assessor do CEVI, criado pela Lei nº 3.566/18, com carga horária de 40 horas semanais, para responder interinamente pelo cargo de Assessor de Turismo, em substituição a servidora CRISTIANE MAYER CHIAPETTI, no período de 14 de junho de 2018 até 11 de outubro de 2018.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 14 de junho de 2018.

Videira, 21 de junho de 2018.
DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 21 dias do mês de junho de 2018.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

PORTARIA Nº 0832/18

Publicação Nº 1663710

PORTARIA nº 0832/18
Concede Licença Maternidade

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento com fundamento no art. 216 da Lei Complementar nº 129/12, e à vista do que consta no Memorando nº 61/18DEPKA,

RESOLVE

Art. 1º Conceder Licença Maternidade de 180 (cento e oitenta) dias à servidora JESSICA DIANA CARDOSO FERREIRA, Auxiliar de Serviços Gerais, a partir do dia 18 de junho de 2018 até 14 de dezembro de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário, retroagindo seus efeitos a 18 de junho de 2018.

Videira, 21 de junho de 2018.
DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 21 dias do mês de junho de 2018.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

PREGÃO PRESENCIAL Nº 07/2018 - FMS

Publicação Nº 1663508

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VIDEIRA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PREGÃO PRESENCIAL Nº 07/2018 – FMS

O Prefeito Municipal de Videira torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 07/2018 - FMS. 1. REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM ENTREGAS PARCELADAS, DE ÓCULOS DE GRAU PARA SEREM FORNECIDOS AOS MUNICÍPIOS DE VIDEIRA, MEDIANTE PRESCRIÇÃO MÉDICA E DE ACORDO COM O DISPOSTO NA RESOLUÇÃO Nº 06/2015, POR MEIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE. ENVELOPES: até as 13:45:00h do dia 13/07/2018, no Setor de Protocolo, localizado no Paço Municipal, na Avenida Manoel Roque, nº 188, Bairro Alvorada, Videira/SC. Abertura da sessão e credenciamento no mesmo dia às 14:00:00h. 4. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site: www.videira.sc.gov.br. 5. INFORMAÇÕES: Através dos telefones (49) 3566-9026/3566-9034.

Videira/SC, 13 de junho de 2018.
DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

RESULTADO DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DO EDITAL TOMADA DE PREÇOS 01/2018 - FMAS

Publicação Nº 1664198

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA
RESULTADO DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2018 - FMAS

A Comissão Permanente de Licitações, em cumprimento ao disposto no art. 109, §1º da Lei nº 8.666/93, torna público o resultado do julgamento das propostas do processo licitatório em epígrafe, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUTAR A REFORMA E AMPLIAÇÃO DA CASA LAR MENINO JESUS, LOCALIZADA NA RUA ERNESTO LAZZAROTTO, BAIRRO VILA VERDE, COM ÁREA DE INTERVENÇÃO DE 403,05M², INCLUINDO MATERIAL E MÃO DE OBRA, CONFORME PROJETO BÁSICO, restando vencedora a empresa GL Construtora E Incorporadora Ltda vencedora do certame por apresentar o menor preço de R\$ 263.000,00 (duzentos e sessenta e três mil reais). Tendo em vista ter sido a referida empresa HABILITADA COM RESSALVA por ter apresentado Certidão Negativa (ou Positiva com Efeitos de Negativa) da Fazenda Municipal do domicílio do proponente (dentro do prazo de validade), conforme exigido no subitem 4.3.8 do Edital, em cópia simples, sem a comprovação de autenticidade da mesma. A Comissão suspende o julgamento e concede à mesma o prazo de 05 (cinco) dias úteis para a regularização da documentação. Fica designada a data de 04/07/2018 às 16:00hrs para análise da documentação escoimadas às causas de sua desqualificação.

Videira, 25 de junho de 2018.
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Vitor Meireles

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO 006/2018 FMS

Publicação Nº 1664000

Processo de Licitação 006/2018 FMS
Modalidade: Pregão 005/2018 FMS
ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES

Modalidade: Pregão

O Município Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, torna público, para o conhecimento dos interessados, que se acha aberto Processo de Licitação, na modalidade de Pregão, na forma presencial, para AQUISIÇÃO DE AMBULÂNCIA, CONFORME PORTARIA Nº 3.388, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017, PORTARIA Nº 2.048/GM/MS, DE 5 DE NOVEMBRO DE 2002 E A NBR 14561. DE ACORDO COM O CONVÊNIO Nº 2018TR000721, PROCESSO ADR12 2598/2018, e que estará recebendo os envelopes contendo a proposta de preços e de documentos de habilitação, até as 09h30min, do dia 06 de julho de 2018 em sessão pública, na mesma dirigida pelo pregoeiro designado, promovendo a seleção da proposta mais vantajosa à Administração Municipal. Íntegra do Edital pelo site www.vitormeireles.sc.gov.br, informações pelo telefone (47) 3258 0211.

Vitor Meireles (SC), em 26 de junho de 2018.
BENTO FRANCISCO SILVY
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 033/2018

Publicação Nº 1664447

DECRETO DE N.º 033/2018

REVOGA PONTO FACULTATIVO

BENTO FRANCISCO SILVY, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas na Lei Orgânica Municipal de Vitor Meireles,

DECRETA:

Art. 1º - Fica revogado o Ponto Facultativo para repartições públicas municipais no dia relacionado abaixo, ficando restabelecido como dia de expediente normal:

27/06/2018 – no período vespertino

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Vitor Meireles (SC), 25 de junho de 2018.
BENTO FRANCISCO SILVY
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, ____/____/____.

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

Xanxerê

PREFEITURA

AVISO DE ANULAÇÃO DE ATA RP Nº 0066/2018

Publicação Nº 1663573

AVISO DE ANULAÇÃO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0066/2018

O Município de Xanxerê/SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Avelino Menegolla, ANULA a Ata de Registro de Preços nº 0066/2018, publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC) dia 17/05/2018, Edição nº 2528, pág. 1110, conforme Portaria nº AM 009/2018.

Xanxerê-SC, 25 de junho de 2018. Avelino Menegolla – Prefeito Municipal.

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL RP Nº 0075/2018

Publicação Nº 1663477

AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE XANXERÊ-SC, nos termos da Lei Federal nº 10.520/02 e suas alterações, torna público que fará realizar licitação na modalidade de, torna público que fará realizar licitação na modalidade de Pregão Presencial nº 0075/2018, tendo como objeto o Registro de Preços para aquisições futuras e parceladas de horas de serviços de manutenção nas câmeras de monitoramento e aquisição de equipamentos de Informática (Nobreak) para monitoramento nas unidades escolares da Secretaria Municipal de Educação de Xanxerê- SC, conforme especificações e quantidades estimadas constantes do ANEXO I. O recebimento das propostas será até às 08:45h, do dia 12 de junho de 2018, no setor de protocolo e a abertura será realizada às 09:00h do mesmo dia. Retirada do Edital no site www.xanxere.sc.gov.br. Xanxerê-SC, 25 de junho de 2018. Avelino Menegolla – Prefeito Municipal.

AVISO DE REABERTURA PRAZO PREGÃO Nº 0048/2018

Publicação Nº 1663493

AVISO DE REABERTURA DE PRAZO

O MUNICÍPIO DE XANXERÊ-SC, nos termos da Lei Federal nº 10.520/02 e suas alterações, torna público que está Reabrindo o prazo de Abertura do Pregão Presencial nº 0048/2018, tendo como objeto a Contratação de empresa para a prestação de serviços de Transporte Escolar destinado ao transporte dos alunos até as escolas estaduais e municipais do Ensino Infantil, Fundamental e Médio para o ano letivo de 2018, de acordo com a quilometragem e itinerários descritos na Linha 05 em virtude do processo ser deserto. O recebimento das propostas passa a ser até as 08:45h, do dia 06/07/2018 no setor de protocolo e a abertura será realizada às 09:00h do mesmo dia. Retirada do Edital e Alteração no site www.xanxere.sc.gov.br. Xanxerê-SC, 25 de junho de 2018. Avelino Menegolla – Prefeito Municipal.

DECRETO Nº AM 107/2018

Publicação Nº 1663576

DECRETO Nº AM 107/2018

HOMOLOGA RESOLUÇÃO Nº 01/2018 DE 19.04.2018, RESOLUÇÃO COMED Nº 02/2018 DE 19.04.2018 E RESOLUÇÃO Nº 003/COMED/2018, DE 21.05.2018, DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - COMED, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AVELINO MENEGOLLA, Prefeito do Município de Xanxerê, SC, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 69 incisos III e VIII da Lei Orgânica Municipal, e,

Considerando o disposto no Ofício nº 11/COMED/2018, de 30 de maio de 2018, do Conselho Municipal de Educação;

DECRETA:

Art. 1º Fica homologada a Resolução nº 01/2018, de 19 de abril de 2018, do Conselho Municipal de Educação de Xanxerê - COMED, que Estabelece Normas para a Autorização de Funcionamento, Recredenciamento, Mudança de sede/endereço, Mudança de denominação de Estabelecimentos e Desativação de Estabelecimentos de Educação Básica e suas modalidades, das Instituições de Ensino Integrantes do Sistema Municipal de Ensino, e dá outras providências, parte integrante deste decreto.

Art. 2º Fica homologada a Resolução COMED nº 02/2018, de 19 de abril de 2018, do Conselho Municipal de Educação de Xanxerê - COMED, que dispõe sobre o Atendimento de alunos com Deficiência nas escolas da Rede Municipal de Ensino de Xanxerê/SC, Disciplina o procedimento de Pedido de Segundo Professor, e dá outras providências, parte integrante deste decreto.

Art. 3º Fica homologada a Resolução COMED nº 003/2018, de 21 de maio de 2018, do Conselho Municipal de Educação de Xanxerê - COMED, que dispõe sobre a Alteração da Resolução nº 03/COMED/2017, do Conselho Municipal de Educação que compões as Câmaras:

Câmara de Ensino, Câmara de Legislação e Normas e a Gestão e Finanças, e dá outras providências, parte integrante deste decreto.

Art. 4º Fica determinado aos órgãos competentes a divulgação e os encaminhamentos necessários, objetivando o atendimento aos objetivos propostos.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Xanxerê/SC, 25 de junho de 2018.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal

DECRETO Nº AM 108/2018

Publicação Nº 1663578

DECRETO Nº AM 108/2018

NOMEIA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AVELINO MENEGOLLA, Prefeito do Município de Xanxerê, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e com fundamento no artigo 69, incisos III e VII, da Lei Orgânica Municipal, e na Lei Complementar nº AM 2907/06, de 12 de julho de 2006, que dispõe sobre a Estrutura Administrativa do Município, e

Considerando a ordem de classificação dos candidatos ao cargo de Assistente Administrativo no Concurso Público Municipal nº 001/2015, homologado pelo Decreto Municipal n.º AJG 078/2015, de 08/04/15, prorrogado pelo Decreto nº AM 110/2017, de 06/04/2017;

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a senhora TATIANE BERGAMIM, brasileira, união estável, residente e domiciliada na cidade de Xanxerê, SC, inscrita no CPF/MF sob nº 039.763.039-50, portadora da Cédula de Identidade nº 3.990.713, expedida pela SSP/SC, para o cargo de ASSISTENTE ADMINISTRATIVO, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais e vencimento previsto no Anexo I, da Lei Complementar nº BLB 3376/11 de 23 de novembro de 2011, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Os recursos para atendimento às despesas correrão à conta da dotação orçamentária própria.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Xanxerê/SC, 25 de junho de 2018.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal

LEI Nº AM 4010/2018

Publicação Nº 1663581

LEI Nº AM 4010/2018

(Origem Projeto de Lei Nº AM010/2018)

REVOGA, NA ÍNTEGRA, A LEI Nº 2796/2004, DE 16 DE JULHO 2004, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AVELINO MENEGOLLA, Prefeito Municipal de Xanxerê/SC, no uso das atribuições de seu cargo, faço saber a todos os habitantes do município que a Câmara Municipal de Vereadores votou, aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte

LEI

Art. 1º Fica revogada na íntegra a lei municipal nº 2796/2004, de 16 de julho de 2004, que dispõe sobre a autorização para realizar contrato de cessão de direito real de uso de área física do Parque de Exposições Rovillo Bortoluzzi.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

20 de Junho de 2018

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal

LEI Nº AM 4011/2018

Publicação Nº 1663583

LEI Nº AM 4011/2018
(Origem Projeto de Lei Nº AM 016/2018)

INCLUI DISPOSITIVOS NA LEI MUNICIPAL Nº 3.402/2011, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2011, QUE DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AVELINO MENEGOLLA, Prefeito Municipal de Xanxerê/SC, no uso das atribuições de seu cargo, faço saber a todos os habitantes do município que a Câmara Municipal de Vereadores votou, aprovou e eu sanciono e promulgoa seguinte

LEI

Art. 1º Fica aumentado o número de vagas do cargo temporário de Médico 40horas e Médico 20horas, bem como criado o cargo temporário de Farmacêutico 40horas, a serem incluídos no Anexo único da lei nº 3402/2011, de 14 de 2011, alterada pela lei nº 3908/2017, de 20 de março de 2017.

Art. 2º Fica alterado o Anexo Único – Quadro de Cargos para Contratação Temporária, da Lei nº 3402/2011, de 14 de dezembro de 2011, alterado pela lei nº 3908/2017, de 20 de março de 2017, que passa a ser substituído pelo Anexo Único que acompanha a presente lei.

Art. 3º Os valores dos salários fixados no Anexo Único desta lei serão corrigidos nos mesmos percentuais e datas da revisão ou reposição salarial dos servidores públicos municipais.

Art. 4º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
20 de Junho de 2018
AVELINO MENEGOLLA
Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO**QUADRO DE CARGOS PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA**

Cargo	Carga Horária Semanal	Vagas	Salário
Professor Especial 1	20 h	25	R\$ 1.227,68
	40 h	30	R\$ 2.455,35
Professor 1	20 h	10	R\$ 1.496,72
	40 h	01	R\$ 3.003,64
Médico	40 h	06	R\$ 17.262,98
Médico	20 h	06	R\$ 8.631,51
Professor de Educação Física – atividades	20 h	01	R\$ 1.496,72
Coordenador Pedagógico de atividades	20 h	01	R\$ 1.496,72
Farmacêutico	40 h	05	R\$ 3.859,97

AVELINO MENEGOLLA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº AM 009/2018

Publicação Nº 1663609

PORTARIA Nº AM 009/2018

ANULA O ITEM 07 DO PROCESSO LICITATÓRIO 0080/2018 – PREGÃO REGISTRO DE PREÇOS – 0053/2018, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

AVELINO MENEGOLLA, Prefeito do Município de Xanxerê, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e com fundamento no artigo 69, incisos III e VIII, da Lei Orgânica Municipal, e
Considerando os princípios administrativos da legalidade e da autotutela administrativa, bem como o artigo 49 da Lei de Licitações 8.666/93;
Considerando a Súmula 473 do Supremo Tribunal Federal - "A administração pode anular seus próprios atos quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência e oportunidade, respeitados os direitos adquiridos e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial;
Considerando que houve o acordo entre as partes proponente e Corpo de Bombeiros sobre o cancelamento do item.

RESOLVE:

Art. 1º. Anular o item 07 do Processo Licitatório 0080/2018 – Pregão Registro De Preços – 0053/2018.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições e atos administrativos contrários.

Xanxerê/SC, 22 de junho de 2018.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

LEI ORDINÁRIA Nº 4006/2018

Publicação Nº 1664227

LEI Nº 4006 / 2018

(Origem Projeto de Lei Nº 5/2018 – Legislativo)

DENOMINA LOGRADOURO DO MUNICÍPIO DE XANXERÊ DE JOSÉ BOTTA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal de Xanxerê, SC, FAZ SABER a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores votou, aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte,

LEI

Art. 1º. Fica denominado de “José Botta”, o logradouro “Rua A”, do Loteamento Egídio Botta, na cidade de Xanxerê, SC, matriculado no CRI sob nº 29.330.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

18 de Junho de 2018.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal

LEI ORDINÁRIA Nº 4007/2018

Publicação Nº 1664231

LEI Nº 4007 / 2018

(Origem Projeto de Lei Nº 10/2018 – Legislativo)

DENOMINA LOGRADOURO DO MUNICÍPIO DE XANXERÊ DE JOSEPHINA PARISOTTO BOTTA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal de Xanxerê, SC, FAZ SABER a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores votou, aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte,

LEI

Art. 1º. Fica denominado de “Josephina Parisotto Botta”, o logradouro “Rua E”, do Loteamento Ecoville, na cidade de Xanxerê, SC, matriculado no CRI sob nº 29.330.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

18 de Junho de 2018.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal

LEI ORDINÁRIA Nº 4008/2018

Publicação Nº 1664232

LEI Nº 4008 / 2018

(Origem Projeto de Lei Nº 21/2018 – Legislativo)

REVOGA LEI MUNICIPAL Nº 3891/2016 DE 20/12/2016, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal de Xanxerê, SC, FAZ SABER a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores votou, aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte,

LEI

Art. 1º. Fica revogada integralmente a Lei Municipal nº 3891/2016 de 20/12/2016.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

18 de Junho de 2018.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal

LEI ORDINÁRIA Nº 4009/2018

Publicação Nº 1664235

LEI Nº 4009 / 2018

(Origem Projeto de Lei Nº 22/2018 – Legislativo)

REVOGA LEI MUNICIPAL Nº 3884/2016 DE 15/12/2016, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal de Xanxerê, SC, FAZ SABER a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores votou, aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte,

LEI

Art. 1º. Fica revogada integralmente a Lei Municipal nº 3884/2016 de 15/12/2016.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

18 de Junho de 2018.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal

Xavantina

PREFEITURA

ATA 041/2018 NOAR TURISMO LTDA

Publicação N° 1664554

TERMO DE COMPROMISSO/ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 041/2018 PMXV

PROCESSO LICITATÓRIO N° 032/2018 PMXV

PREGÃO PRESENCIAL SRP N° 024/2018 PMXV

O Município de Xavantina/SC, com sede na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. ENOIR FAZOLO e a empresa NOAR TURISMO LTDA, inscrita no CNPJ n° 18.780.623/0001-90, nesta Ata representada pelo seu Outorgado, Sr. ELIAS MADALUZ, portador do CPF n° 030.856.500-24, nos termos das Leis n°. 10.520/02 e n° 8.666/93, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços n° 024/2018 PMXV, e homologada pela autoridade competente, RESOLVEM registrar os preços para aquisição dos bens, objeto do Pregão acima citado, que passam a fazer parte desta, nos seguintes termos:

Cláusula Primeira – Do objeto, Preços e Quantidades

A presente Ata tem por objeto assegurar o compromisso para o fornecimento de passagens aéreas para trechos nacionais e internacionais, incluindo reserva, emissão, entrega transferência, endosso, marcação/remarcação e reembolso de bilhetes para atender as necessidades do município, conforme as especificações constantes do anexo "c" deste edital.

Item	Descrição	Estimativa de valores a serem alocados para a totalidade da aquisição (passagens nacionais e internacionais)	Percentual mínimo de desconto
01	Fornecimento de passagens aéreas para trechos nacionais e internacionais, incluindo reserva, emissão, entrega transferência, endosso, marcação/remarcação e reembolso de bilhetes.	30.000,00	100,00 %

Cláusula Segunda – Da validade da Ata

A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses consecutivos contados da data de assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Xavantina não será obrigado a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no art. 65 da Lei 8.666/93.

Cláusula Terceira – Das disposições finais e do foro

A empresa acima descrita passará a ser denominada detentora da Ata de Registro de Preços após a assinatura desta.

Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial SRP n° 024/2018 PMXV e a proposta da Detentora da Ata.

Fica designado o fiscal desta Ata de Registro de Preços o servidor Jaime Masiero.

Fica eleito o Foro da Comarca de Seara/SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

Os casos omissos serão resolvidos de acordo com as Leis 10.520/2002, Lei 8.666/93, e se for o caso, conforme disposições da Lei n° 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), Código Civil e legislações pertinentes à matéria.

Xavantina/SC, em 25 de Junho de 2018.

MUNICÍPIO DE XAVANTINA
ENOIR FAZOLO – Prefeito

EMPRESA DETENTORA DA ATA
NOAR TURISMO LTDA
ELIAS MADALUZ - Representante

FISCAL DA ATA
JAIME MASIERO – Secretário de Administração e Finanças

PP 031/2018 PMXV

Publicação Nº 1664164

MUNICÍPIO DE XAVANTINA – SC

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 031/2018 PMXV

Objeto: A presente licitação tem por objeto aquisição de Escavadeira Hidráulica nova, para o município de Xavantina/SC, conforme especificações constantes no Anexo "E" deste Edital, referente ao Convênio 2018TR643.

Forma de Pregão: Pregão Presencial.

Tipo: Menor Preço por Item.

Recebimento das propostas: até às 13h30 do dia 09/07/2018.

Abertura: dia 09/07/2018, às 13h45.

O Edital e informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Xavantina, localizada na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro, de segunda a sexta-feira, no horário das 07:45 às 11:45 horas e das 13:00 às 17:00 horas, ou pelo telefone (0**49) 3454-3100.

Xavantina - SC, em 25 de junho de 2018.

ENOIR FAZOLO
Prefeito Municipal

PP 032/2018 PMXV

Publicação Nº 1664166

MUNICÍPIO DE XAVANTINA – SC

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 032/2018 PMXV

Objeto: A presente licitação tem por objeto aquisição de Veículo novo para o município de Xavantina/SC, conforme especificações constantes no Anexo "E" deste Edital, referente ao convênio 2018TR655.

Forma de Pregão: Pregão Presencial.

Tipo: Menor Preço por Item.

Recebimento das propostas: até às 13h30 do dia 10/07/2018.

Abertura: dia 10/07/2018, às 13h45.

O Edital e informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Xavantina, localizada na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro, de segunda a sexta-feira, no horário das 07:45 às 11:45 horas e das 13:00 às 17:00 horas, ou pelo telefone (0**49) 3454-3100.

Xavantina - SC, em 25 de junho de 2018.

ENOIR FAZOLO
Prefeito Municipal

Xaxim

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 067/2018 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 033/2018

Publicação Nº 1664541

Estado de Santa Catarina

MUNICIPIO DE XAXIM

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Adm. nº 067/2018

EDITAL: Pregão Presencial para Registro de Preços nº. 033/2018

TIPO: Menor preço por item

OBJETO: Registro de Preço para Fornecimento de Lanches para usuários e servidores que participam de oficinas, programas e capacitações realizados pelas Secretarias de Assistência Social, Saúde, CAPS, Educação e Cultura, Secretaria da Mulher e demais secretarias da Administração Municipal.

Entrega dos Envelopes: até às 8h30min do dia 06 de Julho de 2018

Abertura dos Envelopes: 09h do dia 06 de Julho de 2018

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Rua Rui Barbosa, nº 347, de Segunda à Sexta, das 08h às 11h45min e das 13h30min. às 17h30min, pelo fone (0**49) 3353.8201 ou na pagina eletrônica do município www.xaxim.sc.gov.br.

Xaxim (SC), 20 de Junho de 2018. Lírio Dagort. Prefeito Municipal.

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE N.0056/2017

Publicação Nº 1664505

Estado de Santa Catarina

MUNICIPIO DE XAXIM

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 0056/2017.

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE XAXIM

CONTRATO: MHNET TELECOMUNICACOES EIRELI

Objeto: Contratação de Link de Internet Dedicado Dedicado com IP's válidos e fixos, por intermédio de empresa especializada, bem como a prestação de serviço de transporte de dados, voz e vídeo, em tecnologia Multiprotocol Label Swicthing (MPLS) em Fibra Ótica redundante em formato de anel.

Aditivo: Primeiro Termo Aditivo de prazo, com fundamentação legal no art. art. 57, da Lei 8.666/93, bem como clausula quarta do contrato que compõem o Edital de Licitação e ainda no respectivo contrato, e também Prejulgado nº 1758 do Egrégio Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Vigência: 06 de Julho de 2018 a 06 de Julho de 2019.

Processo de Licitação: Processo de Licitação nº 051/2017, modalidade Pregão Presencial Nº. 028/2017

Xaxim, 20 de Junho de 2018.LIRIO DAGORT. Prefeito Municipal.

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE N.0057/2017

Publicação Nº 1664532

Estado de Santa Catarina

MUNICIPIO DE XAXIM

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 0057/2017.

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE XAXIM

CONTRATO: POLLI COMERCIO E SERVIÇOS EM INFORMATICA LTDA-ME

Objeto: Contratação de Link de Internet Dedicado Dedicado com IP's válidos e fixos, por intermédio de empresa especializada, bem como a prestação de serviço de transporte de dados, voz e vídeo, em tecnologia Multiprotocol Label Swicthing (MPLS) em Fibra Ótica redundante em formato de anel

Aditivo: Primeiro Termo Aditivo de prazo, com fundamentação legal no art. art. 57, da Lei 8.666/93, bem como clausula quarta do contrato que compõem o Edital de Licitação e ainda no respectivo contrato, e também Prejulgado nº 1758 do Egrégio Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Vigência: 06 de Julho de 2018 a 06 de Julho de 2019.

Processo de Licitação: Processo de Licitação nº 051/2017, modalidade Pregão Presencial Nº. 028/2017

Xaxim, 20 de Junho de 2018.LIRIO DAGORT. Prefeito Municipal.

EXTRATO DO 3º TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE N.0021/2018

Publicação Nº 1664530

Estado de Santa Catarina

MUNICIPIO DE XAXIM

EXTRATO DO 3º TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 0021/2018.

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE XAXIM

CONTRATO: AQUABONA ASSESSORIA AMBIENTAL E SEGURANÇA DO TRABALHO LTDA-ME

Objeto: Contratação de Empresa para Recuperação de Área Degradada de Preservação Permanente situada no Bairro Santa Terezinha, com fornecimento de Materiais e Mão de Obra, de acordo com Termo de Compromisso nº 0352319-71/2011 MINISTÉRIO DAS CIDADES/CAIXA. Aditivo: Terceiro Termo Aditivo de prazo, com fundamentação legal no art. art. 57, da Lei 8.666/93, bem como cláusula quarta do contrato que compõem o Edital de Licitação e ainda no respectivo contrato, e também Prejulgado nº 1758 do Egrégio Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Vigência: 01 de Julho de 2018 a 01 de Setembro de 2018.

Processo de Licitação: Processo Licitatório nº 017/2018, modalidade Tomada de Preço para Obras e Serviços de Engenharia nº 001/2018.

Xaxim, 20 de Junho de 2018.LIRIO DAGORT. Prefeito Municipal.

EXTRATO DO 3º TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE N.0033/2018

Publicação Nº 1664520

Estado de Santa Catarina

MUNICIPIO DE XAXIM

EXTRATO DO 3º TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 0033/2018.

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE XAXIM

CONTRATO: PAVIMAQUINAS COMERCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA

Objeto: Contratação de Empresa para Recuperação de Motor de Escavadeira Hidráulica CAT 312C, Motor de Trator de Esteira Komatsu D41, e Recuperação Total de Cabine e estrutura de Escavadeira Hidráulica Hunday 160 LC 9, incluindo Peças e Mão de Obra, para manutenção das atividades desenvolvidas junto a Secretaria de Infraestrutura.

Aditivo: Terceiro Termo Aditivo de prazo, com fundamentação legal no art. art. 57, da Lei 8.666/93, bem como cláusula quarta do contrato que compõem o Edital de Licitação e ainda no respectivo contrato, e também Prejulgado nº 1758 do Egrégio Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Vigência: 29 de Junho de 2018 a 14 de Julho de 2018.

Processo de Licitação: Processo de Licitação nº 039/2018, modalidade Pregão Presencial Nº. 016/2018.

Xaxim, 20 de Junho de 2018.LIRIO DAGORT. Prefeito Municipal.

EXTRATO DO CONTRATO DE N.0051/2018

Publicação Nº 1664020

Estado de Santa Catarina

MUNICIPIO DE XAXIM

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 0051/2018.

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE XAXIM

CONTRATO: IOD INSTITUTO CLINICO DO CONHECIMENTO LTDA

Objeto: contratação de empresa para capacitação a servidores municipais que atuam diretamente com as demandas sociais com o objetivo de qualificar os profissionais e serviços, abordando as leis sistêmicas e constelação familiar.

Vigência: 19 de Junho de 2018 a 31 de Dezembro de 2018.

Valor Total: R\$ 38.800,00 (Trinta e oito mil e oitocentos reais)

Dotação Orçamentária: 3.3.90.39.05.00.00.00 (92; 89/2018)

Processo de Licitação: Processo de Licitação nº 048/2018, modalidade Pregão Presencial Nº. 020/2018.

Xaxim, 19 de Junho de 2018.LIRIO DAGORT. Prefeito Municipal.

Zortéa

PREFEITURA

DECRETO Nº 059/2018 - DISPÕE SOBRE SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL, NOS TERMOS DO ARTIGO 43, PARÁGRAFO 1º, INCISO I E II, DA LEI FEDERAL Nº 4.320 DE 17/03/1964 E LEI MUNICIPAL Nº 0574/2017 DE 06 DE DEZEMBRO DE 2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Publicação Nº 1664210

DECRETO Nº 059/2018 DE 21 DE JUNHO DE 2018.

DISPÕE SOBRE SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL, NOS TERMOS DO ARTIGO 43, PARÁGRAFO 1º, INCISO I e II, DA LEI FEDERAL Nº 4.320 DE 17/03/1964 E LEI MUNICIPAL Nº 0574/2017 DE 06 DE DEZEMBRO DE 2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ALCIDES MANTOVANI, Prefeito Municipal de Zortéa - Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

DECRETA

Artigo 1º - Fica suplementado nos termos do artigo 43, parágrafo 1º, inciso I e II, da Lei Federal n. 4.320, de 17 de março de 1964 e da Lei Municipal nº. 0574/2017, de 06 de dezembro de 2017, Art. 6 inc. I e II, a importância de R\$ 1.079.817,17 (Um milhão, setenta e nove mil, oitocentos e dezessete reais e dezessete centavos), na seguinte dotação orçamentária:

Projeto Red Despesa Fonte Valor

1006 Aquisição de Máquinas, Veículos e Equipamentos - Infraestrutura

086 4.4.90.00.00 – Despesas de Capital 00.48 1.079.817,17

Artigo 2º - Para cobertura do presente crédito suplementar será utilizado os recursos provenientes do Excesso de Arrecadação nas Fontes de recursos acima identificadas – PCASP/2018.

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Zortéa – SC, 21 de junho de 2018.

ALCIDES MANTOVANI

PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e publicado o presente Decreto em 21 de junho de 2018.

BIRAJARA CESAR DA SILVA

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

DECRETO Nº 060/2018 - DISPÕE SOBRE SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL, NOS TERMOS DO ARTIGO 43, PARÁGRAFO 1º, INCISO I E II, DA LEI FEDERAL Nº 4.320 DE 17/03/1964 E LEI MUNICIPAL Nº 0574/2017 DE 06 DE DEZEMBRO DE 2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Publicação Nº 1664385

DECRETO Nº 060/2018 DE 25 DE JUNHO DE 2018.

DISPÕE SOBRE SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL, NOS TERMOS DO ARTIGO 43, PARÁGRAFO 1º, INCISO I e II, DA LEI FEDERAL Nº 4.320 DE 17/03/1964 E LEI MUNICIPAL Nº 0574/2017 DE 06 DE DEZEMBRO DE 2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ALCIDES MANTOVANI, Prefeito Municipal de Zortéa - Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

DECRETA

Artigo 1º - Fica suplementada nos termos do artigo 43, parágrafo 1º, inciso I e II, da Lei Federal n. 4.320, de 17 de março de 1964 e da Lei Municipal nº. 0574/2017, de 06 de dezembro de 2017, Art. 6 inc. I e II, a importância de R\$ 160.000,00 (Cento e sessenta mil reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

Projeto Red Despesa Fonte Valor

1015 Aquisição de Veículos e Equipamentos – Sec. Saúde 006 4.4.90.00.00 – Despesas de Capital 38.29 160.000,00

Artigo 2º - Para cobertura do presente crédito suplementar será utilizado os recursos provenientes do Excesso de Arrecadação nas fontes de recursos acima identificadas – PCASP/2018.

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Zortéa – SC, 25 de junho de 2018.

ALCIDES MANTOVANI
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e publicado o presente Decreto em 25 de junho de 2018.

BIRAJARA CESAR DA SILVA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

EXTRATO DE EDITAL DE PREGAO PRESENCIAL Nº 024/2018 - AQUISIÇÃO MICRO ONIBUS

Publicação Nº 1664316

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório Nº 0052/2018
Pregão Presencial Nº 0024/2018

OBJETO: Aquisição de 1 (um) Micro-Ônibus adaptado com capacidade mínima de 24 lugares e máxima de 30 lugares, zero quilômetro, para estruturação da Rede de Serviços de Proteção Social Especial –APAE do Município de Zortéa-SC, cujas especificações encontram-se detalhadas no Anexo VII do Edital.

Através do convênio TR 741/2018 firmado entre o município de Zortéa e o Estado de Santa Catarina por meio da Agência De Desenvolvimento Regional De Campos Novos/SC.

ENTREGA DE ENVELOPES E ABERTURA: Os Envelopes de Propostas e Documentos deverão ser obrigatoriamente protocolados no Setor de Protocolo até às 09h00min, para abertura da Sessão às 09h05min do dia 06/07/2018 (Sexta-Feira).

CREDENCIAMENTO: Os documentos de Credenciamento deverão vir fora dos envelopes, em cópias autenticadas, em mãos, a serem entregues na hora da abertura da sessão.

Menor Preço por item

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO EDITAL: Sala de Licitações, junto à Prefeitura, com endereço na Rua Otaviano Oleari Franceschi, n. 53, Centro, Município de Zortéa/SC.

Horário: Das 8h00min às 12h00min e das 13h30min às 17h30min.

Telefone: (049) 3557-2018, (049) 3557-2019.

No sítio: www.zortea.sc.gov.br

Zortéa-SC, 26 de Junho de 2018.

Alcides Mantovani
Prefeito Municipal

EXTRATO DE EDITAL DE PREGAO PRESENCIAL Nº 025/2018 - LOCACAO DE VEICULOS PARA TRANSPORTE ESCOLAR

Publicação Nº 1664509

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório Nº 0053/2018
Pregão Presencial Nº 0025/2018

OBJETO: Contratação de empresa na prestação de serviços de locação de veículos automotivos utilizados para transporte de alunos da rede municipal de Zortéa-SC.

Conforme especificações contidas no anexo VII do edital.

ENTREGA DE ENVELOPES E ABERTURA: Os Envelopes de Propostas e Documentos deverão ser obrigatoriamente protocolados no Setor de Compras e Licitação até às 11h00min, para abertura da Sessão às 11:05min do dia 06/07/2018 (Sexta-Feira).

CREDENCIAMENTO: Os documentos de Credenciamento deverão vir fora dos envelopes, em cópias autenticadas, em mãos, a serem entregues na hora da abertura da sessão.

MENOR PREÇO UNITÁRIO

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO EDITAL: Setor de Compras e Licitações, junto à Prefeitura de Zortéa, com endereço na Rua Otaviano Oleari Franceschi, nº 53, Centro, Município de Zortéa/SC.

Horário de Expediente: Das 8h00min às 12h00min e das 13h30min às 17h30min.

Telefone: (049) 3557-2018 / (049) 3557-2019.

No sítio: www.zortea.sc.gov.br

Zortéa-SC, 26 de Junho de 2018.

Alcides Mantovani
Prefeito Municipal

RATIFICAÇÃO DE JUSTIFICATIVA - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0025/2018

Publicação Nº 1664629

Processo Licitatório Nº 0051/2018
Dispensa de Licitação Nº 0025/2018

RATIFICAÇÃO DE JUSTIFICATIVA

O Prefeito de Zortéa-SC, Sr. Alcides Mantovani, tendo em vista a justificativa apresentada pela Secretária de Educação do Município de Zortéa, bem como o parecer emitido pela Assessoria Jurídica do Município, sobre a contratação, fulcrada no inciso IV, do art. 24 da Lei n. 8.666/93, com a empresa Transportes Natalio Ltda, com o valor total de R\$ 18.100,00 (dezoito mil e cem reais) para locação emergencial de veículos para transporte de alunos do interior do município de Zortéa, Estado de Santa Catarina. Resolve, RATIFICAR a justificativa apresentada, e ordenar sua publicação na imprensa oficial, como condição para eficácia dos atos, em cumprimento ao disposto no art. 26 da citada Lei n. 8.666/93.

Zortéa-SC, 26 de Junho de 2018.
Alcides Mantovani
Prefeito de Zortéa

Associações

AMAVI

RESOLUÇÃO 073/2018

Publicação Nº 1663610

RESOLUÇÃO nº 073, de 12 de junho de 2018.

Dispõe sobre exoneração de cargo de provimento em comissão que menciona, e dá outras providências.

CESAR LUIZ CUNHA, Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Itajaí - CIS-AMAVI, no exercício de suas atribuições legais e em cumprimento ao disposto no inciso X do parágrafo 4º da Cláusula 12ª do Contrato de Consórcio Público, bem como atendendo à deliberação do Conselho de Administração, com fundamento no inciso XVIII do § 6º da Cláusula 13ª do citado Contrato;

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar PAULO ROBERTO TSCHUMI do cargo em comissão de Diretor Executivo do CIS-AMAVI, devendo-se observar quanto aos direitos e obrigações o disposto no Contrato de Consórcio Público e Estatuto do Consórcio.

Parágrafo único. A presente exoneração se dá em razão da contratação do servidor para o exercício do cargo de Secretário Executivo da AMAVI, de modo que, extinta aquela contratação, o servidor ora exonerado será automaticamente convidado a assumir o cargo de Diretor Executivo do CIS-AMAVI.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 12 de junho de 2018.

CESAR LUIZ CUNHA

Presidente do CIS-AMAVI

RESOLUÇÃO 074/2018

Publicação Nº 1663616

RESOLUÇÃO nº 073, de 12 de junho de 2018.

Dispõe sobre exoneração de cargo de provimento em comissão que menciona, e dá outras providências.

CESAR LUIZ CUNHA, Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Itajaí - CIS-AMAVI, no exercício de suas atribuições legais e considerando o Convênio de Cooperação que entre si firmaram a AMAVI e o CIS-AMAVI e a Resolução da AMAVI Nº 06/2018,

RESOLVE:

Art. 1º Designar Paulo Roberto Tchumi para o exercício das atribuições de Diretor Executivo do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Itajaí - CIS-AMAVI, sem ônus para o Consórcio.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 13 de junho de 2018.

CESAR LUIZ CUNHA

Presidente do CIS/AMAVI

RETIFICAÇÃO PE 02/2018

Publicação Nº 1663621

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE – CIS AMAVI

AVISO DE RETIFICAÇÃO DE EDITAL 01

Pregão Eletrônico Nº 02/2018

Objeto: formalização de Registro de Preços PARA a aquisição, POR MUNICÍPIOS CONSORCIADOS, de medicamentos e suplementos alimentares.

Fica retificado o referido Edital nos seguintes itens:

Exclui-se o item 16.5.1, letra f.

Altera-se o Item 2.1

Onde se lê: DO ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS: até as 08h00min horas do dia 27 de junho de 2018.

Leia-se: DO ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS: até as 08:00h horas do dia 09 de julho de 2018.

Altera-se o Item 2.2

Onde se lê: DA ABERTURA E DIVULGAÇÃO DAS PROPOSTAS: até as 09h00min horas do dia 27 de junho de 2018.

Leia-se: DA ABERTURA E DIVULGAÇÃO DAS PROPOSTAS: até as 09:00h horas do dia 09 de julho de 2018.

Os demais itens do Edital permanecem inalterados.

Rio do Sul, 22 de junho de 2018.

Cesar Luiz Cunha

Presidente do CIS AMAVI

AMERIOS

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 04-2018 - ASSEMBLEIA GERAL

Publicação Nº 1663451

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 04/2018

DISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO DOS PREFEITOS DA ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO ENTRE RIOS - AMERIOS PARA ASSEMBLEIA ORDINÁRIA.

Art. 1º - O Presidente da Associação dos Municípios do Entre Rios - AMERIOS, Sr. Renaldo Mueller, Prefeito de Riqueza, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Estatuto Social, CONVOCA os Senhores PREFEITOS e a Senhora PREFEITA, para participarem da 182ª Assembleia Geral Ordinária que se realizará no próximo dia 4 de julho de 2018, quarta-feira, com início às 8h30min, no auditório da AMERIOS, sito Avenida Euclides da Cunha, 160, em Maravilha/SC, para deliberar os seguintes assuntos:

I- 8h30min - Abertura da Assembleia;

II- 8h50min - Aprovação da Ata da Assembleia anterior;

III- 9h - Apresentação de documento do Colegiado de Agricultura- Sr. Rubens Diniz- Coordenador;

IV- 9h40min - Ações, sugestões e reivindicações junto a FECAM- Prefeito Jairo Rivelino Ebeling;

V- 10h - Prestação de contas referente os meses de maio e junho de 2018;

I- 10h10min - Assuntos gerais;

II- 10h20min- Palavra livre;

VI- 10h30min- Encerramento.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Maravilha/SC, 21 de junho de 2018.

RENALDO MUELLER

Presidente da AMERIOS

Prefeito de Riqueza

TERMO ADITIVO N. 01/2018 AO CONTRATO N. 03/2018

Publicação Nº 1663543

CONTRATO DE FORNECIMENTO N. 03/2018

TERMO ADITIVO N. 01/2018

CONTRATANTE: Associação Dos Municípios Do Entre Rios – AMERIOS, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 00.961.206/0001-88, com sede administrativa na Avenida Euclides da Cunha, nº 160, Centro, no Município de Maravilha, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Presidente, eleito e empossado pela Assembleia Geral, no dia 12 de janeiro de 2017, conforme extrato publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM, do dia 16/01/2017, Sr. Jairo Rivelino Ebeling, Prefeito de Cunha Porã/SC, que de acordo com art. 20 do Estatuto Social, denominado CONTRATANTE e a empresa ABASTECEDORA FAE LTDA, empresa privada, inscrita no CNPJ/MF n. 03.421.119/0001-26, com sede na Avenida Euclides da Cunha, n. 1073, Bairro União, Maravilha/SC, neste ato representado pelo seu representante legal, Sr. IVAN FAE, denominada CONTRATADA, RESOLVEM em comum acordo, promover o presente Termo Aditivo ao contrato de fornecimento n. 03/2018, pelas cláusulas que seguem.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DO PREÇO

1.1 - O presente Termo Aditivo tem por objeto promover o reequilíbrio econômico financeiro ao item 1 da Cláusula primeira, que originalmente foi contratado pelo preço a seguir:

ITEM	UND.	QUANT.	DESCRIÇÃO DO PRODUTO/SERVIÇO	VAL. UNIT.
1	Lt	Indefinido	GASOLINA COMUM	4.099

1.2 – Com o advento de fato novo e imprevisível, alheio a vontade dos contratados, devidamente justificado e comprovado através de nota fiscal do fabricante do produto, resolve-se promover o reequilíbrio econômico financeiro ao preço original de que trata o inciso anterior, que passa a obter o seguinte preço unitário:

ITEM	UND.	QUANT.	DESCRIÇÃO DO PRODUTO/SERVIÇO	VAL. UNIT.
1	Lt	Indefinido	GASOLINA COMUM	4.359

CLÁUSULA SEGUNDA – DA RATIFICAÇÃO

2.1 - Ficam ratificadas todas as demais cláusulas e condições constantes no Contrato de Fornecimento n. 03/2018, não alcançadas pelo presente Termo Aditivo.

Por estarem justos e acordados, firmam o presente juntamente com duas testemunhas, em duas vias de igual teor e forma, sem rasuras, para que produza os seus efeitos legais.

Maravilha (SC), 15 de junho de 2018.

	RENALDO MUELLER PRESIDENTE DA AMERIOS				Abastecedora Faé Ltda Ivan Faé	
--	--	--	--	--	-----------------------------------	--

TESTEMUNHAS:

--	--	--	--	--	--	--

FECAM

RESOLUÇÃO Nº 023/2018 - PONTO FACULTATIVO COPA MUNDO 2018

Publicação Nº 1664048

O Presidente da Federação Catarinense de Municípios – FECAM, VOLNEI JOSÉ MORASTONI, Prefeito de Itajaí, no uso de suas atribuições estatutárias:

Considerando que diversos órgãos públicos, bem como alguns municípios, concederam regime de horário especial de expediente durante os jogos da seleção brasileira de futebol na Copa do Mundo de 2018, de forma pública e notória;

RESOLVE:

1- Alterar a Resolução FECAM nº 05/2018 para estabelecer que nos dias em que os jogos da seleção brasileira se iniciarem às 9h, o horário de expediente da instituição será das 12h às 17h30; quando as partidas começarem às 11h, o expediente será das 08h30 às 10h30 e das 14h30 às 17h30; nos dias em que os jogos da seleção brasileira se iniciarem às 15h, o expediente será das 8:30h às 13h30. Casos urgentes serão atendidos em regime de plantão por equipe a ser previamente definida pelo Diretor Executivo.

2- Esta Resolução entrará em vigor na data de sua assinatura.

Florianópolis, SC, 21 de junho de 2018.

VOLNEI JOSÉ MORASTONI

Prefeito de Itajaí

Presidente da FECAM

Consórcios

CIGA

AVISO 03/2018 DE LICITAÇÃO PP 01/2018 (REPUBLICAÇÃO)

Publicação Nº 1664522

Aviso de Licitação n.º 03/2018
Processo Administrativo n.º 40/2017

REPUBLICAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N.º 01/2018

O Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA), inscrito no CNPJ sob n.º 09.427.503/0001-12, torna público que realizará licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, tipo MENOR PREÇO.

CRONOGRAMA

1. Data de início do recebimento dos envelopes (proposta de preço e documentação de habilitação): 26/06/2018.
2. Último dia para o recebimento dos envelopes (proposta de preço e documentação de habilitação): 10/07/2018, às 14:30 horas.
3. Último dia para oferecimento de impugnação administrativa do Edital: 06/07/2018.
4. Data da sessão pública do Pregão Presencial: 10/07/2018, às 15:00 horas, à Rua General Liberato Bittencourt, n.º 1885, Centro Executivo Imperatriz, Sala n.º 1307, Bairro Canto, CEP 88.070-800, Florianópolis/SC.
5. Data da sessão pública da Prova de Conceito: A prova de conceito ocorrerá no quinto dia útil a contar do encerramento da Sessão Pública do Pregão às 14:00 horas, na Rua General Liberato Bittencourt, n.º 1885, Centro Executivo Imperatriz, Sala n.º 1307, Bairro Canto, CEP 88.070-800, Florianópolis/SC.

OBJETO: Contratação de empresa para fornecimento de sistema integrado de tecnologia, contemplando a implantação, manutenção e personalização para a identificação das políticas, mecanismos e procedimentos que permitam a geração, a gestão, o acesso, o compartilhamento, a disseminação e o uso de dados geoespaciais, na forma de um Sistema de Informações Georreferenciadas (SIG) voltado à gestão do cadastro imobiliário e integrado aos demais sistemas dos Municípios e aos sistemas do CIGA, por meio de plataforma web compatível com os principais navegadores do mercado, conforme especificações constantes do Anexo I (Termo de Referência) e as condições estabelecidas, que fazem parte integrante deste Edital, para todos os fins e efeitos.

EDITAL COMPLETO: À disposição dos interessados na Rua General Liberato Bittencourt, n.º 1885, Centro Executivo Imperatriz, Sala n.º 1307, Bairro Canto, CEP 88.070-800, Florianópolis/SC, no horário das 9 (nove) às 11:30 (onze e trinta) e das 13:30 (treze e trinta) às 17 (dezessete) horas. Edital disponível no site www.ciga.sc.gov.br.

BASE LEGAL: Leis n.º 10.520/2002 e n.º 8.666/1993, Lei Complementar n.º 123/2006 e demais legislação pertinente.

Florianópolis, 25 de junho de 2018.

MARCUS VINICIUS DA SILVEIRA
Pregoeiro do CIGA

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 01/2018 (REPUBLICAÇÃO)

Publicação N° 1664525

**PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 40/2017/CIGA****PREGÃO PRESENCIAL N.º 01/2018/CIGA - REPUBLICADO****1 PREÂMBULO**

1.1 O Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal – CIGA, Consórcio Público, constituído na forma de Associação Pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa, inscrito no CNPJ sob o n.º 09.427.503/0001-12, com sede na Rua General Liberato Bittencourt, n.º 1885, Centro Executivo Imperatriz, Sala n.º 1307, Bairro Canto, CEP 88.070-800, Florianópolis/SC, neste ato representado por seu Diretor Executivo, Senhor Gilsoni Lunardi Albino, no uso de suas atribuições legais e regimentais, torna público que realizará licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL**, tipo **MENOR PREÇO**, cujo critério de julgamento será **GLOBAL**, destinada à *contratação de empresa para fornecimento de sistema integrado de tecnologia, contemplando a implantação, manutenção e personalização para a identificação das políticas, mecanismos e procedimentos que permitam a geração, a gestão, o acesso, o compartilhamento, a disseminação e o uso de dados geoespaciais, na forma de um Sistema de Informações Georreferenciadas (SIG) voltado à gestão do cadastro imobiliário e integrado aos demais sistemas dos Municípios e aos sistemas do CIGA, por meio de plataforma web compatível com os principais navegadores do mercado, com base no disposto nas Leis n.º 10.520/2002 e n.º 8.666/1993, Lei Complementar n.º 123/2006 e demais legislação pertinente.*

1.2 Integram este edital, dele fazendo parte como se transcritos em seu corpo, os seguintes anexos:

- 1.2.1 Anexo I - Termo de Referência;
- 1.2.2 Anexo II - Estimativa de Valor da Contratação;
- 1.2.3 Anexo III - Formulário de Proposta de Preços;
- 1.2.4 Anexo IV - Carta de Preposição;
- 1.2.5 Anexo V - Declaração de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte;
- 1.2.6 Anexo VI - Declaração de Cumprimento do Art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal;
- 1.2.7 Anexo VII - Declaração dando ciência de que cumpre plenamente os requisitos



de habilitação;

1.2.8 Anexo VIII - Declaração de conhecimento do objeto; e

1.2.9 Anexo IX - Minuta e Anexos do Contrato.

2 CRONOGRAMA

2.1 Data de início do recebimento dos envelopes (proposta de preço e documentação de habilitação): **26/06/2018**.

2.2 Último dia para o recebimento dos envelopes (proposta de preço e documentação de habilitação): **10/07/2018, às 14:30 horas**.

2.3 Último dia para oferecimento de impugnação administrativa do Edital: **06/07/2018**.

2.4 Data da sessão pública do Pregão Presencial: **10/07/2018, às 15:00 horas**, à Rua General Liberato Bittencourt, n.º 1885, Centro Executivo Imperatriz, Sala n.º 1307, Bairro Canto, CEP 88.070-800, Florianópolis/SC.

2.5 Data da sessão pública da Prova de Conceito: **A prova de conceito ocorrerá no quinto dia útil a contar do encerramento da Sessão Pública do Pregão às 14:00 horas**, na Rua General Liberato Bittencourt, n.º 1885, Centro Executivo Imperatriz, Sala n.º 1307, Bairro Canto, CEP 88.070-800, Florianópolis/SC.

3 DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

3.1 Quaisquer questionamentos acerca do edital, inclusive os de ordem técnica, deverão ser encaminhados exclusivamente por meio eletrônico, dirigidos ao Pregoeiro, para o endereço ciga@ciga.sc.gov.br, até 02 (dois) dias úteis antes da data designada para a abertura das propostas.

3.2 Os questionamentos serão respondidos pelo Pregoeiro exclusivamente por meio eletrônico, e os eventuais esclarecimentos, de interesse geral, serão divulgados no portal www.ciga.sc.gov.br, no link <https://ciga.sc.gov.br/licitacoes/>.

3.3 Os interessados deverão consultar o sítio do CIGA – <https://ciga.sc.gov.br/licitacoes/> – para obter informações sobre esta licitação, facultado a este Órgão o envio de informações por outro meio.

3.4 A entrega de impugnações, razões e contrarrazões de recursos deverá ser realizada, alternativamente: por meio eletrônico para o endereço ciga@ciga.sc.gov.br; por meio postal, endereçada ao Pregoeiro e à Equipe de Apoio do CIGA, Rua General Liberato Bittencourt, n.º 1885, Centro Executivo Imperatriz, Sala n.º 1307, Bairro Canto, CEP 88.070-800, Florianópolis/SC; ou protocolada pelo interessado nesse mesmo endereço.



3.5 Todas as referências de tempo destacadas no edital, avisos, bem como informações de tempo durante a sessão pública, observarão obrigatoriamente o horário de Brasília – DF.

4 DO OBJETO

4.1 *Contratação de empresa para fornecimento de sistema integrado de tecnologia, contemplando a implantação, manutenção e personalização para a identificação das políticas, mecanismos e procedimentos que permitam a geração, a gestão, o acesso, o compartilhamento, a disseminação e o uso de dados geoespaciais, na forma de um Sistema de Informações Georreferenciadas (SIG) voltado à gestão do cadastro imobiliário e integrado aos demais sistemas dos Municípios e aos sistemas do CIGA, por meio de plataforma web compatível com os principais navegadores do mercado, conforme especificações constantes do Anexo I (Termo de Referência) e as condições estabelecidas, que fazem parte integrante deste Edital, para todos os fins e efeitos.*

5 DO PREÇO MÁXIMO

5.1 O preço máximo (global e unitário) do objeto está estipulado no Anexo II – Estimativa de Valor da Contratação.

6 DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

6.1 Poderão participar deste certame licitantes que estejam legalmente constituídos e atendam às especificações contidas neste edital.

6.2 Para participar da presente licitação, os interessados deverão apresentar a PROPOSTA DE PREÇO e a DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO em envelopes separados, fechados, opacos, contendo externamente os seguintes dizeres:

ENVELOPE N.º 1: PROPOSTA DE PREÇO

LICITANTE:

ÓRGÃO LICITANTE: CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL – CIGA

PREGÃO PRESENCIAL N.º 01/2018/CIGA

ENVELOPE N.º 2: DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

LICITANTE:

ÓRGÃO LICITANTE: CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL – CIGA

PREGÃO PRESENCIAL N.º 01/2018/CIGA



6.3 É vedada a participação de:

6.3.1 pessoas físicas ou jurídicas suspensas ou impedidas de licitar e contratar com o CIGA ou declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública (conforme definição contida no art. 6º, inciso XI, da Lei 8.666/93);

6.3.2 licitantes que estejam sob aplicação de sanções, conforme termos da Lei n.º 12.846/2013:

6.3.2.1 A verificação de eventual enquadramento na situação de que trata este subitem será realizada mediante consulta junto ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIs, pelo link

<http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis>

e junto ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa, pelo link

http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php

6.3.3 licitantes cuja atividade fim não for compatível com o objeto desta licitação, que será comprovada por intermédio do ato constitutivo em vigor (documento consolidado ou acompanhado de todas as alterações), podendo ser acrescido a esta documentação complementar que possibilite identificar a compatibilidade da atividade fim com o objeto da licitação;

6.3.4 licitantes que tenham dirigentes ou responsáveis técnicos que sejam servidores (empregos permanentes ou em comissão) do CIGA;

6.3.5 licitantes em situação de falência;

6.3.6 sociedade estrangeira não autorizada a funcionar no País.

7 DA PARTICIPAÇÃO DA MICROEMPRESA E DA EMPRESA DE PEQUENO PORTE

7.1 Será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, entendendo-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas ou empresas de pequeno porte sejam até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada (artigo 44, §2.º, da LC 123/2006).

7.2 Ocorrendo o empate, a microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada poderá apresentar proposta inferior ao menor lance, situação em que será declarada vencedora da etapa de lances.

7.3 Caso a microempresa ou empresa de pequeno porte não apresente proposta de preço inferior àquela considerada vencedora, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrarem na hipótese do artigo 44, §2.º, da LC 123/2006, na ordem classificatória, para



o exercício do mesmo direito.

7.4 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos §§ 1.º e 2.º do art. 44 da Lei Complementar n.º 123/2006, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.5 A oferta da microempresa ou empresa de pequeno porte deverá ser feita no prazo máximo de 5 (cinco) minutos contados da convocação pelo Pregoeiro, sob pena de preclusão (art. 45, §3.º, da LC 123/2006).

7.6 As disposições deste item somente serão aplicadas quando a proposta melhor classificada ao final da etapa de lances não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte (artigo 45, §2.º, da LC 123/2006).

7.7 Na hipótese de microempresa ou empresa de pequeno porte sagrar-se vencedora, deverá apresentar toda a documentação exigida para habilitação, inclusive para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que estas últimas apresentem alguma restrição (artigo 43, *caput*, da LC 123/2006).

7.8 Havendo restrição na comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, será concedido o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o licitante for declarado vencedor do certame, prazo este prorrogável por igual período, a critério da Administração, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativa (artigo 43, §1.º, da LC 123/2006).

7.9 A documentação fiscal e trabalhista regularizada deverá ser entregue ao Pregoeiro ou à Equipe de Apoio no endereço citado no item 3.4 das DISPOSIÇÕES PRELIMINARES, dentro do prazo estipulado no item anterior:

7.9.1 No caso de remessa postal da documentação, deverá ser enviado o Recibo de Postagem da E.C.T ou Código de Rastreamento Postal, por e-mail, para o endereço citado nas DISPOSIÇÕES PRELIMINARES, no mesmo prazo do item 7.8.

7.10 A não regularização da documentação no prazo previsto implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81 da Lei n.º 8.666/93 e neste edital, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do Contrato, ou revogar a licitação, conforme estipulado neste edital.

7.11 A Declaração de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte – modelo sugerido no Anexo V – deverá ser apresentada ao Pregoeiro no momento determinado no item 12.3 deste edital, sob pena de não poder gozar dos direitos previstos nos artigos 43 e 44 da Lei Complementar n.º 123, de 14/12/2006.

8 DA IMPUGNAÇÃO AOS TERMOS DO EDITAL



8.1 As impugnações ao edital deverão ser dirigidas ao Pregoeiro, observando-se os termos do item 3.4 das DISPOSIÇÕES PRELIMINARES, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis anteriores à data fixada para a sessão do pregão:

8.1.1 Somente serão consideradas recebidas, dentro do prazo legal acima estabelecido, as impugnações que forem protocoladas ou registradas eletronicamente por uma das formas previstas no item 3.4 das DISPOSIÇÕES PRELIMINARES.

8.2 O Pregoeiro opinará, de forma fundamentada, com a oitiva da Equipe de Apoio, se assim achar necessário, pela procedência ou improcedência das impugnações, que serão decididas pela Autoridade Superior.

8.3 A decisão que determinar a modificação dos termos do edital ensejará sua republicação, reabrindo-se os prazos inicialmente estabelecidos, exceto quando, inquestionavelmente, as alterações não afetarem a formulação das propostas.

8.4 Devido à política de segurança virtual implantada no âmbito do CIGA, mensagens enviadas de alguns provedores ao endereço eletrônico indicado nas DISPOSIÇÕES PRELIMINARES poderão ser devolvidas ao remetente. É responsabilidade do impugnante confirmar o recebimento do e-mail pelo telefone (48) 3321-5300.

9 DO CREDENCIAMENTO

9.1 O Pregoeiro somente credenciará os representantes legais dos licitantes que apresentarem os seguintes documentos:

9.1.1 Ato constitutivo em vigor (documento consolidado ou acompanhado de todas as alterações), devidamente registrado;

9.1.2 Documento de identificação original ou cópia autenticada, com foto, do representante legal.

9.2 O licitante poderá se fazer representar por procurador ou preposto, cujo credenciamento é condicionado à apresentação dos seguintes documentos:

9.2.1 Ato constitutivo em vigor (documento consolidado ou acompanhado de todas as alterações), devidamente registrado;

9.2.2 Documento de identificação original ou cópia autenticada, com foto, do procurador ou preposto;

9.2.3 Procuração ou Carta de Preposição – modelo sugerido no Anexo IV – assinada pelo representante legal do licitante e com firma reconhecida, ou sua cópia autenticada:

9.2.3.1 A apresentação de procuração pública, original ou cópia autenticada, dispensa o reconhecimento de firma do outorgante.

9.3 Cada credenciado poderá representar apenas um licitante.



9.4 O representante credenciado é o único autorizado a intervir em todas as fases do procedimento licitatório, respondendo, para todos os efeitos, por seu representado.

9.5 A não apresentação ou incorreção de quaisquer documentos de credenciamento não impedirá a participação da licitante no presente certame, entretanto, ficará o suposto representante impedido de praticar quaisquer atos durante o processo em nome da licitante.

9.6 No decorrer da sessão poderá haver substituição do representante, desde que haja o credenciamento do novo representante na forma dos subitens 9.1 e 9.2 deste edital.

10 DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS

10.1 O envelope PROPOSTA DE PREÇO deverá conter a proposta, emitida em 1 (uma) via, impressa, datada, devidamente identificada e assinada pelo representante legal do licitante, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, além de conter as seguintes informações, sob pena de desclassificação:

10.1.1 DESCRIÇÃO DO OBJETO – A proposta deverá descrever, de forma clara e completa, o objeto ofertado pelo licitante ao CIGA, conforme disposto no Termo de Referência (Anexo I deste Edital);

10.1.2 PREÇO – Os preços deverão ser cotados em REAL, com até duas casas decimais após a vírgula, **inclusos todos os custos necessários ao fornecimento do objeto**, inclusive impostos diretos e indiretos, obrigações trabalhistas e previdenciárias, transportes, seguros incidentes ou que venham a incidir sobre o objeto, com cotação única de preços discriminando os valores conforme o Anexo III – Formulário de Proposta de Preço, deste edital;

10.1.3 VALIDADE DA PROPOSTA – O prazo de validade da proposta não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias (art. 6.º da Lei n.º 10.520/2002), tendo por termo inicial a data da sessão:

10.1.3.1 A PROPOSTA que omitir o prazo de validade será considerada como válida pelo período de 60 (sessenta) dias, contados da sessão pública em que for aberta a PROPOSTA DE PREÇO;

10.1.4 O licitante deverá fazer constar na proposta seus DADOS CADASTRAIS, a descrição do objeto, bem como as demais informações requisitadas no Anexo III deste Edital – Formulário de Proposta de Preço.

10.1.5 Não serão consideradas as propostas apresentadas após a data e o horário aprazado.

10.1.6 As propostas serão irretratáveis e irrenunciáveis, na forma da lei.

10.1.7 Cada licitante poderá apresentar apenas uma proposta de preços.



11 DA APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO

11.1 O envelope n.º 2 – DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO – deverá conter os documentos abaixo relacionados:

11.1.1 HABILITAÇÃO JURÍDICA:

11.1.1.1 Ato constitutivo do licitante:

11.1.1.1.1 Quando se tratar de EMPRESÁRIO deverá ser apresentado documento comprobatório de inscrição do mesmo no REGISTRO PÚBLICO DE EMPRESAS MERCANTIS da Junta Comercial do local de sua sede;

11.1.1.1.2 Quando se tratar de SOCIEDADES CIVIS OU SIMPLES deverá ser apresentada inscrição do ato constitutivo, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

11.1.1.1.3 Quando se tratar de SOCIEDADE EMPRESÁRIA deverá ser apresentado o Estatuto ou o Contrato Social (documento consolidado ou acompanhado de todas as alterações), tudo devidamente registrado no REGISTRO PÚBLICO DE EMPRESAS MERCANTIS da Junta Comercial do local de sua sede.

11.1.1.2 As SOCIEDADES POR AÇÕES também deverão apresentar cópia da Ata da eleição de seus administradores registrada na Junta Comercial;

11.1.1.3 As SOCIEDADES ESTRANGEIRAS em funcionamento no País deverão apresentar o respectivo decreto de autorização e, quando a atividade o exigir, o ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente.

11.1.2 REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

11.1.2.1 Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

11.1.2.2 Prova de inscrição no cadastro de contribuinte municipal ou estadual, se houver, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

11.1.2.3 Prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Nacional, a ser realizada mediante apresentação da Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União expedida pela Secretaria da Receita Federal;

11.1.2.4 Prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da licitante, expedida pelo órgão competente;

11.1.2.4.1 Caso o licitante seja de outra Unidade da Federação deverá apresentar, também, a regularidade para com a Fazenda do Estado de Santa Catarina;

11.1.2.5 Prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da licitante expedida pelo órgão competente;



11.1.2.5.1 Para os Municípios que mantêm Cadastro Mobiliário e Imobiliário separados, as proponentes deverão apresentar as duas certidões, isto é, Certidão sobre Tributos Imobiliários e Certidão sobre Tributos Mobiliários;

11.1.2.5.2 As empresas que não possuem imóveis cadastrados e/ou isentas, caso se enquadrem no item 11.1.2.5.1, deverão apresentar documento(s) emitido(s) por órgão(s) da Prefeitura que comprove(m) as respectivas situações;

11.1.2.6 Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;

11.1.2.7 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, instituída pela Lei Federal n.º 12.440, de 7 de julho de 2011;

11.1.2.8 Declaração de cumprimento do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal – modelo sugerido no Anexo VI;

11.1.2.9 Serão aceitas certidões positivas, com efeito de negativas, para comprovação da regularidade fiscal e trabalhista.

11.1.3 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

11.1.3.1 Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor ou pelos cartórios de registro da falência da sede da pessoa jurídica, com prazo de validade expresso.

11.1.4 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

11.1.4.1 Comprovante de capacidade técnica, consistente na apresentação de, pelo menos, 1 (um) atestado, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, no qual conste a execução de serviço pertinente e compatível com o objeto desta licitação, sob pena de exclusão do certame;

11.1.4.2 O atestado de capacidade técnico-operacional, referido no item anterior, deverá conter os seguintes elementos:

11.1.4.2.1 Nome do órgão ou empresa responsável pela emissão do atestado, com o CNPJ/CGC, inscrição estadual, endereço completo, o período de execução dos serviços e o número do contrato;

11.1.4.2.2 Manifestação acerca do conteúdo e da qualidade dos serviços prestados, atestando que os serviços foram cumpridos satisfatoriamente e que não consta dos arquivos da contratante nenhum registro desabonador de aspectos comerciais ou técnicos da contratada; e

11.1.4.2.3 Identificação do responsável pela emissão do atestado, com nome, função e telefone para solicitação de informações adicionais.

11.1.5 OUTROS DOCUMENTOS:



11.1.5.1 **Deverá** ser apresentada declaração de conhecimento dos termos do objeto – modelo sugerido no Anexo VIII do Edital.

11.1.5.1.1 É facultado e recomendável aos licitantes realizarem visita ao CIGA, ocasião em que serão sanadas as dúvidas porventura existentes, não cabendo qualquer alegação posterior por desconhecimento das condições dos locais e da prestação dos serviços;

11.1.5.1.2 A não realização da visita não admitirá ao licitante qualquer futura alegação de óbice, dificuldade ou custo não previsto para execução do objeto ou obrigação decorrente desta licitação.

11.2 FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

11.2.1 Todos os documentos deverão ser apresentados em originais, ou cópia de cada documento individualmente autenticada, ou ainda, cópias simples que poderão ser autenticadas por colaboradores do CIGA, caso estejam acompanhadas dos respectivos documentos originais.

11.2.2 Os documentos de habilitação apresentados pelo licitante, quando obtidos via *Internet*, serão validados pelo Pregoeiro após verificação de sua autenticidade no *site* da entidade que os emitiu:

11.2.2.1 Na hipótese de divergência de informações entre o documento apresentado e as constantes no site da entidade que o emitiu, prevalecerão estas em relação àquelas.

11.2.3 No caso de impossibilidade de acesso à *Internet* para verificação da autenticidade das certidões, a Sessão será suspensa e os licitantes serão intimados da data e do horário do seu prosseguimento.

11.2.4 Os documentos apresentados deverão estar dentro do prazo de validade, sob pena de inabilitação.

11.2.5 Os documentos de habilitação que porventura não possuírem prazo de validade deverão conter data de expedição não anterior a 90 (noventa) dias contados da data limite para entrega dos envelopes, exceto para os documentos de qualificação jurídica, de qualificação técnica, CPF e CNPJ.

11.2.6 O licitante que optar em participar mediante apresentação de proposta elaborada por uma de suas filiais, deverá apresentar todos os documentos exigidos para habilitação referentes à matriz, acrescidos, especificamente em relação à filial, das provas de regularidade com as Fazendas Estadual e Municipal:

11.2.6.1 Quando a matriz for sediada no estrangeiro, também deverá ser apresentada a Certidão Negativa de Falência e de Recuperação Judicial da filial.

11.2.7 Os documentos apresentados por ocasião do Credenciamento serão dispensáveis do envelope n.º 2 – Documentação de Habilitação.

11.2.8 Deverá o licitante indicar, juntamente com os documentos comprobatórios da



habilitação, endereço eletrônico para onde serão encaminhadas todas as comunicações pertinentes ao processo de licitação e à execução das obrigações dele decorrentes, expedidas pelo CIGA e a ele endereçadas.

11.2.9 O licitante se responsabilizará pelo endereço fornecido, de modo que, qualquer alteração deste endereço eletrônico deverá ser comunicada ao CIGA, considerando-se válida toda correspondência enviada ao endereço constante dos autos.

11.2.10 Em se tratando de comunicação enviada pelo correio eletrônico, considera-se intimado o licitante no primeiro dia útil seguinte ao envio, iniciando-se a contagem do prazo no dia imediatamente posterior ao da intimação.

12 DOS PROCEDIMENTOS DE RECEBIMENTO DOS ENVELOPES E JULGAMENTO

12.1 No dia, hora e local designados no CRONOGRAMA, o Pregoeiro declarará aberta a sessão e realizará o credenciamento dos licitantes:

12.1.1 O licitante que desejar participar da sessão apenas com os envelopes "PROPOSTA DE PREÇO" e "DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO", deverá enviá-los para o endereço citado no item 3.4 das DISPOSIÇÕES PRELIMINARES, ou apresentá-los até a data e o horário aprazado.

12.2 Até o momento em que for encerrado o credenciamento dos licitantes, o Pregoeiro poderá receber documentos de credenciamento daqueles que, porventura, não se encontravam presentes no horário estipulado no CRONOGRAMA.

12.3 Ato contínuo, o Pregoeiro receberá a Declaração de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, quando houver, e a Declaração dando ciência de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação.

12.4 O Pregoeiro abrirá os envelopes de proposta de preço, registrará os preços ofertados no respectivo mapa, indicando o de **MENOR PREÇO GLOBAL EM 48 MESES** ('valor estimado do lote único em 48 meses'), em conformidade com a fórmula que consta do Anexo II – Estimativa de Valor da Contratação, criada para compor o valor resultante das futuras e eventuais contratações pelos Municípios consorciados de Santa Catarina, durante o prazo máximo permitido por lei para a vigência do Contrato, e aquelas que atendem ao disposto no inciso VIII do art. 4º da Lei n.º 10.520/2002, e verificará a conformidade destas propostas com os requisitos do Anexo I – Termo de Referência, do instrumento convocatório:

12.4.1 O não atendimento a qualquer uma das características e/ou quantidades mínimas especificadas constitui fundamento para desclassificação da proposta.

12.4.2 Serão igualmente desclassificadas as propostas e excluídos os lances que ofereçam preços excessivos ou inexecutáveis, incompatíveis com os preços de mercado, podendo o Pregoeiro realizar diligências para averiguação dos mesmos.



12.4.2.1 O ônus da prova da exequibilidade dos preços cotados incumbe ao autor da proposta, no prazo de cinco dias úteis contados da notificação.

12.4.2.2 A desclassificação da proposta de preços será sempre fundamentada.

12.4.3 Serão admitidas para a etapa de lances verbais:

12.4.3.1 A proposta comercial com **MENOR PREÇO GLOBAL EM 48 MESES**, desde que atendidos os requisitos constantes do Anexo I – Termo de Referência, do instrumento convocatório;

12.4.3.2 As propostas comerciais com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela e que, igualmente, tenham atendido aos requisitos constantes do Anexo I – Termo de Referência, do instrumento convocatório.

12.4.4 Caso duas ou mais propostas comerciais, admitidas para a etapa de lances, apresentem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da oferta de lances.

12.4.5 Não havendo pelo menos três propostas comerciais aptas à fase de lances (que possam oferecer novos lances verbais e sucessivos) nas condições definidas no subitem 12.4.3, serão admitidas à etapa de lances aquelas superiores ao limite definido no inciso VIII do art. 4º da Lei n.º 10.520/2002, até que se complete o número de três licitantes classificados para participar da etapa competitiva (presentes à sessão pública), desde que tenham atendido aos requisitos do Anexo I – Termo de Referência, do instrumento convocatório.

12.5 A oferta dos lances será sucessiva, distinta, na ordem decrescente dos preços e deverá ser efetuada pelo **'valor estimado do lote único em 48 meses'** no momento em que for conferida a palavra ao licitante.

12.6 É vedada a oferta de lance com vista ao empate.

12.7 Durante a etapa de lances para o lote único em disputa, quando na sua oportunidade de ofertar novo lance não puder cobrir o menor preço apresentado, o licitante poderá oferecer um último lance para melhorar o seu preço, mesmo que este seja superior ao menor preço registrado até aquele momento.

12.8 A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará exclusão do licitante da etapa de lances verbais para o lote em disputa e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante, para efeito de ordenação das propostas.

12.9 Encerrada a disputa de lances do lote único e ordenada as ofertas, o Pregoeiro:

12.9.1 verificará se existe proposta de licitante micro ou pequena empresa em situação de empate ficto com o menor lance, para, em caso afirmativo, facultar-lhe o exercício ao direito de desempate, conforme disposto no item 7 – DA PARTICIPAÇÃO DA MICROEMPRESA E DA EMPRESA DE PEQUENO PORTE;

12.9.2 analisará acerca da aceitabilidade da proposta classificada em primeiro lugar (do menor lance), quanto ao objeto e ao valor, este com base nos orçamentos obtidos pela



administração e/ou preço máximo estabelecido (Anexo II – Estimativa de Valor da Contratação);

12.9.3 negociará a redução dos preços; e

12.9.4 declarará o vencedor da etapa de lances.

12.10 Embora seja considerado o **MENOR PREÇO GLOBAL EM 48 MESES** para efeito de lances e classificação, o licitante classificado em primeiro lugar deverá, no momento da Sessão Pública do Pregão, quando indagado pelo Pregoeiro, definir o preço unitário estimado por itens e subitens, conforme descrição apresentada na Estimativa de Valor da Contratação (Anexo II), sendo que este preço não poderá ultrapassar o preço máximo estabelecido para os itens e subitens, bem como não poderá, em hipótese alguma, ser superior ao preço apresentado na proposta inicial (Anexo III – Formulário de Proposta de Preços).

12.11 Caso não seja possível a imediata recomposição dos preços resultantes dos lances, o Pregoeiro estabelecerá um prazo de até 24 (vinte e quatro) horas para que o licitante apresente nova proposta ao Pregoeiro e à Equipe de Apoio, no endereço citado no subitem 3.4 do Edital, em original assinado, ou envie para o e-mail: ciga@ciga.sc.gov.br assinada e digitalizada, sob pena de desclassificação.

13 DA PROVA DE CONCEITO

13.1 A Prova de Conceito – POC consiste na validação das informações da Proposta - Nível de Atendimento aos Requisitos da PROPONENTE classificada em primeiro lugar na etapa de lances, a partir da observação do funcionamento prático da Solução (Solução de Tecnologia da Informação do Sistema de Georreferenciamento) ofertada, demonstrado pela PROPONENTE, sem ônus ao CIGA.

13.2 O Licitante declarado vencedor da etapa de lances deverá efetuar, no quinto dia útil seguinte à realização da sessão pública de pregão presencial, e conforme detalhado no item 3.16 do Termo de Referência (Anexo I deste Edital), demonstração técnica do software, objeto deste certame, que deverá contemplar os requisitos previstos no subitem 3.16.2, da forma descrita nos subitens 3.16.3 e 3.16.4, todos do Termo de Referência (Anexo I).

13.3 A demonstração técnica do sistema de tecnologia da informação e comunicação ofertado deverá apresentar plena operacionalidade, no ato da apresentação, sem a necessidade de customizações ou adequações posteriores.

13.4 A proponente terá a sua disposição ponto de banda larga de internet, sendo os equipamentos necessários à demonstração de responsabilidade da proponente.

13.5 O tempo máximo de demonstração técnica será de 01 (uma) hora, prorrogáveis, a critério da Comissão Técnica avaliadora, se esta o julgar necessário.



13.6 A validação das informações constantes da Proposta dar-se-á por meio da demonstração prática da execução das atividades relacionadas no Anexo I – Termo de Referência.

13.7 A proponente que não cumprir as funcionalidades e os requisitos mínimos obrigatórios do sistema será desclassificada pela Comissão Técnica avaliadora e não terá direito a qualquer indenização.

13.8 A PROPONENTE não comparecendo em dia e hora previamente agendados para a realização da Sessão Pública da Prova de Conceito – POC, será automaticamente reprovada pela Comissão Técnica avaliadora.

13.9 Será classificado para a etapa de habilitação o Licitante que atender a todas as exigências contidas neste Edital e efetuar a demonstração técnica, apresentando as condições mínimas de funcionalidade previstas no Termo de Referência (Anexo I).

13.10 Ao final da Prova de Conceito – POC, a Comissão Técnica avaliadora do CIGA registrará em Ata o resultado e encaminhará ao Pregoeiro e à sua Equipe de Apoio.

14 DA CONTINUIDADE DA SESSÃO PÚBLICA DE PREGÃO, ANÁLISE DA HABILITAÇÃO

14.1 Ato contínuo, em data designada para a continuidade da sessão pública do Pregão Presencial, devidamente publicada na imprensa oficial e no *site* do CIGA pela Comissão de Licitação, o Pregoeiro procederá à abertura do invólucro contendo os documentos de habilitação (Envelope n.º 2) do licitante que apresentou a melhor proposta (declarado vencedor da etapa de lances e devidamente aprovado na Prova de Conceito), para verificação do atendimento às condições fixadas no Edital.

14.2 Será inabilitado o licitante que não apresentar a documentação em situação regular.

14.3 Frustrada a habilitação do licitante cuja proposta fora declarada vencedora da etapa de lances e devidamente aprovado na Prova de Conceito, será retomada a sessão pública da licitação a partir da etapa final de lances, ocasião em que o Pregoeiro procederá à análise do sistema ofertado (Prova de Conceito) e, posteriormente, examinará o cumprimento das condições de habilitação do(s) licitante(s) subsequente(s) segundo a ordem de classificação na etapa de lances verbais, até apurar o licitante que atenda aos requisitos de habilitação expressos no Edital, sendo este declarado habilitado e, assim, vencedor do certame para o lote único em disputa.

14.4 Os envelopes de habilitação dos licitantes perdedores ficarão de posse do Pregoeiro até o adimplemento das obrigações contratuais, quando serão inutilizados.

14.5 Da Sessão Pública será lavrada ata circunstanciada, devendo ser assinada pelo Pregoeiro, seus Assistentes e por todos os licitantes presentes.

15 DO PROCEDIMENTO PARA SANAR FALHAS ESCUSÁVEIS



15.1 No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos.

16 DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

16.1 Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias úteis para a apresentação das razões de recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata aos autos.

16.2 A falta de manifestação imediata e motivada do desejo de recorrer importará decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação pelo Pregoeiro ao vencedor.

16.3 Sempre que for interposto recurso, deverá ser juntado aos autos os documentos, por ventura, apresentados pelo recorrente, registrando-se a data e a hora em que foram entregues.

16.4 Não será recebido ou conhecido recurso intempestivo, meramente protelatório, que não seja interposto pelo licitante ou por seu representante credenciado, ou quando os respectivos fundamentos não possuírem justificativa e motivação em direito admissíveis.

16.4.1 A decisão que negar seguimento ao recurso será fundamentada.

16.5 As razões e contrarrazões do inconformismo serão dirigidas ao Diretor Executivo do CIGA e deverão ser enviadas ao Pregoeiro, na forma do item 3.4 das DISPOSIÇÕES PRELIMINARES:

16.5.1 O Pregoeiro lançará sua manifestação, de forma motivada, pelo provimento ou não do recurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, e nesse mesmo prazo encaminhará o recurso ao Diretor Executivo do CIGA que, por sua vez, proferirá decisão em 5 (cinco) dias úteis.

16.6 O acolhimento do recurso somente importará na invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

17 DO JULGAMENTO

17.1 No julgamento das propostas considerar-se-á vencedor aquele que, obedecendo às condições, especificações e procedimentos estabelecidos neste Edital, apresentar **MENOR PREÇO GLOBAL EM 48 MESES**.

17.2 Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências do ato convocatório da licitação.



17.3 Verificado que a proposta de menor preço atende às exigências fixadas neste Edital (quanto à proposta, aprovação na Prova de Conceito – POC e habilitação), a proponente será declarada vencedora da licitação, sendo-lhe adjudicado o objeto.

18 DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

18.1 Declarado o vencedor da licitação e não havendo manifestação dos licitantes quanto à intenção de interposição de recurso, caberá ao Pregoeiro deliberar sobre a adjudicação do objeto à vencedora do Pregão.

18.2 No caso de interposição de recurso, a adjudicação do objeto à vencedora do Pregão será realizada pela autoridade competente.

18.3 A homologação será realizada pela autoridade competente.

19 DA CONTRATAÇÃO

19.1 Fica estabelecido que com o licitante vencedor será celebrado Contrato, que deverá ser assinado no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, na Gerência Administrativa do CIGA, a partir da comunicação por escrito para este fim, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei n.º 8.666/1993 e no art. 7.º da Lei n.º 10.520/2002.

19.2 Ocorrendo a decadência de que trata o item anterior, aplicar-se o disposto no subitem 14.3 deste Edital.

19.3 As obrigações contratuais são as descritas nas respectivas cláusulas da minuta contratual anexa, que independentemente de transcrição fazem parte deste Edital.

19.4 Todas as condições deste Edital, assim como os compromissos assumidos pela licitante por meio de sua proposta, fazem parte do Contrato independentemente de transcrição.

20 DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

20.1 A execução dos serviços processar-se-á conforme previsto no Termo de Referência (Anexo I) e na Minuta do Contrato (Anexo IX).

21 DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E DE RECEBIMENTO DO OBJETO

21.1 As condições de pagamento e de recebimento do objeto processar-se-ão conforme previsto na Minuta do Contrato – Anexo IX deste Edital.



22 DO REAJUSTE E DO REEQUILÍBRIO FINANCEIRO

22.1 Eventuais reajustes dos preços e reequilíbrio econômico-financeiro serão efetuados conforme previsto na Minuta do Contrato – Anexo IX deste Edital.

23 DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

23.1 As despesas decorrentes desta licitação correrão à conta de créditos orçamentários consignados no Orçamento Geral do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA), Atividade nº 2002 – Desenvolvimento e Manutenção de Sistemas de TI nos elementos de despesas n.º 3.3.90.40.02 (desenvolvimento e manutenção de software), n.º 3.3.90.40.13 (treinamento e capacitação em TIC) e 3.3.90.93.04 (indenização de transporte), para o exercício de 2018, e para os exercícios seguintes, créditos próprios de igual natureza.

24 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DA RESCISÃO

24.1 Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, nos termos do art. 7.º da Lei 10.520/2002, sem prejuízo de multa de até 10% (trinta por cento) do valor estimado para a contratação e demais cominações legais.

24.2 Reputar-se-ão inidôneos atos como os descritos nos artigos 90, 92, 93, 94, 95 e 97, todos da Lei n.º 8.666/93.

24.3 As demais hipóteses de rescisão e sanções administrativas estão previstas na Minuta do Contrato – Anexo IX deste Edital.

25 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

25.1 Estabelece-se que a simples apresentação de proposta pelos licitantes implicará aceitação de todas as disposições do presente edital.

25.2 Assegura-se ao CIGA o direito de:

25.2.1 Promover, em qualquer fase da licitação, diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo (art. 43, parágrafo 3º, da Lei n.º 8.666/93);

25.2.2 Anular ou revogar a presente licitação, bem como não homologar total ou parcialmente o objeto licitado, desde que não atendidas as exigências constantes neste Edital e seus Anexos, ou por interesse público decorrente de fato superveniente



devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar o ato, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou mediante provocação de terceiros, com as devidas justificativas, nos termos do art. 49 da Lei n.º 8.666/93, sendo assegurado o contraditório e a ampla defesa;

25.2.2.1 A anulação do procedimento licitatório por motivo de ilegalidade não gera a obrigação de indenizar por parte da Administração, ressalvado o disposto no parágrafo único do art. 59 da Lei n.º 8.666/93.

25.2.3 Adiar a data da sessão; e

25.2.4 Acrescer ou suprimir quantitativamente o objeto desta licitação em até 25% (vinte e cinco por cento), por decisão unilateral, conforme dispõe o art. 65, § 1º, da Lei n.º 8.666/93, e desde que verificada a existência de dotação orçamentária e financeira para os acréscimos que se fizerem necessários, respeitados os limites legais.

25.3 Os licitantes serão responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados, em qualquer época ou fase do processo licitatório.

25.4 O desatendimento às exigências formais, não essenciais, não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta durante a realização da sessão pública.

25.5 As normas que disciplinam este procedimento licitatório serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa, desde que não comprometam o interesse da Administração e a segurança do certame.

25.6 Nenhuma indenização será devida aos licitantes pela elaboração e/ou apresentação de documentos relativos a presente licitação.

25.7 Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.

25.8 Só se iniciam e vencem prazos em dias em que houver expediente no CIGA.

25.9 Detalhes não citados referentes à prestação dos serviços, mas que a boa técnica leve a presumir a sua necessidade, não deverão ser omitidos, não sendo aceitas justificativas para sua não apresentação.

25.10 Os documentos eletrônicos produzidos com a utilização de processo de certificação disponibilizada pela ICP-Brasil, nos termos da Medida Provisória n.º 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, serão recebidos e presumidos verdadeiros em relação aos signatários, dispensando-se o envio de documentos originais e cópias autenticadas em papel.

25.11 Não será permitido o uso de celulares durante a sessão pública deste Pregão, salvo mediante autorização do Pregoeiro.

25.12 O resultado da presente licitação será publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC e estará à disposição dos interessados no Setor Administrativo do



CIGA, logo após sua homologação.

25.13 O(a) Pregoeiro(a) e a Equipe de Apoio foram nomeados por meio da Portaria n.º 11, de 07 de julho de 2017, do CIGA.

25.14 Fica eleito o Foro da Comarca da Capital para dirimir conflitos que não possam ser resolvidos de forma amigável.

Florianópolis, 25 de junho de 2018.

GILSONI LUNARDI ALBINO
Diretor Executivo do CIGA



ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1 DO OBJETO

Contratação de empresa para fornecimento de sistema integrado de tecnologia da informação, contemplando a implantação, a manutenção e a personalização para a identificação das políticas, mecanismos e procedimentos que permitam a geração, a gestão, o acesso, o compartilhamento, a disseminação e o uso de dados geoespaciais, na forma de um Sistema de Informações Georreferenciadas (SIG) voltado à gestão do cadastro imobiliário e integrado aos demais sistemas dos Municípios e aos sistemas do CIGA, por meio de plataforma *web* compatível com os principais navegadores do mercado.

2 DA JUSTIFICATIVA

2.1 DA DEFICIÊNCIA HISTÓRICA BRASILEIRA DE SISTEMAS DE GESTÃO DE INFORMAÇÕES TERRITORIAIS¹

Conforme abordado no texto base do seminário, realizado em setembro de 2013, acerca do Sistema Nacional de Gestão de Informações Territoriais (Sinter), a experiência internacional demonstra que o núcleo de um bom sistema de gestão territorial assenta-se em dois pilares: i) o acervo registral completo, contendo a qualificação jurídica dos imóveis e de seus proprietários e as restrições averbadas; ii) o cadastro de imóveis, com informações físicas e posicionais dos imóveis urbanos e rurais bem como a identificação de seus possuidores, construído a partir de levantamento minucioso do território.

Embora figure entre as maiores economias do mundo, o Brasil ainda não possui cadastro centralizado de imóveis urbanos e rurais, e as informações registrais estão dispersas em serventias extrajudiciais limitadas às respectivas circunscrições.

Com a Lei n.º 11.977, de 2009, que instituiu sistema de registro eletrônico para os serviços de registro público de que trata a Lei n.º 6.015/1973, ocorreu o lançamento do substrato legal que possibilitará a edificação de um inventário completo das propriedades associado a um sistema de gestão do território nacional.

¹ Fonte: Texto base do Seminário do Sistema Nacional de Gestão de Informações Territoriais – SINTER, documento de 13 de setembro de 2013, disponível em: <<https://arisp.files.wordpress.com/2010/11/texto-base-seminario-sinter-rede-de-gestao-integrada-de-informacoes-territoriais.pdf>>. Acesso em: 06 de dezembro de 2017.



Em 2013, o Brasil se tornou a sexta maior economia do mundo, próximo da França e da Alemanha, mas não dispõe de um sistema integrado de registro e cadastro de imóveis que lhe permita gerenciar suas terras e seus recursos, situação similar àquela experimentada – e corrigida – por aqueles dois países há 200 anos.

O Brasil possui eleições com voto eletrônico e apuração no mesmo dia de eleições nacionais, fato que ultrapassa países desenvolvidos e serve de modelo no mundo. As declarações de imposto de renda são totalmente eletrônicas há mais de uma década. Em um sistema inédito no mundo, o SPED centraliza informações contábeis das empresas e recebe milhares de notas fiscais eletrônicas geradas diariamente pelas empresas de todo o país. Mas, a despeito desses grandes avanços, que demonstram a capacidade brasileira de superar enormes desafios impostos pelo seu extenso território e seus poucos recursos, ainda não há governança fundiária sobre o seu território e a União e os Estados sequer conhecem o seu patrimônio de terras devolutas.

O projeto Sinter visa suprir essa deficiência histórica ao regulamentar o Sistema de Registro Eletrônico e instituir um Sistema de Gestão de Informações Territoriais no âmbito dos Municípios. As modernas tecnologias permitem que o Brasil, mesmo com suas dimensões continentais, possa dar um salto de dois séculos integrando registro e cadastro em bases modernas, internacionalmente recomendadas pela Federação Internacional dos Geômetras e aplicadas pela maior parte dos países desenvolvidos.

2.1.1 Do Sistema de Registro Imobiliário Vigente

Originalmente, a atividade registral está adstrita pela Lei de Registros Públicos (LRP) a um sistema de escrituração em papel, organizada em livros arquivados nos Órgãos de Registros de cada circunscrição.

Em face das exigências estatuídas na LRP, no âmbito dos Registros de Imóveis a matrícula do imóvel é um número sequencial determinado localmente em cada serventia. Essa sistemática atende ao princípio da unicidade da matrícula apenas na circunscrição do serviço registral.

Ocorre que o sistema de registro eletrônico interoperável almejado pela Administração Pública não é consentâneo com o sistema em vigor. Em um universo eletrônico de milhares de serventias, um determinado número sequencial de matrícula poderá se repetir tantas vezes quanto o número de serventias existentes no país.

Outro princípio registral importante limitado pelo sistema vigente é o da especialidade, pois os títulos aquisitivos e os registros correspondentes se baseiam em descrições que, na maioria das vezes, não representam a realidade física, ocasionando sérios problemas de sobreposição de áreas ou lacunas que trazem prejuízos à segurança jurídica, maculam o direito de propriedade e dificultam a consecução do objetivo principal da Lei 11.977, de 2009, que é a regularização fundiária.

O sistema de registro imobiliário do Brasil tem presunção relativa de veracidade, diversamente do sistema alemão, que goza de presunção absoluta e é considerado pelos



especialistas o principal modelo de referência. O motivo de a presunção ser relativa é exatamente a falta de uma correspondência precisa do registro com a realidade.

Na Alemanha, os sistemas de registro e cadastro são perfeitamente integrados. As alterações de um se refletem no outro. As duas bases de dados são centralizadas, interligadas e sincronizadas diariamente. O registro corresponde fielmente à realidade de fato, com grande precisão.

Cogitou-se adotar o sistema alemão de presunção absoluta no ordenamento pátrio. No Brasil, porém, não há um cadastro centralizado de imóveis urbanos (de responsabilidade dos Municípios) e rurais (a União possui os cadastros de imóveis rurais SNCR, CAFIR, CNIR e Cadastro Ambiental Rural).

Com exceção dos Municípios que dispõem de levantamentos aerofotogramétricos de alta precisão e mapeamento tridimensional de superfície, o Brasil ressentia-se da falta de cartografia cadastral e imagens georreferenciadas em escala compatível com o delineamento do contorno de imóveis. E sem uma contrapartida de cadastro, o registrador conseguia enxergar apenas o imóvel isolado, fora do contexto em que situa em relação aos imóveis limítrofes.

A Lei de Registros Públicos (LRP) - Lei 6.015, de 1973, em vigor desde 1º de janeiro de 1976, introduziu o fôlio real em substituição ao sistema pessoal, no qual cada imóvel representa uma folha, uma matrícula, contendo sua descrição e todas suas alterações. Essa lei teve, entre outros méritos, o de preparar o terreno para a modernização do Registro Público Brasileiro que, quase 40 anos depois, ainda não aconteceu.

Desde então, o legislador vem dando alguns passos no intuito de conferir maior precisão à descrição dos imóveis e garantir maior segurança jurídica.

A Lei 10.267, de 28 de agosto de 2001, foi o primeiro grande passo com essa orientação. Referido diploma alterou a LRP exigindo, quanto à identificação dos imóveis rurais, as coordenadas dos vértices definidores dos limites dos imóveis rurais, georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro e com precisão posicional a ser fixada pelo INCRA; a troca de informações entre os Serviços de Registros de Imóveis e INCRA e a previsão para implantação do Cadastro Nacional de Imóveis Rurais, CNIR, desenvolvido em conjunto entre a Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e o INCRA.

Posteriormente, a Lei 10.931/2004 permitiu a retificação, pelo Oficial do Registro de Imóveis competente, por meio do procedimento administrativo previsto no art. 213 da LRP, para adequar os registros à realidade, opcionalmente à apreciação judicial. E foi mais além, prevendo até mesmo a retificação de ofício, nos casos constantes do inciso I do art. 213 da LRP.

A Lei n.º 11.977, de 2009, alterou a LRP em mais uma tentativa de aproximar o sistema registral da realidade e promover a regularização fundiária urbana, assim como proporcionar titulação e registro aos assentamentos irregulares, o que representa um importante instrumento para viabilização da regularização e aprimoramento cadastral dos imóveis urbanos brasileiros. Sua inovação mais importante, porém, foi a criação do Sistema de Registro Eletrônico com protocolos definidos para a construção de um sistema informatizado



atendendo aos requisitos da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP e à arquitetura e-PING (Padrões de Interoperabilidade de Governo Eletrônico), incluindo a recepção de títulos eletronicamente.

Pela Lei em apreço, a partir de cinco anos a contar de sua publicação, ou seja, até 07/07/2014, todos os atos registrais praticados a partir da vigência da Lei de Registros Públicos (a partir de 1976), serão inseridos no sistema de registro eletrônico. E os registros anteriores ao sistema de fólio real (anteriores a 1976) também deverão ser inseridos no sistema em prazo a ser estabelecido por norma regulamentadora. Referida lei estabelece também que os serviços de registros públicos deverão disponibilizar ao Poder Executivo Federal, por meio eletrônico e sem ônus, o acesso às informações constantes de seus bancos de dados. Como a lei remete todos os detalhes ao regulamento, o objeto desse projeto envolve precisamente a sua regulamentação.

2.1.2 Do modelo proposto

A princípio, a implantação do Sistema de Registro Eletrônico e o acesso aos dados registrais pelo Poder Executivo Federal conforme previsto na lei poderiam acontecer de duas formas.

Na primeira delas, mudar-se-ia o meio, do papel para o eletrônico, mas manter-se-ia a forma outrora limitada pelo papel, inclusive com a imagem digitalizada da matrícula, em lugar da informação eletrônica estruturada e com um sistema de circularização informatizada para atender às requisições do Poder Público: uma continuidade do modelo anterior, só que em meio eletrônico. O Estado continuaria refém do modelo de requisição em que os órgãos da administração direta, o Poder Judiciário, os Estados e as Prefeituras Municipais continuariam a ter que oficial as serventias para ter acesso ao teor dos atos registrais ou mesmo acessar uma base contendo apenas nome e CPF ou CNPJ de proprietários para consulta individuais.

Esse modelo de fornecimento de dados a conta-gotas tem um alto custo para o Estado, para o sistema financeiro e também para as serventias extrajudiciais, que necessitam atender diariamente a uma enorme quantidade de requisições do poder público.

Tal sistemática de processos que em tudo imita o arquétipo do papel com as requisições individuais, impede a formação de uma base de consulta e cruzamento de dados e, por conseguinte, impede a integração entre registro e cadastro. Um modelo totalmente incompatível com um moderno sistema de gestão territorial e de valoração de imóveis, que agregue camadas de informações jurídicas, fundiárias, fiscais, físicas, de infraestrutura, com imagens georreferenciadas, permitindo o gerenciamento territorial em um banco de dados espacial, tecnologia largamente adotada nos países desenvolvidos.

Ou seja, é uma informação estática, singular, de uso específico, não mais possível de coexistir com as necessidades e a dinâmica do Estado atual. Entre todos os modelos possíveis que se afiguram ao registro eletrônico, o de requisição é o menos indicado, o de mais alto custo e o de menor inteligência aplicada.



Para se ter uma ideia do problema que o modelo de requisição traz, seja ele eletrônico ou em papel, dois dos métodos mais comuns de lavagem de dinheiro como a aquisição de imóveis em nome de laranjas e a compra e venda de imóveis por valores fictícios somente são detectados (e parcialmente) após uma longa, profunda e onerosa investigação. Para se fazer um levantamento da evolução patrimonial ainda bastante incompleto de um único cidadão, seria preciso oficiar milhares de serventias extrajudiciais a fornecerem informações em papel. Fazer o controle da evolução patrimonial em larga escala, de todos os contribuintes, é uma missão impossível enquanto prevalecer o sistema de requisição ao serviço de registro público brasileiro.

Faz-se necessária a criação de um novo modelo que seja condizente com as potencialidades do meio eletrônico e com as necessidades de eficiência do Estado brasileiro, sem retirar qualquer prerrogativa ou função dos notários e registradores.

No modelo proposto pela Rede de Gestão Integrada de Informações Territoriais, há uma total mudança de paradigma, uma oportunidade para avançarmos em direção a um sistema verdadeiro de interoperabilidade.

O primeiro passo foi a criação do Código Nacional do Imóvel pelo Decreto 8.764/2016 em que cada número de matrícula represente um, e apenas um imóvel, uma chave de conexão que possibilitará conectar as informações jurídicas dos imóveis com as informações físicas, geográficas, econômicas e fiscais disponíveis nos Cadastros Territoriais Multifinalitários urbanos e no Cadastro Nacional de Imóveis Rurais (CNIR).

Essa chave de conexão também viabilizará o processo automatizado de cruzamento de dados com as informações processadas pela Administração Pública Federal, tais como a Declaração de Bens do Imposto de Renda. Esta chave deve ser um identificador único para cada imóvel (em linguagem de banco de dados, chamamos de chave primária) para que as tabelas de diferentes bancos de dados possam se relacionar com integridade referencial.

A criação de identificador unívoco em âmbito nacional para cada imóvel é possível de maneira simples e eficaz por meio da manutenção dos números de ordem existentes em cada serventia com acréscimo do Código Nacional das Serventias Extrajudiciais instituído pela Corregedoria do Conselho Nacional de Justiça no Provimento nº 3, de 17 de novembro de 2009.

Por exemplo: a matrícula nº 400 do 5º Ofício do Registro de Imóveis de Belo Horizonte, é um número que com certeza se repete em todos os Registros de Imóveis do Brasil. Como o código CNS do 5º Ofício de Registro de Belo Horizonte é 05.869-3, essa matrícula passará a ser um código unívoco quando acrescentarmos o CNS e a letra M, tornando-se 058693M400.

O segundo passo é criar o Documento Interoperável de Registro Eletrônico (DIRE), emitido e armazenado eletronicamente, de existência apenas digital, que representa o fato jurídico objeto do Ato Registral e tem sua validade jurídica garantida pela assinatura digital do emitente. Trata-se de um documento eletrônico em formato XML, estruturado, padronizado e assinado digitalmente, que irá garantir o armazenamento, a segurança e o intercâmbio de informações em total conformidade com os requisitos da arquitetura e-PING (Padrões de Interoperabilidade de Governo Eletrônico) e da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP.



Os serviços registrais continuarão funcionando com suas atribuições intocadas e mantendo a guarda e a gestão de seus próprios dados, dos registros em papel, que continuarão a existir e dos registros eletrônicos, que irão coexistir. Entretanto, o acervo registral será replicado em um repositório nacional usando um mecanismo semelhante ao da Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) do Sistema Público de Escrituração Digital (Sped). A cada novo registro ou averbação, a serventia extrajudicial irá inserir os dados no repositório nacional usando certificação digital. A inserção e modificação de dados é atribuição privativa das serventias extrajudiciais e não haverá condicionamento de qualquer espécie ao trabalho do registrador, sem dependência de qualquer autorização do sistema para protocolar, averbar ou registrar.

Embora o acesso aos dados registrais seja privativo do Poder Executivo Federal, do CNJ e das Corregedorias dos Tribunais de Justiça dos Estados, os Municípios deveriam buscar também o acesso a esse sistema.

Nele os documentos eletrônicos assinados digitalmente pelos registradores serão remetidos à base de dados centralizada encapsulados em uma VPN (Rede Privada Virtual) ou via https². O recebimento de cada registro passa por uma verificação de consistência de dados e estrutura com as regras definidas e é certificado com recibo de entrega visando assegurar a consistência da base e também com efeito de informação fiscal às corregedorias dos Tribunais de Justiça e ao CNJ.

Essa base dinâmica e centralizada contendo os dados de todos os registros de imóveis tornará possível:

- a conexão direta com diversos sistemas dos órgãos do Poder Público Federal para cruzamento de dados;
- a integração do universo jurídico registral com o universo cadastral de imóveis urbanos e rurais.

E poderá, ademais, se assim definido, servir como uma cópia de segurança nacional, assegurando o direito à propriedade previsto no art. 5º, XXII, da Constituição Federal mesmo em uma situação de completa destruição dos dados de uma serventia em razão de atos dolosos, de casos fortuitos ou de força maior.

2.1.3 Do Sistema Nacional de Gestão de Informações Territoriais (SINTER)

A mudança de paradigma mencionada anteriormente se completa com a integração, em um banco de dados espaciais, do fluxo dinâmico de dados jurídicos produzidos pelos Serviços de Registros Públicos ao fluxo de dados cadastrais de imóveis urbanos e rurais produzidos pela União (Cadastro Nacional de Imóveis Rurais) e Municípios (Cadastrros Territoriais Multifinalitários).

² Protocolo *http* com uma camada adicional de segurança que permite transmissão de dados por meio de conexão criptografada com verificação de autenticidade do servidor e do cliente por meio de certificados digitais



As informações extraídas dos DIRE serão arquivadas em uma camada separada (objeto) de um banco de dados espaciais: a camada do registro e averbação, equivalente ao livro nº 2, do Registro Geral e será a base jurídica a partir da qual será possível comparar os dados registrados com a realidade fática. O registrador não mais terá uma visão individualizada ou fragmentada do imóvel, que será perfeitamente delineado em uma carta cadastral sobre uma base de imagens georreferenciadas.

É importante consignar que a regularização fundiária somente será possível dentro de um sistema que ofereça essa visão global que permita comparar o contorno legal dos imóveis com a situação real representada em uma planta cadastral e de imagens georreferenciadas de alta definição.

As modernas tecnologias de gestão espacial de informações territoriais possibilitam a construção de um cadastro estruturado em camadas, já implementado com sucesso por alguns Municípios brasileiros.

No modelo proposto, a base da formação das camadas são os dados físicos e geográficos georreferenciados dos imóveis urbanos e rurais, oriundos respectivamente dos cadastros de imóveis urbanos (CTM's dos Municípios) e do Cadastro Nacional de Imóveis Rurais (CNIR), permitindo a visualização direta do imóvel e a comparação do universo jurídico descrito nos registros dos imóveis com o universo real, proveniente de levantamento aerofotogramétrico georreferenciado ou outras técnicas de alta precisão, como o modelo digital de superfície obtido com perfilamento a laser.

Sobre essa representação física do território sobrepõem-se outras camadas gráficas como:

- **A representativa do direito de propriedade, mencionada anteriormente, proveniente do processamento dos dados registrais dos DIRE.**
- **A de zoneamento urbano, dos planos diretores e plantas de loteamento aprovadas nas prefeituras, permitindo a comparação em relação ao que está aprovado na prefeitura;**
- **A de dados fiscais de imóveis urbanos (ITBI e IPTU), e de imóveis rurais (ITR);**
- **A camada de valoração imobiliária, um índice dinâmico e nacional de avaliação de imóveis urbanos e rurais baseado em informações de alta qualidade, provenientes de fontes fiscais, cadastrais e registrais;**
- **Camadas temáticas para gestão do território nacional.**

Os Sistemas de Informações Geográficas têm sido aplicados com sucesso a Municípios brasileiros que possuem **Cadastro Territorial Multifinalitário**. Em algumas prefeituras chegam a ter mais de 250 camadas, com todas as secretarias interligadas no mesmo sistema, cada qual administrando sua camada temática e visualizando o conjunto.

Um sistema de gestão territorial multifinalitário como se propõe terá uso para todas as áreas ministeriais: saúde, educação, segurança pública, controle de áreas de risco (defesa



civil), gestão de infraestrutura, planejamento, transportes, defesa nacional, indústria, agricultura e meio-ambiente.

Será de enorme valia também para o Poder Judiciário como um todo, agilizando os processos de execução fiscal (mais de 70% dos processos em tramitação são execuções fiscais), na identificação e localização de bens sujeitos à penhora (justiça federal e estadual), incluindo execução de dívidas particulares e levantamento de bens para quitação de dívidas trabalhistas, apenas para citar alguns exemplos.

E a tecnologia disponível hoje para a obtenção de imagens georreferenciadas de alta precisão e mapeamento tridimensional de superfície e a posterior restituição dos dados que detectam o polígono de fechamento dos imóveis urbanos reduz a necessidade de custosos e demorados levantamentos de campo. É possível mapear toda uma cidade com precisão da ordem de alguns poucos centímetros em um espaço de poucos meses.

Por meio do SINTER seria possível instituir em bases permanentes um convênio de intercâmbio de dados cadastrais e imagens georreferenciadas de imóveis urbanos entre a União e os Municípios. Os dados físicos, georreferenciais e de valoração dos imóveis urbanos (ITBI e IPTU), bem como informações sobre obras, licença de construção e o habite-se (que serão utilizados para aferição dos recolhimentos da Contribuição Previdenciária respectiva), poderão ser alimentados pelas prefeituras em modo interoperável.

Os dados dos imóveis rurais, por sua vez, poderão ser obtidos por meio de ligação direta com o Cadastro Nacional de Imóveis Rurais (CNIR) que está sendo construído pela RFB e pelo INCRA.

Por meio de consultas ao banco de dados do SINTER, órgãos como a Receita Federal, a PGFN, a Polícia Federal, a Controladoria-Geral da União, a Secretaria de Patrimônio da União, entre outros da Administração Pública Federal e o Poder Judiciário, poderão utilizar os dados em suas aplicações específicas e criar suas próprias camadas de visualização.

O SINTER poderá ser um banco de dados de gestão do território nacional em uma concepção multifinalitária. Constituirá o inventário oficial e sistemático do território nacional, desenvolvido com tecnologia de banco de dados apropriada para Sistemas de Informações Geográficas (SIG), com a finalidade de aprimoramento do registro, de regularização fundiária, de permitir o exercício pacífico do direito de propriedade, de propiciar a segurança jurídica e de proteger o mercado imobiliário e os investimentos a ele inerentes.

Os dados registrais e os cadastrais serão relacionados entre si por meio do identificador único do imóvel e por meio dele o SINTER será conectado aos sistemas da Receita Federal, do INCRA, da Secretaria de Patrimônio da União, do IBGE, da Polícia Federal e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, além de outros órgãos ou instituições do Poder Executivo Federal.

Esse passo trará um extraordinário benefício à sociedade e permitirá que os diversos órgãos públicos possam efetivamente obter as informações de maneira consistente, direta e massiva, por meio de acesso a um banco de dados centralizado, evitando-se o burocrático e primitivo modelo de aquisições.



2.1.4 Dos Benefícios Esperados

Os principais benefícios para a sociedade de um Sistema de Registro Eletrônico integrado a um Sistema Nacional de Gestão de Informações Territoriais podem ser descritos como uma gestão pública mais eficiente, com redução de custos de redundância para todos os atores envolvidos (dado o caráter multifinalitário), combate à corrupção e à lavagem de dinheiro, garantia do crédito tributário e redução da evasão fiscal, regularização fundiária, maior segurança jurídica da propriedade, seja ela privada ou pública, maior estabilidade e proteção do mercado imobiliário e dos investimentos, maior agilidade nas operações de financiamento bancário, eliminação de papel (projeto "verde"), elevação da garantia jurídica para o cidadão-comprador e constituição do Índice de Preços de Imóveis no Brasil previsto no Decreto nº 7.565, de 15 de setembro de 2011, com tecnologia de última geração na consolidação e processamento das informações fiscais, cadastrais e registrais relativas à valoração de imóveis.

No que tange a benefícios específicos para a economia nacional, entende-se que haverá impactos na redistribuição da carga tributária efetiva, com aumento significativo da arrecadação espontânea do Imposto de Renda, especialmente o de pessoas físicas, do IPTU, do ITBI, do ITCD e do ITR, com benefícios diretos aos três níveis de governo: União, Estados e Municípios.

Considerando que a aquisição de bens imóveis é o padrão de entesouramento predominante no Brasil, destaca-se o controle significativo que o SINTER representará no combate aos crimes contra a ordem tributária, tais como os crimes de corrupção, sonegação e lavagem de dinheiro ao permitir o cruzamento dos dados com as declarações de bens do Imposto de Renda e, conseqüentemente, a detecção instantânea e automática de acréscimo patrimonial a descoberto. Espera-se, ademais, uma formalização mais efetiva da propriedade no mercado imobiliário, com elevação da segurança jurídica da propriedade nas transações imobiliárias e nos financiamentos.

Do ponto de vista das finanças públicas, o Governo Federal tem hoje um crédito tributário em dívida ativa que supera a cifra de um trilhão de reais. Mesmo com os programas de parcelamento e descontos, a taxa de recuperação dessa dívida não chega a 1,5% do estoque. Um mecanismo eficaz de garantia do crédito tributário se tornará possível com a edição do Decreto de Regulamentação do Sistema de Registro Eletrônico e instituição do SINTER, que trará equilíbrio às contas públicas e da mesma forma beneficiará Estados e Municípios.

Há benefícios diretos para o Poder Judiciário no que tange à agilização dos processos de execução fiscal, identificação e localização de bens sujeitos à penhora, levantamento de bens para quitação de dívidas trabalhistas e possibilidade de bloqueio rápido de bens imóveis.

Um dos aspectos mais importantes de nossa abordagem é a questão do valor dos imóveis, pois muitas das transações de imóveis se dão por valores fictícios, em boa parte dos casos inferior a 20% do valor de mercado, seja para fugir do ganho de capital, seja em razão de aquisição sem origem declarada ou ainda para pagar menos ITBI.



Há toda uma complexidade envolvida na valoração de imóveis e o projeto prevê um engenhoso sistema de contaminação de valor usando uma tecnologia intrínseca ao banco de dados orientado a objetos para propagação automática dos dados. Essa tecnologia já é utilizada com sucesso por algumas poucas prefeituras que têm cadastros territoriais multifinalitários (CTM) no cálculo do ITBI.

Com isso, o Sistema de Gestão de Informações Territoriais, além da perfeita identificação do imóvel, com uma enorme gama de informações sobre cada um deles, será um dos mais completos sistemas de valoração de imóveis e um dos mais extraordinários instrumentos de combate à lavagem de dinheiro e a sonegação fiscal, com excepcional relação custo-benefício.

A visualização gráfica e comparação do mundo jurídico do registro com o mundo físico, real, dos imóveis, proporcionará ainda uma ferramenta tecnológica de valor incomensurável aos registradores, permitindo a perfeita delineação de contorno e individuação do imóvel matriculado: uma enorme evolução no sistema registral, de amplas e benéficas consequências para a sociedade e a economia, incluindo a redução do *spread* bancário proporcionado pela segurança jurídica total às transações imobiliárias e aos mecanismos de garantias de crédito.

Abaixo, um panorama desses benefícios aos diversos órgãos do Poder Público e à sociedade:

2.1.4.1 Combate à lavagem de dinheiro e ao crime organizado; Controle sobre proprietários de terras, nacionais e estrangeiros

2.1.4.1.1 Benefícios gerais à economia

- Impacto na redistribuição da carga tributária efetiva, com aumento significativo da arrecadação espontânea do Imposto sobre a Renda, especialmente o de pessoas físicas, do IPTU, do ITBI, do ITCD e do ITR, beneficiando diretamente os três níveis de governo: União, Estados e Municípios;
- Controle significativo sobre crimes contra a ordem tributária, como os de corrupção, sonegação e lavagem de dinheiro;
- Aumento da formalização da economia e da propriedade;
- Aumento da segurança jurídica nas transações imobiliárias, na garantia do crédito tributário, na garantia dos financiamentos com uma consequente redução do *spread* bancário;



2.1.4.1.2 Benefícios específicos ao Contribuinte

- Segurança jurídica da propriedade (transmissão de bens, efetivação do direito de propriedade, garantia inequívoca);
- Prevenção de lesão a direito de família, alienação múltipla dos imóveis e fraudes em cartórios através da atualização cadastral imediata;

2.1.4.1.3 Benefícios ao Ministério da Fazenda

a) Receita Federal do Brasil

- Aumento significativo na percepção de risco para os contribuintes e um instrumento de estímulo ao cumprimento espontâneo da obrigação fiscal;
- Controle da Evolução Patrimonial integral e automatizado, com alto grau de eficiência e baixo custo. O Sistema de Registro Eletrônico terá a chave única do imóvel que constará da Declaração de Bens na pessoa física e jurídica, juntamente com Renavam, Reg. Aeronáutico Brasileiro e Capitania dos Portos;
- Identificação tempestiva de "laranjas" e "fantasmas";
- Ampla base de informação patrimonial utilizada na apuração de indícios de fraude e lavagem de dinheiro;
- Apuração dos ganhos de capital com bases reais e informações fidedignas sobre a condição do proprietário possuir outro imóvel ou ter efetuado alienação a qualquer título do imóvel nos últimos cinco anos e se o produto da alienação será efetivamente aplicado na aquisição de outro imóvel no prazo de 180 dias;
- Informações atualizadas sobre licenciamento de obras e valor, diretamente do cadastro das prefeituras, para fins de recolhimento de contribuição previdenciária;
- Garantia de crédito tributário e bloqueio de bens mais ágeis, nos moldes em que se opera hoje o BacenJud (Banco Central) e o RenaJud (Renavam);
- Declaração de bens pré-preenchida;
- Identificação de omissão de rendimentos de aluguel;
- Controle nas aquisições de estrangeiros;
- Auxílio na identificação de galpões e depósitos clandestinos de mercadorias;
- Informações auxiliares ao Plano Estratégico de Fronteiras que podem ser úteis à vigilância e repressão aduaneira.

a) Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN)

- Levantamento de bens para penhora em processos de execução fiscal;



- Redução de custas processuais;
- Agilização dos processos de execução fiscal, cujo prazo hoje se localiza na casa dos 14 anos conforme recente estudo realizado pelo IPEA por solicitação do CNJ.

2.1.4.1.4 Benefícios ao Poder Judiciário

Alta eficiência e baixo custo com:

- Agilização dos processos de execução fiscal (mais de 70% dos processos em tramitação são execuções fiscais);
- Identificação e localização de bens sujeitos à penhora (justiça federal, estadual), incluindo execução de dívidas particulares;
- Levantamento de bens para quitação de dívidas trabalhistas (dação em pagamento).
- Possibilidade de bloqueio mais ágil de bens;
- Justiça eleitoral – levantamento efetivo do patrimônio dos candidatos;
- Facilidade na localização de réus e testemunhas.

2.1.4.1.5 Benefícios ao Ministério Público Federal e à Polícia Federal

- Ampla base de informação patrimonial para ser utilizada na apuração de indícios de fraude, lavagem de dinheiro, crime organizado, narcotráfico e corrupção;
- Melhora na qualidade da conclusão dos inquéritos, melhor qualidade das provas e das denúncias.

2.1.4.1.6 Benefícios aos Estados

- Aumento de arrecadação de ITCD, eficiência na cobrança, garantia de crédito tributário, cadastro com identificação de proprietários atualizados pelas serventias extrajudiciais e Municípios;
- Identificação de laranjas e empresas fantasmas;
- Controle do patrimônio público;



2.1.4.1.7 Benefícios aos Serviços Notariais e de Registro de Imóveis

- Aumento da formalização e, portanto, aumento do número de registros e averbações. Como explicado, hoje grande parte das transações com imóveis não são levadas a registro e as edificações em imóveis particulares, sem objetivo de comercialização, não são averbadas na matrícula. Com as informações das prefeituras sobre licenciamento de obras no Sistema de Gestão de Informações Territoriais, a iniciativa aumentará a formalização;

- Ganho pela interligação de informações, reduzindo-se o volume de loteamentos e outras alterações de uso do solo sem o devido registro nos Serviços de Registro de Imóveis;

- Redução de custos com burocracia (extinção da DOI);

- Redução de custos com cumprimento de obrigações não remuneradas a respostas de ofícios da Receita Federal, Estados, Municípios, Ministério Público, Justiça Federal, etc., onde não são cobrados emolumentos;

- Mais segurança aos oficiais de Registro de Imóveis para a prática de seus atos, aos quais respondem civil, administrativa e criminalmente.

2.1.4.1.8 Benefícios aos Tribunais de Justiça (Corregedorias) e CNJ

- Fiscalização mais rápida e eficiente do cumprimento de obrigações pelos serviços notariais e registrais;

- Controle mais eficiente do recolhimento da taxa adicional que é recolhida em cada operação;

- Aumento da formalização, do número de registros e averbações e, por conseguinte, aumento de arrecadação do adicional devido.

2.1.4.1.9 Benefícios à CGU

- Auditoria patrimonial dos servidores públicos.

2.1.4.1.10 Benefícios à Secretaria de Patrimônio da União

- Identificação precisa das terras devolutas;

- Gestão dos imóveis públicos registrados e não registrados nos registros de imóveis;

- Controle do patrimônio público e rendas (foro e laudêmio).



2.1.4.1.11 Benefícios ao IBGE

- Identificação dos tipos de imóveis (residenciais e comerciais);
- Informação mais confiável para planejamento do recenseamento;
- Um completo sistema de valoração de imóveis para composição do Índice de Preços de Imóveis.

2.1.4.1.12 Benefícios aos Municípios

- Aumento de arrecadação de ITBI, IPTU, com dados atualizados pelas serventias extrajudiciais (identificação instantânea dos proprietários – sujeito passivo –, o que agiliza a cobrança) e cruzamento do valor de transação e valor declarado na declaração de bens do imposto de renda;
- Essa base de informações será um atrativo para adesão dos Municípios para evolução de seus cadastros territoriais multifinalitários, algo que vem sendo fomentado há anos pelo Ministério das Cidades e que poderá ganhar impulso com esse projeto;
- Licença de obras (identificação fotogramétrica, possibilidade de checar atividade licenciada x características físicas do imóvel);
- Bloqueio de bens mais ágil, garantia de crédito tributário, agilização na cobrança (inclusive em outros Municípios);
- Identificação de laranjas para efeitos de ISS (empresas fantasmas, falsos domicílios tributários em outro Município para pagar alíquota mais baixa) e IPTU progressivo;
- Controle do patrimônio público e rendas (foro e laudêmio);
- Ferramenta para análise de políticas públicas – relacionando cadastro imobiliário em link com IBGE é possível identificar número de moradores, concentração populacional, IDH, o que facilita a identificação das necessidades de saneamento básico, moradia, escolas, saúde;
- Identificação de área de riscos de desmoronamento e para a saúde pública.

2.2 DA IMPORTÂNCIA DO CIGA DISPONIBILIZAR UM SISTEMA DE GEORREFERENCIAMENTO AOS SEUS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS

Considerando que o CIGA tem como objetivo prover soluções para o aperfeiçoamento da gestão pública, por meio da tecnologia da informação.

Considerando que existe uma demanda da gestão pública municipal por uma solução tecnológica de georreferenciamento que integre agilidade, precisão e confiabilidade nas



informações sobre a ocupação espacial dentro dos limites dos Municípios.

Considerando que a implantação de um Sistema de Georreferenciamento Imobiliário WEB proporciona melhor gerenciamento de processos, por meio da integração e do compartilhamento de dados entre diferentes órgãos, digitalização das informações e uma maior velocidade nos processos e nas tomadas de decisões, bem como uma melhor capacidade de definição do zoneamento mobiliário.

Considerando, ainda, que este tipo de tecnologia permite a otimização da fiscalização, o aumento da arrecadação e a redução da evasão fiscal, por meio da utilização de informações atualizadas e confiáveis e da diminuição da redundância de registros, tendo em vista a possibilidade de se efetuar o comparativo entre os registros e a situação real, por meio de imagens geoespaciais.

Considerando que a adoção de um sistema de georreferenciamento, também, proporciona agilidade no cálculo de impostos municipais, tais como o Imposto de Transmissão de Bens Imóveis - ITBI e o Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU, bem como facilita a aprovação de novas obras.

Considerando-se que existe a demanda dos consorciados do CIGA de uma ferramenta que melhore a condição da gestão de suas bases cadastrais imobiliária e de pessoas, tendo como resultado o aumento da arrecadação de tributos através de uma melhor fiscalização, bem como adequação à legislação relacionada e a integração e divulgação de informações, concomitante com a necessidade de padronização do cadastro imobiliário normatizado pelo Decreto 8.764/2016 (o qual define identificador unívoco em âmbito nacional para cada imóvel).

Considerando a necessidade de adequação dos cadastros municipais às normas e legislações vigentes, das quais podemos citar: Lei nº 10.257/01 (Estatuto das Cidades); Portaria nº 511/09 do Ministério das Cidades; Lei nº 6.015/73 (Lei de Registros Públicos); Lei nº 11.977/09, que trata da regularização fundiária; Lei nº 10.267/01; e a Lei nº 10.931/04 (incorporações imobiliárias).

Considerando que a contratação de um sistema de georreferenciamento, via CIGA, a ser disponibilizado aos entes consorciados visa prover aos mesmos uma melhor condição para a gestão de suas bases cadastrais imobiliárias e de pessoas, de forma a proporcionar às prefeituras mais recursos, advindos de receita própria do Município. Dessa forma, contribuindo para o cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal, não renunciando a essas receitas e fazendo justiça tributária, dando-lhes condições de atender aos projetos propostos pelas administrações, bem como ao Estatuto das Cidades (Lei nº 10.257/01) e à Portaria nº 511/09 do Ministério das Cidades.

Considerando que, a partir da contratação de um sistema de georreferenciamento, os Municípios consorciados possam realizar a gestão e o registro dos elementos espaciais que representam a estrutura urbana, a qual é constituída por um componente geométrico e outro descritivo, a fim de assegurar agilidade e diversidade no fornecimento de dados para atender às diferentes funções, norteadas, assim, a construção de um Cadastro Técnico Multifinalitário.

Considerando a expectativa de que o sistema cadastral, baseado numa visão



multifuncional, permita a conexão com os diversos cadastros relacionados ao imóvel, apoiando um sistema integrado de gestão, com o intuito de atender, de forma eficiente, às necessidades dos cidadãos no amplo espectro de seus interesses social, econômico e ambiental.

Há, portanto, pelo menos três boas razões para os Municípios consorciados ao CIGA realizarem atividades relacionadas ao planejamento estratégico de curto, médio e longo prazo:

a) em primeiro lugar, o planejamento municipal contribui para uma melhor integração e articulação dos planos setoriais com as decisões estratégicas recorrentes em cada gestão, estabelecendo prioridades e, assim, assegurando o uso mais coerente e eficaz dos recursos públicos;

b) em segundo lugar, o planejamento estratégico contribui para a construção de comprometimento dos governos presente e futuros, da sociedade civil, do setor privado e da população em geral com a Visão de Futuro desejada para o Município. Nesse sentido, o Planejamento é um instrumento de construção de consensos e desempenhando importante papel para a transformação de ciclos políticos em ciclos de desenvolvimento econômicos e sociais;

c) por fim, o planejamento é instrumento eficaz para o Município lidar de forma adequada com desequilíbrios associados ao seu desenvolvimento pregresso, bem como para orientar seu desenvolvimento presente e futuro para padrão que seja socialmente justo e ambientalmente sustentável.

Logo, a construção de ferramentas como as desse Termo de Referência poderá auxiliar não só na melhoria da arrecadação municipal, como no processo de regularização fundiária, de expansão urbana, de meio ambiente, entre tantas outras formas de se pensar o Município para futuro.

Para tanto, é importante que o CIGA promova um processo licitatório para contratar empresa especializada no fornecimento de um sistema de georreferenciamento imobiliário, o qual auxilie seus Municípios consorciados na melhoria da sua capacidade gerencial, com a utilização de técnicas para disponibilização de informações atualizadas sobre o território municipal.

3 DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO SISTEMA LICITADO

3.1 Quanto à arquitetura

3.1.1 O sistema deverá operar num modelo cliente-servidor, onde a interface de utilização para usuário deverá ser um navegador web e operar num servidor na infraestrutura do CIGA, ou, de acordo com a necessidade, após estudo e comprovação, na infraestrutura do Município. Em caso de necessidade de instalação na prefeitura, o servidor deverá ficar localizado na mesma rede em que estiverem os usuários do sistema e estar de acordo com as configurações mínimas de capacidade, processamento e segurança exigidas pelo CIGA,



sendo a gerência do servidor realizada pela equipe do CIGA.

3.1.2 O acesso ao sistema deverá ser via internet/intranet e compatível com os principais navegadores disponíveis na data da publicação deste edital, e que possuam compatibilidade com sistemas operacionais livres.

3.1.3 O sistema deverá atender na totalidade às necessidades para a Gestão do Cadastro Imobiliário dos Municípios contratantes.

3.1.4 O sistema deverá ser a base de dados dos Municípios contratantes na gestão da cobrança dos tributos IPTU e ITBI.

3.1.5 O sistema deverá prover as informações necessárias e pertinentes ao cadastro imobiliário para promover a impressão ou a consulta de boletins do cadastro imobiliário e mapas de localização e notificações.

3.1.6 O sistema deverá permitir trabalhar de forma integrada com o sistema tributário usado pelos Municípios contratantes, armazenando e auditando todas as transações e os usuários que as originaram, via sistema web service, com compartilhamento de dados cadastrais e fiscais de imóveis.

3.1.7 O sistema deve permitir o acesso via internet aos contribuintes, com nível de acesso configurado de acordo com as normas internas de onde o sistema estiver operando, permitindo parametrização diferenciada para cada Município que aderir ao sistema, e ter interface responsiva, permitindo a plena utilização pelos contribuintes por meio de dispositivos móveis, como smartphones com os sistemas operacionais Android® e iOS®.

3.1.8 O sistema deverá possuir acesso por nível de usuário, sendo que para cada Município existirá um ou mais usuários com nível "administrador", responsável por conceder as permissões de acesso aos demais usuários.

3.1.9 O sistema deve permitir criar papéis, grupos de permissões, que sejam fixados aos cargos ou aos usuários para facilitar as configurações de permissões de acesso pelo administrador.

3.1.10 O sistema será destinado para uso nos diversos setores da administração pública municipal, especialmente na gestão do cadastro imobiliário.

3.1.11 O sistema deverá permitir a inserção e o gerenciamento das informações cadastrais de todas as pessoas físicas e jurídicas, ruas, bairros, Imóveis, quadras, perímetro urbano, planta genérica de valores.

3.1.12 O sistema deverá ter um manual de ajuda on-line para consultas.

3.2 Quanto à autenticação, login e senhas

3.2.1 A senha deve ter tamanho mínimo de 8 caracteres, sendo formada, obrigatoriamente, por letras e números.



3.2.2 Para situações em que o usuário não se lembre de sua senha ou conta de *login*, o sistema deverá enviar um e-mail com *link* para recuperação de usuário ou senha dentro do próprio sistema, não sendo permitido o envio, de forma alguma, em texto plano.

3.3 Quanto ao cadastro de usuários, acesso e permissões

3.3.1 O sistema deve permitir que todos os servidores públicos, do ambiente interno, sejam alocados nesse sistema como funcionários públicos vinculados ao órgão e setor.

3.3.2 As permissões de acesso dos funcionários que serão usuários do sistema deverão ser preestabelecidas de acordo com as normas vigentes e a hierarquia do Município concedidas pelo administrador do sistema.

3.3.3 O sistema deve permitir o cadastro de usuários do ambiente externo, tais como: Cartórios, Delegacias, Polícia Militar, Bombeiros, Empresas de Segurança e monitoramento privado, Fórum, Junta Militar, Concessionárias de Energia, Água e Esgoto, Ministério Público, Câmara de Vereadores, etc., por meio de um cadastro de Entidades externas. As permissões de acesso destes usuários deverão ser definidas pelo administrador do sistema, e de acordo com as normas de acessos externos vigentes.

3.3.4 O cadastro de usuários do ambiente externo, como por exemplo os proprietários de imóveis, deverão ser feitos via internet. A liberação e o nível de acesso dos usuários deverão ser feitas pelo administrador do sistema na prefeitura.

3.3.5 O sistema deverá possuir a função de 'auto declaratório' que permitirá ao contribuinte fornecer informações complementares do imóvel, como alterações e ampliações, mudança de propriedade e fotos do imóvel, que serão analisadas pelo órgão municipal.

3.3.6 O sistema deverá permitir a inserção de dados dos imóveis vizinhos aos do contribuinte, de forma a contribuir para a atualização do cadastro imobiliário, quando permitido pela legislação.

3.4 Requisitos técnicos mínimos do sistema: estrutura de hospedagem, formas de acesso e banco de dados

3.4.1 A instalação ocorrerá em servidor *Linux Datacenter* fornecido pela CONTRATADA ou pelo CIGA e compartimentado em um container específico para aplicação utilizando *Linux Containers LXC*, *Kernel-based Virtual Machine (KVM)* ou *Docker*.

3.4.2 Utilizar ao menos o sistema operacional Linux Ubuntu Server 14.04 LTS, sendo que a mesma deverá estar rodando na versão Ubuntu Server 16.04 LTS a partir de Janeiro de 2019.

3.4.3 Utilizar *LXC (Linux Container)* versão 1.0 ou 2.0; *Kernel-based Virtual Machine (KVM)* ou *Docker* em suas últimas versões estáveis.



3.4.4 Utilizar servidor *web Apache* ou *Nginx*, em sua última versão estável;

3.4.5 O sistema deverá ser desenvolvido em linguagem voltada para acesso *web* em suas versões mais atualizadas, bem como de suas bibliotecas/dependências.

3.4.6 O servidor que hospedará o sistema deverá estar configurado com somente a porta de acesso exposta (via navegador por *https*), sendo protegido por um Firewall/IDS/IPS de forma igual, tanto para conexões internas como externas, e mantido todos os aplicativos e sistema operacional atualizados com correções e patches de segurança disponíveis.

3.4.7 A forma de acesso deverá ser feita por meio de um servidor *web* que deverá, obrigatoriamente, utilizar uma conexão segura criptografada com protocolo SSL/TLS. O sistema deverá rodar com qualidade em infraestrutura de hospedagem que atenda aos requisitos mínimos a seguir relacionados:

3.4.7.1 A plataforma para publicação de dados espaciais e aplicativos de mapeamento interativos para *web* no servidor deve ser *MapServer 6.0* ou superior,

3.4.7.2 A biblioteca JavaScript para a construção de webmappings deve ser *OpenLayers 3.0* ou *Leaflet 1.3* ou versões superiores.

3.4.7.3 O sistema deverá rodar em boas condições de uso em servidor dedicado configurado, de acordo com os requisitos do sistema e o volume de dados nele contidos, e com banda de internet adequada para a demanda exigida.

3.4.7.4 Os dados e imagens (exceto as imagens aéreas) armazenados no sistema deverão dispor de *backup* diário incremental e *backup* semanal completo de responsabilidade da CONTRATADA e com cópia semanal a ser enviada para o CIGA em local e método a serem definidos.

3.4.7.5 Os dados de cada Município contratante deverão ser sincronizados com uma base de dados remota do CIGA com sincronização diária, ou conforme definida entre as partes.

3.5 Do código-fonte, controle de versões e gestão de problemas

3.5.1 Todo código-fonte deverá ficar hospedado em um repositório no datacenter do CIGA, utilizando o sistema de controle de versões (versionamento) *Git/Gitlab* e deverá sempre estar atualizado com todas as atualizações realizadas.

3.5.2 Toda alteração, por correção ou implementação de melhoria, só deverá ser entregue em produção por um sistema de *deploy* automatizado, não havendo interação manual, e sempre a partir do último versionamento realizado no repositório do CIGA.

3.5.3 Toda alteração em produção deverá ser rastreável e identificada por uma *tag* e um relatório de alterações do tipo *Changelog*.

3.5.4 Todo problema identificado, deverá ser cadastrado como uma "*Issue*" no sistema



Gitlab disponibilizado pelo CIGA.

3.5.5 Ao término do Contrato, independentemente de qual seja o motivo de sua extinção, a CONTRATADA repassará ao CIGA toda a documentação completa referente à transferência tecnológica, que inclui, além da última versão do código fonte comentado, que deverá estar comentado e identado para facilitação do entendimento, manuais operacionais, diagramas dos fluxos de dados, notas explicativas, treinamento e outros dados técnicos necessários, que permitam à equipe do CIGA absorver a tecnologia e dar continuidade ao programa de computador ora licitado e serviços correlatos em quaisquer de seus Municípios consorciados localizados no Estado de Santa Catarina, inclusive poder realizar as evoluções necessárias ao sistema, sem custo adicional.

3.6 Do cadastro de pessoas físicas, jurídicas e entidades externas:

3.6.1 O sistema deverá permitir a gestão e o controle de todos os cadastros de pessoas físicas e jurídicas, possibilitando a entrada e a saída de dados por meio de integração com outros sistemas. Para todo cadastro deve existir um número único.

3.6.2 O endereço do contribuinte deverá ser preferencialmente identificado a partir do Estado de residência da pessoa, com predição dos campos, evitando a digitação manual do endereço. Se o cadastrador tiver a informação do CEP, o sistema deve consultar qual é o endereço e preencher automaticamente os campos associados ao CEP. Exceto para os casos de carga de dados ou integração com sistema tributário que exija outros tipos de identificadores cadastrais.

3.6.3 Para pessoa física ou jurídica, residente/sediada no Município em imóvel já cadastrado e georreferenciado, o sistema deverá usar o imóvel como endereço do contribuinte ou domicílio eletrônico do contribuinte (DEC), quando houver.

3.6.4 O cadastro de pessoas deverá conter campos de preenchimento obrigatório que são Nome, CPF/CNPJ, Estado, Cidade, Rua, Número e CEP.

3.6.5 Somente deverão ser administrados pelo sistema imóveis cujos proprietários tenham em seu cadastro CPF ou CNPJ.

3.6.6 O sistema deve ter um *link* para consulta de situação cadastral do CPF no sistema da Receita Federal.

3.6.7 O sistema deverá dispor de um cadastro de pessoas físicas com interface amigável e versátil, responsiva (compatível com dispositivos móveis Android® e iOS®) com, pelo menos, os seguintes campos: nome da pessoa, nome do cônjuge, nome, data de nascimento, sexo, nacionalidade, telefone 1, telefone 2, e-mail, RG, CPF, CNH, endereço, logradouro, número, complemento, bairro, CEP, cidade, filiação e data da última atualização. Ainda, deverá possibilitar a inserção e consulta de cópias de documentos, por exemplo: CNH, RG, comprovante de residência, procurações, atestados, carteira profissional, fotos do imóvel, etc...



3.6.8 Para o cadastro de pessoa jurídica, deverá contar com interface amigável e versátil, responsiva (compatível com dispositivos móveis Android e iOS) e os seguintes campos devem ser disponibilizados para preenchimento: nome da empresa, nome fantasia, telefone 1, telefone 2, e-mail, CNPJ, inscrição municipal, inscrição estadual, endereço, logradouro, número, complemento, bairro, CEP, cidade, Estado e data da última atualização cadastral. Caso a empresa esteja estabelecida no Município, deve ser permitido informar o imóvel que ocupa. Deverá também dar condições de inserir/consultar cópias de documentos, por exemplo, cópia da CNH, do RG, comprovante de residência, procurações e atestados, dos sócios ou procuradores da empresa, além de fotos do imóvel.

3.6.9 No cadastro de pessoas físicas e jurídicas deverá ser gravado o histórico da movimentação de todas as ações de usuários, bem como deverá permitir a consulta ou a geração de relatório das mesmas.

3.6.10 O sistema deverá sincronizar o seu cadastro de pessoas com o cadastro de pessoas do sistema tributário, conforme disponibilidade do serviço pelo Município.

3.6.11 O cadastro de entidades externas, como por exemplo cartórios, delegacias e fóruns, deverá ser composto pelos seguintes campos: código da entidade, nome da entidade, endereço da entidade, dois telefones, e-mail, responsável na entidade, número do convênio e data de validade.

3.7 Do cadastro imobiliário

3.7.1 Todos os dados pertinentes aos imóveis disponibilizados pelo Município, de forma eletrônica, deverão ser importados do(s) sistema(s) tributário(s) do Município e armazenados nesse sistema, exceto os imóveis pertencentes a contribuintes sem CPF/CNPJ.

3.7.2 O sistema deverá contemplar/desenhar a numeração das quadras, permitindo que seja escolhido o seu número de acordo com a sua localização na zona e setor a que pertencer, e nessa quadra deverá ser informado o ponto inicial e o sentido para a numeração dos lotes.

3.7.3 Para cada imóvel geolocalizado, o sistema deverá gerar de forma automática, a partir de um ponto inicial, de um sentido e de um número de quadra, previamente estabelecido com base no somatório das testadas dos lotes, uma inscrição imobiliária correspondente a sua localização e de acordo com a sua zona, setor e quadra.

3.7.4 Os históricos de todas as alterações, feitas no cadastro imobiliário do sistema, deverão ser armazenados e poderão ser consultados a qualquer tempo por seus usuários.

3.7.5 Os itens das características dos imóveis deverão ser gerenciáveis com a condição de criação e alteração.

3.7.6 O Boletim do Cadastro Imobiliário – BCI de qualquer imóvel deverá ser disponibilizado para impressão e visualização de qualquer ano, a partir da implantação desse sistema.



3.7.7 O sistema deverá ser capaz de apresentar em tela ou impresso o boletim do cadastro imobiliário do imóvel do ano corrente, com suas características que formam a base de cálculo dos Impostos e taxas, os valores das construções e do terreno, de acordo com a sua localização na planta genérica de valores, bem como o valor do metro quadrado da construção.

3.7.8 O sistema deve permitir ser informado, em todos os imóveis usados pela Administração Pública, se o imóvel é próprio ou locado, além de uma descrição que identifique a destinação do imóvel.

3.7.9 O sistema deve permitir a gestão do cadastro imobiliário de forma a diferenciar os imóveis rurais e urbanos, apresentando para o sistema tributário de acordo com suas especificações.

3.8 Das geometrias do sistema

3.8.1 O sistema deverá gerar, de forma automatizada, as geometrias bases para a divisão do Município em Zona (distrito), Setor e Quadra, a partir das dimensões de quadricula, do número de quadriculas por setor e do número de setores por zona (distrito) informadas pelo administrador.

3.8.2 O sistema deverá permitir a importação de arquivos do tipo KMZ ou KML e shapefile georreferenciados, contendo as geometrias representativas de perímetro urbano e bairros.

3.8.3 O sistema deverá ter parametrização por conjunto de variáveis controladas por seu administrador, definindo precisões nas geometrias e margens de tolerância entre a área geométrica e a área informada.

3.8.4 O sistema deverá ter ferramenta para criar e editar, no mesmo ambiente web, todas as geometrias necessárias para a representação do cadastro imobiliário: eixos de vias, quadras, lotes, unidades e construções, permitindo ainda sua importação de arquivos do tipo shapefile georreferenciados. Essas geometrias, criadas ou importadas, devem permanecer em uma camada temporária, até sua correta localização e geocodificação no próprio sistema.

3.8.5 Para arquivos importados em *datum* horizontal SAD/69, o sistema deverá fazer a conversão automática para o *datum* horizontal SIRGAS2000, oficial do SGB - Sistema Geodésico Brasileiro.

3.8.6 O sistema deverá verificar e impedir a criação e a edição de geometrias em sobreposição com geometrias do mesmo tipo, ajustando automaticamente os erros que estiverem dentro das tolerâncias definidas.

3.8.7 O sistema deverá verificar e impedir a criação de geometrias internas que ultrapassem as medidas das geometrias que as contenham. Exemplos: as quadras deverão estar totalmente dentro do limite do Município; os lotes deverão estar totalmente dentro da quadra que os contém; as unidades e as construções deverão estar totalmente dentro do lote



que as contém.

3.8.8 O sistema deverá permitir a correlação (geocodificação) das geometrias criadas e colocadas nas camadas temporárias, com registros do banco de dados tributário previamente importado, verificando e avisando se a diferença entre a área geométrica do lote e a área constante do cadastro tributário for superior à margem de tolerância estabelecida pelo administrador.

3.8.9 O sistema deverá possuir ferramenta para a união (ou remembramento) e divisão (ou desmembramento) de vias, lotes e quadras.

3.8.10 O sistema não poderá exibir em nenhuma das telas da interface ou menus a logomarca/nome ou informações da CONTRATADA. Somente poderão ser exibidas as logomarcas ou brasões do Município contratante e do CIGA.

3.9 Das imagens aéreas no sistema

3.9.1 As imagens distribuídas pela Secretaria de Estado do Desenvolvimento Sustentável de Santa Catarina – SDS/SC estão ao alcance de todos os Municípios catarinenses e poderão ser usadas como plano de fundo onde o CIGA estiver presente com esse sistema de geoprocessamento.

3.9.2 Outras imagens georreferenciadas que o Município dispuser e que atendam às especificações também serão importadas e disponibilizadas para acesso, limitadas a 10 (dez) camadas de imagens.

3.9.3 As imagens poderão ser atualizadas até uma vez por ano sem custos para os Municípios, desde que atendam às especificações.

3.9.4 O sistema deve permitir a comparação de uma imagem com os desenhos de construções, permitindo ao usuário cadastrar um marcador onde tiver uma construção não cadastrada, mostrando esse marcador numa *layer* específica.

3.10 Dos relatórios do sistema

3.10.1 Relatório de Movimentação no cadastro de Imóveis com apresentação do usuário e com condição de selecionar o período.

3.10.2 Boletim de Cadastro Imobiliário (BCI) e os dados cadastrais do imóvel e de seu(s) Proprietário(s).

3.10.3 Relatório de usuários do sistema apresentando órgão, setor, local de trabalho ou a entidade externa.

3.10.4 Relatório de Logradouros, Bairros, Distritos.



3.10.5 Relatório de Averbações de usuários por período.

3.11 Dos utilitários do sistema

3.11.1 Gerador de arquivos de pessoas e imóveis para exportação para outros sistemas via *web service* ou outro meio disponível.

3.11.2 Página de apresentação da movimentação de dados por usuário e de informações relevantes para gestão das ações no cadastro: Locais de Trabalho da Prefeitura, Quantidade de Ruas e Bairros, Quantidade Imóveis Ativos e Imóveis Inativos, Imóveis Desmembrados, Imóveis Remembrados, Imóveis Construídos, Imóveis Não Construídos, Imóveis Incorporados, Imóveis Transferidos, Imóveis exportados, novos imóveis no último mês, Imóveis alterados/modificados no último mês.

3.11.3 Sincronizador de código do imóvel no sistema tributário.

3.11.4 Exportar imagem do mapa visualizado na tela.

3.11.5 Abrir o *google maps* na mesma localização que o usuário estiver no mapa.

3.11.6 Ferramenta para medir retas no mapa.

3.11.7 Ferramenta para medir áreas no mapa.

3.11.8 O sistema deve permitir ao usuário clicar no mapa e capturar as coordenadas do local clicado com a opção de visualizar as coordenadas em UTM, Grau Minuto e Segundo ou Grau Decimal.

3.11.9 O sistema deve permitir a consulta de um ponto por coordenadas com a opção de informar as coordenadas em UTM, Grau Minuto e Segundo ou Grau Decimal.

3.11.10 O sistema deve oferecer uma consulta de imóveis por Código ou inscrição imobiliária.

3.11.11 Opção de Navegação no mapa em *full-screen*.

3.11.12 O sistema deve permitir ao usuário habilitar várias *layers* ao mesmo tempo para visualização.

3.11.13 Ao clicar em cima do lote, quadra, logradouro e unidade, o sistema deve listar suas respectivas informações e mostrar as ferramentas que possam ser utilizadas no mesmo, como por exemplo edição das informações cadastrais, Edição da geometria (desenho), histórico das alterações, entre outras ferramentas.

3.11.14 O sistema deve permitir a visualização pública na internet dos mapas de PGV, Zoneamento, Logradouros e Bairros.

3.11.15 Para contribuintes donos de imóveis que acessarem a central do usuário na



internet, o sistema deve apresentar lista de seus imóveis e permitir a impressão de boletins.

3.12 Camadas do Sistema

3.12.1 Camadas do Sistema para visualização (obrigatórias na contratação)

3.12.1.1 Camada de Identificação de logradouros, quadras, lotes, unidades, construções.

3.12.1.2 Camada de visualização da PGV - Planta Genérica de Valores.

3.12.1.3 Camada de visualização de imagens de fundo do Município.

3.12.1.4 Camada de visualização do zoneamento urbano.

3.12.2 Camadas do Sistema para visualização (Disponibilizadas futuramente)

3.12.2.1 Camada de visualização de empresas do Simples Nacional/MEI.

3.12.2.2 Camada de visualização de informações do sistema G-CIM do CIGA.

3.12.2.3 Camada de visualização de imóveis públicos do próprio Município.

3.12.2.4 Camada de visualização de rotas do transporte escolar.

3.12.2.5 Camada de visualização de serviços públicos disponíveis, como postos de saúde, delegacias, batalhões, unidades de força policial e escolas.

3.12.2.4 Camada de visualização de áreas de risco.

3.12.2.5 Camada de visualização de dados disponíveis na INDE/IBGE de interesse dos Municípios.

3.12.2.6 Camada de visualização do perímetro municipal (mapa municipal).

3.12.2.7 Camada de visualização de estradas com classificação (municipal/estadual/federal) incluindo tipo de pavimentação e distâncias.

3.12.2.8 Postes ativos da iluminação pública.

3.12.2.9 Escolas e localização de alunos.

3.12.2.10 Declividade.

3.12.2.11 Arruamento

3.12.2.12 Mapa de divergência das construções e do cadastro.

3.12.2.13 Áreas de alagamento e outras áreas de risco.



3.12.2.14 Mapas de trânsito com identificação das placas.

3.12.2.15 Árvores nas áreas passeio.

3.12.2.16 Áreas de preservação ambiental.

3.12.2.17 Áreas de reserva/aldeia indígena.

3.12.2.18 Mapas de identificação do saneamento e posição dos hidrômetros.

3.12.2.19 Mapas de vulnerabilidade social.

3.12.2.20 Mapas de localização imobiliária com informações de mapa, habite-se, alvará e projetos.

3.12.2.21 Mapas de calor obtidos através do cruzamento dos dados inseridos no sistema.

3.13 Da implantação, instalação e treinamento de usuários

3.13.1 A implantação e instalação do sistema deverá ser executada mediante requisição do CIGA, sem limite máximo anual de Municípios contratantes, bem como os valores a serem pagos pelo CIGA, em parcela única, pela implantação e treinamento em cada Município serão os previstos no contrato firmado com a CONTRATADA.

3.13.2 A CONTRATADA deverá prover treinamento presencial por profissionais qualificados para demonstração do uso da ferramenta, de forma a garantir que os servidores indicados pelo Município consorciado ao CIGA e usuário do sistema licitado tenham condições de operar o sistema de geoprocessamento.

3.13.3 A empresa contratada deverá fornecer suporte técnico, manutenção e atualização (evoluções e desenvolvimentos necessários) do Sistema.

3.13.4 Com a implantação do Sistema, deverão ser iniciados os serviços de suporte e manutenção que compreendem:

- a) Manutenção preventiva e corretiva do sistema;
- b) Suporte ao usuário para solução de dúvidas, ocorrências de problemas não previstos e adequação de configuração;
- c) Fornecimento e instalação de versões atualizadas ou das evoluções tecnológicas do aplicativo, decorrentes de atendimento de atributos desejáveis antes não contemplados; e
- d) Assessoria técnica aos técnicos da Administração Pública Municipal nas operações de rotina do programa.

3.13.5 O Município deverá disponibilizar todos os mapas e imagens digitalizadas e georreferenciadas necessárias para a o correto funcionamento do sistema.



3.13.6 Nos serviços de implantação estão incluídos o levantamento e a consolidação dos dados do Município no sistema e integração com o sistema tributário municipal.

3.13.7 Caberá à CONTRATADA apresentar manuais específicos para o treinamento do sistema de geoprocessamento em uso nos Municípios consorciados ao CIGA e contratantes desse serviço de tecnologia da informação e comunicação específico.

3.13.8 Ao fim da implantação e treinamento, a prefeitura deverá emitir um termo de aceite atestando que o sistema está operando adequadamente e que atende às necessidades iniciais dos usuários.

3.13.9 As despesas com alimentação e hospedagem ficarão a cargo da CONTRATADA.

3.13.10 O deslocamento da CONTRATADA aos Municípios contratantes do sistema pelo CIGA será reembolsado pelo CIGA nos seguintes termos:

- a) O valor reembolsado será com base na distância do deslocamento, cujo valor será o estabelecido no regimento do CIGA, o qual é, atualmente, de R\$ 0,80 por quilômetro rodado;
- b) O deslocamento será calculado tendo como endereço de origem e retorno a sede do CIGA, localizada na Rua General Liberato Bittencourt, 1885, sala 1307, Canto, Florianópolis/SC, CEP 88070-800; e
- c) Para fins de reembolso a CONTRATADA deverá apresentar o relatório da visita efetuada, comprovantes das despesas e o formulário de deslocamento, fornecido pelo CIGA, devidamente preenchido.

3.14 Da equipe técnica e de apoio e suporte pós-instalação

3.14.1 Por ser um serviço considerado técnico especializado, será necessária, na execução do projeto proposto e durante a sua vigência, a indicação de uma equipe técnica, que irá responder pela execução dos serviços deste termo durante o período de implantação, treinamento e manutenção dos respectivos sistemas a serem contratados, até a finalização do contrato.

3.15 Comprovação de capacidade técnica para garantia de execução de qualidade

3.15.1 A licitante vencedora, no momento da habilitação técnica, deverá apresentar comprovante de capacidade técnica, consistente na apresentação de, pelo menos, 1 (um) atestado, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, no qual conste a execução de serviço pertinente e compatível com o objeto desta licitação, sob pena de exclusão do certame.

3.15.2 Os atestados apresentados deverão ser derivados de serviços de natureza contínua.

3.15.3 Os atestados apresentados deverão conter os seguintes elementos:



3.15.3.1 Nome do órgão ou empresa responsável pela emissão do atestado, com o CNPJ/CGC, inscrição estadual, endereço completo, o período de execução dos serviços e o número do contrato;

3.15.3.2 Manifestação acerca do conteúdo e da qualidade dos serviços prestados, atestando que os serviços foram cumpridos satisfatoriamente e que não consta dos arquivos da contratante nenhum registro desabonador de aspectos comerciais ou técnicos da CONTRATADA; e

3.15.3.3 Identificação do responsável pela emissão do atestado, com nome, função e telefone para solicitação de informações adicionais.

3.16 Avaliação do Sistema pela Comissão Técnica do CIGA – Prova de Conceito

3.16.1 A empresa vencedora deste certame deverá disponibilizar equipamento, do tipo *laptop*, com todos os requisitos instalados, necessários para a realização da prova de conceito, que consiste na comprovação dos requisitos tecnológicos e funcionalidades mínimas estipulados neste Edital, conforme o presente Termo de Referência, referente ao sistema a ser entregue. A prova de conceito ocorrerá no quinto dia útil a contar do encerramento da Sessão Pública do Pregão e será realizada por comissão técnica do CIGA, nomeada especificamente para este fim. Durante a avaliação do sistema, a empresa vencedora deverá disponibilizar um funcionário, o qual ficará à disposição da equipe técnica do CIGA durante a avaliação do sistema.

3.16.2 Quanto à **Prova de Conceito**, o sistema a ser disponibilizado pela empresa vencedora será avaliado com base nos critérios da tabela abaixo:

Item	Características do Servidor	Classificação	Apto/Inapto
1	Deverá estar rodando a partir de container dentro do computador disponibilizado para esta Prova de Conceito conforme item 3.4.3 do termo de referência.	Mandatório	
2	A aplicação dentro do container deverá estar rodando com sistema operacional Linux Ubuntu Server 14.04 LTS ou 16.04 .	Mandatório	
3	A aplicação dentro do container deverá estar rodando utilizando servidor Apache ou Nginx em sua última versão estável.	Mandatório	
4	A plataforma para publicação de dados espaciais e aplicativos de mapeamento interativos para web no servidor deve ser MapServer 6.0 ou superior ou GeoServer 2.5 ou superior.	Mandatório	
5	A biblioteca JavaScript para a construção de webmappings deve ser OpenLayers 3.0 ou Leaflet versão 1.3 ou versões superior.	Mandatório	



Item	Características Gerais da Interface	Classificação	Apto/Inapto
6	Deverá ser utilizada algum município como o exemplo para a prova de conceito, no tocante aos mapas e cadastros.	Mandatório	
7	Deverá funcionar em sistema WEB seguro (HTTPS/SSL) sem adição de plugins ou componentes adicionais.	Mandatório	
8	Deverá permitir a visualização de mapa georreferenciado, independentemente da camada selecionada.	Mandatório	
9	Possuir seletores de mapas base (ortofoto, imagem de satélite, base cadastral, etc.).	Mandatório	
10	Deverá ter a possibilidade de habilitar e desabilitar camadas de mapas temáticos, onde serão divididas e organizadas por área específica.	Mandatório	
11	Deverá exibir a coordenada geográfica da posição desejada por meio do posicionamento do mouse sobre o mapa.	Mandatório	
12	Ao navegar no mapa, a barra de escala de visualização deve estar sempre visível, representando as mesmas escalas definidas pelos serviços de mapa.	Desejável	
13	Deverá permitir a navegação de mapas com recursos de ampliação (zoom in), redução (zoom out), arrastamento do mapa (pan), ampliação e redução com uso do "scroll" do mouse (zoom in/out).	Mandatório	
14	Deverá possuir controles de visualização automática (por nível de proximidade) dos componentes cartográficos do mapa.	Desejável	
15	Deverá permitir ao usuário a realização de medições de distâncias entre dois ou mais pontos, como também, medições da área diretamente no mapa.	Mandatório	
16	Deverá ser possível desenhar as quadras e sua numeração (sem plugins adicionais ao browser), permitindo que seja escolhido o seu número de acordo com a sua localização na zona e setor a que pertencer, e nessa quadra deverá ser informado o ponto inicial e o sentido para a numeração dos lotes.	Mandatório	
17	Permite visualizar o perfil do terreno (altimetria), conforme modelo digital de elevação.	Desejável	



18	Permite navegar, selecionar e identificar no mapa a parcela referente ao imóvel, visualizando todas as informações autorizadas pelo Município, referente a parcela e suas unidades imobiliárias.	Mandatário	
19	Permite a impressão de croqui de localização do imóvel previamente selecionado.	Desejável	
20	Permite a pesquisa e localização de todos os elementos geográficos que possuam dados (bairro, loteamento, quadra, lotes, logradouro, etc...), através de uma barra geral de consulta que organiza o resultado da pesquisa de forma categorizada.	Mandatário	
21	Deverá permitir acompanhamento georreferenciado das atividades do cadastramento e recadastramento imobiliário, identificando e quantificando graficamente as parcelas imobiliárias pendentes de visita, visitadas, recadastradas, etc.	Desejável	
Item	Segurança e Gestão	Classificação	Apto/Inapto
22	Deverá permitir login de usuário através de atribuição de perfil para o controle seletivo de acesso de informações cadastrais, pesquisas e manutenção (pelo menos 3 papéis distintos pré definidos e a possibilidade de criação de novos papéis com customização das permissões para cada).	Mandatário	
23	Gerenciador Web para a gestão de usuários (criação/edição/exclusão) e perfis (definição de papéis e de permissões).	Mandatário	
24	O fornecedor deverá apresentar documentação que permita a consulta para a integração a sistemas de terceiros, devendo, no dia da prova de conceito, ser apresentado o arquivo com layout desenvolvido a critério do fornecedor. Deverá permitir a gestão (inclusão, alteração e remoção) de todos os cadastros de pessoas físicas e jurídicas, possibilitando a entrada e saída de dados através de integração com outros sistemas utilizando uma API de WebService que deverá ter sua documentação aberta, junto com layout de dados, fornecida pela CONTRATADA. É fundamental que todo cadastro possua números de identificação únicos para facilitar a integração.	Mandatário	



25	Deverá permitir a criação de usuário administrador da prefeitura, hierárquico e inferior ao administrador do CIGA.	Mandatário	
Item	Cadastro Imobiliário	Classificação	Apto/Inapto
26	O endereço do contribuinte deverá ser preferencialmente identificado a partir do Estado de residência da pessoa, com predição dos campos, evitando a digitação manual do endereço. Se o cadastrador tiver a informação do CEP, o sistema deve consultar qual é o endereço e preencher automaticamente os campos associados ao CEP. Exceto para os casos de carga de dados ou integração com sistema tributário que exija outros tipos de identificadores cadastrais.	Desejável	
27	O cadastro de pessoas deverá conter campos de preenchimento obrigatório que são Nome, CPF/CNPJ, Estado, Cidade, Rua, Número e CEP.	Mandatário	
28	O sistema deve ter um link para consulta de situação cadastral do CPF no sistema da Receita Federal, ou via integração que permita a validação da situação cadastral.	Desejável	
29	O sistema deverá dispor de um cadastro de pessoas físicas com interface amigável e versátil, responsiva (compatível com dispositivos móveis) com, pelo menos, os seguintes campos: nome da pessoa, nome do cônjuge, nome, data de nascimento, sexo, nacionalidade, telefone 1, telefone 2, e-mail, RG, CPF, CNH, endereço, logradouro, número, complemento, bairro, CEP, cidade, filiação e data da última atualização.	Mandatário	
30	Deverá contar com interface amigável e versátil, responsiva (compatível com dispositivos móveis) para o cadastro de pessoas jurídicas com os seguintes campos para preenchimento: nome da empresa, nome fantasia, telefone 1, telefone 2, e-mail, CNPJ, inscrição municipal, inscrição estadual, endereço, logradouro, número, complemento, bairro, CEP, cidade, Estado e data da última atualização cadastral. Deverá também dar condições de inserir/consultar cópias de documentos, por exemplo, (cópia da CNH, do RG, comprovante de residência, procurações e atestados, dos sócios ou procuradores da	Mandatário	



	empresa).		
31	Deverá possibilitar a inserção e consulta de cópias de documentos de pessoas físicas, por exemplo: CNH, RG, comprovante de residência, procurações, atestados, certidões, etc.	Desejável	
32	Deverá permitir a geração de consultas e relatórios que possam ser exportados em formatos PDF, CSV e XML dos seguintes campos: <ul style="list-style-type: none"> • Proprietário; • CEP; • Bairro; • Logradouro; • Boletim de Informação Cadastral (BIC); • Loteamento; • Quadra; • Lote; • Unidade Imobiliária (Edificação). 	Desejável	
33	Deverá permitir a associação gráfica dos elementos imobiliários do SIG das seguintes entidades: <ul style="list-style-type: none"> • CEP; • Bairro; • Logradouro; • Loteamento; • Quadra; • Lote; • Unidade Imobiliária. 	Desejável	
34	O lote deve possuir no mínimo campos como código, testada principal e secundária e área.	Desejável	
35	O cadastro do lote deve: <ul style="list-style-type: none"> • Permitir a atribuição do CEP, Logradouro e Bairro; • Permitir a atribuição Loteamento e Quadra; • Permitir a atribuição dos dados territoriais, conforme BIC. 	Mandatário	



36	A unidade imobiliária deve possuir no mínimo campos como cadastro imobiliário, inscrição imobiliária, face de quadra, área construída, tipo de unidade (público, privado, etc), finalidade (saúde, administração, educação, etc) e o código da unidade.	Mandatório	
37	Permitir a exibição dos imóveis públicos no mapa do GEO identificados de acordo com sua finalidade.	Mandatório	
38	Permitir a exibição dos dados dos imóveis públicos ao selecionar no mapa do GEO, incluindo os documentos digitalizados.	Desejável	
39	O cadastro da unidade imobiliária deve: <ul style="list-style-type: none"> ● Permitir a atribuição do Loteamento, Quadra e Lote; ● Permitir a atribuição do proprietário ou morador; ● Permitir a atribuição do Logradouro e Número Predial; ● Permitir a atribuição dos dados prediais, conforme BIC; ● Permitir a inclusão de documentos digitalizados e imagens. 	Mandatório	
40	Deverá permitir a manutenção (inserção, atualização e remoção) de mapas temáticos de fontes WMS do sistema e fontes WMS externas, onde os cadastros destes mapas devem ser hierarquizados por categoria.	Desejável	
41	Deverá possuir mapa cartográfico nas telas onde a entidade possua relacionamento com elementos geográficos, tais como: Bairro, Logradouro, Loteamento, Quadra, Lote e Unidade Imobiliária (Edificação), para permitir navegar, identificar e medir os elementos cartográficos conforme necessidade.	Mandatório	
42	Criar e editar, através de ferramenta no mesmo ambiente WEB, geometrias para a representação do cadastro imobiliário: eixos de vias, quadras, lotes, unidades e construções, e importar arquivo do tipo shapefile georreferenciado. Estas geometrias, criadas ou importadas, devem permanecer em uma camada temporária, até sua correta localização e geocodificação no próprio sistema. Obs: Este item não será obrigatório para dispositivos móveis.	Mandatório	



43	Ao selecionar um registro na tabela de resultado de uma pesquisa, o sistema deverá localizar, posicionar e identificar o elemento no mapa.	Desejável	
44	O sistema deverá gerar, de forma automatizada, as geometrias bases para a divisão do Município em Zona (distrito) e Setor, a partir das dimensões de quadrícula, do número de quadrículas por setor e do número de setores por zona (distrito) informadas pelo administrador.	Mandatório	
45	Realizar a importação de arquivos do tipo KMZ ou KML e shapefile georreferenciados, contendo as geometrias representativas de perímetro urbano e bairros.	Mandatório	
46	Deverá permitir a medição e registro de áreas de edificações irregulares, nas parcelas territoriais, diretamente no mapa do GEO com uso de uma camada de ortofoto do Município obtida a partir do SIGSC da SDS.	Mandatório	
47	Deverá permitir a emissão de notificação de irregularidade de edificação, de construções irregulares que foram previamente registradas, conforme descrito no item anterior.	Desejável	
48	Permitir registro de histórico de alteração das entidades persistentes essenciais, mantendo informações de data, hora, endereço de IP, usuário e dados que sofreram alterações, permitindo a auditoria e controle das alterações no sistema.	Mandatório	
49	Permite a visualização panorâmica da rua (Street View), através do Google Maps integrado ao sistema (Para efeito de precificação, a licença do Google Maps não inclui no escopo da contratação).	Desejável	
50	Apresentar em tela ou com opção de impressão o boletim do cadastro imobiliário do imóvel do ano corrente, com suas características que formam a base de cálculo dos Impostos e taxas, os valores das construções e do terreno, de acordo com a sua localização na planta genérica de valores, bem como o valor do metro quadrado da construção.	Mandatório	
Item	Funcionamento em Dispositivos Móveis	Classificação	Apto/Inapto



51	Deverá funcionar em navegador WEB, de forma responsiva, com criptografia (HTTPS/SSL) sem adição de plugins ou componentes adicionais.	Mandatório	
52	Deverá operar normalmente no navegador web padrão no Android a partir da versão 5.0 Lollipop e Apple iOS 7 em diante.	Mandatório	
53	Deverá permitir a inclusão/importação online dos dados de campo relacionados ao Boletim de Informação Cadastral (BIC) como fotos de fachadas, croquis e demais documentos coletados, e posteriormente estarem disponíveis para consulta.	Mandatório	
54	Deverá exibir a lista dos boletins (bics) inseridos durante a coleta em campo.	Desejável	
55	Deverá permitir a manutenção dos boletins (bics) - inserção, atualização e remoção.	Mandatório	
56	Deverá permitir a recuperação da coordenada geográfica do ponto de coleta de dados relacionado a parcela imobiliária.	Mandatório	
57	Deverá permitir que o contribuinte logado ao sistema faça a inclusão de arquivos e fotos através de dispositivo móvel, como fotos de fachada, topo, realizando a inclusão/alteração do cadastro de seu imóvel através da função de auto declaração conforme item 3.3.5 do termo de referência.	Desejável	
58	Deverá permitir obter a localização das coordenadas através do GPS do dispositivo móvel e inseri-las automaticamente no sistema, assim como a inclusão de <i>geotags</i> georreferenciadas nas fotos tiradas de dispositivos móveis e inseridas no sistema.	Mandatório	
59	Deverá permitir ao contribuinte logado e identificado a inserção de dados dos imóveis vizinhos ao seu, quando permitido pela legislação.	Desejável	
60	Deverá permitir a geração de guia de IPTU referente ao imóvel, em formato PDF, para impressão, ou link para a guia no sistema tributário, quando disponível	Desejável	
61	Possuir seletores de mapas base (ortofoto, imagem de satélite, base cadastral, etc.).	Mandatório	
62	Deverá ter a possibilidade de habilitar e desabilitar camadas de mapas temáticos, onde serão divididas e organizadas por área	Mandatório	



	especifica.		
63	Ao navegar no mapa, a barra de escala de visualização deve estar sempre visível, representando as mesmas escalas definidas pelos serviços de mapa.	Desejável	
64	Deverá permitir a navegação de mapas com recursos de ampliação (zoom in), redução (zoom out), arrastamento do mapa (pan), ampliação e redução com uso do "scroll" do mouse (zoom in/out).	Mandatário	
65	Deverá possuir controles de visualização automática (por nível de proximidade) dos componentes cartográficos do mapa.	Desejável	
66	Permite navegar, selecionar e identificar no mapa a parcela referente ao imóvel, visualizando todas as informações autorizadas pelo Município, referente a parcela e suas unidades imobiliárias.	Mandatário	
67	Permite a impressão de croqui de localização do imóvel previamente selecionado.	Desejável	
68	Permite a pesquisa e localização de todos os elementos geográficos que possuam dados (bairro, loteamento, quadra, lotes, logradouro, etc...), através de uma barra geral de consulta que organiza o resultado da pesquisa de forma categorizada.	Desejável	
69	Deverá permitir acompanhamento georreferenciado das atividades do cadastramento e recadastramento imobiliário, identificando e quantificando graficamente as parcelas imobiliárias pendentes de visita, visitadas, cadastradas, etc.	Desejável	

3.16.3 O sistema a ser homologado, pela Comissão Técnica do CIGA na Prova de Conceito, deverá atender a todos os itens considerados mandatórios.

3.16.4 Todos os itens listados no item 3.16.2, mandatórios e desejáveis, deverão estar disponíveis no sistema em até 180 dias após a primeira implantação.

4 MANUTENÇÃO, SUPORTE TÉCNICO E TRANSFERÊNCIA TECNOLÓGICA DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES GEORREFERENCIADAS

4.1 A CONTRATADA, na prestação do serviço de manutenção, terá a responsabilidade de realizar manutenção no sistema, observados os requisitos de qualidade e eficiência



exigidos, bem como agilidade e segurança na execução das tarefas.

4.2 As atividades aqui previstas dizem respeito a todas as modificações requeridas no Sistema, de natureza:

- a) Legais (destinadas a dar cumprimento à normas legais ou regulamentares);
- b) Corretivas (destinadas a corrigir erros identificados nos sistemas, que impedem seu funcionamento correto ou que representem desvios às especificações definidas);
- c) Evolutivas em termos tecnológicos (troca de versões de Banco de Dados ou Sistema Operacional, otimizações de performance, etc.);
- d) Adaptativas (que visam dar ao sistema condições para se adaptar a uma nova situação ou aspectos diferentes de situações já existentes);
- e) Preventivas (destinadas a restabelecer o sistema em caso de desastres); e
- f) Preditivas (destinadas a antecipar e mitigar possíveis problemas que possam prejudicar o fornecimento dos serviços).

4.3 As atualizações não consideradas críticas ou emergenciais não devem interromper o funcionamento do sistema durante o horário de funcionamento da Prefeitura Municipal.

4.4 As licenças de uso dos produtos envolvidos na instalação, manutenção e utilização do sistema são de TOTAL responsabilidade da CONTRATADA.

- a) Entende-se como total, inclusive as licenças de sistema operacional, banco de dados e demais necessárias ao perfeito funcionamento do sistema.

4.5 O CIGA deverá ter acesso a todos os procedimentos de instalação, implantação, configurações e manutenção do sistema visando ao processo de transferência de tecnologia.

4.6 A CONTRATADA deve garantir a manutenção corretiva e evolutiva do sistema por intermédio de novas versões, visando às atualizações tecnológicas e adequações à legislação enquanto perdurar a vigência do Contrato.

4.7 As versões de *software* distribuídas e instaladas não poderão causar erros em outros módulos do *software* e nos dados armazenados pelas versões anteriores do sistema.

4.8 O CIGA deverá ter acesso e acompanhar todos os procedimentos de atualização, solicitação de manutenção e suporte técnico realizados pela CONTRATADA.

5 ESPECIFICAÇÕES DIVERSAS DO SISTEMA

5.1 O sistema deverá ser fornecido (instalação, implantação, manutenção, suporte e evolução) aos Municípios de Santa Catarina consorciados e contratantes desses serviços pelo CIGA, com acesso ilimitado de usuários.

5.2 A CONTRATADA fornecerá, gratuitamente, às associações de Municípios de Santa Catarina acesso aos seus usuários, quantos forem necessários, referente aos Municípios a elas associados que estejam habilitados no sistema.



5.3 Não haverá reajuste ou acréscimos nos valores da mensalidade do serviço em razão de melhorias efetuadas na versão atual do sistema.

5.4 Para a prestação de serviços de desenvolvimento de novas funcionalidades e/ou customizações, a CONTRATADA, após abertura do chamado, deverá encaminhar orçamento ao CIGA com a quantidade de horas necessárias, considerando o valor contratado da hora técnica, e com o prazo de entrega ao Município, o qual não poderá ser superior a 30 (trinta) dias corridos, contados da data da aprovação dos serviços pelo CIGA. Os resultados das prestações desses tipos de serviços, caso seja de interesse da maioria dos Municípios contratantes do sistema, serão custeados pelo CIGA e poderão ser compartilhados com todos os Municípios, sem necessidade de autorização do Município requerente ou da CONTRATADA.

5.4.1 O deslocamento da CONTRATADA aos Municípios consorciados contratantes do sistema, para prestação de serviços de desenvolvimento de novas funcionalidades e/ou customizações, será reembolsado pelo CIGA nos seguintes termos:

- a) O valor reembolsado será com base na distância do deslocamento, cujo valor será o estabelecido no regramento do CIGA, o qual é, atualmente, de R\$ 0,80 por quilômetro rodado;
- b) O deslocamento será calculado tendo como endereço de origem e retorno a sede do CIGA, localizada na Rua General Liberato Bittencourt, 1885, sala 1307, Canto, Florianópolis/SC, CEP 88070-800; e
- c) Para fins de reembolso a CONTRATADA deverá apresentar o relatório da visita efetuada, comprovantes das despesas e o formulário de deslocamento, fornecido pelo CIGA, devidamente preenchido.

5.5 O limite máximo anual de horas técnicas a serem contratadas para o desenvolvimento de novas funcionalidades e/ou customizações, que se façam necessárias para os Municípios contratantes, será de 8.000 (oito mil) horas.

5.6 A CONTRATADA deverá dispor de sistema de abertura de chamado on-line, suporte técnico telefônico entre 8h00min e 18h00min, de segunda a sexta-feira, matutino e vespertino, via telefone convencional.

5.7 Os casos de erros de processamento, em vista de problemas do sistema ou mesmo ocasionados por fatores externos e considerados urgentes, deverão ser atendidos imediatamente.

5.8 O sistema será instalado, juntamente com seu banco de dados, em um servidor datacenter, em nuvem da CONTRATADA ou fornecido pelo CIGA, e será personalizado (interface) com logomarcas do CIGA e do Município Usuário.

5.9 O CIGA não poderá utilizar as tecnologias desenvolvidas pela CONTRATADA, incluídos seus programas em forma de engenharia reversa, *scripts* de bancos de dados, ou qualquer componente ou documentação de desenvolvimento, sem que estejam conforme os fins estabelecidos nesta especificação.

Fica assegurado ao CIGA que, ao final do Contrato, qualquer que seja o motivo de sua



extinção e/ou rescisão, inclusive o término de sua vigência, que pode alcançar 48 meses (art. 57, inc. IV, da Lei 8.666/93), ou qualquer outro motivo de interrupção no fornecimento do Sistema, a **CONTRATADA reconhece e fornecerá os códigos fontes em sua última versão e atualizados, o repasse de tecnologias utilizadas (com exceção de componentes básicos (Sistema operacionais, sistemas gerenciadores de banco de dados, entre outros), o banco de dados, os diagramas de relacionamento, e toda a documentação necessária para que seja mantida a continuidade da prestação dos serviços de tecnologia da informação e comunicação (instalação, implantação, atendimento, manutenção, suporte e evoluções necessárias ao respectivo Sistema ora licitado), pelo CIGA, aos Municípios consorciados de Santa Catarina.**

5.10 **É expressamente vedado à CONTRATADA requerer o registro da marca ou da logomarca, com o nome para o sistema definido pelo CIGA, junto ao Instituto Nacional da Propriedade Intelectual – INPI, autarquia federal brasileira responsável pelo registro e concessão de marcas, patentes, transferência de tecnologia, programa de computador, entre outros.**

5.11 Para efeitos de garantia de continuidade do sistema pelo CIGA e cumprimento do disposto no subitem 5.10, a CONTRATADA disponibilizará os códigos fontes no sistema de versionamento do CIGA antes de colocar em produção, de acordo com o item 3.5.

5.11.1 O CIGA não poderá utilizar estes códigos fontes antes das condições estabelecidas no subitem 5.9.

5.12 O CIGA está impedido de disponibilizar o sistema e prestar os respectivos serviços de manutenção, suporte e evolução necessários a Municípios consorciados fora do Estado de Santa Catarina, mesmo que gratuitamente, com exceção das situações autorizadas pela CONTRATADA.

5.13 O CIGA deverá ter acesso em modo leitura ao Banco de Dados do Servidor onde o sistema estiver hospedado.

5.14 A CONTRATADA será responsável pela configuração do servidor que vai hospedar o sistema e o banco de dados.

5.15 O CIGA poderá autorizar os testes de novos módulos do sistema contratado em prefeituras que tiverem interesse por esses módulos, como por exemplo, a gestão do trânsito e da defesa civil.

5.16 A CONTRATADA deverá integrar a base de pessoas da prefeitura (usuários dos sistemas) com a base de pessoas do Município contratante nos cadastros dos sistemas G-CIM, G-NOTA, G-SIMPLES, G-DEC e CADU (Cadastro unificado de usuários do CIGA), no prazo de até noventa dias após a contratação do sistema.

5.17 Em caso de rescisão contratual pelo Município consorciado ao CIGA e contratante desses serviços, a CONTRATADA deverá entregar no prazo de 60 (sessenta dias), em meio digital, todo o conteúdo pertinente ao serviço contratado e alocado no banco de dados desses sistemas.



6 ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇO/SERVICE LEVEL AGREEMENT - SLA

6.1 O prazo máximo para o primeiro atendimento não deverá ultrapassar 2(duas) horas.

6.2 O prazo máximo para realização de planos de trabalho não deverá ultrapassar 5 (cinco) dias úteis.

6.3 O prazo máximo para solução final do problema não poderá ultrapassar 3(três) dias úteis.

6.4 O prazo máximo para atendimento de chamadas telefônicas não poderá ultrapassar o tempo de espera de 5 (cinco) minutos.

7 DO PRAZO DE ENTREGA DO SISTEMA AOS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS

7.1 O prazo inicial para implantação e treinamento dos usuários nos Municípios consorciados ao CIGA contratantes do Sistema licitado será de 30 (trinta) dias, contados da data do recebimento da solicitação formalizada pelo CIGA.



ANEXO II

ESTIMATIVA DE VALOR DA CONTRATAÇÃO

1. METODOLOGIA PARA OBTENÇÃO DA ESTIMATIVA

A Planilha de Custos informa o preço máximo para o objeto desta licitação, em conformidade com a estimativa de custos realizada a partir da pesquisa de mercado efetuada, com cotações de empresas/fornecedores distintos, inclusive Chamamento Público para a obtenção de orçamentos de empresas especializadas na prestação dos serviços em tela (AVISO n.º 01/2018/CIGA – CHAMAMENTO PÚBLICO PARA PESQUISA DE MERCADO – LICITAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÕES GEORREFENCIADAS), bem como estimativa do ressarcimento referente ao deslocamento da Contratada, levando em consideração a duração do contrato e as possíveis prorrogações contratuais (art. 57, inc. IV, da Lei 8.666/93).

Faixa	Coefficiente do FPM*	Número de Municípios por Faixa (a)	Valor Mensal por Faixa (em R\$) (b)	Valor Total por Faixa em 48 meses (48 * Valor Mensal – em R\$) (c) = (48*(a)*(b))	Implantação e Treinamento - Parcela Única Máxima (em R\$) (d)	Valor Total Estimado em 48 meses (em R\$) (e) = ((a)*(d))+(c)
1	0,6	170	3.085,00	25.173.600,00	18.500,00	28.318.600,00
2	0,8	28	3.280,00	4.408.320,00	20.000,00	4.968.320,00
3	1,0	17	4.725,00	3.855.600,00	26.250,00	4.301.850,00
4	1,2	25	6.170,00	7.404.000,00	30.000,00	8.154.000,00
5	1,4	10	8.115,00	3.895.200,00	37.500,00	4.270.200,00
6	1,6	8	8.375,00	3.216.000,00	39.900,00	3.535.200,00
7	1,8	6	8.700,00	2.505.600,00	42.800,00	2.762.400,00
8	2,0	3	8.700,00	1.252.800,00	42.800,00	1.381.200,00
9	2,2	5	9.450,00	2.268.000,00	47.800,00	2.507.000,00
10	2,4	5	9.450,00	2.268.000,00	47.800,00	2.507.000,00
11	2,6	4	9.450,00	1.814.400,00	47.800,00	2.005.600,00
12	2,8	1	9.450,00	453.600,00	47.800,00	501.400,00
13	3,0	0	9.450,00	-	47.800,00	-
14	3,2	1	10.100,00	484.800,00	48.500,00	533.300,00



Faixa	Coefficiente do FPM*	Número de Municípios por Faixa (a)	Valor Mensal por Faixa (em R\$) (b)	Valor Total por Faixa em 48 meses (48 * Valor Mensal – em R\$) (c) = (48*(a)*(b))	Implantação e Treinamento - Parcela Única Máxima (em R\$) (d)	Valor Total Estimado em 48 meses (em R\$) (e) = ((a)*(d))+(c)
15	3,4	1	11.350,00	544.800,00	51.000,00	595.800,00
16	3,6	1	11.350,00	544.800,00	51.000,00	595.800,00
17	3,8	0	15.100,00	-	56.000,00	-
18	4,0	10	15.100,00	7.248.000,00	56.000,00	7.808.000,00
TOTAL		295	-	67.337.520,00	-	74.745.670,00

*Fundo de Participação dos Municípios - FPM

Descrição	Horas Anuais Estimadas (f)	Valor da Hora Técnica (em R\$) (g)	Valor Total Anual Estimado (em R\$) (h) = ((f)*(g))	Valor Total Estimado em 48 meses (em R\$) (i) = (4*(h))
Horas Técnicas para desenvolvimento de novas funcionalidades e/ou customizações	8000h	190,00	1.520.000,00	6.080.000,00

Descrição	Quilometragem Anual Estimada (j)	Valor do Ressarcimento por Quilômetro Rodado (em R\$) (k)**	Valor Total Anual Estimado (em R\$) (l) = ((j)*(k))	Valor Total Estimado em 48 meses (em R\$) (m) = (4*(l))
Ressarcimento de Quilometragem	209.362 Km	0,80	167.489,60	669.958,40

**Valor referente à 'Indenização de Despesas de Deslocamento com Veículo Particular', vigente no âmbito do CIGA nos termos da Resolução n.º 100, de 22 de fevereiro de 2016.

VALOR ESTIMADO DO LOTE ÚNICO EM 48 MESES ((e) + (i) + (m))	R\$ 81.495.628,40
--	--------------------------

Fórmula para compor o valor resultante de preço para efeitos de menor preço da licitação:

Valor estimado do lote único em 48 meses: ((e) + (i) + (m)) = R\$ 81.495.628,40

Onde: (e) representa o valor total estimado em 48 meses para todas as faixas e Municípios de Santa Catarina, bem como 'implantação e treinamento'; (i) é o valor total estimado em 48 meses para as 'Horas Técnicas para desenvolvimento de novas funcionalidades e/ou customizações'; e o (m) o valor total estimado em 48 meses referente ao ressarcimento do deslocamento da Contratada por quilômetro rodado.



Considerando que, por se tratar de uma contratação por estimativa, conforme a demanda, sempre que um município formalizar contrato com o CIGA para este sistema, haverá a emissão de ordem de fornecimento ao fornecedor, para a qual será emitido um parecer contábil a fim de verificar a disponibilidade orçamentária.

Considerando que o cálculo do valor total para a contratação é realizado com base no cenário de que todos os municípios catarinenses contratarão o sistema de Georreferenciamento a ser ofertado pelo CIGA, os valores informados no demonstrativo acima exposto são de natureza estritamente estimativa, e não indicam qualquer compromisso futuro para o CIGA, uma vez que eventuais contratos de uso por parte dos municípios de Santa Catarina serão efetuados conforme as suas necessidades.

O valor repassado a licitante vencedora será o correspondente aos contratos efetivamente celebrados junto aos municípios que optarem pelo seu uso, ou seja, o contrato, de acordo com o número de contratantes, poderá ter um valor efetivo de ZERO até o teto de R\$ 81.495.628,40.

**ANEXO III****FORMULÁRIO DE PROPOSTA DE PREÇO**

Nome: _____
Endereço: _____
Cidade: _____ UF: _____
CEP: _____ CNPJ N.º _____
Telefone/Fax: _____
Dados Bancários:
Banco N.º: _____ Agência N.º: _____ Conta Corrente
N.º: _____

*** DADOS ADICIONAIS:****Responsável pela Assinatura do Contrato:**

Nome: _____
Cargo/Função: _____ Telefone/Fax: _____
Estado civil: _____ RG
n.º: _____
CPF n.º: _____
Email: _____

*** Responsável NOMEADO pelo licitante, para representá-lo na execução do Contrato:**

Nome: _____
Cargo/Função: _____ Telefone/Fax: _____
Estado civil: _____ RG n.º: _____
CPF n.º: _____
E-mail: _____

*** Preenchimento facultativo**

A presente proposta tem como objeto a execução dos serviços abaixo discriminados, de acordo com as especificações constantes do presente Edital, com as quais concordamos e aceitamos, sem qualquer ressalva.

LOTE ÚNICO:



Faixa	Coefficiente do FPM*	Número de Municípios por Faixa (a)	Valor Mensal por Faixa (em R\$) (b)	Valor Total por Faixa em 48 meses (48 * Valor Mensal – em R\$) (c) = (48*(a)*(b))	Implantação e Treinamento - Parcela Única Máxima (em R\$) (d)	Valor Total Estimado em 48 meses (em R\$) (e) = ((a)*(d))+(c)
1	0,6	170				
2	0,8	28				
3	1,0	17				
4	1,2	25				
5	1,4	10				
6	1,6	8				
7	1,8	6				
8	2,0	3				
9	2,2	5				
10	2,4	5				
11	2,6	4				
12	2,8	1				
13	3,0	0				
14	3,2	1				
15	3,4	1				
16	3,6	1				
17	3,8	0				
18	4,0	10				
TOTAL		295	-		-	

*Fundo de Participação dos Municípios - FPM

Descrição	Horas Anuais Estimadas (f)	Valor da Hora Técnica (em R\$) (g)	Valor Total Anual Estimado (em R\$) (h) = ((f)*(g))	Valor Total Estimado em 48 meses (em R\$) (i) = (4*(h))
Horas Técnicas para desenvolvimento de novas funcionalidades e/ou customizações	8000h			



Descrição	Quilometragem Anual Estimada (j)	Valor do Ressarcimento por Quilômetro Rodado (em R\$) (k)**	Valor Total Anual Estimado (em R\$) (l) = ((j)*(k))	Valor Total Estimado em 48 meses (em R\$) (m) = (4*(l))
Ressarcimento de Quilometragem	209.362 Km	0,80	167.489,60	669.958,40

**Valor referente à 'Indenização de Despesas de Deslocamento com Veículo Particular', vigente no âmbito do CIGA nos termos da Resolução n.º 100, de 22 de fevereiro de 2016.

VALOR ESTIMADO DO LOTE ÚNICO EM 48 MESES*** ((e) + (i) + (m))	R\$
--	-----

***Onde: (e) representa o valor total estimado em 48 meses para todas as faixas e Municípios de Santa Catarina, bem como 'implantação e treinamento', (i) é o valor total estimado em 48 meses para as 'Horas Técnicas para desenvolvimento de novas funcionalidades e/ou customizações'; e o (m) o valor total estimado em 48 meses referente ao ressarcimento do deslocamento da Contratada por quilômetro rodado.

Declarações que devem constar na proposta:

1. No preço estão contidos todos os custos e despesas diretas e indiretas, tributos incidentes, encargos sociais, previdenciários, trabalhistas e comerciais, taxa de administração e lucro, materiais e mão de obra a serem empregados, seguros, fretes, rotulagem, embalagens e quaisquer outros necessários ao fiel e integral cumprimento do objeto deste Contrato e seus Anexos, **inclusive transferência de tecnologia para a continuidade deste Sistema (programa de computador licitado), pelo CIGA, em seus Municípios do estado de Santa Catarina Consorciados e contratantes destes serviços, ao término da vigência ou com a rescisão contratual.**

2. Declaramos que tomamos conhecimento de todas as informações e condições para o cumprimento das obrigações objeto desta licitação e que atendemos a todas as condições do Edital.

_____, ____ de _____ de 20__.

(Nome e assinatura do responsável)



ANEXO IV
CARTA DE PREPOSIÇÃO

O Licitante _____, inscrito no CNPJ sob o n.º _____, com sede à Av./Rua _____, nomeia o(a) Sr(a). _____, portador(a) da Cédula de Identidade n.º _____ e CPF n.º _____, como seu preposto na licitação instaurada pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal – CIGA, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL n.º 01/2018/CIGA, para tanto autoriza este a apresentar proposta e formular lances verbais, negociar preços, declarar a intenção de recurso, renunciar ao direito de interpor recursos e praticar todos os demais atos inerentes ao certame.

Nome e assinatura do representante legal do licitante*
(com firma reconhecida)

* Este documento deverá ser assinado pelo representante legal indicado no ato constitutivo da empresa.

**ANEXO V****DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE**

_____, inscrito no CNPJ n.º _____,
_____, por intermédio de seu representante legal Sr(a).
_____, portador(a) da Carteira de Identidade n.º _____
e inscrito(a) no CPF sob n.º _____, DECLARA que detém a
condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar
n.º 123, de 14/12/2006.

Optante do SIMPLES/Nacional () SIM () NÃO

_____, ____ de _____ de ____.

(Nome e assinatura do representante legal)

Obs.: Esta declaração deverá ser entregue ao Pregoeiro após a abertura da sessão, antes da etapa de lances, separadamente dos envelopes (Proposta de Preço e Habilitação) exigidos nesta licitação.

**ANEXO VI****DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO ARTIGO 7º, INCISO XXXIII, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL**

....., inscrito no CNPJ n.º....., por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a)....., portador(a) da Carteira de Identidade n.º..... e do CPF n.º, **DECLARA**, para fins do disposto no inciso V do artigo 27 da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei n.º 9.854 de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos (art. 7.º, inciso XXXIII, da Constituição Federal).

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

..... de de 20__.

Diretor ou representante legal

CPF n.º:

**ANEXO VII****DECLARAÇÃO DANDO CIÊNCIA DE QUE CUMPRE PLENAMENTE OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO**

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o n.º _____, com sede em _____ (endereço completo), por intermédio de seu representante legal, infra-assinado, para cumprimento do previsto no inciso VII do art. 4º da Lei n.º 10.520/2002 e para os fins do Pregão Presencial n.º 01/2018/CIGA, DECLARA expressamente que cumpre plenamente os requisitos de habilitação exigidos, possuindo toda a documentação estabelecida no item 11 do Edital e constante do Envelope n.º 2 – Documentação de Habilitação.

_____, ____ de _____ de 2018.

Assinatura do representante da empresa

(nome e número da identidade)

Obs.: Esta declaração deverá ser entregue ao Pregoeiro, após a abertura da sessão, antes da etapa de lances, separadamente dos envelopes (Proposta de Preço e Habilitação) exigidos nesta licitação.

**ANEXO VIII****DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DO OBJETO**

Declaro, para fins de participação no Pregão Presencial n.º 01/2018/CIGA, que a empresa, inscrita no CNPJ sob o n.º, representada pelo(a) Sr(a)., tem pleno conhecimento das instalações, locais, equipamentos, condições, circunstâncias e informações necessárias à elaboração de sua proposta de preços, não podendo alegar desconhecimento das condições que envolvem a execução do Contrato.

....., de de 2018.

Assinatura do Representante da Licitante

Nome:.....

Cédula de Identidade:

**ANEXO IX****MINUTA E ANEXOS DO CONTRATO**

**CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O
CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO
PÚBLICA MUNICIPAL (CIGA) E A PESSOA
JURÍDICA _____,
VISANDO À PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE
TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E
COMUNICAÇÃO.**

O **Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal – CIGA**, com sede à Rua General Liberato Bittencourt, n.º 1885, Centro Executivo Imperatriz, Sala n.º 1307, Bairro Canto, CEP 88.070-800, Florianópolis/SC, inscrito no CNPJ sob o n.º 09.427.503/0001-12, neste ato representado pelo Diretor Executivo, Senhor Gilsoni Lunardi Albino, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 912.833.619-49, no uso de suas atribuições legais e regimentais, doravante denominado CONTRATANTE, e de outro lado _____, com sede à Rua _____, inscrita no CNPJ sob o n.º _____, neste ato representada pelo(a) Senhor(a) _____, (nacionalidade), (estado civil), (cargo ou função), inscrito(a) no CPF sob o n.º _____, no uso de suas atribuições legais, doravante denominada CONTRATADA, com fulcro na Lei n.º 8.666/93, resolvem celebrar **CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**, mediante as seguintes cláusulas e condições:

DA VINCULAÇÃO E DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Cláusula Primeira. O presente Contrato vincula-se, independentemente de transcrição, ao Processo Administrativo n.º 40/2017/CIGA, ao Pregão Presencial n.º 01/2018/CIGA e à proposta da CONTRATADA, sujeitando-se o CONTRATANTE e a CONTRATADA aos preceitos de direito público e a presente legislação:

- a) Lei n.º 10.520/02;
- b) Lei n.º 8.666/93;
- c) Lei Federal n.º 9.609, de 19/02/1998 (proteção da propriedade intelectual de programa de computador);
- d) Lei Federal n.º 9.610, de 19/02/1998 (direitos autorais);



- e) Código de Defesa do Consumidor;
- f) Código Civil;
- g) Código Penal;
- h) Código de Processo Civil;
- i) Código de Processo Penal;
- j) Legislação trabalhista e previdenciária; e
- k) demais normas aplicáveis.

Parágrafo Único. Aplicam-se, subsidiariamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado, na forma do artigo 54 combinado com o inciso XII do artigo 55, ambos da Lei n.º 8.666/93.

DO REGIME DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

Cláusula Segunda. O objeto será executado de forma indireta e sob regime misto, compreendendo a prestação de todos os serviços de suporte, manutenção e evolução mensais do Sistema por preço global, assim como os serviços de capacitação, suporte técnico avançado, implantação, instalação, personalização, melhorias e novos desenvolvimentos relativos ao sistema por preço unitário, mediante requisições de misteres efetuadas em datas e quantidades fixadas discricionariamente pelo CIGA, tendo como limites a vigência e o valor do Contrato, conforme determina o art. 6º, inciso VIII, alíneas "a" e "b", e o art. 10, inciso II, alíneas "a" e "b", ambos da Lei n.º 8.666/93.

DO OBJETO DO CONTRATO

Cláusula Terceira. *Contratação de empresa especializada em tecnologia da informação, para o fornecimento de sistema integrado de tecnologia, contemplando a implantação, manutenção e personalização para a identificação das políticas, mecanismos e procedimentos que permitam a geração, a gestão, o acesso, o compartilhamento, a disseminação e o uso de dados geoespaciais, na forma de um Sistema de Informações Georreferenciadas (SIG) voltado à gestão do cadastro imobiliário e integrado aos demais sistemas dos Municípios e aos sistemas do CIGA, por meio de plataforma web compatível com os principais navegadores do mercado, conforme especificações constantes no Termo de Referência (Anexo I) do Edital de Pregão Presencial n.º 01/2018/CIGA.*

Parágrafo Único. Os serviços previstos no *caput* deste artigo serão prestados, pela CONTRATADA, conforme demanda e necessidade dos Municípios de Santa Catarina consorciados e contratantes desses serviços pelo CIGA.

**DO DETALHAMENTO DO OBJETO**

Cláusula Quarta. O fornecimento do Sistema Informatizado de Georreferenciamento para o CONTRATANTE compreende, além das especificações constantes do Termo de Referência do Edital – Anexo I:

4.1 Serviços iniciais:**4.1.1 Implantação:****4.1.1.1 Instalação:**

- a) Compreende os serviços de instalação de todos os módulos do sistema para o completo funcionamento, bem como instalação do sistema de gerenciamento de banco de dados indicado pela CONTRATADA e o respectivo banco de dados com todas as configurações necessárias para o funcionamento do sistema contratado;
- b) A instalação deverá ser efetuada em servidor localizado [na sede do CONTRATANTE ou local por ele indicado], onde ficará hospedado o sistema para utilização via Web pelo CONTRATANTE;
- c) O CONTRATANTE indicará um técnico para dirimir dúvidas, acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços e decidir as questões técnicas submetidas pela CONTRATADA, registrando em relatório as deficiências verificadas, encaminhando notificações à CONTRATADA para imediata correção das irregularidades apontadas;
- d) A CONTRATADA responsabilizar-se-á integralmente por sua equipe técnica, primando pela qualidade, desempenho, eficiência e produtividade, visando à consecução dos trabalhos durante toda a execução do contrato dentro dos prazos estipulados;
- e) A CONTRATADA responderá pelas perdas, reproduções indevidas e/ou adulterações que por ventura venham a ocorrer nas informações do CONTRATANTE, quando estas estiverem sob sua responsabilidade;
- f) A CONTRATADA e os membros de sua equipe guardarão sigilo absoluto sobre os dados e informações do objeto da prestação de serviços ou quaisquer outras informações a que venham ter conhecimento em decorrência da execução das atividades previstas neste Contrato.

4.1.1.2 Importação de dados:

- a) Esta etapa compreende a importação dos dados existentes no sistema atual dos Municípios consorciados ao CIGA;
- b) Os dados para importação serão fornecidos à CONTRATADA pelo Município;
- c) A migração e o aproveitamento de dados históricos e cadastrais informatizados do Município consorciado ao CIGA;
- d) Efetuada a implantação e a verificação da consistência dos dados importados, estes serão homologados e referendados pelo CONTRATANTE.

4.1.1.3 Parametrização:

- a) Inserção do nome fantasia em todas as telas e acessos do sistema contratado;
- b) Customização dos parâmetros de telas;
- c) Adequação de relatórios, telas, *layouts* e logotipos.

4.1.1.4 Treinamento dos usuários:

- a) A CONTRATADA, ao iniciar os serviços de implantação, deverá apresentar Plano de Treinamento para treinamento inicial dos usuários, compreendendo as noções básicas de estrutura de arquivos, modelagem da estrutura de dados, elaboração de relatórios, o uso das funções do sistema pertencente a sua área de



responsabilidade, conhecimento sobre as parametrizações a serem usadas, uso das rotinas de segurança, de "back-up" e "restores", rotinas de simulação e de processamento, contendo os seguintes requisitos mínimos: Nome e objetivo de cada módulo de treinamento; Conteúdo programático; Material a ser distribuído em cada treinamento, incluindo apostilas e documentação técnica; Carga horária estimada de cada módulo do treinamento; Processo de avaliação de aprendizado; Recursos utilizados no processo de treinamento (equipamentos, softwares, filmes e slides);

b) O treinamento deverá ser realizado dentro do período de implantação e oferecido para o máximo de 10 (dez) pessoas indicadas pelo Município consorciado ao CIGA, usuário deste sistema contratado, em local a ser por ele definido e fornecido, de forma simultânea aos serviços iniciais de implantação;

c) As despesas relativas à participação dos instrutores e de pessoal próprio, tais como hospedagem, transporte, diárias, etc., serão de responsabilidade da CONTRATADA;

4.2 Serviços contínuos:

4.2.1 Manutenção legal e corretiva:

a) A Contratada deverá executar os serviços contínuos de manutenção legal e corretiva do sistema contratado, durante a vigência do Contrato, sendo:

a.1) Manutenção corretiva aquela decorrente de problemas de funcionalidade detectados pelo usuário, ou seja, funcionamento em desacordo com o especificado no Edital, no Termo de Referência e neste contrato;

a.2) Entende-se pela manutenção corretiva também aquela decorrente de ajustes tecnológicos necessários a serem feitos às novas versões dos navegadores e sistemas operacionais;

a.3) Manutenção legal é aquela decorrente de mudança na legislação, no banco de dados, entre outros, devendo a CONTRATADA promover as devidas mudanças no sistema, sem prejuízos à operação do mesmo, durante vigência contratual;

a.4) A CONTRATADA deverá disponibilizar a atualização de versão de todos os sistemas, sempre que necessário para atendimento a questões técnicas ou tecnológicas, da legislação vigente e das normas e procedimentos do Governo Federal, Estadual ou Municipal, sem quaisquer ônus adicionais para o CONTRATANTE, durante a vigência contratual.

4.2.3 Suporte técnico:

a) Durante o período de vigência contratual a CONTRATADA deverá dispor de sistema de abertura de chamado on-line e suporte técnico telefônico entre 8h00min e 18h00min, de segunda a sexta-feira, matutino e vespertino, via telefone convencional, com o objetivo de:

a.1) Esclarecer dúvidas que possam surgir durante a operação e a utilização do sistema;

a.2) Auxílio na recuperação da base de dados por problemas originados em erros de operação, queda de energia ou falha de equipamentos;

a.3) Esse atendimento poderá ser realizado por telefone, e-mail, internet, por meio de serviços de suporte remoto e/ou na sede do Município consorciado ao CIGA, usuário deste sistema contratado;

a.4) A CONTRATADA deverá indicar um coordenador técnico para prestar o suporte técnico;



a.5) O atendimento à solicitação do suporte deverá ser realizado por atendente apto a prover o devido suporte ao sistema ou redirecionar o atendimento a quem o solucione;

a.6) O suporte técnico será prestado aos técnicos do Município consorciado ao CIGA, usuário deste sistema contratado, que, por sua vez, auxiliarão tecnicamente os usuários do sistema na utilização do software.

4.2.4 Treinamento contínuo:

a) O treinamento contínuo deverá ser realizado e oferecido em local a ser definido e fornecido pelo Município consorciado ao CIGA, usuário deste sistema contratado, quando houver alterações do sistema, decorrentes de manutenção legal e corretiva ou suporte técnico, devendo a empresa contratada garantir o treinamento necessário para utilização do sistema alterado.

4.3 Condições gerais:

a) O sistema a ser fornecido deverá ser um único sistema composto por módulos ou, então, mais de um sistema, integrados entre si, desde que estejam no ambiente tecnológico e atendam aos requisitos de funcionalidades exigidos; e

b) A caracterização nominal e gráfica a ser oferecida será denominada de _____ e deverá ser utilizada nos acessos e em todos os módulos do sistema.

DO VALOR

Cláusula Quinta. Dá-se a este Contrato para efeitos financeiros, fiscais e orçamentários o valor total estimado de R\$--- (-----) para o período de vigência determinado na Cláusula Sétima, sendo:

Faixa	Coefficiente do FPM*	Número de Municípios por Faixa	Valor Mensal por Faixa (em R\$)	Implantação e Treinamento – Parcela Única (em R\$)
1	0,6	170		
2	0,8	28		
3	1,0	17		
4	1,2	25		
5	1,4	10		
6	1,6	8		
7	1,8	6		
8	2,0	3		
9	2,2	5		
10	2,4	5		
11	2,6	4		
12	2,8	1		
13	3,0	0		
14	3,2	1		



15	3,4	1		
16	3,6	1		
17	3,8	0		
18	4,0	10		
TOTAL		295	-	-

Descrição	Horas Estimadas	Valor da Hora Técnica (em R\$)	Valor Total Estimado (em R\$)
Horas Técnicas para desenvolvimento de novas funcionalidades e/ou customizações			

Descrição	Quilometragem Estimada	Valor do Ressarcimento por Quilômetro Rodado (em R\$)	Valor Total Estimado (em R\$)
Ressarcimento de Quilometragem		0,80	

Parágrafo Único. O deslocamento da CONTRATADA aos Municípios consorciados usuários do sistema de georreferenciamento, para prestação de serviços de desenvolvimento de novas funcionalidades e/ou customizações, será reembolsado pelo CIGA nos seguintes termos:

a) o valor reembolsado será com base na distância do deslocamento, cujo valor será o estabelecido no regimento do CIGA, o qual é, atualmente, de R\$ 0,80 (oitenta centavos) por quilômetro rodado;

b) o deslocamento será calculado tendo como endereço de origem e retorno a sede do CIGA, localizada à Rua General Liberato Bittencourt, 1885, sala 1307, Canto, Florianópolis/SC, CEP 88070-800; e

c) para fins de reembolso a CONTRATADA deverá apresentar o relatório da visita efetuada, comprovantes das despesas e o formulário de deslocamento, fornecido pelo CIGA, devidamente preenchido.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Cláusula Sexta. As despesas decorrentes desta licitação correrão por conta dos recursos do orçamento do CIGA, de acordo com a Atividade nº 2002 – Desenvolvimento e Manutenção de Sistemas de TI nos elementos de despesas n.º 3.3.90.40.02 (desenvolvimento e



manutenção de software), n.º 3.3.90.40.13 (treinamento e capacitação em TIC) e 3.3.90.93.04 (indenização de transporte), para o exercício de 2018, e, para os exercícios seguintes, créditos próprios de igual natureza.

DO PRAZO DE EXECUÇÃO DO OBJETO E DA DURAÇÃO DO CONTRATO

Cláusula Sétima. O prazo de execução dos serviços será mensal, iniciando a partir da assinatura deste Contrato.

Parágrafo único. Este Contrato terá duração até o dia 31 de dezembro de 2018, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, nos termos do art. 57, inc. IV, da Lei n.º 8.666/93, até o limite de 48 meses, e desde que atendidos a todos os requisitos abaixo:

- a) prestação regular dos serviços;
- b) não aplicação de punições de natureza pecuniária por três vezes ou mais;
- c) manutenção do interesse pela Administração na realização do serviço;
- d) manutenção da vantagem econômica do valor do Contrato para a Administração; e
- e) concordância expressa da CONTRATADA pela prorrogação.

DA GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

Cláusula Oitava. Não será exigida garantia da execução do Contrato, mas o CONTRATANTE poderá reter, do montante a pagar, valores para assegurar o pagamento de multas, indenizações e ressarcimentos devidos pela CONTRATADA.

DOS ENCARGOS DAS PARTES

Cláusula Nona. As partes devem cumprir fielmente as cláusulas avençadas neste Contrato, respondendo pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

Parágrafo Único. Por este Contrato obrigam-se as partes a promover a articulação entre os técnicos diretamente envolvidos no processo para a realização das ações necessárias à consecução do contratado.

Cláusula Décima. A CONTRATADA, além das obrigações estabelecidas no Termo de Referência – Anexo I do Edital do Pregão Presencial n.º 01/2018/CIGA, deve:

- a) dar integral cumprimento à sua proposta, a qual passa a integrar o Contrato a ser firmado, independentemente de transcrição;
- b) apresentar-se à equipe técnica do CONTRATANTE, após a assinatura deste instrumento



para, em conjunto, definirem a execução dos serviços;

c) prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo CONTRATANTE;

d) cumprir os prazos estabelecidos, sob pena de multa, sem prejuízo de outras cominações cabíveis;

e) não transferir a outrem, no todo ou em parte, a execução dos serviços e dos fornecimentos sem prévia e expressa anuência do CONTRATANTE;

f) responsabilizar-se pelo sigilo e confidencialidade, por si e seus empregados alocados na execução do objeto, dos documentos e/ou informações que lhe chegarem ao conhecimento por força da execução do Contrato, não podendo divulgá-los, sob qualquer pretexto, mesmo que após a vigência deste termo, salvo quanto àquelas de domínio público.

g) permitir o acompanhamento de todas as etapas de configuração, instalação, operação e manutenção do sistema pela equipe de informática do CONTRATANTE, além de esclarecer dúvidas e prestar outras informações técnicas durante a vigência contratual;

h) manter equipe de profissionais especializados, capaz de prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, em observância às normas legais e regulamentares aplicáveis e, inclusive, às recomendações aceitas pela boa técnica;

i) corrigir, alterar e/ou refazer no prazo definido pelo CONTRATANTE os serviços, mesmo que entregues e aceitos, desde que comprovada a existência de vícios de qualidade ou quantidade, alterações da estabilidade que comprometam a sua integridade;

j) assumir inteira responsabilidade civil, penal e administrativa por danos e prejuízos que causar, por descumprimento, omissões ou desvios na qualidade técnica do objeto deste Contrato, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo Contratante;

k) a CONTRATADA, após ser notificada da solicitação de serviços de capacitação, suporte técnico avançado, implantação, personalização, melhorias e novos desenvolvimentos, deverá apresentar a proposta ou plano de trabalho ao CONTRATANTE;

l) a CONTRATADA estará vinculada ao prazo de entrega/cronograma formalizado na proposta ou plano de trabalho elaborado em comum acordo com o CONTRATANTE;

m) manter durante toda a execução do contrato a compatibilidade da Solução com o ambiente computacional existente no CONTRATANTE e no Município consorciado ao CONTRATANTE que utiliza o Sistema;

n) adotar medidas, padrões de segurança de acesso e de integridade dos dados. Procedimentos especiais de segurança serão objeto de acordo específico entre as partes;

o) disponibilizar as novas versões do sistema contratado sem custo adicional;

p) responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais



resultantes da execução do Contrato, nos termos do artigo 71 da Lei n.º 8.666/93. A inadimplência da CONTRATADA não transfere a responsabilidade por seu pagamento ao CONTRATANTE, nem pode onerar o objeto deste Contrato, razão pela qual a CONTRATADA renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com o CONTRATANTE;

q) disponibilizar o endereço comercial, telefone e uma conta de e-mail para fins de comunicação entre as partes, mantendo-os atualizados;

r) a CONTRATADA não pode alegar desconhecimento, incompreensão, dúvidas ou esquecimento de qualquer detalhe relativo à execução do objeto, inclusive a transferência de tecnologia para a continuidade (após a extinção ou a rescisão contratual) deste Sistema e serviços correlatos pelo CONTRATANTE em seus Municípios (de Santa Catarina) consorciados Usuários, responsabilizando-se por qualquer ônus decorrente desses fatos.

s) comunicar ao CONTRATANTE, por escrito, sempre que verificar condições inadequadas de execução do serviço ou a iminência de fatos que possam prejudicar a sua perfeita prestação;

t) respeitar as normas e procedimentos de controle interno, inclusive de acesso às dependências, do CONTRATANTE e de seus Municípios consorciados;

u) arcar com as despesas decorrentes de qualquer infração cometida por seus empregados quando da execução do serviço objeto contratado;

v) apresentar, sempre que solicitado, durante a execução do Contrato, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor, em especial quanto aos encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais;

w) participar de reuniões de planejamento ou avaliação da prestação dos serviços, nas instalações da CONTRATANTE, conforme Plano de Trabalho ou sempre que solicitado, sem quaisquer ônus financeiros adicionais ao CONTRATANTE.

x) cabe à CONTRATADA o melhor esforço para manter o sistema objeto deste Contrato disponível para acesso e uso, de forma segura e estável;

y) o não cumprimento do disposto nas alíneas anteriores facultará ao CONTRATANTE a adoção de medidas objetivando possível rescisão contratual, incorrendo a CONTRATADA, conforme o caso, nas sanções administrativas cabíveis, sem prejuízo das demais penalidades legais.

§1.º. Impossibilitada de cumprir o(s) prazo(s) de execução dos serviços, a CONTRATADA deverá adotar os seguintes procedimentos:

1) protocolar o pedido de prorrogação de prazo antes da data-limite para entrega, junto à Gerência de Tecnologia da Informação, ou, ainda, pelo e-mail: ciga@ciga.sc.gov.br, devendo, no mínimo, constar:

1.1) identificação do objeto, número do Pregão Presencial, número Contrato;

1.2) justificativa, plausível, quanto à necessidade da prorrogação;



1.3) documentação comprobatória; e

1.4) indicação do novo prazo a ser cumprido.

2) o(s) pedido(s) de prorrogação de prazo, em conformidade com o disposto no subitem anterior, será(ão) apreciado(s) com base na justificativa apresentada, na documentação acostada e no interesse público envolvido, ficando a critério do CONTRATANTE o seu deferimento;

3) caso o CONTRATANTE conceda a prorrogação do prazo, nova data-limite será estabelecida, em conformidade com o deferido;

4) caso o CONTRATANTE não conceda a prorrogação do prazo, a CONTRATADA estará sujeita às sanções administrativas pertinentes;

5) serão considerados intempestivos os pedidos de prorrogação efetuados após a expiração do prazo de entrega; e

§2.º. A CONTRATADA declara que adota políticas ou procedimentos para impedir práticas que desrespeitem a legislação em vigor, contrárias aos usos e costumes considerados razoáveis e aceitos no ambiente da internet ou que comprometam a imagem do CONTRATANTE e de seus entes consorciados.

§3.º. São expressamente vedadas à CONTRATADA:

a) a veiculação de publicidade acerca deste Contrato, salvo se houver prévia autorização do CONTRATANTE;

b) a contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal do CONTRATANTE, ativo ou aposentado há menos de 5 (cinco) anos, ou de ocupante de emprego em comissão, assim como de seu cônjuge, companheiro, parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o 3º grau, durante a vigência deste Contrato; e

c) não caucionar ou utilizar o Contrato para quaisquer operações financeiras, sob pena de rescisão contratual.

Cláusula Décima Primeira. O CONTRATANTE, além das obrigações estabelecidas no Anexo I do Edital do Pregão Presencial n.º 01/2018/CIGA, deve:

a) prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pelo representante ou preposto da CONTRATADA;

b) efetuar o pagamento mensal devido pela execução dos serviços, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências do Contrato;

c) exercer a fiscalização dos serviços prestados, por servidores designados para esse fim;

d) comunicar oficialmente à CONTRATADA quaisquer falhas verificadas no cumprimento do Contrato; e



e) publicar o extrato do Contrato e de seus aditivos, se ocorrerem, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, órgão oficial de divulgação dos atos administrativos do CONTRATANTE, veiculado no endereço www.diariomunicipal.sc.gov.br

DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

Cláusula Décima Segunda. O CONTRATANTE fica autorizado a promover, após o encerramento do Contrato, modificações, totais ou parciais, que julgar necessárias no sistema contratado, visando à sua melhoria e ao desenvolvimento de novas funcionalidades, ficando assegurada a propriedade do sistema contratado e das alterações desenvolvidas durante o Contrato à CONTRATADA.

§1.º. Independentemente da efetivação ou não, pela CONTRATADA, do registro do sistema perante os órgãos competentes, o CONTRATANTE compromete-se a não registrar a solução que lhe tenha sido cedida em razão (durante) deste Contrato, ou qualquer aspecto desta, nem buscar de qualquer forma equivalente de proteção ou apropriação com o fim permitir a transferência da solução a terceiros.

§2.º. Caso a CONTRATANTE venha a utilizar a contratação de terceiros para realização de melhorias ou adaptações no programa de computador, objeto deste ajuste, após o encerramento Contratual, o Contrato deverá prever declaração expressa, da contratada, sobre o fornecimento completo de código-fonte, documentação e não utilização de restrições ou criptografia nos executáveis.

§3.º. Quando a CONTRATADA descontinuar o suporte técnico, a manutenção e a evolução ao sistema Contratado, o CONTRATANTE poderá dar continuidade a esses serviços naqueles Municípios consorciados que o contratarem para tanto, utilizando-se da tecnologia transferida, entregue, repassada, sem que seja considerado apropriação indevida.

§4.º. O uso da tecnologia fornecida pela CONTRATADA somente poderá ser utilizada pelo CONTRATANTE para a instalação, implantação, suporte, manutenção e/ou desenvolvimento (evolução) do sistema que compõem a solução de georreferenciamento aqui contratada em seus Municípios consorciados (de Santa Catarina) contratantes desses serviços pelo CIGA.

DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

Cláusula Décima Terceira. Durante a vigência deste Contrato, a execução do objeto será acompanhada e fiscalizada pelo representante do CONTRATANTE, devidamente designado para esse fim, permitida a assistência de terceiros.

§1.º. O exercício pelo CONTRATANTE do direito de fiscalização não exonera a CONTRATADA de suas obrigações, nem de qualquer forma diminui sua responsabilidade.

§2.º. Durante a vigência deste Contrato, a CONTRATADA deve manter preposto, aceito pela Administração do CONTRATANTE, para representá-la sempre que for necessário.



§3.º. Os serviços serão considerados prestados e recebidos pelo CONTRATANTE após a entrega, pela CONTRATADA, do Relatório de Atividades Executadas, devidamente atestado pelo Fiscal do Contrato e aprovado pelo Responsável Técnico do Município Consorciado ao CIGA e Contratante dos serviços (usuário deste Sistema de Georreferenciamento), podendo ser rejeitados caso desatendam às especificações exigidas.

DAS ALTERAÇÕES

Cláusula Décima Quarta. Este Contrato pode ser alterado nos casos previstos no art. 65 da Lei n.º 8.666/93, desde que haja interesse do CONTRATANTE, com a apresentação das devidas justificativas.

DO REAJUSTE

Cláusula Décima Quinta. O reajuste do valor pactuado no presente Contrato atenderá às normas a seguir e dependerá de proposta escrita da CONTRATADA, passando a vigorar apenas após a decisão administrativa favorável do CONTRATANTE e nos termos da respectiva decisão administrativa.

§1.º. Havendo prorrogação do presente Contrato, o valor do objeto, constante na Cláusula Quinta, será reajustado anualmente, após cada período de doze meses a contar da data de início de sua vigência.

§2.º. Cumprido o requisito do parágrafo anterior, o reajuste será efetuado de acordo com a variação do INPC, publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, ou outro índice que venha a substituí-lo, aplicado a partir da data limite de apresentação da proposta, conforme determinação contida no art. 3º, §1.º, da Lei n.º 10.192/01 e inciso XI do art. 40 da Lei n.º 8.666/93.

§3.º. Em face do disposto no §1.º do art. 2º da Lei n.º 10.192/01, não é admitido reajuste, sobre o valor a que se refere o parágrafo primeiro, no prazo inferior a 1 (um) ano, contado a partir da data de assinatura do Contrato.

DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Cláusula Décima Sexta. Este Contrato poderá ser alterado para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos da CONTRATADA e a retribuição do CONTRATANTE para justa remuneração dos serviços, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevierem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.



§1.º. O pedido, fundamentado e devidamente instruído com provas que evidenciem a necessidade da revisão de preço, deverá ser endereçado à Gerência Administrativa do CIGA, situada à Rua General Liberato Bittencourt, n.º 1885, Centro Executivo Imperatriz, Sala n.º 1307, Bairro Canto, CEP 88.070-800, Florianópolis/SC, com identificação do número DO CONTRATO, ou ainda, por e-mail: ciga@ciga.sc.gov.br.

§2.º. Não será apreciado o pedido de revisão de preços que não comprovar o desequilíbrio sofrido.

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Cláusula Décima Sétima. O atraso injustificado na execução do Contrato, por culpa da CONTRATADA, sujeitar-lhe-á ao pagamento de multa de mora, sem prejuízo das demais sanções, que será aplicada na forma seguinte:

I - atraso de até 10 (dez) dias, multa diária de 0,2% do valor atualizado do Contrato;

II - atraso superior a 10 (dez) dias, multa diária de 0,4% do valor atualizado do Contrato, calculada sobre o total dos dias em atraso, sem prejuízo da rescisão unilateral por parte do CONTRATANTE;

III - no caso de atraso no recolhimento da multa aplicada, incidirá nova multa sobre o valor devido, equivalente a 0,2% até 10 (dez) dias de atraso e 0,4% acima desse prazo, calculado sobre o total dos dias em atraso;

IV - os valores cobrados, a título de multa moratória, ficam limitados a 20% do valor total do Contrato.

V - na hipótese de a aplicação de multa atingir ou ultrapassar o limite previsto acima, caracterizar-se-á a inexecução contratual, sujeitando a CONTRATADA às demais implicações legais.

§1.º. Pela inexecução total ou parcial das condições estabelecidas neste Contrato, o CONTRATANTE poderá aplicar, sem prejuízo das demais cominações legais, multas e penalidades previstas no Contrato, as seguintes sanções:

I - advertência por escrito, quando a CONTRATADA deixar de atender a determinações necessárias à regularização de faltas ou defeitos concernentes à execução dos serviços ou fornecimentos;

II - multa compensatória com percentual de 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado do Contrato;

III - suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com o CONTRATANTE por prazo não superior a 2 (dois) anos. Esta sanção sempre será aplicada, ressalvadas outras hipóteses não arroladas neste item, quando a CONTRATADA, convocada dentro do prazo de validade da proposta: não celebrar o Contrato; deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o contrato; ensejar o retardamento da execução



de seu objeto; não mantiver a proposta; falhar ou fraudar a execução do Contrato; comportar-se de modo inidôneo; ou cometer fraude fiscal;

IV - declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública (conforme definição contida no art. 6.º, inciso XI, da Lei 8.666/93) enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade.

§2.º. A multa será descontada pelo CONTRATANTE dos créditos existentes em nome da CONTRATADA e, não havendo esses, ou sendo ela maior do que o crédito, deverá ser recolhida no setor Administrativo do CONTRATANTE, dentro do prazo de 10 (dez) dias corridos após a respectiva notificação. Não solvida a multa, nos termos aqui previstos, será ela cobrada judicialmente com ônus ao devedor.

§3.º. As penalidades previstas poderão ser minoradas ou não serão aplicadas quando o descumprimento do estipulado no Contrato ou no Edital decorrer de justa causa ou impedimento devidamente comprovado e aceito pelo CONTRATANTE.

§4.º. Os atos administrativos de aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do art. 87 da Lei n.º 8.666/93 e as constantes do art. 7º da Lei n.º 10.520/02, bem como a rescisão contratual, serão publicados resumidamente na Imprensa Oficial do CONTRATANTE.

§5.º. De acordo com o artigo 88 da Lei n.º 8.666/93, serão aplicadas as sanções previstas nos incisos III e IV do artigo 87 do referido diploma normativo à CONTRATADA ou aos profissionais que, em razão dos contratos regidos pela citada lei:

1. tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraudes fiscais no recolhimento de quaisquer tributos;
2. tenham praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação; ou
3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

§6.º. Da aplicação das penas definidas no art. 87 da Lei n.º 8.666/93, exceto para aquela definida no inciso IV, caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis da data de intimação do ato.

§7.º. No caso de declaração de inidoneidade, prevista no inciso IV do art. 87 da Lei n.º 8.666/93, caberá pedido de reconsideração à autoridade competente, no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da data de intimação do ato, podendo a reabilitação ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.

§8.º. Na comunicação de aplicação da penalidade de que trata o item anterior, serão informados o nome e a lotação da autoridade que aplicou a sanção, bem como daquela competente para decidir sobre o pedido de reconsideração.

§9.º. O recurso e o pedido de reconsideração deverão ser entregues: por meio eletrônico para o endereço ciga@ciga.sc.gov.br; por meio postal, endereçada à Rua General Liberato



Bittencourt, n.º 1885, Centro Executivo Imperatriz, Sala n.º 1307, Bairro Canto, CEP 88.070-800, Florianópolis/SC; ou protocolada pelo interessado nesse mesmo endereço, mediante recibo, na Gerência Administrativa do CONTRATANTE, nos dias úteis, das 8h30 às 12h e das 13h às 17h30 (horário de expediente).

§10º. As penalidades previstas neste Edital são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso de multa, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis, garantida prévia defesa (art. 87, § 2.º, da Lei n.º 8.666/93).

DA RESCISÃO

Cláusula Décima Oitava. A rescisão deste Contrato se dará nos termos dos artigos 79 e 80 da Lei n.º 8.666/93.

§1.º. No caso de rescisão provocada por inadimplemento da CONTRATADA, o CONTRATANTE poderá reter, cautelarmente, os créditos decorrentes deste Contrato até o valor dos prejuízos causados, já calculados ou estimados.

§2.º. No procedimento que visa à rescisão do Contrato, será assegurado o contraditório e a ampla defesa, sendo que, depois de encerrada a instrução inicial, a CONTRATADA terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para se manifestar e produzir provas, sem prejuízo da possibilidade de o CONTRATANTE adotar, motivadamente, providências acauteladoras.

DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO

Cláusula Décima Nona. A CONTRATADA fica obrigada a manter, durante a execução deste contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital de Pregão Presencial n.º 01/2018/CIGA, de acordo com o art. 55, inciso XIII, da Lei n.º 8.666/93.

DO PAGAMENTO

Cláusula Vigésima. O pagamento será realizado por meio do Banco do Brasil SA, Agência 3174-7, Florianópolis, SC.

§1.º. A CONTRATADA que não possuir conta corrente no Banco do Brasil poderá receber o pagamento em outras instituições, mediante crédito em conta corrente do favorecido, ficando, contudo, responsável pelo pagamento das tarifas bancárias derivadas da operação.

§2.º. A conta corrente indicada pela CONTRATADA deverá ser **obrigatoriamente** referente ao seu CNPJ.

§3.º. O CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância mensal equivalente a multiplicação do valor definido na tabela constante na Cláusula Quinta pelo número de Municípios da respectiva faixa que tenham contratado com o CONTRATANTE os serviços de



suporte, manutenção e evolução do sistema de Georreferenciamento.

§4.º. Para cumprimento do disposto no §3.º não serão considerados os Municípios da respectiva faixa que tenham sido penalizados administrativamente, em virtude de obrigação contratual mantida com o CIGA, com a suspensão dos serviços de suporte, manutenção e evolução ao Sistema de Georreferenciamento (serviços não serão prestados), porque inadimplentes e até a regularização da dívida. A CONTRATADA deverá ser notificada por escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sobre a suspensão dos serviços.

§5.º. A CONTRATADA deverá efetuar o faturamento dos serviços prestados e entregar a nota fiscal, no mínimo, com 5 (cinco) dias de antecedência ao encerramento do mês de competência, sob pena de ser prorrogado o prazo de pagamento por igual período, sem qualquer custo adicional ao CONTRATANTE.

§6.º. As notas fiscais deverão ser apresentadas, se for o caso, em conjunto com a proposta que originou a referida cobrança, na qual deverá constar, no mínimo, a descrição da atividade, módulos do programa alterados, quantidade de horas, valor total do serviço, data limite para entrega do serviço e prazo de validade da proposta.

§7.º. O pagamento das horas de uma proposta somente se dará após a nova funcionalidade ser validada no ambiente de produção e com a assinatura do termo de aceite final.

§8.º. A CONTRATADA entregará a Nota Fiscal/Fatura ao CONTRATANTE, acompanhada, ainda, da seguinte documentação, nos termos do art. 71 c/c o art. 55, XIII, da Lei n. 8.666/93:

- a) comprovante de regularidade para com a Fazenda Federal;
- b) comprovante de regularidade para com a Fazenda Estadual;
- c) comprovante de regularidade para com a Fazenda Municipal;
- d) comprovante de regularidade para com a Seguridade Social (INSS);
- e) comprovante de regularidade para com o FGTS; e
- f) comprovante de regularidade para com a Justiça do Trabalho.

§9.º. As certidões previstas no inciso anterior só serão aceitas com prazo de validade determinado no documento ou com data de emissão não superior a 180 (cento e oitenta) dias;

§10. A CONTRATADA deverá destacar nas notas fiscais as deduções relativas aos impostos previstos em Lei. As retenções serão feitas no pagamento.

§11. A devolução da Nota Fiscal não aprovada pelo CONTRATANTE em hipótese alguma servirá de pretexto para que a CONTRATADA suspenda os fornecimentos e/ou serviços.

§12. Fica o CONTRATANTE autorizado a deduzir do pagamento devido qualquer multa imposta, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei, observados os princípios do contraditório e da ampla defesa.



§13. Caso a CONTRATADA não comprove a regularidade exigida no **§7.º** e não havendo a regularização no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da notificação emitida, será realizado o pagamento e iniciado o processo de rescisão contratual, com aplicação da multa rescisória prevista neste Contrato.

DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

Cláusula Vigésima Primeira. Os serviços iniciais serão recebidos:

a) provisoriamente, pelos técnicos do CONTRATANTE responsáveis por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado assinado pelas partes, emitido em até 2 (dois) dias da comunicação escrita da CONTRATADA, para efeito de posterior verificação da conformidade do objeto fornecido;

b) definitivamente, pelos técnicos do CONTRATANTE, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, emitido em até 15 (quinze) dias a contar do recebimento provisório e que ateste a adequação do objeto, ficando a CONTRATADA obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do Contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.

§1.º. O recebimento dos serviços contínuos estará sujeito à emissão mensal do Termo de Recebimento dos Serviços Contínuos, a ser emitido pelo representante do CONTRATANTE, atestando a conformidade do objeto.

§2.º. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança do objeto contratado, nem ético-profissional pela perfeita execução do Contrato.

§3.º. Será rejeitado, no todo ou em parte, serviço ou fornecimento executado em desacordo com o Edital de Pregão Presencial n.º 01/2018/CIGA e seus anexos.

DA ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA

Cláusula Vigésima Segunda. Se o CONTRATANTE não efetuar o pagamento no prazo previsto na Cláusula Vigésima deste Contrato, e tendo a CONTRATADA, à época, adimplido integralmente as obrigações avençadas, os valores devidos serão monetariamente atualizados, a partir do dia de seu vencimento e até o dia de sua liquidação, segundo os mesmos critérios adotados para atualização de obrigações tributárias, conforme estabelecido no artigo 117 da Constituição Estadual e no artigo 40, inciso XIV, c, da Lei n.º 8.666/1993.

DA SUSPENSÃO DOS SERVIÇOS

Cláusula Vigésima Terceira. A CONTRATADA não pode interromper os serviços sob a alegação de não estar recebendo os pagamentos devidos. Pode ela, contudo, suspender o



cumprimento de suas obrigações se os pagamentos devidos pelo CONTRATANTE atrasarem por mais de 90 dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra (art. 78, inciso XV, Lei n.º 8.666/93).

DA SUSTAÇÃO DO PAGAMENTO

Cláusula Vigésima Quarta. O pagamento poderá ser sustado pelo CONTRATANTE se, após ter sido dado o aceite nos serviços, for constatado que eles não foram realizados na forma estipulada neste contrato, e a CONTRATADA esteja se omitindo ou se recusando a adequá-los.

DAS PRERROGATIVAS DO CONTRATANTE

Cláusula Vigésima Quinta. O CONTRATANTE reserva-se o direito de uso das seguintes prerrogativas, naquilo que for pertinente a este Contrato:

I - modificá-lo unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitados os direitos da CONTRATADA;

II - rescindi-lo unilateralmente, nos casos especificados nos incisos I a XII, XVII e XVIII, do artigo 78 da Lei 8.666/93;

III - fiscalizar a execução; e

IV - aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste.

DOS REPRESENTANTES DAS PARTES

Cláusula Vigésima Sexta. As partes credenciarão, por escrito, responsáveis com poderes para representá-las em todos os atos praticados referentes à execução do Contrato, conforme Anexos I e II deste Contrato.

Parágrafo Único. O representante do CONTRATANTE terá poderes para solicitar, fiscalizar, receber e aceitar os fornecimentos e serviços, e especialmente para:

I - sustar os fornecimentos e serviços, total ou parcialmente, em qualquer tempo, sempre que, a seu critério, considerar esta medida necessária à sua boa execução ou à salvaguarda dos interesses do CONTRATANTE e de seus Municípios Consorciados Usuários;

II - recusar os fornecimentos realizados que não atendam às boas normas técnicas;

III - questionar todos os problemas técnicos constatados;

IV - ajustar com o representante da CONTRATADA, nas hipóteses comprovadas de caso fortuito e força maior, alterações na ordem de sequência ou no prazo de realização dos



fornecimentos e serviços; e

V - solicitar a substituição do representante credenciado pela CONTRATADA, na hipótese de sua atuação vir a prejudicar a qualidade da execução do Contrato.

DA MARCA DO SISTEMA/ SOFTWARE/ PROGRAMA DE COMPUTADOR OBJETO DESTES CONTRATO

Cláusula Vigésima Sétima. A marca (denominação dada pelo CONTRATANTE) do sistema e/ou software e/ou programa de computador objeto deste Contrato pertence ao CIGA, aqui denominado apenas como CONTRATANTE.

Parágrafo Único. A contratada reconhece que todo o conteúdo do sistema e os direitos correlatos, em toda a sua extensão, inclusive no que concerne às marcas, expressões de propaganda, nomes de domínio, nomes comerciais, são de propriedade exclusiva do CONTRATANTE e estão protegidos pela legislação aplicável à Propriedade Industrial, Direito Autoral e Direitos Conexos. Quaisquer infrações a tais disposições legais resultarão na aplicação das sanções legais cabíveis à infração cometida.

DAS INFORMAÇÕES PROTEGIDAS

Cláusula Vigésima Oitava. A CONTRATADA e o CONTRATANTE na execução deste Contrato poderão ter que trocar informações, inclusive de produtos e materiais, que podem estar protegidas pelos direitos autorais, direito de propriedade industrial, direito à intimidade, ou protegidas por serem de domínio de uma delas, as quais não poderão ser copiadas, reproduzidas, publicadas, divulgadas ou de forma alguma colocadas à disposição, direta ou indiretamente, exceto àquelas pessoas envolvidas na execução do Contrato.

Parágrafo Único. A responsabilidade das partes com relação à quebra de sigilo será proporcional aos efeitos do prejuízo causado.

DO ARMAZENAMENTO DE DADOS DA CONTRATANTE

Cláusula Vigésima Nona. A CONTRATADA apenas hospeda em sua infraestrutura informações do CONTRATANTE e de seus Municípios Consorciados usuários do sistema contratado, não sendo a detentora desses dados, que serão repassados permanentemente ao CONTRATANTE após o término da vigência contratual.

§1.º. Considerando esse fato, qualquer pedido de informação a respeito dos dados armazenados e outros afins, deve ser precedido de autorização do CONTRATANTE, detentor dos dados, para que a CONTRATADA possa prestar a informação solicitada, salvo a hipótese em que o acesso à informação decorra de ordem judicial.



§2.º. Quando o pedido de informação decorrer de ordem judicial, a CONTRATADA fica autorizada a prestar a informação solicitada sem consulta prévia ao CONTRATANTE, comunicando-o na sequência.

§3.º. A CONTRATADA manterá armazenados os dados existentes em seu servidor pelo prazo de 12 (doze) meses a contar da data do término do contrato (rescisão contratual). Findo o prazo, o apagamento dos dados dar-se-á independentemente de qualquer aviso ou notificação, operando-se de forma definitiva e irreversível.

§4.º. O armazenamento dos dados do CONTRATANTE e de seus Municípios Consorciados usuários do sistema contratado não implica restabelecimento do serviço prestado pela CONTRATADA.

DA TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA

Cláusula Trigésima. Ao final do presente Contrato, seja qual for o motivo de sua extinção, como a não prorrogação, o término do prazo máximo de sua vigência, a rescisão antecipada ou outro motivo para a rescisão contratual ou a interrupção do fornecimento e dos serviços prestados, a CONTRATADA transferirá ao CONTRATANTE toda a tecnologia necessária à continuidade, pelo CIGA, do Sistema de Georreferenciamento aqui contratado e suas evoluções e demais módulos que porventura vierem a ser adicionados ao sistema (a última versão), em especial os códigos fontes comentados, memorial descritivo, especificações funcionais internas, diagramas, fluxogramas e outros dados técnicos necessários à absorção da tecnologia e documentação respectiva, sem qualquer custo adicional.

§1.º. Fica o CONTRATANTE autorizado, ao final do presente Contrato e nos termos do *caput* deste artigo, a disponibilizar o Sistema de Georreferenciamento em sua última versão e prestar, direta ou indiretamente, com ou sem remuneração, os serviços relativos ao objeto deste Contrato àqueles Municípios de Santa Catarina consorciados que assim o queiram.

§2.º. Em hipótese alguma serão permitidos ao CONTRATANTE, na pessoa de seus representantes, prepostos, empregados, gerentes, procuradores, usuários ou terceiros interessados, copiar, para qualquer finalidade, ceder ou sublicenciar, **a não ser nas condições permitidas por este Contrato**, vender, dar em locação ou em garantia, doar, alienar de qualquer forma, transferir, total ou parcialmente, sob quaisquer modalidades, gratuita ou onerosamente, provisória ou permanentemente, **de maneira não autorizada**.

§3.º. A infração a presente cláusula é considerada gravíssima e obriga a CONTRATADA ao pagamento ao CONTRATANTE de multa contratual de 2% do valor atualizado estimado do Contrato, sem que isto legitime a omissão, acrescida das outras indenizações, ressarcimentos e sanções previstas em Contrato, na legislação civil e criminal.

DA PUBLICAÇÃO

Cláusula Trigésima Primeira. O extrato deste Contrato e de seus aditivos, se houver, será



publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC, órgão oficial de divulgação dos atos do CONTRATANTE, veiculado no endereço www.diariomunicipal.sc.gov.br, como condição indispensável à sua eficácia, nos termos do artigo 51 do Contrato de Consórcio Público e do artigo 37 do Estatuto, ambos do CIGA, e conforme disposto no art. 61, parágrafo único, da Lei n.º 8.666/93.

DO FORO

Cláusula Trigésima Segunda. As partes elegem o Foro da Comarca da Capital do Estado de Santa Catarina, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir questões oriundas deste Contrato que não puderem ser resolvidas pelas partes.

Parágrafo Único. E, por estarem as partes justas e contratadas, assinam este instrumento, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para um único efeito, na presença de 02 (duas) testemunhas, abaixo nominadas.

Florianópolis, ____ de _____ de 201__.

GILSONI LUNARDI ALBINO
Diretor Executivo do CIGA
CONTRATANTE

NOME COMPLETO
Representante Legal
CONTRATADA

Testemunhas:

NOME COMPLETO
Representante do Contratante

NOME COMPLETO
Representante da Contratada

**ANEXO I DO CONTRATO****TERMO DE NOMEAÇÃO DE REPRESENTANTE DO CONTRATANTE**

O Diretor Executivo do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA) constitui _____ como representante do CONTRATANTE para fiscalizar a execução do Contrato n.º ____/2018/CIGA.

Florianópolis/SC, (dia) de (mês) de 2018.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

CONTRATANTE

**ANEXO II DO CONTRATO****TERMO DE NOMEAÇÃO DE REPRESENTANTE DA CONTRATADA**

(Empresa) constitui o(a) Senhor(a) _____, (nacionalidade), (estado civil), (cargo ou função), inscrito no CPF sob o n.º _____, como seu representante no Contrato n.º ____/2018/CIGA celebrado com o Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA).

Florianópolis/SC, (dia) de (mês) de 2018.

(NOME)

(Cargo ou função)

(EMPRESA)

CONTRATADA

EDITAL N.º 01/2018/CIGA - SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS DO ENSINO SUPERIOR - RESULTADO FINAL

Publicação Nº 1664557

EDITAL N.º 01/2018/CIGA
SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS DO ENSINO SUPERIOR
RESULTADO FINAL DO PROCESSO SELETIVO

O Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA), com sede à Rua General Liberato Bittencourt, n.º 1885, Centro Executivo Imperatriz, Sala n.º 1307, Bairro Canto, CEP 88.070-800, Florianópolis/SC, inscrito no CNPJ sob o n.º 09.427.503/0001-12, neste ato representado pelo Presidente, Senhor Moisés Diersmann, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 024.651.199-07, no uso de suas atribuições legais e regimentais, TORNA PÚBLICO O RESULTADO FINAL do processo de 'Seleção de Estagiários do Ensino Superior – Edital n.º 01/2018/CIGA':

1 RESULTADO FINAL - POR ÁREA DE FORMAÇÃO:**1.1 Administração ou Ciências Contábeis:**

Nome Completo	Resultado Final	Classificação Final
Luiza Costa Lago	5,90	1º
Paulo Sergio Schmitt Júnior	4,60	2º

1.2 Direito:

Nome Completo	Resultado Final	Classificação Final
Marcus Vinicius Batista	6,18	1º
Angelo Antonio Soraire	5,90	2º
Aline Maria Rautenberg Farias	5,20	3º
Maria Eduarda Livramento Amorim	4,50	4º

1.3 Informática:

Nome Completo	Resultado Final	Classificação Final
Rodrigo Luiz da Costa	8,10	1º
Fernando Costa Leite	7,40	2º
André Albino Peres da Silva	5,50	3º
Filipe Nascimento da Silva Jones	5,50	4º

2 DOS RECURSOS

2.1 Conforme disposto no item 8.1 do Edital n.º 01/2018/CIGA (Seleção de Estagiários do Ensino Superior), o candidato poderá interpor recurso contra o resultado de cada uma das etapas do processo seletivo, previstas no Cronograma da Seleção (item 2), no prazo de 1 (um) dia útil, após a publicação no Diário Oficial Eletrônico (DOM/SC).

2.2 O prazo para interposição de recurso ao resultado da entrevista será até o dia 27 de junho de 2018, considerando a publicação do presente resultado na edição do Diário Oficial Eletrônico (DOM/SC) do dia 26 de junho de 2018.

Florianópolis, 25 de junho de 2018.

MOISÉS DIERSMANN
Presidente do CIGA

CIMCATARINA**RESOLUÇÃO 0034_2018**

Publicação Nº 1664600

Resolução n. 0034/2018
Dispõe sobre Crédito Adicional Suplementar.

O Presidente do Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA, Sr. Lucimar Antonio Salmória, Prefeito Municipal de Abdon Batista, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com a Resolução nº 0033 de 11 de outubro de 2017;

RESOLVE:

Art.1º. Fica aberto no orçamento do Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA para o exercício de 2018, crédito adicional suplementar no valor de R\$ 16.000,00 (dezesesseis mil reais), na seguinte dotação:

01.00 – Consórcio Público		
0004.0122.0001.2.006 – Desenvolvimento da Preservação e Conservação Ambiental		
3.3.3.90.00 – Aplicações Diretas 0.3.00.0302 (48)	R\$	16.000,00
Total	R\$	16.000,00

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º desta Resolução, correrá por conta do superávit financeiro do exercício de 2017:

Art. 3º. Esta resolução entra a vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Florianópolis SC, 25 de junho de 2018.
LUCIMAR ANTONIO SALMÓRIA
Prefeito de Abdon Batista
Presidente do CIMCATARINA

CIMVI**AVISO DE LICITAÇÃO Nº 016/2018 - PREGÃO PRESENCIAL - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS NA ÁREA DE ENGENHARIA DE MINAS, COMPREENDENDO A REALIZAÇÃO DE VISTORIAS, ANÁLISE DE PLANOS DE EXTRAÇÃO, INSTRUÇÕES DE LAVRA, IMPLANTAÇÃO DE CONTROLES AMBIENTAIS E ACOMPANHAMENTO**

Publicação Nº 1664070

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CIMVI

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 016/2018

AVISO DE LICITAÇÃO

O Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí torna público, de acordo com as Leis nº 8.666/93 e 10.520/02 e alterações posteriores, e Lei Complementar nº 123/2006, que fará realizar Pregão Presencial para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS NA ÁREA DE ENGENHARIA DE MINAS, COMPREENDENDO A REALIZAÇÃO DE VISTORIAS, ANÁLISE DE PLANOS DE EXTRAÇÃO, INSTRUÇÕES DE LAVRA, IMPLANTAÇÃO DE CONTROLES AMBIENTAIS E ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO DA ATIVIDADE NAS MINAS EM ATIVIDADE EXPLORADAS PELOS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS, PROJETO E EXECUÇÃO DE EXTRAÇÃO DE MINERAL, ELABORAÇÃO E ORIENTAÇÃO DA EXECUÇÃO DE PLANOS DE FOGO NOS TRABALHOS DE DESMONTE PARA EXTRAÇÃO MINERAL, ELABORAÇÃO DE RELATÓRIOS ANUAIS DE LAVRA – RAL, RESPONSABILIDADE TÉCNICA E DEMAIS SERVIÇOS ESPECÍFICOS INERENTES À EXTRAÇÃO MINERAL DOS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS, do tipo Menor Preço por item.

O Edital encontra-se à disposição dos interessados na sede do CIMVI, na Rua Tupiniquim, nº 1.070, em Timbó/SC, das 08h00min às 12h00min e das 13h00min às 17h00min, de segunda a sexta-feira, e na internet em www.cimvi.sc.gov.br>Licitações.

Os envelopes (Proposta e Habilitação) serão recebidos até o dia 10 de Julho de 2018, às 09h00min na sede do CIMVI, sito à Rua Tupiniquim, nº 1.070 – Zona Rural (Aterro Sanitário), em Timbó/SC; abertura dos envelopes às 09h10min no mesmo local, com participação aberta às proponentes e ao público.

Timbó(SC), 25/06/2018
Paulo Roberto Weiss
Presidente

REPUBLICAÇÃO TRIMESTRAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 2017/007 - CAL HIDRATADA

Publicação Nº 1657123

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 2017/007

Aos vinte e oito dias do mês de dezembro de dois mil e dezessete, o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI, associação pública, inscrita no CNPJ nº 03.111.139/0001-09, com sede na Rua Tupiniquim, nº 1.070, Zona Rural, Cidade de Timbó - SC, representado por seu Presidente, Paulo Roberto Weiss, Prefeito do Município de Rodeio - SC, doravante denominado CIMVI, em conformidade com o resultado do julgamento das propostas apresentadas no Pregão Presencial por Sistema de Registro de Preços nº 022/2017, consubstanciado na ata de sessão realizada no dia vinte de dezembro de dois mil e dezessete, RESOLVE, nos termos das Leis nº 8.666/93 e 10.520/02 e demais normas aplicáveis, REGISTRAR OS PREÇOS, para aquisição dos materiais constantes abaixo, da empresa BUSCHLE & LEPPER S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 84.684.471/0001-56, com sede a Rua Engenheiro Udo Deeke, 1218 - Salto do Norte, cidade de Blumenau - SC, neste ato representada por Rodrigo Tavares, inscrito no CPF sob o nº 032.692.879-09, doravante denominada FORNECEDORA, de acordo com as cláusulas e condições que se seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 – A presente ata tem por objeto o Registro de Preços para aquisição de sulfato de alumínio líquido isento de ferro 50% e de cal hidratada, através do Sistema de Registro de Preços, destinados ao tratamento do líquido percolado gerado no Aterro Sanitário do Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí - CIMVI, situado à Rua Tupiniquim, nº 1.070, Zona Rural, Município de Timbó - SC, em conformidade com a Licitação 022/2017 e anexos, na forma que segue:

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Preço (R\$)	
				Unitário	Total
02	40.000	KG	Cal hidratada	0,75	30.000,00

1.2 - As quantidades acima descritas são máximas e não obrigam a CONTRATANTE a firmar aquisição do montante integral podendo, durante a vigência da presente ata de registro de preços, haver aquisições parciais, sem que caiba direito à indenização de qualquer espécie ao FORNECEDOR.

1.3 - Toda a prestação do serviço e o fornecimento de todo o equipamento, material, mão de obra e pessoal necessários a plena e total execução do objeto e demais atribuições, obrigações e responsabilidades constantes da Licitação nº 022/2017, anexos e da presente ata de registro de preços, será total, exclusiva e integralmente executados, fornecidos e cumpridos, sem restrições, pela FORNECEDORA.

1.4. É de plena, exclusiva e total responsabilidade da FORNECEDORA arcar, de forma única e exclusiva, com todo e qualquer encargo trabalhista, fiscal, securitário, previdenciário, social, comercial ou de outra natureza, resultante de qualquer vínculo empregatício ou não. Tais responsabilidades, ônus e obrigações em nenhuma hipótese poderão ser transferidos ao CONTRATANTE ou a qualquer entidade e pessoa a ele vinculado ou a terceiro, em conformidade com o que dispõe o artigo 71 da Lei 8.666/93.

1.5. A presente ata de registro de preços, a Licitação nº 022/2017 e anexos são complementares entre si, de forma que qualquer especificação, obrigação ou responsabilidade constante em um e omitido em outro, será considerado existente para todos os fins.

1.6. Fica o (a) FORNECEDOR (a) obrigado (a) a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele(a) assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

1.7. Nos casos omissos, aplicar-se-á a Lei 8.666/93.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VALIDADE DOS PREÇOS

2.1 – A presente Ata de Registro de Preços terá vigência e validade de doze meses, a partir da sua assinatura.

2.2 – A vigência da presente ata não obriga o CIMVI a firmar contratações com a empresa FORNECEDORA.

2.3 – Para cada serviço requisitado pelo CIMVI será emitida a respectiva Ordem de Serviço/Nota de Empenho (§ 4º do art. 62 da Lei nº 8.666/93).

2.4 – Além de executar as compras na forma do item anterior, o CIMVI também poderá efetuar contrato com a empresa FORNECEDORA para execução do saldo remanescente da Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA CONTRATAÇÃO

3.1 – Para a aquisição dos materiais descritos na cláusula primeira será emitida Ordem de Compra em favor da empresa FORNECEDORA, a qual terá até 02 (dois) dias úteis para entregar o produto.

3.2 - Será exigido da FORNECEDORA o cumprimento de todas as exigências relativas ao fornecimento do(s) produto(s) estabelecidos no Edital do Pregão nº 022/2017, no seu Termo de Referência e nesta Ata de Registro de Preços, que integrarão a Nota de Empenho independentemente de transcrição.

3.3 – A entrega do(s) produto(s), com assunção dos custos de equipamentos, combustíveis, frete, tributos, transporte e mão de obra (pessoal e encargos) necessários a plena e total execução do objeto e demais atribuições, obrigações e responsabilidades constantes da Licitação nº 022/2017, anexos e da presente ata, serão total, exclusiva e integralmente executados, sem restrições, pela FORNECEDORA.

3.4 – É de plena, exclusiva e total responsabilidade da FORNECEDORA, quando do fornecimento do(s) produtos(s), arcar, de forma única e exclusiva, com todo e qualquer encargo trabalhista, fiscal, securitário, previdenciário, social, comercial ou de outra natureza, resultante de qualquer vínculo empregatício ou não. Tais responsabilidades, ônus e obrigações em nenhuma hipótese poderão ser transferidos ao CIMVI ou a qualquer entidade e pessoa a ele vinculado ou a terceiro.

3.5 – A presente ata e o edital do Pregão Presencial nº 022/2017 e anexos são complementares entre si, de forma que qualquer especificação, obrigação ou responsabilidade constante em um e omitido em outro, será considerado existente para todos os fins.

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR E FORMA DE PAGAMENTO

4.1 - O CIMVI pagará a FORNECEDORA, a importância de R\$ 0,75 (setenta e cinco centavos) por quilograma de Cal Hidratada (item 02) entregue no Aterro Sanitário, a título de pagamento pelo fornecimento do material, constantes no presente instrumento, conforme proposta(s) vencedora(s) da Licitação nº 022/2017.

4.2 - No referido preço estão inclusos todos os custos advindos, decorrentes e relacionados a responsabilidade técnica, licenças, autorizações, alvarás, mão de obra, pessoal, produtos, materiais, transportes, seguros, combustível, equipamentos (inclusive os de proteção individual), fretes, tributos, encargos sociais e trabalhistas e demais custos necessários a plena e total execução do objeto e demais atribuições e obrigações constantes do Pregão Presencial nº 022/2017, anexos e no presente instrumento.

4.3 - O pagamento será efetuado em até 05 (cinco) dias úteis após a entrega do(s) produto(s), condicionado à apresentação ao CIMVI dos documentos fiscais para liquidação, devendo-se cumprir, ainda, todas as demais disposições e obrigações constantes da Licitação nº 022/2017.

4.3.1 – Considerando-se que as aquisições serão efetuadas de maneira parcelada, conforme as necessidades do Consórcio Público, o pagamento será realizado a cada compra realizada.

4.4 - Incidirá sobre o valor total da(s) nota(s) fiscal(is) emitida(s) pela FORNECEDORA, os tributos decorrentes de expressa disposição legal, os quais serão retidos na fonte, se for o caso.

4.5 – As despesas decorrentes desta Ata de Registro de Preços correrão a conta de dotação do orçamento-Programa anual do CIMVI, na forma que segue:

Código Dotação	Descrição
03	CIMVI
03.002	Gestão de Saneamento Básico
2008	Resíduos Sólidos
33900000	Aplicações Diretas
10000	Recursos Ordinários

Código Dotação	Descrição
03	CIMVI
03.002	Gestão de Saneamento Básico
2002	Gestão de Saneamento
33900000	Aplicações Diretas
10000	Recursos Ordinários

CLÁUSULA QUINTA – DAS RESPONSABILIDADES

5.1 - Fica desde já o CIMVI responsável:

- em efetuar o pagamento nos termos estipulados na Cláusula Quarta;
- em fiscalizar e acompanhar o cumprimento e a execução do presente instrumento;
- prestar quaisquer esclarecimentos que venham a ser formalmente solicitados pela FORNECEDORA, pertinentes à execução do objeto descrito na cláusula primeira.

5.2 - A fiscalização e o acompanhamento acima descritos não eximem a FORNECEDORA, de nenhuma forma, de sua plena, total e exclusiva responsabilidade quanto à execução do objeto deste instrumento e perante quaisquer terceiros e o CIMVI.

5.3 - Além das demais obrigações e responsabilidades constantes na Licitação nº 022/2017, anexos e na presente ata, fica a FORNECEDORA

desde já responsável:

- em prestar e cumprir fielmente todo o objeto, atribuições e prazos constantes deste instrumento, arcando com todos os custos, ônus e obrigações advindas, decorrentes ou relacionadas aos mesmos;
- em disponibilizar todo e qualquer recurso, seja ele de que natureza for, necessário à execução do objeto deste instrumento, arcando com todo e qualquer custo advindo, decorrente ou relacionado ao mesmo;
- em enviar ao CIMVI, nota fiscal e os demais documentos constantes da Cláusula Quarta, para recebimento dos valores;
- pelo gerenciamento e pela Responsabilidade Técnica relativa ao objeto contratado;
- civil, criminal e por toda e qualquer indenização ou reparação que surgir em virtude de dano causado ao CIMVI e a qualquer terceiro, decorrentes de ação ou omissão, negligência, imperícia e imprudência ou por dolo praticado, inclusive por seus empregados, profissionais ou prepostos, ficando assegurado o direito de regresso;
- única e exclusivamente quanto a quaisquer ônus e obrigações concernentes às legislações sociais, trabalhistas, fiscais, securitárias, previdenciárias, comerciais e de qualquer outra natureza, bem como quanto a quaisquer despesas advindas, decorrentes ou relacionadas à execução do objeto do presente instrumento;
- em utilizar as técnicas adequadas para executar o objeto do presente instrumento, respondendo ainda por todo e qualquer prejuízo, seja de natureza civil ou criminal, que causar ao CIMVI e a qualquer terceiro, independente de culpa ou dolo;
- em assumir todos e quaisquer custos e ônus relativos a pessoal, mão de obra, material e equipamentos, sejam eles de que natureza forem, necessários à execução desta ata;
- em repor todos e quaisquer materiais em desconformidade ou defeituosos, bem como fora das especificações técnicas, arcando, de forma única e exclusiva, com todos os custos e ônus, sejam eles de que natureza for;
- única e exclusivamente quanto a toda e qualquer indenização ou responsabilidade civil e criminal que surgirem em virtude do objeto deste instrumento;
- em providenciar, por sua exclusiva e total responsabilidade, todos os alvarás, licenças e autorizações necessárias à execução do objeto do presente instrumento;
- única e exclusivamente por todos os serviços, materiais e equipamentos, sejam eles de que natureza forem, necessários a execução do objeto desta ata;
- em fornecer pessoal habilitado para a execução do objeto e demais atribuições constantes deste instrumento e da Licitação nº 022/2017 e anexos;
- quanto à quantidade e qualidade dos materiais e serviços oferecidos, respondendo civil e penalmente por todos e quaisquer acontecimentos que porventura ocorrerem em decorrência dos mesmos;
- única e exclusivamente quanto a quaisquer danos causados ao equipamento utilizado para a execução do objeto do presente instrumento, arcando única, exclusiva e integralmente com todos os custos, ônus ou responsabilidades advindas, decorrentes ou relacionadas aos mesmos;
- em comunicar o CIMVI, a ocorrência de qualquer fato ou condição que possa impedir a execução do objeto (por escrito);
- por todo o fornecimento da alimentação, transporte, manutenção, substituição e demais atribuições e obrigações que se fizerem necessárias a correta e fiel execução do objeto do presente instrumento;
- em cumprir com todas as determinações técnicas relacionadas ao objeto do presente instrumento ou aquelas apresentadas pelo CIMVI;
- em assumir todos os custos relativos ao deslocamento de pessoal ou de material necessário ao cumprimento do objeto deste instrumento;
- por todo e qualquer material de sua posse ou propriedade, bem como quanto a quaisquer custos ou ônus advindos, decorrentes ou relacionados aos mesmos;
- de forma única e exclusiva, por todo tributo, fornecimento, transporte, manutenção, substituição e demais atribuições e obrigações que se fizerem necessárias a execução do objeto e demais atribuições e disposições constantes deste instrumento;
- civil, criminal e por toda e qualquer indenização que porventura surgir em virtude de dano causado ao CIMVI e a qualquer terceiro, decorrentes de ação ou omissão, negligência, imperícia e imprudência, por dolo praticado por seus empregados, profissionais ou prepostos ou, ainda, por todo e qualquer acontecimento que porventura surgir em decorrência do objeto e demais equipamentos e materiais necessários a execução deste instrumento;
- em facilitar que o CIMVI acompanhe e fiscalize todas as atividades inerentes a execução do objeto do presente instrumento, fornecendo ao mesmo todas as informações e esclarecimentos que lhe forem solicitados.

CLÁUSULA SEXTA - DO DIREITO DE FISCALIZAÇÃO

6.1 - O CIMVI exercerá amplo e total direito de fiscalização sobre o objeto ora contratado, sendo que em nenhuma hipótese estará a FORNECEDORA eximida das responsabilidades civis, administrativas, trabalhistas, securitárias, fiscais, penais, comerciais ou outras relacionadas a execução do objeto e demais atribuições constantes deste instrumento e do Pregão Presencial nº 022/2017 e anexos.

6.1.1 – Compete ao Engenheiro Químico do CIMVI a gestão da presente Ata de Registro de Preços, das Ordens de Serviço e/ou do respectivo contrato.

6.2 - A fiscalização a ser efetuada pelo CIMVI será por escrito, onde constarão instruções, ordens e reclamações, bem como decisões acerca dos casos omissos.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA EVENTUALIDADE E NÃO SUBORDINAÇÃO QUANTO AO OBJETO PRESTADO

7.1 - A FORNECEDORA, em caso de contratação, executará única e exclusivamente as disposições constantes deste instrumento, não havendo qualquer tipo de subordinação ou vínculo empregatício entre os profissionais da FORNECEDORA e o CIMVI.

CLÁUSULA OITAVA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇO DO VENCEDOR

8.1 - O registro da FORNECEDORA poderá ser cancelado, assegurados o contraditório e a ampla defesa e mediante despacho da autoridade competente do CIMVI:

8.1.1 - A pedido da FORNECEDORA quando:

- comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de caso fortuito ou de força maior;
- o seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexequível em função da elevação dos preços de mercado dos insumos que compõem o custo do produto e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento.

8.1.2. Por iniciativa do CIMVI, quando:

- a FORNECEDORA não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- a FORNECEDORA perder qualquer condição de habilitação ou qualificação técnica exigida no processo licitatório;
- houver razões de interesse público devidamente motivadas e justificadas;
- a FORNECEDORA não cumprir as obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços;
- a FORNECEDORA não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, os pedidos de compra decorrentes da Ata de Registro de Preços;
- caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas na Ata de Registro de Preços ou nos pedidos de compra dela decorrentes.

CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES

9.1 - Além das demais disposições constantes do Edital de Licitação nº 022/2017, anexos e da presente ata e ressalvados os motivos de força maior (devidamente comprovados) e aqueles que por ventura possam ser apresentados pelo CIMVI, a FORNECEDORA incorrerá na seguinte penalidade:

- 5% do valor da proposta pela recusa injustificada de assinar a ata de registro de preços, no prazo estabelecido pelo CIMVI;
- 10,0% (dez por cento) do valor da ata, pelo não cumprimento de qualquer das cláusulas, condições, obrigações ou prazos constantes do presente instrumento ou, ainda, pela rescisão, sem justo motivo.

9.2 - A FORNECEDORA sempre será notificada antes da aplicação da penalidade e terá 03 (três) dias úteis para apresentar sua defesa, a qual, não sendo aceita ou deixando de ser apresentada, culminará na cobrança da penalidade, tudo de conformidade com as disposições constantes do Edital e da ata em questão, independentemente das demais medidas legais cabíveis. A penalidade deverá ser paga junto à Tesouraria do CIMVI, em até 15 dias da sua aplicação e notificação, podendo ser objeto de cobrança administrativa ou judicial após este prazo.

CLÁUSULA DECIMA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1 - A FORNECEDORA não poderá transferir, delegar ou ceder, de qualquer forma a terceiros, as atribuições e responsabilidades constantes deste instrumento, sem que haja prévio consentimento por escrito do CIMVI.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

11.1 - As partes elegem o Foro da Comarca de Timbó – SC, para dirimir quaisquer questões oriundas da presente ata, renunciado a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justas e acordadas, as partes assinam a presente ata, em 03 (três) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo nomeadas.

Timbó, 28 de Dezembro de 2017.

CIMVI

Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí – CIMVI – Presidente

Paulo Roberto Weiss

FORNECEDORA

Buschle & Lepper S.A.

Representante: Rodrigo Tavares

Ricardo Augusto de Oliveira Xavier Araujo

Advogado - OAB/SC 17.721 – Visto

Testemunhas:

Patricia Barbaresco

André Moro da Silva

CPF nº 095.555.009-24

CPF nº 043.293.839-77

RESOLUÇÃO Nº 249 DE 25 DE JUNHO DE 2018

Publicação Nº 1664112

RESOLUÇÃO Nº 249, DE 25 DE JUNHO DE 2018.

CONCEDE BENEFÍCIO A EMPREGADO PÚBLICO NA FORMA QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO ROBERTO WEISS, Presidente do Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí – CIMVI, no uso de suas atribuições;

DETERMINA:

Art. 1º - Em razão do deferimento do pedido objeto do protocolo nº 001/2018, datado de 20/06/2018, CONCEDER, a contar de 20/06/2018, o BENEFÍCIO DE ADICIONAL POR QUALIFICAÇÃO correspondente a um acréscimo de 05 % (cinco por cento) sobre o salário da empregada pública PATRICIA BARBARESCO, inscrita no CPF sob nº 095.555.009-24, investida no emprego público de provimento efetivo de AGENTE ADMINISTRATIVO, com fundamento legal na cláusula 13.7.6 do Protocolo de Intenções combinado com art.52-E do Estatuto Social combinado com a cláusula 13.7.6 do Contrato de Consórcio Público do Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí (CIMVI).

Art. 2º - Dê ciência à empregada pública e ao Departamento de Recursos Humanos para que providencie as devidas anotações junto à ficha cadastral daquela bem como as correspondentes averbações junto a seu holerite.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em sentido contrário.

Timbó, 25 de Junho de 2018.

PAULO ROBERTO WEISS

Presidente do Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí – CIMVI

A presente Resolução foi publicada na forma regulamentar em 25 de Junho de 2018.

Patricia Barbaresco

Agente Administrativo – CIMVI

TERMO DE RESCISÃO AMIGÁVEL AO INSTRUMENTO DE ADESÃO AO SERVIÇO VOLUNTÁRIO Nº 001/2018

Publicação Nº 1663664

TERMO DE RESCISÃO AMIGÁVEL AO INSTRUMENTO DE ADESÃO AO SERVIÇO VOLUNTÁRIO Nº 001/2018

Pelo presente instrumento, de um lado o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 03.111.139/0001-09, com sede na Rua Tupiniquim, nº 1.070 – Zona Rural, Cidade de Timbó - SC, neste ato representado por seu Presidente, Sr. Paulo Roberto Weiss, Prefeito do Município de Rodeio – SC, e de outro MARINA DOS SANTOS HOFMANN, brasileira, casada, engenheira ambiental, inscrita no CPF sob nº 072.009.569-70, portadora da cédula de identidade nº 9.944.155-3, expedida pela SSP/SC, residente e domiciliada na rua Castelo Branco, nº 186, apartamento 304, Bairro Centro, na cidade de Indaial, Santa Catarina, nos termos da Lei Nacional nº 9.608, de 18 de fevereiro de 1998 ("Lei do Voluntariado"), resolvem firmar o presente TERMO DE RESCISÃO AMIGÁVEL AO INSTRUMENTO DE ADESÃO AO SERVIÇO VOLUNTÁRIO Nº 001/2018, na forma das cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO, PRAZO E FUNDAMENTO DO INSTRUMENTO DE ADESÃO RESCINDENDO:

1.1 – Considerando que o Termo de Adesão ao Serviço Voluntário nº 001/2018 objetiva a prestação de serviço voluntário junto ao CIMVI, na área ambiental, nas dependências da sede ambiental, que funciona na rua Marechal Floriano Peixoto, nº 1.485, Bairro dos Estados, Cidade de Indaial – SC, por 04 (quatro) horas diárias, no período da manhã entre 08:00 e 12:00 horas, de segunda a quinta-feira, podendo ser rescindido a qualquer momento é firmado o presente instrumento.

1.2 – O contrato foi firmado com fundamento na Lei Nacional nº 9.608, de 18 de fevereiro de 1998 ("Lei do Voluntariado"), no Protocolo de Intenções do CIMVI e no Estatuto Social do CIMVI.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO DISTRATO:

2.1 – As partes signatárias, de comum acordo, resolvem, em caráter irretratável, irrenunciável e irrevogável, RESCINDIR AMIGAVELMENTE o TERMO DE ADESÃO AO SERVIÇO VOLUNTÁRIO Nº 001/2018.

2.2 - Em razão do DISTRATO, não haverá nenhum valor a ser devido pelo CIMVI à VOLUNTÁRIA em razão do TERMO DE ADESÃO AO SERVIÇO VOLUNTÁRIO Nº 001/2018, dando a VOLUNTÁRIA, plena, geral, irrevogável e irretratável quitação ao CIMVI, em caráter irrevogável e irretratável, nada mais tendo a exigir do CIMVI, a qualquer título que seja.

2.3 – O(A) VOLUNTÁRIO(A) renuncia em caráter irretratável, irrenunciável e irrevogável, a todo o direito material e/ou de ação que porventura tenha em desfavor do CONTRATANTE em razão desse TERMO DE ADESÃO AO SERVIÇO VOLUNTÁRIO Nº 001/2018.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA PUBLICAÇÃO

5.1 - Para fins de plena e irrevogável validade deste instrumento, caberá ao CIMVI sua publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

CLÁUSULA QUARTA – DO FORO:

6.1 - Para dirimir questões decorrentes deste Distrato, fica eleito o Foro da Comarca de Timbó/SC, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem dessa forma as partes convencionadas, assinam o presente instrumento de rescisão contratual - distrato - em três vias, de igual teor e forma, juntamente com as Testemunhas, que a tudo presenciam.

Timbó - SC, 11 de Junho de 2018.

Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí – CIMVI
Paulo Roberto Weiss - Presidente

Marina dos Santos Hoffmann
Voluntário(a)

Ricardo Augusto de Oliveira Xavier Araujo
Advogado CIMVI
OAB/SC 17.721 - Visto

TESTEMUNHAS:

Nome: Fernando Tomaselli
CPF: 016.637.969-71

Nome: Sandra Regina Batista
CPF: 595.701.059-68

CIS/AMAUC

COMUNICADO Nº01_2018 - AOS PRESTADORES SEM PRODUÇÃO

Publicação Nº 1664280

COMUNICADO AOS PRESTADORES DE SERVIÇOS CIS AMAUC

O Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Uruguai Catarinense – CIS Amauc, consórcio intermunicipal constituído sob a forma de associação pública com personalidade jurídica de direito público e integra a administração indireta de todos os municípios consorciados, subordinando-se ao regime publicista e às normas e princípios do direito público, COMUNICA aos Prestadores de Serviços abaixo relacionados que se encontram sem produção há mais de 6 (seis) meses e tiverem interesse em manter o credenciamento e o contrato de prestação de serviços ao CIS Amauc, que se manifestem no prazo de 30 (trinta) dias, através de um dos contatos abaixo:

• E-mails: secretaria@amauc.org.br ou saude@amauc.org.br

• Fones: (49) 3482-3503 ou 3482-3525

• Correspondência para: CIS AMAUC – Rua Marechal Deodoro, 772 Edifício Mirage Offices 12º andar CEP: 89.700-905 – Concórdia – SC
1 – Mestra Clínica Geral e Medicina do Trabalho S/S – CNPJ: 07.450.951/0001-01 – Sócios-Proprietários: Dr. Alex Sandro Vergara Borges – Clínica Geral e Cleusa Beatriz Silva Borges – Psicologia.

2 – Elveni Teresinha Mayer – CPF: 412.703.980-91 – Nutrição.

3 – Alvair Alves – CPF: 933.442.879-15 – Psicologia.

4 – Quality Medicina Diagnóstica Ltda – Clínica Imaggio – CNPJ: 12.083.918/0001-20 – Ressonância Magnética e Raio X.

5 – Clínica Médica Ipira S/S – CNPJ: 20.693.769/0001 – Clínica Geral: Ana Claudia techy e João Pedro Techy; Nutrição: Leila Lisboa Techy e Psicologia: Ketty Fabiola Biazim.

6 - Hanna Angels Serviços Psicológicos - CNPJ 01.967.505/0001-92- Psicologia - Iracilde Maria Batisti Bringhenti.

7 – TBL Clínica S/S Ltda – CNPJ: 11.625.823/0001-29 – Psicologia – Rafael Lenz de Brum

Se dentro do prazo estipulado não houver manifestação os mesmos serão descredenciados.

Concórdia – SC, 26 de junho de 2018.
Ivanete Terezinha Pereira Grendene
Diretora-Administrativa CIS Amauc

CIS/AMMVI

ATA DE ANÁLISE DO PEDIDO DE CANCELAMENTO DE ITEM - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 06/2018

Publicação Nº 1663528

ATA DA REUNIÃO DA PREGOEIRA E EQUIPE DE APOIO PARA ANÁLISE E DECISÃO QUANTO AO PEDIDO DE CANCELAMENTO DO ITEM 12 DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
PREGÃO ELETRÔNICO 06/2018

Aos vinte e dois dias do mês de junho de dois mil e dezoito, às quatorze horas, na sede do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio Vale do Itajaí □ CISAMVI (Rua Alberto Stein, nº 466, 3º andar, bairro Velha, em Blumenau/SC), reuniram-se Pregoeira e Equipe de Apoio designados pela Resolução nº 196 de 27/02/2018, para análise e decisão quanto ao pedido de cancelamento do item 12 da Ata de Registro de Preços firmada em decorrência do Pregão Eletrônico nº 06/2018, cujo objeto é o Registro de Preços, do tipo menor preço por item, para futura e eventual aquisição de medicamentos, conforme especificações contidas no Edital e seus anexos.

MCW PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA. (CNPJ 94.389.400/0001-84) solicitou o cancelamento do item 12, aduzindo, para tanto, que o item encontra-se em falta junto ao laboratório fornecedor, e que os demais laboratórios elevaram o custo do medicamento. Considerando que restaram comprovadas as alegações na documentação anexa ao pedido, restando deferido o pedido de cancelamento, o item fica suspenso para novos pedidos junto ao sistema LicitWeb. Caberá à Equipe de Apoio consultar os próximos licitantes na ordem de

classificação quanto à possibilidade de assumir o referido item nas mesmas condições do licitante vencedor.

Encerrada a reunião, foi lavrada a presente Ata que, lida e achada conforme, vai assinada pela Pregoeira e Equipe de Apoio.

Lígia Hoepfner
Pregoeira

Daniella M. Tarouco Mônica M.C.M. Silva Silvani M.S. Amaral
Equipe de Apoio Equipe de Apoio Equipe de Apoio

AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO - CREDENCIAMENTO 04/2018 - HOSPITAL E MATERNIDADE RIO DO TESTO

Publicação Nº 1664493

CHAMADA PÚBLICA – PROCESSO DE CREDENCIAMENTO Nº 04/2018
AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 04/2018

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CISAMVI, pessoa jurídica de direito público, situado na Rua Alberto Stein, nº 466, bairro Velha, na cidade de Blumenau/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 03.269.695/0001-08, torna público que contratará mediante Inexigibilidade de Licitação, fundamentada no caput do artigo 25 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, a empresa HOSPITAL E MATERNIDADE RIO DO TESTO, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº. 85.461.093/0005-38, com sede na Rua Hermann Weege, 2727 – Centro – Pomerode – SC – CEP: 89.107-000, para prestação de serviços médicos (consultas e procedimentos diagnósticos) para atendimento da demanda da rede básica municipal de saúde dos 14 (quatorze) municípios consorciados ao CISAMVI, pelo valor global de R\$ 75.000,00 (Setenta e cinco mil reais). Ratificado por Cleones Hostins – Diretor Executivo CISAMVI. Blumenau/SC, 19 de junho de 2018.

Cleones Hostins
Diretor Executivo - CISAMVI

TERMO DE RATIFICAÇÃO - CREDENCIAMENTO 04/2018 - HOSPITAL E MATERNIDADE RIO DO TESTO

Publicação Nº 1664488

TERMO DE RATIFICAÇÃO
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 04/2018

OBJETO: Credenciamento de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços médicos para atendimento da demanda da rede básica municipal de saúde dos 14 (quatorze) municípios consorciados ao CISAMVI.

Afigurando-me que a contratação é legal, com base no parecer jurídico de fls. 71-74, do Processo de Credenciamento nº 04/2018, devidamente justificado, reconheço e RATIFICO a Inexigibilidade de Licitação nº 04/2018, fundamentada no caput do artigo 25, da Lei nº 8.666/93 e alterações, e os atos do procedimento em favor da empresa HOSPITAL E MATERNIDADE RIO DO TESTO., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº. 85.461.093/0005-38, com sede na Rua Hermann Weege, 2727, Centro - Pomerode – SC – CEP: 89.107-000, para prestação dos serviços e procedimentos médicos constantes do Termo de Referência anexo à Chamada Pública nº. 04/2018 para os quais solicitou se credenciar.

Ordeno que se proceda a formalização do Contrato Administrativo correspondente e realização da respectiva Nota de Empenho, bem como seja perfectibilizada a publicação do referido instrumento contratual, para sua eficácia.

Sigam-se os ulteriores termos.

Blumenau/SC, 19 de junho de 2018.
Cleones Hostins
Diretor Executivo - CISAMVI

CIS/AMURES**4º TERMO ADITIVO CONTRATO INSTITUTO DE ANATOMIA PATOLÓGICA DR. CELIO BELIZÁRIO RAMOS LTDA**

Publicação Nº 1663966

4º TERMO ADITIVO DO CONTRATO PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 08/2014 QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - CIS E INSTITUTO DE ANATOMIA PATOLÓGICA DR. CÉLIO BELIZÁRIO RAMOS LTDA.

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - CIS, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ/MF nº 07.383.800/0001-88, estabelecido na cidade de Lages-SC, à Rua Nossa Senhora dos Prazeres, nº 62, Centro, CEP 88.502.230, neste ato representado por sua presidente Sra. FERNANDA DE SOUZA CORDOVA, portadora do RG nº 4.399.773 e CPF nº 007.142.639-66, Prefeita Municipal de Palmeira e do outro lado, a INSTITUTO DE ANATOMIA PATOLÓGICA DR. CÉLIO BELIZÁRIO RAMOS LTDA, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ Nº 80.107.691/0001-66, com endereço à Rua Cruz e Souza, Nº 16, Centro, Lages/SC, neste ato representada por CARLOS RICARDO HERBST, CPF nº 385.124.080-49, têm justo e firmado entre si este Termo Aditivo, mediante as Cláusulas e Condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente termo tem por objeto a prorrogação de prazo e adequação de valores do contrato celebrado em 24 de Junho de 2014.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA PRORROGAÇÃO DE PRAZO

Fica prorrogado o prazo de vigência do contrato nº 08/2014, conforme autoriza o item 7, do contrato original, bem como o edital de credenciamento nº 01/2014, ficando estabelecido como final de vigência a data de 31 de Dezembro de 2018.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA ADEQUAÇÃO DE VALORES

Fica reajustado os valores do objeto do contrato original de acordo com tabela atual do CIS/AMURES, que consta no Anexo I do edital de credenciamento 2018.

CLÁUSULA QUARTA - DA RATIFICAÇÃO

Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições do contrato original, não alteradas por este instrumento.

E por estarem de acordo com todas as condições e termos aqui explicitados, assinam as partes o presente termo aditivo em 02(duas) vias de igual teor e forma, juntamente com 02(duas) testemunhas.

Lages, 25 de Junho de 2018
FERNANDA DE SOUZA CORDOVA
Presidente CIS/AMURES

CARLOS RICARDO HERBST
Inst. Anat. Cit. Célio Ramos

Testemunha:

Testemunha:

ATA Nº 07/2018 - APROVAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DE JANEIRO À ABRIL DE 2018 - CONSELHO FISCAL CIS/AMURES

Publicação Nº 1663562

Ata nº 07/2018
CONSELHO FISCAL

Aos vinte e um dias do mês de Junho de dois mil e dezoito, estiveram reunidos nas dependências do CIS/AMURES, às nove horas, os membros do Conselho Fiscal do Consórcio Intermunicipal de Saúde – CIS/AMURES, Sr. Evandro Frigo Pereira, Prefeito do município de Urupema, Sr. Serginho Rodrigues de Oliveira, Prefeito do Município de Bom Jardim da Serra, Sr. Arno Tadeu Marian, Prefeito do Município de São José do Cerrito, juntamente com a diretora executiva, Sra. Nalú Terezinha Júlio, e a contadora do mesmo, Sra. Vânia Lima. A diretora Nalú, cumprimentou aos presentes, agradeceu a presenças e passou as mãos dos respectivos, os relatórios contábeis, bem como um relatório simplificado. Os conselheiros analisaram os relatórios, fizeram alguns questionamentos, os quais foram prontamente respondidos pela contadora Vânia Lima e pela diretora Nalú. Após análise os conselheiros recomendaram a aprovação das contas dos meses de Janeiro à Abril de dois mil e dezoito. A Presidente do CIS/AMURES, Sra. Fernanda de Souza Córdova, Prefeita de Palmeira, também esteve presente. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião.

EVANDRO FRIGO PEREIRA
Prefeito Mun. Urupema
Membro do Conselho Fiscal
1º Conselheiro

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA
Prefeito Mun. Bom Jardim da Serra
Membro do Conselho Fiscal
2º Conselheiro

ARNO TADEU MARIAN NALÚ TEREZINHA JÚLIO
Prefeito Mun. São José do Cerrito Diretora Executiva CIS/AMURES
Membro do Conselho Fiscal
3º Conselheiro

VÂNIA LIMA
Contadora CIS/AMURES

PARECER DO CONSELHO FISCAL - PRESTAÇÃO DE CONTAS DE JANEIRO À ABRIL DE 2018 CIS/AMURES

Publicação Nº 1663565

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal do Consórcio Intermunicipal de Saúde – CIS/AMURES, abaixo assinado, no desempenho de suas atribuições estatutárias, sob a coordenação do Prefeito de Urupema, Sr. Evandro Frigo Pereira, Presidente deste Conselho, tendo examinado as contas dos meses de Janeiro, Fevereiro, Março e Abril de dois mil e dezoito e recebendo na ocasião, todas as informações pertinentes e solicitadas, as quais foram relatadas pela Diretora Executiva, Sra. Nalú Terezinha Júlio e a contadora responsável pela contabilidade do CIS/AMURES, Sra. Vânia Lima. Após as referidas demonstrações financeiras, tendo os conselheiros fiscais, entendido que os dados financeiros apresentados refletem a posição patrimonial e financeira da entidade, recomendam a homologação da prestação de contas referente ao período supracitado.

Lages, 21 de Junho de 2018.

EVANDRO FRIGO PEREIRA SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA
Prefeito Mun. Urupema Prefeito Mun. Bom Jardim da Serra
Membro do Conselho Fiscal Membro do Conselho Fiscal
1º Conselheiro 2º Conselheiro

ARNO TADEU MARIAN NALÚ TEREZINHA JÚLIO
Prefeito Mun. São José do Cerrito Diretora Executiva CIS/AMURES
Membro do Conselho Fiscal
3º Conselheiro

CIGAMERIOS

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 05-2018 - ASSEMBLEIA GERAL

Publicação Nº 1663450

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 05/2018

DISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO DOS PREFEITOS QUE INTEGRAM O CIGAMERIOS PARA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA. Art. 1º - O Presidente do Consórcio Integrado de Gestão Pública do Entre Rios – CIGAMERIOS, Sr. Renaldo Mueller, Prefeito de Riqueza, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Contrato de Consórcio Público, CONVOCA os Senhores PREFEITOS e a Senhora PREFEITA, para participarem da 4ª Assembleia Geral Ordinária, do ano de 2018, que se realizará no dia 4 de julho de 2018, quarta-feira, com início às 11h00min, no Auditório da Associação dos Municípios do Entre Rios – AMERIOS, sio Av. Euclides da Cunha, 160 em Maravilha/SC, para deliberar sobre os seguintes assuntos:

- I - 11h – Abertura da Assembleia;
- II - 11h10min – Assuntos Administrativos:
 - Prestação de Contas meses de maio e junho de 2018;
 - Processos Licitatórios e Chamada Pública em andamento;
 - Proposta de coleta seletiva de resíduos recicláveis;
 - Assuntos Gerais.
- III- 12h – Encerramento.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Maravilha/SC, 21 de junho de 2018. RENALDO MUELLER
Presidente do CIGAMERIOS
Prefeito de Riqueza/SC

CIS/AMERIOS**EDITAL DE CONVOCAÇÃO 04-2018 - ASSEMBLEIA GERAL**

Publicação Nº 1663452

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº. 04/2018

DISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO DOS PREFEITOS PARA A ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA AMERIOS - CIS/AMERIOS.

Art. 1º - O Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde da AMERIOS – CIS/AMERIOS, Sr. Renaldo Mueller, Prefeito de Riqueza no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Contrato de Consórcio Público, CONVOCA os Senhores PREFEITOS e a Senhora PREFEITA, para participar da Assembleia Geral Ordinária do CIS/AMERIOS que se realizará no próximo dia 4 de julho de 2018, quarta-feira, com início às 10h30min, no auditório da AMERIOS, sito Avenida Euclides da Cunha, 160, em Maravilha/SC, para deliberar os seguintes assuntos:

- I- 10h30min- Abertura da Assembleia;
- II- 10h40min- Assuntos administrativos, contratos e aditivos;
- III- 10h50min- Prestação de contas referente os meses de maio e junho de 2018;
- I- 11h - Encerramento.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Maravilha/SC, 21 de junho de 2018.

RENALDO MUELLER

Presidente do CIS/AMERIOS

Prefeito de Riqueza